

BALANÇO GERAL

2021

RELATÓRIO CONTÁBIL



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DA FAZENDA

Mensagem do Governador

É com satisfação que apresento o Balanço Geral do Estado do Ceará com suas respectivas Demonstrações Contábeis do exercício de 2021. Este relatório tem a finalidade de apresentar à sociedade, numa visão compreensiva, a situação fiscal e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do Estado do Ceará.

Grandes avanços foram conquistados em 2021, em especial, todos os esforços empreendidos pelo Governo do Ceará para a continuidade no enfrentamento do coronavírus no Estado. Embora o Estado do Ceará tenha sofrido o impacto macroeconômico do mercado externo e interno em virtude da pandemia de COVID-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, sensibilizando nossa política fiscal abruptamente, e mantido o estado de emergência em saúde durante todo o exercício financeiro de 2021, determinando medidas para o enfrentamento e contenção da infecção humana pelo coronavírus em nosso Estado, investimentos foram multiplicados na área da saúde no sentido de priorizar o que temos de mais importante: a vida dos nossos irmãos e irmãs cearenses.

Foram estabelecidos alvos e metas, vencidos obstáculos, de forma a consolidar uma estrutura institucional e aperfeiçoar o ambiente de boa governança, necessária ao pleno desenvolvimento do Estado, especialmente nas áreas prioritárias da educação, saúde, segurança pública e assistência social com foco na redução da pobreza e da desigualdade social.

É importante destacar que o Estado do Ceará implementou essa estratégia de forma responsável, sem comprometer suas finanças públicas em função de uma gestão fiscal equilibrada que permitiu a geração de poupança pública, garantindo, assim, as bases para o enfrentamento da crise. Para manter os seus investimentos, a sustentabilidade financeira e honrar compromissos, o Estado se vale de austeridade econômica e fiscal. Trabalhamos para qualificar a aplicação de nossos recursos e estamos entre os que mais investem no Brasil em relação à sua receita corrente líquida. Somos um Estado inventivo, dedicado, resiliente e que busca modernizar seus processos a cada dia.

Este relatório apresenta um apanhado das ações realizadas em 2021 no Ceará e aponta os desafios para 2022 a fim de que nosso Estado continue avançando de forma consistente nas melhorias históricas alcançadas. Os nossos esforços em 2021 fizeram o Ceará crescer economicamente muita acima da média nacional e batendo recorde na participação das exportações brasileiras e se consolidando entre os Estados com maior volume de investimentos públicos. Isso significa a construção de novas estradas, escolas, obras hídricas, equipamentos de saúde e segurança, e toda a parte de infraestrutura necessária para atrair novos investidores, criando mais oportunidades para a vida dos milhões de cearenses.

Fomos honrados com a oportunidade de dedicar nossa capacidade e sensibilidade em prol dos nossos irmãos e irmãs cearenses. Somos privilegiados por esta possibilidade. Rogo a Deus para que, a cada dia, sigamos firmes para conseguir honrar essa confiança. Lutarei todos os dias por isso. E tenho a absoluta certeza de que vamos conseguir superar todos esses desafios e sair ainda mais fortes.

Assim, este relatório reflete o compromisso de que é possível crescer mesmo diante de um cenário econômico de crise, maximizando a eficiência fiscal em direção a um futuro mais seguro e próspero para a população cearense.

Sempre juntos!



GOVERNADOR

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba

SECRETÁRIOS EXECUTIVOS

Fabrício Gomes Santos
Liana Maria Machado de Souza
Sandra Maria Olímpio Machado

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO TESOIRO ESTADUAL E METAS FISCAIS

Fabrício Gomes Santos

**COORDENADORIAS E ASSESSORIA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO
TESOURO ESTADUAL E METAS FISCAIS**

**COORDENADOR DE GESTÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA,
PATRIMONIAL E CONTÁBIL**

Talvani Rabelo Aguiar

COORDENADOR DE GESTÃO FISCAL

Márcio Cardeal Queiroz da Silva

COORDENADOR DE GESTÃO FINANCEIRA

Aline Marie Teofilo de Moura (até 13/03/2022)
José Garrido Braga Neto (atual)

CÉLULAS DA SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOIRO ESTADUAL E METAS FISCAIS

CÉLULA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO – CECOG

Saulo Moreira Braga (Orientador)
Adriana Reis Rodrigues
Ângelo Garcia Bezerra
Débora Maria Rodrigues Nascimento
Francisco das Chagas da Silva
Maria Eliete Ferreira
Raimunda Jorge de Medeiros
Soraya Nunes Nântua
Ubirajara Araújo Filho
Vânia Maria da Silva Alcântara

CÉLULA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA DOS ÓRGÃOS – CEORG

Rosa Liduina Teixeira Diogenes Nogueira (Orientador até 04/03/2022)
Guilherme França Moraes (Orientador atual)
Danyelle Andrade da Silva
Eumardônio Mendonça Barbosa
Franklin Alves Ferreira
Juciene Maria de Arruda Pinto
Karen Ketilen Peixoto Almeida
Larissa Braga de Almeida
Maria Edilza de Assis Sousa
Maria Marlucia Sulina Bezerra Moura
Waldir Meireles Conde
Vânia Maria Campos da Silva

CÉLULA DE ESTUDOS E NORMAS CONTÁBEIS – CENOC

Tony Coelho Magalhães (Orientador)
Cibele Pires de Matos
Márcia de Azevedo Franco Dantas
Renata Reina Montenegro de Albuquerque

CÉLULA DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA – CEPEF

Francisco Xavier de Vasconcelos (Orientador)
Antonia Gleyciane Cavalcante dos Santos
Cícero Alexandre de Aquino Braz
Fernando César Ferreira de Queiroz
Ivone Maire Antunes Bezerra
Lourival Anchieta Júnior
Luana Emídio da Silva
Mariana Tostes Campos
Michelle Campos Martins
Verângela Ramos de Souza

CÉLULA DE GESTÃO DOS ENCARGOS GERAIS DO ESTADO – CENGE

Neuton Tavares de Oliveira (Orientador)
Carlos Iago Maia Fernandes
Francisco Ary Saraiva dos Anjos
Francisco David Inácio da Silva
Francisco Ernane de Freitas
Jane Mary Rocha
Maria das Dores da Silva
Mário César Lemos Queiroz

CÉLULA DE PLANEJAMENTO E QUALIDADE DO GASTO – CEPLA

Takeshi Cardoso Koshima (Orientador)
Anderson Rodrigues de Souza
Antonio Gomes Lima
Leonardo Batisti de Faria
Uelsivanda Barbosa da Silva
Wilson Gomes de Oliveira Júnior

CÉLULA DE GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA – CEDIP

Fábio Silva Duarte (Orientador)
Erbia Freitas do Nascimento
Fernando Antônio Melo Fontenele
James Antônio Ferreira Uchoa
Paulo Sérgio Rocha

CÉLULA DE ESTUDOS ECONÔMICOS - TRIBUTÁRIOS – CEESE

Wesley Sousa Chaves (Orientador)
Carlos Alberto Alves de Almeida
Luiz Fernando Pinheiro
Marcelo Eduardo Lamas Pereira

EQUIPE DE INFORMÁTICA

André Sales Alcântara
Francisco Anderson Alencar de Lima
Iram Carvalho do Nascimento
João Paulo Dehon Nunes Moreira
Sávio Machado de Araújo

ÍNDICE GERAL

Sumário

Apresentação	19
1. INTRODUÇÃO.....	20
1.1. Contexto Operacional	20
1.2. Análise Econômica	24
1.2.1. Análise do Contexto Econômico Mundial, Nacional e do Ceará.....	24
1.2.2 Fundamentos da Ação Governamental.....	34
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	42
2.1. Balanço Orçamentário.....	53
2.2. Receita Orçamentária.....	59
2.2.1. Receitas Correntes	62
2.2.2 Receitas de Capital.....	90
2.2.3 Receitas dos Fundos Previdenciários	96
2.2.4 Receitas Correntes Intraorçamentárias por Tipo de Administração.....	99
2.2.5 Receitas Desvinculadas no Exercício	100
2.3 Despesa Orçamentária.....	100
2.3.1 Despesa Orçamentária por Tipo de Orçamento e Categoria Econômica ..	101
2.3.2 Despesa Orçamentária por Tipo de Crédito	102
2.3.3 Despesa Orçamentária por Poder e Categoria Econômica	102
2.3.4 Despesa Orçamentária por Poder e Órgão.....	102
2.3.5 Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Grupo.....	107
2.3.6 Despesa Orçamentária por Modalidade de Licitação	108
2.3.7 Despesa Orçamentária Consolidada por Função.....	113
2.3.8 Despesa por Categoria Econômica e Grupo	116
2.3.9 Despesas Correntes	116
2.3.10 Despesas de Capital	127
2.3.11 Despesas dos Fundos Previdenciários	139
2.3.12 - Despesas com Enfrentamento a COVID-19.....	144
2.3.13. Receita e Despesa Consolidadas por Fonte de Recursos	147
2.3.14. Despesa Orçamentária na Modalidade de Aplicação 91	150
3. GESTÃO FINANCEIRA	153
3.1 Balanço Financeiro Consolidado	153

3.2 Demonstrativo da Dívida Flutuante.....	155
3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa	156
4. GESTÃO PATRIMONIAL.....	158
4.1 Balanço Patrimonial Consolidado	158
4.2 Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas	160
5. GESTÃO FISCAL	161
5.1 Lei de Responsabilidade Fiscal	161
5.2 Relatório Resumido da Execução Orçamentária	162
5.2.1 Resultado Primário Nominal	162
5.2.2 Receita Corrente Líquida	165
5.2.3 Gasto com Educação.....	169
5.2.4 Gasto com Saúde	176
5.2.5 Parcerias Público Privada - PPP	180
5.3 Relatório de Gestão Fiscal	182
5.3.1 Despesa com Pessoal	182
5.3.2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.....	187
5.3.3 Dívida Pública Estadual	189
5.3.4 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	200
5.3.5 Demonstrativo das Operações de Crédito.....	202
5.3.6 Resumo dos Principais Indicadores Fiscais do Estado	208
6. NOTAS EXPLICATIVAS	211
6.1 Notas Explicativas de Caráter Geral.....	211
6.1.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e Evidenciação das Políticas Contábeis	211
6.1.2 Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.....	212
6.1.3 Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas.	214
6.1.4 Moeda Funcional e de Apresentação.....	214
6.1.5 Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas...	214
6.2 Resumo das Principais Práticas Contábeis	215
6.2.1 Caixa e Equivalente de Caixa	215
6.2.2 Créditos e Dívidas.....	215
6.2.3 Estoques.....	215
6.2.4 Investimentos Permanentes.....	215
6.2.5 Imobilizado.....	215

6.2.6 Intangível	215
6.2.7 Depreciação, Amortização e Exaustão	216
6.2.8 Passivos Circulantes e Não Circulantes.....	216
6.2.9 Depósitos Judiciais	216
6.2.10 Sequestro Judiciais	216
6.2.11 Bloqueios Judiciais	216
6.2.12 Custos dos Empréstimos	217
6.2.13 Restos a Pagar	217
6.2.14 Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários	217
6.2.15 Registro da Receita Orçamentária	217
6.2.16 Liberação de Recursos de Fonte Tesouro	217
6.2.17 Distinção entre Circulante e Não Circulante.....	217
6.2.18 Liquidação de Despesas de Exercícios Anteriores.....	218
6.2.19 Desvinculação das Receitas Estaduais (DRE)	218
6.2.20 Incentivos Fiscais - Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI	218
6.2.21 Apuração do Resultado.....	218
6.2.22 Consolidação das Demonstrações Contábeis	218
6.2.23 Providências Referentes às Recomendações do TCE Constantes do Parecer Prévio das Contas do Governo do Exercício de 2019.....	219
6.2.24 Nota explicativa específica ao Contrato de Financiamento nº 13.2.0967.1 com o BNDES: “Operação BNDES Estados”	219
6.2.25 Nota explicativa específica às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.	221
6.3 Notas Explicativas Das Demonstrações Contábeis	224
6.3.1 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário Consolidado	224
6.3.2 Notas Explicativas do Balanço Financeiro Consolidado	228
6.3.3 Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial Consolidado.....	233
6.3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais	264
6.3.5 Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante	268
6.3.6 Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	271

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de variação do PIB Mundial – Realizado, Estimativas e Projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) - 2020 a 2023	28
Tabela 2 - Valores Por Esfera Orçamentária	42
Tabela 3 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Poder.....	43
Tabela 4 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Grupo de Despesas e Fonte de Recursos	44
Tabela 5 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Função e Fonte de Recurso	45
Tabela 6 - Demonstrativo do Orçamento por Categoria Econômica e Tipo de Administração	46
Tabela 7 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por Órgão	47
Tabela 8 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Indireta por Órgão.....	48
Tabela 9 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por Categoria Econômica e Grupo de Despesa	51
Tabela 10 - Demonstrativo dos Órgãos com participação no Orçamento Consignado para Administração Direta, com base nos Registros da Dotação Inicial (Lei).....	52
Tabela 11 - Demonstrativo do Balanço Orçamentário Consolidado	55
Tabela 12 - Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar não Processados - Anexo 1 - Consolidado.....	57
Tabela 13 - Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados - Anexo 2 - Consolidado.....	58
Tabela 14 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias Consolidadas	58
Tabela 15 - Demonstrativo Comparativo da Receita Orçamentária Prevista com a Realizada, por Categoria Econômica e Grupo – Consolidada.....	60
Tabela 16 - Demonstrativo Comparativo das Receitas Correntes (Exceto Intraorçamentárias) Previstas com as Realizadas por Tipo de Administração /Categoria Econômica e Grupo	62
Tabela 17 - Variáveis Econômicas Projetadas	64
Tabela 18 - Demonstrativo da Composição da Receita Tributária Valores Correntes Brutos	66
Tabela 19 - Demonstrativo Comparativo da Receita Tributária (Valor Bruto) - 2020/2021	68
Tabela 20 - Demonstrativo da Evolução da Arrecadação do ICMS do Brasil- 2020/2021	70
Tabela 21 - Demonstrativo da Evolução da Arrecadação do ICMS do Estado do Ceará - 2012 a 2021	72
Tabela 22 - Comparativo da Composição da Arrecadação do ICMS por Segmento - Ceará - 2020/2021	73
Tabela 23 - Arrecadação do ICMS Brasil e Estados - Variação Relativa - Variação Nominal - 2020/2021.....	78
Tabela 24 - Demonstrativo Comparativo das Transferências Constitucionais da União – Valores Nominais Brutos.....	84

Tabela 25 - Transferências Correntes – Enfrentamento/Compensação aos Efeitos COVID	86
Tabela 26 - Demonstrativo das Origens dos Recursos do FUNDEB do Estado do Ceará.....	87
Tabela 27 - Demonstrativo dos Recursos Transferidos ao FUNDEB pelo Estado do Ceará.....	88
Tabela 28 - Demonstrativo do Resultado do FUNDEB no Estado do Ceará	88
Tabela 29 - Outras Receitas Correntes – Combate a COVID	89
Tabela 30 - Demonstrativo Comparativo das Receitas de Capital Previstas com as Realizadas por Tipo de Administração/Categoria Econômica e Grupo	90
Tabela 31 - Demonstrativo Comparativo da Previsão com a Arrecadação da Receita de Operações de Crédito	91
Tabela 32 - Demonstrativo da Evolução das Operações de Crédito em Relação à Receita Total	93
Tabela 33 - Demonstrativo da Evolução da Receita de Operações de Crédito Interna e Externa	94
Tabela 34 - Demonstrativo da Receita Consolidada dos Fundos: FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID (Origem de Recursos).....	96
Tabela 35 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro FUNAPREV (Origem de Recursos)	97
Tabela 36 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVMILITAR (Origem de Recursos)	97
Tabela 37 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVID (Origem de Recursos)	98
Tabela 38 - Demonstrativo da Receita do Fundo de Previdência Parlamentar - FPP (Origem de Recursos).....	98
Tabela 39 - Demonstrativo Comparativo das Receitas Correntes Intraorçamentárias Previstas com as Realizadas por Tipo Administração / Categoria Econômica e Grupo	100
Tabela 40 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Tipo de Orçamento e Categoria Econômica	101
Tabela 41 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada X Realizada por Tipo de Crédito	102
Tabela 42 - Demonstrativo Comparativo da Consolidação da Despesa Fixada com a Realizada por Poder e Categoria Econômica	102
Tabela 43 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, por Poder e Órgão	103
Tabela 44 - Demonstrativo da Aplicação dos Recursos do FECOP por Órgão	107
Tabela 45 - Demonstrativo da Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Consolidada.....	107
Tabela 46 - Demonstrativo da Despesa do Estado por Órgão e Modalidade de Licitação	109
Tabela 47 - Demonstrativo da Despesa Orçamentária Consolidada por Função	113
Tabela 48 - Demonstrativo Comparativo das Despesas do FECOP por Função de Governo.....	114

Tabela 49 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, por Categoria Econômica e Grupo	116
Tabela 50 - Demonstrativo dos Juros e Encargos da Dívida.....	118
Tabela 51 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do Grupo "Outras Despesas Correntes"	119
Tabela 52 - Demonstrativo das Transferências aos Municípios	121
Tabela 53 - Demonstrativo da Base de Cálculo da Quota parte do ICMS aos Municípios	122
Tabela 54 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do Grupo "Outras Despesas Correntes" da Administração Direta.....	123
Tabela 55 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do Grupo "Outras Despesas Correntes" da Administração Indireta	125
Tabela 56 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidada da Categoria "Despesas de Capital" por Grupo, Modalidade de Aplicação e Natureza da Despesa	127
Tabela 57 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada da Categoria "Despesas de Capital" por Grupo, Modalidade de Aplicação e Elemento da Administração Direta.....	129
Tabela 58 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada da Categoria "Despesas de Capital" por Grupo, Modalidade de Aplicação e Elemento da Administração Indireta	131
Tabela 59 - Demonstrativo dos Investimentos nos Programas de Governo de Maior Relevância.....	133
Tabela 60 - Demonstrativo dos Investimentos nas Funções e Subfunções de Governo	134
Tabela 61 - Demonstrativo da Amortização da Dívida	137
Tabela 62 - Demonstrativo Consolidado da Despesa Empenhada por Categoria e Grupo dos Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID	139
Tabela 63 - Demonstrativo da Despesa Empenhada por Fonte de Recursos do FPP	139
Tabela 64 - Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro FUNAPREV e PREVMILITAR.....	140
Tabela 65 - Resumo da Despesa Empenhada do Fundo de Financeiro FUNAPREV.....	140
Tabela 66 - Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro PREVMILITAR.....	141
Tabela 67 - Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro PREVID (Poder e Fonte de Recursos).....	142
Tabela 68 - Demonstrativo Consolidado da Despesa Empenhada de Pessoal (Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID).....	143
Tabela 69 - Resumo das Despesas dos Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID	144
Tabela 70 - Gastos em Ações Específicas – COVID.....	145
Tabela 71 - Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa Orçamentárias, por Fontes de Recursos.....	147
Tabela 72 - Comparativo da Despesa e Receita Intraorçamentária - Modalidade 91	150
Tabela 73 - Demonstrativo Resumido do Balço Financeiro Consolidado	155

Tabela 74 - Demonstrativo da Dívida Flutuante – Consolidada.....	156
Tabela 75 - Resumo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados.....	157
Tabela 76 - Demonstrativo do Balanço Patrimonial Consolidado	159
Tabela 77 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais	160
Tabela 78 - Demonstrativo Comparativo da Previsão de Metas Fiscais com a Realização, de Acordo os Arts.4º, § 1º e Art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal .	162
Tabela 79 - Comparação de Resultado Primário Exercício 2021 - Critério LDO x MDF	164
Tabela 80 - Comparação de Resultado Nominal Exercício 2021 - Critério LDO x MDF	165
Tabela 81 - Evolução do Resultado Nominal – “Acima da Linha”	165
Tabela 82 - Receita Corrente Líquida	166
Tabela 83 - Composição da RLIT	168
Tabela 84 - Dispêndios com Educação.....	169
Tabela 85 - Despesa Empenhada em Educação por Grupo de Despesa	170
Tabela 86 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (Art.212 da Constituição Federal) - RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)	172
Tabela 87 - Demonstrativo da Despesa com Educação x Receita Líquida de Impostos	175
Tabela 88 - Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35).....	176
Tabela 89 - Demonstrativo da Despesa com Saúde x Receita Líquida de Impostos - 2017 a 2021.....	177
Tabela 90 - Demonstrativo das Despesas com Saúde Total, Computadas e não Computadas	178
Tabela 91 - Despesas Não Computadas	179
Tabela 92 - Despesas Executadas pelos Consórcios Públicos de Saúde	180
Tabela 93 - Variação Gasto de Pessoal.....	183
Tabela 94 - Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos de Saúde...	183
Tabela 95 - Demonstrativo das Nomeações de Novos Servidores - Arts. 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal	185
Tabela 96 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal x Receita Corrente Líquida....	186
Tabela 97 - Representatividade das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida	187
Tabela 98 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL – LRF - Anexo 2..	187
Tabela 99 - Demonstrativo da Composição da Dívida Fundada Estadual - 2017 a 2021	193
Tabela 100 - Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Credor	196
Tabela 101 - Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Moeda	197
Tabela 102 - Demonstrativo da Evolução do Serviço da Dívida Pública Estadual.....	198
Tabela 103 - Demonstrativo dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito	200
Tabela 104 - Demonstrativo das Garantias – LRF	201
Tabela 105 - Demonstrativo das Operações de Crédito – LRF - Anexo 4.....	202

Tabela 106 - Demonstrativo da Captação das Operações de Crédito e sua Finalidade	205
Tabela 107 - Demonstrativo das Liberações Anuais das Operações de Crédito e o seu Limite de 16% da RCL	206
Tabela 108 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - LRF - Consolidado - Anexo 5.....	207
Tabela 109 - Resumo de Indicadores Fiscais – Receita e Disponibilidade.....	208
Tabela 110 - Resumo de Indicadores Fiscais – Índices Legais.....	209
Tabela 111 - Volume de Recursos Reembolsados - por PPA da Execução do Investimento - Programa - Projeto e Fonte	220
Tabela 112 - Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará - CEARAPAR	222
Tabela 113 - Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR ..	223
Tabela 114 - Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada	224
Tabela 115 - Demonstrativo da Composição da Receita Realizada.....	224
Tabela 116 - Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada – Consolidada ..	225
Tabela 117 - Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa por Tipo de Crédito - Consolidada.....	225
Tabela 118 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias – Consolidadas.....	226
Tabela 119 - Demonstrativo da Composição das Diferenças entre a Receita realizada e a Despesa Intraorçamentária paga Consolidada (Modalidade 91)	227
Tabela 120 - Demonstrativo do Cálculo do Saldo Inicial dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores - Consolidado	227
Tabela 121 - Demonstrativo do Cálculo dos Recebimentos de Outros Valores Restituíveis – Consolidado.....	229
Tabela 122 - Demonstrativo do Cálculo dos Pagamentos de Outros Valores Restituíveis - Consolidado	230
Tabela 123 - Demonstrativo dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Ingressos) – Consolidado.....	231
Tabela 124 - Demonstrativo dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Dispêndios) – Consolidado.....	231
Tabela 125 - Demonstrativo de Outros Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários.....	232
Tabela 126 - Demonstrativo dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – Consolidado.....	233
Tabela 127 - Demonstrativo dos Créditos a Curto Prazo	234
Tabela 128 - Demonstrativo dos Créditos Tributários a Receber de Curto Prazo	234
Tabela 129 - Demonstrativo dos Créditos do FDI	235
Tabela 130 - Demonstrativo da Dívida Ativa	236
Tabela 131 - Demonstrativo das Ações Ajuizadas para Cobrança da Dívida Ativa ...	239
Tabela 132 - Demonstrativo da Evolução do Montante de Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa.....	239
Tabela 133 - Demonstrativo de Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	240

Tabela 134 - Demonstrativo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo – Consolidado.....	240
Tabela 135 - Demonstrativo do Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo-Consolidado.....	241
Tabela 136 - Demonstrativo das Aplicações Temporárias	241
Tabela 137 - Demais VPD a Apropriar.....	242
Tabela 138 - Demonstrativo dos Créditos a Longo Prazo – Consolidado.....	242
Tabela 139 - Demonstrativo das Participações Permanentes	244
Tabela 140 - Demonstrativo das Participações Avaliadas pelo MEP	244
Tabela 141 - Demonstrativo das Participações do Estado do Ceará em Sociedades Controladas	245
Tabela 142 - Demonstrativo do Imobilizado	246
Tabela 143 - Demonstrativo de Depreciação e Amortização Acumulada de Bens Móveis e Imóveis	246
Tabela 144 - Demonstrativo de Amortização Acumulada.....	247
Tabela 145 - Demonstrativo dos Valores de Bens Adquiridos pelos Fundos	248
Tabela 146 - Demonstrativo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	249
Tabela 147 - Demonstrativo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	250
Tabela 148 - Demonstrativo de Valores Restituíveis.....	250
Tabela 149 - Provisões Matemáticas Previdenciárias do SUPSEC - FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID.....	254
Tabela 150 - Provisões Matemáticas Previdenciárias do Fundo de Previdência Parlamentar FPP	255
Tabela 151 - Demonstrativo dos Ajustes de Exercícios Anteriores - Consolidado.....	256
Tabela 152 - Demonstrativo do Cálculo do Superávit Financeiro Consolidado	258
Tabela 153 - Demonstrativo do Quociente da Situação Financeira Consolidada	259
Tabela 154 - Demonstrativo da Composição do Passivo Financeiro – Consolidado	259
Tabela 155 - Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado por Fonte e Subfontes	260
Tabela 156 - Demonstrativo de Reavaliações Positivas.....	264
Tabela 157- Demonstrativo de Reavaliações Positivas por Órgão.....	265
Tabela 158 - Demonstrativo de Reavaliações Negativas	265
Tabela 159 - Demonstrativo de Reavaliações Negativa por Órgão	265
Tabela 160 - Demonstrativo das Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	266
Tabela 161 - Detalhamento de VPA - Fatos Geradores Diversos	266
Tabela 162 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas.....	267
Tabela 163 - Detalhamento de VPD - Fatos Geradores Diversos	268
Tabela 164 - Demonstrativo das Baixas de Restos a Pagar não Processados da Dívida Flutuante do Estado.....	269
Tabela 165 - Demonstrativo das Baixas de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante do Estado.....	269
Tabela 166 - Demonstrativo das Contas com Atributo “P” a Serem Excluídas dos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante – Consolidada.....	269
Tabela 167 - Demonstrativo das Obrigações Diversas a Serem Adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante Consolidada.....	270

Tabela 168 - Composição do Saldo do Exercício Anterior dos Depósitos de Diversas Origens do Demonstrativo da Dívida Flutuante Consolidada	270
Tabela 169 - Demonstrativo dos Ingressos de Valores Restituíveis - Consolidados ..	272
Tabela 170 - Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis - Consolidados..	272
Tabela 171 - Demonstrativo dos Valores a Repassar - Consolidados.....	273
Tabela 172 - Demonstrativo de Valores a Receber - Consolidados	273
Tabela 173 - Demonstrativo das Saídas de Caixa a Regularizar – Consolidadas	274
Tabela 174 - Demonstrativo das Saídas de Caixa Regularizadas - Consolidadas	274

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução de novos casos de COVID-19 por milhão de habitantes em 2021, no Brasil e em outras regiões do mundo – Média móvel de 7 dias.....	25
Gráfico 2 - Evolução de novas mortes de COVID-19 por milhão de habitantes em 2021, no Brasil e em outras regiões do mundo – Média móvel de 7 dias.....	25
Gráfico 3 - Mortes de COVID-19 por milhão de habitantes no Brasil e em outras regiões do mundo - Total acumulado até 31 de dezembro de 2021.....	26
Gráfico 4 - Percentual da população com pelo menos uma dose de vacina contra COVID-19 no Brasil e em outras regiões do mundo - Total acumulado ao longo de 2021	27
Gráfico 5 - PIB a preços de mercado – Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 4º trimestre de 2010 a 4º trimestre de 2021	27
Gráfico 6 - Taxas Médias Reais de Crescimento Anual do PIB em cada Década (%). 29	
Gráfico 7 - Evolução do PIB anual - Ceará e Brasil (%) - 2010 a 2022	29
Gráfico 8 - IPCA e meta para a inflação – Variação (%) em 12 meses - Ocorrido, Expectativas de Mercado (Focus), Meta para a Inflação; Dados Mensais	30
Gráfico 9 - Meta para a Taxa Selic (% a.a.) - Dados diários.....	31
Gráfico 10 - Taxa de Câmbio Nominal (R\$/US\$) - Cotação de venda, Dados diários . 32	
Gráfico 11 - Taxa de desocupação – Desemprego (%) - Dados trimestrais divulgados mensalmente	32
Gráfico 12 - Resultados - Primário e Nominal - % do PIB, em 12 meses, setor público consolidado, dados mensais.....	33
Gráfico 13 - DLSP e DBGG - % do PIB, dados mensais.....	34
Gráfico 14 - Impulso e Resposta dos Multiplicadores Fiscais no Brasil.....	36
Gráfico 15 - Poupança e Investimento	37
Gráfico 16 - Consolidação do Orçamento por Poder.....	43
Gráfico 17 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por Categoria Econômica e Grupo de Despesa	51
Gráfico 18 - Demonstrativo do Quociente da Execução Orçamentária	57
Gráfico 19 - Receitas Correntes Líquidas x Receitas de Capital Líquidas x Receitas Intraorçamentárias Líquidas.....	61
Gráfico 20 - Evolução do ICMS Ceará - 2020/2021	70
Gráfico 21 - Evolução da Arrecadação do ICMS - Brasil - 2020/2021	71
Gráfico 22 - Participação Percentual do PIB Cearense no PIB do Brasil – 2012 a 2021	75
Gráfico 23 - Participação Percentual Percentual do ICMS no PIB do Ceará – 2012 a 2021	76
Gráfico 24 - Evolução da Receita Patrimonial.....	82
Gráfico 25 - Evolução da Receita do FPE - Valores Brutos.....	86
Gráfico 26 - Evolução das Perdas do FUNDEB	88
Gráfico 27 - Comparativo da Previsão com a Arrecadação da Receita de Operação de Crédito.....	92
Gráfico 28 - Evolução das Operações de Crédito	93
Gráfico 29 - Participação das Operações de Crédito em Relação à Receita Total.....	94

Gráfico 30 - Evolução da Receita de Operação de Crédito Interna e Externa.....	95
Gráfico 31 - Despesa Realizada por participação dos orçamentos fiscal e da seguridade social.....	101
Gráfico 32 - Despesa Realizada por Poder.....	106
Gráfico 33 - Despesas do FECOP por Função de Governo.....	115
Gráfico 34 - Evolução da RCL e RLIT.....	169
Gráfico 35 - Evolução da Perda com o FUNDEB.....	171
Gráfico 36 - Despesas com Educação x Receita Líquida de Impostos - 2016 a 2020	175
Gráfico 37 - Despesa com Saúde x Receita Líquida de Impostos.....	178
Gráfico 38 - Evolução Percentual das Despesas com Saúde (Computadas e não Computadas).....	179
Gráfico 39 - Despesa com Pessoal x Receita Corrente Líquida- 2017 a 2021	186
Gráfico 40 - Evolução da Cotação do Dólar Fim de Período.....	192
Gráfico 41 - Evolução da Dívida Fundada em Relação ao PIB e RCL.....	194
Gráfico 42 - Composição da Dívida Fundada Estadual.....	195
Gráfico 43 - Saldo Devedor da Dívida Fundada por Credor.....	196
Gráfico 44 - Dívida Pública do Estado do Ceará - Saldo Devedor por Moeda.....	197
Gráfico 45 - Capacidade de Pagamento Anual da Dívida Pública-Limitada 11,5% da RCL.....	199
Gráfico 46 - Liberações Anuais das Operações de Crédito e o seu Limite de 16% da RCL.....	206

Apresentação

O Balanço Geral do Estado, nos termos do art. 88, inciso XVI, da Constituição Estadual, diz respeito à prestação de contas que o Excelentíssimo Senhor Governador apresenta anualmente à Augusta Assembleia Legislativa, *in verbis*:

“Art.88. Compete privativamente ao Governo do Estado:

XVI - prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior e, em caso de decretação de calamidade pública, este prazo será de até 120 (cento e vinte) dias após a abertura da sessão legislativa”

Integram o Balanço Geral as demonstrações pertinentes às execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, elaboradas em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações, que trata de normas gerais de consolidação das Contas Públicas.

O Balanço Geral é composto de dois volumes e um Relatório das Demonstrações Contábeis. O primeiro volume contém os balanços e demonstrativos da Administração Direta. O segundo engloba os balanços e demonstrativos - consolidados e por entidade das autarquias, fundações e fundos e ainda as demonstrações financeiras das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Por seu turno, o relatório contém as explicações e a análise das execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, distribuídas em capítulos, tendo como objetivo facilitar o manuseio e dar melhor configuração aos dados e informações.

O Balanço Geral é um instrumento legal imprescindível à sociedade, porquanto lhe permite acesso às informações que identificam a origem e a destinação dos recursos públicos, que visam melhorar a qualidade de vida do povo cearense, bem como a avaliação do desempenho da gestão pública.

Em cumprimento à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado nº 12.509, de 06/12/95, alterada pela Lei nº 17.209, de 15.05.2020 - D.O.E. 15.05.2020, acompanha a Prestação de Contas o parecer do Controle Interno que evidencia o cumprimento da legislação vigente quanto à forma de apresentação das demonstrações contábil, financeira e fiscal.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contexto Operacional

O presente relatório tem por finalidade demonstrar os resultados alcançados pelo Governo do Estado do Ceará, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Camilo Sobreira de Santana, durante o exercício de 2021, em função das ações governamentais desenvolvidas, tomando por base as informações contábeis contidas no Balanço Geral.

O Governo do Estado do Ceará é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 07.954.480/0001-79, tendo a sua sede administrativa situada em Fortaleza, na Av. Barão de Studart n.º 401.

As atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2021 foram amparadas pela Lei Estadual nº 17.364, de 23 de dezembro de 2020 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2021), alterada pelas Leis nº 17.823, de 10 de dezembro de 2021 e nº 17.854, de 23 de dezembro de 2021, e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2021.

O Balanço Geral do Estado consolida as contas dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta de todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), do Ministério Público e da Defensoria Pública, integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. O objetivo principal é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público do Estado e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nele, a sociedade pode encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Governo Estadual.

Elaborado a partir das informações do Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR) que, contempla os atos e fatos ocorridos no âmbito da Administração Pública Estadual, sempre em observância aos Princípios de Contabilidade e, de forma gradativa, às novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público - NBCASP.

O Estado do Ceará realiza suas funções por meio da Administração Pública composta pelos órgãos que compõem a estrutura dos três Poderes, agentes e entidades (fundos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista) que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

O Estado atua predominante na prestação de serviços públicos, que são financiados com a arrecadação de tributos e contribuições de competência própria ou por intermédio de transferências constitucionais ou legais, bem como a contratação de operações de créditos e as transferências voluntárias.

Os fundos públicos vinculados aos Poderes também são considerados administração indireta e são consolidados no balanço da Administração Indireta.

Para a prestação desses serviços o estado conta com uma estrutura organizacional constitucional e legalmente definida da seguinte forma:

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Tribunal de Contas do Estado do Ceará
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará
Assessoria Especial da Vice-Governadoria
Casa Civil
Centro de Educação a Distância do Estado do Ceará
Conselho Estadual de Educação
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário
Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado
Corpo de Bombeiros Militar do Ceará
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará
Perícia Forense do Estado do Ceará
Polícia Militar do Ceará
Procuradoria-Geral do Estado
Secretaria da Cultura
Secretaria da Educação
Secretaria da Fazenda
Secretaria da Infraestrutura
Secretaria do Meio Ambiente
Secretaria do Planejamento e Gestão
Secretaria da Saúde
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria das Cidades
Secretaria de Administração Penitenciária
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior
Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos
Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho
Secretaria do Esporte e Juventude
Secretaria do Turismo
Secretaria dos Recursos Hídricos
Superintendência da Polícia Civil
Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará
Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
AUTARQUIAS
Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará
Departamento Estadual de Trânsito
Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues
Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará

Junta Comercial do Estado do Ceará
Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará
Superintendência Estadual do Meio Ambiente
Superintendência de Obras Hidráulicas
Superintendência de Obras Públicas

FUNDAÇÕES

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará
Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará
Fundação de Teleducação do Ceará
Fundação Universidade Estadual do Ceará
Fundação Universidade Regional do Cariri
Fundação Universidade Vale do Acaraú

EMPRESAS PÚBLICAS

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Ceará

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A
Centrais de Abastecimento do Ceará S/A
Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará
Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos
Companhia da Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará
Companhia de Água e Esgoto do Ceará
Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém S/A
Companhia de Gás do Ceará
Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará S/A

MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

Ministério Público do Estado do Ceará
Defensoria Pública Geraldo Estado do Ceará

De acordo com o art. 17 da Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, alterada pela Lei nº 16.863, de 3 de junho de 2019, que dispõe sobre o modelo de gestão do poder executivo, compete à Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará gerenciar o sistema de execução orçamentária financeira e contábil-patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Estadual e gerenciar e divulgar informações financeiras e contábeis.

Dentro da estrutura organizacional da Secretaria da Fazenda, encontra-se a Secretaria Executiva do Tesouro Estadual e de Metas Fiscais, e nesta, a Coordenadoria de Gestão da Execução Orçamentária, Patrimonial e Contábil (COPAC), que gerencia o S2GPR, adequando os seus processos, procedimentos e relatórios às normas e diretrizes da legislação relacionada e dos órgãos de controle, além de garantir a consistência e conformidade dos dados, informações, relatórios e demonstrativos da execução orçamentária, contábil, patrimonial e financeira do Estado do Ceará, estabelecendo normas, processos e procedimentos, promovendo a transparência pela divulgação tempestiva dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Balanço Geral do Estado à sociedade.

Com o advento do novo Modelo de Gestão do Poder Executivo, fundamentado na Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado - DOE nº 241, de 27 de dezembro de 2018, promovendo a alteração da Estrutura da Administração Estadual, o acompanhamento dos serviços de contabilidade dos órgãos da Administração Direta e Indireta ficou a cargo das Células de Estudos e Normas Contábeis - CENOC, de Contabilidade Centralizada dos Órgãos - CEORG e de Contabilidade Geral do Estado - CECOG, vinculadas à Coordenadoria de Gestão da Execução Orçamentária, Patrimonial e Contábil - COPAC, às quais incumbe a coordenação e o acompanhamento das execuções orçamentária e extraorçamentárias, financeira, contábil e patrimonial de 37 órgãos integrantes da Administração Direta, incluindo todos os Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública. Quanto a natureza jurídica dos órgãos da Administração Indireta, há 12 Autarquias, 8 Fundações, 36 Fundos Especiais, 2 Empresas Públicas e 9 Sociedades de Economia Mista. Em atendimento à portaria nº 589/STN, de 27/12/01, as estatais dependentes ETICE, EMATERCE e COHAB realizaram suas execuções orçamentárias no Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, sem prejuízo da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. As empresas estatais independentes, sete no total, a saber: ADECE, CEGÁS, CEASA, CAGECE, COGERH, CEARÁPORTOS, METROFOR e CEARAPAR não têm obrigação legal de escriturar suas operações no S2GPR e dispõem de sistema contábil próprio.

Feitas estas considerações, o S2GPR vem cumprindo com as determinações das legislações financeira, orçamentária e fiscal e demonstrando a transparência de seus atos por meio da divulgação periódica de relatórios das execuções da Receita e Despesa Orçamentárias e da Gestão Fiscal abrangendo todos os relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR – foi implantado no exercício de 2012, sendo o Ceará o primeiro Estado a assumir a responsabilidade inerente a este desafio das NBCASP. O Governo do Ceará também foi o primeiro a implantar o incipiente Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP) no exercício de 2012 e colocou em prática, de forma parcial, as novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público - NBCASP, dando um passo importante no processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (IPSAS).

1.2. Análise Econômica

1.2.1. Análise do Contexto Econômico Mundial, Nacional e do Ceará

O ano de 2021 foi marcado pela retomada das atividades econômicas em todo mundo, apesar da continuidade da pandemia da COVID-19 e suas consequências sobre a sociedade e toda cadeia produtiva. Esse período evidenciou também o desenvolvimento de vacinas contra o Novo Coronavírus em um curto prazo de tempo, disponíveis em alguns países no final de 2020 e em janeiro de 2021 no Brasil, somente um ano após a OMS (Organização Mundial da Saúde) decretar uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - (ESPII). Desta forma, nas diversas nações houve um grande esforço para imunizar rapidamente a população, propiciando um cenário de retomada da confiança dos agentes de mercado para o desenvolvimento de suas atividades regulares.

Os gráficos a seguir evidenciam a evolução da pandemia no Brasil em 2021, trazendo informações de casos, mortes e vacinação, harmonizados de forma relativa em relação ao total da população. Todos os dados trazem o Brasil comparado com outras regiões do mundo.

Em relação aos casos confirmados, é importante destacar que os números a seguir são diretamente influenciados pelo nível de rastreamento do vírus adotado por cada país. Desta forma, há uma disparidade nos casos entre as regiões. Enquanto países da Europa, como o Reino Unido, realizaram desde o início da pandemia até o final de 2021 um total de 5,7 mil testes por milhão de habitantes, o Brasil acumulou somente 0,3 mil, quase 20 vezes menos, demonstrando uma subnotificação de casos. Mesmo assim, em decorrência da proliferação de variantes mais contaminantes, o Brasil apresentou um elevado nível de infecção por boa parte do ano, com picos de casos entre março e junho, decrescendo no restante do ano. O surgimento da *Ômicron* no final de 2021 fez os casos se multiplicarem mundialmente, mas com uma taxa de mortalidade menor.

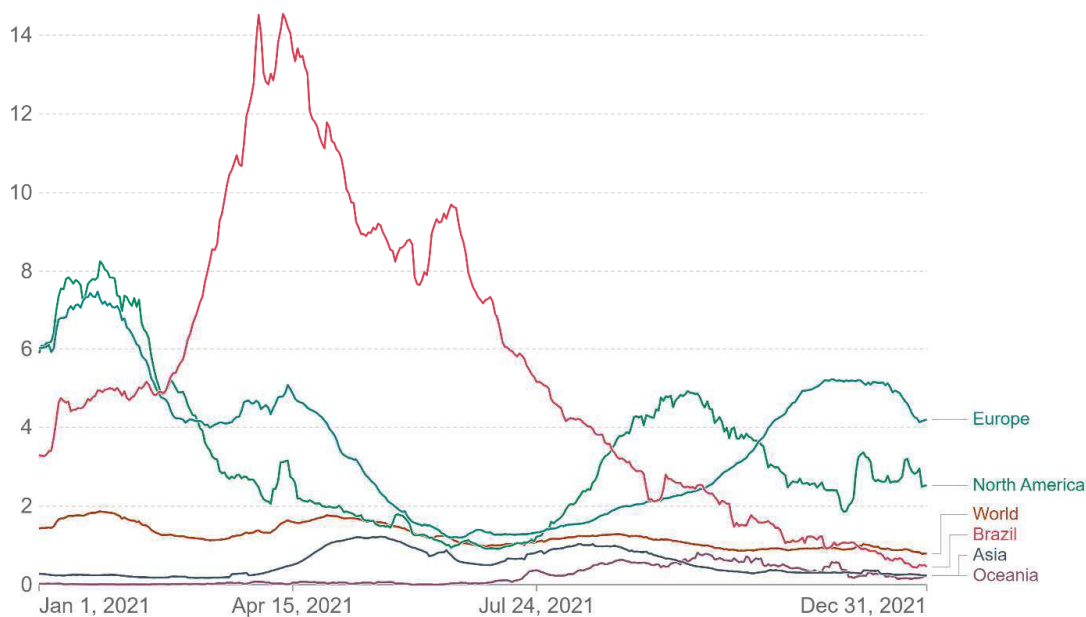
Gráfico 1 - Evolução de novos casos de COVID-19 por milhão de habitantes em 2021, no Brasil e em outras regiões do mundo – Média móvel de 7 dias



Fonte: Elaborado por Our World in Data, com dados da Johns Hopkins University

Quando são analisadas as mortes, fica evidente o quanto a COVID-19 atingiu fortemente o Brasil, chegando a um pico de 14 mortes por milhão em abril, bem acima das outras regiões. O gráfico a seguir mostra também que as mortes seguiram uma tendência de queda até o final do ano.

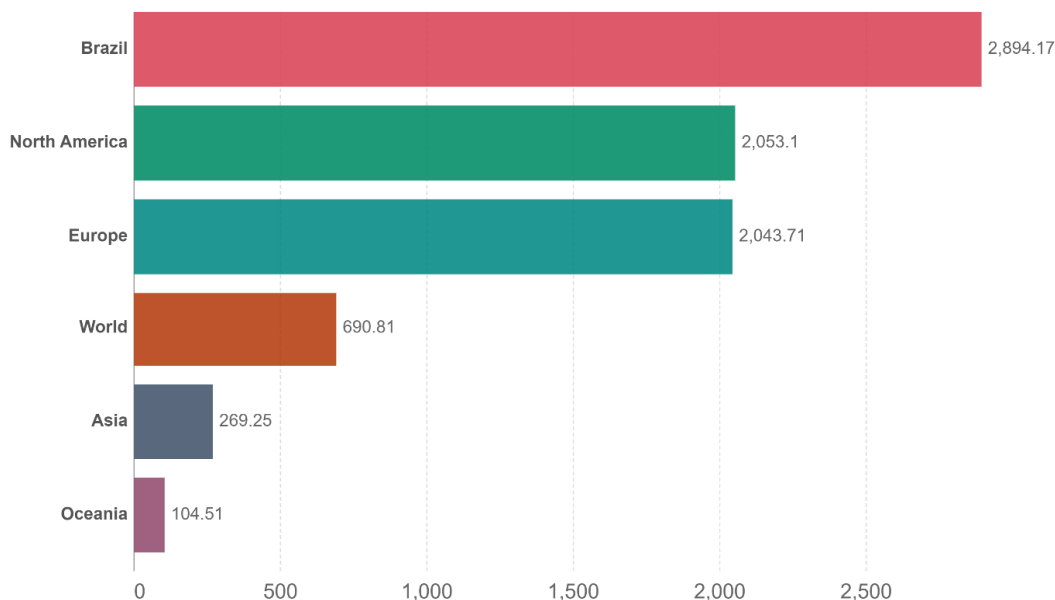
Gráfico 2 - Evolução de novas mortes de COVID-19 por milhão de habitantes em 2021, no Brasil e em outras regiões do mundo – Média móvel de 7 dias



Fonte: Elaborado por Our World in Data, com dados da Johns Hopkins University

No acumulado até o final de 2021, o total de mortes por milhão de habitantes no Brasil (2,9 mil) ficou em um nível acima de outras regiões, como a América do Norte (2 mil) e Europa (2 mil), além da Ásia (0,27 mil) e Oceania (0,1 mil). No mundo, o valor ficou em 0,69 mil.

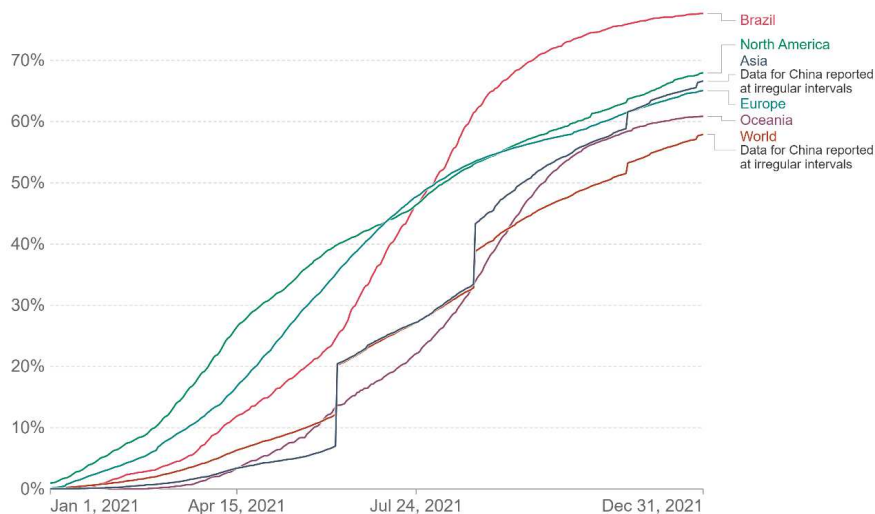
Gráfico 3 - Mortes de COVID-19 por milhão de habitantes no Brasil e em outras regiões do mundo - Total acumulado até 31 de dezembro de 2021



Fonte: Elaborado por Our World in Data, com dados da Johns Hopkins University

Em relação às vacinas contra COVID-19, o Brasil tem uma política pública nacional nessa área já consolidada de muitas décadas. Por outro lado, percebe-se que outras regiões como a Europa e América do Norte iniciaram o processo de forma antecipada e mais rápida, pois a disponibilidade nacional era mais escassa. Com a oferta aumentando, em agosto o país passou o nível de vacinação das outras regiões evidenciadas, mantendo-se dessa forma até o final do ano. Cabe destacar que o aumento da vacinação coincide com a redução consistente das mortes, evidenciando uma correlação negativa entre o avanço da aplicação de doses e a queda dos óbitos. Este fato traz a perspectiva de controle da pandemia e sua transformação em doença endêmica, a ser enfrentada localmente por cada país.

Gráfico 4 - Percentual da população com pelo menos uma dose de vacina contra COVID-19 no Brasil e em outras regiões do mundo - Total acumulado ao longo de 2021

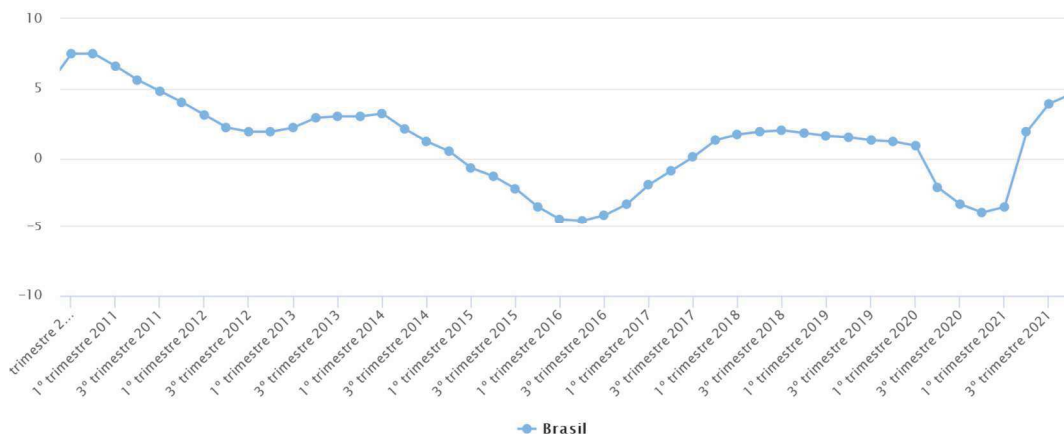


Fonte: Our World in Data

Assim, em 2021 o mundo conviveu com mais um ano de pandemia, sofrendo ainda com os custos econômicos do enfrentamento da crise sanitária, mas com uma retomada de diversos setores da economia que foram paralisados em 2020. Com isso, os indicadores de 2021 devem ser sempre analisados considerando o cenário ocorrido em 2020.

O PIB do Brasil, após reduzir 3,9% em 2020, cresceu 4,6% em 2021. Estimativas do Fundo Monetário Internacional – FMI publicadas no *World Economic Outlook* de janeiro de 2022, indicam que esse crescimento está abaixo do nível mundial (+5,9%), das economias desenvolvidas (+5,0%), dos países emergentes e em desenvolvimento (+6,5%) e da América Latina e Caribe (+6,8%), entre outras regiões. Por outro lado, todas essas regiões apresentaram queda em 2020: mundo (-3,1%), economias desenvolvidas (-4,5%), países emergentes e em desenvolvimento (-2%) e América Latina e Caribe (-6,9%). As projeções para 2022 e 2023 para o Brasil (+0,3% e +1,6%) indicam um crescimento bem menor que o esperado para o mundo (+4,4% e +3,8%).

Gráfico 5 - PIB a preços de mercado – Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 4º trimestre de 2010 a 4º trimestre de 2021



Fonte: IBGE – Contas Nacionais Trimestrais

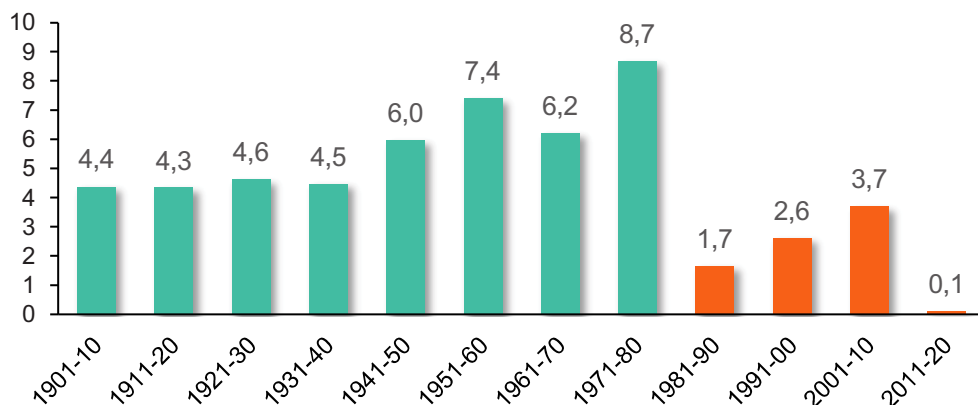
Tabela 1 - Taxas de variação do PIB Mundial – Realizado, Estimativas e Projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) - 2020 a 2023

Descrição	Realizado	Estimado	Projeções	
	2020	2021	2022	2023
Mundo	-3,1	5,9	4,4	3,8
Economias Desenvolvidas	-4,5	5,0	3,9	2,6
Estados Unidos	-3,4	5,6	4,0	2,6
Zona do Euro	-6,4	5,2	3,9	2,5
Alemanha	-4,6	2,7	3,8	2,5
França	-8,0	6,7	3,5	1,8
Itália	-8,9	6,2	3,8	2,2
Espanha	-10,8	4,9	5,8	3,8
Japão	-4,5	1,6	3,3	1,8
Reino Unido	-9,4	7,2	4,7	2,3
Canadá	-5,2	4,7	4,1	2,8
Outras Economias Desenvolvidas	-1,9	4,7	3,6	2,9
Países Emergentes e em Desenvolvimento	-2,0	6,5	4,8	4,7
Emergentes e Ásia em Desenvolvimento	-0,9	7,2	5,9	5,8
China	2,3	8,1	4,8	5,2
Índia	-7,3	9,0	9,0	7,1
ASEAN-5	-3,4	3,1	5,6	6,0
Emergentes e Europa em Desenvolvimento	-1,8	6,5	3,5	2,9
Rússia	-2,7	4,5	2,8	2,1
América Latina e Caribe	-6,9	6,8	2,4	2,6
Brasil	-3,9	4,7	0,3	1,6
México	-8,2	5,3	2,8	2,7
Oriente Médio e Ásia Central	-2,8	4,2	4,3	3,6
Arábia Saudita	-4,1	2,9	4,8	2,8
África abaixo do Saara	-1,7	4,0	3,7	4,0
Nigéria	-1,8	3,0	2,7	2,7
África do Sul	-6,4	4,6	1,9	1,4
Crescimento Mundial - Taxas de Câmbio de Mercado	-3,5	5,6	4,2	3,4
União Europeia	-5,9	5,2	4,0	2,8
Oriente Médio e Norte da África	-3,2	4,1	4,4	3,4
Mercados Emergentes e Economias de renda média	-2,2	6,8	4,8	4,6
Países em Desenvolvimento de renda baixa	0,1	3,1	5,3	5,5

Fonte: World Economic Outlook – FMI – Jan 2022, adaptado pela SEFAZ/CEPLA

Com relação ao crescimento econômico brasileiro, existem diversos diagnósticos sobre o baixo crescimento da economia brasileira, vide gráfico abaixo, dentre os quais destacam-se neste documento o de Mendes (2014), cujas escolhas dos formuladores de políticas no Brasil ao longo do tempo, revelaram uma combinação deletéria para o nosso baixo crescimento: a) altos gastos públicos sem efetividade; b) complexo sistema tributário; c) baixo investimento público; d) baixa qualidade dos serviços de educação; e) insegurança jurídica; f) baixa poupança do setor público.

Gráfico 6 - Taxas Médias Reais de Crescimento Anual do PIB em cada Década (%)



Fonte: IPEA, BACEN. Elaboração SECEX Tesouro-Cepla

Ademais, a crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus foi a mais grave já enfrentada por governos, famílias e empresas de todo o mundo na opinião de diversos economistas de diferentes segmentos de atuação. As medidas necessárias de isolamento social impactaram a atividade produtiva, o emprego e o consumo de forma mais ampla e intensa do que ocorreu em 2008, provocando um crescimento econômico brasileiro médio de 2% nos últimos 40 anos, contra o crescimento médio da ordem de 5,8% das 8 décadas anteriores. Desta forma, última década foi considerada como perdida, considerando os resultados pífios apresentados no gráfico anterior.

O Ceará, por sua vez, continua obtendo um desempenho de sua economia acima do que tem sido verificado no âmbito nacional. Estimativa do IPECE (2022) indica que PIB cearense cresceu 6,63% em 2021. O gráfico a seguir compara os valores do PIB anual do Ceará e do Brasil de 2010 a 2022:

Gráfico 7 - Evolução do PIB anual - Ceará e Brasil (%) - 2010 a 2022



Fonte: IPECE / IBGE.

Notas: * Valores estimados, sujeitos a revisão. **Valores previstos, sujeitos a revisão

Em relação à inflação medida pelo IBGE / IPCA (últimos 12 meses), foi verificado um aumento consistente durante o ano de 2021. Após totalizar apenas 1,88% em maio de 2020 e fechar esse ano em 4,52%, o índice subiu em todos os meses até atingir 10,74% em novembro de 2021, fechando o ano acima de dois dígitos (+10,06%). Essa escalada dos preços pode ser compreendida como um descompasso entre a oferta (ainda sofrendo os efeitos da pandemia) e a demanda (em amplo processo de recuperação), além de fatores sazonais (seca severa) e externos (taxa de câmbio), entre outros. Assim, houve aumentos representativos em diversos segmentos que impactam a população e a economia, como combustíveis de veículos (+49%), energia elétrica residencial (+21,21%) e botijão de gás (+36,99%) e gás encanado (+28,49%). Inflação alta penaliza o cidadão, aumentando os seus gastos e reduzindo a sua renda disponível.

Gráfico 8 - IPCA e meta para a inflação – Variação (%) em 12 meses - Ocorrido, Expectativas de Mercado (Focus), Meta para a Inflação; Dados Mensais

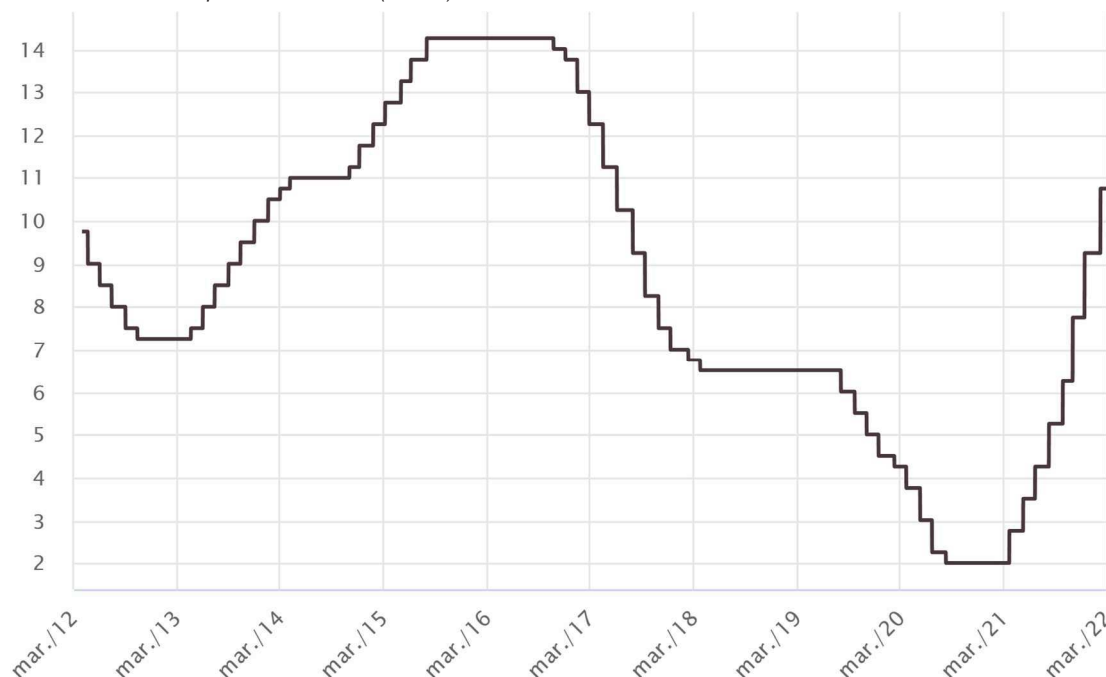


Fonte: Bacen – Estatísticas

A fim de controlar a inflação e trazer o índice para um valor mais próximo à Meta de 2021 (3,75%, com limite máximo de 5,25%), o governo federal, através do Banco Central, optou por subir a taxa SELIC. Esse indicador, que serve de referência para as taxas de juros do país, saiu do patamar mínimo de 2%, onde permaneceu de agosto/2020 até fevereiro/2021, fechando o ano em 9,25%. O aumento da taxa de juros possui um efeito contracionista, reduzindo a moeda em circulação e a atratividade da atividade da economia real, em favor das aplicações financeiras. Adicionalmente, essas elevações também podem propiciar o aumento da captação de recursos externos, valorizando a moeda local ou estabilizando a sua desvalorização.

Nessa linha, a ciência econômica tem como premissa e essência a busca pelo equilíbrio do sistema econômico por meio do uso de seus instrumentos monetários, fiscais e creditícios. Sendo assim, deve-se ter uma preocupação com os instrumentos de política monetária, como calibrar a taxa de juros de forma eficiente para conter a inflação, mas atentando para a demanda agregada e o impacto no custo da dívida pública. Desta forma, cabe uma coordenação entre a Política Fiscal do Tesouro Nacional e a Política Monetária do Banco Central.

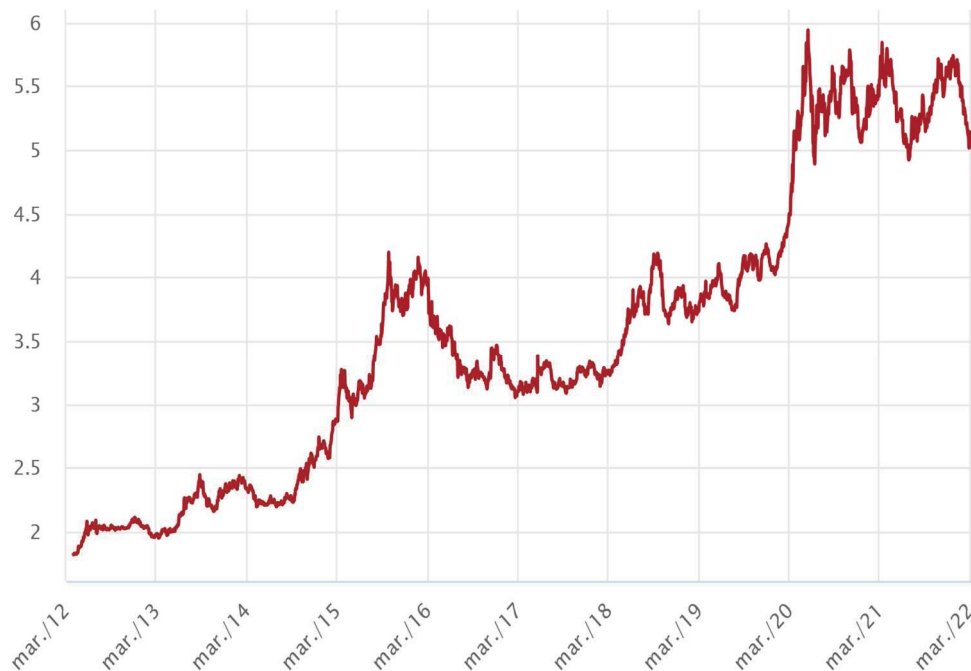
Gráfico 9 - Meta para a Taxa Selic (% a.a.) - Dados diários



Fonte: Bacen – Estatísticas

Em relação ao câmbio, a pandemia proporcionou uma grande desvalorização do real frente ao dólar. Entre meados de 2018 e janeiro de 2020 o real permaneceu em um patamar entre R\$ 3,70 e R\$ 4,00. Em poucos meses de crise sanitária o dólar se valorizou praticamente 50%, atingindo em maio de 2020 uma cotação próxima aos R\$ 6,00. Trata-se de um fato recorrente em crises, onde o investidor busca direcionar as suas reservas para a moeda americana. Durante o ano de 2021, o dólar oscilou entre R\$ 5,00 e R\$ 5,70, fechando o ano em R\$ 5,58. Essa variação positiva do dólar pressiona o preço dos importados e insumos, além de outros indicadores indexados direta ou indiretamente à moeda americana.

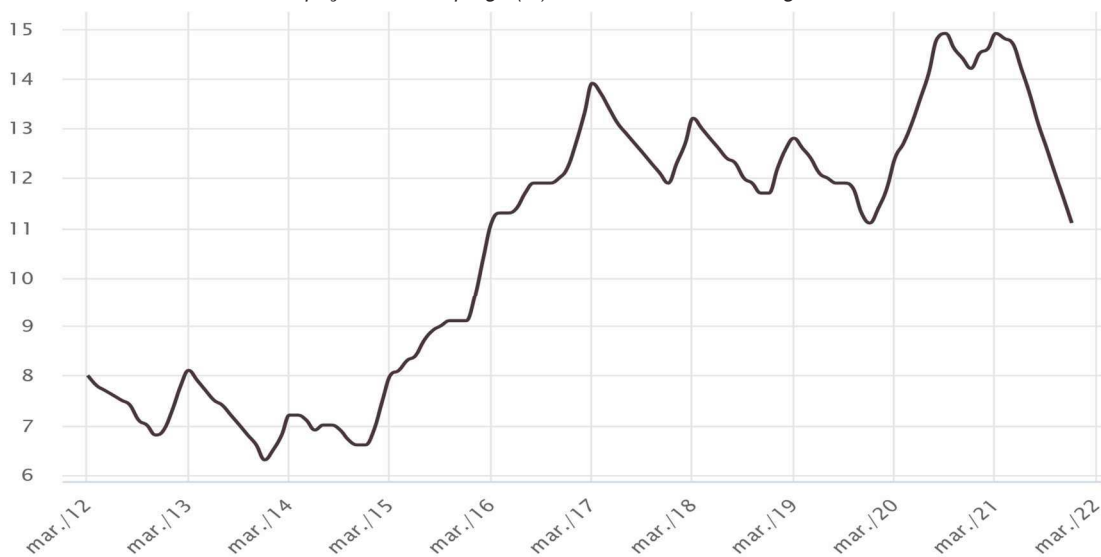
Gráfico 10 - Taxa de Câmbio Nominal (R\$/US\$) - Cotação de venda, Dados diários



Fonte: Bacen – Estatísticas

O desemprego, por sua vez, vinha em uma tendência de queda de março de 2017 (13,9%) até dezembro de 2019 (11,1%), subiu ao nível de 14,90% em setembro de 2020, com os efeitos da crise sanitária. Após uma leve queda no final desse ano, a taxa de desocupação iniciou 2021 subindo, até começar a cair de forma consistente a partir de março de 2021, fechando o ano em 11,1%. Trata-se de uma taxa muito elevada, bem acima dos 6,3% verificada em dezembro de 2013.

Gráfico 11 - Taxa de desocupação – Desemprego (%) - Dados trimestrais divulgados mensalmente

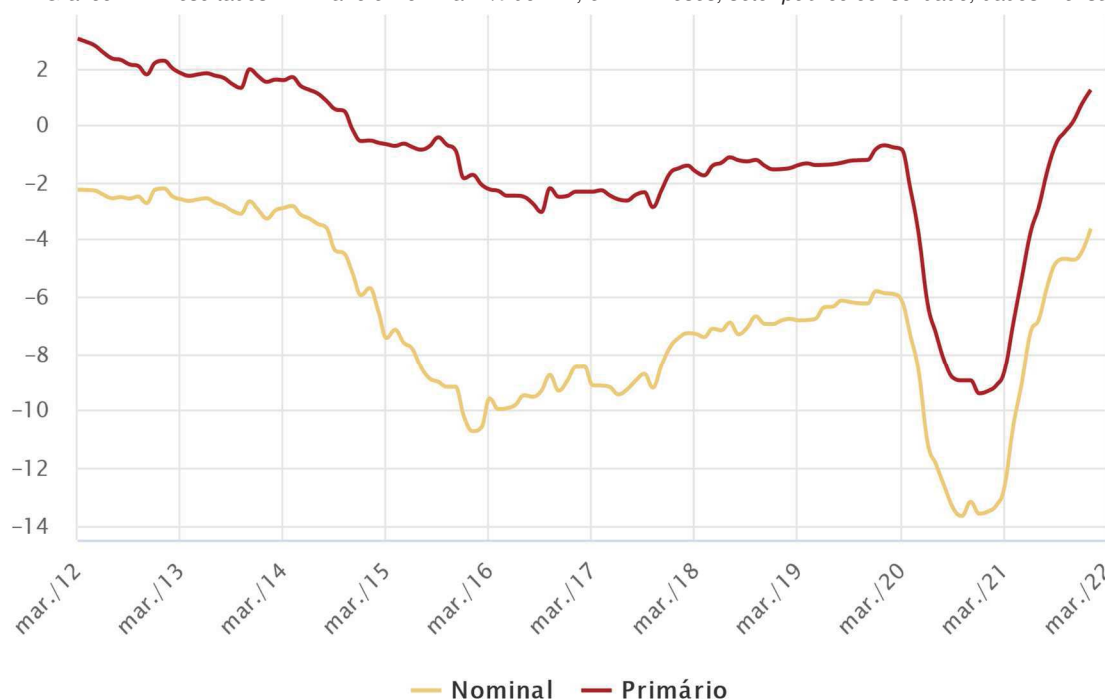


Fonte: Bacen – Estatísticas

Cumpra destacar ainda que os resultados da atividade da economia brasileira têm reflexo também sobre o resultado primário e o endividamento do setor público. Nessa linha, na medida em que o governo aumenta seus gastos acima das receitas, produzindo déficits fiscais, eleva-se a dívida pública.

Entretanto, os números dos Resultados Primário e Nominal indicam uma recuperação em V da situação fiscal do setor público nacional, com o pior momento em dezembro de 2020 (Primário: -9,41% do PIB, Nominal: -13,6% do PIB). O resultado primário foi se recuperando ao longo de 2021 até atingir um superávit primário de +0,75% do PIB em dezembro de 2021. O setor público consolidado não registrava um superávit desde outubro de 2014 (+0,5% do PIB).

Gráfico 12 - Resultados - Primário e Nominal - % do PIB, em 12 meses, setor público consolidado, dados mensais

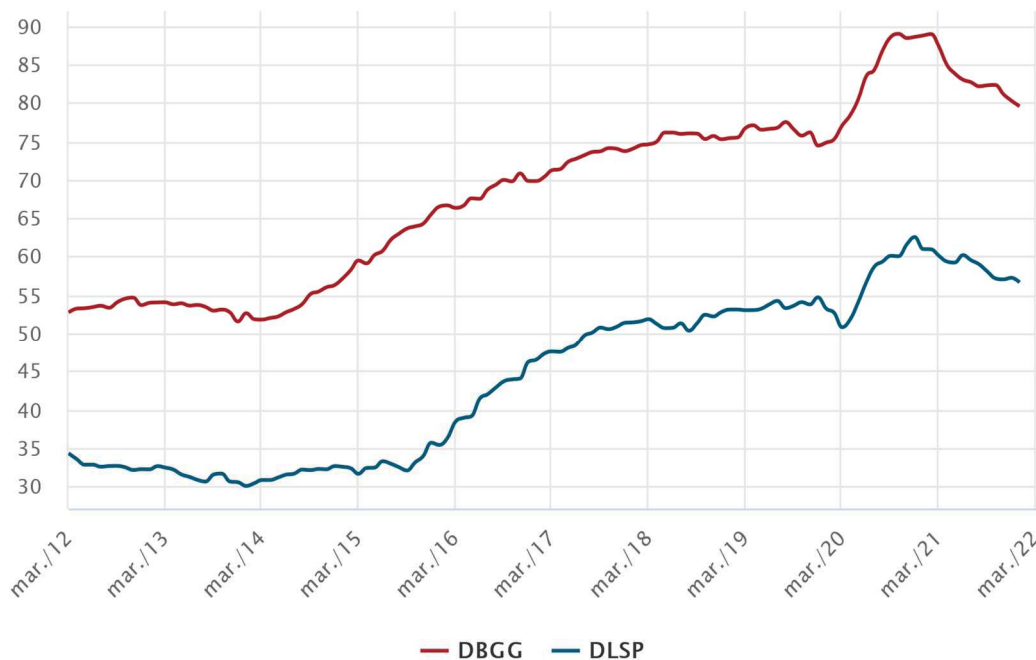


Fonte: Bacen – Estatísticas

A recuperação também pode ser verificada na Dívida Líquida do Setor Público - DLSP e na Dívida Bruta do Governo Geral - DBGG, calculadas pelo Banco Central e retratadas no próximo gráfico. A DBGG variou de 88,77% do PIB em janeiro de 2021 até 80,29% em dezembro de 2021. Por sua vez a DLSP saiu de 62,54% do PIB em dezembro de 2020 para 57,24%.

Cabe ressaltar que a dívida pública é um dos principais fundamentos de uma economia. Se usada adequadamente, pode significar uma alavanca para o desenvolvimento, um instrumento para o governo financiar seus gastos e investimentos. Quando descontrolada, acaba funcionando como um freio ao desenvolvimento, pela necessidade de geração contínua de grandes superávits primários, comprometendo a disponibilidade de recursos financeiros para o governo aplicar em infraestrutura, mecanismo que viabiliza a iniciativa privada a gerar mais investimentos e empregos.

Gráfico 13 - DLSP e DBGG - % do PIB, dados mensais



Fonte: Bacen – Estatísticas

1.2.2 Fundamentos da Ação Governamental

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - (ESPII), considerado o mais alto nível de alerta da organização, sendo a sexta vez na história que ESPII é declarada. Em 11 de março de 2020 a doença intitulada covid-19 foi caracterizada como uma pandemia.

Diante desse quadro, surgiu um consenso em nível mundial e nacional de que, a curto prazo, a forma mais eficaz de enfrentar a crise sanitária que se consolidava e evitar uma pandemia descontrolada, o colapso do sistema de saúde e uma quantidade elevada de óbitos era recorrer a medidas generalizadas de isolamento social. No entanto, com o passar do tempo, o isolamento generalizado trouxe pesados custos econômicos em termos de desemprego, queda nos rendimentos e aumento da pobreza. Este fato ocorreu porque as infecções das pessoas reduzem a oferta de mão-de-obra e implicam em quarentenas, bloqueios regionais e distanciamento social, essenciais para conter o vírus, reduzindo a mobilidade, com efeitos particularmente agudos em setores que dependem de interações sociais (como viagens, entretenimento e turismo). Além do mais, os fechamentos nos locais de trabalho interrompem as cadeias de suprimentos e reduzem a produtividade e o nível de produção, prejudicando a oferta da economia. Demissões, queda de renda, medo de contágio e aumento da incerteza fazem as pessoas gastarem menos, afetando o nível de demanda do sistema econômico. Este fato ocasiona mais fechamentos de negócios, perdas de empregos e uma paralisia de uma parcela significativa da economia.

Nesse contexto, o Poder Público foi posto à exaustão na condução tempestiva da gestão do sistema de saúde e da gestão fiscal no enfrentamento da crise provocada pela covid-19. O momento exigiu do Poder Público muita inteligência, vontade política, cooperativismo, coordenação e integração na condução da arquitetura sanitária, econômica e social no enfrentamento da crise provocada pela pandemia. É uma crise com origens na saúde que exigiu recursos para o combate direto, e de igual modo necessitou de recursos para mitigar os reflexos deletérios sobre a economia real. Assim, o Poder Público lançou um amplo conjunto de medidas emergenciais de apoio à saúde e à economia, muitas das quais envolveram e ainda envolvem custo fiscal significativo.

As aprovações das legislações pelo Congresso Nacional visavam dar o arcabouço jurídico necessário para o enfrentamento da crise, dispensando o atingimento de resultados fiscais, ao tempo que estabeleciam ajuda financeira aos entes subnacionais na busca pelo equilíbrio federativo. Nessa linha, foi exigido também providências necessárias e urgentes no âmbito orçamentário e financeiro, principalmente dos entes subnacionais, situação em que governadores e prefeitos passaram a ser protagonistas no combate à pandemia, e de forma especial também na destinação de recursos para quem mais precisava por meio de programas que visavam proteger os mais vulneráveis.

Em momentos de grande instabilidade, desequilíbrio e incertezas, não se questiona a necessidade da presença do protagonismo do Estado. Este importantíssimo agente econômico, a despeito de exercer funções mínimas ou intervencionistas, é protagonista na solução das demandas sociais. Assim, sua legitimidade e razão de ser no atendimento dessas necessidades públicas passa por obter e aplicar recursos públicos para satisfazer as necessidades coletivas crescentes, financiando políticas públicas e gerando resultados substantivos para sociedade. Diante do contexto atual, a ação governamental torna-se vital e imprescindível em momentos de grave crise, ainda mais esta que tem efeito conjugado no âmbito sanitário, econômico e social.

1.2.2.1 Fundamentos Econômicos

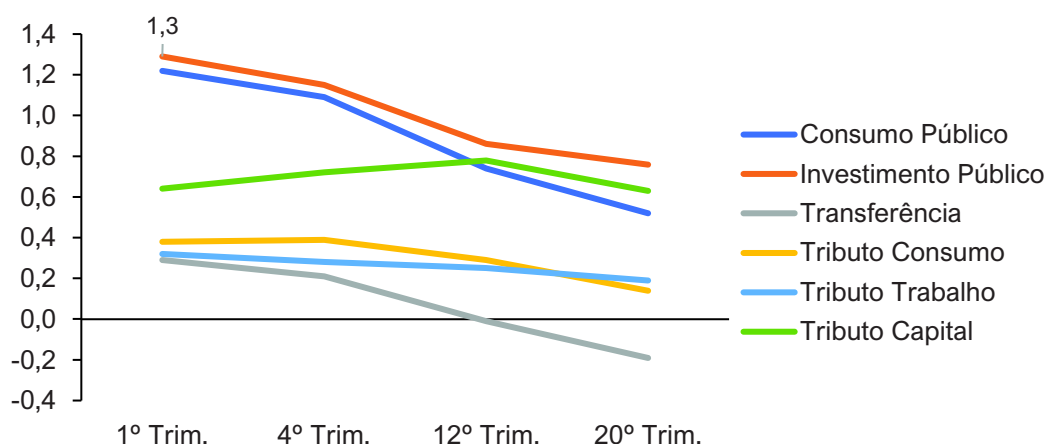
O manual macroeconômico em momentos de crise nos revela o velho receituário keynesiano como mais do que justificado e imperativo para estimular de forma direta o consumo e o investimento, uma vez que a utilização do gasto público, desde que por tempo determinado e com foco, via efeito multiplicador fiscal¹, atua como impulsionador sobre a demanda agregada, uma vez que cada unidade monetária gasta pelo governo aumenta em mais de uma unidade a demanda por bens e serviços. Se as autoridades ao redor do mundo puderam emitir e gastar em proporções nunca vistas para evitar o colapso do sistema financeiro na crise de 2008, então, é possível também emitir e gastar para outras causas igualmente justificáveis, como o colapso da saúde com sobrepeso na economia que afeta o cidadão de forma muito intensa nessa pandemia.

A ferramenta mais adequada para o momento de crise são os gastos públicos, especialmente os investimentos. O efeito multiplicador deste se mostrou superior a uma

¹ Forma de medir a repercussão no PIB de políticas governamentais que tem como financiamentos fontes relativas à redução de impostos e aumento de gastos públicos.

unidade, em torno de 1,3, superando os demais instrumentos fiscais, conforme demonstra o gráfico a seguir. Isso revela a importância do investimento público como um instrumento fiscal que impulsiona a atividade econômica diretamente no curto prazo, sendo um componente da demanda agregada. A longo prazo, há o efeito de elevar a produtividade da economia com a maturação do capital público investido.

Gráfico 14 - Impulso e Resposta dos Multiplicadores Fiscais no Brasil

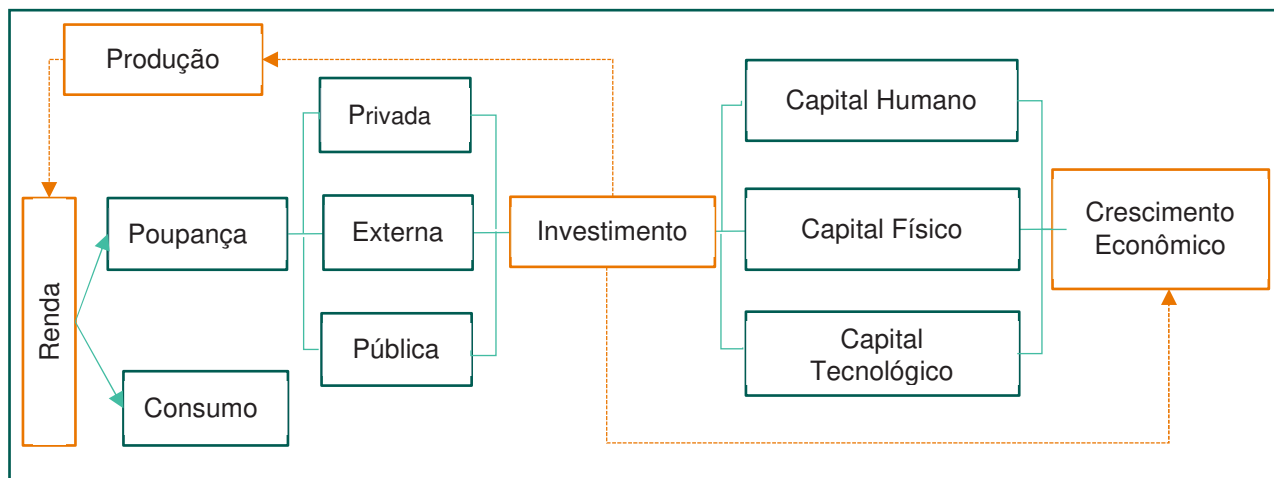


Fonte: Vitor Kayo (2018). STN, Cadernos de Finanças Públicas Vol 18, nº 1 (jan-abr/2018)

Um panorama sintético da ciência econômica divide o PIB em quatro componentes: consumo, investimento, compras governamentais e exportações líquidas. Assim, qualquer retração tem sua origem na desordem desses componentes e o aumento dos gastos do governo pode ser uma arma potente para resolver desequilíbrios a curto prazo, mesmo ao custo de endividamento, o que é melhor do que esperar o próprio mercado se autoajustar no médio e longo prazo. Todavia, é importante o cuidado com aumento do déficit orçamentário prolongado, principalmente quando os gastos governamentais apresentados inicialmente como extraordinários para o enfrentamento da crise tendem a ser mantidos, gerando déficits fiscais persistentes e prejudicando a sustentabilidade fiscal intertemporal.

A preocupação com os déficits orçamentários está embasada na alegação de que estes tornam a economia menos pujante no longo prazo. Esta crença baseia-se no fato de que empréstimos governamentais afastam o investimento privado. Ao emitir lotes de dívidas, o governo inflacionaria as taxas de juros, fazendo que o empresariado não se disponha a investir em novas fábricas e equipamentos, reduzindo o índice de crescimento de longo prazo da economia. Segundo Mankiw (2008), quando o governo incorre em déficit orçamentário, a poupança pública é negativa e isso reduz a poupança nacional. Em outras palavras, quando o governo toma empréstimos para financiar seu déficit, ele reduz o montante de fundos emprestáveis disponíveis para financiar famílias e empresas, retraindo o investimento privado e o investimento público.

Gráfico 15 - Poupança e Investimento



Fonte: Elaboração SECEX Tesouro-Cepla

Sob circunstâncias normais, este argumento faz bastante sentido. Por causa disso, há sempre tentativas dos formuladores de política econômica de forçar a disciplina fiscal por meio da introdução de legislação proibindo o governo de manter déficits orçamentários, até mesmo por meio de emenda constitucional, como foi a Emenda Constitucional nº 95 que limita por 20 anos os gastos públicos.

Todavia, como afirmam Krugman e Wells (2008)², o governo só deve equilibrar o orçamento em média, isto é, deve ser permitido que incorra em déficits em anos ruins, compensados por superávits em anos bons. Não acreditam que o governo deva ser forçado a ter um orçamento equilibrado todos os anos, pois isso solaparia o papel dos impostos e dos gastos públicos como estabilizadores automáticos. Em períodos recessivos, a receita tributária cai, mas os gastos públicos podem aumentar, ajudando a limitar a gravidade das recessões. Todavia, é importante ressaltar também que, quando há ocorrência de queda da receita e aumento dos gastos gerados por uma desaceleração da economia, há um déficit do orçamento público. Ao ser restringido por regra de equilíbrio orçamentário, o governo teria que responder a esse déficit com políticas fiscais contracionistas, que por sua vez tenderiam a aprofundar a recessão.

Uma fundamental preocupação dos condutores das políticas econômicas é que não se deve focar apenas em viabilizar o financiamento dos gastos, mas a qualidade tanto das despesas como das receitas. Assim, a decisão de como tributar e gastar deve ter por objetivo o aumento da eficiência alocativa, a equidade, produtividade e a manutenção da estabilidade econômica. Uma saída é o governo, por intermédio de suas autoridades monetárias e fiscais, atuar de forma coordenada e manter as condições necessárias para evitar o colapso do sistema econômico, gerenciando as expectativas dos agentes privados e públicos.

² Krugman, Paul. Wells, Robin. Macroeconomia; tradução da 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2015. Capítulo 14.

Sobre o crescimento econômico dos países, cumpre destacar a extensa literatura acerca dos seus determinantes, tendo como marco a contribuição de Solow (1956)³ e outros estudos que indicaram como fontes do crescimento econômico os seguintes fatores: 1) Taxa de poupança (para ocorrer qualquer tipo de investimento (I), é necessário que haja recursos para financiá-lo, isto é poupança(S)); 2) Acumulação de Capital Físico (K) (máquinas, estradas, portos etc.); 3) Progresso Tecnológico-PTF (fator que amplia a quantidade gerada pelo uso de capital físico e humano em função da eficiência com que os fatores são utilizados); 4) Capital Humano (número de trabalhadores disponíveis a serem empregados no processo produtivo e sua habilidade, que usualmente cresce com o nível de escolaridade); 5) Qualidade Institucional (QI) (o que está por trás da prosperidade socioeconômica dos países é o tipo e qualidade de instituições que eles adotam⁴).

A grande disparidade econômica entre os países em termos de crescimento econômico, revelada na classificação em países avançados, economias emergentes e em desenvolvimento, evidencia a capacidade e competência que os países têm de compor melhor esses fatores, que acabam se mostrando elementos arrefecedores e mitigadores dos riscos de uma crise com custos sanitários e socioeconômicos de escala planetária, mas que ao mesmo tempo aprofunda e expõe o nível de desigualdade no mundo. Só a título de exemplo, no auge da crise o Congresso Americano aprovou um pacote de ajuda no combate a pandemia da ordem de US\$ 1,8 trilhões, equivalente ao PIB brasileiro.

1.2.2.2 Fundamentos Jurídicos

Os impactos sanitários e econômicos dessa pandemia e sua evolução estão estreitamente vinculados e, por isso, é essencial que as políticas econômicas e sanitárias estejam integradas e coordenadas. Cumpre lembrar, no que se refere à atuação dos entes federativos de forma articulada, notadamente no tocante às fontes de financiamentos para o enfrentamento dessa crise, que a média dos últimos dez anos da carga tributária confirma que 69% ficam com a União, 25% com os Estados e apenas 6% com os Municípios. Além disso, outros instrumentos fiscais e monetários, como emitir dívida e base monetária, só a União dispõe. Nessa toada, é um dever do Estado estruturar sua atuação na gestão dessa crise, cabendo ao Governo Federal a maior responsabilidade para atenuar o impacto dos choques advindos da pandemia, uma vez que os princípios constitucionais na sua dimensão do federalismo cooperativo encontra-se consagrado em seu art.21, inciso XVIII combinado com o parágrafo único do art.23, cuja dicção desses dispositivos impõe à União a competência para planejar e promover a defesa permanente contra calamidades públicas e estabelecer ditames legais que fixarão normas para cooperação entre os entes da federação tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Art.21, inciso XVIII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

³ Ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1987.

⁴ Argumentação defendida por Daron Acemoglu, professor de Economia do MIT e James Robinson, professor de Administração Pública da Harvard University no livro Porque as Nações Fracassam.

Essa referência constitucional justifica um dilema fiscal dos entes subnacionais, notadamente dos Estados, diante de uma posição fiscal estressada pelo somatório das contas fixas pré-existentes mais as extemporâneas advindas da crise e a flexibilidade orçamentária e financeira limitada, conjugado com quedas nas economias nacional e estadual e em suas principais receitas. Ante a ausência de uma ação coordenada, estruturada e dialogada entre a União e outros entes federativos, o enfrentamento com resultados positivos fica prejudicado. Existe, desta forma, uma dissonância de compreensão do problema e das soluções a serem empreendidas. Cabe salientar o ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2001 Joseph Stiglitz⁵, que diz não acreditar na dicotomia criada entre salvar vidas ou a economia. Para ele, a economia só será salva se os esforços forem concentrados antes nas pessoas. “O fato é que, se você não salvar as pessoas, a economia será devastada. Pessoas não irão ao restaurante, ficarão nervosas quanto a ir ao trabalho, não irão voar por aí, haverá medo no ar. Basicamente, a economia se encaminhará para a paralisia se não pararmos a pandemia. Por isso, é uma boa decisão colocar a prioridade nas pessoas e controlar a pandemia”.

Não basta a aprovação das legislações recentes pelo Congresso Nacional, que dispensa o atingimento de resultados fiscais, ao tempo que dispõe de ajuda financeira aos entes subnacionais na busca pelo equilíbrio federativo. A solução para a crise exige providências mais profundas e urgentes diante do agravamento da situação, requerendo ações coordenadas e integradas por parte do Governo Federal, respeitando assim o Princípio Federativo consagrado no artigo 1º da Constituição da República, preservando o Estado Democrático de Direito, que tem como fundamento: 1) a soberania; 2) a cidadania; 3) a dignidade da pessoa humana; 4) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; 5) o pluralismo. A Constituição Federal determina o respeito à autonomia federativa e financeira dos entes e delimita os campos de atuação, estabelecendo prerrogativas, divisão de recursos e responsabilidades para o cumprimento das funções de estado. Todavia, cumpre destacar que o Pacto Federativo Brasileiro da CF 88 vai além de uma simples autonomia dos entes federados, adotou também o Modelo Cooperativo, que por sua vez, fundamentado no princípio da solidariedade, consiste num Federalismo Cooperativo que exige reciprocidade entre entes federativos sem proselitismos, e assim fortalecer a resiliência governamental para o enfrentamento da crise.

1.2.2.3. Resiliência Fiscal

Neste tópico, abre-se um parêntese para um conceito importante ante o contexto vivenciado. A atual crise enfrentada pelo mundo, pela União, Estados e Municípios não é temporária, mas sinal de uma mudança profunda que envolve todo o sistema social e econômico e seguramente terá efeitos de longa duração. A realidade revela que essa crise é caracterizada pela combinação simultânea de eventos sanitários, econômicos e sociais de triplo efeito, cujas medidas tomadas para aplacar as consequências impactam o cidadão de maneira diferente, contribuindo para complexidade de um mal-estar social que se mostra cada vez mais intenso. A percepção disseminada é de que a cura é pior que a doença, que para além da proteção da vida é também imediata e notável no íntimo das pessoas a dor da capacidade de subsistência e de convivência social.

⁵ Entrevista no Estadão. Disponível: <https://einvestidor.estadao.com.br/comportamento/joseph-stiglitz-coronavirus>

As vítimas do colapso da saúde e da economia procuram a solução no Estado, agente equipado com recursos indispensáveis à tarefa com a capacidade de efetivar ações e a autoridade de decidir como as coisas devem ser feitas. Sendo assim, é fundamental também saber como se dará a equação fiscal, pois, quais receitas e em que volume serão necessárias para suportar as despesas públicas de enfrentamento e de manutenção do provimento de bens e serviços requeridos pela sociedade. É nesta linha que o conceito de resiliência governamental nos remete à capacidade de um governo ou comunidade de se preparar, responder e se adaptar a eventos perigosos e disruptivos, como desastres naturais, mudanças demográficas e calamidades públicas como esta pandemia que traz em uma única embalagem uma crise sanitária, econômica e social. E no contexto da resiliência governamental, destaca-se a resiliência da gestão fiscal que diz respeito à capacidade dos governos de antecipar, absorver e reagir aos choques que afetam suas finanças no curto e no longo prazo. Nesse sentido, cumpre ressaltar as questões-chave para se analisar a vulnerabilidade financeira do ente federado, as quais evidenciamos: autonomia financeira, folga fiscal, volatilidade das receitas próprias e nível de endividamento. A observância dessas questões serve para aquilatar o nível de prontidão e resposta necessárias no gerenciamento dos recursos, exigindo-se o desenvolvimento de novas formas de prestar serviços públicos e novas habilidades organizacionais para combinar capacidades de antecipação e adaptação na mitigação dos riscos.

Essa compreensão da ciência econômica no âmbito da resiliência governamental, a folga fiscal aparece como fator de resposta para mitigar os riscos advindos de choques externos. Aliado a isso, importante destacar a preocupação do governo estadual com os princípios da gestão fiscal eficiente, utilizando-se das seguintes áreas chaves de resultados fundadas em seis pilares: (1º) o aumento da arrecadação e o controle dos gastos correntes (2º); a fim de gerar poupança pública (3º); para suportar a elevação dos investimentos (4º); aliada a captação de recursos onerosos (5º) para o financiamento complementar dos investimentos requeridos pela sociedade; e o controle diligente do nível de endividamento (6º).

Com base na análise dos seus resultados fiscais, percebemos que o Estado do Ceará segue os preceitos de uma Gestão Fiscal Eficiente, uma vez que houve geração de poupança e captação de recursos para suportar o investimento. Do ponto de vista da equação fiscal, no confronto entre receitas e despesas, do lado da receita, podemos afirmar que o crescimento da arrecadação estadual se dá a partir da implementação de medidas que tornem mais eficazes a cobrança dos tributos estaduais da sua competência. Do lado da despesa, trata-se da otimização dos gastos sem redução dos serviços ou prejuízo à qualidade do que é ofertado, de forma a ampliar a capacidade de investimento aliada à estratégia de gestão do endividamento público, que se materializa a partir da captação de recursos sem comprometimento da capacidade de pagamento e de endividamento, tendo a dívida pública como fator de alavancagem adicional do investimento.

Com suas ações alinhadas às lições aprendidas e os protocolos da ciência econômica, a reação do governo estadual contribuiu para que estratégias adotadas minimizassem os impactos econômicos adversos oriundos da pandemia, principalmente, pela manutenção do cronograma vigoroso de investimento combinado com a estrutura fiscal existente, cujo

sincronismo das ações governamentais estratégicas são e serão determinantes para o processo de retomada do crescimento econômico estadual no período pós-pandemia.

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2021, aprovado pela Lei nº 17.364, de 23 de dezembro de 2020, foi elaborado em consonância com o disposto no Artigo 203, § 3º, da Constituição Estadual, observados os objetivos e prioridades da Administração Pública Estadual, bem como as consignações integrantes da Lei Estadual nº 17.278, de 11 de setembro de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Além da Legislação Estadual, o Orçamento foi elaborado em harmonia com a Legislação Federal, destacando-se a Portaria Interministerial nº 163, de 04/05/2001 e suas alterações, Portaria nº 42, de 14/04/1999 e suas alterações, Portaria nº 548/2015, Portaria nº 402/2016 e Portaria Interministerial STN/SOF/MPOG nº 419/2016, todas do Ministério da Economia que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e das funções e subfunções de Governo.

A Lei Orçamentária para o exercício de 2021 compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas controladas pelo Estado e estima os seus valores, conforme segue abaixo:

Tabela 2 - Valores Por Esfera Orçamentária

(R\$ milhares)	
Tipo de Orçamento	Valor LOA
Fiscal	20.880.802
Investimento	7.967.455
Seguridade Social	672.100
Total Geral	29.520.357

Fonte: SEFAZ/SEPLAG

Nota: Exclui Modalidade 91 (1.498.411)

A despesa está discriminada por ordem de função, subfunção, programa de governo, projeto e atividade, região, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos qualificada. A receita está detalhada por categoria econômica, origem, espécie, rubrica, alínea e subalínea. A receita prevista na Lei Orçamentária Anual – LOA - para o exercício de 2021 foi de R\$ 29.520.357.341,00, incluindo-se o valor de R\$ alusivo às empresas independentes (R\$ 672.100.339,00) e excluídas as receitas intraorçamentárias no valor de R\$ 1.498.411.724,00. A previsão inicial da receita é feita pelo valor líquido, já deduzidas a previsão de transferências ao FUNDEB no valor de R\$ 3.629.263.359,00. A despesa é fixada no mesmo valor da receita prevista, em obediência ao princípio do equilíbrio orçamentário e inclui o valor de transferências constitucionais aos municípios de responsabilidade do Estado, as quais são executadas orçamentariamente.

Na tabela a seguir encontram-se especificados os valores e os percentuais de participação dos poderes no Orçamento. Desse modo, verifica-se que ao Executivo coube 91,42% em relação ao total consignado na LOA, sendo 88,44% em relação ao total das fontes de recursos do tesouro e 97,53% do total das outras fontes.

Tabela 3 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Poder

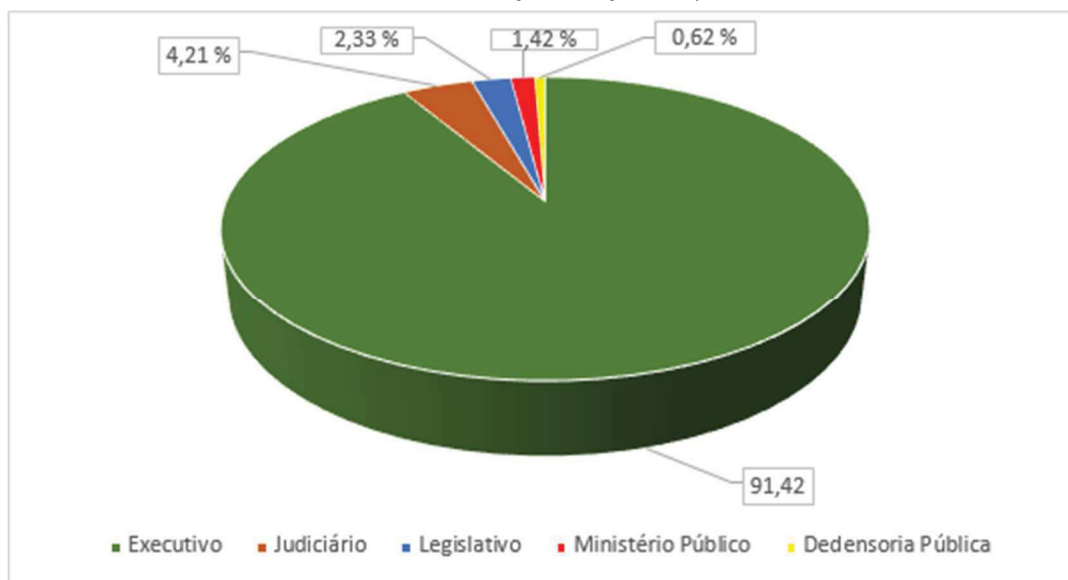
Poder	Fonte Tesouro		Outras Fontes		Total	% Part.
	Valor	% Part	Valor	% Part		
Executivo	17.542.447	88,44	9.446.059	97,53	26.988.505	91,42
Judiciário	1.081.476	5,45	160.103	1,65	1.241.579	4,21
Legislativo	671.264	3,38	16.818	0,17	688.081	2,33
Ministério Público	389.322	1,96	29.710	0,31	419.031	1,42
Defensoria Pública	150.668	0,76	32.493	0,34	183.160	0,62
Total geral	19.835.176	100,00	9.685.182	100,00	29.520.357	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota 1: Exclui Modalidade 91 (1.498.411)

Nota 2: Inclui as empresas independentes (R\$ 672.100)

Gráfico 16 - Consolidação do Orçamento por Poder



Fonte: SEFAZ/CECOG

Tabela 4 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Grupo de Despesas e Fonte de Recursos

(R\$ milhares)

Grupo	Fonte Tesouro	Outras Fontes	Total	Part %
Pessoal e Encargos Sociais	8.833.047	3.915.859	12.748.906	43,19
Juros e Encargos da Dívida	594.875	0	594.875	2,02
Outras Despesas Correntes	8.798.510	2.154.380	10.952.889	37,10
Investimentos	602.995	2.994.706	3.597.701	12,19
Inversões Financeiras	162.942	2.774	165.716	0,56
Amortizações	782.721	514.314	1.297.035	4,39
Reserva de Contingência	60.086	103.148	163.235	0,55
Total geral	19.835.176	9.685.182	29.520.357	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota 1: Exclui Modalidade 91 (1.498.411)

Nota 2: Inclui as empresas independentes (R\$ 672.100)

Das 28 funções de governo, elencadas na Portaria nº 42, de 14/04/1999, alterada pelas Portarias nº 37/2007, nº 41/2008, nº 54/2011 e nº 67, de 20.07.2012, do Ministério da Economia que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas, a Lei de Orçamento para o exercício de 2021, alocou recursos em 27. Foram alocados na Função Saúde a maior parte, 13,36%, seguida da Previdência Social com o percentual de 13,29%, da Segurança Pública e da Educação, com 12,08% e 11,45%, respectivamente, exceto à Função Encargos Especiais que ficou com 20,53%.

O montante relativo às fontes de recursos originárias do Tesouro (R\$ 19.835.175.640,00) foi equivalente a 69,19% do total da LOA (R\$ 29.520.357.341,00), de acordo com especificações contidas na tabela a seguir:

Tabela 5 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Função e Fonte de Recurso

(R\$ milhares)

Código	Função	Tesouro (A)	Outras Fontes (B)	Total (A)+(B)	Part. %
01	Legislativa	671.264	3.096	674.360	2,28
02	Judiciária	1.081.476	160.103	1.241.579	4,21
03	Essencial a justiça	451.362	47.829	499.190	1,69
04	Administração	1.020.172	275.247	1.295.419	4,39
06	Segurança Pública	3.313.105	251.778	3.564.883	12,08
08	Assistência Social	294.320	55.495	349.815	1,18
09	Previdência Social	1.516.489	2.406.783	3.923.273	13,29
10	Saúde	2.820.318	1.124.748	3.945.065	13,36
11	Trabalho	32.086	6.319	38.405	0,13
12	Educação	1.577.386	1.802.985	3.380.371	11,45
13	Cultura	102.493	37.555	140.048	0,47
14	Direitos da Cidadania	223.628	45.496	269.124	0,91
15	Urbanismo	111.642	47.275	158.917	0,54
16	Habitação	25.421	18.097	43.518	0,15
17	Saneamento	47.034	649.462	696.495	2,36
18	Gestão Ambiental	97.835	450.254	548.089	1,86
19	Ciência e Tecnologia	68.092	100.948	169.040	0,57
20	Agricultura	286.616	93.059	379.675	1,29
21	Organização Agrária	3.697	4.201	7.898	0,03
22	Indústria	20.645	21.750	42.395	0,14
23	Comércio e Serviços	32.222	44.507	76.729	0,26
24	Comunicações	33.420	93.047	126.467	0,43
25	Energia	3.700	43.278	46.978	0,16
26	Transporte	376.316	1.261.405	1.637.721	5,55
27	Desporto e Lazer	26.098	15.118	41.216	0,14
28	Encargos Especiais	5.538.254	521.841	6.060.095	20,53
99	Reserva de Contingência	60.086	103.148	163.235	0,55
Total geral		19.835.176	9.685.182	29.520.357	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota 1: Exclui Modalidade 91 (1.498.411);

Nota 2: Inclui as empresas independentes (R\$ 672.100).

O Orçamento inicial por Fonte, Categoria e Tipo de Administração, considerando as operações intraorçamentárias, para o exercício atual, foi aprovado com os valores especificados a seguir:

Tabela 6 - Demonstrativo do Orçamento por Categoria Econômica e Tipo de Administração

			(R\$ milhares)
Especificação	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total
Receitas Correntes	26.717.428	3.131.236	29.848.664
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.317.258	664.631	16.981.889
Contribuições	0,00	1.022.643	1.022.643
Receita Patrimonial	171.388	108.212	279.600
Receita de Serviços	11.277	251.617	262.893
Transferências Correntes	9.753.356	904.690	10.658.046
Outras Receitas Correntes	464.149	179.444	643.593
Dedução - FUNDEB	3.629.263	0	3.629.263
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.091.940	0	2.091.940
Transferências Correntes	1.537.324	0	1.537.324
Receitas de Capital	2.510.850	118.006	2.628.856
Operações de Crédito	1.594.377	0	1.594.377
Alienação de Bens	0	36	36
Transferências de Capital	916.473	117.970	1.034.443
Receitas Intraorçamentárias	26.351,21	1.472.061	1.498.412
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	10.234	10.234
Contribuições	0	1.374.818	1.374.818
Receita Patrimonial	0	480	480
Receita de Serviços	0	74.529	74.529
Outras Receitas Correntes	26.351	12.000	38.351
Total Geral	25.625.366	4.721.303	30.346.669

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota 1: Incluída Modalidade 91 (R\$ 1.498.411) no total da Previsão Inicial (Lei);

Nota 2: Não inclui as empresas independentes

No exercício atual, a previsão inicial da receita, sem considerar a previsão de receitas das empresas independentes (R\$ 672.100.339,00), foi R\$ 30.346.668.726,00, sendo: R\$ 28.848.257.002,00 de receitas orçamentárias provenientes de agentes econômicos que não integram o orçamento fiscal e da seguridade social do Estado e R\$ 1.498.411.724,00 referente a previsão inicial das receitas Intraorçamentárias (provenientes de transações realizadas entre órgão que integram o orçamento fiscal e da seguridade social do Estado).

Na sequência, demonstra-se o orçamento inicial da despesa deste exercício, por órgão e por tipo de administração, com e sem a modalidade 91.

Tabela 7 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por Órgão

(R\$ milhares)

Órgão	Sigla	LOA(A)	Mod (91) (B)	Valor Líquido (A-B)
010001	AL	524.677	30.357	494.320
020001	TCE	210.516	30.476	180.040
040001	TJ	1.287.396	200.874	1.086.522
060001	DP	195.228	37.127	158.101
080001	SEINFRA	852.814	1.505	851.309
100001	SSPDS	157.108	3.528	153.579
101021	PC	577.244	94.870	482.374
101031	PM	2.090.730	241.060	1.849.669
101041	CBMCE	279.443	27.998	251.445
101071	PEFOCE	91.393	13.488	77.904
101081	AESP	10.168	70	10.098
101091	SPESP	2.843	0	2.843
130001	PGE	74.643	12.602	62.040
150001	MP	459.205	69.702	389.502
170001	CEE	4.028	178	3.850
180001	SAP	597.914	72.725	525.188
190001	SEFAZ	819.725	131.070	688.655
191011	ENCARGOS	6.176.034	6.967	6.169.067
210001	SDA	310.460	4.050	306.410
220001	SEDUC	3.030.497	235.849	2.794.648
270001	SECULT	111.881	1.026	110.855
290001	SRH	404.784	1.077	403.707
300001	CASA CIVIL	126.965	1.112	125.852
310001	SECITECE	120.835	588	120.247
360001	SETUR	96.505	391	96.115
410001	CGE	28.056	4.031	24.026
420001	SESPORTE	37.430	240	37.191
430001	SCIDADES	249.578	1.209	248.369
460001	SEPLAG	150.045	12.370	137.675
461031	EGPCE	2.550	47	2.502
470001	SPS	272.666	10.429	262.237
470104	SPS	107.274	194	107.080
530001	CGD	8.878	60	8.818
560001	SDE	43.877	152	43.726
570001	SEMA	20.083	165	19.918
580001	VICEGOV	10.335	76	10.259
Total geral		19.543.809	1.247.665	18.296.144

Fonte: SEFAZCEAZ/CECOG

Tabela 8 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Indireta por Órgão

(R\$ milhares)

Órgão	Sigla	LOA (A)	Mod (91) (B)	Vr Líquido (A-B)
010101	FPP	13.721	0	13.721
040101	FERMOJU	145.307	3.264	142.043
040301	FUNSEG	3.062	0	3.062
040401	FECDOJ	9.952	0	9.952
060101	FAADEP	25.144	85	25.059
080301	DETRAN	541.309	24.716	516.593
081401	SOP	539.796	9.521	530.275
105001	FDCC	15.000	0	15.000
100611	FDS	0	5	-5
130101	ARCE	28.216	3.597	24.620
130201	FUNPECEPGE	16.421	0	16.421
130301	FECAPGE	1.998	200	1.798
150201	FDID	3.720	0	3.720
150301	FUNSIT	405	0	405
150501	FRMMP	25.860	456	25.404
180401	FUNPEN	9.000	0	9.000
190401	JUCEC	15.515	1.662	13.853
210101	EMATERCE	112.088	360	111.728
210301	IDACE	15.070	1.110	13.960
211101	ADAGRI	22.318	1.928	20.390
211301	FDAF	2.420	0	2.420
240301	ESP	545	0	545
240344	FUNDES	1.066	0	1.066
240401	FUNDES	2.859.889	86.956	2.772.933
240424	FUNDES	76.285	108	76.177
240479	FUNDES	28.392	0	28.392
241281	FUNDES	252.823	0	252.823
241291	FUNDES	198.124	0	198.124
241301	FUNDES	93.718	0	93.718
241311	FUNDES	149.840	0	149.840
241321	FUNDES	18.927	0	18.927
241331	FUNDES	35.695	0	35.695
241501	FUNDES	7.957	0	7.957
241521	FUNDES	4.570	0	4.570
241531	FUNDES	26.187	0	26.187
241561	FUNDES	3.542	0	3.542
241581	FUNDES	2.658	0	2.658
241591	FUNDES	26.537	0	26.537

241621	FUNDES	1.953	0	1.953
270401	F E C	23.708	0	23.708
290101	SOHIDRA	21.800	730	21.070
300101	FUNTELC	8.579	575	8.003
310101	FUNECE	323.150	42.114	281.036
310201	UVA	91.208	15.280	75.928
310301	URCA	129.067	19.532	109.536
310401	FUNCEME	31.504	2.255	29.248
310501	FUNCAP	114.401	154	114.246
310601	NUTEC	16.880	1.188	15.691
420101	FUNDEJ	12.300	0	12.300
430801	FESB	7.050	0	7.050
460101	ISSEC	21.364	1.656	19.707
460201	ETICE	131.948	1.035	130.913
460301	IPECE	16.550	250	16.300
460401	SUPSEC	3.076.246	7.274	3.068.972
460501	SUPSEC	788.550	0	788.550
460601	COHAB	4.073	20	4.053
460701	SUPSEC	145.426	7.274	138.151
460801	FASSEC	240.000	12.307	227.693
460901	CEARAPREV	17.027	0	17.027
470101	FECA	3.500	0	3.500
470201	FEAS	96.535	60	96.475
470301	FUNDART	1.000	0	1.000
470501	FEICE	1.501	0	1.501
480101	CODECE	14.514	115	14.399
480201	FDI	19.100	0	19.100
480401	FIEE	1.100	0	1.100
490101	SEMACE	74.605	4.959	69.646
560901	FET	1.610	0	1.610
Total geral		10.769.323	250.747	10.518.576

Fonte: SEFAZ/CEORG

Nota: Não integra o montante de R\$ 672.100, correspondente ao somatório dos valores das empresas independentes: ADECE (R\$ 17.138), CAGECE (R\$ 508.268), CEARÁPORTOS (R\$ 45.775), CEASA (R\$ 10.904), CEGÁS (R\$ 41.933), COADZPE (R\$ 4.082), COGERH (R\$ 11.306) E METROFOR (R\$ 32.694)

A Lei Orçamentária Anual – LOA estimou a receita da Administração Direta no valor de R\$ 25.625.371.129,00, incluindo as receitas intraorçamentárias (R\$ 26.351.213,00) e a dedução para o FUNDEB (R\$ 3.629.263.359,00). Já a Despesa foi fixada em R\$ 19.543.808.894,00, sendo que esse último equivale a 64,40% do Orçamento Geral do Estado, cujo valor do exercício foi de R\$ 30.346.668.726,00 (valor com despesas intraorçamentárias).

Em 2021 foram alocados recursos nas fontes de recursos qualificadas: 1.00.00, 1.00.05, 1.00.06, 1.01.00, 1.10.00, 1.12.00, 1.44.00, 2.07.00, 2.11.00, 2.16.00, 2.46.36, 2.46.37, 2.46.38, 2.46.45, 2.46.49, 2.46.54, 2.46.56, 2.48.49, 2.48.57, 2.48.58, 2.48.59, 2.48.64, 2.48.65, 2.48.67, 2.50.00, 2.51.00, 2.73.01, 2.73.02, 2.73.03, 2.76.00, 2.80.80, 2.82.82, 2.86.86, 2.88.88, as quais constam descritas ao final deste Relatório.

A classificação por fonte de recursos busca a melhor identificação da origem do recurso segundo seu fato gerador. Representa um mecanismo integrador entre a receita e a despesa, exercendo um duplo papel na execução orçamentária.

Os recursos são originários do Tesouro ou de Outras Fontes. Os chamados “Recursos do Tesouro” são aqueles geridos de forma centralizada pelo Poder Executivo, ao qual cabe a responsabilidade e o controle sobre as disponibilidades financeiras.

Os “Recursos de Outras Fontes” são aqueles arrecadados e controlados de forma descentralizada e cuja disponibilidade está sob responsabilidade desses órgãos e entidades, mesmo nos casos em que dependam de autorização do Órgão Central de Programação Financeira para dispor desses valores.

Desde 2016 o código para a “Fonte de Recursos” compõe-se de 5 (cinco dígitos (XYZZZ), observando-se as especificações e tabela a seguir:

- - 1º dígito (X) - para identificar se é Tesouro do exercício corrente (1) ou de exercício anterior (3); Outras Fontes do exercício corrente (2) ou de exercício anterior (6);
- - 2º e 3º dígitos (YY) - representado praticamente os códigos existentes atualmente 00, 10, 50, 70... com exceção das operações de créditos e convênios;
- - 4º e 5º dígitos (ZZ) - espécie de subfonte para detalhamento. Em princípio, utilizado mais para operação de crédito (para detalhar o organismo financiador) e para convênios (para detalhar o tipo de administração).

A Lei Orçamentária fixou a Despesa por Categoria Econômica e Grupo, conforme a composição dos registros integrantes da tabela a seguir:

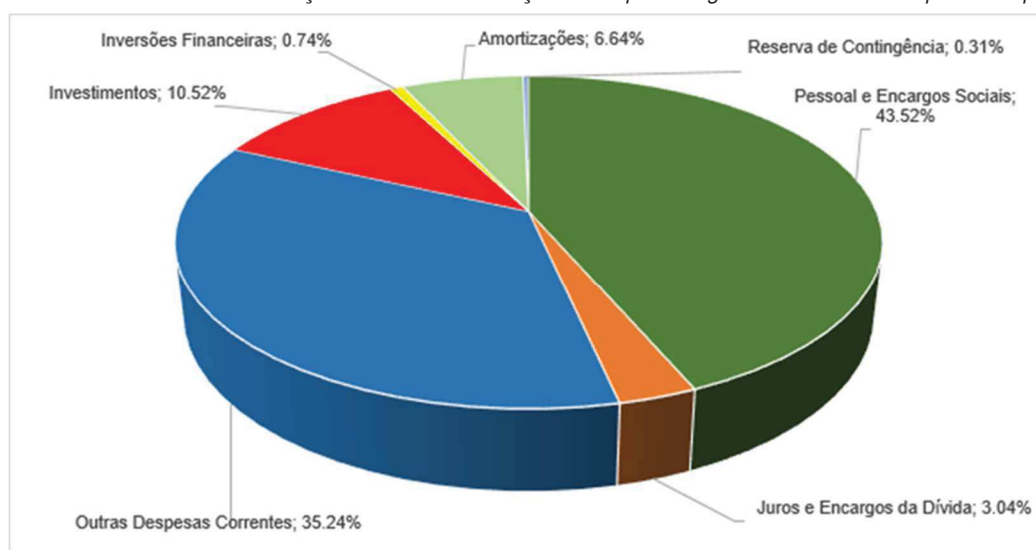
Tabela 9 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por Categoria Econômica e Grupo de Despesa

(R\$ milhares)		
Categoria/Grupo	Valor	% Part.
Despesas Correntes	15.986.800	81,80
Pessoal e Encargos Sociais	8.505.410	43,52
Juros e Encargos da Dívida	594.874	3,04
Outras Despesas Correntes	6.886.515	35,24
Despesas de Capital	3.496.923	17,89
Investimentos	2.056.257	10,52
Inversões Financeiras	143.880	0,74
Amortizações	1.296.785	6,64
Reserva de Contingência	60.086	0,31
Total geral	19.543.809	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Inclui as despesas intraorçamentárias

Gráfico 17 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por Categoria Econômica e Grupo de Despesa



Fonte: SEFAZ/CECOG

Os Encargos Gerais do Estado estão representados por uma unidade orçamentária sob controle da Secretaria da Fazenda, porém, seu orçamento é próprio e dessa desvinculado. Seu orçamento foi fixado em R\$ 6.176.034.291,00, equivalente a 31,60% do orçamento total da Administração Direta, seguido pela Secretaria da Educação e pela Polícia Militar com os percentuais de 15,51% e 10,70%, respectivamente. No decorrer do exercício, foram realizadas alterações no Orçamento inicial da Administração Direta, por meio da abertura de créditos adicionais, modificando o valor da fixação da Despesa, que finalizou com R\$ 22,5 bilhões.

Tabela 10 - Demonstrativo dos Órgãos com participação no Orçamento Consignado para Administração Direta, com base nos Registros da Dotação Inicial (Lei)

(R\$ milhares)

Código	Órgão	Valor	% Part
010001	Assembleia Legislativa	524.677	2,68
020001	Tribunal De Contas Do Estado	210.516	1,08
040001	Tribunal De Justiça	1.287.396	6,59
060001	Defensoria Pública Geral	195.228	1,00
080001	Secretaria Da Infraestrutura	852.814	4,36
100001	Secretaria Da Segurança Pública E Defesa Social	157.108	0,80
101021	Superintendência Da Polícia Civil	577.244	2,95
101031	Polícia Militar Do Ceara	2.090.730	10,70
101041	Corpo De Bombeiros Militar Do Estado Do Ceará	279.443	1,43
101071	Perícia Forense Do Estado Do Ceara	91.393	0,47
101081	Academia Estadual De Segurança Pública Do Ceará	10.168	0,05
101091	Sup De Pesquisa E Estratégia De Segurança Pública Do Estado Do Ceará	2.843	0,01
130001	Procuradoria Geral Do Estado	74.643	0,38
150001	Procuradoria Geral Da Justiça	459.205	2,35
170001	Conselho Estadual De Educação	4.028	0,02
180001	Secretaria Da Administração Penitenciária	597.914	3,06
190001	Secretaria Da Fazenda	819.725	4,19
191011	Encargos Gerais Do Estado	6.176.034	31,60
210001	Secretaria Do Desenvolvimento Agrário	310.460	1,59
220001	Secretaria Da Educação	3.030.497	15,51
270001	Secretaria Da Cultura	111.881	0,57
290001	Secretaria Dos Recursos Hídricos	404.784	2,07
300001	Casa Civil	126.965	0,65
310001	Secretaria Da Ciência, Tecnologia E Educação Superior	120.835	0,62
360001	Secretaria Do Turismo	96.505	0,49
410001	Controladoria E Ouvidoria Geral Do Estado	28.056	0,14
420001	Secretaria Do Esporte E Juventude Do Estado Do Ceara	37.430	0,19
430001	Secretaria Das Cidades	249.578	1,28
460001	Secretaria Do Planejamento E Gestão	150.045	0,77
461031	Escola De Gestão Pública Do Estado Do Ceará	2.550	0,01

470001	Secretaria Da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e DH	272.666	1,40
470104	Superintendência Do Sistema Estadual De Atendimento Socioeducativo	107.274	0,55
530001	Controladoria Geral De Disciplina Dos Órgãos De Segurança Pública E Sistema Penitenciário	8.878	0,05
560001	Secretaria Do Desenvolvimento Econômico E Trabalho	43.877	0,22
570001	Secretaria Do Meio Ambiente	20.083	0,10
580001	Assessoria Especial Da Vice-Governadoria	10.335	0,05
Total geral		19.543.809	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

A Lei Orçamentária Anual estimou a receita da Administração Indireta para o exercício de 2021 em R\$ 4.721.302.897,00 incluindo neste montante a Receita Corrente Intraorçamentária no valor de R\$ 1.472.060.511,00. O valor previsto para as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas Dependentes totalizou R\$ 5.393.397.936,00, enquanto para as Empresas Controladas Independentes, formado pela ADECE, CAGECE, CEARÁPORTOS, CEASA, CEGAS, COGERH, METROFOR e Zona do Pecém (ZPE), o total previsto de receitas foi de R\$ 672.100.339,00. Excluídos os valores atinentes às Empresas Controladas Independentes, as despesas das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas Dependentes foram fixadas no montante de R\$ 10.802.859.832,00, sendo a diferença bancada por recursos do Tesouro Estadual. As Empresas Controladas Independentes não recebem recursos do Tesouro para pagamento de pessoal, custeio em geral ou investimentos, salvo neste último caso, para aumento de capital.

As fontes previstas no orçamento inicial da Administração Indireta são: 1.00.00, 1.00.02, 1.01.00, 1.10.00, 1.12.00, 1.44.00, 2.03.00, 2.04.00, 2.05.00, 2.06.00, 2.11.00, 2.29.00, 2.46.71, 2.48.49, 2.48.59, 2.70.00, 2.70.02, 2.76.00, 2.79.00, 2.82.83, 2.86.87, 2.88.89, 2.91.00, 2.92.00, 2.92.01, 2.92.02 e 2.92.03.

O orçamento da Administração Indireta, relativo à tabela acima, se refere às despesas com recursos próprios, vinculados e Transferências do Tesouro para as Autarquias, Fundações, Fundos e das Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE).

Na tabela a seguir, que versa sobre o orçamento da administração indireta por categoria econômica e grupo de despesas, acompanhados dos correspondentes percentuais de participação a partir da dotação inicial, não constam os valores vinculados às despesas intraorçamentárias (modalidade 91), no montante de R\$ 250.746.773,00.

2.1. Balanco Orçamentário

Conforme a Lei 4.320/64, o Balanco Orçamentário consiste na comparação entre as receitas previstas com as realizadas e entre as despesas fixadas com as executadas.

Dessa forma esse demonstrativo apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, detalhando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. O Balanço Orçamentário é composto por:

- Demonstrativo Principal;
- Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Evidenciados a seguir cada um desses demonstrativos.

Tabela 11 - Demonstrativo do Balanco Orçamentário Consolidado

(R\$ milhares)

Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d=(c-b)
-Receitas Correntes (I)		27,717,813	30,257,761	32,552,245	2,294,483
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		14,900,183	16,521,252	17,048,254	527,002
Receita de Contribuições		2,397,461	2,397,461	2,629,784	232,322
Receita Patrimonial		280,080	283,129	477,513	194,383
Receita de Serviços		337,422	338,305	325,164	-13,141
Transferências Corrente		9,120,723	10,035,393	11,161,122	1,125,729
Outras Receitas Correntes		681,944	682,221	910,409	228,187
-Receitas de Capital (II)		2,628,856	3,546,391	1,644,109	-1,902,282
Operações de Crédito		1,594,377	2,534,377	1,406,915	-1,127,462
Alienação de Bens		36	181	47,232	47,051
Amortização de Empréstimos		0	0	323	323
Transferências de Capital		1,034,443	1,011,833	189,328	-822,505
Outras Receitas de Capital		0	0	310	310
Subtotal das Receitas (III)=(I)+(II)	BO01	30,346,669	33,804,153	34,196,353	392,201
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)		0	0	0	0
Operações de Crédito Internas		0	0	0	0
Mobiliária		0	0	0	0
Contratual		0	0	0	0
Operações de Crédito Externas		0	0	0	0
Mobiliária		0	0	0	0
Contratual		0	0	0	0
Subtotal com Refinanciamento (V)=(III+IV)	BO06	30,346,669	33,804,153	34,196,353	392,201
Déficit (VI)		0	2,834,286	0	-2,834,286
Total (VII)=(V+VI)		30,346,669	36,638,438	34,196,353	-2,442,085
Saldo de Exercícios Anteriores		0	5,508,459	2,835,523	-2,672,937
Superávit Financeiro		0	5,508,459	2,835,523	0

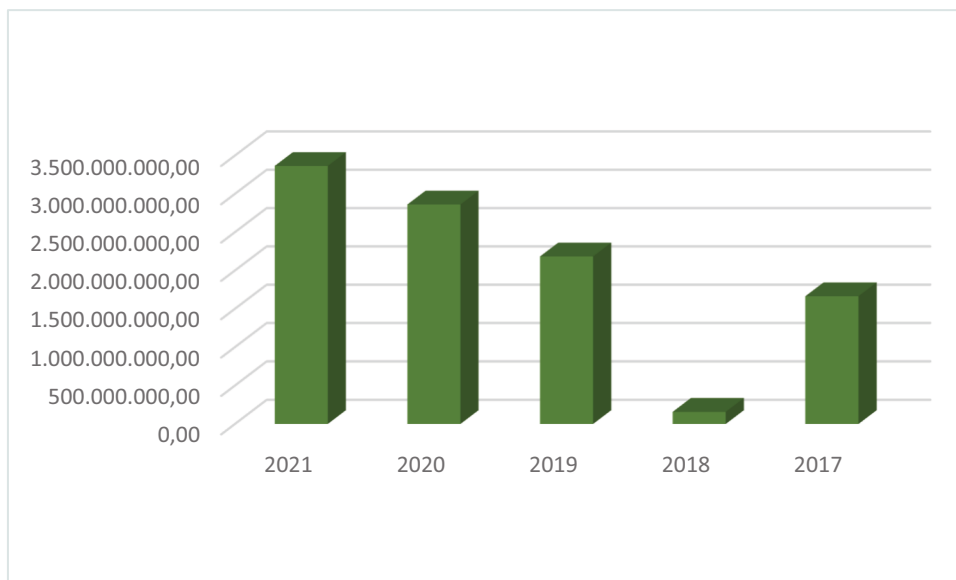
(R\$ milhares)

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inic.(e)	Dotação Atual. (d)	Desp. Empenhadas (g)	Desp.Liquidadas (h)	Desp.Pagas (i)	Sdo Dotação J=(f-g)
-Despesas Correntes (VIII)	BO02	25,783,966	29,248,643	27,869,710	27,264,574	27,016,319	1,378,932
Pessoal e Encargos Sociais		14,132,377	14,459,525	13,872,237	13,871,176	13,721,018	587,287
Juros e Encargos da Dívida		594,875	570,575	516,363	516,363	516,363	54,212
Outras Despesas Correntes		11,056,714	14,218,543	13,481,110	12,877,035	12,778,938	737,434
-Despesas de Capital (IX)		4,399,468	7,226,861	5,021,908	3,820,620	3,815,429	2,204,953
Investimentos		2,936,717	5,340,223	3,499,386	2,303,101	2,297,910	1,840,837
Inversões Financeiras		165,716	314,484	312,577	307,573	307,573	1,907
Amortização da Dívida		1,297,035	1,572,154	1,209,945	1,209,945	1,209,945	362,208
-Reserva de Contingência (X)		163,235	162,935	0	0	0	162,935
Reserva de Contingência		163,235	162,935	0	0	0	162,935
Subtotal das Despesas (XI)=(VIII+IX+X)		30,346,669	36,638,438	32,891,618	31,085,194	30,831,747	3,746,820
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)		0	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida Interna		0	0	0	0	0	0
Mobiliária		0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas		0	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida Externa		0	0	0	0	0	0
Mobiliária		0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas		0	0	0	0	0	0
Subtotal com Refinanciamento (XIII)=(XI + XII)		30,346,669	36,638,438	32,891,618	31,085,194	30,831,747	3,746,820
Superávit (XIII):	BO03	0	0	1,304,735	0	0	-1,304,735
Total (XIV)=(XIII+XIII):		30,346,669	36,638,438	34,196,353	31,085,194	30,831,747	2,442,085
Reserva do RPPS		103,148	102,848	0	0	0	0

Fonte: SEFAZ/CECOG

No Balanço Orçamentário Consolidado, da confrontação entre a Receita Arrecadada (líquida) e a Despesa Realizada (empenhada), no exercício de 2021, verifica-se um superávit orçamentário de R\$ 1.304.735.250,97. As receitas realizadas (líquidas) foram superiores às despesas empenhadas em 3,82%.

Gráfico 18 - Demonstrativo do Quociente da Execução Orçamentária



Fonte: SEFAZ/CECOG

No demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados - Anexo 1 - evidencia-se os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução (liquidação, pagamento e cancelamento). As duas tabelas seguintes demonstram a execução dos restos a pagar provenientes dos exercícios de 2020 e exercício de 2021.

Tabela 12 - Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar não Processados - Anexo 1 - Consolidado

(R\$ milhares)

Restos a Pagar Não Processados - Anexo 1	NE	Exerc. Ant (a)	Em 31/12 do Exerc. Ant. (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
Despesas Correntes		43.600	502.113	428.233	428.199	51.601	65.913
Pessoal e Encargos Sociais		57	3.230	2.228	2.228	678	381
Outras Despesas Correntes		43.542	498.883	426.004	425.971	50.923	65.532
Despesas de Capital		29.552	675.717	546.248	546.189	54.642	104.439
Investimentos		29.446	674.701	545.306	545.247	54.535	104.365
Inversões Financeiras		107	1.016	942	942	107	74
Total Geral	BO05	73.152	1.177.831	974.481	974.388	106.243	170.352

Fonte: SEFAZ/CECOG

Por sua vez, no demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados - Anexo 2 - evidencia-se os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução (pagamento e cancelamento).

Tabela 13 - Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados - Anexo 2 - Consolidado

(R\$ milhares)							
Restos a Pagar Processados-Anexo 2	BO	Em Exerc. Ant. (a)	Em 31/12 do Exerc. Ant. (b)	Liquidados	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c-d)
Despesas Correntes		4.404	201.782	0	201.637	4.365	184
Pessoal e Encargos Sociais		82	108.623	0	108.596	48	60
Outras Despesas Correntes		4.323	93.159	0	93.041	4.317	123
Despesas de Capital		1.639	11.747	0	10.616	1.115	1.654
Investimentos		1.639	11.747	0	10.616	1.115	1.654
Total Geral		6.043	213.528	0	212.254	5.480	1.838

Fonte: SEFAZ/CECOG

Importante ressaltar que por conta da Lei Estadual nº 11.714, de 25 de julho de 1990, as inscrições de restos a pagar processados e não processados são válidas por dois anos, sendo canceladas automaticamente após esse período. No total da Receita e Despesa Orçamentária constam as Receitas e Despesas intraorçamentárias. A tabela abaixo demonstra o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, evidenciando-se por categoria econômica e confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a sua realização.

Tabela 14 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias Consolidadas

(R\$ milhares)					
Receitas Intraorçamentária	N. E	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receita Realizada (b)	Saldo (c)=(b-a)
-Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	BO04	10.234	10.234	41	-10.193
Taxas		10.234	10.234	41	-10.193
-Contribuições		1.374.818	1.374.818	1.466.112	91.294
Contribuições Sociais		1.374.818	1.374.818	1.466.112	91.294
-Receita Patrimonial		480	480	0	-480
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		480	480	0	-480
-Receita de Serviços		74.529	74.529	48.161	-26.368
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		74.529	74.529	48.161	-26.368
-Outras Receitas Correntes		25.246	24.983	200.606	175.623
Demais Receitas Correntes		25.246	24.983	200.606	175.623
-Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		13.368	13.368	2.388	-10.980
Total (j)		1.498.675	1.498.412	1.717.307	218.895
Déficit m = (jb) - (fl)				-8.860	

Despesas Orçamentárias	Dotaç. Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Desp. Empenhadas (f)	Desp. Liquidadas (g)	Desp. Pagas (h)	Sdo da Dotação i=(e-f)
Despesas Correntes	1.487.296	1.784.989	1.704.455	1.700.143	1.665.514	80.533
Pessoal E Encargos Sociais	1.383.471	1.464.570	1.413.324	1.413.315	1.378.686	51.246
Outras Despesas Correntes	103.825	320.419	291.131	286.828	286.828	29.288
Despesas De Capital	11.116	26.508	21.712	20.509	20.509	4.797
Investimentos	11.116	26.508	21.712	20.509	20.509	4.797
Total (I)	1.498.412	1.811.497	1.726.167	1.720.652	1.686.023	85.330

Fonte: SEFAZ/CECOG

A diferença entre as receitas intraorçamentárias realizadas e as despesas intraorçamentárias pagas está evidenciada em nota explicativa [BO04](#). Tratando-se de receitas e despesas intraorçamentárias, observa-se que a realização da receita (R\$ 1.717.307.138,07, valor líquido) excedeu a previsão atualizada (R\$ 1.498.675.081,43) em R\$ 218.632.056,64. Outrossim, constata-se que a dotação atualizada (R\$ 1.811.496.958,45) foi superior a despesa empenhada (R\$ 1.726.166.905,32) no valor de R\$ 85.330.053,13. Do cotejamento entre a receita realizada e a despesa empenhada resultou um déficit orçamentário de R\$ 8.859.767,25. Importante esclarecer que a maior parte das receitas intraorçamentárias é realizada nos órgãos da Administração Indireta.

As diferenças entre receitas e despesas orçamentárias ocorrem por pagamentos de restos a pagar, retenções em liquidações de despesas intraorçamentárias ou em razão de classificação inadequada da receita ou despesa.

2.2. Receita Orçamentária.

A Receita Orçamentária Realizada Bruta da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE), alcançou o montante de R\$ 38.934.897.995,75, em valores brutos, incluindo as receitas intraorçamentárias no valor de R\$ 1.717.700.106,45, também em valores brutos. Em comparação com o exercício anterior, houve um acréscimo nominal de 16,55%.

A CODECE, Unidade Gestora – UG nº 480101, Companhia de Desenvolvimento do Estado do Ceará, foi incorporada no ano de 2021 à Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A., de acordo com a Lei nº 17.361, de 20 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado de 21 de dezembro de 2020.

É importante mencionar que, a CODECE-Companhia de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A foi incorporada à ADECE-Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará, em 2021, conforme Lei nº 17.361, de 21 de dezembro de 2020, portanto após a Lei orçamentária anual que alocou orçamento a essa companhia no valor de R\$17.138.000,00.

A Receita Orçamentária realizada tem como principal componente a categoria “Receitas Correntes” no valor de R\$ 35.573.087.882,71, em valores brutos, excluídas as receitas intraorçamentárias de R\$ 1.717.700.106,45, em valores brutos.

Tabela 15 - Demonstrativo Comparativo da Receita Orçamentária Prevista com a Realizada, por Categoria Econômica e Grupo – Consolidada

(R\$ milhares)

Especificação da Receita	Prevista(A)	Realizada(B)	Realiz.% (B)/(A)	Part.% (B)/(Total B)
1.Receitas Correntes Sem Deduções	32.388.350	35.573.088	109,83	91,37
1.1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.602.958	19.861.030	106,76	51,01
1.2 Contribuições	1.022.643	1.167.652	114,18	3,00
1.3 Receita Patrimonial	282.649	532.951	188,56	1,37
1.4 Receita Agropecuária	0	0	0,00	0,00
1.5 Receita de Serviços	263.776	284.064	107,69	0,73
1.6 Transferências Correntes	11.572.716	12.974.134	112,11	33,32
1.7 Outras Receitas Correntes	643.606	753.256	117,04	1,93
1.8 (-) Deduções	3.629.263	4.738.149	130,55	99,99
1.8.1(-) Deduções do FUNDEB	3.629.263	4.386.679	120,87	92,57
1.8.1.1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.091.940	2.585.799	123,61	54,57
1.8.1.2 Transferências Correntes	1.537.324	1.800.880	117,14	38,00
1.8.2 (-) Restituição de Receita	0	351.470	0,00	7,42
1.8.2.1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	227.017	0,00	4,79
1.8.2.2 Contribuições	0	3.980	0,00	0,08
1.8.2.3 Receita Patrimonial	0	55.438	0,00	1,17
1.8.2.4 Receita de Serviços	0	7.061	0,00	0,15
1.8.2.5 Transferências Correntes	0	12.132	0,00	0,26
1.8.2.6 Outras Receitas Correntes	0	45.842	0,00	0,97
Receitas Correntes Líquidas	28.759.086	30.834.939	107,22	90,17
2. Receitas de Capital sem Deduções	3.546.391	1.644.110	46,36	4,22
2.1 Operações de Crédito	2.534.377	1.406.915	55,51	3,61
2.2 Alienação de Bens	181	47.233	26145,67	0,12
2.3 Amortização de Empréstimos	0	323	0,00	0,00
2.4 Transferências de Capital	1.011.833	189.328	18,71	0,49
2.5 Outras Receitas de Capital	0	310	0,00	0,00
2.6 (-) Restituição de Receita	0	1	0,00	0,00
2.6.1 Alienação de Bens	0	1	0,00	0,00
Receitas Capital Líquidas	3.546.391	1.644.109	46,36	4,81
3. Receitas Intraorçamentárias Sem deduções	1.498.675	1.717.700	114,61	4,41
3.1-Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	56	100,00	0,00
3.2-Contribuicoes	0	1.466.490	100,00	3,77

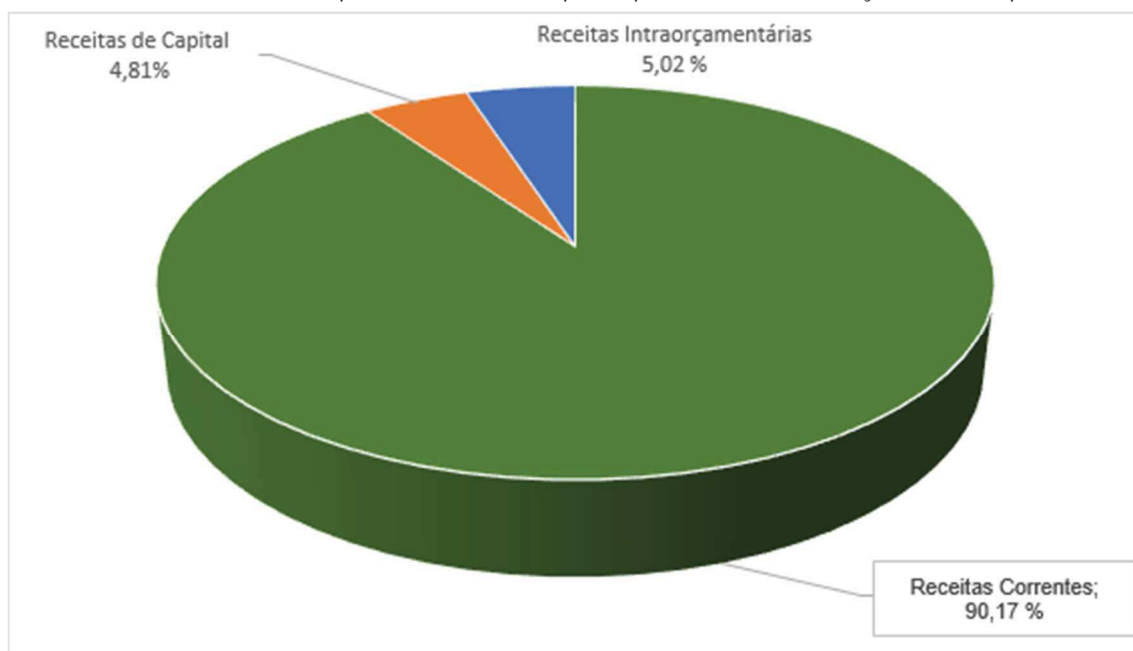
3.3-Receita Patrimonial	0	0	0,00	0,00
3.4-Receita de Serviços	0	48.161	100,00	0,12
3.5-Outras Receitas Correntes	1.498.675	202.994	100,00	0,52
3.6- (-) Restituição de Receita	0	395	0,00	0,01
3.6.1- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	17	0,00	0,00
3.6.2- Contribuições	0	378	0,00	0,01
Receitas Intraorçamentárias Líquidas	1.498.675	1.717.305	100,00	5,02
4.Total das Receitas Sem Deduções (1+2+3)	37.433.416	38.934.898	100,00	100,00
5.Total das Deduções (1.8+2.6+3.6)	3.629.263	4.738.544	100,00	100,00
6-Total das Receitas Líquidas (4-5)	33.804.153	34.196.354	0	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Os Percentuais de realização foram calculadas utilizando os totais: das receitas brutas, das deduções e das receitas líquidas.

O gráfico a seguir evidencia os percentuais de participação de cada categoria econômica pelos valores líquidos.

Gráfico 19 - Receitas Correntes Líquidas x Receitas de Capital Líquidas x Receitas Intraorçamentárias Líquidas



FONTE: SEFAZ/CECOG

2.2.1. Receitas Correntes

Essa Categoria Econômica é composta pelas Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, Patrimoniais, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, excluídas as receitas intraorçamentárias, participou com um percentual de 95,58% da Receita Orçamentária Bruta, tendo sido superior à sua previsão em 9,83%.

A tabela que segue demonstra o comportamento das Receitas Correntes previstas e realizadas (sem as intraorçamentárias) por tipo de Administração, Categoria e Grupo e evidencia o total deduções. Evidencia também a participação de cada receita bruta em relação ao total bruto da categoria.

Tabela 16 - Demonstrativo Comparativo das Receitas Correntes (Exceto Intraorçamentárias) Previstas com as Realizadas por Tipo de Administração /Categoria Econômica e Grupo

(R\$ milhares)

Especificação da Receita	Prevista(A)	Realizada(B)	Realiz. % (B)/(A)	Part. % (B)/(Total B)
1-Administração Direta				
1.1-Receitas Correntes Sem Deduções	28.934.575	31.567.430	109,10	88,74
1.1.1-Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.936.177	18.865.059	105,18	53,03
1.1.2- Receita Patrimonial	174.606	381.946	218,75	1,07
1.1.3- Receita de Serviços	11.277	18.261	161,93	0,05
1.1.4- Transferências Correntes	10.348.366	11.770.006	113,74	33,09
1.1.5 -Outras Receitas Correntes	464.149	532.159	114,65	1,50
1.1.6 (-) Deduções	3.629.263	4.414.083	121,62	93,16
1.1.6.1- Deduções do FUNDEB	3.629.263	4.386.679	120,87	92,58
1.1.6.1.2-Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.091.940	2.585.799	123,61	54,57
1.1.6.1.3- Transferências Correntes	1.537.324	1.800.880	117,14	38,01
1.1.6.2 (-) Restituição de Receita	0	27.404	0,00	0,58
1.1.6.2.1- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	11.188	0,00	0,24
1.1.6.2.2- Receita Patrimonial	0	71	0,00	0,00
1.1.6.2.3- Receita de Serviços	0	148	0,00	0,00
1.1.6.2.4- Transferências Correntes	0	11.738	0,00	0,25
1.1.6.2.5- Outras Receitas Correntes	0	4.258	0,00	0,09
Receitas Correntes Líquidas da Administração Direta	25.305.312	27.153.348	107,30	88,06
2-Administração Indireta				
2.1-Receitas Correntes Sem Deduções	3.453.775	4.005.658	115,98	11,26
2.1.1- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	666.781	995.972	149,37	2,80
2.1.2 -Contribuições	1.022.643	1.167.652	114,18	3,28
2.1.3- Receita Patrimonial	108.043	151.005	139,76	0,42
2.1.4- Receita Agropecuária	0	0	0,00	0,00
2.1.5- Receita de Serviços	252.500	265.804	105,27	0,75

2.1.6- Transferências Correntes	1.224.350	1.204.128	98,35	3,38
2.1.7- Outras Receitas Correntes	179.457	221.097	123,20	0,62
2.1.8 (-) Deduções	0	324.066	0,00	6,84
2.1.8.2 (-) Restituição de Receita	0	324.066	0,00	6,84
2.1.8.2.1- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	215.829	0,00	4,56
2.1.8.2.2- Contribuições	0	3.980	0,00	0,08
2.1.8.2.3- Receita Patrimonial	0	55.367	0,00	1,17
2.1.8.2.4- Receita de Serviços	0	6.913	0,00	0,15
2.1.8.2.5- Transferências Correntes	0	393	0,00	0,01
2.1.8.2.6- Outras Receitas Correntes	0	41.584	0,00	0,88
Receitas Correntes Líquidas da Adm. Indireta	3.453.775	3.681.591	106,60	11,94
3.Total das Rec. Correntes Sem Deduções (1.1+2.1)	32.388.350	35.573.088	109,83	100,00
4.Total das Deduções (1.1.6+2.1.8)	3.629.263	4.738.149	130,55	100,00
5-Total das Receitas Líquidas (3-4)	28.759.086	30.834.939	107,22	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Os Percentuais de realização foram calculadas utilizando os totais: das receitas brutas, das deduções e das receitas líquidas.

Conforme tabela anterior, consta que a Administração Direta participou com 88,74% das Receitas Correntes brutas (exceto intraorçamentárias). Vale salientar que na administração direta estão as duas fontes de receita do Estado com maior participação: o ICMS, que atingiu a cifra de R\$ 16.239.763.544,21 e o FPE, com R\$ 8.953.569.456,06, valores brutos. Juntas somaram R\$ 25.193.333.000,27, representando 79,81%, da categoria Receitas Correntes brutas na Administração Direta e 70,82% da receita Corrente bruta do Estado.

Da receita bruta do ICMS, 25% são destinados aos Municípios cearenses e 20% (sobre líquido do cálculo anterior) são destinados para a formação do FUNDEB. Quanto ao FPE, também são destinados 20% para formação do FUNDEB.

Quanto às Receitas Correntes da Administração Indireta (exceto intraorçamentárias), estas participaram R\$ 4.005.657.575,92 representando 11,26% das Receitas Correntes Brutas (exceto intraorçamentárias). As receitas mais relevantes da Administração Indireta são as receitas de Transferências Correntes no valor de R\$1.204.128.299,66, com o percentual de 30,06%. Desse montante, R\$ 260.761.613,89 são transferências fundo a fundo destinadas ao combate da COVID-19, representando 21,66% do total das transferências.

A apuração da Receita Corrente Líquida detalhada encontra-se no capítulo que trata dos Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.2.1.1 Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

CONJUNTURA ECONÔMICA

A previsão da receita tributária do Estado do Ceará para o exercício de 2021, projetada com base em um modelo de consistência econômica desenvolvido pelo IPECE/SEPLAG e que consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Anexo II - Metas Fiscais, levou em consideração um cenário, com base nas expectativas de crescimento dos indicadores macroeconômicos do PIB (nacional e estadual), da inflação e de tendências específicas de cada tributo analisado.

Em resumo, para a projeção da receita tributária do Estado do Ceará relativa ao exercício de 2021, foram consideradas as variáveis macroeconômicas que possibilitam identificar a influência do nível de atividade econômica na arrecadação tributária e a inflação, especificadas abaixo:

Tabela 17 - Variáveis Econômicas Projetadas

Variáveis Macroeconômicas Projetadas Para 2021	(Em %)
Taxas de Inflação Esperada (IPCA)	4,60
Taxa de Crescimento Esperado Para o PIB Nacional	3,23
Taxa de Crescimento Esperado Para o PIB Esperado	3,55

Fonte: IPECE - LDO 2021 Anexo II - Metas Fiscais

No entanto, em relação à taxa de inflação esperada (IPCA) para 2021, observou-se um aumento acumulado de 10,06%, segundo os dados oficiais do IBGE, destacando uma diferença significativa entre a taxa de inflação esperada e a, de fato, apresentada. Nota-se, também, que a inflação oficial ficou acima do centro da meta (3,75%), cujo teto era 5,25%, definido pelo Conselho Monetário Nacional para o ano em exercício (2021).

Esse resultado apresentado foi influenciado, principalmente, pelos grupos de Transportes e Habitação, com uma variação de 21,03% e 13,05%, respectivamente. Vale mencionar que a alta no grupo de Transporte está relacionada ao comportamento dos preços dos combustíveis, com uma variação apresentada em 49,02%, puxada pela gasolina (47,49%) e etanol (62,23%). Em relação à Habitação, a principal contribuição veio da energia elétrica, variando, no ano destacado (2021), em 21,21%. Realça-se, também, para Habitação, o aumento dos preços do gás de botijão (36,99%).

No que concerne ao PIB (Produto Interno Bruto), para o Brasil, notou-se uma evolução acima dos valores previstos na LDO, Anexo II – Metas Fiscais (2,50%), com uma alta, ao final de 2021, de 4,6%, totalizando R\$ 8,7 trilhões de reais (IBGE, 2021).

O crescimento da economia nacional foi puxado, especialmente, pelas altas dos setores de serviços (4,7%), onde todas as atividades que compõem esse setor apresentaram crescimento, destacando o grupo de Informação e comunicação com uma alta de 12,3%; e da indústria (4,5%), no qual se realça o desempenho da indústria da Construção, subindo 9,7% em 2021.

No tocante à economia cearense, percebeu-se, também, um crescimento maior do que o projetado (2,86%), expandindo o PIB do estado em 6,63%, segundo os dados do IPECE (2021). Assim como destacado para o Brasil, os setores responsáveis, principalmente, por essa alta no PIB do Ceará foram os setores da Indústria (13,35%) e de Serviços (5,96%).

É de referir, no entanto, que o avanço do PIB, tanto nacional, quanto estadual, reflete em grande parte a retomada econômica após o forte recuo de 2020, no qual a covid-19 e as medidas de restrições econômicas afetaram fortemente às atividades em diferentes setores da economia.

DA PREVISÃO DE RECEITA

Na Tabela a seguir, apresenta-se o valor estimado pelo Governo do Estado do Ceará para a receita tributária, de R\$ 18,602 bilhões, contido no comparativo da receita prevista com a arrecadada, no exercício de 2021, estabelecido de acordo com as variáveis supracitadas.

Tabela 18 - Demonstrativo da Composição da Receita Tributária Valores Correntes Brutos

(R\$ milhares)

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	VARIÇÃO %	
			REALIZAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
IMPOSTOS	17,894,623	18,832,312	105.24	94.82
ICMS	15,320,037	16,239,764	106.00	81.77
IPVA	1,152,829	1,178,584	102.23	5.93
ITCD	64,369	95,865	148.93	0.48
IRRF	1,357,387	1,318,100	97.11	6.64
TAXAS	708,335	1,028,719	145.23	5.18
RECEITA TRIBUTÁRIA	18,602,958	19,861,030	106.76	100.00

Fonte: SEFAZ/COPAC/CECOG - Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, valores brutos correntes

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde - OMS, declara a pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) e, em 16 de março de 2020 o governo do Estado do Ceará decreta situação de emergência em saúde no âmbito do Estado, em decorrência do novo coronavírus (COVID-19). Dentre as principais medidas para conter o avanço da pandemia, podemos destacar o isolamento social e o fechamento temporário de comércios e indústrias, bem como a interrupção de serviços não essenciais. O impacto na economia do estado em 2020 foi extremamente relevante, o PIB cearense reduziu 3,56% em relação a 2019, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Por consequência a arrecadação de impostos e taxas, também apresentou retração, principalmente nos meses de abril, maio, junho e julho de 2020

No exercício de 2021 a economia nacional e cearense obteve uma recuperação significativa quando comparado com os dados oficiais de 2020. Em termos gerais, a economia reabriu, influenciando positivamente o crescimento da arrecadação tributária estadual.

Considerando a reabertura econômica que Estado do Ceará viveu em 2021, procedemos ao confronto entre os valores estimados e os realizados com o objetivo de avaliar a efetividade do esforço fazendário na consecução de suas finalidades.

A receita tributária efetivamente arrecadada em 2021 atingiu R\$ 19.861.030.446,18, quando o valor previsto era R\$ 18.602.958.128,61, o montante arrecadado foi superior em 6,76% ao que era previsto.

Ressalte-se que a previsão referente à arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF incidente sobre os rendimentos pagos pelo Estado, suas Autarquias e Fundações alcançou um valor próximo ao previsto. Para o exercício de 2021, a previsão do IRRF foi de R\$ 1.357.387.274,00, tendo sido efetivamente arrecadado R\$ 1.318.099.682,16, apresentando redução de 2,89 % em relação ao valor previsto.

No âmbito da gestão financeira, o governo do Estado vem desenvolvendo esforços para obter um bom desempenho de sua receita tributária, buscando aproveitar seu potencial de arrecadação. Essas ações vêm sendo desenvolvidas de forma consistente e contínua por intermédio da melhor capacitação dos recursos humanos, da melhoria da infraestrutura, da tecnologia da informação, dos processos e procedimentos no campo fiscal tributário, do relacionamento com o contribuinte e com o cidadão.

DA EXECUÇÃO DA RECEITA

A arrecadação da receita tributária do Estado do Ceará, no período de janeiro a dezembro de 2021, atingiu o montante de R\$ 19.861.030.446,18 em termos nominais. Na composição da arrecadação, o ICMS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 81,77 % da Receita Tributária. O IPVA contribuiu com 5,93%, o ITCD com 0,48 % e as taxas 5,18 %. Cumpre esclarecer, que na consolidação dos impostos arrecadados pelo Estado do Ceará, encontra-se a arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente na Fonte sobre Rendimentos pagos a qualquer título pelo Estado, suas Autarquias e pelas Fundações – IRRF, cuja participação foi de 6,64%.

DESEMPENHO DA RECEITA TRIBUTÁRIA EM VALORES NOMINAIS

A receita tributária referente ao exercício de 2021, no valor de R\$ 19,9 bilhões, apresentou crescimento de 20,92%, em valores nominais, quando comparada com seu desempenho no exercício de 2020, conforme demonstrado abaixo.

Tabela 19 - Demonstrativo Comparativo da Receita Tributária (Valor Bruto) - 2020/2021

RECEITAS	VALOR R\$ mil		VARIAÇÃO % 2020/2021	Partic rel. %
	2020	2021		
IMPOSTOS	15.608.416	18.832.312	20,65	94,82
ICMS	13.228.783	16.239.764	22,76	81,77
IPVA	1.080.887	1.178.584	9,04	5,93
ITCD	71.853	95.865	33,42	0,48
IRRF	1.226.893	1.318.100	7,43	6,64
TAXAS	817.054	1.028.719	25,91	5,18
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.425.470	19.861.030	20,92	100,00

FONTE: SEFAZ/CECOG

A totalidade dos impostos arrecadados no exercício de 2021 – receita tributária excluído o valor das taxas - representou 94,82 % da receita tributária, alcançando o valor de R\$ 18.832.311.832,47, apresentando um crescimento de 20,65 %, em valores nominais, quando comparado com o exercício de 2020, conforme demonstrado na tabela anterior.

IPVA

A arrecadação do IPVA em 2021 foi de R\$ 1.178.583.795,13 com crescimento nominal de 9,04%. Vale salientar que desde 2002, para efeito de cobrança do IPVA, o Estado vem utilizando como base de cálculo os preços definidos na tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), que em sua composição leva em conta os valores e marcas dos veículos em seus diversos modelos e versões, bem como a depreciação do veículo.

ITCD

A arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD, em 2021, foi de R\$ 95.864.810,97, apresentando um crescimento de 33,42%, quando comparado com 2020. A arrecadação do ITCD resulta em grande parte de ações realizadas quanto aos processos de avaliação dos bens.

IRRF

O Artigo nº 157, inciso I da CF, determina que pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem. Por fim, informamos que o § 1º, do Artigo nº 159 da CF, disciplina que para efeito de cálculo do FPE, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, entendimento convalidado pela decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal – STF ao julgar o Recurso Extraordinário RE 1.293.453.

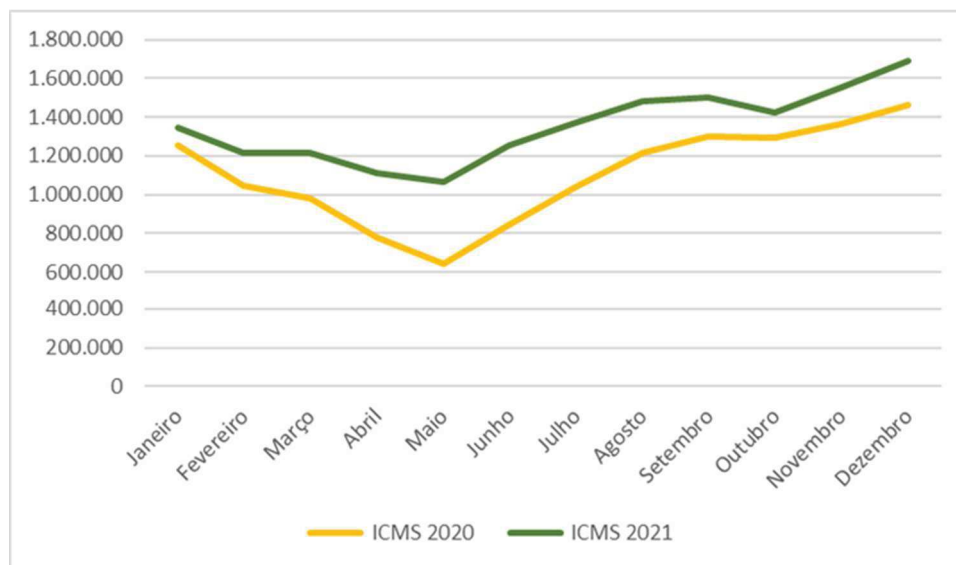
No exercício de 2021 as receitas com o IRRF totalizaram R\$ 1.318.099.682,16, apresentando um crescimento de 7,43% em relação a 2020. Importante ressaltar que o IRRF é a segunda maior receita de impostos do Estado do Ceará.

ICMS

Imprescindível para o equilíbrio das contas públicas estadual, destaca-se, agora, o ICMS, que correspondeu a 81,77% da receita tributária do Ceará, em 2021, respondendo pelo ingresso de R\$ 16,239 bilhões do montante arrecadado pelo estado. Adicionalmente, destaca-se o crescimento nominal de 22,76%, quando se compara a receita de 2021 ao ano anterior (2020), destacando o segundo trimestre do ano em exercício, 2021, abril-maio-junho, com os maiores crescimentos nominais do período, 42,66%, 65,78% e 48,28%, respectivamente. Realça-se, no entanto, que o alto crescimento observado nesse trimestre tem uma forte relação com a significativa redução da arrecadação de ICMS a partir do segundo trimestre do ano anterior, 2020, dado às complicações e restrições impostas pela crise sanitária decorrente do covid-19.

Demonstra-se, a seguir, os valores mensais referentes ao ICMS – 2020/21, com seu respectivo gráfico de evolução temporal dos anos destacados (2020-2021):

Gráfico 20 - Evolução do ICMS Ceará - 2020/2021



Fonte: Sefaz

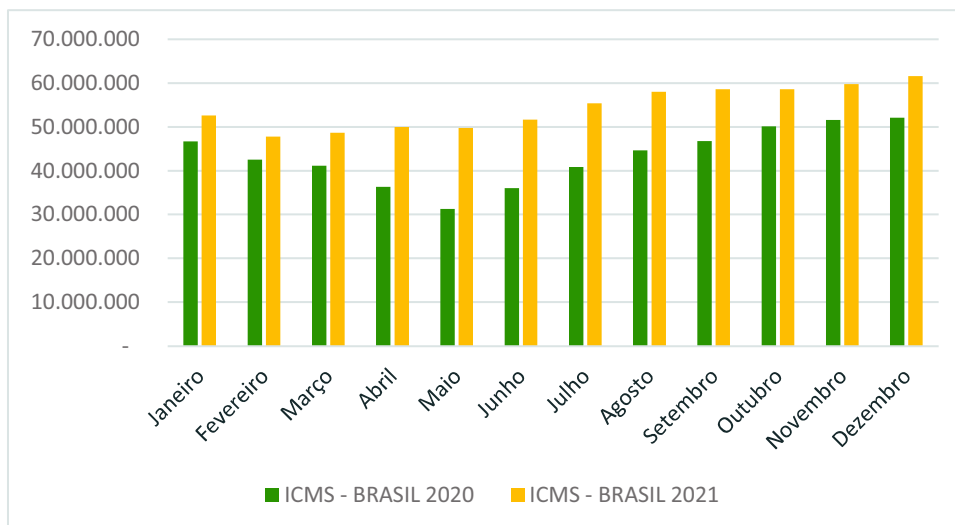
Em seguida, apresenta-se a tabela inerente à arrecadação mensal do ICMS BRASIL– 2020/2021, com seu respectivo gráfico de dinâmica temporal:

Tabela 20 - Demonstrativo da Evolução da Arrecadação do ICMS do Brasil- 2020/2021

PERÍODO	(R\$ milhares)		
	ICMS - BRASIL 2020	ICMS - BRASIL 2021	VARIAÇÃO %
Janeiro	46.708.441	52.620.177	12,66
Fevereiro	42.492.026	47.811.876	12,52
Março	41.165.643	48.682.179	18,26
Abril	36.282.488	50.007.187	37,83
Maio	31.278.279	49.760.783	59,09
Junho	36.027.802	51.637.781	43,33
Julho	40.851.765	55.356.871	35,51
Agosto	44.643.060	58.018.755	29,96
Setembro	46.742.760	58.562.033	25,29
Outubro	50.156.273	58.578.915	16,79
Novembro	51.616.161	59.757.094	15,77
Dezembro	52.096.191	61.569.744	18,18
TOTAL	520.060.888	652.363.395	25,44

Fonte: CONFAZ - Boletim de Arrecadação

Gráfico 21 - Evolução da Arrecadação do ICMS - Brasil - 2020/2021



Fonte: CONFAZ - Boletim de Arrecadação

Assim, observando as tabelas acima, e seus respectivos gráficos temporais, verifica-se, para 2021, a partir do mês de maio, como supracitado, a arrecadação cearense apresenta uma boa recuperação, crescendo 65,78% em relação a maio de 2020 e no último mês do ano (dezembro/2021) apresenta uma variação positiva de 15,41%, quando comparado com dezembro ano anterior (2020), elevando, no ano, sua arrecadação em 22,76%, próximo do crescimento observado para todos os estados brasileiros conjuntamente, 25,44%.

Vale ressaltar que essa evolução observada da arrecadação no estado, em relação a maio de 2020, 65,78%, é superior a receita apresentada do ICMS de todos os estados do Brasil, nesse mesmo período, correspondendo a 59,03%, destacando a forte recuperação da economia cearense. Estes desempenhos foram extremamente importantes para que o Estado do Ceará apresentasse um forte crescimento nominal no ano de exercício.

O crescimento observado de 22,76%, do ICMS do Estado do Ceará, foi muito importante para garantir a capacidade econômico-financeira, frente aos desafios que a pandemia do novo coronavírus instituiu, garantindo, como destacado, um bom equilíbrio fiscal para o estado. Outro fato destacável é que em todos os trimestres de 2021, a arrecadação do ICMS foi superior ao verificado em 2020, denotando a melhoria fiscal do Ceará frente aos desafios deixados pela pandemia do Covid-19.

Adiante, nota-se os últimos anos (2012-2021) e suas respectivas arrecadações de ICMS, sintetizadas na tabela abaixo e no gráfico que o segue, destacando uma dinâmica evolutiva da receita estadual desse tributo, demonstrando seguidos crescimentos entre os anos destacados para análise, obtendo o maior valor da série em 2021, 22,76%.

Tabela 21 - Demonstrativo da Evolução da Arrecadação do ICMS do Estado do Ceará - 2012 a 2021

DISCRIMINAÇÃO	ICMS VALORES EM R\$ mil	VARIAÇÃO % REALIZAÇÃO
2012	7.541.908	0,00
2013	8.565.579	13,57
2014	9.350.981	9,17
2015	9.746.023	4,22
2016	10.341.956	6,11
2017	11.193.455	8,23
2018	11.854.218	5,90
2019	13.155.258	10,98
2020	13.229.000	0,56
2021	16.239.764	22,76

FONTE: SEFAZ/CECOG

Também se observa que a arrecadação do ICMS apresentou, no exercício de 2021, em comparação ao exercício de 2012, um crescimento nominal de 115,3%. Se procedermos ao comparativo da evolução do ICMS anual, com base o ano de 2021, com a arrecadação de 2012, levando-se em consideração, também, o crescimento do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, observa-se uma evolução de 66,5% do IPCA, o que evidencia um crescimento real da receita tributária do ICMS e um bom desempenho da arrecadação do estado do Ceará.

ICMS ARRECADAÇÃO POR SEGMENTO

A arrecadação do ICMS especificada pelos principais segmentos econômicos, evidencia que no exercício de 2021, os setores industrial, comércio atacadista, comércio varejista, energia elétrica, combustível e o Fundo de Combate à Pobreza – FECOP apresentaram um crescimento expressivo, quando comparados com o exercício de 2020.

Tabela 22 - Comparativo da Composição da Arrecadação do ICMS por Segmento - Ceará - 2020/2021

SEGMENTOS	VALOR		VARIAÇÃO %	
	2020	2021	2021/2020	PART. % TOTAL ICMS 2021
Industrial	2.622.596	3.270.892	24,72	20,14
Serviços de Comunicação	575.898	599.054	4,02	3,69
Comércio Atacadista	2.788.571	3.491.535	25,21	21,50
Comércio Varejista	1.845.087	2.215.120	20,06	13,64
Energia Elétrica	1.594.109	2.047.736	28,46	12,61
Combustível	2.603.852	3.317.509	27,41	20,43
Demais Segmentos	608.731	609.170	0,07	3,75
FECOP	589.938	688.748	16,75	4,24
Total ICMS	13.228.783	16.239.764	22,76	100,00

FONTE: SEFAZ/CEESE

As atividades econômicas que agrupam os contribuintes que atuam no comércio atacadista e varejista apresentam participação de 21,50% e 13,64% respectivamente, na arrecadação do ICMS global do Estado. Tais atividades ocasionaram como resultado da arrecadação, a expansão de 25,21%, para o comércio atacadista e de 20,06% para o comércio varejista.

O segmento industrial com uma participação no ICMS total de 20,14%, apresentou crescimento nominal de 24,72%, totalizando um montante arrecadado, em 2021, de R\$ 3.270.892.303, 92.

O segmento que congrega as empresas de combustíveis, responsável por 20,43% do total do ICMS, apresentou crescimento relevante de 27,41% da arrecadação, comparativamente ao exercício de 2020. As medidas de isolamento social e as limitações no horário de funcionamento dos postos de combustíveis, provocadas pela pandemia do novo coronavírus, tiveram impacto significativo na queda da arrecadação desse segmento em 2020. No exercício de 2021, as atividades econômicas ligadas a este segmento, funcionaram, praticamente dentro das suas normalidades.

A arrecadação do segmento de energia elétrica apresentou participação de 12,61% no ICMS total e variação positiva de 28,46% no exercício de 2021, quando comparado com o exercício anterior, resultante do crescimento do consumo de energia e do aumento relevante das tarifas.

O segmento serviço de comunicação contribuiu com 3,69% da participação global, apresentando variação positiva de 4,02%. Um fator que merece destaque no segmento comunicação é a corrosão de sua base, em razão do surgimento de novos aplicativos gratuitos de envio de dados, imagens e vozes.

A arrecadação do ICMS relativo ao FECOP, instituído pela Lei Complementar nº 37 em 2003, teve crescimento no exercício de 2021 de 16,75%, quando comparado ao exercício de 2020, representando 4,24% do ICMS total.

PARTICIPAÇÃO DO ICMS NO PIB ESTADUAL

A pandemia do novo coronavírus, declarada pela OMS em 11 de março de 2020, impactou significativamente a economia de todos os países. As medidas adotadas pela maioria dos líderes mundiais, foram o isolamento social, suspensão ou limitação das atividades econômicas consideradas não essenciais, medidas essas, necessárias para conter o crescimento exponencial de contaminação e consequentemente evitar o colapso dos sistemas de saúde.

No Brasil o Supremo Tribunal Federal – STF, decidiu em 15 de abril de 2020 que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem legislar e tomar providências normativas e administrativas concorrentemente sobre saúde pública, em especial para conter o avanço da pandemia.

No Ceará, em 16 de março de 2020, o Governo do Estado decretou estado de emergência em saúde, adotando o isolamento social, restrição de comércios, indústrias e serviços, já que a pandemia do coronavírus estava avançado em ritmo acelerado no estado, causando muitas mortes e o comprometimento do sistema de saúde cearense.

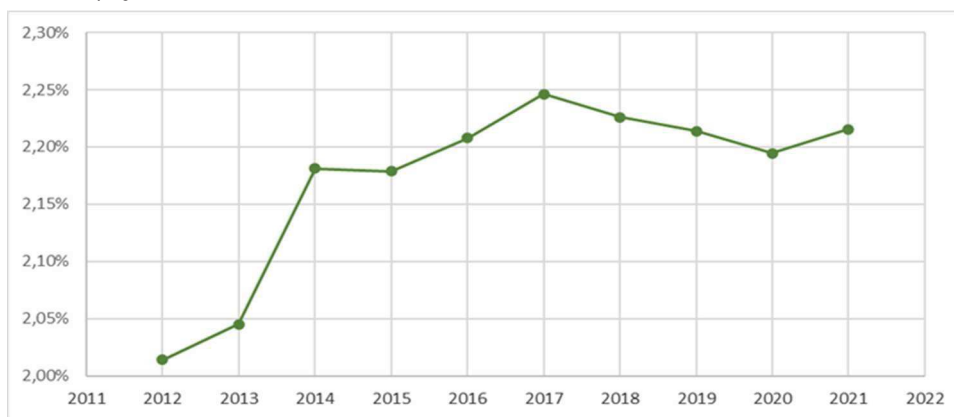
Diante do exposto, as economias globais, em sua grande maioria, apresentaram retrações importantes. No Brasil a queda do PIB nacional foi da ordem de 4,1% (IBGE) e no Ceará a redução foi de 3,56%, conforme dados do IPECE. O Estado do Ceará, em 2020, alcançou 2,19% de participação no PIB nacional.

Em relação ao ano em exercício, 2021, impulsionado, especialmente, pela Indústria e Serviços, o PIB do Ceará apresentou um crescimento de 6,63%, resultado

que superou o crescimento nacional (4,6%), destacando, para obtenção desse resultado, o forte avanço da vacinação registrado no estado, principalmente, a partir do terceiro trimestre de 2021, possibilitando um relaxamento das medidas sanitárias, mencionadas anteriormente, no Ceará.

Percebe-se, também, um novo aumento na participação do estado no PIB nacional, 2,22%, ressaltando, assim, a recuperação econômica estadual. Tal dinâmica evolutiva pode ser analisada conjuntamente com o desempenho positivo da arrecadação do ICMS no Ceará, denotado pelo forte crescimento apresentado, 22,76 %, quando comparado com o ano de 2020, por essa receita em 2021.

Gráfico 22 - Participação Percentual do PIB Cearense no PIB do Brasil – 2012 a 2021

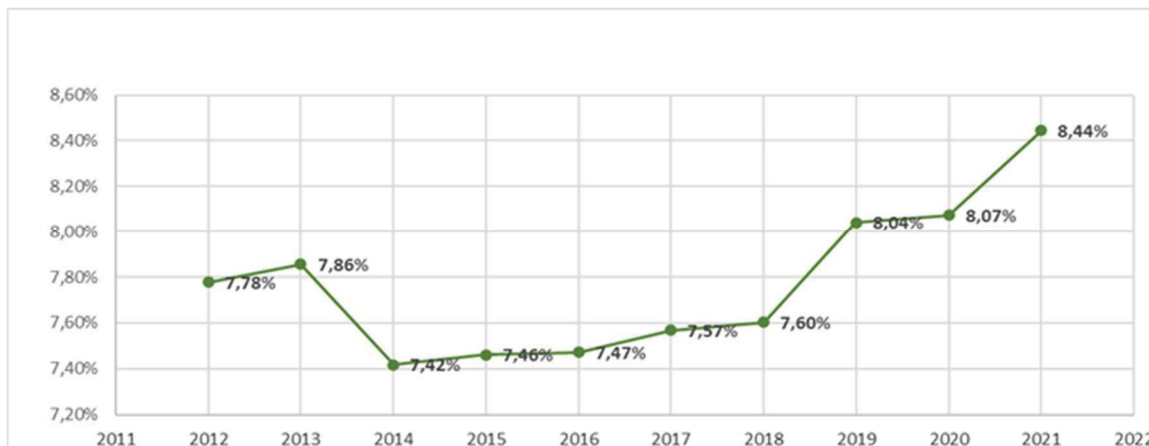


FONTE: SEFAZ/CEESE

Adicionalmente, outro ponto de destaque é quando se compara a participação do ICMS do Estado do Ceará no conjunto global das riquezas produzidas em seu território – Produto Interno Bruto (PIB). Percebe-se, assim, no gráfico a seguir, que há uma variabilidade na participação do ICMS no PIB do estado, entre 7,42% e 8,44%, valor de menor e maior participação, respectivamente, observando, ademais, a maior participação no PIB, na série destacada, no ano em exercício, 2021. Nota-se que, em 2020, a participação do ICMS no PIB do Ceará foi de 8,07%, saltando 0,37 p.p., de 2020 a 2021, e 0,66 p.p. de 2012 ao último ano da série, realçando o bom desempenho na arrecadação desse tributo.

Dentre os fatores que influenciam a performance do ICMS, destaca-se o esforço fazendário, a modernização e a eficiência da Secretaria da Fazenda, requisitos fundamentais para obtenção dos bons resultados apresentados.

Gráfico 23 - Participação Percentual do ICMS no PIB do Ceará – 2012 a 2021



FONTE: SEFAZ/CEESE

COMPARATIVO ICMS CEARÁ X ICMS BRASIL

Com o objetivo de oferecer uma visão comparativa da performance da arrecadação do ICMS do Estado do Ceará no contexto federativo, é apresentado na tabela abaixo, a arrecadação total do ICMS por Unidade da Federação, incluindo a dívida ativa, multas e juros, nos exercícios de 2020 e de 2021, constante do Boletim do ICMS editado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE/ICMS.

Sendo assim, como destacado, para o Brasil, percebe-se uma variação nominal positiva de 25,44% em 2021, quando comparada com o exercício de 2020, totalizando um montante de R\$ 652,3 bilhões. Nesse mesmo período, destacando agora as regiões do país, nota-se que apenas as regiões do Centro Oeste e Sudeste apresentaram crescimentos nominais maiores que o demonstrado pelo Brasil, 30,38% e 26,03%, nessa ordem.

Em relação às demais regiões, observou-se uma variação nominal positiva de 24,37%, no Sul, 23,59%, da região Norte, e 22,80% para o Nordeste. É de referir, no entanto, que o Nordeste apresentou, para o período, o menor crescimento entre regiões do Brasil, dentre alguns motivos para explicar esse fato, destaca-se a baixa diversificação produtiva e o impacto sobre o turismo na região, dado a crise sanitária e as implicações ocasionadas pelo Covid-19.

O ICMS arrecadado no Estado do Ceará, no exercício de 2021, apresenta um crescimento de 22,76% em relação a igual período de 2020. A arrecadação cearense

ocupa o 3º lugar em valores nominalmente captados em relação aos Estados da Região Nordeste, e 12º lugar, no contexto nacional

Esse resultado (22,76%) é maior em 20 p.p. do que o valor de crescimento apresentado em 2020, realçando a força da recuperação da arrecadação estadual, destacando as ações que vêm sendo desenvolvidas, de forma consistente e continua, no Estado, por intermédio da melhor capacitação dos recursos humanos, da melhoria da infraestrutura, da tecnologia da informação e dos processos e procedimentos no campo fiscal tributário. É de se referir, dos estados do Nordeste, o estado do Ceará está abaixo, em relação a participação do ICMS Brasil, apenas dos estados da Bahia e Pernambuco, reforçando a importância da arrecadação do ICMS no Ceará. Na Tabela a seguir detalharemos os dados da arrecadação do ICMS no contexto nacional e regional:

Tabela 23 - Arrecadação do ICMS Brasil e Estados - Variação Relativa - Variação Nominal - 2020/2021

(R\$ milhares)

Regiões/Estados	2020	VAR RELATIVA	2021	VAR RELATIVA	VAR nominal %	CLASSIFICAÇÃO	
		% Brasil		% Brasil		21/20	2021
						BR	Região
Norte	35.946.282	6,91	44.426.502	6,81	23,59	5	-
Acre	1.374.411	0,26	1.699.401	0,26	23,65	25	5
Amapá	1.015.616	0,20	1.280.810	0,20	26,11	27	7
Amazonas	10.807.269	2,08	13.016.522	2,00	20,44	15	2
Pará	13.837.366	2,66	16.945.382	2,60	22,46	11	1
Rondônia	4.376.621	0,84	5.715.481	0,88	30,59	20	3
Roraima	1.239.990	0,24	1.569.336	0,24	26,56	26	6
Tocantins	3.295.009	0,63	4.199.569	0,64	27,45	24	4
Nordeste	88.616.537	17,04	108.823.989	16,68	22,80	3	-
Alagoas	4.368.864	0,84	5.398.750	0,83	23,57	22	8
Bahia	24.978.685	4,80	31.196.267	4,78	24,89	6	1
Ceará	13.228.678	2,54	16.239.764	2,49	22,76	12	3
Maranhão	8.170.481	1,57	9.975.060	1,53	22,09	16	4
Paraíba	6.108.082	1,17	7.521.301	1,15	23,14	18	5
Pernambuco	17.673.105	3,40	21.643.712	3,32	22,47	9	2
Piauí	4.730.377	0,91	5.705.537	0,87	20,61	21	7
Rio Grande do Norte	5.832.087	1,12	6.868.594	1,05	17,77	19	6
Sergipe	3.526.178	0,68	4.275.004	0,66	21,24	23	9
Sudeste	253.340.083	48,71	319.264.918	48,94	26,02	1	-
Espírito Santo	12.001.997	2,31	15.341.364	2,35	27,82	13	4
Minas Gerais	52.460.606	10,09	67.811.780	10,40	29,26	2	2
Rio de Janeiro	39.054.403	7,51	47.136.864	7,23	20,70	3	3
São Paulo	149.823.077	28,81	188.974.908	28,97	26,13	1	1
Sul	91.633.754	17,62	113.960.826	17,47	24,37	2	-
Paraná	31.518.257	6,06	39.133.009	6,00	24,16	5	2
Rio Grande do Sul	36.207.897	6,96	45.737.554	7,01	26,32	4	1
Santa Catarina	23.907.600	4,60	29.090.262	4,46	21,68	7	3
C. Oeste	50.524.232	9,72	65.871.479	10,10	30,38	4	-
Distrito Federal	8.680.629	1,67	9.893.449	1,52	13,97	17	4
Goiás	17.921.681	3,45	23.482.976	3,60	31,03	8	1
Mato Grosso	12.827.231	2,47	18.663.728	2,86	45,50	10	2
Mato Grosso do Sul	11.094.691	2,13	13.831.326	2,12	24,67	14	3
Total	520.060.888	100,00	652.347.713	100,00	25,44	-	-

FONTE: SEFAZ/CEESE

A política fiscal adotada pelo Estado fundamenta-se na busca do aumento da arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação.

Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de administração tributária, a ampliação da sistemática de substituição tributária e o fortalecimento do monitoramento fiscal. A seguir destacamos algumas ações realizadas e os resultados obtidos em 2021:

No ano de 2021 foram enviadas ao Ministério Público 184 (Cento e oitenta e quatro) Representações Fiscais, referentes a 265 (Duzentos e sessenta e cinco) Autos de Infração, inscritos na Dívida Ativa, que configuram, em tese, redução ou supressão de tributo, no valor total de ICMS R\$ 58.716.879,32, Multa R\$ 65.400.243,14, perfazendo um total de R\$124.117.122,46 (Cento e vinte e quatro milhões, cento e dezessete mil, cento e vinte e dois reais e quarenta e seis centavos);

Durante o ano de 2021 foram selecionados 58 (Cinquenta e oito) CNPJ's básico de empresas que declararam o ICMS, resultados da apuração mensal e que não recolheram ao erário estadual, configurando a apropriação indébita, conforme Lei nº17.354/2020 (Devedor Contumaz), para notificação e realização de audiências com os órgãos participantes do comitê: 15 (quinze) contribuintes realizaram parcelamentos de seus débitos, no valor total de R\$ 21.322.186,14 (Vinte um milhões, trezentos e vinte e dois mil, cento e oitenta e seis reais e quatorze centavos);

Operação conjunta entre o Ministério Público do Ceará (MPCE) e a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), identificou supostas fraudes de empresários que estariam se passando por Microempreendedores Individuais (MEIs) no Estado para sonegar impostos. Os prejuízos aos cofres públicos podem chegar a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

Investigação conjunta das Secretarias da Fazenda do Ceará (Sefaz-CE) e da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), resultou na recuperação de mais de R\$

425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais) referentes ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e multas, na comercialização de queijo;

Cumprimento de seis mandados judiciais de busca e apreensão em Fortaleza e Iguatu para investigar a atuação de empresas do segmento industrial metálico, com indícios da prática de crimes contra a ordem tributária, lavagem de dinheiro, fraude à execução e associação criminosa. Após o cumprimento dos mandados, expedidos pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Iguatu, foram apreendidos mídias digitais, aparelhos celulares, computadores, tablets, documentos, veículos, joias, e mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em espécie. Estima-se que o valor total sequestrado/bloqueado/apreendido com a Operação Águas Turvas supere a cifra de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

Investigações que desencadearam a Operação CIBUS, após a Sefaz-CE identificar que a empresa alvo acumulou uma dívida inscrita na ordem de mais de R\$189.000.000,00 (cento e oitenta e nove milhões de reais), débitos gerados, basicamente, da falta de recolhimento de ICMS;

Implantação do Posto Fiscal Inteligente - otimização e automação dos processos de fiscalização de mercadorias em trânsito, reduzindo o tempo gasto com essas atividades e possibilitando o aumento da assertividade da fiscalização;

Conclusão da Rede SIM que consiste em agilizar a obtenção do cadastro do contribuinte no prazo máximo de 72 horas;

Automatização dos Regimes Especiais de Tributação (carga líquida). Prazo para conclusão final em 31/12/2022;

Implantação e execução de parâmetros para Malha Fiscal automatizada para os Contribuintes Optantes do Simples Nacional;

Utilização de Inteligência de Dados para geração de novos indicadores de malha fiscal no combate à sonegação.

Entrega de premiações no valor total de R\$ 5.100.000,00 (Cinco milhões e cem mil reais) a instituições, pessoas físicas e pessoas jurídicas, no âmbito do Programa Sua Nota Tem Valor, até novembro de 2021;

Finalização do Módulo de Retaguarda e Regionalização do sorteio do programa Sua Nota Tem Valor;

Automação dos Processos da Ação Fiscal (CAF-e);

Implementação do sistema de processo Administrativo Tributário Eletrônico (PAT-e) visando mais eficiência e agilidade ao julgamento de conflitos entre o Fisco Estadual e contribuintes.

2.2.1.2. Receita de Contribuições

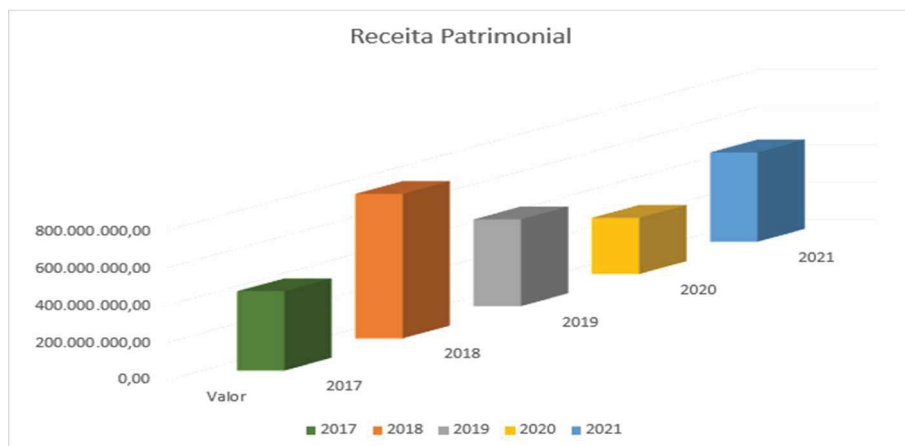
A Receita de Contribuições, com previsão final de arrecadação no valor de R\$ 1,02 bilhão, no exercício, atingiu o montante de arrecadação bruta de R\$ 1,17 bilhão, excluídas as receitas de contribuições patronais, intraorçamentárias, no valor de R\$1,5 bilhão, representa 3,29 % da Receita Corrente bruta.

2.2.1.3. Receita Patrimonial

A Receita Patrimonial, com previsão final de R\$ 282,6 milhões, no exercício atual, atingiu a quantia de R\$ 533 milhões, correspondendo a 1,50% das Receitas Correntes (excluídas as receitas intraorçamentárias) e participando apenas com 1,37% da receita total bruta. Do montante realizado, 71,67% estão na administração direta e 28,33% na administração indireta.

As receitas de remuneração de depósitos bancários, as receitas de juros e correção monetária e remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), juntas somaram R\$ 426,3 milhões, representando 80,00% do total da receita patrimonial. A receita de dividendos contribui com R\$ 79 milhões e participou com 14,85%. As receitas citadas representam 94,82% das receitas patrimoniais.

Gráfico 24 - Evolução da Receita Patrimonial



FONTE: SEFAZ/CECOG

2.2.1.4 Receita Agropecuária

No exercício atual, não foi previsto arrecadação para essa subcategoria de receita, como também não ocorreu realização de receita.

2.2.1.5 Receitas de Serviços

Para as Receitas de Serviços (excluindo as intraorçamentárias no valor de R\$ 48.160.638,96), no exercício atual, foi prevista uma arrecadação de R\$ 263.776.226,02, e foi realizada R\$ 284.064.371,14, representando 107,62% do que foi previsto. Em comparação com a arrecadação do exercício anterior, esta receita cresceu 25,54% em termos nominais. Duas receitas tiveram uma arrecadação expressiva: a receita de serviços e atividades referentes a saúde que atingiu a cifra de R\$ 133.350.128,19 e a receita de serviços administrativos e comerciais gerais que alcançou o montante de R\$ 147.483.371,80, juntas representam 98,86% do seu grupo.

2.2.1.6 Transferências Correntes

Na origem Transferências Correntes, com previsão final de R\$ 10.035.392.623,35, foi arrecadado o valor bruto de R\$ 12.974.133.886,78, acima do que foi previsto em 29,28%. Em relação ao exercício anterior, comparando-se as receitas brutas, verifica-se um aumento no total de transferências recebidas de 11,13%. As transferências correntes representaram 36,47% das Receitas Correntes (excluída receita corrente intraorçamentária) do exercício de 2021.

No que diz respeito às transferências constitucionais e legais realizadas pela União ao Estado, no exercício atual, estas somaram R\$ 12.851.960.561,66 e, em relação ao exercício anterior, tiveram um incremento nominal de 11,46%, conforme demonstrado na tabela seguinte.

Tabela 24 - Demonstrativo Comparativo das Transferências Constitucionais da União – Valores Nominais Brutos

(R\$ milhares)

Receitas	2020 (A)	2021 (B)	Var % B/A	Partic. % (B/Total B)
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	6,763,500	8,953,569	32.38	69.67
Cota-Parte da Contribuição. de Intervenção no Domínio Econômico	25,935	16,733	-35.48	0.13
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo	25,512	39,924	56.49	0.31
Cota-parte Royalties – Comp. Fin. pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89	3,435	2,612	-23.95	0.02
Cota-parte Royalties pelo Exc. da Prod. do Petróleo – Lei nº 9.478/97, art 49, I e II	2,047	1,099	-46.30	0.01
Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comer	0	16	100.00	0.00
Cota-Parte do Imposto sobre Produtos. Industrializados Estados Exportadores	55,878	67,774	21.29	0.53
Apoio Financeiro - Compensação Redução FPE - MP 938/2020	498,933	0	-100.00	0.00
Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	2,070	2,140	3.41	0.02
Transf. de Rec. do Fundo de Man. e Des. da Educação Básica e de Val. dos Prof.	1,161,175	1,703,672	46.72	13.26
Tran. Rec. da Com. da União ao Fun.de Man e Des.da Edu .Bás. e de Val dos Prof.	432,484	682,233	57.75	5.31
Transf. Diretas do FNDE ref. ao Programa Nacional de Alim. Escolar – PNAE	55,029	48,871	-11.19	0.38
Transf. Diretas do FNDE ref. ao Pro. Nac. de Apoio ao Trans. do Escolar – PNATE	2,854	1,966	-31.10	0.02
Transferências do Salário-Educação	55,473	75,452	36.02	0.59
Transferências Oriundas da Lei Pelé	2,998	3,293	9.83	0.03
Transf. de Rec.do- SUS Rep. Fundo a Fundo Cust. das Ações e Ser. Púb. de Saúde.	555,558	890,668	60.32	6.93
Auxílio Financeiro para Saúde e Assistência Social	300,299	0	-100.00	0.00
Emendas Parlamentares Individuais Impositivas	19,611	1,830	-90.67	0.01
Emendas Parlamentares de Bancada	0	103,096	100.00	0.80
Outras Transf. de Rec. do Sistema Único de Saúde-SUS - Combate COVID-19	13,200	0	-100.00	0.00
Outras Transf. Diretas do Fundo Nacional do Des. da Educação- FNDE	16,021	0	-100.00	0.00
Outros Programas Financiados por Transf. Fundo a Fundo - Combate a COVID-19	403,663	0	-100.00	0.00
Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	1,238	1,204	-2.74	0.01
Transferência de Recursos do SUS Atenção Básica	18,803	18,491	-1.66	0.14
Transferência LC 176/2020 - Compensação de Créditos Lei Kandir	43,002	38,633	-10.16	0.30
Transferência para Mitigação dos Efeitos Financeiros da COVID-19	918,821	0	-100.00	0.00
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	0	81,588	100.00	0.63
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	3,083	13,539	339.22	0.11
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Publica	8,887	16,690	87.80	0.13
Transferências de Recursos do SUS - Gestão do SUS	592	150	-74.66	0.00
Transferências de Recursos SUS - Vigilância em Saúde	21,085	24,880	18.00	0.19
Transf. Diretas do FNDE ref. ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	3	0	-100.00	0.00

Transferências do FNAS - Combate a COVID-19	1,880	0	-100.00	0.00
Transferências Emergências ao Setor Cultural - Lei Aldir Blanc	73,985	416	-99.44	0.00
Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	5	2,390	44911.58	0.02
Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	65	0	-100.00	0.00
Outras Transferências de Convênios da União	43,251	59,028	36.48	0.46
Total geral	11,530,375	12,851,961	11.46	100.00

Fonte: SEFAZ/S2GPR

Contribuíram para esse incremento, principalmente, as transferências originárias da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Professores, nos valores de R\$ 8.953.569.456,06 e R\$ 1.703.672.274,18, respectivamente.

Tabela 25 - Transferências Correntes – Enfrentamento/Compensação aos Efeitos COVID

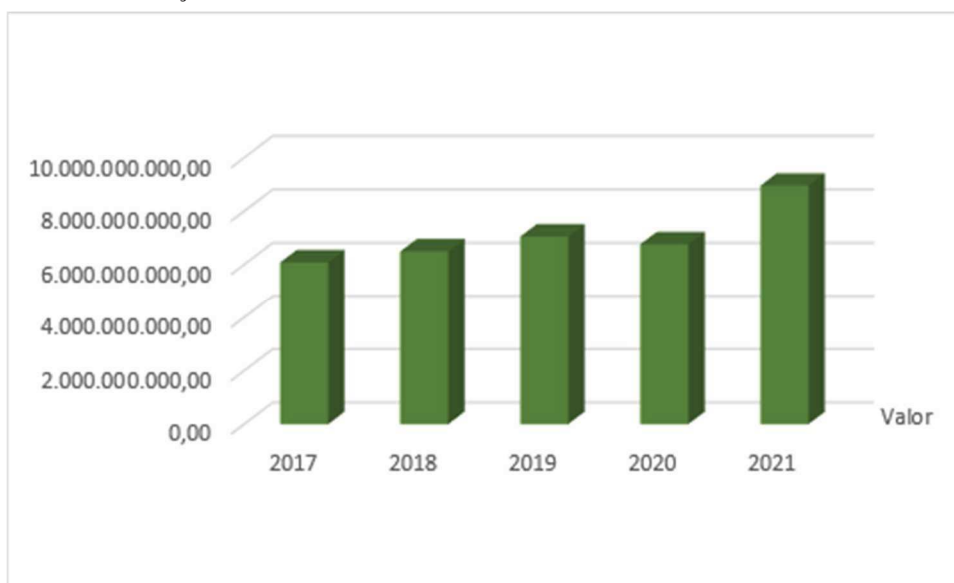
(R\$ milhares)	
Descrição da Receita	Valor
Outros Programas Financiados Por Transferências Fundo a Fundo - Combate a COVID-19	260.762
Transferências Emergenciais ao Setor Cultural - Lei Aldir Blanc	416
Total	261.178

Fonte: SEFAZ/CECOG

FPE

A receita de transferências correntes mais representativa é a receita do Fundo de Participação dos Estados - FPE, que totalizou R\$ 8.953.569.456,06 no exercício de 2021, apresentando uma variação positiva em termos nominais de 32,38%, se comparado com o exercício anterior. Esta natureza de receita representa 69,01% das Transferências Correntes e 25,17% do total das Receitas Correntes (excluídas as receitas intraorçamentárias).

Gráfico 25 - Evolução da Receita do FPE - Valores Brutos



FONTE: SEFAZ/CECOG

FUNDEB

As receitas que compõem a base de cálculo do FUNDEB foram registradas pelos seus valores brutos. Contudo, os percentuais deduzidos da arrecadação das receitas e aqueles retidos automaticamente das transferências, ambos destinados à formação do FUNDEB foram

registrados em conta contábil de dedução da Receita Orçamentária Arrecadada, conforme Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014.

As tabelas seguintes demonstram a composição dos recursos que formam o FUNDEB, bem como os que o Estado do Ceará transfere para o Fundo. A composição das origens do FUNDEB está discriminada na tabela a seguir.

Tabela 26 - Demonstrativo das Origens dos Recursos do FUNDEB do Estado do Ceará

(R\$ milhares)		
Receitas que Compõem o Retorno do FUNDEB (Origem dos Recursos)	Valor	Part. %
ICMS	833.150	34,92
FPE	463.805	19,44
FPM	337.840	14,16
IPI Exportação	3.511	0,15
ITR	125	0,01
ITCMD	4.509	0,19
IPVA	60.732	2,55
ICMS LEI 87/96	0	0,00
Total do Retorno do FUNDEB	1.703.672	71,41
Complemento da União do Exercício Anterior	22.642	0,95
Complemento da União do Exercício	659.592	27,65
Total do Complemento da União	682.233	28,59
Total Geral	2.385.905	100,00

Fonte: Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A

Nota: A Complementação da União de Exercícios Anteriores está prevista na Portaria Interministerial nº 02, de 22 de abril de 2021.

Os recursos transferidos ao FUNDEB, que correspondem a 20% da parcela pertencente ao Governo Estadual do ICMS, inclusive o adicional ao FECOP, IPVA, ITCD, FPE e IPI Exportação foram registrados como dedução da respectiva Receita Orçamentária, conforme discriminado a seguir.

O resultado negativo do FUNDEB representa a participação que os Municípios auferiram nos recursos transferidos pelo Estado ao Fundo, conforme composição distributiva estabelecida pela Lei nº 11.494/2007.

Tabela 27 - Demonstrativo dos Recursos Transferidos ao FUNDEB pelo Estado do Ceará

(R\$ milhares)

Fontes	Valor	% Part.
ICMS	2.326.230,41	53,03
ICMS FECOP	124.586,86	2,84
FPE	1.790.713,89	40,82
IPI EXP	10.166,13	0,23
ITCMD	17.583,79	0,40
IPVA	117.397,96	2,68
Total	4.386.679	100,00

Fonte: Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A e do Sistema de Arrecadação da SEFAZ/CE;

Nota 1: Valores computados pelo regime de caixa;

Nota 2: Nos repasses realizados em 2021, constam repasses complementares de 2020: ICMS - R\$ 42.417.432,61 , IPVA - R\$ 1.335.621,04, ITCD - R\$ 1.498.839,40. Parcela da receita arrecadada em 2021 foi repassada ao FUNDEB em 2022: ICMS - R\$ 49.727.723,28, ICMS FECOP - R\$ 13.162.648,96, IPVA - R\$ 1.733.784,07, ITCD - R\$ 3.051.663,66

Nota 3: Os recursos transferidos ao FUNDEB, em 2021, foram contabilizados como dedução da receita orçamentária

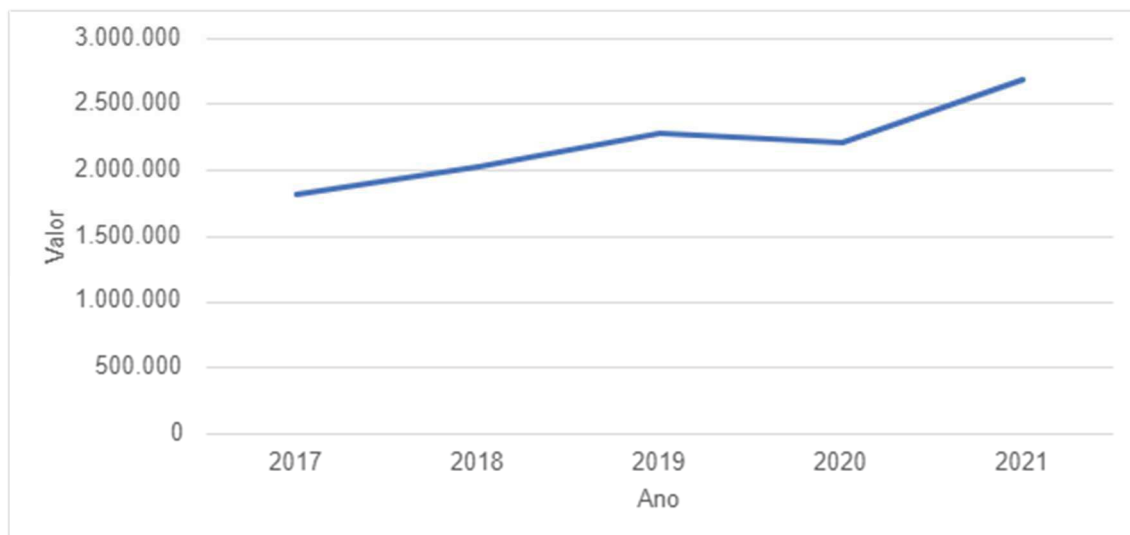
Tabela 28 - Demonstrativo do Resultado do FUNDEB no Estado do Ceará

(R\$ milhares)

Descrição	Valor
Transferências do Estado	-4.386.679
Retorno	1.703.672
Perda do Estado	-2.683.007

Fonte: SEFAZ/CECOG

Gráfico 26 - Evolução das Perdas do FUNDEB



FONTE: SEFAZ/CECOG

2.2.1.7 Outras Receitas Correntes

Esse grupo de receitas, em valores brutos (exceto receitas intraorçamentárias), em 2021, tinha previsão final de arrecadação no valor de R\$ 643.606.484,00 e alcançou a cifra de R\$ 753.256.470,32, inferior ao previsto em 17,04%. Em 2021 apresentou um decréscimo em termos nominais de 9,19% em relação ao exercício anterior. As receitas Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais, que somaram R\$182.959.182,60, representando 24,29%. Outra Receita com arrecadação expressiva desse grupo são as Indenizações, Ressarcimento e Restituições contribuíram com R\$111.763.223,96, representando 14,84% da sua subcategoria. A arrecadação de Demais Receitas Correntes importou em R\$ 202.489.737,32, contribuindo com 26,88%. Merecem ser citadas as receitas: Participação nos Encargos do FDI-diferido no valor de R\$ 36.866.379,58, Retorno do FDI-PROAPE com o valor de R\$ 33.173.198,70, Compensação Financeiras entre o Regime Geral, os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores, que atingiu uma arrecadação de R\$ 29.291.828,92.

Nesse grupo também se classificaram recursos provenientes de doações, multas por não uso de máscara facial e multas decorrentes de sentenças judiciais para aplicação no combate a COVID-19, conforme tabela abaixo:

Tabela 29 - Outras Receitas Correntes – Combate a COVID

(R\$ milhares)	
Descrição	Valor
Doações em Dinheiro - Enfrentamento COVID-19	72
Multa por Não Uso de Máscara - Lei 17.261/2020	13
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - COVID-19	1.101
Total	1.186

Fonte: SEFAZ/CECOG

2.2.2 Receitas de Capital

A categoria Receitas de capital, em 2021 teve uma previsão total de R\$3.546.391.299,57, atingiu o montante de 1.644.110.006,59, participando com 4,22% do total da Receita Orçamentária bruta. As receitas com maior participação nessa categoria foram as Operações de Crédito com valor de R\$ 1.406.915.418,29 e Transferências de Capital com R\$189.328.357,61, representando 85,57% e 11,52% da categoria, respectivamente.

Tabela 30 - Demonstrativo Comparativo das Receitas de Capital Previstas com as Realizadas por Tipo de Administração/Categoria Econômica e Grupo

(R\$ milhares)

Receita	Prevista (A)	Realizada (B)	% Realização (B/A)	% Part.. (B/Total B)
1. Administração Direta				
1.1 Receitas de Capital sem Deduções	3.425	1.574	45,94	100,00
1.1.1 Operações de Crédito	2.534	1.407	55,51	89,41
1.1.2 Alienação de Bens	0	17	0,00	1,10
1.1.3 Outras Receitas de Capital	0	0	0,00	0,02
1.1.4 Transferências de Capital	891	149	16,74	9,48
1.2 (-) Deduções				
1.2.1 Restituições de Receitas				
1.2.1.1. Alienações de Bens				
Total de Receitas de Capital Líquida - Ad. Direta	3.425	1.574	45,94	95,71
2. Administração Indireta				
2.1 Receitas de Capital sem Deduções	121	71	58,25	100,00
2.1.1 Operações de Crédito	0	0	0,00	0,00
2.1.2 Alienação de Bens	0	30	166,00	42,51
2.1.3 Transferências de Capital	121	40	33,27	57,03
2.1.4 Amortização de Empréstimos	0	0	0,00	0,46
2.2 (-) Deduções				
2.2.1 Restituições de Receitas				
2.2.1.1. Alienações de Bens		0		
Total de Receitas de Capital Líquida - Ad. Indireta	121	71	58,25	4,29
3. Totais				
3.1 Receitas sem Deduções	3.546	1.644	46,36	100,00
3.2 Deduções				
3.3 Receitas Líquidas (3.1-3.2)	3.546	1.644	46,36	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

2.2.2.1 Operações de Crédito

O conceito de operação de crédito, evidenciado pelo item III do art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

As operações de crédito previstas na Lei nº 4.320/1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Resolução do Senado Federal nº 43/2001, são compostas por operações que integram a dívida flutuante e operações da dívida fundada ou consolidada, sendo classificadas em interna ou externa.

Em 2021, as Receitas de Operações de Crédito apresentaram um decréscimo nominal de 3,95% em relação ao ano de 2020. As receitas de Operações de Crédito Externas foram as responsáveis por essa redução, pois apresentaram uma variação negativa em termos nominais de 43,23% se comparado com o exercício anterior.

Com relação às Operações de Crédito Internas, em 2021 verificou-se um acréscimo de 25,37% em termos nominais, se comparado com o exercício anterior. O crescimento do volume de Receitas Internas se deve principalmente, as liberações de recursos nos seguintes projetos: Amortização da Dívida Pública Triênio 2021 a 2023 (Banco do Brasil), no montante de R\$ 940.000.000,00 e Linha Leste Metrô (BNDES), no montante de R\$ 80.000.000,00. As operações de Crédito Internas alcançaram a cifra de R\$ 1.051.054,121,76 em 2021 contra R\$838.737.465,74 milhões no exercício de 2020.

A tabela a seguir equipara as Operações de Crédito Previstas e Realizadas e sua efetiva arrecadação para o período de 2017 a 2021.

Tabela 31 - Demonstrativo Comparativo da Previsão com a Arrecadação da Receita de Operações de Crédito

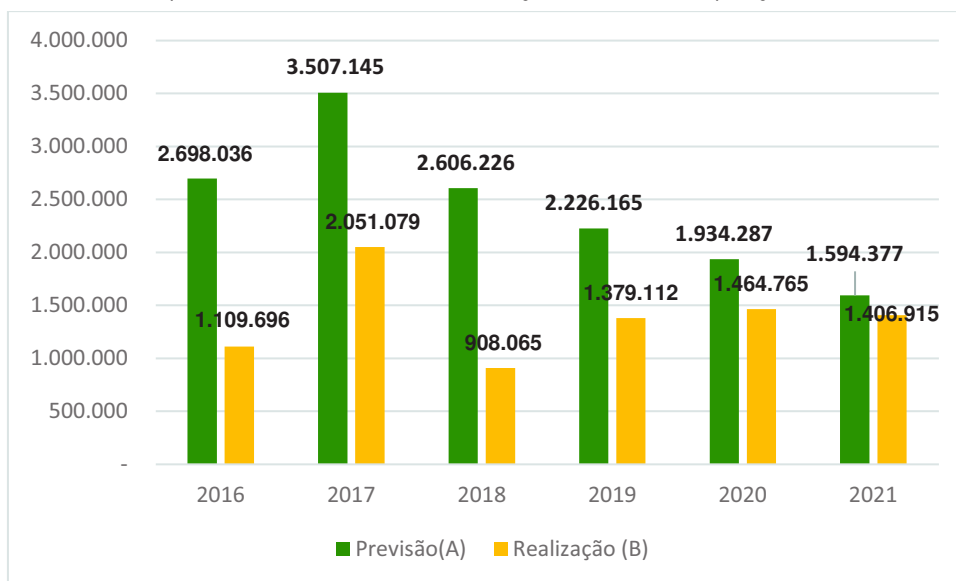
(R\$ Milhares)				
Ano	Previsão (A)	Realização (B)	% Realizado (B/A)	Variação %
2017	3.507.145	2.051.079	58,48	-55,73
2018	2.606.226	908.065	34,84	-55,73
2019	2.226.165	1.379.112	61,95	51,87
2020	1.934.287	1.464.765	75,73	6,21
2021	1.594.377	1.406.915	88,24	-3,95

Fonte: SEFAZ/CEDIP

Verificou-se que no exercício 2021 foram realizadas 88,24% das receitas de Operações de Crédito previstas, já para o exercício de 2020 apenas 75,73% das receitas previstas foram realizadas.

No gráfico abaixo, podemos observar a relação entre a Previsão e Arrecadação das Receitas de Operação de Crédito ao longo dos últimos cinco anos.

Gráfico 27 - Comparativo da Previsão com a Arrecadação da Receita de Operação de Crédito

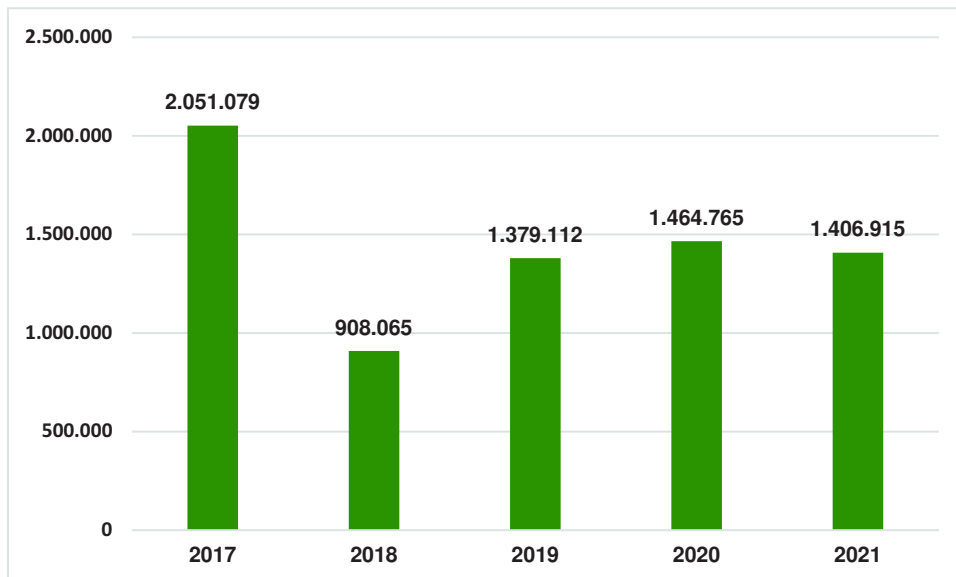


Fonte: SEFAZ/CEDIP

A arrecadação de Operações de Crédito atingiu o montante de R\$1.406.915.418,29, já no ano anterior, o valor efetivamente arrecadado foi de R\$1.464.765.387,29. Desse modo observa-se uma redução de 3,95% das receitas com Operações de Crédito entre os dois exercícios.

A evolução das Operações Crédito realizadas nos últimos cinco anos, pode ser observada no gráfico a seguir:

Gráfico 28 - Evolução das Operações de Crédito



FONTE:SEFAZ/CEDIP

A participação das Operações de Crédito em relação à receita total, nos últimos cinco anos, encontra-se demonstrada na tabela a seguir:

Tabela 32 - Demonstrativo da Evolução das Operações de Crédito em Relação à Receita Total

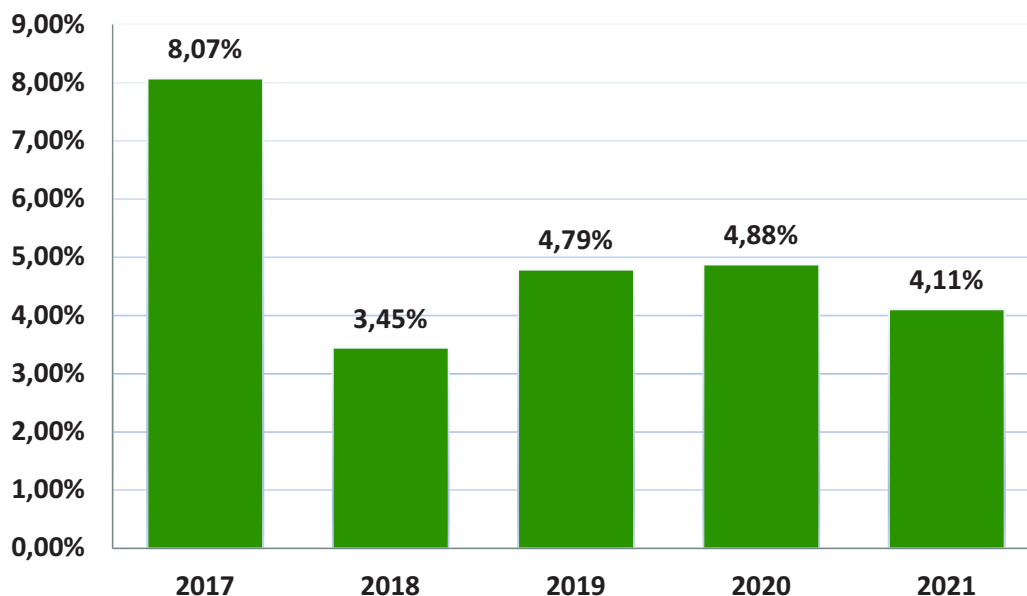
(R\$ Milhares)			
Ano	Valor Liberado	Receita Total	Part %
2017	2.051.079	24.710.873	8,30
2018	908.065	25.439.222	3,57
2019	1.379.112	32.602.069	4,23
2020	1.464.765	30.004.951	4,88
2021	1.406.915	34.196.353	4,11

Fonte: SEFAZ/CEDIP

A Receita Total atingiu a cifra de R\$ 34,2 bilhões (valor líquido), e a decorrente de Operações de Crédito, o montante de R\$1.4 bilhão, representando 4,11% de participação da Receita Total.

No gráfico a seguir, evidenciam-se os percentuais obtidos, nos últimos cinco anos, das Operações de Crédito em relação à Receita Total Líquida

Gráfico 29 - Participação das Operações de Crédito em Relação à Receita Total



FONTE: SEFAZ/CEDIP

Conforme demonstrado no gráfico acima, as receitas com operações de crédito, no exercício de 2021, tiveram o percentual de participação na Receita Total de 4,11%. Já em relação ao exercício de 2019 essa proporção foi de 4,88%. Observa-se que nos últimos cinco anos as Operações de Crédito tiveram uma participação média de 5,02% em relação à receita total.

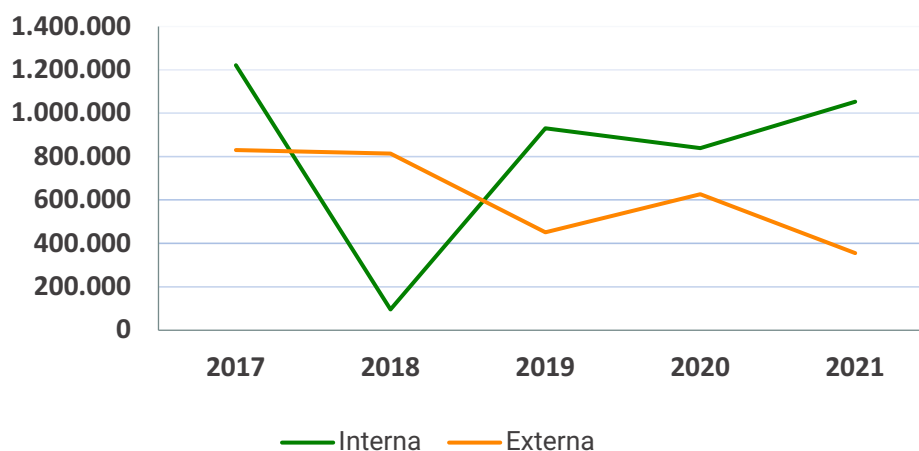
Quanto à realização de receitas de operações de crédito interna e externa, verifica-se que houve uma redução no total de captação de recursos de operações de crédito, quando se compara os anos de 2021 e 2020. O montante total captado em 2021 foi de R\$ 1.406.915.418,29 do qual o valor de R\$ 1.051.540.121,76 refere-se às operações de crédito internas e o valor de R\$ 355.375.296,53 às captações externas, conforme tabela abaixo:

Tabela 33 - Demonstrativo da Evolução da Receita de Operações de Crédito Interna e Externa

Ano	Interna	Externa	Total	Var. %
2017	1.220.423	830.656	2.051.079	0,00
2018	95.284	812.780	908.065	-55,73
2019	929.474	449.638	1.379.112	51,87
2020	838.737	626.028	1.464.765	6,21
2021	1.051.540	355.375	1.406.915	-3,95

Fonte: SEFAZ/CEDIP

Gráfico 30 - Evolução da Receita de Operação de Crédito Interna e Externa



FONTE: SEFAZ/CEDIP

Quando se analisa a captação Interna, nota-se que o volume liberado em 2021 apresentou um acréscimo de 25,37% se comparado com ano anterior. Todavia, a receita com operação de crédito externa observou um decréscimo de 43,23%, neste mesmo período.

2.2.2.2 Alienação de Bens

Em 2021, foi prevista arrecadação para a Receita de Alienação de Bens o valor de R\$180.652,00 chegando à cifra de R\$ 47.232.671,42, superior à sua previsão 26.145,67%, participando com 2,87 % no total da Receita de Capital. Do valor arrecadado, R\$ 29.463.870,78 refere-se à Alienação de Bens Imóveis e R\$ 17.768.800,64 às receitas de Alienação de Bens Móveis e Semoventes, equivalente a 62,38 % e 37,62% da sua subcategoria econômica, respectivamente. Em comparação com o ano anterior, a Receita de Alienação de Bens apresentou um incremento significativo de 4.083,61%. As receitas mencionadas anteriormente são responsáveis por esse incremento. Em 2021, A primeira cresceu em termos nominais o percentual de 3.551,05 % e a segunda 5.418,32%.

2.2.2.3 Amortização de Empréstimos

Não foi prevista arrecadação para essa subcategoria de receita no orçamento para 2021. No entanto foi arrecadada a importância de R\$ 323.323,10, contribuindo com apenas 0,02% para composição da receita de capital. Comparando o valor realizado com o exercício anterior, essa subcategoria de receita apresentou uma variação positiva de 59,90%. Os valores arrecadados são provenientes de empréstimos concedidos para fomento à agricultura.

2.2.2.4 Transferência de Capital

Para essa subcategoria de receita foi previsto em 2021, a importância de R\$1.011.833.470,57, e foi realizado a cifra de R\$ 189.328.357,61, abaixo de sua previsão em 81,29%. Em termos de realização apresentou uma variação negativa nominal de 7,54% em relação ao exercício anterior. As Transferências de Convênios representam 77,69% dessa

subcategoria, tendo atingido o valor de R\$ 147.051.069,09. As receitas de convênios da União participam com 96,43%. As Transferências de Convênios têm sempre se destacado na realização da receita Transferências de Capital. Vale enfatizar, que em 2021 as receitas de Convênios de Capital recebidas sofreram uma redução de 0,28%. Também constam nesse grupo o montante de R\$ 2.806.027,00 recebidos de transferências de capital para enfrentamento pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

2.2.2.5 Outras Receitas de Capital

No ano de 2021, não foi previsto arrecadação para essa subcategoria de receita, no entanto foi registrado a importância de R\$ 310.23.6,17, contribuindo, apenas, com 0,02% no total de sua categoria. Essa receita é formada 100% das receitas de Outras Restituições. Em relação ao exercício anterior, apresentou um decréscimo nominal de 87,78%.

2.2.3 Receitas dos Fundos Previdenciários

O total das Receitas de Contribuições, no montante de R\$ 2.629.783.889,05 - deduzidas as restituições no valor de R\$ 584.202,05, sendo R\$ 579.945,44 do FUNAPREV e R\$ 4.256,61 do PREVID – corresponde a 49,71% da Receita Orçamentária arrecadada líquida da Administração Indireta, firmando-se como sua maior fonte de receita. São responsáveis por esta arrecadação os fundos previdenciários FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID e FPP, Unidades Gestoras – UG's nºs 460401, 460501, 460701 e 010101, respectivamente.

As receitas formadas pelas contribuições dos servidores, contribuição patronal, rendimentos de aplicações financeiras, compensação previdenciária e outras receitas dos Fundos de Previdência (FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID e FPP), recursos de arrecadação própria, registradas nas fontes 2.03.00, 2.04.00, 2.05.00 e 2.06.00, somaram R\$2.686.285.531,84, representando 50,78% do total da Receita Orçamentária arrecadada da Administração Indireta. Evidenciamos suas receitas nas tabelas a seguir:

Tabela 34 - Demonstrativo da Receita Consolidada dos Fundos: FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID (Origem de Recursos)

(R\$ milhares)				
Especificação	Prev. Atualizada	Realização	% Realiz.	% Part.
1. Receitas Correntes	1.781.767	1.786.801	100,28	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	1.701.679	1.755.665	103,17	98,26
1.1.1. Contribuições para ao RPPS	748.615	770.023	102,86	43,10
1.1.1.1. Contribuição de Servidor Ativo	562.092	546.088	97,15	30,56
1.1.1.2. Contribuição de Servidor Inativo	144.371	201.745	139,74	11,29
1.1.1.3. Contribuição de Pensionista	42.152	22.190	52,64	1,24
1.1.1.4. Contribuição Patronal para o RPPS	953.064	985.592	103,41	55,16
1.1.1.5. Outras Contribuições Sociais	0	49	0,00	0
1.1.1.6. Outras Contribuições Sociais ao RPPS	0	49	0,00	0
1.2. Receita Patrimonial	6.199	2.904	46,84	0,16

1.2.1. Juros de Títulos de Renda	6.199	2.904	46,84	0,16
1.3. Comp. Prev. Entre Reg. Sociais/RPPS	73.889	28.233	38,21	1,58
Total Geral	1.781.767	1.786.801	100,28	100,00

Fonte: SEFAZ/CEORG

Tabela 35 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro FUNAPREV (Origem de Recursos)

(R\$ milhares)

Especificação	Prev. Atualizada	Realização	% Realiz.	% Part.
1. Receitas Correntes	1.781.767	1.786.801	100,28	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	1.701.679	1.755.665	103,17	98,26
1.1.1. Contribuições para ao RPPS	748.615	770.023	102,86	43,10
1.1.1.1. Contribuição de Servidor Ativo	562.092	549.656	97,79	30,76
1.1.1.2. Contribuição de Servidor Inativo	144.371	198.177	137,27	11,09
1.1.1.3. Contribuição de Pensionista	42.152	22.190	52,64	1,24
1.1.1.4. Contribuição Patronal para o RPPS	953.064	985.592	103,41	55,16
1.1.1.5. Outras Contribuições Sociais	0	49	0	0
1.1.1.6. Outras Contribuições Sociais ao RPPS	0	49	0	0
1.2. Receita Patrimonial	6.199	2.904	46,84	0,16
1.2.1. Juros de Títulos de Renda	6.199	2.904	46,84	0,16
1.3. Comp. Prev. Entre Reg. Sociais/RPPS	73.889	28.233	38,21	1,58
Total Geral	1.781.767	1.786.801	100,28	100,00

Fonte: SEFAZ/CEORG

Tabela 36 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVMILITAR (Origem de Recursos)

(R\$ milhares)

Especificação	Prev. Atualizada	Realização	% Realiz.	% Part.
1. Receitas Correntes	569.018	523.282	91,96	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	564.179	522.399	92,59	99,83
1.1.1. Contribuições para o RPPS	222.831	245.424	110,14	46,90
1.1.1.1. Contribuição de Servidor Ativo	171.996	159.283	92,61	30,44
1.1.1.2. Contribuição de Servidor Inativo	36.828	56.514	153,45	10,80
1.1.1.3. Contribuição de Pensionista	14.008	29.626	211,50	5,66
1.1.1.4. Contribuição Patronal para o RPPS	341.348	276.976	81,14	52,93
1.1.1.5. Outras Contribuições Sociais	0	0	0	0
1.1.1.6. Outras Contribuições Sociais ao RPPS	0	0	0	0
1.2. Receita Patrimonial	4.839	883	18,25	0,17
1.2.1. Juros de Títulos de Renda	4.839	883	18,25	0,17
1.3. Comp. Prev. Entre Reg. Sociais/RPPS	0	0	0	0
Total	569.018	523.282	91,96	100,00

Fonte: SEFAZ/CEORG

Tabela 37 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVID (Origem de Recursos)

(R\$ milhares)

Especificação	Prev. Atualizada	Realização	% Real.	% Part.
1. Receitas Correntes	145.426	364.071	250,35	1.983,62
1.1. Receitas de Contribuições	122.382	344.658	281,62	94,67
1.1.1. Contribuições para o RPPS	43.727	142.580	326,06	39,16
1.1.1.1. Contribuição de Servidor Ativo	43.050	101.519	235,82	27,88
1.1.1.2. Contribuição de Servidor Inativo	0	534	0,00	0,15
1.1.1.3. Contribuição de Pensionista	677	40.527	0,00	11,13
1.1.1.4. Contribuição Patronal para o RPPS	78.655	202.078	256,92	55,51
1.1.1.5. Outras Contribuições Sociais		0	0	0
1.1.1.6. Outras Contribuições Sociais ao RPPS		0	0	0
1.2. Receita Patrimonial	23.043	18.354	79,65	5,04
1.2.1. Juros de Títulos de Renda	23.043	18.354	79,65	5,04
1.3. Comp. Prev. Entre Reg. Sociais/RPPS	0	1.059	0	0,29
Total	145.426	364.071	250,35	100,00

Fonte: SEFAZ/CEORG

Tabela 38 - Demonstrativo da Receita do Fundo de Previdência Parlamentar - FPP (Origem de Recursos)

(R\$ milhares)

Especificação	Previsão Atualizada	Realização	% Real.	% Part.
1. Receitas Correntes	13.721	12.131	88,41	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	7.470	7.062	94,54	58,21
1.1.1. Contribuição Parlamentar	7.470	5.596	74,91	46,13
1.1.1.1. Contribuição dos Dep para o FPP - Obriga e Facult.	4.056	2.694	66,41	22,20
1.1.1.2. Contribuição dos Pensionistas para o FPP	35	84	239,50	0,69
1.1.1.3. Contribuição do Segurando Inativo	1.256	1.242	0	10,24
1.1.1.4. Contribuição Patronal - Cessão/Autopatrocínio	1.213	651	53,68	5,37
1.1.1.5. Contribuição Patronal - Exer. Ant. Cessão/Autopat.	910	925	101,68	7,63
1.2. Contribuição Patronal	1.751	1.466	83,73	12,09
1.2.1. Contribuição Patronal Parlamentar	1.751	1.288	73,58	10,62
1.2.2. Contribuição Patronal Exercícios Anteriores	0	178	0	1,47
1.3. Outros Serviços Financeiros	300	305	101,76	2,52
1.3.1. Multas Previstas em Legis. Específ. - Multa e Juros	300	305	101,76	2,52
1.3.1.1. Outras Contribuições Sociais ao RPPS	300	305	101,76	2,52
1.4. Receita Patrimonial	4.200	4.764	113,43	39,27
1.4.1. Juros de Títulos de Renda	4.200	4.764	113,43	39,27
Total Geral	13.721	12.131	88,41	100,00

FONTE: SEFAZ/CEORG

A receita de Contribuição denominada Patronal/Autopatrocínio, integrante do Fundo de Previdência Parlamentar - FPP, mesmo contabilizada com vinculação à fonte de recursos 2.06.00, não se caracteriza como intraorçamentária, tendo em vista tratar-se do valor custeado pelo próprio ex-parlamentar.

2.2.4 Receitas Correntes Intraorçamentárias por Tipo de Administração

São receitas correntes de órgãos, autarquias, fundações, empresa dependentes e de outras entidades, integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, cujo fato gerador tenha sido originado de despesas pela compra de materiais, bens e serviços, pagamentos de impostos, taxas e contribuições e outras, quando o credor também fizer parte da mesma esfera de governo.

Em 2021, foi arrecadado o valor de R\$ 1.717.305.494,18 bruto de receitas intraorçamentárias. Dentro dessa categoria, a receita de contribuições, a mais relevante, encerrou o exercício com R\$ 1.466.489.872,26, o que representa 85,39% do total da receita intraorçamentária. Na receita de contribuições intraorçamentárias estão classificadas as contribuições patronais aos regimes próprios de previdência social.

Como demonstra a tabela a seguir, a administração direta atingiu o montante de R\$179.688.150,17, participando com apenas 10,46%.

Quanto a Administração Indireta, está atingiu a importância de R\$ 1.538.011.956,28, representando 89,54% do total das receitas Correntes Intraorçamentárias.

Tabela 39 - Demonstrativo Comparativo das Receitas Correntes Intraorçamentárias Previstas com as Realizadas por Tipo Administração / Categoria Econômica e Grupo

(R\$ milhares)

Receita	Previsto (A)	Realizado (B)	% Realiz. (B/A)	% Partic. (B/Total B)
1- Administração Direta				
1.1 Receitas Correntes Intra sem Deduções	26.351	179.688	681,90	10,46
1.1.1 Outras Receitas Correntes	26.351	179.688	681,90	10,46
Total das Rec. Corrent. Intra Líquidas da Adm. Direta	26.351	179.688	681,90	10,46
2- Administração Indireta				
2.1 Receitas Correntes Intra sem Deduções	1.472.323,87	1.538.011,96	104,46	89,56
2.1.1 Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria	10.233,71	56	0,54	0,00
2.1.2 Contribuições	1.374.818,03	1.466.490	106,67	85,39
2.1.3 Receita Patrimonial	480,00	0	0,00	0,00
2.1.4 Receita de Serviços	74.528,77	48.161	64,62	2,80
2.1.5 Outras Receitas Correntes	12.263	23.306	190,04	1,36
2.2 (-) Deduções	0	393	0,00	0,02
2.2.1 Deduções da DRE	0	15	0,00	0,00
2.2.1.1 Impostos Taxas e Contr. de Melhoria	0	15	0,00	0,00
2.2.2 Restituições de Receita	0	378	0,00	0,02
2.2.2.1 Contribuições	0	378	0,00	0,02
Total das Rec. Correntes Intra Líquidas da Adm. Indireta.	1.472.324	1.537.619	104,43	89,54
3. Totais				
3.1 Receitas sem Deduções	1.498.675	1.717.700	786,36	100,02
3.2 Deduções	-	393	0,00	0,02
3.3 Receitas Líquidas (3.1-3.2)	1.498.675	1.717.307	114,59	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

2.2.5 Receitas Desvinculadas no Exercício

No exercício de 2019 foi implementada a Desvinculação de Receitas dos Estados - DRE, autorizada pelo Emenda Constitucional nº 93/2016 e regulamentada pela Lei nº 16.721, de 21/12/2018. Pela sistemática utilizada, deduzem-se as receitas nas unidades gestoras arrecadoras e a receita orçamentária é lançada no Tesouro Estadual.

No exercício de 2021 foi desvinculado um total de R\$ 256.044.326,44, sendo que o Departamento Estadual de Trânsito respondeu com 100,00% da receita desvinculada

2.3 Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária realizada pela Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE), derivada da Lei Orçamentária Anual de 2021 e de seus créditos adicionais, atingiu o montante de R\$ 32.891.618.159,15, correspondendo a 89,77% do valor fixado final, portanto uma realização a menor no montante de R\$ 3.746.820.137,77, equivalente a 10,23% do valor final autorizado.

2.3.1 Despesa Orçamentária por Tipo de Orçamento e Categoria Econômica

A tabela a seguir demonstra a despesa orçamentária por tipo de orçamento e categoria econômica. Não contempla os valores autorizados do orçamento das empresas estatais independentes que não executam seus orçamentos no sistema de execução orçamentária do Estado.

Tabela 40 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Tipo de Orçamento e Categoria Econômica

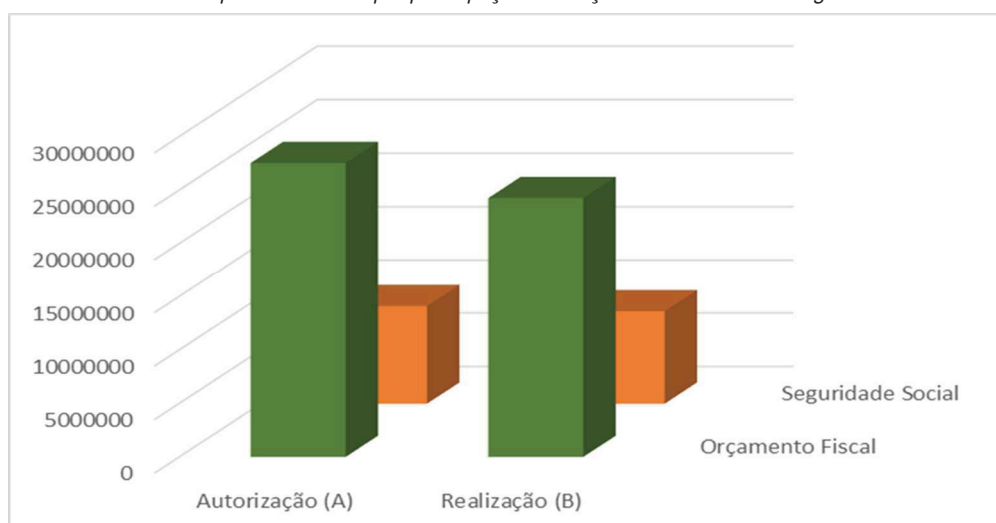
(R\$ milhares)

Especificação	Autorização (A)	Realização (B)	Realiz % (B/A)	Partic % (B / Total B)
Orçamento Fiscal	27.520.798	24.249.692	88,11	73,73
Despesa Corrente	20.525.876	19.484.502	94,93	59,24
Despesa de Capital	6.832.200	4.765.190	69,75	14,49
Reserva de Contingência	162.722	0	0,00	0,00
Seguridade Social	9.117.641	8.641.926	94,78	26,27
Despesa Corrente	8.722.767	8.385.208	96,13	25,49
Despesa de Capital	394.660	256.718	65,05	0,78
Reserva de Contingência	213	0	0,00	0,00
Total geral	36.638.438	32.891.618	89,77	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Não incluso as empresas independentes: ADECE (R\$ 9.505).

Gráfico 31 - Despesa Realizada por participação dos orçamentos fiscal e da seguridade social



FONTE: SEFAZ/CECOG

2.3.2 Despesa Orçamentária por Tipo de Crédito

Tabela 41 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada X Realizada por Tipo de Crédito

(R\$ milhares)

Créditos	Autorização (A)	Realização (B)	Diferença (A - B)	Partic % (B / Total B)
Ordinários e Suplementares	36.453.128	32.721.230	3.731.898	99,48
Ordinários Especiais	185.310	170.388	14.922	0,52
Total geral	36.638.438	32.891.618	3.746.820	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Não incluso as empresas independentes: ADECE (R\$ 9.505).

2.3.3 Despesa Orçamentária por Poder e Categoria Econômica

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, que obedeceu à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, a despesa autorizada e a realizada por tipo de orçamento e segundo as categorias econômicas, estão demonstradas a seguir:

Tabela 42 - Demonstrativo Comparativo da Consolidação da Despesa Fixada com a Realizada por Poder e Categoria Econômica

(R\$ milhares)

Especificação	Autorizada (A)	Realizada (B)	Realiz.% (B/A)	Part. % (B/Tot. B)
Poder Legislativo	811.297	802.082	98,86	2,44
-Despesas Correntes	793.195	786.933	99,21	2,39
-Despesas de Capital	18.102	15.148	83,69	0,05
-Reserva de Contingência	213	0	0,00	0,00
Poder Judiciário	1.467.982	1.398.297	95,25	4,25
-Despesas Correntes	1.432.949	1.380.298	96,33	4,20
-Despesas de Capital	35.033	17.999	51,38	0,05
Ministério Público	510.494	505.188	98,96	1,54
-Despesas Correntes	497.397	493.462	99,21	1,50
-Despesas de Capital	13.097	11.726	89,54	0,04
Poder Executivo	33.624.080	29.972.529	89,14	91,13
-Despesas Correntes	26.310.814	25.001.613	95,02	76,01
-Despesas de Capital	7.150.544	4.970.917	69,52	15,11
-Reserva de Contingência	162.722	0	0,00	0,00
Executivo Autônomo	224.373	213.522	95,16	0,65
-Despesas Correntes	214.287	207.404	96,79	0,63
-Despesas de Capital	10.085	6.117	60,66	0,02
Total	36.638.225	32.891.618	89,77	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Não integra o montante de (R\$ 677.483) referente saldo autorizado das empresas independentes.

2.3.4 Despesa Orçamentária por Poder e Órgão

Do total da Despesa do Estado, em 2021, no valor de R\$ 32.891.618.159,15, a Administração Direta participou com o valor de R\$ 19.977.169.191,60, representando 60,74% na realização, e as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, integrantes da Administração Indireta, com o valor de R\$ 12.914.448.967,55 representando 39,26%.

A participação dos Poderes, com seus respectivos órgãos: Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e da Defensoria Pública (Executivo autônomo), no cômputo da despesa autorizada e realizada, está evidenciada na tabela seguinte.

Tabela 43 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, por Poder e Órgão

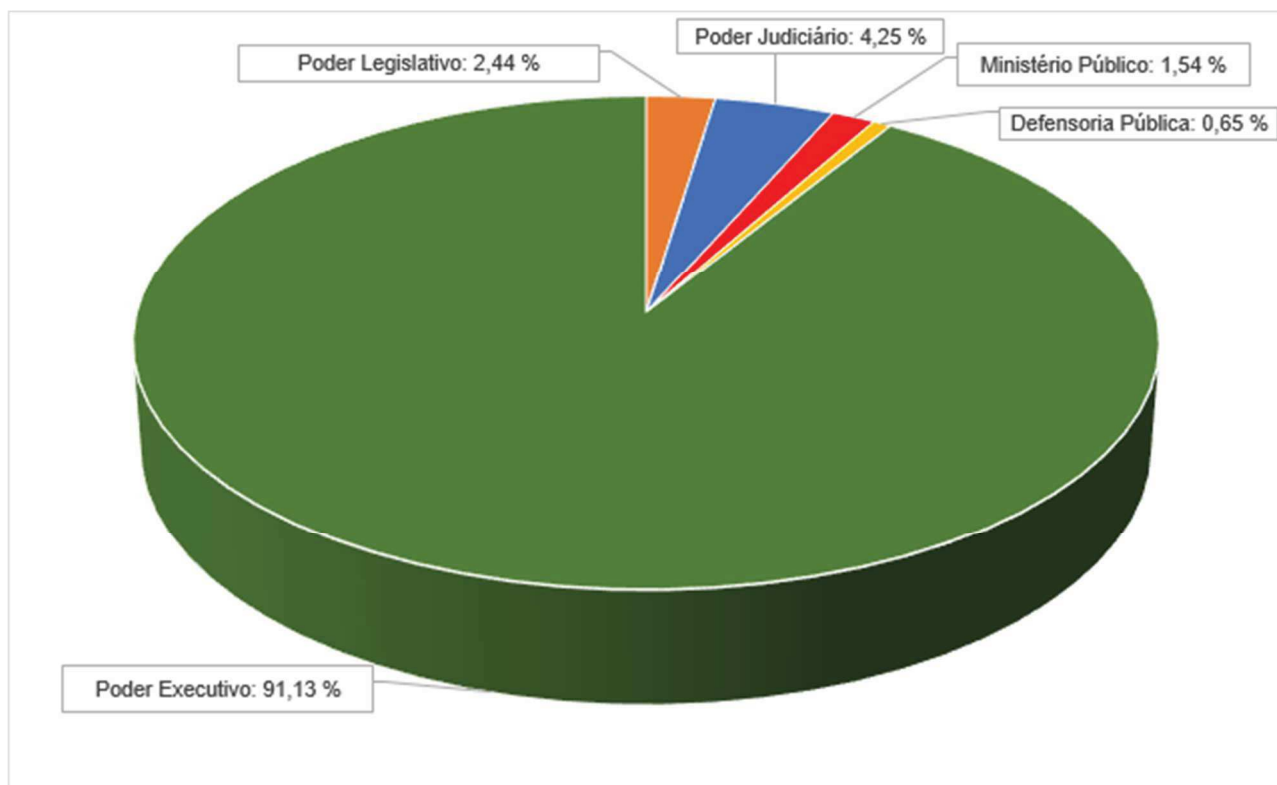
					(R\$ milhares)
Especificação	Autorizada	Realizada	Saldo	Realiz.	Part. %
	(A)	(B)	(A-B)	%(B/A)	(B/Total B)
Poder Legislativo	811.510	802.082	9.428	98,84	2,44
010001 - Assembleia Legislativa	570.283	568.972	1.311	99,77	1,73
010101 - Fundo de Previdência Par. Da Assembleia Legislativa do Ceará	13.721	12.294	1.427	89,60	0,04
020001 - Tribunal de Contas do Estado	227.506	220.815	6.691	97,06	0,67
Poder Judiciário	1.467.982	1.398.297	69.685	95,25	4,25
040001 - Tribunal de Justiça	1.305.796	1.244.173	61.624	95,28	3,78
040101 - Fundo Especial de Reaparelhamento e Mod. do Judicial	149.173	143.888	5.285	96,46	0,44
040301 - Fundo Estadual de Segurança Dos Magistrados	3.062	942	2.120	30,76	0,00
040401 - Fundo Esp. de Custeio das Desp. Com Dilig. dos Oficial de Justiça	9.952	9.295	657	93,40	0,03
Ministério Público	510.494	505.188	5.306	98,96	1,54
150001 - Procuradoria Geral da Justiça	478.005	477.313	693	99,86	1,45
150201 - Fundo de Def. dos Direitos Difusos do Estado do Ceará	3.720	592	3.128	15,90	0,00
150301 - Fundo de Seg. Inst. e Intel. do Minist. Publico do Estado do Ceará	405	0	405	0,00	0,00
150501 - Fundo de Reaparelhamento de Mod. do MP do Ceará	28.363	27.284	1.080	96,19	0,08
Defensoria Pública	224.373	213.522	10.851	95,16	0,65
060001 - Defensoria Pública Geral	195.228	186.464	8.764	95,51	0,57
060101 - Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Publica	29.144	27.057	2.087	92,84	0,08
Poder Executivo	33.624.080	29.972.529	3.651.550	89,14	91,13
080001 - Secretaria da Infraestrutura	966.631	407.770	558.861	42,18	1,24
080301 - Departamento Estadual de Trânsito	718.609	552.687	165.922	76,91	1,68
081401 - Superintendência de Obras Públicas	1.822.738	1.580.362	242.376	86,70	4,80
100001 - Secretária da Segurança Pública e Defesa Social	164.268	138.689	25.579	84,43	0,42
100601 - Fundo de Segurança Pública e Def. Social do Estado do Ceará	39.671	20.840	18.831	52,53	0,06
100607 - FDS Polícia Civil	20	13	7	66,60	0,00
100608 - FDS Polícia Militar	13.703	12.337	1.365	90,04	0,04
100609 - FDS Corpo de Bombeiros	5.753	5.641	112	98,05	0,02
100610 - FSPDS Colégio Polícia Militar	2.530	2.114	416	83,55	0,01
100611 - FSPDS Colégio Corpo de Bombeiros	980	714	266	72,83	0,00
101021 - Superintendência da Polícia Civil	563.130	545.108	18.022	96,80	1,88
101031 - Polícia Militar do Ceará	2.011.007	2.003.386	7.620	99,62	6,09
101041 - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará	235.968	222.407	13.561	94,25	0,68

101071 - Perícia Forense do Estado do Ceará	101.594	93.265	8.329	91,80	0,28
101081 - Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará	28.930	26.228	2.702	90,66	0,08
101091 - Sup. de Pesq. e Estratégia de Seg. Pública do Estado do Ceará	2.493	2.397	97	96,13	0,01
105001 - Fundo de Defesa Civil do Estado do Ceará	15.000	2.623	12.377	17,49	0,01
130001 - Procuradoria Geral do Estado	83.395	77.245	6.150	92,63	0,23
130101 - Agência Reg. de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará	29.166	24.070	5.096	82,53	0,07
130201 - Fundo de Modernização e Reaparelhamento da PGE	16.921	11.656	5.265	68,88	0,04
130301 - Fundo Estadual de Fortalecimento ao Controle Adm.	1.998	0	1.998	0,00	0,00
170001 - Conselho Estadual de Educação	4.028	3.907	120	97,01	0,01
180001 - Secretaria da Administração Penitenciária	640.425	619.587	20.838	96,75	1,88
180401 - Fundo Penitenciário do Estado do Ceará	9.000	3.220	5.780	35,78	0,01
190001 - Secretaria da Fazenda	802.405	709.982	92.423	88,48	2,16
190401 - Junta Comercial do Estado do Ceará	28.143	26.731	1.412	94,98	0,08
191011 - Encargos Gerais	7.121.308	6.656.370	464.939	93,47	20,24
210001 - Secretaria do Desenvolvimento Agrário	401.686	331.431	70.255	82,51	1,01
210101 - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará	136.020	126.777	9.244	93,20	0,39
210301 - Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará	25.081	21.391	3.690	85,29	0,07
211101 - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará	27.587	25.157	2.430	91,19	0,08
211301 - Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar	2.420	2.372	48	98,03	0,01
220001 - Secretaria da Educação	4.086.616	3.693.377	393.240	90,38	11,23
240301 - Escola de Saúde Pública	1.456	817	639	56,10	0,00
240344 - CEO Tipo II - Rodolfo Teófilo	1.137	1.107	29	97,43	0,00
240401 - Fundo Estadual de Saúde	3.820.830	3.604.733	216.098	94,34	10,96
240424 - Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará	121.921	114.773	7.148	94,14	0,35
240479 - Hosp. Geral Polícia Militar Jose Martiniano de Alencar	40.429	39.715	714	98,23	0,12
241281 - Hospital Geral de Fortaleza	391.315	384.849	6.466	98,35	1,17
241291 - Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes - Messejana	313.514	309.284	4.230	98,65	0,94
241301 - Hospital Geral Dr. Cesar Gals de Oliveira	131.339	129.348	1.991	98,48	0,39
241311 - Hospital Infantil Dr. Albert Sabin	193.554	187.914	5.640	97,09	0,57
241321 - Hospital de Saúde Mental de Messejana	29.975	28.735	1.240	95,86	0,09
241331 - Hospital São Jose de Doenças Infecciosas	67.263	62.572	4.690	93,03	0,19
241501 - Centro Odontológico – Tipo I	9.117	8.064	1.052	88,46	0,02
241521 - Instituto de Prevenção do Câncer	5.923	5.304	619	89,55	0,02
241531 - Laboratório Central de Saúde Pública	61.679	60.046	1.633	97,35	0,18
241561 - Centro Integrado de Diabetes e Hipertensão	4.210	3.912	298	92,92	0,01
241581 - Centro de Ref. Nac. em Dermatologia Sanit. Dona Libânia	3.617	3.348	269	92,55	0,01
241591 - Centro Saúde Escola - Meireles	29.969	29.656	313	98,96	0,09
241621 - CEO Tipo II - Joaquim Távora	2.343	1.878	465	80,15	0,01
270001 - Secretaria da Cultura	188.472	165.702	22.771	87,92	0,50
270401 - Fundo Estadual de Cultura	29.675	7.560	22.115	25,48	0,42
290001 - Secretaria dos Recursos Hídricos	422.457	120.193	302.264	28,45	0,37
290101 - Superintendência de Obras Hidráulicas	45.096	40.040	5.056	88,79	0,12
300001 - Casa Civil	247.193	238.792	8.401	96,60	0,39
300101 - Fundação de Teleducção do Ceará	10.041	8.743	1.298	87,08	0,03
310001 - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	132.266	64.601	67.665	48,84	0,20

310101 - Fundação Universidade Estadual do Ceará	321.040	290.615	30.425	90,52	0,88
310201 - Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú	100.866	92.934	7.932	92,14	0,28
310301 - Fundação Universidade Regional do Cariri	129.067	122.496	6.571	94,91	0,37
310401 - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos	31.046	25.521	5.525	82,20	0,08
310501 - Fund. Cearense de Apoio ao Des. Científico e Tecnológico	100.998	82.624	18.375	81,81	0,25
310601 - Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceara	17.006	15.654	1.351	92,05	0,05
360001 - Secretaria do Turismo	163.199	138.785	24.413	85,04	0,42
410001 - Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado	39.665	32.814	6.851	82,73	0,10
420001 - Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará	52.005	43.186	8.819	83,04	0,13
420101 - Fundo do Desenvolvimento do Esporte e Juventude	14.703	13.339	1.364	90,72	0,04
430001 - Secretaria das Cidades	403.327	287.990	115.337	71,40	0,88
430801 - Fundo Estadual de Saneamento Básico	10.845	4.612	6.233	42,53	0,01
460001 - Secretaria do Planejamento e Gestão	166.910	102.243	64.667	61,26	0,31
460101 - Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	22.599	21.271	1.328	94,12	0,06
460201 - Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará	164.842	137.384	27.458	83,34	0,42
460301 - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	13.225	12.039	1.187	91,03	0,04
460401 - Fundo Financeiro FUNAPREV	2.597.346	2.483.831	113.516	95,63	7,55
460501 - Fundo Fin. PREVMILITAR do RPPS/SUPSEC do Est. do Ceará	888.550	822.773	65.777	92,60	2,50
460601 - Companhia de Habitação do Ceará	5.525	4.420	1.105	80,01	0,01
460701 - Fundo Prev. PREVID do RPPS/SUPSEC do Est. do Ceará	629.026	505.618	123.407	80,38	1,54
460801 - Fundo de Assist. à Saúde dos Serv. Públicos do Est. do Ceará	240.000	216.154	23.846	90,06	0,66
460901 - Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará	17.027	15.164	1.863	89,06	0,05
461031 - Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	2.748	2.321	427	84,46	0,01
470001 - Secretaria de Prot. Social, Just., Mulheres e Direitos Humanos	373.246	331.850	41.396	88,91	1,01
470101 - Fundo Estadual para Criança e Adolescência	3.500	1.350	2.150	38,58	0,00
470104 - Sup. do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo	129.878	117.432	12.447	90,42	0,36
470201 - Fundo Estadual de Assistência	205.268	194.223	11.045	94,62	0,59
470301 - Fundo Est. Esp. do Des. E Comercialização do Artesanato	1.339	1.231	108	91,92	0,00
470501 - Fundo Estadual do Idoso do Ceará	3.001	2.208	793	73,58	0,01
480101 - Companhia de Desenvolvimento do Ceará	15.381	9.656	5.724	62,78	0,03
480201 - Fundo de Desenvolvimento Industrial	24.450	22.862	1.587	93,51	0,07
480401 - Fundo de Incentivo à Eficiência Energética	6.800	6.768	32	99,53	0,02
490101 - Superintendência Estadual do Meio Ambiente	88.605	64.461	24.144	72,75	0,20
530001 - Controladoria Geral de Disc. dos Órg. de Seg. Púb. e Sist. P.	11.480	11.302	177	98,45	0,03
560001 - Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho	79.566	38.093	41.472	47,88	0,12
560901 - Fundo Estadual do Trabalho	1.610	0	1.610	0,00	0,00
561001 - Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará	73.351	72.778	573	99,22	0,22
561101 - Fundo de Defesa Agropecuário do Estado do Ceará	145	7	138	4,99	0,00
570001 - Secretaria do Meio Ambiente	47.543	40.755	6.788	85,72	0,12
580001 - Assessoria Especial da Vice-Governadoria	13.338	12.224	1.114	91,65	0,04
Total Geral	36.638.438	32.891.618	3.746.820	89,77	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

Gráfico 32 - Despesa Realizada por Poder



FONTE: SEFAZ/CECOG

Conforme demonstrado na tabela anterior, as despesas dos Poderes Defensoria Pública, Ministério Público, Legislativo, Judiciário e Executivo, no ano de 2021, participaram com 0,65%, 1,54%, 2,44%, 4,25% e 91,13%, respectivamente, da despesa total. Excetuando-se os Encargos Gerais do Estado, os órgãos que mais se destacaram na composição da despesa total foram: FUNDES (10,96%) Fundo Financeiro - FUNAPREV (7,55%), SEDUC (11,23%), PMCE (6,09%).

Os “Encargos Gerais do Estado” representam uma unidade orçamentária ligada à Secretaria da Fazenda em que são realizadas as despesas que abrangem todo o Estado, tais como: o Serviço e Amortização da Dívida Pública, as Transferências Constitucionais aos Municípios, Sentenças Judiciais, PASEP, Pensões Especiais, Indenizações e Restituições e outras.

A seguir evidenciamos a execução orçamentária por unidade executora dos recursos do FECOP – Fundo de Combate à Pobreza, que na verdade funciona como uma fonte de recursos específica do Tesouro Estadual (1.10.00).

Tabela 44 - Demonstrativo da Aplicação dos Recursos do FECOP por Órgão

(R\$ milhares)		
Especificação	valor	Part. %
180001-SAP	2.207	0,38
210001- S D A	54.938	9,34
210101-EMATRECE	8.148	1,39
220001-SEDUC	44.368	7,54
240401-FUNDES	95.639	16,26
270001-SECULT	4.892	0,83
310501-FUNCAP	13.147	2,24
420001-SESPORTE	4.587	0,78
430001-CIDADES	42.584	7,24
470001-SPS	70.604	12,00
470201-FEAS	164.924	28,04
560001-SDE	6.548	1,11
570001-SEMA	2.879	0,49
561001-FIMCE	72.778	12,37
Total	588.244	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

2.3.5 Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Grupo

A classificação da Despesa Orçamentária por grupos, definida no Artigo 7º, § 6º da nº 17.278, de 11 de setembro de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), publicada no Diário Oficial do Estado em 15 de setembro de 2020.

Tabela 45 - Demonstrativo da Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Consolidada

(R\$ milhares)					
Categoria Econômica/Grupo	Autorização (A)	Despesa Empenhada		Total (D)=(B+C)	Diferença (E)=(A-D)
		Adm. Direta (B)	Adm. Indireta (C)		
Despesas Correntes	29.248.643	16.821.321	11.048.389	27.869.710	1.378.932
Pessoal e Encargos Sociais	14.459.525	8.307.609	5.564.628	13.872.237	587.287
Juros e Encargos da Dívida	570.575	516.363	0	516.363	54.212
Outras Despesas Correntes	14.218.543	7.997.349	5.483.761	13.481.110	737.434
Despesas de Capital	7.226.861	3.155.848	1.866.060	5.021.908	2.204.953
Investimentos	5.340.223	1.774.461	1.724.924	3.499.386	1.840.837
Inversões Financeiras	314.484	171.848	140.729	312.577	1.907
Amortizações	1.572.154	1.209.538	407	1.209.945	362.208
Total	36.475.504	19.977.169	12.914.449	32.891.618	3.583.885

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Exclui a reserva de contingência (R\$ 162.935 milhares)

Das Despesas Consolidadas, o grupo de Pessoal e Encargos Sociais foi o mais representativo, cuja participação foi de 42,18% do total do gasto do Estado. Do total das despesas empenhada com Pessoal, a Administração Direta realizou 59,89%, enquanto o percentual de realização da Administração Indireta foi de 40,11%. Não foi considerado na tabela acima no valor autorizado o montante de R\$ 162.934.780,00 a título de Reserva de Contingência, que é uma dotação global com a finalidade de atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos e que não é destinada a nenhum órgão ou projeto específico, pois não especifica ou detalha onde os recursos serão alocados.

2.3.6 Despesa Orçamentária por Modalidade de Licitação

A Constituição Federal dispõe em seu Art.22, inciso XXVII que: Compete privativamente à União legislar sobre: normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art.37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art.173 § 1º, III.

A Lei Federal nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal, institui “normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para licitações e contratos da Administração Pública”.

Do total das despesas executada (empenhada) foi licitado o valor de R\$ 10.353.190.938,45. O valor não licitado, no total de R\$ 22.538.427.220,70, se refere a despesas com pessoal, transferências constitucionais a municípios, transferências voluntárias, pagamento de tributos e contribuições sociais, concessão de diárias, suprimentos de fundos e outras despesas não se submetem a processo licitatório.

Segue abaixo tabela com a quantidade de processos de processos licitatórios realizados por gestora e o valor total licitado.

Tabela 46 - Demonstrativo da Despesa do Estado por Órgão e Modalidade de Licitação

(R\$ milhares)

Gestora	Abreviatura	Dispensa	Inexigibilidade	Concorrência	Convite	Tomada de Preço	Concurso	Pregão	Leilão	Registro de Preço	Internacional	RDC	Chamada Oportunidade	Total Geral
010001	ASSEMBLEIA	1895	1104	39	0	0	0	1292	0	41	0	0	0	113.528.795
020001	TCE	23	36	1	0	1	1	191	0	1	0	0	0	28.748.568
040001	TJ	55	19	0	0	0	0	73	0	0	0	0	0	15.532.592
040101	FERMOJU	437	1377	6	0	0	0	752	0	120	0	2	0	115.106.620
040301	FUNSEG	2	24	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	941.746
040401	FECDOJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
060001	DPGE	32	0	0	0	5	0	60	0	11	0	0	0	10.815.851
060101	FAADEP	346	98	0	0	0	0	257	0	36	0	0	0	19.298.432
080001	SEINFRA	50	19	73	0	0	0	180	0	0	0	73	0	224.474.917
080301	DETRAN	734	190	129	0	0	0	997	0	0	0	0	0	280.975.023
081401	SOP	323	143	960	0	193	0	1307	0	0	226	42	0	1.371.405.572
100001	SSPDS	456	353	0	0	0	0	2981	0	0	0	0	0	123.297.567
100601	FDS	99	12	0	0	0	0	185	0	0	0	0	0	20.771.127
100601	FSPDS	99	12	0	0	0	0	185	0	0	0	0	0	20.771.127
100607	FDS PC	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13.320
100608	FDS PM	3	0	0	0	0	0	156	0	0	0	0	0	12.337.327
100609	FDS CB	0	0	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0	5.640.566
100610	FSPDS C PM	40	0	0	0	0	0	152	0	0	0	0	0	2.089.823
100611	FSPDS C B	14	1	0	0	0	0	70	0	0	0	0	0	631.766
101021	PCCE	1431	739	0	0	0	0	2523	0	0	0	0	0	72.370.681
101031	PMCE	176	105	0	0	0	0	392	0	0	0	0	0	192.917.426
101041	CBMCE	102	53	0	0	0	0	232	0	0	0	0	0	17.896.189
101071	PEFOCE	586	235	8	0	0	0	1084	0	0	0	0	0	27.052.583
101081	AESP/CE	151	64	0	0	0	0	302	0	0	0	0	0	16.985.693
101091	SUPESP	37	13	0	0	0	0	95	0	0	0	0	0	954.114
105001	FDC	0	43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.575.347
130001	PGE	79	35	0	0	0	0	416	0	0	0	0	0	14.974.082
130101	ARCE	84	34	0	0	0	0	218	0	0	0	0	0	5.905.912
130201	FUNPECEPGE	0	0	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0	561.084

150001	PGJ	357	73	0	0	0	16	541	0	0	0	0	0	35.305.413
150201	FDID	11	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	141.633
150501	FRMMP	37	25	9	0	0	0	131	0	0	0	0	0	24.969.339
170001	CEE	60	34	0	0	0	0	132	0	0	0	0	0	1.574.928
180001	SAP	1005	707	30	0	0	0	3047	0	0	0	0	0	265.621.502
180001	SEJUS	1005	707	30	0	0	0	3047	0	0	0	0	0	265.621.502
180401	FUNPEN	0	0	0	0	0	0	13	0	0	0	0	0	3.220.472
190001	SEFAZ	446	328	0	10	0	0	2814	0	0	85	0	0	138.819.018
190401	JUCEC	199	40	0	0	0	0	116	0	0	0	0	0	22.908.527
191011	ENCARGOS	0	0	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	1.741.411
210001	SDA	861	495	2	2	0	0	585	0	0	201	0	0	275.835.411
210101	EMATERCE	405	96	0	0	0	0	131	0	0	0	0	0	6.957.809
210301	IDACE	273	27	0	0	0	0	168	0	5	0	0	0	13.488.008
211101	ADAGRI	204	61	0	0	0	0	162	0	0	0	0	0	8.495.532
211301	FDAF	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	409.985
220001	SEDUC	22106	3356	51	4859	0	0	15486	0	0	0	243	0	1.358.634.161
240301	ESP/CE	12	0	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0	308.220
240344	CEO-RT	30	21	0	0	0	0	155	0	0	0	0	0	784.937
240401	FUNDES	3128	844	3	0	1	2	10241	0	0	44	0	0	2.091.200.508
240424	HEMOCE	420	326	0	0	0	0	1829	0	0	0	0	0	80.552.985
240479	HGPMJMA	197	180	0	0	0	0	1026	0	0	0	0	0	36.501.871
241281	HGF	181	375	0	0	0	0	4058	0	0	0	0	0	344.641.384
241291	HCAS	172	319	0	0	0	0	4741	0	0	0	0	0	294.749.232
241301	HGCCO	154	342	0	0	0	0	1985	0	0	0	0	0	115.826.637
241311	HIAS	285	264	0	0	0	0	3288	0	0	0	0	0	175.656.672
241321	HSMM	91	48	0	0	0	0	914	0	0	0	0	0	26.907.596
241331	HSJDI	273	180	0	0	0	0	1517	0	0	0	0	0	57.274.976
241501	CEO-CENTRO	82	39	0	0	0	0	360	0	0	0	0	0	6.604.107
241521	IPCC	83	66	0	0	0	0	405	0	0	0	0	0	3.891.780
241531	LACEN	307	95	0	0	0	0	587	0	0	0	0	0	51.118.968
241561	CIDH	51	86	0	0	0	0	313	0	0	0	0	0	3.013.867
241581	CRDL	44	33	0	0	0	0	231	0	0	0	0	0	2.629.305
241591	CSM	52	51	0	0	0	0	357	0	0	0	0	0	29.164.156

241621	CEO-JTAV	29	24	0	0	0	0	182	0	0	0	0	0	1.053.999
270001	SECULT	771	183	30	0	4	5	1238	0	0	0	0	0	128.358.998
270401	F E C	0	78	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	501.598
290001	SRH	141	3	274	0	0	0	212	0	0	6	0	0	101.316.589
290101	SOHIDRA	74	0	0	0	3	0	560	0	0	0	0	0	33.828.688
300001	CASA CIVIL	374	139	1389	0	0	0	1464	0	0	0	0	0	210.219.735
300101	FUNTELC	98	52	0	0	0	0	199	0	0	0	0	0	4.693.343
310001	SECITECE	552	27	0	0	0	0	326	0	0	0	0	0	59.385.340
310101	FUNECE	311	91	0	0	0	0	519	0	0	0	0	0	31.991.383
310201	UVA	218	0	0	0	0	0	368	0	0	0	0	0	12.745.637
310301	URCA	308	33	0	0	0	0	159	0	0	0	0	0	10.118.764
310401	FUNCEME	128	34	0	0	0	0	252	0	0	2	0	0	9.665.264
310501	FUNCAP	122	28	0	0	0	0	150	0	0	0	0	0	5.011.040
310601	NUTEC	346	128	0	0	0	0	440	0	0	0	0	0	16.196.197
360001	SETUR	231	50	292	0	0	0	313	0	0	0	0	0	131.431.452
410001	CGE	116	24	0	0	0	0	237	0	0	0	0	0	9.822.267
420001	SESPORTE	187	20	17	0	4	0	199	0	0	0	0	0	30.247.639
420001	SEJUV	187	20	17	0	4	0	199	0	0	0	0	0	30.247.639
420101	FUNDEJ	128	54	0	0	0	0	167	0	0	0	0	0	5.375.447
430001	CIDADES	98	0	356	0	0	0	212	0	0	326	268	0	98.085.570
430801	FESB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
460001	SEPLAG	110	41	0	0	0	0	264	0	0	0	0	0	34.387.143
460101	ISSEC	105	470	10	0	0	0	240	0	0	0	0	0	11.982.244
460201	ETICE	96	83	0	0	14	0	556	0	0	0	0	149	92.651.693
460301	IPECE	57	0	0	0	0	0	101	0	0	18	0	0	4.842.156
460401	FUNAPREV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
460501	PREVMILIT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
460601	COHAB	61	31	0	0	0	0	81	0	0	0	0	0	2.889.226
460701	PREVID	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
460801	FASSEC	39	15827	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.831.745
460901	CEARAPREV	73	0	0	0	0	0	61	0	0	0	0	0	13.055.069
461031	EGP	73	3	0	0	1	0	106	0	0	0	0	0	1.312.051
470001	STDS	308	319	143	0	0	0	1536	0	0	1351	0	0	222.296.090
470001	SPS	308	319	143	0	0	0	1536	0	0	1351	0	0	222.296.090

470104	SEAS	527	169	0	0	0	0	292	0	0	0	0	0	16.804.925
470201	FEAS	40	82	0	0	0	0	811	0	0	0	0	0	9.763.852
470301	FUNDART	31	589	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	1.215.041
480101	CODECE	108	3	0	0	0	0	26	0	0	0	0	0	912.531
480401	FIEE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32	0	6.768.215
490101	SEMACE	2678	40	0	0	1	0	306	0	0	0	0	0	13.886.942
530001	CGD	96	35	0	0	0	0	103	0	0	0	0	0	3.715.857
560001	SDE	132	36	0	0	0	0	110	0	0	0	0	0	27.974.966
560001	SEDET	132	36	0	0	0	0	110	0	0	0	0	0	27.974.966
561001	FIMPCE	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.427.018
561101	FUNDEAGRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
570001	SEMA	783	171	70	0	13	0	1564	0	0	0	7	0	32.939.819
580001	VICEGOV	117	45	0	0	0	0	247	0	0	0	0	0	9.821.008

Fonte: SEFAZ/CECOG

2.3.7 Despesa Orçamentária Consolidada por Função

Tabela 47 - Demonstrativo da Despesa Orçamentária Consolidada por Função

(R\$ milhares)

Função	Dotação Atualizada (Lei+Crédito) (A)	% Part. A/Total de A	Despesa Empenhada	% Part. B/Total de B	% Realizado
Administração	1.709.601	0,05	1.506.593	4,58	88,13
Agricultura	498.733	0,01	430.329	1,31	86,28
Assistência Social	569.336	0,02	528.341	1,61	92,80
Ciência e Tecnologia	172.825	0,00	96.007	0,29	55,55
Comércio e Serviços	117.638	0,00	103.981	0,32	88,39
Comunicações	160.123	0,00	135.061	0,41	84,35
Cultura	268.071	0,01	222.257	0,68	82,91
Desporto e Lazer	57.956	0,00	48.214	0,15	83,19
Direitos da Cidadania	336.436	0,01	307.848	0,94	91,50
Educação	4.917.972	0,13	4.441.802	13,50	90,32
Encargos Especiais	7.121.328	0,19	6.656.370	20,24	93,47
Energia	15.900	0,00	10.466	0,03	65,82
Essencial à Justiça	612.708	0,02	594.089	1,81	96,96
Gestão Ambiental	627.617	0,02	290.669	0,88	46,31
Habituação	48.982	0,00	26.476	0,08	54,05
Industria	29.592	0,00	25.839	0,08	87,32
Judiciária	1.467.982	0,04	1.398.297	4,25	95,25
Legislativa	797.789	0,02	789.787	2,40	99,00
Organização Agrária	17.537	0,00	13.563	0,04	77,34
Previdência Social	4.042.821	0,11	3.839.680	11,67	94,98
Reserva de Contingência	162.935	0,00	0	0,00	0,00
Saneamento	192.486	0,01	115.397	0,35	59,95
Saúde	5.474.843	0,15	5.197.010	15,80	94,93
Segurança Pública	3.972.534	0,11	3.791.054	11,53	95,43
Trabalho	151.028	0,00	106.974	0,33	70,83
Transporte	2.334.610	0,06	1.534.375	4,66	65,72
Urbanismo	759.056	0,02	681.140	2,07	89,74
Total Geral	36.638.438	1,00	32.891.618	100,00	89,77

Fonte: SEFAZ/CECOG

Na Despesa Fixada, que correspondente à dotação atualizada (Lei + Crédito), especificada na tabela anterior, não consta integrado o valor de R\$ 677.483.523,36 alusivo às Empresas Independentes, composto por ADECE (R\$ 22.521.184,36), CAGECE (R\$ 508.268.157,00), CEARÁPORTOS (R\$ 45.775.000,00), CEASA (R\$ 10.904.000,00), CEGÁS (R\$ 41.932.932,00), COGERH (R\$ 11.305.830,00), ZPECEM (R\$ 4.082.411,00) e METROFOR (R\$ 32.694.009,00). Excluindo-se a função “Encargos Especiais”, cujo percentual de realização foi de 20,24%, quatro funções de governo tiveram realizações expressivas: Saúde (15,80%), Educação (13,50%), Previdência (11,67%) e Segurança Pública (11,53%). O total da despesa realizada nas quatro funções alcança a cifra de R\$ 17.269.546.660,48, representando 52,50% da despesa consolidada.

2.3.7.1 Despesa do FECOP por Função

De acordo com a tabela a seguir, as despesas vinculadas aos recursos do FECOP apresentaram um incremento em termos nominais de 25,80% em relação ao exercício anterior. Das despesas do FECOP, por função de governo, destacam-se no exercício de 2021, os gastos nas Funções: Assistência Social 35,91%, Saúde 16,26%, Trabalho 13,49%.

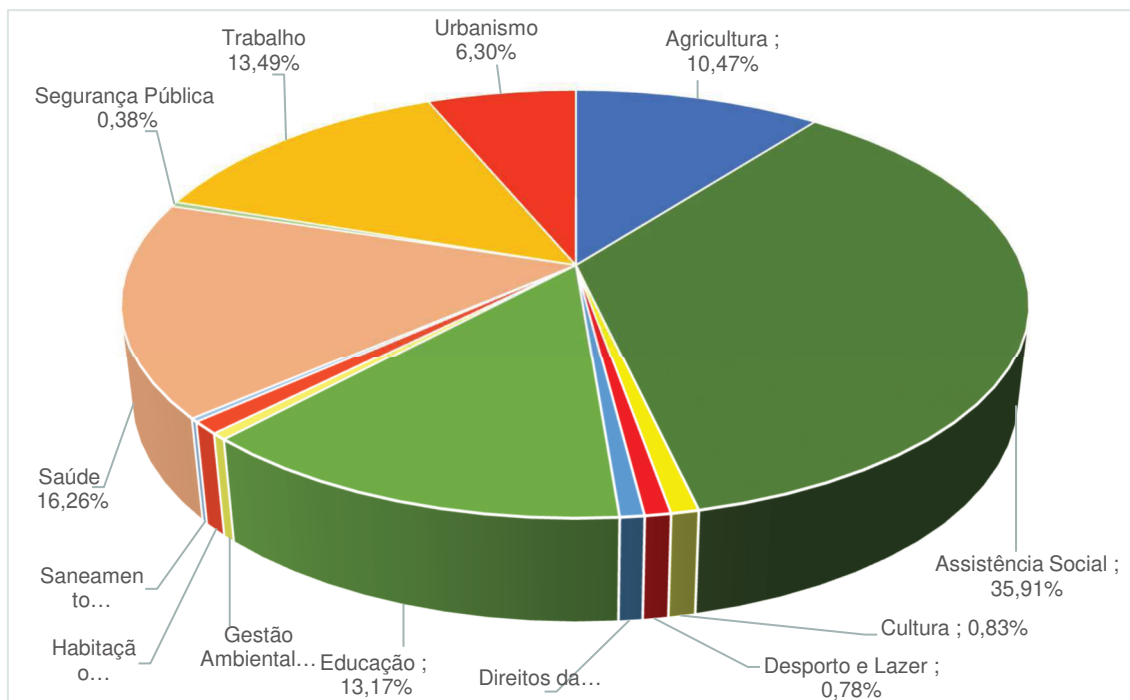
Tabela 48 - Demonstrativo Comparativo das Despesas do FECOP por Função de Governo

(R\$ milhares)

Função	2020 (A)	% Part. (A/Total)	2021 (B)	% Part. (B/Total)	% Var. (A/B)
Agricultura	103.502	22,14	61.587	10,47	-40,50
Assistência Social	80.511	17,22	211.268	35,91	162,41
Cultura	3.700	0,79	4.892	0,83	32,22
Desporto e Lazer	1.746	0,37	4.587	0,78	162,73
Direitos da Cidadania	4.178	0,89	4.308	0,73	3,11
Educação	146.250	31,28	77.468	13,17	-47,03
Gestão Ambiental	458	0,10	2.879	0,49	528,45
Habitação	1.931	0,41	5.536	0,94	186,74
Saneamento	8.989	1,92	1.498	0,25	-83,33
Saúde	96.298	20,59	95.639	16,26	-0,68
Segurança Pública	1.267	0,27	2.207	0,38	74,23
Trabalho	1.954	0,42	79.326	13,49	3959,66
Urbanismo	16.810	3,60	37.048	6,30	120,39
Total Geral	467.595	100,00	588.244	100,00	25,80

Fonte: SEFAZ/CECOG

Gráfico 33 - Despesas do FECOP por Função de Governo



Fonte: SEFAZ/CECOG

Ressalte-se que no Estado do Ceará a operacionalização do FECOP é individualizada por fonte de recursos (1.10.00), o que facilita a sua aplicação pelas diversas secretarias e órgãos da administração direta e indireta que tenham em suas missões atividades que se relacionem com o combate à pobreza.

O legislador cearense esclareceu, de uma vez por todas, a operacionalização do FECOP como fonte de recursos, conforme se observa da leitura do § 3º, art. 1º da Lei Complementar nº 37/2003, redação dada pela Lei Complementar nº 76, de 21 de maio de 2009, in verbis:

“§ 3º Os programas, projetos e atividades financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, terão suas dotações orçamentárias consignadas nos órgãos e entidades executores, com fonte de recursos identificada por código próprio, denominado “Recursos Provenientes do FECOP”.

Como se percebe, para o cumprimento da missão constitucional do FECOP, as dotações orçamentárias são consignadas nos diversos órgãos e entidades executores e a operacionalização é feita como fonte de recursos.

No exercício de 2021, as despesas com recursos do FECOP tiveram um incremento de 25,80%, em comparação com o exercício de 2020. É importante destacar que em 2021 foram aplicados com os recursos supramencionados o percentual de 89,30 % nas seguintes funções: Assistência Social (35,91%), Saúde (16,26%) Educação (13,17%), Trabalho (13,49%) e Agricultura (10,47%) que totalizaram R\$ 525 milhões. Das cinco funções, duas apresentaram

um crescimento nominal significativo: foram a de Assistência Social com 162,41% e a do Trabalho com 3.959,66%. É importante mencionar que, o acréscimo nessas duas funções, ainda, são reflexos dos efeitos da pandemia da COVID 19. Vale Informar que, os recursos do FECOP, fonte de recurso 1.10.00 encerrou o exercício de 2021 com uma disponibilidade no valor R\$ 248.745.071,36. Esse montante ficou distribuído da seguinte forma: na Secretaria da Fazenda, na conta corrente nº 706.115-9/FECOP, o valor de R\$ 5.439,83 e aplicado em CDB a importância R\$ 184.523.826,67; na conta do Tesouro ficou a importância de R\$52.650.595,82, referente a arrecadação do ICMS complementar para ser repassado em janeiro de 2022 para a conta 706.115-9/FECOP. Nas diversas contas de convênios ficaram saldos de contrapartidas nos órgãos da Administração Direta no valor de R\$ 10.776.173,93 e na Administração Indireta a quantia de R\$ 788.355,21. Em numerários em trânsito, o valor de R\$ 679,90. Os saldos de contrapartida são recursos que foram debitados da conta corrente nº 706.115-9/FECOP e creditados nas respectivas contas dos convênios e empréstimos.

2.3.8 Despesa por Categoria Econômica e Grupo

A comparação da despesa autorizada com a executada, por categoria e grupo está demonstrada a seguir:

Tabela 49 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, por Categoria Econômica e Grupo

(R\$ milhares)

Categoria/Grupo	Autorização (Lei+Crédito) (A)	Realização (B)	Saldo (A-B)	% Realização (B/A)	% Part. (B/Total B)
Despesas Correntes	29.248.643	27.869.710	1.378.932	95,29	84,73
Pessoal e Encargos Sociais	14.459.525	13.872.237	587.287	95,94	42,18
Juros e Encargos da Dívida	570.575	516.363	54.212	90,50	1,57
Outras Despesas Correntes	14.218.543	13.481.110	737.434	94,81	40,99
Despesas de Capital	7.226.861	5.021.908	2.204.953	69,49	15,27
Investimentos	5.340.223	3.499.386	1.840.837	65,53	10,64
Inversões Financeiras	314.484	312.577	1.907	99,39	0,95
Amortizações	1.572.154	1.209.945	362.208	76,96	3,68
Total Geral	36.475.504	32.891.618	3.583.885	90,17	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Não integra o montante de (R\$ 162.935) referente a reserva de contingência.

2.3.9 Despesas Correntes

As Despesas Correntes são aquelas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. São despesas realizadas para custeio e manutenção dos órgãos da Administração Pública, tais como: despesas com pessoal, pagamento de juros, aquisição de material de consumo, serviços de terceiros, dentre outras.

As Despesas Correntes (pessoal, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes) realizadas pelos órgãos do Estado para a manutenção e o funcionamento da máquina administrativa em 2021 alcançaram o montante de R\$27.869.710.299,98,

correspondente a 84,73% da Despesa Orçamentária, incluindo as despesas intraorçamentárias no valor de R\$ 1.704.455.317,79.

Do valor total das Despesas Correntes, a Administração Direta realizou R\$16.821.321.460,6, participando com 60,36%, e as Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos realizaram R\$ 11.048.388.839,31, participando com 39,64%.

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

A Despesa com Pessoal e Encargos, no valor de R\$ 13.872.237.378,58, representando 49,78% do total da categoria, é o grupo mais expressivo dentro das Despesas Correntes.

Destaque-se que existe uma diferença no total do grupo Pessoal e Encargos Sociais, em relação ao valor apurado no Demonstrativo da Despesa de Pessoal em razão de inclusões e exclusões no cálculo do gasto de pessoal em relação a Receita Corrente Líquida, nos termos do art.18 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e regras estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais.

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

De acordo com a tabela seguinte, os Juros e Encargos da Dívida Interna, no ano de 2021, somaram R\$ 392.392.838,67, representando 1,41% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo de 101,66%, em decorrência da publicação da Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual estabeleceu, dentre outras medidas, a possibilidade de suspensão dos pagamentos para o ano de 2020, incluindo principal e quaisquer outros encargos, das dívidas com operações de crédito interno e externo, dos Estados e Distrito Federal celebradas com a União e o sistema financeiro nacional e instituições multilaterais de crédito, motivando para o exercício de 2021 aumento da despesa nessa rubrica se comparado com o exercício de 2020. Importante ressaltar que a suspensão no pagamento, durante alguns meses de 2020, se deu apenas nas operações de crédito interna.

Em relação a dívida interna, seu pagamento de Juros sobre a Dívida por Contratos atingiu a cifra de R\$ 338.568.497,99 e representa 90,71% do total dos pagamentos dos juros internos. Quanto aos seus pagamentos de Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato, no valor de R\$18.452.584,75, representam 96,45% do total dos pagamentos de encargos internos. No que se refere aos pagamentos da dívida da Lei 9.496/97, foram pagos juros no total de R\$ 24.995.871,21, o que representa 6,70% do total dos pagamentos da Dívida dos Juros Internos. Nos pagamentos com a rubrica Outros Encargos foram desembolsados o valor total de R\$ 679.199,73, representando 3,55% do total de pagamentos da dívida dos Encargos Internos.

Com relação aos pagamentos dos Juros Contratuais-Honra de Garantias Concedidas - Instituições Financeiras, foram desembolsados o montante de R\$ 9.696.684,99 referente a Dívida da COHAB. É importante mencionar que houve uma redução de 6,23%, em termos nominais, dos pagamentos com juros da Dívida da COHAB, em comparação aos valores pagos em 2020.

Os pagamentos dos Juros e Encargos da Dívida Externa foi no montante de R\$123.970.287,13, em 2021, representando 0,44% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve uma redução de 48,34% nessa despesa.

Tabela 50 - Demonstrativo dos Juros e Encargos da Dívida

(R\$ milhares)

Especificação	Exercícios		Var. % (B/A)
	2020(A)	2021(B)	
Pagamento da Dívida Interna			
Juros sobre a Dívida por Contrato	160,566	338,568	110.86
- Juros da Dívida Contratada- Empréstimos Internos	160,566	338,568	110.86
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	11,375	18,453	62.22
- Encargos da Dívida Interna por Contrato-Empréstimos	11,375	18,453	62.22
- Encargos da Dívida Interna por Contrato-Financiamentos			
Total	171,941	357,021	107.64
Pagamento da Dívida - Lei nº 9.496			
Juros da Dívida por Contrato	11,648	24,996	114.59
- Juros da Dívida Contratada- Empréstimos Internos	11,648	24,996	114.59
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	652	679	4.23
-Encargos da Dívida Interna por Contrato-Empréstimos	652	679	4.23
Total	12,300	25,675	108.74
Pagamento da Dívida Junto à União-COHAB			
Juros Pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	10,342	9,697	-6.24
Juros Contratuais-Honra de Garantias Concedidas- Instituições Financeiras	10,341	9,697	-6.23
Juros Contratuais-Honra de Garantias Concedidas- Tesouro Nacional	0	0	-100.00
Encargos Pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	0	0	-100.00
- Encargos contratuais-Honra de Garantias Concedidas- Tesouro Nacional	0	0	-100.00
Total	10,342	9,697	-6.24
Total Pagamento Dívida Interna	194,583	392,393	101.66
Pagamento da Dívida Externa			
Juros sobre a Dívida por Contrato	227,520	115,552	-49.21
- Juros da Dívida contratada- Empréstimos Externos	227,520	115,552	-49.21
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	12,440	8,419	-32.33
- Encargos da Dívida Externa por Contrato- Empréstimos	12,440	8,419	-32.33
Total Pagamento Dívida Externa	239,960	123,970	-48.34
Total Geral	434,543	516,363	18.83

Fonte: SEFAZ/CEDIP

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

As despesas do grupo Outras Despesas Correntes executadas em 2021 somaram R\$13.481.109.795,60 e constitui 48,37% da categoria econômica Despesas Correntes. Houve um incremento de 21,55% em termos nominais em comparação com o exercício anterior, o que equivale a R\$ 2.389.747.101,52. As naturezas de despesas: serviços de tecnologia da informação e comunicação; e material de consumo contribuíram para esse aumento em 44,84% e 42,91%, respectivamente

A tabela a seguir demonstra as despesas por modalidades de aplicações e as principais naturezas de despesas no grupo de Despesas Correntes.

Tabela 51 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do Grupo "Outras Despesas Correntes"

(R\$ milhares)					
Modalidades/Elementos de Despesas	Autorizada (A)	Part.% (A / Total A)	Realizada (B)	Part.% (B / Total B)	Realiz.% (B/A)
Execução Orçamentária Delegada à União	24	0,00	0	0,00	0,00
-Diárias - Civil	24	0,00	0	0,00	0,00
Transferências aos Estados e ao Distrito Federal	421	0,00	421	0,00	100,00
-Contribuições	421	0,00	421	0,00	100,00
Transferências aos Municípios	4.587.451	32,26	4.547.480	33,73	99,13
-Contribuições	84.004	0,59	74.245	0,55	88,38
-Despesas de Exercícios Anteriores	9	0,00	2	0,00	22,22
-Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	4.501.353	31,66	4.471.158	33,17	99,33
-Indenizações e Restituições	2.085	0,01	2.075	0,02	99,52
Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	428.934	3,02	420.251	3,12	97,98
-Contribuições	426.934	3,00	418.251	3,10	97,97
-Prem. Culturais, Artísticas, Científicas, Desp. e Outras	2.000	0,01	2.000	0,01	100,00
Transferências a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos	1.597.285	11,23	1.538.406	11,41	96,31
-Contribuições	233.524	1,64	200.703	1,49	85,95
-Despesas de Exercícios Anteriores	27.942	0,20	27.739	0,21	99,27
-Indenizações e Restituições	4.220	0,03	4.219	0,03	99,98
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.325.224	9,32	1.301.039	9,65	98,18
-Subvenções Sociais	6.375	0,04	4.705	0,03	73,81
Transferências a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	45.832	0,32	7.678	0,06	16,75
-Contribuições	2.019	0,01	2.019	0,01	100,00
-Subvenções Econômicas	43.813	0,31	5.659	0,04	12,92
Execução de Contratos de Parceria Público-Privada-PPP	44.621	0,31	44.541	0,33	99,82

-Despesas de Contrato de PPP, Exceto Subv. Econômicas	44.621	0,31	44.541	0,33	99,82
Transferências a Consórcios Públicos	118.891	0,84	117.426	0,87	98,77
-Rateio Pela Participação em Consórcio Público	118.891	0,84	117.426	0,87	98,77
Transferências ao Exterior	3.636	0,03	3.626	0,03	99,72
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.636	0,03	3.626	0,03	99,72
Aplicações Diretas	7.071.028	49,73	6.510.150	48,29	92,07
-Aquisição de Produtos para Revenda	500	0,00	199	0,00	39,80
-Auxílio Financeiro a Estudantes	49.608	0,35	44.615	0,33	89,94
-Auxílio Financeiro a Pesquisadores	46.024	0,32	36.576	0,27	79,47
-Auxílio-Alimentação	222.239	1,56	216.850	1,61	97,58
-Auxílio-Transporte	1.175	0,01	451	0,00	38,35
-Contribuições	15.263	0,11	14.500	0,11	95,00
-Despesas de Exercícios Anteriores	98.143	0,69	87.536	0,65	89,19
-Diárias-Civil	20.945	0,15	14.472	0,11	69,09
-Diárias-Militar	6.231	0,04	5.889	0,04	94,50
-Indenizações e Restituições	133.085	0,94	123.955	0,92	93,14
-Locação de Mão-de-Obra	1.106.666	7,78	1.068.863	7,93	96,58
-Material de Consumo	881.915	6,20	815.523	6,05	92,47
-Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	392.297	2,76	369.903	2,74	94,29
-Obrigações Tributárias e Contributivas	247.871	1,74	242.097	1,80	97,67
-Outras Desp. de Pessoal Dec. de Cont.de Terceiros	976.419	6,87	961.260	7,13	98,45
-Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	180.696	1,27	176.395	1,31	97,62
-Outros Benefícios Assistenciais	16.919	0,12	14.653	0,11	86,61
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	265.925	1,87	221.442	1,64	83,27
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.023.630	14,23	1.747.746	12,96	86,37
-Passagens e Despesas com Locomoção	29.555	0,21	22.551	0,17	76,30
-Pensões Especiais	11.555	0,08	10.694	0,08	92,55
-Pensões, Exclusive do RGPS	30	0,00	0	0,00	0,00
-Prem. Culturais, Artísticas, Científicas, Desp. e Outras	56.820	0,40	50.858	0,38	89,51
-Sentenças Judiciais	11.112	0,08	9.603	0,07	86,42
-Serviços de Consultoria	16.745	0,12	13.923	0,10	83,15
-Serviços de Tecnologia da Informação e Comum. - P.J	259.660	1,83	239.595	1,78	92,27
Aplicações Diretas Entre Orçamentos	320.419	2,25	291.131	2,16	90,86
-Contribuições	190.961	1,34	190.405	1,41	99,71
-Despesas de Exercícios Anteriores	918	0,01	844	0,01	91,97
-Indenizações e Restituições	16.482	0,12	14.270	0,11	86,58

-Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	140	0,00	121	0,00	86,62
-Obrigações Tributárias e Contributivas	2.690	0,02	2.204	0,02	81,94
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	37.354	0,26	19.415	0,14	51,97
-Sentenças Judiciais	32	0,00	0	0,00	0,00
-Serviços de Tecnologia da Informação e Com. - PJ	71.842	0,51	63.872	0,47	88,91
Total	14.218.541	100,00	13.481.110	100,00	94,81

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota 01: O percentual de participação do grupo em tela em relação ao total da despesa empenhada na Categoria Despesas Correntes (R\$ 27.869.710.299,98) foi de 48,37%, e de em relação ao total da despesa empenhada (R\$ 32.891.618.159,15) e em relação ao total foi de 40,99%;

Nota 02: Os registros integrados à coluna "Autorizado" refletem os especificados na Lei Orçamentária Anual – LOA e as respectivas alterações decorrentes de créditos adicionais. Nas modalidades de Transferências, as despesas mais relevantes deste grupo estão destacadas.

Nas modalidades de Transferências, as despesas mais relevantes deste grupo estão nas modalidades Transferências a Municípios e Transferências às Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

As transferências na modalidade 40 – Transferências aos Municípios - atingiram o montante de R\$ 4.547.480.185,87, crescendo de 21,63% em termos nominais em relação ao exercício de anterior. Destas, as transferências Constitucionais e Legais, realizadas em obediência aos Art's. nº 158 e 159 da Constituição Federal, no total de R\$ 4.471.160.084,50 (incluído o valor de R\$ 2.000,02 referente Despesas de Exercícios Anteriores), representaram 98,32% da modalidade, sendo que a diferença, no valor de R\$ 76.320.101,37 são repasses de Contribuições no valor de R\$ 74.244.891,38 e Indenizações e Restituições no valor de R\$2.075.209,99, representando, apenas, 1,67 % do total da modalidade.

Tabela 52 - Demonstrativo das Transferências aos Municípios

(R\$ milhares)	
Distribuição de Receitas	Valor
Transferências a Municípios-ICMS	3.860.821
Transferências a Municípios-IPVA	588.558
Transferências a Municípios-IPI-Exportação	16.946
Transferências a Municípios-Royalties	653
Transferências a Municípios-CIDE	4.183
Total	4.471.160

Fonte: SEFAZ/CECOG

A cota parte do ICMS pertencente aos municípios é calculada no percentual de 25% sobre a receita bruta do ICMS (exceto multas e juros de penalidade e ICMS FECOP), e somente depois é calculado o aporte ao FUNDEB, no percentual de 20% sobre a sua cota parte já líquida das restituições

Tabela 53 - Demonstrativo da Base de Cálculo da Quota parte do ICMS aos Municípios

(R\$ milhares)	
Especificação	Valor
ICMS	15.360.425
Multas e Juros de Mora do ICMS	53.684
Dívida Ativa do ICMS	82.178
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS	11.315
Total	15.507.602
(-) Restituições	8.522
Restituições do ICMS	8.522
Total	8.522
Base de Cálculo da Quota Parte do ICMS aos Municípios	15.499.080

Fonte: SEFAZ/CECOG

A modalidade Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, alcançou em valores correntes R\$ 1.538.405.948,94, contribuindo com 11,41% na composição do seu grupo. Do total executado nessa modalidade, R\$ 1.301.039.193,76 foram empenhados na natureza de despesa Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica, correspondendo a 84,57% do gasto.

Quanto às Aplicações Diretas, nessa modalidade, as despesas são realizadas diretamente pela unidade orçamentária detentora de crédito orçamentário ou mediante a descentralização a outras entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade social no âmbito da mesma esfera de governo. Em 2021, representaram 48,29% das despesas do seu grupo, atingindo a cifra de R\$ 6.510.149.958,09, em razão do incremento de R\$1.164.276.120,24, correspondente, em termos nominais, ao percentual de 21,78% em comparação com o exercício anterior. As despesas integrantes desta modalidade que mais se destacaram em 2021 foram: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, cuja despesa realizada foi de R\$ 1.747.745.662,83, crescendo 8,99% em termos nominais em relação ao exercício anterior, seguido da despesa Locação de Mão-de-Obra, cuja realização chegou a R\$1.068.862.771,04, equivalente 16,42% desta modalidade e 7,93% do seu grupo. Em 2021, essa despesa evolui em 8,99 % em termos nominais.

A tabela a seguir evidencia o comportamento das despesas do grupo “Outras Despesas Correntes” executadas pela Administração Direta que em 2021 atingiu o valor de R\$7.997.348.998,82, participando com 59,32% do total das despesas desse grupo realizadas pelo Estado (R\$ 13.481.109.795,60). Na administração direta, estão registradas às Transferências aos Municípios, cujo montante (R\$ 4.536.501.175,88) equivale 56,73% do grupo em comento.

Na modalidade Aplicações Diretas, as despesas realizadas chegaram ao patamar de R\$ 2.998.172.450,06, abrangendo 37,49% do total da despesa do grupo. As principais despesas nessa modalidade foram nos elementos de despesas Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica (R\$ 900.975.311,58) e Locação de Mão-de-Obra (R\$ 689.478.505,35), que juntas somaram R\$ 1.590.453.816,93, representando 53,05% do total realizado nessa modalidade.

Tabela 54 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do Grupo "Outras Despesas Correntes" da Administração Direta

(R\$ milhares)

Modalidade	Autorizada	Partic. %	Realizada	Partic. %
Aplicações Diretas	3.251.292	38,95	2.998.172	37,49
Auxílio Financeiro a Estudantes	6.877	0,08	5.997	0,07
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	567	0,01	560	0,01
Auxílio-Alimentação	206.075	2,47	201.385	2,52
Auxílio-Transporte	406	0,00	149	0,00
Contribuições	709	0,01	0	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	44.289	0,53	41.139	0,51
Diárias - Civil	10.064	0,12	8.169	0,10
Diárias - Militar	6.127	0,07	5.789	0,07
Indenizações e Restituições	85.140	1,02	78.279	0,98
Locação de Mão-de-Obra	711.377	8,52	689.479	8,62
Material de Consumo	282.257	3,38	268.918	3,36
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	99.152	1,19	87.992	1,10
Obrigações Tributárias e Contributivas	207.170	2,48	206.534	2,58
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terce	131.264	1,57	127.142	1,59
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	25.287	0,30	25.040	0,31
Outros Benefícios Assistenciais	13.923	0,17	12.004	0,15
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	181.145	2,17	150.926	1,89
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.034.537	12,39	900.975	11,27
Passagens e Despesas com Locomoção	14.202	0,17	12.871	0,16
Pensões Especiais	11.508	0,14	10.654	0,13
Pensões, Exclusive do RGPS	30	0,00	0	0,00
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas	54.665	0,65	49.822	0,62
Sentenças Judiciais	6.933	0,08	6.663	0,08
Serviços de Consultoria	14.601	0,17	13.056	0,16
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	102.989	1,23	94.630	1,18
Aplicações Diretas Entre Orçamentos	48.508	0,58	42.375	0,53
Despesas de Exercícios Anteriores	11	0,00	0	0,00
Indenizações e Restituições	11.208	0,13	10.467	0,13
Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	140	0,00	121	0,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	305	0,00	154	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.775	0,02	1.164	0,01
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	35.069	0,42	30.469	0,38
Execução de Contratos de Parceria Público-Privada	44.621	0,53	44.541	0,56
Despesas de Contrato de PPP, Exceto Subvenções Econômicas	44.621	0,53	44.541	0,56

Transf. a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	40.572	0,49	5.008	0,06
Contribuições	1.809	0,02	1.809	0,02
Subvenções Econômicas	38.764	0,46	3.199	0,04
Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	388.527	4,65	370.330	4,63
Contribuições	121.051	1,45	115.783	1,45
Despesas de Exercícios Anteriores	1.128	0,01	924	0,01
Indenizações e Restituições	4.220	0,05	4.219	0,05
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	261.003	3,13	249.310	3,12
Subvenções Sociais	1.125	0,01	94	0,00
Transferências a Municípios	4.574.154	54,79	4.536.501	56,73
Contribuições	72.792	0,87	65.341	0,82
Despesas de Exercícios Anteriores	9	0,00	2	0,00
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	4.501.353	53,92	4.471.158	55,91
Transferências aos Estados e ao Distrito Federal	421	0,01	421	0,01
Contribuições	421	0,01	421	0,01
Total Geral	8.348.095	100,00	7.997.349	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

A tabela a seguir está demonstrando as despesas do grupo Outras Despesas Correntes realizadas pela Administração Indireta que, em 2021, chegou ao montante de R\$5.483.760.796,78, equivalente a 40,68% do total da despesa desse grupo realizada pelo Estado.

As despesas na modalidade de Aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos alcançaram a cifra de R\$ 1.168.075.653,34, contribuindo com 21,30% do total do grupo na Administração Indireta. A despesa no elemento Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica no valor de R\$ 1.051.728.993,65, representa 90,04% dessa modalidade de transferência.

Na modalidade Aplicações Diretas, as despesas realizadas chegaram ao patamar de R\$ 3.511.977.508,03, alcançando 64,03% do total do grupo. As principais despesas executadas nessa modalidade, foram: Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica, Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de terceirização e Material de Consumo, juntas somaram R\$ 2.227.493.247,98, correspondente a 63,43% do valor executado nessa modalidade.

Tabela 55 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do Grupo "Outras Despesas Correntes" da Administração Indireta

(R\$milhares)				
Mod/ Elemento Despesas	Autorizada	Partic. %	Realizada	Partic. %
Eecução Orçamentária Delegada a União	24	0,00	0	0,00
-Diárias Civil	24	0,00	0	0,00
Transferências aos Municípios	13.297	0,23	10.979	0,20
-Contribuições	11.212	0,19	8.904	0,16
-Indenizações e Restituições	2.085	0,04	2.075	0,04
Tranferências a Municípios - Fundo a Fundo	428.934	7,31	420.251	7,66
-Contribuições	426.934	7,27	418.251	7,63
-Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e	2.000	0,03	2.000	0,04
Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	1.208.758	20,59	1.168.076	21,30
-Contribuições	112.472	1,92	84.920	1,55
-Despesas de Exercícios Anteriores	26.814	0,46	26.814	0,49
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.064.220	18,13	1.051.729	19,18
-Subvenções Sociais	5.251	0,09	4.612	0,08
Transferências a Instituições Privadas Com Fins Lucrativos	5.260	0,09	2.670	0,05
-Contribuições	210	0,00	210	0,00
-Subvenções Econômicas	5.050	0,09	2.460	0,04
Transferências a Consórcios Públicos	118.891	2,03	117.426	2,14
-Rateio Pela Participação em Consórcio Público	118.891	2,03	117.426	2,14
Transferências ao Exterior	3.635	0,06	3.626	0,07
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.635	0,06	3.626	0,07
Aplicações Diretas	3.819.735	65,07	3.511.978	64,04
-Aquisição de Produtos para Revenda	500	0,01	199	0,00
-Auxílio Financeiro a Estudantes	42.732	0,73	38.619	0,70
-Auxílio Financeiro a Pesquisadores	45.458	0,77	36.016	0,66
-Auxílio-Alimentação	16.164	0,28	15.465	0,28
-Auxílio-Transporte	769	0,01	302	0,01
-Contribuições	14.554	0,25	14.500	0,26
-Despesas de Exercícios Anteriores	53.854	0,92	46.397	0,85
-Diárias-Civil	10.881	0,19	6.303	0,11
-Diárias-Militar	104	0,00	100	0,00
-Indenizações e Restituições	47.945	0,82	45.676	0,83
-Locação de Mão-de-Obra	395.288	6,73	379.384	6,92
-Material de Consumo	599.659	10,21	546.605	9,97
-Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	293.145	4,99	281.911	5,14
-Obrigações Tributárias e Contributivas	40.702	0,69	35.564	0,65
-Outras Desp. de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceiros	845.155	14,40	834.118	15,21
-Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	155.409	2,65	151.355	2,76
-Outros Benefícios Assistenciais	2.995	0,05	2.649	0,05
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	84.780	1,44	70.517	1,29
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	989.093	16,85	846.770	15,44
-Passagens e Despesas com Locomoção	15.353	0,26	9.680	0,18

-Pensões Especiais	47	0,00	40	0,00
-Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	2.155	0,04	1.035	0,02
-Sentenças Judiciais	4.179	0,07	2.940	0,05
-Serviços de Consultoria	2.144	0,04	867	0,02
-Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - P.J	156.671	2,67	144.966	2,64
Aplicações Diretas Entre Orçamentos	271.911	4,63	248.756	4,54
-Contribuições	190.961	3,25	190.405	3,47
-Despesas de Exercícios Anteriores	907	0,02	844	0,02
-Indenizações e Restituições	5.274	0,09	3.804	0,07
-Obrigações Tributárias e Contributivas	2.385	0,04	2.050	0,04
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	35.579	0,61	18.251	0,33
-Sentenças Judiciais	32	0,00	0	0,00
-Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - P.J	36.773	0,63	33.403	0,61
Total Geral	5.870.445	100,00	5.483.761	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Exclui reserva de contingência (3 milhares)

2.3.10 Despesas de Capital

Despesas de capital são despesas relacionadas com a compra de máquinas, equipamentos, realizações de obras, aquisição de participações acionárias de Empresas, aquisição de imóveis, concessão de empréstimos para investimento, dentre outras.

Na administração pública essas despesas são realizadas com a finalidade de criar ou adquirir bens de capital. No exercício de 2021, estas despesas atingiram a soma de R\$5.021.907.859,17 representando 15,27% da Despesa Orçamentária realizada pelo Estado. Confrontando-se a despesa realizada desse exercício com a do ano anterior, cuja execução foi de R\$ 3.754.747.461,70, essa categoria apresentou uma variação positiva de 33,75% em termos nominais.

No total das Despesas de Capital, a Administração Direta participou com R\$3.155.847.730,93, representando 62,84%. Já as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes participaram com R\$ 1.866.060.128,24 representando 37,16% da categoria.

Tabela 56 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidada da Categoria "Despesas de Capital" por Grupo, Modalidade de Aplicação e Natureza da Despesa

(R\$ milhares)					
Grupo / Modalidade / Elemento	Autorização (A)	% Part. (A/Tot A)	Realização (B)	% Part. (B/Tot B)	% Real. (B/A)
Investimentos	5.340.223	73,89	3.499.386	69,68	65,53
Transferências à União	262	0,00	0	0,00	0,00
Auxílios	262	0,00	0	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a União	84	0,00	0	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	19	0,00	0	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	57	0,00	0	0,00	0,00
Obras e Instalações	8	0,00	0	0,00	0,00
Transferências a Municípios	278.511	3,85	236.482	4,71	84,91
-Auxílios	274.947	3,80	232.992	4,64	84,74
-Contribuições	2.195	0,03	2.123	0,04	96,71
-Despesas de Exercícios Anteriores	1368	0,02	1368	0,03	99,96
Transferências a Municípios -Fundo a Fundo	10	0,00	0	0,00	0,00
-Contribuições	10	0,00	0	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	41.273	0,57	21.584	0,43	52,29
Auxílios	25.729	0,36	12.369	0,25	48,08
Contribuições	3.306	0,05	0	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	200	0,00	0	0,00	0,00
Obras e Instalações	200	0,00	0	0,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11.838	0,16	9.214	0,18	77,84

Exec. de Contr. de Parceria Público-privada	9.123	0,13	9.123	0,18	100,00
Desp. de Contr. de PPP, exceto Sub. Econômicas	9.123	0,13	9.123	0,18	100,00
Transferências a Consórcios Públicos	1.044	0,01	1.044	0,02	100,00
Rateio Pela Participação em Consórcio Público	1.044	0,01	1.044	0,02	100,00
Aplicações Diretas	4.983.408	68,96	3.209.441	63,91	64,40
Aquisição de Imóveis	38.932	0,54	31.957	0,64	82,08
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	1.000	0,01	864	0,02	86,36
Auxílios	1.072	0,01		0,00	0,00
Const. ou Aumento de Capital de Empresas	20.424	0,28	10.109	0,20	49,49
Contribuições	1	0,00	0	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	70.494	0,98	46.998	0,94	66,67
Diárias - Civil	96	0,00	4	0,00	4,67
Equipamento e Material Permanente	1.162.580	16,09	826.240	16,45	71,07
Indenizações e Restituições	156.370	2,16	137.057	2,73	87,65
Locação de Mão-de-Obra	6.412	0,09	3.015	0,06	47,01
Material de Consumo	15.190	0,21	12.492	0,25	82,24
Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	500	0,01	0	0,00	0,00
Obras e Instalações	2.607.539	36,08	1.445.135	28,78	55,42
Obrigações Tributárias e Contributivas	587	0,01	474	0,01	80,66
Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física	4.349	0,06	574	0,01	13,20
Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica	695.206	9,62	580.107	11,55	83,44
Passagens e Despesas com Locomoção	104	0,00	0	0,00	0,00
Serviço de Consultoria	133.353	1,85	75.989	1,51	56,98
Sentenças Judiciais	160	0,00	64	0,00	39,66
Serviços de Tec. da Infor. e Com. - Pe. Jurídica	69.038	0,96	38.365	0,76	55,57
Aplicações Diretas entre Orçamentos	26.508	0,37	21.712	0,43	81,91
Indenizações e Restituições	1.026	0,01	1.026	0,02	100,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	2.274	0,03	751	0,01	33,02
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	47	0,00	0	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	12	0,00	0	0,00	0,00
Serv. Tec. da Inform. e Comum.- Pes. Jurídica	23.150	0,32	19.935	0,40	86,11
Inversões Financeiras	314.484	4,35	312.577	6,22	99,39
Aplicações Diretas	314.484	4,35	312.577	6,22	99,39
Aquisição de Imóveis	48.167	0,67	47.907	0,95	99,46
Aquisição de Produtos para Revenda	1.206	0,02	1.145	0,02	94,99
Conces. de Emprést. e Financiamentos	83.263	1,15	81.676	1,63	98,09

Const. ou Aumento de Capital de Empresas	162.848	2,25	162.848	3,24	100,00
Contr. a Entidades Fechadas de Previdência	9.000	0,12	9.000	0,18	100,00
Contribuições	10.000	0,14	10.000	0,20	100,00
Amortizações	1.572.154	21,75	1.209.945	24,09	76,96
Aplicações Diretas	1.572.154	21,75	1.209.945	24,09	76,96
Enc. pela Honra de Avais, Gar., Seg. e Similares	21.299	0,29	21.278	0,42	99,90
Principal da Dívida Contratual Resgatado	1.550.855	21,46	1.188.667	23,67	76,65
Total Geral	7.226.861	100,00	5.021.908	100,00	69,49

Fonte: SEFAZ/CECOG

A seguir detalhamos a execução das Despesas de Capital por grupo, modalidade e elemento.

Tabela 57 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada da Categoria "Despesas de Capital" por Grupo, Modalidade de Aplicação e Elemento da Administração Direta

(R\$ milhares)				
Grupo/ Modalidade/ Elemento	Autorização (A)	% Part. (A/TotalA)	Realização (B)	% Part.(B/Total B)
Investimentos	3.108.594	64,07	1.774.461	56,23
Transferências à União	262	0,01	0	0,00
Auxílios	262	0,01	0	0,00
Execução Orçamentária Delegada a União	19	0,00	0	0,00
Equipamentos e Material Permanente	19	0,00	0	0,00
Obras e Instalações	0	0,00	0	0,00
Transferências a Municípios	115.173	2,37	92.253	2,92
Auxílios	111.610	2,30	88.763	2,81
Contribuições	2.195	0,05	2.123	0,07
Despesas de Exercícios Anteriores	1.368	0,03	1.368	0,04
Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	38.039	0,78	19.243	0,61
Auxílios	22.495	0,46	10.029	0,32
Contribuições	3.306	0,07	0	0,00
Equipamentos e Material Permanente	200	0,00	0	0,00
Obras e Instalações	200	0,00	0	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11.838	0,24	9.214	0,29
Execução de Contratos de Parceria Público-Privada	9.123	0,19	9.123	0,29
Despesas de Contrato de PPP, Exceto Subvenções Econ.	9.123	0,19	9.123	0,29
Transferências ao Exterior	0	0,00	0	0,00
Equipamentos e Material Permanente	0	0,00	0	0,00
Aplicações Diretas	2.931.670	60,42	1.641.724	52,02

Aquisição de Imóveis	22.398	0,46	16.895	0,54
Auxílio Financeiro a Estudantes	0	0,00	0	0,00
Auxílios	1.064	0,02	0	0,00
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	20.424	0,42	10.109	0,32
Contratação por Tempo Determinado	0	0,00	0	0,00
Contribuições	1	0,00	0	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	38.551	0,79	23.274	0,74
Diárias - Civil	96	0,00	4	0,00
Equipamentos e Material Permanente	869.946	17,93	695.894	22,05
Indenização Pela Execução de Trabalhos de Campo	0	0,00	0	0,00
Indenizações e Restituições	117.745	2,43	104.576	3,31
Locação de Mão-de-Obra	6.412	0,13	3.015	0,10
Material de Consumo	4.317	0,09	3.039	0,10
Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita (40)(a)	500	0,01	0	0,00
Obras e Instalações	1.572.891	32,42	637.937	20,21
Obrigações Tributárias e Contributivas	360	0,01	296	0,01
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.610	0,05	208	0,01
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	130.191	2,68	60.570	1,92
Passagens e Despesas com Locomoção	100	0,00	0	0,00
Sentenças Judiciais	160	0,00	64	0,00
Serviços de Consultoria	84.058	1,73	52.157	1,65
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	59.846	1,23	33.685	1,07
Subvenções Econômicas (43)(a)	0	0,00	0	0,00
Aplicações diretas entre orçamentos	14.307	0,29	12.118	0,38
Indenizações e Restituições	1.026	0,02	1.026	0,03
Obrigações Tributárias e Contributivas	1.623	0,03	351	0,01
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	47	0,00	0	0,00
Sentenças Judiciais	12	0,00	0	0,00
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	11.600	0,24	10.741	0,34
Inversões Financeiras	171.848	3,54	171.848	5,45
Aplicações diretas	171.848	3,54	171.848	5,45
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	162.848	3,36	162.848	5,16
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	9.000	0,19	9.000	0,29
Amortizações	1.571.669	32,39	1.209.538	38,33
Aplicações Diretas	1.571.669	32,39	1.209.538	38,33
Encargos Pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	21.299	0,44	21.278	0,67
Principal da Dívida Contratual Resgatado	1.550.370	31,95	1.188.260	37,65
Total Geral	4.852.111	100,00	3.155.848	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

Tabela 58 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada da Categoria "Despesas de Capital" por Grupo, Modalidade de Aplicação e Elemento da Administração Indireta

(R\$ reais)

Grupo/ Modalidade/ Elemento	Autorização (A)	% Part. (A/TotalA)	Realização (B)	% Part.(B/Total B)
Investimentos	2.231.629.352,74	93,97	1.724.924.372,65	92,44
Execução Orçamentária Delegada a União	65.000,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	57.000,00	0,00	0,00	0,00
Obras e Instalações	8.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	163.337.228,62	6,88	144.229.084,68	7,73
Auxílios	163.337.228,62	6,88	144.229.084,68	7,73
Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	3.234.475,22	0,14	2.340.104,87	0,13
Auxílios	3.234.475,22	0,14	2.340.104,87	0,13
Transf. a Consórcios Públicos	1.044.124,70	0,04	1.044.124,70	0,06
rateio pela participação em consórcio público (49)(i)	1.044.124,70	0,04	1.044.124,70	0,06
Aplicações Diretas	2.051.737.557,07	86,40	1.567.717.365,68	84,01
Aquisição de Imóveis	16.534.082,27	0,70	15.061.460,80	0,81
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	1.000.000,00	0,04	863.643,50	0,05
Auxílios	7.999,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	31.943.811,69	1,35	23.723.649,39	1,27
Equipamentos e Material Permanente	292.633.523,70	12,32	130.345.847,78	6,99
Indenizações e Restituições	38.625.259,10	1,63	32.480.393,32	1,74
Material de Consumo	10.872.743,10	0,46	9.452.851,26	0,51
Obras e Instalações	1.034.647.257,89	43,57	807.197.921,71	43,26
Obrigações Tributárias e Contributivas	227.685,00	0,01	177.490,78	0,01
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.739.000,00	0,07	366.000,00	0,02
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	565.015.287,17	23,79	519.536.560,30	27,84
Passagens e Despesas com Locomoção	4.000,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Consultoria	49.295.184,28	2,08	23.831.577,29	1,28
Serviços de Tec. da Informação e Comunicação - PJ	9.191.723,87	0,39	4.679.969,55	0,25
Aplicações Diretas Entre Orçamentos	12.200.967,13	0,51	9.593.692,72	0,51
Obrigações Tributárias e Contributivas	650.493,43	0,03	399.382,72	0,02
Serviços de Tec. da Informação e Comunicação - PJ	11.550.473,70	0,49	9.194.310,00	0,49
Inversões Financeiras	142.635.764,73	6,01	140.728.555,27	7,54

Aplicações Diretas	142.635.764,73	6,01	140.728.555,27	7,54
Aquisição de Imóveis	48.167.000,00	2,03	47.907.431,08	2,57
Aquisição de Produtos Para Revenda	1.205.858,92	0,05	1.145.439,01	0,06
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	83.262.905,81	3,51	81.675.685,18	4,38
Contribuições	10.000.000,00	0,42	10.000.000,00	0,54
Decorrentes de Part. em Fundos, Organ. Assemelhados	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações	484.700,00	0,02	407.200,32	0,02
Aplicações Diretas	484.700,00	0,02	407.200,32	0,02
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Principal da Dívida Contratual Resgatado	484.700,00	0,02	407.200,32	0,02
Total Geral	2.374.749.817,47	100,00	1.866.060.128,24	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Não inclui as empresas (R\$ 677.483)

INVESTIMENTOS

A tabela abaixo é composta pelos Programas de grande porte, concluídos e os a concluir pelo Governo do Estado e evidencia os principais. Nas Despesas de Capital, o grupo de Investimentos somou 3.499.385.767,44, participando com 69,68% de sua categoria. Os elementos de despesas Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente, e respondem pelo montante de R\$ 2.271.375.474,69, contribuindo com a 64,91% do grupo.

Conforme tabela a seguir, foram investidos 26,17% nos Programas de Infraestrutura e Logística e 10,94% em desenvolvimento do ensino médio.

Com recursos do Tesouro foram investidos R\$ 2.465.064.714,36 (fonte de recurso 1.00.00 e subfontes (1.00.02,1.00.05,1.00.06); fonte de recurso 1.01.00 e fonte de recurso 1.10.00) representando 70,44% do total dos investimentos. Com outros recursos livres foram investidos R\$ 61.762.622,50, o que representa 1,76%. Com recursos de Operações de Crédito R\$ 488.019.383,43, participando com 13,83% dos valores investido. O restante dos valores aplicados no montante de R\$ 514.966.827,98, representam 13,96% e foram realizados com outros recursos vinculados, tais como: recursos de convênios, recursos da CIDE, transferências do FNDE e outros.

Tabela 59 - Demonstrativo dos Investimentos nos Programas de Governo de Maior Relevância

		(R\$ milhares)
Programas de Governo	Valor	% Part
Infraestrutura e Logística	915.651	26,17
Desenvolvimento do Ensino Médio	382.849	10,94
Promocao da Requalificação Urbana	274.443	7,84
Mobilidade, Trânsito e Transporte	207.895	5,94
Seguranca Pública Integrada com a Sociedade	186.060	5,32
Desenvolvimento Integral da Educação Superior	149.684	4,28
Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Agropecuária Familiar	125.542	3,59
Oferta Hidrica Para Multiplos Usos	115.593	3,30
Promoção do Patrimônio Cultural Cearense	109.996	3,14
Esporte e Lazer Para a População	97.775	2,79
desenvolvimento sustentavel e consolidado do destino turistico ceara	92.796	2,65
Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas	86.970	2,49
Educação em Tempo Integral e Complementar no Ensino Médio	80.343	2,30
Atenção a Saúde Perto do Cidadão	75.658	2,16
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural	66.322	1,90
Proteção Social Básica	65.158	1,86
Educação Profissional Articulada ao Ensino Médio	56.191	1,61
Modernização da Gestão Fiscal	41.664	1,19
Gestão Administrativa do Ceará	39.393	1,13
Ceará Científico e Tecnológico	35.815	1,02
Gestão e Governança do Sistema de Saúde com Transparência e Integridade	33.810	0,97
Abastecimento de água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana	30.335	0,87
Desenvolvimento Integral da Ed. Infantil e Ensino Fund. com Garantia de Igualdade de Oportunidades	27.956	0,80
Gestão e Modernizacao do Sistema Penitenciário	25.036	0,72
Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional	17.889	0,51
Ceará Mais Verde: Conservar e Proteger os Recursos Naturais e Biodiversidade do Ceará	15.192	0,43
Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica do Ceará	14.525	0,42
Resíduos Sólidos	11.954	0,34
Habitação e Regularização Fundiária Urbana	9.709	0,28
Tutela dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis	9.657	0,28
Proteção e Promoção dos Direitos de Adolescentes em Atendimento Socioeducativo	9.448	0,27
Proteção a Vida e Acesso a Justiça Social e Cidadania	9.171	0,26
Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde do Cidadão	9.086	0,26
Matriz Energética do Estado do Ceará	8.047	0,23
Subtotal	3.437.613	98,23
Outros	61.773	1,77
Total Geral	3.499.386	100

Fonte: SEFAZ/CECOG

A tabela a seguir evidencia os investimentos do governo do Estado nas funções e subfunções de governo, a fim de cada vez mais dar transparência aos valores investidos nas diversas áreas sob responsabilidade do poder público.

Verificando os resultados obtidos, constata-se que, em 2021, foram investidos na função transporte 31,64% e na função Educação, 20,37%. Na função transporte, a subfunção transporte rodoviário foi a que mais se destacou com um percentual de 24,82%. Na função educação teve destaque a subfunção ensino médio com percentual de 14,93%. A função Urbanismo ocupou o terceiro lugar, tendo atingido 18,44% do total investido e quase todo recurso foi direcionado para a sua subfunção Infraestrutura Urbana, que realizou 14,05%.

Tabela 60 - Demonstrativo dos Investimentos nas Funções e Subfunções de Governo

(R\$ milhares)		
Função/Subfunção	Valor	% Part.
Administração	72.309	2,07
Administração Geral	67.448	1,93
Formação de Recursos Humanos	23	0,00
Tecnologia da Informação	4.838	0,14
Agricultura	129.512	3,70
Abastecimento	709	0,02
Administração Geral	90	0,00
Alimentação e Nutrição	1.047	0,03
Defesa Agropecuária	983	0,03
Extensão Rural	50.066	1,43
Promoção da Produção Agropecuária	76.616	2,19
Assistência Social	81.735	2,34
Administração Geral	2.192	0,06
Assistência A Criança E Ao Adolescente	69.665	1,99
Assistência Ao Idoso	3.501	0,10
Assistência Comunitária	2.522	0,07
Infra-Estrutura Urbana	3.854	0,11
Ciência E Tecnologia	36.438	1,04
Administração Geral	97	0,00
Desenvolvimento Científico	35.634	1,02
Difusão Do Conhecimento Científico E Tecnológico	266	0,01
Promoção Da Produção Agropecuária	133	0,00
Tecnologia Da Informação	308	0,01
Comércio E Serviços	33.195	0,95
Administração Geral	2	0,00
Infra-Estrutura Urbana	9.269	0,26
Promoção Comercial	1	0,00

Turismo	23.922	0,68
Comunicações	12.674	0,36
Tecnologia Da Informação	12.023	0,34
Telecomunicações	651	0,02
Cultura	109.996	3,14
Patrimônio Histórico, Artístico E Arqueológico	109.996	3,14
Desporto E Lazer	11.551	0,33
Desporto Comunitário	11.551	0,33
Direitos Da Cidadania	22.266	0,64
Administração Geral	319	0,01
Atenção Básica	35	0,00
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	20.832	0,60
Tecnologia Da Informação	1.080	0,03
Educação	712.758	20,37
Administração Geral	5.708	0,16
Assistência Ao Portador De Deficiência	40	0,00
Educação Infantil	9.309	0,27
Ensino Fundamental	18.647	0,53
Ensino Médio	522.471	14,93
Ensino Profissional	1.668	0,05
Ensino Superior	142.927	4,08
Infra-Estrutura Urbana	6.757	0,19
Tecnologia Da Informação	5.230	0,15
Energia	8.047	0,23
Energia Elétrica	8.047	0,23
Essencial A Justica	12.001	0,34
Ação Judiciária	3.565	0,10
Administração Geral	2.494	0,07
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	478	0,01
Tecnologia Da Informacao	5.464	0,16
Gestão Ambiental	144.888	4,14
Administração Geral	165	0,00
Controle Ambiental	137	0,00
Preservação E Conservação Ambiental	17.643	0,50
Recursos Hidricos	126.713	3,62
Tecnologia Da Informação	230	0,01
Habitação	9.724	0,28
Administração Geral	15	0,00
Habitação Urbana	9.709	0,28
Indústria	2.475	0,07
Produção Industrial	2.397	0,07

Promoção Industrial	79	0,00
Judiciária	17.999	0,51
Administração Geral	10.313	0,29
Formação De Recursos Humanos	1	0,00
Tecnologia Da Informação	7.685	0,22
Legislativa	15.148	0,43
Administração Geral	13.456	0,38
Controle Externo	308	0,01
Tecnologia Da Informação	1.385	0,04
Organização Agrária	2.923	0,08
Reforma Agrária	2.923	0,08
Previdência Social	10	0,00
Administração Geral	10	0,00
Saneamento	103.153	2,95
Recursos Hidricos	600	0,02
Saneamento Básico Rural	66.322	1,90
Saneamento Básico Urbano	36.230	1,04
Saúde	119.423	3,41
Administração Geral	863	0,02
Assistência Hospitalar E Ambulatorial	98.578	2,82
Atenção Básica	730	0,02
Desenvolvimento Cientifico	111	0,00
Formação De Recursos Humanos	307	0,01
Tecnologia Da Informação	9.747	0,28
Vigilância Epidemiologica	9.086	0,26
Segurança Pública	87.868	2,51
Administração Geral	57.140	1,63
Formação De Recursos Humanos	2.659	0,08
Informação E Inteligência	5.257	0,15
Policimento	18.889	0,54
Tecnologia Da Informação	3.924	0,11
Trabalho	738	0,02
Fomento Ao Trabalho	350	0,01
Tecnologia Da Informação	388	0,01
Transporte	1.107.176	31,64
Normalização E Qualidade	4.934	0,14
Transporte Aéreo	29.777	0,85
Transporte Ferroviário	203.755	5,82
Transporte Rodoviário	868.710	24,82
Urbanismo	645.376	18,44
Infra-Estrutura Urbana	491.785	14,05

Recuperação De Áreas Degradadas	86.970	2,49
Turismo	66.621	1,90
Total Geral	3.499.386	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

INVERSÕES FINANCEIRAS

No grupo Inversões Financeiras, as despesas realizadas alcançaram o montante de R\$312.576.977,88. Da execução da despesa nesse grupo, 52,10% foi no item Constituição ou Aumento de Capital de Empresa que atingiu a importância de R\$ 162.848.422,61. Esse grupo, apresentou uma variação positiva de 39,64% em termos nominais em comparação ao valor executado no ano anterior.

Nesse grupo também foram classificadas as despesas com aquisição do Hospital Dr. Estevam Ponte no valor de R\$ 9.236.805,40 e aquisição do imóvel para a Fundação Ibiapina no valor de R\$ 38.670.000,00, e repasses para a Fundação Regional de Saúde e Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará no total de R\$ 19.000.000,00. Destaca-se, que os valores repassados para aumento de capital, no exercício de 2021, foram realizados para as empresas: METROFOR (R\$ 159.048.422,61) e CEASA (800.000,00). Os repasses ao METROFOR foram realizados pela SEINFRA e para a CEASA pela SDA.

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

De acordo com a tabela seguinte, a Amortização da Dívida alcançou o patamar de R\$1.209.945.113,85, contribuindo com 31,71% das Despesas de Capital. (realizada) Em comparação ao exercício anterior, houve um incremento de 16,84% em termos nominais.

Tabela 61 - Demonstrativo da Amortização da Dívida

Especificação	Exercícios		Var. % (B/A)
	2020(A)	2021(B)	
Pagamento da Dívida Interna			
Concessão do PASEP-ISSEC	55	66	20,77
Principal da Dívida Contratual Resgatado	55	66	20,77
Parcelamento PASEP	55	66	20,77
Manutenção e Funcionamento Administrativo-ADAGRI	41	42	2,10
Principal da Dívida Contratual Resgatado	41	42	2,10
Parcelamento PASEP	41	42	2,10
Manutenção e Funcionamento Administrativo-FUNDES	54	58	7,41
Principal da Dívida Contratual Resgatado	54	58	7,41
Parcelamento PASEP	54	58	7,41
Manutenção e Funcionamento Administrativo-EMATERCE	18	241	1210,16
Principal da Dívida Contratual Resgatado	18	241	1210,16

(R\$ milhares)

Parcelamento PASEP	18	241	1210,16
Principal da Dívida Contratual Resgatado	440.266	577.274	31,12
Parcelamento INSS	19.168	3.348	-82,53
Parcelamento PASEP	163.419	9.823	-93,99
Principal da Dívida Contratual Resgatado	257.680	564.103	118,92
Pagamento da Dívida- Lei nº 9.496	7.200	13.023	80,88
Principal da Dívida Contratual Resgatado	7.200	13.023	80,88
Principal da Dívida Contratual Interna Resgatado	7.200	13.023	80,88
Pagamento da Dívida Junto a União-COHAB	21.756	21.278	-2,20
Encargos Pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	21.756	21.278	-2,20
Honra de Garantias Concedidas- Instituições Financeiras	20.633	21.278	3,12
Honra de Garantias Concedidas- Tesouro Nacional	1.122	0	-100,00
Total Pagamento Dívida Interna	469.390	611.982	30,38
Pagamento da Dívida Externa			
Principal da Dívida Contratual Resgatado	566.145	597.963	5,62
Principal da Dívida Contratual Externa Resgatado	566.145	597.963	5,62
Total pagamento dívida Externa	566.145	597.963	5,62
Total Geral	1.035.535	1.209.945	16,84

Fonte: SEFAZ/CEDIP

O pagamento da Amortização da Dívida Interna somou R\$ 611.982.063,51, representando 50,58% do valor amortizado da dívida e 16,04% das Despesas de Capital. (realizada) Confrontando-se essa despesa com o exercício anterior, constata-se um acréscimo nominal de 30,38%. Vale ressaltar que o aumento no pagamento da Dívida Interna em 2021 também é decorrência da retomada dos pagamentos que haviam sido suspensos por alguns meses no exercício de 2020, devido a Lei Complementar Federal nº 173, a qual estabeleceu, dentre outras medidas, a possibilidade de suspensão do pagamento, incluindo principal e quaisquer outros encargos, das dívidas com operações de crédito interno e externo, dos Estados e Distrito Federal celebradas com a União e o sistema financeiro nacional e instituições multilaterais de crédito. Porém tal suspensão se deu apenas nas operações de crédito interno.

Quanto à Amortização da Dívida Externa, essa somou em 2021 o quantitativo de R\$597.963.050,34, representando 49,42% do grupo de despesa Amortizações e 15,67% das Despesas de Capital (realizada). Percebe-se ainda um pequeno crescimento em termos nominais, equivalente a 5,62%, comparando-se com o exercício de 2020.

2.3.11 Despesas dos Fundos Previdenciários

Nas tabelas a seguir consta especificação a despesa previdenciária do Estado, vinculada aos Planos Financeiro, composto pelo FUNAPREV e pelo PREVMILITAR, e o Previdenciário, integrado pelo Fundo de Previdência Parlamentar – FPP e pelo PREVID.

Do total da despesa empenhada por essas Unidades Gestoras, R\$ 3.824.516.455,07, o gasto com Benefícios Previdenciários totalizou R\$ 3.809.888.549,67, cabendo ao FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID a soma de R\$ 3.799.230.138,50, e ao FPP, R\$10.658.411,17.

Tabela 62 - Demonstrativo Consolidado da Despesa Empenhada por Categoria e Grupo dos Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID

(R\$ milhares)		
Especificação	2020	2021
Despesas Correntes	3.711.058	3.812.222
Pessoal e Encargos Sociais	3.706.478	3.799.230
Juros e Encargos da Dívida	0	0
Outras Despesas Correntes	4.579	12.992
Despesas de Capital	0	0
Investimentos	0	0
Inversões Financeiras	0	0
Amortização da Dívida	0	0
Outras Despesas de Capital	0	0
Total Geral	3.711.058	3.812.222

Fonte: S2GPR/CEORG

Tabela 63 - Demonstrativo da Despesa Empenhada por Fonte de Recursos do FPP

(R\$ milhares)		
Fonte de Recursos	2020	2021
2.05.00 - Contribuição Parlamentar	4.615	9.185
2.06.00 - Contribuição Patronal	4.287	3.109
2.70.00 - Recursos Diretamente Arrecadados	3.352	0
Total	12.253	12.294

Fonte: S2GPR/CEORG

Em relação ao gasto com aposentadorias e pensões dos Fundos Financeiros FUNAPREV, o Tesouro Estadual honrou insuficiências financeiras das Unidades Gestoras – FUNAPREV, UG nº 460401, e PREVMILITAR - UG nº 460501, por meio de aportes Financeiros vinculados à Fonte de Recursos 1.01.00 (Tesouro, Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados) no montante de R\$ 1.106.347.151,90, sendo R\$ 788.315.780,30 para o FUNAPREV e R\$ 318.031.371,60 para o PREVMILITAR, conforme tabelas a seguir:

Tabela 64 - Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro FUNAPREV e PREVMILITAR

(R\$ milhares)		
Fonte de Recursos	2020	2021
2.05.00 - Contribuição Parlamentar	4.615	9.185
2.06.00 - Contribuição Patronal	4.287	3.109
2.70.00 - Recursos Diretamente Arrecadados	3.352	0
Total	12.253	12.294

Fonte: S2GPR/CEORG

Tabela 65 - Resumo da Despesa Empenhada do Fundo de Financeiro FUNAPREV

(R\$ milhares)				
Poder	Inativos (A)	Pensões (B)	Outras Despesas (C)	Total (A+B+C)
Total do Legislativo	119.169	16.488	0	135.657
Transferências do Tesouro Estadual	0	5.123	0	5.123
Fonte 1.01.00 - FPE	0	5.123	0	5.123
Fonte Própria	119.169	11.364	0	130.533
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	75.823	6.890	0	82.713
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	43.345	4.474	0	47.820
Total do Judiciário	173.968	10.418	0	184.387
Transferências do Tesouro Estadual	0	10.418	0	10.418
Fonte 1.01.00 - FPE	0	10.418		10.418
Fonte Própria	173.968	0	0	173.968
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	69.755	0	0	69.755
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	104.213	0	0	104.213
Total Executivo Civil	1.956.155	110.362	4.331	2.070.847
Transferências do Tesouro Estadual	666.372	105.769	0	772.141
Fonte 1.01.00 - FPE	666.372	105.769	0	772.141
Fonte Própria	1.289.783	4.592	4.331	1.298.706
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	546.518	1.949	0	548.466
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	743.265	2.644	4.331	750.240
Total Defensoria Pública	33.948	633	0	34.582
Transferências do Tesouro Estadual	0	633	0	633
Fonte 1.01.00 - FPE		633	0	633
Fonte Própria	33.948	0	0	33.948
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	0	0	0	0
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	33.948	0	0	0
Total Ministério Público	56.741	1.618	0	58.359
Transferências do Tesouro Estadual	0	0	0	0
Fonte 1.01.00 - FPE	0	0	0	0
Fonte Própria	56.741	1.618	0	58.359
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	56.741	1.618	0	58.359
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	0	0	0	0
Total Geral	2.339.981	139.519	4.331	2.483.831

Fonte: SEFAZ/CEORG

Tabela 66 - Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro PREVMILITAR

(R\$ milhares)

Poder	Inativos (A)	Pensões (B)	Outras Despesas (C)	Total (A+B+C)
Total do Legislativo	0	0	0	0
Transferências do Tesuro Estadual	0	0	0	0
Fonte 1.01.00 - FPE	0	0	0	0
Fonte Própria	0	0	0	0
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	0	0	0	0
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	0	0	0	0
Total do Judiciário	0	0	0	0
Transferências do Tesuro Estadual	0	0	0	0
Fonte 1.01.00 - FPE	0	0	0	0
Fonte Própria	0	0	0	0
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	0	0	0	0
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	0	0	0	0
Total Executivo Civil	0	0	0	0
Transferências do Tesuro Estadual	0	0	0	0
Fonte 1.01.00 - FPE	0	0	0	0
Fonte Própria	0	0	0	0
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	0	0	0	0
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	0	0	0	0
Total Executivo Militar	534.038	284.404	4.331	822.773
Transferências do Tesuro Estadual	49.225	268.807	0	318.031
Fonte 1.01.00 - FPE	49.225	268.807	0	318.031
Fonte Própria	484.814	15.597	4.331	504.742
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	213.896	11.399	0	225.296
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	270.917	4.198	4.331	279.446
Total Defensoria Pública	0	0	0	0
Transferências do Tesuro Estadual	0	0	0	0
Fonte 1.01.00 - FPE	0	0	0	0
Fonte Própria	0	0	0	0
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	0	0	0	0
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	0	0	0	0
Total Ministério Público	0	0	0	0
Transferências do Tesuro Estadual	0	0	0	0
Fonte 1.01.00 - FPE	0	0	0	0
Fonte Própria	0	0	0	0
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	0	0	0	0
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	0	0	0	0
Total Geral	534.038	284.404	4.331	822.773

Fonte: SEFAZ/CEORG

Tabela 67 - Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro PREVID (Poder e Fonte de Recursos)

(R\$ milhares)				
Poder / Fonte de Recursos	Inativo (A)	Pensões (B)	Out. Desp. (C)	Total (A+B+C)
Total do Executivo	40	437.230	4.331	441.600
Transferências do Tesouro	0	0	0	0
Fonte 10100	0	0	0	0
Fonte de Recursos Próprias	40	437.230	4.331	441.600
Fonte 20300	40	0	0	0
Fonte 20400	0	437.230	4.331	0
Fonte 60400	0	0	0	0
Total do Judiciário	0	29.380	0	29.380
Transferências do Tesouro	0	0	0	0
Fonte 10100	0	0	0	0
Fonte de Recursos Próprias	0	29.380	0	29.380
Fonte 20300	0	0	0	0
Fonte 20400	0	0	0	0
Fonte 60400	0	29.380	0	0
Total do Legislativo	0	23.455	0	23.455
Transferências do Tesouro	0	0	0	0
Fonte 10100	0	0	0	0
Fonte de Recursos Próprias	0	23.455	0	23.455
Fonte 20300	0	0	0	0
Fonte 20400	0	0	0	0
Fonte 60400	0	23.455	0	0
Total do ministério Público	0	11.183	0	11.183
Transferências do Tesouro	0	0	0	0
Fonte 10100	0	0	0	0
Fonte de Recursos Próprias	0	11.183	0	11.183
Fonte 20300	0	0	0	0
Fonte 20400	0	0	0	0
Fonte 60400	0	11.183	0	0
Total da Defensoria Pública	0	0	0	0
Transferências do Tesouro	0	0	0	0
Fonte 10100	0	0	0	0
Fonte de Recursos Próprias	0	0	0	0
Fonte 20300	0	0	0	0
Fonte 20400	0	0	0	0
Fonte 60400	0	0	0	0
Total do Executivo Militar	0	0	0	0
Transferências do Tesouro	0	0	0	0
Fonte 10100	0	0	0	0
Fonte de Recursos Próprias	0	0	0	0
Fonte 20300	0	0	0	0
Fonte 20400	0	0	0	0
Fonte 60400	0	0	0	0
Total Geral	40	501.248	4.331	505.618

Fonte: S2GPR/CEORG

Tabela 68 - Demonstrativo Consolidado da Despesa Empenhada de Pessoal (Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID)

(R\$ milhares)

Poder	Inativos (A)	Pensões (B)	Outras Despesas (C)	Total (A+B+C)
Total do Legislativo	119.169	39.943	0	159.112
Transferências do Tesouro Estadual	0	5.123	0	5.123
Fonte 1.01.00 - FPE	0	5.123	0	5.123
Fonte Própria	119.169	34.819	0	153.988
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	75.823	6.890	0	82.713
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	43.345	4.474	0	47.820
Fonte 6.04.00 - Contr. Patronal Exercícios Anteriores	0	23.455	0	23.455
Total do Judiciário	173.968	39.798	0	213.767
Transferências do Tesouro Estadual	0	10.418	0	10.418
Fonte 1.01.00 - FPE	0	10.418	0	10.418
Fonte Própria	173.968	29.380	0	203.348
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	69.755	0	0	69.755
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	104.213	0	0	104.213
Fonte 6.04.00 - Contr. Patronal Exercícios Anteriores	0	29.380	0	29.380
Total Executivo Civil	1.956.195	547.592	8.661	2.512.448
Transferências do Tesouro Estadual	666.372	105.769	0	772.141
Fonte 1.01.00 - FPE	666.372	105.769	0	772.141
Fonte Própria	1.289.823	441.822	8.661	1.740.307
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	546.558	1.949	0	548.506
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	743.265	439.874	8.661	1.191.800
Fonte 6.04.00 - Contr. Patronal Exercícios Anteriores	0	0	0	0
Total Executivo Militar	534.038	284.404	4.331	822.773
Transferências do Tesouro Estadual	49.225	268.807	0	318.031
Fonte 1.01.00 - FPE	49.225	268.807	0	318.031
Fonte Própria	484.814	15.597	4.331	504.742
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	213.896	11.399	0	225.296
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	270.917	4.198	4.331	279.446
Fonte 6.04.00 - Contr. Patronal Exercícios Anteriores	0	0	0	0
Total Defensoria Pública	33.948	633	0	34.582
Transferências do Tesouro Estadual	0	633	0	633
Fonte 1.01.00 - FPE	0	633	0	633
Fonte Própria	33.948	0	0	33.948
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	0	0	0	0
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	33.948	0	0	0
Fonte 6.04.00 - Contr. Patronal Exercícios Anteriores	0	0	0	0
Total Ministério Público	56.741	12.801	0	69.542

Transferências do Tesouro Estadual	0	0	0	0
Fonte 1.01.00 - FPE	0	0	0	0
Fonte Própria	56.741	12.801	0	69.542
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	56.741	1.618	0	58.359
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	0	0	0	0
Fonte 6.04.00 - Contr. Patronal Exercícios Anteriores	0	11.183	0	11.183
Total Geral	2.874.060	925.171	12.992	3.812.222

Fonte: SEFAZ/CEORG

Tabela 69 - Resumo das Despesas dos Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID

(R\$ milhares)				
Especificação	FUNAPREV	PREVMILITAR	PREVID	Total (A+B+C)
Fonte Tesouro Estadual	788.316	318.031	0	1.106.347
Fonte 1.01.00 - FPE	788.316	318.031	0	1.106.347
Fonte Própria	1.695.515	504.742	505.618	2.705.875
Fonte 2.03.00 - Contribuição Social	759.294	225.296	28.437	1.013.027
Fonte 2.04.00 - Contribuição Patronal	936.221	279.446	0	1.215.667
Fonte 6.40.00 - Contribuição Patronal	0	0	477.181	0
Total	2.483.831	822.773	505.618	3.812.222

Fonte: S2GPR/CEORG

2.3.12 - Despesas com Enfrentamento a COVID-19

No exercício de 2021, o Estado do Ceará foi pressionado por aumento de gastos na área de saúde e assistência social para enfrentamento da crise sanitária, social e econômica provocada pela pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

Um dos reflexos diretos foi o aumento no gasto de saúde do Estado no exercício de 2021, que atingiu o percentual de 15,28%, menor em relação ao percentual de 2020, que atingiu 16,54% da RLIT - Receita Líquida de Impostos e Transferências, porém continua bem acima do mínimo constitucional de 12%. A diferença de percentual entre o valor aplicado e o mínimo corresponde a um total de R\$ 860.043.973,19, somente de recurso de impostos e transferências que atendem as regras do MDF. Além desses valores também houve aplicações adicionais de recursos de outras fontes que não entram no cálculo do gasto de saúde e de recursos de impostos e transferências que não atendem as regras do MDF, no total de R\$ 1.507.493.889,64.

A seguir listamos os gastos aplicados em ações específicas de custeio e investimentos no combate a COVID-19 por função de governo. A tabela a seguir não contempla aumento de gasto de pessoal, despesa de terceirização e demais gastos no enfrentamento a pandemia do coronavírus empenhados em outras ações orçamentárias.

Tabela 70 - Gastos em Ações Específicas – COVID

(R\$ em milhares)

Função	2020	2021
Administração	3.000	4.853
Assistência Social	13.704	16.215
Saúde	816.129	790.528
Cultura	69.066	23.870
Saneamento	6.438	4.612
Ciência e Tecnologia	339	0
Comércio e Serviços	24	0
Transporte	16.774	1.039
Urbanismo	0	24.974
Total	925.474	866.091

Fonte: SEFAZ/CECOG

Dos valores aplicados no enfrentamento a COVID-19 na tabela acima, 99,99% foram em custeio e 0,01% foram em investimentos.

Além do aumento da despesas, o Estado implementou medidas de apoio econômico aos setores produtivos afetados pela crise sanitária, como parcelamento do recolhimento do ICMS para empresas com queda na atividade econômica, criação de programa especial de parcelamento de dívidas tributárias – REFIS, dentre outras medidas para compensar a contenção nas atividades econômicas das empresas provocada pela pandemia do novo coronavírus, que implicaram aumento de gastos e/ou diferimento de receitas.

MEDIDAS ECONÔMICAS (2021):

Destaca-se, a seguir, algumas ações econômicas que o Governo do Ceará promoveu para amenizar os impactos, na economia cearense, causados pela pandemia do Covid-19:

Ceará Credi – Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, que teve como público-alvo os microempreendedores, formais ou informais, trabalhadores autônomos, artesanato, comércio/serviços e agricultores familiares, priorizando pessoas em situações de vulnerabilidade e beneficiários de políticas sociais.

O programa visou disponibilizar duas linhas de crédito, uma voltada para o Capital de Giro e outra para linha de Investimento Fixo ou Misto. Os valores para Capital de Giro são de R\$ 500 a R\$ 3.000 por empreendedor, não podendo ultrapassar R\$ 15.000 no caso de empreendimento produtivo solidário. Para a modalidade Investimento Fixo ou Misto, os valores são de R\$ 1.000 a R\$ 5.000 por empreendedor, não podendo ultrapassar R\$ 21.000 no caso de empreendimento produtivo solidário.

Vale ressaltar que o Governo do Ceará destinou mais de R\$ 100 milhões de reais nesse programa, visando beneficiar microempreendedores e trabalhadores cearenses.

Em relação ao ICMS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o Estado do Ceará adiou os prazos de pagamentos referentes aos meses de março, abril, maio de empresas inscritas no Simples Nacional, visando amenizar o impacto econômico ocasionado pelo agravamento da segunda onda da pandemia Covid-19, podendo pagar esses impostos em até duas parcelas com vencimentos em 20 de julho e 20 de agosto.

No que tange, agora, o IPVA, outro tributo de competência estadual, o Governo do Ceará anunciou também uma isenção para os setores de eventos e para os restaurantes, bares e demais estabelecimentos de alimentação, setores esses bastante afetados pelo impacto acarretado pelo agravamento da segunda onda da pandemia Covid-19, observada no ano em exercício (2021).

O Estado do Ceará concedeu, da mesma forma, isenção da conta de água para todos esses setores supracitados dos meses de março, abril e maio, trimestre mais impactado pela Covid-19. O Governo Estadual também concedeu isenção na conta de água para população de baixa renda da área rural, com 379.114 mil famílias beneficiadas por essa isenção.

Essas medidas fazem parte das ações sociais estratégicas do Governo do Ceará no combate ao coronavírus, garantindo a prestação dos serviços para as famílias de baixa renda e como forma de auxiliar o setor mais diversos da economia cearense, em especial, os de alimentação fora do lar, neste período crítico da pandemia.

2.3.13. Receita e Despesa Consolidadas por Fonte de Recursos

A seguir evidenciamos as receitas e despesas do exercício de 2021 consolidadas por fonte de recursos:

Tabela 71 - Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa Orçamentárias, por Fontes de Recursos

(R\$ milhares)

Origem/Nomenclatura da Fonte de Recursos	Fonte	Receita Realizada	% Part	Despesa Realizada	% Part.
Tesouro, Recursos Ordinários	1.00.00	16.733.599	48,93	14.912.435	45,34
Recursos Ordinários Para Projetos Prioritários	1.00.02	33.245	0,10	453.389	1,38
Recursos Ordinários Para O Sistema Estadual De Rec. Hidricos	1.00.05	1.774	0,01	630	0,00
Dividendos - Cagece	1.00.06	40.140	0,12	6.793	0,02
Tesouro, Cota-Parte Do Fundo De Participação Dos Estados	1.01.00	7.162.856	20,95	5.821.700	17,70
Recursos Ordinários	3.00.00	0	0,00	1.156.310	3,52
Recursos Ordinários Para Projetos Prioritários	3.00.02	0	0,00	519.203	1,58
Dividendos - Cagece	3.00.06	0	0,00	6.105	0,02
Tesouro, Alienação De Bens	1.12.00	27.295	0,08	0	0,00
Out. Fontes, Recursos Diretamente Arrecadados	2.70.00	1.212.289	3,55	807.699	2,46
Recursos Diretamente Arrecadados - Mecenato	2.70.01	13	0,00	0	0,00
Recursos Diretamente Arrecadados - Multas De Transito	2.70.02	86.447	0,25	76.425	0,23
Transferências Diretas - Alimentacao Escolar	2.73.01	49.966	0,15	50.887	0,15
Transferências Diretas - Transporte Escolar	2.73.02	2.050	0,01	2.487	0,01
Transferências Diretas - Outras	2.73.03	82.773	0,24	68.686	0,21
Out. Fontes, Recursos Diretamente Arrecadados	6.70.00	0	0,00	224.466	0,68
Recursos Diretamente Arrecadados - Multas De Trânsito	6.70.02	0	0,00	8.069	0,02
Transferências Diretas - Alimentacao Escolar	6.73.01	0	0,00	10.400	0,03
Transferências Diretas - Transporte Escolar	6.73.02	0	0,00	1.168	0,00
Operações De Crédito Internas - Cpac Vlt - Cef	2.46.36	12.396	0,04	13.162	0,04
Out. Fontes, Operações De Crédito Internas - Tesouro	2.46.37	0	0,00	47	0,00
Out. Fontes, Operações De Crédito Internas - Tesouro	2.46.38	0	0,00	0	0,00
Out. Fontes, Operações De Crédito Internas - Tesouro	2.46.45	3.886	0,01	3.761	0,01
Out. Fontes, Operações De Crédito Internas - Tesouro	2.46.47	4.984	0,01	0	0,00
Operações De Crédito Internas - Linha Leste/Bndes	2.46.49	80.000	0,23	77.845	0,24
Out. Fontes, Operações De Crédito Internas - Tesouro	2.46.54	940.000	2,75	1.104.670	3,36
Out. Fontes, Operações De Crédito Internas - Tesouro	2.46.56	10.275	0,03	9.752	0,03
Out. Fontes, Operações De Crédito Internas - Tesouro	2.46.71	0	0,00	0	0,00
Operações De Crédito Externas - lpf/Bird	2.48.49	13.013	0,04	12.677	0,04

Out. Fontes, Operações De Crédito Externas - Tesouro	2.48.57	0	0,00	2.876	0,01
Out. Fontes, Operações De Crédito Externas - Tesouro	2.48.58	31.272	0,09	27.163	0,08
Out. Fontes, Operações De Crédito Externas - Tesouro	2.48.59	243.667	0,71	261.369	0,79
Out. Fontes, Operações De Crédito Externas - Tesouro	2.48.64	308	0,00	995	0,00
Out. Fontes, Operações De Crédito Externas - Tesouro	2.48.65	45.565	0,13	39.487	0,12
Out. Fontes, Operações De Crédito Externas - Tesouro	2.48.67	21.860	0,06	21.860	0,07
Operações De Crédito Externas - Tesouro/Bid	6.48.59	0	0,00	12.928	0,04
Operações De Crédito Externas - Tesouro/Fida	6.48.64	0	0,00	98	0,00
Out. Fontes, Convênios Com Órgãos Internacionais - Admin. Direta	2.80.80	2.380	0,01	1.045	0,00
Out. Fontes, Convênios Com Órgãos Internacionais - Admin. Indireta	2.80.81	0	0,00	0	0,00
Out. Fontes, Convênios Com Órgãos Federais - Administração Direta	2.82.82	200.476	0,59	199.471	0,61
Out. Fontes, Convênios Com Órgãos Federais - Administração Direta	2.82.83	20.720	0,06	11.994	0,04
Out. Fontes, Convênios Com Órgãos Municipais - Administração Direta	2.86.86	5.662	0,02	3.950	0,01
Out. Fontes, Convênios Com Órgãos Municipais - Administ. Indireta	2.86.87	10.895	0,03	9.216	0,03
Out. Fontes, Convênios Com Órgãos Privados - Administração Direta	2.88.88	1	0,00	0	0,00
Out. Fontes, Convênios Com Órgãos Privados - Administração Indireta	2.88.89	27.078	0,08	17.903	0,05
Convênios Com Órgãos Internacionais - Administração Indireta	6.80.81	0	0,00	5	0,00
Convênios Com Órgãos Federais - Administração Direta	6.82.83	0	0,00	3.600	0,01
Convênios Com Órgãos Municipais - Administração Direta	6.86.86	0	0,00	607	0,00
Convênios Com Órgãos Municipais - Administração Indireta	6.86.87	0	0,00	1.556	0,00
Convênios Com Órgãos Privados	6.88.89	0	0,00	2.086	0,01
Tesouro, Indenização Pela Extração Do Petróleo, Xisto E Gás	1.44.00	43.987	0,13	30.056	0,09
Tesouro, Recursos Provenientes Do Fecop	1.10.00	577.328	1,69	567.532	1,73
Out. Fontes, Recursos Provenientes Da Contribuição Social	2.03.00	1.209.508	3,54	984.589	2,99
Out. Fontes, Recursos Provenientes Da Contribuição Patronal	2.04.00	1.464.646	4,28	1.244.105	3,78
Out. Fontes, Recursos Provenientes Da Contribuição Parlamentar	2.05.00	9.088	0,03	9.185	0,03
Out. Fontes, Recursos Provenientes Da Contrib. Patronal Parlamentar	2.06.00	3.043	0,01	3.109	0,01
Out. Fontes, Cota-Parte Da Contribuicao Do Salário-Educação	2.07.00	79.230	0,23	30.944	0,09
Out. Fontes, Cota-Parte Da Cide	2.11.00	16.812	0,05	18.087	0,05
Out. Fontes, Compensação Ambiental	2.16.00	6.883	0,02	14.191	0,04
Out. Fontes, Recursos Arrec. da Venda De Selos De Autenticidade	2.29.00	32.893	0,10	31.884	0,10

Out. Fontes, Recursos Provenientes Do Fundeb	2.50.00	1.731.009	5,06	1.562.756	4,75
Out. Fontes, Complementacao Da Uniao Aos Recursos Do Fundeb	2.51.00	682.233	2,00	610.930	1,86
Out. Fontes, Recursos Provenientes Do Fit	2.76.00	37.598	0,11	13.757	0,04
Out. Fontes, Transferências Ao Fundo De Defesa Civil	2.79.00	226	0,00	2.623	0,01
Out. Fontes, Recursos Provenientes Do Sus	2.91.00	1.125.294	3,29	1.053.102	3,20
Out. Fontes, Repasse Fundo A Fundo - Fnas	2.92.00	13.798	0,04	11.111	0,03
Repasse Fundo A Fundo - Funpen	2.92.01	2.099	0,01	3.220	0,01
Repasse Fundo A Fundo - Fet	2.92.02	0	0,00	0	0,00
Repasse Fundo A Fundo - Fnsp	2.92.03	53.279	0,16	14.006	0,04
Repasse Fundo A Fundo - Auxilio Ao Setor Cultural - Aldir Blanc	2.92.04	516	0,00	0	0,00
Recursos Provenientes Do Fecop	3.10.00	0	0,00	20.713	0,06
Alienação De Bens	3.12.00	0	0,00	352	0,00
Indenização Pela Extração Do Petróleo, Xisto E Gas	3.44.00	0	0,00	3.700	0,01
Recursos Provenientes Da Contribuição Patronal	6.04.00	0	0,00	477.181	1,45
Compensação Ambiental	6.16.00	0	0,00	13.093	0,04
Recursos Arrecadados Da Venda De Selos De Autenticidade	6.29.00	0	0,00	726	0,00
Recursos Provenientes Do Fundeb	6.50.00	0	0,00	2.369	0,01
Complementação Da União Aos Recursos Do Fundeb	6.51.00	0	0,00	73.825	0,22
Recursos Provenientes Do Sus	6.91.00	0	0,00	118.580	0,36
Repasse Fundo A Fundo - Fnas	6.92.00	0	0,00	0	0,00
Repasse Fundo A Fundo - Fnsp	6.92.03	0	0,00	3.202	0,01
Repasse Fundo A Fundo - Auxilio Ao Setor Cultural - Aldir Blanc	6.92.04	0	0,00	5.716	0,02
Total Geral		34.196.353	100,00	32.891.618	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

Na tabela anterior observa-se que os maiores dispêndios no Estado, em 2021, foram realizados utilizando os recursos do Tesouro Estadual, que chegaram à cifra de R\$22.876.565.159,90, o que representou 69,55% do total dos dispêndios do Estado. Em seguida vieram os dispêndios com os recursos oriundos da contribuição Patronal, especificamente na fonte de recursos 2.04.00, vinculados ao Fundos Previdenciários do Poder Executivo, no valor de R\$ 1.244.104.531,12 correspondendo 3,78%. Vale ressaltar também os dispêndios com recursos provenientes do FUNDEB, fonte de recursos 2.50.00, que chegaram a R\$ 1.562.756.402,18, equivalente a 4,75%.

2.3.14. Despesa Orçamentária na Modalidade de Aplicação 91

De acordo com o art. 1º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14/10/2005, as despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta decorrentes de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgãos, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo.

No momento da apropriação da obrigação ocorre uma despesa intra-orçamentária e no momento do recebimento ocorre uma receita intraorçamentária. Portanto, para uma despesa intraorçamentária deverá existir uma receita intraorçamentária. Isso não implica que a Receita e Despesa Orçamentária devam ser iguais, pois a receita correspondente pode ocorrer em exercícios diferentes. São exemplos de operações que devem ser identificadas com essa modalidade de aplicação, as transações ocorridas com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, com o Fundo de Previdência do Estado - SUPSEC, FUNPECEPGE, CEARAPREV etc. Destacamos abaixo a receita e despesa intraorçamentária, conforme Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14 de outubro de 2005.

Tabela 72 - Comparativo da Despesa e Receita Intraorçamentária - Modalidade 91

(R\$ milhares)

Código Órgão	Abreviatura	Despesa Intra Paga	Receita Intra
010001	AL	30.497	0
010101	FPP	0	1.466
020001	TCE	32.287	0
040001	TJ	193.725	0
040101	FERMOJU	2.396	0
060001	DP	33.839	0
060101	FAADEP	112	0
080001	SEINFRA	798	0
080301	DETRAN	192.078	41
081401	SOP	7.473	0
100001	SSPDS	2.748	0
100611	FDS	0	0
101021	PC	88.648	0
101031	PM	231.987	0
101041	CBMCE	28.302	0
101071	PEFOCE	12.330	0
101081	AESP	57	0
101091	SPESP	0	0

130001	PGE	11.819	0
130101	ARCE	3.549	0
130201	FUNPECEPGE	0	10.200
130301	FECAPGE	0	0
150001	MP	70.500	0
150501	FRMMP	36	0
170001	CEE	138	0
180001	SAP	69.736	0
190001	SEFAZ	112.535	179.688
190401	JUCEC	13.213	0
191011	ENCARGOS	10.278	0
210001	SDA	3.595	0
210101	EMATERCE	562	0
210301	IDACE	1.264	0
211101	ADAGRI	4.230	0
220001	SEDUC	269.464	0
240401	FUNDES	103.194	0
240424	HEMOCE	406	0
240479	HGPMJMA	0	0
241281	H G F	206	0
241331	H S J	0	0
270001	SECULT	1.675	0
290001	SRH	1.018	0
290101	SOHIDRA	693	0
300001	CASA CIVIL	976	0
300101	FUNTELC	566	0
310001	SECITECE	385	0
310101	FUNECE	39.116	600
310201	UVA	13.629	0
310301	URCA	18.423	0
310401	FUNCEME	2.665	0
310501	FUNCAP	38	0
310601	NUTEC	1.026	0
360001	SETUR	115	0
410001	CGE	4.827	0
420001	SESPORTE	208	0
430001	SCIDADES	858	0
460001	SEPLAG	13.129	0
460101	ISSEC	1.477	13.105
460201	ETICE	807	34.531
460301	IPECE	354	0

460401	SUPSEC	4.331	985.592
460501	PREVMILIT	4.331	276.976
460601	COHAB	36	0
460701	PREVID	4.331	202.078
460801	FASSEC	13.381	0
460901	CEARAPREV	8.677	13.029
461031	EGPCE	56	0
470001	SPS	10.069	0
470104	SEAS	328	0
470201	FEAS	0	0
480101	CODECE	30	0
490101	SEMACE	4.789	0
530001	CGD	152	0
560001	SDE	224	0
570001	SEMA	1.222	0
580001	VICEGOV	78	0
Total geral		1.686.023	1.717.307

Fonte: SEFAZ/CECOG

3. GESTÃO FINANCEIRA

Os demonstrativos contábeis relativos à gestão financeira permitem analisar o resultado das decisões governamentais no exercício que implicaram na obtenção e dispêndio de recursos financeiros com impactos diretos no fluxo de caixa e nas disponibilidades governamentais. Esses fluxos financeiros, em grande parte, dependem da autorização legislativa dada pela Lei Orçamentária Anual aprovada para o exercício. Entretanto, ocorrem diversos fluxos que independem de tal autorização, ou porque já foram autorizados em exercícios anteriores (como o caso da execução dos Restos a Pagar), ou porque decorrem de fluxos financeiros compensatórios, originados de entradas e saídas entre contas de ativo e passivo financeiro. Esses fluxos, em tese, não geram repercussões patrimoniais, mas em virtude dos expressivos montantes movimentados, merecem escrituração e controles contábeis específicos (como é o caso dos depósitos de terceiros recebidos em virtude de consignações retidas em processos de pagamento, depósitos a quem de direito que exigirão devolução futura e demais depósitos restituíveis). Os demonstrativos da gestão financeira permitem analisar esses fluxos sob diversas perspectivas e auxiliam no entendimento de como as disponibilidades governamentais se comportaram ao longo do exercício financeiro.

Três são os demonstrativos que evidenciam os fluxos da Gestão Financeira: O Balanço Financeiro, que evidencia os fluxos de caixa ocorridos no exercício decorrentes ou não da execução orçamentária e seus impactos sobre das disponibilidades ao final do exercício, o Demonstrativo da Dívida Flutuante, que foca na evidenciação das variações na dívida financeira de curto prazo, considerando os Restos a Pagar Não Processados, os Restos a Pagar Processados e os Depósitos de Diversas Origens (a publicação do Balanço Financeiro e do Demonstrativo da Dívida Flutuante cumprem dispositivos da Lei nº 4.320/64), e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, que evidencia a geração líquida de caixa do período sob o enfoque das operações realizadas pelo governo ao longo do exercício, o fluxo das atividades operacionais, o fluxo das atividades de investimento e o fluxo das atividades de financiamento (a publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa cumpre as determinações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP). A seguir, são apresentados os números da Gestão Financeira do Estado do Ceará para o exercício, sob a ótica dos três demonstrativos.

3.1 Balanço Financeiro Consolidado

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra as receitas e a despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit;

caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial.

O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior. Observa-se, portanto, que o Estado apresentou um superávit financeiro de R\$2.080.277.311,18 no exercício de 2020.

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

- a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e
- o saldo inicial e o saldo final em espécie.

No exercício atual, o Balanço Financeiro evidenciou ingressos orçamentários em R\$34,2 bilhões. Do total arrecadado pelo Estado, no período, R\$ 25,3 bilhões foram recursos ordinários, ou seja, não possuíam uma vinculação específica e puderam ser alocados discricionariamente pelos gestores públicos, respeitando-se a legislação vigente. A receita com recursos vinculados foi de R\$ 8,89 bilhões.

Durante o exercício, a despesa orçamentária executada importou em R\$ 32,89 bilhões. Restringida pelo padrão de arrecadação, a execução da despesa possui comportamento semelhante ao da receita. Foram executados em fontes de recursos ordinários a quantia de R\$24,03 bilhões. Enquanto, as despesas vinculadas totalizaram 8,87 bilhões.

As transferências financeiras recebidas e concedidas totalizaram o montante de R\$25,09 bilhões. Os ingressos extraorçamentários aumentaram, no exercício, totalizando a quantia de R\$ 36,87 bilhões, valor bem aproximado aos dispêndios extraorçamentários de R\$36,07 bilhões.

O saldo de disponibilidade evidenciado durante o período aumentou em 25,54%. Com o saldo para o exercício seguinte de R\$ 10,25 bilhões, houve um acréscimo de R\$ 2,09 bilhões em relação ao saldo de R\$ 8,17 bilhões do exercício anterior.

Tabela 73 - Demonstrativo Resumido do Balanco Financeiro Consolidado

		(R\$ milhares)	
Balanco Financeiro	NE	Exercícios	
		2021	2020
Ingressos			
Receita Orçamentária	BF01	34.196.353	30.004.951
Ordinária		25.303.254	21.886.001
Vinculada		8.893.099	8.118.949
Transferências Financeiras Recebidas	BF01	25.090.313	22.383.786
Recebimentos Extraorçamentários	BF02	36.859.574	16.756.543
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	BF03	8.165.792	6.085.515
Total		104.312.033	75.230.795
Dispêndios			
Despesa Orçamentária	BF01	32.891.618	28.534.870
Ordinária		24.025.835	20.472.854
Vinculada		8.865.783	8.062.017
Transferências Financeiras Concedidas	BF01	25.090.313	22.383.786
Pagamentos Extraorçamentários	BF02	36.078.894	16.146.346
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	BF03	10.251.208	8.165.792
Total		104.312.033	75.230.795

Fonte: SEFAZ/CECOG

3.2 Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período, quer como administrador de valores de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende os restos a pagar (excluídos os serviços da dívida), os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Na tabela a seguir, apresenta-se o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante do Estado do Ceará.

Tabela 74 - Demonstrativo da Dívida Flutuante – Consolidada

(R\$ milhares)

Título	NE	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
			Inscrição	Baixa	
Restos a Pagar Não Processados					
1º Exercício Anterior		1.177.831	0	1.007.478	170.352
2º Exercício Anterior		73.152	0	73.152	0
Deste Exercício		0	1.806.425	0	1.806.425
Subtotal	DF01	1.250.983	1.806.425	1.080.631	1.976.777
Restos a Pagar Processados					
1º Exercício Anterior		213.528	0	211.690	1.838
2º Exercício Anterior		6.043	0	6.043	0
Deste Exercício	DF03	0	253.446	0	253.446
Subtotal	DF01	219.572	253.446	217.734	255.284
Depósito de Diversas Origens	DF02	1.526.800	34.628.561	34.630.386	1.524.976
Subtotal		1.526.800	34.628.561	34.630.386	1.524.976
Total:		2.997.355	36.688.432	35.928.750	3.757.037

Fonte: SEFAZ/CECOG

3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa apurada em 2021 foi positiva em quase R\$ 2,1 bilhões. O fluxo que mais contribuiu para este resultado positivo foi o das atividades operacionais que apresentou um resultado de R\$ 4,7 bilhões. Entretanto, o fluxo das atividades de investimento gerou um resultado negativo de R\$ 2,8 bilhões. Já a variação do Caixa e Equivalente de Caixa do período foi positiva em R\$ 2 bilhões. A diferença entre a geração líquida de caixa e a variação de caixa do período é explicada pelo campo “conciliação contábil-financeira”, detalhado pela nota explicativa [DFC03](#).

Na tabela a seguir, apresenta-se o demonstrativo resumido da Demonstração dos Fluxos de Caixa do Estado do Ceará.

Tabela 75 - Resumo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados

		(R\$ milhares)	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	NE	Exercícios	
		2021	2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Ingressos	DFC01	70.835.614	64.323.569
- Receitas Derivadas e Originárias		21.391.122	18.017.947
- Transferências Recebidas		36.440.763	32.902.158
- Outros Ingressos Operacionais	DFC02	13.003.729	13.403.465
Desembolsos	DFC01	66.117.637	60.519.670
- Pessoal e Demais Despesas		20.463.070	18.907.049
- Juros e Encargos da Dívida		516.363	434.543
- Transferências Concedidas		32.014.173	27.992.706
- Outros Desembolsos Operacionais	DFC02	13.124.031	13.185.373
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)		4.717.977	3.803.899
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Ingressos	DFC01	47.865	3.867
- Alienação de Bens		47.232	1.129
- Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		323	202
- Outros Ingressos de Investimentos		310	2.536
Desembolsos	DFC01	2.905.150	2.141.357
- Aquisição de Ativo não Circulante		1.973.173	1.535.683
- Concessão de Empréstimos e Financiamentos		82.114	6.831
- Outros Desembolsos de Investimento		849.863	598.844
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		-2.857.285	-2.137.490
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Ingressos	DFC01	1.406.915	1.464.765
- Operações de Crédito		1.406.915	1.464.765
Desembolsos	DFC01	1.209.945	1.035.535
- Amortização/Refinanciamento da Dívida		1.188.667	1.013.779
- Outros Desembolsos de Financiamentos		21.278	21.756
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		196.970	429.230
Apuração do Fluxo de Caixa do Período			
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)		2.057.661	2.095.639
- Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		8.129.160	6.032.317
- Caixa e Equivalente de Caixa Final		10.172.191	8.129.160
Variação do Caixa e Equivalente de Caixa do Período		2.043.031	2.096.843
Conciliação Contábil-Financeira (IV - V - VI + VII)	DFC03	14.630	-1.204
- Saídas de Caixa a Regularizar (IV)		71.578	27.890
- Saídas de Caixa Regularizadas (V)		49.865	28.571
- Entradas de Caixa a Regularizar (VI)		19.682.712	12.460
- Entradas de Caixas Regularizadas (VII)		19.675.629	11.937
Variação do Caixa e Equivalente de Caixa Ajustado		2.057.661	2.095.639

Fonte: SEFAZ/CECOG

4. GESTÃO PATRIMONIAL

4.1 Balanço Patrimonial Consolidado

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

- Ativo - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- Passivo - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- Patrimônio Líquido - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- estiverem disponíveis para realização imediata; e
- tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes. Assim, o Ativo Não Circulante compreende: ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 8ª edição (STN, 2018), o Balanço Patrimonial é composto por:

- Demonstrativo Principal;
- Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Demonstrativo das Contas de Compensação (controle); e
- Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro.

Tabela 76 - Demonstrativo do Balanco Patrimonial Consolidado

(R\$ milhares)

Ativo	NE	Exercícios	
		2021	2020
Ativo Circulante		24.667.504	23.407.822
Caixa e Equivalentes de Caixa		10.172.191	8.129.160
Créditos a Curto Prazo	BP02 BP03 BP04	13.515.680	14.041.086
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	BP03 BP05 BP06 BP07	347.704	328.210
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	BP08	16.674	83.845
Estoques		583.410	778.756
VPD Pagas Antecipadamente	BP09	31.845	46.765
Ativo Não Circulante		42.799.028	40.271.026
Ativo Realizável a Longo Prazo	BP03 BP04 BP08 BP10	11.573.678,07	10.811.798
Investimentos	BP11	4.804.428,86	4.621.596
Imobilizado	BP12	26.167.616,34	24.618.485
Intangível		253.304,54	219.148
Total do Ativo		67.466.532	63.678.848
Passivo	NE	Exercícios	
		2021	2020
Passivo Circulante		3.476.944	3.212.590
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	BP13	161.216	109.847
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	BP14	1.498.861	1.336.526
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	BP15	194.710	146.107
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		106	3.945
Obrigações de Repartição a Outros Entes		90.838	76.878
Demais Obrigações a Curto Prazo	BP16	1.531.213	1.539.286
Passivo Não-Circulante		19.230.129	18.016.476
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		20.824	32.729
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		16.607.081	15.632.336
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		475.060	393.153
Provisões a Longo Prazo	BP17	1.480.030	1.314.463
Demais Obrigações a Longo Prazo		647.134	643.795
Total do Passivo		22.707.073	21.229.066
Patrimônio Líquido	NE	Exercícios	
		2021	2020
Resultados Acumulados	BP18	44.759.459	42.449.782
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		67.466.532	63.678.848
Título	NE	Exercícios	
		2021	2020
Ativo Financeiro		10.594.787	8.505.814
Ativo Permanente		56.871.745	55.173.034
Passivo Financeiro		3.757.037	2.997.355
Passivo Permanente		20.926.720	19.482.531
Saldo Patrimonial		42.782.775	41.198.963

Fonte: Sefaz/S2GPR

4.2 Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, “a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

A apuração do resultado patrimonial do período é realizada pelo confronto das contas de Variação Patrimonial Aumentativa - VPA e Variação Patrimonial Diminutiva - VPD. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Tabela 77 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais

(R\$ milhares)			
Variações Patrimoniais Quantitativas	NE	Exercícios	
		2021	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas		78.486.826	62.249.731
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		21.511.981	18.027.965
Contribuições		2.628.859	2.292.628
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		386.701	320.696
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		2.018.206	4.693.816
Transferências e Delegações Recebidas		38.467.586	34.301.650
Valorização e Ganhos com Ativos	DV02	920.547	511.191
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	DV03	12.552.947	2.101.785
Variações Patrimoniais Diminutivas		76.834.993	64.657.860
Pessoal e Encargos		10.043.003	9.517.773
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		3.826.666	3.729.537
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		6.409.653	5.039.345
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		2.909.026	6.827.831
Transferências e Delegações Concedidas		37.139.369	31.685.960
Desvalorização e Perda de Ativos	DV02	3.541.077	5.882.150
Tributárias		243.126	205.721
Custo das Mercadorias Vendidas e serviços Prestados		1.925	697
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	DV04	12.721.149	1.768.846
Resultado Patrimonial do Período		1.651.833	-2.408.129

Fonte: SEFAZ/CECOG

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais, do exercício, demonstra um total de variações patrimoniais aumentativas de R\$ 78,5 bilhões e um total de variações patrimoniais diminutivas, contabilizadas em R\$ 76,8 bilhões, portanto, o resultado patrimonial do exercício foi superavitário em R\$ 1,6 bilhões.

5. GESTÃO FISCAL

5.1 Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu artigo 52 a emissão bimestral do relatório do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - e em seu art. 54 a emissão quadrimestral do Relatório de Gestão Fiscal - RGF - de forma que a sociedade e os órgãos de controle possam acompanhar a gestão das finanças públicas do Ente Público.

O RREO contempla principalmente informações de receitas e despesas orçamentárias, execução de restos a pagar, resultado primário nominal, parcerias público-privadas e projeção atuarial dos regimes previdenciários. Os relatórios que compõem o RREO estão listados abaixo:

- Anexo1-Balanco Orçamentário
- Anexo 2-Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
- Anexo 3-Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
- Anexo 4-Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos
- Anexo 6-Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal
- Anexo7-Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
- Anexo8-Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
- Anexo 9-Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
- Anexo 10- Demonstrativo da Projeção Atuarial
- Anexo 11-Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
- Anexo 12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
- Anexo13-Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
- Anexo 14-Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

O RGF monitora a situação fiscal do Ente sob o enfoque de direitos (disponibilidade de caixa e haveres financeiros líquidos e certos), obrigações assumidas e o nível de comprometimento da Receita Corrente Líquida com despesa de pessoal. Os relatórios que compõem o RGF são:

- Anexo 1-Demonstrativo da Despesa com Pessoal
- Anexo 2-Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
- Anexo 3- Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
- Anexo 4-Demonstrativo das Operações de Crédito
- Anexo 5-Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar
- Anexo 6-Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

A seguir faremos a análise dos principais indicadores da gestão orçamentária e fiscal do Estado do Ceará no exercício de 2021.

5.2 Relatório Resumido da Execução Orçamentária

5.2.1 Resultado Primário Nominal

A fim de garantir a estabilidade nas contas públicas, a LRF impôs o estabelecimento de metas de resultado primário e nominal a serem alcançadas.

O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas não-financeiras do governo. Basicamente exclui receitas e despesas com juros e operações financeiras. Para se chegar ao resultado nominal soma-se ao resultado primário o saldo da conta de juros (recebidos menos os pagos).

A tabela abaixo – previsão retirada da Lei orçamentária para o exercício de 2021 - traz as metas de resultado primário e nominal pelo critério “acima da linha” para o exercício de 2021 em comparação com a realização.

Tabela 78 - Demonstrativo Comparativo da Previsão de Metas Fiscais com a Realização, de Acordo os Arts.4º, § 1º e Art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal

(R\$ milhares)			
Especificação	Previsão (A)	Realização (B)	%(B)/(A)
1. Receita Total	28.848.257	32.479.046	1,13
1.1. Receitas Correntes (I)	26.219.401	30.834.937	1,18
1.1.1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.889.949	17.048.213	1,14
1.1.2. Receita de Contribuição	1.022.643	1.163.672	1,14
1.1.3. Receita Patrimonial	279.600	477.513	1,71
1.1.3.1. Aplicações Financeiras (II)	247.058	370.990	1,50
1.1.3.2. Outras Receitas Patrimoniais	32.542	106.523	3,27
1.1.4. Transferências Correntes	9.120.723	11.161.122	1,22
1.1.5. Demais Receitas Correntes	906.486	984.418	1,09
1.1.5.1 Outras Receitas Financeiras (III)	24.810	81.638	3,29
1.1.5.2. Receitas Correntes Restantes	881.676	902.779	1,02
Receitas Primárias Correntes (IV) = (I-II-III)	25.947.533	30.382.309	1,17
1.2. Receitas de Capital (V)	2.628.856	1.644.109	0,63
1.2.1. Operações de Crédito (VI)	1.594.377	1.406.915	0,88
1.2.2. Amortização de Empréstimos (VII)	0	323	-
1.2.3. Alienação de Bens	36	47.232	1.312
1.2.3.1. Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0	0	-
1.2.3.2. Receitas de alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0	0	-

1.2.3.3. Outras Alienações de Bens	36	47.232	1,312
1.2.4. Transferência de Capital	1.034.443	189.328	0,18
1.2.4.1. Convênios	1.034.443	147.051	0,14
1.2.4.2. Outras Transferências de Capital	0	42.277	-
1.2.5. Outras Receitas de Capital	0	310	-
1.2.5.1. Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0	0	-
1.2.5.2. Outras Receitas de Capital Primárias	0	310	-
Receitas Primárias de Capital (XI) = (V-VI-VII-VIII-IX-X)	1.034.479	236.870	0,23
Receita Primária Total (XII) = (IV+XI)	26.982.012	30.619.179	1,13
2. Despesa Total	28.685.022	29.145.724	1,02
2.1. Despesas Correntes (XIII)	24.296.670	25.350.805	1,04
2.1.1. Pessoal e Encargos Sociais	12.748.906	12.342.332	0,97
2.1.2. Juros e Encargos da Dívida (XIV)	594.875	516.363	0,87
2.1.3. Outras Despesas Correntes	10.952.889	12.492.110	1,14
2.1.3.1. Transferências Constitucionais e Legais	3.869.778	4.394.692	1,14
2.1.3.2. Demais Despesas Correntes	7.083.111	8.097.418	1,14
Despesas Primárias Correntes (XV) = (XIII-XIV)	23.701.795	24.834.442	1,05
2.2. Despesas de Capital (XVI)	4.388.352	3.794.919	0,86
2.2.1. Investimentos	2.925.601	2.277.401	0,78
2.2.1.1. Programa de Infraestrutura (XVII)	1.097.963	213.578	0,19
2.2.2. Inversões Financeiras	165.716	307.573	1,86
2.2.2.1. Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVIII)	21.170	81.672	3,86
2.2.2.2. Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIX)	0	0	-
2.2.2.3. Aquisição de Título de Crédito (XX)	0	0	-
2.2.2.4. Demais Inversões Financeiras	144.546	225.901	1,56
2.2.3. Amortização da Dívida (XXI)	1.297.035	1.209.945	0,93
Despesas Primárias de Capital (XXII) = (XVI-XVII-XVIII-XIX-XX-XXI)	1.972.184	2.289.724	1,16
Reserva de Contingência (XXIII)	163.235	0	0,00
Despesa Primária Total (XXIV) = (XV+XXII+XXIII-XXIV)	25.837.214	27.124.166	1,05
Restos a Pagar Pagos (XXV)	652.100	1.091.705	1,67
Restos a Pagar de Programa de Infraestrutura pagos (XXVI)	0	251.772	-
Resultado Primário - Acima da Linha (XXVII) = ((XII)-(XXV+XXVI)+XXVI)	492.698	2.655.080	5,39
JUROS NOMINAIS			
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXVIII)	247.058	370.990	1,50
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXIX)	594.875	539.763	0,91
Resultado Nominal - Acima da Linha (XXX) = XXVII+(XXVIII-XXIX)	144.881	2.486.307	17,16

Fonte: SEFAZ/CECOG

Notas: 1) Excluídas as estatais: ADECE, CAGECE, COGERH, CEGÁS, CEARÁPORTOS, METROFOR, CEASA;

2) Deduzidas as despesas com programas de infraestrutura;

3) Excluídas as concessões de empréstimos do grupo "Inversões Financeiras";

4) Despesa pelo valor pago do exercício;

5) Valores de restos a pagar destacados nas respectivas linhas;

- 6) No modelo de demonstrativo do MDF, a linha Receitas Correntes Restantes, agrega saldo de Receitas de Serviços e Outras Receitas Correntes;
7) A "Previsão" foi extraída do Demonstrativo da LOA 2021.

De acordo com o inciso I do artigo 4º da IN - 01/2000 - TCE, a tabela anterior demonstra o resultado das Metas Fiscais de Resultado Primário e Nominal, para 2021, projetadas na Lei Orçamentária anual, Lei nº 17.364, de 23 de dezembro de 2020, alterada pela Lei nº 17.820, de 10 de dezembro de 2021 e pela Lei nº 17.854, de 27 de dezembro de 2021.

A meta de Resultado Primário pelo critério "acima da linha" fixada na LDO para o exercício de 2021 foi de R\$ 491,590 milhões. A tabela acima, previsão reproduzida a partir da Lei Orçamentária anual, apresenta meta de resultado primário de R\$ 492,698 milhões. Considerando a despesa orçamentária paga e pagamento dos Restos a Pagar Processados e não Processados liquidados pagos, conforme o Anexo de Metas Fiscais da LDO, o tesouro obteve um superávit primário de R\$ 2.655,080 milhões, superior à meta mencionada anteriormente (R\$ 491,590 milhões). Não houve alteração de meta de resultado primário e nominal para o exercício de 2021.

O Resultado Nominal do Estado do Ceará, em 2021, pelo critério acima da linha, apresentou um valor positivo de R\$ 2.486,307 milhões, de acordo com os critérios estabelecidos no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), à exceção da exclusão dos gastos de infraestrutura, nos termos do Art. 19, § 2º, da Lei nº 17.278 de 11 de setembro de 2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A compatibilidade nas apurações dos critérios estabelecidos no MDF e LOA, com destaque dos Programas de Infraestrutura, podem ser comparados pelas tabelas abaixo:

Tabela 79 - Comparação de Resultado Primário Exercício 2021 - Critério LDO x MDF

(R\$ milhares)

Meta	Realização	Metodologias - Resultado Primário
491.590	2.655.080	Valores conforme critério estabelecido na LDO - com exclusão de Programas de Infraestrutura - no valor previsto de R\$ 1.167.986.
-676.936	2.189.730	Valores apurado conforme critérios MDF, sem exclusão dos Programas de Infraestrutura, com valor realizado de R\$ 465.350 no exercício.

FONTE: SEFAZ/CECOG

Cabe ressaltar que a metodologia de apuração do resultado primário com a exclusão dos programas de infraestrutura foi considerada regular pelo Tribunal de Contas do Estado por meio do acórdão 0085/2016.

Tabela 80 - Comparação de Resultado Nominal Exercício 2021 - Critério LDO x MDF

(R\$ milhares)

Meta	Realização	Metodologia Resultado Nominal
143.744	2.486.307	Valores conforme critério estabelecido na LDO - com exclusão de Programas de Infraestrutura - no valor previsto de R\$ 1.167.986.
-1.024.242	2.020.957	Valores apurado conforme critérios MDF, sem exclusão dos Programas de Infraestrutura, com valor realizado de R\$ 465.350 no exercício.

Fonte: SEFAZ/CECOG

O Resultado Nominal no conceito “acima da linha” é obtido adicionando-se a conta de juros ao resultado primário. A tabela acima apresenta o resultado nominal pelo critério LDO e pelo critério MDF - sem a exclusão dos programas de infraestrutura.

A tabela a seguir mostra o comportamento do resultado nominal nos quatro últimos exercícios financeiros. O exercício de 2018 foi escolhido como marco inicial devido a mudança na estrutura do demonstrativo implementada na oitava edição do MDF que inovou ao trazer o cálculo “acima da linha” e “abaixo da linha” no mesmo demonstrativo e fazer a compatibilização do resultado abaixo da linha (variação de estoque da dívida) com o resultado acima da linha (receita menos despesa).

Tabela 81 - Evolução do Resultado Nominal – “Acima da Linha”

(R\$ milhares)

Resultado Nominal	2018	2019	2020	2021
(A) Metas Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LOA	-3.164.747	-2.718.668	267.802	143.744
(B) Resultado Nominal Apurado	215.362	1.662.871	2.001.871	2.486.307

Fonte: SEFAZ/CECOG

5.2.2 Receita Corrente Líquida

A receita Corrente Líquida – RCL - é parâmetro para aferição de vários limites da LRF, tais limite de despesas derivadas das parcerias público-privada, limite das operações de crédito, montante da dívida consolidada líquida, serviços da dívida pública e gasto de pessoal. Já para aferição de gastos com saúde e educação o parâmetro de aferição é a RLIT – Receita Líquida de Impostos e Transferências.

A RCL, no valor de R\$ 25.170.813.561,04 foi apurada somando-se as receitas arrecadadas, com as devidas deduções, no mês de referência (dezembro) e nos 11 meses anteriores. Já a RCL ajustada no valor de R\$ 25.168.983.575,04 para cálculo dos limites de endividamento foi calculada conforme cálculo supramencionado, sendo deduzido as Transferências obrigatórias da união relativas às emendas de bancadas (art. 166, parágrafo 16, da CF). A RCL para fins de cálculo de limite de despesa com pessoal foi de R\$ 25.061.058.356,04, deduzindo as Transferências obrigatórias da união relativas às emendas de individuais (art. 166-A, parágrafo 1º, da CF).

A seguir a tabela de RCL do exercício de 2021:

Tabela 82 - Receita Corrente Líquida

RREO - ANEXO 3 (LRF, art.53, Inciso I)

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	
	JAN/21	FEV/21	MAR/21	ABR/21	MAI/21	JUN/21	JUL/21	AGO/21	SET/21	OUT/21	NOV/21	DEZ/21		
I - RECEITAS CORRENTES	3.113.951.758,02	2.861.372.270,02	2.576.600.237,55	2.569.565.992,01	2.747.420.692,98	2.719.543.447,78	2.710.732.431,92	3.124.986.517,89	2.880.247.067,26	2.828.264.562,54	3.157.815.348,05	3.931.116.099,16	35.221.616.425,18	32.388.349.686,59
Impostos, Taxas e Contrib.de Melhoria	1.822.172.843,29	1.515.912.076,98	1.496.103.062,17	1.399.390.293,80	1.368.690.852,28	1.553.699.873,29	1.605.821.052,89	1.706.969.261,56	1.714.111.726,01	1.625.311.807,10	1.757.655.925,39	2.068.173.349,60	19.634.012.124,36	18.602.958.128,61
ICMS	1.348.060.535,23	1.213.027.041,81	1.215.355.865,44	1.110.558.415,81	1.063.355.264,98	1.253.421.955,66	1.369.157.891,51	1.484.850.814,32	1.503.589.319,51	1.424.635.430,89	1.553.530.091,35	1.691.677.193,66	16.231.219.820,17	15.320.037.156,10
IPVA	312.529.308,74	150.035.768,99	127.151.335,17	129.339.292,57	131.557.020,39	120.379.564,70	49.890.132,53	40.488.326,04	32.129.291,31	25.669.819,88	22.490.946,76	36.309.826,29	1.177.970.633,37	1.152.829.254,00
ITCD	5.502.443,21	6.822.310,70	5.688.466,52	5.573.980,57	6.877.634,32	7.526.442,31	8.220.855,73	7.671.144,64	10.117.021,39	8.286.770,50	8.137.678,48	15.259.196,91	95.683.945,28	64.368.966,00
IRRF	96.538.127,11	93.256.989,69	98.991.599,06	98.036.230,72	98.673.520,43	100.728.312,81	105.227.315,81	99.418.768,15	99.970.617,15	102.366.164,79	104.233.986,64	218.825.272,34	1.316.266.904,70	1.357.387.274,00
Outros Impostos, Taxas e Contrib.de Melhoria	59.542.429,00	52.769.965,79	48.915.795,98	55.882.374,13	68.227.412,16	71.643.597,81	73.324.857,31	74.540.208,41	68.305.476,65	64.353.621,04	69.263.222,16	106.101.860,40	812.870.820,84	708.335.478,51
Receita de Contribuições	77.742.239,01	83.055.264,37	74.949.548,19	88.220.795,93	83.316.133,45	83.016.779,56	84.043.181,51	82.882.447,72	83.347.022,55	85.573.138,70	84.760.349,98	252.765.011,03	1.163.671.912,00	1.022.643.416,00
Receita Patrimonial	10.413.989,23	11.113.388,26	18.313.605,88	54.979.088,61	46.306.504,19	27.002.930,20	33.345.015,20	46.368.879,83	45.573.880,63	50.256.295,90	41.487.319,97	92.351.823,95	477.512.721,85	282.649.236,61
Rendimentos de Aplicação Financeira	8.651.899,49	9.718.804,51	16.480.293,37	25.410.201,64	26.245.843,08	25.285.277,98	31.646.728,12	43.181.486,03	43.932.599,35	46.550.058,49	39.823.656,44	54.063.011,14	370.989.859,64	232.934.077,51
Outras Receitas Patrimoniais	1.762.089,74	1.394.583,75	1.833.312,51	29.568.886,97	20.060.661,11	1.717.652,22	1.698.287,08	3.187.393,80	1.641.281,28	3.706.237,41	1.663.663,53	38.288.812,81	106.522.862,21	49.715.159,10
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	14.853.419,79	17.278.889,78	18.728.541,56	21.896.421,97	19.267.795,97	21.914.544,75	23.932.782,84	22.585.368,28	28.837.608,28	23.030.154,32	23.489.957,44	41.187.510,87	277.002.995,85	263.776.266,02
Transferências Correntes	1.144.031.716,03	1.195.527.330,41	929.149.944,47	960.995.055,81	1.189.740.787,29	987.532.391,71	905.552.363,00	1.209.579.765,39	955.878.789,37	991.043.375,78	1.191.642.490,28	1.301.328.016,35	12.962.002.025,89	11.572.716.155,35
Cota-Parte do FPE	754.156.383,44	960.294.817,04	651.618.841,69	681.217.800,83	824.023.897,38	705.313.417,72	608.266.129,98	756.544.853,25	598.276.010,42	667.724.757,02	855.781.253,21	890.351.294,08	8.953.569.456,06	7.643.119.339,00
Transferências da L.C. 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da L.C. 61/1989	5.933.868,86	4.853.911,43	5.763.654,95	5.780.677,14	5.587.352,00	5.125.368,92	5.919.803,48	4.978.052,39	5.923.085,31	6.096.725,26	5.840.573,67	5.971.130,72	67.774.204,13	72.287.963,00

Balço Geral
do Estado do Ceará
2021

													2.385.905.405,67	2.279.941.823,52
Transferências do FUNDEB	235.149.939,65	144.494.229,21	162.727.628,06	184.458.568,41	251.113.849,39	166.483.165,30	172.005.065,08	191.625.414,59	202.489.011,26	201.069.153,68	225.525.468,32	248.763.912,72		
Outras Transferências Correntes	148.791.524,08	85.884.372,73	109.039.819,77	89.538.009,43	109.015.688,52	110.610.439,77	119.361.364,46	256.431.445,16	149.190.682,38	116.152.739,82	104.495.195,08	156.241.678,83	1.554.752.960,03	1.577.367.029,83
Outras Receitas Correntes	44.737.550,67	38.485.320,22	39.355.535,28	44.084.335,89	40.098.619,80	46.376.928,27	58.038.036,48	56.600.795,11	52.498.040,42	53.049.790,74	58.779.304,99	175.310.387,36	707.414.645,23	643.606.484,00
II - DEDUÇÕES	957.594.675,61	756.794.714,14	804.462.554,12	651.831.032,40	759.759.162,48	752.996.636,16	771.768.164,04	831.028.422,88	835.413.972,30	812.916.320,40	763.560.760,41	1.352.676.448,20	10.050.802.864,14	9.227.157.201,00
Transferências Constitucionais e Legais	513.886.731,71	334.410.948,94	340.363.218,33	261.952.504,61	336.521.500,14	344.867.140,85	351.530.012,37	352.044.326,68	393.570.781,53	354.893.713,03	248.590.615,58	638.528.590,73	4.471.160.084,50	4.501.361.270,00
Contrib.do Serv. p/o Plano de Previdência	77.742.239,01	83.055.264,37	74.949.548,19	88.220.795,93	83.316.133,45	83.016.779,56	84.043.181,51	82.882.447,72	83.347.022,55	85.573.138,70	84.760.349,98	252.765.011,03	1.163.671.912,00	1.022.643.416,00
Compens.Financ. entre Reg.Previdência	0,00	2.077.465,77	2.615.193,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.599.170,05	29.291.828,92	73.889.156,00
Ded.de Rec.para a formação do FUNDEB	365.965.704,89	337.251.035,06	386.534.594,50	301.657.731,86	339.921.528,89	325.112.715,75	336.194.970,16	396.101.648,48	358.496.168,22	372.449.468,67	430.209.794,85	436.783.677,39	4.386.679.038,72	3.629.263.359,00
III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	2.156.357.082,41	2.104.577.555,88	1.772.137.683,43	1.917.734.959,61	1.987.661.530,50	1.966.546.811,62	1.938.964.267,88	2.293.958.095,01	2.044.833.094,96	2.015.348.242,14	2.394.254.587,64	2.578.439.649,96	25.170.813.561,04	23.161.192.485,59
IV (-) Transfs. obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art.166-A, §1º, da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.829.986,00	0,00	0,00	1.829.986,00	0,00
V - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (III - IV)	2.156.357.082,41	2.104.577.555,88	1.772.137.683,43	1.917.734.959,61	1.987.661.530,50	1.966.546.811,62	1.938.964.267,88	2.293.958.095,01	2.044.833.094,96	2.013.518.256,14	2.394.254.587,64	2.578.439.649,96	25.168.983.575,04	23.161.192.485,59
VI (-) Transfs. obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art.166, § 16, da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.096.010,00	0,00	0,00	4.829.209,00	0,00	107.925.219,00	0,00
VII - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V - VI)	2.156.357.082,41	2.104.577.555,88	1.772.137.683,43	1.917.734.959,61	1.987.661.530,50	1.966.546.811,62	1.938.964.267,88	2.190.862.085,01	2.044.833.094,96	2.013.518.256,14	2.389.425.378,64	2.578.439.649,96	25.061.058.356,04	23.161.192.485,59

FONTE: S2GPR; COPAC/CECOG; 31/03/2022 03:05

A RLIT é a soma de todas as receitas de impostos do estado e a cota parte de transferências legais ou constitucionalmente repartidas de impostos da União, deduzidas dos valores transferidos aos municípios e ao FUNDEB. A tabela a seguir mostra a composição da RLIT no exercício de 2021.

Tabela 83 - Composição da RLIT

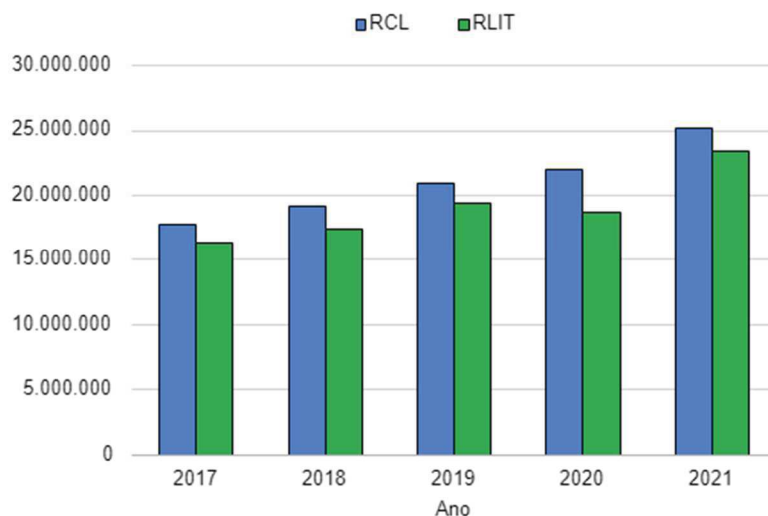
(R\$ milhares)	
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	Valor
Receita de Impostos (I)	18.821.141
ICMS	15.351.903
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS	190.569
Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza	688.748
ITCD	82.447
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITCD	13.237
IPVA	1.098.477
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPVA	79.494
Receita Resultante do IRRF	1.316.266
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)	9.021.359
Cota-Parte FPE	8.953.569
Cota-Parte IPI-Exportação	67.774
ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	0
Cota-Parte IOF-Ouro	16,0
Deduções de Transferências Constitucionais aos Municípios (III)	4.466.323
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios (25%)	3.860.821
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios (50%)	588.557
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios (25%)	16.945
Total da Receita Líquida de Impostos e Transferências (I + II - III)	23.376.177

Fonte: SEFAZ/CECOG

A RLIT do exercício de 2021 para o cálculo com educação totalizou R\$23.376.177.257,95, enquanto para o gasto com saúde foi de R\$ 23.376.161.236,51. A seguir temos um gráfico com a evolução da RCL e RLIT dos cinco últimos exercícios em valores nominais.

É importante mencionar, que existe uma diferença de R\$ 16.021,44 entre a RLIT para o cálculo da educação e a RLIT para o cálculo do gasto com saúde. Essa diferença é referente a transferência da união da cota-parte IOF-Ouro que entra na RLIT para o cálculo do gasto com educação, mas não entra na RLIT para o cálculo com saúde

Gráfico 34 - Evolução da RCL e RLIT



FONTE: SEFAZ/CECOG

5.2.3 Gasto com Educação

O Estado do Ceará teve um dispêndio com educação, no exercício atual, no montante de R\$ 7.150.108.445,07, sendo que deste total R\$ 4.441.801.852,89 foram executados na função educação e R\$ 2.708.306.592,18 foram perdas líquidas com transferências ao FUNDEB.

A composição dos dispêndios com educação está detalhada na tabela abaixo:

Tabela 84 - Dispêndios com Educação

(R\$ milhares)	
Especificação	Valor
(A) Total da Despesa na Função Educação	4.441.802
(B) Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	2.708.307
(C) Total das Despesas com Educação (C) = (A)+(B)	7.150.108
Deduções	
Despesas Custeadas com a Complementação da União	684.755
Despesas Custeadas com o Superávit do FUNDEB do Exercício Anterior	0
Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos do Exercício Anterior	1.990
Despesas Custeadas com Recursos Ordinários para Projetos Prioritários	139.072
Despesas da Subfunção Infra Estrutura Urbana	6.757
Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para o Financiamento do Ensino	198.922
Cancelamento no Exercício de Restos a Pagar	7.123
Itens Excluídos segundo Acórdão TCE nº 546 e por analogia com os acórdãos do TCE	17.037
(D) Total das Deduções	1.055.656
Total das Despesas para Fins de Limite (E) = (C)-(D)	6.094.452

Fonte: SEFAZ/CECOG

Do valor executado orçamentariamente na função educação, R\$1.055.656.049,89 não foram considerados no cálculo do índice constitucional de aplicação mínima. Mesmo com as exclusões o estado atingiu o índice de 26,07 % da RLIT, superando o percentual mínimo em R\$ 250.408.080,69. O percentual mínimo obrigatório é 25%, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. A despesa executada orçamentariamente por Grupo de Despesa no exercício de 2021 está detalhada na tabela abaixo:

Tabela 85 - Despesa Empenhada em Educação por Grupo de Despesa

(R\$ milhares)

Grupo de Despesa	Valor
Pessoal e Encargos Sociais	2.578.835
Outras Despesas Correntes	1.150.209
Investimentos	712.758
Total	4.441.802

Fonte: SEFAZ/CECOG

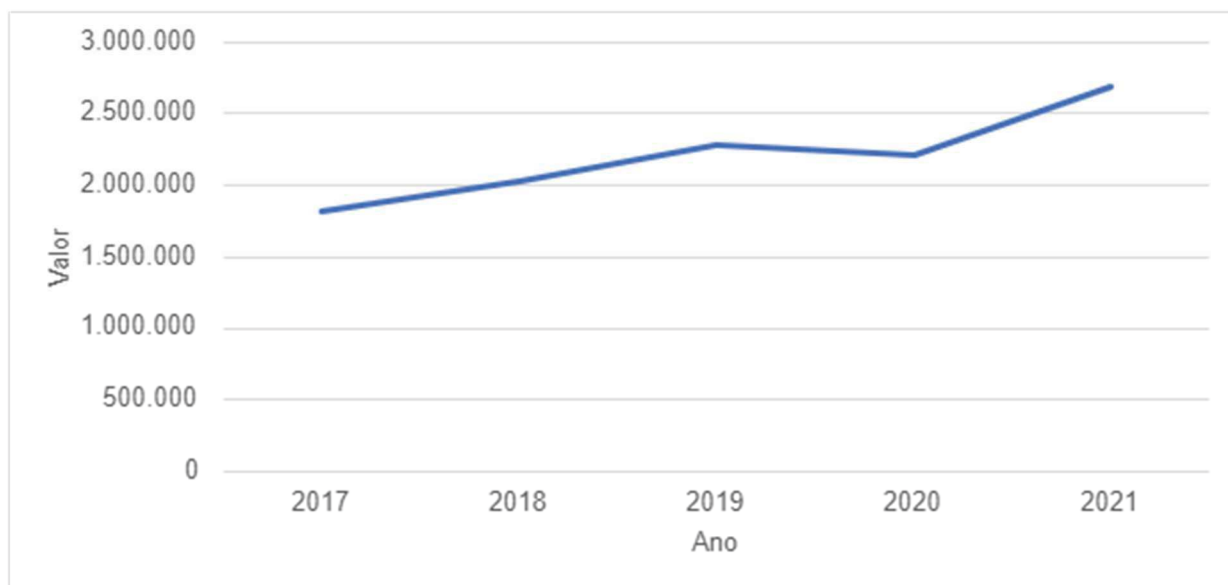
Vale ressaltar que a perda com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é considerada no cálculo da Educação.

O FUNDEB é formado pelos percentuais de receitas de impostos dos estados e de todos os municípios do estado, compondo o montante total de recursos do FUNDEB em nível estadual. Esse montante é dividido entre o estado e seus municípios, na proporção do número de alunos matriculados na educação básica da rede pública (regular, especial, educação de jovens e adultos, integral, indígena e quilombola), considerando-se os âmbitos de atuação prioritárias dos estados e municípios. Os estados atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio, e os municípios terão atuação prioritária no ensino fundamental e na educação infantil.

Nessa divisão, verifica-se o atendimento da parcela mínima de recursos por aluno. Quando não atendido esse mínimo, há uma complementação de recursos por parte da União. O estado do Ceará, sem considerar os recursos complementados aos municípios, recebeu o montante de R\$ 682.233.131,49 a título de complementação ao FUNDEB.

No gráfico abaixo compomos a evolução da perda do FUNDEB, diferença entre o que estado aporta e o valor que recebe. O valor da “perda” é distribuído aos municípios do Estado do Ceará.

Gráfico 35 - Evolução da Perda com o FUNDEB



FONTE: SEFAZ/CECOG

Tabela 86 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (Art.212 da Constituição Federal) - RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

(R\$ em milhares)		
Descrição	Previsão Atualizada (A)	Receitas Realizadas (B)
(I) Receita Bruta de Impostos e Transferências	25.610.029,95	27.842.500,99
Impostos (ICMS+ITCD+IPVA+IRRF)	17.894.622,65	18.821.141,30
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (FPE+IPI+LC 87/96+ IOF Ouro)	7.715.407,30	9.021.359,68
	0,00	0,00
(II) Transferências Constitucionais e Legais (25% do ICMS+ 50% do IPVA+ 25% do IPI)	4.484.226,25	4.466.323,73
(III) Total da Receita Líquida de Impostos e Transferências	21.125.804	23.376.177
Valor Mínimo a ser aplicado em Educação (25% de III)		5.844.044
Receitas do FUNDEB	Previsão Atualizada (C)	Receitas Realizadas (D)
(IV) Receitas Destinadas ao FUNDEB	3.953.683	4.411.979
20% (ICMS+IPVA+IPI- Transferências Constitucionais)	2.412.186	2.602.128
20% (ITCD+FPE+LC 87/96)	1.541.498	1.809.851
(V) Receitas Recebidas do FUNDEB	2.287.942	2.413.242
Transferências de Recursos do FUNDEB	1.663.554	1.703.672
Complementação da União ao FUNDEB	616.388	682.233
Receita de Restituições ao FUNDEB	0	5
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	8.000	27.331
(VI) Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	-2.290.129	-2.708.307
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	Dotação Atualizada (F)	Despesas Empenhadas (F)
(VII) Pagamento de Profissionais do Magistério	1.814.641	1.705.843
Com Ensino Fundamental	210.000	196.534
Com Ensino Médio	1.604.641	1.509.309
(VIII) Outras Despesas	549.495	544.037
Com Ensino Fundamental	14.923	11.969
Com Ensino Médio	534.572	532.068
(IX) Total das Despesas do FUNDEB (VII+VIII)	2.364.137	2.249.881
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO		Despesas Empenhadas (G)
(X) Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica		1.701.474
(XI) Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		1.562.756
(XII) Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF		610.930
(XIII) Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT		0
(XIV) Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital		0
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal ²	VALOR APLICADO	% APLICADO
Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.701.474.015,37	70,51
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO

		QUADRIMESTRE
		RE
Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	76.195	76.194
Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.369	2.369
Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT)	73.825	73.825
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB	Dotação Atualizada (G)	Despesas Empenhadas (H)
Área de Atuação)		
Educação Infantil	24.542	11.001
Creche	4.525	3.789
Pré-escola	20.017	7.211
Ensino Fundamental	207.259	127.983
Ensino Médio	1.073.089	940.998
Ensino Superior	782.777	746.313
Ensino Profissional Não Integrado ao Ensino Regular	2.210	1.848
(XIV) Total das Despesas com Ações Típicas de MDE	2.089.877	1.828.143
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL		VALOR
TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS)		3.393.269
(-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB		-2.708.307
(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS		0
(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS		0
(-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		7.123
TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE		6.094.452
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL		% APLICADO
APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS		26,07
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB	Salário-Educação
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	139.981	47.033
(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.413.242	79.230
(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.002.632	31.166
(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	550.591	95.097
(+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	17.855	
(-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	568.447	95.097

FONTE: Sistema: S2GPR; Unidade Responsável: COPAC/CECOG; Data e hora de emissão: 31/03/2022 03:28

NOTAS:

1 Se resultado líquido da transferência (8) > 0 = acréscimo resultante das transferências do FUNDEB, se resultado líquido da transferência (8) < 0 = decréscimo resultante das transferências do FUNDEB

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

"3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

"

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Na linha 3.3- PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS, está incluído o valor de R\$ 2.000,02 referente ao valor empenhado no item de despesa 33409200006-TRANSFERÊNCIA DO IPI EXPORTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS.

10 O valor de R\$ 17.855.329,94, na linha 55-AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS), refere-se ao ressarcimento de sequestros judiciais realizado pelo Tesouro Estadual.

11) Itens excluídos segundo ACORDÃO TCE Nº 546 de 2018:

Item Despesa	Valor Empenhado
33903900098- ANUIDADES ASSOCIATIVAS	177
33909300007-DEVOLUÇÕES DE SALDOS DE CONVÊNIOS	68
33903900045-FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	10.794
33903200013-UNIFORMES E FARDAMENTOS ESCOLARES	167
33909300001-INDENIZAÇÕES	303
TOTAL	11.511

12) Itens excluídos por analogia com os Acórdãos do TCE

Item Despesa	Valor Empenhado
33903900042-JUROS	0
33909300002-RESTITUIÇÕES	177
33904700022-MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS FEDERAIS	0
33909300004-RESSARCIMENTOS CONTRATUAIS	333
33919300001-INDENIZAÇÕES	7
33919300099-OUTRAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9
44909300001-INDENIZAÇÕES	5.000
TOTAL	5.527

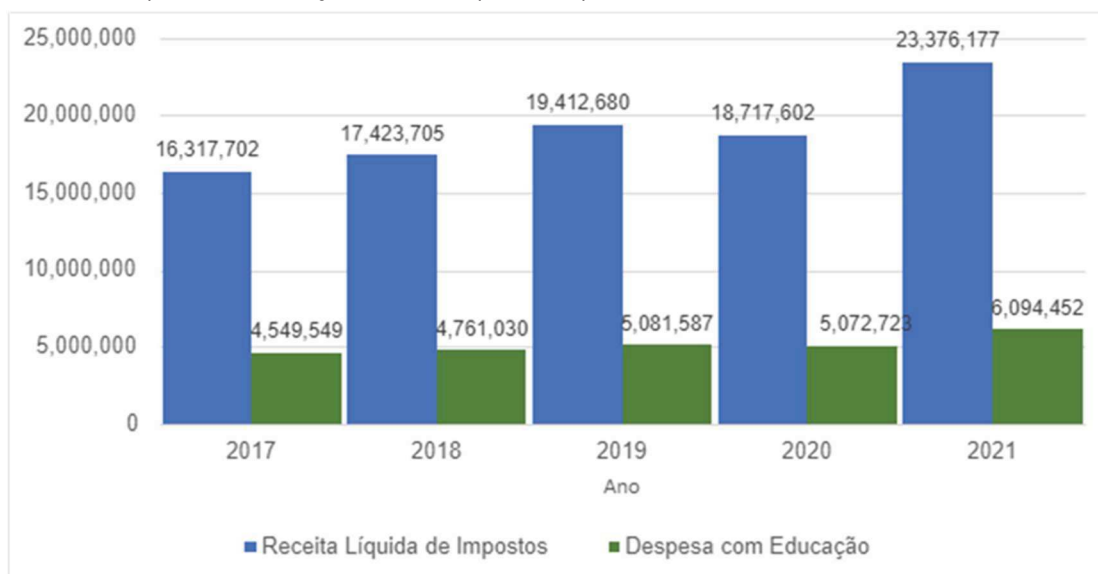
Tabela 87 - Demonstrativo da Despesa com Educaço x Receita Líquida de Impostos

(R\$ milhares)

Ano	Receita Líquida de Impostos	Despesa com Educaço	% Realizaço
2017	16.317.702	4.549.549	27,88
2018	17.423.705	4.761.030	27,33
2019	19.412.680	5.081.587	26,18
2020	18.717.602	5.072.723	27,10
2021	23.376.177	6.094.452	26,07

Fonte: SEFAZ/CECOG

Gráfico 36 - Despesas com Educaço x Receita Líquida de Impostos - 2017 a 2021



FONTE: SEFAZ/CECOG

5.2.4 Gasto com Saúde

O Estado do Ceará aplicou em 2021 mais de 5,1 bilhões de reais na função saúde, sendo que deste montante, foram considerados no cálculo do índice constitucional de aplicação mínima em saúde, o valor de 3,6 bilhões de reais. Mesmo com as exclusões das despesas não consideradas para o cálculo da aplicação mínima, o Estado atingiu o índice de 15,67% da sua RLIT. Portanto, um percentual de 3,67% (860 milhões de reais) acima do mínimo obrigatório de 12%, conforme estabelecido pela Constituição Federal e pela lei complementar nº 141 de 2012. Nas tabelas a seguir serão demonstrados estes valores e percentuais.

Um dos reflexos diretos foi o aumento no gasto de saúde do Estado no exercício de 2021, que atingiu o percentual de 15,28%, menor em relação ao percentual de 2020, que atingiu 16,54% da RLIT - Receita Líquida de Impostos e Transferências, porém continua bem acima do mínimo constitucional de 12%. A diferença de percentual entre o valor aplicado e o mínimo corresponde a um total de R\$ 860.043.973,19, somente de recurso de impostos e transferências que atendem as regras do MDF. Além desses valores também houve aplicações adicionais de recursos de outras fontes que não entram no cálculo do gasto de saúde e de recursos de impostos e transferências que não atendem as regras do MDF, no total de R\$ 1.507.493.889,64. Este valor foi bem superior ao valor de 1.086.557.918,47 não considerado no cálculo do gasto de saúde em 2020, ou seja, R\$ 428.439.124,37 a mais, um incremento de 39,43%.

Tabela 88 - Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35)

(R\$ milhares)		
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor Orçado	Valor Realizado
Receitas Resultantes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	23.976.820	27.842.484
Receita de Impostos (I)	16.275.703	18.821.141
Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS	13.734.846	16.231.220
Impostos sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação - ITCD	64.369	95.684
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	1.119.101	1.177.970
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.357.387	1.316.267
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)	7.701.117	9.021.343
Cota-Parte FPE	7.643.119	8.953.569
Cota-Parte IPI-Exportação	57.998	67.774
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0	0
Deduções de Transferências Constitucionais aos Municípios (III)	3.852.643	4.466.323
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios (25%)	3.278.593	3.860.821
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios (50%)	559.551	588.557
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios (25%)	14.499	16.945
Total das Receitas Resultantes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais - (IV) = (I) + (II) - (III)	20.124.177	23.376.161
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde - Por Subfunção e Categoria Econômica		
Atenção Básica (V)	199.899	196.018
Assistência Hospitalar e Ambulatorial (VI)	2.175.130	3.004.712

Suporte Profilático e Terapêutico (VII)	36.657	36.603
Vigilância Sanitária (VIII)	13	0
Vigilância Epidemiológica (IX)	32.318	38.666
Outras Subfunções (X)	340.566	389.184
Total (XI) = (V + VI + VII + VIII + IX + X)	2.784.583	3.665.183
Apuração do Cumprimento do Limite Mínimo para Aplicação em ASPS		
Valor Aplicado em ASPS (XII)		3.665.183
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XIII) = (IV) x 12% (LC 141/2012)		2.805.139
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XIV) = (XIII- XIV)		860.044
Percentual da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais Aplicado em ASPS (XIII / IV)*100 (mínimo de 12% conforme LC nº141/2012)		15,67
Receitas Adicionais para o Financiamento da Saúde Não Computadas no Cálculo do Mínimo		
Receitas de Transferências para a Saúde (XV)	835.395	1.015.758
Receita de Operações de Crédito Vinculadas à Saúde (XVI)	159.729	58.367
Outras Receitas (XVII)	123.380	146.100
Total de Receitas Adicionais para Financiamento da Saúde (XVIII) = (XV + XVI + XVII)	1.118.504	1.220.225
Despesas com Saúde Não Computadas no Cálculo do Mínimo		
Atenção Básica (XIX)	101.905	90.095
Assistência Hospitalar e Ambulatorial (XX)	967.807	1.212.745
Suporte Profilático e Terapêutico (XXI)	63.491	76.626
Vigilância Sanitária (XXII)	2.017	2.892
Vigilância Epidemiológica (XXIII)	29.650	53.634
Outras Subfunções (XXIV)	65.959	71.501
Total das Despesas Não Computadas no Cálculo do Mínimo (XXV)	1.230.829	1.507.493
Total das Despesas com Saúde (XXVI) = (XI + XXV)	4.015.412	5.172.676
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transf. de recursos de outros entes	981.524	1.231.021
Total das Despesas Executadas com Recursos Próprios (XXVII)	3.033.888	3.941.655

Fonte: SEFAZ/CECOG

Notas:

- 1) No último bimestre o valor considerado é o da despesa empenhada.
- 2) As seguintes despesas são consideradas para o cálculo do limite mínimo em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):
 - As despesas executadas pelo Fundo Estadual de Saúde (FUNDES);
 - As despesas executadas pelos Consórcios Públicos de Saúde.
- 3) O total das despesas com saúde não computados (item XXV) corresponde às seguintes despesas:
 - Despesas dos órgãos: Escola de Saúde Pública, FASSEC e ISSEC;
 - Despesas com fonte de recursos que não seja provenientes de impostos e transferência constitucionais e legais;
 - Itens de despesa excluídos por recomendação do TCE/CE.
- 4) No valor das Transferências a Municípios não estão incluídas as de "Royalties" e da CIDE.

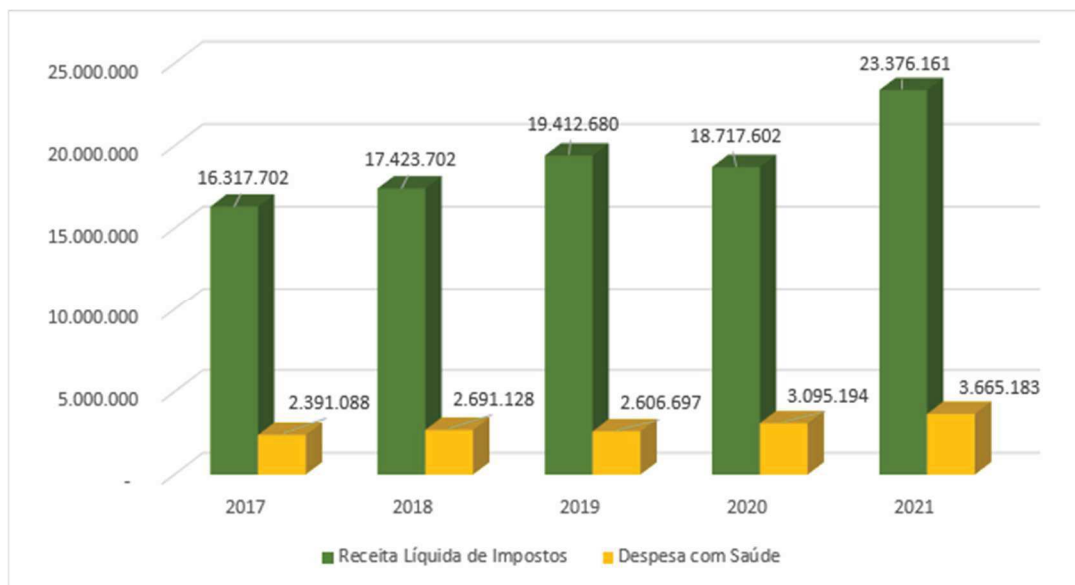
Tabela 89 - Demonstrativo da Despesa com Saúde x Receita Líquida de Impostos - 2017 a 2021

(R\$ milhares)

Ano	Receita Líquida de Impostos	Despesa com Saúde	Realização %
2017	16.317.702	2.391.088	14,65
2018	17.423.702	2.691.128	15,45
2019	19.412.680	2.606.697	13,43
2020	18.717.602	3.095.194	16,54
2021	23.376.161	3.665.183	15,68

Fonte: SEFAZ/CECOG

Gráfico 37 - Despesa com Saúde x Receita Líquida de Impostos



FONTE: SEFAZ/CECOG

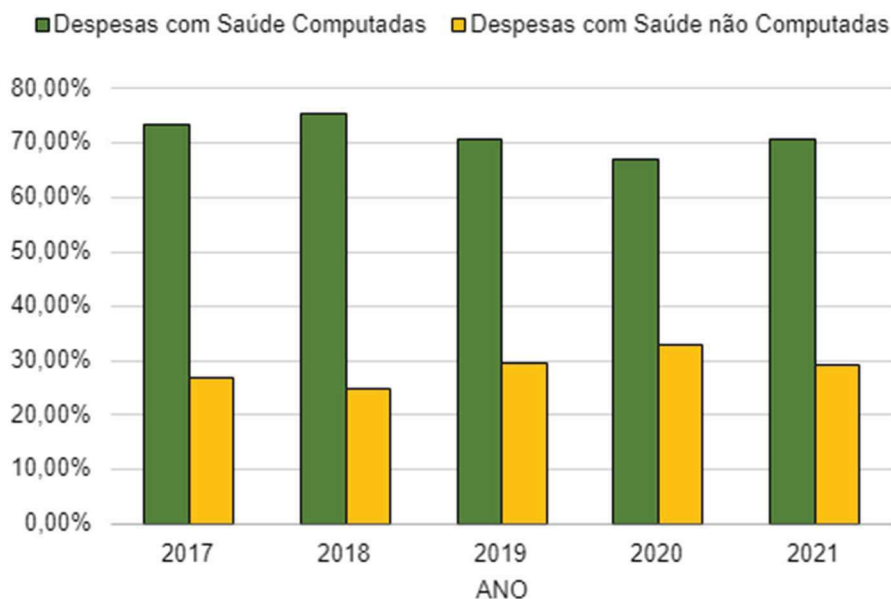
Tabela 90 - Demonstrativo das Despesas com Saúde Total, Computadas e não Computadas

(R\$ milhares)

Ano	Despesa Total com Saúde	Despesas com Saúde Computadas	% do Total	Despesas com Saúde não Computadas	% do Total
2017	3.260.599	2.391.088	73,33	869.511	26,67
2018	3.574.226	2.691.128	75,29	883.099	24,71
2019	3.693.255	2.606.697	70,58	1.086.557	29,42
2020	4.610.191	3.095.194	67,14	1.514.997	32,86
2021	5.172.677	3.665.183	70,86	1.507.493	29,14

Fonte: SEFAZ/CECOG

Gráfico 38 - Evolução Percentual das Despesas com Saúde (Computadas e não Computadas)



FONTE: SEFAZ/CECOG

No exercício atual, as despesas não computadas tiveram a seguinte composição:

Tabela 91 - Despesas Não Computadas

(R\$ milhares)	
Despesas não Computadas	Valor
Despesas Custeadas com Recursos de Outras Fontes	1.379.928
Despesas que não Atendem ao Princípio de Acesso Universal à Saúde	121.091
Despesas Excluídas por Determinação do Tribunal de Contas (TCE-CE)	6.474
Total	1.507.493

Fonte: SEFAZ/CECOG

Parte da despesa em saúde é executada pelos vinte e um (21) Consórcios Públicos de Saúde que o estado participa. Importante mencionar que do total aportado pelo Estado aos Consórcios Públicos de Saúde na fonte de impostos e transferências constitucionais (R\$98.899.354,55), referente às transferências feitas pelo FUNDES na modalidade “transferências a consórcios públicos”, as despesas executadas pelos consórcios públicos foram de R\$ 94.136.705,13, conforme os dados informados pelos respectivos consórcios. A tabela a seguir detalha as despesas executadas de cada consórcio público:

Tabela 92 - Despesas Executadas pelos Consórcios Públicos de Saúde

(R\$ milhares)	
Despesas Executadas pelos Consórcios Públicos de Saúde em ASPS em 2021	Valor
1 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Acaraú	3.902
2 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião da Ibiapaba	3.945
3 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião do Crato	9.391
4 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crateús	4.653
5 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte	4.720
6 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Quixadá	4.153
7 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Maracanaú	1.045
8 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Aracati	4.395
9 - Consórcio Público Interfederativo do Vale do Curu - Cisvale	5.200
10 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Baturité	5.000
11 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Camocim	5.328
12 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Juazeiro do Norte	4.019
13 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Iguatu	4.559
14 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Russas	3.542
15 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Sobral	4.332
16 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Brejo Santo	4.471
17 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Tauá	6.896
18 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Icó	5.872
19 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Cascavel	3.707
20 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Canindé	1.212
21 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Itapipoca	3.794
Total Executado pelos Consórcios	94.136

Fonte: SEFAZ/CECOG

É importante mencionar, que existe uma diferença de R\$ 16.021,44 entre a RLIT para o cálculo da educação e a RLIT para o cálculo do gasto com saúde. Essa diferença é referente a transferência da união da cota-parte IOF-Ouro que entra na RLIT para o cálculo do gasto com educação, mas não entra na RLIT para o cálculo com saúde.

5.2.5 Parcerias Público Privada - PPP

No ano de 2021, houve dois projetos em execução no âmbito da administração pública estadual, sob a modalidade de Parceria Público-Privada (PPP), a PPP Vapt Vupt e a PPP Dessalinização, sendo esta última executada pela Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (Cagece).

O contrato da PPP Vapt Vupt, na modalidade de concessão administrativa, foi firmado em 1º de novembro de 2013 entre o Estado do Ceará e a SPE CEARÁ SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO S/A, composta pelas empresas Construtora Marquise S.A. e o Shopping do Cidadão Serviços e Informática S.A, tendo seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) em 13 de novembro de 2013.

O contrato, que possui prazo de 15 anos, tem como objeto a concessão administrativa dos serviços VAPT VUPT, destinados à construção, implantação, operação, manutenção e gestão de 5 (cinco) unidades do Programa VAPT VUPT de Atendimento Integrado ao Cidadão do Governo do Estado do Ceará, sendo três unidades localizadas no município de Fortaleza – nos bairros Centro, Messejana e Antônio Bezerra, uma localizada no município de Juazeiro do Norte e uma localizada no município de Sobral. Foram implantadas e estão em execução as unidades de Juazeiro do Norte, a unidade de Sobral e, em Fortaleza, a unidade de Messejana e a unidade de Antônio Bezerra, assim como a Central Administrativa que funciona como um escritório gestor das unidades em execução. A unidade que seria localizada no bairro Centro da cidade de Fortaleza não foi implantada até então devido à inviabilidade da localização planejada originalmente no contrato.

O contrato da PPP Dessalinização assinado pela Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (Cagece), tendo o Estado do Ceará como interveniente, representado pela Secretaria das Cidades, na modalidade concessão administrativa, foi firmado em 13 de julho de 2021, com extrato publicado no DOE em 15 de julho de 2021, com a SPE ÁGUAS DE FORTALEZA, composta pelas empresas Construtora Marquise S/A, PB Construções LTDA e Abegoa Água S/A.

O contrato, que possui prazo de 30 anos, tem como objeto a concessão administrativa dos Serviços da Concessão que compreendem a elaboração de projetos, a construção, a operação e a manutenção de Planta de Dessalinização de Água Marinha com capacidade de 1m³/s (um metro cúbico por segundo), a serem prestados pela concessionária nos termos do ANEXO I - Termo de Referência, excluídos os Serviços Complementares. Incluem-se ainda nos Serviços da Concessão a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de entrega de água potável, rejeitos gerados pela planta e Serviços Complementares autorizados para fins de obtenção de Receitas Extraordinárias.

Em 2021 foi aplicado (empenhado) o montante de R\$53.663.959,69 para o contrato da PPP Vapt Vupt, o que correspondeu 0,21% da Receita Corrente Líquida, em conformidade, portanto, aos limites exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A PPP está em operação desde agosto de 2014 e seu contrato sofreu outros reajustes, dessa forma o valor da contraprestação mensal máxima atualizado é de R\$ 4.738.817,90, para as quatro unidades em execução - Juazeiro, Sobral, Messejana e Antônio Bezerra. Referente à PPP Dessalinização não houve desembolsos em 2021, o que deve ocorrer somente a partir de 2025 quando do início da prestação dos serviços.

5.3 Relatório de Gestão Fiscal

5.3.1 Despesa com Pessoal

Demonstrativo das Despesas com Pessoal, Anexo I do RGF, demonstra a despesa com pessoal de cada um dos Poderes de modo a verificar o cumprimento dos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF - que determina o máximo de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado para ser aplicado em Gastos com Pessoal, estabelecendo limites segregados por Poder e Órgão.

O art. 18 da LRF definiu despesa total com pessoal como o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdência.

No exercício de 2021, o percentual de comprometimento da Despesa de Pessoal (DTP) do Poder Executivo sobre a RCL ajustada foi de 39,01%. Se comparada aos 40,55% do exercício de 2020, percebe-se uma redução de 1,54%, mantendo-se com o comprometimento dessa despesa estável.

A Receita Corrente Líquida Ajustada - RCLA é a RCL após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas parlamentares individuais e de bancada, conforme disciplina, respectivamente, §1º do art. 166-A e §16 do art. 166 da CF. Em conformidade com a nova metodologia de cálculo trazida pela Emenda Constitucional nº 100/2019, a RCLA no exercício de 2021 totalizou de R\$ 25.061.058.356,04. Quando comparada com o exercício de 2020, verifica-se um crescimento nominal de 14,50%, um dos motivos para a estabilidade do comprometimento do gasto com pessoal sobre a RCL.

Na tabela abaixo podemos verificar a variação dos itens que compõem o gasto de pessoal de forma consolidada no estado e do poder executivo.

Tabela 93 - Variação Gasto de Pessoal

(R\$ milhares)

Especificação	2021	2020	Vari %
Consolidado			
Despesa Bruta com Pessoal (I)	14.806.569	13.237.873	11,85
Pessoal Ativo	10.023.725	9.490.159	5,62
Pessoal Inativo	3.814.033	2.878.410	32,50
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (Art.18,§1º da LRF)	967.694	869.304	11,32
Despesas com Pessoal Não Executada Orçamentariamente	1.116	0	0,00
Despesas não Computadas (Art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.992.284	2.400.878	24,63
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	4.712	4.444	6,05
Decorrentes de Decisão Judicial	201.470	188.624	6,81
Despesas de Exercícios Anteriores	82.561	83.355	-0,95
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.703.541	2.124.455	27,26
Despesa Líquida com Pessoal (I - II)	11.814.285	10.836.995	9,02
Poder Executivo			
Despesa Bruta com Pessoal (I)	12.308.499	10.900.540	12,92
Pessoal Ativo	8.004.151	7.524.861	6,37
Pessoal Inativo	3.356.810	2.520.327	33,19
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (Art.18,§1º da LRF)	947.538	855.351	10,78
Despesas não Computadas (Art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.532.791	2.024.443	25,11
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.587	945	68,05
Decorrentes de Decisão Judicial	192.762	183.925	4,80
Despesas de Exercícios Anteriores	72.437	70.222	3,15
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.266.004	1.769.351	28,07
Despesa Líquida com Pessoal (I - II)	9.775.708	8.876.097	10,14

Fonte: SEFAZ/CECOG

Na tabela abaixo estão incluídos os valores repassados a consórcios públicos de saúde e aplicados em despesa de pessoal, conforme valores informados pelos consórcios.

Tabela 94 - Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos de Saúde

(R\$ milhares)

Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	Vr.Transf. por Rateio	Liquidadas (a)	Inscritas em RPNP (b)	Total (c = a + b)
Poder Executivo				
Despesa Bruta com Pessoal (I)	118.470	67.752	27	67.779
Pessoal Ativo	118.470	65.600	27	65.627
Obrigações Patronais		0	0	0
Outras Despesas de Pessoal Dec. de Contratos de Terceirização (§ 1º do Art. 18 da LRF)		2.152	0	2.152

Despesas não Computadas (§ 1º do Art. 19 da LRF) (II)	-	1.585,34	26,86	1.612
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		1.561	27	1.587
Decorrentes de Decisão Judicial		25	0	25
Despesas de Exercícios Anteriores		0	0	0
Despesa Total com Pessoal - DTP (IV) = (III a + III b)	118.470	66.167	0	66.167

Despesa Bruta com Pessoal por Ente Consorciado	Vr Transferido por Rateio	Valor Executado
Consórcio Público de Saúde de Ibiapaba (Tanguá)	8.108	3.686
Consórcio Público de Saúde de Tauá	3.049	1.008
Consórcio Público de Saúde da Micro Sobral	5.756	5.634
Consórcio Público de Saúde da Micro Russas	3.505	1.345
Consórcio Público de Saúde de Quixadá	4.477	1.974
Consórcio Público de Saúde de Maracanaú	4.824	2.562
Consórcio Público de Saúde da Microregião de Limoeiro do Norte	5.068	3.402
Consórcio Público de Saúde da Micro Juazeiro do Norte	4.647	2.582
Consórcio Público de Saúde de Itapipoca	4.954	3.180
Consórcio Público de Saúde de Iguatu	5.034	2.842
Consórcio Público de Saúde da Microregião de Icó	4.519	1.485
Consórcio Público de Saúde da Micro Crato	5.368	3.489
Consórcio Público de Saúde de Crateús	9.838	1.051
Consórcio Público de Saúde Interfederativo do Vale do Curu (Cisvale)	5.271	3.127
Consórcio Público de Saúde da Microregião de Cascavel	5.879	3.775
Consórcio Público de Saúde da Microregião de Canindé	6.311	3.470
Consórcio Público de Saúde de Camocim	4.997	2.758
Consórcio Público de Saúde da Micro Brejo Santo	5.112	4.544
Consórcio Público de Saúde do Maciço de Baturité	9.938	6.233
Consórcio Público de Saúde da Micro de Aracati	5.826	2.989
Consórcio Público de Saúde de Acaraú	5.989	5.032
Total	118.470	66.167

Fonte: SEFAZ/CECOG

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo;
2. Todos os Consórcio apresentaram prestação de contas do RGF - Gasto de Pessoal de acordo com a tabela - Demonstrativo de Despesa de Pessoal - Consórcios Públicos;
3. Os valores registrados na coluna VALOR EXECUTADO estão de acordo com os demonstrativos DECLARADOS pelos consórcios públicos de Saúde, para fins de despesa líquida com pessoal.
4. Os valores registrados na coluna VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO estão de acordo com os dados do S2GPR.

A tabela a seguir evidencia as nomeações de novos servidores públicos estaduais do Poder Executivo durante o exercício.

Tabela 95 - Demonstrativo das Nomeações de Novos Servidores - Arts. 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal

(R\$ milhares)

Órgão/Entidade	Denominação-Cargo	Quantidade	%
080301-DETRAN	T161-Analista de Trânsito e Transportes	2	0,08
	T166-Assistente de Atividades de Trânsito e Transportes	11	0,45
	T167-Agente de Transito e Transportes	7	0,29
	T168-Vistoriador	1	0,04
101021-Polícia Civil-PC	G150-Delegado de Polícia Civil	1	0,04
	G155 - Escrivão de Polícia Civil	2	0,08
	G171 - Inspetor de Polícia Civil	1	0,04
101031-Polícia Militar-PMCE	M010- 1 Tenente	253	10,40
	M070 - Soldado Pronto	24	0,99
101041-Corpo de Bombeiros do Ceará	M010- 1 Tenente	50	2,06
	M070 - Soldado Pronto	6	0,25
101071-Perícia Forense do Estado do Ceará-PEFOCE	G222-Médico Perito Legista	1	0,04
180001-Secretaria da Administração Penitenciária-SAP	D015A - Policial Penal	52	2,14
190001-Secretaria da Fazenda-SEFAZ	F500-Auditor Fiscal da Receita Estadual	1	0,04
190401-Junta Comercial do Estado do Ceará-JUCEC	D465 - Técnico em Registro do Comércio	1	0,04
	D020U-Assistente de Administração	1	0,04
	U010 - Agente Estadual Agropecuario	1	0,04
220001-Secretaria de Educação	K020-Professor	1990	81,79
240001-Secretaria da Saúde -SESA	S010-Enfermeiro	3	0,12
	S030 - Médico	2	0,08
290401-Funceme	AP03-Pesquisador	23	0,95
Total Geral		2433	100

Fonte: SEFAZ/CECOG

De acordo com os termos dos artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Poder Executivo esclarece que no exercício de 2021 realizou 2.433 nomeações de novos servidores, conforme está demonstrado na tabela anterior. A despesa com esses novos servidores representou para o Estado, em 2021, um custo adicional de R\$ 95.013.384,13. Para 2022 e 2023 foi estimado um custo de R\$ 232.772.960,68 e R\$ 234.245.967,16, respectivamente. Vale enfatizar, que o impacto orçamentário-financeiro para o exercício de 2021-2022 é de R\$ 137.759.576,55 e para 2022-2023 é de R\$ 1.473.006,48. Considerando o relatório da folha de pagamento, acrescido de 28% da patronal. Considerando a lei de revisão geral e os novos planos de cargos e carreiras.

Conforme tabela anterior, em 2021, as áreas que foram mais beneficiadas com as nomeações de novos servidores foram às da Secretaria de Educação e Polícia Militar com 1990 e 254, respectivamente, e juntas representam 83,93% das nomeações.

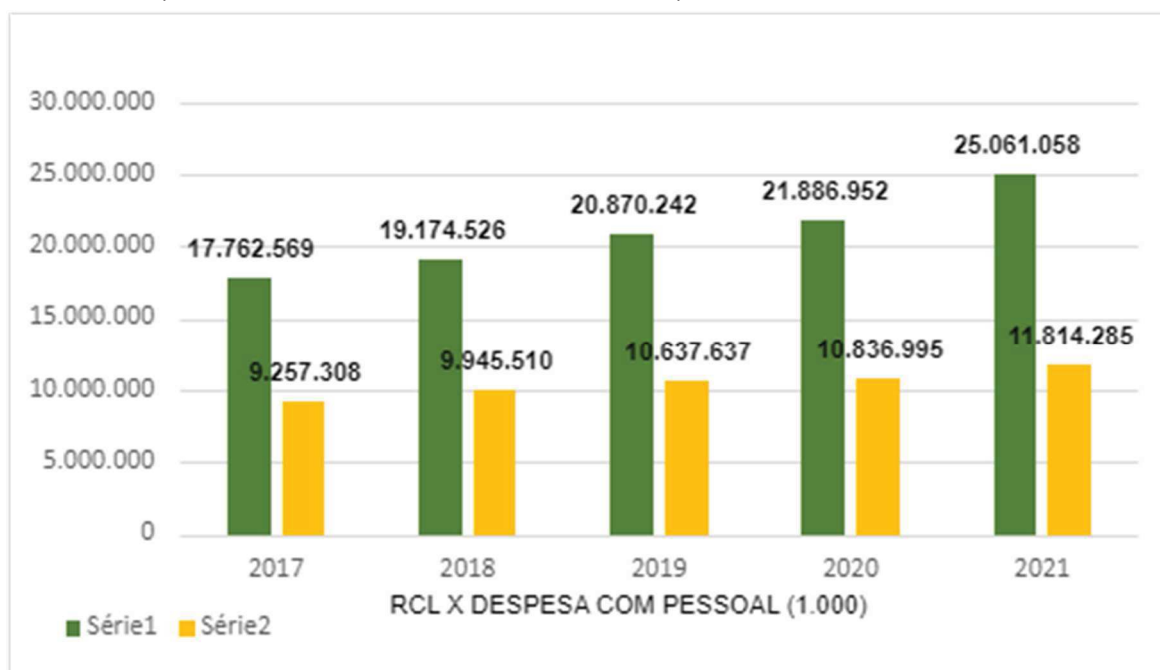
Tabela 96 - Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal x Receita Corrente Líquida

(R\$ milhares)

Ano	RCL (A)	Desp. com Pessoal (B)	Realiz.% (B/A)
2017	17.762.569	9.257.308	52,12
2018	19.174.526	9.945.510	51,87
2019	20.870.242	10.637.637	50,97
2020	21.886.952	10.836.995	49,51
2021	25.061.058	11.814.285	47,15

Fonte: SEFAZ/CECOG

Gráfico 39 - Despesa com Pessoal Consolidada x Receita Corrente Líquida- 2017 a 2021



Fonte:SEFAZ/CECOG

Tabela 97 - Representatividade das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida

(R\$ milhares)

Poder/Órgão	2021	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Poder Executivo	39,01%	48,60%	46,17%	43,74%
Poder Legislativo	2,28%	3,40%	3,23%	3,06%
Assembleia Legislativa	1,54%	2,34%	2,22%	2,11%
Tribunal de Contas do Estado	0,74%	1,06%	1,01%	0,95%
Poder Judiciário	4,39%	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	1,47%	2,00%	1,90%	1,80%
Consolidado Geral	47,15%			

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Elaborado conforme RGF publicado dos Poderes.

O poder executivo tem como limite máximo o percentual de 49,00% da RCL ajustada. Nos estados em que houver Tribunal de Contas do Municípios o limite máximo de gasto com pessoal é de 48,6 para o Poder Executivo. O Tribunal de Contas do Municípios do Estado do Ceará foi extinto em dezembro de 2017 e a LRF não previu a destinação do limite de 0,4% sobre a RCL em caso de extinção. A partir do exercício de 2019, a Lei de Diretrizes Orçamentárias vem distribuindo o limite do extinto Tribunal de Contas dos Municípios entre a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado, o qual incorporou as atribuições e quadro de pessoal do extinto TCM, ficando a Assembleia Legislativa com o limite máximo de 2,34% e o TCE com o limite máximo de 1,06%, permanecendo o Poder Executivo com limite de 48,6% da RCL ajustada.

No limite do poder executivo está incluído o gasto de pessoal com a Defensoria Pública da Pública do Estado.

5.3.2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

O Demonstrativo a Dívida Consolidada Líquida (DCL), Anexo 2 do RGF, demonstra a Dívida Pública Consolidada (dívida mobiliária, dívida contratual, precatórios posteriores a 05/05/2000 e Outras Dívidas) deduzidas das disponibilidades de caixa e demais haveres financeiros (valores a receber líquidos e certos). Vale destacar que não estão computadas na dívida consolidada as dívidas contraídas pelas empresas estatais independentes.

Tabela 98 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL – LRF - Anexo 2

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERC. ANTERIOR	Até o 1º Quad. de 2021	Até o 2º Quad. de 2021	Até o 3º Quad. de 2021
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	17.783.339.123	17.886.482.446	18.168.088.663	18.849.849.667
Dívida Mobiliária	0	0	0	0
Dívida Contratual	16.633.404.657	16.736.547.981	17.018.154.198	17.737.448.194
Empréstimos	15.276.057.918	15.390.881.488	15.688.344.826	16.237.011.097
Internos	5.581.006.302	5.501.682.045	6.297.290.991	6.079.413.494

Externos	9.695.051.616	9.889.199.443	9.391.053.836	10.157.597.603
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	879.949.218	881.347.104	872.953.495	1.058.417.383
Financiamentos	109.780.707	106.966.471	112.383.867	107.500.009
Internos	0	0	0	0
Externos	109.780.707	106.966.471	112.383.867	107.500.009
Parcelamento e Renegociações de dívida	43.091.102	39.847.290	34.058.818	31.124.063
De Tributos	0	0	0	0
De Contribuições Previdenciárias	3.778.462	3.639.957	0	765.196
De Demais Contribuições Sociais	39.312.640	36.207.333	34.058.818	30.358.866
Do FGTS	0	0	0	0
Com Instituições Não Financeiras	0	0	0	0
Demais Dívidas Contratuais-COHAB (Empresa Estatal dependente)	324.525.713	317.505.627	310.413.191	303.395.643
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Venc. e não pagos	518.483.807	518.483.807	518.483.807	465.267.285
Outras Dívidas (Depósitos Judiciais Lei Estadual 15.878/15 - Estado Não é Parte)	631.450.658	631.450.658	631.450.658	647.134.187
DEDUÇÕES (II)	5.809.716.226	7.880.277.719	8.993.702.074	7.741.526.042
Disponibilidade de Caixa	5.688.104.349	7.709.179.351	8.773.128.840	7.600.684.375
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.815.939.119	7.807.589.108	8.786.518.724	7.821.415.364
(-) Restos a Pagar Processados	127.834.770	98.409.757	13.389.884	220.730.988
Demais Haveres Financeiros	121.611.877	171.098.369	220.573.234	140.841.667
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	11.973.622.896	10.006.204.727	9.174.386.589	11.108.323.625
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	22.028.314.984	23.161.980.680	24.057.444.335	25.170.813.561
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	25.180.099	22.209.961	8.129.954	1.829.986
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	22.003.134.886	23.139.770.719	24.049.314.381	25.168.983.575
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	80,82	77,30	75,55	74,89
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	54,42	43,24	38,15	44,13
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	200,00	200,00	200,00	200,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	180,00	180,00	180,00	180,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERC. ANTERIOR	Até o 1º Quad. de 2021	Até o 2º Quad. de 2021	Até o 3º Quad. de 2021
PRECATÓRIOS ANTERIORES a 05/05/2000	0	0	0	0
PRECATÓRIOS POSTERIORES a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	4.115.879	112.222.033	112.222.033	193.059.623
PASSIVO ATUARIAL	70.735.028.340	72.059.539.931	72.059.539.931	76.827.525.740
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0	0	0	0

DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0	0	0	0
RP NÃO PROCESSADOS	1.246.421.750	631.874.848	366.253.977	1.970.671.414
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA-ARO	0	0	0	0
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0	0	0	0
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS (EC nº 94 / CF 1998 - Estado é Parte)	100.987.002	100.987.002	100.987.002	103.495.247

FONTE: S2GPR; COPAC/CECOG; 31/03/2022

Nota 1: A disponibilidade de caixa abrange os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Dependentes e os outros poderes;

Nota 2: Excluídos da disponibilidade de caixa os valores de R\$ 1.402.468.122,80 que estão comprometidos com passivos financeiros, tais como: depósitos e cauções, fianças criminais, depósitos judiciais e outros depósitos de terceiros;

Nota 3: Excluído da disponibilidade de caixa o valor de R\$ 242.791.952,92 do RPPS e R\$ 954.859.409,90 de aplicações financeiras de curto e longo prazo;

Nota 4: Os Demais Haveres Financeiros conforme saldos bancários informados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e Tribunal Regional do Trabalho;

Nota 5: Os restos a pagar da modalidade 91 - operações Intraorçamentárias - não são considerados nos valores informados;

Nota 6: Incluído nos restos a pagar processados o valor de R\$ 93.109,05 referente aos RP não processados liquidados e não pagos em 2021;

Nota 7: O Valor do Passivo Atuarial informado pela SEPLAG/CPREV é resultado da última avaliação atuarial do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará-SUPSEC, conforme Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA 2022;

Nota 8: O saldo da Dívida Consolidada foi informado pela COFIS/CEDIP.

Quanto aos limites impostos, a Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, define para os Estados que a Dívida Consolidada Líquida não pode ser superior a duas vezes (200%) a Receita Corrente Líquida. No exercício de 2021 a Dívida Consolidada Líquida alcançou o montante de R\$ 11.108.323.624,65, apresentando um decréscimo nominal de 7,23%, se comparado ao mesmo período do exercício de 2020. Vale ressaltar que o Governo do Estado do Ceará se mantém com um nível baixo de endividamento, pois o índice de endividamento com base na DCL representa 44,13% da Receita Corrente Líquida.

5.3.3 Dívida Pública Estadual

Este tópico do Balço Geral do Estado busca trazer informações transparentes com a riqueza de detalhes de conceitos e informações em gráficos e tabelas sobre a Dívida Pública estadual. Além disso, o Demonstrativo do Anexo 16, parte integrante deste relatório, traz um resumo de cada contrato com as suas principais características, como saldo devedor, movimentações durante o ano, taxa de juros, prazos, moedas etc.

A Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, traz a seguinte definição em seu art. 98:

Dívida Fundada: compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos.

Já a Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000, que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, definiu em seu art. 29:

Dívida Pública Consolidada ou Fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de Leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Com o advento da Resolução do Senado Federal de nº 40/2001, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal, definiu em seu art. 1º:

Dívida Pública Consolidada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de Leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento;

Dívida Pública Mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios; e Dívida Consolidada Líquida: dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Observa-se, que o conceito da LRF é mais abrangente que o art. 98 da Lei nº 4.320/64, inclusive considerando sinônimas as expressões dívida públicas consolidada ou fundada. Em um conceito mais restrito, pode ser definida como somatório das dívidas interna e externa de um Estado.

A principal diferenciação conceitual a respeito do déficit e dívida pública diz respeito a como estas variáveis se apresentam e como podem ser feitas temporalmente. Nesse sentido, o déficit público, dado como a diferença entre as despesas e as receitas orçamentárias do setor público, em determinado período, é uma variável de fluxo, enquanto a dívida pública, entendida como o montante dos débitos contraídos pelo setor público junto a outras entidades, públicas ou privadas, internas ou externas, é uma variável de estoque.

A dívida pública é um dos principais fundamentos de uma economia. Se usada adequadamente, pode significar uma alavanca para o desenvolvimento, um instrumento para o governo financiar seus gastos e investimentos. Quando descontrolada, acaba funcionando como um freio ao desenvolvimento, pela necessidade de geração contínua de grandes superávits primários, que comprometem a capacidade de gastos e de investimentos do governo em obras públicas e nas políticas sociais.

Ademais, os juros elevados significam a drenagem de recursos de um setor da sociedade (empresas e indivíduos que pagam impostos) para outro setor (os credores da dívida), agravando o problema da concentração de renda no país.

Destaque-se que a dívida pública permite ao governo financiar investimentos que geram externalidades positivas para a economia, uma vez que é possível transferir para gerações seguintes dispêndios com obras e programas que irão beneficiá-las, evitando-se que todo o custo recaia sobre a geração presente.

Níveis de endividamento elevados e insustentáveis, porém, podem ter influência deletéria, exigindo esforço fiscal significativo do governo, provocando efeitos contraproducentes sobre o nível de atividade.

Neste tocante, o Estado do Ceará apresenta uma situação destacada dentre os entes da federação em relação ao seu endividamento público, medido pela relação Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida (DCL / RCL).

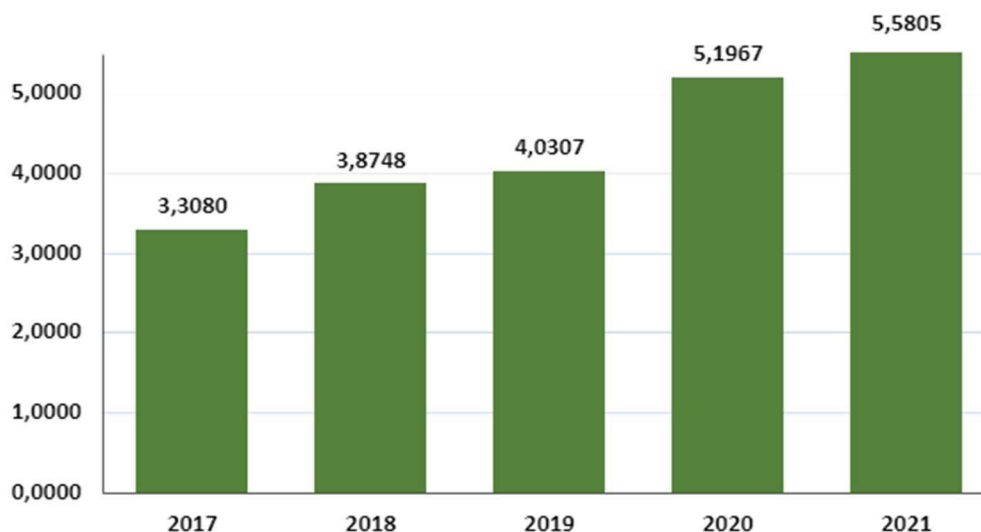
5.3.3.1. Estoque da Dívida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) encerrou o ano de 2021 em R\$ 11.108.323.624,65 que correspondeu a uma redução de 7,23%, em relação a 2020, quando a DCL registrou um valor de 11.973.622.896,16. Todavia, ao se analisar a DCL, deve-se observar dois fatores relevantes que compõem seu cálculo, a Dívida Consolidada (DC) e a Disponibilidade de Caixa.

Ao analisar a DC de 2021, percebe-se que essa rubrica apresentou um montante de R\$18.849.849.677,10, frente ao valor de R\$ 17.783.339.122,52 apresentado no ano anterior, demonstrando um crescimento em torno de 6,0%, quando se compara 2021 e 2020. Essa evolução na Dívida Consolidada, em 2021 em relação a 2020, teve como principais fatores: a variação cambial e o volume de liberações de operações de crédito.

No final de 2021, a moeda norte-americana dólar alcançou a cotação de R\$ 5,5805, uma majoração de 7,39%, frente ao registrado no final de 2020, cujo valor foi de R\$ 5,1967, colaborando para o acréscimo no estoque, onde 53,71% do saldo da dívida consolidada está atrelado a essa moeda. Ademais, o estoque da Dívida Consolidada também sofrera um acréscimo em 2021 em razão de liberação de recursos de operações de crédito internas e externas no montante de R\$ 1.406.915.418,29, conforme informação extraída do demonstrativo de operações de crédito do período. O gráfico a seguir demonstra a evolução da cotação do dólar norte-americano entre os anos de 2017 a 2021.

Gráfico 40 - Evolução da Cotação do Dólar Fim de Período



FONTE: SEFAZ/CEDIP

Todavia, a Disponibilidade de Caixa foi um fator que contribuiu positivamente para a DCL, pois aquela é a responsável pela dedução da Dívida Consolidada para a formação da DCL, apresentada no Demonstrativo do Relatório de Gestão Fiscal, obrigatório pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Verifica-se que a Disponibilidade de Caixa apresentou o montante de R\$ 7.600.684.375,12, no final do período de 2021, contra R\$ 5.688.104.349,19 em 2020, representando um crescimento de 33,62 %, colaborando positivamente no aumento da DCL durante o exercício de 2021.

O Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na manutenção dos controles de seu endividamento, baseado em dois pilares: 1) no efetivo pagamento de juros e amortizações, sendo esta última superior aos juros; 2) no volume de liberações de operações de crédito abaixo do limite legal de 16% da RCL. Esses fatores contribuíram para uma manutenção da relação DCL / RCL ainda em patamares reduzidos, atingindo a relação de 0,4413 em 2021, bem abaixo do limite de endividamento exigido pela LRF que é de 2,00 vezes a Receita Corrente Líquida, considerado o conceito de dívida consolidada líquida, da qual excluem os haveres financeiros conforme determina a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

5.3.3.2. Evolução do Endividamento do Estado do Ceará

A variação na dívida consolidada do Estado do Ceará entre dezembro de 2017 e dezembro de 2018, foi explicada pela escalada das moedas estrangeiras nesse último ano e na adoção de metodologia que incluiu a dívida da COHAB/CE e o saldo dos Depósitos Judiciais, que o Estado não é parte, conforme Lei Estadual nº 15.878/2015 e no Manual de Demonstrativos Fiscais (8ª edição), aprovado pela Portaria nº 495/2017 da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Observa-se que, apenas com a inclusão da dívida da COHAB/CE e do saldo dos Depósitos Judiciais, foram adicionados cerca de R\$ 421 milhões e R\$ 525 milhões, respectivamente, ao estoque da dívida do estado no ano de 2018. Assim, a dívida consolidada saltou de R\$ 11.820 milhões (2017) para R\$ 13.865 milhões (2018), um acréscimo de 17,30 % no referido período no estoque da dívida estadual.

No tocante à variação verificada entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019, houve queda no crescimento do endividamento público estadual influenciado por um período de estabilidade cambial, no qual a dívida pública registrada em 2018 de R\$ 13.865 milhões, atingiu o valor de R\$ 14.906 milhões em 2019, demonstrando um crescimento de 7,51% na dívida bruta no período verificado.

Em relação ao período de dezembro de 2019 e dezembro de 2020, verifica-se o maior aumento da série histórica da Dívida Consolidada, a qual passou, respectivamente, de R\$ 14.906 milhões para o valor de R\$ 17.783 milhões, representando um aumento de 19,30% no período analisado.

Destaca-se que algumas externalidades afetaram o saldo da Dívida Consolidada no período 2019/2020, como a forte variação cambial influenciada pela crise econômica da Pandemia da Covid-19, a qual pressionou as moedas estrangeiras, indexadoras de contratos externos assumidos pelo Estado do Ceará e que, representavam à época, 55,86% do total da dívida estadual, sendo 54,31% em dólar norte-americano.

Ademais, o crescimento do endividamento estadual também foi motivado pelas liberações de recursos de operações de crédito internas e externas em 2020, na ordem de R\$1.464 milhões, contribuindo para o aumento do estoque da Dívida Pública durante o período 2019/2020.

Em relação ao período de dezembro de 2020 a dezembro de 2021, o endividamento estadual decresceu em relação ao período 2019/2020, apresentando uma Dívida Consolidada de R\$ 18.850 milhões em 2021 que, confrontada com R\$ 17.786 milhões de 2020, resultou no crescimento de 5,66% no período analisado. Apesar da alta cambial reportada no gráfico abaixo da moeda dólar norte-americano, o estoque da estadual sofreu, em 2021, uma amortização superior à registrada em 2020, respectivamente, nos valores de R\$ 1.209 milhões e R\$ 1.035 milhões. Dessa forma, o volume amortizado em 2021 diminui a Dívida Estadual.

Outrossim, as liberações ocorridas em 2021 e 2020, foram em montantes similares, respectivamente, em R\$ 1.406 milhões e R\$ 1.464 milhões, sendo que, do montante liberado em 2021, R\$ 1.051 milhões se refere às operações de crédito internas, as quais não são atreladas à variação cambial. Desse modo, essa junção de externalidades, impactou um crescimento da Dívida Pública inferior em 2021, quando comparado com o exercício de 2020. A tabela adiante mostra a evolução do endividamento do Estado do Ceará a partir do ano de 2017 até 2021.

Tabela 99 - Demonstrativo da Composição da Dívida Fundada Estadual - 2017 a 2021

(R\$ Milhares)

Ano	Div.Int. (A)	Div. Ext. (B)	Div. Fund. Tot. (C=A+B)	PIB (D)	RCL (E)	REL. Div. Tot./PIB(C/D)	Rel. Div. Tot/RCL (C/E)
2017	6.020.572	5.799.654	11.820.226	147.921.534	17.779.472	8,0%	66,5%
2018	6.574.404	7.290.722	13.865.126	155.903.825	19.186.195	8,9%	72,3%
2019	7.345.801	7.560.574	14.906.375	163.575.327	20.882.025	9,1%	71,4%
2020	7.978.507	9.804.832	17.783.339	163.860.229	22.003.135	10,9%	80,8%
2021	8.584.752	10.265.098	18.849.850	191.580.660	25.168.984	9,8%	74,9%

Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

Nota 1: O PIB para os anos de 2020 e 2021 são projeções elaboradas pelo IPECE e IBGE e são passíveis de alterações quando forem divulgados os dados definitivos. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/12_Estimativas_e_Projecoes_anuais_do_Valor_do_Produto_interno_bruto_Ceara_2020-2022/. Atualizado em 16/12/2021.

Nota 2: O valor da dívida fundada total inclui garantia interna da estatal dependente COHAB/CE, precatórios, depósitos judiciais e os parcelamentos previdenciários

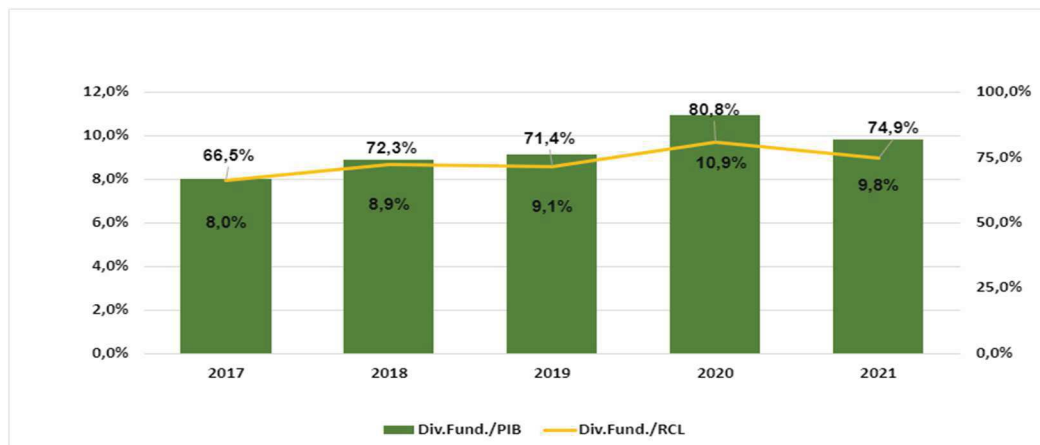
5.3.3.3 O Estoque da Dívida Pública e a sua Relação com o PIB

Uma das formas de análise para medir o volume de endividamento do setor público é a relação Dívida Fundada / Produto Interno Bruto, que demonstra solvência fiscal, a qual no Estado do Ceará mostra um crescimento entre os períodos de 2017 a 2021.

Na tabela anterior - Composição da Dívida Fundada Estadual - e gráfico a seguir percebe-se que em 2020, a relação cresceu 10,9% em comparação a 2019, com crescimento influenciado pela variação cambial causada pela crise econômica da Pandemia da Covid-19, a qual impactou o Estoque da Dívida e reduziu o nível de atividade econômica, sendo esta última variável diretamente influenciadora do PIB.

Quando se analisa o período de 2021, observa-se que a relação Dívida Fundada / Produto Interno Bruto reduziu 9,8%, quando comparado a 2020, redução justificada pelo: retorno das atividades econômicas que impactaram positivamente o PIB; maior volume amortizado da Dívida Pública em 2021 e do montante de liberações das operações de crédito em 2021, similar ao montante liberado em 2020.

Gráfico 41 - Evolução da Dívida Fundada em Relação ao PIB e RCL

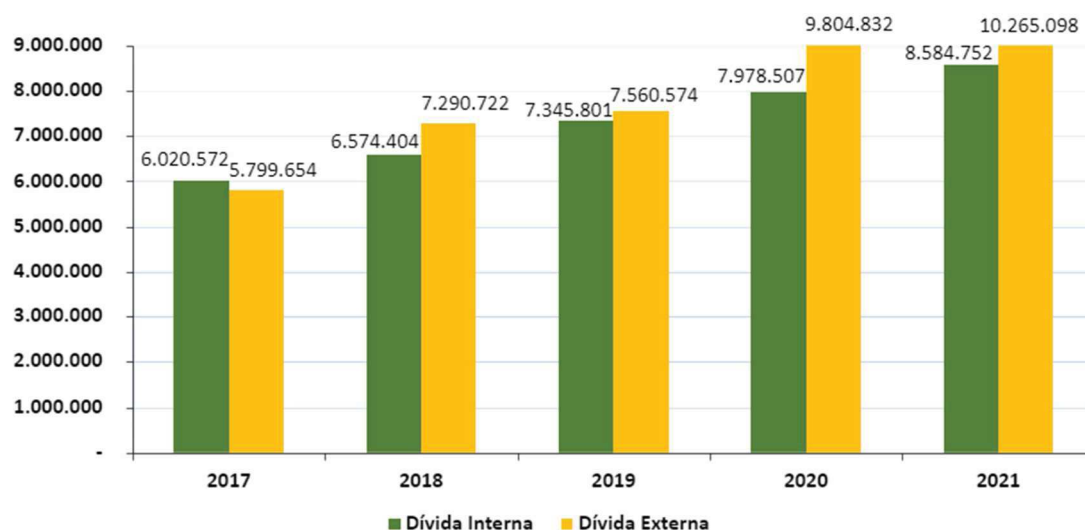


FONTE: SEFAZ/CEDIP

A relação Dívida Fundada / Receita Corrente Líquida apresentou percentuais em 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, respectivamente, de 66,5%, 72,3%, 71,4%, 80,8% e 74,9%, indicando um crescimento ao longo desses anos. Contudo, no ano de 2021 a relação Dívida Fundada / Receita Corrente Líquida foi de 74,9% sofreu uma pequena redução se comparado com os valores verificados em 2020, permanecendo superior em relação aos anos de 2017, 2018 e 2019, conforme demonstrado no Gráfico da Dívida Fundada em Relação ao PIB e RCL.

A seguir estão apresentadas os gráficos e tabelas que evidenciam a composição da Dívida Consolidada, assim como a composição do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Credor e por tipo de Moeda. Observar-se que inerente a composição da Dívida Fundada Estadual, a Dívida Externa em relação Dívida Interna vem crescendo ao longo dos últimos cinco anos, representando assim 54,46% do total da Dívida Estadual.

Gráfico 42 - Composição da Dívida Fundada Estadual



FONTE: SEFAZ/CEDIP

Na tabela e gráfico a seguir podemos observar o Demonstrativo da Dívida Fundada por credor, no qual temos como maiores percentuais de participação, os credores BID com 30,74% e BIRD com 20,69%, ambos credores da Dívida Externa. Já na Dívida interna, os credores com maiores percentuais de participação no saldo devedor da dívida são o BB 18,32% e BNDES 9,00%.

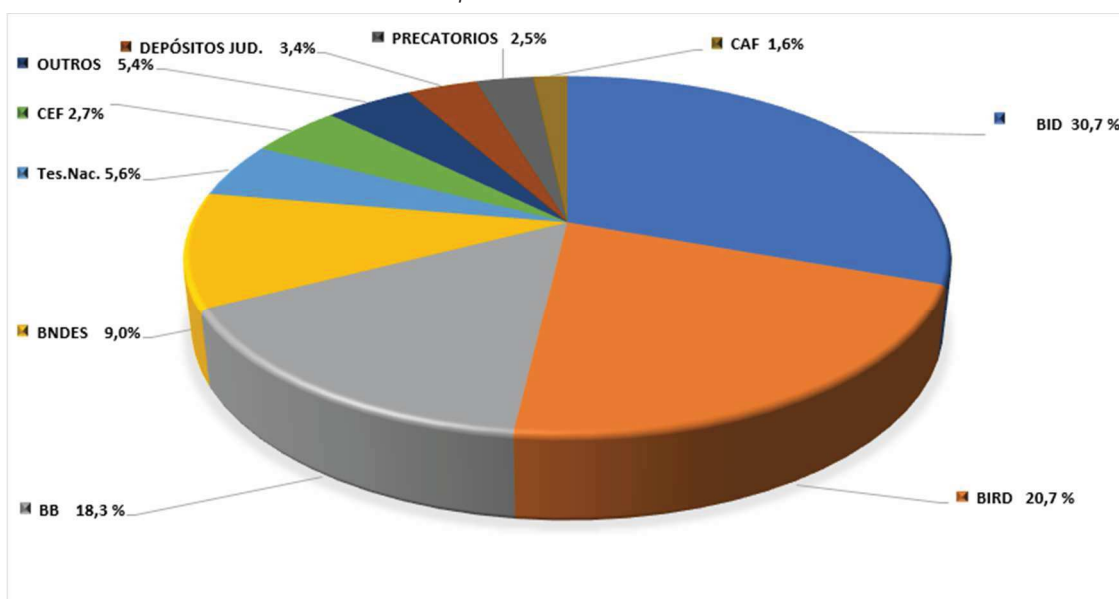
Tabela 100 - Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Credor

(R\$ milhares)

CREDOR	PARTIC. %	VALOR
BID	30,74	5.795.270.529
BIRD	20,69	3.899.299.309
BB	18,32	3.453.350.610
BNDES	9,00	1.696.507.186
TES. NACIONAL	5,61	1.058.417.383
OUTROS	5,44	1.024.692.337
DEPÓSITOS JUD.	3,43	647.134.187
CEF	2,65	500.300.448
PRECATÓRIOS	2,47	465.267.285
CAF	1,64	309.610.393
TOTAL	100,00	18.849.849.667

Fonte: SEFAZ/CEDIP

Gráfico 43 - Saldo Devedor da Dívida Fundada por Credor



FONTE: SEFAZ/CEDIP

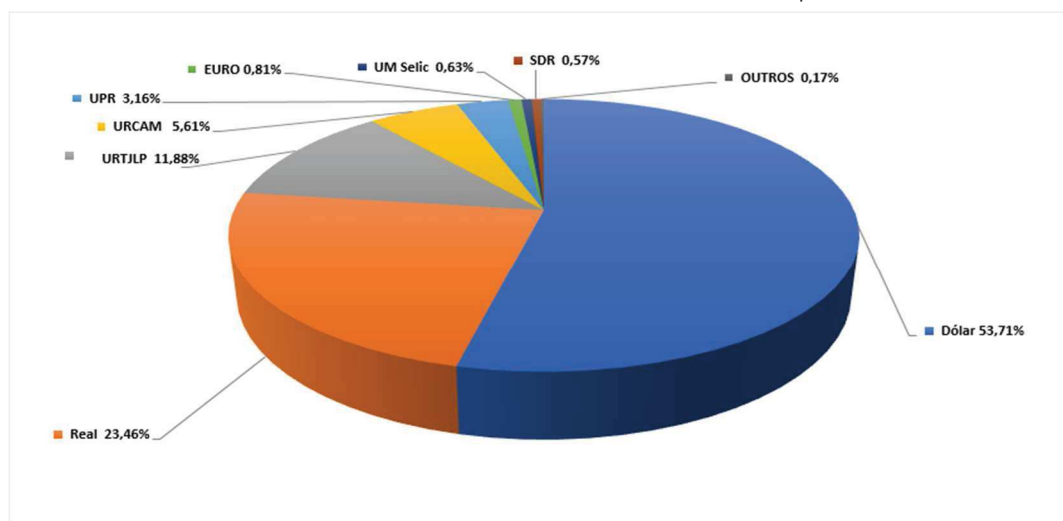
Quanto ao Saldo Devedor da Dívida Fundada por moeda, observamos que do total da Dívida do Estado, cerca de 53,71% do estoque está relacionado diretamente com o dólar norte-americano, conforme evidenciado na tabela e gráfico a seguir:

Tabela 101 - Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Moeda

INDEXADOR/MOEDA	PARTIC. %	VALOR (R\$ 1,00)
Dólar	53,71	10.124.438.991
Real	23,46	4.421.741.488
URTJLP	11,88	2.238.754.410
URCAM	5,61	1.058.417.383
UPR	3,16	595.222.457
Euro	0,81	152.306.804
UM Selic	0,63	119.233.496
SDR	0,57	108.057.050
OUTROS	0,17	31.677.590
TOTAL	100	18.849.849.667

Fonte: SEFAZ/CEDIP

Gráfico 44 - Dívida Pública do Estado do Ceará - Saldo Devedor por Moeda



FONTE: SEFAZ/CEDIP

PRECATÓRIOS

De acordo com o § 7º, do artigo 30, da Lei Complementar 101, de 04/05/2000, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Em 2021, o saldo devedor dos precatórios totalizou R\$ 465.267.285,40, que em comparação com o exercício de 2020, totalizou R\$ 518.483.807,45. Representou, portanto, um decréscimo de 10,26%, resultado do maior volume de pagamento de precatórios e da diminuição de novas inscrições dessas obrigações em Dívida Pública.

5.3.3.4 O Serviço da Dívida Pública

A tabela seguinte mostra a trajetória do serviço da dívida. Os números evidenciam que os juros e outros encargos da dívida, no ano de 2021, somaram cerca de R\$ 516 milhões, representando 28,19% do serviço da dívida. Este valor comparado ao ano anterior demonstra um acréscimo de 18,83% em termos nominais.

As amortizações em 2021 alcançaram R\$ 1.315 milhões (incluindo os precatórios), representando 71,81% do serviço da dívida, aumento de 13,60% em relação ao ano de 2020 que totalizaram R\$ 1.158 milhões.

Tabela 102 - Demonstrativo da Evolução do Serviço da Dívida Pública Estadual

(R\$ milhares)					
Discriminação	2017	2018	2019	2020	2021
1. Encargos da Dívida Interna	334.949	374.560	358.000	194.583	392.393
2. Encargos da Dívida Externa	117.149	188.347	259.927	239.960	123.970
3. Amortização da Dívida Interna	794.620	772.336	611.090	591.508	717.179
4. Amortização da Dívida Externa	309.436	328.161	454.065	566.145	597.963
5. Total Serviço da Dívida (1+2+3+4)	1.556.155	1.663.404	1.683.083	1.592.196	1.831.506

Fonte: SEFAZ/CEDIP

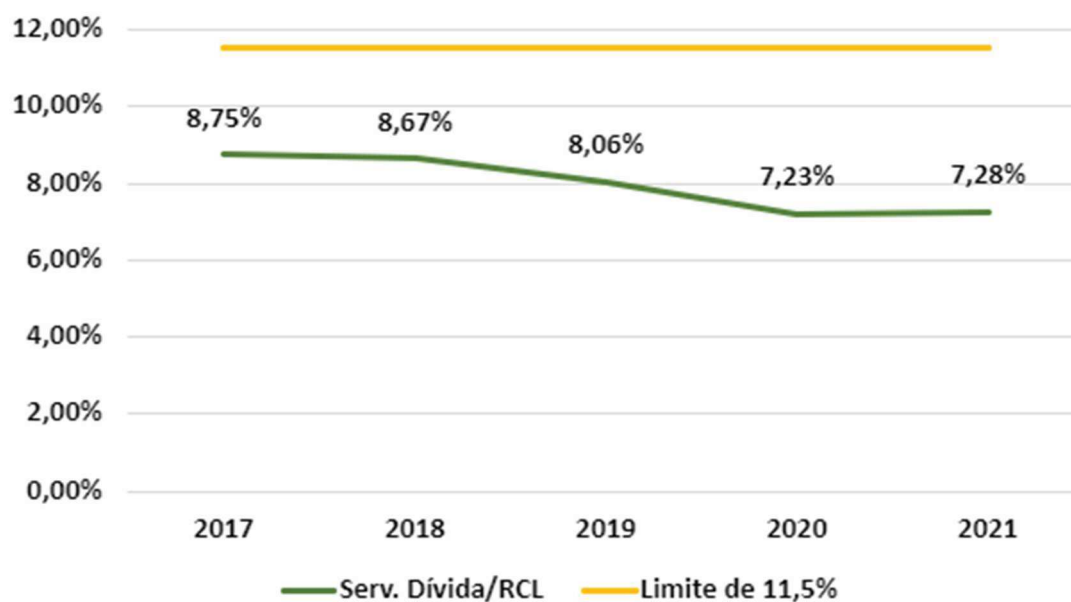
Nota: O serviço da dívida fundada total também inclui COHAB/CE (amortização: R\$ 21.278 mil e encargos: R\$ 9.696 mil), precatórios (amortização: R\$ 105.197 mil) e contempla o parcelamento com INSS e PASEP (amortização: R\$ 182.755 mil).

Se comparado o ano de 2019 em relação ao ano de 2018, observa-se que os valores dos juros e outros encargos da dívida, demonstram um acréscimo de 9,77% e as amortizações apresentaram uma pequena diminuição de cerca de 3,21%, em termos nominais.

No exercício de 2017, o aumento das suas amortizações em relação a 2016 deveu-se principalmente a incorporação da dívida da COHAB/CE na dívida consolidada do Estado, ao início da amortização da operação de crédito com o BNDES relativo à ampliação do Porto do Pecém e dívida dos precatórios.

Em relação à capacidade de pagamento anual limitada a 11,5% da RCL, conforme Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, o Estado do Ceará cumpriu o limite para 2021 com 7,28%. Em 2020, o comprometimento foi de 7,23% em relação a RCL. Em termos absolutos, houve um acréscimo no montante do serviço, do ano de 2020 para 2021, de aproximadamente R\$ 239 milhões, devido à suspensão dos pagamentos relativos ao serviço da dívida estadual ocorrido por alguns meses do exercício de 2020, segundo amparo da Lei Complementar Federal 173/2020.

Gráfico 45 - Capacidade de Pagamento Anual da Dívida Pública-Limitada 11,5% da RCL



FONTE: SEFAZ/CEDIP

Esses dados reforçam ainda mais o compromisso do Estado com o equilíbrio das contas públicas, sem deixar de lado o compromisso com as demandas da sociedade cearense que é fator limitante para um governo que tem como eixo estratégico a consecução de metas econômicas e sociais que levem à inclusão socioeconômica dos mais necessitados.

5.3.3.5 Dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito

Em relação aos limites impostos pela LRF, em seu art.30, coube ao Senado Federal estabelecer os limites globais cumprindo o que estabelece a Constituição Federal. Para tanto, houve a publicação das seguintes Resoluções do Senado Federal, a de nº 40/2001, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e a de nº 43/2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Neste sentido apresentamos a seguir uma tabela resumo desses limites:

Tabela 103 - Demonstrativo dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito

(R\$ milhares)

Indicador	Limite	Meta/Limite	Realizado	% (Realizado/RCL)
Dívida Consolidada Líquida	Máximo de 200% da RCL	50.337.967	11.108.323,62	44,13
Receita de Operação de Crédito	Máximo de 16% da RCL	4.027.037	1.406.915	5,59
Serviço da Dívida Pública	Máximo de 11,5% da RCL	2.894.433	1.831.506	7,28
RCL - Receita Corrente Líquida 2021			25.168.984	100,00

Fonte: SEFAZ/CEDIP

Observa-se na tabela anterior que o Estado do Ceará vem cumprindo os limites estabelecidos com uma expressiva margem de segurança em relação aos limites máximos.

5.3.4 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

O Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, Anexo 3 do RGF, evidencia o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida pelo Governo do Estado do Ceará. A Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, define o limite de comprometimento em 22% da Receita Corrente Líquida.

No exercício atual, as garantias concedidas pelo Estado totalizaram R\$226.226.790,09 representando 0,90% da RCL. Vale destacar, que no mesmo período do exercício anterior, o total das garantias concedidas foi de R\$ 237.326.290,86, equivalente a 1,08% da RCL. Em comparação com o mesmo período do exercício anterior, em termos de RCL, as garantias concedidas diminuíram em 16,67%. Essa diminuição é explicada pela redução do estoque da garantia em 4,68% e o bom crescimento de 14,26% da RCL de 2020 para 2021.

Tabela 104 - Demonstrativo das Garantias – LRF

(R\$ 1,00)

Garantias Concedidas	Saldo do Exercício Anterior	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	237.326.291	232.915.306	221.695.405	226.226.790
Em Operações de Crédito Externas	237.326.291	232.915.306	221.695.405	226.226.790
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V)= (I+II+III+IV)	237.326.291	232.915.306	221.695.405	226.226.790
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	22.028.314.984	23.161.980.679	24.057.444.335	25.170.813.561
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	25.180.099	22.209.961	8.129.954	1.829.986
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	22.003.134.886	23.139.770.718	24.049.314.381	25.168.983.575
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	1,08	1,01	0,92	0,90
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 43/01, DO SENADO FEDERAL - 22,00%	22,00	22,00	22,00	22,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art.59 da LRF) - 19,80%	19,80	19,80	19,80	19,80

Fonte: SEFAZ/CEDIP

5.3.5 Demonstrativo das Operaões de Crédito

O Demonstrativo das Operaões de Créditos, Anexo IV do RGF, nos permite um acompanhamento dos recursos oriundos de empréstimos realizados pelo Estado. O montante previsto para as receitas de operaões de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital, constantes do projeto de Lei orçamentária. De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, o limite estabelecido é de 16% sobre a Receita Corrente Líquida.

Tabela 105 - Demonstrativo das Operaões de Crédito – LRF - Anexo 4

(R\$ 1,00)		
Operaões de Crédito Realizadas	No Quad. de Referência	Até o Quad. de Referência
Mobiliária	0	0
Interna	0	0
Externa	0	0
Contratual	134.564.237	1.406.915.418
Interna	11.758.264	1.051.540.122
Empréstimos	11.758.264	1.051.540.122
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0	0
Antecipação de Receita Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Operaões de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação ¹ (I)	0	0
Externa	122.805.973	355.375.297
	223.464.374	223.464.374
Empréstimos	122.805.973	355.375.297
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0	0
Antecipação de Receita Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Operaões de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação ¹ (II)	0	0
TOTAL (I)	134.564.237	1.406.915.418
Apuração do Cumprimento dos Limites	Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	25.170.813.561	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	1.829.986	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	25.168.983.575	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa+VII-Ia-IIa)	1.406.915.418	5,59
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.027.037.372	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 14,40%	3.624.333.635	14,40

OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.761.828.850	7,00
Outras Operações que Integram a Dívida Consolidada	No Quad. de Referência	Até o Quad. de Referência
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: S2GPR; COPAC/CECOG; 31/03/2022 04:46

1 Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedada;

2 Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

As Operações de Crédito correspondem ao compromisso financeiro assumido em razão de empréstimos realizados, ou operações assemelhadas, tais como a compra financiada de bens ou serviços, o arrendamento mercantil e as operações com derivativos financeiros, inclusive operações dessas categorias realizadas com instituições não financeiras. As Operações de Crédito totalizaram, no exercício de 2021, o montante de R\$ 1.406.915.418,29 que representa 5,59% da RCL, abaixo do percentual permitido Resolução do Senado Federal, que é de 16,00%.

5.3.5.1 Das Operações de Crédito em 2021 e sua Destinação (Finalidade)

As captações realizadas pelo Estado do Ceará de operações de crédito em 2021, mediante contratos celebrados com instituições financeiras e com organismos multilaterais de crédito, tiveram várias finalidades de investimentos.

Pode-se destacar a operação de crédito interna que fora contratada com o Banco do Brasil S/A, referente ao projeto de Amortização da Dívida Pública Estadual do Triênio 2021 a 2023, destinada ao pagamento da amortização da dívida pública estadual, com a consequente manutenção da capacidade de investimentos do Estado previstos no PPA e na LOA. Esta operação teve todo seu recurso de R\$ 940 milhões liberado, no ano de 2021, representando 66,81 % de toda a receita de operação de crédito arrecadada no exercício.

Nas operações de crédito internas, evidenciam-se os projetos Linha Leste Metrô, BNDES Estados - Subcrédito A e Subcrédito B e Bndes PMAE DPGE, ambos contratados com BNDES, no qual somam recursos da ordem de R\$ 88,87 milhões em 2021. Nas operações contratadas com a CAIXA, aponta-se as operações Promoradia/Prosaneamento do Rio Cocó e Favela do Dendê, Implantação das Estações do Metrô de Fortaleza, o Veículo Leve sob Trilhos – VLT cuja respectivas finalidades são Urbanização/Saneamento e Mobilidade Urbana, no qual o montante desembolsado em 2021 foi de 22,67 milhões.

Analisando-se as operações externas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID liberou o quantitativo de R\$ 243,67 milhões em operações de crédito, as quais correspondem a 68,57%, de toda a receita de operações de crédito externa, destacando-se a operação relativa ao Programa Viário de Integração Logística do Ceará - CEARÁ IV - 2ª Fase, que se destina à continuação da execução do programa rodoviário do Estado, cujo desembolso foi na ordem de R\$ 64,74 milhões, bem como a Operação relativa ao programa Profisco II, voltado para a modernidade da Gestão Fiscal do Ceará, com montante desembolsado de R\$ 64,67 milhões - ambos representam cerca de 36,41% das operações externas. Complementando as operações realizadas com o BID, evidenciam-se os programas Saúde II e Proares III 1ª fase, cujos desembolsos foram na ordem de R\$ 99,83 milhões, representando 28,09% do total de recursos externos liberados.

Destacam-se, ainda, as operações de crédito dos Projetos São José III - 2ª Fase e Segurança Hídrica - IPF, ambas contratadas junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cuja destinação primordial dos recursos é promover avanços e melhorias no campo dos recursos hídricos cearense, no qual o desembolso foi o equivalente a R\$44,29 milhões, representando 12,46% das liberações de crédito externas.

Por fim, evidencia-se o desembolso realizado para execução do programa Proinfur, que tem o objetivo de valorizar a infraestrutura turística do Litoral Oeste do Ceará, o qual fora contratado junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF, cuja receita, em 2021, foi no montante de R\$ 45,56 milhões. Ressalta-se, ainda, os recursos de operações de crédito oriundo de banco alemão MLW Intermed GmbH cujas receitas se destinam ao desenvolvimento tecnológico do estado, onde foram desembolsados recursos na ordem R\$ 21,86 milhões, em 2021. A tabela demonstrada a seguir lista os ingressos, assim como suas finalidades:

Tabela 106 - Demonstrativo da Captação das Operações de Crédito e sua Finalidade

(R\$ 1,00)

Operações de Crédito	Finalidade	Credor	Valor
Interna			1.051.540.122
Amortização da Dívida Pública	Infraestrutura	BB	940.000.000
Bndes Estados Subcrédito A	Execução do Plano de Investimento PPA	BNDES	4.483.646
Bndes Estados Subcrédito B	Execução do Plano de Investimento PPA	BNDES	500.000
Bndes Linha Leste Metrô	Mobilidade Urbana	BNDES	80.000.000
Bndes PMAE DPGE	Modernização da Administração Pública	BNDES	3.885.721
CPAC VLT	Mobilidade Urbana	CEF	12.395.642
Estações Metrô Fortaleza	Mobilidade Urbana	CEF	611.505
Pró Moradia/ Pró Saneamento (Favela do Dendê)	Urbanização e Saneamento	CEF	2.196.246
Pró Moradia/ Pró Saneamento (Rio Cocó)	Urbanização e Saneamento	CEF	6.953.609
VLT Pró Transporte	Mobilidade Urbana	CEF	513.753
Externa			355.375.297
Proinfur	Turismo	CAF	45.564.665
Prog. Rod. Ceará IV- 2ª Fase	Infraestrutura Rodoviária	BID	64.744.382
Proj. Pólos Regionais Cidades do Ceará II	Desenvolvimento Urbano	BID	14.420.714
Proares III 1ª Fase	Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará	BID	41.459.235
Profisco II	Modernização da Gestão Fiscal do CE	BID	64.673.336
Saúde CE II	Saúde	BID	58.367.375
São José III 2ª Fase	Recursos Hídricos	BIRD	31.272.250
IPF	Segurança Hídrica	BIRD	13.013.219
Promotec II	Desenvolvimento Tecnológico	MLW	21.860.121
Total			1.406.915.418,29

Fonte: SEFAZ/CEDIP

5.3.5.2 Operações de Crédito - Do Limite de 16% da Receita Corrente Líquida

De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interna e externa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, em seu art.7º, I, o montante global das operações de créditos realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida.

A seguir apresenta-se tabela e gráfico que evidenciam as liberações anuais das Operações de Crédito, assim como o seu limite em relação à RCL (2017-2021).

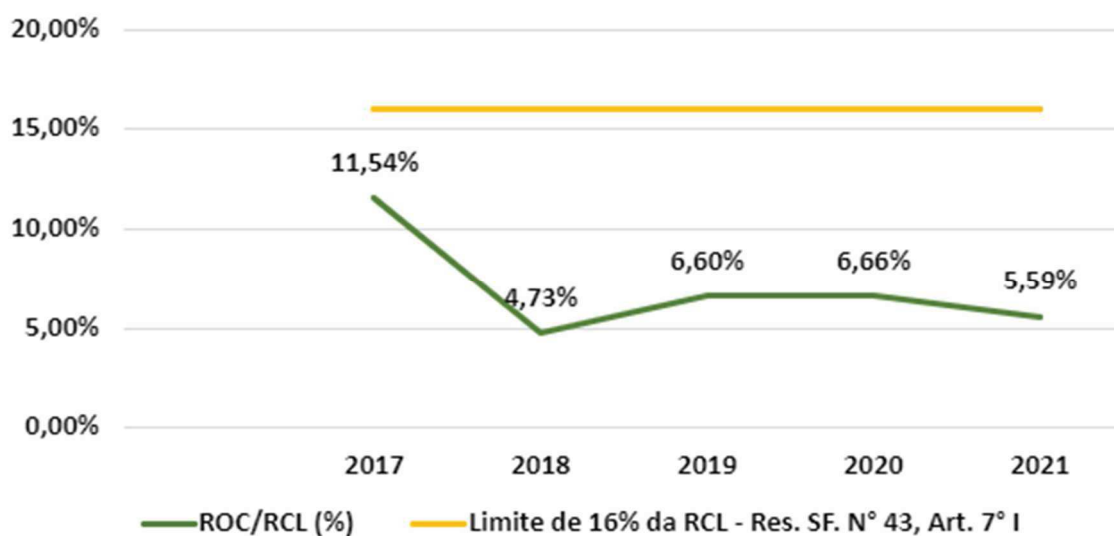
Tabela 107 - Demonstrativo das Liberações Anuais das Operações de Crédito e o seu Limite de 16% da RCL

(R\$ milhares)

Ano	Operações de Crédito	RCL	ROC/RCL (%)	Limite 16% da RCL - Res SF 43, Art.7º, I
2017	2.051.079	17.779.472	11,54%	16,00%
2018	908.065	19.186.195	4,73%	16,00%
2019	1.379.112	20.882.025	6,60%	16,00%
2020	1.464.765	22.003.135	6,66%	16,00%
2021	1.406.915	25.168.984	5,59%	16,00%

Fonte: SEFAZ/CEDIP

Gráfico 46 - Liberações Anuais das Operações de Crédito e o seu Limite de 16% da RCL



FONTES: SEFAZ/CEDIP

Como visto anteriormente, no exercício atual, as receitas de operações de crédito interno e externo totalizaram um montante de R\$ 1.406.915.418,29. Ao compararmos este montante em relação à receita corrente líquida, chega-se a um percentual de 5,59%, inferior aos 16% previsto no normativo.

Tabela 108 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - LRF - Consolidado - Anexo 5

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea "a")

(R\$ 1,00)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO	DISPONIBILIDADE DE
		Restos a Pagar Liquidados e		Restos a Pagar	Demais Obrigações Financeiras		CAIXA LÍQUIDA		LIQUIDADOS	CAIXA LÍQUIDA
		Não Pagos		Empenhados e			ANTES DA		CANCELADOS	APÓS A
		De Exercícios	Do Exercício	Não Liquidados			INSCRIÇÃO EM		(NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	Anteriores	de Exercícios Anteriores		NÃO PROCESSADOS	POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(a-(b+c+d+e)-f)	(h)		(i)=(g-h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(I)	6.382.551.980,34	1.750.588,13	118.046.217,11	49.991.278,96	1.472.522.516,98	0,00	4.740.241.379,16	880.606.828,35	0,00	3.859.634.550,81
Recursos Ordinários	4.093.040.851,11	1.656.402,07	115.951.762,56	28.122.871,04	1.383.871.164,39	0,00	2.563.438.651,05	737.554.081,94	0,00	1.825.884.569,11
Outros Recursos não Vinculados	2.289.511.129,23	94.186,06	2.094.454,55	21.868.407,92	88.651.352,59	0,00	2.176.802.728,11	143.052.746,41	0,00	2.033.749.981,70
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	3.866.494.231,67	87.618,87	135.400.034,21	120.360.801,13	52.453.274,30	0,00	3.558.192.503,16	925.817.769,14	0,00	2.632.374.734,02
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos-Educação	1.843.287,24	0,00	2.656.232,22	13.888.850,00	6.082.580,42	0,00	-20.784.375,40	268.658.187,50	0,00	-289.442.562,90
Transferências do FUNDEB	568.574.056,36		118.769.760,44	522.011,69	36.046.381,86	0,00	413.235.902,37	150.017.355,69	0,00	263.218.546,68
Outros Recursos Destinados à Educação	305.029.154,55	500,00	160.956,35	10.441.388,61	1.248.650,50	0,00	293.177.659,09	32.458.593,34	0,00	260.719.065,75
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos-Saúde	87.845.052,68	40.953,24	3.630.969,54	21.233.022,42	3.042.210,14	0,00	59.897.897,34	114.250.715,04	0,00	(54.352.817,70)
Outros Recursos Vinculados à Saúde	443.528.531,36	8.371,00	8.868.127,07	12.311.629,02	612.772,05	0,00	421.727.632,22	176.734.177,16	0,00	244.993.455,06
Recursos Vinculados à Assistência Social	34.795.939,93	0,00	168.571,92	3.337.945,63	673.488,89	0,00	30.615.933,49	26.990.597,46	0,00	3.625.336,03
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário (Poder Executivo)	771.865.122,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	771.865.122,61	0,00	0,00	771.865.122,61
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário (Poder Legislativo)	8.067.793,94	0,00	0,00	0,00	506.070,65	0,00	7.561.723,29	0,00	0,00	7.561.723,29
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	177.880.440,01	93,80	0,00	0,00	194.482,62	0,00	177.685.863,59	886.180,35	0,00	176.799.683,24
Recursos de Operação de Crédito (Exceto destinados a Saúde e Educação)	514.283.943,55	-	1.110.904,12	2.788.726,37	27.617,63	0,00	510.356.695,43	62.981.890,18	0,00	447.374.805,25
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	68.300.828,50	-	-	-	167.366,34	0,00	68.133.462,16	351.990,99	0,00	67.781.471,17
Outros Recursos Vinculados	884.480.080,94	37.700,83	34.512,55	55.837.227,39	3.851.653,20	0,00	824.718.986,97	92.488.081,43	0,00	732.230.905,54
TOTAL (III)= (I+II)	10.249.046.212,01	1.838.207,00	253.446.251,32	170.352.080,09	1.524.975.791,28	0,00	8.298.433.882,32	1.806.424.597,49	0,00	6.492.009.284,83

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 31/03/2022 05:09

Nota 1: A Receita de Impostos e de Transferências de Impostos da Educação e Saúde e Recursos Destinados a Assistência Social apresentam saldos negativos por que a disponibilidade da Fonte 00 e 01 está centralizada no tesouro e o recurso somente é liberado no momento do pagamento da obrigação pela unidade executora;

Nota 2: Em outros Recursos Destinados a Saúde são computados recursos que embora aplicados na função saúde, não entram no cômputo do gasto com saúde, gestoras: ESP, ISSEC e FASSEC;

Nota 3: Foram considerados somente os recursos classificados em caixa e equivalente de caixa. As aplicações financeiras do regimes previdenciário, classificadas em curto ou longo prazo, no total de R\$ 226.117.787,24 e R\$ 119.622.897,40 , referentes ao PREVID e FPP, respectivamente, não foram incluídas no demonstrativo;

Nota 4: Não inclui a disponibilidade da Defensoria Pública e Fundos Vinculados;

Nota 5: Não inclui a disponibilidade dos Consórcios Públicos de Saúde.

Ao analisar a disponibilidade de caixa e os restos a pagar consolidada do Estado verifica-se uma disponibilidade líquida de R\$ 6.837.749.969,47, ou seja, recursos livres após a inscrição de restos a pagar e dedução de passivos financeiros como consignações retidas, cauão e outros depósitos de terceiros. Deste total, R\$ 3.858.634.550,81 são de recursos não vinculados e R\$ 2.979.115.418,66 são de recursos vinculados. Foram deduzidos da tabela da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar as aplicações financeiras do regimes previdenciário, classificadas em curto ou longo prazo, no total de R\$ 226.117.787,24 e R\$119.622.897,40, referentes ao PREVID e FPP, respectivamente.

Sobre as disponibilidades negativas nas linhas “Receita de Impostos e de Transferências de Impostos-Educação” e “Receita de Impostos e de Transferências de Impostos-Saúde” é importante frisar que o Estado não carimba a destinação dos recursos no momento da entrada dos recursos, mas pela efetiva aplicação dos recursos e que se referem a empenhos na fonte 00.00 - recursos ordinários e 01.00 - recursos do FPE, ambas de livre aplicação. Como os recursos de fonte tesouro ficam centralizados no Tesouro Estadual e somente são liberados de forma automática no momento do pagamento. Optamos por apresentar as linhas com valor negativo e indicar que o recurso para cobrir as despesas estão alocados na linha de recursos ordinários. O detalhamento do superávit\déficit por fonte\subfonte consta da tabela 155.

5.3.6 Resumo dos Principais Indicadores Fiscais do Estado

Tabela 109 - Resumo de Indicadores Fiscais – Receita e Disponibilidade

(R\$ milhares)

Indicadores de Relações a Receita e Disponibilidade	
Receita Corrente Líquida e RLIT	Valor (R\$)
Receita Corrente Líquida - RCL	25.170.814
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo de Endividamento	25.168.984
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo de Limite de Pessoal	25.061.058
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Educação	23.376.177
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Saúde	23.376.161
Resultado Primário	Valor (R\$)
Meta estabelecida na LDO - Acima da Linha	491.590
Resultado Apurado	2.655.080
Resultado Nominal	Valor (R\$)
Meta estabelecida na LDO\LOA - Acima da Linha	143.744
Resultado Apurado	865.299
Disponibilidade de Caixa - Consolidada	Valor (R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.249.046
Restos a Pagar Liquidados	255.284
Demais Obrigações Financeiras	1.524.976
Disponibilidade de Caixa Líquida antes da Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	8.298.434
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	1.976.777
Disponibilidade de Caixa Líquida após Inscrição de Restos a Pagar não Processado	6.492.009

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Na Disponibilidade de Caixa Bruta foram considerados somente os recursos classificados em caixa e equivalente de caixa. As aplicações financeiras do regimes previdenciário, classificadas em curto ou longo prazo, no total de R\$ 226.117.787,24 e R\$ 119.622.897,40, referentes ao PREVID e FPP, respectivamente, não foram incluídas no demonstrativo

Tabela 110 - Resumo de Indicadores Fiscais – Índices Legais

(R\$ milhares)

Índices Legais		
Saúde	Valor (R\$)	%RELIT
Mínimo Constitucional a ser aplicado (CF/88)	2.805.139	12,00
Despesas Consideradas	3.665.183	15,67
Valor Aplicado Acima do Mínimo	860.044	3,67
Aplicações não Consideradas no Cálculo	1.507.493	6,45
Educação – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE	Valor (R\$)	%RELIT
Mínimo Constitucional a ser aplicado CF/88	5.844.044	25,00
Despesas Consideradas	6.094.452	26,07
Valor Aplicado Acima do Mínimo	250.408	1,07
Aplicações não Consideradas no Cálculo	1.055.656	4,52
Parcerias Público Privadas - PPP	Valor (R\$)	%RCL
Limite Máximo	1.258.541	5,00
Despesas Consideradas no Exercício de 2020	53.664	0,21
Despesa com Pessoal	Valor (R\$)	%RCL
Despesa Total com Pessoal	11.814.285	47,15
Limite Máximo (Art. 20, Inc. I, II e III, LRF)	15.036.635	60,00
Limite Prudencial (Art. 22, Parágrafo Único, LRF)	14.284.803	57,00
Limite de Alerta	13.532.972	54,00
Dívida Consolidada	Valor (R\$)	%RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	50.338.967	200,00
Dívida Bruta	18.849.850	74,89
Dívida Consolidada Líquida	11.108.324	44,13
Garantias	Valor (R\$)	%RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.537.176	22,00
Total de Garantias	2.226.227	0,90
Operações de Crédito	Valor (R\$)	%RCL
Limite Definido pelo Senado Federal	4.027.037	16,00
Operações de Crédito Internas e Externas	1.406.915	5,59

Fonte: SEFAZ/CECOG

Com o objetivo de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, sempre com a observância dos limites fixados pela Lei, o Governo do Estado se posiciona dentro das metas estabelecidas de Resultado Primário e Nominal, aplicação dos mínimos constitucionais em Educação e Saúde e de gastos estipulados para Pessoal, Dívida, Operações de Crédito, Garantias e outros.

A cada quadrimestre, foi demonstrado, em audiências públicas junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa do Ceará, o cumprimento das metas fiscais do Estado, conforme estabelece o § 4º, do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os Anexos da Gestão Fiscal - RGF - foram publicados e entregues aos órgãos de controle externo dentro dos prazos estabelecidos pela LRF, demonstrando, portanto, o compromisso com a transparência na Gestão Pública Estadual.

6. NOTAS EXPLICATIVAS

6.1 Notas Explicativas de Caráter Geral

6.1.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e Evidenciação das Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas neste Balanço Geral do Estado foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, ao novo Plano de contas Aplicado ao Setor Público, conforme o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, em conformidade com os princípios da Administração Pública, com as Leis de finanças e orçamento público, com as normas e princípios contábeis, e com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/00.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, art. 101, “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos”. A execução orçamentária do Estado do Ceará apresenta a origem e a destinação dos recursos identificados por fonte, segundo o seu fato gerador e aplicação. As fontes são codificadas individualmente e, gerencialmente, por grupo de fontes como: do tesouro, de convênios, de operações de crédito etc.

Importante esclarecer que as transações das receitas e das despesas foram realizadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04.05.2001 e alterações posteriores. As despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e, ainda, despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo. Quando da apropriação da obrigação em um órgão ocorre uma despesa intraorçamentária, que, no momento do recebimento em outro órgão, registra uma receita intraorçamentária.

Os instrumentos legais de orientação para as regras e procedimentos contábeis do exercício de 2021 são a Portaria STN nº 877, Portaria Conjunta STN/SOF nº 6, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 6, todas de 18 de dezembro de 2018, que aprovaram a 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, e também a Portaria STN nº 375, de 08 de julho de 2020 alterada pela portaria STN nº 709, de 25 de fevereiro de 2021, que aprovou a 11ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com o MCASP 8ª edição, e pelo qual são elencadas as seguintes demonstrações:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;

- Balço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL);
- Notas Explicativas.

O S2GPR gera e emite os relatórios das demonstrações contábeis relativo aos anexos 12, 13, 14 e 15 da Lei nº 4.320/64, que correspondem aos Balços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Variações Patrimoniais, respectivamente. Gera também o anexo 1 - Demonstração dos Ingressos e Dispêndios por Categoria Econômica, Anexo 10 - Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados e o Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante da referida Lei e que também compõem a prestação de contas do governo.

Por força da Resolução TCE nº 3.303/2006, os órgãos da Administração Direta apresentam suas prestações de contas anuais de forma individualizada.

6.1.2 Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 estabeleceu prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas nacionais, conforme seu Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP).

Procedimento Contábil Patrimonial	Prazo para Implantação (até)	Situação
a) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2020	Parcialmente Implantado
b) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas	2020	Parcialmente Implantado
c) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2017	Parcialmente Implantado
d) Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	2015	Implantado

e) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	2019	Parcialmente Implantado
f) Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	2019	Parcialmente Implantado
g) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	2019	Parcialmente Implantado
h) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável.	2022	Não Implantado
i) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução a valor recuperável (quando passível de registro, segundo as IPSAS, as NBC TSP e o MCASP).	2022	Não Implantado
j) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	2019	Não Implantado
k) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias etc.)	2017	Não Implantado
l) Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	2015	Implantado
m) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	2016	Parcialmente Implantado
n) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico	Não Implantado
o) Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução a valor recuperável.	2020	Parcialmente Implantado
p) Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico	Não Implantado
q) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução a valor recuperável.	2019	Parcialmente implantado

r) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2021	Parcialmente Implantado
s) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, nas NBC TSP e no MCASP	A ser definido em ato normativo específico	Não Implantado

6.1.3 Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas.

A padronização dos registros contábeis das entidades das esferas de governo, envolvendo a Administração Direta e Indireta, inclusive fundos, autarquias, agências reguladoras e empresas estatais dependentes, foi feita com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estendido.

6.1.4 Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do país. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

6.1.5 Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas.

Na preparação das demonstrações contábeis, o Governo do Estado fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada conforme estabelecido no Decreto estadual nº 31.340/2013 e alterações posteriores.
- b) No exercício de 2020 foi constituído o ajuste para perdas de créditos inscritos em dívida ativa, considerados como irrecuperáveis, os créditos inscritos há mais de 15 (quinze) anos, sem anotação de suspensão de exigibilidade ou de garantia, nos termos do art. 8º da Lei nº 17.277, de 10 de setembro de 2020.
- c) os benefícios de aposentadoria foram registrados como passivo atuarial, tendo como base o laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade etc. O valor da obrigação é altamente sensível a mudanças, tendo em vista que essas premissas são revisadas a cada data-base. A nota explicativa [BP17](#) detalha as principais premissas utilizadas na avaliação atuarial.

6.2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

6.2.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Incluem a conta única e demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

6.2.2 Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

6.2.3 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor.

6.2.4 Investimentos Permanentes

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha controle acionário ou influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações contábeis mais recentes (nem sempre definitivas) das empresas públicas e das sociedades de economia mista das controladas. O lapso temporal das demonstrações contábeis das empresas estatais para fins de equivalência patrimonial ocorre pela diferença de data de obrigatoriedade de apresentação das demonstrações ao Governo do Estado e as datas exigidas para fins da contabilidade comercial\societária\fiscal. Essa política, avaliação do investimento com base em demonstrações não definitivas, está sob análise e pode ser revista, pois ocorre de as demonstrações das empresas controladas entregues serem revisadas e haver alterações de valores.

6.2.5 Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.

6.2.6 Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição.

6.2.7 Depreciação, Amortização e Exaustão

A depreciação, amortização, exaustão de bens do Poder Executivo são feitas conforme a tabela de depreciação estabelecida no Decreto Estadual nº 31.340/2013 e alterações posteriores.

Tratando-se de controle do patrimônio do Estado, a Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, órgão responsável pela gestão patrimonial do Estado, utiliza o Sistema de Gestão de Bens Imóveis - SGBI, que tem a finalidade de efetuar o controle corporativo de todos os bens imóveis de uso do Estado, de sua propriedade ou locados, o SGBM - Sistema de Gestão de Bens Móveis e o Sistema de Gestão da Frota - SIGEF.

6.2.8 Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações do Estado são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

6.2.9 Depósitos Judiciais

Os valores de depósitos judiciais de terceiros utilizados e contabilizados como receita orçamentária provenientes da Lei nº 15.878/2015 estão contabilizados como dívida no passivo do estado e são atualizados monetariamente pelo índice de poupança. Já os depósitos judiciais utilizados nos quais o estado é parte, Emenda Constitucional nº 94/2016 e Emenda Constitucional nº 99/2017, estão registrados em contas de controle e são atualizados pelo mesmo índice.

6.2.10 Sequestro Judiciais

Os sequestros judiciais enquanto não devolvidos pela justiça ou regularizados orçamentariamente (empenho, liquidação e pagamento escritural) são registrados em contas patrimoniais de despesa a apropriar.

6.2.11 Bloqueios Judiciais

Os bloqueios judiciais foram inicialmente em contas de controle, mas dada a prática de alguns bancos de não apresentar esses valores no extrato bancário foram registrados em Outros Créditos a Receber e Valores de curto prazo até a liberação do recurso pela justiça ou efetivação do sequestro judicial, momento em que efetivamente o recurso é transferido para a conta judicial determinada e deve haver a regularização orçamentária da saída. No bloqueio judicial o recurso permanece na conta, podendo ou não ser apresentado no extrato bancário, conforme procedimento do banco detentor da conta.

6.2.12 Custos dos Empréstimos

Os custos dos empréstimos foram reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos tenham sido aplicados, ou seja, os custos dos empréstimos não foram capitalizados.

6.2.13 Restos a Pagar

As inscrições de restos a pagar processados e não processados são válidas por dois anos, sendo canceladas automaticamente após esse período. Assim, os restos a pagar provenientes do exercício de 2019 foram cancelados ao final deste exercício, conforme a Lei nº 11.714, de 25 de julho de 1990.

6.2.14 Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

O crédito orçamentário referente às retenções é considerado pago no momento da liquidação, ou seja, considera-se que a obrigação com o credor da despesa foi quitada, restando uma obrigação para com terceiros. Importante destacar que neste momento ainda não houve desembolso financeiro.

6.2.15 Registro da Receita Orçamentária

No exercício de 2019 o estado do Ceará implantou o novo ementário da receita orçamentária, incluindo um desdobramento adicional para atender suas necessidades de detalhamento e flexibilidade para criação de naturezas de receitas específicas. A receita orçamentária é registrada no momento da arrecadação do recurso de forma centralizada no Tesouro Estadual, à exceção de recursos que por disposição legal ou contratual devem ser registrados em Secretarias específicas, tais como recursos do FUNDEB, FNDE, Compensação Ambiental, recursos de convênios etc. As autarquias, fundações, fundos e empresas públicas que têm arrecadação própria dispõem de contas bancárias específicas.

6.2.16 Liberação de Recursos de Fonte Tesouro

Os recursos de Fonte Tesouro, centralizados na Conta do Única do Tesouro Estadual, são liberados de forma automática somente no momento do pagamento. Os recursos transitam por uma conta bancária intermediária chamada conta gestão de onde são destinados ao credor beneficiário.

6.2.17 Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidência como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

6.2.18 Liquidação de Despesas de Exercícios Anteriores

Na liquidação de despesas de exercícios anteriores, o reconhecimento da obrigação a pagar é feita contra a conta de ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido.

6.2.19 Desvinculação das Receitas Estaduais (DRE)

No exercício de 2019 foi implementada a Desvinculação de Receitas dos Estados - DRE, autorizada pelo Emenda Constitucional nº 93/2016 e regulamentada pela Lei nº 16.721, de 21/12/2018. Pela sistemática utilizada, deduzem-se as receitas nas unidades gestoras arrecadadoras e a receita orçamentária é lançada no Tesouro Estadual.

6.2.20 Incentivos Fiscais - Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI

Os incentivos fiscais do Estado do Ceará são evidenciados, conforme programa do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, registrando os créditos a receber de Curto Prazo no Ativo Circulante e os de Longo Prazo no ativo Não Circulante do Balanço Patrimonial, com as devidas deduções dos prováveis valores de fundo perdido, conforme as normas legais e contratuais inerentes ao FDI.

6.2.21 Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

- I. Resultado Patrimonial - A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).
- II. Resultado Orçamentário - O regime orçamentário segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- III. Resultado Financeiro - O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Estado.

6.2.22 Consolidação das Demonstrações Contábeis

Na geração das demonstrações contábeis consolidadas não são excluídas as operações intraorçamentárias.

6.2.23 Providências Referentes às Recomendações do TCE Constantes do Parecer Prévio das Contas do Governo do Exercício de 2019

Em 2021, o TCE/CE emitiu o Parecer Prévio sobre as Contas do Governador do Estado Ceará referente as , sob a ótica das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, e expediu 52 (cinquenta e duas) recomendações a serem observadas pelo Poder Executivo.

Para tratamento das recomendações foi instituída a Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades das Contas de Governo - PASF Contas de Governo, composta por representantes da Casa Civil, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e coordenada pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE), na condição de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Desde o exercício de 2020 que o governo vem enfrentando um grande desafio à execução das políticas públicas, devido à Pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e a consequente decretação de Estado de Calamidade Pública. Esta situação exigiu que o Estado redefinisse seu planejamento e direcionasse recursos adicionais à área da Saúde, tendo ainda que conciliar o suporte às demandas econômicas e sociais do Estado. Assim, as restrições decorrentes da Pandemia afetaram as condições de implementação de ações, inclusive com a limitação de atuação presencial.

A Comissão do PASF Contas de Governo consolidou as informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pelas ações adotadas em função das recomendações emitidas pelo TCE/CE nas Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2020.

6.2.24 Nota explicativa específica ao Contrato de Financiamento nº 13.2.0967.1 com o BNDES: “Operação BNDES Estados”

Em 28/11/2013, com base na Lei Estadual nº 15.325, de 02 de abril 2013, alterada pela Lei Estadual nº 15.382, de 25 de julho de 2013 e demais autorizações exigidas na legislação, o Estado do Ceará formalizou com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES, o Contrato de Financiamento Nº 13.2.0967.1, no valor de R\$713.416.700,00 (setecentos e treze milhões, quatrocentos e dezesseis mil e setecentos reais) com o objetivo de apoiar um “Plano de Investimentos do Estado do Ceará” constantes nos Planos Plurianuais desde 2012-2015, no âmbito da Linha BNDES Estados.

Inicialmente previsto para encerrar em 28/11/2015, obteve da Diretoria do Banco, sucessivas autorizações de prorrogação de prazo de utilização dos recursos, o qual findou em 31/12/2021, com a possibilidade do estabelecimento de nova data a partir da conclusão da análise e eventual autorização de novos projetos equivalentes ao saldo residual do valor contratado a ser reembolsado pelo Estado.

Até o final de 2021, o supracitado Plano estava composto, por 24 (vinte e quatro) Projetos de Investimentos, que foram submetidos à apreciação técnico-jurídica do BNDES e os seus recursos foram desembolsados conforme as suas execuções. À época da contratação,

ainda era possível o reembolso de investimentos realizados antes da assinatura do contrato e alguns dos Projetos receberam, tanto recursos de períodos anteriores à contratação, como durante a execução, já na vigência contratual, os reembolsos foram uma prática comum.

Os reembolsos foram feitos mediante a comprovação dos investimentos, bem como o atendimento das regularidades licitatória, fundiária e ambiental, conforme a natureza do objeto financiado. Além disso, após a conclusão da execução física dos projetos, o BNDES fazia o último desembolso a título de ressarcimento, após a constatação de sua conclusão.

Sob o ponto de vista do Reembolso, uma vez que não é possível a sua visualização nos demonstrativos contábeis e registros dos sistemas de execução da despesa pública, o quadro a seguir demonstra a quais investimentos, conforme o Plano Plurianual e os Programas de Governo, esses ressarcimentos correspondem.

Tabela 111 - Volume de Recursos Reembolsados - por PPA da Execução do Investimento - Programa - Projeto e Fonte

PPA	Programa	Projeto	Total	
			R\$ mil	%
2012-2015	003 - Transporte e Logística do Estado do Ceará	VLT - Linha Norte VLT's Tuneladoras	53,809	21.50
	068 - Educação Superior	FATEC de Iguatu	11,394	4.60
	039 - Transferência Hídrica	Trecho V do Eixão das Águas	17,856	7.10
	040 - Acumulação Hídrica	Barragem Mamoeiro e Adutora de Antonina do Norte	16,765	6.70
	077 - Infraestrutura, Gestão e Assistência Penitenciária	Unidade CPPL V - Itaitinga	5,429	2.20
		Unidade Regime Semiaberto		
	093 - Infraestrutura Esportiva e de Lazer	Centro de Formação Olímpica	18,501	7.40
	075 - Construção e Desenvolvimento do Destino Turístico "CEARÁ"	Terminal de passageiros de Jeri	466	0.20
		Equipamentos para HRSC		
	037- Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	Construção do HRSC	93,062	37.20
		Construção do HRN		
2016-2019	006 - Memória Cultural	Reforma e Restauro do Cine São Luiz	12,336	4.90
	Subtotais		229,618	91.80
	500 - Gestão e Manutenção da Sefaz e Vinculada	Solução de Módulos Fiscais	909	0.40
	010 - Infraestrutura e Logística	Rodovia CE-356		
		Terminal de Passageiros de Jeri	5,012	2.00
	019 - Mobilidade Urbana	Tuneladoras	339	0.10
	071 - Gestão e Desenvolvimento da Educação Superior	FATEC de Iguatu	275	0.10
	004 - Infraestrutura e Gestão do Sistema Penitenciário	Unidade CPPL V - Itaitinga	975	0.40
		Panorama Artesanal	1,212	0.50
	028 - Desenvolvimento e Consolidação do Destino Turístico Ceará			
	057 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	Construção do HRSC	1,470	0.60
	059 - Encargos Gerais do Estado	Sistema de Bilhetagem Eletrônica	1,359	0.50

016 - Oferta Hídrica para múltiplos usos	Máquinas Perfuratrizes - 1º Lote	8,905	3.60
	Máquinas Perfuratrizes - 2º Lote		
Subtotais		20,456	8.20
TOTAL		250,075	100.00

Notas:

1. Elaborado pela UGP BNDES ESTADOS/SEPLAG.
2. O valor de reembolso do Projeto Sistema de Bilhetagem – R\$1.359mil – findou o exercício na aplicação e será movimentado em 2022.

A tabela evidencia que do Total Reembolsado – cerca de R\$250.075mil (duzentos e cinquenta milhões e setenta e cinco mil reais) – 91,8% (noventa e um inteiros e oitenta centésimos por cento) dos recursos correspondem a 14 (quatorze) Projetos de 09 (nove) Programas do PPA 2012-2015 e 8,2% (oito inteiros e vinte centésimos por cento) correspondem a 11 (onze) Projetos de 09 (nove) Programas do PPA 2016-2019.

Especificamente em relação ao Exercício de 2021, dentre os recursos desembolsados pelo BNDES, foram repassados, a título de Reembolso, um total de R\$8.270mil (oito milhões, duzentos e sessenta mil reais), sendo: R\$3.996mil (três milhões, novecentos e noventa e seis mil reais) da Fonte 69 e R\$4.274mil (quatro milhões, duzentos e setenta e quatro mil reais) da Fonte 00-01. Deste total, foi realizada a movimentação financeira de R\$6.911mil (seis milhões, novecentos e onze mil reais), restando a movimentação de R\$1.359mil (um milhão, trezentos e cinquenta e nove mil reais) a se realizar no exercício de 2022.

6.2.25 Nota explicativa específica às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Dado que o prazo legal para apresentação das Demonstrações Contábeis das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, regidas pela Lei da Sociedade por Ações nº 6.404/1976 e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, é diferente do prazo legal para apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor público e ocorre após a data de encerramento e publicação do Balço Geral do Estado (BGE), poderão ocorrer divergências de valores nos saldos das demonstrações BP, DRE, DLPA, DFC, DVA e DLPA das empresas públicas e sociedades de economia mista aqui apresentadas, visto que são demonstrações preliminares, geralmente não definitivas e sujeitas a alterações e revisões pela empresa ou por auditorias externas.

INCORPORAÇÃO/ALIENAÇÃO (ADECE/CODECE):

Em 2020, o Governo do Estado do Ceará através da Lei nº 17.361 de 21 de dezembro de 2020 publicada no Diário Oficial de 21/12/2020, autorizou, a incorporação da Companhia de Desenvolvimento do Ceará - CODECE pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará-S.A - ADECE.

Sendo incorporado os seus bens, direito e obrigações pela Incorporadora, nos termos dos artigos 224 a 227 da Lei das Sociedade por Ações (“Incorporação”), com objetivo de otimizar e simplificar a estrutura organizacional das empresas, conforme apresentados.

O trâmite da incorporação se deu em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com as seguintes documentações: a Proposição da Diretoria Executiva 05/2021, o Protocolo e a Justificativa da Incorporação da Companhia de Desenvolvimento do Ceará - Codece, pela Adece, Termo de Retificação do Protocolo da Incorporação, o Laudo de Avaliação, elaborado pela empresa Avançar Contadores Associados S/S, que avaliou pelo, valor contábil, do patrimônio líquido da Codece, referente a data-base de 31/05/2021, no valor de R\$14.568.978,16 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, novecentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos). As ações da Incorporada foram extintas no ato da Incorporação, sendo substituídas por 15.489.428 (quinze milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentas e vinte e oito) novas ações nominativas, sendo 15.203.295 (quinze milhões, duzentos e três mil, duzentos e noventa e cinco) de ações ordinárias e 286.133 (duzentos e oitenta e seis mil, cento e trinta e três) de ações preferenciais, no valor de R\$0,9952, cada ação.

A incorporação atende ao interesse da Adece e Codece, contribuindo para a redução despesas e custos operacionais e trará vantagens aos acionistas com melhores condições de gerar resultados no desenvolvimento das ações da incorporadora ao proporcionar uma eficiência administrativa, legal e financeira, justificando-se a incorporação, ainda, pelos seguintes motivos:

- a) A Incorporação resultará em ganhos de sinergias, possibilitando uma racionalização de simplificação da estruturação integrada e mais eficiente das empresas;
- b) A incorporação faz parte de uma nova reorganização societária das empresas, na qual se busca centralizar atividades, recursos e esforços com o objetivo de atender as competências da INCORPORADORA.

Notas explicativas conforme resolução COGERF nº 10/2020 (DOE 17/06/2020):

- 1) A Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará -CEARAPAR recebeu no exercício de 2021 referente ao aporte de capital no montante de R\$ 3.000.000,00, do Governo do Estado do Ceará no dia 03/12/2021, para aplicação em gastos na manutenção e destinação de seu objeto social. Desta forma para atender a Resolução citada acima, conforme solicitado no Ofício nº 479/2021- GABIN/COPAC, a companhia informa no quadro a seguir sobre a forma de aplicação dos recursos no exercício de 2021. Vale ressaltar que essa composição está detalhada conforme o regime de caixa, por serem valores pagos dentro do exercício de 2021:

Tabela 112 - Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará - CEARAPAR

DESCRIÇÃO	(R\$ milhares)
Recursos Aportados	3,000
(-) Aplicações Financeiras	(2.900.)
(+) Rendimentos s/aplicações	18
(-) Encargos s/ aplicações	(0)

(-) Gastos c/ Pessoal	(116)
(-) Gastos c/ encargos	(1)

- 2) A Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR recebeu recursos financeiros no valor de R\$ 163.829.798,65 repassados pelo acionista majoritário - Governo do Estado do Ceará, originário do Tesouro Estadual que foi aplicado da forma abaixo descrita:

Tabela 113 - Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR

DESCRIÇÃO	(R\$ milhares)
Aplicação em Custos e Despesas Operacionais no ano	145,117
Aplicações em Aquisições para Ativo Imobilizado	15,613
Saldo de Recursos Disponível	3,100

A informação conforme determina resolução COGERF nº 10/2020 (DOE 17/06/2020) na qual orienta os recursos recebidos com aumento de capital, especifiquem em quais despesas foi aplicado, não foi enviada pela Central de Abastecimento do Ceará S/A - CEASA.

6.3 Notas Explicativas Das Demonstrações Contábeis

6.3.1 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário Consolidado

BO01 - Composição da Receita Prevista e Realizada

1

Embora a receita e despesa orçamentária tenham sido detalhadas nos capítulos I e II, exporemos a composição desses valores sob o ponto de vista contábil. A composição contábil das receitas previstas e realizadas estão demonstradas nas tabelas duas tabelas seguintes.

Tabela 114 - Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada

(R\$ milhares)	
Conta	Valor
5.2.1.1.1- Previsão Inicial da Receita Bruta	33.975.932
5.2.1.1.2- Deduções da Previsão Inicial	-3.629.263
(+)5.2.1.2.1- Previsão Adicional da Receita	3.509.672
(-)5.2.1.2.9 - Anulação da Previsão da Receita	-52.189
(=) Previsão Atualizada	33.804.153

Fonte: SEFAZ/CEORG

O valor da dedução da previsão inicial da receita se refere a previsão de valores a serem deduzidos e repassados ao FUNDEB.

O valor das receitas realizadas também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária). A tabela abaixo apresenta a composição da Receita Orçamentária Realizada no Exercício de 2021.

Tabela 115 - Demonstrativo da Composição da Receita Realizada

(R\$ milhares)	
Conta	Valor
6.2.1.2 - Receita Realizada	38.934.898
6.2.1.3 - Deduções da Receita Orçamentária	-4.738.545
6.2.1.3.1.01 - (-) FUNDEB	-4.386.679
6.2.1.3. 9.01 - (-) Restituições de Receita Orçamentária	-95.821
6.2.1.3. 9.02 - (-) Dedução de Receita por Apropriação da DRE	-256.044
(=) Receita Líquida Realizada constante no Balanço Orçamentário	34.196.353

Fonte: SEFAZ/CECOG

No exercício de 2019 foi implementada a Desvinculação de Receitas dos Estados - DRE, autorizada pelo EC 93/2016 e regulamentada pela lei nº 16.721, de 21/12/2018. Pela sistemática utilizada, deduz-se a receita nas unidades gestoras arrecadadoras e a receita orçamentária é lançada no Tesouro Estadual.

BO02 - Composição Contábil da Dotação Atualizada e Despesa Fixada e Executada por Tipo de Crédito

A Dotação Inicial é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por Tipo de Crédito), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação). A tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada para o exercício de 2021:

Tabela 116 - Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada – Consolidada

(R\$ milhares)	
Conta	Valor
5.2.2.1.1. - Dotação Inicial	30.346.669
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito	12.224.017
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	5.932.248
(=) Dotação Atualizada	36.638.438

Fonte: SEFAZ/CECOG

A Despesa Empenhada é evidenciada pelo saldo do grupo de contas 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado). A composição da despesa liquidada se dá pelo somatório entre o saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.03 (Crédito Empenhado Liquidado a Pagar) e 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Já a despesa paga é obtida pelo saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Na tabela que segue, evidencia-se a fixação e execução da despesa por tipo de crédito.

Tabela 117 - Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa por Tipo de Crédito - Consolidada

(R\$ milhares)					
Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidado	Pagamento
Ordinários e Suplementares	30.346.669	36.453.128	32.721.230	30.926.074	30.673.008
Ordinários Especiais	0	185.310	170.388	159.120	158.740
Total geral	30.346.669	36.638.438	32.891.618	31.085.194	30.831.747

Fonte: SEFAZ/CECOG

Na tabela acima não estão incluídos valores de orçamento de investimentos das empresas estatais independentes que foi fixado na LOA em R\$ R\$ 672.100.339,00.

BO03 - Utilização do Superávit Financeiro do Exercício de 2020 para Abertura de Créditos Adicionais

No exercício de 2020 foi apurado um superávit financeiro de R\$5.508.459.408,43, da confrontação entre o Ativo Financeiro e Passivo Financeiro. Parte da despesa empenhada em 2021, R\$ 2.835.522.588,33, foi autorizada mediante utilização de superávit financeiro obtidos em exercícios anteriores.

BO04 - Receitas e Despesas Decorrentes de Operações Intraorçamentárias

Em 2021, foi verificada diferença entre o total das Receitas realizadas e as Despesas Intraorçamentárias pagas de R\$ 31.284.225,83, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 118 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias – Consolidadas

(R\$ milhares)

Valores Intraorçamentários em 31/12/2021	Valor
Receitas Intraorçamentárias (Valores Líquidos Arrecadados no Exercício)	1.717.307
Despesas Intraorçamentárias (Valores pagos no Exercício)	1.686.023
Diferença	31.284

A metodologia estabelecida pela legislação de Contabilidade Aplicada ao Setor Público para o registro das receitas e despesas Intraorçamentárias não permite a compatibilização de seus valores dentro do exercício financeiro, devido a diversas concepções e diferenças operacionais para registro dessas receitas e despesas. Esse contexto enseja a necessidade de edição de nota explicativa em cada exercício financeiro de referência para composição das diferenças.

É mister mencionar que a legislação de direito financeiro estabelece, para o setor público, que os regimes contábeis da receita e despesa orçamentária são distintos (Lei 4.320/64, art. 35). Conforme a norma, o reconhecimento da despesa intraorçamentária se dá pelo empenho, enquanto a arrecadação e o recebimento efetivo desses valores ocorrem em outro momento, posterior ao empenhamento das despesas. Se a compatibilização das receitas e despesas intraorçamentárias ocorresse com base nas despesas empenhadas, a diferença seria ainda maior. A título de informação, o Estado do Ceará empenhou despesas intraorçamentárias, em 2021, no montante de R\$ 1.726.166.905,32.

Comparando a despesa empenhada e paga, já partiríamos com uma diferença de R\$40.143.993,08. Isso justifica a decisão de compatibilizar a receita intraorçamentária arrecadada com a despesa paga, já que o momento de ocorrência desses fatos tende a ser mais aproximado.

Entretanto, mesmo comparando receitas e despesas intraorçamentárias quando da ocorrência dos fluxos financeiros (arrecadação e pagamento), não há como compatibilizar totalmente os valores dentro do exercício, uma vez que as operações que registram a receita e despesa intraorçamentária ocorrem envolvendo Unidades Gestoras e momentos distintos. A seguir, apresentam-se a receita e despesa intraorçamentárias ajustada, considerando-se as situações que ensejam tal diferença:

Tabela 119 - Demonstrativo da Composição das Diferenças entre a Receita realizada e a Despesa Intraorçamentária paga Consolidada (Modalidade 91)

EXERCÍCIO: 2021 (R\$ milhares)

Especificação	Receita	Despesa	Diferença
Pagamentos Orçamentários do Exercício na Modalidade 91	1.717.307	1.686.023	31.284
Ajuste de Receita - Administração Direta e Indireta	32.340	0	32.340
Valor Realizada a Credor não integrante do mesmo OFSS	0	0	0
Pagamentos Extraorçamentários do Exercício na Modalidade 91	-94.908	0	-94.908
Total	1.654.739	1.686.023	-31.284

Fonte: SEFAZ/CEORG

Nota 01 - Esta tabela evidencia a receita e a despesa intraorçamentárias pelos valores totais de arrecadação e pagamentos realizados no exercício 2020;

Nota 02 - Na composição da diferença entre a receita intra e a correspondente despesa foi considerado realizado também o montante extraorçamentário, cujo pagamento, no montante de R\$ 94.907.566,90, se deu no exercício de 2021, o que enseja sua contabilização como receita intraorçamentária.

Nota: na composição da diferença entre a receita intra e a correspondente despesa paga foi considerado também o montante extraorçamentário, cujo valor de R\$ R\$ 94.907.566,90, se deu no exercício de 2021, o que enseja sua contabilização como receita Intraorçamentária.

BO05 - Tratamento dado aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Demonstrativo Consolidado

Em virtude da sistemática adotada pelo estado do Ceará para tratamento dos Restos a Pagar não Processados que foram liquidados em exercícios anteriores, não houve a transferência dos Restos a Pagar não Processados liquidados em 2020 para o saldo inicial dos Restos a Pagar Processados em 2021. Portanto, o saldo inicial dos Restos a Pagar não Processados Liquidados em exercícios anteriores compõe o Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados, conforme cálculo é evidenciado na tabela abaixo:

Tabela 120 - Demonstrativo do Cálculo do Saldo Inicial dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores - Consolidado

(R\$ milhares)

Conta Contábil/Saldo Inicial	Valor
6.3.1.1.2-RP Não Processados a Liquidar - 2º Exercício	72.989
(+) 6.3.1.3.2-RP Não Processados Liquidados a Pagar - 2º Exercício	163
Total dos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores	73.152
Valor Constante no Saldo Inicial de Exercícios Anteriores Dos RPNP-Anexo I	73.315

Fonte: SEFAZ/CECOG

BO06 - Comparativo entre o Anexo 1 - Demonstração dos Ingressos e Dispendios segundo as Categorias Econômicas e o Anexo 10 - Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados e o Balanço Orçamentário

Os grupos de receitas orçamentárias na Demonstração dos Ingressos e Dispendios segundo as Categorias Econômicas estão apresentadas por seus valores brutos e o total de deduções apresentadas em separado, totalizados por categoria econômica - sem referência ao grupo restituído. No Balanço Orçamentário e no Anexo 10 – Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados, a receita orçamentária arrecadada por grupo está apresentada pelos valores líquidos - já descontados os valores restituídos.

Por conta disso, é possível que a receita por grupo na Demonstração dos Ingressos e Dispendios segundo as Categorias Econômicas apresente valores diferentes quando comparados com a receita por grupo no Balanço Orçamentário e no Anexo 10 – Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados - que apresentam valores líquidos. A Receita Orçamentária Realizada Total e por Categoria Econômica apresentam os mesmos valores nos três demonstrativos.

6.3.2 Notas Explicativas do Balanço Financeiro Consolidado

BF01 - Critérios utilizados na elaboração do Balanço Financeiro

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada - 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária).

As despesas orçamentárias expostas no Balanço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado, e esse valor é obtido pelo saldo da conta 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado). O grupo de Transferências Financeiras recebidas (4.5.1) e concedidas (3.5.1) refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará.

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está inclusa a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

Ainda no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como os relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (devolução de depósitos, cauções, consignações), bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, representa o saldo inicial e final das contas de caixa e equivalente de caixa (1.1.1) e de ativo financeiro (1.1.3.8.1.06.01, 1.1.3.8.2.50, 1.1.3.8.2.51, 1.1.3.8.2.52, 1.1.3.8.2.53, 1.1.3.8.2.54, 1.1.3.8.2.55, 1.1.3.8.2.56, 1.1.3.1.2.03, 1.1.3.8.1.06.01, 1.1.3.8.3.28.01, e 1.1.3.1.1.99.01.).

BF02 - Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

A tabela abaixo evidencia a composição do grupo dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis e logo abaixo a débito.

Tabela 121 - Demonstrativo do Cálculo dos Recebimentos de Outros Valores Restituíveis – Consolidado

		(R\$ milhares)
Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	238.932
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	213.655
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	7.885.786
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	9.480
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	18
2.1.8.8.1.11	Restituições de Receitas a Pagar	28.659
2.1.8.8.1.52	Pagamentos em Processamento Bancário	9.730
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	1.600
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	80.400
2.1.8.8.2.11	Restituições de Receitas a Pagar	5.033
2.1.8.8.2.12	Arrecadação da DRE a Repassar – Fora do Sistema DAE (F)	256.060
2.1.8.8.3.11	Restituições de Receitas a Pagar	46.961
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	1.489.277
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	28.838
Total		10.294.427

Fonte: SEFAZ/CECOG

Tabela 122 - Demonstrativo do Cálculo dos Pagamentos de Outros Valores Restituíveis - Consolidado

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	251.275
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	204.516
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	7.832.399
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	8.068
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	11
2.1.8.8.1.11	Restituições de Receitas a Pagar	28.659
2.1.8.8.1.52	Pagamentos em Processamento Bancário	9.730
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	1.832
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	1
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	80.400
2.1.8.8.2.11	Restituições de Receitas a Pagar	5.033
2.1.8.8.2.12	Arrecadação da DRE a Repassar – Fora do Sistema DAE (F)	236.774
2.1.8.8.3.11	Restituições de Receitas a Pagar	46.961
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	1.470.452
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	28.926
Total		10.205.036

Fonte: SEFAZ/CECOG

Os Valores Pendentes a Curto Prazo compreendem as entradas e saídas de caixa sem execução orçamentária ou financeira, registrados na Contabilidade para que o saldo de disponibilidades contábeis seja igual ao verificado nos extratos bancários. No campo dos ingressos, há três agrupamentos de valores que compõem a linha Valores Pendentes a Curto Prazo. Primeiro, consta nesta rubrica as entradas de valores nos extratos que não foram identificados em conciliação bancária. Nesse sentido, para que a contabilidade esteja compatível com a conciliação bancária, tais valores foram lançados na conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar (F).

Segundo, constam nesta rubrica as regularizações realizadas no exercício referentes a sequestros judiciais e outros dispêndios que ficaram pendentes de regularização no exercício anterior, cujos valores estavam registrados nas contas contábeis demonstradas na tabela a seguir (valores a crédito):

Tabela 123 - Demonstrativo dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Ingressos) – Consolidado

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.2.1.05	IR e CSLL a Recuperar/Compensar	187
1.1.9.8.1.51	Sequestros Judiciais a Regularizar	33.445
1.1.9.8.1.52	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	1.323
1.1.9.8.1.99	Outras VPD a Apropriar	1.817
2.1.8.9.1.36.01	Receita Arrecadada a Classificar (F)	19.658.234
2.1.8.9.1.36.02	Receitas a Classificar (F)	13.246
2.1.8.9.1.99.01	Adiantamentos Diversos Recebidos - Antecipação do Tesouro	11.232
3.9.9.9.1.99.06	VPD de Ajustes Diversos.	314
Total		19.719.799

Fonte: SEFAZ/CECOG

No campo dos desembolsos, constam três agrupamentos de saldos que compõem essa linha do Demonstrativo. Primeiro, apresentam-se as saídas de caixa sem a respectiva regularização orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outros desembolsos a regularizar, como tarifas bancárias debitadas.

Em seguida, constam as regularizações de valores não identificados em conciliação bancária no exercício anterior. Tais valores foram baixados da conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar (F). A tabela a seguir demonstra a composição das contas citadas acima (valores a débito):

Tabela 124 - Demonstrativo dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Dispêndios) – Consolidado

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.9.8.1.51	Sequestros Judiciais a Regularizar	18.946
1.1.9.8.1.52	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	1.772
1.1.9.8.1.99	Outras VPD a Apropriar	947
2.1.8.9.1.36.01	Receita Arrecadada a Classificar (F)	19.658.234
2.1.8.9.1.36.02	Receitas a Classificar (F)	8.793
2.1.8.9.1.99.01	Adiantamentos Diversos Recebidos - Antecipação do Tesouro	8.603
3.5.3.1.1.98	Transferência de Ativos para Unidades do Estado Fora do Orçamento Fiscal	32.265
3.9.9.9.1.99.06	VPD de Ajustes Diversos.	507
Total		19.730.067

Fonte: SEFAZ/CECOG

Conforme a IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, no item 20, os campos “Outros Recebimentos Extraorçamentários” e “Outros Pagamentos Extraorçamentários” contemplam situações não previstas nos outros grupos, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o “Saldo do Exercício Anterior” e “Saldo para o Exercício Seguinte”.

O campo “outros recebimentos extraorçamentários” é composto pelo saldo inicial das contas contábeis 1.1.4.1.1.09.01.01 e 1.2.1.3.1.08.01.01 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro (F), a curto e longo prazo, respectivamente. Por outro lado, o campo “outros pagamentos extraorçamentários” é calculado pelo saldo final destas referidas contas contábeis.

Estes valores se referem a recursos financeiros dos fundos previdenciários, FPP e PREVID, aplicados em investimentos que não possuem liquidez imediata e por isso não compõem o grupo Caixa e Equivalentes de Caixa. A tabela a seguir evidencia estes valores.

Tabela 125 - Demonstrativo de Outros Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

(R\$ milhares)			
Código da Conta	Título da Conta	Saldo Inicial	Saldo Final
1.1.4.1.1.09.01.01	Títulos de Responsabilidade do Tesouro (F)	83.845	16.674
1.2.1.3.1.08.01.01	Títulos de Responsabilidade do Tesouro (F)	256.177	329.067
Total		340.022	345.741

Fonte: SEFAZ/CECOG

BF03 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Os agrupamentos “Saldo em Espécie do Exercício Anterior e Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte” são constituídos pelos subgrupos “Caixa e Equivalentes de Caixa e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”. O Caixa e Equivalentes de Caixa representam o saldo inicial (Coluna dos Ingressos) e saldo final (Coluna dos Dispendios) da conta contábil 1.1.1.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados na coluna de ingressos representam o saldo inicial dos ativos financeiros registrados nas contas contábeis: 1.1.3.1.1.99.01, 1.1.3.8.1.06.01, 1.1.3.8.1.99.01, 1.1.3.8.2.50, 1.1.3.8.2.51, 1.1.3.8.2.52 e 1.1.3.8.2.54. Da mesma forma, o saldo final destas contas estão apresentados na mesma linha com a coluna dos dispendios.

As contas contábeis “1.1.3.8.2.50 - Arrecadação da DRE a Receber - Fora do Sistema DAE”, “1.1.3.8.2.51 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber”, “1.1.3.8.2.52 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber” e “1.1.3.8.2.54 - Arrecadação DAE a Recuperar (F)”, registram os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Direta e Indireta via DAE (documento de arrecadação estadual), arrecadados pela Secretaria da Fazenda.

A conta contábil “1.1.3.8.1.06.01 - Numerários em Trânsito (F)” registra os pagamentos rejeitados no final do exercício e que só retornaram no exercício seguinte, por conta de encerramento do expediente bancário. A tabela abaixo evidencia o valor a receber relativo a cada uma das contas de ativo financeiro citadas acima.

Tabela 126 - Demonstrativo dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – Consolidado

(R\$ milhares)			
Código da Conta	Título da Conta	Saldo Inicial	Saldo Final
1.1.3.1.1.99.01	Pendências a Regularizar - Adiantamento do Tesouro p/pagto de Obrigação	0	2.629
1.1.3.8.1.06.01	Numerários em Trânsito (F)	4.351	3.923
1.1.3.8.1.99.01	Valores sob Bloqueio Judicial (F)	0	2.162
1.1.3.8.2.50	Arrecadação da DRE a Receber - Fora do Sistema DAE	21.173	40.458
1.1.3.8.2.51	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	10.932	29.757
1.1.3.8.2.52	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	176	88
1.1.3.8.2.54	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	1	0
Total		36.632	79.017

Fonte: SEFAZ/CECOG

6.3.3 Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial Consolidado

BP01 - Critérios Utilizados na Elaboração do Balanço Patrimonial

Para o preenchimento deste Balanço utilizam-se as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas do Estado do Ceará, além da classe 8 (Controles Credores) para o quadro referente às compensações. Em observância ao art. 105 da Lei nº 4.320/1964, elaborou-se um quadro anexo ao Balanço Patrimonial que evidencia o total do ativo e passivo financeiro, bem como o ativo e passivo permanente e o saldo patrimonial.

O ativo financeiro é obtido pelo somatório do saldo final das contas do ativo (Grupo 1) que possuem o atributo F. Já o ativo permanente compreende a soma dos saldos das contas do ativo que possuem o atributo P. Obtêm-se o valor do passivo financeiro através do somatório dos saldos finais das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo F, o saldo das contas de crédito empenhado a liquidar e restos a pagar não processados a liquidar. Por fim, o passivo permanente compreende a soma dos saldos das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo P.

BP02 - Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a Receber a Curto Prazo englobam os Créditos Tributários a Receber, Clientes, Empréstimos e Financiamentos Concedidos, Dívida Ativa Tributária, Dívida Ativa Não Tributária e os Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo.

Tabela 127 - Demonstrativo dos Créditos a Curto Prazo

(R\$ milhares)

Título	Exercícios	
	2021	2020
Créditos Tributários a Receber	13.306.927	13.899.858
Clientes	0	281
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	52.333	38.488
Dívida Ativa Tributária	194.332	99.120
Dívida Ativa Não Tributária	7.782	6.310
(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo	-45.693	-2.970
Total	13.515.680	14.041.086

Fonte: SEFAZ/CECOG

Os Créditos Tributários a Receber de Curto Prazo são oriundos de Impostos (ICMS, IPVA e ITCD) e de Multas de Obrigações Acessórias a Receber, conforme tabela abaixo:

Tabela 128 - Demonstrativo dos Créditos Tributários a Receber de Curto Prazo

(R\$ milhares)

Título da Conta	Exercícios	
	2021	2020
ICMS	11.855.352	12.012.589
IPVA	282.818	362.601
ITCD	58.563	22.636
Contribuições de Responsabilidade do Segurado a Receber	1.174	1.045
Multas de Obrigações Acessórias a Receber	1.109.019	1.500.986
Total	13.306.927	13.899.858

Fonte: SEFAZ/CECOG

Dos valores reconhecidos, R\$ 9.963.331.425,15 referem-se a ICMS auto de infração e R\$ 1.109.019.373,86 a multas de obrigações acessórias. Os créditos tributários a receber são inicialmente reconhecidos no curto prazo e caso não sejam pagos são encaminhados para a dívida ativa. Os valores reconhecidos e que estejam sendo discutidos no contencioso administrativo tributário devem ser reclassificados para o longo prazo conforme expectativa de não recebimento\julgamento no exercício de 2022.

BP03 - Créditos do FDI

Os valores a receber resultantes dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Ceará, por meio do Programa de Incentivo às Atividades Portuárias e Industriais do Ceará - PROAPI, programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas – PROVIN e Programa de

Atração de Empreendimentos Estratégicos – PROADE do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, assim como as deduções dos prováveis valores a fundo perdido, estão demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 129 - Demonstrativo dos Créditos do FDI

(R\$ milhares)		
Especificação	Valores de Curto Prazo	Valores de Longo Prazo
Créditos a Receber - PROVIN	995.460	2.577.249
Ajustes de Perdas de Créditos A Receber	-899.033	-2.248.862
Saldo	96.427	328.387

Especificação	Valores de Curto Prazo	Valores de Longo Prazo
Empréstimos Concedidos - PROAPI	52.102	248.857
Ajustes de Perdas de Créditos A Receber	-45.693	-47.147
Saldo	6.409	201.710

Especificação	Valores de Curto Prazo	Valores de Longo Prazo
Créditos a Receber - PROADE	249.339	1.115.646
Ajustes de Perdas de Créditos A Receber	-246.480	-1.104.056
Saldo	2.859	11.590

Fonte: SEFAZ/CECOG

A perda do FDI no programa PROVIN corresponde à diferença entre o valor do benefício concedido, o qual corresponde ao limite máximo de 75% do ICMS devido (art. 18, parágrafo único do Decreto nº 32.438/2017) e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (Decreto nº 32.438/2017, Anexo I), em conformidade com a equação abaixo:

$$\text{PERDA} = \text{BENEFÍCIO CONCEDIDO} - \text{RETORNO}$$

Os valores do benefício e do retorno serão obtidos a partir de pontuação obtida pela empresa beneficiária que levará em consideração suas características de geração de emprego, custo de transação, localização, responsabilidades social, cultural e ambiental, pesquisa e desenvolvimento e adequabilidade a base de produção regional, conforme anexo I do Decreto nº 32.438/2017. No caso do FDI/PROAPI, a perda corresponde à diferença entre o valor do empréstimo concedido e o valor que retornará ao Tesouro Estadual, cujo equacionamento encontra-se a seguir descrito:

$$\text{PERDA} = \text{EMPRÉSTIMO CONCEDIDO} - \text{RETORNO}$$

A perda do FDI/PROADE corresponde à diferença entre o benefício concedido, o qual poderá ser de até 99% do ICMS gerado em função da produção da sociedade empresária, e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art. 55 do Decreto nº 32.438/2017), conforme equação a seguir:

PERDA= BENEFÍCIO CONCEDIDO - RETORNO

O percentual do benefício a ser concedido às sociedades empresárias enquadradas no PROADE será fixado em Resolução do Conselho Estadual do Desenvolvimento Industrial.

O valor do retorno será um percentual que incidirá sobre o valor do benefício concedido ou valor do empréstimo.

O retorno corresponde aos valores retornáveis vencido, retornável vincendo e ao fundo perdido vencido, em observância ao art. 32, § 1º do Decreto nº 32.438/2017 e art. 11 do Decreto nº 24.096/1996. Os valores do fundo perdido vencido foram registrados em contrapartida à conta ajustes de exercícios anteriores.

Os valores do FDI/PROAPI de longo prazo estão contabilizados na Unidade Gestora 480201 -FDI, referidos valores serão transferidos para a unidade gestora 190001- SEFAZ à medida que se converterem em curto prazo, em razão das disponibilidades geradas pelo retorno do principal dos benefícios concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI converterem-se em receita ordinária do Tesouro Estadual, conforme Lei nº 12.478/95 e Decreto nº 24.096/96.

BP04 - Dívida Ativa

A Dívida Ativa são créditos a favor da Fazenda Pública que se encontram vencidos e não pagos e devem ser contabilmente discriminados dos demais. É parte integrante do Ativo Circulante e Não-Circulante e o seu registro contábil é realizado através dos dados do Demonstrativo “Dívida Ativa Estadual”, fornecido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, em que se evidenciam as inscrições, as baixas, as atualizações, os cancelamentos e o saldo final em favor da Fazenda Pública, apresentando neste exercício um estoque de R\$ 13.666.696.318,36, composto de: R\$ 202.113.787,84 a curto prazo e R\$ 13.464.582.530,52 a longo prazo. Do estoque de curto prazo R\$ 194.332.210,48 é dívida ativa tributária e R\$ 7.781.577,36 representa dívida ativa não tributária; no longo prazo, R\$ 12.907.695.216,72 constitui-se créditos de origem tributária e R\$ 556.887.313,8 de créditos não tributários, conforme tabela abaixo:

Tabela 130 - Demonstrativo da Dívida Ativa

(R\$ milhares)

Especificação	Exercícios	
	2021	2020
Dívida Ativa Tributária	13.102.027	13.088.402
Curto Prazo	194.332	99.120
Longo Prazo	12.907.695	12.989.283
Dívida Ativa Não Tributária	564.669	425.523
Curto Prazo	7.782	6.310
Longo Prazo	556.887	419.213
Total	13.666.696	13.513.925

Fonte: SEFAZ/CECOG

Os créditos da Dívida Ativa são objeto de atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais, que são incorporados ao valor original inscrito. A atualização monetária deve ser lançada de acordo com o índice ou forma de cálculo pactuada ou legalmente incidente.

Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, algumas medidas foram implementadas no ano de 2020 na busca pela eficiência e celeridade na cobrança dos créditos tributários inscritos na Dívida Ativa.

Acerca das medidas de combate à evasão e sonegação, implantadas em 2021 tem-se a informar o seguinte:

I - Desde 2019, o contribuinte tem a opção de apresentar requerimento administrativo de PEDIDO DE REVISÃO DE DÍVIDA INSCRITA para o fim de apontar alguma manifesta ilegalidade no crédito inscrito, o que vem possibilitando à PGE consolidar sua competência de analisar a legalidade da inscrição operacionalizada pela SEFAZ e evitar a judicialização de demandas potencialmente sem respaldo legal com condenação do Estado em ônus sucumbenciais.

II - Em 2018, a PGE passou a adotar o protesto eletrônico de certidões da dívida ativa que contribui em média em dez por cento, por mês, na arrecadação.

III - Além disso, a partir de janeiro de 2020, a PGE passou a disponibilizar um site exclusivo para os contribuintes do Estado do Ceará inscritos em dívida ativa chamado "PORTAL DO CONTRIBUINTE" que tem por fim deixar acessível, de forma ágil, ao cidadão, todos os serviços relacionados à dívida ativa, como consulta de débitos, parcelamentos, pedidos de revisão de dívida inscrita, agendamento com procuradores do Estado e agendamento de mesas de conciliação. O site possui um e-mail exclusivo para dúvidas dos contribuintes e protocolos de requerimentos o que vem contribuindo para estreitar o relacionamento da PGE com o cidadão e na prevenção de demandas judiciais. Servidores foram capacitados internamente para responder adequadamente e de forma resolutiva as dúvidas encaminhadas pelos contribuintes e há um controle de prazo de resposta em relação às demandas direcionadas ao e-mail.

No período pandêmico, o portal do contribuinte foi a via principal de arrecadação da dívida ativa porque viabilizou a prestação de serviços a todos os contribuintes do Estado do Ceará de forma eletrônica. Parcelamentos são deferidos de forma automática pelo site ou em até 72 horas em caso de pedidos encaminhados por e-mail, o que antes, poderia demorar até 30 dias. O site facilitou a regularização de dívidas (seja o pagamento, seja a defesa do contribuinte) o que, por consequência, contribui para elevar a arrecadação. Para o site, estão previstas inúmeras melhorias futuras tendo em vista o resultado positivo na arrecadação de digitalizar os serviços disponibilizados ao cidadão. O atendimento físico será apenas mais uma opção que permanecerá para atender cidadãos que ainda não tem acessibilidade digital.

IV - Paralelo ao portal do contribuinte, outras medidas foram previstas em 2019 e implementadas em 2020, como o programa PGE DIALOGA, instituído pela Lei 17.162 de 27 de dezembro de 2019 que tem por objetivo institucionalizar o diálogo com o contribuinte como meio efetivo na satisfação de dívidas fiscais. Portanto, desde 2020, o contribuinte pode agendar mesas de negociação com os procuradores para solucionar ou prevenir demandas judiciais. Por meio do Termo de Cronograma de Ajuste de dívidas fiscais – TCAD, a PGE pode firmar negócios processuais típicos ou atípicos, conforme o NCPD.

V - Paralelamente a uma maior acessibilidade e eficiência na prestação dos serviços e à instituição do diálogo na resolução extrajudicial de demandas administrativas e judiciais relacionadas à dívida ativa, no final do ano de 2019, a PGE reestruturou a competência do núcleo de grandes devedores, com ampliação de estrutura física e de pessoal, para o fim de torná-lo um grupo de atuação estratégica focado na recuperabilidade.

VI - A PGE, ainda em 2019, passou a notificar os contribuintes antes do protesto para incentivar a regularização de dívidas antes de adição dos acréscimos dos custos dos cartórios que impactam financeiramente na decisão do cidadão em se regularizar.

VII - Ainda em março 2019, por iniciativa da PGE, foi colocado em prática o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA). O Comitê, formado pela Procuradoria-Geral do Estado do Ceará (PGE-CE), Ministério Público Estadual (MP), Secretaria da Fazenda (Sefaz), Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e Tribunal de Justiça (TJCE), que tem o Procurador- Geral do Estado como coordenador, vem intensificando o combate à sonegação fiscal no Estado por meio de ações de inteligência. A força tarefa conjunta das instituições tem gerado resultados importantes na arrecadação da dívida ativa. Mais de quarenta contribuintes notificados e audiências realizadas desde a sua implementação o que contribuiu para a confissão de mais de vinte milhões em dívidas e aproximadamente de cinco milhões de pagamento em débitos inscritos em dívida ativa desde a sua criação.

Medidas a serem adotadas para 2022:

- Expansão das notificações extrajudiciais e dos atos de protesto da dívida ativa, com a atualização da base de dados, que será recentemente complementada com informações do DETRAN, permitindo maior assertividade no que concerne à localização dos devedores, especialmente os relacionados ao imposto sobre veículos automotores.
- Implementação do instituto da transação tributária, por meio de edição de Decreto Regulamentador; com o início de atuação das Câmaras de Conciliação na área tributária.
- Em breve, será editado o novo Decreto regulamentador dos parcelamentos de crédito em dívida ativa, com a previsão de normais mais flexíveis ao parcelamento de débitos ajuizados, maximizando a possibilidade de contribuintes em situação de dificuldade econômica parcelarem suas dívidas que estão sendo cobradas judicialmente.

- Em paralelo a isto, a PGE pretende implementar o projeto “ConsultaJUD”, que permitirá acesso direto, pelo Poder Judiciário, de informações detalhadas da dívida ativa, agilizando a troca de informações entre aquele Poder e o Poder Executivo.

A seguir demonstra-se a posição das ações ajuizadas no exercício de 2021 para cobrança da Dívida Ativa.

Tabela 131 - Demonstrativo das Ações Ajuizadas para Cobrança da Dívida Ativa

(R\$ milhares)

Especificação	QUANTIDADE DE AÇÕES JUDICIAIS	Valor
Tributários	4689	442.107
Não Tributários	191	38.263
Total	4.880	480.370

Fonte: Procuradoria Geral do Estado – PGE

Na tabela seguinte demonstramos a quantidade e o valor dos créditos tributários em estoque passíveis de cobrança administrativa dos últimos cinco exercícios.

Tabela 132 - Demonstrativo da Evolução do Montante de Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa

(R\$ em milhares)

Exercício	Valores
2015	91.779
2016	1.098.500
2017	969.186
2018	1.591.686
2019	1.060.996
2020	1.038.393
2021	866.120

Fonte: Procuradoria Geral do Estado - PGE

BP05 - Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros

O grupo Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros compreende os valores referente aos suprimentos de fundos e adiantamentos de precatórios, adiantamentos de precatórios a comprovar e adiantamentos diversos concedidos conforme tabela abaixo:

Tabela 133 - Demonstrativo de Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros

(R\$ milhares)

Código	Título	Exercícios	
		2021	2020
1.1.3.1.1.02	Suprimento de Fundos	1.718	2.718
1.1.3.1.1.51	Adiantamentos de Precatórios	140.853	121.624
1.1.3.1.1.52	Adiantamentos de Precatórios a Comprovar	23.997	0
1.1.3.1.1.99	Adiantamentos Diversos Concedidos	2.629	0
Total		169.198	124.342

Fonte: SEFAZ/CECOG

BP06 - Detalhamento da Conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”

A tabela abaixo evidencia os subgrupos que compõem a conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”:

Tabela 134 - Demonstrativo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo – Consolidado

(R\$ milhares)

Código	Título	Exercícios	
		2021	2020
1.1.3.8	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	1.323.454	1.178.730
1.1.3.8.1	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	1.253.151	1.146.448
1.1.3.8.1.06.01	Numerários em Trânsito (F)	3.923	4.351
1.1.3.8.1.30	Alienação Societárias a Receber (P)	1.711	1.711
1.1.3.8.1.99.01	Valores sob Bloqueio Judicial (F)	2.162	0
1.1.3.8.1.99.33	Contribuição para Saúde Suplementar a Receber	556	556
1.1.3.8.1.99.34.01	Créditos a Receber - PROVIN (P)	995.460	925.840
1.1.3.8.1.99.36.01	Créditos a Receber - PROADE(P)	249.339	213.989
1.1.3.8.1.99.99	Outros Créditos a Receber	1	1
1.1.3.8.2	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo-Intra OFSS	70.303	32.282
1.1.3.8.2.50	Arrecadação da DRE a Receber - Fora do Sistema DAE	40.458	21.173
1.1.3.8.2.51	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	29.757	10.932
1.1.3.8.2.52	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	88	176
1.1.3.8.2.54	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	0	1

Fonte: SEFAZ/CECOG

BP07 - Detalhamento da Conta Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A tabela evidencia a composição da conta Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

Tabela 135 - Demonstrativo do Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo-Consolidado

(R\$ milhares)

Código	Título	Exercícios	
		2021	2020
1.1.3.9	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-1.145.513	-975.614
1.1.3.9.1	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	-1.145.513	-975.614
1.1.3.9.1.99.04	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	-1.145.513	-975.614
1.1.3.9.1.99.04.01	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN	-899.033	-764.131
1.1.3.9.1.99.05	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROADE	-246.480	-211.483

Fonte: SEFAZ/CECOG

BP08 - Investimentos e Aplicações Temporárias

As aplicações financeiras dos fundos FPP e PREVID estão classificadas em Caixa e Equivalentes de Caixa (Aplicações Financeiras de Liquidez imediata), Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo e Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo. O critério para adoção dessa classificação considera o prazo de resgate de referidos recursos.

Tabela 136 - Demonstrativo das Aplicações Temporárias

(R\$ milhares)

Aplicação Financeira	FPP, UG 010101	PREVID, UG 460701	Total
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	16.674	0	16.674
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	102.949	226.118	329.067

Fonte: S2GPR/CEORG

BP09 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas

O grupo Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas refere-se à conta demais VPD a Apropriar, a qual compreende os Sequestros Judiciais a Regularizar, Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar e Outras VPD a Apropriar, conforme tabela abaixo:

Tabela 137 - Demais VPD a Apropriar

(R\$ milhares)

Especificação	Exercícios	
	2021	2020
Sequestros Judiciais a Regularizar (P)	25.076	39.574
Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar (P)	3.299	2.850
Outras VPD a Apropriar (P)	3.470	4.340
Total	31.845	46.765

Fonte: SEFAZ/CECOG

BP10 - Detalhamento da Conta Crédito a Longo Prazo

A tabela demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.

Tabela 138 - Demonstrativo dos Créditos a Longo Prazo – Consolidado

(R\$ milhares)

Código	Título	Exercícios	
		2021	2020
1.2.1.1	Créditos a Longo Prazo	10.858.839	10.349.483
1.2.1.1.1	Créditos a Longo Prazo - Consolidação	10.393.416	9.915.034
1.2.1.1.1.03	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	318.774	90.394,99
1.2.1.1.1.03.02	Financiamentos Concedidos	13.067	10.965
1.2.1.1.1.03.04	Empréstimos e Financiamentos - PROAPI	248.857	79.430
1.2.1.1.1.03.05	Empréstimos e Financiamentos a Comprovar\Receber	56.851	0
1.2.1.1.1.04	Dívida Ativa Tributária	12.907.695	12.989.283
1.2.1.1.1.04.01.01	Dívida Ativa - Créditos de IPVA Inscritos	197.920	337.721
1.2.1.1.1.04.01.02	Dívida Ativa - Créditos de ITCD Inscritos	144.191	192.241
1.2.1.1.1.04.01.03	Dívida Ativa - Créditos de ICMS Inscritos	9.764.256	9.704.293
1.2.1.1.1.04.01.06	Dívida Ativa - Créditos de Multas e Obrigações Acessórias	2.801.329	2.755.027
1.2.1.1.1.05	Dívida Ativa Não Tributária	556.887	419.213
1.2.1.1.1.05.51	Dívida Ativa Não Tributária - Clientes	556.829	419.155
1.2.1.1.1.05.53	Dívida Ativa a Classificar	58	58
1.2.1.1.1.99	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-3.389.941	-3.583.856
1.2.1.1.1.99.03.05	(-) Ajuste para Perdas Créditos do PROAPI	-47.147	-70.260
1.2.1.1.1.99.04	(-) Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária	-3.342.513	-3.513.315
1.2.1.1.1.99.07	(-) Ajuste para Perdas em Financiamentos Concedidos	-281	-281
1.2.1.1.2	Créditos a Longo Prazo - Intra OFSS	399.162	368.187
1.2.1.1.2.51	Créditos por Honra de Garantias	399.162	368.187
1.2.1.1.3	Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - União	3.321	3.321
1.2.1.1.3.01.04	Créditos Tributários - Parcelamentos Não Consolidados a Receber	3.321	3.321
1.2.1.1.5	Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	62.940	62.940
1.2.1.1.5.97.01	Valores Pendentes - FDU-PROURB	62.940	62.940

Fonte: SEFAZ/CECOG

O Estado do Ceará, através da Procuradoria-Geral do Estado e Secretaria da Fazenda, está desenvolvendo metodologia para os cálculos relativos a Ajustes de Perdas de Créditos inscritos em Dívida Ativa. Considerando que a metodologia oficial ainda se encontra em desenvolvimento, houve a necessidade de estabelecer parâmetro baseado em elementos jurisprudenciais seguros do Tribunais Superiores, em especial a partir dos parâmetros fixados pelos Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 1.340.553/RS em sede de recurso repetitivo.

A Lei nº 17.277, de 10 de setembro de 2020, em seu art. 8º, inciso I, seguiu orientação de Convênio aprovado no CONFAZ e identificou como irrecuperáveis, para fins de remissão, os débitos inscritos em Dívida Ativa sem anotação de garantia ou suspensão de exigibilidade há mais de 15 (quinze) anos na data da publicação da Lei.

Nesse contexto, soma-se que a União já vem utilizando esse mesmo requisito de irrecuperabilidade (art. 24, inciso I da Portaria PGFN nº 9.917 de 14 de abril de 2020).

Assim, tal critério (débitos inscritos em Dívida Ativa sem anotação de garantia ou suspensão de exigibilidade há mais de 15 anos) tem sido utilizado a cada ano como parâmetro de identificação objetiva de perdas de créditos inscritos em dívida ativa, tanto tributária como não tributária.

Dessa forma, os valores relativos à Ajuste para Perdas de Créditos Inscritos em Dívida Ativa Tributária, conforme análise de probabilidade de não realização, correspondem ao montante de R\$ 3.342.512.746,02. Esse montante foi registrado com base em levantamento realizado no banco de dados, identificando os créditos reputados como irrecuperáveis, inscritos há mais de 15 (quinze anos), sem anotação de suspensão de exigibilidade ou de garantia dentro dos parâmetros da Lei nº 17.277/2020 supramencionada, bem como os créditos de IPVA que atendem os requisitos de reconhecimento de prescrição. Nesse sentido, a fim de atender a esse critério, o valor de R\$ 292.022.780,39, registrado até 2018 pelo critério do prazo prescricional, foi baixado para uniformização de critério.

Relativamente à dívida ativa não tributária, foi desenvolvido e implantado sistema próprio de gestão e atualização apenas em 2011 (inclusive com atualização monetária e juros próprios, distintos do débito tributário) permitindo a inscrição e cobrança através de execução fiscal nos termos da Lei nº 6.830/1980.

Assim, as primeiras inscrições em dívida ativa não tributária remontam há apenas 11 (onze) anos, não havendo certidão de dívida ativa não tributária que esteja inscrita há mais de 15 anos e fosse considerada pelo Estado do Ceará como irrecuperável segundo o critério adotado neste momento, motivo pelo qual não foi constituída provisão de perdas relativas à dívida ativa não tributária.

Medidas adicionais estão sendo adotadas pela Procuradoria-Geral do Estado para um melhor gerenciamento, controle e efetividade no recebimento dos créditos inscritos em dívida

ativa tributária e não tributária, de forma que, dentre elas, se possa aprimorar a metodologia de apuração do ajuste para perdas de créditos inscritos em dívida ativa.

BP11- Investimentos

As Participações Permanentes compreendem as participações do Estado nas empresas avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), caso haja influência significativa e em empresas avaliadas pelo Método de Custo, caso a influência significativa não seja verificada.

Tabela 139 - Demonstrativo das Participações Permanentes

(R\$ milhares)

Especificação	Exercícios	
	2021	2020
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	4.799.605	4.616.772
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	4.824	4.824
Total	4.804.429	4.621.596

Fonte: SEFAZ/CECOG

As participações em sociedades controladas representaram a parcela mais significativa das participações em empresas avaliadas MEP, totalizando, no exercício 2021, R\$4.333.852.814,65, conforme tabela abaixo:

Tabela 140 - Demonstrativo das Participações Avaliadas pelo MEP

(R\$ milhares)

Especificação	Exercícios	
	2021	2020
Participações em Sociedades Controladas	4.333.853	4.316.767
Adiantamento para Aumento de Capital - Principal	340.810	175.063
Outras Participações - MEP	124.942	124.942
Total	4.799.605	4.616.772

Fonte: SEFAZ/CECOG

Segue abaixo as Participações do estado do Ceará em sociedades controladas:

Tabela 141 - Demonstrativo das Participações do Estado do Ceará em Sociedades Controladas

(R\$ milhares)

Especificação	Exercícios	
	2021	2020
ADECE	133.879	118.430
CAGECE	2.356.512	2.218.818
CEARAPAR	2.827	0
CEARAPORTOS\CIPP	828.659	783.000
CEASA	5.353	5.656
CEGÁS	59.277	38.082
CODECE	0	17.902
COGERH	237.412	229.603
METROFOR	709.936	905.276
TOTAL	4.333.853	4.316.767

Fonte: SEFAZ/CECOG

BP12 – Imobilizado

Os elementos do ativo imobilizado, quando tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período. Em 2015, o Estado iniciou os procedimentos contábeis de depreciação e amortização em alguns órgãos, conforme Decreto estadual nº 31.340/2013.

Considerando a necessidade de atender a obrigatoriedade de realizar esses procedimentos no patrimônio do Estado do Ceará, no ano de 2017, foram desenvolvidos critérios e procedimentos para o registro e atualização dos valores líquidos dos bens patrimoniais de todos os órgãos do Poder. Destacamos ainda, que a Secretaria da Fazenda - SEFAZ em conjunto com a Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG iniciaram discussão para a elaboração dos procedimentos de integração do Sistema de Gestão de Bens Móveis - SGBM, com o Sistema de Gestão Por Resultados - S2GPR.

Segue abaixo tabela demonstrando os bens que compõem o imobilizado do estado do Ceará:

Tabela 142 - Demonstrativo do Imobilizado

(R\$ milhares)

Descrição	Exercícios	
	2021	2020
Bens Móveis	4.748.724	4.511.323
Máquinas, Aparelhos, equipamentos e Ferramentas	1.691.507	1.579.438
Bens de Informática	632.335	566.620
Móveis e Utensílios	547.477	526.077
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	117.066	118.575
Veículos	1.650.149	1.605.997
Peças e Conjuntos de Reposição	631	631
Bens Móveis em Andamento	0	4.680
Bens Móveis em Almoxarifado	7.241	10.107
Armamentos	57.948	56.413
Semoventes	5.960	5.309
Demais Bens Móveis	38.412	37.476
Bens Imóveis	21.892.605	20.297.262
Bens de Uso Especial	14.545.952	13.726.533
Bens Dominicais	72.208	83.948
Bens de Uso Comum do Povo	5.151.501	4.831.219
Bens Imóveis em Andamento	678.350	482.629
Instalações	102.960	102.830
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	380.233	352.881
Imóveis a Transferir	475.375	0
Investimentos de Capital a Incorporar	30.348	1.940
Demais Bens Imóveis	455.678	715.282
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	-473.713	-190.100
Total	26.167.616	24.618.485

Fonte: SEFAZ/CECOG

Tabela 143 - Demonstrativo de Depreciação e Amortização Acumulada de Bens Móveis e Imóveis

(R\$ milhares)

Descrição	Exercícios	
	2021	2020
Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-195.055	-117.843
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	-23.714	-11.865
Bens de Informatica	-68.900	-43.919
Bens Moveis e Utensílios	-19.909	-13.229
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	-4.812	-2.655
Veiculos	-72.761	-44.027
Armamentos	-2.240	-1.676
Semoventes	-672	-54
Demais Bens Moveis	-2.047	-418
Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	-278.656	-72.255
Bens Imóveis de Uso Especial	-274.779	-68.811
Imóveis Residenciais	-227	-214

Edifícios	-245.578	-41.821
Aquartelamentos	-18.126	-18.126
Imóveis de Uso Educacional	-5.166	-5.166
Presídios/Delegacias	-25	-3
Estacionamentos e Garagens	-47	-3
Lojas	-4	-4
Postos de Fiscalização	-962	-962
Imóveis a Registrar	-4.646	-2.512
Bens Imóveis Dominiais	-3.875	-3.444
Edifícios	-2.122	-2.946
Apartamentos	-192	0
Casas	-224	-151
Edifícios	-537	-162
Galpões	-89	-82
Imóveis a Registrar	-711	-103
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	-2	0
Amortização Acumulada	-2	-2
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-2	-2
Total	-473.713	-190.100

Tabela 144 - Demonstrativo de Amortização Acumulada

Descrição	(R\$ milhares)	
	Exercícios	
	2021	2020
Softwares	-9.830	-2.477
Licença de Uso de Software	-1.302	-37
Total	-11.132	-2.514

A seguir, demonstra-se o detalhamento consolidado dos valores dos bens móveis e imóveis (imobilizado) adquiridos com recursos dos fundos e que foram desincorporados destes e incorporados nas respectivas gestoras de vinculação.

Tabela 145 - Demonstrativo dos Valores de Bens Adquiridos pelos Fundos

(R\$ milhares)					
Baixados nos Fundos	UG	Valor	Incorporados nos Órgãos	UG	Valor
FERMOJU	040101	7.977	Tribunal de Justiça	040001	14.169
FUNSEG	040301	6.192			0
Fundo de Defesa Social	100601	6.303	Sec. de Segurança Pública e Defesa Social	100001	5.574
FDS Polícia Civil	100607	0	Superintendência da Polícia Civil	101021	486
FDS Polícia Militar	100608	640	Polícia Militar do Ceará	101031	640
FDS Colégio Polícia Militar	100610	0	Perícia Forense do estado do Ceará	101071	110
Colégio da Polícia Militar de Juazeiro do Norte	100615	0	Corpo de Bombeiros Militar Estado do Ceará	101041	4.320
FDS Corpo de Bombeiros	100609	3.932	Academia Estadual de Segurança Pública	101081	127
FDS Colégio Corpo de Bombeiros	100611	388	Academia Estadual de Segurança Pública	101091	6
FDCC	105001	0			0
FUNPECE - PGE	130201	106	Procuradoria Geral do Estado	130001	106
FDID	150201	28	Procuradoria Geral da Justiça	150001	13.624
FRMMP-CE	150501	13.596			0
FUNPEN	180401	240	Secretaria da Administração Penitenciária	180001	240
FUNDES	240401	85.820			100.645
Centro de Hematologia e Hemoterapia do CE	240424	3.463			0
Hospital Geral Militar - HGPM	240479	539			0
Hospital Geral de Fortaleza	241281	5.246			0
Hospital de Messejana	241291	2.871			0
Hospital Geral Dr. César Cals de Oliveira	241301	95			0
Hospital Infantil Dr. Alberto Sabin	241311	1.587	Secretaria da Saúde	240001	0
Hospital de Saúde Mental de Messejana	241321	140			0
Hospital São José	241331	166			0
Centro Odontológico Tipo I	241501	25			0
Instituto de Prevenção do Câncer	241521	71			0
Laboratório Central de Saúde Pública	241531	527			0
Centro Integrado de Diabetes e Hipertensão	241561	53			0
Centro Saúde Escola - Meireles	241591	42			0
Fundo Estadual de Cultura	270401	1.545	Secretaria de Cultura	270001	1.457
Fundo do Des. do Esporte e Juventude	420101	0	Sec. de Esporte e Juventude do Estado do CE	420001	0
FEAS	470201	1.457	Sec. do da Prot. Social, Just. Cid. mulheres e DH	470001	1.545
FUNDART	470301	0			0
Total Baixado nos Fundos		143.049	Total Incorporado nos Órgãos		143.049

Fonte: SEFAZ/CECOG

Esse demonstrativo apresenta os valores dos bens adquiridos pelos fundos em 2021, e as respectivas incorporações nos órgãos vinculados.

BP13 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

O Pessoal a Pagar representaram 71,17% do grupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, já os Encargos Sociais a Pagar compreendendo 28, 23% desse grupo.

Tabela 146 - Demonstrativo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

(R\$ milhares)

Especificação	Exercícios	
	2021	2020
Pessoal a Pagar	115.671	969
Benefícios Previdenciários a Pagar	0	0
Benefícios Assistenciais a Pagar	32	1
Encargos Sociais a Pagar	45.513	108.877
Total	161.216	109.847

No longo prazo, as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar são representadas em totalidades pelos Encargos Sociais a Pagar, referentes às Contribuições ao RGPS - Débitos Parcelados e às Contribuições Sociais - Débitos Parcelados.

BP14 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Os empréstimos e financiamentos no curto prazo representam os valores que o estado vai amortizar da sua carteira de empréstimos e financiamentos recebidos. Em relação ao exercício de 2020, há um aumento de 12,14% no vencimento dessas obrigações.

BP15 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Houve um acréscimo do valor do grupo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, da ordem de 33,26% comparando-se os exercícios 2021 e 2020, ocorreu, principalmente, em razão do aumento do saldo da conta Precatórios de Contas a Pagar - Credores Nacionais-Regime Especial, conforme tabela abaixo:

Tabela 147 - Demonstrativo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

(R\$ milhares)

Código	Título	Exercícios	
		2021	2020
2.1.3.1.1.01	Fornecedores Nacionais	11.365	16.581
2.1.3.1.1.07	Precatórios de Contas a Pagar - Credores Nacionais- Regime Especial	183.267	129.447
2.1.3.1.1.10	Contas a Pagar Nacionais - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	78	39
2.1.3.1.2	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Intra OFSS	0	40
2.1.3.1.5	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0	0
	Total	194.710	146.107

Fonte: SEFAZ/CECOG

BP16 - Valores Restituíveis

A tabela a seguir evidencia a composição da classe dos “Valores Restituíveis”, do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo:

Tabela 148 - Demonstrativo de Valores Restituíveis

(R\$ milhares)

Código	Título	Exercícios	
		2021	2020
2.1.8.8	Valores Restituíveis	1.419.339	1.514.649
2.1.8.8.1	Valores Restituíveis - Consolidação	1.378.390	1.492.985
2.1.8.8.1.01	Consignações	1.378.390	1.492.985
2.1.8.8.1.01.01	Consignações do Exercício	50.972	216.111
2.1.8.8.1.01.02	Consignações de Exercício Anteriores	726	1.563
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	521.134	533.477
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	59.313	50.174
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Transito	742.323	688.935
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	3.740	2.328
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação (F)	14	7
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	91	81
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	76	308
2.1.8.8.2	Valores Restituíveis - Intra OFSS	40.929	21.644
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	471	471
2.1.8.8.2.12	Arrecadação da DRE a Repassar – Fora do Sistema DAE (F)	40.458	21.173
2.1.8.8.3	Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	20	20
2.1.8.8.3.11	Restituições de Receitas a Pagar	20	20

Fonte:
SEFAZ/S2GPR

A composição da classe dos “Valores Restituíveis” está sendo detalhada por representar 92,69% do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo. Esses valores, em sua maioria, representam as contas contábeis de consignações. É importante destacar, que embora essas contas estejam agregadas no grupo Diversos, conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, a escrituração ocorre em contas contábeis específicas.

BP17 - Provisões Matemáticas Previdenciárias

No exercício de 2021, foi procedida a atualização do registro contábil das provisões matemáticas atuariais do Regime Próprio de Previdência Social estadual, Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará - SUPSEC, relativo aos dos servidores públicos civis (FUNAPREV e PREVID) e servidores militares (PREVMILITAR).

A avaliação atuarial foi realizada pelo quadro técnico de atuários da Coordenadoria de Gestão Previdenciária - CPREV da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG.

Fundo Financeiro – FUNAPREV

Dados e principais premissas da Avaliação Atuarial de 31/12/2020, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas, conforme legislação nacional aplicável, especialmente a Portaria MF nº 464, de 2018:

- - Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE, TCE e DPGE, para fins de avaliação atuarial;
- - Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014 (o plano de custeio financeiro não tem por finalidade primordial a constituição de reserva financeira - LC/CE nº 123/2013, art. 7º, §2º);
- - Apuração das obrigações frente aos atuais segurados ativos, aposentados, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (geração atual);
- - Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 - DOE de 28/12/2016): 14% para o beneficiário e 28% para o Ente;
- - Tábua de sobrevivência de válidos: Experiência Servidor Civil Estado do Ceará 2019;
- - Tábua de sobrevivência de inválidos: IBGE 2019 (extrapolada ME);
- - Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas.
- - Tábua de rotatividade: Experiência SUPSEC;
- - Probabilidade de Casado: 80%
- - Cota média para conversão em pensão: 70,0%
- - Despesa Administrativa Anual: R\$ 4.849.546,67
- - Taxa Real de Juros Atuariais de 2% a.a. em 2021, 3% em 2022 e 4% a.a. a partir de 2023, conforme Política de Investimentos para o exercício de 2021.
- - Regras de concessão de benefícios conforme a Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, a Emenda Constitucional Estadual nº 97/2019 e a Lei Complementar Estadual nº 210/2019.
- - Incorpora efeito das revisões da segregação da massa oriundas das Leis Complementares estaduais nº 188, de 21/12/2018, e nº 227, de 16/12/2020;
- - Déficit Atuarial (somatório das rubricas “Cobertura de Insuficiência Financeira”): R\$ 48.682.661.396,16.

Fundo Financeiro – PREVMILITAR

Dados e principais premissas da Avaliação Atuarial de 31/12/2020, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas, conforme legislação nacional aplicável, especialmente a Portaria MF nº 464, de 2018:

- - Cadastro disponibilizado pelo Poder Executivo para fins de avaliação atuarial;
- - Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014 (o plano de custeio militar não tem por finalidade primordial a constituição de reserva financeira - LC/CE nº 123/2013, art. 10, §1º);
- - Apuração das obrigações frente aos atuais segurados ativos, inativos, pensionistas e seus desdobramentos providenciais (geração atual);
- - Contribuição laboral e patronal (Lei federal nº 13.954/2019, combinado com a LC nº 12/1999 e Parecer PGE nº 1396, de 11/11/2020 – Viproced nº 00421789/2020): 10,5% para o beneficiário e 21% para o Ente;
- - Tábua de sobrevivência de válidos: Experiência Militar Estado do Ceará 2019
- - Tábua de sobrevivência de inválidos: IBGE 2019 (extrapolada ME);
- - Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas.
- - Tábua de rotatividade: Experiência SUPSEC;
- - Probabilidade de Casado: 80%
- - Despesa Administrativa Anual: R\$ 4.849.546,67
- - Taxa Real de Juros Atuariais de 2% a.a. em 2021, 3% em 2022 e 4% a.a. a partir de 2023, conforme Política de Investimentos para o exercício de 2021.
- - Regras de concessão de benefícios conforme a Lei Federal nº 13.954, de 18/12/2019, a Instrução Normativa SPREV/ME nº 05, de 15/01/2020 e o Decreto Estadual nº 33.433, de 15/01/2020;
- - Déficit Atuarial (somatório das rubricas “Cobertura de Insuficiência Financeira”): R\$22.052.366.943,91.

Fundo Previdenciário - PREVID

Dados e principais premissas da Avaliação Atuarial de 31/12/2020, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas, conforme legislação nacional aplicável, especialmente a Portaria MF nº 464, de 2018:

- - Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE, TCE e DPGE, para fins de avaliação atuarial do SUPSEC;
- - Segregação da massa de segurados: implementada no SUPSEC a partir de 01/01/2014;
- - Apuração das obrigações frente aos atuais segurados ativos, aposentado, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (geração atual);
- - Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 - DOE de 28/12/2016): 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
- - Tábua de sobrevivência de válidos: Experiência Servidor Civil Estado do Ceará 2019;

- - Tábua de sobrevivência de inválidos: IBGE 2019 (extrapolada ME);
- - Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas.
- - Tábua de rotatividade: Experiência SUPSEC;
- - Probabilidade de Casado: 80%
- - Cota média para conversão em pensão: 70,0%
- - Despesa Administrativa Anual: R\$ 4.849.546,67
- - Taxa Real de Juros Atuariais de 2% a.a. em 2021, 3% em 2022 e 4% a.a. a partir de 2023, conforme Política de Investimentos para o exercício de 2021.
- - Regras de concessão de benefícios conforme a Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, a Emenda Constitucional Estadual nº 97/2019 e a Lei Complementar Estadual nº 210/2019.
- - Incorpora efeito das revisões da segregação da massa oriundas das Leis Complementares estaduais nº 188, de 21/12/2018, e nº 227, de 16/12/2020.
- - Superavit Atuarial (rubrica "Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário"): R\$ 869.632.959,58.

Fundo Previdência Parlamentar - FPP

No exercício de 2021, foi procedido o registro contábil das provisões matemáticas atuariais do Regime Próprio de Previdência Parlamentar- FPP, regime previdenciário destinado aos deputados estaduais, fundo vinculado ao Poder Legislativo. A avaliação atuarial foi realizada por empresa especializada contratada. Dados e principais hipóteses da Avaliação Atuarial 2021, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas:

- Cadastros disponibilizados pelo Sistema de Previdência Parlamentar para fins de avaliação atuarial;
- Segregação da massa de segurados: Não possui.
- Apuração das obrigações do FPP frente aos atuais segurados ativos, aposentados e pensionistas e seus desdobramentos previdenciários (geração atual);
- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 138/2014);
- Tábuas biométricas:
- As tábuas biométricas utilizadas foram escolhidas em função do evento gerados;
- Tábuas de Mortalidade Geral de Válidos (evento gerador sobrevivência): IBGE 2020 (segregada por sexo);
- Tábuas de Mortalidade de Inválidos: Álvaro Vindas;
- Tábua de Entrada em Invalidez: IBGE 2020;
- Taxa Real de Juros Atuariais: 4,77% ao ano;
- A probabilidade de deixar um dependente vitalício, em caso de morte, calculada em função da proporção de servidores casados por idade, com base em proporções apuradas em um levantamento realizado no universo das bases cadastrais analisadas pela LÓGICA Assessoria Atuarial, tendo sido considerados apenas os dados reais e consistentes, utilizando informações de mais de 500.000 Segurados Ativos;
- O crescimento salarial foi de 1,00% ao ano;
- A taxa de rotatividade considerada por de 1,00% ao ano; e
- O custo administrativo não tem como fonte as receitas do Plano;

- A taxa de juros atuarial foi definida em consonância com o art. 3º da Instrução Normativa SPREV nº 2, de 12/12/2018, resultante da aplicação da Estrutura a Termo da Taxa de Juros Média conforme anexo da Portaria SPREV nº 6.132, de 25/05/2021.

Tabela 149 - Provisões Matemáticas Previdenciárias do SUPSEC - FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID

(R\$ milhares)

Títulos	FUNAPREV	PREVMILITAR	PREVID
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	150.374	24.550	997.983
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Financeiro do RPPS	34.659.667	13.286.039	
(-) Contribuições dos Inativos	2.420.857	788.781	
(-) Contribuição dos Pensionistas	380.206	658.389	
(-) Compensação Previdenciária	293.189	2.345	
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	31.565.414	11.836.523	
Provisões de Benefícios a Conceder	150.374	24.550	
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Financeiro do RPPS	37.939.610	19.902.442	
(-) Contribuições do Ente	7.971.100	3.815.780	
(-) Contribuições dos Ativos	7.928.384	4.072.926	
(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	413.704	39.645	
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	21.476.048	11.949.541	
Provisões de Benefícios Concedidos			446.568
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS			5.778.077
(-) Contribuições do Ente			
(-) Contribuições dos Inativos			761
(-) Contribuições dos Pensionistas			512.597
(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS			11.522
(-) Outras Deduções			4.806.629
(-) Vinculação de Imposto de Renda			4.806.629
Provisões de Benefícios a Conceder			-993.410
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS			4.555.083
(-) Contribuições do Ente			3.377.291
(-) Contribuições dos Ativos			2.124.621
(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS			46.581
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário			1.544.826
Ajuste do Resultado Atuarial Superavitário			1.544.826
Total do Ajuste para Benefícios Previdenciários	150.374	24.550	997.983

FONTE:SEPLAG/CPREV

Nota: Provisões Matemáticas Previdenciárias relativas aos planos Financeiros (FUNAPREV e PREVMILITAR) e Previdenciário PREVID.

Tabela 150 - Provisões Matemáticas Previdenciárias do Fundo de Previdência Parlamentar FPP

(R\$ milhares)	
Títulos	Valor
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	149.505
Provisões de Benefícios Concedidos	110.740
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS	126.897
(-) Contribuições do Ente	
(-) Contribuições dos Inativos	15.498
(-) Contribuições dos Pensionistas	659
(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	
(-) Outras Deduções	
(-) Vinculação de Imposto de Renda	
Provisões de Benefícios a Conceder	38.765
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS	79.615
(-) Contribuições do Ente	15.520
(-) Contribuições dos Ativos	25.330
(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	
Ajuste do Resultado Atuarial Superavitário	
Total do Ajuste para Benefícios Previdenciários	149.505

Fonte: FPP

Os fundos FUNAPREV e PREVMILITAR são Planos Financeiros. Já o PREVID e o FPP estão no Plano de Custeio Previdenciário.

Plano Financeiro: Sistema estruturado somente no caso de segregação da massa, no qual as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo financeiro.

Plano Previdenciário: Sistema estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, sendo o seu plano de custeio calculado atuarialmente, segundo os conceitos dos regimes financeiros de Capitalização, Repartição de Capitais de Cobertura e Repartição Simples, e em conformidade com as regras dispostas na legislação previdenciária.

BP18- Movimentação na Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2021 foram registrados ajustes atribuídos a exercícios anteriores e transferências de saldos que reduziram o saldo desse grupo em R\$ 3.828.953.582,97 (o saldo passou de R\$ 4.489.782.426,30 em 2020 para R\$ 660.828.843,33 em 2021). A tabela abaixo evidencia a composição dos ajustes efetuados.

Tabela 151 - Demonstrativo dos Ajustes de Exercícios Anteriores - Consolidado

(R\$ milhares)	
Tipo de Ajuste no Patrimônio Líquido	Valor
Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária	292.023
Adiantamento para Aumento de Capital - Principal	-4.710
Ajuda Financeira a Estudantes do Exercício (F)	-3
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.985
Amortização Acumulada	-5.315
Aparelhos de Medição e Orientação	0
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	82
Aparelhos e Utensílios Domésticos	0
Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	-3
Aquisição de Bens Móveis - Estoque Interno	960
Armamentos	0
Automóveis	-33
Auxílios Financeiros a Pessoa Física a Pagar do Exercício (F)	-5
Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício (F)	-8
Benefícios Previdenciários a Pagar do Exercício (F)	-17
Benefícios Previdenciários do Exercício (F)	-13.090
Cientes (P)	-281
Coleções e Materiais Bibliográficos	-29
Contas a Pagar Nacionais - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios (F)	-4.570
Contribuição Patronal sobre Vencimentos e Vantagens - FPP (F)	-178
Contribuição Patronal sobre Vencimentos e Vantagens - SUPSEC (F)	-133
Contribuições ao RGPS Sobre Salários e Remunerações (F)	-81
Contribuições de Responsabilidade do Segurado a Receber	1.054
Convênios a Pagar do Exercício	-840
Créditos a Receber de Entidades Federais (P)	3.245
Créditos Habitacionais a Receber (P)	-19
Demais Obrigações a Curto Prazo do Exercício	-10.656
Depósitos Judiciais de Terceiros (P)	12.344
Depreciação Acumulada de Bens	-188.773
Diárias a Pagar	-204
Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	147
Edifícios	0
Embarcações	0
Equipamentos de Acampamento e Campanha	0
Equipamentos de Laboratórios e Pesquisas	237
Equipamentos de Processamento de Dados	758

Equipamentos de Tecnologia da Informacao	109
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	22
Estudos e Projetos	-13.504
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	-321
Financiamentos Habitacionais a Receber (P)	-3
Fornecedores Nacionais do Exercício (F)	-51.791
ICMS Diferido - PROVIN	77.985
Imóveis de Uso Turístico	-6
IPVA	-114.095
ICMS Diferido - PROVIN	1.097.018
ITCD	45.694
Indenizações a Servidores	-150
Indenizações e Restituições Diversas do Exercício (F)	-24.585
Licença para Uso de Software	390
Máquinas e Equipamentos Energeticos	12
Maquinas e Utensílios de Escritório	0
Material de Consumo	-2.190
Material para Distribuição Gratuita	-13.196
Mobiliário em Geral	-4
Móveis e Utensílios de Bibliotecas	0
Móveis e Utensílios de Escolas	0
Multas de Obrigações Acessórias a Receber	-229.187
Obras de Arte e Peças para Exposição	27
Obras em Andamento	-9.534
Outras Maquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	94
Outros Bens e Serviços a Incorporar	-38
Outros Credores do Exercício (F)	-1
Outros Tributos e Contribuições Federais a Recolher (F)	-2.926
Outros Tributos e Contribuições Municipais a Recolher (F)	-420
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	2
Precatórios de Contas a Pagar -Reg Especial – Após 05/05/2000 - Não Vencidos (P)	-240.925
Ressarcimento de Despesa com Pessoal Requisitado	-20.600
Salários, Remuneracoes e Benefícios do Exercício (F)	-47.692
Serviços de Consultoria a Incorporar	-6.406
Softwares	996
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-4.489.782
Suprimento de Fundos	-459
Taxas Estaduais	-21
Transferencia do IPI Exportacao aos Municipios	-2
Transferências Orçamentárias a Liberar no Exercício	-27.724
Utensílios em Geral	0
Veículos de Tração Mecânica	65
VPA de Crédito do FDI - PROAPI	159.304
Total	-3.828.954

Fonte: SEFAZ/CECOG

Os saldos das contas de ajustes de exercícos anteriores em 31/12/2020 foram transferidos para superávits ou déficits de exercícos anteriores em 2021, conforme IPC 03 - Encerramento de Contas Contábeis no PCASP.

Superávit/Déficit Financeiro

O Balço Patrimonial Consolidado do exercíco de 2021 apresentou em seu ativo financeiro o montante de R\$ 10.594.786.896,65, enquanto o Passivo Financeiro totalizou R\$3.757.036.927,18. Assim, o Estado apresentou um superávit financeiro de R\$6.837.749.969,47. O Ativo Permanente totalizou um montante de R\$ 56.871.745.101,11, enquanto o Passivo Permanente totalizou R\$ 20.926.719.648,29. A Situação Patrimonial, evidenciada no Balço Patrimonial Consolidado de 2021, foi positiva em R\$42.782.775.422,29.

Na tabela que segue evidencia-se a composição do ativo e passivo financeiro, bem como o cálculo do superávit financeiro com base nas contas contábeis do Plano de Contas.

Tabela 152 - Demonstrativo do Cálculo do Superávit Financeiro Consolidado

(R\$ milhares)		
Código	Título	Valor
1.1.1	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.172.191
1.1.3.1.1.99.01	Adiantamento do Tesouro para pagamento de Obrigação	2.629
1.1.3.8.1.06.01	Numerários em Trânsito (F)	3.923
1.1.3.8.2.50	Arrecadação da DRE a Receber - Fora do Sistema DAE	40.458
1.1.3.8.2.51	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	29.757
1.1.3.8.2.52	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	88
1.1.4.1.1.09.01.01	Títulos de Responsabilidade do Tesouro (F)	16.674
1.2.1.3.1.08.01.01	Títulos de Responsabilidade do Tesouro (F)	329.067
Total do Ativo Financeiro		10.594.787
Código	Título	Valor
2.1	Passivo (Atributo F)	1.780.353
6.3.1.1	RP Não Processados a Liquidar	170.259
6.2.2.1.3.01	Crédito Empenhado a Liquidar	1.806.425
Total do Passivo Financeiro		3.757.037
Superávit Financeiro		6.837.750

Fonte: Sefaz/S2GPR

Tabelas 1 - Demonstrativo do Quociente da Situação Financeira Consolidada

Tabela 153 - Demonstrativo do Quociente da Situação Financeira Consolidada

(R\$ milhares)

Especificação	Exercícios			
	2021	Quociente	2020	Quociente
Ativo Financeiro	10.594.787	2,82	8.505.814	2,84
Passivo Financeiro	3.757.037		2.997.355	

Fonte: Sefaz/S2GPR

Em 2021, para cada R\$ 1,00 de compromissos e obrigações em curto prazo, existem R\$ 2,82 de disponibilidade financeira para a sua liquidação.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Pública - MCASP, passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidades saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105: “§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária. Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela a seguir:

Tabela 154 - Demonstrativo da Composição do Passivo Financeiro – Consolidado

(R\$ milhares)

Código	Título	Valor
2.1	Passivo (Atributo F)	1.780.353.358,65
6.3.1.1	RP Não Processados a Liquidar	170.258.971,04
6.2.2.1.3.01	Crédito Empenhado a Liquidar	1.806.424.597,49
Total do Passivo Financeiro		3.757.036.927

Fonte: Sefaz/S2GPR

São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

A seguir temos a tabela de disponibilidade consolidada por fonte e subfonte de recursos.

Tabela 155 - Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado por Poder por Fonte, Subfontes

R\$1,00

Fontes de Recursos/Subfontes	Ativo Financeiro (A)	Passivo Financeiro (B)	Superávit/Déficit Financeiro (A-B)
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	3.562.592.621,04	2.274.108.288,69	1.288.484.332,35
FR 1.00.02-Rec. Ordinários para Projetos Prioritários	556.126.483,10	320.134.485,73	235.991.997,37
FR 1.00.03-Recursos Ordinários -CIPP	8.735,32	0,00	8.735,32
FR 1.00.05-Rec. Ordinários Para o Sist. de Rec. Hídricos	3.073.052,81	488.323,50	2.584.729,31
FR 1.00.06-Dividendos CAGECE	62.609.741,84	133.623,51	62.476.118,33
FR 1.00.07 Cessão Onerosa - Bônus de Ass. do Pré-Sal	494.801,30	0,00	494.801,30
FR 1.00.08-Rec. Ordinários-Auxílio Fin. Para a Saúde	961.094,66	37.764,95	923.329,71
FR 1.01.00-Cota Parte do Fundo de Part. dos Est.-FPE	1.533.470.003,95	183.394.703,70	1.350.075.300,25
FR 1.10.00-Recursos Provenientes do FECOP	248.745.071,56	29.097.605,85	219.647.465,71
FR 1.12.00-Alienação de Bens	68.300.828,50	519.357,33	67.781.471,17
FR 1.44.00-Ind. Pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás	14.629.819,73	1.124.993,69	13.504.826,04
FR 2.03.00-Rec. Prov. da Contribuição Social do Servidor	822.603.279,82	2.240,18	822.601.039,64
FR 2.04.00-Rec. Prov. da Contribuição Patronal	350.306.123,38	96,04	350.306.027,34
FR 2.05.00-Recursos Provenientes da Contribuição Parlamentar	69.284.545,85	0,00	69.284.545,85
FR 2.06.00-Recursos Provenientes da Contribuição Patronal Parlamentar	29.248.077,41	0,00	29.248.077,41
FR 2.07.00-Cota Parte da Contribuição do Salário- Educação	94.952.900,30	4.506.552,15	90.446.348,15
FR 2.11.00-Cont. de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	52.040,65	65.189,77	-13.149,12
FR 2.15.00-Depósitos Judiciais-PIMPJ	76.385,21	0,00	76.385,21
FR 2.16.00-Compensação Ambiental	15.762.690,97	5.523.356,63	10.239.334,34
FR 2.29.00-Rec. Arrec. da Venda de Selos de Autenticidade	20.691.769,77	224.338,82	20.467.430,95
FR 2.46.36-Operações de Crédito Internas-CPAC VLT-CEF	2.253.320,08	3.040.886,42	-787.566,34
FR 2.46.45-Operações de Crédito Internas-Tesouro/ BNDES	3.180.592,20	1.391.262,64	1.789.329,56
FR 2.46.47-Operações de Crédito Internas-BNDES/Estados	3.911.888,49	0,00	3.911.888,49
FR 2.46.49-Operações de Crédito Internas-Linha Leste/BNDES	36.117.606,96	30.239.267,56	5.878.339,40
FR 2.46.54-Operações de Crédito Internas-Tesouro/BB	356.076.701,19	-	356.076.701,19
FR 2.46.56-Operações de Crédito Internas-Tesouro/CEF	1.456.820,34	520.508,02	936.312,32
FR 2.48.40-Operações de Crédito Externas-Swap-não Condicionada	282.113,19	0,00	282.113,19
FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas-Tesouro	818,53	0,00	818,53
FR 2.48.49-Operações de Crédito Externas-IPF/BIRD	10.137.713,87	4.044.438,10	6.093.275,77

FR 2.48.57-Operações de Crédito Externas - Tesouro	2.232.408,11	603.590,27	1.628.817,84
FR 2.48.58-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BIRD	28.750.185,04	4.383.381,10	24.366.803,94
FR 2.48.59-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BID	94.191.287,35	65.851.294,24	28.339.993,11
FR 2.48.64-Operações de Crédito Externas-Tesouro/FIDA	675.817,44	98.431,70	577.385,74
FR 2.48.65-Operações de Crédito Externas-Tesouro/CAF	23.499.489,99	10.077.452,78	13.422.037,21
FR 2.48.69-Operações de Crédito Externas-PforR	3.052.413,13	0,00	3.052.413,13
FR 2.50.00-Rec. Provenientes do FUNDEB	382.531.312,01	196.440.442,54	186.090.869,47
FR 2.51.00-Complemento da União aos Recursos do FUNDEB	186.042.744,35	108.915.067,14	77.127.677,21
FR 2.70.00-Recursos Diretamente Arrecadados	989.921.600,39	223.109.827,16	766.811.773,23
FR 2.70.01-Recursos Diretamente Arrecadados-Mecenato	499.561,68	0,00	499.561,68
FR 2.70.02-Recursos Diretamente Arrecadados-Multas do DETRAN	10.740.636,49	718.128,05	10.022.508,44
FR 2.73.01-Transferências Diretas do FNDE-Alimentação Escolar	25.381.100,43	23.751.512,79	1.629.587,64
FR 2.73.02-Transferências Diretas do FNDE-Transporte Escolar	1.373.120,69	0,00	1.373.120,69
FR 2.73.03-Transferências Diretas do FNDE-Outras	75.004.186,90	7.890.303,69	67.113.883,21
FR 2.76.00-Recursos Provenientes do FIT	42.537.666,80	1.164.827,22	41.372.839,58
FR 2.79.00-Repasse Fundo a Fundo - Defesa Civil	8.357.684,27	1.517.265,36	6.840.418,91
FR 2.80.80-Convênios com Órgãos Internacionais Administração Direta	1.385.580,72	0,00	1.385.580,72
FR 2.80.81-Convênios com Órgãos Internacionais Administração Indireta	1.335,55		1.335,55
FR 2.82.82-Convênios com Órgãos Federais-Administração Direta	485.130.418,41	111.561.212,12	373.569.206,29
FR 2.82.83-Convênios com Órgãos Federais-Administração Indireta	33.849.912,64	6.225.435,29	27.624.477,35
FR 2.86.86-Convênios com Órgãos Municipais-Administração Direta	7.038.464,88	394.340,61	6.644.124,27
FR 2.86.87-Convênios com Órgãos Municipais-Administração Indireta	1.666.190,49	66.095,62	1.600.094,87
FR 2.88.88-Convênios com Órgãos Privados-Administração Direta	56.945,55	0,00	56.945,55
FR 2.88.89-Convênios com Órgãos Privados-Administração Indireta	17.079.354,90	524.827,52	16.554.527,38
FR 2.91.00-Recursos Provenientes do SUS	201.976.425,61	116.545.177,32	85.431.248,29
FR 2.92.00-Repasse Fundo a Fundo-FNAS	6.384.090,44	1.884.568,83	4.499.521,61
FR 2.92.01-Repasse Fundo a Fundo-FUNPEN	28.959.573,38	5.739.059,17	23.220.514,21
FR 2.92.03-Repasse Fundo a Fundo - FNSP	67.933.188,86	10.838.587,66	57.094.601,20
FR 2.92.04-Rep. Fundo a Fundo- Aux. ao Setor Cultural - Aldir Blanc	1.126.558,13	138.815,72	987.742,41
Total	10.594.786.896,65	3.757.036.927,18	6.837.749.969,47

Fonte: SEFAZ/CECOG

R\$1,00

Fontes de Recursos/Subfontes	Ativo Financeiro (A)	Passivo Financeiro (B)	Superávit/Déficit Financeiro (A-B)
Poder Legislativo			
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	2.424.403.437,62	35.494.038,00	2.388.909.399,62
FR 1.01.00-Cota Parte do Fundo de Part. dos Est.-FPE	0	351.990,99	- 351.990,99
FR 2.05.00-Recursos Provenientes da Contribuição Parlamentar	69.284.545,85	0,00	69.284.545,85
FR 2.06.00-Recursos Provenientes da Contribuição Patronal Parlamentar	29.248.077,41	0,00	29.248.077,41
FR 2.70.00-Recursos Diretamente Arrecadados	29.158.068,08	506.070,65	28.651.997,43
Total	2.552.094.128,96	36.352.099,64	2.515.742.029,32
Poder Judiciário			
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	521.413.118,07	526.424.054,18	- 5.010.936,11
FR 1.01.00-Cota Parte do Fundo de Part. dos Est.-FPE	-	98.439,86	- 98.439,86
FR 1.12.00-Alienação de Bens	1.733.013,92	0,00	1.733.013,92
FR 2.15.00-Depósitos Judiciais-PIMPJ	76.385,21	0,00	76.385,21
FR 2.29.00-Rec. Arrec. da Venda de Selos de Autenticidade	20.691.769,77	224.338,82	20.467.430,95
FR 2.70.00-Recursos Diretamente Arrecadados	148.737.946,67	23.795.115,18	124.942.831,49
Total	692.652.233,64	550.541.948,04	142.110.285,60
Ministério Público			
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	30.043.305,08	7.470.587,90	22.572.717,18
FR 1.12.00-Alienação de Bens	167.366,34	167.366,34	-
FR 2.82.82-Convênios com Órgãos Federais- Adm. Direta	0	40,67	- 40,67
FR 2.88.88-Convênios com Órgãos Privados-Adm. Direta	56.945,54	0,00	56.945,54
FR 2.70.00-Recursos Diretamente Arrecadados	50.419.469,00	9.297.804,04	41.121.664,96
Total	80.687.085,96	16.935.798,95	63.751.287,01
Defensoria			
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	-	4.465.814,73	- 4.465.814,73
FR 2.46.45-Operações de Crédito Internas-Tesouro/ BNDES	-	1.391.262,64	- 1.391.262,64
FR 2.70.00-Recursos Diretamente Arrecadados	7.110.331,56	920.731,95	6.189.599,61
Total	7.110.331,56	6.777.809,32	332.522,24
Poder Executivo			
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	586.732.760,27	1.700.253.793,88	- 1.113.521.033,61
FR 1.00.02-Rec. Ordinários para Projetos Prioritários	556.126.483,10	320.134.485,73	235.991.997,37
FR 1.00.03-Recursos Ordinários -CIPP	8.735,32	0,00	8.735,32
FR 1.00.05-Rec. Ordinários Para o Sist. de Rec. Hídricos	3.073.052,81	488.323,50	2.584.729,31
FR 1.00.06-Dividendos CAGECE	62.609.741,84	133.623,51	62.476.118,33
FR 1.00.07 Cessão Onerosa - Bônus de Ass. do Pré-Sal	494.801,30	0,00	494.801,30
FR 1.00.08-Rec. Ordinários-Auxílio Fin. Para a Saúde	961.094,66	37.764,95	923.329,71
FR 1.01.00-Cota Parte do Fundo de Part. dos Est.-FPE	1.533.470.003,95	182.944.272,85	1.350.525.731,10
FR 1.10.00-Recursos Provenientes do FECOP	248.745.071,56	29.097.605,85	219.647.465,71
FR 1.12.00-Alienação de Bens	66.400.448,24	351.990,99	66.567.814,58
FR 1.44.00-Ind. Pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás	14.629.819,73	1.124.993,69	13.504.826,04
FR 2.03.00-Rec. Prov. da Contribuição Social do Servidor	822.603.279,82	2.240,18	822.601.039,64
FR 2.04.00-Rec. Prov. da Contribuição Patronal	350.306.123,38	96,04	350.306.027,34
FR 2.07.00-Cota Parte da Contribuição do Salário- Educação	94.952.900,30	4.506.552,15	90.446.348,15
FR 2.11.00-Cont. de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	52.040,65	65.189,77	- 13.149,12

FR 2.16.00-Compensação Ambiental	15.762.690,97	5.523.356,63	10.239.334,34
FR 2.46.36-Operações de Crédito Internas-CPAC VLT-CEF	2.253.320,08	3.040.886,42	787.566,34
FR 2.46.45-Operações de Crédito Internas-Tesouro/ BNDES	3.180.592,20	0,00	3.180.592,20
FR 2.46.47-Operações de Crédito Internas- BNDES/Estados	3.911.888,49	0,00	3.911.888,49
FR 2.46.49-Operações de Crédito Internas-Linha Leste/BNDES	36.117.606,96	30.239.267,56	5.878.339,40
FR 2.46.54-Operações de Crédito Internas-Tesouro/BB	356.076.701,19	0,00	356.076.701,19
FR 2.46.56-Operações de Crédito Internas-Tesouro/CEF	1.456.820,34	520.508,02	936.312,32
FR 2.48.40-Operações de Crédito Externas-Swap-não Condicionada	282.113,19	0,00	282.113,19
FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas-Tesouro	818,53	0,00	818,53
FR 2.48.49-Operações de Crédito Externas-IPF/BIRD	10.137.713,87	4.044.438,10	6.093.275,77
FR 2.48.57-Operações de Crédito Externas - Tesouro	2.232.408,11	603.590,27	1.628.817,84
FR 2.48.58-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BIRD	28.750.185,04	4.383.381,10	24.366.803,94
FR 2.48.59-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BID	94.191.287,35	65.851.294,24	28.339.993,11
FR 2.48.64-Operações de Crédito Externas-Tesouro/FIDA	675.817,44	98.431,70	577.385,74
FR 2.48.65-Operações de Crédito Externas-Tesouro/CAF	23.499.489,99	10.077.452,78	13.422.037,21
FR 2.48.69-Operações de Crédito Externas-PforR	3.052.413,13	0,00	3.052.413,13
FR 2.50.00-Rec. Provenientes do FUNDEB	382.531.312,01	196.440.442,54	186.090.869,47
FR-2.51.00-Complemento da União aos Recursos do FUNDEB	186.042.744,35	108.915.067,14	77.127.677,21
FR 2.70.00-Recursos Diretamente Arrecadados	754.495.785,08	188.590.105,34	565.905.679,74
FR 2.70.01-Recursos Diretamente Arrecadados-Mecenato	499.561,68	0,00	499.561,68
FR 2.70.02-Recursos Diretamente Arrecadados-Multas do DETRAN	10.740.636,49	718.128,05	10.022.508,44
FR 2.73.01-Transferências Diretas do FNDE-Alimentação Escolar	25.381.100,43	23.751.512,79	1.629.587,64
FR 2.73.02-Transferências Diretas do FNDE-Transporte Escolar	1.373.120,69	0,00	1.373.120,69
FR 2.73.03-Transferências Diretas do FNDE-Outras	75.004.186,90	7.890.303,69	67.113.883,21
FR 2.76.00-Recursos Provenientes do FIT	42.537.666,80	1.164.827,22	41.372.839,58
FR 2.79.00-Repasse Fundo a Fundo - Defesa Civil	8.357.684,27	1.517.265,36	6.840.418,91
FR 2.80.80-Convênios com Órgãos Internacionais Administração Direta	1.385.580,72	0,00	1.385.580,72
FR 2.80.81-Convênios com Órgãos Internacionais Administração Indireta	1.335,55	0,00	1.335,55
FR 2.82.82-Convênios com Órgãos Federais- Administração Direta	485.130.418,41	111.561.212,12	373.569.206,29
FR 2.82.83-Convênios com Órgãos Federais-Administração Indireta	33.849.912,64	6.225.394,62	27.624.518,02
FR 2.86.86-Convênios com Órgãos Municipais- Administração Direta	7.038.464,88	394.340,61	6.644.124,27
FR 2.86.87-Convênios com Órgãos Municipais- Administração Indireta	1.666.190,49	66.095,62	1.600.094,87
FR 2.88.88-Convênios com Órgãos Privados-Administração Direta	0,01	0,00	0,01
FR 2.88.89-Convênios com Órgãos Privados-Administração Indireta	17.079.354,90	524.827,52	16.554.527,38
FR 2.91.00-Recursos Provenientes do SUS	201.976.425,61	116.545.177,32	85.431.248,29
FR 2.92.00-Repasse Fundo a Fundo-FNAS	6.384.090,44	1.884.568,83	4.499.521,61
FR 2.92.01-Repasse Fundo a Fundo-FUNPEN	28.959.573,38	5.739.059,17	23.220.514,21
FR 2.92.03-Repasse Fundo a Fundo - FNSP	67.933.188,86	10.838.587,66	57.094.601,20
FR 2.92.04-Rep. Fundo a Fundo- Aux. ao Setor Cultural - Aldir Blanc	1.126.558,13	138.815,72	987.742,41
Total	7.262.243.116,53	3.146.429.271,23	4.115.813.845,30
Total Geral	10.594.786.896,65	3.757.036.927,18	6.837.749.969,47

Fonte: SEFAZ/CECOG

As fontes de recursos 00 – Recursos ordinários e 01 – Cota-Parte dos Fundo de Participação dos Estado - Recursos FPE são recursos ordinários de livre aplicação e são analisadas no conjunto quanto ao déficit/superávit, à exceção da subfonte 1.00.08 - Recursos Ordinários - Auxílio Financeiro para a Saúde e Assistência Social, oriunda de transferências pelo Governo Federal no âmbito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), LC 173/2020, e que portanto tem aplicação vinculada à área de Saúde e Assistência Social.

A subfonte 00.02 foi criado pelo decreto nº 32.318, de 25 de agosto de 2017, e se constitui em uma espécie de reserva financeira para investimentos em projetos prioritários do governo. A origem dos recursos da fonte 00.02 são recursos arrecadados nas fontes 00 e 01.

6.3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

DV01 - Evidenciação Facultativa do Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas da DVP

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, em sua 6ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 700, de 10 de dezembro de 2014, apresentou algumas alterações na estrutura das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. No que tange às alterações referente à Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, o manual passou a considerar facultativo a evidenciação do Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da DVP, para fins de consolidação a partir do exercício de 2015. Em vista disso, optou-se por não evidenciar mais esse quadro complementar a partir do exercício de 2017, pois as informações que eram apresentadas sobre a execução de despesas orçamentárias que causam variações qualitativas no patrimônio do estado estão disponíveis no Balanço Orçamentário - BO e seus quadros anexos.

DV02 - Reavaliação de Bens

A reavaliação dos bens realiza-se quando o valor justo apresenta diferença significativa em realização ao valor contábil de um ativo, possibilitando que haja aumento ou diminuição no valor contábil de um bem.

Tabela 156 - Demonstrativo de Reavaliações Positivas

Especificação	Valor	(R\$ milhares)
		%
Reavaliação de Bens Imóveis	874.678	95,02
Reavaliação de Bens Móveis	45.869	4,98
Total	920.547	100

Fonte: SEFAZ/CECOG

No exercício 2021, dos bens que apresentaram reavaliação positiva, os bens imóveis contribuíram com 95,02% do valor total das reavaliações que resultaram em aumento no valor contábil dos bens.

Conforme tabela a seguir, a Secretaria de Educaço e a Secretaria do Desenvolvimento Agrário foram responsáveis pela parcela mais significativa dos rgãos que apresentaram reavaliaço positiva dos seus bens.

Tabela 157- Demonstrativo de Reavaliações Positivas por Órgão

(R\$ milhares)	
Órgãos	Valor
010001-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	22.995
020001-TRIBUNAL DE CONTAS	2.403
100001-SECRETARIA DA SEG PUB E DEFESA SOCIAL	47.776
101041-CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARA	40.294
130001-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	36.982
210001-SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	154.464
220001-SECRETARIA DA EDUCACAO	571.038
270001-SECRETARIA DA CULTURA	27.315
300001-CASA CIVIL	2.369
300101-FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA	2.000
460001-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO	12.909
460601-COMPANHIA DE HABITACAO DO CEARA	1
530001-CONTROLADORIA GERAL DA DISCIPLINA	1
Total	920.547

Fonte: SEFAZ/CECOG

Tabela 158 -Demonstrativo de Reavaliações Negativas

(R\$ milhares)		
Especificação	Valor	%
Reavaliação de Bens Imóveis	191.756	80,14
Reavaliação de Bens móveis	47.528	19,86
Total	239.285	100

Fonte: SEFAZ/CECOG

No que se refere à reavaliação negativa, os bens imóveis também apresentaram a maior representatividade, correspondendo a 80,14% dos bens que reduziram o valor contábil.

Tabela 159 -Demonstrativo de Reavaliações Negativa por Órgão

(R\$ milhares)	
Órgãos	Valor
101041-Corpo de Bombeiros Militar do Ceará	14.281
270001-Secretaria da Cultura	126.438
290001-Secretaria dos Recursos Hídricos	3.133
300101-Fundação de Teleducção do Estado do Ceará	3.891
310501-Fundação Cearense de Apoio ao Desenv. Científico Tecnológico	9.348
460001-Secretaria de Planejamento e Gestão	82.014
460601-Companhia de Habitação do Ceará	179
Total	239.285

Fonte: SEFAZ/CECOG

Conforme tabela, a Secretaria da Cultura e a Secretaria de Planejamento e Gestão foram responsáveis pela parcela mais significativa dos rgãos que apresentaram reavaliaço negativa dos seus bens.

DV03 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

O grupo Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas compreende a Compensação Financeira Entre RGPS/RPPS, as Multas Administrativas, as Indenizações e Restituições e as Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos, conforme tabela abaixo:

Tabela 160 - Demonstrativo das Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

(R\$ milhares)	
Especificação	Valor
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	29.292
Multas Administrativas	296.365
Indenizações e Restituições	168.634
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	10.920.357
Total	11.414.648

Fonte: SEFAZ/CECOG

Conforme tabela, as Variações Patrimoniais Aumentativas decorrentes de fatos geradores diversos representa 95,67% do total das Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas. Na tabela a seguir apresenta o detalhamento desse item.

Tabela 161 - Detalhamento de VPA - Fatos Geradores Diversos

(R\$ milhares)		
Código	Título	Valor
4.9.9.9.1.	Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	208.428
4.9.9.9.1.01	VPA de Ônus Sucumbência de Ações Judiciais	2.553
4.9.9.9.1.05	VPA com Cancelamento de Restos a Pagar Processados	524
4.9.9.9.1.08	VPA com Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar	171
4.9.9.9.1.19	Participação nos Encargos do FDI - Diferido	36.866
4.9.9.9.1.20	Receita sobre Programa de Sementes	3.349
4.9.9.9.1.24	Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	2.022
4.9.9.9.1.25	VPA Decorrente de Alienação de Bens em Leilão	17.743
4.9.9.9.1.27	Doações Recebidas	10.380
4.9.9.9.1.29	Outras Receitas FECOP	188
4.9.9.9.1.30	Doação Recebida de Material de Consumo	45.509
4.9.9.9.1.31	Incorporação de Bens Móveis Doados, Transferidos ou Cedidos	20.212
4.9.9.9.1.32	Incorporação de Bens Imóveis Doados, Transferidos ou Cedidos	6.534
4.9.9.9.1.43	Incorporação de Bens Provenientes dos Fundos	0
4.9.9.9.1.44	Receita de Spread sobre Rendimentos de Fianças Criminais	5.666
4.9.9.9.1.45	Receita de Spread sobre Rendimentos de Depósitos Judiciais	0
4.9.9.9.1.52	VPA da Economia em Acordos Judiciais e Administrativos	30
4.9.9.9.1.53	VPA com Alienação de Bens Móveis	1
4.9.9.9.1.55	VPA de Alienação de Bens Apreendidos	12.140
4.9.9.9.1.79	Receitas do FEEF	40.611
4.9.9.9.1.97.24	(-) Restituição de Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	-958
4.9.9.9.1.97.53	(-) Dedução de VPA com Alienação de Bens Móveis	-1
4.9.9.9.1.97.54	(-) Dedução de Dívida Ativa - FAADep - Repasses de Emolumentos	-1
4.9.9.9.1.97.55	(-) Restituição de Alienação de Bens Apreendidos	-91
4.9.9.9.1.99	Outras Variações Patrimoniais	4.981
4.9.9.9.2	Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Intra	10.706.918
4.9.9.9.2.01	VPA com Cancelamento de Restos a Pagar Processados	1
4.9.9.9.2.22	Superávit Financeiro das Autarquias	177.300
4.9.9.9.2.52	VPA da Economia em Acordos Judiciais e Administrativos	10.200

4.9.9.2.53	VPA com Transferência de Ativos	8.764.801
4.9.9.2.54	VPA com Transferência de Passivos	1.498.571
4.9.9.2.57	VPA com Apropriação de Receitas Fora do Sistema DAE Sujeitas à DRE	256.044
4.9.9.3	VPA decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS – União	3.675
4.9.9.3.01	VPA com Cancelamento de Restos a Pagar Processados	3.669
4.9.9.3.16	Rendas	6
4.9.9.5	VPA decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS – Município	1.337
4.9.9.5.01	VPA com Cancelamento de Restos a Pagar Processados	1.287
4.9.9.5.02	VPA com Cancelamento de Restos a Pagar Não Processado Liquidado a Pagar	50
TOTAL		10.920.357

Fonte: SEFAZ/CECOG

Do total do grupo Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos, a maior parte é representada pela VPA com Transferência de Ativos, relacionados às unidades extintas que tiveram seus patrimônios absorvidos por outros órgãos ou entidades do governo do estado do Ceará.

DV04- Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

O grupo Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas é representado por Indenizações e Restituições e Variações Patrimoniais Diminutivas decorrentes de fatos geradores diversos, conforme abaixo:

Tabela 162 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

		(R\$ milhares)
Especificação	Valor	
Indenizações e Restituições	276.500	
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	11.094.414	
Total	11.370.914	

Fonte: SEFAZ/CECOG

Do total do grupo Variações Patrimoniais Diminutivas decorrentes de fatos geradores diversos, mais de 90% são compostos por transferências de ativos, transferência de passivo, baixa de bens por doação, transferência ou alienação de bens em leilão, sentenças judiciais, participação nos encargos do FDI, e apropriação de receitas fora do sistema DAE e desincorporação de bens dos fundos, sendo este o subgrupo de maior representatividade. Embora agregado no grupo Diversos, a escrituração ocorre em contas contábeis específicas, de modo a especificar a variação ocorrida, conforme tabela abaixo:

Tabela 163 - Detalhamento de VPD - Fatos Geradores Diversos

(R\$ milhares)

Código	Título	Valor
3.9.9.9.1	Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	566.813
3.9.9.9.1.99	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes Fatos Geradores Diversos	566.813
3.9.9.9.1.99.01	Sentenças Judiciais	7.829
3.9.9.9.1.99.06	VPD de Ajustes Diversos	193
3.9.9.9.1.99.07	Baixa de Bens Moveis Doados, Transferidos, Cedidos ou perdidos	138.219
3.9.9.9.1.99.08	VPD Desincorporação Bens Imóveis Doados, transferidos, cedidos ou sinistros	412.343
3.9.9.9.1.99.09	VPD Decorrente da Baixa de Bens Alienados - Leilão	8.226
3.9.9.9.1.99.99	Demais Variações Patrim Diminutivas Decor de Fatos Geradores Diversos	2
3.9.9.9.2	Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Intra OFSS	10.527.203
3.9.9.9.2.01	Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	0
3.9.9.9.2.02	Transferência de Ativos	783.190
3.9.9.9.2.03	VPD com Transferência de Passivo	9.480.162
3.9.9.9.2.04	VPD de Transferência de Ativos Unidades Extintas	7.806
3.9.9.9.2.57	VPD com Apropriação de Receitas Fora do Sistema DAE Sujeitas à DRE	256.044
3.9.9.9.3	Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS - União	398
3.9.9.9.3.99.01	Demais Sentenças Judiciais	398
TOTAL		11.094.414

Fonte: SEFAZ/CECOG

Essas situações de concentração de valor no grupo diversos ocorre por falta de níveis específicos no Plano de Contas Nacional e devido a características das transações realizadas.

Como os Entes Públicos não têm autonomia para criar níveis no plano de contas para atender suas especificidades, cria-se detalhamento por meio de contas contábeis de modo identificar e individualizar a transação.

6.3.5 Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

DF01 – Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados Evidenciados na Dívida Flutuante do Estado:

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. As tabelas abaixo apresentam o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas no exercício atual no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado:

Tabela 164 - Demonstrativo das Baixas de Restos a Pagar não Processados da Dívida Flutuante do Estado

(R\$ milhares)

Restos a Pagar Não Processados	Saldo em 31/12/2021
Baixa por Pagamento (6.3.1.4)	974.388
Baixa por Cancelamento (6.3.1.9)	106.243
Somatório das Baixas de RPNP na Dívida Flutuante	1.080.631

Fonte: SEFAZ/CECOG

Tabela 165 - Demonstrativo das Baixas de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante do Estado

(R\$ milhares)

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2021
Baixa por Pagamento (6.3.2.2)	212.254
Baixa por Cancelamento (6.3.2.9)	5.480
Somatório das Baixas de RESTOS a Pagar Processados (RPP) na Dívida Flutuante	217.734

Fonte: SEFAZ/CECOG

DF02 - Composição da Linha Depósitos de Diversas Origens

Faz-se necessário excluir das contas do subgrupo 2.1.8.8.1 – Valores Restituíveis – Consolidação que possuem atributo P (Permanente). Essas contas de Passivo Circulante não pertencem ao Passivo Financeiro, motivo pelo qual estão marcadas na contabilidade com o atributo P. Sendo assim, não devem constar no mapeamento das contas contábeis para serem incluídas na Dívida Flutuante. A tabela a seguir lista os saldos, em 31/12/2021, das contas do subgrupo 2.1.8.8.1 que possuem atributo P e que foram excluídos do saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado:

Tabela 166 - Demonstrativo das Contas com Atributo "P" a Serem Excluídas dos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante – Consolidada

(R\$ milhares)

Conta	Título	Saldo em 31/12/2021
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	91
Ajuste 1 : Valores Restituíveis - Consolidação Marcados com Atributo "P"		91

Fonte: SEFAZ/CECOG

Fez-se necessário também efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para inclusão de saldo das contas 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar; 2.1.8.9.2.12 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar; e 2.1.8.9.1.36 - Valores em Trânsito Exigíveis (F); 2.1.8.8.2.04.07 - Depósitos a Quem de Direito (F); 2.1.8.8.3.11 - Restituições de Receitas a Pagar (F); e

2.1.8.8.2.12 - Arrecadação da DRE a Repassar - Fora do Sistema DAE (F). Essas contas, apesar de não estarem relacionadas no grupo 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis - Consolidação, possuem funcionamento contábil semelhante. Ou seja, representam depósitos recebidos, não decorrentes da execução orçamentária, que serão devolvidos em momento posterior. Desta forma, é preciso que os saldos dessas contas sejam adicionados ao grupo 2.1.8.8.1 para que se chegue ao valor de Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante.

A tabela a seguir apresenta o saldo, em 31/12/2021, das contas listadas acima e que foram incluídas no saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado

Tabela 167 - Demonstrativo das Obrigações Diversas a Serem Adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante Consolidada

(R\$ milhares)		
Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2021
2.1.8.8.2.04.07	Depósitos para Quem de Direito (F)	471
2.1.8.8.2.12	Arrecadação da DRE a Repassar - Fora do Sistema DAE (F)	40.458
2.1.8.9.1.36.02	Receita a Classificar	5.578
2.1.8.8.3.11	Restituições de Receitas a Pagar	20
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	29.757
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	88
Ajuste 2: Obrigações Diversas a Serem Adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens		76.372

Fonte: SEFAZ/CECOG

Considerando os ajustes 1 e 2 citados acima, a composição dos Depósitos de Diversas Origens é apresentada na tabela abaixo:

Tabela 168 - Composição do Saldo do Exercício Anterior dos Depósitos de Diversas Origens do Demonstrativo da Dívida Flutuante Consolidada

(R\$ milhares)	
Descrição	Saldo em 31/12/2021
Saldo do Grupo de Contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis	1.378.390
(-) Ajuste 1 - Saldo com Atributo P a serem excluídos no Grupo 2.1.8.8.1	91
(+) Ajuste 2 - Obrigações Diversas a Serem Adic. Aos Depósitos de Diversas Origens	146.677
(=) Total dos Depósitos de Diversas Origens (DF)	1.524.976

Fonte: SEFAZ/CECOG

DF03 - Inscrição de Restos a Pagar Processados

A inscrição dos restos a pagar processados, a partir do exercício de 2015, não considera o valor das consignações retidas e não pagas financeiramente. Assim, o valor da inscrição é feito pelo valor líquido do credor da obrigação principal.

6.3.6 Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFC01 - Critérios Utilizados na Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento.

Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada (-) 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária) relativas às atividades operacionais, as transferências recebidas e os outros ingressos operacionais.

Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas (6.2.2.1.3.04 + 6.3.1.4 + 6.3.2.2) relativas às atividades operacionais, as transferências concedidas e os outros desembolsos operacionais.

Os ingressos dos fluxos das atividades de investimento compreendem as receitas arrecadadas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos de investimento referem-se às despesas pagas com aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

Por sua vez, nos ingressos das atividades de financiamento são evidenciadas as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes. Nos desembolsos evidencia-se as despesas pagas com amortização e refinanciamento da dívida.

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa representa a soma dos três fluxos e a variação do caixa e equivalente de caixa corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa (1.1.1) do exercício de referência.

A conciliação contábil-financeira evidencia os ajustes nas contas de caixa que representam entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária. Por sua vez, a variação do caixa e equivalente de caixa ajustado apresenta-se como o somatório da variação do caixa e equivalente de caixa com a conciliação contábil-financeira.

DFC02 - Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais

A tabela abaixo evidencia a composio dos “Ingressos de Valores Restituíveis” que compõe o Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

Tabela 169 - Demonstrativo dos Ingressos de Valores Restituíveis - Consolidados

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	238.932
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	213.654
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	7.885.786
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	9.480
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação (F)	18
2.1.8.8.1.11	Restituições de Receitas a Pagar	28.659
2.1.8.8.1.52	Pagamentos em Processamento Bancário	9.730
2.1.8.8.1.99.01	Outros Valores Restituíveis (F)	1.600
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	80.400
2.1.8.8.2.11	Restituições de Receitas a Pagar	5.032
2.1.8.8.3.11	Restituições de Receitas a Pagar	46.961
Total		8.520.252

Fonte: SEFAZ/CECOG

A tabela a seguir evidencia a composio da “De93volução de Valores Restituíveis” que compõe o Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

Tabela 170 - Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis - Consolidados

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	251.275
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	204.515
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	7.832.399
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	8.068
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação (F)	10
2.1.8.8.1.11	Restituições de Receitas a Pagar	28.659
2.1.8.8.1.52	Pagamentos em Processamento Bancário	9.730
2.1.8.8.1.99.01	Outros Valores Restituíveis (F)	1.832
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	80.400
2.1.8.8.2.11	Restituições de Receitas a Pagar	5.033
2.1.8.8.3.11	Restituições de Receitas a Pagar	46.961
Total		8.468.882

Fonte: SEFAZ/CECOG

A linha “valores a repassar” constitui-se de valores referentes à receita dos órgãos da Administração Indireta e Direta arrecadada via DAE pela Secretaria da Fazenda a repassar, valores relativos às movimentações financeiras realizadas de forma inadequada e valores de pagamentos de outras fontes supridas pelo Tesouro Estadual Dessa forma, evidencia-se nessa linha os movimentos (créditos menos débitos) das contas relacionadas na tabela abaixo:

Tabela 171 - Demonstrativo dos Valores a Repassar - Consolidados

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.2.04.07	Depósitos para Quem de Direito	-1
2.1.8.8.2.12	Arrecadação da DRE a Repassar – Fora do Sistema DAE (F)	19.285
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	18.825
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	-88
Total		38.021

Fonte: SEFAZ/CECOG

Na linha “valores a receber” evidencia-se os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Direta e Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda, bem como os créditos a receber provenientes de movimentações financeiras realizadas indevidamente e de pagamentos de outras fontes supridos pelo Tesouro Estadual.

Assim, evidencia-se neste grupo os movimentos (débitos menos créditos) das seguintes contas relacionadas na tabela a seguir:

Tabela 172 - Demonstrativo de Valores a Receber - Consolidados

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.8.2.50	Arrecadação da DRE a Receber - Fora do Sistema DAE	19.285
1.1.3.8.2.51	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	18.825
1.1.3.8.2.52	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	-88
1.1.3.8.2.54	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	-1
1.1.4.1.1.09.01.01	Títulos de Responsabilidade do Tesouro (F)	-67.171
1.2.1.3.1.08.01.01	Títulos de Responsabilidade do Tesouro (F)	72.890
Total		43.740

Fonte: SEFAZ/CECOG

Importante destacar que na composição deste grupo estão presentes duas contas contábeis, 1.1.4.1.1.09.01.01 e 1.2.1.3.1.08.01.01 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro (F), curto e longo prazo, respectivamente, que se referem a recursos financeiros dos fundos previdenciários, FPP e PREVID, aplicados em investimentos que não possuem liquidez imediata e por isso não compõem a linha Caixa e Equivalentes de Caixa.

Devido não haver uma previsão no layout da DFC de contas contábeis com essa característica de caixa e equivalentes de caixa, mas sem liquidez imediata, decidiu-se então alocar estes valores em Outros Desembolsos Operacionais, como Valores a Receber.

DFC03 - Conciliação Contábil-Financeira

O campo de Conciliação Contábil-Financeira destaca as entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária, onde são feitos lançamentos em contas específicas, com a finalidade que a contabilidade esteja compatível com a conciliação financeira.

Assim, estes lançamentos não se constituem como fluxos que geram entradas e saídas de caixa, e sim ajustes nas contas de caixa relativos a pendências de conciliação. Por esse motivo, tais movimentos apresentam-se fora dos fluxos operacional, de investimento e de financiamento e estão inclusos após a variação de caixa e equivalente de caixa, ajustando esta variação.

Na linha de “Saídas de Caixa a Regularizar” observa-se as saídas de caixa em que não houve a respectiva execução orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, como tarifas bancárias debitadas em conta, como também anulação de receita de exercício anterior. Esta linha é representada pelo movimento a débito das contas contábeis demonstradas na tabela abaixo:

Tabela 173 - Demonstrativo das Saídas de Caixa a Regularizar – Consolidadas

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.1.1.99.01	Pendências a Regularizar - Adiantamento do Tesouro p/pagto de Obrigação	11.232
1.1.3.8.1.06.01	Numerários em Trânsito (F)	3.748
1.1.3.8.1.99.01	Valores sob Bloqueio Judicial (F)	2.162
1.1.9.8.1.51	Sequestros Judiciais a Regularizar (P)	18.946
1.1.9.8.1.52	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar (P)	1.772
1.1.9.8.1.99	Outras VPD a Apropriar (P)	947
3.5.3.1.1.98	Transferência de Ativos para Unidades do Estado Fora do Orçamento Fiscal	32.265
3.9.9.9.1.99.06	VPD de Ajustes Diversos	507
Total		71.579

Fonte: SEFAZ/CECOG

Já no grupo “Saídas de Caixa Regularizadas” registra-se as regularizações em 2021 referentes a sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas que ficaram pendentes de regularização em 2020. Representando assim o movimento a crédito das contas contábeis demonstradas na tabela a seguir:

Tabela 174 - Demonstrativo das Saídas de Caixa Regularizadas - Consolidadas

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.1.1.99.01	Pendências a Regularizar - Adiantamento do Tesouro p/pagto de Obrigação	8.603
1.1.3.2.1.05	IR e CSLL a Recuperar/Compensar	187
1.1.3.8.1.06.01	Numerários em Trânsito (F)	4.176
1.1.9.8.1.51	Sequestros Judiciais a Regularizar (P)	33.445
1.1.9.8.1.52	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar (P)	1.323
1.1.9.8.1.99	Outras VPD a Apropriar (P)	1.817
3.9.9.9.1.99.06	VPD de Ajustes Diversos	314
Total		49.865

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nas “entradas de caixa a regularizar” evidenciam-se as entradas de valores nos extratos bancários que não foram identificados em conciliação bancária. O grupo “entradas de caixa regularizadas” representa as regularizações em 2021 das receitas a classificar de exercícios anteriores.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretaria da Fazenda e sua Secretaria Executiva do Tesouro Estadual e Metas Fiscais, por meio das coordenadorias de gestão financeira, de gestão fiscal e de gestão da execução orçamentária, patrimonial e contábil, respectivamente, no cumprimento de suas missões, elaborou o relatório do Balanço Geral do Estado do Ceará de 2020, incluindo as análises orçamentária, financeira, patrimonial e contábil das finanças estaduais.

O Governo do Estado do Ceará, no exercício de 2020, apresentou superávit de R\$ R\$ 1.470.080.309,84 em sua execução orçamentária consolidada, mantendo seu equilíbrio fiscal. Além disso, o Estado apresentou um superávit financeiro, ativos financeiros menos obrigações financeiras, da ordem de R\$ 5.508.459.408,43. Ademais, o Estado do Ceará obteve Resultado Primário superavitário, bem como manteve seus indicadores de endividamento totalmente de acordo com os limites impostos pela legislação vigente. Isto evidencia uma gestão fiscal responsável voltada para criar condições de manter organizada a máquina administrativa e atender às necessidades da população cearense.

O Estado do Ceará segue os preceitos de uma Gestão Fiscal Eficiente, uma vez que houve geração de poupança e captação de recursos para suportar o investimento, ante as incertezas quanto à duração e à intensidade da pandemia decorrente da covid-19 e quanto aos seus efeitos deletérios sobre a economia real e sobre as finanças públicas.

Grandes avanços foram conquistados em 2020, em especial, todos os esforços empreendidos pelo Governo do Ceará para o enfrentamento do novo coronavírus no Estado, com suas ações alinhadas às lições aprendidas e os protocolos da ciência econômica, a reação do governo estadual contribuiu para que estratégias adotadas minimizassem os impactos econômicos adversos oriundos da pandemia, principalmente, pela manutenção do cronograma vigoroso de investimento combinado com a estrutura fiscal existente, cujo sincronismo das ações governamentais estratégicas são e serão determinantes para o processo de retomada do crescimento econômico estadual no período pós-pandemia.

Uma análise da Gestão Fiscal do Governo Estadual, nos últimos exercícios, mostra um considerável desempenho nas diversas ações governamentais, além de cumprimento contínuo dos limites estipulados pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em conformidade com o Direito Financeiro, com as normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), e com os parâmetros definidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei Federal nº 4.320/64.

No conteúdo do Relatório desta prestação de contas procuramos mostrar o atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado - TCE - nas análises alusivas às Contas do Governo dos exercícios anteriores.

Outro ganho apresentado neste Balanço Geral de 2020 é o Anexo, em separado, do Balanço Social do Estado do Ceará, que tem a finalidade de apresentar à sociedade, numa

visão compreensiva, dentro de uma linguagem clara, qualitativa e objetiva, a situação fiscal e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do Estado do Ceará, envolvendo ainda mais a sociedade no controle social.

Este relatório reflete esse compromisso de que é possível crescer mesmo diante de um cenário econômico de crise, trabalhando em cima da eficiência fiscal em direção a um futuro mais seguro e próspero para a população cearense.

Por fim, entendemos que o objetivo pretendido foi alcançado tendo em vista que, procuramos abordar os aspectos mais relevantes das Contas do Governo relativas ao Exercício de 2021, inseridos nos Anexos do Balço Geral do Estado, levantados em consonância com as normas legais e pertinentes.

Fortaleza, 1 de abril de 2022.

FABRIZIO GOMES SANTOS
Secretário Executivo do Tesouro Estadual e Metas Fiscais

TALVANI RABELO AGUIAR
Coordenador de Gestão da Execução Orçamentária, Patrimonial e Contábil

MÁRCIO CARDEAL QUEIROZ DA SILVA
Coordenador da Gestão Fiscal

JOSÉ GARRIDO BRAGA NETO
Coordenador da Gestão Financeira

SAULO MOREIRA BRAGA q
Contador Geral do Estado
CRC 015129/O-8 CE

Tony Coelho Magalhaes
Orientador da CENOC

ANEXOS

CONTROLADORIA
E OUVIDORIA
GERAL DO ESTADO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO

RCI-GOVERNO 2021

GOVERNADOR

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL

Aloísio Barbosa de Carvalho Neto

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL

Antônio Marconi Lemos da Silva

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Paulo Roberto de Carvalho Nunes

ASSESSORA JURÍDICA

Ana Zélia Cavalcante Oliveira

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

Flávia Salcedo Coutinho

ASSESSORA DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA

Isabelle Pinto Camarão Menezes

COORDENADOR DE CONTROLADORIA

Marcelo de Sousa Monteiro

COORDENADORA DE AUDITORIA INTERNA

Ana Luiza Felinto Cruz

COORDENADOR DE OUVIDORIA

Larisse Maria Ferreira Moreira

COORDENADOR DA ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

Kassyo Modesto da Silva

COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Marcos Henrique de Carvalho Almeida

COORDENADOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Tiago Monteiro da Silva

COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO

Rita de Cássia Holanda Matos

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Márcia Valéria Girão Ramos

MISSÃO INSTITUCIONAL DA CGE

Coordenar e exercer atividades de Transparência, Ouvidoria, Correição, Auditoria Governamental, Ética e Controladoria no Poder Executivo, contribuindo para a melhoria da gestão pública e do controle social, em benefício da sociedade.

EQUIPE TÉCNICA DA COORDENADORIA DE CONTROLADORIA

Marcelo de Sousa Monteiro – Coordenador

José Otacílio de Assis Júnior – Articulador

Vitor Hugo Gaspar Pinto – Orientador de Célula

Adriana Oliveira Nogueira – Auditora de Controle Interno

Alex Aguiar Lins – Auditor de Controle Interno

COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DO PLANO DE AÇÃO PARA SANAR
FRAGILIDADES – PASF CONTAS DE GOVERNO

Membros Deliberativos

Antônio Marconi Lemos da Silva – CGE

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo – Casa Civil

Eduardo Menescal – PGE

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – SEPLAG

Fabrizio Gomes Santos – SEFAZ

Membros Técnicos

Marcelo de Sousa Monteiro – CGE

Vitor Hugo Gaspar Pinto – CGE

Adriana Oliveira Nogueira – CGE

Talvani Rabelo Aguiar – SEFAZ

Renata Reina Montenegro de Albuquerque – SEFAZ

Jessé Melo de Carvalho – SEFAZ

Francisco José Moura Cavalcante – CASA CIVIL

Luciana Capistrano da Fonseca Moura – SEPLAG

Francisco Ailson Alves Severo Filho – SEPLAG

Maria Cristiane Maia Caxilé – SEPLAG

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1 ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO – CGE	10
1.1 Programa 251 – Controle Interno Governamental	10
1.2 Programa 253 – Fomento à Ética e à Integridade	12
1.3 Programa 254 – Transparência, Participação e Controle Social	13
2 TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2020	14
2.1 Conjuntura socioeconômica	15
2.2 Planejamento e execução orçamentária	17
2.3 Análise das demonstrações contábeis	53
2.4 Conformidade financeira e orçamentária	64
2.5 Transparência	81
3 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO	95
3.1 Alocação de recursos do PPA 2020-2023	95
3.2 Execução dos Eixos, Temas e Programas de Governo	97
3.2.1 Recursos Aplicados em relação à distribuição prevista no orçamento de 2021	98
3.3 Resultado econômico, desempenho dos Eixos e Áreas Temáticas	99
3.3.1 Resultado econômico	99
3.3.2 Desempenho dos Eixos.....	102
3.3.3 Áreas Temáticas por eixo	103
4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	118
4.1 Resultado orçamentário	118
4.1.1 Análise temporal da receita e despesa orçamentária	121
4.1.2 Análise da previsão da receita e fixação da despesa	122
4.2 Receitas	125
4.2.1 Categoria e origem das receitas orçamentárias	125
4.2.2 Fontes de receita orçamentária	126
4.2.3 Origens de receita orçamentária	127

4.3 Despesas	128
4.3.1 Categoria econômica e grupo de natureza das despesas	129
4.3.2 Comparativo das despesas por poder	130
4.3.3 Elementos de despesa	131
4.3.3.1 Elementos de despesa – pessoal e encargos sociais	131
4.3.3.2 Elementos de despesa – outras despesas correntes	132
4.3.3.3 Elementos de despesa – investimentos	133
4.3.3.4 Elementos de despesa – amortização, juros e encargos da dívida ...	133
4.3.4 Despesa por função	134
4.3.5 Despesa de exercícios anteriores (DEA)	136
4.3.6 Contratos de gestão	140
5 GESTÃO FISCAL	142
5.1. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal	142
5.2. Indicadores fiscais e legais.....	143
5.2.1 Despesas com ações e serviços públicos de saúde	144
5.2.2 Despesas consórcios públicos de saúde	147
5.2.3 Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	148
5.2.4 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	152
5.2.5 Receita Corrente Líquida	156
5.2.6 Despesas com Pessoal	158
5.2.7 Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviços da Dívida e Garantias	164
5.2.7.1 Dívida Consolidada Líquida	165
5.2.7.2 Operações de Crédito	167
5.2.7.3 Serviços da Dívida	168
5.2.7.4 Garantias e Contragarantias	170
5.2.8 Regra de Ouro	171
5.2.9 Resultados Primário e Nominal	172
5.2.9.1 Resultado Primário	172
5.2.9.2 Resultado Nominal	174

5.2.10 Parcerias Público-Privadas	175
5.3 Investimentos destinados ao interior do Estado	175
5.4 Aplicação de recursos na FUNCAP	177
5.5 Receita de alienação de bens e aplicação dos recursos	179
5.6 Disponibilidades de caixa	180
5.7 Programa de reestruturação e de ajuste fiscal (PAF)	183
5.8 Cumprimento do Novo Regime Fiscal (EC nº 88/2016)	186
5.9 Indicadores Gerenciais	187
6 CONCLUSÃO	191

APRESENTAÇÃO

Conforme estabelecido na Constituição Estadual, o Governador do Estado do Ceará deve prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior. No mesmo sentido, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE) estabelece que as Contas do Governador consistirão nos Balanços Gerais do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, contendo informações relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual e respectivas inspeções e auditorias internas.

O presente Relatório do Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo (RCI-Governo), elaborado por esta Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), referente ao exercício de 2021, apresenta as análises e considerações com o objetivo de cumprir com os mandamentos constitucionais e legais, bem como apresentar as informações atinentes às regras estabelecidas na Lei Complementar Federal Nº 101/00, na Lei Federal nº 4.320/1964 e legislação correlata.

O presente Relatório está estruturado em cinco capítulos, compreendendo:

- ✓ Atuação da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, órgão central do sistema de controle interno, no âmbito do Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados, que contempla as políticas governamentais voltadas à busca do crescimento constante, do equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário, e da redução persistente das desigualdades, com foco específico nos programas Controle Interno Governamental (251); Fomento à Ética e à Integridade (253) e Transparência, Participação e Controle Social (254);
- ✓ Plano de Ação para Sanar Fragilidades (PASF Contas de Governo) referente às ações adotadas pelo governo a partir das recomendações do TCE/CE, por ocasião da análise das Contas Anuais de Governo do exercício de 2020;

- ✓ Análise da Execução dos Programas de Governo, observando os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Área Temática, Programas e suas Metas Prioritárias;
- ✓ Análise da Execução Orçamentária do Estado, envolvendo os órgãos da administração direta e indireta que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social; e
- ✓ Aspectos relativos à Gestão Fiscal, notadamente quanto ao cumprimento dos limites constitucionais e legais pelo Estado, bem como a análise de indicadores gerenciais e do cumprimento do Novo Regime Fiscal.

O RCI-Governo 2021 é resultado do trabalho técnico da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, mas contou com a colaboração imprescindível dos gestores e profissionais que atuam nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, que disponibilizaram as informações necessárias à conclusão deste relatório.

ALOÍSIO BARBOSA DE
CARVALHO NETO:21910081353

Assinado de forma digital por ALOÍSIO
BARBOSA DE CARVALHO NETO:21910081353
Dados: 2022.04.01 08:49:04 -03'00'

Aloísio Barbosa de Carvalho Neto

Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral

1 ATUAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

As atividades realizadas pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) visam cumprir a sua missão institucional de “Coordenar e exercer atividades de Transparência, Ouvidoria, Correição, Auditoria Governamental, Ética e Controladoria no Poder Executivo, contribuindo para a melhoria da gestão pública e do controle social, em benefício da sociedade”. A atuação da CGE faz parte do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados, que contempla as políticas governamentais voltadas à busca do crescimento constante, do equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário, e da redução persistente das desigualdades. O propósito central deste eixo consiste em proporcionar que os serviços públicos estaduais sejam planejados e geridos de forma eficiente e efetiva, atendendo às necessidades dos cidadãos, com transparência e equilíbrio fiscal.

Para que o governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores apresentados, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Controle Interno Governamental (251); Fomento à Ética e à Integridade (253) e, por fim, Transparência, Participação e Controle Social (254). Nesse sentido, a CGE desenvolveu diversas ações no exercício de 2021, conforme destaques a seguir.

1.1 Programa 251 – Controle Interno Governamental

O Programa tem como objetivo principal contribuir para uma gestão administrativa profissional, visando à eficiência na arrecadação e aplicação dos recursos públicos, bem como a regularidade e o aprimoramento da gestão, de forma a propiciar a melhoria contínua dos serviços públicos ofertados.

Principais realizações:

- Produção do Relatório de Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo (RCI-GOVERNO) e três Pareceres Técnicos sobre o Relatório da Gestão Fiscal (RGF).

- Realização de 20 Encontros de Integração do Controle Interno com os Assessores de Controle Interno e Ouvidoria (ASCOUV) dos Órgãos para discussão e apresentação de temas relacionados à atuação deles.
- Elaboração e disponibilização, no canal da CGE no Youtube, de vídeos tutoriais dos módulos monitoramento e prestação de contas no sistema e-PARCERIAS.
- Desenvolvimento no SACC do módulo prestação de contas para os beneficiários da Lei Aldir Blanc.
- Realização de quatro treinamentos no SISTEMA e-PARCERIAS: SESA – 14 colaboradores; SEMA – 22 colaboradores; SECULT – Turma 1 com 20 colaboradores e Turma 2 com 20 colaboradores.
- Realização da oficina “Orientações e tutoriais para os usuários do Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios – SACC” com a participação de 49 pessoas.
- Análise de 333 processos de solicitação de limite financeiro submetidos ao Grupo Técnico de Gestão de Contas GTC para suporte ao COGERF na tomada de decisões.
- Realização de visitas técnicas guiadas à FUNCAP, SESA/HGWA, METROFOR, SAP, SECITECE/CENITEC, SECULT/CCBJ, SEDET/IDT, SEJUV/CFO e SSPDS para conhecer a execução física e financeira de atividades e elaboração dos respectivos relatórios.
- Disponibilização dos painéis de indicadores de receita e despesas, indicadores fiscais normativos e de solvência orçamentária no SIEC.
- Realização de estudo no ODP.Ceará sobre os resultados dos julgamentos do TCE sobre as Prestações de Contas Anuais de Gestão (PCAs) do Poder Executivo Estadual.

- Disponibilização de Painel de Dados Gerais de Contratos e Dados Gerais de Convênios informatizados, com a situação de execução dos contratos e dos instrumentos de parceria.
- Publicação da Portaria CGE Nº05/2021 que institui a Metodologia de Gerenciamento de Riscos do Poder Executivo do Estado do Ceará.
- Produção de 94 Relatórios de Controle Interno sobre as Contas de Gestão (RCI GESTÃO), gerados e inseridos no sistema Ágora do TCE.
- Emissão de 16 dezesseis relatórios de inspeção e de cinco relatórios de Tomada de Contas Especiais.
- Publicação da Instrução Normativa Nº 01/2021 que Regulamenta o Procedimento de Sindicância Patrimonial (SINPA).

1.2 Programa 253 – Fomento à Ética e à Integridade

O Programa tem como objetivo principal fomentar a cultura da integridade nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e nos seus parceiros institucionais, zelando pela observância do Código de Ética e Conduta da Administração Pública Estadual e de outros normativos que dispõem sobre a conduta do servidor público estadual.

Principais realizações:

- Capacitação sobre ética e ouvidoria para o programa de Certificação em Ouvidoria 2021 e palestra para os servidores da SEMACE, abordando o Sistema de Gestão Ética, envolvendo 68 servidores.
- Atualização do Sistema de Ética e Combate e Prevenção ao Assédio Moral com a referida legislação de Ética e Assédio Moral.
- Implementação do Comitê de Integridade em 14 (quatorze) órgãos estaduais: ADAGRI, CGD, FUNECE, PMCE, SAP, SECULT, SEDET, SEDUC, SEFAZ, SEMA, SESA, SRH, SSPDS e CBMCE.

- Aplicação do diagnóstico de integridade em 13 (treze) órgãos estaduais: ADAGRI, CGD, FUNECE, PMCE, SAP, SECULT, SEDET, SEDUC, SEFAZ, SEMA, SESA, SRH e SSPDS.
- Elaboração de Planos de Integridade por seis órgãos: FUNECE, SAP, SEMA, SEMACE e SPS.
- Capacitação de 147 servidores dos órgãos participantes da implementação do Programa de Integridade.
- Capacitação de 138 servidores de diversos órgãos/entidades estaduais na adoção de boas práticas de gestão e na instituição de mecanismos de combate à corrupção.
- Realização de oito palestras através de plataforma digital, sob a temática “Caminhos da Cidadania”, com a participação de cerca de 350 pessoas.
- Realização da II Edição da Hackathon da Inteligência Cidadã.

1.3 Programa 254 – Transparência, Participação e Controle Social

O Programa tem como objetivo principal ampliar a participação e o controle social na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas, com efetiva transparência e acessibilidade das informações disponibilizadas.

Principais realizações:

- Realização de 52 capacitações em ouvidoria (40) e transparência (12), envolvendo um total de 1.276 servidores.
- Modernização da Carta de Serviços, com implantação de algumas melhorias e funcionalidades na ferramenta atual, bem como atualização das informações dos serviços no âmbito dos órgãos e entidades estaduais.
- Disponibilização da consulta da dívida pública na seção de Transparência da plataforma Ceará Transparente.

- Realização de 2.191.205 atendimentos nas áreas de Ouvidoria e Transparência, envolvendo 66.879 manifestações de Ouvidoria pertinentes ao Poder Executivo Estadual, com registros em pelo menos 183 municípios cearenses; 52.724 solicitações de acesso à informação; e 2.071.602 acessos ao Ceará Transparente.
- Disponibilização do ranking de transparência no site da CGE.
- Elaboração de Relatório Consolidado de Gestão da Transparência.
- Elaboração de índice de desempenho das Ouvidorias, congregando vários indicadores.
- Elaboração do Relatório Consolidado de Gestão de Ouvidoria.
- Elaboração de Manual sobre avaliação de serviços públicos.
- Elaboração da Cartilha “Como Usar a Linguagem Simples”.

2 TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2020

Em 2020, o TCE/CE emitiu o Parecer Prévio sobre as Contas do Governador do Estado Ceará, sob a ótica das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, e expediu 52 (cinquenta e duas) recomendações a serem observadas pelo Poder Executivo.

Para tratamento das recomendações foi instituída a Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades das Contas de Governo - PASF Contas de Governo, composta por representantes da Casa Civil, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e coordenada pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE), na condição de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Desde o exercício de 2020 que o governo vem enfrentando um grande desafio à execução das políticas públicas, devido à Pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e a consequente decretação de Estado de Calamidade Pública. Esta situação exigiu que o Estado redefinisse seu planejamento e direcionasse recursos adicionais à área da Saúde em 2021, tendo ainda que conciliar o suporte às demandas econômicas e sociais do Estado. Assim, as restrições decorrentes da Pandemia afetaram as condições de implementação de ações, inclusive com a limitação de atuação presencial.

A Comissão do PASF Contas de Governo consolidou as informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pelas ações adotadas em função das recomendações emitidas pelo TCE/CE nas Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2020, conforme apresentado a seguir.

2.1 Conjuntura Socioeconômica

Recomendação nº. 01: Em relação ao IDEB, que o Governo do Estado do Ceará empreenda esforços concretos tendentes ao alcance e cumprimento das metas previstas para a rede estadual de ensino.

Análise da Comissão do PASF: Para alcançar as metas previstas para a rede estadual de ensino, o Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Educação (SEDUC), desenvolve ações que buscam garantir o direito dos alunos a um processo de aprendizagem de qualidade, com oferta de mais tempo na escola, oportunidades de preparação profissional e desenvolvimento de habilidades no intuito de agregar além de conhecimento, valores ao projeto de vida dos estudantes.

O resultado do IDEB, cujo cálculo exclui o resultado das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) foi 4,2 para a rede estadual do Ceará em 2019. No entanto, considerando a Educação Técnica e Profissional como uma política de Estado, com os resultados de proficiência das EEEP no cálculo, o Ceará chega ao resultado de 4,46. Dessa forma, utilizando as técnicas estatísticas de arredondamento a meta de 4,5 estabelecida pelo INEP foi alcançada. O resultado do INEP referente a 2021 será divulgado no segundo semestre de 2022.

O planejado e desenvolvido pela SEDUC faz parte do Programa Ceará Educa Mais, constituído de 25 ações destinadas à progressiva melhoria da qualidade da educação cearense. A iniciativa está fundamentada em oito eixos: aperfeiçoamento pedagógico; Desenvolvimento e qualificação dos Professores; Avanço na aprendizagem; Tempo Integral; Cuidado e Inclusão; Preparação para o Enem; Educação Conectada; e Qualificação Acadêmica e Profissional dos Estudantes.

O Programa é constituído de ações que visam apoiar as escolas com foco na permanência e na recomposição das aprendizagens dos estudantes. Dentre elas destacam-se a distribuição de 231.595 tablets e 345.721 chips, o fortalecimento do programa FOCO na Aprendizagem.

Este programa consiste na realização da avaliação diagnóstica e formativa, disponibilização de material estruturado, formação dos professores e apoio aos estudantes com o programa de tutoria e monitoria em Língua Portuguesa e Matemática.

A Secretaria vem ampliando suas ações para o fortalecimento do vínculo dos estudantes, por meio do Projeto Professor diretor de Turma (PPDT), da atuação dos Grupos Cooperativos de Apoio à Escola (Gcape) e do Aluno Monitor da Busca Ativa.

E ainda, no período de 2022 a 2026, há a perspectiva de aplicação de um montante de R\$ 1,2 bilhão a ser destinada à universalização do Ensino Médio em Tempo Integral, sendo R\$ 969,7 milhões em construção ou reforma de escolas estaduais e o restante, para aquisição de equipamentos.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Programa Ceará Educa Mais.

2.2 Planejamento e Execução Orçamentária

Recomendação nº. 02: À Secretaria do Planejamento e Gestão que promova um melhor acompanhamento das metas previstas no PPA 2020-2023, para evitar dimensionamento abaixo ou acima da real expectativa a ser alcançada.

Análise da Comissão do PASF: O processo de elaboração do PPA 2020-2023 se realizou com ampla participação dos órgãos e entidades do Estado, sob a coordenação e o assessoramento da Seplag. Esse passou por diversas etapas, contando com planos de formação e guias metodológicos, com o intuito de minimizar os erros de dimensionamento. Dentre os documentos elaborados e as capacitações podemos citar: notas metodológicas; guia para oficina de cocriação dos Resultados e Indicadores Estratégicos; guia para oficina de cocriação dos Resultados e Indicadores Temáticos; plano para formação na construção da Base Tática (parte 1) – Programas; plano para formação na construção da Base Tática (parte 2) – Iniciativas e Entregas; plano para formação na construção da Base Operacional – Ações.

No entanto, apesar do esforço para que o planejamento seja fidedigno, dada a capacidade de execução e as necessidades, excepcionalmente é possível ocorram inconsistências. Em algumas situações, existe a possibilidade de que o dimensionamento tenha sido realizado corretamente, mas durante a execução ocorrerem situações que impossibilitaram a plena execução da meta. Por outro lado, é possível que se estabeleça uma meta considerando a dificuldade de execução no momento do planejamento, mas com a mudança no cenário consegue-se expandir a meta prevista, resultando no aumento expressivo em relação à quantidade planejada.

Por conta dessas possibilidades, a Lei Nº 17.160, de 27 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Nº 17.219, de 03 de junho de 2020 – Lei do PPA 2020-2023 - prevê a adequação e a revisão do Plano, de modo a tornar o planejamento alinhado à execução.

Destaca-se que, na revisão do PPA, coordenado pela Seplag e concluído em outubro de 2021, os órgãos e entidades estaduais realizaram diversos ajustes na estrutura do Plano. No âmbito das entregas, observou-se: revisão de metas, inclusão de novas entregas e a descontinuação de alguns bens e serviços declarados no primeiro biênio (2020-2021), que não serão mais ofertados, seja porque foram concluídos, ou porque não estavam adequadamente declarados como entregas. Neste caso, foram substituídas por outras que melhor retratem a oferta de bens e serviços à população. (Ver exemplos do Quadro 1)

Quadro 1 – Entregas substituídas na Revisão do PPA 2020-2023

Programa	Iniciativa	Entrega Anterior*	Entrega Atual**	Órgão Responsável
123 - Proteção Social Básica	123.1.06 - Expansão da oferta de espaços lúdicos para a promoção do desenvolvimento infantil.	Brinquedopraca Instalada	Espaço Lúdico Implantado	SPS
132 - Promoção da Inclusão Social no Âmbito da Política Sobre Drogas	132.1.03 - Promoção da oferta de atendimento especializado na política sobre drogas	Pessoa Atendida	Atendimento Realizado	SPS
141 - Gestão e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional	141.1.03 - Expansão da oferta e acesso a alimentos de qualidade.	Pessoa Beneficiada	Alimento Distribuído	SPS
251 - Controle Interno Governamental	251.1.01 - Implantação do controle de registro de bens dos agentes públicos por meio de um modelo de gestão estruturado.	Relatório Gerencial Publicado	Relatório Gerencial Elaborado	CGE
311 - Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Agropecuária Familiar	311.1.01 - Promoção do estímulo à produção agrícola sustentável.	Semente Ofertada/ Muda Ofertada	Produtor Beneficiado	SDA
343 - Mobilidade, Trânsito e Transporte	343.1.13 - Promoção da fiscalização da frota de veículos e condutores em circulação nas vias públicas do Estado do Ceará.	Fiscalização Realizada	Fiscalização Rodoviária Mantida	Detran
351 - Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Pesca e Aquicultura	351.1.02 - Promoção de inspeção sanitária e fiscalização da indústria pesqueira do Estado.	Fiscalização Realizada	Inspeção Realizada	Sedet
632 - Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde do Cidadão	632.1.06 - Promoção do incentivo ao autocuidado do cidadão.	Certificação Concedida	Município Apoiado	Sesa
634 - Gestão da Rede de Conhecimento, Educação, Tecnologia e Inovação em Saúde	634.1.09 - Promoção da educação permanente em saúde.	Pessoa Beneficiada	Aluno Atendido	ESP

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Siof, Cepod/ Coplo/ Seplag.

* Entrega vigente antes da revisão do PPA 2020-2023.

**Entrega incluída na revisão do PPA 2020-2023.

Destaca-se também que, pelo modelo atual de gestão do PPA, a meta de uma entrega não é ajustada no decorrer do ano em exercício. Os processos de adequação e revisão produzem efeitos apenas para os anos seguintes (adequação, para o ano seguinte, e revisão, para o último biênio). Isso foi adotado como meio de não tornar o planejamento tão volátil, de modo que haja um compromisso mínimo anual com as metas declaradas pelos órgãos e entidades para a sociedade.

Por vezes, no processo de acompanhamento das entregas do PPA, observam-se divergências entre a meta planejada e o que está sendo registrado quantitativamente como entrega. Diversos fatores podem afetar a execução no ano corrente, dentre os quais: reorientação política e das prioridades por parte da administração, não concretização de financiamento esperado (interno e/ou externo), entraves em atividades preliminares à execução (licitação, desapropriação, licenciamento ambiental), fatores exógenos, com destaque recente aos efeitos da pandemia do novo coronavírus, dentre outros.

Entretanto, mesmo considerando as diversas interferências possíveis, o processo prevê, por ocasião do acompanhamento e monitoramento do PPA, a declaração de justificativa para as situações em que se observa que o valor executado está distante do valor programado para o ano.

Tratando-se, especificamente, do caso das entregas com execução acima de 1.000%, foi solicitado aos órgãos responsáveis por essas entregas uma justificativa para a situação identificada. A partir de 2021, essa necessidade de justificativa está sendo reforçada nas execuções com percentual acima de 200%, embora haja uma orientação geral sobre a necessidade de justificar o não cumprimento das metas previstas para o ano no Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

Considerando ainda o universo de entregas com execução acima de 1.000%, observa-se na Tabela 1 que esse recorte representa uma proporção bem pequena comparativamente ao total de entregas do PPA, o qual segue uma tendência de redução desde 2018, demonstrando uma melhoria do dimensionamento. Os dados brutos relativos a esses valores estão dispostos no link: https://drive.google.com/drive/folders/1wb_oNZRyh9811FWOXUIhpP9FYMwgud21?usp=sharing.

Tabela 1 – Proporção de Entregas com Execução acima de 1.000% no PPA

PPA de Referência	Ano	Total de entregas no PPA	Entregas com execução acima de 1.000%	%
		(A)	(B)	(B/A)
2016-2019	2018	747*	16	2,14
2016-2019	2019	747*	17	2,28
2020-2023	2020	988	11	1,29
2020-2023	2021**	988	4	0,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sima. Cemap/ Coplo/ Seplag.

* Entregas que permaneceram vigentes no biênio 18-19, após o processo de revisão do PPA 2016-2019.

**Dados da execução do ano disponíveis até setembro de 2021.

Vale ressaltar que a obrigatoriedade de prestar informações periódicas sobre o acompanhamento e monitoramento do PPA está prevista no art. 14 da Lei Nº17.160, de 27 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Nº17.219, de 03 de junho de 2020. Esse mesmo dispositivo prevê, em seu § 6º, que o eventual descumprimento dos prazos estabelecidos para tal atividade implicará no bloqueio da execução orçamentária do programa até que a situação seja normalizada (ressalvados os casos em que nenhum órgão ou entidade executora do programa tenha motivado o referido descumprimento de prazo).

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Lei Nº17.160, de 27 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Nº 17.219, de 03 de junho de 2020;
https://drive.google.com/drive/folders/1wb_oNZRyh9811FWOXUIhpP9FYMwgud21?usp=sharing

Recomendação nº. 03: À SEPLAG que proceda à elaboração de políticas públicas distributivas, que priorizem a adoção dos índices de desenvolvimento municipal ou humano como critério para a posterior destinação de recursos a título de transferências voluntárias.

Análise da Comissão do PASF: Acerca da questão em epígrafe, que reporta a importância da utilização de mecanismos de gestão que contribuam para a melhoria

de índices de desenvolvimento, destaca-se, que as diretrizes para destinação de recursos por meio de parcerias com Entes e Entidades Públicas, são analisadas e debatidas, anualmente, pelo Parlamento Cearense, na oportunidade das discussões para aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, matéria atualmente prevista no Art. 57 da Lei nº 17.573, 23 de julho de 2021 – LDO 2022.

Adicionalmente, na perspectiva de enfrentamento ao desafio de redução das desigualdades sociais, o Poder Executivo Estadual executa políticas distributivas, mediante a utilização de indicadores de desenvolvimento como critério de priorização na escolha de projetos e beneficiários de repasses diversos. Nesse sentido, foi criado um fundo específico que prioriza a execução de políticas distributivas e de combate à pobreza. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, foi instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003) e regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009).

A lei de criação do FECOP o caracteriza como um Fundo Especial de Gestão, de natureza contábil, cuja finalidade é viabilizar, para a população pobre e extremamente pobre do Estado do Ceará, acesso a níveis dignos de subsistência, mediante a aplicação de recursos em ações suplementares de assistência social, nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço da renda familiar, combate à seca, desenvolvimento infantil, e outros programas de relevante interesse social, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida.

As diretrizes de atuação do Fundo incluem a atenção integral para superação da pobreza e redução das desigualdades sociais; o acesso de pessoas, famílias e comunidades, a oportunidade de desenvolvimento integral; o fortalecimento de oportunidades econômicas e de inserção de pessoas na faixa economicamente ativa do setor produtivo; e o combate aos mecanismos de geração da pobreza e de desigualdades sociais. Dentre seus objetivos estão a assistência às populações vulneráveis, que se situam abaixo da linha da pobreza, potencializando programas e projetos, favorecendo o acesso a bens e serviços sociais, para a melhoria das condições de vida.

O FECOP é gerido financeiramente pela Secretaria da Fazenda, segundo programação estabelecida pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, que é presidido pelo Secretário do Planejamento e Coordenação do Estado. Cabe ao CCPIS coordenar a formulação de políticas e diretrizes dos programas e ações governamentais voltados para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e estabelecer, em articulação com os órgãos responsáveis pela execução dos programas, a programação a ser financiada com recursos provenientes do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

Diante desse desafio, o Decreto Estadual Nº 33.320, de 24 de outubro de 2019 instituiu critérios para análise e avaliação de projetos, para fins de deliberação do CCPIS. Cada projeto é analisado com base nesses critérios e recebem uma pontuação, que se for superior a 6, será encaminhado para deliberação do CCPIS. Dentre os critérios para destinação dos recursos, destacam-se aqueles contidos nos art. 3º e 4º, conforme transcritos abaixo:

“Art. 3º. Os Beneficiários dos projetos de assistência à família, estruturantes ou assistenciais devem ser inseridos no Sistema de Cadastramento de Beneficiários e Monitoramento de Indicadores de Resultados, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará - IPECE.

Parágrafo único. O Sistema de Cadastramento de Beneficiários e Monitoramento de Indicadores de Resultados deverá ser aprovado pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS.

Art. 4º. Os projetos de infraestrutura devem priorizar, no caso de municípios fora da Região Metropolitana de Fortaleza, observada a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Parágrafo único. Os projetos a serem executados na Região Metropolitana de Fortaleza devem considerar o mapa das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), que são áreas homogêneas, do ponto de vista das condições socioeconômicas, e que permitem

captar diferenças no desenvolvimento humano no interior dos espaços intrametropolitanos.” (grifo nosso)

A título de exemplo, a Tabela 2 apresenta o volume de recursos executados pelo Fecop, nos elementos de despesa relacionados a auxílios, contribuições e indenizações, os mesmos utilizados na última análise das contas de governo, pelo TCE, em que se constata a transferência de recursos utilizando-se de diversas modalidades de aplicação, inclusive a modalidade 40 - Transferências a Municípios.

Tabela 2 – Volume de recursos executados pelo Fecop

Elemento/ Item	Empenhado 2020	Empenhado 2021
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	16.520.924,00	14.238.785,00
Ajuda a Estudantes Carentes	1.530.110,00	4.385.585,00
Bolsas de Estudo	14.990.814,00	9.853.200,00
AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	940.000,00	3.294.100,00
Auxilio Financeiro a Pesquisadores	940.000,00	3.294.100,00
AUXÍLIOS	19.072.316,40	9.058.256,27
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lucrativos - Convenios	19.072.316,40	9.058.256,27
CONTRIBUIÇÕES	69.124.834,05	72.155.413,21
Demais Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lucrativos	13.000.000,00	-
Outras Transferencias aos Municipios	-	3.846.153,85
Termo de Adesao	10.974.000,00	14.115.000,00
Termo de Cooperacao	-	14.500.000,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lucrativos - Convenios	45.150.834,05	39.694.259,36
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	29.052.171,55	49.611.261,83
Devolucoes de Saldos de Convenios	15.688,88	-
Indenizacoes	15.297.383,74	35.712.780,23
Indenizacoes - Aporte Financeiro ao Garantia Safra	13.351.698,00	13.832.628,00
Restituicoes	387.400,93	65.853,60
Total	134.710.246,00	148.357.816,31

Fonte: Smart/Sefaz

Os recursos executados em 2020 e 2021 evidenciam o alinhamento das políticas públicas do Ceará com o combate aos mecanismos de geração da pobreza e de desigualdades sociais. Deste modo, o Poder Executivo reitera a posição de que vem estabelecimento políticas públicas distributivas e busca o contínuo aprimoramento dos mecanismos de alocação de recursos.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Execução orçamentária de recursos do FECOP de 2021.

Recomendação nº. 04: A todas as Secretarias do Estado que se abstenham de contratar terceirizados para a realização de atividades inerentes a servidores públicos (atividade-fim), e avaliem a necessidade de realização de concurso público, sob pena de ofensa ao art. 37, inciso II, CF/88.

Análise da Comissão do PASF: A partir do ano de 2017, a Secretaria do Planejamento e Gestão, considerando a necessidade de avançar na gestão e controle dos contratos de prestação de serviços de mão de obra terceirizada, com dedicação exclusiva de mão de obra, determinou à Célula de Gestão de Terceirização, hoje, Coordenadoria de Gestão de Serviços Terceirizados, que realizasse o diagnóstico da área, que apontou a necessidade de maior controle fiscal e financeiro, o que demandaria a racionalização dos custos e o aprimoramento do método de contratação e gerenciamento deste serviço.

A padronização das categorias, que foi realizada em etapa anterior e que permanece em contínuo aprimoramento, já se revela um instrumento de fundamental importância para mitigar a contratação de profissionais terceirizados que são designados à execução de atividades inerentes a servidores públicos.

Além disso, para subsidiar o processo de contratação, a Seplag disponibiliza aos órgãos e entidades interessados na contratação de serviços dessa natureza, um guia com as categorias, que observa a Convenção Coletiva de Trabalho de cada categoria, a legislação trabalhista e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), cuja finalidade é identificar as ocupações no mercado de trabalho, definindo as atribuições e requisitos, além da uniformização salarial.

O órgão ou entidade, a partir da definição dos serviços necessários, encaminha para a Seplag o processo devidamente instruído com o Termo Referência/Projeto Básico, a planilha de composição e demais documentação necessária. De posse do processo, a Seplag define os parâmetros máximos para o certame.

O governo tem trabalhado para avançar na melhoria deste processo, e a Seplag, por meio da COSET, orienta as instituições estaduais – por meio de

mensagens no sistema SPG-Sister e de recomendações verbais - para que a terceirização se limite à execução de atividades da área meio.

Compete à Seplag estabelecer critérios de seleção para a mão de obra terceirizada do Estado do Ceará e, no desempenho de sua função, busca disciplinar o processo, de modo a tornar o procedimento de contratação uniforme e o controle da execução mais efetivo.

Diante dessa atribuição, foi publicado o Decreto nº. 33.903, de 21 de janeiro de 2021, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a contratação de serviços terceirizados de natureza continuada pelos órgãos e entidades que integram a Administração Pública do Estado do Ceará, tendo sido alterado pelo Decreto nº. 34.194, de 05 de agosto de 2021, produzindo efeitos a partir do dia 18 de novembro de 2021, no qual são definidas as atividades que não poderão ser objeto de execução indireta. (art. 101).

Deste modo, o Poder Executivo reitera a determinação para que a contratação desses serviços não se destine às atividades-fim dos órgãos, e busca, constantemente, melhorar o processo de contratação e o controle para que essa determinação se cumpra.

Além disso, o Governo do Estado do Ceará seguindo com a política de qualificação do serviço público e considerando as exceções definidas pela Lei Complementar Federal nº173/2020, nomeou 2.948 novos servidores no biênio 2020/2021, destacando-se 2.275 nomeações para o cargo de professor, com lotação na Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC. (Tabela 3)

¹ Art. 10. Não será objeto de execução indireta, os serviços:

I – que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação supervisão e controle;

II – que sejam considerados estratégicos para o órgão ou entidade;

III – que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção;

IV – que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

Parágrafo único. Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

Tabela 3 – Total de nomeados 2020-2021

Órgão/Ano	2020	2021
ADAGRI	1	0
FUNECE	3	0
JUCEC	4	3
PCCE	2	3
PMCE	9	277
SAP	71	66
SECULT	96	0
SEFAZ	2	1
SESA	7	6
URCA	3	0
CBMCE	0	59
DETRAN	0	30
FUNCEME	0	26
PEFOCE	0	1
SEDUC	2278	0
Total	2476	472

Fonte: COSET/SEPLAG

Também se encontram em andamento 7 concursos, para o preenchimento de 8.970 vagas, no qual destacam-se 6.015 vagas para a Fundação Regional de Saúde do Estado do Ceará – FUNSAÚDE. (Tabela 4).

Tabela 4 – Concurso FUNSAÚDE – Em andamento

CARGO	FORMAÇÃO	Nº VAGAS
Assistencial	Nível médio	2783
Assistencial	Nível superior	1758
Administrativo	Nível médio	81
Administrativo	Nível superior	338
Médico	Médico	1055
TOTAL		6015
Fonte: FUNSAÚDE/SESA		

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Decreto nº. 33.903, de 21 de janeiro de 2021; Decreto nº. 34.194, de 05 de agosto de 2021; http://www2.seplag.ce.gov.br/content/aplicacao/SEAD/concursos/novo/concursos_novo.asp; nomeações e concursos em andamento.

Recomendação nº. 05: À Secretaria do Planejamento e Gestão, que disponibilize, em sua página eletrônica referente ao cumprimento do limite de abertura de créditos suplementares, as informações analíticas utilizadas no cálculo do referido percentual e a memória do cálculo em si de acordo com a legislação orçamentária vigente.

Análise da Comissão do PASF: A Secretaria do Planejamento e Gestão, por meio de sua Coordenadoria de Gestão Orçamentária - COGEO, disponibilizou as informações analíticas utilizadas no cálculo e a respectiva memória do cálculo que auferem o percentual de abertura de Créditos Suplementares por meio de Decretos do Poder Executivo, referente ao exercício de 2021, em seu sítio eletrônico, no seguinte link:

<http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofCreditos/ProcessoCreditos/cnsPercentualAcumuladoMes.aspx>

No que tange à disponibilização das informações em formato de dados abertos, a área de negócio orçamentário, juntamente com o setor de tecnologia da informação, disponibilizou as informações acima por meio de planilha eletrônica multiplataforma de código aberto onde será possível detalhar a informação até o nível de unidade de Decreto.

Entende-se que as informações acima disponibilizadas, conjugadas com a leitura do Art. 7º da Lei Orçamentária Anual 2021 (Lei 17.364, de 23 de dezembro de 2020), alíneas e parágrafo único são suficientes para atender a esta recomendação.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências:

<http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofCreditos/ProcessoCreditos/cnsPercentualAcumuladoMes.aspx>

Recomendação nº. 06: À Secretaria do Planejamento e Gestão que aprimore o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de forma a descrever as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento, conforme prevê o art. 4º, I, e, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Análise da Comissão do PASF: A Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO 2022, em seu artigo 18, define as regras a serem observadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública, quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, de seus créditos adicionais e da respectiva execução.

Esse regramento determina que as ações orçamentárias sejam classificadas em relação à prevalência da despesa, ou seja, na elaboração da LOA deve-se definir se os gastos são: Administrativos ou Finalísticos, sendo continuado, não continuado ou Investimento/inversão dentro de cada tipo. A identificação do tipo de gasto a partir das ações orçamentárias, pode parecer uma etapa simples, mas que é um passo importante na criação da estrutura necessária ao efetivo controle dos custos.

A LDO define também que o controle de custos das ações do Governo é realizado em conformidade com o Decreto nº 32.173, de 22 de março de 2017, que disciplina o funcionamento do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF.

É atribuição dos grupos de assessoramento do COGERF (Grupo Técnico de Gestão de Contas – GTC e Grupo Técnico de Gestão Fiscal – GTF) analisar e compatibilizar, respectivamente, a programação financeira dos órgãos/entidades e a gestão fiscal, destacando a expansão dos custos de manutenção das áreas administrativas e finalísticas, submetendo ao COGERF as recomendações que assegurem o equilíbrio fiscal da Administração Pública.

Segue-se ainda o estabelecido na Emenda Constitucional nº 88, de 21/12/2016, que trata do Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Ceará e estabelece limites individualizados para as despesas primárias correntes.

Quanto à avaliação dos programas, a LDO 2022, no § 3º do Art. 18, determina que a avaliação dos resultados dos programas do Governo cabe ao Grupo Técnico de Gestão por Resultados – GTR, que assessora o COGERF nos assuntos relacionados ao desempenho de programas e ao cumprimento de metas e resultados governamentais, à luz dos Acordos de Resultados pactuados.

Na Lei do Plano Plurianual 2020-2023 – Lei nº 17.160 de 27 de setembro de 2019, os programas e seus respectivos atributos estão definidos de modo a possibilitar uma melhor avaliação de seus resultados bem como melhorar o controle dos custos das Ações Orçamentárias. Em seu artigo 15, prevê a realização de avaliações bienais do Plano, que trata, por exemplo, da avaliação dos programas finalísticos, considerando o cumprimento das metas dos indicadores programáticos e das entregas das iniciativas que contribuíram para o alcance dos resultados.

Em suma, de forma planejada e gradual, o governo tem implementado as medidas definidas na metodologia geral de implantação do Sistema de Custos, e trabalha para que o controle de custos possa garantir a comparabilidade entre todos os órgãos do governo.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação

Evidências: LDO de 2022 (Lei nº 17.573, de 23 de julho de 2021) e Plano Plurianual 2020-2023 – Lei nº 17.160 de 27 de setembro de 2019

Recomendação nº. 07: À Secretaria da Fazenda que dê continuidade ao processo de implantação do sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em atendimento as exigências contidas no art. 50, VI, § 3º da LRF.

Análise da Comissão do PASF: O processo de elaboração dos instrumentos de planejamento tem sido continuamente aprimorado para contemplar a implantação de um sistema de custos. O Governo do Estado, de forma planejada e gradual, está implementando as medidas e trabalhando para que o controle de custos possa garantir a comparabilidade entre todos os órgãos do Governo. A LDO de 2021 (Lei nº 17.278, de 11 de setembro de 2020) buscou explicitar o nível de controle dos custos e de avaliação dos programas que o Estado pode realizar atualmente, com

vistas à efetiva implantação do Sistema de Custos, dentro do prazo legal estabelecido.

Além disso, está em execução o Contrato nº 043/2021, celebrado pelo Governo do Estado do Ceará, representado pela Secretaria da Fazenda, cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará.

Alguns módulos do novo sistema já foram implantados e, dentre os módulos a serem desenvolvidos consta o de Gestão de Custos, que aproveitará todo o arcabouço teórico desenvolvido pela Comissão formada por SEFAZ, SEPLAG e CGE para desenvolvimento da metodologia de custos aplicados à Administração Estadual e cuja previsão para a entrega é julho de 2023.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: LDO 2021, que pode ser acessada neste link: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-lei-de-diretrizes-orcamentarias/lei-de-diretrizes-orcamentarias-2021/> ; Contrato nº 043/2021, cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará; NBC TSP 34.

Recomendação nº. 08: À Secretaria do Planejamento e Gestão que fiscalize o cumprimento do Manual de Celebração de Contrato de Gestão e, antes da formalização de contratos de gestão, promova estudo detalhado que contemple a avaliação precisa dos custos do serviço e dos ganhos de eficiência esperados, bem assim planilha detalhada com a estimativa de custos a serem incorridos na execução dos contratos de gestão.

Análise da Comissão do PASF: No que se refere à fiscalização do cumprimento do Manual de Celebração de Contratos de Gestão reitera-se o esforço contínuo da SEPLAG no aperfeiçoamento do processo e na comunicação com as partes envolvidas, de forma a assegurar o cumprimento das orientações consubstanciadas no instrumental orientador. E neste sentido, além da intensificação das orientações

ao Contratante (Órgão ou Entidade Pública), a SEPLAG tem sido diligente na implantação de melhorias processuais com a necessária adequação da ferramenta informatizada utilizada no âmbito do governo do Estado: Sistema de Controle dos Contratos de Gestão (SCCG).

O SGCC está estruturado de forma a buscar o intuitivo cumprimento das exigências e orientações pertinentes ao processo de Celebração de Contratos de Gestão, principalmente, na estruturação do Checklist das Documentações da Contratante (Órgão ou Entidade Pública) e da Contratada (Organização Social), os quais são conferidos e analisados pela SEPLAG, de forma a verificar se são cumpridos os requisitos mínimos de conteúdo e de formalidade necessários à instrução processual e aos processos autorizativos intrínsecos ao fluxo para a formalização desses instrumentos, cabendo ao órgão/entidade a responsabilidade pelas informações nele contidas.

No tocante à avaliação precisa dos custos dos serviços e dos ganhos de eficiência esperados, é apresentada uma planilha detalhada com estimativa de custos, que foi implantada a partir das alterações ocorridas em janeiro de 2020 e com a intensificação das orientações ao final deste mesmo ano, houve um engajamento satisfatório dos Contratantes no esforço pela melhoria processual, tanto da fase de Celebração quanto de Acompanhamento da Execução dos Contratos de Gestão.

Em 2021, todos os processos celebrados contêm o Estudo Técnico Detalhado (ETD) – anterior à elaboração do Termo de Referência – realizado por cada Contratante, bem como a Planilha Detalhada de Estimativa de Custos do Contrato de Gestão, elaborado por cada Contratada. Esses dois documentos podem ser acessados no SCCG no Checklist da documentação da Contratante (ETD) e da Contratada (Planilha de Custos).

Por fim, ressalta-se que, a sistemática de avaliação alterada em janeiro de 2020, também está sendo incorporada pelas Contratantes. É possível observar os seguintes avanços:

- O foco da avaliação são os resultados que se pretende alcançar, olhando sempre para as demandas do cidadão usuário;

- Olhar mais detalhado na execução dos itens de custeio do Contrato de Gestão; e
- As avaliações constantes nos relatórios das Comissões de Avaliação focam tanto o aspecto quantitativo do produto, quanto a execução financeira.

Desta forma, acredita-se que o processo foi implementado e está sendo absorvido pelas Contratantes, contando com assessoria da SEPLAG/Cocap, quando relatado dúvidas e/ou questionamentos. Pode-se afirmar que esse processo foi implantado e existe um esforço para sua melhoria contínua. Para maior visibilidade, será inserido no Manual de Celebração de Contratos uma área explicativa dos documentos, os quais foram introduzidos a partir de janeiro de 2020, que poderão ser acessados no site da SEPLAG.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Sistema de Controle dos Contratos de Gestão (SCCG); Manual de Celebração de Contratos de Gestão.

Recomendação nº. 09: À Secretaria da Fazenda que especifique nos instrumentos de planejamento (LDO/LOA) quais parâmetros foram utilizados para se apurar a renúncia de receita nela identificada, e assim, garantir a demonstração com transparência desses valores, possibilitando um controle social, bem como a permanente revisão dos critérios utilizados.

Análise da Comissão do PASF: O Tribunal aceitou que a demonstração apresentada atendia à necessidade de observar o efeito regionalizado, conforme item a seguir transcrito do Relatório Anual das Contas do Governador do Estado do Ceará:

38. Apesar de não se observar o efeito regionalizado da renúncia nessa peça, sabendo que na alteração realizada por meio da lei 17.346 de 11 de dezembro de 2020, foi informado que a fonte desse dado seria a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, considerou-se os efeitos regionalizados nela registrados no seu

anexo I de metas fiscais (Estimativa de renúncia de receita por região). – p.237

No entanto, fez nova recomendação, que consiste na necessidade de se evidenciar, tanto na LOA como na LDO, a especificação de quais parâmetros foram utilizados para se apurar a previsão de renúncia de receita.

Para atender à nova recomendação, o Estado do Ceará evidenciará, tanto na LOA como na LDO, a especificação dos parâmetros utilizados para apuração da previsão de renúncia de receita.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação

Evidências: LOA e LDO para o ano de 2023.

Recomendação nº. 10: Ao Poder Executivo que adote as medidas necessárias para a regulamentação da forma de apropriação dos saldos remanescentes dos contratos de gestão, bem como a sua respectiva transparência.

Análise da Comissão do PASF: A apuração de eventuais saldos remanescentes dos contratos de gestão é de responsabilidade de cada órgão gestor dos instrumentos. De acordo com a Lei Estadual nº 12.781/97, que rege a relação do Estado com as Organizações Sociais, bem como a execução por meio dos contratos de gestão, está prevista a possibilidade de apropriação dos saldos remanescentes, conforme o art.13, §5º:

Art. 13. Às Organizações Sociais que celebrarem Contrato de Gestão poderão ser destinados recursos públicos e bens públicos, necessários ao cumprimento de seus objetivos.

(...)

§ 5º Atestado o cumprimento das metas estabelecidas no Contrato de Gestão pela Comissão de Avaliação prevista no art. 10, os saldos financeiros remanescentes poderão ser apropriados pela organização social, hipótese em que devem ser aplicados integralmente no desenvolvimento de suas atividades.

Portanto, compete ao órgão avaliar a possibilidade de utilização dos saldos remanescentes, estabelecendo os critérios de acordo com cada contratante.

Nada obstante, o Poder Executivo está elaborando regulamentação da forma de apropriação dos saldos remanescentes dos contratos de gestão, estabelecendo os regramentos para a garantia da devida transparência.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Processo Viprocedimento nº10029539/2020, que versa sobre o tratamento aos eventuais saldos remanescentes de contratos de gestão.

Recomendação nº. 11: À Secretaria da Fazenda e à Procuradoria Geral do Estado recomendados a disponibilização de indicadores que proporcionem o conhecimento da situação da Dívida Ativa, tais como: Índice de prescrição da Dívida Ativa; Efetividade da Cobrança da Dívida Ativa; Índice de Efetividade da Cobrança da Dívida Ativa; Índice de Efetividade do Parcelamento no Recolhimento dos Créditos da Dívida Ativa, entre outros.

Recomendação nº. 23: À Secretaria da Fazenda e à Procuradoria Geral do Estado, diante da vultuosidade do valor envolvido, que continuem dando prosseguimento às ações de aprimoramento na metodologia do cálculo do ajuste de perdas da Dívida Ativa, buscando a efetiva inclusão de novos critérios, bem como o atendimento ao princípio contábil da prudência.

Análise da Comissão do PASF: Ao longo dos últimos anos, em que pese o enorme impacto decorrente da crise de saúde pública gerada pela pandemia de COVID-19, várias medidas estão sendo progressivamente adotadas para melhor gerenciamento, controle e efetividade na recuperação dos créditos inscritos na Dívida.

Inicialmente, foi implantado o sistema digital Portal do Contribuinte (<https://portaldocontribuinte.pge.ce.gov.br/>) , acessado online pelo público em geral que permite desde a consulta à dívida ativa por meio de CPF e CNPJ até parcelamento automático de débitos; pedido informatizado de revisão de dívidas inscritas; apresentação de oferta de garantias; pedidos de instauração de mesas de Negociação, dentre outras.

Referido Portal identifica, atualmente, 12.765 cadastros ativos, sendo 5.970 pessoas jurídicas e 6.795 pessoas físicas cadastradas.

Em 2021, o Portal do Contribuinte teve um total de 112.639 acessos de usuários, sendo registrado protocolo de 1.237 requerimentos diversos (como pedidos de remissão, revisão, mesa de negociação, oferta de seguro garantia e carta de fiança, dentre outros) e sendo respondidas/encaminhadas 15.854 diferentes dúvidas e solicitações de contribuintes por e-mail.

Tais medidas resultaram numa arrecadação de R\$ 93.450.502,12 diretamente relacionada à utilização dos recursos fornecidos pelo Portal do Contribuinte, sendo R\$ 88.606.062,03 de dívida ativa tributária e R\$ 4.844.440,09 de dívida ativa não tributária.

Da mesma forma, foi implantado e constantemente aperfeiçoado o Portal da Dívida Ativa (<http://portaldividida.pge.ce.gov.br>). Apesar de ainda estar restrita apenas à dívida ativa não tributária, o Portal da Dívida Ativa é ferramenta implementada e progressivamente aprimorada, dotada de funcionalidades para consulta em tempo real de relatórios do saldo devedor total, por contribuintes e até mesmo por fase de cobrança do débito.

Referido sistema permite, inclusive, o acompanhamento da efetiva arrecadação total de débitos não tributários por mês e por código de receita.

Através de todos os relatórios disponibilizados pelo referido sistema, conforme as Figuras 1 e 2, é possível conhecer o índice de efetividade da cobrança da dívida ativa não tributária, efetividade de parcelamentos etc.

Figura 1 – Relatório de saldo devedor dívida não tributária

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Arrecadação Dívida Não Tributária


GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado

Saldo Devedor Dívida Não Tributária.

FASE	QTD INSCRIÇÕES	SALDO DEVEDOR
AJUIZADO	4120	R\$ 319.919.039,41
EXIGIBILIDADE SUSPensa	584	R\$ 83.498.149,83
PROTESTADA	1808	R\$ 66.784.077,44
INSCRITO NA DÍVIDA ATIVA	7774	R\$ 48.446.592,54
DÉBITO GARANTIDO EM AÇÃO JUDICIAL	95	R\$ 35.726.761,09
REMETIDO PARA COBRANÇA JUDICIAL	584	R\$ 11.882.787,96
REMESSA PARA PROTESTO	212	R\$ 3.767.123,74
PERDA DE PARCELAMENTO COBRANÇA JUDICIAL	123	R\$ 3.067.416,84
PARCELADO EM COBRANÇA JUDICIAL	163	R\$ 2.757.377,79
PARCELADO EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA	257	R\$ 2.520.032,41
PERDA DE PARCELAMENTO COBRANÇA ADMINISTRATIVA	219	R\$ 1.536.621,54
DEBITO COM GARANTIA ADMINISTRATIVA	1	R\$ 38.468,93
PROTESTADA	1	R\$ 31.708,72
TOTAL GERAL	15941	R\$ 579.976.158,22

Não estão sendo consideradas Inscrições Oitadas e Extintas.
Fonte: PORTAL DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA. Emitido por: EDUARDO MENESCAL, em: 29/03/2022 10:09.
Fonte: Portal Dívida Não Tributária. Emitido por: EDUARDO MENESCAL, em: 29/03/2022 10:09.

Figura 2 – Arrecadação dívida não tributária

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Arrecadação Dívida Não Tributária


GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado

Referência: 2021

RECEITA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
DANS - ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA ATIVA - PGE	R\$ 10.333,73	R\$ 38.447,83	R\$ 44.533,26	R\$ 46.263,45	R\$ 54.502,04	R\$ 73.123,53	R\$ 39.535,47	R\$ 32.384,63	R\$ 37.189,50	R\$ 44.144,73	R\$ 51.104,01	R\$ 44.989,67	R\$ 661.930,85
DANS - HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA - PGE	R\$ 26.648,16	R\$ 9.643,32	R\$ 13.585,61	R\$ 16.987,13	R\$ 24.301,31	R\$ 12.019,13	R\$ 21.643,81	R\$ 13.812,08	R\$ 16.944,95	R\$ 22.544,32	R\$ 22.380,47	R\$ 24.773,95	R\$ 225.084,14
EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	R\$ 31.099,30	R\$ 28.034,41	R\$ 18.342,78	R\$ 10.803,30	R\$ 8.609,40	R\$ 14.319,83	R\$ 10.390,59	R\$ 11.780,05	R\$ 24.601,16	R\$ 39.430,29	R\$ 35.675,38	R\$ 40.596,78	R\$ 273.682,25
MULTAS ADMINIST. - MP - FRIMP - DÍVIDA ATIVA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 696,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 913,47	R\$ 932,90	R\$ 2.543,24
MULTAS ADMINISTRATIVAS - DÍVIDA ATIVA	R\$ 124.550,67	R\$ 114.889,31	R\$ 129.911,73	R\$ 121.917,69	R\$ 135.667,06	R\$ 152.392,10	R\$ 191.289,90	R\$ 86.158,33	R\$ 120.641,72	R\$ 59.252,90	R\$ 267.426,85	R\$ 48.886,47	R\$ 1.852.965,06
MULTAS DECON DÍVIDA ATIVA - TCE	R\$ 398.526,02	R\$ 375.557,76	R\$ 190.887,65	R\$ 297.111,56	R\$ 249.231,94	R\$ 222.930,26	R\$ 239.943,25	R\$ 345.529,37	R\$ 131.942,04	R\$ 369.457,57	R\$ 245.865,46	R\$ 311.894,37	R\$ 3.378.777,25
MULTAS DO TCE DÍVIDA ATIVA	R\$ 53.898,32	R\$ 21.367,70	R\$ 51.447,88	R\$ 28.351,95	R\$ 24.292,06	R\$ 17.325,69	R\$ 19.669,16	R\$ 40.171,32	R\$ 73.079,47	R\$ 46.011,96	R\$ 80.925,66	R\$ 31.889,71	R\$ 488.450,89
MULTAS PENAS DÍVIDA ATIVA	R\$ 436,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 444,98	R\$ 980,49	R\$ 917,66	R\$ 495,54	R\$ 0,00	R\$ 1.065,66	R\$ 4.332,39
MULTAS TCM - DÍVIDA ATIVA	R\$ 60.582,66	R\$ 47.672,69	R\$ 51.668,38	R\$ 55.976,80	R\$ 67.896,67	R\$ 51.256,78	R\$ 84.018,99	R\$ 57.123,14	R\$ 70.536,76	R\$ 47.254,34	R\$ 92.929,96	R\$ 67.671,64	R\$ 754.488,61
REPASSES FADESP - DÍVIDA ATIVA	R\$ 15.292,06	R\$ 21.351,45	R\$ 13.925,12	R\$ 20.208,30	R\$ 11.690,67	R\$ 19.851,12	R\$ 14.605,96	R\$ 19.325,05	R\$ 20.710,71	R\$ 35.973,28	R\$ 16.443,14	R\$ 75.922,18	R\$ 280.295,54
RESSARCIMENTO	R\$ 22.976,13	R\$ 5.136,57	R\$ 5.662,91	R\$ 7.701,08	R\$ 8.781,37	R\$ 7.365,34	R\$ 9.007,80	R\$ 6.699,89	R\$ 17.374,44	R\$ 27.470,26	R\$ 15.753,91	R\$ 19.525,19	R\$ 153.454,89
TOTAL	R\$ 789.363,71	R\$ 662.400,94	R\$ 519.962,32	R\$ 605.321,85	R\$ 585.698,78	R\$ 570.583,98	R\$ 630.469,51	R\$ 613.774,35	R\$ 513.918,41	R\$ 687.006,62	R\$ 829.018,31	R\$ 668.126,52	R\$ 7.675.605,10

Fonte: Portal Dívida Não Tributária. Emitido por: EDUARDO MENESCAL, em: 29/03/2022 10:10.

O Portal da Dívida Ativa se encontra operacional, mas sua utilização, no momento, pode ser realizada somente dentro da própria PGE ou, externamente, através da instalação de uma VPN (Virtual Private Network – Rede Privada Virtual) no computador do servidor específico para que o usuário tenha acesso remoto ao menu de opções do sistema personalizado de acordo com a sua função específica.

A VPN é a tecnologia que estabelece comunicação criando um “túnel” encriptado para que uma máquina fora das instalações físicas da Procuradoria-Geral

do Estado possa acessar ao <http://portaldivida.pge.ce.gov.br> sem que seu provedor registre suas atividades.

Nesse contexto, a Procuradoria-Geral do Estado, enquanto gestora da dívida ativa não tributária, encontra-se à total disposição do corpo técnico deste egrégio Tribunal de Contas para viabilização de eventual acesso remoto para consulta em tempo real a referido sistema enquanto ele não é publicado na internet.

A Procuradoria-Geral do Estado e a Secretaria da Fazenda envidam todos os esforços para permitir a migração da dívida ativa tributária para sistema semelhante. Contudo, diante da vultuosidade e complexidade da dívida ativa tributária, tal transição demanda um considerável investimento de tempo, servidores e recursos públicos.

O desenvolvimento de um sistema que gerencie de forma aprimorada tanto a dívida tributária como a não tributária está em fase avançada de levantamento de requisitos por equipe própria do setor de Tecnologia da Informação da Procuradoria-Geral do Estado.

Acerca dos índices de efetividade do parcelamento no recolhimento dos créditos da dívida ativa, cumpre destacar que, através do Portal do Contribuinte e do Portal da Dívida, é possível identificar a realização de 28.301 novos pedidos de parcelamento na dívida ativa em 2021, sendo registrados 24.080 parcelamentos pela SEFAZ e Portal da Dívida Ativa e 4.221 parcelamentos pelo Portal do Contribuinte.

Dentro deste universo de 28.301 novos pedidos de parcelamento ao longo do ano de 2021, 6.936 pedidos foram cancelados ou ficaram pendentes (ingresso no parcelamento não consumado pelo requerente), 6.006 parcelamentos já foram integralmente quitados pelos requerentes, apenas 1.610 parcelamentos foram cancelados por falta de pagamento e 13.749 parcelamentos estavam regularmente em curso no final do exercício de 2021.

Cumpram também destacar que a Procuradoria-Geral do Estado desenvolveu ao longo de 2021-2022 Sistema de consulta e certificação da Dívida Ativa destinado ao Poder Judiciário (<https://consultajud.pge.ce.gov.br/>). A primeira versão de tal sistema

foi apresentada ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará na data recente de 23 de março de 2022.

Por meio da cooperação entre os poderes, o ConsultaJud oferece mais transparência e celeridade às atividades que envolvem os dois órgãos. A proposta é agilizar o acesso do TJ/CE às informações fiscais de competência da Procuradoria-Geral do Estado, reduzindo o tempo gasto com expedientes desnecessários.

Muito mais que uma consulta, o sistema permitirá que o Poder Judiciário emita, de forma automática e imediata, um documento oficial, certificado pelo Estado, com total segurança jurídica, informando a situação do contribuinte.

O ConsultaJud é uma das ferramentas de governança digital que fazem parte de um conjunto de ações implementadas pela Procuradoria-Geral do Estado, destinado ao acesso exclusivo de informações e controle inicialmente para o Poder Judiciário, mas sendo previsto, no futuro próximo, estender a oferta de ferramenta semelhante ao Ministério Público e a este egrégio Tribunal de Contas.

Destaque-se, igualmente, outras medidas adotadas para melhor gerenciamento, controle e efetividade na recuperação dos créditos inscritos na Dívida. A Lei estadual nº 17.162, sancionada e publicada no dia 27 de dezembro de 2019, instituiu o programa PGE Dialoga com o fim de modernizar a atuação estatal na recuperação de créditos.

Nos termos do § 1º, art. 4º de referida lei, é expressamente vedada qualquer concessão que importe renúncia de receita. Tal negociação dispõe sobre prazos, forma de pagamento, tipo de garantia, substituição ou alienação de garantia, períodos de carência (incluída a exclusão temporária do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual pelo período máximo de até doze meses), sempre observada a legislação vigente acerca do parcelamento e critérios objetivos e imparciais.

Tais medidas impulsionaram a prevenção de conflitos e geraram benefício efetivo aos cofres públicos na medida em que trouxeram devedores contumazes do Fisco ao parcelamento de seus débitos ajuizados e não ajuizados

O Governo do Estado do Ceará também publicou a Lei nº17.354/2020, de 16 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o Devedor Contumaz do ICMS e estabeleceu medidas de fortalecimento da cobrança de créditos tributários.

Outra medida para aumento da efetividade da Cobrança da Dívida Ativa foi a confecção de Termo de Cooperação com a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Ceará (ANOREG/CE), por meio do qual a Procuradoria Geral do Estado do Ceará passou a ter acesso eletrônico à Central Eletrônica de Registros Imobiliários do Ceará – CERICE e dos demais serviços eletrônicos disponibilizados pela CERICE, relacionados com os Cartórios de Registros Imóveis integrados aos Sistemas, maximizando a pesquisa de bens em nome de contribuintes em débito com o Fisco.

Houve, também, progressivo fortalecimento das atividades do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA), criado pelo Ato Normativo Conjunto PGE nº 1 de 11/03/2019.

Dotado de grupo diretivo composto pelos Exmos. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Procurador-Geral de Justiça; Procurador-Geral do Estado; Secretário de Estado da Fazenda; e Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social e grupo operacional composto por representantes do Ministério Público, Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria da Fazenda e Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, o CIRA tem por finalidade propor e executar medidas judiciais e administrativas para o combate às fraudes fiscais e aos crimes correlatos, tendo sido realizadas diversas ações de grande impacto ao longo do biênio 2021-2022.

Por fim, com vistas ao aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, inovação, transformação digital e participação do cidadão, em conformidade com o que dispõe a Lei do Governo Digital, foi constituído o Grupo de Trabalho de Governança Digital e Cultura da Inovação (CONNECTA PGE) na Procuradoria-Geral do Estado do Ceará.

Pretende-se, com a instituição do grupo CONNECTA PGE, que se realizem pesquisas com vistas à introdução da inovação e de meios tecnológicos para auxiliar nas tomadas de decisões dos gestores da Procuradoria.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Ações e ferramentas desenvolvidas para o monitoramento da dívida ativa.

(<https://portaldocontribuinte.pge.ce.gov.br/>)

(<https://consultajud.pge.ce.gov.br/>)

(<https://www.pge.ce.gov.br/2022/03/24/agilizar-o-acesso-do-tjce-as-informacoes-fiscais-de-competencia-da-pge-ce-e-o-foco-do-consultajud-sistema-lancado-ontem-no-forum-clovis-bevilaqua/>)

(<https://www.pge.ce.gov.br/2022/03/22/pge-ce-apresenta-consultajud-ao-tjce/>)

(<https://www.sefaz.ce.gov.br/2022/03/10/operacao-de-combate-a-sonegacao-fiscal-resulta-no-cumprimento-de-mandados-contra-distribuidoras-de-bebidas/>),

(<https://www.sefaz.ce.gov.br/2021/12/17/operacao-de-combate-a-sonegacao-fiscal-resulta-no-cumprimento-de-mandados-contra-empresas-em-fortaleza/>),

(<https://www.pge.ce.gov.br/2021/12/15/operacao-de-combate-a-sonegacao-fiscal-do-cira-identifica-fraude-em-grupo-empresarial/>)

Recomendação nº. 12: Ao Governo do Estado, que envide esforços no sentido de dar maior efetividade à execução orçamentária dos investimentos em geral especialmente aqueles voltados à consecução de direitos sociais.

Análise da Comissão do PASF: Quanto à análise do TCE, referente aos investimentos em funções de direitos sociais, reforça-se o posicionamento de que essa variável, por definição, refere-se a despesas discricionárias, não havendo, portanto, obrigatoriedade permanente do gestor na sua execução em níveis próximos ou superiores ao longo dos anos. O Poder Executivo reconhece a necessidade de investimentos em suas diversas áreas de atuação. No entanto, desde 2020, a pandemia da Covid-19 impôs ao gestor público, de todas as esferas, o redirecionamento dos recursos das diversas funções para áreas específicas, notadamente, para a Função Saúde, principalmente para despesas correntes, fato observado, inclusive, pelo próprio TCE na análise das Contas de Governo.

Desta forma, alguns investimentos de outras áreas do governo tiveram que ser postergados, o que, por si só, já explicam a redução tanto da previsão, quanto do nível de execução dos investimentos nas despesas relacionadas aos direitos sociais.

Para o ano de 2021, com a melhora do quadro da pandemia da Covid 19, o Poder Executivo pode realinhar os gastos e prioridades, e desta forma, os investimentos com recursos de fontes próprias (00 - Recursos Ordinários; 01 - Cota-parte do FPE; 10 - FECOP; 44 - Royalties; 16 - Compensação Ambiental; 70 - Recursos Diretamente Arrecadados e 76 - FIT) destinados para as funções relacionadas aos direitos sociais voltam a apresentar crescimento de 152,84% se comparado ao ano de 2020, e um percentual de empenho de 76,75%, conforme mostra Tabela 5 a seguir.

Tabela 5 – Comparação dos Investimentos por função dos direitos sociais – 2020 e 2021

FUNÇÃO	ANO 2020			ANO 2021			Variação do Autorizado	Variação do Empenhado
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	% (b/a)	Autorizado (a)	Empenhado (b)	% (b/a)		
ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.802.733,42	11.363.464,69	71,91%	31.761.210,80	25.030.927,63	78,81%	100,99%	120,28%
DESPORTO E LAZER	6.726.500,00	4.337.789,31	64,49%	12.103.038,06	9.465.256,16	78,21%	79,93%	118,20%
DIREITOS DA CIDADANIA	9.867.878,28	9.241.093,96	93,65%	10.085.315,45	9.884.031,92	98,00%	2,20%	6,96%
EDUCAÇÃO	68.450.584,91	55.229.096,39	80,68%	526.534.251,14	456.111.666,61	86,63%	669,22%	725,85%
HABITAÇÃO	5.830.172,37	3.540.975,69	60,74%	14.779.576,28	6.116.749,96	41,39%	153,50%	72,74%
SANEAMENTO	138.506.555,08	24.110.543,89	17,41%	300.994.896,22	51.761.147,81	17,20%	117,31%	114,68%
SAÚDE	65.556.388,98	57.070.492,64	87,06%	53.135.015,29	36.667.881,50	69,01%	-18,95%	-35,75%
SEGURANÇA PÚBLICA	59.554.757,94	47.437.300,15	79,65%	84.000.712,50	70.517.995,04	83,95%	41,05%	48,66%
TRABALHO	6.469.800,00	229.404,31	3,55%	7.717.491,46	738.158,59	9,56%	19,28%	221,77%
TRANSPORTE	567.200.456,76	405.125.331,98	71,43%	993.841.457,69	895.464.602,53	90,10%	75,22%	121,03%
TOTAL GERAL	943.965.827,74	617.685.493,01	65,44%	2.034.952.964,89	1.561.758.417,75	76,75%	115,57%	152,84%

Fonte: S2GPR

Nota: Investimento nas funções sociais - Poder Executivo. Fontes de recursos próprios: Fontes: 00 - Recursos Ordinários; 01 - Cota-parte do FPE; 10 - FECOP; 44 - Royalties; 16 - Compensação Ambiental; 70 - Recursos Diretamente Arrecadados e 76 - FIT.

Em suma, verifica-se em 2021 um crescimento absoluto no empenho dos investimentos relacionados aos direitos sociais de 152,82% em relação ao ano anterior. E ainda, com uma elevação do valor autorizado dos investimentos nessas funções em cerca de 115,57%, que se refletiu em um incremento absoluto na maioria das áreas, corroborando com o entendimento de que o Estado vem aumentando os recursos disponibilizados para direitos sociais.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Execução orçamentária de 2021

Recomendação nº. 13: Ao Poder Executivo, que aprimore os mecanismos para identificação dos gastos executados com recursos ordinários, permitindo diferenciar os provenientes da União e os originados exclusivamente da arrecadação estadual.

Análise da Comissão do PASF: A Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro e 2021, estabelece a padronização das fontes ou destinações de recursos a ser observada no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e prevê no parágrafo 4º do art. 1º que “As fontes ou destinações de recursos a serem utilizadas por Estados, Distrito Federal e Municípios serão definidas por meio de Portaria específica publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, no intervalo de 500 a 999.” Para definição dessa classificação, foi editada a Portaria nº 710, de 25 de fevereiro e 2021.

Conforme deliberado no art. 3º da Portaria Conjunta STN/SOF nº 20/2021, disposto a seguir, a obrigatoriedade de atendimento aos dispositivos da norma é a partir do exercício financeiro de 2023, sendo que para os exercícios financeiros de 2020 e 2021 os entes da Federação deverão observar o disposto na Portaria STN nº 394, de 20 de agosto de 2020.

“Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios observarão os prazos a seguir, para atendimento ao disposto nesta Portaria:

I- de forma obrigatória a partir do exercício de 2023, incluindo a elaboração, em 2022, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO e do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA, referentes ao exercício de 2023; e

II- de forma facultativa na execução orçamentária referente ao exercício de 2022, sendo permitida a utilização do mecanismo de "de-para" para o envio das informações à Secretaria do Tesouro Nacional, observando o formato definido nesta Portaria.

Parágrafo único. Nos exercícios de 2020 e 2021, os entes da Federação deverão observar o disposto na Portaria STN nº 394, de 20 de agosto de 2020, sendo permitida a utilização do mecanismo de "de-para" para envio das informações ao Siconfi.”

Corroborar-se com a recomendação da Nobre Corte de Contas, enfatizando que na execução orçamentária do exercício financeiro de 2022 permanecerá atendendo ao detalhamento das fontes de recursos previsto na Portaria STN nº 394, de 20 de agosto de 2020, e, a partir do exercício de 2023, será padronizado as fontes de recursos conforme padrão nacional previsto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro e 2021, de forma a diferenciar os recursos de arrecadação própria dos provenientes de transferências. Ressalta-se que, em atendimento à norma em epígrafe, na elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO e do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA durante o exercício de 2022 (referentes ao exercício de 2023) utilizará padrão nacional de fonte de recursos previsto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 20/2021.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro e 2021; Portaria nº 710, de 25 de fevereiro e 2021; STN nº 394, de 20 de agosto de 2020.

Recomendação nº. 14: Ao Poder Executivo, que envide esforços para aumentar a transparência nos sites eletrônicos, por meio do saneamento dos dados apresentados e evidenciação de notas explicativas tanto em relação ao significado dos conteúdos dos campos divulgados quanto às informações consolidadas.

Análise da Comissão do PASF: Em observância ao disposto na Lei Estadual nº15.175/2012 em seu art. 11, §2º, a promoção da transparência de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, além da plataforma Ceará Transparente, a qual se constitui na principal ferramenta do Poder Executivo, premiada com em âmbito nacional e internacional, os sítios institucionais de cada órgão constituem outros importantes canais de transparência do Estado do Ceará. Com isso em mente, foi instituído através da Portaria nº 231/2019 da CGE, processo de avaliação permanente da transparência promovida por meio dos sítios institucionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, com o objetivo precípuo de “promover e aperfeiçoar a transparência dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, a forma e a efetividade dessa política no âmbito do Governo do Estado do Ceará, que tem como premissa básica no seu Modelo de Gestão.”

Assim, no ano de 2021, foi realizada a primeira rodada de avaliação dos sítios institucionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, contemplando critérios de Transparência Ativa e Transparência Passiva, assim como critérios qualitativos e quantitativos, que deverão ser avaliados de forma sistemática.

Ademais, a tela de Contratos e a tela de Convênios (apesar do nome essa consulta contempla todas as transferências voluntárias realizadas pelo Governo do Estado) foram revisitadas e foram mapeados todos os campos que os títulos poderiam causar algum tipo de dúvida ou má compreensão pelo cidadão usuário do Ceará Transparente. Após esse mapeamento foram acrescentadas notas para cada um desses campos identificados de forma a esclarecer o teor das informações ali disponibilizadas.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: sítios institucionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual; Ranking de Transparência (<https://www.cge.ce.gov.br/2021/11/22/cge-divulga-o-resultado-do-ranking-de-transparencia-do-poder-executivo-estadual/>).

Recomendação nº. 15: Ao Poder Executivo, que demonstre a renúncia considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, conforme inciso I, do art. 14, da LRF, na LOA.

Análise da Comissão do PASF: Afirma o Relatório Anual das Contas do Governador do Estado do Ceará:

50. A Unidade Técnica, entretanto, registra que é necessário restar demonstrado na LOA que “a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária” para cumprir o citado inciso I, sem, contudo, descumprir o princípio do orçamento bruto, i.e., não se pode estimar a receita pelo valor líquido das renúncias. Logo, os gastos tributários devem estar evidenciados na lei.

No entanto, o Estado do Ceará, na Lei Orçamentária Anual 2020, alterada pela Lei nº 17.346/2020, já demonstra, no Anexo III, conforme dispõe seu art. 5º, que a renúncia foi considerada na estimativa de receita orçamentária, conforme Figura 3 a seguir:

Figura 3 – Anexo III da LDO/2021

ANEXO III A QUE SE REFERE O ART. 5.º DA LEI Nº17.346, 11 DE DEZEMBRO DE 2020

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DA RECEITA 2020	Compensação
ICMS	Incentivo Fiscal	Indústria	1.180.284.990	
ICMS	Incentivo Fiscal	Comércio	23.777.207	
TOTAL			1.204.062.197	

FONTE: SEFAZ, com tabela extraída da LDO 2020.

Demonstrativo	Valor	Observações
Receita Bruta de Impostos e Taxas	18.535.438.171	Valor Bruto sem a Renúncia de Receita.
(-) Renúncia de ICMS	1.204.062.197	Observado no Demonstrativo de Renúncia de Receita - LOA 2020.
(-) Fundeb - Receita de Impostos e Taxas	2.159.109.460	Observado no Demonstrativo de Receita da Adm.Direta - LOA 2020.
(=) Receita Líquida de Impostos e Taxas	15.172.266.514	Corresponde ao somatório da Receita de Impostos e Taxas da Adm.Direta e Indireta utilizada na LOA 2020.

Como se depreende do citado Anexo III, os impactos orçamentário-financeiros provenientes de renúncia de receitas já estão considerados em termos líquidos na elaboração e futura aprovação da LDO e da LOA, nos termos previstos no inciso I do artigo 14 da LRF. Elas foram computadas para limitar/reduzir a capacidade de execução de despesas públicas, evitando desequilíbrios fiscais na lei orçamentária.

Aponta ainda Relatório no texto desta recomendação:

49. Assim, constatou-se que na LDO e LOA de 2020 apresentam a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o exercício em que deva iniciar sua vigência e para os dois seguintes. **Nos supracitados anexos, o efetivo acréscimo das medidas de compensação adotadas não foi evidenciado as compensações tributárias (art. 14, II da LRF).** (grifamos)

No entanto, afirma o próprio Relatório:

51. Entende-se ser fundamental avaliar, em qualquer caso de renúncia, o cumprimento dos requisitos **alternativamente** colocados no art. 14 da LRF, segundo o qual a instituição das hipóteses de renúncia subordina-se, previamente, à consideração (expressa e discriminada) de seus efeitos quando da elaboração das peças orçamentárias (inciso I) **ou** à demonstração de medidas tributárias que compensem efetivamente a perda na arrecadação (inciso II). (grifamos)

A justificativa para a questão levantada no item 49 está respondida pelo próprio item 51: por serem requisitos alternativos, o Estado do Ceará levou em consideração, expressamente, o impacto da renúncia de receitas na elaboração das peças orçamentárias, adotando, portanto, a metodologia prevista no inciso I, do art. 14 da LRF.

Logo, o estado não evidenciou as compensações tributárias previstas no inciso II, do art. 14 da LRF porque adotou a metodologia do inciso I. Como dito pelo próprio Relatório, os requisitos alternativos.

No mesmo sentido, ainda afirma o Relatório:

56. Cabe salientar que o ente deve atender obrigatoriamente o disposto no inciso I ou II do art. 14 da LRF. **Se a renúncia for considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, inciso I, e não afetar as metas de resultados fiscais previstas no anexo de metas fiscais da LDO não será exigida a adoção de medidas de compensação.** Caso contrário, será obrigatória a adoção de medidas de compensação, inciso II, as quais deverão ser implementadas antes da edição do ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício fiscal. (grifamos)

Desta forma, entende-se como atendida a recomendação.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Lei de Responsabilidade Fiscal

Recomendação nº. 16: À Secretaria da Fazenda, que envie no Balanço Geral do Estado a demonstração do efetivo acréscimo de arrecadação atingido por meio das medidas de compensação, bem como os respectivos cálculos, evidenciando o montante de receita efetivamente renunciado.

Análise da Comissão do PASF: Como já citado, afirma o Relatório:

56. Cabe salientar que o ente deve atender obrigatoriamente o disposto no inciso I ou II do art. 14 da LRF. **Se a renúncia for considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, inciso**

I, e não afetar as metas de resultados fiscais previstas no anexo de metas fiscais da LDO não será exigida a adoção de medidas de compensação. Caso contrário, será obrigatória a adoção de medidas de compensação, inciso II, as quais deverão ser implementadas antes da edição do ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício fiscal. (grifamos)

Como o Estado do Ceará, na Lei Orçamentária Anual 2020, alterada pela Lei nº 17.346/2020, já demonstra, no Anexo III, conforme dispõe seu art. 5º, que a renúncia foi considerada na estimativa de receita orçamentária, não deve ser exigida a adoção de medidas de compensação.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Disposto no inciso I ou II do art. 14 da LRF/2000.

Recomendação nº. 17: À Secretaria de Desenvolvimento Econômico e ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará, que realizem estudos anuais para avaliar o retorno obtido com as políticas de incentivos fiscais, em contrapartida com seu custo fiscal, bem como verificar o cumprimento, pelas empresas beneficiárias, das condições necessárias para o recebimento de incentivos fiscais.

Recomendação nº. 50: Ao Poder Executivo, que formalize diretrizes, prioridades e metas da política de renúncia fiscal do Estado, de modo a permitir o planejamento estratégico de médio e longo prazo, a alocação eficiente dos recursos (financeiros, de materiais e equipamentos, de sistemas e de pessoas) entre os vários programas de renúncia fiscal estaduais e a sua devida operacionalização.

Recomendação nº. 52: Ao Poder Executivo que divulgue, ainda que de modo geral, o retorno das políticas de renúncia fiscal para a sociedade, além das metodologias utilizadas pelos órgãos estaduais, nos momentos da concessão, do monitoramento e do controle, para avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das renúncias fiscais concedidas a beneficiários específicos e dos programas de renúncia como um todo.

Análise da Comissão do PASF: As recomendações de nº 17, nº 50 e nº 52 estão sendo atendidas através das ações iniciadas no exercício de 2020, onde foram realizadas tratativas com o Instituto de Estratégia e Pesquisa Econômica do Estado do Ceará – IPECE no sentido de formalizar um modelo de avaliação da política de renúncia de receitas a fim de estabelecer diretrizes de avaliação de resultados e impacto, ampliando o escopo de avaliação de resultados já existente. Para materialização dessas tratativas foi assinado o termo de Cooperação Técnica nº. 02/2021, celebrado entre SEDET, SEFAZ, CGE e IPECE, visando à avaliação periódica do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI).

O estudo referente aos anos de 2020 e 2021 se encontra em fase de realização e a cada dois anos serão realizadas novas avaliações.

Quanto à verificação do cumprimento, pelas empresas beneficiárias, das condições necessárias para o recebimento de incentivos fiscais, a ADECE já dispõe do Sistema FDI, software desenvolvido no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho, que permite dar maior agilidade e controle ao processo de entrada de dados, análise e deliberação dos incentivos, cabendo à ADECE, vinculada da SEDET, realizar o acompanhamento e o monitoramento dos empreendimentos incentivados no sentido de apurar os resultados esperados da sua aplicação.

E ainda, como reforço na regulamentação do sistema de incentivos fiscais, o Decreto Nº 34.508 de 04 de janeiro de 2022 reformulou o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI). O decreto traz mudanças que visam a desburocratizar os processos de concessão de incentivos fiscais, econômicos e financeiros no Estado.

O novo marco vem somar esforços a outras iniciativas que estão sendo articuladas para o desenvolvimento econômico do Estado; a principal mudança consiste em priorizar as empresas alinhadas ao conceito ESG – sigla que se refere às boas práticas ambientais, sociais e de governança organizacionais – que terão um incentivo mais significativo de acordo com o novo marco do FDI. A utilização de energia renovável de até 30% do consumo e reuso de água até 30% do consumo constam entre as principais pontuações.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Formalização de acordo de cooperação técnica e Sistema de monitoramento informatizado do FDI; e Decreto Nº 34.508 de 04 de janeiro de 2022.

Recomendação nº. 18: Ao Poder Executivo, que, em atenção às metas e prioridades definidas na LDO, envide esforços no sentido de elevar o nível de execução orçamentária e física dos programas finalísticos e das correspondentes iniciativas.

Análise da Comissão do PASF: No processo de acompanhamento e monitoramento do PPA, a SEPLAG determina que as instituições estaduais registrem as informações referentes ao desempenho de suas entregas, conforme previsto § 1º, do art.14, da Lei do PPA (Lei Nº 17.160, de 27 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Nº 17.219, de 03 de junho de 2020). Pela metodologia de gestão adotada, todas as entregas do PPA devem ser acompanhadas no Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima), ao passo que, para monitoramento, os órgãos/entidades elegem cerca de 50% das iniciativas como prioritárias, a fim de que recebam uma atenção especial na sinalização sobre o seu desempenho. Nesse universo monitorado, obrigatoriamente devem estar contidas as que possuem entregas declaradas como prioritárias da LDO, as quais, no sistema, recebem uma indicação em **negrito** para destacá-las dentre as demais, conforme Figura 4.

Figura 4 – Listagem das iniciativas prioritárias que constam no Anexo de Metas e Prioridades da LDO em negrito

SIMA 🏠 Início 📄 Acompanhamento de Entrega 📊 Monitoramento 🔍 Consultas 📁 Relatórios ⚙️ Administração 👤 ANNA CAROLINE BOTELHO DE ARAÚJO

Período: 2021 - PPA - Janeiro - Novembro (Mensal) ▼

Órgão Executor: ▼ Programa: ▼ Iniciativa: ▼ Entrega: ▼

Não Iniciado 1329

Ações	Órgão Executor	Programa	Iniciativa	Entrega	Status
+	43000000 - SCSADES	111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	111.1.01 - Promoção do trabalho social nos conjuntos habitacionais.	1652 - SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO PROMOVIDO	Não Iniciado
+	43000000 - SCSADES	111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	111.1.02 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área urbana integrada com serviços públicos.	1337 - EQUIPAMENTO SOCIAL CONSTRUÍDO	Não Iniciado
+	43000000 - SCSADES	111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	111.1.03 - Qualificação das condições físicas de unidades habitacionais.	1651 - UNIDADE HABITACIONAL QUALIFICADA	Não Iniciado
+	46200006 - COHAB	111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	111.1.04 - Expansão da regularização fundiária urbana.	1335 - TÍTULO ENTREGUE	Não Iniciado
+	43000000 - SCSADES	111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	111.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de habitação de interesse social.	467 - PROJETO APOIADO	Não Iniciado

Fonte: SIMA/SEPLAG

Outra evidência do trabalho adotado pelo Poder Executivo para melhorar o nível de execução física e orçamentária das entregas é a elaboração dos Acordos de Resultados (AR). Acordos de Resultados (AR) é um instrumento gerencial, de curto prazo, cujo principal objetivo é alinhar os esforços das setoriais à estratégia governamental, pactuando anualmente os principais compromissos setoriais (desafios, indicadores, metas, projetos e entregas) entre a alta direção na pessoa do Sr. Governador do Estado, como Acordante, pelo Secretário de Estado, como acordado, e pelos Secretários do Planejamento e Gestão e da Fazenda, como intervenientes.

Essa pactuação de compromissos iniciou-se no Estado do Ceará em 2017, com cinco secretarias envolvidas (incluindo suas vinculadas), e veio se expandindo desde então, alcançando em 2021 um total de 17 secretarias e vinculadas. Desde 2020, um dos critérios adotados para seleção das entregas do PPA que compõem o contrato é sua indicação no anexo de metas e prioridades da LDO. Conforme mencionado no Guia Metodológico da Pactuação dos Acordos de Resultados (2021, p. 21),

“Após a validação dos ferramentais e de posse do Anexo de Metas e Prioridades da LDO, são selecionados os programas do PPA com

entregas prioritizadas na LDO para o ano de execução do AR, dando início à produção do material que será apresentado aos órgãos estaduais durante o processo de pactuação.”

Firmado o acordo, realiza-se um trabalho de monitoramento mensal, que se traduz num processo de análise contínua do desempenho de indicadores e da execução das entregas do Plano Plurianual (PPA) prioritizadas, abrangendo definição e resolução de encaminhamentos, quando necessário, elaboração de balanço anual e avaliação de resultados.

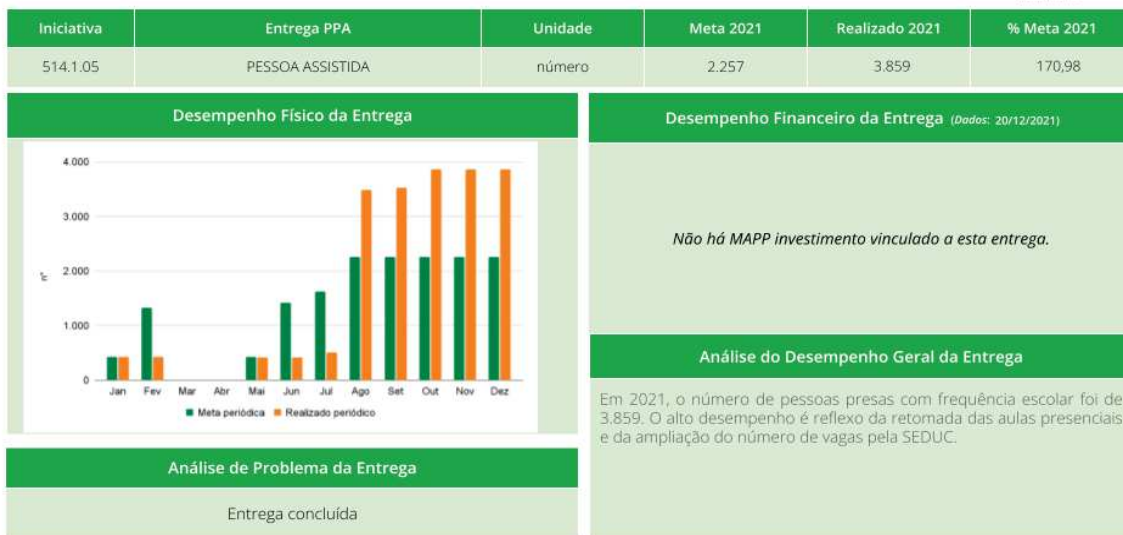
No fluxo de monitoramento do Acordo de Resultados, tem-se como parte envolvida o Grupo Técnico de Gestão para Resultados, com papel central na efetivação do modelo de gestão para resultados. Conforme mencionado no Guia Metodológico de Monitoramento dos Acordos de Resultados (2021, p. 9)

“O GTR, formado por representantes da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Secretaria da Fazenda (Sefaz), Casa Civil e Controladoria e Ouvidoria Geral (CGE), têm papel central na efetivação do modelo de gestão para resultados, em especial nos processos de monitoramento e avaliação dos Acordos de Resultados, principalmente pela mediação que desempenha junto ao Cogerf nas questões de sua competência, em especial na liberação de limites financeiros para a execução das entregas pactuadas.”

Mensalmente, é enviado para os secretários (as) um balanço de monitoramento que mostra os resultados alcançados no período, conforme figuras 5 e 6.

Figura 5 – Relatório de entregas SEDUC

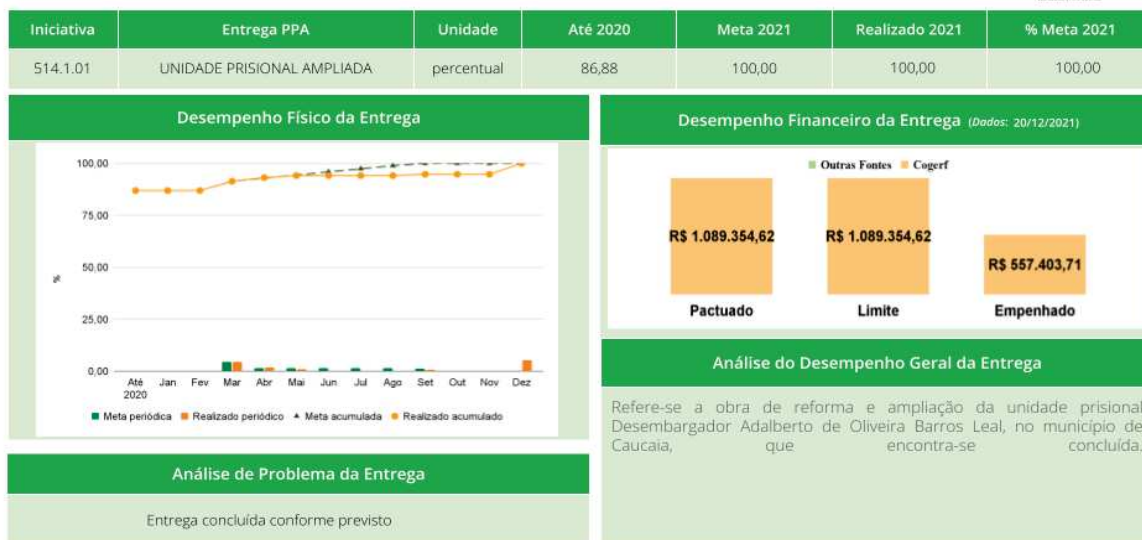
Entrega: Pessoa presa com frequência escolar na educação básica



Fonte: Sima/Seplag

Figura 6 – Relatório de entregas SAP

Entrega: Unidade prisional CPPL Caucaia ampliada



Fonte: Sima/Seplag

Outros resultados alcançados anualmente por cada uma das secretarias pactuantes estão disponíveis nos balanços de monitoramento dos acordos no site da Seplag, em: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-gestao-para-resultados/balanco-de-monitoramento-dos-acordos-de-resultados/>

Além disso, os acordos firmados estão disponíveis no site e podem ser acessados pelos endereços: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-gestao-para-resultados/acordos-de-resultados/>.

E os guias metodológicos de pactuação, revisão, monitoramento e avaliação dos acordos de resultados estão disponíveis no site da Seplag e podem ser acessados pelo endereço: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-gestao-para-resultados/guias-metodologicos/>.

Por fim, vale ressaltar, como mencionado na manifestação da Recomendação nº 2, que o planejamento das metas físicas das entregas pode passar por entraves não previstos quando da programação, podendo afetar de modo significativo a execução da entrega. Portanto, é fundamental considerar, durante todo o processo de gestão do Plano, as justificativas apresentadas pelo órgão/entidade estadual que fez a declaração de metas no PPA, a fim de que se analise a pertinência dos argumentos apresentados, e se promova, conforme cada caso, a adoção de medidas corretivas necessárias.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências:

<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-gestao-para-resultados/balanco-de-monitoramento-dos-acordos-de-resultados/>

<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-gestao-para-resultados/acordos-de-resultados/>

<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-gestao-para-resultados/guias-metodologicos/>

2.3 Análise das Demonstrações Contábeis

Recomendação nº. 19: À Secretaria da Fazenda que acompanhe o cumprimento do deliberado na Resolução COGERF nº 10/2020(DOE 17/06/2020), na qual orienta que as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, que recebam recursos destinados à constituição ou aumento de capital, especifiquem em

notas explicativas às demonstrações contábeis, informativo da aplicação de tais recursos com a devida descrição das despesas aplicadas dentre outras determinações.

Análise da Comissão do PASF: O Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF emitiu a Resolução nº 10/2020, em 12 de junho de 2020, a qual profere deliberação específica às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado do Ceará que recebam recursos destinados à constituição ou aumento de capital. A norma determina que tais entidades especifiquem em notas explicativas às demonstrações contábeis o informativo da aplicação de tais recursos com a descrição das despesas aplicadas e seus correspondentes valores, bem como o registro dos impactos nos seus correspondentes demonstrativos contábeis.

Para fins de implemento da deliberação em epígrafe, a SEFAZ reforçou o acompanhamento no atendimento à Resolução nº 10/2020 pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado do Ceará que recebam recursos destinados à constituição ou aumento de capital. Nesse sentido, foram emitidos Ofícios aos dirigentes de mencionadas entidades nos exercícios financeiros de 2020 e de 2021, dando ciência e solicitando o cumprimento da deliberação constante na Resolução COGERF nº 10/2020.

A partir de Balanço de 2021 a SEFAZ também passará a incluir no relatório de prestação de contas do governo as notas explicativas das empresas independentes, ressaltando que referidas empresas obedecem a prazos distintos e posteriores para publicação de seus demonstrativos em relação aos prazos do Setor Público.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Resolução nº 10/2020 do COGERF.

Recomendação nº. 20: À Secretaria da Fazenda, que verifique a utilização das Fontes seguindo a condição temporal do seu recebimento, de modo a adotar o Manual do Orçamento do Governo do Estado do Ceará.

Recomendação nº. 24: À Secretaria da Fazenda que adote as providências necessárias no sentido de que a estrutura do Balanço Patrimonial, extraído do

S2GPR, contemple o Quadro do Superávit/Déficit Financeiro por fonte, conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Análise da Comissão do PASF: As recomendações nº. 20 e nº. 24 serão atendidas com a melhoria contínua nos mecanismos para controle da execução financeira por fonte, a SEFAZ identificou a necessidade de aperfeiçoar e para permitir a atuação tempestiva no tratamento de eventuais ocorrências. Nesse sentido, a SEFAZ tem investido em diversas iniciativas na construção de uma nova gestão para o Tesouro Estadual, moderna, com prioridade no controle rígido de todos os processos relacionados à execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado.

Nesse contexto, está em execução o Contrato nº 043/2021, celebrado pelo Governo do Estado do Ceará, representado pela Secretaria da Fazenda, cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará. Dentre os módulos do novo sistema já implantados consta o de 'Execução Orçamentária, Financeira e Contábil' que compreende o acompanhamento dos saldos das disponibilidades de recursos por fonte e os controles para evitar a ocorrência de déficits na execução financeira.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Contrato nº 043/2021, cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará.

Recomendação nº. 21: À Secretaria do Planejamento e Gestão que inclua no Orçamento Fiscal do Estado, em observância o disposto na Portaria STN nº 589/2001, a Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR por se caracterizar como Empresa Estatal Dependente, nos termos do art. 2º, Inciso III da LRF e Resolução nº 43 do Senado Federal.

Análise da Comissão do PASF: A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, estabelece diversas regras de governança que vislumbram o melhor monitoramento da saúde gerencial e econômico-financeira das empresas.

No entanto, não havia em tal dispositivo regramento sistematizado que regulasse a possibilidade de recuperação de empresas estatais que apresentem possível desajuste econômico-financeiro e que, por consequência, poderiam ser precipitadamente classificadas como dependentes.

Dessa forma, foi publicada, em 17 de maio de 2021, a Lei Estadual nº 17.477, que dispõe sobre a classificação sob aspecto de dependência e sobre o plano de recuperação e melhoria empresarial aplicável às empresas estatais estaduais.

Nos termos do art. 3º de referida lei, a classificação da empresa estatal na forma deste artigo deverá ser antecedida pela aplicação de Plano de Recuperação e Melhoria Empresarial – PRME, com o objetivo de assegurar sua sustentabilidade econômico-financeira, sua eficiência e sua produtividade pelo prazo de até 02 exercícios financeiros para sua execução.

Por sua vez, acerca da classificação do METROFOR como dependente ou não dependente, cumpre destacar que os recursos recebidos pela empresa provenientes de aumento de participação acionária do Estado do Ceará são expressamente ressalvados pela regra do inciso II do art. 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

Da mesma forma, no intuito de manter a política tarifária em exercício há vários anos, em benefício à população cearense usuária do sistema de transporte público, foi publicada pelo Poder Executivo a Lei nº 17.505, de 27 de maio de 2021 (DOE 27/05/2021), que “autoriza a concessão de subsídio tarifário no serviço público de transporte de passageiros sobre trilhos ou guiados, explorados pela Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR”.

Por sua vez, o Decreto nº 34.423, de 07 de dezembro de 2021, regulamentou a lei nº 17.505, de 27 de maio de 2021, mantendo inalterados os valores das Tarifas Públicas cobradas ou a serem cobradas pelo METROFOR, nos anos de 2021 e 2022, mantendo o compromisso de cumprimento da Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, e do art. 14, VIII, da

Constituição Estadual do Estado do Ceará, que estabelecem que a eficiência na prestação do serviço público deve trazer a garantia da modicidade tarifária ao usuário.

Para manutenção da política tarifária praticada desde março/2019 em benefício da população usuária do sistema público de transporte, referido decreto previu como limite máximo do subsídio resultado da aplicação da Lei nº 17.505/2021 e dos Pareceres PR CET/0012/2021 e PR/CET/0013/2021 da Agência Reguladora do Estado do Ceará - Arce, o valor de R\$ 174.327.130,55 (cento e setenta e quatro milhões, trezentos e vinte e sete mil, cento e trinta reais e cinquenta e cinco centavos) para o ano de 2021 e R\$ 203.694.859,04 (duzentos e três milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos) para o ano de 2022.

Isto posto, durante a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2022, a Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA realizou sua programação orçamentária na ação 20126 – Subsídio à Tarifa de Transporte Metro Ferroviário no valor de R\$ 147.110.648,00, na despesa 339045 – Subvenções Econômicas, para subsidiar a tarifa do serviço de transporte de passageiros sobre trilhos ou guiados, explorados pela Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR.

Dessa forma, no que se refere a orientação da SEPLAG em relação à questão orçamentária, as providências foram realizadas.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação

Evidências: Decreto nº 34.423, de 07 de dezembro de 2021, que regulamenta a Lei nº 17.505/2021.

Recomendação nº. 22: À Secretaria do Planejamento e Gestão que dê prosseguimento aos trabalhos de reavaliação dos bens móveis e imóveis do Estado e aperfeiçoe os sistemas de controle desses bens de forma a atender aos novos padrões da contabilidade aplicada ao setor público, a fim de evidenciar o valor real do patrimônio do Estado.

Análise da Comissão do PASF: A SEPLAG vem realizando melhorias nos seus sistemas corporativos de patrimônio e promovendo a capacitação dos servidores no

âmbito da gestão patrimonial, onde algumas ações foram desenvolvidas em relação aos bens móveis e imóveis:

Bens Móveis:

Foi editado o Decreto nº. 33.832 de 03/12/2020 com o objetivo de atualizar o Decreto nº. 31.845 de 04/12/2015, que dispõe sobre a regulamentação de leilões de bens patrimoniais móveis inservíveis e antieconômicos de propriedade dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

No âmbito do sistema corporativo mobiliário SIGA/SGBM foram revisadas algumas funcionalidades com o objetivo de aperfeiçoá-lo com a estrutura do Poder Executivo, a saber: o registro das movimentações patrimoniais por intermédio de fundos; imobilização em um único tombo de bens de pequeno valor e grande quantidade que são fundamentais para o funcionamento do órgão (ex: mesas e carteiras escolares) e o inventário rotativo de bens móveis por classe de bens ou por departamento.

Além disso, ressalta-se que a SEPLAG em parceria com a Escola de Gestão Pública – EGP desenvolveu ao longo do ano de 2020 os Cursos de Gestão de Materiais Permanentes e Gestão de Suprimentos na modalidade de Educação à Distância – EAD, a fim de disseminar as técnicas usuais de gestão dos materiais permanentes e materiais de consumo e, ainda, orientar a implantação e operação dos sistemas SIGA/SGBM e a interpretação da legislação vigente. Os cursos terão caráter contínuo e com foco na capacitação crescente de servidores na área patrimonial. Em 2021, foi iniciado o curso de materiais permanentes – carga horária de 100h, período de 16/11/2021 a 24/02/2022, no Ambiente Virtual de Aprendizagem com aproximadamente 3.500 inscritos.

Bens Imóveis:

No tocante aos bens imóveis, temos a informar que ocorreu a licitação para a reavaliação dos imóveis pertencentes ao patrimônio do Estado do Ceará – Pregão Eletrônico – PE nº. 20210023, a qual está em fase recursal, cujo serviço será executado ao longo dos anos de 2022 e 2023, em atendimento à recomendação da

Corte de Contas do Estado do Ceará e em consonância com as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

No âmbito do sistema corporativo imobiliário SGBI 3 foram criadas funcionalidades no Relatório de Depreciação ofertado pelo respectivo sistema, com o objetivo de reunir as informações essenciais dos imóveis e seu histórico de depreciação.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação

Evidências: Decreto nº. 33.832 de 03/12/2020; Cursos de Gestão de Materiais Permanentes e Gestão de Suprimentos na modalidade de Educação à Distância – EAD; Pregão Eletrônico – PE nº. 20210023; e sistema corporativo mobiliário SIGA/SGBM e sistema corporativo imobiliário SGBI 3.

Recomendação nº. 25: À Secretaria da Fazenda, que seja especificada, no Balanço Patrimonial ou em suas notas explicativas, a parcela da depreciação, exaustão e amortização acumuladas, que corresponde aos Bens Móveis e Imóveis.

Análise da Comissão do PASF: Na elaboração dos demonstrativos contábeis, os Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, em regra não padronizam o nível de detalhamento na estrutura do demonstrativo. No caso de Balanço Patrimonial nem mesmo a IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial padronizou o nível de detalhamento do demonstrativo.

Destaca-se que o Balanço Patrimonial de 2020 já apresenta a parcela da depreciação, exaustão e amortização acumuladas, entretanto, sem identificação da parcela correspondente aos bens móveis e imóveis. E, corroborando com o objeto da presente recomendação da nobre Corte de Contas foi incluído mais um nível de detalhamento no Balanço Patrimonial de 2021, com as informações sobre a depreciação acumulada de forma segregada, correspondentes às contas de “Bens Móveis” e “Bens Imóveis”.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Balanço Patrimonial de 2021. IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial – Janeiro/2020; Manuais de Contabilidade

Aplicados ao Setor Público (MCASP), disponíveis em:
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26> .

Recomendação nº 26: À Secretaria da Fazenda, que seja especificada, nas notas explicativas, a metodologia utilizada que justifique a ausência ou constituição de uma estimativa de ajuste de perdas relativa aos créditos de dívida ativa não tributária.

O Estado do Ceará, através da Procuradoria-Geral do Estado e Secretaria da Fazenda, está desenvolvendo metodologia para os cálculos relativos a Ajustes de Perdas de Créditos inscritos em Dívida Ativa.

Considerando que a metodologia definitiva ainda se encontra em desenvolvimento, houve a necessidade de estabelecer parâmetro baseado em elementos jurisprudenciais seguros dos Tribunais Superiores, em especial a partir dos parâmetros fixados pelos Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 1.340.553/RS em sede de recurso repetitivo.

A Lei nº 17.277, de 10 de setembro de 2020, em seu art. 8º, inciso I, seguiu orientação de Convênio aprovado no CONFAZ e identificou como irre recuperáveis, para fins de remissão, os débitos inscritos em Dívida Ativa sem anotação de garantia ou suspensão de exigibilidade há mais de 15 (quinze) anos na data da publicação da Lei.

Nesse contexto, soma-se que a União já vem utilizando esse mesmo requisito de irre recuperabilidade (art. 24, inciso I da Portaria PGFN nº 9.917 de 14 de abril de 2020).

Dessa forma, tal critério (débitos inscritos em Dívida Ativa sem anotação de garantia ou suspensão de exigibilidade há mais de 15 anos) tem sido utilizado a cada ano como parâmetro de identificação objetiva de perdas de créditos inscritos em dívida ativa, tanto tributária como não tributária.

Ocorre que, até meados de 2011, os débitos provenientes de multas administrativas, multas do DECON, multas do TCE, multas penais, ressarcimentos, emolumentos e custas judiciais, eram objeto de inscrição no CADINE e cobrança

através de ação de execução de título executivo extrajudicial pelo rito geral de execução cível do Código de Processo Civil.

Apenas em 2011, foi desenvolvido e implantado sistema próprio de gestão e atualização de referidos débitos (inclusive com atualização monetária e juros próprios, distintos do débito tributário) permitindo a inscrição como dívida ativa não tributária e cobrança através de execução fiscal nos termos da Lei nº 6.830/1980.

Assim, a Figura 7 demonstra que as primeiras inscrições em dívida ativa não tributária remontam há apenas 11 (onze) anos, não havendo certidão de dívida ativa não tributária que esteja inscrita há mais de 15 anos e fosse considerada pelo Estado do Ceará como irrecuperável segundo o critério adotado neste momento, motivo pelo qual não foi informada provisão de perdas relativas à dívida ativa não tributária. No balanço de geral do Estado de 2021 constará nota explicativa sobre a matéria.

Figura 7 – Documento que demonstra o ano inicial das inscrições da dívida não tributária



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Fortaleza, 12 de Julho de 2021.

De: Coordenação de Tecnologia da Informação
Para: Procuradoria da Dívida Ativa
Ref.: Quantitativo de dívidas não tributárias e ano de início das inscrições.

Prezado Procurador,

Conforme solicitado, segue abaixo todas as dívidas não tributárias inscritas entre junho de 2011 e a data atual. Ressalto que no quadro abaixo, só constam dívidas ativas, ou seja, as que estiverem na fase quitada ou extinta não irão compor o quadro abaixo. Qualquer dúvida ou para mais esclarecimentos, estamos à disposição.

ANO	QTDE.	SALDO DEVEDOR ATUAL
2011	115	R\$ 14.459.442,96
2012	68	R\$ 17.300.059,29
2013	1.705	R\$ 108.848.804,74
2014	547	R\$ 29.483.804,59
2015	823	R\$ 43.735.443,11
2016	1.919	R\$ 56.831.667,56
2017	2.536	R\$ 93.477.667,38
2018	1.635	R\$ 44.715.478,39
2019	2.268	R\$ 47.241.881,12
2020	1.483	R\$ 16.082.906,65
2021	874	R\$ 8.406.792,00
TOTAL	13.973	R\$ 480.584.557,79

Obs: Nos registros encontrados em nosso banco de dados, detectamos que a primeira cda foi inscrita em 14/06/2011.

Caio Fellipe Batista de Oliveira
Analista de Negócios
Documento Assinado Digitalmente

Fonte: Portal da Dívida
Data de Extração dos dados: 12/07/2021

Centro Administrativo Bárbara de Alencar
Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 - Edson Queiroz
Cep: 60811-520 - Fortaleza, Ceará
Fone: (85) 3459.6300 | Fax: (85) 3101.3606

Assinado digitalmente por CAIO FELLIPE BATISTA DE OLIVEIRA em 12/07/2021 às 17:09:44

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação

Evidências: Lei Estadual nº 17.277/2020; Ofício GABIN/PGE nº 37/2022, de 25/02/2022.

Recomendação nº. 27: Ao Poder Executivo, que adote medidas efetivas para que possa ser finalizado o processo de extinção da Companhia de Habitação do Estado do Ceará (COHAB).

Análise da Comissão do PASF: A COHAB continua implementando as ações necessárias à conclusão dos trabalhos de liquidação. Dentre as ações destacam-se:

01 - Controle e acompanhamento dos pagamento das prestações mensais da Dívida junto à União, referente ao Contrato de Confissão de dívida assinado em 28.01.1994, entre a União, COHAB-CE e Governo do Estado, com término previsto para dezembro de 2022; repactuado pelo Estado, em 30 de agosto de 2018, com fundamento na Lei Federal nº8.727/93, Lei Federal Complementar nº156/2016, Lei Estadual nº 16.427 D.O 06.12.2017 e Resolução nº809/2016 do Conselho Curador do FGTS, com o objetivo de reduzir o valor das parcelas mensais de R\$13.448.471,80 para de R\$2.768.640,91(Dez/2018), reduzir a taxa de juros de 6% para 3,08% ao ano, com consequente dilatação do prazo. Atualmente a prestação mensal é de R\$2.582.487,91 (Dez/2021).

02 - Depuração dos créditos

2.1 - Dentre os créditos não alienados, foi concluída no exercício de 2021 a depuração dos 1.395 créditos que estão em fase de novação junto ao FCVS, correspondente à R\$2.789.187,65, valor este que será utilizado para abatimento da dívida da COHAB. Ainda em 2021 iniciamos os trabalhos de depuração dos 4.724 créditos restantes da COHAB, que corresponde ao valor de R\$7.901.100,00, e que após sua conclusão entrará em processo de novação para posterior dedução da dívida da Companhia.

2.2 - Concluída a depuração dos 45.735 créditos hipotecários alienados pelo Estado do Ceará à Caixa Econômica Federal através do CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS E OUTRAS AVENÇAS, firmado em 08/12/1998, aguardando apenas a posição da CAIXA, restando a depuração dos 14.300 créditos

dos 22.000 negados, para validar os créditos com base nas normas estabelecidas pelo Conselho Curador do FCVS.

03- Sobre as escrituras definitivas dos imóveis, continuamos com a Campanha Papel da Casa, que até o exercício (dezembro de 2021) foram elaboradas e entregues aos respectivos mutuários/proprietários cerca de 23.513 escrituras, parte delas entregues em 9 eventos promovidos pela COHAB com parceria do Governo do Estado, Prefeitura de Fortaleza e Tribunal de Justiça. Esse trabalho só foi possível graças ao Convênio de Cooperação entre Governo do Estado, Prefeitura de Fortaleza e Tribunal de Justiça (D.O 14.04.2016), parceria junto aos Cartórios de Registro de Imóveis com redução em 70% das custas dos emolumentos para registro dos imóveis conforme a Lei 16.132 (D.O 04.11.2016) e intervenções das Prefeituras do Interior através das Leis Municipais as quais concedem as isenções de IPTU e ITBI que propiciam condições aos mutuários de requererem suas escrituras definitivas. Destacamos as parcerias das Prefeituras de Maracanaú Lei nº 2.904 (D.O.M 10.02.2020), Fortaleza Lei nº10.961(DOM 29.11.2019), Sobral Lei Complementar nº 72/19 (D.O.M 12.12.2019), Pacatuba Lei nº 1.555 (D.O.M 03.07.2019).

Em 2021, somente o município de Pacatuba renovou o benefício de isenção fiscal referente a IPTU e ITBI para os imóveis financiados pela COHAB naquela comarca. Como os demais municípios não renovaram os benefícios fiscais, impactou negativamente na quantidade das escrituras elaboradas e entregues pela COHAB.

04 - Em andamento à atualização cadastral junto a COPAT-SEPLAG / SGBI3, para identificação dos atuais entes públicos ocupantes dos bens imóveis, erigidos nos diversos Conjuntos Habitacionais na época de suas construções, mas de propriedade do Estado, visando alteração do ente público responsável/administrador, tendo em vista que ainda figuram na maioria dos casos, como administrados pela COHAB-CE.

05 - Regularização fundiária dos Conjuntos de Mutirão junto a SEUMA e consequente registro imobiliário junto aos Cartórios de Registro de Imóveis dos Conjuntos CURIÓ, SÃO BERNARDO, IMPERIAL MONDUBIM, com a entrega de 1.825 títulos de propriedade. Com relação ao Conjunto São Vicente foram resolvidas

pendências no 2º Cartório de Registro de Imóveis para consequente emissão de escrituras. Os conjuntos habitacionais ENEAS ARRUDA (267 unidades) e ESPLANADA CURIO (115 unidades) em análise junto à SEUMA, com intuito de futura emissão de escrituras definitiva aos mutirantes. Já o conjunto habitacional SITIO ESTRELA (652 unidades) em fase final de regularização fundiária junto à HABITAFOR, aguardando a emissão da CRF, cadastramento e coleta de documentação de todos os ocupantes/beneficiários dos imóveis para posterior registro em cartório.

06 - Vem sendo feito também o acompanhamento jurídico das Ações Judiciais contra a COHAB-CE.

Portanto, as ações necessárias para regularizar as pendências imobiliárias necessárias para a extinção da COHAB estão sendo implementadas, ressaltando, entretanto, que muitas demandas dependem de fatores externos (mutuários, Prefeituras, CAIXA, legislação municipal complementar etc.).

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Atividades citadas.

2.4 Conformidade Financeira e Orçamentária

Recomendação nº. 28: Ao Poder Executivo, que envide esforços para obter a devida contragarantia de garantias anteriormente prestadas e que condicione as futuras concessões de garantia em operações de crédito internas ou externas ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, dispensando a contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, dispensando a contragarantia apenas de órgãos ou entidades do próprio Estado, tudo em conformidade com o art. 40, § 1º, da LRF e o art. 18, I, § 3º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.

Análise da Comissão do PASF: O Estado do Ceará tem envidado esforços para definir o processo de obtenção da devida contragarantia de garantias prestadas, bem como condicionar as futuras concessões de garantia em operações de crédito internas ou externas ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior

ao da garantia a ser concedida, nos termos do art. 40, § 1º, da LRF e o art. 18, I, § 3º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.

Para contribuir com o alcance deste objetivo, a SEPLAG encaminhou consulta ao TCE, por meio do Processo nº10710/2021-3. No entanto, diante do entendimento de que o tema versa sobre caso concreto, a consulta não foi conhecida. Ressalte-se que mesmo diante do não conhecimento da consulta por parte da Egrégia Corte de Contas, em respeito ao princípio da cooperação, o corpo técnico da Diretoria de Instrução de Recursos e Consultas da Secretaria de Controle Externo do TCE/CE apresentou subsídios fundamentais para a definição do modelo a ser adotado pelo Estado para os casos identificados.

Assim, de posse das informações disponibilizadas, o Governo do Estado darpa continuidade às tratativas com todos os agentes envolvidos no processo com o objetivo de se chegar a bom termo quanto a oferta de garantias e exigências de contragarantias, bem como avaliação dessas questões para operações de crédito futuros.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação

Evidências: Processo TCE nº10710/2021-3, Relatório de Instrução nº 17/2021 da Diretoria de Instrução de Recursos e Consultas da Secretaria de Controle Externo do TCE/CE.

Recomendação nº. 29: À Secretaria da Fazenda, que implemente um dispositivo de bloqueio no sistema da execução orçamentária para fontes de recursos que não possuam disponibilidade financeira, a fim de evitar insuficiência de caixa nas fontes vinculadas.

Recomendação nº. 31: À Secretaria da Fazenda, que disponibilize no S2GPR relatório que informe a disponibilidade de caixa por fonte de recursos e por Poder.

Análise da Comissão do PASF: O atendimento das recomendações 29 e 31 está contemplado na execução do Contrato nº 043/2021, celebrado pelo Governo do Estado do Ceará, representado pela Secretaria da Fazenda, cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle

orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará. Dentre os módulos do novo sistema já implantados consta o de 'Execução Orçamentária, Financeira e Contábil' que compreende o acompanhamento dos saldos das disponibilidades de recursos por fonte e os controles para evitar a ocorrência de déficits na execução financeira.

No Balanço Geral do Estado relativo ao exercício financeiro de 2022, será possível emitir relatório que informe a disponibilidade de caixa por fonte de recursos e por Poder, ficando este disponível para consulta permanente.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Contrato nº 043/2021, cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará.

Recomendação nº. 30: À Secretaria da Fazenda, que avalie o impacto da inclusão dos gastos com recursos humanos nos contratos de gestão, no cálculo das despesas com pessoal para fins de cumprimento da LRF.

Análise da Comissão do PASF: A Portaria nº 377 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN/Ministério da Economia), de 08 de julho de 2020, prorrogou em um ano o prazo para inclusão das despesas com as organizações sociais (OSs) e semelhantes no cálculo do limite da despesa com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para Estados e Municípios.

Mencionada norma autoriza, de maneira excepcional, que para os exercícios de 2018 a 2021, os montantes das despesas com pessoal das OSs que atuam na atividade fim do ente da Federação e que recebam recursos financeiros da Administração Pública não sejam levados em consideração no cômputo da despesa total com pessoal do ente contratante, sendo aplicáveis a partir do exercício de 2022 as regras definidas do Manual de Demonstrativos Fiscais vigente. Também prorroga para o final do exercício financeiro de 2021 o prazo para ajuste dos contratos de gestão e dos procedimentos de prestação de contas das OSs.

Referida Portaria STN nº 377/2020 prevê:

“Considerando o estado de calamidade pública decretado pelo Congresso Nacional em razão da pandemia de importância internacional da COVID-19 e a alteração do cenário relacionado às finanças públicas, impondo novas prioridades e esforços para a Administração Pública; resolve:

Art. 1º Até o final do exercício de 2020, a STN/ME deverá definir as rotinas e contas contábeis, bem como as classificações orçamentárias, com a finalidade de tornar possível a operacionalização do adequado registro dos montantes das despesas com pessoal das organizações da sociedade civil que atuam na atividade fim do ente da Federação e que recebam recursos financeiros da administração pública, conforme definido no item 04.01.02.01 (3) da 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019, e alterações posteriores.

§ 1º Até o final do exercício de 2021, os entes da Federação deverão avaliar e adequar os respectivos dispositivos contratuais bem como os procedimentos de prestação de contas das organizações da sociedade civil para o cumprimento integral das disposições do caput.

§ 2º Permite-se, excepcionalmente para os exercícios de 2018 a 2021, que os montantes referidos no caput não sejam levados em consideração no cômputo da despesa total com pessoal do ente contratante, sendo plenamente aplicáveis a partir do exercício de 2022 as regras definidas conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais vigente.”

Em outubro de 2020 foi emitida a Nota Técnica SEI nº 45799/2020/ME visando dar cumprimento ao disposto na Portaria STN nº 377/2020 no que tange à definição das rotinas contábeis. Mencionada Nota Técnica trata de orientações a respeito do registro dos valores das despesas com pessoal das organizações da sociedade civil que atuam na atividade fim do ente da Federação e que recebem recursos financeiros da administração pública.

Enfatiza-se a ciência da Nota Técnica SEI nº 45799/2020/ME e reforçamos o compromisso de contínua instrução das prescrições relativas ao detalhamento das despesas com recursos humanos dos contratos de gestão e da necessidade de ajustes no sistema de contabilidade para avaliação do impacto no percentual de despesa de pessoal, para fins de cumprimento da LRF. Nesse sentido já foram iniciadas as tratativas entre a SEFAZ, SEPLAG e CGE para ajustes nos contratos de gestão.

Destaca-se, também, que as providências concernentes aos controles e acompanhamento da execução orçamentária dos contratos de gestão já vem sendo efetivadas no exercício financeiro de 2021 com identificação das despesas concernentes a Recursos Humanos, conforme apresentado no Demonstrativo “Acompanhamento da Execução Orçamentária dos Contratos de Gestão - 2º Semestre/2021” e “Relatório de Acompanhamento dos Contratos de Gestão 2021”, conforme fundamentos apresentados na resposta à Recomendação nº 36.

No entanto, é importante ressaltar que a política decorrente da qualificação de Organizações Sociais consiste em descentralização de atividades e serviços públicos não-exclusivos, conforme o art.1º da Lei Estadual nº12.781/97:

Art. 1º O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, qualificar como Organizações Sociais, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à assistência social, à saúde, ao trabalho, à educação, à cultura, ao turismo, à gestão ambiental, à habitação, à ciência e tecnologia, à agricultura, à organização agrária, ao urbanismo, ao saneamento, ao desporto e lazer, **com o objetivo de fomentar a descentralização de atividades e serviços públicos não-exclusivos** desempenhados por órgãos ou entidades públicas estaduais, observadas as seguintes diretrizes: (...)

Neste sentido, os contratos de gestão são instrumentos de execução por metas de resultados, não cabendo a especificação de despesas de pessoal.

Além disso, considerando que o tema apresenta impacto relevante nos indicadores de pessoal dos entes públicos, está em discussão em âmbito nacional a Proposta de Decreto Legislativo nº333/2020, que Susta a Portaria nº 377, de 8 de

julho de 2020, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, que "Estabelece prazos para a definição de rotinas e contas contábeis, bem como classificações orçamentárias para operacionalização do item 04.01.02.01 (3) da 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019, e alterações posteriores". A proposta já foi aprovada na Câmara dos Deputados e encontra-se em avaliação no Senado Federal.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Portaria STN nº 377, de 08 de julho de 2020; Nota Técnica SEI nº 45799/2020/ME; Relatório de Acompanhamento dos Contratos de Gestão 2021 – 2º Semestre/2021 e Acompanhamento da Execução Orçamentária dos Contratos de Gestão – Dezembro/2021, que podem ser acessados no link: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/contrato-de-gestao/>; Portaria STN nº 233/2019 e Portaria STN nº 377/2020. Proposta de Decreto Legislativo nº333/2020 (<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2257821>). Parecer CCJ do Senado Federal, Relatoria do Senador Cid Gomes (<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9074599>).

Recomendação nº. 32: Ao Poder Executivo, quando elaborar a Lei de Orçamento do Estado, que observe a dotação mínima para investimentos do setor público estadual do Interior, conforme estabelece o art. 210 da Constituição Estadual do Ceará.

Recomendação nº. 39: Ao Governo do Estado, que, ao decidir sobre investimentos públicos, realize esforços no sentido de dar cumprimento ao mandamento constitucional insculpido no art. 210 da Constituição Estadual, inclusive observando a dotação mínima para investimentos do setor público estadual do Interior, alavancando o desenvolvimento dessa região do Estado, reduzindo desigualdades regionais e a pobreza dos seus habitantes.

Análise da Comissão do PASF: Com relação aos investimentos no interior do Estado o Governo do Estado do Ceará reitera o constante aprimoramento de sua execução com vistas à uma distribuição dos seus investimentos de maneira equânime, considerando também o alcance das ações realizadas.

Deve-se destacar a existência de uma dinâmica na aplicação do orçamento destinado aos investimentos, tendo em vista que estes podem oscilar regionalmente, em virtude, por exemplo, de projetos de grande porte em determinada região, os quais demandam um volume maior de recursos em determinado ano, bem como a ampliação da Região Metropolitana da Grande Fortaleza.

No biênio 2019/2020, por exemplo, os recursos aplicados na Linha Leste do Metrô de Fortaleza foram responsáveis pelo maior aporte de investimentos do Estado, totalizando mais de R\$ 424,7 milhões aplicados, na soma desses anos, contribuindo, dessa forma, para uma aplicação maior de recursos na região da Grande Fortaleza.

Pode-se destacar também os investimentos destinados ao município de São Gonçalo do Amarante, que faz parte da Região da Grande Fortaleza, onde estão localizados o Porto do Pecém e a Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE), que impactam em todo o Estado do Ceará e totalizaram R\$ 53,8 milhões nesse mesmo período.

Outro exemplo de investimento estratégico do Ceará, com recursos destinados à região do Cariri, é a Construção do Cinturão das Águas – CAC, que foi concebido para viabilizar uma maior capilaridade das vazões transpostas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco em território cearense. Com a conclusão do Trecho I, o projeto avança na transposição da água para o Riacho Seco e deste para o Rio Salgado, fluindo ao Açude Castanhão, atravessando o Eixão das Águas até a chegar na Região da Grande Fortaleza.

Neste projeto, em 2017 e 2018, foram aplicados recursos no montante total superior a R\$ 445 milhões, contribuindo, nesse período específico, para direcionar a maior parte dos investimentos estaduais para o Interior.

Desta forma, entende-se que a alocação dos recursos em cada região sinaliza a destinação das realizações do governo. No entanto, há que se ponderar que muitos investimentos perpassam a mera regionalização desses recursos, suplantando seus efeitos para todo o Estado. Assim, a construção de um hospital, por exemplo, que venha ser alocado na Grande Fortaleza, pode receber pacientes de outras regiões.

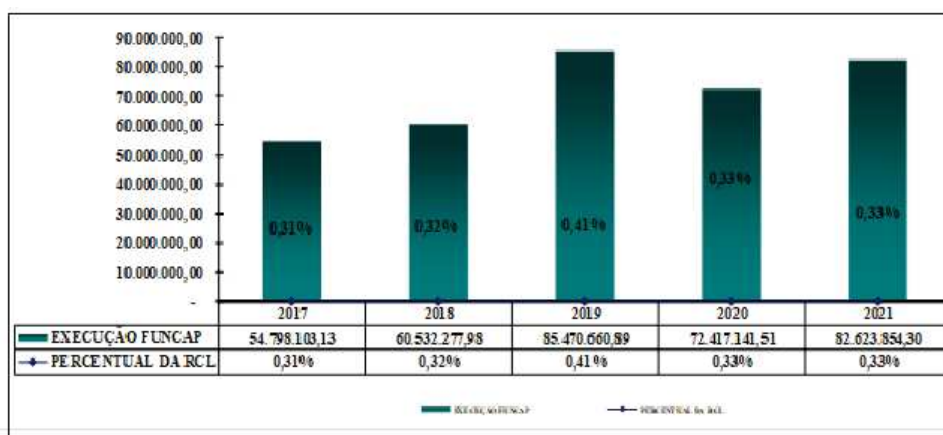
Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação

Evidências: Execução orçamentária de 2021

Recomendação nº. 33: Ao Poder Executivo, que cumpra o cronograma estabelecido para alcance do percentual de recursos direcionados à FUNCAP, conforme estabelece o art. 258 da Constituição Estadual.

Análise da Comissão do PASF: No período de 2017 a 2021 o Governo do Estado aumentou a aplicação de recursos na FUNCAP em 50,78%, saindo de R\$ 54.798.103,13 (cinquenta e quatro milhões, setecentos e noventa e oito mil, cento e três reais e treze centavos) em 2017, para R\$ 82.623.854,30 (oitenta e dois milhões, seiscentos e vinte três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e trinta centavos) em 2021, conforme o Gráfico 1. Considerando os valores nominais em relação à Receita Corrente Líquida, a evolução foi de 0,31% em 2017 para 0,33% em 2021.

Gráfico 1 – Evolução dos Recursos Executados pela Funcap



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Os recursos aplicados em 2021, no valor de R\$ 82.623.854,30 correspondem a um percentual de 0,701% da receita de impostos. Ressalta-se que, devido à Pandemia da COVID-19, desde 2020 que as ações do governo foram voltadas para o atendimento prioritário à função de Saúde, onde foram gastos o montante de R\$ 4.630.285.746,75 em 2020 e R\$ 5.197.010.391,23 em 2021, valores bastante superiores ao aplicado em 2019, no total de R\$ 3.694.002.259,33. Portanto, no período de 2019 a 2021, o volume de recursos aplicado para o enfrentamento da

Pandemia da COVID-19 teve um incremento de 40,69%, afetando a disponibilidade de recursos para as outras áreas.

Por outro lado, analisando os programas executados pela FUNCAP nos anos de 2020 e 2021, pode-se constatar um crescimento de 14,09% na execução total. O programa INOVA CEARÁ foi impactado diretamente pela execução de alguns dos seus editais, entre eles: EDITAL FUNCAP/FINEP Nº 05/2020 PROGRAMA TECNOVA II/CE, EDITAL Nº 05/2021 Funcap Inovafit fase 2, EDITAL Nº 06/2021 Funcap Energias Renováveis, EDITAL Nº 01/2021 FUNCAP – CEGÁS. No programa Ceará Científico e Tecnológico ocorreu um incremento de bolsas/pessoas atendidas no programa 411 é referente ao crescimento do Programa Cientista Chefe, com a aprovação de novos projetos apoiados.

No programa de Desenvolvimento Integral de Educação Superior sua execução ficou prejudicada, pois devido à pandemia, o edital do Programa Avance, que é uma iniciativa do Governo do Estado através da Funcap e da Secretaria de Educação (Seduc), não foi lançado em 2021 como programado. E ainda, a Funcap concede cotas para as bolsas de graduação e pós-graduação à Instituições de Ensino Superior (IES) do Ceará, ficando a distribuição dessas bolsas sob a responsabilidade das IES. Por fim, o programa de Gestão Administrativa do Ceará teve um aumento na sua execução, conforme a Tabela 6.

Tabela 6 – Execução dos Programas da FUNCAP em 2020 e 2021

			R\$ 1,00
PROGRAMAS	ANO 2020	ANO 2021	Variação (%)
CEARA CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	23.641.241,25	31.681.484,53	34,01%
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCACAO SUPERIOR	43.350.392,79	41.261.695,35	-4,82%
GESTAO ADMINISTRATIVA DO CEARA	4.862.830,90	6.613.750,31	36,01%
INOVA CEARA	562.696,57	3.066.924,11	445,04%
TOTAL GERAL	72.417.161,51	82.623.854,30	14,09%
Fonte: S2GPR			

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: Execução orçamentária da FUNCAP em 2021.

Recomendação nº. 34: Ao Poder Executivo, que promova a operacionalização do fundo destinado ao fomento e ao incremento de microempreendedorismo com vistas ao cumprimento do art. 209 da Constituição Estadual.

Análise da Comissão do PASF: O Governo do Estado do Ceará, por meio da Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE), criou o CEARÁ CREDI, um programa que concede crédito e capacitação para microempreendedores. O programa tem o objetivo de contribuir para a criação e fortalecimento dos pequenos negócios no Estado, gerando mais empregos e renda.

O programa é voltado para empreendedores que exercem ou buscam exercer atividade produtiva de geração de renda, envolvendo produção, comércio e todos os tipos de serviços, com ênfase nos jovens, mulheres e pessoas de baixa renda, seja no meio urbano ou rural. A Figura 8 a seguir apresenta as condições e limites do crédito para empreender:

Figura 8 – Condições e Limites do Programa Ceará Credi



Fonte: cearacredi.ce.gov.br

Em 2021 o programa Ceará Credi foi operacionalizado através do fundo destinado ao fomento e ao incremento de microempreendedorismo com vistas ao cumprimento do art. 209 da Constituição Estadual. A fonte de recursos utilizada foi o FECOP que empenhou o montante de R\$ 72.777.918,00 e pagou o total de R\$ 71.876.407,73.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: cearacredi.ce.gov.br

Recomendação nº. 35: À Secretaria da Fazenda, que efetue a contabilização dos consórcios públicos, em conformidade com a regulamentação da Portaria STN

nº 274/2016, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 10 – Contabilização de Consórcios Públicos.

Análise da Comissão do PASF: Com o intuito de aperfeiçoar as informações sobre os consórcios públicos nos demonstrativos fiscais do Estado do Ceará, está em processo de aprovação Minuta de Instrução Normativa que disciplina a prestação de contas dos consórcios públicos ao Poder Executivo Estadual. Citada norma estabelece que os dados dos consórcios públicos deverão ser encaminhados de forma padronizada.

Ressalta-se, também, que foi celebrado pelo Governo do Estado do Ceará, representado pela Secretaria da Fazenda, o Contrato nº 043/2021, cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Minuta de Instrução Normativa que disciplina sobre a prestação de contas dos consórcios públicos à Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará; Contrato nº 043/2021, cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará.

Recomendação nº. 36: Ao Poder Executivo, que adote providências de maior controle quanto ao gasto de pessoal em sentido amplo, com fulcro no art. 1º, §1º, da Lei Complementar nº 101/2000, em relação à responsabilidade na gestão fiscal quanto ao equilíbrio das contas públicas em face das despesas com contrato de gestão, pensionistas e abono permanência reduzirem as disponibilidades do Estado para investimentos e manutenção dos serviços públicos.

Análise da Comissão do PASF: A Portaria STN nº 233/2019 previa que, a partir do exercício de 2021, as despesas com pessoal finalístico das organizações sociais fossem incluídas no gasto de pessoal dos entes públicos.

"Art. 1º Até o final do exercício de 2019, a STN/ME deverá definir as rotinas e contas contábeis, bem como as classificações

orçamentárias, com a finalidade de tornar possível a operacionalização do adequado registro dos montantes das despesas com pessoal das organizações da sociedade civil que atuam na atividade fim do ente da Federação e que recebam recursos financeiros da administração pública, conforme definido no item 04.01.02.01 (3) da 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria STN nº 389, de 14 de junho de 2018, e alterações posteriores.

§ 1º Até o final do exercício de 2020, os entes da Federação deverão avaliar e adequar os respectivos dispositivos contratuais bem como os procedimentos de prestação de contas das organizações da sociedade civil para o cumprimento integral das disposições do caput."

Referida norma foi revogada pela Portaria STN nº 377/2020 que, excepcionalmente, prorrogou o prazo para o exercício financeiro de 2022, em virtude da situação de emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

"Art. 1º (...)

§ 2º Permite-se, excepcionalmente para os exercícios de 2018 a 2021, que os montantes referidos no caput não sejam levados em consideração no cômputo da despesa total com pessoal do ente contratante, sendo plenamente aplicáveis a partir do exercício de 2022 as regras definidas conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais vigente."

Não obstante a compulsoriedade na divulgação ter sido prorrogada para o exercício financeiro de 2022, as providências concernentes aos controles e acompanhamento da execução orçamentária dos contratos de gestão já vem sendo efetivadas pela SEFAZ, SEPLAG e CGE em 2021, conforme apresentado no Demonstrativo "Acompanhamento da Execução Orçamentária dos Contratos de Gestão", com identificação das despesas concernentes a Recursos Humanos.

O controle da formalização e execução, assim como as análises dos pleitos relativos a novos contratos e aditativas e o acompanhamento das avaliações de

competência das Contratantes dos contratos de gestão vem sendo efetivados pela SEPLAG, conforme discriminado no documento “Relatório de Acompanhamento dos Contratos de Gestão 2021”.

Conforme já apresentado, os contratos de gestão são instrumentos de execução por metas de resultados, não cabendo a especificação de despesas de pessoal. Diante do impacto relevante da inclusão das despesas de pessoal dos contratos de gestão nos indicadores dos entes públicos, está em discussão em âmbito nacional a Proposta de Decreto Legislativo nº333/2020, que Susta a Portaria nº 377, de 8 de julho de 2020, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, que "Estabelece prazos para a definição de rotinas e contas contábeis, bem como classificações orçamentárias para operacionalização do item 04.01.02.01 (3) da 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019, e alterações posteriores". A proposta já foi aprovada na Câmara dos Deputados e encontra-se em avaliação no Senado Federal.

Status segundo Comissão do PASF: em fase de implementação.

Evidências: Portaria STN nº 233/2019; Portaria STN nº 377/2020; Relatório de Acompanhamento dos Contratos de Gestão 2021 – 2º Semestre/2021 e Acompanhamento da Execução Orçamentária dos Contratos de Gestão – Dezembro/2021, que podem ser acessados no link: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/contrato-de-gestao/> ; Portaria STN nº 233/2019 e Portaria STN nº 377/2020; Proposta de Decreto Legislativo nº333/2020 (<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2257821>). Parecer CCJ do Senado Federal, Relatoria do Senador Cid Gomes (<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9074599>).

Recomendação nº. 37: Ao Governo do Estado, que não compute, no cálculo dos gastos com Manutenção de Desenvolvimento do Ensino (MDE), as despesas não consideradas como ações típicas de MDE, nos termos do art. 71 da Lei nº 9.394/96.

Análise da Comissão do PASF: A Lei Federal nº 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e prevê em seu art. 71 despesas que

deverão ser excluídas do levantamento dos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino consta do Anexo 8 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e, conforme relatado à fl. 179 do Relatório Técnico das Contas do Governador, na apuração das despesas concernentes ao 6º bimestre de 2020 “ ... foi deduzido o montante de R\$ 13.198.111,83 (detalhado a seguir) correspondente às despesas não consideradas como ações típicas de MDE com base no art. 71 da Lei nº 9.394/96 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional e no Acórdão TCE nº 546/2018, destacando-se as despesas com fornecimento de alimentação, que representaram 74,24% do total. “

Ressalta-se ainda que as despesas elencadas na tabela 03 – ‘Despesas executadas na função educação não consideradas gastos em MDE’ apresentada à fl. 180 do Relatório Técnico de 2020, em atendimento à presente recomendação da nobre Corte de Contas, passaremos a excluir também do demonstrativo constante no Anexo 8 (Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE) do RREO do exercício financeiro de 2021, as despesas executadas nas subfunções de infraestrutura urbana e reforma agrária e na fonte de despesa 10002 (Recursos Ordinários para Projetos Prioritários), conforme listagem apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 – Despesas executadas na função Educação a serem excluídas dos gastos em MDE a partir de 2021

Despesas executadas na função Educação a serem excluídas dos gastos em MDE a partir de 2021
Subfunção Infra-Estrutura Urbana (Fonte 30000)
Subfunção Reforma Agrária (Fonte 10002)

Fonte: S2GPR

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Lei Federal nº 9.394/96; Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) referente ao 6º bimestre de 2021, disponível em: https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/paginas/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria?__=__

Recomendação nº. 38: Ao Governo do Estado, que, ao elaborar o cálculo de apuração do percentual mínimo de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde, observe as disposições contidas nos arts. 3º e 4º da Lei Complementar nº 141/2012, bem como o entendimento jurisprudencial firmado na decisão exarada no Acórdão TCE/CE nº 546/2018.

Análise da Comissão do PASF: A Lei Complementar nº 141/2012, disciplina em seus arts. 3º e 4º acerca das diretrizes e das despesas que serão utilizadas para apuração da aplicação dos recursos mínimos em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), respectivamente, enquanto o Acórdão TCE/CE nº 546/2018 elenca rubricas de despesas que deverão ser excluídas do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), em consonância com a Lei Complementar nº 141/2012.

Ressalta-se que o texto da Recomendação não deixa muito claro o objeto da instrução a ser seguida, posto que ambos os dispositivos legais mencionados, tanto a Lei Complementar nº 141/2012, quanto o entendimento jurisprudencial firmado na decisão exarada no Acórdão TCE/CE nº 546/2018, estão sendo observados e atendidos na elaboração do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) e, conseqüentemente, na apuração do percentual mínimo de aplicação em ASPS.

Tendo em vista os fundamentos apresentados no Relatório Técnico das Contas do Governador, considera-se que o objeto da presente recomendação trate da mínima diferença no percentual do indicador de Saúde publicado no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) e no Portal da Transferência, conforme argumentos apresentados à fl. 183, a seguir expostos:

“De acordo com a tabela anterior, verifica-se que o Estado do Ceará, no exercício de 2020, aplicou o montante de R\$ 3.095.194.403,83 em despesas com ações e serviços públicos de saúde, correspondente a 16,55% da receita utilizada para apuração. Tal percentual foi divergente do publicado no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS (16,53%) e do publicado no Portal da Transparência (16,54%), entretanto, verifica-

se o cumprimento do limite mínimo constitucional de aplicação de recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde.”

Verifica-se, conforme demonstrado no Quadro 3, que o Anexo 12 – ‘Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde’ constante do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2020 apresenta valores idênticos ao do Portal da Transparência, sendo que a diferença na apuração do percentual mínimo de aplicação em ASPS refere-se a arredondamento. Utilizando-se três casas decimais na apuração dos dois demonstrativos, RREO e Portal da Transparência, verifica-se que ambos apresentarão resultado de 16,536% de percentual mínimo de aplicação em ASPS.

Quadro 3 – Comparativo do Anexo 12 - Indicador da Saúde de 2020

	R\$ 1,00	
Descrição	Anexo 12 do RREO do 6º bimestre de 2020	Portal da Transparência
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	R\$ 18.717.602.780,83	R\$ 18.717.602.780,83
TOTAL DAS DESPESAS EMPENHADAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS)	R\$ 3.095.194.403,83	R\$ 3.095.194.403,83
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS	16,54%	16,54%

Fonte: CECOG/SEFAZ (Sistema S2GPR) e Ministério da Saúde (SIOPS).

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

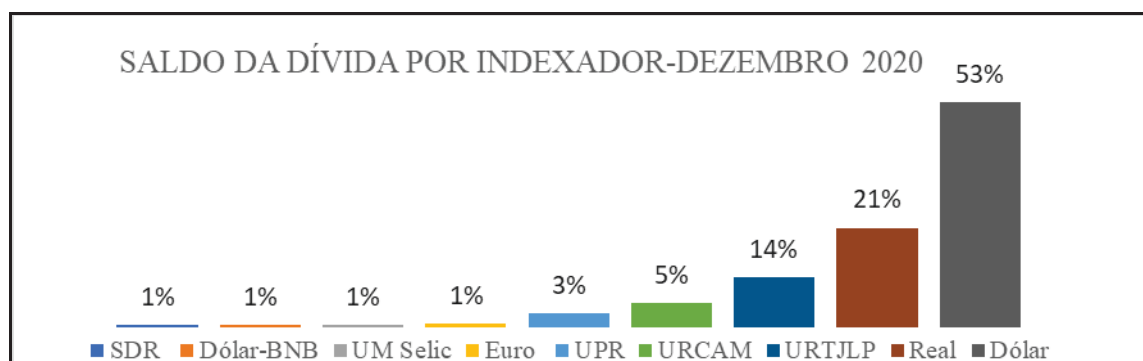
Evidências: Lei Complementar nº 141/2012; Acórdão TCE/CE nº 546/2018; Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) referente ao 6º bimestre de 2020, disponível em: https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/paginas/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria?__=__

Recomendação nº. 40: Ao Poder Executivo, que reforce as medidas e ferramentas de planejamento, monitoramento e controle acerca da evolução da dívida pública ao longo do exercício.

Análise da Comissão do PASF: O Poder Executivo adota medidas constantes e intensivas para o monitoramento e controle da dívida pública. Entretanto, quanto ao planejamento da evolução da dívida pública, há variáveis que dificultam sua efetividade, posto que os parâmetros utilizados para o levantamento da meta da dívida podem ser alterados por critérios diversos, a depender do cenário econômico e político local e internacional.

A Dívida Pública Consolidada e a Dívida Pública Consolidada Líquida constam do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a qual prevê as metas e prioridades da Administração Pública para o exercício financeiro subsequente. Conforme demonstrado na Figura 9, mais da metade da dívida consolidada estadual é atrelada ao dólar, o qual apresenta variação cambial intensa, especialmente numa situação de emergência de saúde pública de importância internacional, como a relacionada ao coronavírus (Covid-19) enfrentada nos últimos anos, além de outros fatores internos e externos que influenciam diretamente a flutuação da moeda.

Figura 9 – Variação cambial em dezembro/2020



Fonte: CEDIP/SEFAZ (Sistema SISDIV).

Ressalta-se que o planejamento relativo ao restante do montante da dívida pública estadual que não é indexada por moeda internacional reflete com maior fidelidade a execução ao longo do exercício, apesar do cenário de incertezas internacionais impactar também na evolução dos demais indexadores, sobretudo a SELIC, o IPCA e o TJLP.

Reitera-se o compromisso de efetivar e avançar implementando medidas e ferramentas de planejamento, monitoramento e controle no acompanhamento da

evolução da dívida pública a fim de que os índices reflitam com a máxima fidedignidade a realidade contemplada ao longo do exercício.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Relatórios da dívida pública fornecidos pela Célula de Gestão da Dívida Pública (CEDIP) da SEFAZ; LDO de 2020 (Lei n.º 16.944, de 17/07/19); Lei n.º 17.346, de 11/12/2020; Programa da Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Ceará, período 2020-2022, disponível em: <http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/assunto/7/37?origem=4>

2.5 Transparência

Recomendação nº. 41: À Secretaria do Planejamento e Gestão que disponibilize relatórios descritivos sobre a realização das metas físicas e sua respectiva execução financeira para todos os produtos principais das Iniciativas dos Programas de governo do PPA 2020-2023.

Análise da Comissão do PASF: Para os anos de 2016 a 2019, o relatório pode ser acessado, por qualquer cidadão, na Consulta de Acompanhamento do PPA, localizada no sítio eletrônico da Seplag, por meio do seguinte link e realizando filtros específicos:

http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frmconsulta_ppa.aspx

Para os anos de 2020 a 2023, ressalta-se que está sendo providenciado para ser implementado e disponibilizado nessa mesma consulta, os relatórios de acompanhamento do PPA vigente.

É possível também, ter acesso, no site da Seplag, ao Relatório de Acompanhamento das Iniciativas Prioritárias (2020 e 2021), encaminhado trimestralmente para a Assembleia Legislativa com as informações acerca das iniciativas/entregas prioritárias, estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 2020 e 2021.

Além disso, tem-se também o Relatório Sintético de Monitoramento, disponibilizado trimestralmente, onde é possível ter uma visão geral do desempenho dos eixos e temas estratégicos do PPA

(<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plano-plurianual/ppa-2020-2023-monitoramento-e-avaliacao>).

Somado a todos esses, outro documento disponível para consulta pública é a Mensagem à Assembleia Legislativa, que configura um importante documento de prestação de contas do executivo para o legislativo e para a sociedade, na qual constam os resultados alcançados no ano pelo Governo do Estado bem como as principais realizações nas diversas políticas públicas (<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-mensagem-a-a-l/>).

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências:

http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frmconsulta_ppa.aspx

(<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plano-plurianual/ppa-2020-2023-monitoramento-e-avaliacao>).

(<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-mensagem-a-a-l/>).

Recomendação nº. 42: À Secretaria do Planejamento e Gestão, que o Sistema de Acompanhamento do PPA divulgue relatórios de uma forma periódica, a fim de propiciar o controle concomitante dos interessados nas informações.

Análise da Comissão do PASF: O Relatório de Consulta Pública do Plano Plurianual 2020-2023 pode ser acessado por qualquer cidadão na Consulta de Acompanhamento do PPA, localizada no sítio eletrônico da Seplag, por meio do seguinte link, com filtros específicos: http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx

É possível também, ter acesso, no site da Seplag, ao Relatório de Acompanhamento das Iniciativas Prioritárias (2020 e 2021), encaminhado trimestralmente para a Assembleia Legislativa com as informações acerca das iniciativas/entregas prioritárias, estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 2020 e 2021.

Além disso, tem-se também o Relatório Sintético de Monitoramento, disponibilizado trimestralmente, onde é possível ter uma visão geral do desempenho dos eixos e temas estratégicos do PPA (<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plano-plurianual/ppa-2020-2023-monitoramento-e-avaliacao>).

Somado a todos esses, outro documento disponível para consulta pública é a Mensagem à Assembleia Legislativa, que configura um importante documento de prestação de contas do executivo para o legislativo e para a sociedade, na qual constam os resultados alcançados no ano pelo Governo do Estado, bem como as principais realizações nas diversas políticas públicas (<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-mensagem-a-a-l/>).

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências:

http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx

(<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-mensagem-a-a-l/>).

Recomendação nº. 43: À Secretaria do Planejamento e Gestão que ao inserir dados no Sistema de Acompanhamento verifique a veracidade dos valores referentes às Iniciativas e aos Programas de Governo.

Análise da Comissão do PASF: O Sistema de Monitoramento e Avaliação – SIMA PPA 2020-2023 é desenhado de modo a facilitar o processo de monitoramento das iniciativas e entregas, que é realizado pelos órgãos executores. As telas do acompanhamento e monitoramento disponibilizam consultas do desempenho financeiro e a evolução do desempenho físico das metas programadas no ano vigente.

Deste modo, a Seplag busca subsidiar as secretarias setoriais e suas vinculadas, para que ocorra uma inclusão coerente dos dados e das justificativas que se fizerem necessárias para explicar os desvios ocorridos durante a execução. Ver exemplos nas Figuras 10, 11 e 12.



Figura 10 – Tela 1 de Acompanhamento das Entregas do PPA 2020-2023- SIMA

SIMA [Início](#) [Acompanhamento de Entrega](#) [Monitoramento](#) [Consultas](#) [Relatórios](#) [Administração](#) [ANNA CAROLINE BOTELHO DE ARAÚJO](#)

Órgão Responsável
47000000 - SPS

Programa
123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Iniciativa
123.1.01 - Promoção do atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social n

Caracterização da Iniciativa
A iniciativa refere-se ao Cartão Mais Infância Ceará, programa estadual de transferência de renda

Entrega
1583 - CARTÃO MAIS INFÂNCIA CONCEDIDO

Definição da Entrega
Benefício de transferência de renda concedido a famílias em situação de extrema pobreza, com

Unidade de Medida
Número Absoluto

Meta Programada no Ano
45.000

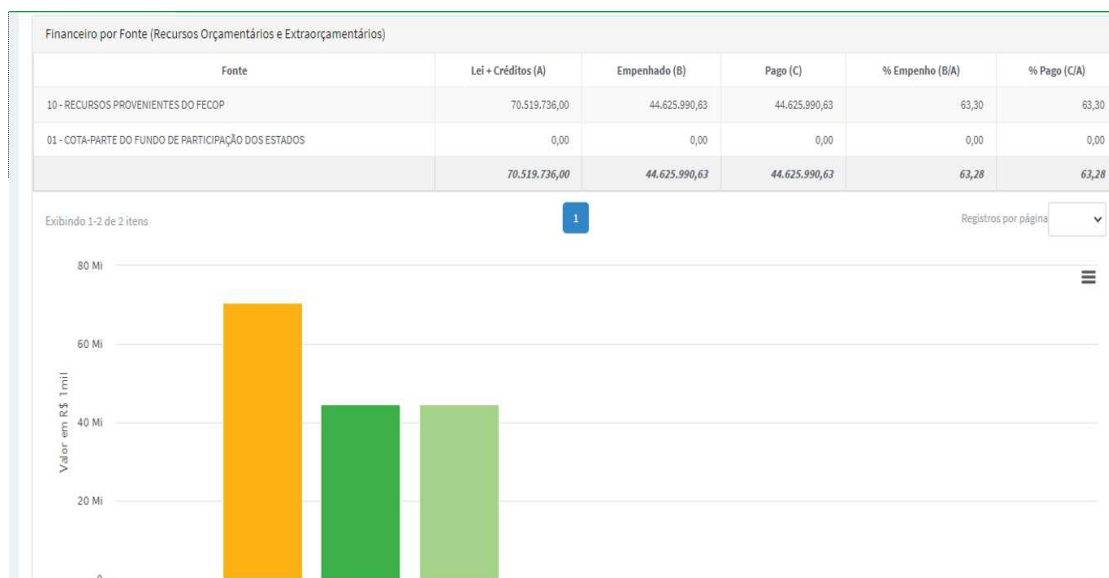
QUADRO DE DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO [ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA](#) [EXECUÇÃO REGIONALIZADA](#) [MATRIZ DE PROBLEMAS/RISCOS](#) [HISTÓRICO](#) [ANEXOS](#)

Financeiro por Ação (Recursos Orçamentários)

Órgão Executor	Ação	Aporte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
47200002 - FEAS	10635 - Execução do Programa Mais Infância Ceará - Cartão Mais Infância.	Orç.	70.519.736,00	44.625.990,63	44.625.990,63	63,30	63,30

Fonte: SIMA/SEPLAG

Figura 11 – Tela 2 de Acompanhamento das Entregas do PPA 2020-2023- SIMA



Fonte: SIMA/SEPLAG

Figura 12 – Tela 3 de Acompanhamento das Entregas do PPA 2020-2023- SIMA

SIMA
Início
Acompanhamento de Entrega
Monitoramento
Consultas
Relatórios
Administração
ANNA CAROLINE BOTELHO DE ARAÚJO

Entrega
1583 - CARTÃO MAIS INFÂNCIA CONCEDIDO
Definição da Entrega
Benefício de transferência de renda concedido a famílias em situação de extrema pobreza, com crianças até 5
Unidade de Medida
Número Absoluto
Meta Programada no Ano
45.000

QUADRO DE DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO
ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA
EXECUÇÃO REGIONALIZADA
MATRIZ DE PROBLEMAS/RISCOS
HISTÓRICO
ANEXOS

Região	Programado do Ano	Janeiro - Março	Janeiro - Junho	Janeiro - Setembro	Janeiro - Dezembro (Parcial)	Janeiro - Dezembro
01 - CARIRI	6.689	8.787	13.767	13.767	13.767	13.767
02 - CENTRO SUL	2.648	3.658	4.963	4.963	4.963	4.963
03 - GRANDE FORTALEZA	8.616	12.167	20.626	20.626	20.626	20.626
04 - LITORAL LESTE	1.267	1.834	2.714	2.714	2.714	2.714
05 - LITORAL NORTE	4.977	6.724	10.269	10.269	10.269	10.269
06 - LITORAL OESTE / VALE DO CURU	4.172	5.606	11.292	11.292	11.292	11.292
07 - MACIÇO DO BATURITÉ	2.042	2.855	5.187	5.187	5.187	5.187

Fonte: SIMA/SEPLAG

Após a inclusão dos dados, segue-se a análise da Seplag, cujo objetivo é identificar possíveis inconsistências (quantitativa e/ou qualitativa) na inclusão dos dados, como, por exemplo, eventuais distorções na execução física em relação à financeira.

À conclusão da análise, segue-se o diálogo entre a Seplag e o órgão executor da entrega, em que este deve justificar as possíveis distorções que, porventura, tenham sido identificadas na análise, para que se possa proceder ao ajuste necessário.

A título de exemplo, um desvio observado durante o processo de execução diz respeito a erros na vinculação da ação com a entrega, de modo que esta é realizada utilizando-se de recursos de outra ação e não daquela originalmente vinculada.

A lei do PPA 2020-2023 possui dispositivos que possibilitam corrigir as distorções ocorridas no planejamento, que fiquem evidentes durante a execução.

No caso citado acima, em que se identificou um erro na vinculação de ação e entrega, um decreto do Poder Executivo é suficiente para poder corrigir, conforme está previsto no art. 14, § 5º, inciso IV, da Lei do PPA 2020-2023 (Lei Nº 17.160, de 27 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Nº 17.219, de 03 de junho de 2020).

Especificamente, na adequação do PPA para o ano de 2021, algumas dessas vinculações foram ajustadas, como pode ser visto no Anexo V – Alteração na Vinculação de Ação a Entrega (Anexo do Decreto de Adequação do PPA 2020-2023 - Nº 33.960, de 01 de março de 2021).

Nada obstante as ações já implementadas, a Seplag, no desempenho de sua função, vem aprimorando os mecanismos de identificação e correção de fragilidades e desvios no processo de planejamento e monitoramento, com constante aperfeiçoamento da análise da execução física e financeira dos órgãos e entidades estaduais. Além disso, tem realizado contínuo assessoramento e capacitação dos usuários do SIMA, em conjunto com a Escola de Gestão Pública do Ceará, em busca da melhoria da qualidade e confiabilidade das informações declaradas.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Sistema de Monitoramento e Avaliação – SIMA PPA 2020-2023

Recomendação nº. 44: À Secretaria do Planejamento e Gestão que promova um melhor acompanhamento da execução do plano plurianual, disponibilizando informações confiáveis e congruentes sobre a execução física e financeira das iniciativas previstas no PPA 2020-2023.

Análise da Comissão do PASF: O Relatório de Consulta Pública do Plano Plurianual 2020-2023 está disponível e pode ser acessado por qualquer cidadão na Consulta de Acompanhamento do PPA, localizada no sítio eletrônico da Seplag:

(http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx). Nesta consulta foram incluídas algumas visões, com filtros específicos (eixo, tema, programa, iniciativa, entrega etc.).

Quanto à iniciativa 111.1.03 - Qualificação das condições físicas de unidades habitacionais, que foi mencionada anteriormente pelo TCE como exemplo de informação que não havia sido divulgada em relatório de acompanhamento do PPA, esta pode ser agora visualizada no relatório disponibilizado pelo link anterior, como pode ser observado na Figura 13 a seguir, conforme grifo.

Figura 13 – Relatório de Acompanhamento do PPA

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria de Planejamento
e Gestão

SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Relatório para Prestação de Contas para o TCE

Órgão: Todos

Período de referência: Janeiro até Dezembro de 2020

Execução física regionalizada da entrega - Órgão responsável: SCIDADES

Região	Programado Ano	Realizado Ano	% Realizado/Programado
01 - CARIRI	100	0	0,00
02 - CENTRO SUL	8	0	0,00
03 - GRANDE FORTALEZA	1.048	210	20,04
07 - MACIÇO DO BATURITÉ	10	0	0,00
10 - SERTÃO DE CANINDE	40	0	0,00
12 - SERTÃO DOS CRATEUS	70	0	0,00
13 - SERTÃO DOS INHAMUNS	10	0	0,00
TOTAL	1.286	210	16,33

Resumo para Consulta Pública

Entregue no mês de janeiro a última etapa, correspondente a 210 (duzentas e dez) unidades, do Residencial Yolanda Queiroz, no projeto Dendê.

Executado 14% da obra de conclusão do Residencial Santo Sítio, 128 U.H. no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho. O empreendimento ALTO DA PAZ II, com 317 unidades, cuja conclusão havia sido adiada para o mês de outubro, não foi concluído, e a entrega foi novamente adiada. O encerramento das obras está previsto para o mês de janeiro de 2021, ficando a entrega para o mês de março/2021.

A retomada da construção dos módulos III, IV e V do Residencial Cidade Jardim I, com, respectivamente, 418, 1.296 e 880 unidades, cujas obras estavam paralisadas, foi autorizada pelo MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional e a assinatura simbólica do contrato ocorreu no dia 25/09/2020, no Palácio da Abolição. A entrega das unidades dos 3 empreendimentos deve ocorrer durante o ano de 2021.

A secretaria inscreveu em uma seleção da FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, no mês de maio, um projeto para a construção de 1.000 casas populares, distribuídas em 10 municípios do estado, para substituição de casas de taipa. As unidades a substituir se localizam tanto na área urbana, quanto rural, dos municípios. Os quantitativos em cada área serão definidos após a seleção do projeto, que não ocorreu no ano de 2020.

INICIATIVA: 111.1.03 - Qualificação das condições físicas de unidades habitacionais

ENTREGA: 1651 - UNIDADE HABITACIONAL QUALIFICADA

Definição: Consiste na construção de banheiros em unidades habitacionais na área da Comunidade Dendê, as quais não dispõem desse equipamento ou onde esse equipamento é precário. As famílias serão selecionadas de acordo com o perfil definido pela Equipe Social do Projeto Dendê. Consiste, ainda, em medidas reparatórias que serão realizadas pela empresa contratada para a execução da Urbanização, à medida que houver imóveis parcialmente atingidos com o avanço das obras.

Unidade de medida: Número Absoluto

Execução orçamentária/financeira da entrega

Órgão Executor	Lei+Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
SCIDADES	361.756,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	361.756,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Execução física regionalizada da entrega - Órgão responsável: SCIDADES

Região	Programado Ano	Realizado Ano	% Realizado/Programado
03 - GRANDE FORTALEZA	100	0	0,00
TOTAL	100	0	0,00

Resumo para Consulta Pública

Não houve entregas no período. A COREV continua os levantamentos das necessidades na área do projeto, enquanto a CAGECE providencia os preparativos iniciais para a construção da estação elevatória, necessária para a captação de esgoto da região.

Fonte: SIMA/SEPLAG

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências:

http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx.

Nesta consulta foram incluídas algumas visões, com filtros específicos (eixo, tema, programa, iniciativa, entrega etc.).

Recomendação nº. 45: Quanto à educação, a Administração Estadual esteja atenta à regular aplicação de recursos nas subfunções "Desenvolvimento Científico",

"Educação Especial" e "Ensino Fundamental", a fim de permitir que todas as atividades relacionadas às aludidas subfunções sejam plenamente desenvolvidas.

Análise da Comissão do PASF: A educação Estadual está atenta a utilização dos recursos financeiros nas subfunções as quais as atividades são desenvolvidas. Embora 2020 e 2021 tenham sido anos pandêmicos, a educação aplicou seus recursos observando todas as subfunções a ela vinculadas.

Na Tabela 7, a seguir, são apresentados os montantes de recursos aplicados nas subfunções de Desenvolvimento Científico, Educação Especial e Ensino Fundamental. Devido a pandemia os anos 2020 e 2021 aplicaram montantes de recursos inferiores a 2019. Essa redução ocorreu devido as aulas durante quase todo ano de 2020 e até o 1º. semestre de 2021 terem sido realizadas on-line influenciando em alguns gastos com consumo, obras e instalações etc.

Tabela 7 – Recursos Aplicados em subfunções de Educação

				R\$ 1,00
SUBFUNÇÃO	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021	Variação entre 2021/2020
DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.683.000,00	3.420.800,00	3.266.800,00	-4,50%
EDUCACAO ESPECIAL	10.236.030,83	7.204.008,94	7.078.996,42	-1,74%
ENSINO FUNDAMENTAL	90.260.403,01	67.353.408,71	93.778.529,42	39,23%
TOTAL	11.919.030,83	10.624.808,94	10.345.796,42	-2,63%
Fonte: S2GPR/SEFAZ				

Com relação ao Ensino Fundamental, foi lançado em agosto de 2021 o Pacto pela Aprendizagem que tem o objetivo de fortalecer o regime de colaboração entre o Estado e os municípios cearenses para promover a recomposição da aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental diante do contexto de pandemia. A ação articula iniciativas para implementar ciclos de recomposição das aprendizagens nas redes municipais e garante equipamentos para as escolas municipais, plataformas de aprendizagem e materiais de apoio a professores e alunos. Essa ação terá continuidade até dezembro de 2022, com o objetivo de acompanhar todos os municípios cearenses na transição do ensino remoto para o presencial. Já foram entregues equipamentos tecnológicos e livros didáticos do Pacto pela Aprendizagem às prefeituras dos 184 municípios para fortalecer o ensino nas 3.966 escolas de Ensino Fundamental. A iniciativa envolve um investimento total de R\$ 130 milhões, no qual R\$ 50 milhões foram investidos em tecnologia, plataformas de aprendizagem

e material de apoio à recomposição das aprendizagens de estudantes das escolas municipais. Já R\$ 80 milhões foram transferidos aos municípios para que utilizassem na reforma e aquisição de equipamentos para as escolas; na compra de veículos de transporte escolar; no reforço da conectividade com equipamentos tecnológicos; na implementação de tempo integral na rede municipal e no apoio às atividades extracurriculares para atuar na recuperação das aprendizagens dos alunos.

O Pacto pela Aprendizagem no Estado do Ceará foi concebido pelo Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Educação, em parceria com o Programa Cientista Chefe. Esse Programa Cientista Chefe está sendo executado na subfunção Desenvolvimento Científico através da FUNCAP tendo um incremento de R\$ 1.683.000,00 em 2019 para R\$ 3.266.800,00 em 2021.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Pacto pela Aprendizagem e Programa Cientista Chefe

Recomendação nº. 46: Em relação ao Plano Nacional de Educação, o Governo do Estado do Ceará empreenda esforços concretos tendentes ao alcance e cumprimento das relevantes metas nacionalmente previstas.

Análise da Comissão do PASF: O Plano Estadual de Educação - PEE é o instrumento que baliza e norteia as políticas públicas relacionadas à educação no estado do Ceará, em conformidade com as orientações do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005/2014) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - PNE (Lei Federal nº 9.394/1996).

Neste sentido, a Secretaria da Educação do Ceará - Seduc vem desenvolvendo várias ações através do Plano Plurianual – PPA, nos seguintes Programas: 431 – Inclusão e Equidade na Educação; 432 - Desenvolvimento Integral da Educação Infantil e Ensino Fundamental com Garantia de Igualdade de Oportunidades; 433 - Desenvolvimento do Ensino Médio; 434 - Educação em Tempo Integral e Complementar no Ensino Médio e 441 - Educação Profissional articulada ao Ensino Médio. Sendo assim, destacamos as principais ações realizadas em 2021, que representam esforços concretos para o alcance tanto das Metas do PEE quanto do PNE:

- 10.089 alunas(os) beneficiadas(os) com ações relacionadas à busca ativa, acolhimento, material de apoio aos estudos domiciliares com guias, plataformas e produções.
- Inclusão de 7.670 estudantes, público da educação especial, no Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- Concessão de 1.346 bolsas para Formadores Regionais e Municipais do Programa Mais Paic, que acompanham os alunos da rede pública.
- Implantação de nove Centros de Educação Infantil (CEIs): três unidades na Região do Cariri; quatro unidades no Sertão de Sobral e dois unidades na Grande Fortaleza.
- Concessão de 308 bolsas de extensão tecnológica a professores no âmbito do Programa Ceará Educa Mais.
- Entrega de 310.153 chips de telefone móvel aos alunos matriculados nas escolas de ensino médio para acesso às aulas remotas.
- Entrega de 268.453 tablets aos alunos matriculados nas escolas de ensino médio para acesso às aulas remotas.
- 3.000 alunos beneficiados com bolsas do Projeto de Monitoria: Aluno Monitor da Busca Ativa Escolar - Projeto Nem 1 Aluno Fora da Escola.
- 10.910 alunos beneficiados com notebooks referentes à premiação Spaece-Enem.
- Atendimento de 14.025 alunos dos C.C.I com a distribuição de livros e cadernos de atividades de língua inglesa.
- Implantação de 46 Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI).
- Reconhecimento de 154 cursos de EaD (Educação a Distância) e presencial das Universidades Públicas Estaduais (Uece, Urca e UVA), em 13 regiões do Estado.

- Credenciamento de 4.162 escolas públicas e privadas do Ceará nas 14 macrorregiões de planejamento do Estado, 2.897 escolas públicas e 1.265 privadas.
- Implantação de Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) no município de Horizonte, na Grande Fortaleza.
- 29.315 estudantes beneficiados com estágio curricular.
- Capacitação de 668 profissionais para desenvolvimento do currículo da Educação Profissional.
- Capacitação de 21.083 pessoas, sendo: 194 em cursos Tecnológicos; 386 em cursos Técnicos subsequentes; 3.616 em cursos da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e 16.887 pessoas nos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), por meio de contrato de gestão com o Instituto Centec.
- Instalação de uma Usina de Minigeração Solar nas dependências do Centro de Treinamento do Trabalhador Cearense (CTTC), localizado no Pecém, que servirá de base para formação de profissionais na área de energias renováveis em uma parceria com o IFCE, envolvendo, ainda, empresas da região.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Ações da função educação apresentadas na Mensagem à Assembleia de 2022.

Recomendação nº. 47: Ao Poder Executivo, que aprimore a divulgação no portal de dados abertos, diversificando os dados publicados em relação a outros temas e/ou órgãos e incentive a sua utilização por parte da população, seja através de consulta aos dados ou de desenvolvimento de aplicativos.

Análise da Comissão do PASF: Acerca da consulta de Dados Abertos disponível no Ceará Transparente, cabe destacar que atualmente 101 bases de dados estão disponibilizadas das seguintes secretarias: CGE, SEFAZ, SEPLAG,

SOP e SPS. Tal consulta tem uma média de 29 mil visualizações por ano (considerando o intervalo de 2019-2021).

No ano de 2021, foram revisitadas e foram mapeadas todas as bases de dados que ainda não tinham seu correspondente dicionário de dados disponível no Ceará Transparente. Após esse mapeamento foram elaborados e disponibilizados os dicionários de dados faltantes, facilitando assim o entendimento das bases por pessoas que não possuam conhecimento prévio.

Foi ainda realizada a classificação dessas bases com o uso de TAGs, facilitando a identificação e a pesquisa por bases com temáticas semelhantes ou mesmo para localizar uma base da qual não se conheça o nome.

Status segundo Comissão do PASF: Atendido

Evidências: [https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/dados-abertos/conjuntos-de-dados?locale=pt-BR&_ =](https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/dados-abertos/conjuntos-de-dados?locale=pt-BR&_=),
<https://www.ceara.gov.br/2021/12/21/cge-anuncia-vencedores-da-2a-edicao-do-hackathon-inteligencia-cidada/>.

Recomendação nº. 48: Ao Governo do Estado, que exija o cumprimento da Portaria Conjunta CGE e SESA nº 01/2020 publicada em 23/01/2020, que estabeleceu os requisitos de transparência a serem cumpridas pelos sítios institucionais dos Consórcios Públicos de Saúde.

Análise da Comissão do PASF: Está estabelecida como meta para 2022 uma nova avaliação dos Consórcios Públicos de Saúde, acerca dos requisitos de transparência estabelecidos na legislação pertinente.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação

Evidências: Portaria de metas da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE. Link: <https://www.cge.ce.gov.br/portarias/>

Recomendação nº. 49: Ao Poder Executivo, que institucionalize formal e juridicamente (por meio de lei, decreto, resolução etc.) o processo de instituição,

concessão, avaliação e controle de renúncias fiscais, definido e distribuindo as competências dos órgãos e as atribuições dos atores envolvidos.

Análise da Comissão do PASF: A recomendação foi atendida com a publicação do Decreto Nº 34.508 de 04 de janeiro de 2022, que reformulou o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI). O decreto traz mudanças que visam desburocratizar os processos de concessão de incentivos fiscais, econômicos e financeiros no Estado.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Decreto Nº 34.508 de 04 de janeiro de 2022

Recomendação nº. 51: À Controladoria Geral do Estado, que dê continuidade ao desenvolvimento, no âmbito de suas metas institucionais, de trilhas automatizadas para a avaliação e controle da renúncia de receita concedida, considerando fazer uso das metodologias de gerenciamento de riscos das operações de concessão e de execução de renúncias tributárias, em especial as condicionadas.

Análise da Comissão do PASF: Compete à Comissão Técnica, órgão auxiliar do CEDIN, composta por um membro da SEDET; um membro da SEFAZ; e um membro da ADECE, elaborar a avaliação econômica, financeira, operacional e tributária dos projetos propostos. Neste sentido, o Estado já possui comitês e instâncias colegiadas de controle, com a devida segregação de funções, que avaliam a viabilidade técnica para a concessão de renúncias fiscais.

Ressalte-se que a governança da política de renúncia fiscal do Estado do Ceará estabelece os mecanismos necessários à gestão de riscos do processo, citando-se a título de exemplo a institucionalização do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial CEDIN, órgão colegiado, formado pelo Governador do Estado do Ceará (Presidente do CEDIN); Secretário da SEDET; Presidente da ADECE; Secretário do Planejamento e Gestão (SEPLAG); Secretário da Fazenda (SEFAZ); e Secretário do Desenvolvimento Agrário (SDA), competente para analisar e deliberar resoluções referentes aos pleitos de Protocolos de Intenção (PI) e

Projetos Econômicos Financeiros (PEF) oriundos das empresas interessadas em obter benefícios fiscais, nos termos do Decreto 32.438/2017.

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Ceará, está incorporando novas tecnologias de análise de dados para o aperfeiçoamento de sua atuação. Para a realização de estudos sobre a efetividade da política de renúncias de receita do Estado foi formalizado, em 2021, o acordo de cooperação técnica entre a SEDET, SEFAZ, CGE e IPECE. Nesse sentido, as atividades referentes às trilhas automatizadas para a avaliação e controle da renúncia de receita concedida estão em análise preliminar das regras de negócio.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Acordo de Cooperação Técnica IPECE/SEDET/SEFAZ/CGE (<https://www.cge.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2021/09/ACT-CGE-X-IPECEX-SEDET.pdf>).

3 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Na análise dos principais programas incluídos no orçamento anual de 2021, verificaram-se os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Tema, Programas, além dos indicadores estratégicos dos Eixos.

3.1 Alocação de Recursos do PPA – 2020-2023

A Lei nº. 17.160, de 27 de dezembro de 2019, revisada pela Lei nº. 17.776, de 23 de novembro de 2021, dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, em cumprimento ao que preconiza a Constituição Federal, no §1º do Artigo 165, e a Constituição do Estado do Ceará, no §1º do Artigo 203.

O PPA 2020-2023, apoia-se em três dimensões e sete Eixos Estratégicos (7 Cearás):

- Dimensão Estratégica
- Dimensão Tática
- Dimensão Operacional

Eixos Estratégicos (7 Cearás):

- Ceará da Gestão Democrática por Resultados
- Ceará Acolhedor
- Ceará de Oportunidades
- Ceará Sustentável
- Ceará do Conhecimento
- Ceará Saudável
- Ceará Pacífico

O documento do PPA 2020-2023 é composto por cinco anexos, com informações sobre as destinações dos recursos:

- ✓ Anexo I – Demonstrativo de Temas Estratégicos e Programas
- ✓ Anexo II – Demonstrativo Consolidado dos Programas por Eixo e Tema
- ✓ Anexo III – Demonstrativo de Programas por Região de Planejamento
- ✓ Anexo IV – Demonstrativo de Diretrizes Regionais e Programas
- ✓ Anexo V – Agendas Transversais

Na Dimensão Estratégica se encontram os sete eixos identificados como “7 Cearás”. Os Programas de Governo fazem parte da Dimensão Tática, e as Ações Orçamentárias na Dimensão Operacional, visualizadas mais especificamente na LOA.

Cada Eixo foi construído de modo a priorizar temas estratégicos, sendo representados pelas diversas áreas de atuação do governo na implementação das políticas públicas. A base estratégica do PPA 2020-2023 é definida a partir do Eixo Governamental de Atuação Intersetorial, que representa o elemento de planejamento que organiza a atuação governamental, de forma integrada, articulada e sistêmica, com o propósito de atender à complexidade da missão de tornar o Ceará um Estado com desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

O Tema Estratégico consiste em desdobramento do Eixo, sendo representado pelas diversas áreas de atuação do governo, na implementação das políticas públicas. Este Tema pode ser classificado em Setorial ou Intersetorial, conforme o envolvimento de uma ou mais setoriais na concretização de seus programas.

Tanto os Eixos, quanto os temas estratégicos possuem os seguintes elementos:

- Resultados: declaram os efeitos de curto e de médio prazo dos programas sobre a melhoria dos indicadores econômicos e sociais; e
- Indicadores: instrumentos que permitem aferir o desempenho do PPA no âmbito de cada eixo e tema, o que gera subsídios para seu monitoramento e avaliação a partir da observação do comportamento de uma determinada realidade ao longo do período do Plano.

Os Programas são instrumentos de organização da ação governamental visando ao alcance dos resultados desejados, tanto no nível dos temas, quanto dos eixos. Os programas visam solucionar ou amenizar problemas, atender demandas ou criar/aproveitar oportunidades de desenvolvimento para a população cearense e devem ter a abrangência necessária para representar os desafios, a territorialidade e permitir o monitoramento e a avaliação. Podem ser classificados em: Finalísticos, Administrativos ou Especiais.

A Tabela 8 apresenta a evolução das despesas dos 7 Eixos do Ceará nos últimos três anos:

Tabela 8 – Variação de despesa dos Eixos 7 Ceará.

EIXOS	Execução Orçamentária			Acréscimo (%)		
	2019	2020	2021	2020/2019	2021/2020	2021/2019
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	14.081.432	13.029.422	14.539.739	- 7,47%	11,59%	3,25%
CEARÁ SAUDÁVEL	3.367.980	4.335.712	4.838.025	28,73%	11,59%	43,65%
CEARÁ DO CONHECIMENTO	3.338.593	3.186.442	4.305.479	- 4,56%	35,12%	28,96%
CEARÁ PACÍFICO	2.859.074	3.953.892	4.381.103	38,29%	10,80%	53,24%
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	1.701.820	1.717.134	2.179.563	0,90%	26,93%	28,07%
CEARÁ ACOLHEDOR	507.729	360.653	594.036	-28,97%	64,71%	17,00%
CEARÁ SUSTENTÁVEL	308.409	331.267	327.506	7,41%	- 1,14%	6,19%
TOTAL	26.165.036	26.914.521	31.165.451	2,86%	15,79%	19,11%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 8 indica um crescimento de 19,11% nas despesas entre os anos de 2019 e 2021, sendo a maior parte dessa variação observada entre 2020 e 2021, quando ocorreu acréscimo de despesa de 15,79% nos Eixos.

As despesas do Eixo Ceará Pacífico apresentam maior crescimento em relação aos demais no período analisado, com um total de 53,24%, com a maior parte dessa variação ocorrida entre 2019 e 2020, chegando a 38,29%.

3.2 Execução dos Eixos, Temas e Programas de Governo

Dentro dos Eixos são dispostos vários temas e programas com seus respectivos orçamentos e execuções. Objetiva-se que a execução se realize mais próximo possível do planejado, pois o sucesso das políticas públicas depende da soma do trabalho e recursos disponíveis para sua execução.

3.2.1. Recursos Aplicados em relação à distribuição prevista no orçamento de 2021

Os 7 Eixos nos últimos três anos foram divididos em 30 Temas, compreendendo entre 78 e 80 Programas. Por se referir a atividade meio, sem produto atrelado ao seu resultado, o tema Administração Geral e seus respectivos Programas foram excluídos das Tabelas 9 e 10 para efeito de análise, conforme a seguir.

Tabela 9 – Percentual de execução dos Temas

Indicador de Execução das Áreas Temáticas			
Percentual de Execução	2019	2020	2021
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
de 00% a 25%	1	0	1
de 25% a 50%	2	2	2
de 50% a 75%	9	10	6
de 75% a 100%	19	17	20
Total	31	29	29

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que, nos três anos em análise, ao menos 26 dos 29 temas empenharam no mínimo 50% do orçamento previsto para o ano, a maior parte dos temas apresentaram empenho entre 75% e 100% do valor orçado. O melhor desempenho ocorreu em 2020, quando 27 temas empenharam entre 50% e 100% do orçamento, sendo 17 desses acima de 75%.

Na faixa entre 50% e 75% de empenho do orçamento consta o Tema Saneamento Básico em 2021, com respectivo 62,97% de execução orçamentária. Na faixa entre 25% e 50%, de execução orçamentária consta em 2021 o tema de Resíduos Sólidos, com respectivo 35,78%.

Tabela 10 – Percentual de execução dos Programas de Governo

Indicador de Execução dos Programas de Governo			
Percentual de Execução	2019	2020	2021
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
de 00% a 25%	8	15	13
de 25% a 50%	7	14	11
de 50% a 75%	23	15	17
de 75% a 100%	45	46	50
Total	83	90	91

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que, nos três anos em análise, ao menos 61 programas empenharam no mínimo 50% do orçamento previsto para o ano, a maior parte desses apresentaram empenho entre 75% e 100% do valor orçado. O melhor desempenho ocorreu em 2019, quando 68 programas empenharam entre 50% e 100% do orçamento, sendo 45 desses acima de 75%.

3.3 Resultado Econômico, Desempenho dos Eixos e Áreas Temáticas

O nível de gasto nas diversas áreas de atuação do Estado é determinado pela demanda e pressão de gastos da população, porém, o gasto é um input entre outros na máquina do governo, sendo, acima de tudo, necessário que resultados satisfatórios e sustentáveis sejam almejados e alcançados pela administração.

Diante das demandas crescentes por serviços públicos e receitas limitadas, o governo deve buscar prover à população respostas as suas necessidades, sem deixar de observar a austeridade fiscal.

O resultado econômico do Estado do Ceará deve analisado com o intuito de obter respostas quanto ao crescimento da capacidade produtiva e de renda, impactados diretamente pelas ações governamentais. Seguem informações sobre a evolução do PIB, comércio exterior e mercado de trabalho no Ceará.

3.3.1 Resultado Econômico

O PIB mede a atividade econômica e o nível de riqueza produzido por certa região, influenciado diretamente pelo consumo e investimento, abaixo o Gráfico 2

apresenta a evolução do PIB anual do Brasil e do Ceará entre os anos de 2016 e 2021.

Gráfico 2 – Evolução do PIB anual – Brasil e Ceará – entre 2016 e 2021



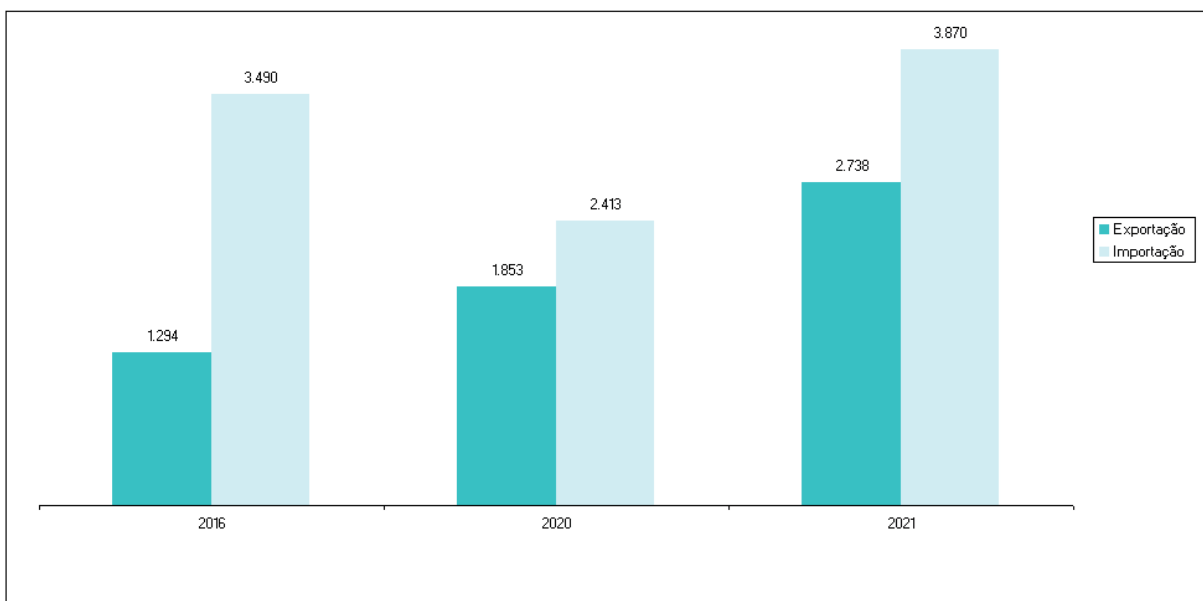
Fonte: IBGE e Ipece. Elaboração: Ipece. Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão.

A Figura 14 indica melhora no crescimento do PIB do Ceará a partir de 2017, acompanhando a tendência do Brasil, apresentando uma queda em 2020, em decorrência da pandemia do Covid-19. Apesar disso, em 2021 o Estado do Ceará registra uma retomada do crescimento econômico, terminando a série acima da média brasileira.

O PIB cearense está sustentado principalmente nas atividades ligadas aos Serviços (77,80%), seguidos da Indústria (17,05%) e da Agropecuária, que participa com 5,14%.

O comércio exterior representa oportunidades de negócios e ampliação da capacidade de geração de emprego e renda para a população, tendo impacto também na taxa de juros, câmbio e investimentos. O Gráfico 3 apresenta a situação da balança comercial cearense.

Gráfico 3 - Balança Comercial Cearense (US\$ 1.000.000-FOB) –2016-2020-2021.



Fonte: Mensagem 2022

O comércio exterior apresentou um montante de 6,608 bilhões de dólares em 2021, representando um acréscimo de 54,90% em relação a 2020 e de 38,13% em relação a 2016. O Estado do Ceará aumentou em 111,59% das exportações entre 2016 e 2021, com crescimento de 10,89% das importações no mesmo período.

A balança comercial (diferença entre exportações e importações) resultou em déficit de \$ 1,13 bilhão em 2021, valor esse superior ao ano de 2020 e inferior ao ano de 2016, com respectivos \$ 0,56 bilhão e \$ 2,19 bilhões.

Os produtos metalúrgicos representam o principal produto de exportação pelo município São Gonçalo do Amarante, o qual lidera os rankings dos municípios cearenses exportadores nos três anos. Do lado das importações, o município de Fortaleza lidera os rankings de 2020 e 2021.

O mercado de trabalho influencia diretamente toda a cadeia de valor, gerando receita para a área privada e pública, reduzindo desigualdades e melhorando a condição de vida geral da população. O Gráfico 4 mostra a evolução do saldo de empregos formais até novembro de cada ano.

Gráfico 4 - Evolução do Saldo Mensal de Empregos Formais - Brasil e Ceará - janeiro a novembro de 2020 e 2021.



Fonte: Novo Caged – STRAB/MTP. Elaboração: Ipece. *Série com ajuste.

O Estado do Ceará registrou, em 2021, saldo positivo em dez dos onze meses analisados, sendo o mês de março o único mês negativo (-4.591 vagas). Agosto foi o mês com maior criação de vagas, num total de 15.525 vagas.

Essa performance do mercado de trabalho cearense fez com que no acumulado até novembro de 2021 fossem geradas 84.119 vagas de trabalho formais, muito maior que o saldo acumulado em igual período do ano de 2020, cujo valor foi de 5.284 vagas.

3.3.2 Desempenho dos Eixos

Na Tabela 11 são apresentados os percentuais dos indicadores de programas, por Eixo Temático, que alcançaram ou não as respectivas metas programadas para 2021, bem como os percentuais daqueles que superaram as metas.

Tabela 11 – Desempenho dos Eixos Quanto ao Cumprimento das Metas dos Programas

EIXOS	Total de Indicadores Avaliados ²	% de Indicadores que Atingiram a Meta	% de Indicadores que Superaram a Meta acima do Limite Superior ¹
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	18	61,11%	50,00%
CEARÁ DO CONHECIMENTO	31	48,39%	29,03%
CEARÁ SAUDÁVEL	10	50,00%	0,00%
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	28	67,86%	50,00%
CEARÁ SUSTENTÁVEL	16	68,75%	31,25%
CEARÁ PACÍFICO	19	57,89%	47,37%
CEARÁ ACOLHEDOR	26	53,85%	26,92%
TOTAL	148	58,26%	33,51%

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2022.

¹ Limite superior = valor da meta + 10%

² Apenas os indicadores prioritários

Com exceção do Eixo Ceará do Conhecimento, cujo percentual de indicadores que atingiram a meta é de 48,39%, todos os demais Eixos apresentam os percentuais de suas metas alcançadas em pelo menos 50%.

Os Eixos Ceará da Gestão Democrática por Resultados e Ceará de Oportunidades possuem 50% de seus indicadores de programas com superação de meta.

3.3.3 Áreas Temáticas por Eixo

Nesse capítulo serão analisadas a execução orçamentária e a variação dos cinco últimos anos de indicadores estratégicos dos 7 Eixos Temáticos.

EIXO CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

Com 92,72% de execução do orçamento previsto, por meio do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultado, o Estado busca o fortalecimento das instituições públicas, com protagonismo e controle da sociedade, transparência e qualidade da gestão enquanto instrumentos para a efetiva democratização do Estado. A Tabela 12 apresenta os resultados da execução orçamentária do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultado.

Tabela 12 – Execução orçamentária do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultado

(R\$ 1.000)

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	2021				
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO PRÓPRIO EIXO (%)	PARTICIPAÇÃO NO EMPENHO TOTAL (%)
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	15.682	14.540	92,72%	100,00%	46,65%
PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	19	16	81,93%	0,11%	0,05%
GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA DAS REGIÕES	1	0	0,00%	0,00%	0,00%
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORIENTADO PARA RESULTADOS	9	8	85,68%	0,05%	0,03%
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO CORPORATIVA	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
GOVERNO DIGITAL DO CEARÁ	1	1	43,84%	0,00%	0,00%
GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO	8	7	90,56%	0,05%	0,02%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	14.541	13.510	92,91%	92,92%	43,35%
GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	3.032	2.831	93,36%	19,47%	9,08%
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	7.355	6.881	93,54%	47,32%	22,08%
PREVIDÊNCIA ESTADUAL	4.093	3.799	92,82%	26,13%	12,19%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60	0	0,00%	0,00%	0,00%
GESTÃO FISCAL	582	515	88,46%	3,54%	1,65%
MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE	510	484	94,81%	3,33%	1,55%
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	72	31	43,24%	0,21%	0,10%
TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E CONTROLE	278	263	94,40%	1,81%	0,84%
CONTROLE INTERNO GOVERNAMENTAL	2	0	0,00%	0,00%	0,00%
REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	2	0	0,00%	0,00%	0,00%
FOMENTO À ÉTICA E À INTEGRIDADE	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	2	2	89,25%	0,01%	0,01%
CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTAI	4	1	31,85%	0,01%	0,00%
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	150	145	96,17%	1,00%	0,46%
DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO	54	52	95,96%	0,36%	0,17%
DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO	34	34	98,04%	0,23%	0,11%
PROMOÇÃO DA INTERAÇÃO LEGISLATIVO E SOCIEDADE	30	30	99,00%	0,20%	0,10%
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	262	236	90,30%	1,63%	0,76%
SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	243	220	90,29%	1,51%	0,70%
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	18	17	90,42%	0,11%	0,05%

FONTES: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados representa 46,65% de todo o empenho do Estado em 2021, sendo quase a totalidade dessa porcentagem atribuída aos programas de Gestão Administrativa do Ceará, Encargos Gerais do Estado e Previdência Estadual, que pertencem ao tema Administração Geral.

Os cinco temas do Eixo apresentaram empenho entre 80% e 95% do orçamento previsto no ano, tendo a maioria dos programas alcançado acima de 85%. Os restantes, mesmo com as porcentagens de execução abaixo do mencionado, não possuem orçamento elevado em relação a seus respectivos temas, causando menor impacto aos resultados do Eixo.

Na Tabela 13 são apresentados os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados.

Tabela 13 – Indicadores estratégicos do Eixo da Gestão Democrática por Resultados

EIXO - CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS						
INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2017	2018	2019	2020	2021 ¹
GESTÃO FISCAL						
Autonomia fiscal do Estado	%	65,35	65,98	65,72	61,45	63,28
Capacidade de investimento público	%	11,96	14,22	8,77	8,21	9,14
Índice de endividamento	%	69,11	72,27	71,38	80,82	78,25
Relação entre despesa de pessoal e Receita Corrente Líquida (RCL)	%	42,45	42,30	41,64	40,55	39,20
Relação entre receita total e PIB estadual	%	16,63	16,26	16,50	16,89	16,38
Relação entre resultado primário e PIB estadual	%	-	0,32	1,24	1,42	1,56
PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO						
Índice de Equilíbrio da Execução Financeira (IEEF) (adimensional)	índice	0,15	0,22	0,26	0,23	ND
TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E CONTROLE						
Índice de transparência (adimensional) ²	índice	10,00	9,47	-	-	10,00
Taxa de participação cidadã e controle social	participação por 100 mil habitantes	5522,10	10003,47	17173,05	19783,34	21712,85

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2022

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ Dados parciais sujeitos a alteração.

² O indicador não pode ser apurado nos anos 2019 e 2020, pois sua base de cálculo depende do Índice de Transparência da Escala Brasil (CGU) e do Índice de Transparência (MPF), onde não houve avaliações por esses órgãos

Os indicadores estratégicos apontam redução da despesa de pessoal em relação à receita corrente líquida no decorrer dos anos de 2017 a 2021, demonstrando maior controle dos gastos do Estado.

A taxa de participação cidadã e controle social tem mostrado um avanço contínuo ao longo dos últimos anos, atingindo a taxa de 21.712,85 participações por 100 mil habitantes em 2021, um aumento de 9,75% em relação ao ano anterior.

EIXO CEARÁ SAUDÁVEL

Com 93,95% de execução do orçamento previsto, o Eixo Ceará Saudável compreende políticas voltadas ao incentivo a hábitos saudáveis, criação de um ambiente favorável ao bem-estar, melhoria da qualidade de vida da população e atendimento aos enfermos. A Tabela 14 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 15 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Saudável.

Tabela 14 – Execução Orçamentária do Eixo Ceará Saudável

(R\$ 1.000)

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	2021				
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO PRÓPRIO EIXO (%)	PARTICIPAÇÃO NO EMPENHO TOTAL (%)
CEARÁ SAUDÁVEL	5.150	4.838	93,95%	100,00%	15,52%
SAÚDE	4.831	4.599	95,20%	95,07%	14,76%
ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	4.612	4.428	96,00%	91,51%	14,21%
PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	108	95	88,26%	1,97%	0,31%
GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	61	33	54,08%	0,68%	0,11%
GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	50	44	86,49%	0,90%	0,14%
SANEAMENTO BÁSICO	166	104	62,97%	2,15%	0,33%
ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	57	30	53,60%	0,63%	0,10%
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	109	74	67,84%	1,53%	0,24%
ESPORTE E LAZER	153	134	88,06%	2,78%	0,43%
ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	137	121	88,06%	2,49%	0,39%
CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	16	14	88,06%	0,28%	0,04%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará Saudável representa 15,52% de todo o empenho do Estado em 2021, sendo quase a totalidade dessa porcentagem atribuída ao programa Atenção à Saúde Perto do Cidadão, com execução orçamentária acima de 95%. Ressalta-se que todos os programas do referido Eixo tiveram execução orçamentária acima de 50%.

Tabela 15 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará Saudável

CEARÁ SAUDÁVEL						
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2017	2018	2019	2020	2021 ¹
SAÚDE						
Gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos	%	17,8	16,4	15,3	14,4	13,8
Taxa de detecção de HIV em menores de 5 anos de idade	casos novos por 100 mil habitantes	0,6	2	0,7	0,3	0,9
Taxa de incidência de casos de arboviroses	casos novos por 100 mil habitantes	1460,9	59,3	183,4	241,1	345,9
Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade	casos por mil nascidos vivos	11,6	10,8	9,3	9,7	14,5
Taxa de internação por condições sensíveis à atenção primária	%	19,14	19,1	19,3	14,5	13
Taxa de mortalidade específica por causas externas - suicídio	óbitos por 100 mil habitantes	7,1	7,2	6,7	6,2	6,23
Taxa de mortalidade neonatal	óbitos de menores de 28 dias por mil nascidos vivos	9,2	8,6	8,3	8,3	7,5
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral - AVC	óbitos por 100 mil habitantes	46	51,3	48,9	45,9	40,1
Taxa de mortalidade por câncer	óbitos por 100 mil habitantes	102,1	103,4	106,8	102,7	86
Taxa de mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio - IAM	óbitos por 100 mil habitantes	46,2	53,1	49,3	43,5	31
SANEAMENTO BÁSICO						
Domicílios com abastecimento de água adequado	%	79,8	79,6	79,1	ND	ND
Domicílios com esgotamento sanitário adequado	%	63,7	62,8	58,5	ND	ND

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2022.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ Dados parciais sujeitos à alterações.

O indicador estratégico Gravidez na Adolescência entre as Faixas Etárias de 10 a 19 anos apresenta uma redução contínua no decorrer dos anos, assim como a Taxa de Mortalidade Neonatal. Em 2021, os indicadores Taxa de Mortalidade por Câncer e Taxa de Mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio tiveram uma expressiva melhora (redução da taxa) em relação ao ano anterior. Vale ressaltar que o indicador Taxa de Incidência de Casos de Arboviroses aumentou em 2021, comparado com as taxas dos últimos três anos anteriores.

Com empenho de 62,97% do orçamento, os dois indicadores estratégicos do tema Saneamento Básico ainda não se encontram disponíveis para os anos de 2020 e 2021.

EIXO CEARÁ DO CONHECIMENTO

Houve execução de 88,78% do orçamento previsto no Eixo Ceará do Conhecimento, que trata das ações governamentais no sentido de disponibilizar acesso ao conhecimento, cultura e educação para todas as classes e camadas sociais, trabalhando ensino básico, pesquisa, inovação, cultura e qualificação profissional, entre outros. A Tabela 16 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 17 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará do Conhecimento.

Tabela 16 – Execução orçamentária do Eixo Ceará do Conhecimento

(R\$ 1.000)

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	2021				
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO PRÓPRIO EIXO (%)	PARTICIPAÇÃO NO EMPENHO TOTAL (%)
CEARÁ DO CONHECIMENTO	4.850	4.305	88,78%	100,00%	13,81%
EDUCAÇÃO BÁSICA	3.076	2.787	90,60%	64,73%	8,94%
INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO	12	6	55,19%	0,15%	0,02%
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL COM GARANTIA DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	150	68	45,63%	1,59%	0,22%
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	2.549	2.388	93,68%	55,47%	7,66%
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR NO ENSINO MÉDIO	365	324	88,68%	7,52%	1,04%
NORMATIZAÇÃO E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	552	498	90,25%	11,58%	1,60%
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO	482	448	92,90%	10,40%	1,44%
QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	70	51	72,07%	1,18%	0,16%
EDUCAÇÃO SUPERIOR	663	604	91,09%	14,03%	1,94%
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	663	604	91,09%	14,03%	1,94%
CULTURA E ARTE	257	212	82,28%	4,92%	0,68%
PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CEARENSE	95	69	72,88%	1,61%	0,22%
PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE CONHECIMENTO E FORMAÇÃO EM ARTE E CULTURA	25	22	89,35%	0,52%	0,07%
PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE	131	115	87,47%	2,67%	0,37%
TELEDIFUSÃO CULTURAL INFORMATIVA E EDUCATIVA	6	5	88,88%	0,12%	0,02%
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	301	204	67,92%	4,74%	0,66%
CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	137	69	50,30%	1,60%	0,22%
INOVA CEARÁ	8	4	52,12%	0,10%	0,01%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ	155	131	84,30%	3,04%	0,42%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará do Conhecimento representa 13,81% de todo o empenho do Estado em 2021, sendo grande parte dessa porcentagem atribuída ao programa Desenvolvimento do Ensino Médio, que apresenta execução orçamentária de 93,68%. O tema Gestão Superior também possui um orçamento relevante de R\$ 663.000 mil, com execução orçamentária de 91,09%.

A maioria dos programas do Eixo Ceará do Conhecimento empenharam mais de 50% do orçamento previsto.

Tabela 17 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará do Conhecimento

CEARÁ DO CONHECIMENTO						
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2017	2018	2019	2020	2021¹
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO						
Proteção intelectual licenciada/transferida	%	17,24	0,00	0,00	5,71	10,52
Taxa de acessibilidade do serviço de telecomunicações	%	71,40	80,70	87,30	-	-
CULTURA E ARTE						
Acesso da população a livro e leitura	Número	511.055,00	48.620,00	-	47.130,00	108.158,00
Acesso da população em atividades artístico-culturais	Número	-	1.958.559,00	-	775.130,00	1.106.059,00
Regionalização das ações culturais	%	78,00	76,00	-	86,95	100,00
EDUCAÇÃO BÁSICA						
Crianças no 2º ano do Ensino Fundamental alfabetizadas - Spaae Alfa	%	89,20	90,70	97,60	-	-
Índice de desenvolvimento da educação Básica (IDEB) da rede estadual do Ensino Médio	Índice	3,80	-	4,20	-	ND
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede pública nos anos finais	Índice	4,90	-	5,20	-	ND
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede pública nos anos iniciais	Índice	6,10	-	6,30	-	ND
Pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído	%	75,80	71,50	77,10	88,70	ND
Pessoas de 19 anos com pelo menos o Ensino Médio concluído	%	49,35	50,43	64,10	68,90	ND
Pessoas de 5 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o Ensino Fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada)	%	97,90	96,80	97,80	97,30	ND
População de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica	%	88,90	92,80	90,00	92,10	ND
Taxa de aprovação nas escolas regulares de Ensino Médio	%	88,30	90,00	92,40	97,10	ND
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
Técnicos de nível médio subsequente absorvidos pelo mercado de trabalho	%	83,00	85,00	-	24,78	-
Tecnólogos diplomados absorvidos pelo mercado de trabalho	%	75,18	79,00	-	62,37	-
EDUCAÇÃO SUPERIOR						
Evolução dos cursos de graduação com nota satisfatória pelo Enade	%	19,04	19,20	63,63	-	-
Evolução dos cursos de pós-graduação com avaliação satisfatória pela Capes	%	-	48,00	-	63,07	-
Índice de qualificação do corpo docente	Índice	3,78	3,36	3,78	3,90	3,88
Participação de graduados no mercado de trabalho formal	%	22,41	22,36	21,85	22,34	-
Taxa de sucesso da graduação pública estadual	%	46,33	46,37	49,37	44,00	50,35

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2022.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ Dados parciais sujeitos a alterações.

Não foi possível efetuar a análise da maioria dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará do Conhecimento por falta de dados disponíveis.

Os indicadores Taxa de Sucesso da Graduação Pública Estadual e Regionalização das Ações Culturais atingiram os melhores resultados dos últimos cinco anos – sendo que, no último ano, o indicador Regionalização das Ações Culturais registrou 100%.

EIXO CEARÁ PACÍFICO

Com 95,96% de execução do orçamento previsto, o Eixo Ceará Pacífico aponta para políticas públicas ênfase na segurança pública articulada à justiça, à cidadania e no combate às drogas e violência, visando ao pleno acesso aos direitos sociais. A Tabela 18 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 19 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Pacífico.

Tabela 18 – Execução orçamentária do Eixo Ceará de Pacífico

(R\$ 1.000)

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	2021				
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO PRÓPRIO EIXO (%)	PARTICIPAÇÃO NO EMPENHO TOTAL (%)
CEARÁ PACÍFICO	4.566	4.381	95,96%	100,00%	14,06%
SEGURANÇA PÚBLICA	2.811	2.705	96,22%	61,75%	8,68%
SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	2.750	2.665	96,92%	60,84%	8,55%
CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO	8	8	98,40%	0,17%	0,02%
FORTELECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	33	24	73,18%	0,55%	0,08%
GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES	20	8	38,86%	0,18%	0,03%
JUSTIÇA	1.754	1.676	95,54%	38,25%	5,38%
PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	156	147	94,19%	3,35%	0,47%
EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	976	937	96,05%	21,39%	3,01%
INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	581	555	95,49%	12,67%	1,78%
TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	41	37	89,23%	0,84%	0,12%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará Pacífico representa 14,06% de todo o empenho do Estado em 2021, sendo quase a totalidade dessa porcentagem atribuída ao programa Segurança Pública Integrada com a Sociedade, com execução orçamentária de 96,92% e ligada ao tema Segurança Pública.

Dos orçamentos com valores autorizados, apenas o programa Gestão Integrada de Riscos e Desastres executou abaixo de 50% do valor previsto para o ano de 2021.

Tabela 19 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará Pacífico

CEARÁ PACÍFICO						
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2017	2018	2019	2020	2021 ¹
JUSTIÇA						
Pessoas presas de forma provisória	%	63,50	64,92	33,95	49,91	45,40
Taxa de reentrada no sistema prisional	%	25,30	34,03	33,95	44,15	42,89
SEGURANÇA PÚBLICA						
Taxa de crimes violentos contra o patrimônio (CVP) - Tipo 1	número de casos por 100 mil habitantes	-	592,30	478,10	441,40	424,69
Taxa de crimes violentos contra o patrimônio (CVP) - Tipo 2	número de casos por 100 mil habitantes	-	118,50	64,90	96,10	96,40
Taxa de homicídios dolosos	óbitos por 100 mil habitantes	-	48,80	23,50	39,40	34,22

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2022.

¹ Dados parciais sujeitos a alterações.

O Eixo Ceará Pacífico alcançou bons resultados relativos ao CVP Tipo 1, em comparação aos anos anteriores.

Com exceção do CVP Tipo 2, o restante dos indicadores aponta melhora em relação ao ano anterior. Apesar disso, o indicador Taxa de Reentrada no Sistema Prisional evidencia um retrocesso no ano de 2021 em comparação ao ano de 2017, respectivos 42,89% e 25,30%.

EIXO CEARÁ DE OPORTUNIDADES

A execução do orçamento previsto para o Eixo Ceará de Oportunidades foi de 68,07%, que trata do desenvolvimento econômico, englobando temas como emprego, renda, atração de empreendimentos, conjugados com o desafio da propagação da equidade social e regional. A Tabela 20 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 21 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará de Oportunidades.

Tabela 20 – Execução orçamentária do Eixo Ceará de Oportunidades

(R\$ 1.000)

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	2021				
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO PRÓPRIO EIXO (%)	PARTICIPAÇÃO NO EMPENHO TOTAL (%)
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	3.202	2.180	68,07%	100,00%	6,99%
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	2.574	1.678	65,18%	76,98%	5,38%
PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	306	274	89,81%	12,59%	0,88%
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	1.215	1.007	82,86%	46,21%	3,23%
MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	1.053	396	37,63%	18,18%	1,27%
DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM	0	0	32,97%	0,00%	0,00%
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	282	229	81,29%	10,51%	0,73%
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	264	214	80,95%	9,80%	0,69%
ABASTECIMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E DEFESA NO SETOR AGROPECUÁRIO	17	15	87,06%	0,69%	0,05%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	1	0	61,27%	0,01%	0,00%
TURISMO	156	130	83,86%	5,98%	0,42%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	156	130	83,86%	5,98%	0,42%
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	152	109	71,64%	5,01%	0,35%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	5	5	94,53%	0,22%	0,02%
EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	126	86	68,00%	3,93%	0,27%
CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	21	19	88,42%	0,86%	0,06%
INOVAÇÃO PARA MELHORIA DE OPORTUNIDADES	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
PESCA E AQUICULTURA	9	7	84,93%	0,33%	0,02%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	8	7	86,39%	0,33%	0,02%
INDÚSTRIA	30	26	87,40%	1,18%	0,08%
ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	30	26	87,40%	1,18%	0,08%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
FORTALECIMENTO DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	0	0	0,00%	0,00%	0,00%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará de Oportunidades representa 6,99% de todo o empenho do Estado em 2021, sendo 76,98% dessa porcentagem atribuída aos programas Infraestrutura e Logística, Mobilidade, Trânsito e Transporte e Promoção da Requalificação Urbana, com respectivas participações no eixo de 46,21%, 18,18% e 12,59%, todos ligados ao tema Infraestrutura e Mobilidade, que terminou com empenho de 65,18% do orçamento anual.

Todos os temas com valores autorizados executaram no mínimo 65% de seus valores previstos para o ano de 2021.

Tabela 21 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará de Oportunidades

CEARÁ DE OPORTUNIDADES						
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2017	2018	2019	2020	2021
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO						
Ocupações geradas na agropecuária ¹	Número	364.949,00	395.385,00	336.890,00	295.374,00	319.985,00
Participação da agropecuária no Valor Adicionado Bruto (VAB) ²	%	5,80	5,20	5,10	5,20	5,10
Taxa de crescimento da produtividade da agropecuária ³	%	51,86	1,24	10,41	34,32	-1,67
Valor bruto da produção da agricultura ⁴	R\$ mil	2.710.542,00	2.687.094,00	2.910.663,00	3.737.596,00	3.569.404,00
Valor de exportação dos bens e serviços da agropecuária cearense	US\$ FOB mil	235.799,00	266.707,00	261.338,00	236.177,00	209.662,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS						
Desconcentração do setor de serviços	%	37,81	37,13	38,33	ND	ND
Participação do setor serviços na massa salarial ⁵	%	70,85	71,75	72,95	72,83	ND
Remuneração média no setor terciário ⁶	R\$	2.853,81	2.944,57	2.895,50	2.897,67	ND
Taxa de crescimento da produtividade do setor de serviços ⁷	%	-5,92	-2,72	-0,68	6,09	10,47 ⁷
Taxa de crescimento do valor adicionado do setor de serviços	%	0,69	1,86	1,47	-4,67	6,60 ⁷
INDÚSTRIA						
Massa salarial real da indústria ⁸	R\$	579.724.221,33	579.772.314,74	545.986.406,31	531.488.701,50	ND
Participação da indústria de transformação na indústria total cearense ⁹	%	49,59	51,26	50,83	ND	ND
Participação dos produtos industrializados nas exportações do Estado ⁹	%	86,89	88,91	88,56	85,40	90,11
Taxa de crescimento da produtividade do setor industrial ³	%	1,46	-1,36	-5,23	4,21	4,52
Taxa de crescimento do valor adicionado da indústria ³	%	-2,80	-2,00	1,70	-5,90	13,60
Variação do estoque de empregos formais na indústria cearense ⁴	%	-3,77	1,93	-0,82	1,35	ND
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE						
Índice de interiorização da densidade rodoviária estadual	km/100 km ²	-	7,90	8,02	8,09	8,16
Índice de qualidade da malha	%	53,14	50,98	52,10	56,49	55,72
Municípios com áreas urbanas requalificadas	%	51,00	58,00	59,78	67,93	73,37
Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito	Óbitos por 100 mil habitantes	23,15	21,86	11,85	9,12	ND
PESCA E AQUICULTURA						
Ocupações geradas nas atividades de pesca e aquicultura	Pessoa	20.540,00	16.721,00	19.831,00	21.085,00	20.694 ¹⁰
Valor da exportação de pescado ¹¹	US\$ milhão	54,68	62,44	87,64	66,97	77,56
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO						
Grau de formalidade do mercado de trabalho cearense	%	40,34	39,92	45,50	47,29	46,781 ¹⁰
População em idade de trabalhar com renda do trabalho	%	55,40	48,67	51,94	44,65	46,711 ¹⁰
Prazo médio para abertura de empresas	Hora	120	72	22	22	21
Salário médio por hora trabalhada	R\$	9,76	9,53	10,88	12,05	ND

TURISMO						
Demanda turística global (nacional e internacional)	Número	3.384.593,00	3.604.592,00	3.708.821,00	1.623.498,00	1.928.178,00
Empregos gerados pelas atividades características do turismo	Número	71.617,00	73.425,00	74.594,00	65.570,00	72.797,00
Gasto per capita diário do turista de negócio/evento	R\$	505,58	524,70	550,00	360,00	510,00
Gasto per capita diário do turista no Estado	R\$	273,31	306,68	326,32	373,27	403,13
Índice de fidelização do turista	%	55,10	55,80	56,50	57,00	57,60
Índice de interiorização do turismo via Fortaleza	%	72,50	75,60	75,90	60,00	ND
Taxa de ocupação hoteleira	%	73,50	76,20	76,80	43,30	56,40

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2022.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ Os dados são obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua divulgada pelo IBGE. Assim, o resultado apresentado é definitivo, mas passível de revisão pelo próprio IBGE como a que foi feita no mês de novembro de 2021.

² Os indicadores de 2016 a 2019 são valores oficiais, ainda podendo haver atualização. Os valores dos indicadores para 2020 e 2021 (real) é uma projeção com base nas condições econômicas do ano corrente e com base nos valores anteriores.

³ Os dados de 2020 e 2021 são passíveis de futuras revisões.

⁴ O valor do indicador para 2021 (real) é uma projeção com base nos dados do IBGE.

⁵ Para alimentar o referido indicador utiliza-se os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) divulgada pelo Ministério do Trabalho. O último dado disponível é o ano de 2020. Assim, o resultado apresentado é definitivo, mas passível de revisão pelo próprio Ministério do Trabalho.

⁶ A série histórica sofreu alteração por conta da correção do INPC. O último ano disponibilizado pela RAIS é 2020, logo os resultados são definitivos, mas passíveis de revisão pelo Ministério do Trabalho.

⁷ Dado baseado em estimativa.

⁸ Série histórica atualizada com os resultados definitivos de 2019, divulgado pelo IBGE em novembro de 2021. Os dados sobre participação são obtidos a partir dos resultados definitivos para o PIB estadual produzidos pelo IBGE, os quais, por questões metodológicas, possuem uma defasagem de dois anos.

⁹ Os valores de 2016 a 2020 são valores oficiais, mas ainda podendo haver atualização. O resultado de 2021 é parcial, com valor acumulado de janeiro a novembro de 2021.

¹⁰ Valor estimado para 2021 com base no terceiro trimestre de 2021.

¹¹ Os dados foram revisados e o cálculo refeito, o que gerou novos valores para a série histórica. O dado referente a 2021 é parcial (janeiro-outubro).

O indicador Valor Bruto da Produção da Agricultura indica que houve uma redução em relação a 2020, apesar de ser uma projeção. O indicador Valor de Exportação dos Bens e Serviços da Agropecuária Cearense registra o menor valor dos últimos cinco anos.

Apesar da Demanda Turística Global ter sofrido uma queda em 2020, partindo de R\$ 3.708.821,00 para R\$ 1.623.498,00, por conta da pandemia do COVID-19 – em 2021, o indicador apresentou sinal de recuperação, alcançando R\$ 1.928.178,00.

EIXO CEARÁ ACOLHEDOR

Com 87,34% de execução do orçamento previsto, o Eixo Ceará Acolhedor trata do conjunto de políticas pública voltadas à inclusão social, respeito à pluralidade e garantia dos direitos humanos e civis. A Tabela 22 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 23 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Acolhedor.

Tabela 22 – Execução orçamentária do Eixo Ceará Acolhedor

(R\$ 1.000)

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	2021				
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO PRÓPRIO EIXO (%)	PARTICIPAÇÃO NO EMPENHO TOTAL (%)
CEARÁ ACOLHEDOR	680	594	87,34%	100,00%	1,91%
INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	233	205	87,89%	34,44%	0,66%
PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	11	8	70,87%	1,33%	0,03%
PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS	3	3	86,61%	0,44%	0,01%
PROTEÇÃO À VIDA E ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA	78	74	95,79%	12,50%	0,24%
INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	17	7	41,40%	1,21%	0,02%
PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	124	113	91,15%	18,96%	0,36%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	335	313	93,28%	52,64%	1,00%
IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	0	56,75%	0,06%	0,00%
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	50	40	79,95%	6,78%	0,13%
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	284	272	95,72%	45,79%	0,87%
ACESSO A TERRA E MORADIA	61	36	58,40%	6,00%	0,11%
HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	41	20	48,20%	3,30%	0,06%
HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL	18	14	77,34%	2,28%	0,04%
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA RURAL	3	2	88,85%	0,41%	0,01%
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	51	41	80,49%	6,93%	0,13%
GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	51	41	80,49%	6,93%	0,13%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará Acolhedor representa 1,91% de todo o empenho do Estado em 2021, tendo a maior parte desses recursos distribuídos nos temas Inclusão Social e Direitos Humanos e Assistência Social, com programas relevantes como Proteção Social Básica, Proteção e Promoção dos Direitos de Adolescentes em Atendimento Socioeducativo e Proteção à Vida e Acesso à Justiça Social e Cidadania, todos esses programas tendo executado acima de 90% do orçamento previsto.

Acesso à Terra e Moradia foi o único dos quatro temas que empenhou menos de 75% do orçamento previsto, sendo esse também o tema de menor participação no eixo.

Tabela 23 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará Acolhedor

CEARÁ ACOLHEDOR						
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2017	2018	2019	2020	2021 ¹
ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Famílias em situação de pobreza, com acesso aos serviços socioassistenciais	%	-	39,29	-	40,26	42,39
Pessoa com direitos violados, com acesso aos serviços socioassistenciais da proteção social Especial	%	-	80,41	61,80	82,00	81,27
Pessoas em situação de rua atendidas pelos serviços socioassistenciais, com retomada do vínculo familiar e/ou comunitário	%	-	2,24	0,00	3,00	4,97
INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS						
Municípios com ações de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas	%	-	-	0,00	7,06	23,32
Pessoas com deficiência, com direitos violados notificados	%	23,80	18,60	0,00	56,00	0,02
Pessoas idosas com direitos violados notificados	%	5,50	4,90	0,00	90,00	0,24
Taxa de crianças e adolescentes que foram vítimas de violência sexual	Casos por 100 mil crianças e adolescentes	52,30	53,60	56,40	49,70	55,4 ²
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) contra as mulheres	Óbitos por 100 mil mulheres	8,40	10,70	5,30	7,80	7,77 ²
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) contra crianças e adolescentes	Óbitos por 100 mil crianças e adolescentes	19,40	16,00	6,50	11,77	9,3 ²
Taxa de inclusão da população vulnerável em ações extensionistas	%	-	13,26	0,00	25,75	15,79
Taxa de jovens com idade entre 18 e 29 anos que foram vítimas de violência sexual	Por 100 mil jovens	10,40	11,00	12,30	10,60	9,33
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL						
População em situação de pobreza, beneficiada por programas de distribuição de alimentos	%	11,50	11,70	14,43	14,62	14,16

Fonte: Mensagem a Assembleia Legislativa 2022.

¹ Dados parciais sujeitos a alterações.

² Realizada projeção para os últimos 17 dias de dezembro.

O percentual do indicador Famílias em Situação de Pobreza com Acesso aos Serviços Socioassistenciais melhorou no decorrer dos anos, saindo de 39,29%, em 2018, para 42,39% em 2021. Houve um crescimento expressivo do percentual do indicador Municípios com Ações de Prevenção ao uso Abusivo de Álcool e outras Drogas, partindo de 7,06%, em 2020, chegando a 23,32% em 2021. Houve uma queda das Notificações de Pessoas com Deficiência e com Direitos Violados e das Notificações de Pessoas Idosas com Direitos Violados, respectivos 56% e 90%, em 2020, e 0,02% e 0,24% em 2021.

EIXO CEARÁ SUSTENTÁVEL

Houve execução de 46,91% do orçamento previsto para o Eixo Ceará Sustentável, que trata do fortalecimento das políticas públicas relacionadas à convivência dos cidadãos com o ambiente e clima semiárido do Estado do Ceará. Nesse contexto, as inovações tecnológicas, técnicas e estratégias de convivência com o clima e educação ambiental são políticas importantes para o acesso da população aos recursos naturais e bens fundamentais. A Tabela 24 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 25 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Sustentável.

Tabela 24 – Execução orçamentária do Eixo Ceará Sustentável

(R\$ 1.000)

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	2021				
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO PRÓPRIO EIXO (%)	PARTICIPAÇÃO NO EMPENHO TOTAL (%)
CEARÁ SUSTENTÁVEL	698	328	46,91%	100,00%	1,05%
RESÍDUOS SÓLIDOS	494	177	35,78%	54,02%	0,57%
RESÍDUOS SÓLIDOS	32	20	63,21%	6,17%	0,06%
RECURSOS HÍDRICOS	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	18	10	53,39%	2,99%	0,03%
OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	444	147	33,08%	44,86%	0,47%
MEIO AMBIENTE	188	140	74,54%	42,78%	0,45%
CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA	17	15	92,65%	4,67%	0,05%
REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DEGRADADAS	119	95	80,30%	29,11%	0,31%
CEARÁ DA PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL	3	0	5,02%	0,04%	0,00%
CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	48	29	60,04%	8,76%	0,09%
CEARÁ NO CLIMA: MITIGANDO E SE ADAPTANDO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	2	1	29,41%	0,20%	0,00%
ENERGIAS	16	10	66,29%	3,20%	0,03%
MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	16	10	66,29%	3,20%	0,03%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará Sustentável representa 1,05% de todo o empenho do Estado em 2021, tendo a maior parte desses recursos distribuídos nos programas de Oferta Hídrica para Múltiplos Usos, Revitalização de Áreas Degradadas e Ceará mais Verde. Desses programas, apenas o Revitalização de Áreas Degradadas empenhou entre 75% e 100% do valor previsto para o ano.

Os programas Oferta Hídrica para Múltiplos Usos, Ceará da Proteção e Bem-Estar Animal e Ceará no Clima empenharam menos de 50% do valor previsto para o ano. O programa Recursos Hídricos, que não teve valor autorizado, não executou nada.

Tabela 25 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará Sustentável

CEARÁ SUSTENTÁVEL						
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2017	2018	2019	2020	2021 ¹
RECURSOS HÍDRICOS						
Municípios com criticidade de abastecimento urbano	%	16,00	17,00	10,00	9,24	7,07
MEIO AMBIENTE						
Território cearense protegido com Unidades de Conservação	%	7,66	7,75	7,75	7,78	8,44
Municípios com Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente (IQM) máximo	%	2,00	31,00	70,00	77,72	91,84
População urbana cearense com disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos	%	-	49,42	36,04	41,67	38,92
Praias com qualidade microbiológica aconselhável para banho	%	94,44	99,05	94,30	95,00	93,1
ENERGIAS						
Participação de gás natural renovável na rede de distribuição	%	0,04	10,00	13,42	14,30	13,37
Participação da oferta de energia renovável na matriz energética do Estado	%	-	47,65	42,66	58,29	48,65

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2022.

¹ Dados parciais sujeitos a alterações.

Com exceção dos indicadores Municípios com Criticidade de Abastecimento Urbano, Território Cearense Protegido com Unidades de Conservação e Municípios com Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente (IQM) Máximo, cujos resultados foram os melhores dos últimos cinco anos, os demais indicadores obtiveram resultados inferiores aos do ano anterior.

O indicador Praias com Qualidade Microbiológica Aconselhável para Banho apresentou o pior resultado em relação aos anos anteriores.

4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da execução orçamentária do Estado utiliza como base os dados extraídos da ferramenta de Serviço Modular da Administração dos Recursos do Tesouro (SMART), cujos dados são extraídos do Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR), disponibilizados pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Cumpre destacar que os números apresentados nas análises têm seus valores representados nominalmente, sem considerar os efeitos da inflação.

A análise da execução orçamentária nos permite avaliar se o governo possui capacidade de manter continuamente o equilíbrio orçamentário, constituindo reservas para atender a emergências e apresentar liquidez suficiente para cumprir suas obrigações.

4.1 Resultado Orçamentário

No montante apresentado pela Receita Orçamentária foram excluídos os valores referentes às Receitas Intraorçamentárias. Da Despesa Orçamentária foram extraídos os valores referentes às empresas que não fazem parte do orçamento fiscal (ADECE, CAGECE, CEARÁPORTOS, CEGÁS, COGERH, CEASA, COADZPE E METROFOR) e da modalidade 91 (aplicações diretas entre orçamentos).

Para ser considerada uma execução orçamentária dentro da normalidade, espera-se que haja pouca ou nenhuma diferença entre Receita Prevista e Receita Arrecadada, assim como Dotação de Despesa e Despesa Empenhada. No confronto entre Receita Arrecadada e Despesa Empenhada é preferível um superávit a um déficit, porém, um superávit muito elevado significa que aplicações que poderiam beneficiar a população não foram efetuadas conforme o planejado.

A Tabela 26 apresenta as informações orçamentárias consolidadas, extraídas do Relatório Resumido de Execução Orçamentária do ano de 2021.

Tabela 26 – Execução orçamentária consolidada do Estado do Ceará no ano de 2021

(R\$ 1.000,00)

Descrição	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Realizado (%)
Receita Corrente	28.759.086	30.834.937	107,22%
Receita de Capital	3.546.391	1.644.109	46,36%
Total das Receitas	32.305.478	32.479.046	100,54%
Descrição	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Empenhado (%)
Despesa Corrente	27.463.636	26.165.255	95,27%
Despesa de Capital	7.200.353	5.000.196	69,44%
Reserva de Contingência	162.935	0	0,00%
Total das Despesas	34.826.923	31.165.451	89,49%
Superavit Corrente	1.295.450	4.669.682	
Déficit de Capital	- 3.653.961	- 3.356.087	
Déficit\Superavit	- 2.521.446	1.313.595	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 26 mostra o resultado de execução orçamentária obtido em 2021, diferença entre as receitas e despesas orçamentárias, foi um superávit de R\$ 1.313.595 mil. A previsão das receitas e despesas antecipava um déficit de R\$ 2.521.446 mil. Porém, não se concretizou devido às receitas apresentarem uma realização superior em relação ao empenho das despesas. De forma analítica, observa-se que o Superávit Corrente de R\$ 4.669.682 mil cobriu o Déficit de Capital de R\$ 3.356.087 mil.

A receita corrente realizada foi superior a previsão em 7,22% e a receita de capital foi frustrada em 53,64%. Contudo, a receita corrente corresponde a 95% da receita orçamentária, por esse motivo mesmo com a frustração da receita de capital o total das receitas realizadas foi superior a previsão da mesma, conforme Tabela 26. Enquanto, as despesas correntes apresentaram um empenho de 95,27% e as despesas de capital 69,44%, o total das despesas demonstraram empenho em relação a dotação de 89,49%. Assim, a maior realização da receita e o menor empenho das despesas contribuíram para o superávit orçamentário de 1.313.595 milhões.

Tratando-se de resultado orçamentário superavitário, a análise que segue busca identificar se há:

- Padrão contínuo de superávits operacionais;
- Melhoria nas reservas;
- Técnicas mais eficientes de previsão de receitas;
- Aumento de liquidez; e
- Controle orçamentário eficiente.

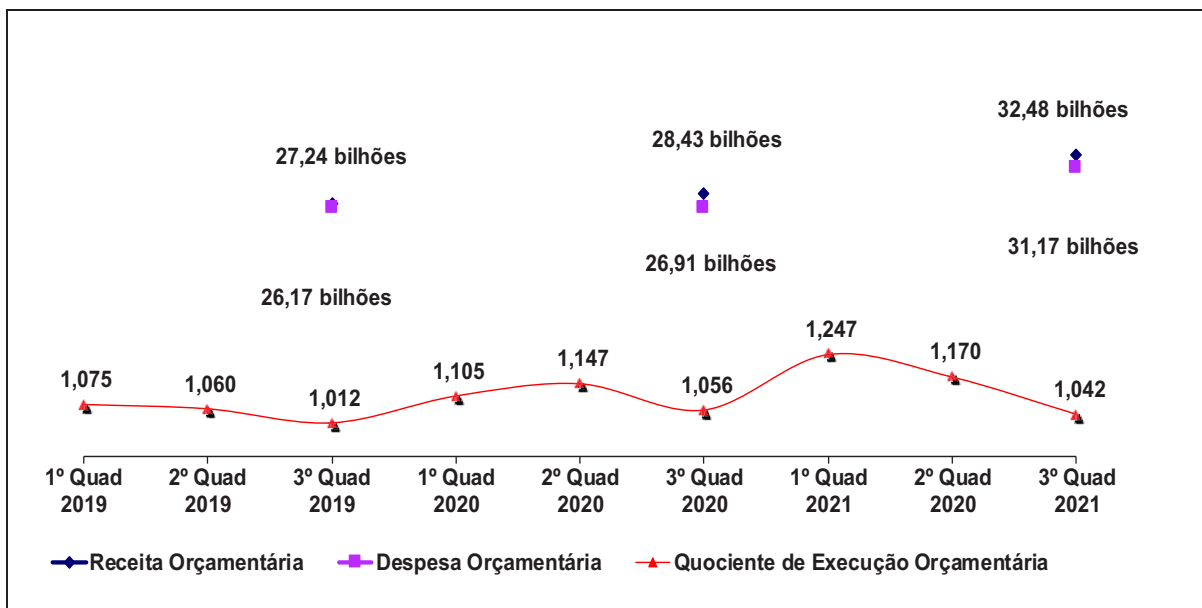
Mais importante que obter déficit ou superávit no período é identificar se houve a intenção do ente de concretizar determinado resultado, identificando as causas do resultado da execução orçamentária.

4.1.1 Análise temporal da receita e despesa orçamentária

O Gráfico 5 apresenta a evolução da receita e despesa orçamentária (em bilhões de reais) e o quociente de resultado orçamentário, durante os nove últimos quadrimestres. O quociente é extraído pelo cálculo da Receita dividida pela Despesa. Caso o resultado seja acima de 1, indica superávit, abaixo de 1 indica déficit.

É importante que a administração busque sempre atender às necessidades da população, mantendo a estabilidade do quociente de Resultado Orçamentário durante todo o período, o que demonstra controle do fluxo orçamentário durante o ano inteiro.

Gráfico 5 - Quociente orçamentário – Receita e Despesa



Fonte: S2GPR/SEFAZ

No Gráfico 5 observa-se que o quociente de execução orçamentária se inicia acima de 1 a partir do primeiro quadrimestre de 2019, se mantendo nos demais quadrimestres. A pouca variabilidade dos quocientes também é um bom indicador a ser observado.

A linha quadrimestral de quociente de resultado orçamentário revela uma tendência em onda, caracterizada com controle das despesas no primeiro quadrimestre durante os três anos observados e recuo do indicador no último quadrimestre de cada ano.

Em 2021, houve um crescimento de R\$ 4,05 bilhões (+1,14%) das receitas, contra R\$ 4,26 bilhão (+1,16%) das despesas, resultando em um superávit de resultado orçamentário.

4.1.2 Análise da previsão da receita e fixação da despesa

Ao final do ano, espera-se que os ajustes no orçamento tenham refletido adequadamente a realidade e necessidades, de modo a não sobrar ou faltar valores nos orçamentos previstos de despesa e receita. A Tabela 27 apresenta o resumo da previsão inicial de superávit/déficit do resultado orçamentário e as movimentações orçamentárias durante o ano.

Tabela 27 – Resumo das movimentações orçamentárias

(R\$ 1.000,00)

Resumo das Movimentações Orçamentárias	Valores
Previsão Inicial de Superávit / Déficit Orçamentário	0
(+) Aumento da Previsão da Receita	3.457.221
(-) Frustração de Receita Prevista Atualizada	173.569
(+) Aumento da Previsão de Despesa	- 5.978.666
(-) Contenção de Despesa Prevista Atualizada	3.661.472
Resultado de Execução Orçamentária	1.313.595

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que durante o ano houve elevado aumento da previsão de receita e despesa. Do lado da receita, a arrecadação ocorreu de forma eficiente, com apenas R\$ 173.569 mil de frustração de receita, enquanto do lado da despesa, houve elevada contenção no montante de R\$ 3.661.472 mil. O resultado dessas variáveis terminou com um superávit de R\$ 1.313.595 mil apresentado no resultado de execução orçamentária.

Tabela 28 detalha as variações na previsão inicial da Receita e fixação da Despesa orçamentária durante o exercício de 2021.

Tabela 28 – Variação da previsão inicial de receita e fixação da despesa orçamentária em 2021

(R\$ 1.000,00)

Descrição	Previsão Inicial para 2021	Previsão Atualizada	Variação da Previsão	Execução
Receita Corrente	26.219.401	28.759.086	9,69%	30.834.937
Receita de Capital	2.628.856	3.546.391	23,01%	1.644.109
Receita Prevista Total	28.848.257	32.305.478	10,90%	32.479.046
Despesa Corrente	24.296.670	27.463.636	5,23%	26.165.255
Despesa de Capital	4.388.352	7.200.353	21,09%	5.000.196
Reserva de Contingência	163.235	162.935	- 33,04%	0
Despesa Dotada Total	28.848.257	34.826.923	7,43%	31.165.451
Diferença	0	- 2.521.446	0,00%	1.313.595

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Destaca-se que no orçamento houve incremento na alteração do orçamento inicial durante o ano, tanto para receita (10,90%) quanto para despesa (7,43%). Em relação ao orçamento corrente de receita e despesa, houve execução próxima da previsão atualizada, enquanto no orçamento de capital houve elevada frustração de receita e contenção de despesa. Observa-se também que o valor executado de despesa e receita se apresentou muito acima das previsões iniciais do ano. A Tabela 29 detalha as quatro maiores frustrações de receita observadas em 2021.

Tabela 29 – Frustração de receitas

(R\$ 1.000,00)

Frustração de Receita	Prevista	Realizada	Diferença
Transferencias da Uniao e de suas Entidades	1.000.994	181.700	819.294
Operacoes de Credito - Mercado Interno	1.726.698	1.051.540	675.157
Operacoes de Credito - Mercado Externo	807.680	355.375	452.304
Transferencias dos Municipios e de suas Entidades	233.649	79.411	154.238
Total	3.769.020	1.668.026	2.100.994

Fonte: S2GPR-SEFAZ

As receitas apresentadas na Tabela 29 totalizam R\$ 2.100.994 mil de recebimento a menor que o previsto em 2021 nessas quatro contas, sendo a maior

frustração de receita ocorrida em Transferências da União e de suas Entidades, no valor de R\$ 819.294 mil.

4.2 Receitas

A receita representa os recursos que garantem o cumprimento das obrigações do Estado, por este motivo, é importante a exploração adequada da base econômica da localidade para manter a condição do governo favorável. A análise a seguir verificará se as receitas são:

- Devidamente estimadas no início e durante o ano;
- Crescentes com relação à inflação e sua base econômica;
- Diversificadas de forma que o governo não seja totalmente dependente de transferências de esferas governamentais superiores; e
- Recebidas de forma eficiente.

4.2.1 Categoria e origem das receitas orçamentárias

A Tabela 30 apresenta a previsão e a arrecadação das receitas do Estado do Ceará por categoria e origem no exercício de 2021, com os respectivos valores absolutos e percentuais.

Tabela 30 – Receitas por categoria e origem

(R\$ 1.000,00)

Categoria / Origem	Prevista	Realizada	Percentual Realizado	Participação no Total (%)
Receita Corrente	28.759.086	30.834.937	107,22%	94,94%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.511.018	17.048.213	103,25%	52,49%
Contribuições	1.022.643	1.163.672	113,79%	3,58%
Receita Patrimonial	282.649	477.513	168,94%	1,47%
Receita de Serviços	263.776	277.003	105,01%	0,85%
Transferências Correntes	10.035.393	11.161.122	111,22%	34,36%
Outras Receitas Correntes	643.606	707.415	109,91%	2,18%
Receita de Capital	3.546.391	1.644.109	46,36%	5,06%
Operações de Crédito	2.534.377	1.406.915	55,51%	4,33%
Alienação de Bens	181	47.232	26145,05%	0,15%
Outras Receitas de Capital		310	0,00%	0,00%
Transferências de Capital	1.011.833	189.328	18,71%	0,58%
Amortização de Empréstimos		323	0,00%	0,00%
Total Geral	32.305.478	32.479.046	100,54%	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Receita Corrente obteve um percentual de 107,22% de realização acima do previsto. As Receitas com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria e Transferências Correntes, com respectivos 52,49% e 34,36% de participação no total das receitas, são as principais origens de receita realizada do governo.

Por outro lado, a Receita de Capital realizou apenas 46,36% da receita prevista, porcentagem inferior à de 2020, quando realizou 63,20%. As duas principais origens, Operações de Crédito e Transferências de Capital, receberam 55,51% e 18,71%, respectivamente da previsão, montando uma frustração de receita de R\$ 1.902.282 mil nessas duas origens.

4.2.2 Fontes de receita orçamentária

As fontes de receita do Estado indicam a fonte dos recursos para o financiamento das despesas do Estado. A Tabela 31 apresenta as fontes de receita nos últimos três anos.

Tabela 31 – Receitas por fonte

(R\$ 1.000,00)

Fonte de Receita	2019	% Total	2020	% Total	2021	% Total
Tesouro	19.931.682	73,16%	20.908.389	73,55%	23.791.924	73,25%
Recursos Próprios	2.096.839	7,70%	2.142.867	7,54%	4.364.678	13,44%
Transferências Legais	3.271.798	12,01%	3.624.144	12,75%	2.604.019	8,02%
Operações de Crédito	1.418.073	5,21%	1.498.528	5,27%	1.451.213	4,47%
Convênios	524.204	1,92%	252.322	0,89%	267.212	0,82%
Total	27.242.597	100,00%	28.426.251	100,00%	32.479.046	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A maior parte dos recursos arrecadados vem da fonte Tesouro, que em 2019 contribuía com 73,16% do total de receitas e em 2021 passou para 73,25%, entre 2019-2021 apresentou um incremento de 0,09%. A receita total em 2021 foi superior aos valores auferidos em 2019 e 2020, demonstrando capacidade de arrecadação, mesmo em um ano de crise.

4.2.3 Origens de receita orçamentária

A Tabela 32 apresenta a evolução das principais origens de Receita, levando em consideração informações dos três últimos anos.

Tabela 32 – Evolução das principais Origens de Receita

(R\$ 1.000,00)

Recurso Espécie	Receita Arrecadada			Acréscimo (%)		
Origens de Receita	2019	2020	2021	2020/2019	2021/2020	2021/2019
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.546.088	14.232.659	17.048.213	- 2,15%	19,78%	17,20%
Transferências Correntes	8.735.141	10.313.601	11.161.122	18,07%	8,22%	27,77%
Operações de Crédito	1.379.112	1.464.765	1.406.915	6,21%	- 3,95%	2,02%
Outras Receitas Correntes	689.502	721.072	707.415	4,58%	- 1,89%	2,60%
Transferências de Capital	371.914	204.770	189.328	-44,94%	- 7,54%	-49,09%
Contribuições	878.931	965.728	1.163.672	9,88%	20,50%	32,40%
Receita Patrimonial	463.882	299.742	477.513	-35,38%	59,31%	2,94%
Demais Origens de Receita	178.027	223.913	324.868	25,77%	45,09%	82,48%
Total das Receitas	27.242.597	28.426.251	32.479.046	4,34%	14,26%	19,22%

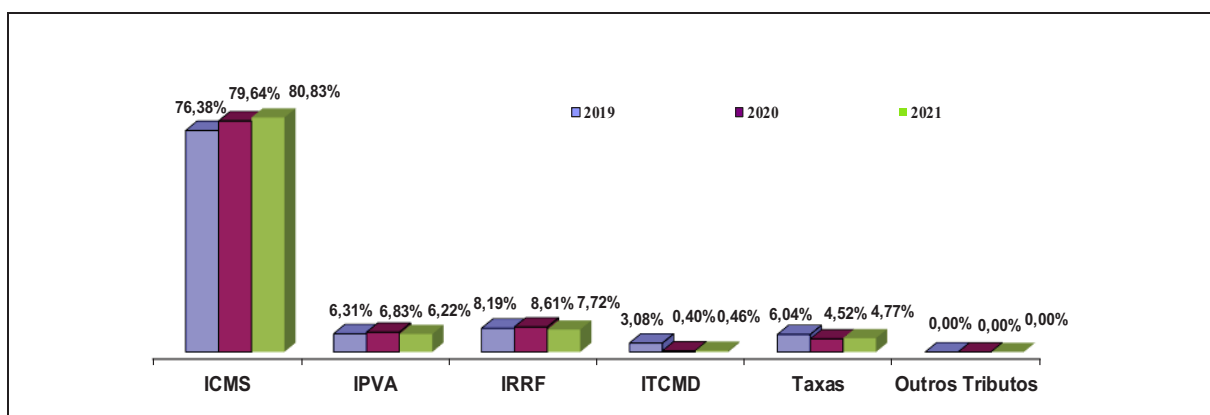
Fonte: S2GPR-SEFAZ

Nos últimos três anos houve crescimento de 19,22% da receita total do Estado, valor próximo à inflação acumulada dos últimos três anos de 19,99%. A Receita com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria se destaca com crescimento de 17,20% entre 2019 e 2021, o que representa um acréscimo de receita de R\$

2.502.125 mil em seu valor bruto. As transferências correntes também se destacam pelo aumento de 27,77% do valor recebido entre 2019 e 2021.

Houve também incremento de 2,02% de receita com as operações de crédito, que passaram de R\$ 1.3279.112 mil em 2019 para R\$ 1.406.915 mil em 2021. O Gráfico 6 apresenta a participação dos principais tributos na receita total do Estado do Ceará nos últimos dois anos.

Gráfico 6 – Participação dos principais Tributos em relação à Receita Total



Fonte: S2GPR/SEFAZ

O ICMS apresenta maior participação na receita total do Estado, se mantendo na faixa dos 79,64% em 2020 e 80,83% em 2021, com um leve incremento de 1,19%. O ITDC variou de 3,08% em 2019 para 0,46%, em 2021, contudo o percentual de 2019 foi uma exceção, pois ocorreu devido a receitas extras com antecipação do tributo. O IPVA também apresentou uma leve redução passando de 6,31% em 2019 para 6,22% em 2021.

4.3 Despesas

A condição financeira do Estado, sob a perspectiva das despesas, é avaliada pela pressão dos gastos, e essa é consequência do grau satisfação da comunidade quanto às suas necessidades. Sendo assim, o governo precisa decidir a quantidade e qualidade dos outputs, preço dos inputs, condições para prestação de serviços públicos, levando em conta sua capacidade financeira e operativa.

Na análise específica das despesas orçamentárias, os principais pontos a serem considerados são:

- Crescimento excessivo dos gastos comparado à receita ou riqueza da comunidade;
- Controle orçamentário ineficiente; e
- Crescimento excessivo em despesas que criam obrigações futuras.

4.3.1 Categoria econômica e grupo de natureza das despesas

A Tabela 33 apresenta os valores autorizados e empenhados, referentes à Categoria e Grupo de Despesa no exercício de 2021.

Tabela 33 – Participação das categorias e grupos de despesa orçamentária.

(R\$ 1.000,00)

Categoria/Grupo	Autorizado (A)	Empenhado (B)	Execução Orçamentária (B/A)	Participação Total Empenhado
DESPESAS CORRENTES	27.463.636	26.165.255	95,27%	83,96%
Pessoal e Encargos Sociais	12.994.955	12.458.914	95,88%	39,98%
Juros e Encargos da Dívida	570.575	516.363	90,50%	1,66%
Outras Despesas Correntes	13.898.106	13.189.978	94,90%	42,32%
DESPESAS DE CAPITAL	7.200.353	5.000.196	69,44%	16,04%
Investimentos	5.313.715	3.477.674	65,45%	11,16%
Inversões Financeiras	314.484	312.577	99,39%	1,00%
Amortizações	1.572.154	1.209.945	76,96%	3,88%
RESERVA DE CONTIGÊNCIAS	162.935	0	0,00%	0,00%
Reserva de Contingência	162.935	0	0,00%	0,00%
TOTAL GERAL	34.826.923	31.165.451	89,49%	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

As Despesas Correntes representam 83,96% do total de empenho do Estado, enquanto as Despesas de Capital participam com 16,04%. As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Investimentos, com 39,98% e 11,16% de participação no total

empenhado, representam as maiores despesas dentro de suas respectivas Categorias.

Os grupos das Despesas Correntes apresentam execução de 95,27% do autorizado, refletindo boa coordenação de planejamento e execução orçamentária. O Grupo Investimentos executou apenas 65,45% da dotação autorizada, o que em termos absolutos representa gasto R\$ 1.836.041 mil, menor que o orçado para o ano. A execução dos Investimentos está ligada diretamente à realização das Operações de Crédito.

4.3.2 Comparativo das despesas por poder

A Tabela 34 detalha as Despesas por Poder, comparando o percentual empenhado em relação ao total, nos últimos três anos.

Tabela 34 – Despesas por Poder nos três últimos anos

(R\$ 1.000,00)

Despesa por Poder	Despesa Realizada			Participação Total 2021	Variação (%)	
	2019	2020	2021		2021/2020	2021/2019
Executivo	23.712.763	24.500.455	28.613.216	91,81%	16,79%	20,67%
Judiciário	1.215.341	1.173.818	1.201.840	3,86%	2,39%	- 1,11%
Legislativo	655.601	664.992	738.949	2,37%	11,12%	12,71%
Ministério Público	421.692	411.591	434.642	1,39%	5,60%	3,07%
Executivo Autônomo	159.639	163.665	176.805	0,57%	8,03%	10,75%
TOTAL	26.165.036	26.914.521	31.165.451	100,00%	15,79%	19,11%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Com participação de 91,81% das despesas totais do Estado em 2021, o Poder Executivo obteve um crescimento das despesas de 20,67% nos últimos três anos, fator próximo em relação ao aumento de 19,11% das despesas totais do Estado no mesmo período.

Os Poderes Judiciário e Legislativo apresentaram incremento entre 2019-2021 abaixo do percentual geral. Já o Poder Executivo Autônomo, representado pela Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE), teve um incremento de 10,75% no período de 2019-2021.

4.3.3 Elementos de despesa

A classificação das despesas por elementos indica o detalhamento com a finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, material de consumo etc.

4.3.3.1 Elementos de despesa – Pessoal e Encargos Sociais

A Tabela 35 mostra o detalhamento dos 5 elementos de Despesa de maior valor, nos três últimos anos, referentes ao grupo de Despesa Pessoal e Encargos Sociais.

Tabela 35 – Principais elementos de despesa do grupo Pessoal e Encargos Sociais

(R\$ 1.000,00)

Grupo - Pessoal e Encargos Sociais	Despesa Realizada			Participação	Variação (%)	
Análise de Elementos de Despesa	2019	2020	2021	Total 2021	2021/2020	2021/2019
Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.584.861	5.630.924	5.968.905	47,91%	6,00%	6,88%
Aposentadorias Do Rpps, Reserva Remunerada E Reformas Dos Mi	2.732.772	2.869.884	2.880.690	23,12%	0,38%	5,41%
Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Militar	1.633.830	1.580.470	1.673.422	13,43%	5,88%	2,42%
Pensões, Exclusive Do Rgps (52)(A)	817.323	844.476	920.637	7,39%	9,02%	12,64%
Contratação Por Tempo Determinado	449.869	496.565	482.197	3,87%	- 2,89%	7,19%
TOTAL	11.218.655	11.422.319	11.925.851	95,72%	4,41%	6,30%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Os 5 principais elementos de despesa Pessoal e Encargos Sociais representam R\$ 11.925.851 mil de um total de R\$ 12.458.914 mil empenhado nesse Grupo em 2021. A Despesa de Pessoal e Encargos Sociais obteve o maior valor realizado dentro da Categoria de Despesas Correntes. No comparativo dos três últimos anos, os 5 elementos desse grupo de Despesa obtiveram um crescimento de 4,41% em relação a 2020, e 6,30% em relação a 2019.

O elemento Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil possui o maior volume dos gastos nesse Grupo. O referido elemento cresceu 6,00% entre 2020 e 2021 e 6,88% nos últimos três anos.

Nos últimos três anos, os elementos Pensões, Exclusive do RGPS obtiveram o maior crescimento de Despesa, com respectivamente 9,02% e 12,64%.

4.3.3.2 Elementos de despesa – Outras Despesas Correntes

A Tabela 36 detalha os cinco principais elementos de Despesa de maior valor nos três últimos anos referentes ao Grupo de Outras Despesas Correntes.

Tabela 36 – Principais elementos de despesa do grupo Outras Despesas Correntes

(R\$ 1.000,00)

Grupo - Outras Despesas Correntes	Despesa Realizada			Participação	Variação (%)	
Análise de Elementos de Despesa	2019	2020	2021	Total 2021	2021/2020	2021/2019
Distribuição Constitucional Ou Legal De Receitas (1)(A)	3.658.217	3.709.194	4.471.158	33,90%	20,54%	22,22%
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	2.447.672	2.493.655	3.052.411	23,14%	22,41%	24,71%
Locação De Mão-De-Obra	944.699	980.725	1.068.863	8,10%	8,99%	13,14%
Outras Despesas De Pessoal Decorrentes De Contratos De Terce	673.747	863.940	961.260	7,29%	11,26%	42,67%
Contribuições	561.931	570.663	815.523	6,18%	42,91%	45,13%
TOTAL	8.286.267	8.618.176	10.369.214	78,61%	20,32%	25,14%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 36 demonstra aumento das principais despesas do Grupo Outras Despesas Correntes, tendo crescido 25,14% nos últimos três anos e 20,32% entre 2020 e 2021.

Os elementos Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização apresentaram, respectivamente, aumento e despesa de 20,54% e 22,41% entre 2020 e 2021. No mesmo período, as despesas com Locação de Mão-de-Obra tiveram um incremento de 13,14%, enquanto Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica aumentaram

em 22,41%. Por outro lado, as despesas com Contribuições tiveram um incremento de 42,91%.

4.3.3.3 Elementos de despesa – Investimentos

A Tabela 37 detalha os cinco principais elementos de Despesa de maior valor referente ao grupo de Investimentos.

Tabela 37 – Principais elementos de despesa do grupo Investimentos

(R\$1000)

Grupo - Investimentos Análise de Elementos de Despesa	Despesa Lei + Crédito	Despesa Realizada	Realização (%)
Obras E Instalações	3.147.365	1.445.135	45,92%
Equipamentos E Material Permanente	1.240.528	826.240	66,60%
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	336.728	589.321	175,01%
Auxílios	302.011	245.361	81,24%
Indenizações e Restituições	156.427	137.057	87,62%
TOTAL	5.183.059	3.243.114	62,57%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Na Tabela 37 é demonstrado que os 5 principais elementos de despesa do grupo Investimentos executaram 62,57% da dotação atualizada para o ano de 2021, significando uma aplicação de R\$ 1.939.945 mil a menor do que o previsto. O elemento de despesa referente a Obras e Instalações (1.445.135 mil) foi responsável pelo maior volume executado no grupo, com um percentual de 41,55% do total de R\$ 3.477.674 mil da despesa realizada no Grupo.

4.3.3.4. Elementos de despesa – Amortizações, Juros e Encargos da Dívida

A Tabela 38 detalha os Elementos de Despesa dos últimos três anos, referentes aos grupos de Amortizações e Juros e Encargos da Dívida.

Tabela 38 – Elementos de despesa dos grupos Amortizações e Juros e Encargos da Dívida

(R\$ 1.000,00)

Amortizações e Juros e Encargos da Dívida	Despesa Realizada			Variação (%)		
Análise de Elementos de Despesa	2019	2020	2021	2020/2019	2021/2020	2021/2019
Principal Da Dívida Contratual Resgatado	946.767	1.013.779	1.188.667	7,08%	17,25%	25,55%
Juros Sobre A Dívida Por Contrato	582.167	399.734	479.116	-31,34%	19,86%	-17,70%
Encargos Pela Honra De Avais, Garantias, Seguros E Similares	33.223	32.098	30.975	- 3,39%	- 3,50%	- 6,77%
Outros Encargos Sobre A Dívida Por Contrato	24.790	24.467	27.551	- 1,30%	12,60%	11,14%
TOTAL	1.586.947	1.470.078	1.726.308	- 7,36%	17,43%	8,78%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que o elemento de despesa Principal da Dívida Contratual Resgatado cresceu de 2019 para 2021 em 8,78%, movimento inverso aos Juros sobre a Dívida por Contrato, que reduziram em 17,70% no mesmo período.

4.3.4 Despesa por função

De acordo com a Portaria nº42/1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, a função é o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público. A Tabela 39 apresenta a execução da Despesa por Função.

Tabela 39 – Despesas por Função empenhadas

(R\$ 1.000,00)

Grupo de Funções	Despesa Realizada			Participação	Variação (%)	
	2019	2020	2021	Total 2021	2021/2020	2021/2019
Administracao	1.036.077	1.117.379	1.163.140	3,73%	4,10%	12,26%
Agricultura	358.465	317.436	420.493	1,35%	32,47%	17,30%
Assistencia Social	303.651	316.771	518.463	1,66%	63,67%	70,74%
Ciencia E Tecnologia	84.306	72.722	94.927	0,30%	30,53%	12,60%
Comercio E Servicos	91.175	48.186	90.681	0,29%	88,19%	- 0,54%
Comunicacoes	63.913	82.732	133.655	0,43%	61,55%	109,12%
Cultura	106.258	180.236	220.581	0,71%	22,38%	107,59%
Desporto E Lazer	47.881	22.571	48.186	0,15%	113,49%	0,64%
Direitos Da Cidadania	806.628	233.269	270.367	0,87%	15,90%	-66,48%
Educacao	3.294.079	3.081.562	4.099.434	13,15%	33,03%	24,45%
Encargos Especiais	5.601.946	5.563.445	6.646.092	21,33%	19,46%	18,64%
Energia	3.506	4.126	10.466	0,03%	153,68%	198,48%
Essencial A Justica	495.844	484.164	510.760	1,64%	5,49%	3,01%
Gestao Ambiental	157.961	324.683	279.634	0,90%	-13,87%	77,03%
Habitacao	40.590	19.503	26.441	0,08%	35,57%	-34,86%
Industria	13.638	11.998	25.814	0,08%	115,16%	89,28%
Judiciaria	1.215.341	1.173.818	1.201.840	3,86%	2,39%	- 1,11%
Legislativa	640.873	652.738	726.654	2,33%	11,32%	13,39%
Organizacao Agraria	12.561	11.256	13.563	0,04%	20,49%	7,97%
Previdencia Social	3.560.604	3.721.007	3.817.693	12,25%	2,60%	7,22%
Saneamento	306.854	74.357	115.333	0,37%	55,11%	-62,41%
Saude	3.612.886	4.534.952	5.091.484	16,34%	12,27%	40,93%
Seguranca Publica	2.753.911	3.045.583	3.335.784	10,70%	9,53%	21,13%
Trabalho	54.849	33.553	106.724	0,34%	218,08%	94,58%
Transporte	1.300.036	1.400.218	1.516.212	4,87%	8,28%	16,63%
Urbanismo	201.204	386.257	681.031	2,19%	76,32%	238,48%
TOTAL GERAL	26.165.036	26.914.521	31.165.451	100,00%	15,79%	19,11%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

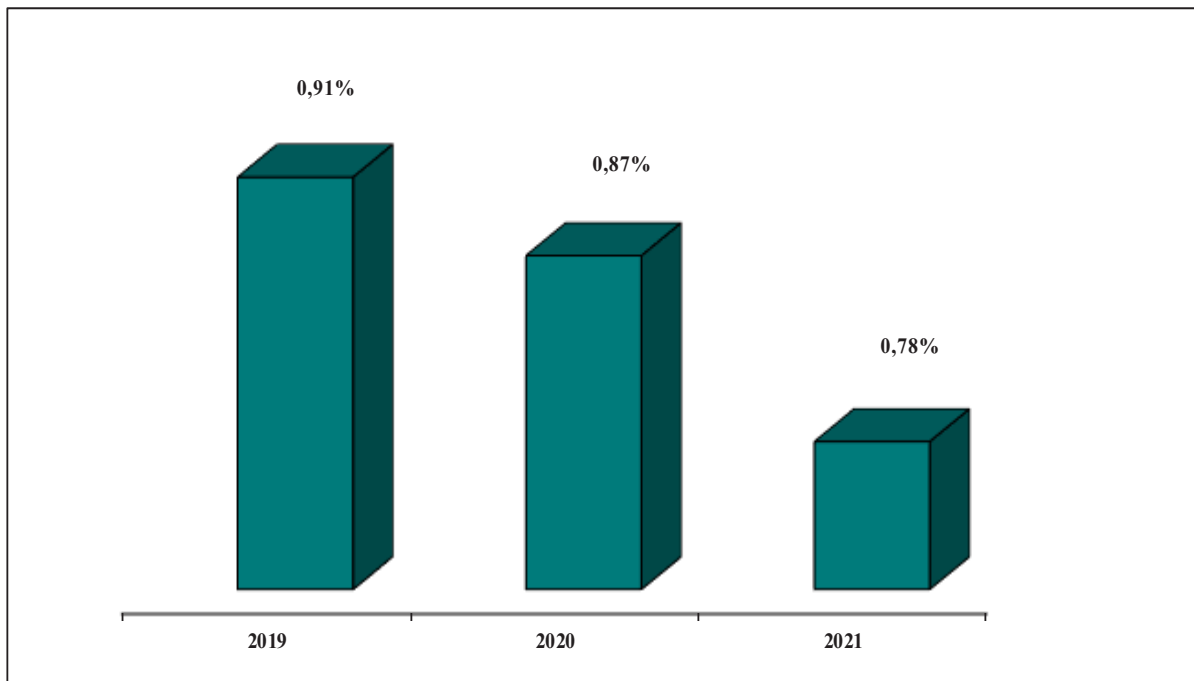
Destacam-se na Tabela 39 as funções com orçamento acima de R\$ 1.000.000 mil em 2021, sendo essas Administração, Educação, Encargos Especiais, Judiciária, Previdência Social, Saúde, Segurança Pública e Transporte. Dentre esses, a Educação apresentou queda de despesa em 24,45% entre 2019 e 2021. Por outro lado, no mesmo período, a Saúde apresentou um maior incremento, de 40,93%.

4.3.5 Despesas de exercícios anteriores (DEA)

O Indicador do DEA em relação à Despesa Total demonstra a qualidade do planejamento. Como as despesas com DEA são aquelas que ocorrem sem o registro de empenho no exercício em que ocorreu a despesa, não utilizando o orçamento da época própria, quanto maior for esse indicador, maior será a fragilidade no controle das despesas orçamentárias. A STN apresentou esse indicador em seu Boletim das Finanças Públicas editado no final de 2016 e calculou, em relação às capitais brasileiras, uma média de 1,82%.

O Gráfico 7 apresenta o Indicador de DEA do Poder Executivo do Estado do Ceará dos últimos três anos demonstrando uma redução do seu percentual que passa de 0,91% em 2019 para 0,78% em 2021. Essa melhora expressiva do indicador ocorre devido a melhoria na gestão dos recursos graças ao trabalho intenso do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (COGERF) no controle das despesas e da conscientização da necessidade de melhor planejamento pelos órgãos. Porém, ainda é necessário reduzir ao máximo essa porcentagem, sendo, caso necessário, propor consequências aos gestores que não assumirem esse compromisso.

Gráfico 7 - Indicador de DEA em relação à Despesa Total - Poder Executivo



Fonte: S2GPR/SEFAZ

A Tabela 40 destaca as principais fontes utilizadas para empenho dos DEA no poder executivo.

Tabela 40 - Aplicação de recursos de DEA por fonte - Poder Executivo

(R\$ 1.000,00)

Fonte	ANO						
	2019	% de Participação	2020	% de Participação	2021	% de Participação	2021/2020
Tesouro	138.787	64,04%	169.510	72,36%	175.291	79,02%	3,41%
Convênios Federais	21.221	9,79%	9.043	3,86%	4.454	2,01%	-50,74%
Operações de Crédito	27.691	12,78%	26.679	11,39%	8.390	3,78%	-68,55%
SUS	15.486	7,15%	7.013	2,99%	13.175	5,94%	87,86%
Diversas Fontes	13.540	6,25%	22.023	9,40%	20.520	9,25%	-6,83%
TOTAL	216.724	100,00%	234.268	100,00%	221.830	100,00%	-5,31%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Entre os anos de 2020 e 2021, constata-se uma variação de -5,31% de gastos com DEA, representando redução nominal no montante de R\$ 12.438 mil dessa despesa no período. Apesar da fonte Tesouro, com o maior volume de recursos (79,02%), apresentou um aumento de despesas com DEA em 2021 em relação a 2020 de 3,41%, porém, a redução em outras fontes compensou esse aumento de

volume. A Tabela 41 apresenta as Secretarias que mais empenharam DEA nos últimos três anos no poder Executivo.

Tabela 41 - Aplicação de recursos de DEA por Secretaria - Poder Executivo

(R\$ 1.000,00)

Secretarias	ANO						
	2019	% de Participação	2020	% de Participação	2021	% de Participação	2021/2020
SEINFRA	59.546	27,48%	58.539	24,99%	24.870	11,21%	-57,52%
SESA	53.083	24,49%	46.933	20,03%	62.891	28,35%	34,00%
SAP	22.425	10,35%	16.815	7,18%	14.660	6,61%	-12,82%
SRH	17.183	7,93%	5.505	2,35%	6.552	2,95%	19,02%
SEDUC	14.818	6,84%	57.288	24,45%	47.129	21,25%	-17,73%
SAP	22.425	10,35%	16.815	7,18%	14.660	6,61%	-12,82%
SCIDADES	11.788	5,44%	9.048	3,86%	7.114	3,21%	-21,38%
SECITECE	4.185	1,93%	5.465	2,33%	1.198	0,54%	-78,08%
SPS	11.124	5,13%	5.367	2,29%	3.422	1,54%	-36,23%
DIVERSAS SECRETARIAS	147	21,06%	12.492	16,95%	39.334	16,95%	214,87%
TOTAL GERAL	216.724	100,00%	234.268	100,00%	221.830	100,00%	-5,31%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A SEINFRA apresentava o maior volume de DEA empenhado em 2019, mas vem reduzindo seu montante e em 2021 foi de R\$ 24.870 mil, com uma redução de 57,52% em relação a 2020. No entanto a SESA apresentou um maior volume de DEA (28,36%), aumentou seu montante de R\$ 53.083 em 2019 para R\$ 92.891, indo no sentido inverso das outras secretarias. A SEDUC, no ano anterior apresentou o segundo maior volume de DEA (24,45%), com uma redução dos valores entre 2020 e 2021 em 17,73%. A secretaria que apresentou a maior redução percentual entre 2020 e 2021 foi a SECITECE, que em 2020 teve um montante de R\$ 5.465 mil, para o valor de R\$ 1.198 mil em 2021, resultando numa redução de 78,08%. Pode-se destacar ainda a SCIDADES, que em 2019 executou R\$ 11.124 mil de DEA, tendo reduzido para R\$ 7.114 mil em 2021, representando uma redução de 63,95%.

A Tabela 42 apresenta a variação das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), por item de despesa, no poder Executivo, período de 2019 a 2021.

Tabela 42 - Aplicação de recursos de DEA por item de despesa - Poder Executivo

(R\$ 1.000,00)

Itens	ANO						
	2019	% Total	2020	% Total	2021	% Total	2021/2020
Obras e Instalações	71.035	32,78%	44.290	18,91%	28.725	12,95%	-35,14%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	52.981	24,45%	58.509	24,98%	45.349	20,44%	-22,49%
Material de Consumo	11.340	5,23%	5.422	2,31%	7.272	3,28%	34,12%
Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	15.297	7,06%	10.717	4,57%	18.687	8,42%	74,37%
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	27.045	12,48%	28.234	12,05%	10.077	4,54%	-64,31%
Sentenças Judiciais	2	0,00%	13	0,01%	22.426	10,11%	169509,56%
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Ativo Civil - RPPS	0	0,00%	51.109	21,82%	31.419	14,16%	-38,53%
Pensoes - Cíveis	1.397	0,64%	1.123	0,48%	5.192	2,34%	362,40%
Pensoes - Militares	2.127	0,98%	2.443	1,04%	4.173	1,88%	70,84%
Outras Despesas de Exercícios Anteriores	6.822	3,15%	4.184	1,79%	4.243	1,91%	1,40%
Demais Contas	28.678	13,23%	28.225	12,05%	44.267	19,96%	56,84%
TOTAL GERAL	216.724	100,00%	234.268	100,00%	221.830	100,00%	-5,31%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

As DEAs do item de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica representaram o maior percentual dentre os principais itens em 2021, com 20,44% do total, no valor de R\$ 45.349 mil. No período de 2020 e 2021 teve uma redução de 5,31%. Já item Obras e Instalações representou 12,95% do total em 2021, no valor de R\$ 28.725 mil, com a redução de 35,14% entre de 2020 e 2021 e quando se observa seu histórico em 2019 era R\$ 71.035 mil apresentando uma redução de 59,56% entre o período de 2019 a 2021.

Destaque-se ainda a redução no mesmo período dos itens Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Ativo Civil RPPS (38,53%) e Outras Despesas com Pessoal (64,31%) entre 2020 e 2021. Alguns itens também entre 2020 e 2021 apresentaram incremento como Material de Consumo (34,12%), Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado (74,37%), que podem ser provenientes das medidas de contenção de gastos implantadas decorrentes da Pandemia.

4.3.6 Contratos de gestão

Os Contratos de Gestão são instrumentos firmados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo para a descentralização das atividades e serviços previstos na Lei Estadual nº12.781/97, que disciplina a relação entre o Poder Público Estadual e as entidades qualificadas como Organizações Sociais. A Tabela 43 demonstra a disposição dos recursos por fonte aplicados em Contratos de Gestão no Poder Executivo.

Tabela 43 - Aplicação de recursos por Fonte

(R\$ 1.000,00)

FONTES	2019	% de Participação	2020	% de Participação	2021	% de Participação	2021/2019
Tesouro	449.608	52,40%	598.861	55,76%	741.646	56,65%	64,95%
Convênios Federais	4.138	0,48%	2.211	0,21%	1.345	0,10%	-67,50%
SUS	262.230	30,56%	322.701	30,05%	419.139	32,02%	59,84%
FECOP	105.946	12,35%	116.220	10,82%	61.812	4,72%	-41,66%
Diversas Fontes	116.777	13,61%	34.057	3,17%	85.218	6,51%	-27,02%
TOTAL	857.987	100,00%	1.074.051	100,00%	1.309.161	100,00%	52,59%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Segundo a Tabela 43 as aplicações de recursos por Contrato de Gestão nos últimos três anos apresentaram um crescimento de 52,59%. Das quatro principais fontes de aplicação em Contrato de Gestão, o Tesouro apresentou em 2021 a participação de 56,65% e um crescimento de 64,95% entre 2019-2021. A segunda fonte em volume de recursos foi o SUS (91), com uma participação de 32,02% do total aplicado, demonstrando um crescimento de 59,84% nos gastos entre 2019-2021. Por outro lado, verificou-se uma redução na utilização dos recursos do Fecop, que em 2021 representou 4,72% do total, com uma redução de 41,66% no período de 2019 a 2021.

A Tabela 44 apresenta os gastos com Contratos de Gestão por Secretaria no poder Executivo.

Tabela 44 – Gastos com Contratos de Gestão por Secretaria – Poder Executivo

(R\$ 1.000,00)

Secretarias / Despesas	2019	% de Participação	2020	% de Participação	2021	% de Participação	2021/2019
SESA	605.301	70,55%	848.670	78,98%	1.043.356	79,70%	72,37%
SEDUC	108.165	12,61%	100.732	9,37%	100.000	7,64%	-7,55%
S D A	53.033	6,18%	34.772	3,24%	56.266	4,30%	6,10%
SECULT	43.762	5,10%	40.665	3,78%	50.138	3,83%	14,57%
SDE	15.000	1,75%	19.284	1,79%	18.759	1,43%	25,06%
SECITECE	17.949	2,09%	15.070	1,40%	16.413	1,25%	-8,56%
SESPORTE	2.500	0,29%	6.005	0,56%	8.000	0,61%	-
SCIDADES	8.823	1,03%	5.840	0,54%	7.700	0,59%	-12,72%
SRH	3.454	0,40%	3.013	0,28%	3.511	0,27%	1,64%
SEMA	0	0,00%	500	0,05%	5.017	0,38%	#DIV/0!
TOTAL	857.987	100,00%	1.074.551	100,00%	1.309.161	100,00%	52,59%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Segundo a Tabela 44, os contratos de gestão apresentaram um crescimento de 52,59% entre 2019 e 2021, sendo a SESA a secretaria que mais utiliza desse tipo de contrato. A SESA foi responsável por 79,70% do total de despesas com Contratos de Gestão em 2021, aumentando a participação em relação aos dois anos anteriores, com uma variação de 72,37% de 2019 a 2021. A SEDUC é a segunda secretaria com maior volume da execução de Contratos de Gestão, com 7,64% em 2021, e uma redução de 7,55% de 2019 a 2021. A SDA representou 4,30% em 2021, tendo apresentado o crescimento de 6,10% de 2019 a 2021.

5 GESTÃO FISCAL

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados dos exames realizados nos demonstrativos integrantes do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e seus respectivos anexos, do período de janeiro a dezembro de 2021. A análise visa verificar a conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria nº. 375, de 08.07.2020, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que aprovou a 11ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, a Versão 3 foi editada em 07.05.2021.

5.1 Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal

O art. 52 da LRF determina que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, sendo publicado pelo Poder Executivo até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, conforme determina a Constituição Federal, em seu § 3º do art. 165. RREO deve ser composto por duas peças básicas e de alguns demonstrativos de suporte. As peças básicas são: o Balanço Orçamentário, cuja função é especificar, por categoria econômica, as receitas e as despesas, e o Demonstrativo de Execução das Receitas (por categoria econômica e fonte) e das Despesas (por categoria econômica, grupo de natureza, função e subfunção).

O art. 54 da LRF define que, ao final de cada quadrimestre, será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu art. 20, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, abrangendo todas as variáveis imprescindíveis à consecução das metas fiscais e à observância dos limites fixados para as despesas e dívida. O § 2º do art. 55 estabelece que o relatório seja publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

A SEFAZ publicou os demonstrativos do RREO e RGF no Diário Oficial do Estado - DOE do dia 29 de janeiro de 2021. Além da citada publicação foram

utilizados para as análises realizadas neste capítulo dados dos sistemas corporativos da SEFAZ e SEPLAG.

5.2 Indicadores fiscais e legais

Neste item são apresentados os indicadores fiscais do RGF e RREO, bem como os indicadores constitucionais e legais, dos últimos três anos, para propiciar uma melhor visão do cenário no período, conforme a Tabela 45. Nos itens seguintes cada indicador foi analisado com detalhe para melhor entendimento da sua evolução e particularidades.



Tabela 45 - Indicadores Fiscais e Legais

INDICADORES LEGAIS E FISCAIS PARA ACOMPANHAMENTO						
INDICADOR	PERIODICIDADE	LEGISLAÇÃO	LIMITES	RESULTADOS DO ANO DE 2019	RESULTADOS DO ANO DE 2020	RESULTADOS DO ANO DE 2020
Receitas e Despesas com Saúde	BIMESTRAL	Lei Complementar nº 141/2012, art. 6º	Mínimos de 12% da Receita Líquida de Impostos e Transferências	13,43%	16,54%	15,679%
Receitas e Despesas com Manutenção e desenvolvimento do Ensino - MDE	BIMESTRAL	Constituição Federal/88, art. 212 e Constituição Estadual/1989, art. 216	Mínimos de 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências	26,18%	27,10%	26,07%
Aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração dos professores	ANUAL	Lei Federal nº 11.494/2007 e Lei Estadual nº 15.064/11	Lei Federal: mínimo de 60% e Lei Estadual: mínimo de 80% a partir de 2013 até 2020; A partir de 2021 só Lei Federal de 70%	85,58%	92,24%	70,51%
Receita Corrente Líquida (RCL)	BIMESTRAL	Resolução do Senado Federal nº 40, Art. 2º e Lei Complementar nº 101/2000, art. 2, Inciso IV.	-	R\$20.882.025.053	R\$22.028.314.984	R\$25.170.813.561
Despesa com Pessoal	QUADRIMESTRAL	Constituição Federal/88, art. 169 e Lei Complementar nº 101/2000, art. 19 e 20	Máximo de 48,60% da RCL e Prudencial de 46,17% da RCL.	41,64%	40,55%	39,01%
Dívida Consolidada Líquida	QUADRIMESTRAL	Resolução do Senado nº 43/2001, art. 3º, inciso I	Máximo de 200% da RCL.	52,65%	54,42%	44,13%
Operações de Crédito	QUADRIMESTRAL	Resolução do Senado nº 43/2001, art. 9º	Máximo de 16% da RCL.	6,60%	6,66%	5,59%
Serviço da Dívida	ANUAL	Resolução do Senado nº 43/2001, art. 7º, inciso I e Parágrafo 5º	Máximo de 11,5% da RCL.	7,60%	6,67%	6,86%
Garantias e Contragarantias de Valores	QUADRIMESTRAL	Resolução do Senado nº 43/2001, art. 7º, inciso I	Máximo de 22% da RCL.	0,98%	1,08%	0,90%
Regra de Ouro	ANUAL	Constituição Federal, art. 167, inciso III	Operações de Crédito não podem exceder o montante das Despesas de Capital	-R\$1.965.306.221	-R\$2.284.416.705	-R\$3.592.130.034
Resultado Primário	BIMESTRAL	LDO 2019 (Lei nº. 16.613, de 18 de julho de 2018)	R\$491.590.000	R\$2.052.687.240	R\$2.396.769.665	R\$2.655.080.082
Resultado Nominal	BIMESTRAL	LDO 2019 (Lei nº. 16.613, de 18 de julho de 2018, alterada pela Lei nº. 17.159, de 27 de dezembro de 2019)	R\$ 143.744.000	R\$1.662.871.432	-R\$ 978.452.442	R\$ 865.299.252
Parcerias Público-Privadas (PPP)	ANUAL	Lei nº. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, com redação alterada pelas Leis nº. 12.024, de 2009, e nº. 12.766, de 2012	Máximo de 5% da RCL	0,24%	0,21%	0,19%
Investimentos no Interior	ANUAL	Art. 210, Constituição Estadual, A Lei de Orçamento do Estado observará, para investimentos do setor público estadual do Interior, dotação nunca inferior a cinquenta por cento do valor global consignado para esse fim. Parágrafo único. Excluem-se da classificação de Municípios do Interior, para fins do caput deste artigo, os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza.	50% dos Investimentos para os municípios do interior do Estado, excluindo-se desses municípios os integrantes da Região Metropolitana.	47,73%	44,78%	45,91%
Aplicação de Recursos na FUNCAP	ANUAL	Art. 258, Constituição Estadual, o Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, atribuindo-lhe dotação mínima, correspondente a dois por cento da receita tributária como renda de sua administração privada.	2,00% da Receita de Impostos Líquida	0,8371%	0,7313%	0,7010%

Fonte: SZGPR-SEFAZ

5.2.1 Despesas com ações e serviços públicos de saúde

O art. 198 da Constituição Federal, § 2º e §3º, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos em saúde. No caso dos Estados e do Distrito Federal, a Lei Complementar nº. 141/12 estabeleceu o percentual mínimo de 12% da Receita Livre de Impostos e Transferências (RLIT), resultado do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam

os arts. 157 e 159, e os incisos I e II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios. A Tabela 46 apresenta os dados sobre as despesas com saúde em 2021.

Tabela 46 - Despesas com Saúde/Receita Líquida de Impostos e Transferências

		(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO	2021	%
I. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (RLIT)	23.376.161.236,51	100,00%
ITCD	95.683.945	0,41%
ICMS	16.231.219.820	69,43%
IPVA	1.177.970.633	5,04%
IRRF	1.316.266.905	5,63%
(+) Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	9.021.343.660	38,59%
(-) Transferências a Municípios	(4.466.323.727)	-19,11%
II. Despesas Total por Subfunção	3.577.521.347,84	100,00%
. Atenção Básica	196.028.405	5,48%
. Assistência Hospitalar e Ambiental	2.916.817.686	81,53%
. Suporte Profilático e Terapêutico	36.603.610	1,02%
. Vigilância Sanitária	0	0,00%
. Vigilância Epidemiológica	38.735.483	1,08%
. Alimentação e Nutrição	0	0,00%
. Outras Subfunções	389.336.164	10,88%
V. (-) Exclusão de Itens de Despesas Acórdão no.20 TCE-CE	(6.474.731,40)	-0,18%
VI. (+) Despesas com consórcios	94.136.705,13	2,63%
VII. (=) Despesas Executadas	3.665.183.321,57	
VIII. % DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE SOBRE A RLIT	15,679%	
. Percentual Mínimo a Aplicar	12,00%	
. Percentual Aplicado Além do Mínimo	3,679%	
IX. VALOR APLICADO ALÉM DO MÍNIMO	860.043.973	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

De acordo com o demonstrativo acima, o Estado aplicou 15,679% da RLIT em despesas próprias de saúde, atendendo ao limite mínimo de 12% estabelecido na supracitada legislação, ultrapassando o percentual em 3,679%, o que equivale a um valor de R\$ 860.043.973.

E ainda, a Tabela 46 apresenta itens de despesas excluídos em conformidade com o Acórdão TCE nº. 546 de 2018, totalizando R\$ 6.474.731,40, composto por:

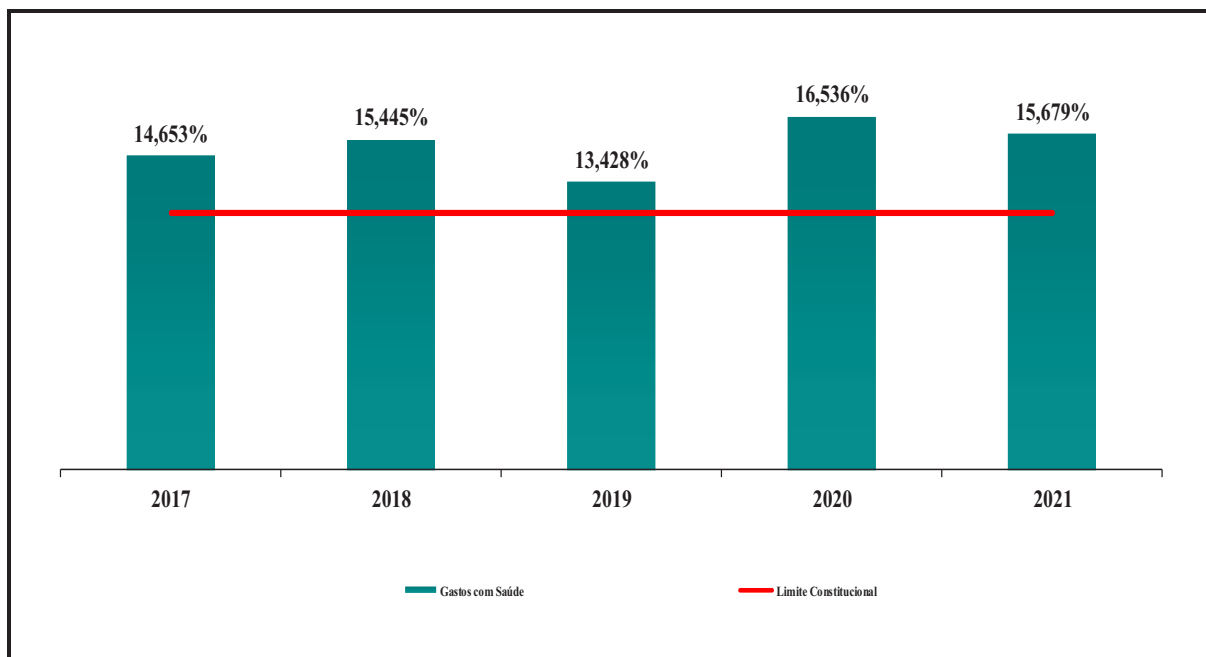
- R\$ 4.268.407,59 (Material de Assistência Social);
- R\$ 1.065.120,00 (Fornecimento de Alimentação);
- R\$ 2.244,18 (Multas sobre Obrigações Tributárias e Contributivas Federais);
- R\$ 686.731,74 (Indenizações e Restituições);
- R\$ 71.382,72 (Indenizações);
- R\$ 201.703,38 (Restituições);
- R\$ 4.842,12 (Devolução de Saldos e Convênios); e
- R\$ 1.827,03 (Multas Indedutíveis).

O Gráfico 8 e a Tabela 47 apresentam os percentuais aplicados da RLIT em despesas próprias de saúde nos últimos cinco anos, evidenciando que o Estado vem cumprindo e superando o limite mínimo de 12%, previsto na legislação.

Tabela 47 – Despesas com saúde do período de 2017 a 2021

					(Em R\$ 1,00)
Gastos com Saúde	2017	2018	2019	2020	2021
Gastos com Saúde	2.391.087.817	2.691.127.812	2.606.697.633	3.095.194.404	3.665.183.322
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Saúde	16.317.702.332	17.423.705.046	19.412.679.637	18.717.602.781	23.376.161.237
% Gastos com Saúde	14,653%	15,445%	13,428%	16,536%	15,679%
Limite Constitucional	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%
Fonte: S2GPR-SEFAZ					

Gráfico 8 - Percentuais anuais de despesas aplicadas com Saúde



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.2.2. Despesas consórcios públicos de saúde

A Portaria STN nº. 274, de 13 de maio de 2016, estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil em conformidade com a responsabilidade fiscal. No art. 11 da referida Portaria, foi estabelecido que os entes da federação consorciados devem apresentar no RGF o Demonstrativo da Despesa com Pessoal. No RREO devem ser incluídos o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, cujos modelos são apresentados no Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, 10ª edição, versão 3.

O Estado do Ceará possui consórcios públicos apenas na área da saúde e publicou as informações exigidas em seus demonstrativos divulgados no Diário Oficial do Estado de 29 de janeiro de 2021, em conformidade com o modelo apresentado do Manual da STN, conforme Tabela 48.

Tabela 48 – Gastos com Consórcios Públicos de Saúde em 2021

		R\$ 1,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS COM PESSOAL
Consórcio Público De Saúde Interfederativo do Vale do Curu (Cisvale)	8.107.996,27	3.685.992,59
Consórcio Público De Saúde De Maracanaú	3.048.933,70	1.008.265,63
Consórcio Público De Saúde Do Maciço de Baturité	5.755.876,62	5.633.892,38
Consórcio Público De Saúde Da Microregião de Canindé	3.505.401,50	1.344.501,64
Consórcio Público De Saúde De Itapipoca	4.476.772,66	1.974.047,12
Consórcio Público De Saúde Da Micro de Aracati	4.823.905,73	2.562.064,65
Consórcio Público De Saúde De Quixadá	5.067.825,34	3.401.546,20
Consórcio Público De Saúde Da Micro Russas	4.647.169,42	2.582.226,58
Consórcio Público De Saúde Da Microregião De Limoeiro do Norte	4.954.331,11	3.180.208,32
Consórcio Público De Saúde Da Micro Sobral	5.034.212,98	2.841.680,10
Consórcio Público De Saúde De Acaraú	4.519.187,45	1.485.092,03
Consórcio Público De Saúde De Ibiapaba (Tianguá)	5.368.144,92	3.489.293,62
Consórcio Público De Saúde De Tauá	9.838.291,09	1.050.711,22
Consórcio Público De Saúde De Crateús	5.270.550,52	3.126.621,75
Consórcio Público De Saúde De Camocim	5.878.924,89	3.775.145,00
Consórcio Público De Saúde Da Microregião de Icó	6.310.643,66	3.469.915,04
Consórcio Público De Saúde De Iguatu	4.996.809,14	2.758.049,50
Consórcio Público De Saúde Da Micro Brejo Santo	5.111.707,50	4.543.507,89
Consórcio Público De Saúde Da Micro Crato	9.938.255,83	6.233.028,80
Consórcio Público De Saúde Da Micro Juazeiro do Norte	5.826.263,70	2.989.026,58
Consórcio Público De Saúde Da Microregião de Cascavel	5.988.681,12	5.031.706,69
TOTAL	118.469.885,15	66.166.523,33
Fonte: DOE 28 01 2022 - RREO (6º Bimestre) e RGF (3º Quadrimestre) de 2021		

5.2.3 Despesas com a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino

Os artigos 212, da Constituição Federal, e 216, da Constituição Estadual, determinam que o Estado deva aplicar, no mínimo, 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) na manutenção e desenvolvimento do ensino. De acordo com o demonstrativo de despesas com educação, apresentado na Tabela 49, o Estado aplicou 26,07% da RLIT em despesas próprias com educação, superando em 1,07% o limite mínimo estabelecido nas Constituições Federal e Estadual.

Tabela 49 – Despesas com Educação

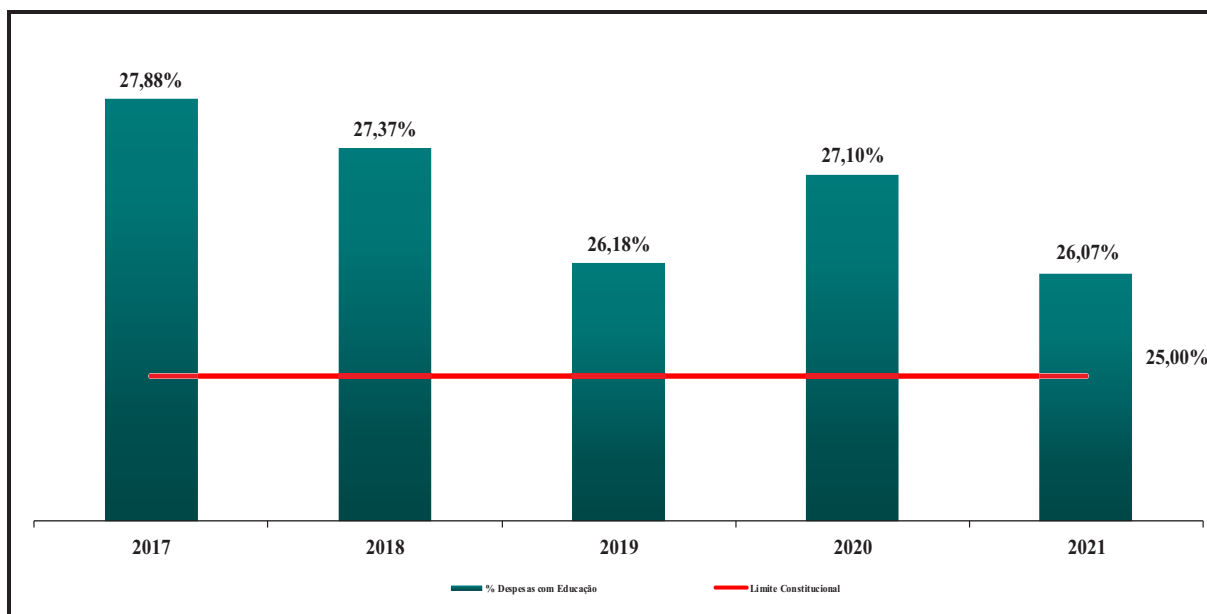
	(R\$ 1,00)
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	
01. RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	27.842.500.985,15
Receita de Impostos	18.821.141.303,52
Receita de Transferências Constitucionais e Legais	9.021.359.681,63
02. DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	(4.466.323.727,20)
Receitas Transferidas aos Municípios	(4.466.323.727,20)
03. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 - 2)	23.376.177.257,95
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	8.092.023,40
05. ENSINO FUNDAMENTAL	92.911.045,53
06. ENSINO MÉDIO	2.905.380.018,62
07. ENSINO SUPERIOR	433.550.241,64
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	141.402.917,61
09. OUTRAS SUBFUNÇÕES	513.724.487,86
10. DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL	(2.708.306.592,18)
11. DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	684.754.813,59
12. CANCELAMENTO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISP. FIN. DE RECURSOS DE IMPOSTOS	7.122.843,73
13. ITENS EXCLUÍDOS SEGUNDO ACORDÃO TCENo. 546/2018	17.037.274,34
13. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9-10+11-12)	6.094.452.395,18
14. MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULT. DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (14 / 3)	26,07%
Fonte: S2GPR-SEFAZ	

Conforme exposto na Tabela 50 e no Gráfico 9, verifica-se que o Estado vem cumprindo e superando anualmente o percentual mínimo de aplicação em despesas com educação.

Tabela 50 - Despesas com educação de 2017 a 2021

					(Em R\$ 1,00)
Despesas com Educação	2017	2018	2019	2020	2021
Despesas com Educação	4.549.548.817	4.769.485.482	5.081.586.694	5.072.723.382	6.094.452.395
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Educação	16.317.702.332	17.423.705.078	19.412.679.637	18.717.602.921	23.376.177.258
% Despesas com Educação	27,88%	27,37%	26,18%	27,10%	26,07%
Limite Constitucional	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
Fonte: S2GPR-SEFAZ					

Gráfico 9 - Percentuais anuais de despesas aplicadas com Educação



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 51 apresenta os recursos que são utilizados para despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino, onde se destacam os gastos aplicados em Ensino Médio (70,95%), no Ensino Superior (10,59%), no Ensino Fundamental (2,27%) e no Ensino Profissional não integrado ao Ensino Regular (2,27%).

Tabela 51 - Despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento de ensino

		(R\$ 1,00)
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		(%)
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	8.092.023,40	0,20%
05. ENSINO FUNDAMENTAL	92.911.045,53	2,27%
06. ENSINO MÉDIO	2.905.380.018,62	70,95%
07. ENSINO SUPERIOR	433.550.241,64	10,59%
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	141.402.917,61	3,45%
09. OUTRAS SUBFUNÇÕES	513.724.487,86	12,54%
11. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9)	4.095.060.734,66	100,00%
Fonte: S2GPR-SEFAZ		

Para dar cumprimento ao estabelecido no Acórdão TCE nº. 546/2018, foram excluídos os gastos com educação de determinados itens de despesas, que em 2021 totalizaram R\$ 17.037.274,34, conforme apresentado na Tabela 52.

Tabela 52 – Itens de despesas excluídos dos gastos com a manutenção e desenvolvimento de ensino

	R\$ 1,00
ITEM	TOTAL
Anuidades Associativas	R\$ 177.453,66
Devolução de saldos e convênios	R\$ 68.038,81
Fornecimento de Alimentação	R\$ 10.794.438,30
Juros sobre Obrigações Tributárias e Contributivas federais	R\$ 0,00
Indenizações	R\$ 5.310.623,95
Restituições	R\$ 177.236,59
Juros	R\$ 375,89
Multas INDEDUTÍVEIS	R\$ 0,00
MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS munici	R\$ 0,00
MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS FEDERAIS	R\$ 5,52
RESSARCIMENTOS CONTRATUAIS	R\$ 333.083,86
Uniformes e fardamentos escolares	R\$ 167.357,00
Outras Indenizações e Restituições	R\$ 8.660,76
Total Geral	R\$ 17.037.274,34

5.2.4 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

Segundo a 11ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais a execução do FUNDEB deve seguir a seguintes normas:

Atendendo ao art. 212-A da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020, e regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, institui-se o Fundeb no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal.

Os recursos serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária. Conforme informações disponibilizadas no site do FNDE, a distribuição é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme previsto no art. 211, §§2º e 3º da Constituição Federal. Ou seja, os Municípios recebem os recursos do Fundeb com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental e os Estados com base no número de alunos do ensino fundamental e médio.

A União complementarará os recursos de cada Fundeb em montante equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos destinados ao Fundeb pelos estados, DF e municípios. A contribuição da União neste novo Fundeb sofrerá um aumento gradativo, até atingir o percentual de 23% (vinte e três por cento) dos recursos que formarão o Fundo em 2026. Passará de 10% (dez por cento), do modelo do extinto Fundeb, cuja vigência se encerrou em 31 de dezembro de 2020, para 12% (doze por cento) em 2021; em seguida, para 15% (quinze por cento) em 2022; 17% (dezessete por cento) em 2023; 19% (dezenove por cento) em 2024; 21% (vinte e um por cento) em 2025; até alcançar 23% (vinte e três por cento) em 2026.

Para essa complementação, a União não poderá utilizar os recursos do salário educação. Além disso, poderá utilizar, no máximo, 30% (trinta por cento) do valor dessa complementação para cumprimento do seu percentual mínimo de aplicação em MDE. A Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, estabeleceu que a complementação da União deve ser repassada em três modalidades: I - complementação-VAAF: 10 (dez) pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF), não alcançar o mínimo definido nacionalmente; II - complementação-VAAT: no mínimo, 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais, em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT), não alcançar o mínimo definido nacionalmente; III - complementação-VAAR: 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão, alcancem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica. A complementação da União observará o cronograma da programação financeira do Tesouro Nacional e contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da complementação anual, a serem realizados até o último dia útil de cada mês, assegurados os repasses de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de julho, de 85% (oitenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de cada ano, e de 100% (cem por cento) até 31 de janeiro do exercício imediatamente subsequente.

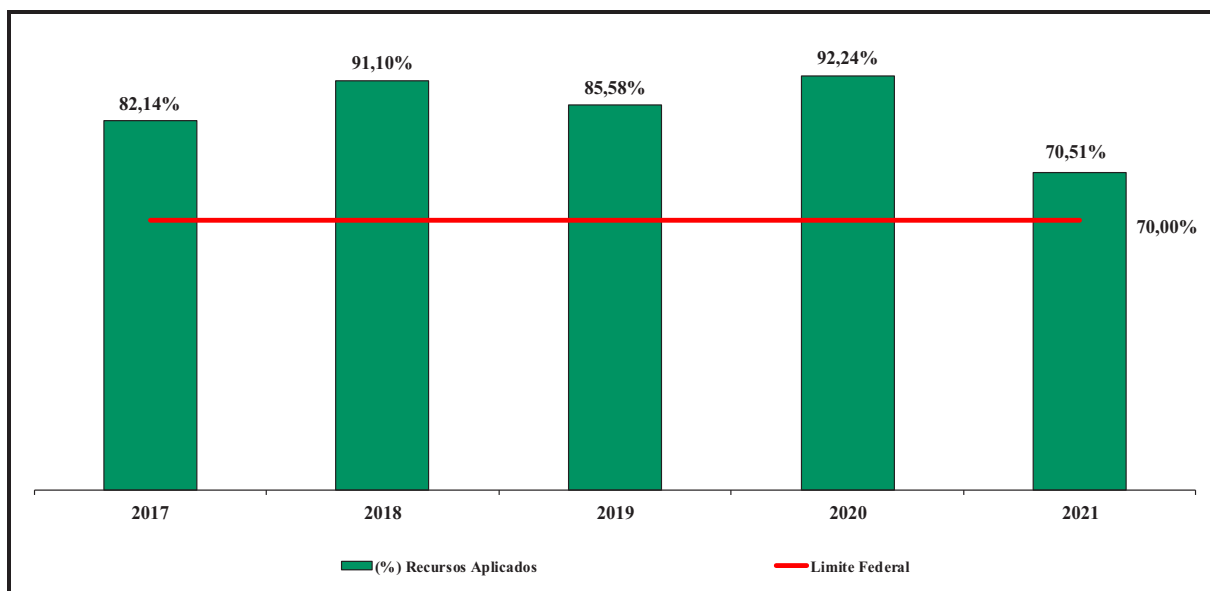
Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A Lei 14.113/2020 conceitua remuneração, para fins de aplicação do percentual mínimo de 70%, como o total de pagamentos devidos aos

profissionais da educação básica em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, do Distrito Federal ou do Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes.

No Gráfico 10 estão apresentados os percentuais dos recursos do FUNDEB aplicados com despesa de pessoal do magistério, que em 2021 apresentou o percentual de 70,51% atendendo a legislação federal (70%).

Gráfico 10 - Percentuais anuais de recursos do FUNDEB com despesa de pessoal do magistério



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 53 apresenta o demonstrativo detalhado das receitas e despesas do FUNDEB com os valores referentes aos recursos aplicados na remuneração dos profissionais da educação no exercício de 2021.

Tabela 53 - Recursos do FUNDEB aplicados na remuneração dos profissionais da educação – 2021

	(R\$ 1,00)
RECEITAS DO FUNDEB	
1. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB PELO ESTADO	4.411.978.866,36
2. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.413.242.059,19
2.1 Transferências de Recursos do FUNDEB	27.331.447,10
2.2 Complementação da União do FUNDEB	682.233.131,49
2.3 Receita de Restituições ao FUNDEB	5.206,42
2.4 Receita de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	1.703.672.274,18
3. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (2.1-1)	(2.708.306.592,18)
4. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.701.473.502,82
Com Ensino Fundamental	34.902.968,41
Com Ensino Médio	1.449.083.099,31
Outras (Adm, Geral e EJA)	217.487.435,10
5. OUTRAS DESPESAS	224.488.216,79
Com Ensino Fundamental	-
Com Ensino Médio	165.842.166,97
Outras (Adm, Geral, EJA, Educ Especial e Ensino Profissional)	58.646.049,82
6. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS E DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	512,55
7. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
8. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (4-6-7)	1.701.472.990,27
9. NA LEGISLAÇÃO FEDERAL O MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (8/2)	70,51%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

De acordo com a Tabela 53, o Resultado Líquido negativo do FUNDEB foi de R\$2.708.306.592,18 (R\$ 2.413.242.059,10 de Receitas Recebidas e R\$ 4.411.978.866,36 de Receitas Destinadas), enquanto as despesas com pagamento dos profissionais do magistério, com recursos do Fundo, foram de R\$1.701.472.990,27, não tendo sido verificada a inscrição de Restos a Pagar. Portanto a aplicação de recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério atingiu o percentual de 70,51% do total, atendendo o percentual mínimo exigido na Constituição Federal (70%).

5.2.5 Receita Corrente Líquida

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece no seu art. 2º, inciso IV, o conceito e a metodologia de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL):

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

(...)

b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º (...)

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

Portanto, a RCL constitui o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidas das decorrentes de transferências constitucionais e legais, contribuições para o sistema de previdência dos servidores, receita recebida de compensação entre regimes de previdência e os valores pagos ao FUNDEB.

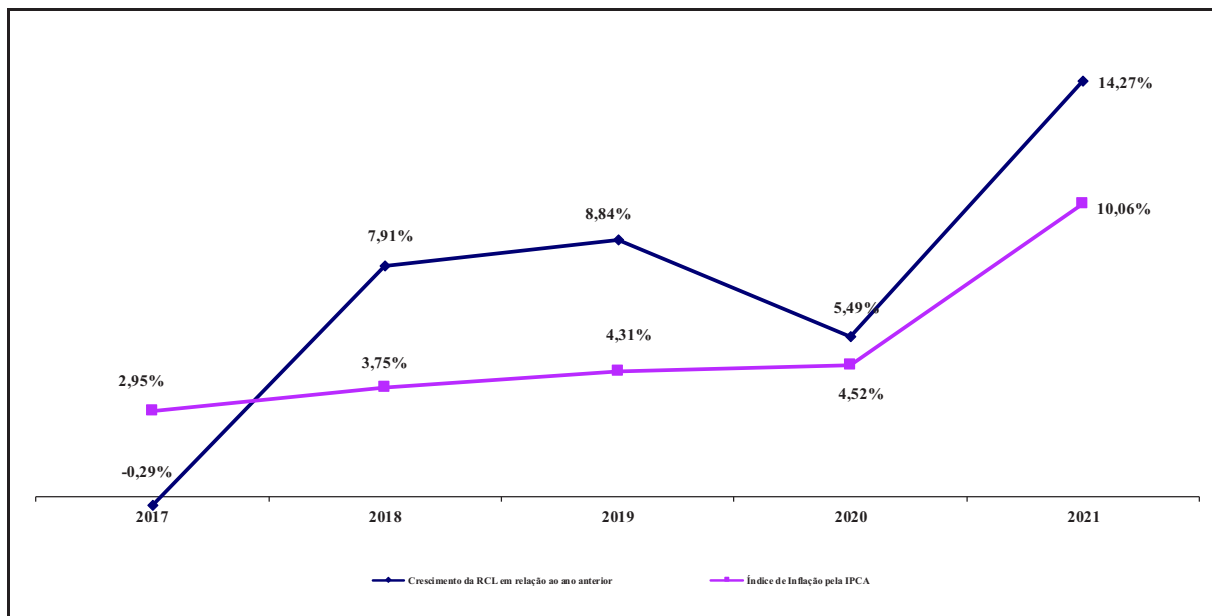
A Tabela 54 apresenta a evolução da RCL de 2016 a 2020. A RCL do ano de 2020 foi de R\$ 22.028.314.984, apresentando um crescimento de 5,49% em relação ao ano anterior, que foi de R\$ 20.882.025.053.

Tabela 54 - Evolução da RCL de 2017 a 2021

					RS 1,00
ITEM	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Corrente Líquida - RCL	17.779.471.739	19.186.195.108	20.882.025.053	22.028.314.984	25.170.813.561
Variação Acumulada		7,91%	8,84%	5,49%	14,27%
Fonte: S2GPR-SEFAZ					

A RCL tem apresentado crescimento nominal e absoluto nos últimos anos, conforme disposto no Gráfico 11, que compara a variação anual da RCL do Estado do Ceará com a inflação medida pelo IPCA no período de 2017 a 2021. Com exceção de 2017, nos demais exercícios a variação da RCL foi superior à inflação do mesmo período. Em 2020, enquanto a variação da RCL em relação ao ano anterior foi de 14,27%, a inflação do período foi de 10,06%, representando um incremento real de 3,8252%.

Gráfico 11 - Evolução da RCL e índices de IPCA de 2017 a 2021



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Apesar da situação ser positiva, o cenário econômico e financeiro do país ainda é instável. Isso exige que o Governo continue sendo rigoroso no planejamento da gestão dos recursos, reduzindo os riscos e mantendo a situação fiscal favorável do Estado com o cumprimento dos indicadores fiscais.

5.2.6 Despesas com Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 19, limita a despesa total com pessoal do Estado em 60% da Receita Corrente Líquida. No art. 20 a LRF faz a repartição desse limite global entre os Poderes Executivo (49%), Judiciário (6%) e Legislativo (3%), incluídos nesse os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, além do Ministério Público (2%). Já a LDO 2020 estabeleceu no art.65, incisos I a IV, os seguintes percentuais:

Art.65 Para os fins do disposto nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os seguintes percentuais da Receita Corrente Líquida – RCL:

I – no Poder Executivo: 48,6% (quarenta e oito vírgula seis por cento);

II – no Poder Judiciário: 6,0% (seis por cento);

III – no Poder Legislativo: 3,4% (três vírgula quatro por cento);

1. na Assembleia Legislativa: 2,34% (dois vírgula trinta e quatro por cento);

2. no Tribunal de Contas do Estado: 1,06% (um vírgula zero seis por cento);

IV – no Ministério Público: 2,0% (dois por cento).

A análise comparativa dessas despesas, em relação ao exercício de 2021, foi feita sempre considerando o percentual sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada, que consiste no registro do valor da RCL dos últimos 12 meses após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 16 do art. 166 da Constituição Federal.

Em 2021, a RCL ficou num valor de R\$ 25.170.813.561,04 e o montante referente às Transferências obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais foi de R\$ 1.829.986,00 e Emendas de Bancada R\$ 107.925.219, resultando numa RCL Ajustada no valor de R\$ 25.061.058.356,04. A Tabela 55 apresenta as Despesas com Pessoal para os Poderes e o Ministério Público no exercício de 2021, e os percentuais desses gastos em relação à RCL Ajustada.

Tabela 55 – Despesas com pessoal

DESPESA COM PESSOAL	3º QUADRIMESTRE DE 2021 (Valor Liquidado + Restos a Pagar não Processados)						RS1.000,00
	EXECUTIVO	DEFENSORIA PÚBLICA	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	TCE	JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.101.801,42	206.697,45	488.923,57	249.132,09	1.305.788,45	453.109,77	14.805.452,75
PESSOAL ATIVO	7.832.062,39	172.088,68	366.165,85	182.295,99	1.087.544,42	383.568,02	10.023.725,35
PESSOAL INATIVO	3.322.201,15	34.608,77	104.704,85	64.732,41	218.244,03	69.541,75	3.814.032,96
OUTRAS DESP TERC	947.537,87	0,00	18.052,87	2.103,69	0,00	0,00	967.694,44
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	2.498.842,59	33.948,26	103.497,73	64.099,15	206.827,95	85.068,49	2.992.284,16
INDENIZAÇÕES	1.587,42	0,00	0,00	68,39	0,00	3.056,69	4.712,50
DECISÃO JUDICIAL	192.762,01	0,00	0,00	0,00	0,00	8.707,62	201.469,63
DEA	72.437,06	0,00	2.438,83	442,79	3.479,54	3.762,43	82.560,64
INATIVOS REC VINC	2.232.056,12	33.948,26	101.058,90	63.588,0	203.348,41	69.541,75	2.703.541,40
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	9.602.958,82	172.749,19	385.425,84	185.032,94	1.098.960,51	368.041,29	11.813.168,59
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	25.170.813,56	25.170.813,56	25.170.813,56	25.170.813,56	25.170.813,56	25.170.813,56	25.170.813,56
(-) Transferências obrig. da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.829,99	1.829,99	1.829,99	1.829,99	1.829,99	1.829,99	1.829,99
(-) Transferências obrig. da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	107.925,22	107.925,22	107.925,22	107.925,22	107.925,22	107.925,22	107.925,22
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI) = (IV - V)	25.061.058,36	25.061.058,36	25.061.058,36	25.061.058,36	25.061.058,36	25.061.058,36	25.061.058,36
% DESPESA COM PESSOAL (VI) / (III) %	38,318%	0,689%	1,538%	0,738%	4,39%	1,469%	47,138%
% LIMITE MÁXIMO	48,60%		2,34%	1,06%	6,00%	2,00%	60,00%
% LIMITE PRUDENCIAL (95%)	46,17%		2,22%	1,01%	5,70%	1,90%	57,00%
% LIMITE DE ALERTA (90%)	43,74%		2,11%	0,95%	5,40%	1,80%	54,00%

Fonte: SSGPR/SEFAZ

De acordo com as informações da Tabela 55, verifica-se que em 2021 o gasto total com pessoal de todos os poderes atingiu 47,138% da RCL ajustada, ficando abaixo dos limites legal e prudencial. Individualmente, os gastos de todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e do Ministério Público ficaram também abaixo dos limites legal e prudencial.

Especificamente em relação ao Poder Executivo o indicador passou de 40,55%, em 2020, para 39,01%, em 2021, ficando ainda mais distante dos Limites de Alerta (44,10%), Prudencial (46,55%) e Máximo (49,00%), conforme apresentado na Tabela 56.

Tabela 56 – Despesas com pessoal do Poder Executivo de 2017 a 2021

(Em R\$ 1,00)

Gastos com Pessoal	2017	2018	2019	2020	2021
Gastos com Pessoal	7.539.771.749	8.110.638.640	8.689.988.994	8.876.096.988	9.775.708.014
RCL Ajustada (*) (**)	17.762.569.696	19.174.512.116	20.870.241.723	21.886.952.292	25.061.058.356
% Gastos com Pessoal - P. Executivo	42,45%	42,30%	41,64%	40,55%	39,01%
Limite Prudencial	46,17%	46,17%	46,55%	46,55%	46,55%
Limite Máximo	48,60%	48,60%	49,00%	49,00%	49,00%
Limite de Alerta	43,74%	43,74%	44,10%	44,10%	44,10%

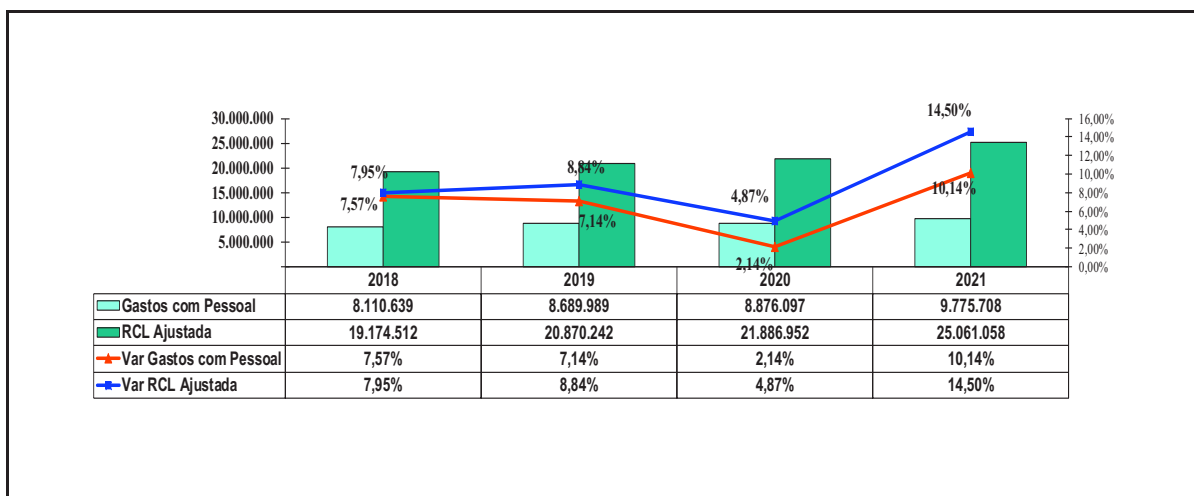
Fonte: S2GPR-SEFAZ

(*) A partir do exercício de 2017 passou a utilizar a RCL Ajustada = RCL (-) Emendas Individuais, conforme Art. 166-A § 1º da CF.

(**) A partir do exercício de 2020 passou a utilizar a RCL Ajustada = RCL (-) Emendas Individuais (Art. 166-A § 1º da CF) e Emendas de Bancada (Art. 166, § 16 da CF).

Apesar da realização de convocação de novos concursados e do atendimento de reivindicações dos servidores, como a concessão da média salarial do Nordeste para a Polícia Militar e os Bombeiros; a descompressão da carreira dos policiais civis; o reajuste do salário pela inflação para os servidores que ganham o salário mínimo do Estado; além dos impactos decorrentes da progressão das carreiras; com base no Gráfico 12, verificou-se que, à exceção de 2017, a Despesa com Pessoal Ativo do Poder Executivo cresceu numa proporção menor que a RCL no período de 2018 a 2021. A partir de 2018 a RCL Ajustada apresentou um incremento de 7,95%, contra um crescimento da Despesa com Pessoal Ativo em 7,57%. Em 2021 a variação da RCL Ajustada foi de 14,50%, enquanto a Despesa com Pessoal Ativo teve uma variação de 10,14%.

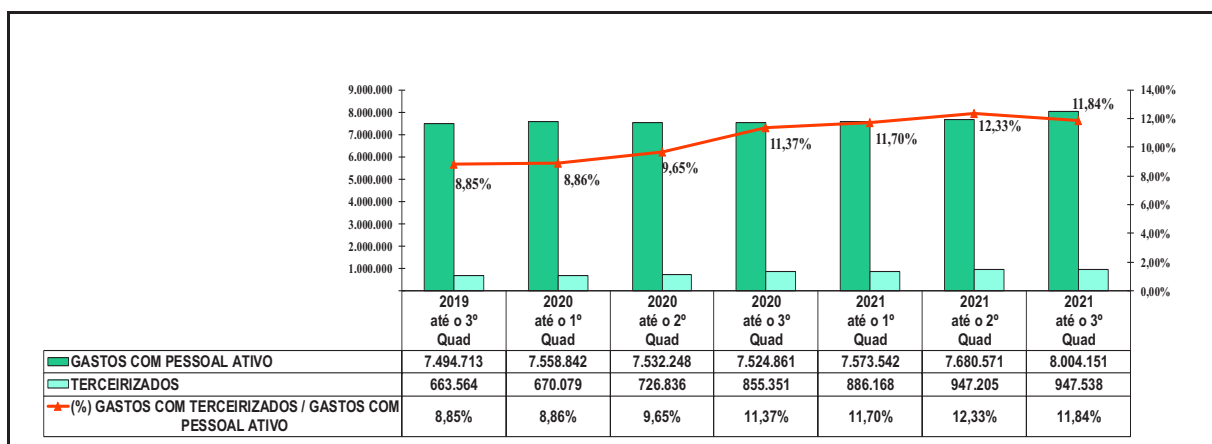
Gráfico 12 - Despesas com Pessoal do Poder Executivo x RCL Ajustada (R\$1.000,00)



Fonte: S2GPR-SEFAZ

O Gráfico 13 apresenta a comparação das Despesas com Pessoal Terceirizado em substituição a servidor em relação às Despesas Totais com Pessoal Ativo, onde se verifica que, a partir do 3º quadrimestre de 2018, as despesas apresentaram um patamar médio próximo de 9%, mas em 2020 passou para 11,37% e em 2021 para 11,84%, devido ao incremento das despesas com os profissionais da saúde decorrente da Pandemia da COVID-19.

Gráfico 13 - Percentuais Quadrimestrais das despesas com terceirização (R\$1.000,00)



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 57 apresenta as principais secretarias que utilizam mão-de-obra terceirizada em substituição a servidor. Estes casos impactam diretamente no percentual de gastos com pessoal, pois fazem parte do cálculo do limite de gastos com pessoal, contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal", nos termos do §1º do art.18 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tabela 57 – Despesas nas Secretarias com terceirização em substituição a servidor

											(Em R\$ 1,00)
SECRETARIAS	ANO 2017	% de Participação	ANO 2018	% de Participação	ANO 2019	% de Participação	ANO 2020	% de Participação	ANO 2021	% de Participação	Variação de 2021 em relação a 2020
SAÚDE	463.685.695,25	81,64%	501.432.609,31	81,29%	531.662.886,01	82,24%	729.224.981,31	85,25%	807.037.251,58	85,17%	10,67%
SEDUC	67.413.154,75	11,87%	72.573.363,62	11,76%	82.921.418,23	12,83%	76.488.429,16	8,94%	84.976.472,77	8,97%	11,10%
SECTECE	17.948.711,37	3,16%	18.767.867,14	3,04%	20.099.278,04	3,11%	20.092.529,87	2,35%	22.256.196,04	2,35%	10,77%
SEFAZ	10.259.078,42	1,81%	10.194.406,22	1,65%	11.811.727,56	1,83%	12.446.475,65	1,46%	13.316.512,98	1,41%	6,99%
DEMAIS SECRETARIAS	8.691.066,32	1,53%	13.890.775,43	2,25%	17.068.281,03	2,64%	17.099.026,77	2,00%	19.951.439,74	2,11%	16,68%
TOTAL	567.997.706,11	100,00%	616.859.021,72	100,00%	646.495.309,84	100,00%	855.351.442,76	100,00%	947.537.873,11	100,00%	10,78%
Fonte: S2GPR - SEFAZ											

Conforme se verifica na Tabela 57, em 2021 as despesas com serviços de terceirização em substituição a servidor tiveram um crescimento de 10,78% em relação a 2020. A Secretaria da Saúde representou 85,17% do total, mantendo o percentual acima de 80% desde 2017. Tal fato decorre da contratação de profissionais de saúde por meio de cooperativas (médicos, enfermeiros e auxiliares). Desde 2020, com crise sanitária decorrente da Pandemia da COVID-19 essa necessidade foi agravada, com um aumento de 37,16% em relação a 2019, totalizando R\$729.224.981,31 e em 2021 apresentou um gasto de R\$ 807.037.251,58, sendo 10,67% superior a 2020. A SEDUC apresentou um montante de R\$ 84.976.472,77, representando um incremento de 8,97% do total dessa despesa, devido à contratação de professores temporários se recuperando da redução de 7,76% em 2020 (R\$76.488.429,16) com relação a 2019 (R\$ 82.921.418,23).

5.2.7 Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviços da Dívida e Garantias

No que concerne aos limites para a Dívida Consolidada Líquida – DCL, as Operações de Crédito contratadas, o Serviço da Dívida e as Garantias e Contragarantias em relação à Receita Corrente Líquida, as Resoluções nº40/2001 e nº43/2001 do Senado Federal determinam a observância dos seguintes limites para Estados e Municípios:

- Dívida Consolidada Líquida não pode exceder a duas vezes a RCL (Resolução n.º 40/2001, art. 3.º, inciso I);
- O montante global das Operações de Crédito, realizadas em um exercício financeiro, não pode ser superior a 16% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso I);
- O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de créditos já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso II); e
- O saldo global das Garantias Concedidas não pode exceder a 22% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 9.º).

Conforme o art.166-A, §1º da Constituição Federal, instituído pela Emenda Constitucional nº 105, de 12 de dezembro 2019, a RCL passou a deduzir as Transferências obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais obrigatórias, resultando na RCL ajustada de R\$ 25.168.983.575,04, que passou a ser a base para o cálculo dos limites de endividamento (DCL, Operações de Crédito e Garantias e Contragarantias).

A Tabela 58 apresenta os valores alcançados pelo Estado, em relação a esses limites legais, além das variações no Ativo Disponível e Dívida Consolidada Bruta, nos exercícios de 2020 e 2021:

Tabela 58 – Comparação dos valores alcançados pelo Estado em relação às limitações legais

(R\$ 1,00)

ITEM	VALOR		VARIAÇÃO 2021/2020	% S/RCL		(%) LIMITE MÁXIMO
	2020	2021		2020	2021	
Disponível (*)	5.688.104.349	7.741.526.042	36,10%	25,82%	30,76%	-
Dívida Consolidada	17.783.339.123	18.849.849.667	6,00%	80,82%	74,89%	-
Dívida Consolidada Líquida	11.973.622.896	11.108.323.625	-7,23%	54,42%	44,13%	200,00%
Operações de Crédito	1.464.765.388	1.406.915.418	-3,95%	6,66%	5,59%	16,00%
Serviço da Dívida	1.470.077.988	1.726.308.240	17,43%	6,67%	6,86%	11,50%
Garantias e Contragarantias	237.326.291	226.226.790	-4,68%	0,98%	0,90%	22,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Na análise a Tabela 58, observa-se que os percentuais obtidos pelo Estado para a Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviço da Dívida e Garantias e Contragarantias, em relação à RCL Ajustada, obedecem aos limites fixados nas Resoluções nº40/2001 e nº43/2001 do Senado Federal.

5.2.7.1 Dívida Consolidada Líquida

O valor total da DCL em 2021, de R\$ 11.108.323.625, foi menor que o total apurado em 2020, de R\$ 11.973.622.896, representando uma redução de 7,23%, passando de 54,42% do 3º. Quadrimestre de 2020 para 44,13% em 2021. Essa redução de mais de 10% foi resultante de crescimento das disponibilidades e da RCL Ajustada. A disponibilidade de caixa líquida teve um crescimento em 33,25%, passando de R\$ 5.809.716.226,36 no 3º Quadrimestre de 2020 para R\$ 7.741.526.042,45 no 3º Quadrimestre de 2021 e a RCL Ajustada um incremento de 14,39% passando de R\$ 22.003.134.886,87 em 2020 para R\$ 25.168.983.575,04. Assim, mesmo a dívida contratual tendo crescido em 6,64%, com um montante de R\$ 16.633.404.657,27 no 3º. Quadrimestre de 2020 para R\$ 17.737.448.194,48 no 3º. Quadrimestre de 2021.

Assim, a DCL de 44,13% está distante do limite fiscal de 200%, conforme as Tabelas 59 e 60 e o Gráfico 14.

Tabela 59 – Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL - referente ao 3º. Quadrimestre de 2021

R\$ 1,00

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO ATÉ O 3º QUAD. 2021
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	17.783.339.122,52	18.849.849.667,10
Dívida Contratual	16.633.404.657,27	17.737.448.194,48
Empréstimos	15.276.057.918,01	16.237.011.096,63
Reestruturação da dívida	879.949.217,70	1.058.417.382,81
Financiamentos	109.780.707,32	107.500.009,16
Parcelamentos e Renegociações da dívida	43.091.101,59	31.124.062,74
Demais Dívidas Contratuais	324.525.712,65	303.395.643,14
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) vencidos e não	518.483.807,45	465.267.285,40
Outras Dívidas Não Contratuais	631.450.657,80	647.134.187,22
DEDUÇÕES (II)	5.809.716.226,36	7.741.526.042,45
Disponibilidade de Caixa	5.809.716.226,36	7.741.526.042,45
Disponibilidade de caixa bruta	5.815.939.118,93	7.821.415.363,56
(-) Restos a pagar processados	127.834.769,74	220.730.988,44
Demais Haveres Financeiros	121.611.877,17	140.841.667,33
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I-II)	11.973.622.896,16	11.108.323.624,65
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL Ajustada (IV)	22.003.134.886,87	25.168.983.575,04
% DCL/RCL (V) = (III/IV)	54,42%	44,13%
LIMITE RESOLUÇÃO SENADO N.º40/2000	200%	200%
LIMITE DE ALERTA (LRF)	180%	180%

Fonte: SISDIV/SEFAZ

Nota 1: A disponibilidade de caixa abrange os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Dependentes e os outros poderes;

Nota 2: Excluídos da disponibilidade de caixa os valores de R\$ 1.402.468.122,80 que estão comprometidos com passivos financeiros, tais como: depósitos e cauções, fianças criminais, depósitos judiciais e outros depósitos de terceiros;

Nota 3: Excluído da disponibilidade de caixa o valor de R\$ 242.791.952,92 do RPPS e R\$ 954.859.409,90 de aplicações financeiras de curto e longo prazo;

Nota 4: Os Demais Haveres Financeiros conforme saldos bancários informados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e Tribunal Regional do Trabalho;

Nota 5: Os restos a pagar da modalidade 91 - operações Intraorçamentárias - não são considerados nos valores informados;

Nota 6: Incluído nos restos a pagar processados o valor de R\$ 93.109,05 referente aos RP não processados liquidados e não pagos em 2021;

Nota 7: O Valor do Passivo Atuarial informado pela SEPLAG/CPREV é resultado da última avaliação atuarial do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará-SUPSEC, conforme Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA 2022;

Nota 8: O saldo da Dívida Consolidada foi informado pela COFIS/CEDIP.

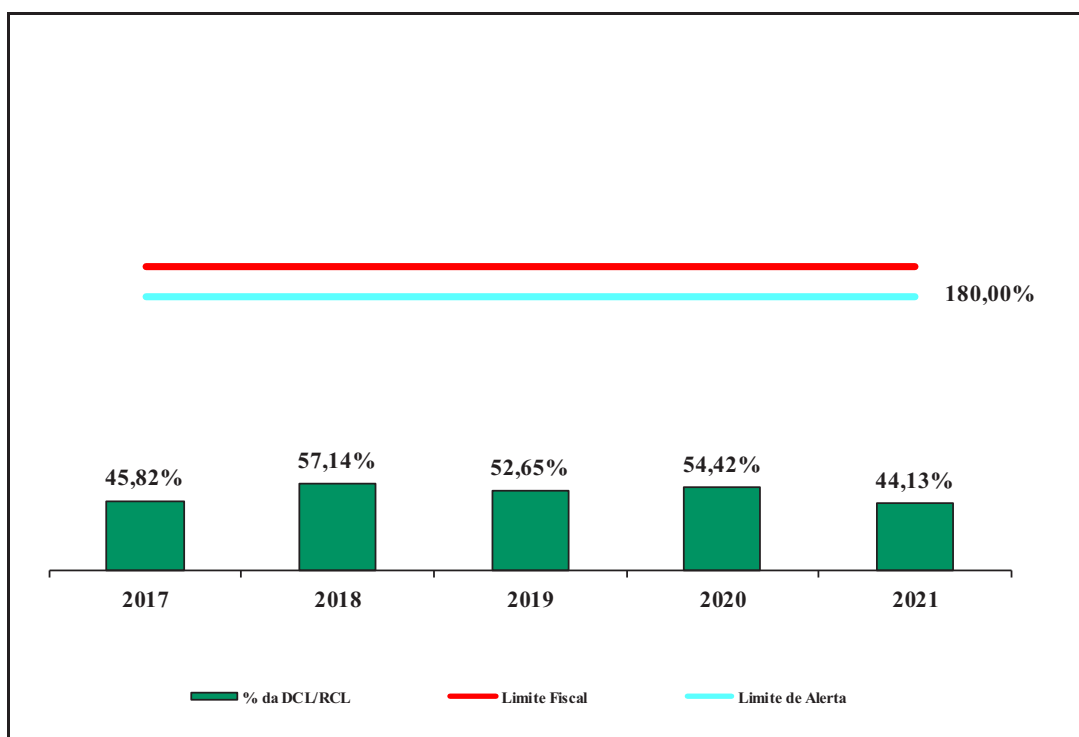
Tabela 60 - Histórico da Dívida Consolidada Líquida de 2017 a 2021

(R\$ 1,00)

Dívida Cons. Líquida - DCL	2017	2018	2019	2020	2021
DCL	8.146.084.434	10.962.426.243	10.995.170.453	11.973.622.896	11.108.323.625
% da DCL/RCL	45,82%	57,14%	52,65%	54,42%	44,13%
Limite Fiscal	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%
Limite de Alerta	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Gráfico 14 - Histórico da Dívida Consolidada Líquida de 2017 a 2021



Fonte: S2GPR-SEFAZ

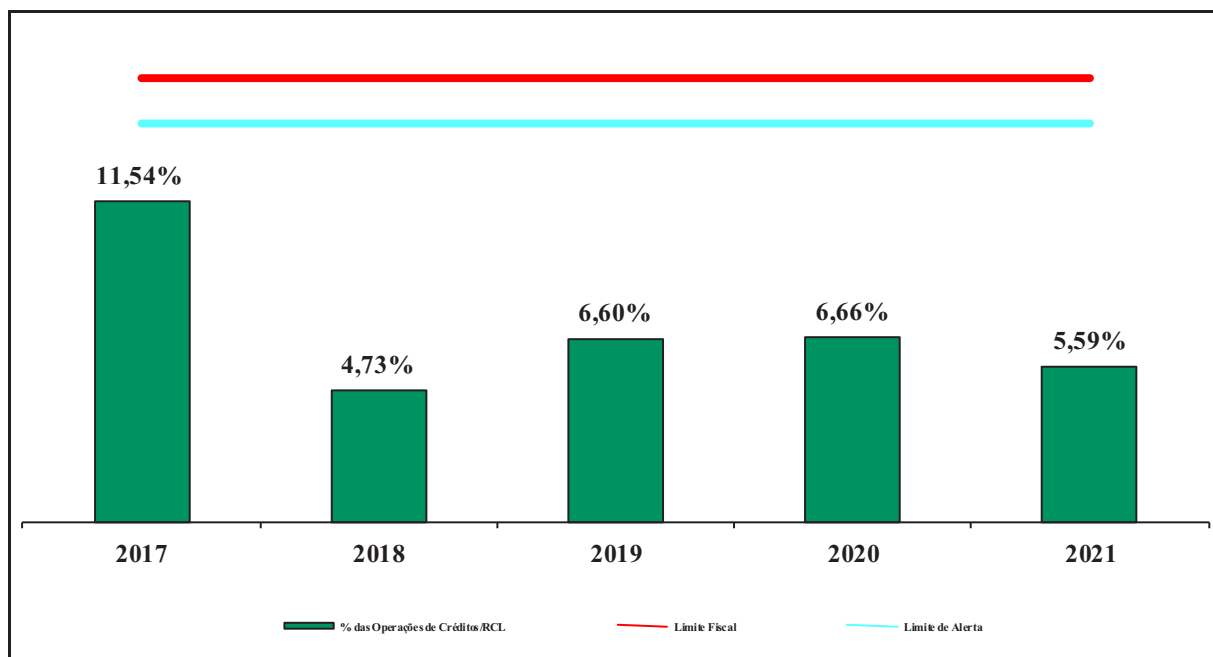
5.2.7.2 Operações de Crédito

O volume anual das operações de crédito nos últimos cinco anos manteve-se bem abaixo do limite máximo de 16%, conforme estabelecido na LRF e disciplinado no art.7º, inciso I da Resolução do Senado nº43/2001. A Tabela 61 e o Gráfico 15 apresentam a situação do indicador no período de 2017 a 2021.

Tabela 61 – Histórico das operações de crédito de 2017 a 2021

	(R\$ 1,00)				
Operações de Créditos	2017	2018	2019	2020	2021
Internas	1.220.422.982	95.284.451	929.473.666	838.737.466	1.051.540.122
Externas	830.655.879	812.780.388	449.638.180	626.027.922	355.375.297
Total das Operações de Créditos Internas e Externas	2.051.078.861	908.064.839	1.379.111.846	1.464.765.388	1.406.915.418
RCL	17.779.471.739	19.186.195.108	20.882.025.053	22.003.134.786	25.168.983.575
% das Operações de Créditos/RCL	11,54%	4,73%	6,60%	6,66%	5,59%
Limite Fiscal	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%
Limite de Alerta	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%
Fonte: S2GPR-SEFAZ					

Gráfico 15 - Histórico das Operações de Crédito de 2017 a 2021



Fonte: S2GPR-SEFAZ

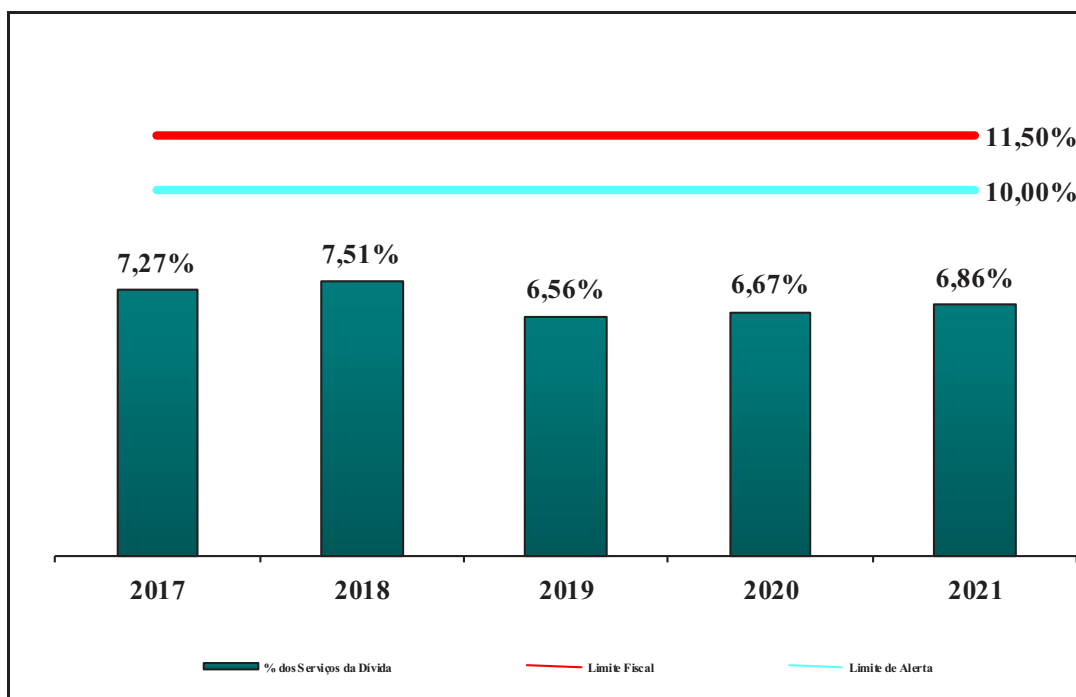
5.2.7.3 Serviços da Dívida

O montante anual do serviço da dívida (amortizações mais juros), nos últimos cinco anos, manteve-se abaixo do limite máximo de 11,5% da RCL, conforme disciplinado no art.7º, inciso II da Resolução do Senado nº43/2001. A Tabela 62 e o Gráfico 16 apresentam a situação do indicador no período de 2017 a 2021.

Tabela 62 – Histórico do serviço da dívida

					(R\$ 1,00)
Serviço da Dívida	2017	2018	2019	2020	2021
Total do Serviço da Dívida	1.292.853.379	1.441.373.414	1.369.295.375	1.470.077.988	1.726.308.240
% dos Serviços da Dívida	7,27%	7,51%	6,56%	6,67%	6,86%
Limite Fiscal	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%
Limite de Alerta	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Fonte: S2GPR-SEFAZ					

Gráfico 16 - Histórico dos percentuais do Serviço da Dívida



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 62 demonstra que o Serviço da Dívida apresentou um percentual de 6,86% em relação a RCL, abaixo do limite de 11,5%. O Serviço da Dívida passou de R\$1.470.077.988 em 2020 para o montante de R\$ 1.726.308.240 em 2021, com uma variação de 17,43%, especialmente devido ao aumento do pagamento de Juros e Encargos da Dívida que passaram de R\$ 434.543.048,39 em 2020 para R\$ 516.363.125,80 em 2021. E ainda que em 2021 ocorreu também um aumento de 16,84% no volume da Amortização da Dívida em relação a 2020, passando de R\$ 1.035.534.939,14 para R\$ 1.209.945.113,85.

5.2.7.4 Garantias e Contragarantias

As Garantias e Contragarantias, nos últimos cinco anos, ficaram abaixo do limite de 22% da RCL, conforme disciplinado no art.9º da Resolução do Senado nº43/2001. A Tabela 63 e o Gráfico 17 apresentam a situação do indicador no período de 2017 a 2021.

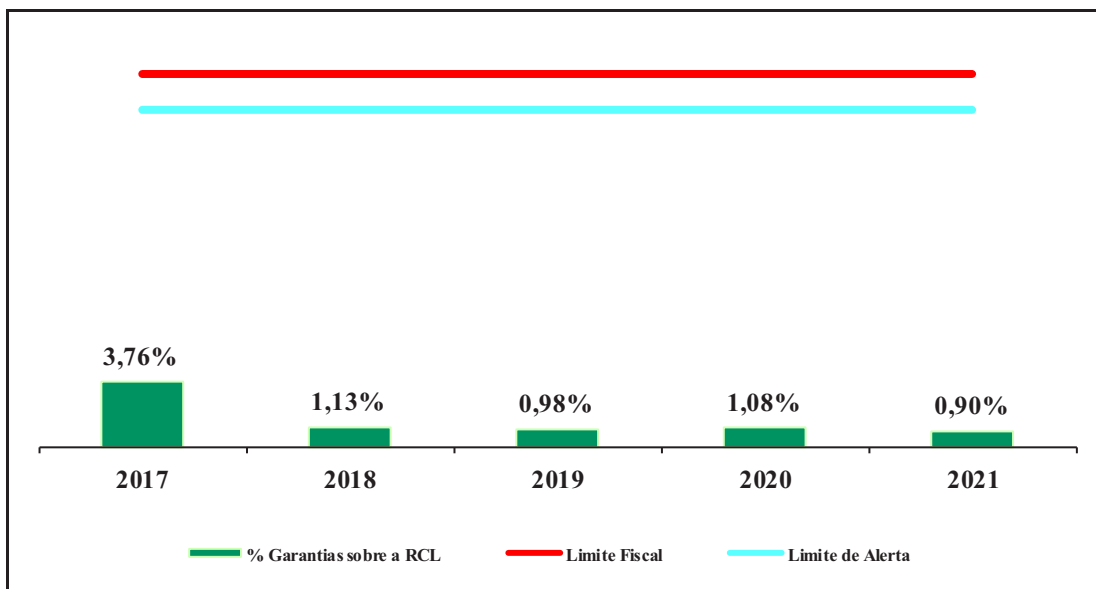
Tabela 63 – Histórico das garantias e contragarantias – 2017 a 2021

(R\$ 1,00)

Garantias e Contragarantias	2017	2018	2019	2020	2021
Total das Garantias e Contragarantias	669.087.596	216.711.186	204.753.529	237.326.291	226.226.790
RCL	17.779.471.739	19.186.195.108	20.882.025.053	22.003.134.786	25.168.983.575
% Garantias sobre a RCL	3,76%	1,13%	0,98%	1,08%	0,90%
Limite Fiscal	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%
Limite de Alerta	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Gráfico 17 - Histórico dos percentuais das Garantias e Contragarantias



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.2.8 Regra de Ouro

O art. 167, Inciso III, da Constituição Federal, veda a realização de Operações de Créditos que excedam o montante das Despesas de Capital, ressalvadas, as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Ao impedir que o montante das Operações de Crédito em um exercício financeiro exceda o montante das Despesas de Capital, evita-se que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes como o pagamento de servidores, despesas administrativas e, principalmente, juros. Consequentemente, para que não sejam realizadas operações de crédito para essas finalidades, é necessário gerar resultado primário que permita ao ente público arcar com o pagamento dos juros da dívida. Essa regra é conhecida na literatura internacional como “regra de ouro”, pois esta é considerada uma boa prática para controlar o endividamento. A Tabela 64 apresenta o resultado da apuração da regra de ouro.

Tabela 64 – Demonstrativo da regra de ouro – 2021

	(R\$ 1,00)
RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS
I. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.406.915.418
DESPESAS	DESPESAS EXECUTADAS
II. DESPESAS DE CAPITAL	4.999.045.453
LIQUIDADAS	3.797.757.143
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	1.201.288.310
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO	(3.592.130.034)
Fonte: S2GPR-SEFAZ	

No exercício de 2021, as Receitas de Operações de Crédito totalizaram R\$1.406.915.418, enquanto o total da Despesa de Capital liquidada foi de R\$4.999.045.453. O valor do resultado apurado foi negativo em R\$ 3.592.130.034 atendendo, portanto, a regra de ouro.

5.2.9 Resultados Primário e Nominal

5.2.9.1 Resultado Primário

O Resultado Primário apurado no ano indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias, gerando saldo para pagar as despesas com juros, a fim de evitar o aumento da dívida.

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2021 (Lei nº. 17.278, de 11 de setembro de 2020, alterada pela Lei nº. 17.861, de 30 de dezembro de 2021) estabeleceu como meta de Resultado Primário o valor de R\$ 491,590 milhões. O art. 3º, § 1º da LDO 2021 disciplinou que as metas fiscais poderiam ser ajustadas pela Lei Orçamentária Anual.

O principal ajuste na receita refere-se à:

- Transferências de Capital: foram adequadas as previsões de convênios com base no cronograma de desembolso do Governo Federal apresentado pelos Órgãos e Entidades do Estado, destacando-se principalmente o Cinturão das Águas e a implantação do Sistema Metro ferroviário - Linha Leste.

Pelo lado da despesa as principais modificações se referem à:

- Demais Despesas Correntes: a elevação na ordem de R\$ 529,5 milhões deve-se à manutenção dos equipamentos já dispostos à população, o custeio da “máquina pública”, bem como a expectativa de inauguração dos novos equipamentos em 2021 e uma melhora esperada nas transferências constitucionais aos municípios cearenses;
- Investimentos: o crescimento na ordem de R\$ 225,5 milhões deve-se, principalmente, aos Projetos de Implantação do Sistema Metro ferroviário da Linha Leste, de Pavimentação e ao Cinturão das Águas.

De acordo com o Demonstrativo do Resultado Primário, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período de janeiro a dezembro de 2021, o Resultado Primário do exercício de 2021 foi de R\$ 2.655,08 milhões, superando a meta inicialmente prevista de R\$ 491,59 milhões da LDO 2021. Contribuiu para esse resultado o fato de as receitas primárias terem obtido um percentual de realização em relação à previsão inicial maior do que o nível de execução alcançado pelas despesas primárias.

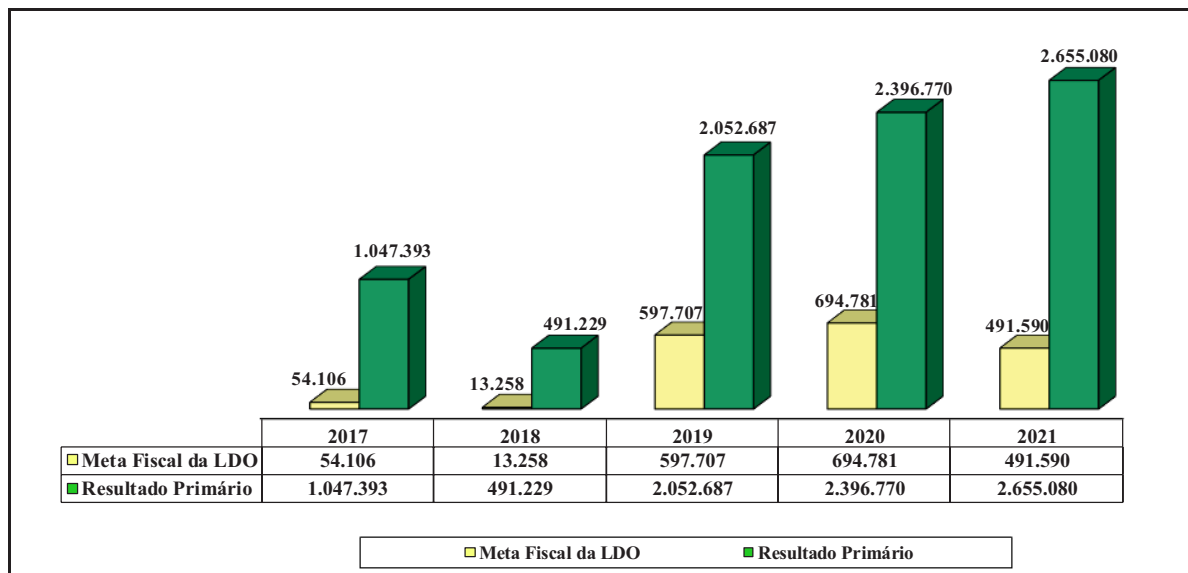
A Tabela 65 e o Gráfico 18 apresentam o comportamento de Resultado Primário do período de 2017 a 2021.

Tabela 65 - Evolução do resultado primário do período de 2017 a 2021

	(R\$ 1.000,00)				
Resultado Primário	2017	2018	2019	2020	2021
Meta Fiscal da LDO	54.106	13.258	597.707	694.781	491.590
Resultado Primário	1.047.393	491.229	2.052.687	2.396.770	2.655.080

Fonte: S2GPR/SEFAZ

Gráfico 18 - Comparativo ano a ano do Resultado Primário com a Meta Anual



Fonte: Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2017 a 2021 e RREO/2021

Da análise constata-se que, neste período, o Estado vem mantendo um histórico favorável no cumprimento das metas de Resultado Primário estipuladas. O superávit fiscal evidencia o bom desempenho das receitas e o controle das

despesas, permitindo a ampliação de investimentos, além de gerar excedente para o pagamento dos juros e parte do principal da dívida pública, indicando autossuficiência de recursos públicos para a cobertura do serviço da dívida.

5.2.9.2 Resultado Nominal

A apuração do Resultado Nominal, calculado conforme metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, tem por finalidade medir a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) no exercício. No Anexo de Metas Fiscais da LDO 2021 (Lei nº. 17.278, de 11 de setembro de 2020, alterada pela Lei nº. 17.861, de 30 de dezembro de 2021) foi estabelecida a meta para Resultado Nominal no valor positivo de R\$ 865,299 milhões. Esse valor representou a previsão de redução no estoque da Dívida Consolidada Líquida do Estado.

De acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período janeiro a dezembro de 2021, o Resultado Nominal no ano de 2021 demonstrou uma redução no endividamento do Estado, no valor de R\$ 865,299 mil, conforme Tabela 66.

Tabela 66 – Evolução do resultado nominal do período de 2017 a 2027

					(R\$ 1.000,00)
Resultado Nominal	2017	2018	2019	2020	2021
Meta Fiscal da LDO	1.381.739	3.164.747	605.602	367.895	143.744
Resultado Nominal	375.025	2.816.342	32.744	978.452	865.299
Estoque da DCL	8.146.084	10.962.426	10.995.170	11.973.623	11.108.324

Fonte: S2GPR/SEFAZ

A redução da Dívida Consolidada Líquida, em 2021, foi proporcionada principalmente pelo crescimento das disponibilidades de caixa e RCL Ajustada, conforme comentado em item anterior.

Portanto, o Resultado Nominal em 2021 foi positivo em R\$ 865.299 mil, indicando o incremento no nível de endividamento do Estado acima da meta estipulada para o exercício na LDO.

5.2.10 Parcerias Público-Privadas

A Lei nº. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, com alterações pelas Leis nº. 12.024/09 e nº. 12.766/12. A referida norma estabelece em seu art.28 que a União não pode conceder garantias e realizar transferências voluntárias de caráter continuado, quando o conjunto das parcerias já contratadas por esses entes tiver excedido a 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício anterior, ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida projetada para os respectivos exercícios.

O Estado do Ceará vem atendendo ao limite de 5% das despesas em relação a RCL, pois suas despesas apresentam um percentual abaixo de 1%, conforme apresentado na Tabela 67, com informações do Demonstrativo das Parcerias Públicos-Privadas, integrante do RREO, publicado no 6º bimestre de 2021.

Tabela 67 – Despesas de PPP em relação a RCL

	R\$ 1,00	
DESPESAS DE PPP	Exercício Anterior 2020	Exercício Corrente 2021
Gestão e Manutenção das Unidades de Atendimento ao Cidadão - Vapt-Vupt	46.966.647,52	48.925.141,92
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA LIMITE	46.966.647,52	48.925.141,92
RCL	22.028.314.984,45	25.170.813.561,04
(%) DESPESAS/RCL	0,21%	0,19%
Fonte: S2GPR/SEFAZ		

5.3 Investimentos Destinados ao Interior do Estado

O art. 210 da Constituição Estadual estabelecia que “a Lei de Orçamento do Estado observará, para investimento do setor público estadual do Interior, dotação nunca inferior a cinquenta por cento do valor global consignado para esse fim”. O

parágrafo único do mesmo artigo definia ainda que “excluem-se da classificação de Municípios do Interior, para fins do caput deste artigo, os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza.”

Atualmente o Estado do Ceará está dividido em 14 regiões de regiões de planejamento, conforme estabelecido na Lei Complementar nº.154, de 20 de outubro de 2015. Assim, a atual distribuição dos investimentos do Estado, no exercício de 2020, teve o comportamento evidenciado na Tabela 68.

Tabela 68 – Investimentos por Região de Planejamento

				(R\$ 1,00)
REGIÕES DE PLANEJAMENTO	VR. AUTORIZADO 2021	VR. EMPENHADO 2021	% EMPENHADO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL EMPENHADO EM 2021
01.CARIRI	826.079.010	568.464.640	68,81%	15,00%
02.CENTRO SUL	120.009.552	104.435.397	87,02%	2,76%
03.GRANDE FORTALEZA	3.047.199.012	1.971.735.970	64,71%	52,02%
04.LITORAL LESTE	66.124.772	53.184.362	80,43%	1,40%
05.LITORAL NORTE	143.269.231	118.189.891	82,49%	3,12%
06.LITORAL OESTE/ VALE DO CURU	131.843.012	96.226.808	72,99%	2,54%
07.MACIÇO DO BATURITÉ	57.063.153	42.146.046	73,86%	1,11%
08.SERRA DA IBIAPABA	94.358.006	66.931.155	70,93%	1,77%
09.SERTÃO CENTRAL	121.224.302	102.243.862	84,34%	2,70%
10.SERTÃO DE CANINDÉ	61.227.312	50.718.212	82,84%	1,34%
11.SERTÃO DE SOBRAL	217.397.858	169.248.572	77,85%	4,47%
12.SERTÃO DOS CRATEÚS	153.032.193	140.398.724	91,74%	3,70%
13.SERTÃO DOS INHAMUNS	52.766.913	44.485.170	84,31%	1,17%
14.VALE DO JAGUARIBE	176.198.944	116.755.350	66,26%	3,08%
15.ESTADO DO CEARÁ	1.037.889.278	145.087.000	13,98%	3,83%
TOTAL GERAL	6.305.682.548	3.790.251.158	60,11%	100,00%
Total (Excluída a Região de Planejamento 15)	5.267.793.269	3.645.164.158	69,20%	
Interior (Excluídas as Regiões de Planejamento 03 e 15)	2.220.594.257	1.673.428.188	75,36%	
Verificação do Limite Constitucional	42,15%	45,91%		
Fonte: SIOF/SEPLAG				

A partir da análise da Tabela 68 é possível identificar que 45,91% do valor total empenhado foi destinado ao interior do Estado, percentual esse que não atende ao dispositivo constitucional (50%). A Grande Fortaleza teve aplicação de 52,02%, seguida pelo Cariri com 15,00% e o Sertão de Sobral com 4,47%. As demais regiões apresentaram percentuais de investimentos abaixo de 4,00%.

5.4 Aplicação de Recursos na FUNCAP

A Constituição Estadual de 1989 estabelece no art. 258, que:

CE, Art. 258. O Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, atribuindo-lhe dotação mínima, correspondente a dois por cento da receita tributária como renda de sua administração privada.

§1º A dotação prevista neste artigo será calculada sobre a renda obtida através de impostos e transferida em duodécimos, mensalmente, no mesmo exercício.

§2º A despesa com pessoal da Fundação de Amparo à Pesquisa não poderá exceder os cinco por cento do seu orçamento global.

A verificação do cumprimento da previsão constitucional consiste em avaliar o volume de recursos aplicados pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, instituída pela Lei Estadual nº.11.752, de 12 de novembro de 1990, com alterações pela Lei nº 15.012, de 04 de outubro de 2011, sendo vinculada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (Secitece).

Em 2021 foram aplicados recursos no valor de R\$ 82.623.854, que correspondem a um percentual de 0,7010% da receita líquida tributária, conforme a Tabela 69.

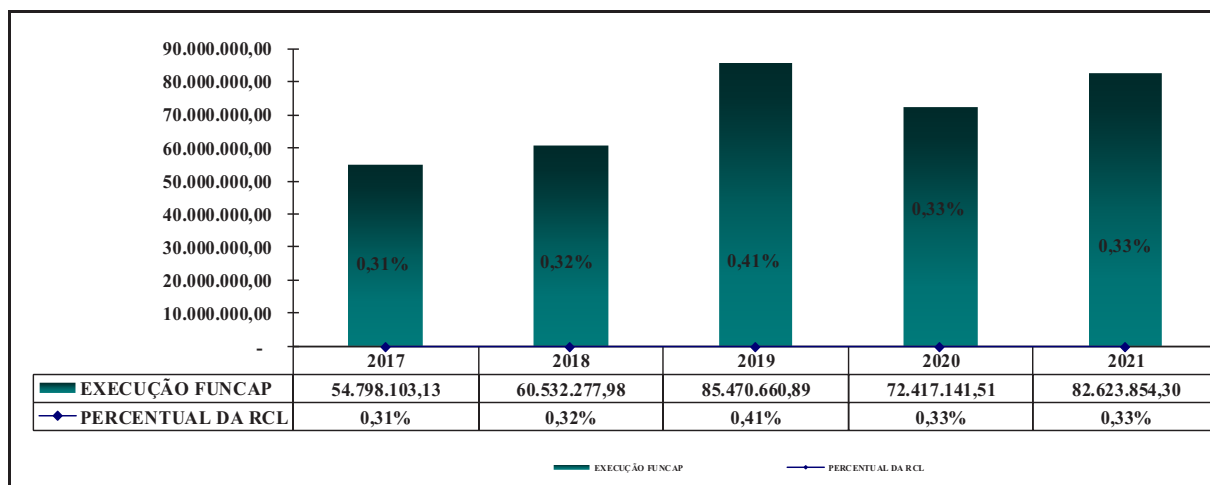


Tabela 69 - Percentual de Recursos Aplicados na Funcap em Relação à Receita de Impostos

		R\$ 1,00
Descrição	LOA 2021	EXECUÇÃO 2021
Receita Tributária de Impostos Bruta	R\$16.275.703.903	R\$ 18.821.141.304
(-) Distribuições Constitucionais dos Impostos	-R\$3.986.086.623	-R\$ 4.449.378.177
(-) Transferências FUNDEB	-R\$2.091.939.827	-R\$ 2.585.799.017
Receita Tributária de Impostos Líquida	R\$ 10.197.677.453	R\$ 11.785.964.110
Atendendo Limite Constitucional (2%)	R\$203.953.549	R\$ 235.719.282
RECURSOS APLICADOS NA FUNCAP	R\$114.400.656	R\$ 82.623.854
Percentual de recursos aplicados na FUNCAP	1,1218%	0,7010%
META DO PERCENTUAL DE RECURSOS A SEREM APLICADOS NA FUNCAP EM 2020	1,44%	
Fonte: S2GPR/SEFAZ		

O Gráfico 19 apresenta a evolução dos recursos executados pela Funcap nos últimos cinco anos, podendo-se constatar que nos anos de 2019 a 2021 ocorreram incrementos substanciais do percentual de execução em relação à RCL.

Gráfico 19 – Evolução dos recursos executados pela FUNCAP



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.5 Receita de Alienação de Bens e Aplicação dos Recursos

O art. 44 da LRF veda a aplicação da Receita de Capital derivada da Alienação de Bens e Direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de Despesa Corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos. Os recursos da alienação de bens e direitos não podem ser aplicados no financiamento de despesa corrente, salvo as exceções destacadas no próprio dispositivo citado.

O art. 53, § 1º, inciso III, da LRF, orienta que o RREO, referente ao último bimestre do exercício, será acompanhado do demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes. Analisando o demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos, que compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao 6º bimestre do ano de 2020, constatou-se que ele apresentava um saldo de R\$ 70.031.291,51 para ser aplicado.

A Tabela 70 apresenta a movimentação dos recursos advindos da alienação de ativos, indicando os recursos que ingressaram e saíram em 2021.

Tabela 70 – Movimentação dos recursos oriundos da alienação de ativos em 2021

				(R\$ 1,00)
Saldo em 2020(I)	Receita Realizada em 2021 (II)	Despesa paga em 2021 (III)	Restos a Pagar Pago em 2021 (IV)	Saldo em 2021 (V) = (I + II-(III+IV))
R\$70.031.291,51	R\$47.231.550,42	R\$0,00	R\$4.329,00	R\$117.258.512,93
Fonte: S2GPR-SEFAZ				

Desse modo, percebe-se que em 2021 foi adicionado ao saldo do demonstrativo o valor de R\$ 117.258.512,93, referente à Receita Realizada. Porém, analisando as informações de receita realizada e despesa paga, por fonte, obtidas nos sistemas corporativos do Estado.

5.6 Disponibilidades de Caixa

A Disponibilidade de Caixa Bruta é composta pelos ativos de alta liquidez, como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Por outro lado, as obrigações financeiras representam os compromissos assumidos com os fornecedores e prestadores de serviço, incluindo os depósitos de diversas origens. Da Disponibilidade Bruta são deduzidos os recursos de terceiros, como depósitos e consignações, os Restos a Pagar Processados, os Restos a Pagar Não-processados, dentre outros. Vale ressaltar que não são deduzidas somente as despesas do ponto de vista contábil, mas também as obrigações fiscais. Dessa forma, os Restos a Pagar Não-processados de exercícios anteriores são também deduzidos.

A Disponibilidade de Caixa deve constar de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso. A Tabela 71 apresenta os saldos de 31 de dezembro de 2020 das principais fontes de recursos.

Tabela 71 – Saldo da disponibilidade de caixa líquida antes da inscrição em restos a pagar não processados por destinação de recursos até dez/21

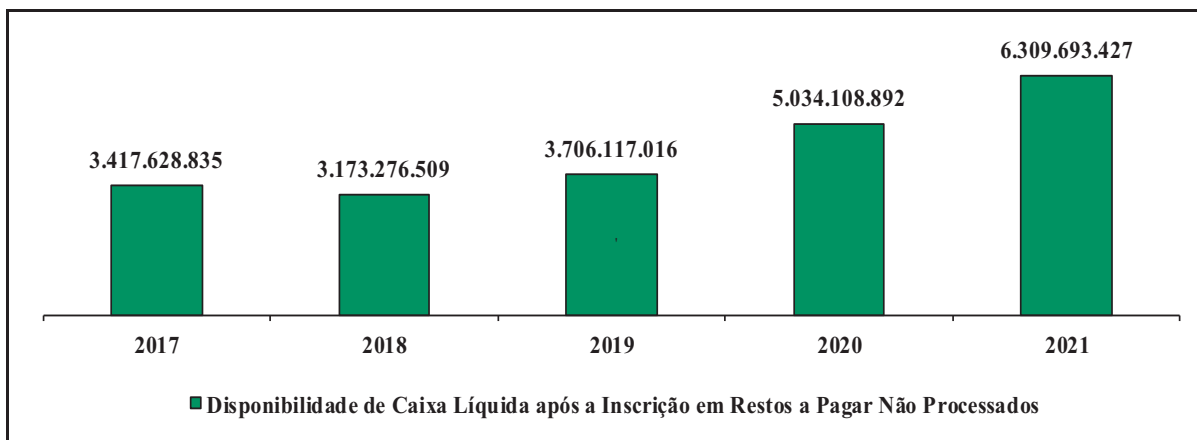
R\$ 1,00

Destinação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta (A)	Operações Financeiras (B)	Disponibilidade de Caixa Líquida antes da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados (C = A-B)
Recursos Não Vinculados/ Ordinários	5.597.108.340,53	1.059.387.361,60	4.537.720.978,93
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	1.843.287,24	22.627.662,64	(20.784.375,40)
Transferências do FUNDEB	568.574.056,36	155.338.153,99	413.235.902,37
Outros Recursos Destinados à Educação	305.029.154,55	11.851.495,46	293.177.659,09
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	87.845.052,68	27.947.155,34	59.897.897,34
Outros Recursos Destinados à Saúde	443.528.531,36	21.800.899,14	421.727.632,22
Recursos Vinculados à Assistência Social	34.795.939,93	4.180.006,44	30.615.933,49
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	771.865.122,61	-	771.865.122,61
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	177.880.440,01	194.576,42	177.685.863,59
Recursos de Operação de Crédito (Exceto destinados a Saúde e Educação)	514.283.943,55	3.927.248,12	510.356.695,43
Recursos de Alienação de Bens\Ativos	66.400.448,24	-	66.400.448,24
Outros Recursos Vinculados	863.654.980,42	59.705.048,11	803.949.932,31
Total dos Recursos	9.432.809.297,48	1.193.591.568,18	8.239.217.729,30

Fonte: S2GPR-SEFAZ

De acordo com o Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa, integrante do Relatório de Gestão Fiscal de 2021, apresentado na Tabela 71, o Estado apresentou, ao final do exercício, disponibilidade bruta na importância de R\$9.432.809.297,48. Já a Disponibilidade de Caixa Líquida antes da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados foi de R\$ 8.239.217.729,30. O Gráfico 20 apresenta a evolução do saldo da Disponibilidade de Caixa Líquida após a Inscrição em Restos a Pagar não Processados, ao final de cada um dos exercícios de 2017 a 2021.

Gráfico 20 - Saldo da disponibilidade de caixa líquida após a inscrição em restos a pagar não processados no final de cada exercício



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Assim, quando se analisa o incremento nominal das Disponibilidades de Caixa entre o ano de 2017 e 2021, verifica-se o incremento percentual de 461,10%. Comparando esse percentual com o índice de inflação acumulada do período de 25,61%, conforme Tabela 72, as disponibilidades de caixa apresentaram um ganho real no período de 346,70%. Esse crescimento das disponibilidades se deve em parte pelo crescimento da receita corrente acima da inflação com pode-se constatar na análise da Receita Corrente Líquida (RCL), e ainda, por medidas de contenção e controle de despesas conforme, Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016, instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Ceará.

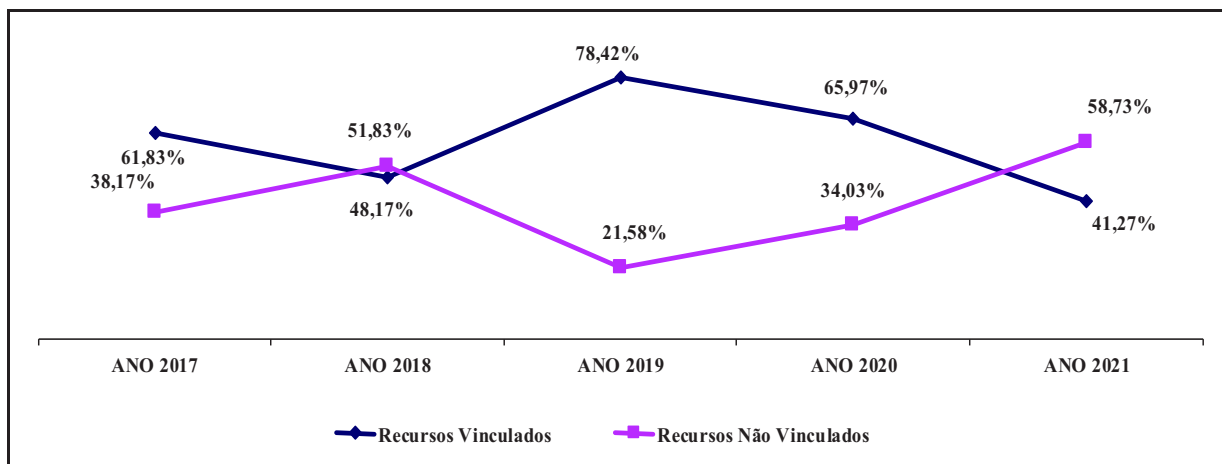
Tabela 72 - Índices de inflação – IPCA

	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Índice de Inflação IPCA	2,95%	3,75%	4,31%	4,52%	10,06%
Índice de Inflação Acumulada	2,95%	6,70%	11,01%	15,54%	25,61%

Fonte: BACEN

Quanto à vinculação para sua utilização, os recursos na Disponibilidade de Caixa apresentam situação distinta. O Gráfico 21 aponta que em 2021 as destinações não vinculadas foram superiores as vinculadas quebrando uma sequência de 2019 e 2020 com recursos vinculados superiores aos não vinculados.

Gráfico 21 - Vinculação da disponibilidade de caixa líquida no final de cada Exercício



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Na análise do Gráfico 21 pode-se observar que em 2017 o montante de recursos vinculados e não vinculados foram próximos de 50% e nos anos 2019 e 2020 ocorreu uma predominância dos recursos vinculados deixando o Gestor com sua autonomia reduzida. Contudo, em 2021 esse cenário foi modificado com um crescimento dos recursos não vinculados numa proporção maior que dos vinculados indicando uma maior na autonomia do Estado na gestão dos recursos.

5.7 Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF)

O Estado do Ceará é parte integrante do Contrato de Confissão, Assunção e Refinanciamento de Dívidas nº003/97 STN/COAFI, de 16 de outubro de 1997, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado federal nº 123/97. O programa dá cumprimento ao disposto no referido Contrato e seus termos aditivos. A 23ª revisão contempla metas ou compromissos relativos ao exercício de 2021 e estimativas para os exercícios de 2022 e 2023.

O cumprimento das metas ou compromissos do Programa visa manter a classificação da capacidade de pagamento do Estado, tornando elegíveis as operações de crédito de seu interesse à concessão de garantias da União. Esse item busca demonstrar quais as Metas ou Compromissos e seus respectivos resultados em 2021.

META 1 – RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA (DC) / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA: não ultrapassar em 2021 a relação DC/RCL 96,20%. A Meta 1 estabelecida foi atendida, pois a DC ficou em 74,89% da RCL, conforme Tabela 73.

Tabela 73 – Meta 1

Descrição	ANO 2021
META 1	96,20%
RESULTADO	74,89%
Fonte: RGF-3o. Quadrimestre/2021	

META 2 – RESULTADO PRIMÁRIO: superar o resultado primário previsto para o exercício. Para o exercício de 2021 a meta do Resultado Primário prevista no PAF foi de R\$ 1.535 milhões negativos e o resultado realizado foi de R\$ 2.655,08 milhões, superando a Meta 2 estabelecida, conforme Tabela 74.

Tabela 74 – Meta 2

	R\$ Milhões
Descrição	ANO 2021
META 2	-1.535,00
RESULTADO	2.655,08
Fonte: RGF-3o. Quadrimestre/2021	

META 3 – DESPESA COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA: não ultrapassar o limite definido no art. 19, inciso II, da LRF. Em 2020 a Meta 3 foi atendida, pois o resultado da soma dos percentuais da Despesa com Pessoal de todos os Poderes e Ministério Público ficou em 47,14%, muito abaixo do limite de 57%, conforme Tabela 75.

Tabela 75 – Meta 3

Descrição	ANO 2021
META 3	57,00%
RESULTADO	47,14%
Fonte: RGF-3o. Quadrimestre/2021	

META 4 – RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA: superar o montante de receitas de arrecadação própria de R\$ 17.286 milhões em 2021. A Meta 4 foi atendida, com o resultado o de R\$19.293 milhões, conforme apresentado na Tabela 76.

Tabela 76 – Meta 4

	R\$ Milhões
Descrição	ANO 2021
META 4	17.286
RESULTADO	19.293
Fonte: S2GPR/2021	

META 5 - Alcançar em 2021 os seguintes compromissos:

- Encaminhar à STN, até o dia 30 de abril de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso de acordo com o art. 8º do Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021;
- Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e
- O Estado deverá rever as classificações orçamentárias e fiscais de suas empresas estatais em dependentes e não dependentes de forma a convergir para as regras previstas na Constituição, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução do Senado nº 43, de 2001, com vistas a garantir que todas as estatais dependentes estejam incluídas no orçamento do exercício de 2023.
- O Estado deverá apresentar, no Relatório de Execução do Programa, o cronograma do processo de alteração do enquadramento da

METROFOR, atualmente classificada pelo Estado como estatal não dependente, tendo em vista determinação externa quanto ao enquadramento no conceito da LRF de estatal dependente. O cronograma deverá evidenciar a adoção de medidas por parte do Estado no sentido de atender ao compromisso do item C acima.

META 6 – DISPONIBILIDADE DE CAIXA: consiste em alcançar em 2021 disponibilidade de caixa de recursos não vinculados maior que o das obrigações financeiras não-vinculadas. A Meta 6 foi atendida conforme, Anexo V do RGF do 3º. quadrimestre de 2021, conforme Tabela 77.

Tabela 77 – Meta 6

	R\$ Milhões
Descrição	ANO 2021
Recursos Não Vinculados	5.597,11
Obrigações Financeiras	1.366,96
Fonte: RGF-3o. Quadrimestre/2021	

Assim, o governo do Estado do Ceará atendeu todas as Metas (1 a 6) do PAF apresentadas na 23ª. Revisão, período 2021 -2023.

5.8 Cumprimento do Novo Regime Fiscal (EC nº 88/2016)

A Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016, instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Ceará. Esse regime irá vigorar por dez exercícios financeiros, a partir de 2017, nos termos dos arts. 43 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Tabela 78, apresenta o demonstrativo do Novo Regime Fiscal para o exercício de 2021.

Tabela 78 – Demonstrativo do Novo Regime Fiscal

DEMONSTRATIVO DO NOVO REGIME FISCAL (EC n.º 88/16)	Ano Anterior (A)		Ano Corrente (B)		R\$ 1,00
	Corrente	Restos a Pagar	Corrente	Restos a Pagar	Varição (%)
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES BRUTA (I)	20.965.836.084,62	797.865.176,21	23.664.517.749,92	773.938.939,47	12,29%
Pessoal e Encargos Sociais	10.982.232.772,21	244.425.440,98	11.478.676.072,07	261.080.503,56	4,57%
Outras Despesas Correntes	9.983.603.312,41	553.439.735,23	12.185.841.677,85	512.858.435,91	20,51%
DEDUÇÕES (II)	10.860.347.454,58	459.568.458,98	12.700.484.317,59	435.792.121,67	16,05%
(-) Transferências Constitucionais e legais (IPVA e ICMS)	3.611.005.105,20	66.117.894,56	4.372.912.430,48	76.878.454,20	21,01%
(-) Despesas Relativas à Saúde	4.037.990.075,34	243.060.645,24	4.785.982.548,41	208.823.109,00	16,67%
(-) Despesas Relativas à Educação	3.161.404.573,52	145.685.334,05	3.482.304.334,74	146.768.262,54	9,74%
(-) Fundos operacionalizados com recursos exclusivamente próprios	49.947.700,52	4.704.585,13	59.285.003,96	3.322.295,93	14,56%
TOTAL DE DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	10.443.785.347,27		11.302.180.250,13		8,22%
LIMITE NOVO REGIME FISCAL ANO CORRENTE (IV)			12.292.661.835,13		
UTILIZAÇÃO DO LIMITE (V) = (III-B / IV)			91,94%		
SALDO LIMITE (VI) = (IV - III-B)			990.481.585,00		

Fonte: SZGPR-SEFAZ

Em 2021 as despesas primárias correntes foram no montante de R\$11.302.180.250,13, apresentando uma variação de 8,22% em relação a 2020. As despesas executadas pelo Poder Executivo no exercício de 2021 representaram 91,94% do Limite do Novo Regime Fiscal. Portanto, verificou-se um saldo de R\$ 990.481.585,00, indicando o cumprimento do Novo Regime Fiscal.

5.9 Indicadores Gerenciais

Nesse capítulo serão analisados alguns indicadores gerenciais que irão demonstrar os esforços do governo em manter as finanças do Estado em equilíbrio. A Tabela 79 apresenta a consolidação dos indicadores gerenciais utilizados para a avaliação.

Tabela 79 – Demonstrativo dos Indicadores Gerenciais

INDICADORES DE GESTÃO PARA ACOMPANHAMENTO				
INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADOS DO ANO DE 2019	RESULTADOS DO ANO DE 2020	RESULTADOS DO ANO DE 2021
Rigidez da Despesa	$\frac{\text{Despesa de Custeio}}{\text{Despesa Total}} \times 100$	87,95%	86,84%	84,73%
Liquidez	$\frac{\text{Disponibilidade de Caixa Líquida}}{\text{Despesa Mensal Liquidada Média}}$	1,74	2,21	2,44
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Arrecadação Própria}}{\text{Receita Total}} \times 100$	55,88%	57,38%	59,82%
Custo Previdenciário	$\frac{\text{Desp Não Custeadas c/Recursos Vinculados à Previdência}}{\text{RCL}} \times 100$	7,13%	6,91%	5,82%
Equilíbrio Financeiro - Previdência	$\frac{\text{Receitas Totais}}{\text{Despesas Empenhadas}}$	0,69	0,65	0,80
Planejamento	$\frac{\text{Restos a Pagar Processados}}{\text{Despesa Liquidada}} \times 100$	3,80%	3,96%	3,50%
Cobertura da Dívida	$\frac{\text{Dívida Consolidada}}{\text{Resultado Primário}}$	7,26	7,42	7,10
Receita per capita	$\frac{\text{Receita Corrente}}{\text{População}} \times 100$	3196,12	3298,72	3833,81
Esforço Tributário	$\frac{\text{Receita Tributária}}{\text{PIB}} \times 100$	9,98%	9,65%	11,25%
Capacidade de Geração de Poupança	$\frac{\text{Receita Corrente} - \text{Desp Corrente}}{\text{Receita Corrente}} \times 100$	15,83%	17,74%	20,87%
Crescimento de Receitas e Despesas	$\frac{\text{Crescimento da Receita}}{\text{Crescimento da Despesa}}$	2,37	0,16	0,04
Resultado de Execução Orçamentária	$\frac{\text{Receita Executada}}{\text{Despesa Executada}}$	1,16	1,17	1,12
Cobertura de Custeio	$\frac{\text{Receita Corrente}}{\text{Despesa Corrente}}$	1,19	1,22	1,26

Fonte: S2GPR-SEFAZ

O indicador de Rigidez da despesa demonstra o comprometimento da despesa de custeio em relação à despesa total. Nesse indicador, quanto menor melhor, permitindo o governo ter uma flexibilidade na utilização dos recursos. Analisando a Tabela 79, percebemos que esse indicador apresentou um percentual de 84,73%, inferior aos dois anos anteriores. Demonstrando que as medidas de contenção das despesas estão surtindo efeito.

O indicador de Liquidez demonstra a capacidade de pagamento em relação às despesas. Nesse indicador, quanto maior melhor a capacidade de honrar os compromissos. A Tabela 79 apresenta o indicador dos três últimos anos e mostra que em 2021 apresentou um valor de 2,44, que significa que para cada R\$ 1,00 empenhado o Estado dispõe de R\$ 2,44 para pagar, representando capacidade financeira no período. E ainda, apresentando em 2021 a melhor performance dos últimos três anos.

O indicador da Autonomia Financeira demonstra a dependência da arrecadação própria em relação à receita total. Nesse indicador, quanto maior o percentual apresentado, menor será a dependência de outras receitas. Nos últimos três anos esse indicador vem se apresentando próximo de 60%, indicando uma autonomia da receita própria em relação às demais receitas e no último ano apresentou um percentual de 59,83%.

O indicador do Custo Previdenciário visa identificar a relação das despesas não custeadas com recursos vinculados em relação à RCL. Para esse indicador, quanto menor o resultado, melhor, pois para as finanças do governo o ideal é que a arrecadação da previdência seja suficiente para arcar todas as suas despesas. Nos últimos três anos o indicador foi reduzido, passando de 7,13% em 2019 para 5,83% em 2021. Estes resultados passaram a ocorrer após a reestruturação do sistema previdenciário do Estado.

O indicador do Equilíbrio Financeiro–Previdência demonstra as receitas próprias em relação às despesas totais, quanto maior melhor. O ideal desse indicador é que seja o mais próximo de 1,00. Esse indicador apresentou melhora nos últimos três anos, evoluindo de 0,69 em 2019 para 0,80 em 2021, mas ainda evidencia que as receitas próprias da previdência não são suficientes para arcar com as despesas.

O indicador de Planejamento evidencia o saldo dos restos a pagar processados em relação às despesas liquidadas. Assim, quanto menor melhor será o planejamento da execução das despesas. Nos últimos três anos o indicador passou de 2,80% em 2019 para 3,50% em 2021 demonstrando uma melhoria no planejamento.

O indicador de Cobertura da Dívida busca avaliar em quantos anos o Estado conseguiria pagar toda sua dívida, assim, quanto menor melhor. Esse indicador em 2019 representava 7,26 anos, enquanto em 2021 apresentou uma queda para 7,10 anos. Tal resultado evidencia a melhoria no seu endividamento em relação ao seu resultado primário.

O indicador da Receita *per capita* aborda a Receita Corrente em relação à população, quanto maior melhor. Esse indicador vem apresentando crescimento nos últimos três anos, passando de 3.196,12 em 2019 para 3.833,81 em 2021.

O indicador do Esforço Tributário evidencia o crescimento da Receita com tributos em relação ao PIB, quanto maior melhor. Nos últimos anos, a receita apresentou incrementos maiores do que o PIB, passando de 8,84% em 2019 para 9,31% em 2021.

O indicador que mede a Capacidade de Geração de Poupança avalia a receita corrente em relação à despesa corrente, quanto maior melhor. Nos últimos três anos apresentou incremento passando de 15,83% em 2019 para 20,87% em 2021. Esse crescimento pode proporcionar capacidade financeira para ampliação de serviços e novos investimentos.

O indicador de Crescimento de Receitas e Despesas representa quanto de receita variou em relação à variação das despesas, resultando em superávit ou déficit, quanto maior melhor. Em 2018 apresentou um índice de 2,37. Em 2021 apresentou uma pequena variação de 0,04.

O indicador que apresenta o Resultado da Execução Orçamentária demonstra a receita total arrecadada em relação à despesa total empenhada, quanto maior melhor. Nos últimos três anos o indicador se apresentou acima de 1,00 demonstrando que as receitas são superiores às despesas, gerando um superávit.

O indicador da Cobertura de Custos demonstra a receita corrente em relação à despesa corrente, quanto maior melhor. Esse indicador em todos os anos apresenta receita corrente acima da despesa corrente, obedecendo à regra de ouro da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda, apresentou melhora do ano de 2019, com 1,19 para o ano de 2021 com 1,26.

6 CONCLUSÃO

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE) elaborou o Relatório do Controle Interno sobre as Contas do Governo (RCI-Governo) referente ao exercício financeiro de 2021 de acordo com os preceitos constitucionais e as previsões da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Federal nº 4.320/1964 e nos demais normativos legais sobre a matéria.

Considera-se importante frisar que as análises tomaram como parâmetro as informações consolidadas do Balanço Geral do Estado e da Mensagem Governamental de 2022. O exame pormenorizado dos atos individuais dos dirigentes e responsáveis pela aplicação dos recursos públicos deve ser realizado por ocasião da análise das contas anuais de gestão.

A atuação da CGE visou fortalecer o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, atuando nas funções de Controladoria, Auditoria Governamental, Ouvidoria, Correição, Ética e Transparência. Os resultados contribuem para o aperfeiçoamento da gestão, fortalecendo o relacionamento governo-sociedade com base no critério de interesse público.

Para analisar as recomendações emitidas pelo TCE/CE nas Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2020, a CGE coordenou a Comissão do PASF Contas de Governo, reunindo os atores estratégicos e consolidando as informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela definição de ações a serem adotadas. A Comissão deu tratamento a todas as recomendações apresentadas pelo TCE/CE no Parecer Prévio sobre as Contas do Governador.

Em relação aos 7 Eixos Estratégicos do PPA, em 2021 verificou-se poucas ocorrências de temas e programas de governo com empenho abaixo de 25% do orçamento, com a maior parte desses tendo empenhado entre 75% e 100% da previsão orçamentária do ano. O Estado do Ceará apresentou melhora no comércio com o exterior em relação ao ano anterior, além de relevante recuperação do PIB e criação de vagas de empregos, mesmo em ano de pandemia de COVID 19. Progressos foram alcançados em relação aos indicadores dos 7 Eixos, que apesar

dos problemas administrativos causados pelo vírus, conseguiram se adequar com relativo sucesso.

O resultado orçamentário de 2021 apresentou um superávit de R\$ 1.313.595 milhões. Assim, as receitas correntes apresentaram um elevado nível de realização, cerca de 107,22%, enquanto as receitas de capital apresentaram uma realização de 46,36%, com a realização total da receita em 100,54%. Quanto às despesas correntes o nível de empenho ficou em 95,27%, portanto, abaixo das receitas correntes. As despesas de capital tiveram um resultado de 69,44%, sendo o empenho total de equivalente a 59,49% do planejado.

Quanto às Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) entre 2020 e 2021, verificou-se uma redução de 5,31%, o que indica o aperfeiçoamento dos controles nos últimos anos. As despesas com Contratos de Gestão apresentaram um incremento de 21,83% entre 2020 e 2021, próximo da inflação acumulada do período de 10,06% pelo IPCA.

De forma geral, a gestão dos recursos financeiros do Estado do Ceará está adequada aos parâmetros de controle legais e gerenciais, conforme se verifica na análise dos indicadores. Os demonstrativos integrantes do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e respectivos anexos, no período de janeiro a dezembro de 2021, foram publicados em conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria nº. 286, de 07.05.2019, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que aprovou a 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, Versão 3. O Governo do Estado do Ceará atendeu a todos os limites estabelecidos para a Gestão Fiscal (pessoal, dívida, operações de crédito, garantias e contragarantias e serviço da dívida), os limites dos indicadores de Saúde e Educação, o percentual de aplicação de recursos do FUNDEB (estadual e federal), a regra de ouro, as metas do Resultado Primário e Nominal, o limite do percentual das despesas com PPP.

Em relação às regras da Constituição Estadual, não foram atingidos o percentual de aplicação de recursos na FUNCAP, nem o percentual de Investimentos Destinados ao Interior do Estado. Contudo foram atendidas as metas

do PAF e o Teto de Gastos instituído pelo Novo Regime Fiscal (Emenda da Constituição Estadual nº 88/2016).

O RCI-Governo visa contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública, fortalecendo o ambiente de controle interno do Poder Executivo, constituindo-se em um instrumento de *accountability*, promotor da transparência e da integridade na gestão dos recursos públicos.

Fortaleza, 31 de março de 2022.

ADRIANA OLIVEIRA
NOGUEIRA:35922010344

Assinado de forma digital por
ADRIANA OLIVEIRA
NOGUEIRA:35922010344
Dados: 2022.03.31 18:27:48 -03'00'

Adriana Oliveira Nogueira
Auditora de Controle Interno

ALEX AGUIAR
LINS:65767535353

Assinado de forma digital por
ALEX AGUIAR LINS:65767535353
Dados: 2022.03.31 18:50:35
-03'00'

Alex Aguiar Lins
Auditora de Controle Interno

VITOR HUGO GASPAR
PINTO:96999942315

Assinado de forma digital por
VITOR HUGO GASPAR
PINTO:96999942315
Dados: 2022.03.31 18:20:55 -03'00'

Vitor Hugo Gaspar Pinto
Orientador da Célula de Monitoramento
da Gestão para Resultados e Gestão
Fiscal

JOSE OTACILIO DE
ASSIS
JUNIOR:63071746334

Assinado de forma digital
por JOSE OTACILIO DE ASSIS
JUNIOR:63071746334
Dados: 2022.03.31 18:40:16
-03'00'

José Otacílio de Assis Junior
Articulador

MARCELO DE SOUSA
MONTEIRO:37731882349

Assinado de forma digital por
MARCELO DE SOUSA
MONTEIRO:37731882349
Dados: 2022.03.31 18:12:32 -03'00'

Marcelo de Sousa Monteiro
Coordenador de Controladoria

Visto:

ANTONIO
MARCONI LEMOS
DA
SILVA:41031857320

Assinado de forma digital
por ANTONIO MARCONI
LEMON DA
SILVA:41031857320
Dados: 2022.04.01 08:34:12
-03'00'

Antônio Marconi Lemos da Silva
Secretário Executivo da
Controladoria e Ouvidoria Geral

DEMONSTRATIVOS

DIRETA



Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
1	RECEITAS CORRENTES	23.114.515.702,00	25.331.662.917,33	27.333.035.911,94	2.001.372.994,61
11	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	14.225.318.535,00	15.844.237.282,10	16.268.071.587,20	423.834.305,10
111	IMPOSTOS	14.183.764.076,00	15.802.682.823,10	16.235.342.286,21	432.659.463,11
112	TAXAS	41.554.459,00	41.554.459,00	32.729.300,99	-8.825.158,01
13	RECEITA PATRIMONIAL	171.387.620,00	174.605.765,79	381.875.457,93	207.269.692,14
131	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	3.392.015,00	3.392.015,00	3.408.719,09	16.704,09
132	VALORES MOBILIÁRIOS	165.561.541,00	168.779.686,79	376.623.200,37	207.843.513,58
133	DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA	2.434.064,00	2.434.064,00	1.282.888,23	-1.151.175,77
139	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	560.650,24	560.650,24
16	RECEITA DE SERVIÇOS	11.276.590,00	11.276.590,00	18.112.111,78	6.835.521,78
161	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	11.276.590,00	11.276.590,00	18.112.111,78	6.835.521,78
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.216.032.623,00	8.811.042.945,44	9.957.387.117,73	1.146.344.172,29
171	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	6.926.802.412,00	7.147.148.243,06	8.253.714.843,55	1.106.566.600,49
173	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	200.000,00	340.443,30	0,00	-340.443,30
175	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.289.030.211,00	1.663.554.259,08	1.703.672.274,18	40.118.015,10
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	490.500.334,00	490.500.334,00	707.589.637,30	217.089.303,30
191	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	55.208.358,00	55.208.358,00	40.819.640,38	-14.388.717,62
192	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	80.995.214,00	80.995.214,00	104.035.342,75	23.040.128,75
199	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	354.296.762,00	354.296.762,00	562.734.654,17	208.437.892,17
2	RECEITAS DE CAPITAL	2.510.850.127,00	3.425.296.653,94	1.573.566.253,83	-1.851.730.400,11
21	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.594.377.177,00	2.534.377.177,00	1.406.915.418,29	-1.127.461.758,71
211	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	786.697.603,00	1.726.697.603,00	1.051.540.121,76	-675.157.481,24
212	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	807.679.574,00	807.679.574,00	355.375.296,53	-452.304.277,47
22	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	17.243.673,00	17.243.673,00
221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	17.240.273,00	17.240.273,00
222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	3.400,00	3.400,00
24	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	916.472.950,00	890.919.476,94	149.096.926,37	-741.822.550,57
241	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	908.460.950,00	882.257.476,94	141.468.456,28	-740.789.020,66
243	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	4.000.000,00	4.650.000,00	5.248.294,95	598.294,95
246	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	4.012.000,00	4.012.000,00	2.380.175,14	-1.631.824,86
29	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	310.236,17	310.236,17
299	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	310.236,17	310.236,17
Subtotal das Receitas: (III) = (I) + (II)		25.625.365.829,00	28.756.959.571,27	28.906.602.165,77	149.642.594,50



Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV):	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV):	25.625.365.829,00	28.756.959.571,27	28.906.602.165,77	149.642.594,50
Défict (VI):	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (VII)=(V + VI):	25.625.365.829,00	28.756.959.571,27	28.906.602.165,77	149.642.594,50
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		5.508.459.408,43	2.835.522.588,33	-2.672.936.820,10
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores				
Superávit Financeiro		5.508.459.408,43	2.835.522.588,33	
Reabertura de créditos adicionais				



Despesas Orçamentárias		Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)		15.986.799.753,00	17.551.798.936,50	16.821.321.460,67	16.513.026.154,89	16.281.849.103,81	730.477.475,83
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.505.410.486,00	8.633.129.507,52	8.307.609.336,05	8.307.172.928,14	8.163.768.261,61	325.520.171,47
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	594.874.283,00	570.574.283,00	516.363.125,80	516.363.125,80	516.363.125,80	54.211.157,20
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.886.514.984,00	8.348.095.145,98	7.997.348.998,82	7.689.490.100,95	7.601.717.716,40	350.746.147,16
DESPESAS DE CAPITAL (IX)		3.496.922.846,00	4.852.110.960,35	3.155.847.730,93	2.405.349.151,93	2.400.158.177,53	1.696.263.229,42
44	INVESTIMENTOS	2.056.257.430,00	3.108.593.705,03	1.774.461.394,79	1.023.962.815,79	1.018.771.841,39	1.334.132.310,24
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	143.880.104,00	171.848.422,61	171.848.422,61	171.848.422,61	171.848.422,61	0,00
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.296.785.312,00	1.571.668.832,71	1.209.537.913,53	1.209.537.913,53	1.209.537.913,53	362.130.919,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)		60.086.295,00	60.086.295,00	0,00	0,00	0,00	60.086.295,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.086.295,00	60.086.295,00	0,00	0,00	0,00	60.086.295,00
Subtotal das Despesas (XI) = (VII+IX+X):		19.543.808.894,00	22.463.996.191,85	19.977.169.191,60	18.918.375.306,82	18.682.007.281,34	2.486.827.000,25
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XII)=(XI+XII):		19.543.808.894,00	22.463.996.191,85	19.977.169.191,60	18.918.375.306,82	18.682.007.281,34	2.486.827.000,25
Superávit (XIII):		6.081.556.935,00	6.292.963.379,42	8.929.432.974,17			-2.636.469.594,75
Total (XIV)=(XII+XIII):		25.625.365.829,00	28.756.959.571,27	28.906.602.165,77	18.918.375.306,82	18.682.007.281,34	-149.642.594,50
Reserva do RPPs		0,00	0,00				



Restos a Pagar Não-Processados - Anexo 1	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	21.875.255,42	200.152.108,93	161.354.413,98	161.328.481,22	25.865.045,96	34.833.837,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.024,56	3.161.324,03	2.170.353,16	2.170.353,16	637.728,66	376.266,77
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.852.230,86	196.990.784,90	159.184.060,82	159.158.128,06	25.227.317,30	34.457.570,40
DESPESAS DE CAPITAL	18.814.827,17	465.761.947,10	368.319.453,00	368.259.877,50	35.270.132,78	81.046.763,99
INVESTIMENTOS	18.814.827,17	465.261.947,10	367.819.453,00	367.759.877,50	35.270.132,78	81.046.763,99
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00
Total:	40.690.082,59	665.914.056,03	529.673.866,98	529.588.358,72	61.135.178,74	115.880.601,16

Restos a Pagar Processados - Anexo 2	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	4.325.114,04	169.491.462,02	0,00	169.409.774,07	4.304.993,05	101.808,94
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.837,95	89.986.431,46	0,00	89.960.919,91	21.443,86	39.905,64
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.289.276,09	79.505.030,56	0,00	79.448.854,16	4.283.549,19	61.903,30
DESPESAS DE CAPITAL	1.639.113,22	10.222.999,40	0,00	9.092.855,53	1.114.869,61	1.654.387,48
INVESTIMENTOS	1.639.113,22	10.222.999,40	0,00	9.092.855,53	1.114.869,61	1.654.387,48
Total:	5.964.227,26	179.714.461,42	0,00	178.502.629,60	5.419.862,66	1.756.196,42



Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	28.906.602.165,77	25.178.089.567,50	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	19.977.169.191,60	17.268.109.776,10
ORDINÁRIA	23.963.760.544,50	20.797.897.594,08	ORDINÁRIA	15.673.573.595,68	13.733.382.758,17
VINCULADA	4.942.841.621,27	4.380.191.973,42	VINCULADA	4.303.595.595,92	3.534.727.017,93
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
FECOP	577.327.681,03	596.307.029,81	FECOP	233.607.913,59	285.706.902,59
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	274.818.563,72	172.276.020,71	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	169.407.698,88	143.445.991,33
ALIENAÇÃO DE BENS	17.243.673,00	192.331,32	ALIENAÇÃO DE BENS	351.990,99	0,00
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	6.882.520,75	10.708.215,28	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	27.283.606,19	15.731.844,78
FUNDEB	2.413.242.059,19	1.598.252.530,04	FUNDEB	2.249.880.593,21	1.591.188.530,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.407.225.654,46	1.467.301.497,92	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.416.203.657,26	1.107.247.148,15
CONVÊNIOS	208.519.521,88	215.157.661,85	CONVÊNIOS	205.072.850,23	387.211.992,49
SUS	0,00	0,00	SUS	0,00	0,00
OUTROS RECURSOS	37.581.947,24	319.996.686,49	OUTROS RECURSOS	1.787.285,57	4.194.608,08
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	17.005.544.863,49	15.139.878.665,11	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	24.561.786.264,92	21.903.015.282,96
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	16.376.711.255,61	14.475.576.125,03	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	23.541.243.770,80	20.912.176.393,24
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	568.969.223,87	598.515.913,86	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	837.493.944,14	801.830.440,27
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	16.414.178,01	10.619.415,96	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	16.414.178,01	10.619.415,96
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	43.450.206,00	55.167.210,26	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	166.634.371,97	178.389.033,49
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	33.444.381.113,31	13.690.889.874,69	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	32.873.961.928,24	13.403.840.112,10
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	236.368.025,48	179.714.461,42	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	178.502.629,60	208.701.362,92
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.058.793.884,78	665.914.056,03	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	529.588.358,72	421.854.039,98
VALORES RESTITUÍVEIS	12.443.575.020,63	12.821.224.108,31	VALORES RESTITUÍVEIS	12.482.328.436,96	12.750.827.565,35
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.641.580.364,68	2.462.507.879,08	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.596.980.320,24	2.330.485.945,98
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	132.204.704,03	108.365.708,28
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	9.801.994.655,95	10.358.716.229,23	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	9.753.143.412,69	10.311.975.911,09
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	19.705.644.182,42	24.037.248,93	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	19.683.542.502,96	22.457.143,85
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	5.896.560.890,10	4.462.667.953,96	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	7.840.171.647,91	5.896.560.890,10
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.871.063.696,64	4.434.877.792,17	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.790.953.069,27	5.871.063.696,64
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	25.497.193,46	27.790.161,79	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	49.218.578,64	25.497.193,46
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	85.253.089.032,67	58.471.526.061,26	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	85.253.089.032,67	58.471.526.061,26

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.790.953.069,27	5.871.063.696,64	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	154.058.826,55	91.087.056,07
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	7.790.953.069,27	5.871.063.696,64	PESSOAL A PAGAR	115.495.012,76	697.632,60
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	13.514.275.549,55	14.039.503.832,09	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	31.604,42	1.200,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	13.305.752.412,27	13.898.812.568,59	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	38.532.209,37	90.388.223,47
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	52.102.459,15	38.231.421,26	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	1.498.519.718,00	1.336.131.468,07
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	194.332.210,48	99.119.807,80	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	9.959.301,36	9.967.234,68
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	7.781.577,36	6.310.034,44	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	9.959.301,36	9.967.234,68
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-45.693.109,71	-2.970.000,00	FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	1.488.560.416,64	1.326.164.233,39
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	316.990.527,82	315.290.004,54	FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	770.364.011,96	637.580.717,82
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	168.921.031,36	123.382.484,48	FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO	718.196.404,68	688.583.515,57
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	482.836,32	482.836,32	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	184.880.451,59	131.331.173,12
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.293.099.837,48	1.167.038.278,47	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	184.880.451,59	131.331.173,12
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-1.145.513.177,34	-975.613.594,73	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.597,68	3.651.279,13
ESTOQUES	189.521.206,41	98.680.340,74	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	1.433,76	3.650.749,50
ALMOXARIFADO	189.521.206,41	98.680.340,74	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	163,92	529,63
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	15.609.930,13	34.971.614,02	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	90.838.011,15	76.878.454,20
DEMAIS VPD A APROPRIAR	15.609.930,13	34.971.614,02	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (I)	90.838.011,15	76.878.454,20
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	21.827.350.283,18	20.359.509.488,03	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.431.183.577,91	1.405.512.371,81
			VALORES RESTITUÍVEIS	1.324.174.433,07	1.381.684.701,20
			OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	107.009.144,84	23.827.670,61
			TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	3.359.482.182,88	3.044.591.802,40
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.965.848.131,63	10.537.500.320,47	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	18.989.182,08	30.617.554,68
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	10.584.114.001,01	10.335.419.625,51	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	18.989.182,08	30.617.554,68
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	381.734.130,62	202.080.694,96	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	15.914.368.071,96	14.939.623.609,64
INVESTIMENTOS	4.804.375.662,54	4.621.542.715,65	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	6.367.466.864,36	5.823.374.802,03
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	4.804.375.662,54	4.621.542.715,65	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	9.546.901.207,60	9.116.248.807,61
IMOBILIZADO	20.750.862.260,36	19.716.484.549,16	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	475.060.284,45	393.152.805,44
BENS MÓVEIS	4.325.628.157,82	4.085.049.767,68	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO	475.060.284,45	393.152.805,44
BENS IMÓVEIS	16.862.783.325,45	15.797.970.648,87	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	647.134.187,22	643.794.775,46
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-437.549.222,91	-166.535.867,39	OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	647.134.187,22	643.794.775,46
INTANGÍVEL	238.735.339,80	208.286.969,56			
SOFTWARES	246.738.883,00	209.354.212,38			
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	364.794,02	364.794,02			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-8.368.337,22	-1.432.036,84			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	36.759.821.394,33	35.083.814.554,84	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	17.055.551.725,71	16.007.188.745,22

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Líquido		
			RESULTADOS ACUMULADOS	38.172.137.768,92	36.391.543.495,25
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	37.578.118.530,67	31.762.735.828,70
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	1.186.575.035,42	-3.753.354.541,28
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	36.391.543.495,25	35.516.090.369,98
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	594.019.238,25	4.628.807.666,55
			TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	38.172.137.768,92	36.391.543.495,25

Total do Ativo:	58.587.171.677,51	55.443.324.042,87
(1) Ativo Financeiro:	7.838.010.099,85	5.896.560.890,10
(2) Ativo Permanente:	50.749.161.577,66	49.546.763.152,77
Saldo Patrimonial:	36.997.548.791,24	35.684.995.179,21

Compensações

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	529.622.433,22	561.852.003,50
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	5.412.627.544,86	5.395.979.639,01
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	19.990.100,85	19.990.100,85
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	5.962.240.078,93	5.977.821.743,36

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido:	58.587.171.677,51	55.443.324.042,87
(3) Passivo Financeiro:	2.837.912.553,45	2.285.561.769,37
(4) Passivo Permanente:	18.751.710.332,82	17.472.767.094,29

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	370.846.441,81	368.338.197,32
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	370.846.441,81	368.338.197,32



FONTE DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
10000	TESOURO, RECURSOS ORDINÁRIOS	1.424.189.732,73	1.449.515.755,20
10002	RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS	426.116.666,17	608.116.311,80
10003	RECURSOS ORDINÁRIOS - CIPP	8.735,32	-3.891,35
10005	RECURSOS ORDINÁRIOS PARA O SISTEMA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	2.584.729,31	1.441.211,92
10006	DIVIDENDOS - CAGECE	62.476.118,33	35.401.338,86
10007	RECURSOS ORDINÁRIOS - CESSÃO ONEROSA - BÔNUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL	494.801,30	494.801,30
10008	RECURSOS ORDINÁRIOS - AUXÍLIO FINANCEIRO PARA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	961.094,66	1.663.246,16
10100	TESOURO, COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	1.423.482.454,59	-68.181.246,13
11000	TESOURO, RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	224.095.170,48	247.433.357,12
11200	TESOURO, ALIENAÇÃO DE BENS	66.042.957,21	69.084.946,56
14400	TESOURO, INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	14.627.942,77	3.809.706,63
20700	OUT. FONTES, COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	90.446.348,16	41.713.292,91
21100	OUT. FONTES, COTA-PARTE DA CIDE	52.040,65	1.332.789,84
21600	OUT. FONTES, COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	10.239.334,34	29.499.361,36
24636	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC VLT - CEF	-787.566,34	-24.695,81
24645	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	1.789.329,56	-17.311,65
24647	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	3.911.888,49	0,00
24649	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - LINHA LESTE/BNDES	5.878.339,40	-12.264,33
24654	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	356.076.701,19	514.489.825,72
24656	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	936.312,32	50.777,06
24840	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	282.113,19	282.113,19
24848	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	818,53	7.365.474,84
24849	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - IPF/BIRD	10.137.713,87	0,00
24857	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	1.628.817,84	4.505.101,83
24858	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	24.366.803,94	20.261.027,05
24859	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	79.563.949,78	106.859.892,56
24864	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	577.385,74	3.200.092,83
24865	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	13.422.037,21	-310.461,75
24867	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	0,00	-0,72
24869	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	3.052.413,13	3.053.378,09
25000	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	186.090.869,47	2.369.377,44
25100	OUT. FONTES, COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	77.127.677,20	73.825.323,73
27301	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	1.629.587,64	10.638.314,44



FONTE DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
27302	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - TRANSPORTE ESCOLAR	1.373.120,69	2.508.234,11
27303	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - OUTRAS	67.113.883,21	38.821.540,59
27600	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	38.451.367,49	14.214.358,68
28080	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.385.580,72	-1.032.338,89
28282	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	373.569.206,29	383.903.951,79
28686	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	6.644.124,27	4.670.917,15
28888	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	56.945,55	55.510,60
Total:		5.000.097.546,40	3.610.999.120,73



Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Aumentativas	63.868.009.069,22	48.870.102.717,56
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	20.519.863.252,16	17.239.762.681,42
4.1.1 IMPOSTOS	20.487.133.951,17	17.213.565.866,39
4.1.2 TAXAS	32.729.300,99	26.196.815,03
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	24.997.959,88	10.154.711,17
4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	24.997.959,88	10.154.711,17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.880.735.825,42	4.612.969.267,07
4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	166.145.169,65	65.635.655,90
4.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	1.424.838.704,89	3.985.189.934,86
4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	289.735.122,28	108.548.814,74
4.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	16.828,60	453.594.861,57
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	29.138.240.925,77	25.699.156.958,49
4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	17.230.750.430,26	15.139.878.665,11
4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.904.983.890,37	10.551.028.031,74
4.5.6 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	2.380.175,14	0,00
4.5.8 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	126.430,00	8.250.261,64
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	918.546.694,33	162.771.225,18
4.6.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	918.546.694,33	162.771.225,18
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.385.624.411,66	1.145.287.874,23
4.9.2 RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	314.674.880,06	203.412.965,19
4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.070.949.531,60	941.874.909,04

Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas	62.681.434.033,80	52.623.457.258,84
PESSOAL E ENCARGOS	8.282.197.974,36	7.879.494.987,42
3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	6.694.638.726,89	6.356.281.969,01
3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS	1.352.432.416,68	1.281.454.493,69
3.1.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	201.509.293,96	203.558.427,63
3.1.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	33.617.536,83	38.200.097,09
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	27.135.805,55	17.721.122,41
3.2.2 PENSÕES	15.130.201,49	16.169.626,22
3.2.9 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	12.005.604,06	1.551.496,19
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2.357.444.477,05	2.091.006.229,05
3.3.1 USO DE MATERIAL DE CONSUMO	194.537.524,91	168.149.450,01
3.3.2 SERVIÇOS	2.065.520.336,53	1.817.303.416,05
3.3.3 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	97.386.615,61	105.553.362,99
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2.854.076.080,32	6.805.452.326,54
3.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	506.666.440,81	424.201.148,46
3.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	38.624,57	683.338,82
3.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	2.347.371.014,94	6.357.506.466,93
3.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00	23.061.372,33
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	34.199.452.402,26	29.498.223.827,80
3.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	24.643.919.283,83	21.903.015.282,96
3.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.098.690.274,74	7.193.924.847,23
3.5.3 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	431.569.766,01	398.276.112,21
3.5.5 TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	1.350.908,00
3.5.9 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	25.273.077,68	1.656.677,40
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	3.508.049.384,79	5.882.148.547,89
3.6.1 REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	2.753.531.369,74	5.433.029.621,72
3.6.5 DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	754.518.015,05	449.118.926,17
TRIBUTÁRIAS	202.352.728,41	174.740.963,04
3.7.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	441.905,12	497.726,32
3.7.2 CONTRIBUIÇÕES	201.910.823,29	174.243.236,72



Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas	62.681.434.033,80	52.623.457.258,84
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.250.725.181,06	274.669.254,69
3.9.1 PREMIAÇÕES	42.752.186,77	4.077.482,42
3.9.2 RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	213.718.067,83	180.211.920,77
3.9.4 INCENTIVOS	6.014.702,65	2.477.144,62
3.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10.988.240.223,81	87.902.706,88
RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:	1.186.575.035,42	-3.753.354.541,28

	Governo do Estado do Ceará	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Página 1 / 1
	Secretaria da Fazenda		
	Coordenadoria do Tesouro Estadual		Exercício 2021
	Administração Direta		

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
INGRESSOS	55.431.904.015,22	50.417.718.331,72
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.268.071.587,20	13.616.014.319,51
RECEITA PATRIMONIAL	92.140.335,65	46.609.612,76
RECEITA DE SERVIÇOS	18.112.111,78	5.189.935,20
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	289.735.122,28	108.525.122,98
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	707.589.637,30	744.310.442,68
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	27.112.028.907,59	24.329.824.970,24
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	10.944.226.313,42	11.567.243.928,35
DESEMBOLSOS	52.294.050.320,25	48.363.923.185,80
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	11.189.139.364,24	10.373.152.004,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	516.363.125,80	434.543.048,39
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	29.586.371.385,02	26.063.212.141,36
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	11.002.176.445,19	11.493.015.991,92
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</u>	3.137.853.694,97	2.053.795.145,92
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
INGRESSOS	17.553.909,17	2.728.441,95
ALIENAÇÃO DE BENS	17.243.673,00	192.331,32
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS	310.236,17	2.536.110,63
DESEMBOLSOS	1.450.472.745,99	1.049.778.148,96
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.149.511.353,54	829.512.822,10
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	300.961.392,45	220.265.326,86
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</u>	-1.432.918.836,82	-1.047.049.707,01
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
INGRESSOS	1.406.915.418,29	1.464.765.387,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.406.915.418,29	1.464.765.387,29
DESEMBOLSOS	1.209.537.913,53	1.035.366.601,67
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	1.188.259.859,27	1.013.610.642,08
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS	21.278.054,26	21.755.959,59
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</u>	197.377.504,76	429.398.785,62
<u>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</u>		
<u>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</u>	1.902.312.362,91	1.436.144.224,53
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	5.871.063.696,64	4.434.877.792,17
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	7.790.953.069,27	5.871.063.696,64
<u>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO</u>	1.919.889.372,63	1.436.185.904,47
<u>CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)</u>	-17.577.009,72	-41.679,94
SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR (IV)	32.750.865,16	25.041.958,93
SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS (V)	47.395.275,59	24.600.559,31
ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR (VI)	19.670.731.392,48	4.663.058,43
ENTRADAS DE CAIXA REGULARIZADAS (VII)	19.667.798.793,19	4.179.978,87
<u>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO</u>	1.902.312.362,91	1.436.144.224,53

	Governo do Estado do Ceará	Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	Página 1 / 1	
	Secretaria da Fazenda			
	Coordenadoria do Tesouro Estadual		Exercício 2021	
	Administração Direta			
			Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO				
LEGISLATIVA			777.597.366,83	697.352.942,14
JUDICIÁRIA			1.258.526.152,75	1.208.933.751,73
ESSENCIAL À JUSTIÇA			558.267.737,51	520.515.704,88
ADMINISTRAÇÃO			1.058.350.417,18	1.058.067.010,62
SEGURANÇA PÚBLICA			3.563.712.755,87	3.317.587.149,91
ASSISTÊNCIA SOCIAL			185.965.118,25	147.094.119,81
TRABALHO			4.977.897,82	5.720.012,88
EDUCAÇÃO			2.844.507.858,42	2.566.159.006,54
CULTURA			49.782.775,98	33.631.378,02
DIREITOS DA CIDADANIA			239.602.357,19	266.642.938,27
URBANISMO			7.452.531,66	4.330.998,72
HABITAÇÃO			8.228.667,01	5.651.889,30
SANEAMENTO			2.205.170,59	918.051,24
GESTÃO AMBIENTAL			31.384.605,91	26.762.150,65
CIÊNCIA E TECNOLOGIA			3.162.554,87	2.451.166,62
AGRICULTURA			97.309.077,23	91.291.356,86
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA			989.649,62	247.412,46
INDÚSTRIA			267.219,48	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS			42.610.179,71	25.724.423,36
ENERGIA			2.603.656,43	2.850.843,08
DESPORTO E LAZER			9.921.534,30	7.037.333,16
ENCARGOS ESPECIAIS			441.714.079,63	384.182.363,88
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO			11.189.139.364,24	10.373.152.004,13



	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA	382.696.153,68	184.241.096,97
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA EXTERNA	123.970.287,13	239.960.051,49
OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA	9.696.684,99	10.341.899,93
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	516.363.125,80	434.543.048,39

	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.641.580.364,68	2.462.507.879,08
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	8.283.910.046,74	9.120.356.072,00
VALORES A REPASSAR	18.735.902,00	-15.620.022,73
TOTAL DOS OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	10.944.226.313,42	11.567.243.928,35
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.596.980.320,24	2.330.485.945,98
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	132.204.704,03	108.365.708,28
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	8.253.794.705,48	9.057.995.731,13
VALORES A RECEBER	19.196.715,44	-3.831.393,47
TOTAL DOS OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	11.002.176.445,19	11.493.015.991,92

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	8.400.431.594,78	8.028.771.597,98
DA UNIÃO	8.395.183.299,83	8.025.468.359,49
DE MUNICÍPIOS	5.248.294,95	3.303.238,49
INTRAGOVERNAMENTAIS	17.005.544.863,49	15.139.878.665,11
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	1.706.052.449,32	1.161.174.707,15
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	27.112.028.907,59	24.329.824.970,24
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	4.636.200.132,37	3.808.358.873,39
A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	421.162,80	289.918,28
A MUNICÍPIOS	4.635.778.969,57	3.806.718.047,11
A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	1.350.908,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	24.561.786.264,92	21.903.015.282,96
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	388.384.987,73	351.837.985,01
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	29.586.371.385,02	26.063.212.141,36



Ingressos		Dispendios	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	18.865.058.679,19	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.307.609.336,05
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	516.363.125,80
RECEITA PATRIMONIAL	381.946.020,55	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.997.348.998,82
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	18.260.536,64		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.770.005.587,12		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	711.847.633,46		
(-) DEDUÇÕES			
FUNDEB	4.386.679.038,72	SUPERÁVIT	10.511.714.451,27
RESTITUIÇÕES	27.403.506,30	TOTAL	27.333.035.911,94
DRE	0,00		
TOTAL	27.333.035.911,94		
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.406.915.418,29	INVESTIMENTOS	1.774.461.394,79
ALIENAÇÃO DE BENS	17.243.673,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	171.848.422,61
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.209.537.913,53
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	149.096.926,37		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	310.236,17		
(-) DEDUÇÕES			
FUNDEB	0,00		
RESTITUIÇÕES	0,00		
DRE	0,00		
DÉFICIT	1.582.281.477,10		
TOTAL	3.155.847.730,93	TOTAL	3.155.847.730,93

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	27.333.035.911,94	DESPESAS CORRENTES	16.821.321.460,67
RECEITAS DE CAPITAL	1.573.566.253,83	DESPESAS DE CAPITAL	3.155.847.730,93
		SUPERÁVIT	8.929.432.974,17
TOTAL	28.906.602.165,77	TOTAL	28.906.602.165,77

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				16.821.321.460,67
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			8.307.609.336,05	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		7.086.958.199,65		
31900300	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	4.475.723,77			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	438.418.473,30			
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	60.975,46			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.622.004.432,21			
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.673.422.230,00			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	66.942.185,59			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10.313.347,58			
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	0,00			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	168.209.959,31			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	74.451.647,08			
31909400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.149.642,95			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	25.509.582,40			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		1.220.651.136,40		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.215.849.324,37			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.076.935,26			
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	3.724.876,77			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			516.363.125,80	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		516.363.125,80		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	479.115.883,96			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	27.550.556,85			
32902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	9.696.684,99			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			7.997.348.998,82	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33223600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33223900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		421.162,80		
33304100	CONTRIBUIÇÕES	421.162,80			
33309300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		4.536.501.175,88		
33404100	CONTRIBUIÇÕES	65.341.091,38			
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	4.471.158.084,48			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.000,02			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		370.330.295,60		
33501400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			
33503500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00			
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	249.310.200,11			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	115.783.054,89			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	93.600,00			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	924.374,75			
33509300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.219.065,85			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		5.007.672,50		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	1.808.800,00			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	3.198.872,50			
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		44.541.086,56		
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	44.541.086,56			
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00		
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		2.998.172.450,06		
33900300	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	0,00			
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	12.004.404,06			
33900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	8.168.973,76			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	5.788.575,42			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	5.996.510,65			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	559.760,00			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	268.917.963,96			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	49.822.408,46			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	87.992.201,75			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12.870.979,20			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	127.142.171,19			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	13.055.949,73			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150.925.555,16			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	689.478.505,35			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	900.975.311,58			
33904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	94.629.734,12			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	201.384.970,76			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	206.533.561,75			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	25.040.293,68			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	148.808,20			
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	10.654.477,72			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	6.662.910,01			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	41.139.323,95			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	78.279.099,60			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		42.375.155,42		
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	121.272,39			
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.163.701,24			
33914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	30.468.860,80			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	154.483,47			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	289,14			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.466.548,38			
4	DESPESA DE CAPITAL				3.155.847.730,93
44	INVESTIMENTOS			1.774.461.394,79	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
44204200	AUXÍLIOS	0,00			
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
44225100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		92.253.274,58		
44404100	CONTRIBUIÇÕES	2.122.819,69			
44404200	AUXÍLIOS	88.762.505,80			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.367.949,09			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		19.243.436,97		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.214.171,73			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44504200	AUXÍLIOS	10.029.265,24			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		9.122.873,13		

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	9.122.873,13			
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR			0,00	
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		1.641.723.915,30		
44900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00			
44901400	DIÁRIAS - CIVIL	4.481,15			
44901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	3.039.192,75			
44903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00			
44903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	52.157.020,99			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	207.910,16			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	3.014.508,27			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.570.129,96			
44904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	33.684.837,21			
44904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	296.213,61			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	637.937.491,13			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	695.894.214,07			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	16.895.115,36			
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	10.108.540,50			
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	63.514,94			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.274.373,53			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	104.576.371,67			
44909500	INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	0,00			
4491	APLICAÇÕES DIRETAS		12.117.894,81		
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
44914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.740.537,98			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	351.391,26			
44919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00			
44919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.025.965,57			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			171.848.422,61	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		171.848.422,61		

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
45900700	CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	9.000.000,00			
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	162.848.422,61			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			1.209.537.913,53	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		1.209.537.913,53		
46902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	21.278.054,26			
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.188.259.859,27			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			0,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
99999900	A CLASSIFICAR	0,00			
Total Geral:					19.977.169.191,60



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1000000000 Receitas Correntes	25.305.311.704,33	27.153.347.761,77	1.848.036.057,44	0,00
1100000000 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.844.237.282,10	16.268.071.587,20	423.834.305,10	0,00
1110000000 Impostos	15.802.682.823,10	16.235.342.286,21	432.659.463,11	0,00
1113000000 Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.357.387.274,00	1.316.266.904,70	0,00	41.120.369,30
1113030000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.357.387.274,00	1.316.266.904,70	0,00	41.120.369,30
1113031000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.324.261.236,00	1.270.012.964,84	0,00	54.248.271,16
1113031100 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.324.261.236,00	1.270.012.964,84	0,00	54.248.271,16
1113031101 - 10000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.324.261.236,00	1.270.012.964,84	0,00	54.248.271,16
1113034000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	33.126.038,00	46.253.939,86	13.127.901,86	0,00
1113034100 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	33.126.038,00	46.253.939,86	13.127.901,86	0,00
1113034101 - 10000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	33.126.038,00	46.253.939,86	13.127.901,86	0,00
1118000000 Impostos Específicos de Estados, DF e Municípios	14.445.295.549,10	14.919.075.381,51	473.779.832,41	0,00
1118010000 Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	1.092.414.301,00	1.138.672.829,63	46.258.528,63	0,00
1118012000 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	1.040.919.128,00	1.060.572.673,42	19.653.545,42	0,00
1118012100 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	971.329.505,00	989.028.081,55	17.698.576,55	0,00
1118012101 - 10000 IPVA - Principal	1.075.507.450,00	1.098.476.642,40	22.969.192,40	0,00
1118012199 - 10000 IPVA - Principal - FUNDEB	-104.177.945,00	-109.448.560,85	5.270.615,85	0,00
1118012200 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Multas e Juros	28.894.974,00	32.580.953,56	3.685.979,56	0,00
1118012201 - 10000 IPVA - Multas e Juros de Mora	32.105.527,00	36.201.059,51	4.095.532,51	0,00
1118012298 - 10000 IPVA - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-3.210.553,00	-3.620.105,95	409.552,95	0,00
1118012300 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa	36.811.090,00	28.876.176,91	0,00	7.934.913,09
1118012301 - 10000 IPVA - Dívida Ativa	40.901.211,00	32.084.641,01	0,00	8.816.569,99
1118012399 - 10000 IPVA - Dívida Ativa - FUNDEB	-4.090.121,00	-3.208.464,10	0,00	881.656,90
1118012400 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.883.559,00	10.087.461,40	6.203.902,40	0,00
1118012401 - 10000 IPVA - Dívida Ativa - Multa e Juros de Mora	4.315.066,00	11.208.290,45	6.893.224,45	0,00
1118012498 - 10000 IPVA - Dívida Ativa - Multa e Juros de Mora - FUNDEB	-431.507,00	-1.120.829,05	689.322,05	0,00
1118013000 Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	51.495.173,00	78.100.156,21	26.604.983,21	0,00
1118013100 Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Principal	45.140.442,00	67.510.364,33	22.369.922,33	0,00
1118013101 - 10000 ITCD - Principal	56.425.552,00	82.446.705,43	26.021.153,43	0,00
1118013199 - 10000 ITCD - Principal - FUNDEB	-11.285.110,00	-14.936.341,10	3.651.231,10	0,00
1118013200 Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Multas e Juros	3.347.872,00	3.487.461,00	139.589,00	0,00
1118013201 - 10000 ITCD - Multas e Juros de Mora	4.184.840,00	4.359.326,25	174.486,25	0,00
1118013298 - 10000 ITCD - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-836.968,00	-871.865,25	34.897,25	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1118013300 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa	2.213.374,00	5.311.631,52	3.098.257,52	0,00
1118013301 - 10000 ITCD - Dívida Ativa	2.766.718,00	6.639.539,40	3.872.821,40	0,00
1118013399 - 10000 ITCD - Dívida Ativa - FUNDEB	-553.344,00	-1.327.907,88	774.563,88	0,00
1118013400 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa - Multas e Juros	793.485,00	1.790.699,36	997.214,36	0,00
1118013401 - 10000 ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora	991.856,00	2.238.374,20	1.246.518,20	0,00
1118013498 - 10000 ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-198.371,00	-447.674,84	249.303,84	0,00
1118020000 Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	13.352.881.248,10	13.780.402.551,88	427.521.303,78	0,00
1118021000 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	12.732.407.563,10	13.216.241.854,81	483.834.291,71	0,00
1118021100 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Principal	12.540.008.974,10	13.056.421.914,12	516.412.940,02	0,00
1118021199 - 10000 ICMS - Principal - FUNDEB	-1.933.203.216,00	-2.295.481.001,29	362.277.785,29	0,00
1118021113 - 10000 ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	0,00	30.921.804,30	30.921.804,30	0,00
1118021101 - 10000 ICMS Combustível	4.494.811.351,10	3.313.915.966,15	0,00	1.180.895.384,95
1118021104 - 10000 ICMS Comunicação	709.630.052,00	584.808.359,75	0,00	124.821.692,25
1118021102 - 10000 ICMS Comércio Atacadista	2.838.569.613,00	3.455.590.199,61	617.020.586,61	0,00
1118021103 - 10000 ICMS Comércio Varejista	1.646.623.559,00	2.178.640.351,14	532.016.792,14	0,00
1118021105 - 10000 ICMS Construção Civil	0,00	53.525.320,50	53.525.320,50	0,00
1118021106 - 10000 ICMS Energia Elétrica	1.941.889.893,00	2.043.612.490,01	101.722.597,01	0,00
1118021107 - 10000 ICMS Indústria	2.504.774.671,00	3.217.083.264,19	712.308.593,19	0,00
1118021108 - 10000 ICMS Outros Serviços	0,00	74.763.015,28	74.763.015,28	0,00
1118021109 - 10000 ICMS Pessoa Física	0,00	11.807.330,32	11.807.330,32	0,00
1118021110 - 10000 ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	101.072.230,00	111.281.482,10	10.209.252,10	0,00
1118021111 - 10000 ICMS Produtor Agropecuário	0,00	16.263.238,97	16.263.238,97	0,00
1118021112 - 10000 ICMS Transporte	235.840.821,00	259.690.093,09	23.849.272,09	0,00
1118021200 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Multas e Juros	76.094.877,00	72.532.042,03	0,00	3.562.834,97
1118021298 - 10000 ICMS - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-8.329.418,00	-8.052.551,34	0,00	276.866,66
1118021299 - 10000 ICMS - Multas e Juros de Penalidade - FUNDEB	-5.099.090,00	-6.627.997,01	1.528.907,01	0,00
1118021213 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	0,00	63.005,73	63.005,73	0,00
1118021201 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Combustível	0,00	1.305.211,20	1.305.211,20	0,00
1118021204 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Comunicação	2.286.915,00	2.223.526,67	0,00	63.388,33
1118021202 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Comércio Atacadista	11.683.696,00	9.560.666,64	0,00	2.123.029,36
1118021205 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Construção Civil	0,00	249.505,75	249.505,75	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1118021206 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Energia Elétrica	7.678.896,00	3.853.203,74	0,00	3.825.692,26
1118021207 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Indústria	19.986.008,00	16.094.485,49	0,00	3.891.522,51
1118021208 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Outros Serviços	0,00	719.235,27	719.235,27	0,00
1118021209 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Pessoa Física	0,00	330.670,47	330.670,47	0,00
1118021210 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	0,00	449.464,87	449.464,87	0,00
1118021211 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	255.190,23	255.190,23	0,00
1118021212 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Transporte	3.406.465,00	2.024.307,10	0,00	1.382.157,90
1118021203 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Varejista	10.487.473,00	16.555.202,43	6.067.729,43	0,00
1118021221 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Combustível	0,00	346.415,99	346.415,99	0,00
1118021224 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comunicação	3.325.650,00	380.864,50	0,00	2.944.785,50
1118021222 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Atacadista	2.726.314,00	4.339.224,00	1.612.910,00	0,00
1118021223 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Varejista	10.851.385,00	4.647.960,52	0,00	6.203.424,48
1118021225 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Construção Civil	0,00	109.851,03	109.851,03	0,00
1118021226 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Energia Elétrica	1.344.998,00	244.208,71	0,00	1.100.789,29
1118021227 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Indústria	12.862.868,00	17.145.898,81	4.283.030,81	0,00
1118021228 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Outros Serviços	0,00	153.796,19	153.796,19	0,00
1118021229 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Física	0,00	743.931,79	743.931,79	0,00
1118021230 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	1.922.990,00	4.014.493,07	2.091.503,07	0,00
1118021231 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	143.609,90	143.609,90	0,00
1118021232 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Transporte	959.727,00	1.258.660,28	298.933,28	0,00
1118021300 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa	66.024.688,00	69.851.342,49	3.826.654,49	0,00
1118021301 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Combustível	0,00	1.698.635,99	1.698.635,99	0,00
1118021304 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Comunicação	1.700.759,00	11.511.458,54	9.810.699,54	0,00
1118021302 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	13.476.571,00	18.103.852,83	4.627.281,83	0,00
1118021303 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	11.929.279,00	8.716.960,81	0,00	3.212.318,19
1118021305 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	45.232,09	45.232,09	0,00
1118021306 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Energia Elétrica	0,00	23.686,39	23.686,39	0,00
1118021307 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Indústria	24.536.025,00	13.113.107,37	0,00	11.422.917,63
1118021308 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	390.108,92	390.108,92	0,00
1118021309 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Pessoa Física	0,00	30.196,38	30.196,38	0,00
1118021310 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	12.436.451,00	23.875.045,65	11.438.594,65	0,00
1118021311 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	136.978,44	136.978,44	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1118021312 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Transporte	13.597.018,00	4.532.786,58	0,00	9.064.231,42
1118021399 - 10000 ICMS - Dívida Ativa - FUNDEB	-11.651.415,00	-12.326.707,50	675.292,50	0,00
1118021400 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa - Multas e Juros	50.279.024,00	17.436.556,17	0,00	32.842.467,83
1118021498 - 10000 ICMS - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - FUNDEB	-1.247.652,00	-1.697.199,92	449.547,92	0,00
1118021499 - 10000 ICMS - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - FUNDEB	-7.625.117,00	-2.044.948,19	0,00	5.580.168,81
1118021401 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Combustível	0,00	229.110,11	229.110,11	0,00
1118021404 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comunicação	0,00	53.905,02	53.905,02	0,00
1118021402 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	812.027,00	611.969,67	0,00	200.057,33
1118021403 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	1.200.995,00	1.177.227,91	0,00	23.767,09
1118021405 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	3.882,23	3.882,23	0,00
1118021406 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Energia Elétrica	0,00	2.138,36	2.138,36	0,00
1118021407 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Indústria	3.325.242,00	3.896.966,78	571.724,78	0,00
1118021408 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	80.614,12	80.614,12	0,00
1118021410 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	1.285.655,00	3.995.465,36	2.709.810,36	0,00
1118021411 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	30.744,16	30.744,16	0,00
1118021412 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Transporte	1.693.763,00	1.232.642,41	0,00	461.120,59
1118021421 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Combustível	0,00	0,11	0,11	0,00
1118021422 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	36.131.950,00	1.287.189,63	0,00	34.844.760,37
1118021423 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	5.467.006,00	1.430.869,26	0,00	4.036.136,74
1118021425 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	14.526,06	14.526,06	0,00
1118021427 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Indústria	5.309.943,00	1.998.072,57	0,00	3.311.870,43
1118021428 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	52.217,03	52.217,03	0,00
1118021429 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Física	0,00	57.410,95	57.410,95	0,00
1118021430 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	3.925.212,00	4.764.677,32	839.465,32	0,00
1118021431 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	6.611,65	6.611,65	0,00
1118021432 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Transporte	0,00	252.463,57	252.463,57	0,00
1118022000 Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	620.473.685,00	564.160.697,07	0,00	56.312.987,93
1118022100 Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal	620.473.685,00	563.602.675,00	0,00	56.871.010,00
1118022101 - 11000 Adicional ICMS - FECOP - Principal	620.473.685,00	688.103.936,61	67.630.251,61	0,00
1118022199 - 11000 Adicional ICMS - FECOP - Principal - FUNDEB	0,00	-124.501.261,61	124.501.261,61	0,00
1118022200 Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Multa e Juros	0,00	558.022,07	558.022,07	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1118022201 - 11000 Adicional ICMS - FECOP - Multa e Juros	0,00	643.623,50	643.623,50	0,00
1118022298 - 11000 Adicional ICMS - FECOP - Multa e Juros de Mora - FUNDEB	0,00	-85.601,43	85.601,43	0,00
1120000000 Taxas	41.554.459,00	32.729.300,99	0,00	8.825.158,01
1121000000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	11.264.773,00	8.197.518,75	0,00	3.067.254,25
1121010000 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	11.264.773,00	8.197.518,75	0,00	3.067.254,25
1121011000 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	11.264.773,00	8.197.518,75	0,00	3.067.254,25
1121011100 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	11.264.773,00	8.197.518,75	0,00	3.067.254,25
1121011116 - 10000 Taxa de Análise de Projeto	0,00	16.860,00	16.860,00	0,00
1121011123 - 10000 Taxa de Aproveitamento de Crédito Extemporâneo	0,00	44.257,50	44.257,50	0,00
1121011119 - 10000 Taxa de Autorização de Equipamento de Uso Fiscal	0,00	3.606,24	3.606,24	0,00
1121011118 - 10000 Taxa de Concessão Especial de Regime de Tributação	4.505.909,00	2.573.257,50	0,00	1.932.651,50
1121011108 - 10000 Taxa de Concessão de Alvará de Funcionamento	0,00	686.424,47	686.424,47	0,00
1121011122 - 10000 Taxa de Declaração de Não Similiridade por Item\Produto	3.379.432,00	2.006.956,57	0,00	1.372.475,43
1121011113 - 10000 Taxa de Habite-se	0,00	-9.709,94	9.709,94	0,00
1121011121 - 10000 Taxa de Reavaliação de Bens ou Direitos Objeto de Sucessão Causa Mortis ou Doação	0,00	64.630,00	64.630,00	0,00
1121011107 - 10000 Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	0,00	166.566,87	166.566,87	0,00
1121011120 - 10000 Taxa pela Emissão de Documento Fiscal Avulso	1.126.477,00	759.360,90	0,00	367.116,10
1121011124 - 10000 Taxas do Contencioso Administrativo Fiscal	2.252.955,00	1.885.308,64	0,00	367.646,36
1122000000 Taxas pela Prestação de Serviços	30.289.686,00	24.531.782,24	0,00	5.757.903,76
1122010000 Taxas pela Prestação de Serviços	30.289.686,00	24.531.782,24	0,00	5.757.903,76
1122011000 Taxas pela Prestação de Serviços	30.289.686,00	24.531.782,24	0,00	5.757.903,76
1122011100 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	30.289.686,00	24.531.782,24	0,00	5.757.903,76
1122011123 - 10000 Editorial e Gráfica	24.958.989,00	22.574.774,50	0,00	2.384.214,50
1122011199 - 10000 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	4.530.697,00	0,00	0,00	4.530.697,00
1122011131 - 10000 Taxa de Análise e Controle de Produtos Sujeitos a Normas de Vigilância Sanitária	0,00	14.401,15	14.401,15	0,00
1122011136 - 10000 Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	0,00	69.547,25	69.547,25	0,00
1122011128 - 10000 Taxa de Consulta Escrita da Interpretação\Aplicação da Legislação Tributária	0,00	216.985,40	216.985,40	0,00
1122011126 - 10000 Taxa de Registro ou Validação de Documentos	0,00	116.079,60	116.079,60	0,00
1122011120 - 10000 Taxa pela Emissão de Documentos	0,00	-56,20	56,20	0,00
1122011127 - 10000 Taxa pelo Fornecimento de Cópia\Download de Documentos	0,00	806.644,41	806.644,41	0,00
1122011138 - 10005 Emolumentos de Fiscalização de Recursos Hidricos	800.000,00	733.406,13	0,00	66.593,87
1300000000 Receita Patrimonial	174.605.765,79	381.875.457,93	207.269.692,14	0,00
1310000000 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3.392.015,00	3.408.719,09	16.704,09	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1310010000 Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	889.793,00	340.822,69	0,00	548.970,31
1310011000 Aluguéis e Arrendamentos	889.793,00	340.822,69	0,00	548.970,31
1310011100 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	889.793,00	340.822,69	0,00	548.970,31
1310011101 - 10000 Aluguéis	889.793,00	340.822,69	0,00	548.970,31
1310020000 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	2.502.222,00	3.067.896,40	565.674,40	0,00
1310021000 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	2.502.222,00	3.067.896,40	565.674,40	0,00
1310021100 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	2.502.222,00	3.067.896,40	565.674,40	0,00
1310021199 - 10000 Outras Receitas de Concessões e Permissões	100.089,00	140.141,60	40.052,60	0,00
1310021103 - 10000 Receita de Concessões e Permissões - Cinturão Digital	2.402.133,00	2.927.754,80	525.621,80	0,00
1320000000 Valores Mobiliários	168.779.686,79	376.623.200,37	207.843.513,58	0,00
1321000000 Juros e Correções Monetárias	151.636.376,69	297.692.260,63	146.055.883,94	0,00
1321001000 Remuneração de Depósitos Bancários	29.457.367,69	63.716.478,24	34.259.110,55	0,00
1321001100 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	29.457.367,69	63.716.478,24	34.259.110,55	0,00
1321001130 - 10000 Remuneração de Depósitos de Poupança	0,00	8.262,47	8.262,47	0,00
1321001111 - 11000 Remuneração de Depósitos Bancários – Recursos FECOP Fonte 10	10.296.532,00	11.973.546,31	1.677.014,31	0,00
1321001129 - 14400 Remuneração de Depósitos Bancários – Cota-Parte Royalties - FT 44	0,00	351.535,45	351.535,45	0,00
1321001125 - 20700 Remuneração de Depósitos Bancários - Salário Educação - FT 07	0,00	3.643.278,01	3.643.278,01	0,00
1321001107 - 21100 Remuneração de Depósitos Bancários – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	0,00	78.950,32	78.950,32	0,00
1321001124 - 21600 Remuneração de Depósitos Bancários – Compensação Ambiental - FT 16	3.500.000,00	1.081.961,37	0,00	2.418.038,63
1321001102 - 25000 Remuneração de Depósitos Bancários – FUNDEB Obs: Fonte 50	8.000.000,00	27.331.447,10	19.331.447,10	0,00
1321001127 - 27301 Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	1.051.050,61	1.051.050,61	0,00
1321001127 - 27302 Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	77.069,84	77.069,84	0,00
1321001127 - 27303 Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	1.177.418,91	1.177.418,91	0,00
1321001128 - 27600 Remuneração de Depósitos Bancários - FDI - FT 76	610.835,69	374.018,30	0,00	236.817,39
1321001127 - 28282 Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	22.792,60	22.792,60	0,00
1321001113 - 28282 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios Federal Adm Direta - Fonte 82	7.050.000,00	16.129.637,52	9.079.637,52	0,00
1321001115 - 28686 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Municipal - Adm Direta - Fonte 86	0,00	414.074,49	414.074,49	0,00
1321001117 - 28888 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Privado - Adm Direta - Fonte 88	0,00	1.434,94	1.434,94	0,00
1321005000 Juros e Correções Monetárias	122.149.009,00	226.018.644,04	103.869.635,04	0,00
1321005100 Juros e Correções Monetárias	122.149.009,00	226.018.644,04	103.869.635,04	0,00
1321005101 - 10000 Juros e Títulos de Renda	122.149.009,00	192.773.955,52	70.624.946,52	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1321005101 - 10002 Juros e Títulos de Renda	0,00	33.244.688,52	33.244.688,52	0,00
1321006000 Juros sobre o Capital Próprio	30.000,00	7.957.138,35	7.927.138,35	0,00
1321006100 Juros sobre o Capital Próprio - Principal	30.000,00	7.957.138,35	7.927.138,35	0,00
1321006101 - 10000 Juros sobre o Capital Próprio	30.000,00	7.957.138,35	7.927.138,35	0,00
1322000000 Dividendos	17.124.312,10	78.914.111,14	61.789.799,04	0,00
1322001000 Dividendos	17.124.312,10	78.914.111,14	61.789.799,04	0,00
1322001100 Dividendos - Principal	17.124.312,10	78.914.111,14	61.789.799,04	0,00
1322001101 - 10000 Dividendos	8.000.000,00	38.774.478,27	30.774.478,27	0,00
1322001101 - 10006 Dividendos	9.124.312,10	40.139.632,87	31.015.320,77	0,00
1329000000 Outros Valores Mobiliários	18.998,00	16.828,60	0,00	2.169,40
1329001000 Outros Valores Mobiliários	18.998,00	16.828,60	0,00	2.169,40
1329001100 Outros Valores Mobiliários - Principal	18.998,00	16.828,60	0,00	2.169,40
1329001199 - 10000 Outros Valores Mobiliários	18.998,00	16.828,60	0,00	2.169,40
1330000000 Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	2.434.064,00	1.282.888,23	0,00	1.151.175,77
1339000000 Demais Delegações de Serviços Públicos	2.434.064,00	1.282.888,23	0,00	1.151.175,77
1339010000 Demais Delegações de Serviços Públicos	2.434.064,00	1.282.888,23	0,00	1.151.175,77
1339011000 Demais Delegações de Serviços Públicos	2.434.064,00	1.282.888,23	0,00	1.151.175,77
1339011100 Demais Delegações de Serviços Públicos - Principal	2.434.064,00	1.282.888,23	0,00	1.151.175,77
1339011199 - 10000 Outras Delegações para a Prestação - Serviços	582.143,00	34.889,52	0,00	547.253,48
1339011101 - 10000 Receita da Loteria Estadual	1.851.921,00	1.247.998,71	0,00	603.922,29
1390000000 Demais Receitas Patrimoniais	0,00	560.650,24	560.650,24	0,00
1390001000 Demais Receitas Patrimoniais	0,00	560.650,24	560.650,24	0,00
1390001100 Demais Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	560.650,24	560.650,24	0,00
1390001101 - 10000 Recuperação de Ativos	0,00	560.650,24	560.650,24	0,00
1600000000 Receita de Serviços	11.276.590,00	18.112.111,78	6.835.521,78	0,00
1610000000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	11.276.590,00	18.112.111,78	6.835.521,78	0,00
1610010000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.510.636,00	1.690.529,45	0,00	2.820.106,55
1610011000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.510.636,00	1.690.529,45	0,00	2.820.106,55
1610011100 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.510.636,00	1.690.529,45	0,00	2.820.106,55
1610011119 - 10000 Equipam Turísticos - Centro de Turismo	0,00	67.771,60	67.771,60	0,00
1610011125 - 10000 Equipamentos Turísticos - Centro de Eventos	4.510.636,00	581.539,80	0,00	3.929.096,20
1610011101 - 10000 Serviços de Venda de Editais	0,00	1.355,80	1.355,80	0,00
1610011177 - 10005 Tarifa pelo Uso de Recursos Hídricos	0,00	1.039.862,25	1.039.862,25	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1610020000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	6.765.954,00	16.421.582,33	9.655.628,33	0,00
1610021000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	6.765.954,00	16.421.582,33	9.655.628,33	0,00
1610021100 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.765.954,00	16.421.582,33	9.655.628,33	0,00
1610021101 - 10000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	6.765.954,00	16.421.582,33	9.655.628,33	0,00
1700000000 Transferências Correntes	8.811.042.945,44	9.957.387.117,73	1.146.344.172,29	0,00
1710000000 Transferências da União e de suas Entidades	7.147.148.243,06	8.253.714.843,55	1.106.566.600,49	0,00
1718000000 Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	7.147.148.243,06	8.253.714.843,55	1.106.566.600,49	0,00
1718010000 Participação na Receita da União	6.208.750.300,00	7.237.212.856,22	1.028.462.556,22	0,00
1718011000 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	6.114.495.471,00	7.162.855.565,13	1.048.360.094,13	0,00
1718011100 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - Principal	6.114.495.471,00	7.162.855.565,13	1.048.360.094,13	0,00
1718011101 - 10100 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	7.643.119.339,00	8.953.569.456,06	1.310.450.117,06	0,00
1718011199 - 10100 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FUNDEB	-1.528.623.868,00	-1.790.713.890,93	262.090.022,93	0,00
1718016000 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados	63.588.299,00	57.608.073,65	0,00	5.980.225,35
1718016100 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados - Principal	63.588.299,00	57.608.073,65	0,00	5.980.225,35
1718016101 - 10000 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados	72.287.963,00	67.774.204,13	0,00	4.513.758,87
1718016199 - 10000 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados - FUNDEB	-8.699.664,00	-10.166.130,48	1.466.466,48	0,00
1718017000 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	30.666.530,00	16.733.196,00	0,00	13.933.334,00
1718017100 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	30.666.530,00	16.733.196,00	0,00	13.933.334,00
1718017101 - 21100 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	30.666.530,00	16.733.196,00	0,00	13.933.334,00
1718018000 Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro	0,00	16.021,44	16.021,44	0,00
1718018100 Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro - Principal	0,00	16.021,44	16.021,44	0,00
1718018101 - 10000 Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro	0,00	16.021,44	16.021,44	0,00
1718020000 Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	42.411.224,56	45.775.728,14	3.364.503,58	0,00
1718022000 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.955.473,00	2.140.253,13	184.780,13	0,00
1718022100 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	1.955.473,00	2.140.253,13	184.780,13	0,00
1718022101 - 10000 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.955.473,00	2.140.253,13	184.780,13	0,00
1718023000 Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89	7.761.643,00	2.612.233,22	0,00	5.149.409,78
1718023100 Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89 - Principal	7.761.643,00	2.612.233,22	0,00	5.149.409,78
1718023101 - 14400 Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990 /89	7.761.643,00	2.612.233,22	0,00	5.149.409,78
1718024000 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	5.091.000,00	1.098.901,68	0,00	3.992.098,32



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1718024100 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principa	5.091.000,00	1.098.901,68	0,00	3.992.098,32
1718024101 - 14400 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	5.091.000,00	1.098.901,68	0,00	3.992.098,32
1718026000 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	27.603.108,56	39.924.340,11	12.321.231,55	0,00
1718026100 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	27.603.108,56	39.924.340,11	12.321.231,55	0,00
1718026101 - 14400 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	27.603.108,56	39.924.340,11	12.321.231,55	0,00
1718050000 Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	205.340.780,00	207.877.551,61	2.536.771,61	0,00
1718051000 Transferências do Salário-Educação	56.608.120,00	75.452.118,71	18.843.998,71	0,00
1718051100 Transferências do Salário-Educação - Principal	56.608.120,00	75.452.118,71	18.843.998,71	0,00
1718051101 - 20700 Transferências do Salário-Educação	56.608.120,00	75.452.118,71	18.843.998,71	0,00
1718053000 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	51.632.660,00	48.870.986,40	0,00	2.761.673,60
1718053100 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Principal	51.632.660,00	48.870.986,40	0,00	2.761.673,60
1718053101 - 27301 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	51.632.660,00	48.870.986,40	0,00	2.761.673,60
1718054000 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	2.500.000,00	1.966.445,25	0,00	533.554,75
1718054100 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal	2.500.000,00	1.966.445,25	0,00	533.554,75
1718054101 - 27302 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	2.500.000,00	1.966.445,25	0,00	533.554,75
1718059000 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	94.600.000,00	81.588.001,25	0,00	13.011.998,75
1718059100 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE - Principal	94.600.000,00	81.588.001,25	0,00	13.011.998,75
1718059101 - 27303 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	94.600.000,00	81.588.001,25	0,00	13.011.998,75
1718060000 Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00
1718061000 Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00
1718061100 Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – LC Nº 87/96 - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00
1718100000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	74.258.374,06	41.982.173,21	0,00	32.276.200,85
1718102000 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	7.100.000,00	2.390.115,08	0,00	4.709.884,92
1718102100 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	7.100.000,00	2.390.115,08	0,00	4.709.884,92
1718102101 - 28282 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	7.100.000,00	2.390.115,08	0,00	4.709.884,92
1718103000 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	8.799.127,00	0,00	0,00	8.799.127,00
1718103100 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal	8.799.127,00	0,00	0,00	8.799.127,00
1718103101 - 28282 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	8.799.127,00	0,00	0,00	8.799.127,00
1718109000 Outras Transferências de Convênios da União	58.359.247,06	39.592.058,13	0,00	18.767.188,93
1718109100 Outras Transferências de Convênios da União - Principal	58.359.247,06	39.592.058,13	0,00	18.767.188,93

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1718109101 - 28282 Outras Transferências de Convênios da União	58.359.247,06	39.592.058,13	0,00	18.767.188,93
1718990000 Outras Transferências da União	0,00	38.633.402,88	38.633.402,88	0,00
1718991000 Outras Transferências da União	0,00	38.633.402,88	38.633.402,88	0,00
1718991100 Outras Transferências da União - Principal	0,00	38.633.402,88	38.633.402,88	0,00
1718991112 - 10000 Transferência LC 176/2020 - Compensação de Créditos Lei Kandir	0,00	38.633.402,88	38.633.402,88	0,00
1718091000 Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	616.387.564,44	682.233.131,49	65.845.567,05	0,00
1718091100 Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	616.387.564,44	682.233.131,49	65.845.567,05	0,00
1718091102 - 25100 Complementação da União ao FUNDEB de Exercícios Anteriores	0,00	22.641.578,83	22.641.578,83	0,00
1718091101 - 25100 Complementação da União ao FUNDEB do Exercício	616.387.564,44	659.591.552,66	43.203.988,22	0,00
1730000000 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	340.443,30	0,00	0,00	340.443,30
1738000000 Transferências dos Municípios -Específicas de Estados, DF e Municípios	340.443,30	0,00	0,00	340.443,30
1738990000 Outras Transferências dos Municípios	340.443,30	0,00	0,00	340.443,30
1738991000 Outras Transferências dos Municípios	340.443,30	0,00	0,00	340.443,30
1738991100 Outras Transferências dos Municípios - Principal	340.443,30	0,00	0,00	340.443,30
1738991199 - 28686 Outras Transferências dos Municípios	340.443,30	0,00	0,00	340.443,30
1750000000 Transferências de Outras Instituições Públicas	1.663.554.259,08	1.703.672.274,18	40.118.015,10	0,00
1758000000 Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios	1.663.554.259,08	1.703.672.274,18	40.118.015,10	0,00
1758010000 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	1.663.554.259,08	1.703.672.274,18	40.118.015,10	0,00
1758011000 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal	1.663.554.259,08	1.703.672.274,18	40.118.015,10	0,00
1758011100 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	1.663.554.259,08	1.703.672.274,18	40.118.015,10	0,00
1758011101 - 25000 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	1.663.554.259,08	1.703.672.274,18	40.118.015,10	0,00
1900000000 Outras Receitas Correntes	464.149.121,00	527.901.487,13	63.752.366,13	0,00
1910000000 Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	55.208.358,00	40.819.640,38	0,00	14.388.717,62
1910010000 Multas Previstas em Legislação Específica	55.208.358,00	38.134.415,21	0,00	17.073.942,79
1910011000 Multas Previstas em Legislação Específica	55.208.358,00	38.134.415,21	0,00	17.073.942,79
1910011100 Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	45.869.922,00	25.545.051,53	0,00	20.324.870,47
1910011101 - 10000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	0,00	31.434,06	31.434,06	0,00
1910011124 - 10000 Multas advindas da ARCE	0,00	407.439,70	407.439,70	0,00
1910011128 - 10000 Multas de Obrigações Acessórias	45.869.922,00	25.105.606,42	0,00	20.764.315,58



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1910011132 - 10005 Multa por Infração à Legislação de Recursos Hídricos	0,00	571,35	571,35	0,00
1910011200 Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	0,00	217,98	217,98	0,00
1910011202 - 10000 Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00	217,98	217,98	0,00
1910011300 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	9.338.436,00	12.589.145,70	3.250.709,70	0,00
1910011330 - 10000 Multas Penais da Dívida Ativa	0,00	4.332,39	4.332,39	0,00
1910011301 - 10000 Outras Multas Administrativas da Dívida Ativa - Obrigações Acessórias	7.467.727,00	11.248.271,29	3.780.544,29	0,00
1910011302 - 10000 Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Administrativa	1.703.507,00	1.336.342,02	0,00	367.164,98
1910011304 - 10000 Repasses de Emolumentos FAADEP - Dívida Ativa	167.202,00	0,00	0,00	167.202,00
1910011306 - 11000 Receita da Dívida Ativa de Ressarcimento ao Erário	0,00	200,00	200,00	0,00
1910070000 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	2.494.288,39	2.494.288,39	0,00
1910071000 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	2.494.288,39	2.494.288,39	0,00
1910071100 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	1.273.235,42	1.273.235,42	0,00
1910071101 - 10000 Multas TCM	0,00	7.064,69	7.064,69	0,00
1910071103 - 10000 Multas do TCE	0,00	1.266.170,73	1.266.170,73	0,00
1910071300 Dívida Ativa - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	1.221.052,97	1.221.052,97	0,00
1910071302 - 10000 Multas TCE - Dívida Ativa	0,00	468.669,90	468.669,90	0,00
1910071301 - 10000 Multas TCM - Dívida Ativa	0,00	752.383,07	752.383,07	0,00
1910090000 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	190.936,78	190.936,78	0,00
1910091000 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	190.936,78	190.936,78	0,00
1910091100 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	0,00	190.936,78	190.936,78	0,00
1910091101 - 10000 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	113.647,97	113.647,97	0,00
1910091199 - 10000 Outras Multas Contratuais	0,00	77.288,81	77.288,81	0,00
1920000000 Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	67.626.950,00	101.647.177,71	34.020.227,71	0,00
1921000000 Indenizações	11.700.000,00	5.687.182,85	0,00	6.012.817,15
1921010000 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	11.700.000,00	5.687.182,85	0,00	6.012.817,15
1921011000 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	11.700.000,00	5.687.182,85	0,00	6.012.817,15
1921011100 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	11.700.000,00	5.687.182,85	0,00	6.012.817,15
1921011103 - 21600 Compensação Ambiental	11.700.000,00	5.687.182,85	0,00	6.012.817,15
1922000000 Restituições	19.500.049,00	65.190.731,98	45.690.682,98	0,00
1922010000 Restituição de Convênios	2.897.217,00	27.893.536,28	24.996.319,28	0,00
1922011000 Restituição de Convênios - Primárias	2.897.217,00	27.893.536,28	24.996.319,28	0,00
1922011100 Restituição de Convênios - Primárias	2.897.217,00	27.893.536,28	24.996.319,28	0,00
1922011102 - 10000 Restituições de Convênios	2.897.217,00	27.792.689,71	24.895.472,71	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1922011101 - 11000 Restituições de Convênios Concedidos com Recursos do FECOP	0,00	100.846,57	100.846,57	0,00
1922060000 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	3.261.567,42	3.261.567,42	0,00
1922061000 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	3.261.567,42	3.261.567,42	0,00
1922061100 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	3.261.567,42	3.261.567,42	0,00
1922061101 - 10000 Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	16.351,89	16.351,89	0,00
1922061102 - 10000 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	3.245.215,53	3.245.215,53	0,00
1922990000 Outras Restituições	16.602.832,00	34.035.628,28	17.432.796,28	0,00
1922991000 Outras Restituições	16.602.832,00	34.035.628,28	17.432.796,28	0,00
1922991100 Outras Restituições - Principal	16.602.832,00	34.035.628,28	17.432.796,28	0,00
1922991101 - 10000 Devolução de Diárias	0,00	126.143,34	126.143,34	0,00
1922991199 - 10000 Outras Restituições	11.084.113,00	24.602.375,05	13.518.262,05	0,00
1922991112 - 10000 Reembolso pelo Processamento de Dados	0,00	124.264,78	124.264,78	0,00
1922991198 - 10000 Restituições Diversas	0,00	61.971,97	61.971,97	0,00
1922991106 - 10000 Restituições de Folha de Pagamento	0,00	5.641.984,74	5.641.984,74	0,00
1922991107 - 10000 Restituições de Vale-Transporte	5.518.719,00	1.953.235,38	0,00	3.565.483,62
1922991199 - 20700 Outras Restituições	0,00	135.072,04	135.072,04	0,00
1922991199 - 21600 Outras Restituições	0,00	113.376,53	113.376,53	0,00
1922991103 - 25000 Restituições ao FUNDEB	0,00	5.206,42	5.206,42	0,00
1922991199 - 27301 Outras Restituições	0,00	44.269,66	44.269,66	0,00
1922991199 - 27302 Outras Restituições	0,00	6.496,84	6.496,84	0,00
1922991199 - 27303 Outras Restituições	0,00	7.199,42	7.199,42	0,00
1922991199 - 27600 Outras Restituições	0,00	341.549,36	341.549,36	0,00
1922991199 - 28282 Outras Restituições	0,00	872.482,75	872.482,75	0,00
1923000000 Ressarcimentos	36.426.901,00	30.769.262,88	0,00	5.657.638,12
1923020000 Ressarcimento de Custos	36.426.901,00	30.769.262,88	0,00	5.657.638,12
1923021000 Ressarcimento de Custos	36.426.901,00	30.769.262,88	0,00	5.657.638,12
1923021100 Ressarcimento de Custos - Principal	36.426.901,00	30.769.262,88	0,00	5.657.638,12
1923021101 - 10000 Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	36.426.901,00	30.769.262,88	0,00	5.657.638,12
1990000000 Demais Receitas Correntes	341.313.813,00	385.434.669,04	44.120.856,04	0,00
1990990000 Outras Receitas	341.313.813,00	385.434.669,04	44.120.856,04	0,00
1990991000 Outras Receitas - Primárias	322.716.870,00	314.569.094,73	0,00	8.147.775,27
1990991100 Outras Receitas - Principal	322.716.870,00	314.569.094,73	0,00	8.147.775,27
1990991199 - 10000 Outras Receitas	5.969.512,00	1.253.934,25	0,00	4.715.577,75

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1990991125 - 10000 Receita da "Terceirização" da Folha de Pagamento dos Agentes Públicos	0,00	813.821,26	813.821,26	0,00
1990991130 - 10000 Recursos DRE EC 93/2016	234.760.181,00	256.043.467,49	21.283.286,49	0,00
1990991121 - 10000 Recursos Provenientes do FEEF	77.019.045,00	40.611.440,50	0,00	36.407.604,50
1990991113 - 10000 Ressarcimento	0,00	5.515.316,30	5.515.316,30	0,00
1990991105 - 10000 Saldo de Exercícios Anteriores	4.968.132,00	9.238.723,85	4.270.591,85	0,00
1990991123 - 11000 Outras Receita FECOP	0,00	187.674,19	187.674,19	0,00
1990991105 - 11000 Saldo de Exercícios Anteriores	0,00	904.716,89	904.716,89	0,00
1990992000 Outras Receitas - Financeiras	18.596.943,00	70.865.574,31	52.268.631,31	0,00
1990992100 Outras Receitas - Financeiras - Principal	18.596.943,00	70.865.574,31	52.268.631,31	0,00
1990992101 - 10000 Encargos do FDI / PROAPI	0,00	819.769,28	819.769,28	0,00
1990992104 - 10000 Rendas	0,00	6.226,75	6.226,75	0,00
1990992109 - 10000 Retorno do FDI - PROAPI	0,00	33.173.198,70	33.173.198,70	0,00
1990992102 - 27600 Participação nos Encargos do FDI - Diferido	18.596.943,00	36.866.379,58	18.269.436,58	0,00
2000000000 Receitas de Capital	3.425.296.653,94	1.573.566.253,83	0,00	1.851.730.400,11
2100000000 Operações de Crédito	2.534.377.177,00	1.406.915.418,29	0,00	1.127.461.758,71
2110000000 Operações de Crédito - Mercado Interno	1.726.697.603,00	1.051.540.121,76	0,00	675.157.481,24
2118000000 Operações de Crédito - Mercado Interno - Estados/DF/Municípios	19.751.059,00	13.035.575,35	0,00	6.715.483,65
2118010000 Operações de Crédito Internas de Estados/DF/Municípios	19.751.059,00	13.035.575,35	0,00	6.715.483,65
2118011000 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	4.000.000,00	0,00	0,00	4.000.000,00
2118011100 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação - Principal	4.000.000,00	0,00	0,00	4.000.000,00
2118011101 - 24645 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	4.000.000,00	0,00	0,00	4.000.000,00
2118013000 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	11.202.000,00	6.953.609,06	0,00	4.248.390,94
2118013100 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento - Principal	11.202.000,00	6.953.609,06	0,00	4.248.390,94
2118013101 - 24656 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	11.202.000,00	6.953.609,06	0,00	4.248.390,94
2118015000 Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	0,00	3.885.720,53	3.885.720,53	0,00
2118015100 Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	0,00	3.885.720,53	3.885.720,53	0,00
2118015101 - 24645 Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	0,00	3.885.720,53	3.885.720,53	0,00
2118017000 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	4.549.059,00	2.196.245,76	0,00	2.352.813,24
2118017100 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular - Principal	4.549.059,00	2.196.245,76	0,00	2.352.813,24
2118017101 - 24637 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	849.059,00	0,00	0,00	849.059,00
2118017101 - 24656 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	3.700.000,00	2.196.245,76	0,00	1.503.754,24
2119000000 Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.706.946.544,00	1.038.504.546,41	0,00	668.441.997,59
2119001000 Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.706.946.544,00	1.038.504.546,41	0,00	668.441.997,59



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2119001100 Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	1.706.946.544,00	1.038.504.546,41	0,00	668.441.997,59
2119001103 - 24636 Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	24.804.000,00	12.395.642,50	0,00	12.408.357,50
2119001109 - 24638 Operações de Crédito Internas - CEF/CPAC - MARANGUAPINHO	390.000,00	0,00	0,00	390.000,00
2119001199 - 24645 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	7.433.427,00	0,00	0,00	7.433.427,00
2119001108 - 24647 Operações de Crédito Internas - BNDES - ESTADOS	0,00	4.983.645,97	4.983.645,97	0,00
2119001103 - 24649 Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	200.000.000,00	80.000.000,00	0,00	120.000.000,00
2119001110 - 24654 Operações de Crédito Internas - Amortização da Dívida	1.454.164.358,00	940.000.000,00	0,00	514.164.358,00
2119001103 - 24656 Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	20.154.759,00	1.125.257,94	0,00	19.029.501,06
2120000000 Operações de Crédito - Mercado Externo	807.679.574,00	355.375.296,53	0,00	452.304.277,47
2128000000 Operação de Crédito Externas - Estados/DF/Municípios	269.304.459,00	123.040.710,29	0,00	146.263.748,71
2128010000 Operações de Crédito Externas - Estados/DF/ Municípios	269.304.459,00	123.040.710,29	0,00	146.263.748,71
2128012000 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	159.729.055,00	58.367.374,51	0,00	101.361.680,49
2128012100 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde - Principal	159.729.055,00	58.367.374,51	0,00	101.361.680,49
2128012101 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	159.729.055,00	58.367.374,51	0,00	101.361.680,49
2128013000 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	13.370.000,00	0,00	0,00	13.370.000,00
2128013100 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento - Principal	13.370.000,00	0,00	0,00	13.370.000,00
2128013101 - 24857 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	13.370.000,00	0,00	0,00	13.370.000,00
2128015000 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	96.205.404,00	64.673.335,78	0,00	31.532.068,22
2128015100 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	96.205.404,00	64.673.335,78	0,00	31.532.068,22
2128015101 - 24858 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	1.211.395,00	0,00	0,00	1.211.395,00
2128015101 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	94.994.009,00	64.673.335,78	0,00	30.320.673,22
2129000000 Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	538.375.115,00	232.334.586,24	0,00	306.040.528,76
2129001000 Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	538.375.115,00	232.334.586,24	0,00	306.040.528,76
2129001100 Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal	538.375.115,00	232.334.586,24	0,00	306.040.528,76
2129001109 - 24849 Operações de Crédito Externas - IPFCeará	75.725.877,00	13.013.218,72	0,00	62.712.658,28
2129001104 - 24858 Operações de Crédito Externas para Programas de Ação Social	0,00	31.272.250,00	31.272.250,00	0,00
2129001199 - 24858 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	51.000.000,00	0,00	0,00	51.000.000,00
2129001104 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Ação Social	0,00	41.459.235,46	41.459.235,46	0,00
2129001102 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Infraestrutura	209.685.410,00	14.420.714,15	0,00	195.264.695,85
2129001103 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Transportes	0,00	64.744.381,97	64.744.381,97	0,00
2129001199 - 24859 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	73.394.703,00	0,00	0,00	73.394.703,00
2129001199 - 24864 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2129001101 - 24865 Operações de Crédito Externas para Programas de Turismo	50.000.000,00	45.564.665,09	0,00	4.435.334,91
2129001199 - 24867 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	77.369.125,00	21.860.120,85	0,00	55.509.004,15
2200000000 Alienação de Bens	0,00	17.243.673,00	17.243.673,00	0,00
2210000000 Alienação de Bens Móveis	0,00	17.240.273,00	17.240.273,00	0,00
2213000000 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	17.240.273,00	17.240.273,00	0,00
2213001000 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	17.240.273,00	17.240.273,00	0,00
2213001100 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	17.240.273,00	17.240.273,00	0,00
2213001101 - 11200 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	17.240.273,00	17.240.273,00	0,00
2220000000 Alienação de Bens Imóveis	0,00	3.400,00	3.400,00	0,00
2220001000 Alienação de Bens Imóveis	0,00	3.400,00	3.400,00	0,00
2220001100 Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	3.400,00	3.400,00	0,00
2220001102 - 11200 Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	3.400,00	3.400,00	0,00
2400000000 Transferências de Capital	890.919.476,94	149.096.926,37	0,00	741.822.550,57
2410000000 Transferências da União e de suas Entidades	882.257.476,94	141.468.456,28	0,00	740.789.020,66
2418000000 Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	882.257.476,94	141.468.456,28	0,00	740.789.020,66
2418100000 Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	882.257.476,94	141.468.456,28	0,00	740.789.020,66
2418102000 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	22.900.000,00	2.590.480,93	0,00	20.309.519,07
2418102100 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação - Principal	22.900.000,00	2.590.480,93	0,00	20.309.519,07
2418102101 - 28282 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	22.900.000,00	2.590.480,93	0,00	20.309.519,07
2418105000 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	55.443.979,00	95.074.690,76	39.630.711,76	0,00
2418105100 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal	55.443.979,00	95.074.690,76	39.630.711,76	0,00
2418105101 - 28282 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	55.443.979,00	95.074.690,76	39.630.711,76	0,00
2418107000 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	390.401.010,00	0,00	0,00	390.401.010,00
2418107100 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal	390.401.010,00	0,00	0,00	390.401.010,00
2418107101 - 28282 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	390.401.010,00	0,00	0,00	390.401.010,00
2418109000 Outras Transferências de Convênios da União	413.512.487,94	43.803.284,59	0,00	369.709.203,35
2418109100 Outras Transferências de Convênios da União - Principal	413.512.487,94	43.803.284,59	0,00	369.709.203,35
2418109199 - 28282 Outras Transferências de Convênios da União	413.512.487,94	43.803.284,59	0,00	369.709.203,35
2430000000 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	4.650.000,00	5.248.294,95	598.294,95	0,00
2438000000 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	4.650.000,00	5.248.294,95	598.294,95	0,00
2438100000 Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	4.650.000,00	5.248.294,95	598.294,95	0,00
2438102000 Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	1.100.000,00	0,00	0,00	1.100.000,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2438102100 Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação - Principal	1.100.000,00	0,00	0,00	1.100.000,00
2438102101 - 28686 Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	1.100.000,00	0,00	0,00	1.100.000,00
2438109000 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	3.550.000,00	5.248.294,95	1.698.294,95	0,00
2438109100 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	3.550.000,00	5.248.294,95	1.698.294,95	0,00
2438109101 - 28686 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	3.550.000,00	5.248.294,95	1.698.294,95	0,00
2460000000 Transferências do Exterior	4.012.000,00	2.380.175,14	0,00	1.631.824,86
2468000000 Transferências do Exterior - Específicas de Estados, DF e Municípios	4.012.000,00	2.380.175,14	0,00	1.631.824,86
2468100000 Outras Transferências do Exterior Não Especificadas Anteriormente	0,00	2.380.175,14	2.380.175,14	0,00
2468101000 Outras Transferências do Exterior Não Especificadas Anteriormente	0,00	2.380.175,14	2.380.175,14	0,00
2468101100 Outras Transferências do Exterior Não Especificadas Anteriormente - Principal	0,00	2.380.175,14	2.380.175,14	0,00
2468101199 - 28080 Outras Transferências do Exterior Não Especificadas Anteriormente	0,00	2.380.175,14	2.380.175,14	0,00
2468019000 Outras Transferências do Exterior Não Especificadas Anteriormente	4.012.000,00	0,00	0,00	4.012.000,00
2468019199 - 28080 Outras Transferências de Convênios do Exterior	4.012.000,00	0,00	0,00	4.012.000,00
2900000000 Outras Receitas de Capital	0,00	310.236,17	310.236,17	0,00
2990000000 Demais Receitas de Capital	0,00	310.236,17	310.236,17	0,00
2990001000 Demais Receitas de Capital	0,00	310.236,17	310.236,17	0,00
2990001100 Demais Receitas de Capital - Principal	0,00	310.236,17	310.236,17	0,00
2990001199 - 24859 Outras Restituições	0,00	1.761,65	1.761,65	0,00
2990001199 - 24864 Outras Restituições	0,00	308.474,52	308.474,52	0,00
7000000000 Receitas Intraorçamentárias	26.351.213,00	179.688.150,17	153.336.937,17	0,00
7900000000 Outras Receitas Correntes	26.351.213,00	179.688.150,17	153.336.937,17	0,00
7920000000 Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	13.368.264,00	2.388.165,04	0,00	10.980.098,96
7922000000 Restituições	660.029,00	1.190.000,00	529.971,00	0,00
7922990000 Outras Restituições	660.029,00	1.190.000,00	529.971,00	0,00
7922991000 Outras Restituições	660.029,00	1.190.000,00	529.971,00	0,00
7922991100 Outras Restituições - Principal	660.029,00	1.190.000,00	529.971,00	0,00
7922991199 - 10000 Outras Restituições	660.029,00	1.190.000,00	529.971,00	0,00
7923000000 Ressarcimentos	12.708.235,00	1.198.165,04	0,00	11.510.069,96
7923021000 Ressarcimento de Custos	12.708.235,00	1.198.165,04	0,00	11.510.069,96
7923021100 Ressarcimento de Custos - Principal	12.708.235,00	1.198.165,04	0,00	11.510.069,96
7923021101 - 10000 Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	12.708.235,00	1.198.165,04	0,00	11.510.069,96
7990000000 Demais Receitas Correntes	12.982.949,00	177.299.985,13	164.317.036,13	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
7990991000 Outras Receitas - Primárias	12.982.949,00	177.299.985,13	164.317.036,13	0,00
7990991100 Outras Receitas - Principal	12.982.949,00	177.299.985,13	164.317.036,13	0,00
7990991108 - 10000 Superávit Financeiro das Autarquias	12.982.949,00	177.299.985,13	164.317.036,13	0,00
TOTAL GERAL:	28.756.959.571,27	28.906.602.165,77	149.642.594,50	0,00

FONTE: S2GPR, CECAD/COTES 30/03/2022 15:12

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
3	DESPESA CORRENTE	17.510.877.495,16	40.921.441,34	17.551.798.936,50	16.821.321.460,67	730.477.475,83
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.633.129.507,52	0,00	8.633.129.507,52	8.307.609.336,05	325.520.171,47
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	7.366.525.317,80	0,00	7.366.525.317,80	7.086.958.199,65	279.567.118,15
31900300	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	4.552.015,00	0,00	4.552.015,00	4.475.723,77	76.291,23
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	454.183.985,42	0,00	454.183.985,42	438.418.473,30	15.765.512,12
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	103.800,00	0,00	103.800,00	60.975,46	42.824,54
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.800.958.133,93	0,00	4.800.958.133,93	4.622.004.432,21	178.953.701,72
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.686.204.427,40	0,00	1.686.204.427,40	1.673.422.230,00	12.782.197,40
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	69.227.074,03	0,00	69.227.074,03	66.942.185,59	2.284.888,44
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10.832.536,95	0,00	10.832.536,95	10.313.347,58	519.189,37
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	3.267,00	0,00	3.267,00	0,00	3.267,00
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	180.220.398,81	0,00	180.220.398,81	168.209.959,31	12.010.439,50
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	126.717.310,34	0,00	126.717.310,34	74.451.647,08	52.265.663,26
31909400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.337.820,44	0,00	3.337.820,44	3.149.642,95	188.177,49
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	30.184.548,48	0,00	30.184.548,48	25.509.582,40	4.674.966,08
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	1.266.604.189,72	0,00	1.266.604.189,72	1.220.651.136,40	45.953.053,32
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.257.500.180,24	0,00	1.257.500.180,24	1.215.849.324,37	41.650.855,87
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.963.923,80	0,00	2.963.923,80	1.076.935,26	1.886.988,54
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	6.140.085,68	0,00	6.140.085,68	3.724.876,77	2.415.208,91
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	570.574.283,00	0,00	570.574.283,00	516.363.125,80	54.211.157,20
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	570.574.283,00	0,00	570.574.283,00	516.363.125,80	54.211.157,20
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	532.130.558,00	0,00	532.130.558,00	479.115.883,96	53.014.674,04
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	28.716.025,00	0,00	28.716.025,00	27.550.556,85	1.165.468,15
32902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	9.727.700,00	0,00	9.727.700,00	9.696.684,99	31.015,01
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.307.173.704,64	40.921.441,34	8.348.095.145,98	7.997.348.998,82	350.746.147,16
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33223600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33223900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	421.162,80	0,00	421.162,80	421.162,80	0,00
33304100	CONTRIBUIÇÕES	421.162,80	0,00	421.162,80	421.162,80	0,00
33309300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	4.559.854.536,39	14.299.074,65	4.574.153.611,04	4.536.501.175,88	37.652.435,16
33404100	CONTRIBUIÇÕES	58.493.266,39	14.299.074,65	72.792.341,04	65.341.091,38	7.451.249,66
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	4.501.352.708,47	0,00	4.501.352.708,47	4.471.158.084,48	30.194.623,99
33409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.561,53	0,00	8.561,53	2.000,02	6.561,51
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	386.127.655,12	2.399.176,00	388.526.831,12	370.330.295,60	18.196.535,52
33501400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33503500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	261.003.298,49	0,00	261.003.298,49	249.310.200,11	11.693.098,38
33504100	CONTRIBUIÇÕES	118.651.915,52	2.399.176,00	121.051.091,52	115.783.054,89	5.268.036,63
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.124.800,00	0,00	1.124.800,00	93.600,00	1.031.200,00
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.127.575,26	0,00	1.127.575,26	924.374,75	203.200,51
33509300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.220.065,85	0,00	4.220.065,85	4.219.065,85	1.000,00
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	40.572.368,19	0,00	40.572.368,19	5.007.672,50	35.564.695,69
33604100	CONTRIBUIÇÕES	1.808.800,00	0,00	1.808.800,00	1.808.800,00	0,00
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	38.763.568,19	0,00	38.763.568,19	3.198.872,50	35.564.695,69
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	44.621.086,62	0,00	44.621.086,62	44.541.086,56	80.000,06
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	44.621.086,62	0,00	44.621.086,62	44.541.086,56	80.000,06
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	3.227.069.157,38	24.223.190,69	3.251.292.348,07	2.998.172.450,06	253.119.898,01
33900300	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	13.923.167,94	0,00	13.923.167,94	12.004.404,06	1.918.763,88
33900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	10.064.208,92	0,00	10.064.208,92	8.168.973,76	1.895.235,16
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	6.127.469,39	0,00	6.127.469,39	5.788.575,42	338.893,97
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	6.876.555,63	0,00	6.876.555,63	5.996.510,65	880.044,98
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	566.760,00	0,00	566.760,00	559.760,00	7.000,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	280.895.689,95	1.361.000,00	282.256.689,95	268.917.963,96	13.338.725,99
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	54.564.987,89	100.000,00	54.664.987,89	49.822.408,46	4.842.579,43
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	80.451.924,57	18.700.000,00	99.151.924,57	87.992.201,75	11.159.722,82

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	14.202.042,04	0,00	14.202.042,04	12.870.979,20	1.331.062,84
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	131.161.053,02	102.536,58	131.263.589,60	127.142.171,19	4.121.418,41
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	14.600.781,54	0,00	14.600.781,54	13.055.949,73	1.544.831,81
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	181.144.919,11	0,00	181.144.919,11	150.925.555,16	30.219.363,95
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	711.227.175,78	150.079,11	711.377.254,89	689.478.505,35	21.898.749,54
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.032.449.919,17	2.086.600,00	1.034.536.519,17	900.975.311,58	133.561.207,59
33904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	101.965.604,60	1.022.975,00	102.988.579,60	94.629.734,12	8.358.845,48
33904100	CONTRIBUIÇÕES	709.000,00	0,00	709.000,00	0,00	709.000,00
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	206.075.058,87	0,00	206.075.058,87	201.384.970,76	4.690.088,11
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	207.169.635,41	0,00	207.169.635,41	206.533.561,75	636.073,66
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	25.286.794,80	0,00	25.286.794,80	25.040.293,68	246.501,12
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	405.909,31	0,00	405.909,31	148.808,20	257.101,11
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	11.507.891,00	0,00	11.507.891,00	10.654.477,72	853.413,28
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	6.933.132,24	0,00	6.933.132,24	6.662.910,01	270.222,23
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	44.289.224,15	0,00	44.289.224,15	41.139.323,95	3.149.900,20
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	84.440.252,05	700.000,00	85.140.252,05	78.279.099,60	6.861.152,45
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	48.507.738,14	0,00	48.507.738,14	42.375.155,42	6.132.582,72
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	140.000,00	0,00	140.000,00	121.272,39	18.727,61
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.774.793,81	0,00	1.774.793,81	1.163.701,24	611.092,57
33914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	35.069.107,83	0,00	35.069.107,83	30.468.860,80	4.600.247,03
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	304.726,14	0,00	304.726,14	154.483,47	150.242,67
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.900,00	0,00	10.900,00	289,14	10.610,86
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.208.210,36	0,00	11.208.210,36	10.466.548,38	741.661,98
4	DESPESA DE CAPITAL	4.839.942.760,45	12.168.199,90	4.852.110.960,35	3.155.847.730,93	1.696.263.229,42
44	INVESTIMENTOS	3.099.425.505,13	9.168.199,90	3.108.593.705,03	1.774.461.394,79	1.334.132.310,24
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	262.172,00	0,00	262.172,00	0,00	262.172,00
44204200	AUXÍLIOS	262.172,00	0,00	262.172,00	0,00	262.172,00
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	19.088,98	0,00	19.088,98	0,00	19.088,98
44225100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.088,98	0,00	19.088,98	0,00	19.088,98

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	114.442.844,57	730.630,30	115.173.474,87	92.253.274,58	22.920.200,29
44404100	CONTRIBUIÇÕES	2.195.000,00	0,00	2.195.000,00	2.122.819,69	72.180,31
44404200	AUXÍLIOS	110.879.394,67	730.630,30	111.610.024,97	88.762.505,80	22.847.519,17
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.368.449,90	0,00	1.368.449,90	1.367.949,09	500,81
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	37.990.958,83	47.751,00	38.038.709,83	19.243.436,97	18.795.272,86
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.837.998,47	0,00	11.837.998,47	9.214.171,73	2.623.826,74
44504100	CONTRIBUIÇÕES	3.306.001,00	0,00	3.306.001,00	0,00	3.306.001,00
44504200	AUXÍLIOS	22.446.959,36	47.751,00	22.494.710,36	10.029.265,24	12.465.445,12
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	9.122.873,17	0,00	9.122.873,17	9.122.873,13	0,04
44678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	9.122.873,17	0,00	9.122.873,17	9.122.873,13	0,04
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	2.923.280.313,73	8.389.818,60	2.931.670.132,33	1.641.723.915,30	1.289.946.217,03
44900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44901400	DIÁRIAS - CIVIL	96.000,00	0,00	96.000,00	4.481,15	91.518,85
44901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	4.317.297,94	0,00	4.317.297,94	3.039.192,75	1.278.105,19
44903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
44903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
44903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	84.058.078,04	0,00	84.058.078,04	52.157.020,99	31.901.057,05
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.609.870,00	0,00	2.609.870,00	207.910,16	2.401.959,84
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	6.412.024,91	0,00	6.412.024,91	3.014.508,27	3.397.516,64
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	130.190.568,07	0,00	130.190.568,07	60.570.129,96	69.620.438,11
44904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	59.845.802,03	0,00	59.845.802,03	33.684.837,21	26.160.964,82
44904100	CONTRIBUIÇÕES	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
44904200	AUXÍLIOS	1.064.228,98	0,00	1.064.228,98	0,00	1.064.228,98
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	359.633,42	0,00	359.633,42	296.213,61	63.419,81
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.571.891.338,94	1.000.000,00	1.572.891.338,94	637.937.491,13	934.953.847,81



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	862.556.371,57	7.389.818,60	869.946.190,17	695.894.214,07	174.051.976,10
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	22.398.318,55	0,00	22.398.318,55	16.895.115,36	5.503.203,19
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	20.424.041,67	0,00	20.424.041,67	10.108.540,50	10.315.501,17
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	160.154,00	0,00	160.154,00	63.514,94	96.639,06
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	38.550.512,50	0,00	38.550.512,50	23.274.373,53	15.276.138,97
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	117.745.073,11	0,00	117.745.073,11	104.576.371,67	13.168.701,44
44909500	INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4491	APLICAÇÕES DIRETAS	14.307.253,84	0,00	14.307.253,84	12.117.894,81	2.189.359,03
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	46.600,00	0,00	46.600,00	0,00	46.600,00
44914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	11.600.000,00	0,00	11.600.000,00	10.740.537,98	859.462,02
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.623.188,27	0,00	1.623.188,27	351.391,26	1.271.797,01
44919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	11.500,00	0,00	11.500,00	0,00	11.500,00
44919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.025.965,57	0,00	1.025.965,57	1.025.965,57	0,00
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	168.848.422,61	3.000.000,00	171.848.422,61	171.848.422,61	0,00
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	168.848.422,61	3.000.000,00	171.848.422,61	171.848.422,61	0,00
45900700	CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	9.000.000,00	0,00	9.000.000,00	9.000.000,00	0,00
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	159.848.422,61	3.000.000,00	162.848.422,61	162.848.422,61	0,00
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.571.668.832,71	0,00	1.571.668.832,71	1.209.537.913,53	362.130.919,18
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	1.571.668.832,71	0,00	1.571.668.832,71	1.209.537.913,53	362.130.919,18
46902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	21.298.716,00	0,00	21.298.716,00	21.278.054,26	20.661,74
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.550.370.116,71	0,00	1.550.370.116,71	1.188.259.859,27	362.110.257,44
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.086.295,00	0,00	60.086.295,00	0,00	60.086.295,00
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	60.086.295,00	0,00	60.086.295,00	0,00	60.086.295,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.086.295,00	0,00	60.086.295,00	0,00	60.086.295,00
99999900	A CLASSIFICAR	60.086.295,00	0,00	60.086.295,00	0,00	60.086.295,00
Total Geral:		22.410.906.550,61	53.089.641,24	22.463.996.191,85	19.977.169.191,60	2.486.827.000,25

Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
010001-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	570.282.819,49	0,00	570.282.819,49	568.972.092,23	1.310.727,26
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	227.505.980,90	0,00	227.505.980,90	220.815.211,47	6.690.769,43
040001-TRIBUNAL DE JUSTICA	1.305.796.109,00	0,00	1.305.796.109,00	1.244.172.500,62	61.623.608,38
060001-DEFENSORIA PUBLICA GERAL	195.228.336,00	0,00	195.228.336,00	186.464.135,92	8.764.200,08
080001-SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	966.631.179,70	0,00	966.631.179,70	407.769.948,31	558.861.231,39
100001-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL	164.267.963,07	0,00	164.267.963,07	138.688.833,33	25.579.129,74
101021-SUPERINTENDENCIA DA POLICIA CIVIL	563.129.911,66	0,00	563.129.911,66	545.108.357,07	18.021.554,59
101031-POLICIA MILITAR DO CEARA	2.011.006.826,78	0,00	2.011.006.826,78	2.003.386.486,29	7.620.340,49
101041-CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARA	235.892.870,57	75.600,00	235.968.470,57	222.407.373,93	13.561.096,64
101071-PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARA	101.593.892,76	0,00	101.593.892,76	93.265.059,56	8.328.833,20
101081-ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANCA PUBLICA DO CEARA	28.929.716,50	0,00	28.929.716,50	26.227.904,50	2.701.812,00
101091-SUP DE PESQUISA E ESTRATEGIA DE SEGURANCA PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	2.493.357,00	0,00	2.493.357,00	2.396.744,21	96.612,79
130001-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	83.395.144,51	0,00	83.395.144,51	77.245.265,96	6.149.878,55
150001-PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	478.005.418,10	0,00	478.005.418,10	477.312.887,02	692.531,08
170001-CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO	4.027.911,00	0,00	4.027.911,00	3.907.420,12	120.490,88
180001-SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	640.424.975,53	0,00	640.424.975,53	619.587.445,85	20.837.529,68
190001-SECRETARIA DA FAZENDA	802.405.093,28	0,00	802.405.093,28	709.981.713,04	92.423.380,24
191011-ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	7.118.308.296,71	3.000.000,00	7.121.308.296,71	6.656.369.661,50	464.938.635,21
210001-SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	401.685.656,65	0,00	401.685.656,65	331.431.144,62	70.254.512,03
220001-SECRETARIA DA EDUCACAO	4.076.789.740,28	9.826.448,90	4.086.616.189,18	3.693.376.632,57	393.239.556,61
270001-SECRETARIA DA CULTURA	188.472.356,17	0,00	188.472.356,17	165.701.562,85	22.770.793,32
290001-SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS	422.457.210,58	0,00	422.457.210,58	120.193.458,46	302.263.752,12
300001-CASA CIVIL	247.193.190,00	0,00	247.193.190,00	238.791.709,94	8.401.480,06
310001-SECRETARIA DA CIENCIA, TECNOLOGIA E EDUCACAO SUPERIOR	131.243.433,76	1.022.975,00	132.266.408,76	64.601.466,33	67.664.942,43
360001-SECRETARIA DO TURISMO	162.498.562,77	700.000,00	163.198.562,77	138.785.065,14	24.413.497,63
410001-CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	39.514.866,98	150.000,00	39.664.866,98	32.813.570,53	6.851.296,45
420001-SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE DO ESTADO DO CEARÁ	51.943.985,89	61.000,00	52.004.985,89	43.185.902,81	8.819.083,08
430001-SECRETARIA DAS CIDADES	392.874.406,38	10.452.920,80	403.327.327,18	287.990.388,50	115.336.938,68
460001-SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	166.909.554,98	0,00	166.909.554,98	102.242.511,19	64.667.043,79
461031-ESCOLA DE GESTAO PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	2.748.411,00	0,00	2.748.411,00	2.321.287,15	427.123,85



Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
470001-SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DH	353.485.301,71	19.760.366,69	373.245.668,40	331.849.837,37	41.395.831,03
470104-SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	127.836.939,59	2.041.176,00	129.878.115,59	117.431.588,40	12.446.527,19
530001-CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGAOS DE SEGURANCA PUBLICA E SISTEMA PENITENCIARIO	11.479.558,64	0,00	11.479.558,64	11.302.126,87	177.431,77
560001-SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO	75.719.519,69	3.846.153,85	79.565.673,54	38.093.348,80	41.472.324,74
570001-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	45.390.151,36	2.153.000,00	47.543.151,36	40.754.871,22	6.788.280,14
580001-ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA	13.337.901,62	0,00	13.337.901,62	12.223.677,92	1.114.223,70
Total Geral:	22.410.906.550,61	53.089.641,24	22.463.996.191,85	19.977.169.191,60	2.486.827.000,25



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENADORIA DO TESOUREO ESTADUAL
CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA

1014311X
28/02/2022 16:02
DATA-BASE: 31/12/2021

ANEXO 16

CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO								MOVIMENTO DO EXERCÍCIO							
NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SGB
DIVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS															
1	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.855-18 AD	30/06/2020	2,67	5,10	UNID.PAD.REFIN.	214.431,30	752.015,26	0,00	235,17	270.117,78	32.096,79	6.293,49	482.132,65
2	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.856-33 AD	30/06/2020	3,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	288.665,51	1.341.214,60	0,00	464,29	389.767,74	58.209,01	11.641,81	951.911,15
3	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.857-59 AD	30/06/2020	3,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	364.579,75	1.689.880,83	0,00	585,02	491.092,97	73.341,22	14.668,22	1.199.372,88
4	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156663-07 AD	30/06/2020	0,42	5,00	UNID.PAD.REFIN.	293.151,71	261.395,06	0,00	0,01	261.395,07	3.276,49	2.533,34	0,00
5	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156665-26 AD	30/06/2020	0,75	5,00	UNID.PAD.REFIN.	124.200,27	152.389,44	0,00	0,00	152.389,44	3.192,38	2.525,21	0,00
6	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156666-30 AD	30/06/2020	0,58	5,00	UNID.PAD.REFIN.	1.017.091,41	893.253,00	0,00	-0,01	893.252,99	17.453,00	13.962,39	0,00
7	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156681-29 AD	30/06/2020	1,17	6,50	UNID.PAD.REFIN.	126.958,73	351.965,16	0,00	25,34	300.040,13	14.043,66	8.642,23	51.950,37
8	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156691-44 AD	30/06/2020	1,42	6,50	UNID.PAD.REFIN.	113.725,27	355.177,49	0,00	52,64	247.306,76	15.805,08	9.726,24	107.923,37
9	CEF	ESTADO DO CEARA	CT287955 RIO COCÓ AD	30/06/2020	13,17	6,00	UNID.PAD.REFIN.	10.433.966,26	107.911.232,91	6.953.609,06	53.067,36	5.761.569,14	6.541.745,62	2.508.546,04	109.156.340,19
10	CEF	ESTADO DO CEARA	CT294815 FAVDENDÊ AD	30/06/2020	13,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	3.628.625,58	43.981.894,73	2.196.245,76	21.243,77	2.451.029,35	2.183.858,44	1.004.803,28	43.748.354,91
11	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0319197-16-VLT AD	30/06/2020	13,67	5,50	UNID.PAD.REFIN.	8.387.312,46	124.412.370,16	513.752,51	57.723,27	6.283.356,60	6.685.856,66	3.040.625,75	118.700.489,34
12	CEF	ESTADO DO CEARA	CT31919934-METRÔ AD	30/06/2020	13,67	5,50	UNID.PAD.REFIN.	1.637.992,79	17.720.664,63	611.505,43	8.497,99	912.328,74	968.944,27	443.758,51	17.428.339,31
13	CEF	ESTADO DO CEARA	CT404511-MARAN-AD II	30/06/2020	12,42	7,42	314-URTJLP	36.792.194,07	60.483.919,79	0,00	0,00	0,00	4.084.051,98	0,00	60.483.919,79
14	CEF	ESTADO DO CEARA	CT418298-PMCMV-AD II	30/06/2020	12,67	7,42	314-URTJLP	61.040.248,10	95.447.000,79	0,00	0,00	0,00	6.444.762,52	0,00	95.447.000,79
15	CEF	ESTADO DO CEARA	470685-17CPAC-VLT-AD	30/06/2020	6,83	7,42	314-URTJLP	45.426.922,21	48.154.814,54	12.395.642,50	-0,09	8.007.744,10	3.429.064,31	6.300,00	52.542.712,85
16	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156669-63	13/07/2020	1,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	390.907,38	1.079.636,93	0,00	0,01	1.079.636,94	29.463,06	23.417,02	0,00
17	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT13211911-PPECEM2AD	07/07/2020	6,25	7,22	314-URTJLP	319.383.883,51	437.565.477,30	0,00	-0,03	70.010.476,32	26.549.032,14	0,00	367.555.000,95
18	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT- 0820155.1018 AD	07/08/2020	3,50	7,32	314-URTJLP	72.286.635,42	39.677.366,56	0,00	-0,04	11.336.390,40	2.286.413,19	0,00	28.340.976,12
19	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1020246.11CEIS AD	18/08/2020	0,58	6,51	314-URTJLP	48.630.248,01	2.576.884,97	0,00	-0,02	2.576.884,95	53.739,32	0,00	0,00
20	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT- 1021701.1010 AD	10/08/2020	6,00	7,22	314-URTJLP	178.080.498,26	173.043.239,28	0,00	-0,05	28.840.539,84	10.463.696,34	0,00	144.202.699,39
21	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-13209671-SubA AD	20/08/2020	4,00	7,22	314-URTJLP	299.844.332,55	284.295.900,18	4.483.645,97	0,01	73.230.249,21	16.416.217,61	0,00	215.549.296,95
22	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-13209671 SubB AD	20/08/2020	7,00	3,40	143-UMSELIC	98.181.421,49	132.733.750,73	500.000,00	5.269.677,65	19.269.932,79	4.182.963,53	0,00	119.233.495,59
23	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT1420412.1LLMETR.AD	25/08/2020	28,83	9,99	REAL	1.000.000.000,00	280.637.843,23	80.000.000,00	0,00	10.913.045,36	44.569.765,87	0,00	349.724.797,87
24	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT10203041PEFII-ADII	20/08/2020	9,42	6,42	314-URTJLP	222.997.041,66	142.569.414,03	0,00	0,00	0,00	8.122.630,31	0,00	142.569.414,03
25	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT12211291PROIN-ADII	20/08/2020	22,00	6,42	314-URTJLP	126.984.426,39	223.633.041,04	0,00	0,00	0,00	12.741.081,46	0,00	223.633.041,04
26	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT15201601PMAEDPGEAD	20/08/2020	10,00	7,52	321-URTJLP	10.528.813,99	1.613.482,37	3.885.720,53	0,01	76.263,56	242.296,34	0,00	5.422.939,35
27	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-14206291 TS2ºE AD	02/09/2020	5,83	7,32	314-URTJLP	96.244.212,06	121.022.184,75	0,00	-0,04	20.746.660,20	7.406.787,72	0,00	100.275.524,51
28	BB	ESTADO DO CEARA	CT-BB-Amort. Dívida	22/11/2017	9,00	10,9	REAL	1.150.000.000,00	972.340.213,07	0,00	-1.828.323,75	138.644.555,80	39.964.852,15	0,00	831.867.333,52
29	BB	ESTADO DO CEARA	PROINVESTE - BB - AD	22/12/2017	21,08	6,42	314-URTJLP	424.958.652,47	743.636.335,53	0,00	0,00	0,00	42.366.153,55	0,00	743.636.335,53
30	BB	ESTADO DO CEARA	CT-5-7-CPAC-MCMV-AD	22/12/2017	12,58	7,42	314-URTJLP	34.574.789,27	59.095.548,76	0,00	0,00	0,00	3.939.464,50	0,00	59.095.548,76
31	BB	ESTADO DO CEARA	CT-BB-Am. Div. 19-21	02/12/2019	9,50	10,9	REAL	183.466.666,67	173.810.526,32	0,00	0,00	19.312.280,70	7.612.976,47	0,00	154.498.245,62
32	BB	ESTADO DO CEARA	CT-BB-Am. Div. 20-22	13/05/2020	9,50	10,8	REAL	800.000.000,00	810.958.882,33	0,00	-1.499.483,32	85.206.252,32	32.672.155,53	0,00	724.253.146,69
33	BB	ESTADO DO CEARA	CT-BB-Am. Div. 21-23	15/06/2021	9,50	10,8	REAL	940.000.000,00	0,00	940.000.000,00	0,00	0,00	30.554.075,50	7.526.000,00	940.000.000,00
34	BNB	ESTADO DO CEARA	CT SUBC/01 PRODII AD	23/09/2020	7,50	1,20	DÓLAR	21.900.000,00	46.590.549,66	0,00	3.204.701,76	6.424.397,01	947.202,52	1.388.021,25	43.370.854,41
35	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-SUBC/02 PRODII AD	23/09/2020	7,50	1,20	DÓLAR	38.100.000,00	82.595.784,09	0,00	5.681.299,24	11.389.178,98	1.665.876,51	2.441.119,97	76.887.904,35
36	STN	ESTADO DO CEARA	FEDER. BEC-LC 156/16	22/12/2017	29,83	4,00	URCAM	954.224.000,00	879.949.217,70	0,00	191.491.049,38	13.022.884,27	24.995.871,21	679.199,73	1.058.417.382,81
37	SANTANDER	ESTADO DO CEARA	CT-SANT-Am.Div.19-21	02/12/2019	9,50	10,9	REAL	183.466.666,66	173.810.526,31	0,00	0,00	19.312.280,70	7.612.976,47	0,00	154.498.245,61
38	ITAU	ESTADO DO CEARA	CT-ITAU-Am.Div.19-21	02/12/2019	9,50	10,9	REAL	183.466.666,67	173.810.526,32	0,00	0,00	19.312.280,70	7.612.976,47	0,00	154.498.245,62
TOTAL GERAL								6.460.955.519,85	1.051.540.121,76	202.460.815,57	577.125.580,86	363.564.369,20	19.131.784,48	7.137.830.876,32	

CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO								MOVIMENTO DO EXERCÍCIO							
NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTO															
1	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-PASEP Lei 12.810	14/06/2002	25,25	0,00	SELIC	2.412.050,17	11.215.381,45	0,00	232.250,66	1.740.439,02	0,00	0,00	9.707.193,09
2	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-PASEP-8842/2004	09/05/2019	5,00	0,00	SELIC	737.557,78	3.360.588,01	0,00	96.948,45	1.022.738,75	0,00	0,00	2.434.797,71
3	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-PASEP-4625/2009	09/05/2019	5,00	0,00	SELIC	5.091.082,97	23.196.874,00	0,00	669.199,21	7.059.580,57	0,00	0,00	16.806.492,64
4	PGFN	ESTADO DO CEARA	INSS-GECE-MP778-ISSE	25/07/2017	16,58	0,00	SELIC	381.814,22	2.811.945,90	0,00	536.523,83	3.348.469,73	0,00	0,00	0,00
								TOTAL GERAL	40.584.789,36	0,00	1.534.922,15	13.171.228,07	0,00	0,00	28.948.483,44
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTO INDIRETO															
1	RFB	INSTITUTO DE SAÚDE DOS	ISSEC/PASEP/MP783	22/08/2017	12,50	0,00	SELIC	75.368,82	553.058,47	0,00	18.960,23	66.165,53	0,00	0,00	505.853,17
2	RFB	AGÊNCIA DE DEFESA	CT- ADAGRI/PASEP	23/08/2013	19,58	0,00	SELIC	65.018,36	385.676,20	0,00	9.693,78	42.187,12	0,00	0,00	353.182,86
3	RFB	ESCOLA DE SAÚDE	CT- ESP/PASEP	23/08/2013	19,58	0,00	SELIC	76.475,90	596.317,74	0,00	12.850,65	57.821,59	0,00	0,00	551.346,80
4	RFB	EMPRESA DE ASSIST. TEC.	CT- EMATERCE/COFINS	16/12/2020	0,83	0,00	SELIC	2.773,94	4.744,17	0,00	29,13	4.773,30	0,00	0,00	0,00
5	PGFN	EMPRESA DE ASSIST. TEC.	CT- EMATERCE/INSS	16/12/2020	4,58	0,00	SELIC	518.097,87	966.515,65	0,00	34.933,60	236.252,78	0,00	0,00	765.196,47
								TOTAL GERAL	2.506.312,23	0,00	76.467,39	407.200,32	0,00	0,00	2.175.579,30
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PRECATORIOS															
1		ESTADO DO CEARA	CT-TRT/TJ-PRECATORIO	09/12/2009	12,50	0,00	REAL	406.147.962,85	518.483.807,45	51.980.800,46	0,00	105.197.322,51	0,00	0,00	465.267.285,40
								TOTAL GERAL	518.483.807,45	51.980.800,46	0,00	105.197.322,51	0,00	0,00	465.267.285,40
DIVIDA FUNDADA INTERNA - DEPOSITOS JUDICIAIS															
1	TJ - DJ	ESTADO DO CEARA	DJ - Lei 15.878/2015	31/12/2018	30,00	0,00	REAL	595.528.609,64	631.450.657,80	0,00	15.683.529,42	0,00	0,00	0,00	647.134.187,22
								TOTAL GERAL	631.450.657,80	0,00	15.683.529,42	0,00	0,00	0,00	647.134.187,22
DIVIDA FUNDADA INTERNA - GARANTIAS															
1	CEF	COHAB	CT-COHAB Rep. LCF156	30/08/2018	15,00	3,08	UNID.PAD.REFIN.	17.006.731,11	324.525.712,65	0,00	147.984,75	21.278.054,26	9.696.684,99	0,00	303.395.643,14
								TOTAL GERAL	324.525.712,65	0,00	147.984,75	21.278.054,26	9.696.684,99	0,00	303.395.643,14
DIVIDA FUNDADA EXTERNA - CONTRATOS															
1	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- Nº 7387-BR	07/07/2006	12,00	0,40	DÓLAR	37.500.000,00	40.475.798,11	0,00	2.014.324,21	16.478.015,52	206.578,01	2.212,92	26.012.106,80
2	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7600-BR SWAP II	19/03/2009	18,00	0,90	DÓLAR	240.000.000,00	1.015.344.095,41	0,00	72.443.697,37	86.189.189,29	10.387.364,24	0,00	1.001.598.603,49
3	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7630-BR	22/09/2009	15,00	1,11	DÓLAR	103.000.000,00	316.006.298,05	0,00	23.675.771,87	37.979.443,85	4.002.839,42	0,00	301.702.626,07
4	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-7654-BR -CIDADES	22/12/2009	15,00	1,01	DÓLAR	46.000.000,00	207.206.980,18	0,00	15.456.360,67	17.249.599,58	2.423.807,39	0,00	205.413.741,27
5	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-8124-BR SJOSÉ III	03/10/2012	20,00	1,00	DÓLAR	100.000.000,00	424.458.411,82	0,00	30.246.004,63	27.373.485,54	3.924.895,42	0,00	427.330.930,91
6	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-PforR-BIRD-8302BR	19/12/2013	24,00	0,89	DÓLAR	350.000.000,00	1.759.626.037,63	0,00	128.280.324,81	34.537.748,61	17.966.861,13	0,00	1.853.368.613,83
7	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-8986 SãoJoséIIIF	30/12/2019	26,00	1,38	DÓLAR	100.000.000,00	27.282.675,00	31.272.250,00	1.435.450,00	0,00	485.445,31	1.270.571,57	59.990.375,00
8	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-9006 Seg. Hid-IPF	30/12/2019	26,00	1,39	DÓLAR	139.880.000,00	9.819.501,29	13.013.218,72	1.049.591,92	0,00	142.281,47	1.837.725,57	23.882.311,93

CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO								MOVIMENTO DO EXERCÍCIO							
NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
DIVIDA FUNDADA EXTERNA - CONTRATOS															
9	BID	ESTADO DO CEARA	CTE-955/OC-BR	21/05/1997	18,00	4,59	DÓLAR	42.000.000,00	21.280.574,58	0,00	1.167.625,84	14.830.786,28	804.073,27	2.750,00	7.617.414,14
10	BID	ESTADO DO CEARA	CT- 2044/OC-BR	20/05/2009	16,00	1,20	DÓLAR	41.000.000,00	123.528.856,62	0,00	8.636.570,67	15.119.521,84	1.504.855,22	0,00	117.045.905,45
11	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2137/OC-BR-SAÚDE	22/12/2009	20,00	1,20	DÓLAR	77.000.000,00	280.311.709,64	0,00	19.480.935,25	20.279.637,36	3.228.578,34	0,00	279.513.007,53
12	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2169/OC-BR CE III	22/12/2009	20,00	1,20	DÓLAR	158.620.000,00	577.010.387,85	0,00	43.011.399,21	44.655.495,50	7.400.808,84	0,00	575.366.291,56
13	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2230/OC-BR.PROAII	22/12/2009	20,00	1,20	DÓLAR	45.000.000,00	167.255.346,12	0,00	11.623.811,83	12.100.378,48	1.926.416,13	0,00	166.778.779,47
14	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2321/OC-BR PNC	25/11/2010	20,00	1,20	DÓLAR	150.000.000,00	451.495.288,83	0,00	33.223.352,99	32.201.051,42	5.716.784,19	0,00	452.517.590,40
15	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2826-BR.CIDADESII	02/09/2013	11,00	1,20	DÓLAR	66.500.000,00	295.692.230,00	14.420.714,15	22.572.052,95	0,00	3.749.818,97	78.582,93	332.684.997,10
16	BID	ESTADO DO CEARA	CT-P.V.CE-IV-A-2964	27/12/2013	20,00	1,20	DÓLAR	400.000.000,00	1.870.812.000,00	0,00	133.113.000,00	106.555.000,00	20.395.810,82	0,00	1.897.370.000,00
17	BID	ESTADO DO CEARA	CT3395-PVIA.CE-IV-2F	01/06/2016	20,00	1,20	DÓLAR	200.000.000,00	950.809.891,53	64.744.381,97	72.917.621,61	24.027.769,36	10.587.068,69	566.180,28	1.064.444.125,75
18	BID	ESTADO DO CEARA	CT3408-PROARESIII-1F	01/06/2016	20,00	1,20	DÓLAR	50.000.000,00	129.491.555,08	41.459.235,46	11.745.254,40	4.009.485,64	1.789.622,58	664.343,38	178.686.559,30
19	BID	ESTADO DO CEARA	CT-3703- SAÚDE CE II	28/12/2017	20,00	1,20	DÓLAR	123.000.000,00	392.183.729,58	58.367.374,51	33.205.377,69	0,00	5.299.079,61	1.262.294,72	483.756.481,78
20	BID	ESTADO DO CEARA	CT-4436/OC-BR	17/10/2018	20,00	1,20	DÓLAR	70.000.000,00	162.586.058,47	64.673.335,78	12.229.982,22	0,00	2.303.901,26	1.013.960,85	239.489.376,47
21	BID	ESTADO DO CEARA	CT-5237- PREVIO	30/12/2021	19,50	1,20	DÓLAR	52.156.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
22	BID	ESTADO DO CEARA	CT-5248- PROMOJUD	29/12/2021	19,50	1,20	DÓLAR	28.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
23	KFW	ESTADO DO CEARA	CT-199966169/KFW	07/12/2005	15,00	4,50	EURO	8.691.961,98	18.502.045,41	0,00	-265.404,73	3.565.840,00	760.780,94	0,00	14.670.800,68
24	KFW	ESTADO DO CEARA	CT28320-ÁguasSer-KFW	26/06/2019	10,00	2,30	EURO	50.000.000,00	5.114.738,28	0,00	-45.630,79	0,00	122.007,61	813.582,10	5.069.107,49
25	OECF	ESTADO DO CEARA	CTE-BZ-P12/B	01/08/1997	18,50	2,30	IENE	778.000.000,00	1.151.821,20	0,00	-24.153,30	574.140,50	23.266,41	4.902,74	553.527,40
26	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP01/17	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	3.744.684,47	11.941.611,64	0,00	-199.083,48	3.288.902,85	311.109,40	54.909,10	8.453.625,31
27	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP02/17	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	3.744.684,47	13.647.556,13	0,00	-171.506,55	3.331.699,24	364.532,13	64.537,12	10.144.350,34
28	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP03/17	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	5.349.549,25	19.496.508,69	0,00	-239.086,64	4.765.493,10	520.578,85	93.075,06	14.491.928,95
29	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP01/18	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	5.349.549,25	21.933.572,27	0,00	-97.476,43	4.928.845,40	612.704,61	108.199,68	16.907.250,44
30	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP02/18	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	2.581.104,87	11.758.592,06	0,00	-115.596,62	2.320.044,51	322.037,83	57.009,29	9.322.950,93
31	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP01/19	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	2.714.143,30	13.601.134,26	0,00	-144.217,95	2.427.995,06	372.732,45	66.684,22	11.028.921,25
32	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP01/20	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	2.938.322,50	17.401.732,27	0,00	-134.470,23	2.674.083,37	488.003,38	86.676,40	14.593.178,67
33	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP01/21	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	3.568.708,00	0,00	21.860.120,85	697.682,42	0,00	0,00	0,00	22.557.803,27
34	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II	11/05/2016	8,50	2,92	EURO	27.647.753,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	CAF	ESTADO DO CEARA	CT-8262-P.VALTUR.CAF	28/08/2013	8,00	4,14	DÓLAR	112.000.000,00	306.602.736,10	45.564.665,09	21.097.756,25	63.654.764,09	5.570.702,68	358.574,44	309.610.393,35
36	FIDA	ESTADO DO CEARA	CT-I-882-BR-FIDA-SDR	28/06/2013	15,00	1,40	SDR	20.624.403,00	113.181.058,90	0,00	5.248.828,83	10.372.838,07	1.566.258,25	0,00	108.057.049,66
37	FIDA	ESTADO DO CEARA	CT-E-17-BR-FIDA-EURO	28/06/2013	15,00	0,99	EURO	5.948.482,00	27.821.790,18	0,00	-283.108,01	2.471.795,88	269.909,91	0,00	25.066.886,29
TOTAL GERAL								9.804.832.323,18	355.375.296,53	702.853.042,91	597.963.050,34	115.551.514,76	8.418.772,37	10.265.097.612,28	
TOTAL CONTRATOS / PARCELAMENTOS / PRECATÓRIOS / DEPÓSITOS JUDICIAIS / GARANTIAS								17.783.339.122,52	1.458.896.218,75	922.756.762,19	1.315.142.436,36	488.812.568,95	27.550.556,85	18.849.849.667,10	
DIVIDA FUNDADA EXTERNA - GARANTIAS															
1	BID	CAGECE - CIA.DE AGUAS E	CTE-1502/OC-BR	22/10/2004	20,00	4,11	DÓLAR	100.000.000,00	237.326.290,86	0,00	17.380.384,66	28.479.885,43	9.679.467,88	0,00	226.226.790,09
TOTAL GERAL								237.326.290,86	0,00	17.380.384,66	28.479.885,43	9.679.467,88	0,00	226.226.790,09	
TOTAL GARANTIAS INTERNA E EXTERNA								237.326.290,86	0,00	17.380.384,66	28.479.885,43	9.679.467,88	0,00	226.226.790,09	



Título	Movimento do Exercício			
	Saldo do Exercício Anterior	Inscrição	Baixa	Saldo para o Exercício Seguinte
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	665.914.056,03	0,00	550.033.454,87	115.880.601,16
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	40.690.082,59	0,00	40.690.082,59	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	1.058.793.884,78	0,00	1.058.793.884,78
SUBTOTAL	706.604.138,62	1.058.793.884,78	590.723.537,46	1.174.674.485,94
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	179.714.461,42	0,00	177.958.265,00	1.756.196,42
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	5.964.227,26	0,00	5.964.227,26	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	236.368.025,48	0,00	236.368.025,48
SUBTOTAL	185.678.688,68	236.368.025,48	183.922.492,26	238.124.221,90
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
	1.393.278.942,07	32.252.679.678,32	32.220.844.774,78	1.425.113.845,61
SUBTOTAL	1.393.278.942,07	32.252.679.678,32	32.220.844.774,78	1.425.113.845,61
DÉBITOS DE TESOURARIA				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	2.285.561.769,37	33.547.841.588,58	32.995.490.804,50	2.837.912.553,45

INDIRETA



Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
1	RECEITAS CORRENTES	4.603.296.997,00	4.926.098.491,69	5.219.208.612,59	293.110.120,90
11	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	674.864.424,00	677.014.726,51	780.182.169,86	103.167.443,35
112	TAXAS	674.864.424,00	677.014.726,51	780.182.169,86	103.167.443,35
12	CONTRIBUIÇÕES	2.397.461.449,00	2.397.461.449,00	2.629.783.889,05	232.322.440,05
121	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.397.461.449,00	2.397.461.449,00	2.629.783.889,05	232.322.440,05
13	RECEITA PATRIMONIAL	108.692.023,00	108.523.470,82	95.637.263,92	-12.886.206,90
131	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	19.480.150,00	19.480.150,00	6.307.756,32	-13.172.393,68
132	VALORES MOBILIÁRIOS	81.496.253,00	81.327.700,82	81.237.908,76	-89.792,06
133	DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA	7.715.620,00	7.715.620,00	8.013.719,84	298.099,84
135	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	77.879,00	77.879,00
16	RECEITA DE SERVIÇOS	326.145.470,00	327.028.447,02	307.051.523,03	-19.976.923,99
161	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	202.290.553,00	203.173.530,02	170.477.307,43	-32.696.222,59
162	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	2.086.780,00	2.086.780,00	3.155.457,73	1.068.677,73
163	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	121.618.137,00	121.618.137,00	133.343.344,45	11.725.207,45
164	SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	150.000,00	150.000,00	75.413,42	-74.586,58
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	904.689.932,00	1.224.349.677,91	1.203.734.886,75	-20.614.791,16
171	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	735.384.553,00	948.890.850,86	1.093.693.590,18	144.802.739,32
173	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	141.582.119,00	233.308.100,93	79.410.865,26	-153.897.235,67
174	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	27.723.260,00	42.150.726,12	30.630.431,31	-11.520.294,81
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	191.443.699,00	191.720.720,43	202.818.879,98	11.098.159,55
191	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	87.865.301,00	87.878.965,00	101.877.990,06	13.999.025,06
192	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	778.495,00	778.495,00	5.589.323,96	4.810.828,96
199	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	102.799.903,00	103.063.260,43	95.351.565,96	-7.711.694,47
2	RECEITAS DE CAPITAL	118.005.900,00	121.094.645,63	70.542.631,76	-50.552.013,87
22	ALIENAÇÃO DE BENS	35.752,00	180.652,00	29.987.877,42	29.807.225,42
221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	35.752,00	180.652,00	527.406,64	346.754,64
222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	29.460.470,78	29.460.470,78
23	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	323.323,10	323.323,10
230	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	323.323,10	323.323,10
24	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	117.970.148,00	120.913.993,63	40.231.431,24	-80.682.562,39
241	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	115.976.398,00	118.736.691,45	40.231.431,24	-78.505.260,21
243	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	10.000,00	10.000,00	0,00	-10.000,00
244	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.983.750,00	2.167.302,18	0,00	-2.167.302,18
Subtotal das Receitas: (III) = (I) + (II)		4.721.302.897,00	5.047.193.137,32	5.289.751.244,35	242.558.107,03



Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV):	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV):	4.721.302.897,00	5.047.193.137,32	5.289.751.244,35	242.558.107,03
Défict (VI):	6.081.556.935,00	9.127.248.967,75	7.624.697.723,20	-1.502.551.244,55
Total (VII)=(V + VI):	10.802.859.832,00	14.174.442.105,07	12.914.448.967,55	-1.259.993.137,52
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores				
Superávit Financeiro		0,00	0,00	
Reabertura de créditos adicionais				



Despesas Orçamentárias		Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)		9.797.166.046,00	11.696.843.802,60	11.048.388.839,31	10.751.547.857,80	10.734.469.631,96	648.454.963,29
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.626.966.063,00	5.826.395.099,78	5.564.628.042,53	5.564.003.371,49	5.557.249.363,28	261.767.057,25
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.170.199.483,00	5.870.448.202,82	5.483.760.796,78	5.187.544.486,31	5.177.220.268,68	386.687.406,04
DESPESAS DE CAPITAL (IX)		902.545.301,00	2.374.749.817,47	1.866.060.128,24	1.415.270.397,04	1.415.270.397,04	508.689.689,23
44	INVESTIMENTOS	880.459.336,00	2.231.629.352,74	1.724.924.372,65	1.279.138.552,07	1.279.138.552,07	506.704.980,09
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	21.835.965,00	142.635.764,73	140.728.555,27	135.724.644,65	135.724.644,65	1.907.209,46
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	250.000,00	484.700,00	407.200,32	407.200,32	407.200,32	77.499,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)		103.148.485,00	102.848.485,00	0,00	0,00	0,00	102.848.485,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	103.148.485,00	102.848.485,00	0,00	0,00	0,00	102.848.485,00
Subtotal das Despesas (XI) = (VII+IX+X):		10.802.859.832,00	14.174.442.105,07	12.914.448.967,55	12.166.818.254,84	12.149.740.029,00	1.259.993.137,52
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XII)=(XI+XII):		10.802.859.832,00	14.174.442.105,07	12.914.448.967,55	12.166.818.254,84	12.149.740.029,00	1.259.993.137,52
Superávit (XIII):		0,00	0,00	0,00			0,00
Total (XIV)=(XII+XIII):		10.802.859.832,00	14.174.442.105,07	12.914.448.967,55	12.166.818.254,84	12.149.740.029,00	1.259.993.137,52
Reserva do RPPs		103.148.485,00	102.848.485,00				



Restos a Pagar Não-Processados - Anexo 1	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	21.724.420,08	301.961.165,53	266.878.235,05	266.870.634,26	25.735.962,41	31.078.988,94
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.348,10	68.891,17	57.943,82	57.943,82	40.647,63	4.647,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.690.071,98	301.892.274,36	266.820.291,23	266.812.690,44	25.695.314,78	31.074.341,12
DESPESAS DE CAPITAL	10.737.655,30	209.955.324,06	177.929.027,07	177.929.027,07	19.371.462,30	23.392.489,99
INVESTIMENTOS	10.631.062,02	209.439.132,92	177.486.752,57	177.486.752,57	19.264.869,02	23.318.573,35
INVERSÕES FINANCEIRAS	106.593,28	516.191,14	442.274,50	442.274,50	106.593,28	73.916,64
Total:	32.462.075,38	511.916.489,59	444.807.262,12	444.799.661,33	45.107.424,71	54.471.478,93

Restos a Pagar Processados - Anexo 2	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	79.170,57	32.290.246,07	0,00	32.227.619,48	59.786,58	82.010,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.817,49	18.636.353,25	0,00	18.635.212,89	26.433,50	20.524,35
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.353,08	13.653.892,82	0,00	13.592.406,59	33.353,08	61.486,23
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.523.640,26	0,00	1.523.640,26	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	1.523.640,26	0,00	1.523.640,26	0,00	0,00
Total:	79.170,57	33.813.886,33	0,00	33.751.259,74	59.786,58	82.010,58



Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	5.289.751.244,35	4.826.861.133,33	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	12.914.448.967,55	11.266.760.614,89
ORDINÁRIA	1.339.493.603,59	1.088.103.682,59	ORDINÁRIA	8.352.261.136,65	6.739.470.972,78
VINCULADA	3.950.257.640,76	3.738.757.450,74	VINCULADA	4.562.187.830,90	4.527.289.642,11
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.686.285.531,84	2.413.249.983,22	PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.718.169.303,17	2.196.855.579,14
FECOP	0,00	0,00	FECOP	354.636.158,01	181.887.808,60
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	47.006.732,93	50.154.613,38
ALIENAÇÃO DE BENS	10.050.877,42	936.654,50	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	0,00	0,00	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	0,00	0,00
FUNDEB	0,00	0,00	FUNDEB	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	172.485.383,04	535.932.158,94
CONVÊNIOS	58.692.769,40	37.164.660,16	CONVÊNIOS	46.359.865,06	79.773.418,16
SUS	1.125.294.055,54	1.171.240.710,21	SUS	1.171.681.095,98	1.092.218.192,61
OUTROS RECURSOS	69.934.406,56	116.165.442,65	OUTROS RECURSOS	51.849.292,71	390.467.871,28
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	8.084.767.852,96	7.243.907.510,85	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	528.526.451,53	480.770.893,00
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7.616.313.230,50	6.836.634.496,76	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	451.780.715,31	400.034.228,55
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	344.993.601,59	284.026.301,13	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	76.468.881,32	80.711.774,72
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	0,00	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	123.461.020,87	123.246.712,96	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	276.854,90	24.889,73
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	3.415.193.156,48	3.065.653.157,24	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	3.204.932.060,30	2.742.505.918,49
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	17.078.225,84	33.813.886,33	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	33.751.259,74	70.905.253,09
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	747.630.712,71	511.916.489,59	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	444.799.661,33	282.430.927,68
VALORES RESTITUÍVEIS	2.296.307.345,44	2.046.472.781,79	VALORES RESTITUÍVEIS	2.334.115.937,13	2.038.745.607,55
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.803.874.204,86	1.628.041.063,19	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.797.623.345,50	1.544.005.300,19
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	84.600.288,83	62.331.982,37
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	492.433.140,58	418.431.718,60	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	451.892.302,80	432.408.324,99
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	14.154.763,82	11.728.346,19	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	46.524.517,46	10.402.021,50
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	340.022.108,67	461.721.653,34	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	345.740.684,64	340.022.108,67
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	2.269.231.337,75	1.622.846.962,71	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	2.411.036.112,16	2.269.231.337,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.258.096.099,86	1.597.438.961,39	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.381.237.971,84	2.258.096.099,86
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	11.135.237,89	25.408.001,32	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	29.798.140,32	11.135.237,89
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	19.058.943.591,54	16.759.268.764,13	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	19.058.943.591,54	16.759.268.764,13



Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.381.237.971,84	2.258.096.099,86	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.157.354,12	18.760.072,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	2.381.237.971,84	2.258.096.099,86	PESSOAL A PAGAR	176.167,99	271.442,81
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.404.276,23	1.582.097,86	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	98,40
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	1.174.148,16	1.044.966,75	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	6.981.186,13	18.488.531,35
CLIENTES	0,00	280.639,72	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	340.879,56	394.960,27
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	230.128,07	256.491,39	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	340.879,56	394.960,27
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	30.713.903,14	12.920.224,11	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	340.879,56	394.960,27
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	277.368,06	959.256,22	FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	81.511,85	268.847,09	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	9.829.390,62	14.775.525,63
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	371,59	371,59	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	9.829.390,62	14.775.525,63
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	30.354.651,64	11.691.749,21	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	104.649,72	294.096,33
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	16.674.165,68	83.845.388,07	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	92.718,65	281.950,40
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	16.674.165,68	83.845.388,07	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	93,80	141,27
ESTOQUES	393.888.674,77	680.075.707,48	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	11.837,27	12.004,66
MERCADORIAS PARA REVENDA	3.390.041,31	3.961.429,33	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS	939.085,61	939.085,61	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ALMOXARIFADO	389.559.547,85	675.175.192,54	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	100.029.813,83	133.773.708,55
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	16.234.916,57	11.792.927,78	VALORES RESTITUÍVEIS	95.164.437,32	132.964.233,44
DEMAIS VPD A APROPRIAR	16.234.916,57	11.792.927,78	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.865.376,51	809.475,11
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	2.840.153.908,23	3.048.312.445,16	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	117.462.087,85	167.998.363,34
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	607.829.936,29	274.297.383,20	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	1.834.699,74	2.111.351,96
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	274.725.047,00	14.063.039,21	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.834.699,74	2.111.351,96
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	4.038.370,33	4.057.623,39	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	692.712.718,38	692.712.718,38
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	329.066.518,96	256.176.720,60	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	692.712.718,38	692.712.718,38
INVESTIMENTOS	53.193,29	53.193,36	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	53.193,29	53.193,36	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	5.416.754.083,88	4.902.000.615,75	PROVISÕES A LONGO PRAZO	1.480.029.592,38	1.314.463.182,40
BENS MÓVEIS	423.096.316,56	426.272.857,11	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	1.322.411.293,87	1.314.463.182,40
BENS IMÓVEIS	5.029.821.750,09	4.499.291.744,11	PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO	157.618.298,51	0,00
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-36.163.982,77	-23.563.985,47	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	14.569.198,56	10.860.609,48	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
SOFTWARES	17.332.778,02	11.942.576,79	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.174.577.010,50	2.009.287.252,74
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-2.763.579,46	-1.081.967,31			
DIFERIDO	0,00	0,00			



Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.039.206.412,02	5.187.211.801,79

Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
---------	-----------------	--------------------

Patrimônio Líquido		
RESULTADOS ACUMULADOS	6.587.321.221,90	6.058.238.630,87
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	7.186.588.623,81	6.653.666.223,15
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	466.112.795,58	1.349.312.316,85
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.653.666.223,15	5.443.379.146,55
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	66.809.605,08	-139.025.240,25
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	-599.267.401,91	-595.427.592,28
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	-854.824,66	-4.087.350,01
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	-595.427.592,28	-603.429.313,21
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-2.984.984,97	12.089.070,94
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	6.587.321.221,90	6.058.238.630,87

Total do Ativo:	8.879.360.320,25	8.235.524.246,95
(1) Ativo Financeiro:	2.756.776.796,80	2.609.253.446,42
(2) Ativo Permanente:	6.122.583.523,45	5.626.270.800,53
Saldo Patrimonial:	5.785.226.631,05	5.513.967.405,81

Compensações

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	348.924.374,18	744.278.050,23
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	348.924.374,18	744.278.050,23

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido:	8.879.360.320,25	8.235.524.246,95
(3) Passivo Financeiro:	919.124.373,73	711.793.158,72
(4) Passivo Permanente:	2.175.009.315,47	2.009.763.682,42

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	137.184,26	64.903.236,13
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.368.246,22	3.368.246,22
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.505.430,48	68.271.482,35



FONTE DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
10000	TESOURO, RECURSOS ORDINÁRIOS	-135.705.400,38	-50.987.168,33
10002	RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS	-190.124.668,80	-51.048.369,04
10008	RECURSOS ORDINÁRIOS - AUXÍLIO FINANCEIRO PARA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	-37.764,95	-702.151,50
10100	TESOURO, COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	-73.407.154,34	-78.450.212,79
11000	TESOURO, RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	-4.447.704,77	-28.889.480,29
11200	TESOURO, ALIENAÇÃO DE BENS	1.738.513,96	942.015,95
14400	TESOURO, INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	-1.123.116,73	-93.400,17
20300	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	822.601.039,64	597.681.953,04
20400	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	350.306.027,34	606.945.759,52
20500	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	69.284.545,85	69.381.468,35
20600	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	29.248.077,41	29.314.280,66
21100	OUT. FONTES, COTA-PARTE DA CIDE	-65.189,77	0,00
21500	OUT. FONTES, DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ	76.385,21	73.903,96
22900	OUT. FONTES, RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	20.467.430,95	20.170.181,41
24849	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - IPF/BIRD	-4.044.438,10	-1.595.313,43
24859	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	-51.223.956,67	-39.732.214,57
27000	OUT. FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	766.811.773,23	590.453.189,26
27001	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS - MECENATO	499.561,68	486.157,55
27002	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS - MULTAS DE TRÂNSITO	10.022.508,44	8.068.591,10
27600	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	2.921.472,09	2.258.299,95
27900	OUT. FONTES, TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	6.840.418,91	9.234.764,35
28081	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.335,55	6.806,50
28283	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	27.624.477,35	24.776.718,22
28687	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.600.094,87	1.983.620,95
28889	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	16.554.527,38	8.440.780,34
29100	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	85.431.248,29	126.714.762,47
29200	OUT. FONTES, REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS	4.499.521,61	1.399.073,45
29201	REPASSE FUNDO A FUNDO - FUNPEN	23.220.514,21	24.229.934,51
29203	REPASSE FUNDO A FUNDO - FNSP	57.094.601,20	21.008.415,84
29204	REPASSE FUNDO A FUNDO - AUXILIO AO SETOR CULTURAL - ALDIR BLANC	987.742,41	5.387.920,44
Total:		1.837.652.423,07	1.897.460.287,70



Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Aumentativas	14.618.817.253,75	13.379.627.359,69
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	992.117.618,76	788.202.316,18
4.1.2 TAXAS	992.117.618,76	788.202.316,18
CONTRIBUIÇÕES	2.628.858.612,09	2.292.628.182,85
4.2.1 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.628.858.612,09	2.292.628.182,85
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	361.702.992,30	310.540.820,94
4.3.1 VENDA DE MERCADORIAS	1.390.591,05	689.821,79
4.3.2 VENDA DE PRODUTOS	0,00	805,00
4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	360.312.401,25	309.850.194,15
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	137.469.836,11	80.846.357,89
4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	229.854,81	139.295,23
4.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	1.131.199,35	0,15
4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	136.033.368,53	80.581.608,10
4.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	75.413,42	125.454,41
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	9.329.345.164,71	8.602.493.093,73
4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	8.084.767.852,96	7.243.907.510,85
4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.213.335.886,68	1.313.533.104,71
4.5.3 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	30.630.431,31	14.874.454,73
4.5.8 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	610.993,76	30.178.023,44
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	2.000.277,62	348.419.811,42
4.6.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	2.000.277,62	348.419.811,42
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.167.322.752,16	956.496.776,68
4.9.7 REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	823.624.186,32	730.248.954,09
4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	343.698.565,84	226.247.822,59

Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas	14.153.559.282,83	12.034.402.392,85
PESSOAL E ENCARGOS	1.760.805.305,37	1.638.278.107,73
3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.437.730.209,94	1.337.367.161,71
3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS	298.725.733,40	273.577.857,26
3.1.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	15.766.099,27	15.451.022,66
3.1.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	8.583.262,76	11.882.066,10
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.799.529.854,90	3.711.815.747,54
3.2.1 APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.880.689.817,62	2.869.883.806,89
3.2.2 PENSÕES	916.201.287,92	839.568.366,35
3.2.9 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.638.749,36	2.363.574,30
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	4.052.208.633,11	2.948.338.484,79
3.3.1 USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.120.607.665,99	744.667.520,31
3.3.2 SERVIÇOS	2.923.851.151,60	2.195.671.812,67
3.3.3 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	7.749.815,52	7.999.151,81
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	54.949.485,61	22.378.941,21
3.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00	10.341.899,93
3.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	77.689,79	594.488,11
3.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	76.467,39	64.260,82
3.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	54.795.328,43	11.378.292,35
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	2.939.916.265,99	2.187.735.923,13
3.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	671.598.999,39	480.770.893,00
3.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	569.729.601,07	378.617.490,23
3.5.3 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.234.626.027,38	959.934.273,22
3.5.5 TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	118.469.885,15	107.962.152,76
3.5.9 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	345.491.753,00	260.451.113,92
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	33.027.970,48	992,63



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas

Exercício Atual

Exercício Anterior

Variações Diminutivas	14.153.559.282,83	12.034.402.392,85
3.6.1 REAValiação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	33.027.970,48	992,63
TRIBUTÁRIAS	40.772.774,42	30.979.862,57
3.7.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.156.146,10	4.041.700,27
3.7.2 CONTRIBUIÇÕES	35.616.628,32	26.938.162,30
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	1.925.388,03	697.125,10
3.8.1 CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	1.925.388,03	697.125,10
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.470.423.604,92	1.494.177.208,15
3.9.1 PREMIAÇÕES	25.085.485,00	32.709,65
3.9.4 INCENTIVOS	73.473.677,15	71.039.197,55
3.9.7 VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	989.190.596,30	933.563.549,41
3.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	382.673.846,47	489.541.751,54
RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:	465.257.970,92	1.345.224.966,84

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
INGRESSOS	15.403.710.689,74	13.905.850.752,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	780.182.169,86	616.666.370,68
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.629.783.889,05	2.294.006.194,60
RECEITA PATRIMONIAL	14.399.355,16	50.208.287,36
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	805,00
RECEITA DE SERVIÇOS	307.051.523,03	252.670.809,36
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	81.237.908,76	94.398.890,97
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	202.818.879,98	189.346.084,83
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	9.328.734.170,95	8.572.332.573,33
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	2.059.502.792,95	1.836.220.735,87
DESEMBOLSOS	13.823.586.901,40	12.155.747.229,65
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	9.273.930.820,02	8.533.896.866,65
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	2.427.801.149,29	1.929.493.497,14
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	2.121.854.932,09	1.692.356.865,86
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</u>	1.580.123.788,34	1.750.103.522,35
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
INGRESSOS	30.311.200,52	1.138.628,05
ALIENAÇÃO DE BENS	29.987.877,42	936.654,50
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	323.323,10	201.973,55
DESEMBOLSOS	1.454.678.231,97	1.091.578.611,48
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	823.662.077,10	706.169.713,14
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	82.114.674,74	6.830.584,37
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	548.901.480,13	378.578.313,97
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</u>	-1.424.367.031,45	-1.090.439.983,43
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
DESEMBOLSOS	407.200,32	168.337,47
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	407.200,32	168.337,47
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</u>	-407.200,32	-168.337,47
<u>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</u>		
<u>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</u>	155.349.556,57	659.495.201,45
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	2.258.096.099,86	1.597.438.961,39
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.381.237.971,84	2.258.096.099,86
<u>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO</u>	123.141.871,98	660.657.138,47
<u>CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)</u>	32.207.684,59	-1.161.937,02
SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR (IV)	38.828.539,31	2.847.674,90
SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS (V)	2.470.693,78	3.970.401,49
ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR (VI)	11.981.119,14	7.796.725,22
ENTRADAS DE CAIXA REGULARIZADAS (VII)	7.830.958,20	7.757.514,79
<u>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO</u>	155.349.556,57	659.495.201,45

	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO		
JUDICIÁRIA	129.683.997,15	123.330.500,59
ESSENCIAL À JUSTIÇA	25.329.978,79	22.495.201,84
ADMINISTRAÇÃO	360.250.881,22	340.883.229,62
SEGURANÇA PÚBLICA	89.061.083,83	71.041.951,39
ASSISTÊNCIA SOCIAL	134.496.466,73	50.198.616,41
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.839.043.531,76	3.727.492.636,39
SAÚDE	3.337.145.593,22	3.000.373.349,58
TRABALHO	15.098.792,42	10.971,52
EDUCAÇÃO	547.364.400,66	534.776.379,71
CULTURA	33.250.022,91	13.034.976,31
DIREITOS DA CIDADANIA	27.563.622,49	21.938.711,12
URBANISMO	0,00	169.261,52
HABITAÇÃO	4.373.643,77	4.183.881,68
SANEAMENTO	24.090,00	69.722,80
GESTÃO AMBIENTAL	108.154.571,73	83.385.920,94
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	53.732.831,15	46.587.285,56
AGRICULTURA	158.955.080,72	137.379.056,48
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.272.190,19	1.589.625,64
COMÉRCIO E SERVIÇOS	26.654.982,95	19.400.512,07
COMUNICAÇÕES	112.361.431,12	79.647.727,56
ENERGIA	0,00	249,64
TRANSPORTE	263.628.372,48	250.137.836,50
DESPORTO E LAZER	6.485.254,73	5.769.261,78
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	9.273.930.820,02	8.533.896.866,65



	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.803.874.204,86	1.628.041.063,19
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	236.342.803,17	210.837.875,81
VALORES A REPASSAR	19.285.784,92	-2.658.203,13
TOTAL DOS OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	2.059.502.792,95	1.836.220.735,87
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.797.623.345,50	1.544.005.300,19
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	84.600.288,83	62.331.982,37
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	215.087.750,31	222.156.279,07
VALORES A RECEBER	24.543.547,45	-136.136.695,77
TOTAL DOS OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	2.121.854.932,09	1.692.356.865,86

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>		
INTERGOVERNAMENTAIS	1.213.335.886,68	1.313.533.104,71
DA UNIÃO	1.133.925.021,42	1.184.117.133,96
DE MUNICÍPIOS	79.410.865,26	129.415.970,75
INTRAGOVERNAMENTAIS	8.084.767.852,96	7.243.907.510,85
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	30.630.431,31	14.891.957,77
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	9.328.734.170,95	8.572.332.573,33
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</u>		
INTERGOVERNAMENTAIS	689.599.486,22	491.868.728,22
A MUNICÍPIOS	571.129.601,07	383.906.575,46
A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	118.469.885,15	107.962.152,76
INTRAGOVERNAMENTAIS	528.526.451,53	480.770.893,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.209.675.211,54	956.853.875,92
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2.427.801.149,29	1.929.493.497,14



Ingressos		Dispendios	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	996.027.490,17	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.564.628.042,53
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.634.141.982,57	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	151.004.577,43	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.483.760.796,78
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	313.964.473,46		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.204.128.299,66		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	244.402.708,91		
(-) DEDUÇÕES			
FUNDEB	0,00		
RESTITUIÇÕES	68.416.593,17	TOTAL	11.048.388.839,31
DRE	256.044.326,44		
DÉFICIT	5.829.180.226,72		
TOTAL	11.048.388.839,31		
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	INVESTIMENTOS	1.724.924.372,65
ALIENAÇÃO DE BENS	29.988.998,42	INVERSÕES FINANCEIRAS	140.728.555,27
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	323.323,10	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	407.200,32
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	40.231.431,24		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
(-) DEDUÇÕES			
FUNDEB	0,00		
RESTITUIÇÕES	1.121,00		
DRE	0,00		
DÉFICIT	1.795.517.496,48		
TOTAL	1.866.060.128,24	TOTAL	1.866.060.128,24

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	5.219.208.612,59	DESPESAS CORRENTES	11.048.388.839,31
RECEITAS DE CAPITAL	70.542.631,76	DESPESAS DE CAPITAL	1.866.060.128,24
DÉFICIT	7.624.697.723,20		
TOTAL	12.914.448.967,55	TOTAL	12.914.448.967,55

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				11.048.388.839,31
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			5.564.628.042,53	
3171	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00		
31717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00			
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		5.371.955.331,75		
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	2.880.689.817,62			
31900300	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	916.161.567,92			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	43.778.257,27			
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	21.562.541,12			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.346.900.207,63			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	82.198.023,75			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	19.937.065,13			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	33.246.303,57			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.898.284,98			
31909400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	517.089,52			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	8.066.173,24			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		192.672.710,78		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	192.672.710,78			
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	0,00			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			0,00	
3290	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.483.760.796,78	
3300	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00			
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		10.979.009,99		
33404100	CONTRIBUIÇÕES	8.903.800,00			
33409300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.075.209,99			
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		420.250.839,90		
33413100	PREMIAÇÕES	2.000.000,00			
33414100	CONTRIBUIÇÕES	418.250.839,90			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		1.168.075.653,34		
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.051.728.993,65			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33504100	CONTRIBUIÇÕES	84.920.324,54			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	4.611.889,96			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	26.814.445,19			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		2.669.995,63		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	210.000,00			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.459.995,63			
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		0,00		
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	0,00			
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		117.425.760,45		
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	117.425.760,45			
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		3.625.714,25		
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.625.714,25			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		3.511.977.508,03		
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	2.648.720,46			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	6.303.144,75			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	99.963,64			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	38.618.957,78			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	36.015.932,11			
33902900	DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0,00			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	546.605.070,97			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	1.035.485,00			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	281.911.227,87			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.679.947,72			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	834.117.825,76			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	867.295,41			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	70.516.842,63			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	379.384.265,69			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	846.770.351,25			
33904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	144.965.748,51			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	14.500.000,00			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	15.465.012,13			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	35.563.523,58			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	151.354.939,08			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	301.869,14			
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	39.720,00			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	198.605,00			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	2.939.640,42			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	46.397.143,95			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	45.676.275,18			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		248.756.315,19		
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.250.885,81			
33914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	33.403.491,98			
33914100	CONTRIBUIÇÕES	190.405.209,33			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.049.607,88			
33919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	843.581,10			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.803.539,09			
4	DESPESA DE CAPITAL				1.866.060.128,24
44	INVESTIMENTOS			1.724.924.372,65	
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
44225100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
44229300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		144.229.084,68		
44404200	AUXÍLIOS	144.229.084,68			
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		0,00		
44414100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		2.340.104,87		
44504200	AUXÍLIOS	2.340.104,87			
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		1.044.124,70		
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.044.124,70			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		1.567.717.365,68		
44902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	863.643,50			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	9.452.851,26			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00			
44903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	23.831.577,29			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	366.000,00			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	519.536.560,30			
44904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	4.679.969,55			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	177.490,78			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	807.197.921,71			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	130.345.847,78			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15.061.460,80			
44909200	DESPEAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.723.649,39			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	32.480.393,32			
4491	APLICAÇÕES DIRETAS		9.593.692,72		
44914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	9.194.310,00			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	399.382,72			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			140.728.555,27	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		140.728.555,27		
45904100	CONTRIBUIÇÕES	10.000.000,00			
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	47.907.431,08			
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.145.439,01			
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	81.675.685,18			
45908400	DESPEAS DECORRENTES DA PARTIC. FUNDOS, ORGANISMOS, NACIONAIS,INTERNACIONAIS	0,00			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			407.200,32	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		407.200,32		
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	407.200,32			
46909200	DESPEAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			0,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
99999900	A CLASSIFICAR	0,00			

Total Geral:

12.914.448.967,55



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1000000000 Receitas Correntes	3.453.774.623,26	3.681.589.624,69	227.815.001,43	0,00
1100000000 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	666.781.019,51	780.141.519,85	113.360.500,34	0,00
1120000000 Taxas	666.781.019,51	780.141.519,85	113.360.500,34	0,00
1121000000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	44.899.861,00	62.992.299,97	18.092.438,97	0,00
1121010000 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	18.382.861,00	33.260.414,36	14.877.553,36	0,00
1121011000 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	18.382.861,00	33.260.414,36	14.877.553,36	0,00
1121011100 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	18.382.861,00	33.260.414,36	14.877.553,36	0,00
1121011116 - 27000 Taxa de Análise de Projeto	0,00	402.658,65	402.658,65	0,00
1121011112 - 27000 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	3.757.733,19	3.757.733,19	0,00
1121011125 - 27000 Taxa de Concessão de Registro, Cadastro e Renovação	0,00	117,01	117,01	0,00
1121011113 - 27000 Taxa de Habite-se	0,00	8.857.053,42	8.857.053,42	0,00
1121011102 - 27000 Taxa de Inspeção de Produtos de Origem Animal	17.825,00	395.740,97	377.915,97	0,00
1121011114 - 27000 Taxa de Parecer Técnico	0,00	2.341,66	2.341,66	0,00
1121011101 - 27000 Taxa de Regulação do Serviço de Saneamento Básico	9.812.838,00	10.203.872,35	391.034,35	0,00
1121011117 - 27000 Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário	6.575.994,00	4.594.316,72	0,00	1.981.677,28
1121011130 - 27000 Taxa de Transporte Animal e Vegetal	1.976.204,00	4.487.894,61	2.511.690,61	0,00
1121011115 - 27000 Taxa de Vistoria	0,00	467.121,88	467.121,88	0,00
1121011104 - 27000 Taxa pela Emissão de Laudo Pericial	0,00	91.563,90	91.563,90	0,00
1121040000 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	26.517.000,00	29.731.885,61	3.214.885,61	0,00
1121041000 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	26.517.000,00	29.731.885,61	3.214.885,61	0,00
1121041100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	26.517.000,00	29.731.885,61	3.214.885,61	0,00
1121041101 - 27000 Taxa Ambientais	13.000.000,00	15.673.608,86	2.673.608,86	0,00
1121041103 - 27000 Taxa de Licenciamento Ambiental	13.517.000,00	14.058.276,75	541.276,75	0,00
1122000000 Taxas pela Prestação de Serviços	621.806.809,51	717.023.287,56	95.216.478,05	0,00
1122010000 Taxas pela Prestação de Serviços	516.965.400,51	590.001.794,16	73.036.393,65	0,00
1122011000 Taxas pela Prestação de Serviços	516.965.400,51	590.001.794,16	73.036.393,65	0,00
1122011100 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	516.965.400,51	590.001.794,16	73.036.393,65	0,00
1122011137 - 22900 Venda de Selos de Autenticidade	32.372.809,00	31.991.707,77	0,00	381.101,23
1122011199 - 27000 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	24.244,00	47.437,76	23.193,76	0,00
1122011198 - 27000 Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	42.744.250,00	48.321.784,68	5.577.534,68	0,00
1122011124 - 27000 Taxa de Concessão de Licenças	268.033,00	271.505,58	3.472,58	0,00
1122011102 - 27000 Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	1.600.027,00	1.127.111,73	0,00	472.915,27
1122011111 - 27000 Taxa de Serviços Educacionais	3.432.006,00	1.500.587,74	0,00	1.931.418,26



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1122011125 - 27000 Taxa de Serviços Hemoterápicos	4.102.654,51	3.377.542,93	0,00	725.111,58
1122011120 - 27000 Taxa pela Emissão de Documentos	5.987,00	7.127.669,36	7.121.682,36	0,00
1122011116 - 27000 Taxa pela Prestação de Serviços Técnicos	10.000,00	1.565,88	0,00	8.434,12
1122011106 - 27000 Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	432.225.309,00	496.138.161,71	63.912.852,71	0,00
1122011109 - 27000 Taxas de Serviços Cadastrais	180.081,00	96.719,02	0,00	83.361,98
1122020000 Emolumentos e Custas Judiciais	104.841.409,00	127.021.493,40	22.180.084,40	0,00
1122021000 Emolumentos e Custas Judiciais	104.841.409,00	127.021.493,40	22.180.084,40	0,00
1122021100 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	104.841.409,00	127.021.493,40	22.180.084,40	0,00
1122021101 - 27000 Emolumentos e Custas Judiciais	104.841.409,00	127.021.493,40	22.180.084,40	0,00
1128000000 Taxas - Específicas de Estados, DF e Municípios	74.349,00	125.932,32	51.583,32	0,00
1128010000 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	74.349,00	125.932,32	51.583,32	0,00
1128011000 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	74.349,00	125.932,32	51.583,32	0,00
1128011100 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	74.349,00	125.932,32	51.583,32	0,00
1128011101 - 27000 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	74.349,00	125.932,32	51.583,32	0,00
1200000000 Contribuições	1.022.643.416,00	1.163.671.912,00	141.028.496,00	0,00
1210000000 Contribuições Sociais	1.022.643.416,00	1.163.671.912,00	141.028.496,00	0,00
1218000000 Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	1.015.173.452,00	1.158.026.641,65	142.853.189,65	0,00
1218010000 Contribuição do Servidor Civil para o Plano de Seguridade Social - CPSSS - Específico de EST/DF/MUN	792.342.308,00	912.603.109,58	120.260.801,58	0,00
1218011000 CPSSS do Servidor Civil Ativo	605.141.613,00	647.606.688,75	42.465.075,75	0,00
1218011100 CPSSS do Servidor Civil Ativo - Principal	605.141.613,00	647.606.688,75	42.465.075,75	0,00
1218011106 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo - Defensoria Pública	19.581.056,00	19.584.035,71	2.979,71	0,00
1218011104 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo - PGJ	30.791.579,00	37.494.646,47	6.703.067,47	0,00
1218011102 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo - TCE	13.886.242,00	15.990.108,56	2.103.866,56	0,00
1218011103 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo - TJ	92.375.582,00	102.615.203,00	10.239.621,00	0,00
1218011105 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo Civil – Poder Executivo	432.553.409,00	457.211.586,83	24.658.177,83	0,00
1218011101 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo – Assembleia	15.953.745,00	14.711.108,18	0,00	1.242.636,82
1218012000 CPSSS do Servidor Civil Inativo	144.371.837,00	202.279.777,53	57.907.940,53	0,00
1218012100 CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	144.371.837,00	202.279.777,53	57.907.940,53	0,00
1218012106 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo - Defensoria Pública	3.943.155,00	4.599.298,20	656.143,20	0,00
1218012104 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo - PGJ	6.666.538,00	7.921.478,60	1.254.940,60	0,00
1218012102 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo - TCE	5.402.555,00	7.278.897,47	1.876.342,47	0,00
1218012103 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo - TJ	17.234.218,00	22.078.489,34	4.844.271,34	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1218012105 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo Civil – Poder Executivo	105.561.102,00	153.528.574,19	47.967.472,19	0,00
1218012101 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo – Assembleia	5.564.269,00	6.873.039,73	1.308.770,73	0,00
1218013000 CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas	42.828.858,00	62.716.643,30	19.887.785,30	0,00
1218013100 CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	42.828.858,00	62.716.643,30	19.887.785,30	0,00
1218013106 - 20300 Contribuição dos Pensionistas - Defensoria Pública	84.478,00	88.850,51	4.372,51	0,00
1218013104 - 20300 Contribuição dos Pensionistas - PGJ	2.499.347,00	1.879.560,96	0,00	619.786,04
1218013102 - 20300 Contribuição dos Pensionistas - TCE	719.135,00	597.720,40	0,00	121.414,60
1218013103 - 20300 Contribuição dos Pensionistas - TJ	6.797.716,00	4.695.002,18	0,00	2.102.713,82
1218013105 - 20300 Contribuição dos Pensionistas Civis- Poder Executivo	29.187.461,00	52.207.767,38	23.020.306,38	0,00
1218013101 - 20300 Contribuição dos Pensionistas – Assembleia	3.540.721,00	3.247.741,87	0,00	292.979,13
1218050000 Contribuição dos Militares e Pensionistas para o Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM de Estados e DF	222.831.144,00	245.423.532,07	22.592.388,07	0,00
1218051000 Contribuição para o SPSM - Militar Ativo	171.995.626,00	159.283.341,52	0,00	12.712.284,48
1218051100 Contribuição para o SPSM do Militar Ativo - Principal	171.995.626,00	159.283.341,52	0,00	12.712.284,48
1218051101 - 20300 Contribuição para o SPSM do Militar Ativo	171.995.626,00	159.283.341,52	0,00	12.712.284,48
1218052000 Contribuição para o SPSM - Militar Inativo	36.827.879,00	56.513.920,71	19.686.041,71	0,00
1218052100 Contribuição para o SPSM do Militar Inativo - Principal	36.827.879,00	56.513.920,71	19.686.041,71	0,00
1218052101 - 20300 Contribuição para o SPSM do Militar Inativo	36.827.879,00	56.513.920,71	19.686.041,71	0,00
1218053000 Contribuição para o SPSM - Pensionistas Militares	14.007.639,00	29.626.269,84	15.618.630,84	0,00
1218053100 Contribuição para o SPSM dos Pensionistas Militares - Principal	14.007.639,00	29.626.269,84	15.618.630,84	0,00
1218053101 - 20300 Contribuição para o SPSM dos Pensionistas Militares	14.007.639,00	29.626.269,84	15.618.630,84	0,00
1219000000 Outras Contribuições Sociais	7.469.964,00	5.645.270,35	0,00	1.824.693,65
1219990000 Demais Contribuições Sociais	7.469.964,00	5.645.270,35	0,00	1.824.693,65
1219991000 Demais Contribuições Sociais	7.469.964,00	5.645.270,35	0,00	1.824.693,65
1219991100 Outras Contribuições Sociais - Principal	7.469.964,00	5.645.270,35	0,00	1.824.693,65
1219991107 - 20300 Contribuição dos Serventuários da Justiça para o RPPS	0,00	49.379,98	49.379,98	0,00
1219991114 - 20500 Contribuição do Segurado Inativo do FPP	1.255.796,00	1.241.784,18	0,00	14.011,82
1219991116 - 20500 Contribuição dos Deputados para o FPP - Facultativos	2.304.322,00	651.356,40	0,00	1.652.965,60
1219991115 - 20500 Contribuição dos Deputados para o FPP - Obrigatórios	1.751.287,00	2.042.291,67	291.004,67	0,00
1219991105 - 20500 Contribuição dos Pensionistas para o FPP	35.240,00	83.824,76	48.584,76	0,00
1219991111 - 20600 Contribuicao Patronal - Cessao\Autopatrocínio	1.213.319,00	651.356,40	0,00	561.962,60
1219991113 - 20600 Contribuicao Patronal de Exercicios Anteriores - Cessao\Autopatrocínio	910.000,00	925.276,96	15.276,96	0,00
1300000000 Receita Patrimonial	108.043.470,82	95.637.263,92	0,00	12.406.206,90



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1310000000 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	19.000.150,00	6.307.756,32	0,00	12.692.393,68
1310010000 Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	15.100.150,00	3.853.946,64	0,00	11.246.203,36
1310011000 Aluguéis e Arrendamentos	15.100.150,00	3.852.432,66	0,00	11.247.717,34
1310011100 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	15.100.150,00	3.852.432,66	0,00	11.247.717,34
1310011101 - 27000 Aluguéis	15.100.150,00	3.852.432,66	0,00	11.247.717,34
1310012000 Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação	0,00	1.513,98	1.513,98	0,00
1310012100 Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	0,00	1.513,98	1.513,98	0,00
1310012101 - 27000 Foros	0,00	79,35	79,35	0,00
1310012102 - 27000 Laudêmios	0,00	1.434,63	1.434,63	0,00
1310020000 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	3.200.000,00	2.015.879,01	0,00	1.184.120,99
1310021000 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	3.200.000,00	2.015.879,01	0,00	1.184.120,99
1310021100 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	3.200.000,00	2.015.879,01	0,00	1.184.120,99
1310021102 - 27000 Concessão de Terminal Rodoviário	0,00	30.267,36	30.267,36	0,00
1310021105 - 27000 Permissão de Uso de Area Aeroportuária	400.000,00	366.852,72	0,00	33.147,28
1310021104 - 27000 Permissão de Uso de Faixa de Domínio	2.800.000,00	1.618.758,93	0,00	1.181.241,07
1310990000 Outras Receitas Imobiliárias	700.000,00	437.930,67	0,00	262.069,33
1310991000 Outras Receitas Imobiliárias	700.000,00	437.930,67	0,00	262.069,33
1310991100 Outras Receitas Imobiliárias - Principal	700.000,00	437.930,67	0,00	262.069,33
1310991103 - 27000 Outras Receitas Imobiliárias	700.000,00	421.522,28	0,00	278.477,72
1310991102 - 27000 Taxa de Anuência	0,00	16.408,39	16.408,39	0,00
1320000000 Valores Mobiliários	81.327.700,82	81.237.908,76	0,00	89.792,06
1321000000 Juros e Correções Monetárias	81.327.700,82	81.237.908,76	0,00	89.792,06
1321001000 Remuneração de Depósitos Bancários	9.768.949,82	17.803.467,99	8.034.518,17	0,00
1321001100 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	9.768.949,82	17.803.467,99	8.034.518,17	0,00
1321001126 - 22900 Remuneração de Depósitos Bancários - Selos de Autenticidade - FT 29	511.831,00	900.838,16	389.007,16	0,00
1321001128 - 27600 Remuneração de Depósitos Bancários - FDI - FT 76	0,00	15.934,97	15.934,97	0,00
1321001121 - 27900 Remuneração de Depósitos Bancários – Fundo de Defesa Civil - FT 79	0,00	226.220,33	226.220,33	0,00
1321001120 - 28081 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Internacional - Adm Indireta - Fonte 81	103.000,00	-118,16	0,00	102.881,84
1321001114 - 28283 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios Federal AdmIndireta - Fonte 83	810.000,00	948.464,71	138.464,71	0,00
1321001116 - 28687 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com órgão Municipal - Adm Indireta - Fonte 87	20.000,00	61.245,02	41.245,02	0,00
1321001118 - 28889 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Privado - Adm Indireta - Fonte 89	8.324.118,82	344.335,07	0,00	7.979.783,75
1321001103 - 29100 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo de	0,00	12.756.759,82	12.756.759,82	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
Saúde - FT 91				
1321001108 - 29200 Remuneração de Depósitos Bancários – Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	0,00	258.991,93	258.991,93	0,00
1321001133 - 29201 Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Transferência FUNPEN	0,00	894.531,83	894.531,83	0,00
1321001137 - 29203 Remuneração de Depósitos Bancários – FNSP - FT 92.03	0,00	1.296.709,97	1.296.709,97	0,00
1321001139 - 29204 Remuneração de Depósitos Bancários – FEC - FT 92.04	0,00	99.554,34	99.554,34	0,00
1321004000 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	38.281.358,00	26.904.545,64	0,00	11.376.812,36
1321004100 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	38.281.358,00	26.904.545,64	0,00	11.376.812,36
1321004101 - 20300 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	34.081.358,00	22.140.585,66	0,00	11.940.772,34
1321004101 - 20500 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	4.200.000,00	4.763.959,98	563.959,98	0,00
1321005000 Juros e Correções Monetárias	33.277.393,00	36.529.895,13	3.252.502,13	0,00
1321005100 Juros e Correções Monetárias	33.277.393,00	36.529.895,13	3.252.502,13	0,00
1321005101 - 10000 Juros e Títulos de Renda	0,00	7.851.916,24	7.851.916,24	0,00
1321005101 - 27000 Juros e Títulos de Renda	33.277.393,00	28.664.574,76	0,00	4.612.818,24
1321005101 - 27001 Juros e Títulos de Renda	0,00	13.404,13	13.404,13	0,00
1330000000 Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	7.715.620,00	8.013.719,84	298.099,84	0,00
1331000000 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte	1.015.620,00	941.727,47	0,00	73.892,53
1331010000 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	1.015.620,00	941.727,47	0,00	73.892,53
1331011000 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	1.015.620,00	941.727,47	0,00	73.892,53
1331011100 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	1.015.620,00	941.727,47	0,00	73.892,53
1331011101 - 27000 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	1.015.620,00	941.727,47	0,00	73.892,53
1339000000 Demais Delegações de Serviços Públicos	6.700.000,00	7.071.992,37	371.992,37	0,00
1339010000 Demais Delegações de Serviços Públicos	6.700.000,00	7.071.992,37	371.992,37	0,00
1339011000 Demais Delegações de Serviços Públicos	6.700.000,00	7.071.992,37	371.992,37	0,00
1339011100 Demais Delegações de Serviços Públicos - Principal	6.700.000,00	7.071.992,37	371.992,37	0,00
1339011101 - 27000 Receita da Loteria Estadual	6.700.000,00	7.071.992,37	371.992,37	0,00
1350000000 Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	77.879,00	77.879,00	0,00
1350040000 Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida	0,00	77.879,00	77.879,00	0,00
1350041000 Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida	0,00	77.879,00	77.879,00	0,00
1350041100 Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal	0,00	77.879,00	77.879,00	0,00
1350041101 - 27000 Royalties - Elmo - Equipamento de Respiração Assistida	0,00	77.879,00	77.879,00	0,00
1600000000 Receita de Serviços	252.499.676,02	258.890.884,07	6.391.208,05	0,00
1610000000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	128.644.759,02	122.316.668,47	0,00	6.328.090,55



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1610010000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	61.028.757,02	48.867.976,84	0,00	12.160.780,18
1610011000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	61.028.757,02	48.867.976,84	0,00	12.160.780,18
1610011100 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	61.028.757,02	48.867.976,84	0,00	12.160.780,18
1610011154 - 27000 Fornecimento de Refeições	1.832.494,00	0,00	0,00	1.832.494,00
1610011199 - 27000 Outros Serviços	25.665.245,00	752.788,33	0,00	24.912.456,67
1610011114 - 27000 Outros Serviços Administrativos	160.000,00	23.940,00	0,00	136.060,00
1610011198 - 27000 Outros Serviços Comerciais	0,00	1.386.511,63	1.386.511,63	0,00
1610011107 - 27000 Outros Serviços de Comunicação	1.048.338,00	1.522.369,54	474.031,54	0,00
1610011164 - 27000 Serviço de Distribuição de Títulos para Protesto	1.265,00	166,32	0,00	1.098,68
1610011152 - 27000 Serviço de Gestão Descentralizada de Energia Elétrica	1.500.000,00	1.485.768,29	0,00	14.231,71
1610011160 - 27000 Serviço pelo Uso da Estrutura Arrecadatória	18.270.000,00	13.893.932,83	0,00	4.376.067,17
1610011116 - 27000 Serviços Educacionais	45.756,00	800,00	0,00	44.956,00
1610011168 - 27000 Serviços Veterinários	800.000,00	242.921,25	0,00	557.078,75
1610011158 - 27000 Serviços de Cadastro em Geral	0,00	1.065.644,94	1.065.644,94	0,00
1610011103 - 27000 Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade	0,00	14,31	14,31	0,00
1610011167 - 27000 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	350.000,00	35.313,02	0,00	314.686,98
1610011122 - 27000 Serviços de Estudos e Pesquisas	0,00	1.239.955,20	1.239.955,20	0,00
1610011157 - 27000 Serviços de Exames Laboratoriais	0,00	186.211,33	186.211,33	0,00
1610011161 - 27000 Serviços de Gravames	0,00	2.140.527,56	2.140.527,56	0,00
1610011115 - 27000 Serviços de Meteorologia	0,00	23.946,15	23.946,15	0,00
1610011179 - 27000 Serviços de Treinamentos e Capacitações	0,00	10.450,00	10.450,00	0,00
1610011177 - 27000 Tarifa pelo Uso de Recursos Hídricos	3.040.000,00	5.198.063,83	2.158.063,83	0,00
1610011178 - 27000 Tarifa sobre Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário	7.050.000,00	19.654.587,20	12.604.587,20	0,00
1610011156 - 27000 Venda de Produtos Consignáveis	1.265.659,02	4.065,11	0,00	1.261.593,91
1610020000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	5.599.727,00	4.478.793,43	0,00	1.120.933,57
1610021000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	5.599.727,00	4.478.793,43	0,00	1.120.933,57
1610021100 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	5.599.727,00	4.478.793,43	0,00	1.120.933,57
1610021101 - 27000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	5.599.727,00	4.478.793,43	0,00	1.120.933,57
1610030000 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	16.205.223,00	18.394.303,88	2.189.080,88	0,00
1610031000 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	16.205.223,00	18.394.303,88	2.189.080,88	0,00
1610031100 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	16.205.223,00	18.394.303,88	2.189.080,88	0,00
1610031105 - 27000 Serviços de Expedição de Certificados	700.000,00	237.597,05	0,00	462.402,95



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1610031108 - 27000 Serviços de Registro do Comércio	15.505.223,00	18.156.706,83	2.651.483,83	0,00
1610040000 Serviços de Informação e Tecnologia	45.811.052,00	50.575.594,32	4.764.542,32	0,00
1610041000 Serviços de Informação e Tecnologia	45.811.052,00	50.575.594,32	4.764.542,32	0,00
1610041100 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	45.811.052,00	50.575.594,32	4.764.542,32	0,00
1610041102 - 27000 Serviço de Acesso à Internet	30.348.073,00	0,00	0,00	30.348.073,00
1610041103 - 27000 Serviços Tecnológicos	1.692.198,00	1.859.971,39	167.773,39	0,00
1610041105 - 27000 Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	0,00	1.259.383,49	1.259.383,49	0,00
1610041111 - 27000 Serviços em Nuvem	11.770.781,00	42.437.243,50	30.666.462,50	0,00
1610041108 - 27000 Transmissão de Vídeo	0,00	2.279.999,88	2.279.999,88	0,00
1610041113 - 27000 VOIP	2.000.000,00	2.738.996,06	738.996,06	0,00
1620000000 Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	2.086.780,00	3.155.457,73	1.068.677,73	0,00
1620041000 Tarifa Aeroportuária	2.086.780,00	3.155.457,73	1.068.677,73	0,00
1620041100 Tarifa Aeroportuária	2.086.780,00	3.155.457,73	1.068.677,73	0,00
1620041101 - 27000 Tarifa Aeroportuária	2.086.780,00	3.155.457,73	1.068.677,73	0,00
1630000000 Serviços e Atividades Referentes à Saúde	121.618.137,00	133.343.344,45	11.725.207,45	0,00
1638000000 Serviços e Atividades Referentes à Saúde - Específico para Estados/DF/Municípios	121.618.137,00	133.343.344,45	11.725.207,45	0,00
1638011000 Serviços Hospitalares	899.368,00	677.790,68	0,00	221.577,32
1638011100 Serviços Hospitalares - Principal	899.368,00	677.790,68	0,00	221.577,32
1638011101 - 27000 Serviços Hospitalares	899.368,00	677.790,68	0,00	221.577,32
1638013000 Serviços Radiológicos e Laboratoriais	718.769,00	1.127.858,87	409.089,87	0,00
1638013100 Serviços Radiológicos e Laboratoriais - Principal	718.769,00	1.127.858,87	409.089,87	0,00
1638013103 - 27000 Serviços Radiológicos e Laboratoriais	718.769,00	1.127.858,87	409.089,87	0,00
1638019000 Outros Serviços de Saúde	120.000.000,00	131.537.694,90	11.537.694,90	0,00
1638019100 Outros Serviços de Saúde - Principal	120.000.000,00	131.537.694,90	11.537.694,90	0,00
1638019102 - 27000 Co-participação - Saúde Suplementar	0,00	891,80	891,80	0,00
1638019101 - 27000 Contribuição Mensal - Saúde Suplementar	120.000.000,00	131.536.803,10	11.536.803,10	0,00
1640000000 Serviços e Atividades Financeiras	150.000,00	75.413,42	0,00	74.586,58
1640010000 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	150.000,00	75.413,42	0,00	74.586,58
1640011000 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	150.000,00	75.413,42	0,00	74.586,58
1640011100 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	150.000,00	75.413,42	0,00	74.586,58
1640011199 - 20500 Outros Serviços Financeiros	150.000,00	75.413,42	0,00	74.586,58
1700000000 Transferências Correntes	1.224.349.677,91	1.203.734.886,75	0,00	20.614.791,16
1710000000 Transferências da União e de suas Entidades	948.890.850,86	1.093.693.590,18	144.802.739,32	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1718000000 Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	948.890.850,86	1.093.693.590,18	144.802.739,32	0,00
1718030000 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	874.371.301,13	934.188.273,77	59.816.972,64	0,00
1718031000 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Primária	3.393.467,00	18.490.628,02	15.097.161,02	0,00
1718031100 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Primária	3.393.467,00	18.490.628,02	15.097.161,02	0,00
1718031110 - 29100 Atenção Primária - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	3.393.467,00	18.490.628,02	15.097.161,02	0,00
1718032000 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Especializada	753.209.472,13	578.999.749,20	0,00	174.209.722,93
1718032100 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Especializada	753.209.472,13	578.999.749,20	0,00	174.209.722,93
1718032114 - 29100 MAC FAEC - Transplantes - Outros	6.097.368,00	8.056.810,17	1.959.442,17	0,00
1718032106 - 29100 MAC TF - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	708.532.331,13	523.818.701,03	0,00	184.713.630,10
1718032102 - 29100 MAC TF - SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	38.579.773,00	47.124.238,00	8.544.465,00	0,00
1718033000 Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde	57.778.978,00	24.880.106,64	0,00	32.898.871,36
1718033100 Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde	57.778.978,00	24.880.106,64	0,00	32.898.871,36
1718033199 - 29100 V SAÚDE - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	57.778.978,00	19.473.975,68	0,00	38.305.002,32
1718033102 - 29100 V SAÚDE - Vigilância Sanitária	0,00	5.406.130,96	5.406.130,96	0,00
1718034000 Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	59.989.384,00	50.906.176,02	0,00	9.083.207,98
1718034100 Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	59.989.384,00	50.906.176,02	0,00	9.083.207,98
1718034101 - 29100 A FARM - Componente Básico da Assistência Farmacêutica	43.368.477,00	37.326.200,28	0,00	6.042.276,72
1718034103 - 29100 A FARM - Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	16.620.907,00	13.185.376,86	0,00	3.435.530,14
1718034199 - 29100 A FARM - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	394.598,88	394.598,88	0,00
1718035000 Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00
1718035100 Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00
1718035199 - 29100 G SUS - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00
1718039000 Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	260.761.613,89	260.761.613,89	0,00
1718039100 Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	260.761.613,89	260.761.613,89	0,00
1718039102 - 29100 Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Combate a COVID-19	0,00	260.761.613,89	260.761.613,89	0,00
1718040000 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
1718046000 Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, não detalhadas anteriormente	0,00	0,00	0,00	0,00
1718046100 Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, não detalhadas anteriormente	0,00	0,00	0,00	0,00
1718100000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	30.712.352,73	19.436.109,53	0,00	11.276.243,20
1718101000 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	3.166.154,00	0,00	0,00	3.166.154,00
1718101100 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	3.166.154,00	0,00	0,00	3.166.154,00
1718101101 - 28283 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	3.166.154,00	0,00	0,00	3.166.154,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1718102000 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	12.200.229,00	0,00	0,00	12.200.229,00
1718102100 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	12.200.229,00	0,00	0,00	12.200.229,00
1718102101 - 28283 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	12.200.229,00	0,00	0,00	12.200.229,00
1718109000 Outras Transferências de Convênios da União	15.345.969,73	19.436.109,53	4.090.139,80	0,00
1718109100 Outras Transferências de Convênios da União - Principal	15.345.969,73	19.436.109,53	4.090.139,80	0,00
1718109101 - 28283 Outras Transferências de Convênios da União	15.345.969,73	19.436.109,53	4.090.139,80	0,00
1718110000 Outras Transferências de Recursos Fundo a Fundo	1.500.000,00	1.204.426,52	0,00	295.573,48
1718111000 Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	1.500.000,00	1.204.426,52	0,00	295.573,48
1718111100 Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	1.500.000,00	1.204.426,52	0,00	295.573,48
1718111101 - 29201 Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	1.500.000,00	1.204.426,52	0,00	295.573,48
1718120000 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	16.087.197,00	13.539.176,21	0,00	2.548.020,79
1718121000 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	16.087.197,00	13.539.176,21	0,00	2.548.020,79
1718121100 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	16.087.197,00	13.539.176,21	0,00	2.548.020,79
1718121101 - 29200 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	16.087.197,00	13.539.176,21	0,00	2.548.020,79
1718990000 Outras Transferências da União	26.220.000,00	125.325.604,15	99.105.604,15	0,00
1718991000 Outras Transferências da União	26.220.000,00	125.325.604,15	99.105.604,15	0,00
1718991100 Outras Transferências da União - Principal	26.220.000,00	125.325.604,15	99.105.604,15	0,00
1718991102 - 27000 Transferências Oriundas da Lei Pelé	3.500.000,00	3.293.214,07	0,00	206.785,93
1718991101 - 27900 Transferências ao Fundo de Defesa Civil	15.000.000,00	0,00	0,00	15.000.000,00
1718991109 - 29100 Emendas Parlamentares Individuais Impositivas	0,00	1.829.986,00	1.829.986,00	0,00
1718991110 - 29100 Emendas Parlamentares de Bancada	0,00	103.096.010,00	103.096.010,00	0,00
1718991104 - 29202 Transferências ao Fundo de Amparo ao Trabalhador	1.600.000,00	0,00	0,00	1.600.000,00
1718991105 - 29203 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	6.120.000,00	16.689.964,02	10.569.964,02	0,00
1718991111 - 29204 Transferências Emergencias ao Setor Cultural - Lei Aldir Blanc	0,00	416.430,06	416.430,06	0,00
1730000000 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	233.308.100,93	79.410.865,26	0,00	153.897.235,67
1738000000 Transferências dos Municípios -Específicas de Estados, DF e Municípios	233.308.100,93	79.410.865,26	0,00	153.897.235,67
1738100000 Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	10.174.118,35	10.834.151,69	660.033,34	0,00
1738101000 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	9.213.935,85	10.123.388,69	909.452,84	0,00
1738101100 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS	9.213.935,85	10.123.388,69	909.452,84	0,00
1738101101 - 28687 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS	9.213.935,85	10.123.388,69	909.452,84	0,00
1738102000 Transferências de Convênio dos Municípios destinadas a Programas de Educação	560.182,50	0,00	0,00	560.182,50
1738102100 Transferências de Convênio dos Municípios destinadas a Programas de Educação - Principal	560.182,50	0,00	0,00	560.182,50
1738102101 - 28687 Transferências de Convênio dos Municípios destinadas a Programas de Educação	560.182,50	0,00	0,00	560.182,50

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1738109000 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	400.000,00	710.763,00	310.763,00	0,00
1738109100 Outras Transferências de Convênios dos Municípios - Principal	400.000,00	710.763,00	310.763,00	0,00
1738109101 - 28687 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	400.000,00	710.763,00	310.763,00	0,00
1738990000 Outras Transferências dos Municípios	223.133.982,58	68.576.713,57	0,00	154.557.269,01
1738991000 Outras Transferências dos Municípios	223.133.982,58	68.576.713,57	0,00	154.557.269,01
1738991100 Outras Transferências dos Municípios - Principal	223.133.982,58	68.576.713,57	0,00	154.557.269,01
1738991199 - 29100 Outras Transferências dos Municípios	1.236.409,00	1.085.305,36	0,00	151.103,64
1738991101 - 29100 Transferências SUS - Assistência Farmacêutica - Municípios	45.288.977,00	37.765.612,10	0,00	7.523.364,90
1738991102 - 29100 Transferências SUS - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Municípios	176.608.596,58	29.725.796,11	0,00	146.882.800,47
1740000000 Transferências de Instituições Privadas	42.150.726,12	30.630.431,31	0,00	11.520.294,81
1748000000 Transferências de Instituições Privadas - Específicas de Estados, DF e Municípios	42.150.726,12	30.630.431,31	0,00	11.520.294,81
1748100000 Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente	42.150.726,12	30.630.431,31	0,00	11.520.294,81
1748101000 Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente	42.150.726,12	30.630.431,31	0,00	11.520.294,81
1748101100 Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente - Principal	42.150.726,12	30.630.431,31	0,00	11.520.294,81
1748101101 - 27000 Transferências de Instituições Privadas	27.208.260,00	3.914.513,03	0,00	23.293.746,97
1748101102 - 28889 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	14.942.466,12	26.715.918,28	11.773.452,16	0,00
1900000000 Outras Receitas Correntes	179.457.363,00	179.513.158,10	55.795,10	0,00
1910000000 Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	87.878.965,00	101.877.990,06	13.999.025,06	0,00
1910010000 Multas Previstas em Legislação Específica	81.513.952,00	93.983.262,22	12.469.310,22	0,00
1910011000 Multas Previstas em Legislação Específica	81.513.952,00	93.983.262,22	12.469.310,22	0,00
1910011100 Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	79.664.839,00	89.612.502,14	9.947.663,14	0,00
1910011134 - 27000 Multa por Não Uso de Máscara - Lei 17.261/2020	0,00	13.252,37	13.252,37	0,00
1910011121 - 27000 Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	3.235.215,00	2.953.370,25	0,00	281.844,75
1910011101 - 27000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	309.624,00	197.768,63	0,00	111.855,37
1910011197 - 27000 Outras Multas	0,00	974,60	974,60	0,00
1910011104 - 27002 Multas Previstas na Legislação de Trânsito	76.120.000,00	86.447.136,29	10.327.136,29	0,00
1910011200 Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	1.786.800,00	3.825.906,19	2.039.106,19	0,00
1910011298 - 20500 Outras Multas e Juros de Mora	150.000,00	229.854,81	79.854,81	0,00
1910011205 - 27000 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Outros	1.636.800,00	3.592.267,32	1.955.467,32	0,00
1910011223 - 27000 Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	0,00	3.784,06	3.784,06	0,00
1910011300 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	62.313,00	544.853,89	482.540,89	0,00
1910011307 - 27000 Multas Administrativas - Dívida Ativa	0,00	2.543,24	2.543,24	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1910011305 - 27000 Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	62.313,00	263.072,53	200.759,53	0,00
1910011304 - 27000 Repasses de Emolumentos FAADEP - Dívida Ativa	0,00	279.238,12	279.238,12	0,00
1910040000 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	3.199.200,00	4.159.415,17	960.215,17	0,00
1910041000 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	3.199.200,00	4.159.415,17	960.215,17	0,00
1910041100 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	1.785.600,00	2.107.159,26	321.559,26	0,00
1910041107 - 27000 Multas por danos ao consumidor	1.785.600,00	2.107.159,26	321.559,26	0,00
1910041300 Dívida Ativa - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	1.413.600,00	2.052.255,91	638.655,91	0,00
1910041301 - 27000 Receita da Dívida Ativa - Multas do DECON	1.413.600,00	2.052.255,91	638.655,91	0,00
1910060000 Multas por Danos Ambientais	904.831,00	2.251.692,61	1.346.861,61	0,00
1910061000 Multas Administrativas por Danos Ambientais	904.831,00	2.251.692,61	1.346.861,61	0,00
1910061100 Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	2.104.296,94	2.104.296,94	0,00
1910061101 - 27000 Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	2.104.296,94	2.104.296,94	0,00
1910061300 Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	904.831,00	147.395,67	0,00	757.435,33
1910061301 - 27000 Receita da Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	904.831,00	147.395,67	0,00	757.435,33
1910080000 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	183.196,00	1.468.366,95	1.285.170,95	0,00
1910081000 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	183.196,00	1.468.366,95	1.285.170,95	0,00
1910081100 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	183.196,00	1.468.366,95	1.285.170,95	0,00
1910081101 - 27000 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	183.196,00	367.320,56	184.124,56	0,00
1910081102 - 27000 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - COVID-19	0,00	1.101.046,39	1.101.046,39	0,00
1910090000 Multas e Juros Previstos em Contratos	2.077.786,00	15.253,11	0,00	2.062.532,89
1910091000 Multas e Juros Previstos em Contratos	2.077.786,00	15.253,11	0,00	2.062.532,89
1910091100 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.077.786,00	15.253,11	0,00	2.062.532,89
1910091101 - 27000 Multas e Juros Previstos em Contratos	1.066.166,00	15.253,11	0,00	1.050.912,89
1910091199 - 27000 Outras Multas Contratuais	1.011.620,00	0,00	0,00	1.011.620,00
1920000000 Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	778.495,00	5.589.323,96	4.810.828,96	0,00
1921000000 Indenizações	521.143,00	624.252,40	103.109,40	0,00
1921010000 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	500.000,00	4.413,20	0,00	495.586,80
1921011000 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	500.000,00	4.413,20	0,00	495.586,80
1921011100 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	500.000,00	4.413,20	0,00	495.586,80
1921011102 - 27000 Indenização por Descumprimento de Termo de Apreensão e Depósito	0,00	4.226,70	4.226,70	0,00
1921011101 - 27000 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	0,00	186,50	186,50	0,00
1921011105 - 27000 Medidas Conciliatórias	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
1921990000 Outras Indenizações	21.143,00	619.839,20	598.696,20	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1921991000 Outras Indenizações	21.143,00	619.839,20	598.696,20	0,00
1921991100 Outras Indenizações - Principal	21.143,00	619.839,20	598.696,20	0,00
1921991199 - 27000 Outras Indenizações	21.143,00	619.839,20	598.696,20	0,00
1922000000 Restituições	257.352,00	4.275.478,85	4.018.126,85	0,00
1922010000 Restituição de Convênios	0,00	91.141,15	91.141,15	0,00
1922011000 Restituição de Convênios - Primárias	0,00	91.141,15	91.141,15	0,00
1922011100 Restituição de Convênios - Primárias	0,00	91.141,15	91.141,15	0,00
1922011102 - 27000 Restituições de Convênios	0,00	72.795,75	72.795,75	0,00
1922011102 - 28283 Restituições de Convênios	0,00	659,35	659,35	0,00
1922011102 - 28889 Restituições de Convênios	0,00	17.686,05	17.686,05	0,00
1922060000 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	28.550,74	28.550,74	0,00
1922061000 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	28.550,74	28.550,74	0,00
1922061100 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	28.550,74	28.550,74	0,00
1922061101 - 27000 Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	28.550,74	28.550,74	0,00
1922990000 Outras Restituições	257.352,00	4.155.786,96	3.898.434,96	0,00
1922991000 Outras Restituições	257.352,00	4.155.786,96	3.898.434,96	0,00
1922991100 Outras Restituições - Principal	257.352,00	4.155.786,96	3.898.434,96	0,00
1922991101 - 27000 Devolução de Diárias	0,00	35.586,18	35.586,18	0,00
1922991199 - 27000 Outras Restituições	257.352,00	3.875.161,73	3.617.809,73	0,00
1922991107 - 27000 Restituições de Vale-Transporte	0,00	3.373,67	3.373,67	0,00
1922991199 - 29100 Outras Restituições	0,00	241.665,38	241.665,38	0,00
1923000000 Ressarcimentos	0,00	689.592,71	689.592,71	0,00
1923020000 Ressarcimento de Custos	0,00	689.592,71	689.592,71	0,00
1923021000 Ressarcimento de Custos	0,00	689.592,71	689.592,71	0,00
1923021100 Ressarcimento de Custos - Principal	0,00	689.592,71	689.592,71	0,00
1923021102 - 27000 Ressarcimento de Despesas com Condenados pela Justiça	0,00	689.592,71	689.592,71	0,00
1990000000 Demais Receitas Correntes	90.799.903,00	72.045.844,08	0,00	18.754.058,92
1990030000 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	73.889.156,00	29.291.828,92	0,00	44.597.327,08
1990031000 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	73.889.156,00	29.291.828,92	0,00	44.597.327,08
1990031100 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	73.889.156,00	29.291.828,92	0,00	44.597.327,08
1990031101 - 20300 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	73.889.156,00	29.291.828,92	0,00	44.597.327,08
1990120000 Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	397.027,00	2.547.707,86	2.150.680,86	0,00
1990122000 Ônus de Sucumbência	397.027,00	2.547.707,86	2.150.680,86	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1990122100 Ônus de Sucumbência	397.027,00	2.547.707,86	2.150.680,86	0,00
1990122101 - 27000 Ônus de Sucumbência	397.027,00	2.547.707,86	2.150.680,86	0,00
1990990000 Outras Receitas	16.513.720,00	40.206.307,30	23.692.587,30	0,00
1990991000 Outras Receitas - Primárias	10.300.903,00	29.508.944,59	19.208.041,59	0,00
1990991100 Outras Receitas - Principal	10.300.903,00	29.508.944,59	19.208.041,59	0,00
1990991114 - 27000 Doações em Dinheiro	0,00	10.307.770,95	10.307.770,95	0,00
1990991132 - 27000 Doações em Dinheiro - Enfrentamento COVID-19	0,00	72.127,37	72.127,37	0,00
1990991199 - 27000 Outras Receitas	0,00	164.706,61	164.706,61	0,00
1990991198 - 27000 Outras Receitas Eventuais	2.322.257,00	3.561.017,61	1.238.760,61	0,00
1990991115 - 27000 Patrocínios	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
1990991124 - 27000 Receita de Honorários de Advogados	24.621,00	5.503,89	0,00	19.117,11
1990991117 - 27000 Receita de Leilão de Bens Apreendidos	5.519.025,00	12.048.635,27	6.529.610,27	0,00
1990991104 - 27000 Receita sobre Programa de Sementes	2.420.000,00	3.349.182,89	929.182,89	0,00
1990992000 Outras Receitas - Financeiras	6.212.817,00	10.697.362,71	4.484.545,71	0,00
1990992100 Outras Receitas - Financeiras - Principal	6.212.817,00	10.697.362,71	4.484.545,71	0,00
1990992107 - 27000 Encargos do FDI / PROADE	951.500,00	3.967.390,45	3.015.890,45	0,00
1990992108 - 27000 Spread sobre Rendimentos de Depósitos Judiciais	4.260.000,00	5.665.533,17	1.405.533,17	0,00
1990992110 - 27000 Spread sobre Rendimentos de Fianças Criminais	422.644,00	0,00	0,00	422.644,00
1990992103 - 27000 Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	578.673,00	1.064.439,09	485.766,09	0,00
2000000000 Receitas de Capital	121.094.645,63	70.542.631,76	0,00	50.552.013,87
2200000000 Alienação de Bens	180.652,00	29.987.877,42	29.807.225,42	0,00
2210000000 Alienação de Bens Móveis	180.652,00	527.406,64	346.754,64	0,00
2213000000 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	180.652,00	527.406,64	346.754,64	0,00
2213001000 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	180.652,00	527.406,64	346.754,64	0,00
2213001100 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	180.652,00	527.406,64	346.754,64	0,00
2213001101 - 11200 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	150.200,00	527.406,64	377.206,64	0,00
2213001101 - 27000 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	30.452,00	0,00	0,00	30.452,00
2220000000 Alienação de Bens Imóveis	0,00	29.460.470,78	29.460.470,78	0,00
2220001000 Alienação de Bens Imóveis	0,00	29.460.470,78	29.460.470,78	0,00
2220001100 Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	29.460.470,78	29.460.470,78	0,00
2220001102 - 11200 Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	9.523.470,78	9.523.470,78	0,00
2220001102 - 27000 Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	19.937.000,00	19.937.000,00	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2300000000 Amortização de Empréstimos	0,00	323.323,10	323.323,10	0,00
2300071000 Amortização de Financiamentos	0,00	323.323,10	323.323,10	0,00
2300071100 Amortização de Financiamentos - Principal	0,00	323.323,10	323.323,10	0,00
2300071101 - 27000 Amortização de Financiamentos de Projetos	0,00	323.323,10	323.323,10	0,00
2400000000 Transferências de Capital	120.913.993,63	40.231.431,24	0,00	80.682.562,39
2410000000 Transferências da União e de suas Entidades	118.736.691,45	40.231.431,24	0,00	78.505.260,21
2418000000 Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	118.736.691,45	40.231.431,24	0,00	78.505.260,21
2418030000 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Fundo a Fundo - Bloco Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	3.144.776,00	3.144.776,00	0,00
2418034000 Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	0,00	849.025,00	849.025,00	0,00
2418034100 Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	0,00	849.025,00	849.025,00	0,00
2418034101 - 29100 Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	0,00	849.025,00	849.025,00	0,00
2418039000 Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	2.295.751,00	2.295.751,00	0,00
2418039100 Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	2.295.751,00	2.295.751,00	0,00
2418039102 - 29100 Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Combate COVID-19	0,00	2.295.751,00	2.295.751,00	0,00
2418040000 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Fundo a Fundo - Bloco Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	17.479.959,18	809.932,00	0,00	16.670.027,18
2418042000 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Atenção Especializada	17.479.959,18	299.656,00	0,00	17.180.303,18
2418042100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Atenção Especializada	17.479.959,18	299.656,00	0,00	17.180.303,18
2418042101 - 29100 Transferências de Recursos do SUS - Atenção Especializada	17.479.959,18	299.656,00	0,00	17.180.303,18
2418049100 Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	0,00	510.276,00	510.276,00	0,00
2418049102 - 29100 Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Combate COVID-19	0,00	510.276,00	510.276,00	0,00
2418100000 Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	79.616.732,27	334.317,86	0,00	79.282.414,41
2418101000 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	3.639.159,00	0,00	0,00	3.639.159,00
2418101100 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	3.639.159,00	0,00	0,00	3.639.159,00
2418101101 - 28283 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	3.639.159,00	0,00	0,00	3.639.159,00
2418102000 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	3.630.000,00	0,00	0,00	3.630.000,00
2418102100 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação - Principal	3.630.000,00	0,00	0,00	3.630.000,00
2418102101 - 28283 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	3.630.000,00	0,00	0,00	3.630.000,00
2418106000 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	46.865,00	0,00	0,00	46.865,00
2418106100 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal	46.865,00	0,00	0,00	46.865,00
2418106101 - 28283 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	46.865,00	0,00	0,00	46.865,00
2418107000 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	70.000.000,00	226.517,86	0,00	69.773.482,14



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2418107100 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal	70.000.000,00	226.517,86	0,00	69.773.482,14
2418107101 - 28283 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	70.000.000,00	226.517,86	0,00	69.773.482,14
2418109000 Outras Transferências de Convênios da União	2.300.708,27	107.800,00	0,00	2.192.908,27
2418109100 Outras Transferências de Convênios da União - Principal	2.300.708,27	107.800,00	0,00	2.192.908,27
2418109199 - 28283 Outras Transferências de Convênios da União	2.300.708,27	107.800,00	0,00	2.192.908,27
2418990000 Outras Transferências da União	21.640.000,00	35.942.405,38	14.302.405,38	0,00
2418991000 Outras Transferências da União	21.640.000,00	35.942.405,38	14.302.405,38	0,00
2418991100 Outras Transferências da União - Principal	21.640.000,00	35.942.405,38	14.302.405,38	0,00
2418991105 - 29100 Emendas Parlamentares Individuais Impositivas	0,00	649.939,00	649.939,00	0,00
2418991102 - 29201 Transferencias do Fundo Penitenciario Nacional - FUPEN	7.500.000,00	0,00	0,00	7.500.000,00
2418991103 - 29202 Transferências ao Fundo de Amparo ao Trabalhador	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2418991104 - 29203 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	14.130.000,00	35.292.466,38	21.162.466,38	0,00
2430000000 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2438000000 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2438100000 Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2438109000 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2438109100 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2438109101 - 28687 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2440000000 Transferências de Instituições Privadas	2.167.302,18	0,00	0,00	2.167.302,18
2448000000 Transferências de Instituições Privadas - Específicas de Estados, DF e Municípios	2.167.302,18	0,00	0,00	2.167.302,18
2448010000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas	2.002.302,18	0,00	0,00	2.002.302,18
2448011000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde	2.002.302,18	0,00	0,00	2.002.302,18
2448011100 Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde	2.002.302,18	0,00	0,00	2.002.302,18
2448011101 - 28889 Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde	2.002.302,18	0,00	0,00	2.002.302,18
2448100000 Outras Transferências de Instituições Privadas	165.000,00	0,00	0,00	165.000,00
2448101000 Outras Transferências de Instituições Privadas	165.000,00	0,00	0,00	165.000,00
2448101100 Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	165.000,00	0,00	0,00	165.000,00
2448101101 - 28889 Outras Transferências de Instituições Privadas	165.000,00	0,00	0,00	165.000,00
7000000000 Receitas Intraorçamentárias	1.472.323.868,43	1.537.618.987,90	65.295.119,47	0,00
7100000000 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.233.707,00	40.650,01	0,00	10.193.056,99
7120000000 Taxas	10.233.707,00	40.650,01	0,00	10.193.056,99
7121000000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.483.000,00	0,00	0,00	2.483.000,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
7121040000 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	2.483.000,00	0,00	0,00	2.483.000,00
7121041000 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	2.483.000,00	0,00	0,00	2.483.000,00
7121041100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	2.483.000,00	0,00	0,00	2.483.000,00
7121041103 - 27000 Taxa de Licenciamento Ambiental	2.483.000,00	0,00	0,00	2.483.000,00
7122000000 Taxas pela Prestação de Serviços	7.750.707,00	40.650,01	0,00	7.710.056,99
7122010000 Taxas pela Prestação de Serviços	700.773,00	40.650,01	0,00	660.122,99
7122011000 Taxas pela Prestação de Serviços	700.773,00	40.650,01	0,00	660.122,99
7122011100 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	700.773,00	40.650,01	0,00	660.122,99
7122011106 - 27000 Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	700.773,00	40.650,01	0,00	660.122,99
7122020000 Emolumentos e Custas Judiciais	7.049.934,00	0,00	0,00	7.049.934,00
7122021000 Emolumentos e Custas Judiciais	7.049.934,00	0,00	0,00	7.049.934,00
7122021100 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	7.049.934,00	0,00	0,00	7.049.934,00
7122021101 - 27000 Emolumentos e Custas Judiciais	7.049.934,00	0,00	0,00	7.049.934,00
7200000000 Contribuições	1.374.818.033,00	1.466.111.977,05	91.293.944,05	0,00
7210000000 Contribuições Sociais	1.374.818.033,00	1.466.111.977,05	91.293.944,05	0,00
7218000000 Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	1.373.066.746,00	1.464.645.793,72	91.579.047,72	0,00
7218030000 CPSSS Patronal - Servidor Civil - Específico de EST/DF/MUN	1.031.718.746,00	1.187.670.290,52	155.951.544,52	0,00
7218031000 CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	1.031.718.746,00	1.187.670.290,52	155.951.544,52	0,00
7218031100 CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	1.031.718.746,00	1.187.670.290,52	155.951.544,52	0,00
7218031101 - 20400 Contribuição Patronal da Assembleia Legislativa	28.456.394,00	29.419.705,56	963.311,56	0,00
7218031106 - 20400 Contribuição Patronal da Defensoria Pública	40.685.351,00	36.405.555,10	0,00	4.279.795,90
7218031104 - 20400 Contribuição Patronal da Procuradoria Geral de Justiça	53.619.246,00	74.046.828,64	20.427.582,64	0,00
7218031105 - 20400 Contribuição Patronal do Poder Executivo Civil	718.563.454,00	808.034.279,79	89.470.825,79	0,00
7218031102 - 20400 Contribuição Patronal do TCE	24.794.464,00	31.985.050,50	7.190.586,50	0,00
7218031103 - 20400 Contribuição Patronal do Tribunal de Justiça	165.599.837,00	207.778.870,93	42.179.033,93	0,00
7218070000 Contribuição Patronal para Previdência Militar de Estados e DF	341.348.000,00	276.975.503,20	0,00	64.372.496,80
7218071000 Contribuição Patronal - Militar Ativo	341.348.000,00	276.975.503,20	0,00	64.372.496,80
7218071100 Contribuição Patronal - Militar Ativo - Principal	341.348.000,00	276.975.503,20	0,00	64.372.496,80
7218071101 - 20400 Contribuição Patronal - Militar Ativo	341.348.000,00	276.975.503,20	0,00	64.372.496,80
7219000000 Outras Contribuições Sociais	1.751.287,00	1.466.183,33	0,00	285.103,67
7219991000 Demais Contribuições Sociais	1.751.287,00	1.466.183,33	0,00	285.103,67
7219991100 Outras Contribuições Sociais - Principal	1.751.287,00	1.466.183,33	0,00	285.103,67
7219991101 - 20600 Contribuição Patronal para o FPP	1.751.287,00	1.288.384,62	0,00	462.902,38



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
7219991102 - 20600 Contribuição Patronal para o FPP de Exercícios Anteriores	0,00	177.798,71	177.798,71	0,00
7300000000 Receita Patrimonial	480.000,00	0,00	0,00	480.000,00
7310000000 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	480.000,00	0,00	0,00	480.000,00
7310991102 - 27000 Taxa de Anuência	480.000,00	0,00	0,00	480.000,00
7600000000 Receita de Serviços	74.528.771,00	48.160.638,96	0,00	26.368.132,04
7610000000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	74.528.771,00	48.160.638,96	0,00	26.368.132,04
7610010000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	14.598.913,00	13.629.436,30	0,00	969.476,70
7610011000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	14.598.913,00	13.629.436,30	0,00	969.476,70
7610011100 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	14.598.913,00	13.629.436,30	0,00	969.476,70
7610011155 - 27000 Serviço de Elaboração de Concursos e Processos Seletivos	50.273,00	0,00	0,00	50.273,00
7610011167 - 27000 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	0,00	600.000,00	600.000,00	0,00
7610011176 - 27000 Taxa de Administração	14.548.640,00	13.029.436,30	0,00	1.519.203,70
7610040000 Serviços de Informação e Tecnologia	59.919.858,00	34.531.202,66	0,00	25.388.655,34
7610041000 Serviços de Informação e Tecnologia	59.919.858,00	34.531.202,66	0,00	25.388.655,34
7610041100 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	59.919.858,00	34.531.202,66	0,00	25.388.655,34
7610041104 - 27000 Serviço de Tráfego de Dados	59.612.056,00	34.531.202,66	0,00	25.080.853,34
7610041103 - 27000 Serviços Tecnológicos	307.802,00	0,00	0,00	307.802,00
7610031108 - 27000 Serviços de Registro do Comércio	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
7900000000 Outras Receitas Correntes	12.263.357,43	23.305.721,88	11.042.364,45	0,00
7990000000 Demais Receitas Correntes	12.263.357,43	23.305.721,88	11.042.364,45	0,00
7990991000 Outras Receitas - Primárias	12.263.357,43	23.305.721,88	11.042.364,45	0,00
7990991100 Outras Receitas - Principal	12.263.357,43	23.305.721,88	11.042.364,45	0,00
7990991123 - 27000 Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	0,00	10.200.497,68	10.200.497,68	0,00
7990991135 - 27000 Repasse FASSEC	12.263.357,43	13.105.224,20	841.866,77	0,00
TOTAL GERAL:	5.047.193.137,32	5.289.751.244,35	242.558.107,03	0,00

FONTE: S2GPR, CECAD/COTES 30/03/2022 13:54

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
3	DESPESA CORRENTE	11.660.459.390,91	36.384.411,69	11.696.843.802,60	11.048.388.839,31	648.454.963,29
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.826.395.099,78	0,00	5.826.395.099,78	5.564.628.042,53	261.767.057,25
3171	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	1.680.000,00	0,00	1.680.000,00	0,00	1.680.000,00
31717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.680.000,00	0,00	1.680.000,00	0,00	1.680.000,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	5.626.749.634,77	0,00	5.626.749.634,77	5.371.955.331,75	254.794.303,02
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	3.054.788.589,09	0,00	3.054.788.589,09	2.880.689.817,62	174.098.771,47
31900300	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	932.499.606,91	0,00	932.499.606,91	916.161.567,92	16.338.038,99
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	46.801.247,96	0,00	46.801.247,96	43.778.257,27	3.022.990,69
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	21.729.470,31	0,00	21.729.470,31	21.562.541,12	166.929,19
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.383.719.374,22	0,00	1.383.719.374,22	1.346.900.207,63	36.819.166,59
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	86.768.679,70	0,00	86.768.679,70	82.198.023,75	4.570.655,95
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	21.461.413,68	0,00	21.461.413,68	19.937.065,13	1.524.348,55
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	33.766.764,04	0,00	33.766.764,04	33.246.303,57	520.460,47
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	31.632.736,96	0,00	31.632.736,96	18.898.284,98	12.734.451,98
31909400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	699.507,00	0,00	699.507,00	517.089,52	182.417,48
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	12.882.244,90	0,00	12.882.244,90	8.066.173,24	4.816.071,66
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	197.965.465,01	0,00	197.965.465,01	192.672.710,78	5.292.754,23
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	197.965.465,01	0,00	197.965.465,01	192.672.710,78	5.292.754,23
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3290	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.834.063.791,13	36.384.411,69	5.870.448.202,82	5.483.760.796,78	386.687.406,04
3300	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.960,00	0,00	2.960,00	0,00	2.960,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.960,00	0,00	2.960,00	0,00	2.960,00
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	23.500,00	0,00	23.500,00	0,00	23.500,00
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	23.500,00	0,00	23.500,00	0,00	23.500,00
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	11.211.667,06	2.085.186,69	13.296.853,75	10.979.009,99	2.317.843,76
33404100	CONTRIBUIÇÕES	11.211.667,06	0,00	11.211.667,06	8.903.800,00	2.307.867,06
33409300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	2.085.186,69	2.085.186,69	2.075.209,99	9.976,70
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO	419.850.289,44	9.084.000,00	428.934.289,44	420.250.839,90	8.683.449,54
33413100	PREMIAÇÕES	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
33414100	CONTRIBUIÇÕES	419.850.289,44	7.084.000,00	426.934.289,44	418.250.839,90	8.683.449,54
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.208.757.697,14	0,00	1.208.757.697,14	1.168.075.653,34	40.682.043,80
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.064.220.316,26	0,00	1.064.220.316,26	1.051.728.993,65	12.491.322,61
33504100	CONTRIBUIÇÕES	112.472.435,69	0,00	112.472.435,69	84.920.324,54	27.552.111,15
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.250.500,00	0,00	5.250.500,00	4.611.889,96	638.610,04
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	26.814.445,19	0,00	26.814.445,19	26.814.445,19	0,00
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	5.259.873,99	0,00	5.259.873,99	2.669.995,63	2.589.878,36
33604100	CONTRIBUIÇÕES	210.000,00	0,00	210.000,00	210.000,00	0,00
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	5.049.873,99	0,00	5.049.873,99	2.459.995,63	2.589.878,36
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	118.890.641,35	0,00	118.890.641,35	117.425.760,45	1.464.880,90
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	118.890.641,35	0,00	118.890.641,35	117.425.760,45	1.464.880,90
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	3.635.714,25	0,00	3.635.714,25	3.625.714,25	10.000,00
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.635.714,25	0,00	3.635.714,25	3.625.714,25	10.000,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	3.801.794.423,29	17.940.905,00	3.819.735.328,29	3.511.977.508,03	307.757.820,26
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	2.995.391,12	0,00	2.995.391,12	2.648.720,46	346.670,66
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	10.881.163,58	0,00	10.881.163,58	6.303.144,75	4.578.018,83
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	103.622,00	0,00	103.622,00	99.963,64	3.658,36
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	42.731.742,88	0,00	42.731.742,88	38.618.957,78	4.112.785,10
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	45.457.544,33	0,00	45.457.544,33	36.015.932,11	9.441.612,22
33902900	DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	599.658.789,49	0,00	599.658.789,49	546.605.070,97	53.053.718,52
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	2.154.537,00	0,00	2.154.537,00	1.035.485,00	1.119.052,00
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	293.144.817,28	0,00	293.144.817,28	281.911.227,87	11.233.589,41
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15.352.864,87	0,00	15.352.864,87	9.679.947,72	5.672.917,15
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	845.155.402,84	0,00	845.155.402,84	834.117.825,76	11.037.577,08
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	2.134.449,36	10.000,00	2.144.449,36	867.295,41	1.277.153,95
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	83.769.919,25	1.010.000,00	84.779.919,25	70.516.842,63	14.263.076,62

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	395.288.310,50	0,00	395.288.310,50	379.384.265,69	15.904.044,81
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	987.083.354,23	2.010.000,00	989.093.354,23	846.770.351,25	142.323.002,98
33904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	156.671.091,46	0,00	156.671.091,46	144.965.748,51	11.705.342,95
33904100	CONTRIBUIÇÕES	54.100,00	14.500.000,00	14.554.100,00	14.500.000,00	54.100,00
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	16.163.645,74	0,00	16.163.645,74	15.465.012,13	698.633,61
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	40.701.507,60	0,00	40.701.507,60	35.563.523,58	5.137.984,02
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	155.409.367,79	0,00	155.409.367,79	151.354.939,08	4.054.428,71
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	769.311,56	0,00	769.311,56	301.869,14	467.442,42
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	47.000,00	0,00	47.000,00	39.720,00	7.280,00
33906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	500.000,00	0,00	500.000,00	198.605,00	301.395,00
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	4.178.548,86	0,00	4.178.548,86	2.939.640,42	1.238.908,44
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	53.853.914,46	0,00	53.853.914,46	46.397.143,95	7.456.770,51
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	47.534.027,09	410.905,00	47.944.932,09	45.676.275,18	2.268.656,91
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	264.637.024,61	7.274.320,00	271.911.344,61	248.756.315,19	23.155.029,42
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	28.304.851,07	7.274.320,00	35.579.171,07	18.250.885,81	17.328.285,26
33914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	36.773.110,94	0,00	36.773.110,94	33.403.491,98	3.369.618,96
33914100	CONTRIBUIÇÕES	190.961.209,48	0,00	190.961.209,48	190.405.209,33	556.000,15
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.385.316,72	0,00	2.385.316,72	2.049.607,88	335.708,84
33919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	32.000,00	0,00	32.000,00	0,00	32.000,00
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	906.666,39	0,00	906.666,39	843.581,10	63.085,29
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.273.870,01	0,00	5.273.870,01	3.803.539,09	1.470.330,92
4	DESPESA DE CAPITAL	2.278.913.917,47	95.835.900,00	2.374.749.817,47	1.866.060.128,24	508.689.689,23
44	INVESTIMENTOS	2.231.314.352,74	315.000,00	2.231.629.352,74	1.724.924.372,65	506.704.980,09
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	8.000,00	57.000,00	65.000,00	0,00	65.000,00
44225100	OBRAS E INSTALAÇÕES	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44229300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	57.000,00	57.000,00	0,00	57.000,00
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	163.337.228,62	0,00	163.337.228,62	144.229.084,68	19.108.143,94
44404200	AUXÍLIOS	163.337.228,62	0,00	163.337.228,62	144.229.084,68	19.108.143,94
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
44414100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	3.234.475,22	0,00	3.234.475,22	2.340.104,87	894.370,35
44504200	AUXÍLIOS	3.234.475,22	0,00	3.234.475,22	2.340.104,87	894.370,35
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	1.044.124,70	0,00	1.044.124,70	1.044.124,70	0,00
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.044.124,70	0,00	1.044.124,70	1.044.124,70	0,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	2.051.489.557,07	248.000,00	2.051.737.557,07	1.567.717.365,68	484.020.191,39
44902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	863.643,50	136.356,50
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	10.870.072,10	2.671,00	10.872.743,10	9.452.851,26	1.419.891,84
44903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
44903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	49.295.184,28	0,00	49.295.184,28	23.831.577,29	25.463.606,99
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.739.000,00	0,00	1.739.000,00	366.000,00	1.373.000,00
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	564.997.687,17	17.600,00	565.015.287,17	519.536.560,30	45.478.726,87
44904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	9.191.723,87	0,00	9.191.723,87	4.679.969,55	4.511.754,32
44904200	AUXÍLIOS	7.999,00	0,00	7.999,00	0,00	7.999,00
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	227.685,00	0,00	227.685,00	177.490,78	50.194,22
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.034.647.257,89	0,00	1.034.647.257,89	807.197.921,71	227.449.336,18
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	292.493.794,70	139.729,00	292.633.523,70	130.345.847,78	162.287.675,92
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	16.534.082,27	0,00	16.534.082,27	15.061.460,80	1.472.621,47
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	31.943.811,69	0,00	31.943.811,69	23.723.649,39	8.220.162,30
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	38.537.259,10	88.000,00	38.625.259,10	32.480.393,32	6.144.865,78
4491	APLICAÇÕES DIRETAS	12.200.967,13	0,00	12.200.967,13	9.593.692,72	2.607.274,41
44914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	11.550.473,70	0,00	11.550.473,70	9.194.310,00	2.356.163,70
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	650.493,43	0,00	650.493,43	399.382,72	251.110,71
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	47.114.864,73	95.520.900,00	142.635.764,73	140.728.555,27	1.907.209,46
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	47.114.864,73	95.520.900,00	142.635.764,73	140.728.555,27	1.907.209,46
45904100	CONTRIBUIÇÕES	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	9.497.000,00	38.670.000,00	48.167.000,00	47.907.431,08	259.568,92
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.205.858,92	0,00	1.205.858,92	1.145.439,01	60.419,91
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	26.412.005,81	56.850.900,00	83.262.905,81	81.675.685,18	1.587.220,63
45908400	DESPESAS DECORRENTES DA PARTIC. FUNDOS, ORGANISMOS, NACIONAIS,INTERNACIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	484.700,00	0,00	484.700,00	407.200,32	77.499,68
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	484.700,00	0,00	484.700,00	407.200,32	77.499,68



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	484.700,00	0,00	484.700,00	407.200,32	77.499,68
46909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	102.848.485,00	0,00	102.848.485,00	0,00	102.848.485,00
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	102.848.485,00	0,00	102.848.485,00	0,00	102.848.485,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	102.848.485,00	0,00	102.848.485,00	0,00	102.848.485,00
99999900	A CLASSIFICAR	102.848.485,00	0,00	102.848.485,00	0,00	102.848.485,00
Total Geral:		14.042.221.793,38	132.220.311,69	14.174.442.105,07	12.914.448.967,55	1.259.993.137,52



Título	Movimento do Exercício			
	Saldo do Exercício Anterior	Inscrição	Baixa	Saldo para o Exercício Seguinte
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	511.916.489,59	0,00	457.445.010,66	54.471.478,93
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	32.462.075,38	0,00	32.462.075,38	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	747.630.712,71	0,00	747.630.712,71
SUBTOTAL	544.378.564,97	747.630.712,71	489.907.086,04	802.102.191,64
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	33.813.886,33	0,00	33.731.875,75	82.010,58
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	79.170,57	0,00	79.170,57	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	17.078.225,84	0,00	17.078.225,84
SUBTOTAL	33.893.056,90	17.078.225,84	33.811.046,32	17.160.236,42
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
	133.521.536,85	2.375.881.446,44	2.409.541.037,62	99.861.945,67
SUBTOTAL	133.521.536,85	2.375.881.446,44	2.409.541.037,62	99.861.945,67
DÉBITOS DE TESOURARIA				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	711.793.158,72	3.140.590.384,99	2.933.259.169,98	919.124.373,73

CONSOLIDADOS



Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
1	RECEITAS CORRENTES	27.717.812.699,00	30.257.761.409,02	32.552.244.524,53	2.294.483.115,51
11	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	14.900.182.959,00	16.521.252.008,61	17.048.253.757,06	527.001.748,45
111	IMPOSTOS	14.183.764.076,00	15.802.682.823,10	16.235.342.286,21	432.659.463,11
112	TAXAS	716.418.883,00	718.569.185,51	812.911.470,85	94.342.285,34
12	CONTRIBUIÇÕES	2.397.461.449,00	2.397.461.449,00	2.629.783.889,05	232.322.440,05
121	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.397.461.449,00	2.397.461.449,00	2.629.783.889,05	232.322.440,05
13	RECEITA PATRIMONIAL	280.079.643,00	283.129.236,61	477.512.721,85	194.383.485,24
131	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	22.872.165,00	22.872.165,00	9.716.475,41	-13.155.689,59
132	VALORES MOBILIÁRIOS	247.057.794,00	250.107.387,61	457.861.109,13	207.753.721,52
133	DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA	10.149.684,00	10.149.684,00	9.296.608,07	-853.075,93
135	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	77.879,00	77.879,00
139	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	560.650,24	560.650,24
16	RECEITA DE SERVIÇOS	337.422.060,00	338.305.037,02	325.163.634,81	-13.141.402,21
161	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	213.567.143,00	214.450.120,02	188.589.419,21	-25.860.700,81
162	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	2.086.780,00	2.086.780,00	3.155.457,73	1.068.677,73
163	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	121.618.137,00	121.618.137,00	133.343.344,45	11.725.207,45
164	SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	150.000,00	150.000,00	75.413,42	-74.586,58
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.120.722.555,00	10.035.392.623,35	11.161.122.004,48	1.125.729.381,13
171	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	7.662.186.965,00	8.096.039.093,92	9.347.408.433,73	1.251.369.339,81
173	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	141.782.119,00	233.648.544,23	79.410.865,26	-154.237.678,97
174	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	27.723.260,00	42.150.726,12	30.630.431,31	-11.520.294,81
175	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.289.030.211,00	1.663.554.259,08	1.703.672.274,18	40.118.015,10
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	681.944.033,00	682.221.054,43	910.408.517,28	228.187.462,85
191	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	143.073.659,00	143.087.323,00	142.697.630,44	-389.692,56
192	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	81.773.709,00	81.773.709,00	109.624.666,71	27.850.957,71
199	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	457.096.665,00	457.360.022,43	658.086.220,13	200.726.197,70
2	RECEITAS DE CAPITAL	2.628.856.027,00	3.546.391.299,57	1.644.108.885,59	-1.902.282.413,98
21	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.594.377.177,00	2.534.377.177,00	1.406.915.418,29	-1.127.461.758,71
211	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	786.697.603,00	1.726.697.603,00	1.051.540.121,76	-675.157.481,24
212	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	807.679.574,00	807.679.574,00	355.375.296,53	-452.304.277,47
22	ALIENAÇÃO DE BENS	35.752,00	180.652,00	47.231.550,42	47.050.898,42
221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	35.752,00	180.652,00	17.767.679,64	17.587.027,64
222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	29.463.870,78	29.463.870,78
23	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	323.323,10	323.323,10
230	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	323.323,10	323.323,10



Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
24	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.034.443.098,00	1.011.833.470,57	189.328.357,61	-822.505.112,96
241	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.024.437.348,00	1.000.994.168,39	181.699.887,52	-819.294.280,87
243	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	4.010.000,00	4.660.000,00	5.248.294,95	588.294,95
244	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.983.750,00	2.167.302,18	0,00	-2.167.302,18
246	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	4.012.000,00	4.012.000,00	2.380.175,14	-1.631.824,86
29	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	310.236,17	310.236,17
299	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	310.236,17	310.236,17
Subtotal das Receitas: (III) = (I) + (II)		30.346.668.726,00	33.804.152.708,59	34.196.353.410,12	392.200.701,53

Operações de Crédito/Refinanciamento (IV):	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV):	30.346.668.726,00	33.804.152.708,59	34.196.353.410,12	392.200.701,53
---	--------------------------	--------------------------	--------------------------	-----------------------

Défict (VI):	0,00	2.834.285.588,33	0,00	-2.834.285.588,33
---------------------	-------------	-------------------------	-------------	--------------------------

Total (VII)=(V + VI):	30.346.668.726,00	36.638.438.296,92	34.196.353.410,12	-2.442.084.886,80
------------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		5.508.459.408,43	2.835.522.588,33	-2.672.936.820,10
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores				
Superávit Financeiro		5.508.459.408,43	2.835.522.588,33	
Reabertura de créditos adicionais				



Despesas Orçamentárias		Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)		25.783.965.799,00	29.248.642.739,10	27.869.710.299,98	27.264.574.012,69	27.016.318.735,77	1.378.932.439,12
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.132.376.549,00	14.459.524.607,30	13.872.237.378,58	13.871.176.299,63	13.721.017.624,89	587.287.228,72
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	594.874.783,00	570.574.783,00	516.363.125,80	516.363.125,80	516.363.125,80	54.211.657,20
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.056.714.467,00	14.218.543.348,80	13.481.109.795,60	12.877.034.587,26	12.778.937.985,08	737.433.553,20
DESPESAS DE CAPITAL (IX)		4.399.468.147,00	7.226.860.777,82	5.021.907.859,17	3.820.619.548,97	3.815.428.574,57	2.204.952.918,65
44	INVESTIMENTOS	2.936.716.766,00	5.340.223.057,77	3.499.385.767,44	2.303.101.367,86	2.297.910.393,46	1.840.837.290,33
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	165.716.069,00	314.484.187,34	312.576.977,88	307.573.067,26	307.573.067,26	1.907.209,46
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.297.035.312,00	1.572.153.532,71	1.209.945.113,85	1.209.945.113,85	1.209.945.113,85	362.208.418,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)		163.234.780,00	162.934.780,00	0,00	0,00	0,00	162.934.780,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	163.234.780,00	162.934.780,00	0,00	0,00	0,00	162.934.780,00
Subtotal das Despesas (XI) = (VII+IX+X):		30.346.668.726,00	36.638.438.296,92	32.891.618.159,15	31.085.193.561,66	30.831.747.310,34	3.746.820.137,77
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XII)=(XI+XII):		30.346.668.726,00	36.638.438.296,92	32.891.618.159,15	31.085.193.561,66	30.831.747.310,34	3.746.820.137,77
Superávit (XIII):		0,00	0,00	1.304.735.250,97			-1.304.735.250,97
Total (XIV)=(XII+XIII):		30.346.668.726,00	36.638.438.296,92	34.196.353.410,12	31.085.193.561,66	30.831.747.310,34	2.442.084.886,80
Reserva do RPPs		103.148.485,00	102.848.485,00				



Restos a Pagar Não-Processados - Anexo 1	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	43.599.675,50	502.113.274,46	428.232.649,03	428.199.115,48	51.601.008,37	65.912.826,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	57.372,66	3.230.215,20	2.228.296,98	2.228.296,98	678.376,29	380.914,59
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.542.302,84	498.883.059,26	426.004.352,05	425.970.818,50	50.922.632,08	65.531.911,52
DESPESAS DE CAPITAL	29.552.482,47	675.717.271,16	546.248.480,07	546.188.904,57	54.641.595,08	104.439.253,98
INVESTIMENTOS	29.445.889,19	674.701.080,02	545.306.205,57	545.246.630,07	54.535.001,80	104.365.337,34
INVERSÕES FINANCEIRAS	106.593,28	1.016.191,14	942.274,50	942.274,50	106.593,28	73.916,64
Total:	73.152.157,97	1.177.830.545,62	974.481.129,10	974.388.020,05	106.242.603,45	170.352.080,09

Restos a Pagar Processados - Anexo 2	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	4.404.284,61	201.781.708,09	0,00	201.637.393,55	4.364.779,63	183.819,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	81.655,44	108.622.784,71	0,00	108.596.132,80	47.877,36	60.429,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.322.629,17	93.158.923,38	0,00	93.041.260,75	4.316.902,27	123.389,53
DESPESAS DE CAPITAL	1.639.113,22	11.746.639,66	0,00	10.616.495,79	1.114.869,61	1.654.387,48
INVESTIMENTOS	1.639.113,22	11.746.639,66	0,00	10.616.495,79	1.114.869,61	1.654.387,48
Total:	6.043.397,83	213.528.347,75	0,00	212.253.889,34	5.479.649,24	1.838.207,00



Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	34.196.353.410,12	30.004.950.700,83	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	32.891.618.159,15	28.534.870.390,99
ORDINÁRIA	25.303.254.148,09	21.886.001.276,67	ORDINÁRIA	24.025.834.732,33	20.472.853.730,95
VINCULADA	8.893.099.262,03	8.118.949.424,16	VINCULADA	8.865.783.426,82	8.062.016.660,04
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.686.285.531,84	2.413.249.983,22	PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.718.169.303,17	2.196.855.579,14
FECOP	577.327.681,03	596.307.029,81	FECOP	588.244.071,60	467.594.711,19
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	274.818.563,72	172.276.020,71	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	216.414.431,81	193.600.604,71
ALIENAÇÃO DE BENS	27.294.550,42	1.128.985,82	ALIENAÇÃO DE BENS	351.990,99	0,00
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	6.882.520,75	10.708.215,28	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	27.283.606,19	15.731.844,78
FUNDEB	2.413.242.059,19	1.598.252.530,04	FUNDEB	2.249.880.593,21	1.591.188.530,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.407.225.654,46	1.467.301.497,92	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.588.689.040,30	1.643.179.307,09
CONVÊNIOS	267.212.291,28	252.322.322,01	CONVÊNIOS	251.432.715,29	466.985.410,65
SUS	1.125.294.055,54	1.171.240.710,21	SUS	1.171.681.095,98	1.092.218.192,61
OUTROS RECURSOS	107.516.353,80	436.162.129,14	OUTROS RECURSOS	53.636.578,28	394.662.479,36
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	25.090.312.716,45	22.383.786.175,96	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	25.090.312.716,45	22.383.786.175,96
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	23.993.024.486,11	21.312.210.621,79	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	23.993.024.486,11	21.312.210.621,79
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	913.962.825,46	882.542.214,99	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	913.962.825,46	882.542.214,99
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	16.414.178,01	10.619.415,96	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	16.414.178,01	10.619.415,96
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	166.911.226,87	178.413.923,22	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	166.911.226,87	178.413.923,22
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	36.859.574.269,79	16.756.543.031,93	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	36.078.893.988,54	16.146.346.030,59
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	253.446.251,32	213.528.347,75	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	212.253.889,34	279.606.616,01
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.806.424.597,49	1.177.830.545,62	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	974.388.020,05	704.284.967,66
VALORES RESTITUÍVEIS	14.739.882.366,07	14.867.696.890,10	VALORES RESTITUÍVEIS	14.816.444.374,09	14.789.573.172,90
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	4.445.454.569,54	4.090.548.942,27	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	4.394.603.665,74	3.874.491.246,17
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	216.804.992,86	170.697.690,65
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	10.294.427.796,53	10.777.147.947,83	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	10.205.035.715,49	10.744.384.236,08
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	19.719.798.946,24	35.765.595,12	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	19.730.067.020,42	32.859.165,35
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	340.022.108,67	461.721.653,34	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	345.740.684,64	340.022.108,67
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	8.165.792.227,85	6.085.514.916,67	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	10.251.207.760,07	8.165.792.227,85
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.129.159.796,50	6.032.316.753,56	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.172.191.041,11	8.129.159.796,50
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	36.632.431,35	53.198.163,11	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	79.016.718,96	36.632.431,35
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	104.312.032.624,21	75.230.794.825,39	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	104.312.032.624,21	75.230.794.825,39

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.172.191.041,11	8.129.159.796,50	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	161.216.180,67	109.847.128,63
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	10.172.191.041,11	8.129.159.796,50	PESSOAL A PAGAR	115.671.180,75	969.075,41
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	13.515.679.825,78	14.041.085.929,95	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	98,40
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	13.306.926.560,43	13.899.857.535,34	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	31.604,42	1.200,00
CLIENTES	0,00	280.639,72	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	45.513.395,50	108.876.754,82
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	52.332.587,22	38.487.912,65	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	1.498.860.597,56	1.336.526.428,34
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	194.332.210,48	99.119.807,80	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	10.300.180,92	10.362.194,95
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	7.781.577,36	6.310.034,44	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	10.300.180,92	10.362.194,95
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-45.693.109,71	-2.970.000,00	FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	1.488.560.416,64	1.326.164.233,39
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	347.704.430,96	328.210.228,65	FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	770.364.011,96	637.580.717,82
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	169.198.399,42	124.341.740,70	FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO	718.196.404,68	688.583.515,57
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	81.511,85	268.847,09	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	194.709.842,21	146.106.698,75
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	483.207,91	483.207,91	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	194.709.842,21	146.106.698,75
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.323.454.489,12	1.178.730.027,68	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	106.247,40	3.945.375,46
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-1.145.513.177,34	-975.613.594,73	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	94.152,41	3.932.699,90
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	16.674.165,68	83.845.388,07	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	257,72	670,90
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	16.674.165,68	83.845.388,07	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	11.837,27	12.004,66
ESTOQUES	583.409.881,18	778.756.048,22	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	90.838.011,15	76.878.454,20
MERCADORIAS PARA REVENDA	3.390.041,31	3.961.429,33	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (I)	90.838.011,15	76.878.454,20
PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS	939.085,61	939.085,61	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ALMOXARIFADO	579.080.754,26	773.855.533,28	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.531.213.391,74	1.539.286.080,36
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	31.844.846,70	46.764.541,80	VALORES RESTITUÍVEIS	1.419.338.870,39	1.514.648.934,64
DEMAIS VPD A APROPRIAR	31.844.846,70	46.764.541,80	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	111.874.521,35	24.637.145,72
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	24.667.504.191,41	23.407.821.933,19	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	3.476.944.270,73	3.212.590.165,74

Ativo Não Circulante		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.573.678.067,92	10.811.797.703,67
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	10.858.839.048,01	10.349.482.664,72
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	385.772.500,95	206.138.318,35
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	329.066.518,96	256.176.720,60
INVESTIMENTOS	4.804.428.855,83	4.621.595.909,01
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	4.804.428.855,83	4.621.595.909,01
IMOBILIZADO	26.167.616.344,24	24.618.485.164,91
BENS MÓVEIS	4.748.724.474,38	4.511.322.624,79
BENS IMÓVEIS	21.892.605.075,54	20.297.262.392,98
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO	-473.713.205,68	-190.099.852,86

Passivo Não Circulante		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	20.823.881,82	32.728.906,64
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	20.823.881,82	32.728.906,64
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	16.607.080.790,34	15.632.336.328,02
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	7.060.179.582,74	6.516.087.520,41
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	9.546.901.207,60	9.116.248.807,61
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	475.060.284,45	393.152.805,44
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO	475.060.284,45	393.152.805,44
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	1.480.029.592,38	1.314.463.182,40

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Não Circulante		
ACUMULADAS		
INTANGÍVEL	253.304.538,36	219.147.579,04
SOFTWARES	264.071.661,02	221.296.789,17
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	364.794,02	364.794,02
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-11.131.916,68	-2.514.004,15
DIFERIDO	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	42.799.027.806,35	40.271.026.356,63

Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Não Circulante		
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	1.322.411.293,87	1.314.463.182,40
PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO	157.618.298,51	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	647.134.187,22	643.794.775,46
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	647.134.187,22	643.794.775,46
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	19.230.128.736,21	18.016.475.997,96

Patrimônio Líquido

RESULTADOS ACUMULADOS	44.759.458.990,82	42.449.782.126,12
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	45.358.726.392,73	43.045.209.718,40
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	1.652.687.831,00	-2.404.042.224,43
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	43.045.209.718,40	40.959.469.516,53
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	660.828.843,33	4.489.782.426,30
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	-599.267.401,91	-595.427.592,28
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	-854.824,66	-4.087.350,01
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	-595.427.592,28	-603.429.313,21
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-2.984.984,97	12.089.070,94
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	44.759.458.990,82	42.449.782.126,12

Total do Ativo:	67.466.531.997,76	63.678.848.289,82
(1) Ativo Financeiro:	10.594.786.896,65	8.505.814.336,52
(2) Ativo Permanente:	56.871.745.101,11	55.173.033.953,30
Saldo Patrimonial:	42.782.775.422,29	41.198.962.585,02

Compensações

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	529.622.433,22	561.852.003,50
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	5.761.551.919,04	6.140.257.689,24
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	19.990.100,85	19.990.100,85

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido:	67.466.531.997,76	63.678.848.289,82
(3) Passivo Financeiro:	3.757.036.927,18	2.997.354.928,09
(4) Passivo Permanente:	20.926.719.648,29	19.482.530.776,71

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	137.184,26	64.903.236,13
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	374.214.688,03	371.706.443,54
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	374.351.872,29	436.609.679,67

TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	6.311.164.453,11	6.722.099.793,59
----------------------------------	------------------	------------------



FONTE DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
10000	TESOURO, RECURSOS ORDINÁRIOS	1.288.484.332,35	1.398.528.586,87
10002	RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS	235.991.997,37	557.067.942,76
10003	RECURSOS ORDINÁRIOS - CIPP	8.735,32	-3.891,35
10005	RECURSOS ORDINÁRIOS PARA O SISTEMA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	2.584.729,31	1.441.211,92
10006	DIVIDENDOS - CAGECE	62.476.118,33	35.401.338,86
10007	RECURSOS ORDINÁRIOS - CESSÃO ONEROSA - BÔNUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL	494.801,30	494.801,30
10008	RECURSOS ORDINÁRIOS - AUXÍLIO FINANCEIRO PARA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	923.329,71	961.094,66
10100	TESOURO, COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	1.350.075.300,25	-146.631.458,92
11000	TESOURO, RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	219.647.465,71	218.543.876,83
11200	TESOURO, ALIENAÇÃO DE BENS	67.781.471,17	70.026.962,51
14400	TESOURO, INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	13.504.826,04	3.716.306,46
20300	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	822.601.039,64	597.681.953,04
20400	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	350.306.027,34	606.945.759,52
20500	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	69.284.545,85	69.381.468,35
20600	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	29.248.077,41	29.314.280,66
20700	OUT. FONTES, COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	90.446.348,16	41.713.292,91
21100	OUT. FONTES, COTA-PARTE DA CIDE	-13.149,12	1.332.789,84
21500	OUT. FONTES, DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ	76.385,21	73.903,96
21600	OUT. FONTES, COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	10.239.334,34	29.499.361,36
22900	OUT. FONTES, RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	20.467.430,95	20.170.181,41
24636	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC VLT - CEF	-787.566,34	-24.695,81
24645	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	1.789.329,56	-17.311,65
24647	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	3.911.888,49	0,00
24649	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - LINHA LESTE/BNDES	5.878.339,40	-12.264,33
24654	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	356.076.701,19	514.489.825,72
24656	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	936.312,32	50.777,06
24840	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	282.113,19	282.113,19
24848	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	818,53	7.365.474,84
24849	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - IPF/BIRD	6.093.275,77	-1.595.313,43
24857	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	1.628.817,84	4.505.101,83
24858	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	24.366.803,94	20.261.027,05
24859	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	28.339.993,11	67.127.677,99
24864	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	577.385,74	3.200.092,83



FONTE DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
24865	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	13.422.037,21	-310.461,75
24867	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	0,00	-0,72
24869	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	3.052.413,13	3.053.378,09
25000	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	186.090.869,47	2.369.377,44
25100	OUT. FONTES, COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	77.127.677,20	73.825.323,73
27000	OUT. FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	766.811.773,23	590.453.189,26
27001	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS - MECENATO	499.561,68	486.157,55
27002	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS - MULTAS DE TRÂNSITO	10.022.508,44	8.068.591,10
27301	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	1.629.587,64	10.638.314,44
27302	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - TRANSPORTE ESCOLAR	1.373.120,69	2.508.234,11
27303	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - OUTRAS	67.113.883,21	38.821.540,59
27600	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	41.372.839,58	16.472.658,63
27900	OUT. FONTES, TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	6.840.418,91	9.234.764,35
28080	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.385.580,72	-1.032.338,89
28081	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.335,55	6.806,50
28282	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	373.569.206,29	383.903.951,79
28283	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	27.624.477,35	24.776.718,22
28686	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	6.644.124,27	4.670.917,15
28687	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.600.094,87	1.983.620,95
28888	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	56.945,55	55.510,60
28889	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	16.554.527,38	8.440.780,34
29100	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	85.431.248,29	126.714.762,47
29200	OUT. FONTES, REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS	4.499.521,61	1.399.073,45
29201	REPASSE FUNDO A FUNDO - FUNPEN	23.220.514,21	24.229.934,51
29203	REPASSE FUNDO A FUNDO - FNSP	57.094.601,20	21.008.415,84
29204	REPASSE FUNDO A FUNDO - AUXILIO AO SETOR CULTURAL - ALDIR BLANC	987.742,41	5.387.920,44
Total:		6.837.749.969,47	5.508.459.408,43



Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Aumentativas	78.486.826.322,97	62.249.730.077,25
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	21.511.980.870,92	18.027.964.997,60
4.1.1 IMPOSTOS	20.487.133.951,17	17.213.565.866,39
4.1.2 TAXAS	1.024.846.919,75	814.399.131,21
CONTRIBUIÇÕES	2.628.858.612,09	2.292.628.182,85
4.2.1 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.628.858.612,09	2.292.628.182,85
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	386.700.952,18	320.695.532,11
4.3.1 VENDA DE MERCADORIAS	1.390.591,05	689.821,79
4.3.2 VENDA DE PRODUTOS	0,00	805,00
4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	385.310.361,13	320.004.905,32
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.018.205.661,53	4.693.815.624,96
4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	166.375.024,46	65.774.951,13
4.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	1.425.969.904,24	3.985.189.935,01
4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	425.768.490,81	189.130.422,84
4.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	92.242,02	453.720.315,98
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	38.467.586.090,48	34.301.650.052,22
4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	25.315.518.283,22	22.383.786.175,96
4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.118.319.777,05	11.864.561.136,45
4.5.3 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	30.630.431,31	14.874.454,73
4.5.6 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	2.380.175,14	0,00
4.5.8 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	737.423,76	38.428.285,08
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	920.546.971,95	511.191.036,60
4.6.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	920.546.971,95	511.191.036,60
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	12.552.947.163,82	2.101.784.650,91
4.9.2 RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	314.674.880,06	203.412.965,19
4.9.7 REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	823.624.186,32	730.248.954,09
4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.414.648.097,44	1.168.122.731,63

Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas	76.834.993.316,63	64.657.859.651,69
PESSOAL E ENCARGOS	10.043.003.279,73	9.517.773.095,15
3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	8.132.368.936,83	7.693.649.130,72
3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS	1.651.158.150,08	1.555.032.350,95
3.1.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	217.275.393,23	219.009.450,29
3.1.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	42.200.799,59	50.082.163,19
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.826.665.660,45	3.729.536.869,95
3.2.1 APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.880.689.817,62	2.869.883.806,89
3.2.2 PENSÕES	931.331.489,41	855.737.992,57
3.2.9 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	14.644.353,42	3.915.070,49
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	6.409.653.110,16	5.039.344.713,84
3.3.1 USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.315.145.190,90	912.816.970,32
3.3.2 SERVIÇOS	4.989.371.488,13	4.012.975.228,72
3.3.3 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	105.136.431,13	113.552.514,80
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2.909.025.565,93	6.827.831.267,75
3.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	506.666.440,81	434.543.048,39
3.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	116.314,36	1.277.826,93
3.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	2.347.447.482,33	6.357.570.727,75
3.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	54.795.328,43	34.439.664,68
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	37.139.368.668,25	31.685.959.750,93
3.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	25.315.518.283,22	22.383.786.175,96
3.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.668.419.875,81	7.572.542.337,46
3.5.3 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.666.195.793,39	1.358.210.385,43



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		76.834.993.316,63	64.657.859.651,69
3.5.5	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	118.469.885,15	109.313.060,76
3.5.9	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	370.764.830,68	262.107.791,32
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		3.541.077.355,27	5.882.149.540,52
3.6.1	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	2.786.559.340,22	5.433.030.614,35
3.6.5	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	754.518.015,05	449.118.926,17
TRIBUTÁRIAS		243.125.502,83	205.720.825,61
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.598.051,22	4.539.426,59
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	237.527.451,61	201.181.399,02
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		1.925.388,03	697.125,10
3.8.1	CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	1.925.388,03	697.125,10
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		12.721.148.785,98	1.768.846.462,84
3.9.1	PREMIAÇÕES	67.837.671,77	4.110.192,07
3.9.2	RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	213.718.067,83	180.211.920,77
3.9.4	INCENTIVOS	79.488.379,80	73.516.342,17
3.9.7	VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	989.190.596,30	933.563.549,41
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.370.914.070,28	577.444.458,42
RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:		1.651.833.006,34	-2.408.129.574,44

	Governo do Estado do Ceará	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Página 1 / 1
	Secretaria da Fazenda		
	Coordenadoria do Tesouro Estadual		Exercício 2021
	Estado do Ceará		
		Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
INGRESSOS		70.835.614.704,96	64.323.569.083,72
RECEITA TRIBUTÁRIA		17.048.253.757,06	14.232.680.690,19
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		2.629.783.889,05	2.294.006.194,60
RECEITA PATRIMONIAL		106.539.690,81	96.817.900,12
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	805,00
RECEITA DE SERVIÇOS		325.163.634,81	257.860.744,56
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES		370.973.031,04	202.924.013,95
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		910.408.517,28	933.656.527,51
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		36.440.763.078,54	32.902.157.543,57
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		13.003.729.106,37	13.403.464.664,22
DESEMBOLSOS		66.117.637.221,65	60.519.670.415,45
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS		20.463.070.184,26	18.907.048.870,78
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		516.363.125,80	434.543.048,39
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		32.014.172.534,31	27.992.705.638,50
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		13.124.031.377,28	13.185.372.857,78
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</u>		4.717.977.483,31	3.803.898.668,27
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
INGRESSOS		47.865.109,69	3.867.070,00
ALIENAÇÃO DE BENS		47.231.550,42	1.128.985,82
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		323.323,10	201.973,55
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		310.236,17	2.536.110,63
DESEMBOLSOS		2.905.150.977,96	2.141.356.760,44
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.973.173.430,64	1.535.682.535,24
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		82.114.674,74	6.830.584,37
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO		849.862.872,58	598.843.640,83
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</u>		-2.857.285.868,27	-2.137.489.690,44
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
INGRESSOS		1.406.915.418,29	1.464.765.387,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.406.915.418,29	1.464.765.387,29
DESEMBOLSOS		1.209.945.113,85	1.035.534.939,14
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		1.188.667.059,59	1.013.778.979,55
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		21.278.054,26	21.755.959,59
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</u>		196.970.304,44	429.230.448,15
<u>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</u>			
<u>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</u>		2.057.661.919,48	2.095.639.425,98
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		8.129.159.796,50	6.032.316.753,56
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		10.172.191.041,11	8.129.159.796,50
<u>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO</u>		2.043.031.244,61	2.096.843.042,94
<u>CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)</u>		14.630.674,87	-1.203.616,96
SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR (IV)		71.579.404,47	27.889.633,83
SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS (V)		49.865.969,37	28.570.960,80
ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR (VI)		19.682.712.511,62	12.459.783,65
ENTRADAS DE CAIXA REGULARIZADAS (VII)		19.675.629.751,39	11.937.493,66
<u>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO</u>		2.057.661.919,48	2.095.639.425,98

	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO		
LEGISLATIVA	777.597.366,83	697.352.942,14
JUDICIÁRIA	1.388.210.149,90	1.332.264.252,32
ESSENCIAL À JUSTIÇA	583.597.716,30	543.010.906,72
ADMINISTRAÇÃO	1.418.601.298,40	1.398.950.240,24
SEGURANÇA PÚBLICA	3.652.773.839,70	3.388.629.101,30
ASSISTÊNCIA SOCIAL	320.461.584,98	197.292.736,22
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.839.043.531,76	3.727.492.636,39
SAÚDE	3.337.145.593,22	3.000.373.349,58
TRABALHO	20.076.690,24	5.730.984,40
EDUCAÇÃO	3.391.872.259,08	3.100.935.386,25
CULTURA	83.032.798,89	46.666.354,33
DIREITOS DA CIDADANIA	267.165.979,68	288.581.649,39
URBANISMO	7.452.531,66	4.500.260,24
HABITAÇÃO	12.602.310,78	9.835.770,98
SANEAMENTO	2.229.260,59	987.774,04
GESTÃO AMBIENTAL	139.539.177,64	110.148.071,59
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	56.895.386,02	49.038.452,18
AGRICULTURA	256.264.157,95	228.670.413,34
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2.261.839,81	1.837.038,10
INDÚSTRIA	267.219,48	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	69.265.162,66	45.124.935,43
COMUNICAÇÕES	112.361.431,12	79.647.727,56
ENERGIA	2.603.656,43	2.851.092,72
TRANSPORTE	263.628.372,48	250.137.836,50
DESPORTO E LAZER	16.406.789,03	12.806.594,94
ENCARGOS ESPECIAIS	441.714.079,63	384.182.363,88
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	20.463.070.184,26	18.907.048.870,78



	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA	382.696.153,68	184.241.096,97
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA EXTERNA	123.970.287,13	239.960.051,49
OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA	9.696.684,99	10.341.899,93
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	516.363.125,80	434.543.048,39

	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	4.445.454.569,54	4.090.548.942,27
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	8.520.252.849,91	9.331.193.947,81
VALORES A REPASSAR	38.021.686,92	-18.278.225,86
TOTAL DOS OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	13.003.729.106,37	13.403.464.664,22
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	4.394.603.665,74	3.874.491.246,17
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	216.804.992,86	170.697.690,65
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	8.468.882.455,79	9.280.152.010,20
VALORES A RECEBER	43.740.262,89	-139.968.089,24
TOTAL DOS OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	13.124.031.377,28	13.185.372.857,78

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	9.613.767.481,46	9.342.304.702,69
DA UNIÃO	9.529.108.321,25	9.209.585.493,45
DE MUNICÍPIOS	84.659.160,21	132.719.209,24
INTRAGOVERNAMENTAIS	25.090.312.716,45	22.383.786.175,96
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	1.736.682.880,63	1.176.066.664,92
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	36.440.763.078,54	32.902.157.543,57
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	5.325.799.618,59	4.300.227.601,61
A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	421.162,80	289.918,28
A MUNICÍPIOS	5.206.908.570,64	4.190.624.622,57
A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	118.469.885,15	109.313.060,76
INTRAGOVERNAMENTAIS	25.090.312.716,45	22.383.786.175,96
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.598.060.199,27	1.308.691.860,93
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	32.014.172.534,31	27.992.705.638,50



Ingressos		Dispendios	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	19.861.086.169,36	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.872.237.378,58
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.634.141.982,57	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	516.363.125,80
RECEITA PATRIMONIAL	532.950.597,98	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.481.109.795,60
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	332.225.010,10		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.974.133.886,78		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	956.250.342,37		
(-) DEDUÇÕES			
FUNDEB	4.386.679.038,72	SUPERÁVIT	4.682.534.224,55
RESTITUIÇÕES	95.820.099,47	TOTAL	32.552.244.524,53
DRE	256.044.326,44		
TOTAL	32.552.244.524,53		
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.406.915.418,29	INVESTIMENTOS	3.499.385.767,44
ALIENAÇÃO DE BENS	47.232.671,42	INVERSÕES FINANCEIRAS	312.576.977,88
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	323.323,10	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.209.945.113,85
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	189.328.357,61		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	310.236,17		
(-) DEDUÇÕES			
FUNDEB	0,00		
RESTITUIÇÕES	1.121,00		
DRE	0,00		
DÉFICIT	3.377.798.973,58		
TOTAL	5.021.907.859,17	TOTAL	5.021.907.859,17

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	32.552.244.524,53	DESPESAS CORRENTES	27.869.710.299,98
RECEITAS DE CAPITAL	1.644.108.885,59	DESPESAS DE CAPITAL	5.021.907.859,17
		SUPERÁVIT	1.304.735.250,97
TOTAL	34.196.353.410,12	TOTAL	34.196.353.410,12

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				27.869.710.299,98
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			13.872.237.378,58	
3171	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00		
31717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00			
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		12.458.913.531,40		
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	2.880.689.817,62			
31900300	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	920.637.291,69			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	482.196.730,57			
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	21.623.516,58			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.968.904.639,84			
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.673.422.230,00			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	149.140.209,34			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	30.250.412,71			
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	0,00			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	201.456.262,88			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	93.349.932,06			
31909400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.666.732,47			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	33.575.755,64			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		1.413.323.847,18		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.408.522.035,15			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.076.935,26			
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	3.724.876,77			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			516.363.125,80	
3290	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		516.363.125,80		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	479.115.883,96			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	27.550.556,85			
32902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	9.696.684,99			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			13.481.109.795,60	
3300	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00			
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33223600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33223900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		421.162,80		
33304100	CONTRIBUIÇÕES	421.162,80			
33309300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		4.547.480.185,87		
33404100	CONTRIBUIÇÕES	74.244.891,38			
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	4.471.158.084,48			
33409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.000,02			
33409300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.075.209,99			
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		420.250.839,90		
33413100	PREMIAÇÕES	2.000.000,00			
33414100	CONTRIBUIÇÕES	418.250.839,90			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		1.538.405.948,94		
33501400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			
33503500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00			
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.301.039.193,76			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	200.703.379,43			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	4.705.489,96			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27.738.819,94			
33509300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.219.065,85			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		7.677.668,13		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	2.018.800,00			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	5.658.868,13			
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		44.541.086,56		
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	44.541.086,56			
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		117.425.760,45		
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	117.425.760,45			
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		3.625.714,25		
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.625.714,25			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		6.510.149.958,09		
33900300	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	0,00			
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	14.653.124,52			
33900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	14.472.118,51			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	5.888.539,06			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	44.615.468,43			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	36.575.692,11			
33902900	DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0,00			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	815.523.034,93			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	50.857.893,46			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	369.903.429,62			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	22.550.926,92			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	961.259.996,95			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	13.923.245,14			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	221.442.397,79			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.068.862.771,04			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.747.745.662,83			
33904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	239.595.482,63			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	14.500.000,00			
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	216.849.982,89			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	242.097.085,33			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	176.395.232,76			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	450.677,34			
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	10.694.197,72			
33906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	198.605,00			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	9.602.550,43			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	87.536.467,90			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	123.955.374,78			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		291.131.470,61		
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	121.272,39			
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	19.414.587,05			
33914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	63.872.352,78			
33914100	CONTRIBUIÇÕES	190.405.209,33			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.204.091,35			
33919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	843.870,24			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.270.087,47			
4	DESPESA DE CAPITAL				5.021.907.859,17
44	INVESTIMENTOS			3.499.385.767,44	

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
44204200	AUXÍLIOS	0,00			
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
44225100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
44229300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		236.482.359,26		
44404100	CONTRIBUIÇÕES	2.122.819,69			
44404200	AUXÍLIOS	232.991.590,48			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.367.949,09			
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		0,00		
44414100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		21.583.541,84		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.214.171,73			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44504200	AUXÍLIOS	12.369.370,11			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		9.122.873,13		
44678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	9.122.873,13			
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		1.044.124,70		
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.044.124,70			
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		3.209.441.280,98		
44900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00			
44901400	DIÁRIAS - CIVIL	4.481,15			
44901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00			
44902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	863.643,50			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	12.492.044,01			
44903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00			
44903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	75.988.598,28			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	573.910,16			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	3.014.508,27			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	580.106.690,26			
44904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	38.364.806,76			
44904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	473.704,39			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.445.135.412,84			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	826.240.061,85			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	31.956.576,16			
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	10.108.540,50			
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	63.514,94			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	46.998.022,92			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	137.056.764,99			
44909500	INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	0,00			
4491	APLICAÇÕES DIRETAS		21.711.587,53		
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
44914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	19.934.847,98			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	750.773,98			
44919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00			
44919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.025.965,57			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			312.576.977,88	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		312.576.977,88		
45900700	CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	9.000.000,00			
45904100	CONTRIBUIÇÕES	10.000.000,00			
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	47.907.431,08			
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.145.439,01			
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	162.848.422,61			
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	81.675.685,18			
45908400	DESPESAS DECORRENTES DA PARTIC. FUNDOS, ORGANISMOS, NACIONAIS,INTERNACIONAIS	0,00			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			1.209.945.113,85	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		1.209.945.113,85		
46902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	21.278.054,26			
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.188.667.059,59			
46909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			0,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
99999900	A CLASSIFICAR	0,00			
Total Geral:					32.891.618.159,15



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1000000000 Receitas Correntes	28.759.086.327,59	30.834.937.386,46	2.075.851.058,87	0,00
1100000000 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.511.018.301,61	17.048.213.107,05	537.194.805,44	0,00
1110000000 Impostos	15.802.682.823,10	16.235.342.286,21	432.659.463,11	0,00
1113000000 Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.357.387.274,00	1.316.266.904,70	0,00	41.120.369,30
1113030000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.357.387.274,00	1.316.266.904,70	0,00	41.120.369,30
1113031000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.324.261.236,00	1.270.012.964,84	0,00	54.248.271,16
1113031100 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.324.261.236,00	1.270.012.964,84	0,00	54.248.271,16
1113031101 - 10000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.324.261.236,00	1.270.012.964,84	0,00	54.248.271,16
1113034000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	33.126.038,00	46.253.939,86	13.127.901,86	0,00
1113034100 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	33.126.038,00	46.253.939,86	13.127.901,86	0,00
1113034101 - 10000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	33.126.038,00	46.253.939,86	13.127.901,86	0,00
1118000000 Impostos Específicos de Estados, DF e Municípios	14.445.295.549,10	14.919.075.381,51	473.779.832,41	0,00
1118010000 Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	1.092.414.301,00	1.138.672.829,63	46.258.528,63	0,00
1118012000 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	1.040.919.128,00	1.060.572.673,42	19.653.545,42	0,00
1118012100 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	971.329.505,00	989.028.081,55	17.698.576,55	0,00
1118012101 - 10000 IPVA - Principal	1.075.507.450,00	1.098.476.642,40	22.969.192,40	0,00
1118012199 - 10000 IPVA - Principal - FUNDEB	-104.177.945,00	-109.448.560,85	5.270.615,85	0,00
1118012200 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Multas e Juros	28.894.974,00	32.580.953,56	3.685.979,56	0,00
1118012201 - 10000 IPVA - Multas e Juros de Mora	32.105.527,00	36.201.059,51	4.095.532,51	0,00
1118012298 - 10000 IPVA - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-3.210.553,00	-3.620.105,95	409.552,95	0,00
1118012300 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa	36.811.090,00	28.876.176,91	0,00	7.934.913,09
1118012301 - 10000 IPVA - Dívida Ativa	40.901.211,00	32.084.641,01	0,00	8.816.569,99
1118012399 - 10000 IPVA - Dívida Ativa - FUNDEB	-4.090.121,00	-3.208.464,10	0,00	881.656,90
1118012400 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.883.559,00	10.087.461,40	6.203.902,40	0,00
1118012401 - 10000 IPVA - Dívida Ativa - Multa e Juros de Mora	4.315.066,00	11.208.290,45	6.893.224,45	0,00
1118012498 - 10000 IPVA - Dívida Ativa - Multa e Juros de Mora - FUNDEB	-431.507,00	-1.120.829,05	689.322,05	0,00
1118013000 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos	51.495.173,00	78.100.156,21	26.604.983,21	0,00
1118013100 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - Principal	45.140.442,00	67.510.364,33	22.369.922,33	0,00
1118013101 - 10000 ITCD - Principal	56.425.552,00	82.446.705,43	26.021.153,43	0,00
1118013199 - 10000 ITCD - Principal - FUNDEB	-11.285.110,00	-14.936.341,10	3.651.231,10	0,00
1118013200 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - Multas e Juros	3.347.872,00	3.487.461,00	139.589,00	0,00
1118013201 - 10000 ITCD - Multas e Juros de Mora	4.184.840,00	4.359.326,25	174.486,25	0,00
1118013298 - 10000 ITCD - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-836.968,00	-871.865,25	34.897,25	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1118013300 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa	2.213.374,00	5.311.631,52	3.098.257,52	0,00
1118013301 - 10000 ITCD - Dívida Ativa	2.766.718,00	6.639.539,40	3.872.821,40	0,00
1118013399 - 10000 ITCD - Dívida Ativa - FUNDEB	-553.344,00	-1.327.907,88	774.563,88	0,00
1118013400 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa - Multas e Juros	793.485,00	1.790.699,36	997.214,36	0,00
1118013401 - 10000 ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora	991.856,00	2.238.374,20	1.246.518,20	0,00
1118013498 - 10000 ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-198.371,00	-447.674,84	249.303,84	0,00
1118020000 Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	13.352.881.248,10	13.780.402.551,88	427.521.303,78	0,00
1118021000 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	12.732.407.563,10	13.216.241.854,81	483.834.291,71	0,00
1118021100 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Principal	12.540.008.974,10	13.056.421.914,12	516.412.940,02	0,00
1118021199 - 10000 ICMS - Principal - FUNDEB	-1.933.203.216,00	-2.295.481.001,29	362.277.785,29	0,00
1118021113 - 10000 ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	0,00	30.921.804,30	30.921.804,30	0,00
1118021101 - 10000 ICMS Combustível	4.494.811.351,10	3.313.915.966,15	0,00	1.180.895.384,95
1118021104 - 10000 ICMS Comunicação	709.630.052,00	584.808.359,75	0,00	124.821.692,25
1118021102 - 10000 ICMS Comércio Atacadista	2.838.569.613,00	3.455.590.199,61	617.020.586,61	0,00
1118021103 - 10000 ICMS Comércio Varejista	1.646.623.559,00	2.178.640.351,14	532.016.792,14	0,00
1118021105 - 10000 ICMS Construção Civil	0,00	53.525.320,50	53.525.320,50	0,00
1118021106 - 10000 ICMS Energia Elétrica	1.941.889.893,00	2.043.612.490,01	101.722.597,01	0,00
1118021107 - 10000 ICMS Indústria	2.504.774.671,00	3.217.083.264,19	712.308.593,19	0,00
1118021108 - 10000 ICMS Outros Serviços	0,00	74.763.015,28	74.763.015,28	0,00
1118021109 - 10000 ICMS Pessoa Física	0,00	11.807.330,32	11.807.330,32	0,00
1118021110 - 10000 ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	101.072.230,00	111.281.482,10	10.209.252,10	0,00
1118021111 - 10000 ICMS Produtor Agropecuário	0,00	16.263.238,97	16.263.238,97	0,00
1118021112 - 10000 ICMS Transporte	235.840.821,00	259.690.093,09	23.849.272,09	0,00
1118021200 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Multas e Juros	76.094.877,00	72.532.042,03	0,00	3.562.834,97
1118021298 - 10000 ICMS - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-8.329.418,00	-8.052.551,34	0,00	276.866,66
1118021299 - 10000 ICMS - Multas e Juros de Penalidade - FUNDEB	-5.099.090,00	-6.627.997,01	1.528.907,01	0,00
1118021213 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	0,00	63.005,73	63.005,73	0,00
1118021201 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Combustível	0,00	1.305.211,20	1.305.211,20	0,00
1118021204 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Comunicação	2.286.915,00	2.223.526,67	0,00	63.388,33
1118021202 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Comércio Atacadista	11.683.696,00	9.560.666,64	0,00	2.123.029,36
1118021205 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Construção Civil	0,00	249.505,75	249.505,75	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1118021206 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Energia Elétrica	7.678.896,00	3.853.203,74	0,00	3.825.692,26
1118021207 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Indústria	19.986.008,00	16.094.485,49	0,00	3.891.522,51
1118021208 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Outros Serviços	0,00	719.235,27	719.235,27	0,00
1118021209 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Pessoa Física	0,00	330.670,47	330.670,47	0,00
1118021210 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	0,00	449.464,87	449.464,87	0,00
1118021211 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	255.190,23	255.190,23	0,00
1118021212 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Transporte	3.406.465,00	2.024.307,10	0,00	1.382.157,90
1118021203 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Varejista	10.487.473,00	16.555.202,43	6.067.729,43	0,00
1118021221 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Combustível	0,00	346.415,99	346.415,99	0,00
1118021224 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comunicação	3.325.650,00	380.864,50	0,00	2.944.785,50
1118021222 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Atacadista	2.726.314,00	4.339.224,00	1.612.910,00	0,00
1118021223 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Varejista	10.851.385,00	4.647.960,52	0,00	6.203.424,48
1118021225 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Construção Civil	0,00	109.851,03	109.851,03	0,00
1118021226 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Energia Elétrica	1.344.998,00	244.208,71	0,00	1.100.789,29
1118021227 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Indústria	12.862.868,00	17.145.898,81	4.283.030,81	0,00
1118021228 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Outros Serviços	0,00	153.796,19	153.796,19	0,00
1118021229 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Física	0,00	743.931,79	743.931,79	0,00
1118021230 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	1.922.990,00	4.014.493,07	2.091.503,07	0,00
1118021231 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	143.609,90	143.609,90	0,00
1118021232 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Transporte	959.727,00	1.258.660,28	298.933,28	0,00
1118021300 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa	66.024.688,00	69.851.342,49	3.826.654,49	0,00
1118021301 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Combustível	0,00	1.698.635,99	1.698.635,99	0,00
1118021304 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Comunicação	1.700.759,00	11.511.458,54	9.810.699,54	0,00
1118021302 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	13.476.571,00	18.103.852,83	4.627.281,83	0,00
1118021303 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	11.929.279,00	8.716.960,81	0,00	3.212.318,19
1118021305 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	45.232,09	45.232,09	0,00
1118021306 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Energia Elétrica	0,00	23.686,39	23.686,39	0,00
1118021307 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Indústria	24.536.025,00	13.113.107,37	0,00	11.422.917,63
1118021308 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	390.108,92	390.108,92	0,00
1118021309 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Pessoa Física	0,00	30.196,38	30.196,38	0,00
1118021310 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	12.436.451,00	23.875.045,65	11.438.594,65	0,00
1118021311 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	136.978,44	136.978,44	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1118021312 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Transporte	13.597.018,00	4.532.786,58	0,00	9.064.231,42
1118021399 - 10000 ICMS - Dívida Ativa - FUNDEB	-11.651.415,00	-12.326.707,50	675.292,50	0,00
1118021400 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa - Multas e Juros	50.279.024,00	17.436.556,17	0,00	32.842.467,83
1118021498 - 10000 ICMS - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - FUNDEB	-1.247.652,00	-1.697.199,92	449.547,92	0,00
1118021499 - 10000 ICMS - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - FUNDEB	-7.625.117,00	-2.044.948,19	0,00	5.580.168,81
1118021401 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Combustível	0,00	229.110,11	229.110,11	0,00
1118021404 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comunicação	0,00	53.905,02	53.905,02	0,00
1118021402 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	812.027,00	611.969,67	0,00	200.057,33
1118021403 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	1.200.995,00	1.177.227,91	0,00	23.767,09
1118021405 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	3.882,23	3.882,23	0,00
1118021406 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Energia Elétrica	0,00	2.138,36	2.138,36	0,00
1118021407 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Indústria	3.325.242,00	3.896.966,78	571.724,78	0,00
1118021408 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	80.614,12	80.614,12	0,00
1118021410 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	1.285.655,00	3.995.465,36	2.709.810,36	0,00
1118021411 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	30.744,16	30.744,16	0,00
1118021412 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Transporte	1.693.763,00	1.232.642,41	0,00	461.120,59
1118021421 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Combustível	0,00	0,11	0,11	0,00
1118021422 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	36.131.950,00	1.287.189,63	0,00	34.844.760,37
1118021423 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	5.467.006,00	1.430.869,26	0,00	4.036.136,74
1118021425 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	14.526,06	14.526,06	0,00
1118021427 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Indústria	5.309.943,00	1.998.072,57	0,00	3.311.870,43
1118021428 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	52.217,03	52.217,03	0,00
1118021429 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Física	0,00	57.410,95	57.410,95	0,00
1118021430 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	3.925.212,00	4.764.677,32	839.465,32	0,00
1118021431 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	6.611,65	6.611,65	0,00
1118021432 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Transporte	0,00	252.463,57	252.463,57	0,00
1118022000 Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	620.473.685,00	564.160.697,07	0,00	56.312.987,93
1118022100 Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal	620.473.685,00	563.602.675,00	0,00	56.871.010,00
1118022101 - 11000 Adicional ICMS - FECOP - Principal	620.473.685,00	688.103.936,61	67.630.251,61	0,00
1118022199 - 11000 Adicional ICMS - FECOP - Principal - FUNDEB	0,00	-124.501.261,61	124.501.261,61	0,00
1118022200 Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Multa e Juros	0,00	558.022,07	558.022,07	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1118022201 - 11000 Adicional ICMS - FECOP - Multa e Juros	0,00	643.623,50	643.623,50	0,00
1118022298 - 11000 Adicional ICMS - FECOP - Multa e Juros de Mora - FUNDEB	0,00	-85.601,43	85.601,43	0,00
1120000000 Taxas	708.335.478,51	812.870.820,84	104.535.342,33	0,00
1121000000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	56.164.634,00	71.189.818,72	15.025.184,72	0,00
1121010000 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	29.647.634,00	41.457.933,11	11.810.299,11	0,00
1121011000 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	29.647.634,00	41.457.933,11	11.810.299,11	0,00
1121011100 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	29.647.634,00	41.457.933,11	11.810.299,11	0,00
1121011116 - 10000 Taxa de Análise de Projeto	0,00	16.860,00	16.860,00	0,00
1121011123 - 10000 Taxa de Aproveitamento de Crédito Extemporâneo	0,00	44.257,50	44.257,50	0,00
1121011119 - 10000 Taxa de Autorização de Equipamento de Uso Fiscal	0,00	3.606,24	3.606,24	0,00
1121011118 - 10000 Taxa de Concessão Especial de Regime de Tributação	4.505.909,00	2.573.257,50	0,00	1.932.651,50
1121011108 - 10000 Taxa de Concessão de Alvará de Funcionamento	0,00	686.424,47	686.424,47	0,00
1121011122 - 10000 Taxa de Declaração de Não Similiridade por Item\Produto	3.379.432,00	2.006.956,57	0,00	1.372.475,43
1121011113 - 10000 Taxa de Habite-se	0,00	-9.709,94	9.709,94	0,00
1121011121 - 10000 Taxa de Reavaliação de Bens ou Direitos Objeto de Sucessão Causa Mortis ou Doação	0,00	64.630,00	64.630,00	0,00
1121011107 - 10000 Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	0,00	166.566,87	166.566,87	0,00
1121011120 - 10000 Taxa pela Emissão de Documento Fiscal Avulso	1.126.477,00	759.360,90	0,00	367.116,10
1121011124 - 10000 Taxas do Contencioso Administrativo Fiscal	2.252.955,00	1.885.308,64	0,00	367.646,36
1121011116 - 27000 Taxa de Análise de Projeto	0,00	402.658,65	402.658,65	0,00
1121011112 - 27000 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	3.757.733,19	3.757.733,19	0,00
1121011125 - 27000 Taxa de Concessão de Registro, Cadastro e Renovação	0,00	117,01	117,01	0,00
1121011113 - 27000 Taxa de Habite-se	0,00	8.857.053,42	8.857.053,42	0,00
1121011102 - 27000 Taxa de Inspeção de Produtos de Origem Animal	17.825,00	395.740,97	377.915,97	0,00
1121011114 - 27000 Taxa de Parecer Técnico	0,00	2.341,66	2.341,66	0,00
1121011101 - 27000 Taxa de Regulação do Serviço de Saneamento Básico	9.812.838,00	10.203.872,35	391.034,35	0,00
1121011117 - 27000 Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário	6.575.994,00	4.594.316,72	0,00	1.981.677,28
1121011130 - 27000 Taxa de Transporte Animal e Vegetal	1.976.204,00	4.487.894,61	2.511.690,61	0,00
1121011115 - 27000 Taxa de Vistoria	0,00	467.121,88	467.121,88	0,00
1121011104 - 27000 Taxa pela Emissão de Laudo Pericial	0,00	91.563,90	91.563,90	0,00
1121040000 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	26.517.000,00	29.731.885,61	3.214.885,61	0,00
1121041000 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	26.517.000,00	29.731.885,61	3.214.885,61	0,00
1121041100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	26.517.000,00	29.731.885,61	3.214.885,61	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1121041101 - 27000 Taxa Ambientais	13.000.000,00	15.673.608,86	2.673.608,86	0,00
1121041103 - 27000 Taxa de Licenciamento Ambiental	13.517.000,00	14.058.276,75	541.276,75	0,00
1122000000 Taxas pela Prestação de Serviços	652.096.495,51	741.555.069,80	89.458.574,29	0,00
1122010000 Taxas pela Prestação de Serviços	547.255.086,51	614.533.576,40	67.278.489,89	0,00
1122011000 Taxas pela Prestação de Serviços	547.255.086,51	614.533.576,40	67.278.489,89	0,00
1122011100 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	547.255.086,51	614.533.576,40	67.278.489,89	0,00
1122011123 - 10000 Editorial e Gráfica	24.958.989,00	22.574.774,50	0,00	2.384.214,50
1122011199 - 10000 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	4.530.697,00	0,00	0,00	4.530.697,00
1122011131 - 10000 Taxa de Análise e Controle de Produtos Sujeitos a Normas de Vigilância Sanitária	0,00	14.401,15	14.401,15	0,00
1122011136 - 10000 Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	0,00	69.547,25	69.547,25	0,00
1122011128 - 10000 Taxa de Consulta Escrita da Interpretação\Aplicação da Legislação Tributária	0,00	216.985,40	216.985,40	0,00
1122011126 - 10000 Taxa de Registro ou Validação de Documentos	0,00	116.079,60	116.079,60	0,00
1122011120 - 10000 Taxa pela Emissão de Documentos	0,00	-56,20	56,20	0,00
1122011127 - 10000 Taxa pelo Fornecimento de Cópia\Download de Documentos	0,00	806.644,41	806.644,41	0,00
1122011138 - 10005 Emolumentos de Fiscalização de Recursos Hidricos	800.000,00	733.406,13	0,00	66.593,87
1122011137 - 22900 Venda de Selos de Autenticidade	32.372.809,00	31.991.707,77	0,00	381.101,23
1122011199 - 27000 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	24.244,00	47.437,76	23.193,76	0,00
1122011198 - 27000 Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	42.744.250,00	48.321.784,68	5.577.534,68	0,00
1122011124 - 27000 Taxa de Concessão de Licenças	268.033,00	271.505,58	3.472,58	0,00
1122011102 - 27000 Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	1.600.027,00	1.127.111,73	0,00	472.915,27
1122011111 - 27000 Taxa de Serviços Educacionais	3.432.006,00	1.500.587,74	0,00	1.931.418,26
1122011125 - 27000 Taxa de Serviços Hemoterápicos	4.102.654,51	3.377.542,93	0,00	725.111,58
1122011120 - 27000 Taxa pela Emissão de Documentos	5.987,00	7.127.669,36	7.121.682,36	0,00
1122011116 - 27000 Taxa pela Prestação de Serviços Técnicos	10.000,00	1.565,88	0,00	8.434,12
1122011106 - 27000 Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	432.225.309,00	496.138.161,71	63.912.852,71	0,00
1122011109 - 27000 Taxas de Serviços Cadastrais	180.081,00	96.719,02	0,00	83.361,98
1122020000 Emolumentos e Custas Judiciais	104.841.409,00	127.021.493,40	22.180.084,40	0,00
1122021000 Emolumentos e Custas Judiciais	104.841.409,00	127.021.493,40	22.180.084,40	0,00
1122021100 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	104.841.409,00	127.021.493,40	22.180.084,40	0,00
1122021101 - 27000 Emolumentos e Custas Judiciais	104.841.409,00	127.021.493,40	22.180.084,40	0,00
1128000000 Taxas - Específicas de Estados, DF e Municípios	74.349,00	125.932,32	51.583,32	0,00
1128010000 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	74.349,00	125.932,32	51.583,32	0,00
1128011000 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	74.349,00	125.932,32	51.583,32	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1128011100 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	74.349,00	125.932,32	51.583,32	0,00
1128011101 - 27000 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	74.349,00	125.932,32	51.583,32	0,00
1200000000 Contribuições	1.022.643.416,00	1.163.671.912,00	141.028.496,00	0,00
1210000000 Contribuições Sociais	1.022.643.416,00	1.163.671.912,00	141.028.496,00	0,00
1218000000 Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	1.015.173.452,00	1.158.026.641,65	142.853.189,65	0,00
1218010000 Contribuição do Servidor Civil para o Plano de Seguridade Social - CPSSS - Específico de EST/DF/MUN	792.342.308,00	912.603.109,58	120.260.801,58	0,00
1218011000 CPSSS do Servidor Civil Ativo	605.141.613,00	647.606.688,75	42.465.075,75	0,00
1218011100 CPSSS do Servidor Civil Ativo - Principal	605.141.613,00	647.606.688,75	42.465.075,75	0,00
1218011106 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo - Defensoria Pública	19.581.056,00	19.584.035,71	2.979,71	0,00
1218011104 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo - PGJ	30.791.579,00	37.494.646,47	6.703.067,47	0,00
1218011102 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo - TCE	13.886.242,00	15.990.108,56	2.103.866,56	0,00
1218011103 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo - TJ	92.375.582,00	102.615.203,00	10.239.621,00	0,00
1218011105 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo Civil – Poder Executivo	432.553.409,00	457.211.586,83	24.658.177,83	0,00
1218011101 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo – Assembleia	15.953.745,00	14.711.108,18	0,00	1.242.636,82
1218012000 CPSSS do Servidor Civil Inativo	144.371.837,00	202.279.777,53	57.907.940,53	0,00
1218012100 CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	144.371.837,00	202.279.777,53	57.907.940,53	0,00
1218012106 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo - Defensoria Pública	3.943.155,00	4.599.298,20	656.143,20	0,00
1218012104 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo - PGJ	6.666.538,00	7.921.478,60	1.254.940,60	0,00
1218012102 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo - TCE	5.402.555,00	7.278.897,47	1.876.342,47	0,00
1218012103 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo - TJ	17.234.218,00	22.078.489,34	4.844.271,34	0,00
1218012105 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo Civil – Poder Executivo	105.561.102,00	153.528.574,19	47.967.472,19	0,00
1218012101 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo – Assembleia	5.564.269,00	6.873.039,73	1.308.770,73	0,00
1218013000 CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas	42.828.858,00	62.716.643,30	19.887.785,30	0,00
1218013100 CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	42.828.858,00	62.716.643,30	19.887.785,30	0,00
1218013106 - 20300 Contribuição dos Pensionistas - Defensoria Pública	84.478,00	88.850,51	4.372,51	0,00
1218013104 - 20300 Contribuição dos Pensionistas - PGJ	2.499.347,00	1.879.560,96	0,00	619.786,04
1218013102 - 20300 Contribuição dos Pensionistas - TCE	719.135,00	597.720,40	0,00	121.414,60
1218013103 - 20300 Contribuição dos Pensionistas - TJ	6.797.716,00	4.695.002,18	0,00	2.102.713,82
1218013105 - 20300 Contribuição dos Pensionistas Cíveis- Poder Executivo	29.187.461,00	52.207.767,38	23.020.306,38	0,00
1218013101 - 20300 Contribuição dos Pensionistas – Assembleia	3.540.721,00	3.247.741,87	0,00	292.979,13
1218050000 Contribuição dos Militares e Pensionistas para o Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM de Estados e DF	222.831.144,00	245.423.532,07	22.592.388,07	0,00
1218051000 Contribuição para o SPSM - Militar Ativo	171.995.626,00	159.283.341,52	0,00	12.712.284,48

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1218051100 Contribuição para o SPSM do Militar Ativo - Principal	171.995.626,00	159.283.341,52	0,00	12.712.284,48
1218051101 - 20300 Contribuição para o SPSM do Militar Ativo	171.995.626,00	159.283.341,52	0,00	12.712.284,48
1218052000 Contribuição para o SPSM - Militar Inativo	36.827.879,00	56.513.920,71	19.686.041,71	0,00
1218052100 Contribuição para o SPSM do Militar Inativo - Principal	36.827.879,00	56.513.920,71	19.686.041,71	0,00
1218052101 - 20300 Contribuição para o SPSM do Militar Inativo	36.827.879,00	56.513.920,71	19.686.041,71	0,00
1218053000 Contribuição para o SPSM - Pensionistas Militares	14.007.639,00	29.626.269,84	15.618.630,84	0,00
1218053100 Contribuição para o SPSM dos Pensionistas Militares - Principal	14.007.639,00	29.626.269,84	15.618.630,84	0,00
1218053101 - 20300 Contribuição para o SPSM dos Pensionistas Militares	14.007.639,00	29.626.269,84	15.618.630,84	0,00
1219000000 Outras Contribuições Sociais	7.469.964,00	5.645.270,35	0,00	1.824.693,65
1219990000 Demais Contribuições Sociais	7.469.964,00	5.645.270,35	0,00	1.824.693,65
1219991000 Demais Contribuições Sociais	7.469.964,00	5.645.270,35	0,00	1.824.693,65
1219991100 Outras Contribuições Sociais - Principal	7.469.964,00	5.645.270,35	0,00	1.824.693,65
1219991107 - 20300 Contribuição dos Serventuários da Justiça para o RPPS	0,00	49.379,98	49.379,98	0,00
1219991114 - 20500 Contribuição do Segurado Inativo do FPP	1.255.796,00	1.241.784,18	0,00	14.011,82
1219991116 - 20500 Contribuição dos Deputados para o FPP - Facultativos	2.304.322,00	651.356,40	0,00	1.652.965,60
1219991115 - 20500 Contribuição dos Deputados para o FPP - Obrigatórios	1.751.287,00	2.042.291,67	291.004,67	0,00
1219991105 - 20500 Contribuição dos Pensionistas para o FPP	35.240,00	83.824,76	48.584,76	0,00
1219991111 - 20600 Contribuicao Patronal - Cessao\Autopatrocínio	1.213.319,00	651.356,40	0,00	561.962,60
1219991113 - 20600 Contribuicao Patronal de Exercicios Anteriores - Cessao\Autopatrocínio	910.000,00	925.276,96	15.276,96	0,00
1300000000 Receita Patrimonial	282.649.236,61	477.512.721,85	194.863.485,24	0,00
1310000000 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	22.392.165,00	9.716.475,41	0,00	12.675.689,59
1310010000 Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	15.989.943,00	4.194.769,33	0,00	11.795.173,67
1310011000 Aluguéis e Arrendamentos	15.989.943,00	4.193.255,35	0,00	11.796.687,65
1310011100 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	15.989.943,00	4.193.255,35	0,00	11.796.687,65
1310011101 - 10000 Aluguéis	889.793,00	340.822,69	0,00	548.970,31
1310011101 - 27000 Aluguéis	15.100.150,00	3.852.432,66	0,00	11.247.717,34
1310012000 Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação	0,00	1.513,98	1.513,98	0,00
1310012100 Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	0,00	1.513,98	1.513,98	0,00
1310012101 - 27000 Foros	0,00	79,35	79,35	0,00
1310012102 - 27000 Laudêmios	0,00	1.434,63	1.434,63	0,00
1310020000 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	5.702.222,00	5.083.775,41	0,00	618.446,59
1310021000 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	5.702.222,00	5.083.775,41	0,00	618.446,59
1310021100 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	5.702.222,00	5.083.775,41	0,00	618.446,59



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1310021199 - 10000 Outras Receitas de Concessões e Permissões	100.089,00	140.141,60	40.052,60	0,00
1310021103 - 10000 Receita de Concessões e Permissões - Cinturão Digital	2.402.133,00	2.927.754,80	525.621,80	0,00
1310021102 - 27000 Concessão de Terminal Rodoviário	0,00	30.267,36	30.267,36	0,00
1310021105 - 27000 Permissão de Uso de Area Aeroportuária	400.000,00	366.852,72	0,00	33.147,28
1310021104 - 27000 Permissão de Uso de Faixa de Domínio	2.800.000,00	1.618.758,93	0,00	1.181.241,07
1310990000 Outras Receitas Imobiliárias	700.000,00	437.930,67	0,00	262.069,33
1310991000 Outras Receitas Imobiliárias	700.000,00	437.930,67	0,00	262.069,33
1310991100 Outras Receitas Imobiliárias - Principal	700.000,00	437.930,67	0,00	262.069,33
1310991103 - 27000 Outras Receitas Imobiliárias	700.000,00	421.522,28	0,00	278.477,72
1310991102 - 27000 Taxa de Anuência	0,00	16.408,39	16.408,39	0,00
1320000000 Valores Mobiliários	250.107.387,61	457.861.109,13	207.753.721,52	0,00
1321000000 Juros e Correções Monetárias	232.964.077,51	378.930.169,39	145.966.091,88	0,00
1321001000 Remuneração de Depósitos Bancários	39.226.317,51	81.519.946,23	42.293.628,72	0,00
1321001100 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	39.226.317,51	81.519.946,23	42.293.628,72	0,00
1321001130 - 10000 Remuneração de Depósitos de Poupança	0,00	8.262,47	8.262,47	0,00
1321001111 - 11000 Remuneração de Depósitos Bancários – Recursos FECOP Fonte 10	10.296.532,00	11.973.546,31	1.677.014,31	0,00
1321001129 - 14400 Remuneração de Depósitos Bancários – Cota-Parte Royalties - FT 44	0,00	351.535,45	351.535,45	0,00
1321001125 - 20700 Remuneração de Depósitos Bancários - Salário Educação - FT 07	0,00	3.643.278,01	3.643.278,01	0,00
1321001107 - 21100 Remuneração de Depósitos Bancários – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	0,00	78.950,32	78.950,32	0,00
1321001124 - 21600 Remuneração de Depósitos Bancários – Compensação Ambiental - FT 16	3.500.000,00	1.081.961,37	0,00	2.418.038,63
1321001126 - 22900 Remuneração de Depósitos Bancários - Selos de Autenticidade - FT 29	511.831,00	900.838,16	389.007,16	0,00
1321001102 - 25000 Remuneração de Depósitos Bancários – FUNDEB Obs: Fonte 50	8.000.000,00	27.331.447,10	19.331.447,10	0,00
1321001127 - 27301 Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	1.051.050,61	1.051.050,61	0,00
1321001127 - 27302 Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	77.069,84	77.069,84	0,00
1321001127 - 27303 Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	1.177.418,91	1.177.418,91	0,00
1321001128 - 27600 Remuneração de Depósitos Bancários - FDI - FT 76	610.835,69	389.953,27	0,00	220.882,42
1321001121 - 27900 Remuneração de Depósitos Bancários – Fundo de Defesa Civil - FT 79	0,00	226.220,33	226.220,33	0,00
1321001120 - 28081 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Internacional - Adm Indireta - Fonte 81	103.000,00	-118,16	0,00	102.881,84
1321001127 - 28282 Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	22.792,60	22.792,60	0,00
1321001113 - 28282 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios Federal Adm Direta - Fonte 82	7.050.000,00	16.129.637,52	9.079.637,52	0,00
1321001114 - 28283 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios Federal Adm Indireta - Fonte 83	810.000,00	948.464,71	138.464,71	0,00
1321001115 - 28686 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Municipal - Adm Direta -	0,00	414.074,49	414.074,49	0,00



Especificação			Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
Fonte 86						
1321001116	- 28687	Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com órgão Municipal - Adm Indireta - Fonte 87	20.000,00	61.245,02	41.245,02	0,00
1321001117	- 28888	Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Privado - Adm Direta - Fonte 88	0,00	1.434,94	1.434,94	0,00
1321001118	- 28889	Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Privado - Adm Indireta - Fonte 89	8.324.118,82	344.335,07	0,00	7.979.783,75
1321001103	- 29100	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo de Saúde - FT 91	0,00	12.756.759,82	12.756.759,82	0,00
1321001108	- 29200	Remuneração de Depósitos Bancários – Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	0,00	258.991,93	258.991,93	0,00
1321001133	- 29201	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Transferência FUNPEN	0,00	894.531,83	894.531,83	0,00
1321001137	- 29203	Remuneração de Depósitos Bancários – FNSP - FT 92.03	0,00	1.296.709,97	1.296.709,97	0,00
1321001139	- 29204	Remuneração de Depósitos Bancários – FEC - FT 92.04	0,00	99.554,34	99.554,34	0,00
1321004000		Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	38.281.358,00	26.904.545,64	0,00	11.376.812,36
1321004100		Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	38.281.358,00	26.904.545,64	0,00	11.376.812,36
1321004101	- 20300	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	34.081.358,00	22.140.585,66	0,00	11.940.772,34
1321004101	- 20500	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	4.200.000,00	4.763.959,98	563.959,98	0,00
1321005000		Juros e Correções Monetárias	155.426.402,00	262.548.539,17	107.122.137,17	0,00
1321005100		Juros e Correções Monetárias	155.426.402,00	262.548.539,17	107.122.137,17	0,00
1321005101	- 10000	Juros e Títulos de Renda	122.149.009,00	200.625.871,76	78.476.862,76	0,00
1321005101	- 10002	Juros e Títulos de Renda	0,00	33.244.688,52	33.244.688,52	0,00
1321005101	- 27000	Juros e Títulos de Renda	33.277.393,00	28.664.574,76	0,00	4.612.818,24
1321005101	- 27001	Juros e Títulos de Renda	0,00	13.404,13	13.404,13	0,00
1321006000		Juros sobre o Capital Próprio	30.000,00	7.957.138,35	7.927.138,35	0,00
1321006100		Juros sobre o Capital Próprio - Principal	30.000,00	7.957.138,35	7.927.138,35	0,00
1321006101	- 10000	Juros sobre o Capital Próprio	30.000,00	7.957.138,35	7.927.138,35	0,00
1322000000 Dividendos			17.124.312,10	78.914.111,14	61.789.799,04	0,00
1322001000 Dividendos			17.124.312,10	78.914.111,14	61.789.799,04	0,00
1322001100 Dividendos - Principal			17.124.312,10	78.914.111,14	61.789.799,04	0,00
1322001101 - 10000 Dividendos			8.000.000,00	38.774.478,27	30.774.478,27	0,00
1322001101 - 10006 Dividendos			9.124.312,10	40.139.632,87	31.015.320,77	0,00
1329000000 Outros Valores Mobiliários			18.998,00	16.828,60	0,00	2.169,40
1329001000 Outros Valores Mobiliários			18.998,00	16.828,60	0,00	2.169,40
1329001100 Outros Valores Mobiliários - Principal			18.998,00	16.828,60	0,00	2.169,40



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1329001199 - 10000 Outros Valores Mobiliários	18.998,00	16.828,60	0,00	2.169,40
1330000000 Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	10.149.684,00	9.296.608,07	0,00	853.075,93
1331000000 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte	1.015.620,00	941.727,47	0,00	73.892,53
1331010000 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	1.015.620,00	941.727,47	0,00	73.892,53
1331011000 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	1.015.620,00	941.727,47	0,00	73.892,53
1331011100 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	1.015.620,00	941.727,47	0,00	73.892,53
1331011101 - 27000 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	1.015.620,00	941.727,47	0,00	73.892,53
1339000000 Demais Delegações de Serviços Públicos	9.134.064,00	8.354.880,60	0,00	779.183,40
1339010000 Demais Delegações de Serviços Públicos	9.134.064,00	8.354.880,60	0,00	779.183,40
1339011000 Demais Delegações de Serviços Públicos	9.134.064,00	8.354.880,60	0,00	779.183,40
1339011100 Demais Delegações de Serviços Públicos - Principal	9.134.064,00	8.354.880,60	0,00	779.183,40
1339011199 - 10000 Outras Delegações para a Prestação - Serviços	582.143,00	34.889,52	0,00	547.253,48
1339011101 - 10000 Receita da Loteria Estadual	1.851.921,00	1.247.998,71	0,00	603.922,29
1339011101 - 27000 Receita da Loteria Estadual	6.700.000,00	7.071.992,37	371.992,37	0,00
1350000000 Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	77.879,00	77.879,00	0,00
1350040000 Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida	0,00	77.879,00	77.879,00	0,00
1350041000 Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida	0,00	77.879,00	77.879,00	0,00
1350041100 Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal	0,00	77.879,00	77.879,00	0,00
1350041101 - 27000 Royalties - Elmo - Equipamento de Respiração Assistida	0,00	77.879,00	77.879,00	0,00
1390000000 Demais Receitas Patrimoniais	0,00	560.650,24	560.650,24	0,00
1390001000 Demais Receitas Patrimoniais	0,00	560.650,24	560.650,24	0,00
1390001100 Demais Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	560.650,24	560.650,24	0,00
1390001101 - 10000 Recuperação de Ativos	0,00	560.650,24	560.650,24	0,00
1600000000 Receita de Serviços	263.776.266,02	277.002.995,85	13.226.729,83	0,00
1610000000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	139.921.349,02	140.428.780,25	507.431,23	0,00
1610010000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	65.539.393,02	50.558.506,29	0,00	14.980.886,73
1610011000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	65.539.393,02	50.558.506,29	0,00	14.980.886,73
1610011100 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	65.539.393,02	50.558.506,29	0,00	14.980.886,73
1610011119 - 10000 Equipam Turísticos - Centro de Turismo	0,00	67.771,60	67.771,60	0,00
1610011125 - 10000 Equipamentos Turísticos - Centro de Eventos	4.510.636,00	581.539,80	0,00	3.929.096,20
1610011101 - 10000 Serviços de Venda de Editais	0,00	1.355,80	1.355,80	0,00
1610011177 - 10005 Tarifa pelo Uso de Recursos Hídricos	0,00	1.039.862,25	1.039.862,25	0,00
1610011154 - 27000 Fornecimento de Refeições	1.832.494,00	0,00	0,00	1.832.494,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1610011199 - 27000 Outros Serviços	25.665.245,00	752.788,33	0,00	24.912.456,67
1610011114 - 27000 Outros Serviços Administrativos	160.000,00	23.940,00	0,00	136.060,00
1610011198 - 27000 Outros Serviços Comerciais	0,00	1.386.511,63	1.386.511,63	0,00
1610011107 - 27000 Outros Serviços de Comunicação	1.048.338,00	1.522.369,54	474.031,54	0,00
1610011164 - 27000 Serviço de Distribuição de Títulos para Protesto	1.265,00	166,32	0,00	1.098,68
1610011152 - 27000 Serviço de Gestão Descentralizada de Energia Elética	1.500.000,00	1.485.768,29	0,00	14.231,71
1610011160 - 27000 Serviço pelo Uso da Estrutura Arrecadatória	18.270.000,00	13.893.932,83	0,00	4.376.067,17
1610011116 - 27000 Serviços Educacionais	45.756,00	800,00	0,00	44.956,00
1610011168 - 27000 Serviços Veterinários	800.000,00	242.921,25	0,00	557.078,75
1610011158 - 27000 Serviços de Cadastro em Geral	0,00	1.065.644,94	1.065.644,94	0,00
1610011103 - 27000 Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade	0,00	14,31	14,31	0,00
1610011167 - 27000 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	350.000,00	35.313,02	0,00	314.686,98
1610011122 - 27000 Serviços de Estudos e Pesquisas	0,00	1.239.955,20	1.239.955,20	0,00
1610011157 - 27000 Serviços de Exames Laboratoriais	0,00	186.211,33	186.211,33	0,00
1610011161 - 27000 Serviços de Gravames	0,00	2.140.527,56	2.140.527,56	0,00
1610011115 - 27000 Serviços de Meteorologia	0,00	23.946,15	23.946,15	0,00
1610011179 - 27000 Serviços de Treinamentos e Capacitações	0,00	10.450,00	10.450,00	0,00
1610011177 - 27000 Tarifa pelo Uso de Recursos Hídricos	3.040.000,00	5.198.063,83	2.158.063,83	0,00
1610011178 - 27000 Tarifa sobre Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário	7.050.000,00	19.654.587,20	12.604.587,20	0,00
1610011156 - 27000 Venda de Produtos Consignáveis	1.265.659,02	4.065,11	0,00	1.261.593,91
1610020000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	12.365.681,00	20.900.375,76	8.534.694,76	0,00
1610021000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	12.365.681,00	20.900.375,76	8.534.694,76	0,00
1610021100 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	12.365.681,00	20.900.375,76	8.534.694,76	0,00
1610021101 - 10000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	6.765.954,00	16.421.582,33	9.655.628,33	0,00
1610021101 - 27000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	5.599.727,00	4.478.793,43	0,00	1.120.933,57
1610030000 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	16.205.223,00	18.394.303,88	2.189.080,88	0,00
1610031000 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	16.205.223,00	18.394.303,88	2.189.080,88	0,00
1610031100 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	16.205.223,00	18.394.303,88	2.189.080,88	0,00
1610031105 - 27000 Serviços de Expedição de Certificados	700.000,00	237.597,05	0,00	462.402,95
1610031108 - 27000 Serviços de Registro do Comércio	15.505.223,00	18.156.706,83	2.651.483,83	0,00
1610040000 Serviços de Informação e Tecnologia	45.811.052,00	50.575.594,32	4.764.542,32	0,00
1610041000 Serviços de Informação e Tecnologia	45.811.052,00	50.575.594,32	4.764.542,32	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1610041100 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	45.811.052,00	50.575.594,32	4.764.542,32	0,00
1610041102 - 27000 Serviço de Acesso à Internet	30.348.073,00	0,00	0,00	30.348.073,00
1610041103 - 27000 Serviços Tecnológicos	1.692.198,00	1.859.971,39	167.773,39	0,00
1610041105 - 27000 Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	0,00	1.259.383,49	1.259.383,49	0,00
1610041111 - 27000 Serviços em Nuvem	11.770.781,00	42.437.243,50	30.666.462,50	0,00
1610041108 - 27000 Transmissão de Vídeo	0,00	2.279.999,88	2.279.999,88	0,00
1610041113 - 27000 VOIP	2.000.000,00	2.738.996,06	738.996,06	0,00
1620000000 Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	2.086.780,00	3.155.457,73	1.068.677,73	0,00
1620041000 Tarifa Aeroportuária	2.086.780,00	3.155.457,73	1.068.677,73	0,00
1620041100 Tarifa Aeroportuária	2.086.780,00	3.155.457,73	1.068.677,73	0,00
1620041101 - 27000 Tarifa Aeroportuária	2.086.780,00	3.155.457,73	1.068.677,73	0,00
1630000000 Serviços e Atividades Referentes à Saúde	121.618.137,00	133.343.344,45	11.725.207,45	0,00
1638000000 Serviços e Atividades Referentes à Saúde - Específico para Estados/DF/Municípios	121.618.137,00	133.343.344,45	11.725.207,45	0,00
1638011000 Serviços Hospitalares	899.368,00	677.790,68	0,00	221.577,32
1638011100 Serviços Hospitalares - Principal	899.368,00	677.790,68	0,00	221.577,32
1638011101 - 27000 Serviços Hospitalares	899.368,00	677.790,68	0,00	221.577,32
1638013000 Serviços Radiológicos e Laboratoriais	718.769,00	1.127.858,87	409.089,87	0,00
1638013100 Serviços Radiológicos e Laboratoriais - Principal	718.769,00	1.127.858,87	409.089,87	0,00
1638013103 - 27000 Serviços Radiológicos e Laboratoriais	718.769,00	1.127.858,87	409.089,87	0,00
1638019000 Outros Serviços de Saúde	120.000.000,00	131.537.694,90	11.537.694,90	0,00
1638019100 Outros Serviços de Saúde - Principal	120.000.000,00	131.537.694,90	11.537.694,90	0,00
1638019102 - 27000 Co-participação - Saúde Suplementar	0,00	891,80	891,80	0,00
1638019101 - 27000 Contribuição Mensal - Saúde Suplementar	120.000.000,00	131.536.803,10	11.536.803,10	0,00
1640000000 Serviços e Atividades Financeiras	150.000,00	75.413,42	0,00	74.586,58
1640010000 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	150.000,00	75.413,42	0,00	74.586,58
1640011000 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	150.000,00	75.413,42	0,00	74.586,58
1640011100 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	150.000,00	75.413,42	0,00	74.586,58
1640011199 - 20500 Outros Serviços Financeiros	150.000,00	75.413,42	0,00	74.586,58
1700000000 Transferências Correntes	10.035.392.623,35	11.161.122.004,48	1.125.729.381,13	0,00
1710000000 Transferências da União e de suas Entidades	8.096.039.093,92	9.347.408.433,73	1.251.369.339,81	0,00
1718000000 Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	8.096.039.093,92	9.347.408.433,73	1.251.369.339,81	0,00
1718010000 Participação na Receita da União	6.208.750.300,00	7.237.212.856,22	1.028.462.556,22	0,00
1718011000 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	6.114.495.471,00	7.162.855.565,13	1.048.360.094,13	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1718011100 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - Principal	6.114.495.471,00	7.162.855.565,13	1.048.360.094,13	0,00
1718011101 - 10100 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	7.643.119.339,00	8.953.569.456,06	1.310.450.117,06	0,00
1718011199 - 10100 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FUNDEB	-1.528.623.868,00	-1.790.713.890,93	262.090.022,93	0,00
1718016000 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados	63.588.299,00	57.608.073,65	0,00	5.980.225,35
1718016100 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados - Principal	63.588.299,00	57.608.073,65	0,00	5.980.225,35
1718016101 - 10000 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados	72.287.963,00	67.774.204,13	0,00	4.513.758,87
1718016199 - 10000 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados - FUNDEB	-8.699.664,00	-10.166.130,48	1.466.466,48	0,00
1718017000 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	30.666.530,00	16.733.196,00	0,00	13.933.334,00
1718017100 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	30.666.530,00	16.733.196,00	0,00	13.933.334,00
1718017101 - 21100 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	30.666.530,00	16.733.196,00	0,00	13.933.334,00
1718018000 Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro	0,00	16.021,44	16.021,44	0,00
1718018100 Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro - Principal	0,00	16.021,44	16.021,44	0,00
1718018101 - 10000 Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro	0,00	16.021,44	16.021,44	0,00
1718020000 Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	42.411.224,56	45.775.728,14	3.364.503,58	0,00
1718022000 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.955.473,00	2.140.253,13	184.780,13	0,00
1718022100 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	1.955.473,00	2.140.253,13	184.780,13	0,00
1718022101 - 10000 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.955.473,00	2.140.253,13	184.780,13	0,00
1718023000 Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89	7.761.643,00	2.612.233,22	0,00	5.149.409,78
1718023100 Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89 - Principal	7.761.643,00	2.612.233,22	0,00	5.149.409,78
1718023101 - 14400 Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89	7.761.643,00	2.612.233,22	0,00	5.149.409,78
1718024000 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	5.091.000,00	1.098.901,68	0,00	3.992.098,32
1718024100 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principa	5.091.000,00	1.098.901,68	0,00	3.992.098,32
1718024101 - 14400 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	5.091.000,00	1.098.901,68	0,00	3.992.098,32
1718026000 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	27.603.108,56	39.924.340,11	12.321.231,55	0,00
1718026100 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	27.603.108,56	39.924.340,11	12.321.231,55	0,00
1718026101 - 14400 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	27.603.108,56	39.924.340,11	12.321.231,55	0,00
1718030000 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	874.371.301,13	934.188.273,77	59.816.972,64	0,00
1718031000 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Primária	3.393.467,00	18.490.628,02	15.097.161,02	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1718031100 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Primária	3.393.467,00	18.490.628,02	15.097.161,02	0,00
1718031110 - 29100 Atenção Primária - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	3.393.467,00	18.490.628,02	15.097.161,02	0,00
1718032000 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Especializada	753.209.472,13	578.999.749,20	0,00	174.209.722,93
1718032100 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Especializada	753.209.472,13	578.999.749,20	0,00	174.209.722,93
1718032114 - 29100 MAC FAEC - Transplantes - Outros	6.097.368,00	8.056.810,17	1.959.442,17	0,00
1718032106 - 29100 MAC TF - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	708.532.331,13	523.818.701,03	0,00	184.713.630,10
1718032102 - 29100 MAC TF - SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	38.579.773,00	47.124.238,00	8.544.465,00	0,00
1718033000 Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde	57.778.978,00	24.880.106,64	0,00	32.898.871,36
1718033100 Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde	57.778.978,00	24.880.106,64	0,00	32.898.871,36
1718033199 - 29100 V SAÚDE - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	57.778.978,00	19.473.975,68	0,00	38.305.002,32
1718033102 - 29100 V SAÚDE - Vigilância Sanitária	0,00	5.406.130,96	5.406.130,96	0,00
1718034000 Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	59.989.384,00	50.906.176,02	0,00	9.083.207,98
1718034100 Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	59.989.384,00	50.906.176,02	0,00	9.083.207,98
1718034101 - 29100 A FARM - Componente Básico da Assistência Farmacêutica	43.368.477,00	37.326.200,28	0,00	6.042.276,72
1718034103 - 29100 A FARM - Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	16.620.907,00	13.185.376,86	0,00	3.435.530,14
1718034199 - 29100 A FARM - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	394.598,88	394.598,88	0,00
1718035000 Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00
1718035100 Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00
1718035199 - 29100 G SUS - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00
1718039000 Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	260.761.613,89	260.761.613,89	0,00
1718039100 Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	260.761.613,89	260.761.613,89	0,00
1718039102 - 29100 Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Combate a COVID-19	0,00	260.761.613,89	260.761.613,89	0,00
1718040000 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
1718046000 Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, não detalhadas anteriormente	0,00	0,00	0,00	0,00
1718046100 Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, não detalhadas anteriormente	0,00	0,00	0,00	0,00
1718050000 Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	205.340.780,00	207.877.551,61	2.536.771,61	0,00
1718051000 Transferências do Salário-Educação	56.608.120,00	75.452.118,71	18.843.998,71	0,00
1718051100 Transferências do Salário-Educação - Principal	56.608.120,00	75.452.118,71	18.843.998,71	0,00
1718051101 - 20700 Transferências do Salário-Educação	56.608.120,00	75.452.118,71	18.843.998,71	0,00
1718053000 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	51.632.660,00	48.870.986,40	0,00	2.761.673,60
1718053100 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Principal	51.632.660,00	48.870.986,40	0,00	2.761.673,60
1718053101 - 27301 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação	51.632.660,00	48.870.986,40	0,00	2.761.673,60



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
Escolar – PNAE				
1718054000 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	2.500.000,00	1.966.445,25	0,00	533.554,75
1718054100 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal	2.500.000,00	1.966.445,25	0,00	533.554,75
1718054101 - 27302 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	2.500.000,00	1.966.445,25	0,00	533.554,75
1718059000 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	94.600.000,00	81.588.001,25	0,00	13.011.998,75
1718059100 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE - Principal	94.600.000,00	81.588.001,25	0,00	13.011.998,75
1718059101 - 27303 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	94.600.000,00	81.588.001,25	0,00	13.011.998,75
1718060000 Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00
1718061000 Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00
1718061100 Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – LC Nº 87/96 - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00
1718100000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	104.970.726,79	61.418.282,74	0,00	43.552.444,05
1718101000 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	3.166.154,00	0,00	0,00	3.166.154,00
1718101100 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	3.166.154,00	0,00	0,00	3.166.154,00
1718101101 - 28283 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	3.166.154,00	0,00	0,00	3.166.154,00
1718102000 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	19.300.229,00	2.390.115,08	0,00	16.910.113,92
1718102100 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	19.300.229,00	2.390.115,08	0,00	16.910.113,92
1718102101 - 28282 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	7.100.000,00	2.390.115,08	0,00	4.709.884,92
1718102101 - 28283 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	12.200.229,00	0,00	0,00	12.200.229,00
1718103000 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	8.799.127,00	0,00	0,00	8.799.127,00
1718103100 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal	8.799.127,00	0,00	0,00	8.799.127,00
1718103101 - 28282 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	8.799.127,00	0,00	0,00	8.799.127,00
1718109000 Outras Transferências de Convênios da União	73.705.216,79	59.028.167,66	0,00	14.677.049,13
1718109100 Outras Transferências de Convênios da União - Principal	73.705.216,79	59.028.167,66	0,00	14.677.049,13
1718109101 - 28282 Outras Transferências de Convênios da União	58.359.247,06	39.592.058,13	0,00	18.767.188,93
1718109101 - 28283 Outras Transferências de Convênios da União	15.345.969,73	19.436.109,53	4.090.139,80	0,00
1718110000 Outras Transferências de Recursos Fundo a Fundo	1.500.000,00	1.204.426,52	0,00	295.573,48
1718111000 Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	1.500.000,00	1.204.426,52	0,00	295.573,48
1718111100 Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	1.500.000,00	1.204.426,52	0,00	295.573,48
1718111101 - 29201 Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	1.500.000,00	1.204.426,52	0,00	295.573,48
1718120000 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	16.087.197,00	13.539.176,21	0,00	2.548.020,79
1718121000 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	16.087.197,00	13.539.176,21	0,00	2.548.020,79
1718121100 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	16.087.197,00	13.539.176,21	0,00	2.548.020,79

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1718121101 - 29200 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	16.087.197,00	13.539.176,21	0,00	2.548.020,79
1718990000 Outras Transferências da União	26.220.000,00	163.959.007,03	137.739.007,03	0,00
1718991000 Outras Transferências da União	26.220.000,00	163.959.007,03	137.739.007,03	0,00
1718991100 Outras Transferências da União - Principal	26.220.000,00	163.959.007,03	137.739.007,03	0,00
1718991112 - 10000 Transferência LC 176/2020 - Compensação de Créditos Lei Kandir	0,00	38.633.402,88	38.633.402,88	0,00
1718991102 - 27000 Transferências Oriundas da Lei Pelé	3.500.000,00	3.293.214,07	0,00	206.785,93
1718991101 - 27900 Transferências ao Fundo de Defesa Civil	15.000.000,00	0,00	0,00	15.000.000,00
1718991109 - 29100 Emendas Parlamentares Individuais Impositivas	0,00	1.829.986,00	1.829.986,00	0,00
1718991110 - 29100 Emendas Parlamentares de Bancada	0,00	103.096.010,00	103.096.010,00	0,00
1718991104 - 29202 Transferências ao Fundo de Amparo ao Trabalhador	1.600.000,00	0,00	0,00	1.600.000,00
1718991105 - 29203 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	6.120.000,00	16.689.964,02	10.569.964,02	0,00
1718991111 - 29204 Transferências Emergencias ao Setor Cultural - Lei Aldir Blanc	0,00	416.430,06	416.430,06	0,00
1718091000 Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	616.387.564,44	682.233.131,49	65.845.567,05	0,00
1718091100 Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	616.387.564,44	682.233.131,49	65.845.567,05	0,00
1718091102 - 25100 Complementação da União ao FUNDEB de Exercícios Anteriores	0,00	22.641.578,83	22.641.578,83	0,00
1718091101 - 25100 Complementação da União ao FUNDEB do Exercício	616.387.564,44	659.591.552,66	43.203.988,22	0,00
1730000000 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	233.648.544,23	79.410.865,26	0,00	154.237.678,97
1738000000 Transferências dos Municípios -Específicas de Estados, DF e Municípios	233.648.544,23	79.410.865,26	0,00	154.237.678,97
1738100000 Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	10.174.118,35	10.834.151,69	660.033,34	0,00
1738101000 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	9.213.935,85	10.123.388,69	909.452,84	0,00
1738101100 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS	9.213.935,85	10.123.388,69	909.452,84	0,00
1738101101 - 28687 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS	9.213.935,85	10.123.388,69	909.452,84	0,00
1738102000 Transferências de Convênio dos Municípios destinadas a Programas de Educação	560.182,50	0,00	0,00	560.182,50
1738102100 Transferências de Convênio dos Municípios destinadas a Programas de Educação - Principal	560.182,50	0,00	0,00	560.182,50
1738102101 - 28687 Transferências de Convênio dos Municípios destinadas a Programas de Educação	560.182,50	0,00	0,00	560.182,50
1738109000 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	400.000,00	710.763,00	310.763,00	0,00
1738109100 Outras Transferências de Convênios dos Municípios - Principal	400.000,00	710.763,00	310.763,00	0,00
1738109101 - 28687 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	400.000,00	710.763,00	310.763,00	0,00
1738990000 Outras Transferências dos Municípios	223.474.425,88	68.576.713,57	0,00	154.897.712,31
1738991000 Outras Transferências dos Municípios	223.474.425,88	68.576.713,57	0,00	154.897.712,31
1738991100 Outras Transferências dos Municípios - Principal	223.474.425,88	68.576.713,57	0,00	154.897.712,31

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1738991199 - 28686 Outras Transferências dos Municípios	340.443,30	0,00	0,00	340.443,30
1738991199 - 29100 Outras Transferências dos Municípios	1.236.409,00	1.085.305,36	0,00	151.103,64
1738991101 - 29100 Transferências SUS - Assistência Farmacêutica - Municípios	45.288.977,00	37.765.612,10	0,00	7.523.364,90
1738991102 - 29100 Transferências SUS - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Municípios	176.608.596,58	29.725.796,11	0,00	146.882.800,47
1740000000 Transferências de Instituições Privadas	42.150.726,12	30.630.431,31	0,00	11.520.294,81
1748000000 Transferências de Instituições Privadas - Específicas de Estados, DF e Municípios	42.150.726,12	30.630.431,31	0,00	11.520.294,81
1748100000 Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente	42.150.726,12	30.630.431,31	0,00	11.520.294,81
1748101000 Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente	42.150.726,12	30.630.431,31	0,00	11.520.294,81
1748101100 Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente - Principal	42.150.726,12	30.630.431,31	0,00	11.520.294,81
1748101101 - 27000 Transferências de Instituições Privadas	27.208.260,00	3.914.513,03	0,00	23.293.746,97
1748101102 - 28889 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	14.942.466,12	26.715.918,28	11.773.452,16	0,00
1750000000 Transferências de Outras Instituições Públicas	1.663.554.259,08	1.703.672.274,18	40.118.015,10	0,00
1758000000 Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios	1.663.554.259,08	1.703.672.274,18	40.118.015,10	0,00
1758010000 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	1.663.554.259,08	1.703.672.274,18	40.118.015,10	0,00
1758011000 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal	1.663.554.259,08	1.703.672.274,18	40.118.015,10	0,00
1758011100 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	1.663.554.259,08	1.703.672.274,18	40.118.015,10	0,00
1758011101 - 25000 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	1.663.554.259,08	1.703.672.274,18	40.118.015,10	0,00
1900000000 Outras Receitas Correntes	643.606.484,00	707.414.645,23	63.808.161,23	0,00
1910000000 Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	143.087.323,00	142.697.630,44	0,00	389.692,56
1910010000 Multas Previstas em Legislação Específica	136.722.310,00	132.117.677,43	0,00	4.604.632,57
1910011000 Multas Previstas em Legislação Específica	136.722.310,00	132.117.677,43	0,00	4.604.632,57
1910011100 Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	125.534.761,00	115.157.553,67	0,00	10.377.207,33
1910011101 - 10000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	0,00	31.434,06	31.434,06	0,00
1910011124 - 10000 Multas advindas da ARCE	0,00	407.439,70	407.439,70	0,00
1910011128 - 10000 Multas de Obrigações Acessórias	45.869.922,00	25.105.606,42	0,00	20.764.315,58
1910011132 - 10005 Multa por Infração à Legislação de Recursos Hídricos	0,00	571,35	571,35	0,00
1910011134 - 27000 Multa por Não Uso de Máscara - Lei 17.261/2020	0,00	13.252,37	13.252,37	0,00
1910011121 - 27000 Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	3.235.215,00	2.953.370,25	0,00	281.844,75
1910011101 - 27000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	309.624,00	197.768,63	0,00	111.855,37
1910011197 - 27000 Outras Multas	0,00	974,60	974,60	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1910011104 - 27002 Multas Previstas na Legislação de Trânsito	76.120.000,00	86.447.136,29	10.327.136,29	0,00
1910011200 Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	1.786.800,00	3.826.124,17	2.039.324,17	0,00
1910011202 - 10000 Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00	217,98	217,98	0,00
1910011298 - 20500 Outras Multas e Juros de Mora	150.000,00	229.854,81	79.854,81	0,00
1910011205 - 27000 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Outros	1.636.800,00	3.592.267,32	1.955.467,32	0,00
1910011223 - 27000 Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	0,00	3.784,06	3.784,06	0,00
1910011300 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	9.400.749,00	13.133.999,59	3.733.250,59	0,00
1910011330 - 10000 Multas Penais da Dívida Ativa	0,00	4.332,39	4.332,39	0,00
1910011301 - 10000 Outras Multas Administrativas da Dívida Ativa - Obrigações Acessórias	7.467.727,00	11.248.271,29	3.780.544,29	0,00
1910011302 - 10000 Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Administrativa	1.703.507,00	1.336.342,02	0,00	367.164,98
1910011304 - 10000 Repasses de Emolumentos FAADEP - Dívida Ativa	167.202,00	0,00	0,00	167.202,00
1910011306 - 11000 Receita da Dívida Ativa de Ressarcimento ao Erário	0,00	200,00	200,00	0,00
1910011307 - 27000 Multas Administrativas - Dívida Ativa	0,00	2.543,24	2.543,24	0,00
1910011305 - 27000 Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	62.313,00	263.072,53	200.759,53	0,00
1910011304 - 27000 Repasses de Emolumentos FAADEP - Dívida Ativa	0,00	279.238,12	279.238,12	0,00
1910040000 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	3.199.200,00	4.159.415,17	960.215,17	0,00
1910041000 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	3.199.200,00	4.159.415,17	960.215,17	0,00
1910041100 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	1.785.600,00	2.107.159,26	321.559,26	0,00
1910041107 - 27000 Multas por danos ao consumidor	1.785.600,00	2.107.159,26	321.559,26	0,00
1910041300 Dívida Ativa - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	1.413.600,00	2.052.255,91	638.655,91	0,00
1910041301 - 27000 Receita da Dívida Ativa - Multas do DECON	1.413.600,00	2.052.255,91	638.655,91	0,00
1910060000 Multas por Danos Ambientais	904.831,00	2.251.692,61	1.346.861,61	0,00
1910061000 Multas Administrativas por Danos Ambientais	904.831,00	2.251.692,61	1.346.861,61	0,00
1910061100 Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	2.104.296,94	2.104.296,94	0,00
1910061101 - 27000 Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	2.104.296,94	2.104.296,94	0,00
1910061300 Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	904.831,00	147.395,67	0,00	757.435,33
1910061301 - 27000 Receita da Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	904.831,00	147.395,67	0,00	757.435,33
1910070000 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	2.494.288,39	2.494.288,39	0,00
1910071000 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	2.494.288,39	2.494.288,39	0,00
1910071100 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	1.273.235,42	1.273.235,42	0,00
1910071101 - 10000 Multas TCM	0,00	7.064,69	7.064,69	0,00
1910071103 - 10000 Multas do TCE	0,00	1.266.170,73	1.266.170,73	0,00
1910071300 Dívida Ativa - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	1.221.052,97	1.221.052,97	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1910071302 - 10000 Multas TCE - Dívida Ativa	0,00	468.669,90	468.669,90	0,00
1910071301 - 10000 Multas TCM - Dívida Ativa	0,00	752.383,07	752.383,07	0,00
1910080000 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	183.196,00	1.468.366,95	1.285.170,95	0,00
1910081000 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	183.196,00	1.468.366,95	1.285.170,95	0,00
1910081100 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	183.196,00	1.468.366,95	1.285.170,95	0,00
1910081101 - 27000 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	183.196,00	367.320,56	184.124,56	0,00
1910081102 - 27000 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - COVID-19	0,00	1.101.046,39	1.101.046,39	0,00
1910090000 Multas e Juros Previstos em Contratos	2.077.786,00	206.189,89	0,00	1.871.596,11
1910091000 Multas e Juros Previstos em Contratos	2.077.786,00	206.189,89	0,00	1.871.596,11
1910091100 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.077.786,00	206.189,89	0,00	1.871.596,11
1910091101 - 10000 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	113.647,97	113.647,97	0,00
1910091199 - 10000 Outras Multas Contratuais	0,00	77.288,81	77.288,81	0,00
1910091101 - 27000 Multas e Juros Previstos em Contratos	1.066.166,00	15.253,11	0,00	1.050.912,89
1910091199 - 27000 Outras Multas Contratuais	1.011.620,00	0,00	0,00	1.011.620,00
1920000000 Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	68.405.445,00	107.236.501,67	38.831.056,67	0,00
1921000000 Indenizações	12.221.143,00	6.311.435,25	0,00	5.909.707,75
1921010000 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	12.200.000,00	5.691.596,05	0,00	6.508.403,95
1921011000 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	12.200.000,00	5.691.596,05	0,00	6.508.403,95
1921011100 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	12.200.000,00	5.691.596,05	0,00	6.508.403,95
1921011103 - 21600 Compensação Ambiental	11.700.000,00	5.687.182,85	0,00	6.012.817,15
1921011102 - 27000 Indenização por Descumprimento de Termo de Apreensão e Depósito	0,00	4.226,70	4.226,70	0,00
1921011101 - 27000 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	0,00	186,50	186,50	0,00
1921011105 - 27000 Medidas Conciliatórias	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
1921990000 Outras Indenizações	21.143,00	619.839,20	598.696,20	0,00
1921991000 Outras Indenizações	21.143,00	619.839,20	598.696,20	0,00
1921991100 Outras Indenizações - Principal	21.143,00	619.839,20	598.696,20	0,00
1921991199 - 27000 Outras Indenizações	21.143,00	619.839,20	598.696,20	0,00
1922000000 Restituições	19.757.401,00	69.466.210,83	49.708.809,83	0,00
1922010000 Restituição de Convênios	2.897.217,00	27.984.677,43	25.087.460,43	0,00
1922011000 Restituição de Convênios - Primárias	2.897.217,00	27.984.677,43	25.087.460,43	0,00
1922011100 Restituição de Convênios - Primárias	2.897.217,00	27.984.677,43	25.087.460,43	0,00
1922011102 - 10000 Restituições de Convênios	2.897.217,00	27.792.689,71	24.895.472,71	0,00
1922011101 - 11000 Restituições de Convênios Concedidos com Recursos do FECOP	0,00	100.846,57	100.846,57	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1922011102 - 27000 Restituições de Convênios	0,00	72.795,75	72.795,75	0,00
1922011102 - 28283 Restituições de Convênios	0,00	659,35	659,35	0,00
1922011102 - 28889 Restituições de Convênios	0,00	17.686,05	17.686,05	0,00
1922060000 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	3.290.118,16	3.290.118,16	0,00
1922061000 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	3.290.118,16	3.290.118,16	0,00
1922061100 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	3.290.118,16	3.290.118,16	0,00
1922061101 - 10000 Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	16.351,89	16.351,89	0,00
1922061102 - 10000 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	3.245.215,53	3.245.215,53	0,00
1922061101 - 27000 Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	28.550,74	28.550,74	0,00
1922990000 Outras Restituições	16.860.184,00	38.191.415,24	21.331.231,24	0,00
1922991000 Outras Restituições	16.860.184,00	38.191.415,24	21.331.231,24	0,00
1922991100 Outras Restituições - Principal	16.860.184,00	38.191.415,24	21.331.231,24	0,00
1922991101 - 10000 Devolução de Diárias	0,00	126.143,34	126.143,34	0,00
1922991199 - 10000 Outras Restituições	11.084.113,00	24.602.375,05	13.518.262,05	0,00
1922991112 - 10000 Reembolso pelo Processamento de Dados	0,00	124.264,78	124.264,78	0,00
1922991198 - 10000 Restituições Diversas	0,00	61.971,97	61.971,97	0,00
1922991106 - 10000 Restituições de Folha de Pagamento	0,00	5.641.984,74	5.641.984,74	0,00
1922991107 - 10000 Restituições de Vale-Transporte	5.518.719,00	1.953.235,38	0,00	3.565.483,62
1922991199 - 20700 Outras Restituições	0,00	135.072,04	135.072,04	0,00
1922991199 - 21600 Outras Restituições	0,00	113.376,53	113.376,53	0,00
1922991103 - 25000 Restituições ao FUNDEB	0,00	5.206,42	5.206,42	0,00
1922991101 - 27000 Devolução de Diárias	0,00	35.586,18	35.586,18	0,00
1922991199 - 27000 Outras Restituições	257.352,00	3.875.161,73	3.617.809,73	0,00
1922991107 - 27000 Restituições de Vale-Transporte	0,00	3.373,67	3.373,67	0,00
1922991199 - 27301 Outras Restituições	0,00	44.269,66	44.269,66	0,00
1922991199 - 27302 Outras Restituições	0,00	6.496,84	6.496,84	0,00
1922991199 - 27303 Outras Restituições	0,00	7.199,42	7.199,42	0,00
1922991199 - 27600 Outras Restituições	0,00	341.549,36	341.549,36	0,00
1922991199 - 28282 Outras Restituições	0,00	872.482,75	872.482,75	0,00
1922991199 - 29100 Outras Restituições	0,00	241.665,38	241.665,38	0,00
1923000000 Ressarcimentos	36.426.901,00	31.458.855,59	0,00	4.968.045,41
1923020000 Ressarcimento de Custos	36.426.901,00	31.458.855,59	0,00	4.968.045,41
1923021000 Ressarcimento de Custos	36.426.901,00	31.458.855,59	0,00	4.968.045,41



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1923021100 Ressarcimento de Custos - Principal	36.426.901,00	31.458.855,59	0,00	4.968.045,41
1923021101 - 10000 Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	36.426.901,00	30.769.262,88	0,00	5.657.638,12
1923021102 - 27000 Ressarcimento de Despesas com Condenados pela Justiça	0,00	689.592,71	689.592,71	0,00
1990000000 Demais Receitas Correntes	432.113.716,00	457.480.513,12	25.366.797,12	0,00
1990030000 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	73.889.156,00	29.291.828,92	0,00	44.597.327,08
1990031000 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	73.889.156,00	29.291.828,92	0,00	44.597.327,08
1990031100 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	73.889.156,00	29.291.828,92	0,00	44.597.327,08
1990031101 - 20300 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	73.889.156,00	29.291.828,92	0,00	44.597.327,08
1990120000 Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	397.027,00	2.547.707,86	2.150.680,86	0,00
1990122000 Ônus de Sucumbência	397.027,00	2.547.707,86	2.150.680,86	0,00
1990122100 Ônus de Sucumbência	397.027,00	2.547.707,86	2.150.680,86	0,00
1990122101 - 27000 Ônus de Sucumbência	397.027,00	2.547.707,86	2.150.680,86	0,00
1990990000 Outras Receitas	357.827.533,00	425.640.976,34	67.813.443,34	0,00
1990991000 Outras Receitas - Primárias	333.017.773,00	344.078.039,32	11.060.266,32	0,00
1990991100 Outras Receitas - Principal	333.017.773,00	344.078.039,32	11.060.266,32	0,00
1990991199 - 10000 Outras Receitas	5.969.512,00	1.253.934,25	0,00	4.715.577,75
1990991125 - 10000 Receita da "Terceirização" da Folha de Pagamento dos Agentes Públicos	0,00	813.821,26	813.821,26	0,00
1990991130 - 10000 Recursos DRE EC 93/2016	234.760.181,00	256.043.467,49	21.283.286,49	0,00
1990991121 - 10000 Recursos Provenientes do FEEF	77.019.045,00	40.611.440,50	0,00	36.407.604,50
1990991113 - 10000 Ressarcimento	0,00	5.515.316,30	5.515.316,30	0,00
1990991105 - 10000 Saldo de Exercícios Anteriores	4.968.132,00	9.238.723,85	4.270.591,85	0,00
1990991123 - 11000 Outras Receita FECOP	0,00	187.674,19	187.674,19	0,00
1990991105 - 11000 Saldo de Exercícios Anteriores	0,00	904.716,89	904.716,89	0,00
1990991114 - 27000 Doações em Dinheiro	0,00	10.307.770,95	10.307.770,95	0,00
1990991132 - 27000 Doações em Dinheiro - Enfrentamento COVID-19	0,00	72.127,37	72.127,37	0,00
1990991199 - 27000 Outras Receitas	0,00	164.706,61	164.706,61	0,00
1990991198 - 27000 Outras Receitas Eventuais	2.322.257,00	3.561.017,61	1.238.760,61	0,00
1990991115 - 27000 Patrocínios	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
1990991124 - 27000 Receita de Honorários de Advogados	24.621,00	5.503,89	0,00	19.117,11
1990991117 - 27000 Receita de Leilão de Bens Apreendidos	5.519.025,00	12.048.635,27	6.529.610,27	0,00
1990991104 - 27000 Receita sobre Programa de Sementes	2.420.000,00	3.349.182,89	929.182,89	0,00
1990992000 Outras Receitas - Financeiras	24.809.760,00	81.562.937,02	56.753.177,02	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1990992100 Outras Receitas - Financeiras - Principal	24.809.760,00	81.562.937,02	56.753.177,02	0,00
1990992101 - 10000 Encargos do FDI / PROAPI	0,00	819.769,28	819.769,28	0,00
1990992104 - 10000 Rendas	0,00	6.226,75	6.226,75	0,00
1990992109 - 10000 Retorno do FDI - PROAPI	0,00	33.173.198,70	33.173.198,70	0,00
1990992107 - 27000 Encargos do FDI / PROADE	951.500,00	3.967.390,45	3.015.890,45	0,00
1990992108 - 27000 Spread sobre Rendimentos de Depósitos Judiciais	4.260.000,00	5.665.533,17	1.405.533,17	0,00
1990992110 - 27000 Spread sobre Rendimentos de Fianças Criminais	422.644,00	0,00	0,00	422.644,00
1990992103 - 27000 Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	578.673,00	1.064.439,09	485.766,09	0,00
1990992102 - 27600 Participação nos Encargos do FDI - Diferido	18.596.943,00	36.866.379,58	18.269.436,58	0,00
2000000000 Receitas de Capital	3.546.391.299,57	1.644.108.885,59	0,00	1.902.282.413,98
2100000000 Operações de Crédito	2.534.377.177,00	1.406.915.418,29	0,00	1.127.461.758,71
2110000000 Operações de Crédito - Mercado Interno	1.726.697.603,00	1.051.540.121,76	0,00	675.157.481,24
2118000000 Operações de Crédito - Mercado Interno - Estados/DF/Municípios	19.751.059,00	13.035.575,35	0,00	6.715.483,65
2118010000 Operações de Crédito Internas de Estados/DF/Municípios	19.751.059,00	13.035.575,35	0,00	6.715.483,65
2118011000 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	4.000.000,00	0,00	0,00	4.000.000,00
2118011100 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação - Principal	4.000.000,00	0,00	0,00	4.000.000,00
2118011101 - 24645 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	4.000.000,00	0,00	0,00	4.000.000,00
2118013000 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	11.202.000,00	6.953.609,06	0,00	4.248.390,94
2118013100 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento - Principal	11.202.000,00	6.953.609,06	0,00	4.248.390,94
2118013101 - 24656 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	11.202.000,00	6.953.609,06	0,00	4.248.390,94
2118015000 Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	0,00	3.885.720,53	3.885.720,53	0,00
2118015100 Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	0,00	3.885.720,53	3.885.720,53	0,00
2118015101 - 24645 Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	0,00	3.885.720,53	3.885.720,53	0,00
2118017000 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	4.549.059,00	2.196.245,76	0,00	2.352.813,24
2118017100 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular - Principal	4.549.059,00	2.196.245,76	0,00	2.352.813,24
2118017101 - 24637 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	849.059,00	0,00	0,00	849.059,00
2118017101 - 24656 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	3.700.000,00	2.196.245,76	0,00	1.503.754,24
2119000000 Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.706.946.544,00	1.038.504.546,41	0,00	668.441.997,59
2119001000 Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.706.946.544,00	1.038.504.546,41	0,00	668.441.997,59
2119001100 Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	1.706.946.544,00	1.038.504.546,41	0,00	668.441.997,59
2119001103 - 24636 Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	24.804.000,00	12.395.642,50	0,00	12.408.357,50
2119001109 - 24638 Operações de Crédito Internas - CEF/CPAC - MARANGUAPINHO	390.000,00	0,00	0,00	390.000,00
2119001199 - 24645 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	7.433.427,00	0,00	0,00	7.433.427,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2119001108 - 24647 Operações de Crédito Internas - BNDES - ESTADOS	0,00	4.983.645,97	4.983.645,97	0,00
2119001103 - 24649 Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	200.000.000,00	80.000.000,00	0,00	120.000.000,00
2119001110 - 24654 Operações de Crédito Internas - Amortização da Dívida	1.454.164.358,00	940.000.000,00	0,00	514.164.358,00
2119001103 - 24656 Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	20.154.759,00	1.125.257,94	0,00	19.029.501,06
2120000000 Operações de Crédito - Mercado Externo	807.679.574,00	355.375.296,53	0,00	452.304.277,47
2128000000 Operação de Crédito Externas - Estados/DF/Municípios	269.304.459,00	123.040.710,29	0,00	146.263.748,71
2128010000 Operações de Crédito Externas - Estados/DF/ Municípios	269.304.459,00	123.040.710,29	0,00	146.263.748,71
2128012000 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	159.729.055,00	58.367.374,51	0,00	101.361.680,49
2128012100 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde - Principal	159.729.055,00	58.367.374,51	0,00	101.361.680,49
2128012101 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	159.729.055,00	58.367.374,51	0,00	101.361.680,49
2128013000 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	13.370.000,00	0,00	0,00	13.370.000,00
2128013100 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento - Principal	13.370.000,00	0,00	0,00	13.370.000,00
2128013101 - 24857 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	13.370.000,00	0,00	0,00	13.370.000,00
2128015000 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	96.205.404,00	64.673.335,78	0,00	31.532.068,22
2128015100 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	96.205.404,00	64.673.335,78	0,00	31.532.068,22
2128015101 - 24858 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	1.211.395,00	0,00	0,00	1.211.395,00
2128015101 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	94.994.009,00	64.673.335,78	0,00	30.320.673,22
2129000000 Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	538.375.115,00	232.334.586,24	0,00	306.040.528,76
2129001000 Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	538.375.115,00	232.334.586,24	0,00	306.040.528,76
2129001100 Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal	538.375.115,00	232.334.586,24	0,00	306.040.528,76
2129001109 - 24849 Operações de Crédito Externas - IPFCeará	75.725.877,00	13.013.218,72	0,00	62.712.658,28
2129001104 - 24858 Operações de Crédito Externas para Programas de Ação Social	0,00	31.272.250,00	31.272.250,00	0,00
2129001199 - 24858 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	51.000.000,00	0,00	0,00	51.000.000,00
2129001104 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Ação Social	0,00	41.459.235,46	41.459.235,46	0,00
2129001102 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Infraestrutura	209.685.410,00	14.420.714,15	0,00	195.264.695,85
2129001103 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Transportes	0,00	64.744.381,97	64.744.381,97	0,00
2129001199 - 24859 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	73.394.703,00	0,00	0,00	73.394.703,00
2129001199 - 24864 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
2129001101 - 24865 Operações de Crédito Externas para Programas de Turismo	50.000.000,00	45.564.665,09	0,00	4.435.334,91
2129001199 - 24867 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	77.369.125,00	21.860.120,85	0,00	55.509.004,15
2200000000 Alienação de Bens	180.652,00	47.231.550,42	47.050.898,42	0,00
2210000000 Alienação de Bens Móveis	180.652,00	17.767.679,64	17.587.027,64	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2213000000 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	180.652,00	17.767.679,64	17.587.027,64	0,00
2213001000 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	180.652,00	17.767.679,64	17.587.027,64	0,00
2213001100 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	180.652,00	17.767.679,64	17.587.027,64	0,00
2213001101 - 11200 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	150.200,00	17.767.679,64	17.617.479,64	0,00
2213001101 - 27000 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	30.452,00	0,00	0,00	30.452,00
2220000000 Alienação de Bens Imóveis	0,00	29.463.870,78	29.463.870,78	0,00
2220001000 Alienação de Bens Imóveis	0,00	29.463.870,78	29.463.870,78	0,00
2220001100 Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	29.463.870,78	29.463.870,78	0,00
2220001102 - 11200 Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	9.526.870,78	9.526.870,78	0,00
2220001102 - 27000 Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	19.937.000,00	19.937.000,00	0,00
2300000000 Amortização de Empréstimos	0,00	323.323,10	323.323,10	0,00
2300071000 Amortização de Financiamentos	0,00	323.323,10	323.323,10	0,00
2300071100 Amortização de Financiamentos - Principal	0,00	323.323,10	323.323,10	0,00
2300071101 - 27000 Amortização de Financiamentos de Projetos	0,00	323.323,10	323.323,10	0,00
2400000000 Transferências de Capital	1.011.833.470,57	189.328.357,61	0,00	822.505.112,96
2410000000 Transferências da União e de suas Entidades	1.000.994.168,39	181.699.887,52	0,00	819.294.280,87
2418000000 Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	1.000.994.168,39	181.699.887,52	0,00	819.294.280,87
2418030000 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Fundo a Fundo - Bloco Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	3.144.776,00	3.144.776,00	0,00
2418034000 Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	0,00	849.025,00	849.025,00	0,00
2418034100 Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	0,00	849.025,00	849.025,00	0,00
2418034101 - 29100 Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	0,00	849.025,00	849.025,00	0,00
2418039000 Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	2.295.751,00	2.295.751,00	0,00
2418039100 Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	2.295.751,00	2.295.751,00	0,00
2418039102 - 29100 Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Combate COVID-19	0,00	2.295.751,00	2.295.751,00	0,00
2418040000 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Fundo a Fundo - Bloco Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	17.479.959,18	809.932,00	0,00	16.670.027,18
2418042000 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Atenção Especializada	17.479.959,18	299.656,00	0,00	17.180.303,18
2418042100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Atenção Especializada	17.479.959,18	299.656,00	0,00	17.180.303,18
2418042101 - 29100 Transferências de Recursos do SUS - Atenção Especializada	17.479.959,18	299.656,00	0,00	17.180.303,18
2418049100 Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	0,00	510.276,00	510.276,00	0,00
2418049102 - 29100 Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Combate COVID-19	0,00	510.276,00	510.276,00	0,00
2418100000 Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	961.874.209,21	141.802.774,14	0,00	820.071.435,07



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2418101000 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	3.639.159,00	0,00	0,00	3.639.159,00
2418101100 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	3.639.159,00	0,00	0,00	3.639.159,00
2418101101 - 28283 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	3.639.159,00	0,00	0,00	3.639.159,00
2418102000 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	26.530.000,00	2.590.480,93	0,00	23.939.519,07
2418102100 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação - Principal	26.530.000,00	2.590.480,93	0,00	23.939.519,07
2418102101 - 28282 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	22.900.000,00	2.590.480,93	0,00	20.309.519,07
2418102101 - 28283 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	3.630.000,00	0,00	0,00	3.630.000,00
2418105000 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	55.443.979,00	95.074.690,76	39.630.711,76	0,00
2418105100 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal	55.443.979,00	95.074.690,76	39.630.711,76	0,00
2418105101 - 28282 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	55.443.979,00	95.074.690,76	39.630.711,76	0,00
2418106000 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	46.865,00	0,00	0,00	46.865,00
2418106100 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal	46.865,00	0,00	0,00	46.865,00
2418106101 - 28283 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	46.865,00	0,00	0,00	46.865,00
2418107000 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	460.401.010,00	226.517,86	0,00	460.174.492,14
2418107100 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal	460.401.010,00	226.517,86	0,00	460.174.492,14
2418107101 - 28282 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	390.401.010,00	0,00	0,00	390.401.010,00
2418107101 - 28283 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	70.000.000,00	226.517,86	0,00	69.773.482,14
2418109000 Outras Transferências de Convênios da União	415.813.196,21	43.911.084,59	0,00	371.902.111,62
2418109100 Outras Transferências de Convênios da União - Principal	415.813.196,21	43.911.084,59	0,00	371.902.111,62
2418109199 - 28282 Outras Transferências de Convênios da União	413.512.487,94	43.803.284,59	0,00	369.709.203,35
2418109199 - 28283 Outras Transferências de Convênios da União	2.300.708,27	107.800,00	0,00	2.192.908,27
2418990000 Outras Transferências da União	21.640.000,00	35.942.405,38	14.302.405,38	0,00
2418991000 Outras Transferências da União	21.640.000,00	35.942.405,38	14.302.405,38	0,00
2418991100 Outras Transferências da União - Principal	21.640.000,00	35.942.405,38	14.302.405,38	0,00
2418991105 - 29100 Emendas Parlamentares Individuais Impositivas	0,00	649.939,00	649.939,00	0,00
2418991102 - 29201 Transferencias do Fundo Penitenciario Nacional - FUPEN	7.500.000,00	0,00	0,00	7.500.000,00
2418991103 - 29202 Transferências ao Fundo de Amparo ao Trabalhador	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2418991104 - 29203 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	14.130.000,00	35.292.466,38	21.162.466,38	0,00
2430000000 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	4.660.000,00	5.248.294,95	588.294,95	0,00
2438000000 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	4.660.000,00	5.248.294,95	588.294,95	0,00
2438100000 Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	4.660.000,00	5.248.294,95	588.294,95	0,00
2438102000 Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	1.100.000,00	0,00	0,00	1.100.000,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2438102100 Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação - Principal	1.100.000,00	0,00	0,00	1.100.000,00
2438102101 - 28686 Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	1.100.000,00	0,00	0,00	1.100.000,00
2438109000 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	3.560.000,00	5.248.294,95	1.688.294,95	0,00
2438109100 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	3.560.000,00	5.248.294,95	1.688.294,95	0,00
2438109101 - 28686 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	3.550.000,00	5.248.294,95	1.698.294,95	0,00
2438109101 - 28687 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2440000000 Transferências de Instituições Privadas	2.167.302,18	0,00	0,00	2.167.302,18
2448000000 Transferências de Instituições Privadas - Específicas de Estados, DF e Municípios	2.167.302,18	0,00	0,00	2.167.302,18
2448010000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas	2.002.302,18	0,00	0,00	2.002.302,18
2448011000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde	2.002.302,18	0,00	0,00	2.002.302,18
2448011100 Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde	2.002.302,18	0,00	0,00	2.002.302,18
2448011101 - 28889 Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde	2.002.302,18	0,00	0,00	2.002.302,18
2448100000 Outras Transferências de Instituições Privadas	165.000,00	0,00	0,00	165.000,00
2448101000 Outras Transferências de Instituições Privadas	165.000,00	0,00	0,00	165.000,00
2448101100 Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	165.000,00	0,00	0,00	165.000,00
2448101101 - 28889 Outras Transferências de Instituições Privadas	165.000,00	0,00	0,00	165.000,00
2460000000 Transferências do Exterior	4.012.000,00	2.380.175,14	0,00	1.631.824,86
2468000000 Transferências do Exterior - Específicas de Estados, DF e Municípios	4.012.000,00	2.380.175,14	0,00	1.631.824,86
2468100000 Outras Transferências do Exterior Não Especificadas Anteriormente	0,00	2.380.175,14	2.380.175,14	0,00
2468101000 Outras Transferências do Exterior Não Especificadas Anteriormente	0,00	2.380.175,14	2.380.175,14	0,00
2468101100 Outras Transferências do Exterior Não Especificadas Anteriormente - Principal	0,00	2.380.175,14	2.380.175,14	0,00
2468101199 - 28080 Outras Transferências do Exterior Não Especificadas Anteriormente	0,00	2.380.175,14	2.380.175,14	0,00
2468019000 Outras Transferências do Exterior Não Especificadas Anteriormente	4.012.000,00	0,00	0,00	4.012.000,00
2468019199 - 28080 Outras Transferências de Convênios do Exterior	4.012.000,00	0,00	0,00	4.012.000,00
2900000000 Outras Receitas de Capital	0,00	310.236,17	310.236,17	0,00
2990000000 Demais Receitas de Capital	0,00	310.236,17	310.236,17	0,00
2990001000 Demais Receitas de Capital	0,00	310.236,17	310.236,17	0,00
2990001100 Demais Receitas de Capital - Principal	0,00	310.236,17	310.236,17	0,00
2990001199 - 24859 Outras Restituições	0,00	1.761,65	1.761,65	0,00
2990001199 - 24864 Outras Restituições	0,00	308.474,52	308.474,52	0,00
7000000000 Receitas Intraorçamentárias	1.498.675.081,43	1.717.307.138,07	218.632.056,64	0,00
7100000000 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.233.707,00	40.650,01	0,00	10.193.056,99



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
7120000000 Taxas	10.233.707,00	40.650,01	0,00	10.193.056,99
7121000000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.483.000,00	0,00	0,00	2.483.000,00
7121040000 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	2.483.000,00	0,00	0,00	2.483.000,00
7121041000 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	2.483.000,00	0,00	0,00	2.483.000,00
7121041100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	2.483.000,00	0,00	0,00	2.483.000,00
7121041103 - 27000 Taxa de Licenciamento Ambiental	2.483.000,00	0,00	0,00	2.483.000,00
7122000000 Taxas pela Prestação de Serviços	7.750.707,00	40.650,01	0,00	7.710.056,99
7122010000 Taxas pela Prestação de Serviços	700.773,00	40.650,01	0,00	660.122,99
7122011000 Taxas pela Prestação de Serviços	700.773,00	40.650,01	0,00	660.122,99
7122011100 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	700.773,00	40.650,01	0,00	660.122,99
7122011106 - 27000 Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	700.773,00	40.650,01	0,00	660.122,99
7122020000 Emolumentos e Custas Judiciais	7.049.934,00	0,00	0,00	7.049.934,00
7122021000 Emolumentos e Custas Judiciais	7.049.934,00	0,00	0,00	7.049.934,00
7122021100 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	7.049.934,00	0,00	0,00	7.049.934,00
7122021101 - 27000 Emolumentos e Custas Judiciais	7.049.934,00	0,00	0,00	7.049.934,00
7200000000 Contribuições	1.374.818.033,00	1.466.111.977,05	91.293.944,05	0,00
7210000000 Contribuições Sociais	1.374.818.033,00	1.466.111.977,05	91.293.944,05	0,00
7218000000 Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	1.373.066.746,00	1.464.645.793,72	91.579.047,72	0,00
7218030000 CPSSS Patronal - Servidor Civil - Específico de EST/DF/MUN	1.031.718.746,00	1.187.670.290,52	155.951.544,52	0,00
7218031000 CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	1.031.718.746,00	1.187.670.290,52	155.951.544,52	0,00
7218031100 CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	1.031.718.746,00	1.187.670.290,52	155.951.544,52	0,00
7218031101 - 20400 Contribuição Patronal da Assembleia Legislativa	28.456.394,00	29.419.705,56	963.311,56	0,00
7218031106 - 20400 Contribuição Patronal da Defensoria Pública	40.685.351,00	36.405.555,10	0,00	4.279.795,90
7218031104 - 20400 Contribuição Patronal da Procuradoria Geral de Justiça	53.619.246,00	74.046.828,64	20.427.582,64	0,00
7218031105 - 20400 Contribuição Patronal do Poder Executivo Civil	718.563.454,00	808.034.279,79	89.470.825,79	0,00
7218031102 - 20400 Contribuição Patronal do TCE	24.794.464,00	31.985.050,50	7.190.586,50	0,00
7218031103 - 20400 Contribuição Patronal do Tribunal de Justiça	165.599.837,00	207.778.870,93	42.179.033,93	0,00
7218070000 Contribuição Patronal para Previdência Militar de Estados e DF	341.348.000,00	276.975.503,20	0,00	64.372.496,80
7218071000 Contribuição Patronal - Militar Ativo	341.348.000,00	276.975.503,20	0,00	64.372.496,80
7218071100 Contribuição Patronal - Militar Ativo - Principal	341.348.000,00	276.975.503,20	0,00	64.372.496,80
7218071101 - 20400 Contribuição Patronal - Militar Ativo	341.348.000,00	276.975.503,20	0,00	64.372.496,80
7219000000 Outras Contribuições Sociais	1.751.287,00	1.466.183,33	0,00	285.103,67
7219991000 Demais Contribuições Sociais	1.751.287,00	1.466.183,33	0,00	285.103,67



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
7219991100 Outras Contribuições Sociais - Principal	1.751.287,00	1.466.183,33	0,00	285.103,67
7219991101 - 20600 Contribuição Patronal para o FPP	1.751.287,00	1.288.384,62	0,00	462.902,38
7219991102 - 20600 Contribuição Patronal para o FPP de Exercícios Anteriores	0,00	177.798,71	177.798,71	0,00
7300000000 Receita Patrimonial	480.000,00	0,00	0,00	480.000,00
7310000000 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	480.000,00	0,00	0,00	480.000,00
7310991102 - 27000 Taxa de Anuência	480.000,00	0,00	0,00	480.000,00
7600000000 Receita de Serviços	74.528.771,00	48.160.638,96	0,00	26.368.132,04
7610000000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	74.528.771,00	48.160.638,96	0,00	26.368.132,04
7610010000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	14.598.913,00	13.629.436,30	0,00	969.476,70
7610011000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	14.598.913,00	13.629.436,30	0,00	969.476,70
7610011100 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	14.598.913,00	13.629.436,30	0,00	969.476,70
7610011155 - 27000 Serviço de Elaboração de Concursos e Processos Seletivos	50.273,00	0,00	0,00	50.273,00
7610011167 - 27000 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	0,00	600.000,00	600.000,00	0,00
7610011176 - 27000 Taxa de Administração	14.548.640,00	13.029.436,30	0,00	1.519.203,70
7610040000 Serviços de Informação e Tecnologia	59.919.858,00	34.531.202,66	0,00	25.388.655,34
7610041000 Serviços de Informação e Tecnologia	59.919.858,00	34.531.202,66	0,00	25.388.655,34
7610041100 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	59.919.858,00	34.531.202,66	0,00	25.388.655,34
7610041104 - 27000 Serviço de Tráfego de Dados	59.612.056,00	34.531.202,66	0,00	25.080.853,34
7610041103 - 27000 Serviços Tecnológicos	307.802,00	0,00	0,00	307.802,00
7610031108 - 27000 Serviços de Registro do Comércio	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
7900000000 Outras Receitas Correntes	38.614.570,43	202.993.872,05	164.379.301,62	0,00
7920000000 Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	13.368.264,00	2.388.165,04	0,00	10.980.098,96
7922000000 Restituições	660.029,00	1.190.000,00	529.971,00	0,00
7922990000 Outras Restituições	660.029,00	1.190.000,00	529.971,00	0,00
7922991000 Outras Restituições	660.029,00	1.190.000,00	529.971,00	0,00
7922991100 Outras Restituições - Principal	660.029,00	1.190.000,00	529.971,00	0,00
7922991199 - 10000 Outras Restituições	660.029,00	1.190.000,00	529.971,00	0,00
7923000000 Ressarcimentos	12.708.235,00	1.198.165,04	0,00	11.510.069,96
7923021000 Ressarcimento de Custos	12.708.235,00	1.198.165,04	0,00	11.510.069,96
7923021100 Ressarcimento de Custos - Principal	12.708.235,00	1.198.165,04	0,00	11.510.069,96
7923021101 - 10000 Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	12.708.235,00	1.198.165,04	0,00	11.510.069,96
7990000000 Demais Receitas Correntes	25.246.306,43	200.605.707,01	175.359.400,58	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
7990991000 Outras Receitas - Primárias	25.246.306,43	200.605.707,01	175.359.400,58	0,00
7990991100 Outras Receitas - Principal	25.246.306,43	200.605.707,01	175.359.400,58	0,00
7990991108 - 10000 Superávit Financeiro das Autarquias	12.982.949,00	177.299.985,13	164.317.036,13	0,00
7990991123 - 27000 Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	0,00	10.200.497,68	10.200.497,68	0,00
7990991135 - 27000 Repasse FASSEC	12.263.357,43	13.105.224,20	841.866,77	0,00
TOTAL GERAL:	33.804.152.708,59	34.196.353.410,12	392.200.701,53	0,00

FONTE: S2GPR, CECAD/COTES 30/03/2022 11:51

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
3	DESPESA CORRENTE	29.171.336.886,07	77.305.853,03	29.248.642.739,10	27.869.710.299,98	1.378.932.439,12
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.459.524.607,30	0,00	14.459.524.607,30	13.872.237.378,58	587.287.228,72
3171	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	1.680.000,00	0,00	1.680.000,00	0,00	1.680.000,00
31717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.680.000,00	0,00	1.680.000,00	0,00	1.680.000,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	12.993.274.952,57	0,00	12.993.274.952,57	12.458.913.531,40	534.361.421,17
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	3.054.788.589,09	0,00	3.054.788.589,09	2.880.689.817,62	174.098.771,47
31900300	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	937.051.621,91	0,00	937.051.621,91	920.637.291,69	16.414.330,22
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	500.985.233,38	0,00	500.985.233,38	482.196.730,57	18.788.502,81
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	21.833.270,31	0,00	21.833.270,31	21.623.516,58	209.753,73
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.184.677.508,15	0,00	6.184.677.508,15	5.968.904.639,84	215.772.868,31
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.686.204.427,40	0,00	1.686.204.427,40	1.673.422.230,00	12.782.197,40
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	155.995.753,73	0,00	155.995.753,73	149.140.209,34	6.855.544,39
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	32.293.950,63	0,00	32.293.950,63	30.250.412,71	2.043.537,92
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	3.267,00	0,00	3.267,00	0,00	3.267,00
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	213.987.162,85	0,00	213.987.162,85	201.456.262,88	12.530.899,97
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	158.350.047,30	0,00	158.350.047,30	93.349.932,06	65.000.115,24
31909400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.037.327,44	0,00	4.037.327,44	3.666.732,47	370.594,97
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	43.066.793,38	0,00	43.066.793,38	33.575.755,64	9.491.037,74
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	1.464.569.654,73	0,00	1.464.569.654,73	1.413.323.847,18	51.245.807,55
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.455.465.645,25	0,00	1.455.465.645,25	1.408.522.035,15	46.943.610,10
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.963.923,80	0,00	2.963.923,80	1.076.935,26	1.886.988,54
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	6.140.085,68	0,00	6.140.085,68	3.724.876,77	2.415.208,91
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	570.574.783,00	0,00	570.574.783,00	516.363.125,80	54.211.657,20
3290	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	570.574.783,00	0,00	570.574.783,00	516.363.125,80	54.211.657,20
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	532.131.058,00	0,00	532.131.058,00	479.115.883,96	53.015.174,04
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	28.716.025,00	0,00	28.716.025,00	27.550.556,85	1.165.468,15
32902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	9.727.700,00	0,00	9.727.700,00	9.696.684,99	31.015,01
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.141.237.495,77	77.305.853,03	14.218.543.348,80	13.481.109.795,60	737.433.553,20
3300	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.960,00	0,00	2.960,00	0,00	2.960,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.960,00	0,00	2.960,00	0,00	2.960,00
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	23.500,00	0,00	23.500,00	0,00	23.500,00
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	23.500,00	0,00	23.500,00	0,00	23.500,00

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33223600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33223900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	421.162,80	0,00	421.162,80	421.162,80	0,00
33304100	CONTRIBUIÇÕES	421.162,80	0,00	421.162,80	421.162,80	0,00
33309300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	4.571.066.203,45	16.384.261,34	4.587.450.464,79	4.547.480.185,87	39.970.278,92
33404100	CONTRIBUIÇÕES	69.704.933,45	14.299.074,65	84.004.008,10	74.244.891,38	9.759.116,72
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	4.501.352.708,47	0,00	4.501.352.708,47	4.471.158.084,48	30.194.623,99
33409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.561,53	0,00	8.561,53	2.000,02	6.561,51
33409300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	2.085.186,69	2.085.186,69	2.075.209,99	9.976,70
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO	419.850.289,44	9.084.000,00	428.934.289,44	420.250.839,90	8.683.449,54
33413100	PREMIAÇÕES	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
33414100	CONTRIBUIÇÕES	419.850.289,44	7.084.000,00	426.934.289,44	418.250.839,90	8.683.449,54
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.594.885.352,26	2.399.176,00	1.597.284.528,26	1.538.405.948,94	58.878.579,32
33501400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33503500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.325.223.614,75	0,00	1.325.223.614,75	1.301.039.193,76	24.184.420,99
33504100	CONTRIBUIÇÕES	231.124.351,21	2.399.176,00	233.523.527,21	200.703.379,43	32.820.147,78
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	6.375.300,00	0,00	6.375.300,00	4.705.489,96	1.669.810,04
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27.942.020,45	0,00	27.942.020,45	27.738.819,94	203.200,51
33509300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.220.065,85	0,00	4.220.065,85	4.219.065,85	1.000,00
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	45.832.242,18	0,00	45.832.242,18	7.677.668,13	38.154.574,05
33604100	CONTRIBUIÇÕES	2.018.800,00	0,00	2.018.800,00	2.018.800,00	0,00
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	43.813.442,18	0,00	43.813.442,18	5.658.868,13	38.154.574,05
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	44.621.086,62	0,00	44.621.086,62	44.541.086,56	80.000,06
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	44.621.086,62	0,00	44.621.086,62	44.541.086,56	80.000,06
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	118.890.641,35	0,00	118.890.641,35	117.425.760,45	1.464.880,90
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	118.890.641,35	0,00	118.890.641,35	117.425.760,45	1.464.880,90
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	3.635.714,25	0,00	3.635.714,25	3.625.714,25	10.000,00
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.635.714,25	0,00	3.635.714,25	3.625.714,25	10.000,00

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	7.028.863.580,67	42.164.095,69	7.071.027.676,36	6.510.149.958,09	560.877.718,27
33900300	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	16.918.559,06	0,00	16.918.559,06	14.653.124,52	2.265.434,54
33900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	20.945.372,50	0,00	20.945.372,50	14.472.118,51	6.473.253,99
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	6.231.091,39	0,00	6.231.091,39	5.888.539,06	342.552,33
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	49.608.298,51	0,00	49.608.298,51	44.615.468,43	4.992.830,08
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	46.024.304,33	0,00	46.024.304,33	36.575.692,11	9.448.612,22
33902900	DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	880.554.479,44	1.361.000,00	881.915.479,44	815.523.034,93	66.392.444,51
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	56.719.524,89	100.000,00	56.819.524,89	50.857.893,46	5.961.631,43
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	373.596.741,85	18.700.000,00	392.296.741,85	369.903.429,62	22.393.312,23
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	29.554.906,91	0,00	29.554.906,91	22.550.926,92	7.003.979,99
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	976.316.455,86	102.536,58	976.418.992,44	961.259.996,95	15.158.995,49
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	16.735.230,90	10.000,00	16.745.230,90	13.923.245,14	2.821.985,76
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	264.914.838,36	1.010.000,00	265.924.838,36	221.442.397,79	44.482.440,57
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.106.515.486,28	150.079,11	1.106.665.565,39	1.068.862.771,04	37.802.794,35
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.019.533.273,40	4.096.600,00	2.023.629.873,40	1.747.745.662,83	275.884.210,57
33904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	258.636.696,06	1.022.975,00	259.659.671,06	239.595.482,63	20.064.188,43
33904100	CONTRIBUIÇÕES	763.100,00	14.500.000,00	15.263.100,00	14.500.000,00	763.100,00
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	222.238.704,61	0,00	222.238.704,61	216.849.982,89	5.388.721,72
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	247.871.143,01	0,00	247.871.143,01	242.097.085,33	5.774.057,68
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	180.696.162,59	0,00	180.696.162,59	176.395.232,76	4.300.929,83
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.175.220,87	0,00	1.175.220,87	450.677,34	724.543,53
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	11.554.891,00	0,00	11.554.891,00	10.694.197,72	860.693,28
33906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	500.000,00	0,00	500.000,00	198.605,00	301.395,00
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	11.111.681,10	0,00	11.111.681,10	9.602.550,43	1.509.130,67
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	98.143.138,61	0,00	98.143.138,61	87.536.467,90	10.606.670,71
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	131.974.279,14	1.110.905,00	133.085.184,14	123.955.374,78	9.129.809,36
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE	313.144.762,75	7.274.320,00	320.419.082,75	291.131.470,61	29.287.612,14

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
	ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	140.000,00	0,00	140.000,00	121.272,39	18.727,61
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.079.644,88	7.274.320,00	37.353.964,88	19.414.587,05	17.939.377,83
33914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	71.842.218,77	0,00	71.842.218,77	63.872.352,78	7.969.865,99
33914100	CONTRIBUIÇÕES	190.961.209,48	0,00	190.961.209,48	190.405.209,33	556.000,15
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.690.042,86	0,00	2.690.042,86	2.204.091,35	485.951,51
33919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	32.000,00	0,00	32.000,00	0,00	32.000,00
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	917.566,39	0,00	917.566,39	843.870,24	73.696,15
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.482.080,37	0,00	16.482.080,37	14.270.087,47	2.211.992,90
4	DESPESA DE CAPITAL	7.118.856.677,92	108.004.099,90	7.226.860.777,82	5.021.907.859,17	2.204.952.918,65
44	INVESTIMENTOS	5.330.739.857,87	9.483.199,90	5.340.223.057,77	3.499.385.767,44	1.840.837.290,33
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	262.172,00	0,00	262.172,00	0,00	262.172,00
44204200	AUXÍLIOS	262.172,00	0,00	262.172,00	0,00	262.172,00
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	27.088,98	57.000,00	84.088,98	0,00	84.088,98
44225100	OBRAS E INSTALAÇÕES	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.088,98	0,00	19.088,98	0,00	19.088,98
44229300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	57.000,00	57.000,00	0,00	57.000,00
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	277.780.073,19	730.630,30	278.510.703,49	236.482.359,26	42.028.344,23
44404100	CONTRIBUIÇÕES	2.195.000,00	0,00	2.195.000,00	2.122.819,69	72.180,31
44404200	AUXÍLIOS	274.216.623,29	730.630,30	274.947.253,59	232.991.590,48	41.955.663,11
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.368.449,90	0,00	1.368.449,90	1.367.949,09	500,81
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
44414100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	41.225.434,05	47.751,00	41.273.185,05	21.583.541,84	19.689.643,21
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.837.998,47	0,00	11.837.998,47	9.214.171,73	2.623.826,74
44504100	CONTRIBUIÇÕES	3.306.001,00	0,00	3.306.001,00	0,00	3.306.001,00
44504200	AUXÍLIOS	25.681.434,58	47.751,00	25.729.185,58	12.369.370,11	13.359.815,47
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	9.122.873,17	0,00	9.122.873,17	9.122.873,13	0,04
44678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	9.122.873,17	0,00	9.122.873,17	9.122.873,13	0,04

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	1.044.124,70	0,00	1.044.124,70	1.044.124,70	0,00
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.044.124,70	0,00	1.044.124,70	1.044.124,70	0,00
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	4.974.769.870,80	8.637.818,60	4.983.407.689,40	3.209.441.280,98	1.773.966.408,42
44900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44901400	DIÁRIAS - CIVIL	96.000,00	0,00	96.000,00	4.481,15	91.518,85
44901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	863.643,50	136.356,50
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	15.187.370,04	2.671,00	15.190.041,04	12.492.044,01	2.697.997,03
44903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
44903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	104.000,00	0,00	104.000,00	0,00	104.000,00
44903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	133.353.262,32	0,00	133.353.262,32	75.988.598,28	57.364.664,04
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.348.870,00	0,00	4.348.870,00	573.910,16	3.774.959,84
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	6.412.024,91	0,00	6.412.024,91	3.014.508,27	3.397.516,64
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	695.188.255,24	17.600,00	695.205.855,24	580.106.690,26	115.099.164,98
44904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	69.037.525,90	0,00	69.037.525,90	38.364.806,76	30.672.719,14
44904100	CONTRIBUIÇÕES	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
44904200	AUXÍLIOS	1.072.227,98	0,00	1.072.227,98	0,00	1.072.227,98
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	587.318,42	0,00	587.318,42	473.704,39	113.614,03
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.606.538.596,83	1.000.000,00	2.607.538.596,83	1.445.135.412,84	1.162.403.183,99
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.155.050.166,27	7.529.547,60	1.162.579.713,87	826.240.061,85	336.339.652,02
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	38.932.400,82	0,00	38.932.400,82	31.956.576,16	6.975.824,66
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	20.424.041,67	0,00	20.424.041,67	10.108.540,50	10.315.501,17
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	160.154,00	0,00	160.154,00	63.514,94	96.639,06
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	70.494.324,19	0,00	70.494.324,19	46.998.022,92	23.496.301,27
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	156.282.332,21	88.000,00	156.370.332,21	137.056.764,99	19.313.567,22
44909500	INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4491	APLICAÇÕES DIRETAS	26.508.220,97	0,00	26.508.220,97	21.711.587,53	4.796.633,44
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	46.600,00	0,00	46.600,00	0,00	46.600,00
44914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	23.150.473,70	0,00	23.150.473,70	19.934.847,98	3.215.625,72



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.273.681,70	0,00	2.273.681,70	750.773,98	1.522.907,72
44919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	11.500,00	0,00	11.500,00	0,00	11.500,00
44919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.025.965,57	0,00	1.025.965,57	1.025.965,57	0,00
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	215.963.287,34	98.520.900,00	314.484.187,34	312.576.977,88	1.907.209,46
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	215.963.287,34	98.520.900,00	314.484.187,34	312.576.977,88	1.907.209,46
45900700	CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	9.000.000,00	0,00	9.000.000,00	9.000.000,00	0,00
45904100	CONTRIBUIÇÕES	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	9.497.000,00	38.670.000,00	48.167.000,00	47.907.431,08	259.568,92
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.205.858,92	0,00	1.205.858,92	1.145.439,01	60.419,91
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	159.848.422,61	3.000.000,00	162.848.422,61	162.848.422,61	0,00
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	26.412.005,81	56.850.900,00	83.262.905,81	81.675.685,18	1.587.220,63
45908400	DESPESAS DECORRENTES DA PARTIC. FUNDOS, ORGANISMOS, NACIONAIS, INTERNACIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.572.153.532,71	0,00	1.572.153.532,71	1.209.945.113,85	362.208.418,86
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	1.572.153.532,71	0,00	1.572.153.532,71	1.209.945.113,85	362.208.418,86
46902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	21.298.716,00	0,00	21.298.716,00	21.278.054,26	20.661,74
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.550.854.816,71	0,00	1.550.854.816,71	1.188.667.059,59	362.187.757,12
46909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	162.934.780,00	0,00	162.934.780,00	0,00	162.934.780,00
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	162.934.780,00	0,00	162.934.780,00	0,00	162.934.780,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	162.934.780,00	0,00	162.934.780,00	0,00	162.934.780,00
99999900	A CLASSIFICAR	162.934.780,00	0,00	162.934.780,00	0,00	162.934.780,00
Total Geral:		36.453.128.343,99	185.309.952,93	36.638.438.296,92	32.891.618.159,15	3.746.820.137,77



Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
00-RECURSOS ORDINÁRIOS				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
	300-PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	4.475.723,77	4.475.723,77	0,00
	400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	77.369.201,34	76.520.045,51	849.155,83
	700-CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	21.563.350,58	21.563.036,73	313,85
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.532.346.831,39	3.532.343.995,76	2.835,63
	200-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.672.546.467,13	1.672.546.467,13	0,00
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	137.838.053,43	132.970.072,96	4.867.980,47
	600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.603.445,45	1.603.445,45	0,00
	700-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	0,00	0,00	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	41.972.497,38	41.953.925,38	18.572,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	61.488.765,24	61.372.729,32	116.035,92
	400-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.666.732,47	3.666.732,47	0,00
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	32.170.841,47	31.377.390,08	793.451,39
	Total Modalidade: 3190	5.587.041.909,65	5.580.393.564,56	6.648.345,09
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	990.395.585,44	956.248.279,89	34.147.305,55
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.076.935,26	953.741,19	123.194,07
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	3.671.217,08	3.332.140,80	339.076,28
	Total Modalidade: 3191	995.143.737,78	960.534.161,88	34.609.575,90
3290-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3290	0,00	0,00	0,00
3322-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO				
	400-DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3322	0,00	0,00	0,00
3330-TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL				
	100-CONTRIBUIÇÕES	421.162,80	421.162,80	0,00
	Total Modalidade: 3330	421.162,80	421.162,80	0,00
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	100-CONTRIBUIÇÕES	24.559.965,45	24.521.965,45	38.000,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	4.466.321.727,18	4.389.855.981,14	76.465.746,04
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.000,02	2.000,02	0,00
	Total Modalidade: 3340	4.490.883.692,65	4.414.379.946,61	76.503.746,04
3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO				
	100-PREMIAÇÕES	2.000.000,00	1.350.000,00	650.000,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	73.973.798,79	73.348.364,79	625.434,00
	Total Modalidade: 3341	75.973.798,79	74.698.364,79	1.275.434,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	345.649.660,91	341.128.048,64	4.521.612,27
	100-CONTRIBUIÇÕES	92.768.890,01	89.067.273,66	3.701.616,35
	300-SUBVENÇÕES SOCIAIS	93.600,00	62.400,00	31.200,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.646.258,17	4.646.258,17	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.219.065,85	4.219.065,85	0,00
	Total Modalidade: 3350	447.377.474,94	439.123.046,32	8.254.428,62
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
	100-CONTRIBUIÇÕES	1.808.800,00	1.808.800,00	0,00
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	949.829,55	949.829,55	0,00
	Total Modalidade: 3360	2.758.629,55	2.758.629,55	0,00
3367-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP				
	300-DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	44.341.306,85	40.607.867,83	3.733.439,02
	Total Modalidade: 3367	44.341.306,85	40.607.867,83	3.733.439,02
3371-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS				
	000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.640.475,98	1.640.475,98	0,00
	Total Modalidade: 3371	1.640.475,98	1.640.475,98	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	300-PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	0,00	0,00	0,00
	800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	9.635.575,49	9.603.544,97	32.030,52
	900-SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00
	400-DIÁRIAS - CIVIL	7.276.432,75	7.069.231,18	207.201,57
	500-DIÁRIAS - MILITAR	5.788.575,42	5.785.126,91	3.448,51



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	27.660.308,40	27.660.308,40	0,00
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	21.048.165,71	19.095.760,83	1.952.404,88
	000-MATERIAL DE CONSUMO	235.011.542,56	159.907.324,32	75.104.218,24
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	18.795.937,17	12.034.153,07	6.761.784,10
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.391.691,04	9.080.632,07	11.311.058,97
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	13.300.432,56	11.639.949,89	1.660.482,67
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	509.756.545,95	500.538.958,33	9.217.587,62
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	9.748.380,26	7.471.667,96	2.276.712,30
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	112.408.761,84	110.953.662,89	1.455.098,95
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	590.071.132,97	556.619.556,89	33.451.576,08
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	938.417.589,72	851.991.391,03	86.426.198,69
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	87.907.870,55	80.899.033,38	7.008.837,17
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	182.588.578,73	182.563.573,73	25.005,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	29.528.018,95	27.148.783,21	2.379.235,74
	800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	25.040.293,68	25.031.093,68	9.200,00
	900-AUXÍLIO-TRANSPORTE	186.396,40	186.396,40	0,00
	900-PENSÕES ESPECIAIS	196.011,68	196.011,68	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	650.590,67	650.590,67	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	35.007.668,51	34.682.125,32	325.543,19
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	59.675.584,14	56.611.803,09	3.063.781,05
	Total Modalidade: 3390	2.940.092.085,15	2.697.420.679,90	242.671.405,25
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	121.272,39	14.166,95	107.105,44
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.258.143,46	1.258.143,46	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	31.705.778,45	30.368.561,49	1.337.216,96
	100-CONTRIBUIÇÕES	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	656.088,69	613.924,77	42.163,92
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.709,61	2.709,61	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.058,87	16.058,87	0,00
	Total Modalidade: 3391	39.760.051,47	38.273.565,15	1.486.486,32



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4420-TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO				
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4420	0,00	0,00	0,00
4422-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO				
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4422	0,00	0,00	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	100-CONTRIBUIÇÕES	2.122.819,69	2.122.819,69	0,00
	200-AUXÍLIOS	206.217.977,31	189.580.270,31	16.637.707,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.218.353,09	1.218.353,09	0,00
	Total Modalidade: 4440	209.559.150,09	192.921.443,09	16.637.707,00
4441-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO				
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4441	0,00	0,00	0,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	1.233.805,14	947.590,14	286.215,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	1.233.805,14	947.590,14	286.215,00
4467-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP				
	300-DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	9.122.873,13	8.317.274,09	805.599,04
	Total Modalidade: 4467	9.122.873,13	8.317.274,09	805.599,04
4471-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS				
	000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.044.124,70	1.044.124,70	0,00
	Total Modalidade: 4471	1.044.124,70	1.044.124,70	0,00
4480-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR				
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4480	0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	400-DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	94.087,00	94.087,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	7.888.383,72	5.179.886,99	2.708.496,73
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	29.062.383,92	25.519.985,83	3.542.398,09
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	387.146,89	387.146,89	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	312.266,95	178.034,95	134.232,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	501.702.097,37	413.004.563,21	88.697.534,16
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	19.788.594,82	4.965.216,34	14.823.378,48
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	48.692,84	48.692,84	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	933.981.550,46	575.748.053,42	358.233.497,04
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	361.186.563,90	80.901.086,90	280.285.477,00
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	28.362.887,87	28.348.323,25	14.564,62
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	4.178.969,28	4.178.969,28	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	61.910,94	61.910,94	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	33.840.369,56	33.769.307,82	71.061,74
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	44.505.963,21	44.037.899,71	468.063,50
	500-INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	1.965.401.868,73	1.216.423.165,37	748.978.703,36
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	3.786,14	3.786,14	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	649.801,38	502.801,38	147.000,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4491	653.587,52	506.587,52	147.000,00
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				
	700-CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	10.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00



Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	47.906.000,00	47.906.000,00	0,00
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	159.848.422,61	159.848.422,61	0,00
	600-CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	22.862.406,39	22.862.406,39	0,00
	400-DESPESAS DECORRENTES DA PARTIC. FUNDOS, ORGANISMOS, NACIONAIS, INTERNACIONAIS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4590	242.116.829,00	237.116.829,00	5.000.000,00
4690-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	298.847,67	298.847,67	0,00
	Total Modalidade: 4690	298.847,67	298.847,67	0,00
	Total Fonte: 00	17.054.865.411,59	15.907.827.326,95	1.147.038.084,64
01-COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	715.584.828,64	715.584.828,64	0,00
	300-PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	389.929.247,13	389.929.247,13	0,00
	400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	296.464,40	296.464,40	0,00
	700-CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	60.166,00	60.166,00	0,00
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.251.506.066,87	1.251.480.430,00	25.636,87
	200-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	875.762,87	875.762,87	0,00
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	9.618.367,54	8.518.492,65	1.099.874,89
	600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	8.709.902,13	8.709.902,13	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	159.483.765,50	159.469.394,83	14.370,67
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.263.418,88	19.263.418,88	0,00
	400-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.318.731,67	872.993,47	445.738,20
	Total Modalidade: 3190	2.556.646.721,63	2.555.061.101,00	1.585.620,63
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	158.126.241,71	158.099.481,40	26.760,31
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	53.659,69	53.659,69	0,00
	Total Modalidade: 3191	158.179.901,40	158.153.141,09	26.760,31
3290-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	479.115.883,96	479.115.883,96	0,00
	200-OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	27.550.556,85	27.550.556,85	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	700-ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	9.696.684,99	9.696.684,99	0,00
	Total Modalidade: 3290	516.363.125,80	516.363.125,80	0,00
3330-TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL				
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3330	0,00	0,00	0,00
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	100-CONTRIBUIÇÕES	18.954.499,91	18.894.499,91	60.000,00
	Total Modalidade: 3340	18.954.499,91	18.894.499,91	60.000,00
3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO				
	100-CONTRIBUIÇÕES	323.078.041,11	323.078.041,11	0,00
	Total Modalidade: 3341	323.078.041,11	323.078.041,11	0,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	397.089.628,07	392.535.572,80	4.554.055,27
	100-CONTRIBUIÇÕES	39.352.424,44	39.352.424,44	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.933.920,61	22.933.920,61	0,00
	Total Modalidade: 3350	459.375.973,12	454.821.917,85	4.554.055,27
3367-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP				
	300-DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	199.779,71	0,00	199.779,71
	Total Modalidade: 3367	199.779,71	0,00	199.779,71
3371-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS				
	000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	96.214.753,87	96.214.753,87	0,00
	Total Modalidade: 3371	96.214.753,87	96.214.753,87	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	3.409.563,82	3.409.563,82	0,00
	400-DIÁRIAS - CIVIL	300.727,32	300.694,90	32,42
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	193.768,50	193.768,50	0,00
	900-DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0,00	0,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	97.801.670,67	77.732.247,22	20.069.423,45
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	31.034.471,29	30.714.652,03	319.819,26
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	172.980.369,56	140.055.625,31	32.924.744,25
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	282.381,92	279.105,83	3.276,09



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	348.081.475,15	347.415.086,32	666.388,83
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	3.360.000,00	2.120.800,00	1.239.200,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	11.991.817,76	11.961.128,09	30.689,67
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	183.130.627,23	176.190.091,25	6.940.535,98
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	228.926.464,77	212.800.073,53	16.126.391,24
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	7.004.697,50	6.098.720,15	905.977,35
	600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	6.978.687,66	6.978.687,66	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	192.629.049,10	183.176.417,79	9.452.631,31
	800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00
	900-AUXÍLIO-TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00
	900-PENSÕES ESPECIAIS	10.498.186,04	10.498.186,04	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	6.656.255,77	6.308.550,69	347.705,08
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.369.958,67	23.334.380,16	35.578,51
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.431.869,33	4.420.650,58	11.218,75
	Total Modalidade: 3390	1.333.062.042,06	1.243.988.429,87	89.073.612,19
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.421,69	21.421,69	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	6.010.232,76	5.715.834,66	294.398,10
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	71.645,79	62.645,79	9.000,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.703,11	10.703,11	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.479.681,22	10.479.681,22	0,00
	Total Modalidade: 3391	16.593.684,57	16.290.286,47	303.398,10
4420-TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO				
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4420	0,00	0,00	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	200-AUXÍLIOS	26.001.810,49	25.161.827,80	839.982,69
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	149.596,00	149.596,00	0,00
	Total Modalidade: 4440	26.151.406,49	25.311.423,80	839.982,69
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	828.033,43	369.328,19	458.705,24
	Total Modalidade: 4450	828.033,43	369.328,19	458.705,24
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	000-MATERIAL DE CONSUMO	3.029.257,21	2.985.243,47	44.013,74
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	8.150.929,22	5.243.701,43	2.907.227,79
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.796.816,59	5.898.389,21	4.898.427,38
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	218.900,00	218.900,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.089,94	2.089,94	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	51.392.734,24	44.244.041,35	7.148.692,89
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	113.259.693,10	62.875.146,90	50.384.546,20
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	3.589.978,29	2.684.910,64	905.067,65
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	553.433,78	553.433,78	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	493.955,10	493.955,10	0,00
	Total Modalidade: 4490	191.487.787,47	125.199.811,82	66.287.975,65
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	9.194.310,00	9.194.310,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4491	9.194.310,00	9.194.310,00	0,00
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				
	700-CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	7.500.000,00	7.500.000,00	0,00
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.431,08	805,40	625,68
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00
	Total Modalidade: 4590	10.501.431,08	10.500.805,40	625,68
4690-APLICAÇÕES DIRETAS				
	700-ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	21.278.054,26	21.278.054,26	0,00
	100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	83.590.202,40	83.590.202,40	0,00
	Total Modalidade: 4690	104.868.256,66	104.868.256,66	0,00
9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA				



Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	900-A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 9999	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 01	5.821.699.748,31	5.658.309.232,84	163.390.515,47
03-RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	961.655.456,43	961.655.456,43	0,00
	300-PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	20.153.713,23	20.153.713,23	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.780.179,95	2.780.179,95	0,00
	Total Modalidade: 3190	984.589.349,61	984.589.349,61	0,00
	9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
	900-A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 9999	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 03	984.589.349,61	984.589.349,61	0,00
04-RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	1.194.344.842,69	1.194.344.842,69	0,00
	300-PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	505.722.114,76	505.722.114,76	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.226.679,54	8.226.679,54	0,00
	Total Modalidade: 3190	1.708.293.636,99	1.708.293.636,99	0,00
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.991.888,91	12.991.888,91	0,00
	Total Modalidade: 3391	12.991.888,91	12.991.888,91	0,00
	9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
	900-A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 9999	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 04	1.721.285.525,90	1.721.285.525,90	0,00
05-RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	5.995.669,92	5.995.669,92	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	300-PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	333.099,04	333.099,04	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.220.622,27	1.220.622,27	0,00
	Total Modalidade: 3190	7.549.391,23	7.549.391,23	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.636.016,49	1.636.016,49	0,00
	Total Modalidade: 3390	1.636.016,49	1.636.016,49	0,00
9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
	900-A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 9999	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 05	9.185.407,72	9.185.407,72	0,00
06-RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	3.109.019,94	3.109.019,94	0,00
	Total Modalidade: 3190	3.109.019,94	3.109.019,94	0,00
	Total Fonte: 06	3.109.019,94	3.109.019,94	0,00
07-COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	100-CONTRIBUIÇÕES	8.729.625,17	8.432.755,02	296.870,15
	Total Modalidade: 3340	8.729.625,17	8.432.755,02	296.870,15
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	400-DIÁRIAS - CIVIL	26.828,06	2.518,15	24.309,91
	000-MATERIAL DE CONSUMO	32.628,10	27.923,00	4.705,10
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	7.940,00	7.940,00	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	40.547,52	25.547,52	15.000,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.912.628,54	3.740.035,54	172.593,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.076.594,78	6.691.241,73	3.385.353,05
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	327.635,53	327.635,53	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.713,02	1.713,02	0,00
	Total Modalidade: 3390	14.426.515,55	10.824.554,49	3.601.961,06
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	0,00	0,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	11.089,00	11.089,00	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	269.320,32	157.103,59	112.216,73
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	79.435,53	79.435,53	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.428.087,52	7.404.983,11	23.104,41
	Total Modalidade: 4490	7.787.932,37	7.652.611,23	135.321,14
	Total Fonte: 07	30.944.073,09	26.909.920,74	4.034.152,35
10-RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP				
	3322-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3322	0,00	0,00	0,00
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	3.846.153,85	3.846.153,85	0,00
	Total Modalidade: 3340	3.846.153,85	3.846.153,85	0,00
	3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO			
	100-CONTRIBUIÇÕES	14.115.000,00	13.901.250,00	213.750,00
	Total Modalidade: 3341	14.115.000,00	13.901.250,00	213.750,00
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	61.812.119,60	61.230.448,37	581.671,23
	100-CONTRIBUIÇÕES	42.348.854,26	42.348.854,26	0,00
	Total Modalidade: 3350	104.160.973,86	103.579.302,63	581.671,23
	3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS			



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	3.198.872,50	688.600,00	2.510.272,50
	Total Modalidade: 3360	3.198.872,50	688.600,00	2.510.272,50
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIAS - CIVIL		0,00	0,00	0,00
800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		14.238.785,00	14.238.785,00	0,00
000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		3.294.100,00	3.294.100,00	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		90.092.953,03	87.383.787,46	2.709.165,57
100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		0,00	0,00	0,00
200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		50.337.204,35	43.080.578,03	7.256.626,32
500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		500.000,00	500.000,00	0,00
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		29.002.853,80	27.562.853,80	1.440.000,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		12.486.399,55	10.453.812,74	2.032.586,81
000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		7.200,00	7.200,00	0,00
100-CONTRIBUIÇÕES		14.500.000,00	14.500.000,00	0,00
500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00	0,00
700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		20.000,00	0,00	20.000,00
800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		127.372.280,00	127.372.280,00	0,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		13.832.628,00	13.832.628,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	355.684.403,73	342.226.025,03	13.458.378,70
4420-TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO				
200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4420	0,00	0,00	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4440	0,00	0,00	0,00
4441-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO				
100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4441	0,00	0,00	0,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
200-AUXÍLIOS		9.058.256,27	9.045.119,20	13.137,07
	Total Modalidade: 4450	9.058.256,27	9.045.119,20	13.137,07



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.240.170,71	1.240.170,71	0,00
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	1.498.410,47	693.587,31	804.823,16
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.043.000,00	48.000,00	1.995.000,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	36.547.930,21	33.143.223,09	3.404.707,12
	Total Modalidade: 4490	41.329.511,39	35.124.981,11	6.204.530,28
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				
	600-CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	56.850.900,00	56.850.900,00	0,00
	Total Modalidade: 4590	56.850.900,00	56.850.900,00	0,00
	Total Fonte: 10	588.244.071,60	565.262.331,82	22.981.739,78
11-COTA-PARTE DA CIDE				
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	4.183.299,00	4.183.299,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	4.183.299,00	4.183.299,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13.903.857,67	13.838.667,90	65.189,77
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	13.903.857,67	13.838.667,90	65.189,77
	Total Fonte: 11	18.087.156,67	18.021.966,90	65.189,77
12-ALIENAÇÃO DE BENS				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	351.990,99	0,00	351.990,99
	Total Modalidade: 4490	351.990,99	0,00	351.990,99
	Total Fonte: 12	351.990,99	0,00	351.990,99
16-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
	400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	64.750,23	64.750,23	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	300-OBRIgações Patronais	15.235,51	10.452,34	4.783,17
	Total Modalidade: 3190	79.985,74	75.202,57	4.783,17
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	0,00	0,00	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	228.852,22	220.209,60	8.642,62
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16.527,32	16.527,32	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	9.132.168,22	8.245.655,98	886.512,24
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.630.677,25	1.293.400,72	337.276,53
	600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	17.660,00	17.660,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	351.480,24	351.480,24	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	91.092,19	91.092,19	0,00
	Total Modalidade: 3390	11.468.457,44	10.236.026,05	1.232.431,39
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	531.252,15	31.252,15	500.000,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16.921,38	16.921,38	0,00
	700-OBRIgações Tributárias e Contributivas	18.246,29	18.246,29	0,00
	Total Modalidade: 3391	566.419,82	66.419,82	500.000,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15.000,00	15.000,00	0,00
	700-OBRIgações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	10.656.559,67	7.817.154,89	2.839.404,78
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	448.496,00	97.000,00	351.496,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.958.365,26	2.958.365,26	0,00
	Total Modalidade: 4490	14.078.420,93	10.887.520,15	3.190.900,78
	4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	700-OBRIgações Tributárias e Contributivas	64.356,69	64.356,69	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.025.965,57	1.025.965,57	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
Total Modalidade: 4491		1.090.322,26	1.090.322,26	0,00
Total Fonte: 16		27.283.606,19	22.355.490,85	4.928.115,34
29-RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-MATERIAL DE CONSUMO		121.647,80	114.926,82	6.720,98
200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		0,00	0,00	0,00
300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		9.611,87	1.855,29	7.756,58
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		629.383,79	552.716,59	76.667,20
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		4.083.329,82	4.073.753,74	9.576,08
000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		7.881,90	7.881,90	0,00
700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		142.524,25	127.404,77	15.119,48
200-AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA		198.605,00	198.605,00	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		2.815.184,11	2.785.165,31	30.018,80
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		24.602.400,88	24.550.196,99	52.203,89
Total Modalidade: 3390		32.610.569,42	32.412.506,41	198.063,01
Total Fonte: 29		32.610.569,42	32.412.506,41	198.063,01
36-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC VLT - CEF				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		13.161.922,93	10.149.059,66	3.012.863,27
Total Modalidade: 4490		13.161.922,93	10.149.059,66	3.012.863,27
Total Fonte: 36		13.161.922,93	10.149.059,66	3.012.863,27
37-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - CEF				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		47.339,28	47.339,28	0,00
Total Modalidade: 4490		47.339,28	47.339,28	0,00
Total Fonte: 37		47.339,28	47.339,28	0,00
38-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MARANGUAPINHO				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4490		0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
Total Fonte: 38		0,00	0,00	0,00
44-INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS				
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS		653.058,30	651.181,34	1.876,96
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 3340		653.058,30	651.181,34	1.876,96
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-MATERIAL DE CONSUMO		52.623,95	49.401,88	3.222,07
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		449.973,58	412.369,02	37.604,56
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.201.940,11	1.065.373,18	136.566,93
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		32.853,93	32.853,93	0,00
Total Modalidade: 3390		1.737.391,57	1.559.998,01	177.393,56
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		6.371.591,14	5.440.675,58	930.915,56
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		24.993.892,55	24.993.892,55	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4490		31.365.483,69	30.434.568,13	930.915,56
Total Fonte: 44		33.755.933,56	32.645.747,48	1.110.186,08
45-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNDES				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		126.574,00	0,00	126.574,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		209.688,64	0,00	209.688,64
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		1.048.276,04	1.048.276,04	0,00
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		2.376.134,69	1.321.134,69	1.055.000,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4490		3.760.673,37	2.369.410,73	1.391.262,64
Total Fonte: 45		3.760.673,37	2.369.410,73	1.391.262,64
46-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	75.834.510,40	45.595.242,84	30.239.267,56
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.010.572,37	2.010.572,37	0,00
	Total Modalidade: 4490	77.845.082,77	47.605.815,21	30.239.267,56
	Total Fonte: 46	77.845.082,77	47.605.815,21	30.239.267,56
48-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	1.214.557,80	1.033.375,00	181.182,80
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1.023.015,71	943.489,05	79.526,66
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	460.647,44	967,08	459.680,36
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	8.143,00	0,00	8.143,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	204.603,16	188.697,86	15.905,30
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.438.889,98	1.138.890,00	3.299.999,98
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	5.327.164,46	5.327.164,46	0,00
	Total Modalidade: 4490	12.677.021,55	8.632.583,45	4.044.438,10
	Total Fonte: 48	12.677.021,55	8.632.583,45	4.044.438,10
50-RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	404.466.314,60	373.762.950,56	30.703.364,04
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	815.122.353,56	753.103.201,41	62.019.152,15
	Total Modalidade: 3190	1.219.588.668,16	1.126.866.151,97	92.722.516,19
	3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	246.721.611,46	246.721.611,46	0,00
	Total Modalidade: 3191	246.721.611,46	246.721.611,46	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	0,00	0,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	98.815.500,00	26.670.962,22	72.144.537,78



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4490	98.815.500,00	26.670.962,22	72.144.537,78
	Total Fonte: 50	1.565.125.779,62	1.400.258.725,65	164.867.053,97
51-COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	239.533.113,19	224.057.332,15	15.475.781,04
	Total Modalidade: 3190	239.533.113,19	224.057.332,15	15.475.781,04
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	100-CONTRIBUIÇÕES	18.154.647,00	17.948.000,00	206.647,00
	Total Modalidade: 3340	18.154.647,00	17.948.000,00	206.647,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	75.000.000,00	75.000.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	75.000.000,00	75.000.000,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	000-MATERIAL DE CONSUMO	1.456.688,91	1.447.879,75	8.809,16
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	31.432.963,32	30.418.314,52	1.014.648,80
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.829.993,81	20.258.018,05	10.571.975,76
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	100.786.389,75	94.174.376,32	6.612.013,43
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	32.120.628,47	20.103.778,46	12.016.850,01
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	7.913.546,72	4.621.470,97	3.292.075,75
	600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	21.442.840,99	21.442.840,99	0,00
	Total Modalidade: 3390	225.983.051,97	192.466.679,06	33.516.372,91
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	13.560.748,69	5.127.803,38	8.432.945,31
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	72.523.252,74	26.234.936,84	46.288.315,90
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	40.000.000,00	40.000.000,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	126.084.001,43	71.362.740,22	54.721.261,21
	Total Fonte: 51	684.754.813,59	580.834.751,43	103.920.062,16

54-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BB

4690-APLICAÇÕES DIRETAS



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.104.669.656,87	1.104.669.656,87	0,00
	Total Modalidade: 4690	1.104.669.656,87	1.104.669.656,87	0,00
	Total Fonte: 54	1.104.669.656,87	1.104.669.656,87	0,00
56-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/CEF				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	8.291.502,29	7.775.925,91	515.576,38
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	602.406,76	602.406,76	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	858.352,53	858.352,53	0,00
	Total Modalidade: 4490	9.752.261,58	9.236.685,20	515.576,38
	Total Fonte: 56	9.752.261,58	9.236.685,20	515.576,38
57-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/KFW				
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	2.562.693,72	2.212.693,72	350.000,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	253.590,27	0,00	253.590,27
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	60.000,00	60.000,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	2.876.283,99	2.272.693,72	603.590,27
	Total Fonte: 57	2.876.283,99	2.272.693,72	603.590,27
58-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD				
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.214.171,73	9.214.171,73	0,00
	200-AUXÍLIOS	168.308,62	168.308,62	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4450	9.382.480,35	9.382.480,35	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		1.082.865,00	686.265,70	396.599,30
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		1.645.305,10	1.644.799,95	505,15
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.311.915,44	1.128.557,56	183.357,88
000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		20.625,00	13.750,00	6.875,00
700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		5.593,43	5.593,43	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		13.021.969,38	9.647.111,60	3.374.857,78
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		692.600,00	307.600,00	385.000,00
	Total Modalidade: 4490	17.780.873,35	13.433.678,24	4.347.195,11
	Total Fonte: 58	27.163.353,70	22.816.158,59	4.347.195,11
59-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/BID				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	0,00	0,00	0,00
4422-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO				
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4422	0,00	0,00	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
200-AUXÍLIOS		116.085,20	116.085,20	0,00
	Total Modalidade: 4440	116.085,20	116.085,20	0,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIAS - CIVIL		2.399,45	2.399,45	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		110.156,68	110.156,68	0,00
200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		0,00	0,00	0,00
500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		26.637.978,45	24.045.850,24	2.592.128,21



Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	186.763,27	160.763,27	26.000,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.592.199,15	3.781.654,44	810.544,71
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	14.329.705,07	12.605.679,54	1.724.025,53
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	212.725,02	197.290,17	15.434,85
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	146.688.162,01	136.886.052,57	9.802.109,44
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	63.172.420,35	15.921.181,50	47.251.238,85
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.488.499,63	5.488.499,60	0,03
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.986.036,30	1.855.746,39	130.289,91
	Total Modalidade: 4490	263.407.045,38	201.055.273,85	62.351.771,53
	4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.736.751,84	9.684.192,46	1.052.559,38
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	36.615,91	33.835,26	2.780,65
	Total Modalidade: 4491	10.773.367,75	9.718.027,72	1.055.340,03
	Total Fonte: 59	274.296.498,33	210.889.386,77	63.407.111,56
64-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/FIDA				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIAS - CIVIL		0,00	0,00	0,00
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		1.056.936,22	958.504,52	98.431,70
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		35.320,63	35.320,63	0,00
	Total Modalidade: 4490	1.092.256,85	993.825,15	98.431,70
	Total Fonte: 64	1.092.256,85	993.825,15	98.431,70
65-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/CAF				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		760.542,12	760.542,12	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		7.979.840,34	7.979.840,34	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		30.746.185,77	21.177.404,46	9.568.781,31
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	39.486.568,23	29.917.786,92	9.568.781,31



Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Fonte: 65	39.486.568,23	29.917.786,92	9.568.781,31
67-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/MLW				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	21.860.120,85	21.860.120,85	0,00
	Total Modalidade: 4490	21.860.120,85	21.860.120,85	0,00
	Total Fonte: 67	21.860.120,85	21.860.120,85	0,00
70-RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
	300-PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	23.393,76	23.393,76	0,00
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	83.379.842,81	83.375.436,99	4.405,82
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.337.232,46	1.224.679,74	112.552,72
	600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	9.434.036,22	9.434.036,22	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	369.152,18	369.152,18	0,00
	400-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	86.182,50	86.182,50	0,00
	Total Modalidade: 3190	94.629.839,93	94.512.881,39	116.958,54
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	13.278.596,54	13.276.727,72	1.868,82
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3191	13.278.596,54	13.276.727,72	1.868,82
3300-RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
	000-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3300	0,00	0,00	0,00
3322-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO				
	400-DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3322	0,00	0,00	0,00
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	0,00	0,00	0,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	17.015.984,70	17.015.984,70	0,00
	300-SUBVENÇÕES SOCIAIS	4.611.889,96	4.611.889,96	0,00
	Total Modalidade: 3350	21.627.874,66	21.627.874,66	0,00
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	88.800,00	88.800,00	0,00
	Total Modalidade: 3360	88.800,00	88.800,00	0,00
3367-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP				
	300-DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3367	0,00	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	25.925,21	25.925,21	0,00
	400-DIÁRIAS - CIVIL	4.933.002,89	4.931.658,75	1.344,14
	500-DIÁRIAS - MILITAR	99.963,64	99.941,55	22,09
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	327.356,23	320.356,23	7.000,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	26.170.609,17	18.061.429,87	8.109.179,30
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	13.985,00	13.985,00	0,00
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	272.061,78	129.203,40	142.858,38
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.509.598,60	2.353.892,15	155.706,45
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	277.704,88	43.752,58	233.952,30
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12.910.835,43	12.708.832,33	202.003,10
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	119.910.202,42	116.561.707,92	3.348.494,50
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	350.133.759,90	301.814.448,68	48.319.311,22
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	131.156.421,27	110.083.790,66	21.072.630,61
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	5.822.215,51	5.818.795,51	3.420,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	17.735.452,72	16.743.034,69	992.418,03
	800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	22.497.659,08	21.944.354,38	553.304,70
	900-AUXÍLIO-TRANSPORTE	264.280,94	263.868,94	412,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	1.829.096,59	784.424,86	1.044.671,73
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.404.943,70	12.305.882,90	99.060,80



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.924.013,52	3.924.011,52	2,00
	Total Modalidade: 3390	713.219.088,48	628.933.297,13	84.285.791,35
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.466.494,40	3.640.471,92	826.022,48
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	14.681.021,72	13.845.687,12	835.334,60
	100-CONTRIBUIÇÕES	184.405.209,33	184.405.209,33	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.425.022,34	1.225.493,34	199.529,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	303.694,90	299.879,82	3.815,08
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.554.567,76	3.554.567,76	0,00
	Total Modalidade: 3391	208.836.010,45	206.971.309,29	1.864.701,16
	4422-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4422	0,00	0,00	0,00
	4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	200-AUXÍLIOS	655.717,48	655.717,48	0,00
	Total Modalidade: 4440	655.717,48	655.717,48	0,00
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	200-AUXÍLIOS	1.080.966,65	1.080.966,65	0,00
	Total Modalidade: 4450	1.080.966,65	1.080.966,65	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	199.076,90	52.522,90	146.554,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	210.025,00	123.450,00	86.575,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.548.129,71	6.269.696,06	278.433,65
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	3.698.486,55	2.695.048,48	1.003.438,07
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	21.920.860,06	6.652.544,64	15.268.315,42
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	27.433.775,51	11.093.089,79	16.340.685,72
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.889,08	3.889,08	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.695,56	11.695,56	0,00
	Total Modalidade: 4490	60.025.938,37	26.901.936,51	33.124.001,86
	4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4491	0,00	0,00	0,00
	4590-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.145.439,01	1.145.439,01	0,00
	600-CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.962.378,79	1.959.093,85	3.284,94
	Total Modalidade: 4590	3.107.817,80	3.104.532,86	3.284,94
	4690-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	108.352,65	108.352,65	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4690	108.352,65	108.352,65	0,00
	Total Fonte: 70	1.116.659.003,01	997.262.396,34	119.396.606,67
73-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE				
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	0,00	0,00	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	990.408,00	433.080,00	557.328,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	64.795.470,66	44.453.416,26	20.342.054,40
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	10.694.070,26	10.012.353,45	681.716,81
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.410.700,00	1.084.066,40	326.633,60
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	38.157.842,78	35.723.562,31	2.434.280,47
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.174.361,35	6.938.707,42	235.653,93
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	123.222.853,05	98.645.185,84	24.577.667,21
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	3.545.909,22	3.543.207,25	2.701,97



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.858.506,22	6.573.506,22	285.000,00
	Total Modalidade: 4490	10.404.415,44	10.116.713,47	287.701,97
	Total Fonte: 73	133.627.268,49	108.761.899,31	24.865.369,18
76-RECURSOS PROVENIENTES DO FIT				
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.004.000,00	1.004.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	1.004.000,00	1.004.000,00	0,00
	3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS			
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	739.529,80	553.029,80	186.500,00
	Total Modalidade: 3360	739.529,80	553.029,80	186.500,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	649.556,50	649.556,50	0,00
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	8.954.846,80	8.066.485,02	888.361,78
	000-MATERIAL DE CONSUMO	160.284,69	156.294,69	3.990,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.504.298,30	1.504.298,30	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	254.543,31	246.045,31	8.498,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	179.681,64	179.681,64	0,00
	Total Modalidade: 3390	11.703.211,24	10.802.361,46	900.849,78
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	0,00	0,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	310.681,87	237.835,50	72.846,37
	Total Modalidade: 4490	310.681,87	237.835,50	72.846,37
	Total Fonte: 76	13.757.422,91	12.597.226,76	1.160.196,15



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
79-TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.438.451,00	1.025.454,99	1.412.996,01
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	136.896,00	32.627,00	104.269,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	47.419,42	47.419,42	0,00
	Total Modalidade: 3390	2.622.766,42	1.105.501,41	1.517.265,01
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 79	2.622.766,42	1.105.501,41	1.517.265,01
80-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.044.883,60	1.044.883,60	0,00
	Total Modalidade: 4490	1.044.883,60	1.044.883,60	0,00
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4491	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 80	1.044.883,60	1.044.883,60	0,00
81-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.485,59	5.485,59	0,00
	Total Modalidade: 3390	5.485,59	5.485,59	0,00
	Total Fonte: 81	5.485,59	5.485,59	0,00
82-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.344.850,02	1.344.850,02	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	2.953.621,68	2.953.621,68	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	158.641,16	143.595,31	15.045,85
	Total Modalidade: 3350	4.457.112,86	4.442.067,01	15.045,85
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	400-DIÁRIAS - CIVIL	1.496.809,46	1.487.162,96	9.646,50
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	86.505,31	85.160,71	1.344,60
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	22.092.723,08	20.972.327,14	1.120.395,94
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	575.052,00	575.052,00	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	14.420,00	0,00	14.420,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	3.278.418,19	3.213.842,60	64.575,59
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.901.981,41	8.954.556,66	1.947.424,75
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	27.221,50	27.221,50	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	187.895,00	84.736,46	103.158,54
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.609.250,74	8.457.059,23	1.152.191,51
	Total Modalidade: 3390	48.270.276,69	43.857.119,26	4.413.157,43
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	66.399,16	66.399,16	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	181.172,43	181.172,43	0,00
	Total Modalidade: 3391	247.571,59	247.571,59	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00
	400-DIÁRIAS - CIVIL	2.081,70	2.081,70	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	4.550,44	4.550,44	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.496.263,54	4.825.721,57	670.541,97
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16.032,00	16.032,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	113.151.920,75	68.864.396,71	44.287.524,04
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.326.315,05	5.483.641,20	7.842.673,85
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	3.710,00	3.710,00	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	1.604,00	1.604,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.031.688,69	3.796.190,15	235.498,54
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.461.500,60	10.461.500,60	0,00
	Total Modalidade: 4490	146.495.666,77	93.459.428,37	53.036.238,40
	Total Fonte: 82	199.470.627,91	142.006.186,23	57.464.441,68
83-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	553.029,79	553.029,79	0,00
	Total Modalidade: 3360	553.029,79	553.029,79	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	400-DIÁRIAS - CIVIL	149.838,95	114.738,95	35.100,00
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	555.285,80	554.685,80	600,00
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.275.000,00	1.275.000,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	91.965,02	89.753,02	2.212,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	35.009,39	35.009,39	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.741.734,00	2.741.734,00	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	726.903,41	719.092,64	7.810,77



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	898.924,83	489.886,05	409.038,78
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	7.879,99	7.879,99	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.192,00	3.192,00	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.566.361,57	3.566.361,57	0,00
	Total Modalidade: 3390	10.052.094,96	9.597.333,41	454.761,55
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	38.607,19	38.607,19	0,00
	Total Modalidade: 3391	38.607,19	38.607,19	0,00
	4422-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO			
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4422	0,00	0,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	769.556,50	769.556,50	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	160.616,48	160.616,48	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	2.694.769,32	1.562.180,01	1.132.589,31
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.265.147,54	1.142.147,70	122.999,84
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	59.407,73	59.407,73	0,00
	Total Modalidade: 4490	4.949.497,57	3.693.908,42	1.255.589,15
	Total Fonte: 83	15.593.229,51	13.882.878,81	1.710.350,70
	86-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	0,00	0,00	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	0,00	0,00	0,00
	4422-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO			
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4422	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-MATERIAL DE CONSUMO		21.149,54	19.254,48	1.895,06
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		3.559.056,06	3.417.811,94	141.244,12
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		734.004,82	503.642,64	230.362,18
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		211.217,28	211.217,28	0,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		31.911,02	31.911,02	0,00
	Total Modalidade: 4490	4.557.338,72	4.183.837,36	373.501,36
	Total Fonte: 86	4.557.338,72	4.183.837,36	373.501,36
87-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIAS - CIVIL		0,00	0,00	0,00
800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		0,00	0,00	0,00
000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		0,00	0,00	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		0,00	0,00	0,00
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		9.089.017,06	9.039.017,06	50.000,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		1.669.032,83	1.669.032,83	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		4.000,00	4.000,00	0,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		10.029,50	10.029,50	0,00
	Total Modalidade: 3390	10.772.079,39	10.722.079,39	50.000,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		0,00	0,00	0,00
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 87	10.772.079,39	10.722.079,39	50.000,00
89-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		128.806,49	128.806,49	0,00
	Total Modalidade: 3360	128.806,49	128.806,49	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	400-DIÁRIAS - CIVIL	199.091,15	198.784,49	306,66
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	2.003.579,60	2.003.579,60	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	10.066,04	10.066,04	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	312.389,90	312.389,90	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.458.589,41	1.458.589,41	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.700.686,51	1.432.893,97	267.792,54
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	9.996,00	0,00	9.996,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	45.706,91	45.706,91	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.935.801,62	1.935.801,62	0,00
	Total Modalidade: 3390	7.675.907,14	7.397.811,94	278.095,20
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	11.262.401,60	11.234.145,99	28.255,61
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33.088,24	33.088,24	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	526.762,62	526.762,62	0,00
	Total Modalidade: 3391	11.822.252,46	11.793.996,85	28.255,61
4422-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO				
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4422	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00	0,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	362.104,48	151.708,37	210.396,11
	Total Modalidade: 4490	362.104,48	151.708,37	210.396,11
	Total Fonte: 89	19.989.070,57	19.472.323,65	516.746,92
91-RECURSOS PROVENIENTES DO SUS				
3171-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS				
	000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 3171	0,00	0,00	0,00
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	47.016.432,02	47.016.432,02	0,00
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	331.320,40	303.776,40	27.544,00
	600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10.503.028,91	10.503.028,91	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.114,00	1.114,00	0,00
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3190	57.851.895,33	57.824.351,33	27.544,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	419.138.935,16	415.027.043,70	4.111.891,46
	100-CONTRIBUIÇÕES	2.001.655,00	1.866.064,30	135.590,70
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	421.140.590,16	416.893.108,00	4.247.482,16
3371-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS				
	000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	19.570.530,60	19.570.530,60	0,00
	Total Modalidade: 3371	19.570.530,60	19.570.530,60	0,00
3380-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.625.714,25	0,00	3.625.714,25
	Total Modalidade: 3380	3.625.714,25	0,00	3.625.714,25
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.582.060,00	1.572.315,00	9.745,00
	400-DIÁRIAS - CIVIL	72.230,42	71.954,43	275,99
	000-MATERIAL DE CONSUMO	290.770.877,65	251.182.157,22	39.588.720,43
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	13.500,00	13.500,00	0,00
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	103.542.987,37	67.656.741,12	35.886.246,25
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	6.045.738,63	6.044.536,61	1.202,02
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	60.719.890,27	60.505.561,79	214.328,48
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	37.160,00	21.960,00	15.200,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.586.684,03	2.554.044,03	32.640,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	21.714.814,19	21.263.594,27	451.219,92
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	146.594.120,81	136.865.055,47	9.729.065,34



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.227.147,19	5.125.085,28	102.061,91
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	129.813,07	129.813,07	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	466.607,40	427.723,45	38.883,95
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.173.794,17	12.883.280,67	290.513,50
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	401.396,66	401.396,66	0,00
	Total Modalidade: 3390	653.078.821,86	566.718.719,07	86.360.102,79
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	145.386,44	112.953,65	32.432,79
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	129.597,71	41.423,67	88.174,04
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	274.984,15	154.377,32	120.606,83
	4422-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4422	0,00	0,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.138.559,63	1.841.108,10	14.297.451,53
	Total Modalidade: 4490	16.138.559,63	1.841.108,10	14.297.451,53
	Total Fonte: 91	1.171.681.095,98	1.063.002.194,42	108.678.901,56
92-REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS				
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.075.209,99	2.075.209,99	0,00
	Total Modalidade: 3340	2.075.209,99	2.075.209,99	0,00
	3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO			
	100-CONTRIBUIÇÕES	7.084.000,00	7.084.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3341	7.084.000,00	7.084.000,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	4.261.949,34	4.261.949,34	0,00
	Total Modalidade: 3350	4.261.949,34	4.261.949,34	0,00
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
	100-CONTRIBUIÇÕES	210.000,00	210.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3360	210.000,00	210.000,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	400-DIÁRIAS - CIVIL	17.157,51	17.157,51	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	8.638.649,15	4.426.875,80	4.211.773,35
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	278.452,44	278.452,44	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15.216,53	15.216,53	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.006.764,24	917.696,24	89.068,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	333.500,00	0,00	333.500,00
	800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1.485.000,00	1.485.000,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50,13	50,13	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	52.049,89	52.049,89	0,00
	Total Modalidade: 3390	12.826.839,89	8.192.498,54	4.634.341,35
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	0,00	0,00	0,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	000-MATERIAL DE CONSUMO	13.822,72	4.508,80	9.313,92
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	675.234,00	675.234,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.109.333,01	729.190,16	9.380.142,85
	Total Modalidade: 4490	10.798.389,73	1.408.932,96	9.389.456,77
	Total Fonte: 92	37.256.388,95	23.232.590,83	14.023.798,12
Total Geral:		32.891.618.159,15	30.831.747.310,34	2.059.870.848,81



Título	Movimento do Exercício			
	Saldo do Exercício Anterior	Inscrição	Baixa	Saldo para o Exercício Seguinte
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	1.177.830.545,62	0,00	1.007.478.465,53	170.352.080,09
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	73.152.157,97	0,00	73.152.157,97	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	1.806.424.597,49	0,00	1.806.424.597,49
SUBTOTAL	1.250.982.703,59	1.806.424.597,49	1.080.630.623,50	1.976.776.677,58
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	213.528.347,75	0,00	211.690.140,75	1.838.207,00
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	6.043.397,83	0,00	6.043.397,83	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	253.446.251,32	0,00	253.446.251,32
SUBTOTAL	219.571.745,58	253.446.251,32	217.733.538,58	255.284.458,32
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
	1.526.800.478,92	34.628.561.124,76	34.630.385.812,40	1.524.975.791,28
SUBTOTAL	1.526.800.478,92	34.628.561.124,76	34.630.385.812,40	1.524.975.791,28
DÉBITOS DE TESOURARIA				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	2.997.354.928,09	36.688.431.973,57	35.928.749.974,48	3.757.036.927,18

EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
LEI Nº 6.404/76 E SUAS
ALTERAÇÕES (LEIS Nº
11.638/07 E
11.941/09)**



BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ 1,00)

ATIVO	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ETICE	METROFOR	CEARAPAR	TOTAL
ATIVO CIRCULANTE	155.804.947	1.619.064.000	312.105.000	5.685.883	159.250.000	99.413.679	305.753	5.734.620	22.892.972	21.683.236	2.899.810	2.404.839.900
DISPONIBILIDADES	33.200.331	94.000	278.675.000	2.253.435	96.327.000	71.402.978	293.666	635.354	16.868.340	15.009.690	2.899.787	517.659.581
DIREITOS REALIZÁVEIS	122.568.683	1.596.423.000	31.016.000	3.204.833	61.318.000	23.657.626	2.923	1.370.337	5.906.739	849.914	23	1.846.318.078
ESTOQUES	35.502	21.547.000	1.367.000	166.744	1.238.000	4.353.075	9.163	3.693.334	117.894	5.817.036		38.344.748
DESPESAS ANTECIPADAS	431	1.000.000	1.047.000	60.871	367.000	0		35.595		6.597		2.517.494
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	164.164.697	3.247.555.000	959.475.000	7.282.867	271.887.000	245.865.464	414.990.955	11.711.070	14.029.592	1.706.984.581	0	7.043.946.226
REALIZÁVEL LONGO PRAZO	1.282.533	139.485.000	57.270.000		106.078.000	18.479.789	399.348.858	8.008.338	6.689.858	12.434.086		749.076.462
INVESTIMENTOS	154.899.270	1.352.000	88.896.000	42.916	1.000	0	16.994	31.878		1.000		245.241.057
IMOBILIZADO	6.809.626	62.399.000	9.185.000	7.239.951	13.958.000	226.684.972	15.625.103	3.670.855	4.600.014	1.683.099.722		2.033.272.242
INTANGÍVEL	1.173.268	3.044.319.000	804.093.000		151.850.000	700.703			2.739.720	27.508		4.004.903.199
DIFERIDO			31.000							11.422.265		11.453.265
TOTAL DO ATIVO	319.969.644	4.866.619.000	1.271.580.000	12.968.750	431.137.000	345.279.143	415.296.707	17.445.689	36.922.564	1.728.667.818	2.899.810	9.448.786.125
PASSIVO	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ETICE	METROFOR	CEARAPAR	TOTAL
PASSIVO CIRCULANTE	117.232.907	593.005.000	67.222.000	4.451.635	111.827.000	22.281.302	2.738.230	41.526.274	13.254.566	14.984.615	73.077	988.596.606
FORNECEDORES	95.964	176.711.000	7.694.000	2.199.450	84.025.000	8.654.951	1.250	313.333	6.668.996	9.126.271		295.490.215
OBRIG. SOCIAS/TRIBUTÁRIA	1.693.253	63.393.000	7.613.000	748.717	10.060.000	6.346.407	71.277	3.168.704	2.689.812	4.051.344	73.077	99.908.591
CONVÊNIOS	11.615.806			687.290		1.599.285				14.411		13.916.792
EMPRÉST./FINANCIAMENTOS		63.844.000			1.035.000		2.582.488					67.461.488
OUTRAS OBRIGAÇÕES	103.827.884	289.057.000	51.915.000	472.453	16.470.000	5.680.659		21.282.187	38.917	371.066		489.115.166
PROVISÕES				343.725	237.000		83.214	16.762.050	3.856.841	1.421.523		22.704.354
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	41.346.360	1.633.721.000	53.380.000	3.123.086	65.667.000	80.235.400	700.718.393	76.705.173	8.747.360	670.357.741	0	3.334.001.513
FORNECEDORES	1.229.668											1.229.668
EMPRÉST./FINANCIAMENTOS		362.184.000		1.610.772	29.464.000		700.718.393					1.093.977.165
OUTRAS OBRIGAÇÕES	40.116.692	1.271.537.000	53.380.000	1.512.314	36.203.000	80.235.400		76.705.173	8.747.360	670.357.741		2.238.794.681
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	161.390.376	2.639.893.000	1.150.978.000	5.394.029	253.643.000	242.762.441	-288.159.915	-100.785.758	14.920.638	1.043.325.461	2.826.733	5.126.188.005
CAPITAL SOCIAL	123.036.251	2.121.545.000	1.069.658.000	823.759	161.299.000	147.615.502	29.404.405	2.511.584	50.000	2.323.653.000	3.000.001	5.982.596.502
RESERVAS	38.354.125	181.433.000	81.152.000	4.570.270	48.657.000	95.146.939	0		14.870.638			464.183.972
AJUSTES / OUTROS		336.915.000	168.000		43.687.000		13.242.967	15.363.395		163.839.805		573.216.168
LUCRO/PREJ. ACUMULADO							-330.807.288	-118.660.737		-1.444.167.344	-173.268	-1.893.808.636
TOTAL DO PASSIVO	319.969.644	4.866.619.000	1.271.580.000	12.968.750	431.137.000	345.279.143	415.296.707	17.445.689	36.922.564	1.728.667.818	2.899.810	9.448.786.125

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE DEZEMBRO DE 1999, CONFORME LEI Nº 12.961 /1999.

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(R\$ 1,00)

GRUPOS	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ETICE	METROFOR	CEARAPAR	TOTAL
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	35.350.663	1.745.161.000	224.955.000	25.843.898	548.095.000	215.059.479	700.905	107.648.301	132.024.617	23.334.323		3.058.173.187
(-)DEDUÇÕES						13.725.720		60	7.092.175			20.817.955
RECEITA LÍQUIDA	35.350.663	1.745.161.000	224.955.000	25.843.898	548.095.000	201.333.759	700.905	107.648.241	124.932.442	23.334.323	0	3.037.355.232
(-)CUSTOS DE VENDA	1.049.260	987.921.000	108.449.000	12.209.409	475.671.000	147.990.051		67.433.251	119.146.918	140.793.790		2.060.663.679
LUCRO BRUTO	34.301.403	757.240.000	116.506.000	13.634.489	72.424.000	53.343.708	700.905	40.214.990	5.785.523	-117.459.467	0	976.691.552
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	14.465.722	510.179.000	34.747.000	13.466.953	42.232.000	40.201.211	4.739.754	43.773.753	4.437.199	111.066.507	190.131	819.499.230
(+)RECEITAS OPERACIONAIS	1.710.692	615.000	3.344.000	21.439	85.363.000	777.072			85.630	32.661.710		124.578.543
RESULTADO OPERACIONAL	21.546.373	247.676.000	85.103.000	188.975	115.555.000	13.919.569	-4.038.849	-3.558.763	1.433.955	-195.864.264	-190.131	281.770.865
(-)OUTRAS DESPESAS	1.807.818	163.902.000	4.628.000	394.845	1.134.000	8.984.553	9.808.913		-7.260	9.210	14	190.662.093
(+)OUTRAS RECEITAS	966.969	110.258.000	14.355.000	393.067	32.209.000	4.048.521	3.167.302	1.585	460.400	514.030	16.877	166.390.752
(-)PROVISÕES	5.255.519	38.217.000	29.604.000	486.530	21.955.000	1.174.251			729.684			97.421.984
RESULT. LÍQ. DO EXERCÍCIO	15.450.005	155.815.000	65.226.000	-299.333	124.675.000	7.809.286	-10.680.460	-3.557.178	1.171.931	-195.359.443	-173.268	160.077.539

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE NOVEMBRO DE 1999, CONFORME LEI Nº 12.961 /99.

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

(R\$ 1,00)

GRUPOS	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ETICE	METROFOR	CEARAPAR	TOTAL
SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO	0	0	0	758.114	0	0	-320.023.523	-127.326.998	0	-1.248.807.901		-1.695.400.308
AJUSTE DE EXERC. ANTERIOR	0	26.332.000					-103.304					26.228.696
SALDO AJUST. E CORRIGIDO	0	26.332.000	0	758.114	0	0	-320.126.827	-127.326.998		-1.248.807.901	0	-1.669.171.612
REVERSÃO DE RESERVAS												0
LUCRO(PREJ.) LÍQ. EXERCÍCIO	14.939.754	155.815.000	65.226.000	-299.333	124.675.000	7.809.286	-10.680.460		1.171.930,77	-195.359.443	-173.268	163.124.466
FORMAÇÃO DE RESERVAS	-14.939.754	-144.219.000	-52.802.000	-705.018	-18.153.000	-7.809.286			-1.171.930,77			-239.799.989
DIVIDENDOS		-37.928.000	-12.424.000		-97.317.000							-147.669.000
OUTROS				246.237	-9.205.000							-8.958.763
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	0	0	0	0	0	0	-330.807.288	-127.326.998	0	-1.444.167.344	-173.268	-1.902.474.897

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE NOVEMBRO DE 1999, CONFORME LEI Nº 12.961 /99.

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(R\$ 1,00)

TÍTULO	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ETICE	METROFOR	CEARAPAR	TOTAL
ATIVIDADES OPERACIONAIS	47.654.010	364.556.000	109.904.000	661.554	137.344.000	34.599.424	0	0	9.249.002	-117.186.841	-100.214	586.680.936
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	15.450.005	194.032.000	65.226.000	-304.997	146.630.000	7.809.286			1.171.931	-195.359.443	-173.268	234.481.513
VALORES QUE NÃO AFETAM CAIXA	790.575	148.441.000	39.662.000	467.136	21.020.000	26.239.510			1.961.490	81.701.800	0	320.283.511
VARIAÇÃO NO ATIVO/PASSIVO	31.413.430	22.083.000	5.016.000	499.415	-30.306.000	550.628			6.115.582	-3.529.197	73.054	31.915.911
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-48.380.843	-1.051.063.000	82.975.000	-1.511.547	-31.362.000	-10.258.003			-2.296.596	-15.661.639	0	-1.077.558.628
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	26.724.449	686.492.000	-31.139.000	1.300.000	-119.517.000	0	0			134.023.720	3.000.001	700.884.170
TOTAL DE FLUXO DE CAIXA	25.997.616	-15.000	161.740.000	450.007	-13.535.000	24.341.421	0	0	6.952.406	1.175.240	2.899.787	210.006.477
CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	7.202.715	109.000	116.935.000	1.803.428	109.862.000	47.061.557			9.915.933	13.834.450		306.724.084
CAIXA NO FIM DO PERÍODO	33.200.331	94.000	278.675.000	2.253.435	96.327.000	71.402.978			16.868.340	15.009.690	2.899.787	516.730.561
SALDO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	25.997.616	-15.000	161.740.000	450.007	-13.535.000	24.341.421	0	0	6.952.406	1.175.240	2.899.787	210.006.477

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*) COMPANHIA DESOBRIGADA À ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO, LEI 6.404/76 ART 176, § 6º (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.638 /2007).

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(R\$ 1,00)

ELEMENTOS	ADECE*	CAGECE	CIPP S/A*	CEASA*	CEGÁS	CODECE*	COGERH*	COHAB*	EMATERCE*	ETICE*	METROFOR*	CEARAPAR*	TOTAL
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO													
RECEITA BRUTA		1.885.530.000			802.421.000					132.024.617			2.819.975.617
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		-948.648.000			-621.389.000					-77.887.695			-1.647.924.695
TRANSFERÊNCIA DE OUTRAS SOCIEDADES		113.790.000			32.209.000					460.400			146.459.400
RETENÇÕES		-148.441.000			-21.931.000					-1.961.490			-172.333.490
TOTAL DO VALOR ADICIONADO GERADO	0	902.231.000	0	0	191.310.000	0	0	0	0	52.635.833	0	0	1.146.176.833
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO													
PESSOAL		311.895.000			18.293.000					43.550.840			373.738.840
GOVERNO		269.904.000			46.047.000					7.920.322			323.871.322
FINANCIADORES		164.617.000			2.296.000					-7.260			166.905.740
ACIONISTAS		155.815.000			124.674.000								280.489.000
RETENÇÃO PARA INVESTIMENTOS										1.171.931			1.171.931
TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	0	902.231.000	0	0	191.310.000	0	0	0	0	52.635.833	0	0	1.146.176.833

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*)COMPANHIAS DESOBRIGADAS À ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO, LEI 6.404/76 ART 176, INCISO V (INCLUÍDO PELA LEI Nº 11.638/2007).

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(R\$ 1,00)

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVA DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO	29.404.405	0	8.514.209	0	-4.218.009	-320.023.523	-286.322.918
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						-103.304	-103.304
AUMENTO DE CAPITAL							0
FORMAÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS							0
RESULTADO DO EXERCÍCIO						-10.680.460	-10.680.460
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL			8.946.767				8.946.767
DIVIDENDOS							0
OUTROS							0
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	29.404.405	0	17.460.976	0	-4.218.009	-330.807.288	-288.159.915

NOTA: * DADOS EXTRAÍDOS APENAS DOS DEMONSTRATIVOS DA EMPRESA DEPENDENTE CONSTITUÍDA SOB A FORMA DE SOCIEDADES ANÔNIMAS: COHAB.
DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA

1.Nota Explicativa ETICE - Despesas Financeiras

A conta de Despesas Financeiras, está com saldo positivo na DRE 2021, por conta de conciliação feita em fornecedores antigos, de acordo com relatório enviado pela Diretoria desta ETICE, os quais havia impostos retidos que também foram regularizados, com isso a atualização monetária desses impostos, que eram contabilizados mês a mês, foram estornadas, invertendo o saldo desta conta contábil.

2.Nota Explicativa 2021: Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Dado que o prazo legal para apresentação das Demonstrações Contábeis das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, regidas pela Lei da Sociedade por Ações nº 6.404/1976 e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, é diferente do prazo legal para apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor público e ocorre após a data de encerramento e publicação do Balanço Geral do Estado - BGE, poderão ocorrer divergências de valores nos saldos das demonstrações BP, DRE, DLPA, DFC, DVA e DLPA das empresas públicas e sociedades de economia mista aqui apresentadas, visto que são demonstrações preliminares, geralmente não definitivas e sujeitas a alterações e revisões pela empresa ou por auditorias externas.

3.Nota Incorporação/ Alienação (ADECE/CODECE):

Em 2020, o Governo do Estado do Ceará através da Lei nº 17.361 de 21 de dezembro de 2020 publicada no Diário Oficial de 21/12/2021, autorizou, a incorporação da Companhia de Desenvolvimento do Ceará - CODECE pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará- S.A - ADECE.

Sendo incorporado os seus bens, direito e obrigações pela Incorporadora, no termos dos artigos 224 a 227 da Lei das Sociedade por Ações ("Incorporação"), com objetivo de otimizar e simplificar a estrutura organizacional das empresas, conforme apresentados.

A incorporação atende ao interesse da Adece e Codece, gerando vantagens às empresas e aos seus acionistas, ao proporcionar uma eficiência administrativa, legal e financeira, incluindo pela redução de despesas e custos operacionais, justificando-se a incorporação, ainda, pelos seguintes motivos:

- a) A Incorporação resultará em ganhos de sinergias, possibilitando uma racionalização de simplificação da estruturação integrada e mais eficiente das empresas;
- b) A incorporação faz parte de uma nova reorganização societária das empresas, na qual se busca centralizar atividades, recursos e esforços com o objetivo de atender as competências da INCORPORADORA.

Notas explicativas conforme resolução COGERF nº 10/2020 (DOE 17/06/2020):

4.Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará - CEARAPAR recebeu no exercício de 2021, referente ao aporte de capital no montante de R\$ 3.000.000,00, do Governo do Estado do Ceará no dia 03/12/2021, para aplicação em gastos na manutenção e destinação de seu objeto social. Desta forma para atender a Resolução citada acima, conforme solicitado no Ofício nº 479/2021- GABIN/COPAC, a companhia informa no quadro a seguir sobre a forma de aplicação dos recursos no exercício de 2021. Vale ressaltar que essa composição está detalhada conforme o regime de caixa, por serem valores pagos dentro do exercício de 2021:

Quadro 3- Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará -CEARAPAR

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Recursos Aportados	3.000.000,00
(-) Aplicações Financeiras	(2.899.786,07)
(+) Rendimentos s/aplicações	17.699,88
(-) Encargos s/ aplicações	(260,31)
(-) Gastos c/ Pessoal	(116.267,41)
(-) Gastos c/ encargos	(1.386,09)

5.Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR recebeu recursos financeiros no valor de R\$ 163.829.798,65 repassados pelo acionista majoritário - Governo do Estado do Ceará, originário do Tesouro Estadual que foi aplicado da forma abaixo descrita:

Quadro 4 - Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR

DESCRIÇÃO	2021
Aplicação em Custos e Despesas Operacionais no ano	145.116.832,95
Aplicações em Aquisições para Ativo Imobilizado	15.613.059,99
Saldo de Recursos Disponível	3.099.905,71

6.Central de Abastecimento do Ceará S/A - CEASA CE – Receber o valor de R\$ 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil reais) a título de adiantamento para futuro aumento de capital no que se refere ao valor parcialmente recebido, conforme deliberado na Ata nº. 49ª Assembleia Geral Extraordinária datada de 21/12/2020, onde determina que na oportunidade, contada com parecer favorável do conselho de administração, fora discutido e aprovado o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC no limite autorizado na forma do Art. 4º, Seção 3º, do estatuto Social da CEASA/CE, no valor de R\$ 1.480.602,00 (Um Milhão quatrocentos e oitenta mil, seiscentos e dois reais). Onde o referido valor será integralizado em 2022, por ocasião do recebimento do valor Complementar. Não há incidência de juros sobre o referido aporte. O Valor (R\$ 1.300.000,00) recebidos a título AFAC (adiantamento para futuro aumento de Capital), no Valor de R\$ 1.300.000,00, Foram destinado a execução de serviços de manutenção e melhorias nas vias de tráfego da CEASA-CE, conforme pode se verificar na demonstração de fluxo de caixa, onde houve aumento das atividade de Investimento, referente aquisição de bens para o Imobilizado/Intangível no montante de R\$ 1.521.508,00. Conforme contrato de número 20/2020 celebrado entre Ceasa e Copa Engenharia assinado em 17 de julho de 2020.

OUTROS DEMONSTRATIVOS



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, PARA DISCUTIR A APRESENTAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE/2021, REALIZADA NO ZOOM, EM 31 DE MAIO DE 2021.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Muito boa-tarde senhores e senhores. Quero cumprimentar todos os senhores e senhoras e já citar a presença na plataforma dos senhores Deputados Queiroz Filho, Walter Cavalcante e Deputada Augusta Brito. Só mais um minuto para ver se tem mais outro parlamentar. Deputado Queiroz sempre simpático.

SR. DEPUTADO QUEIROZ FILHO (PDT): Deputado Sérgio, boa tarde a todos. Só pedindo licença para justificar, e estou participando na forma virtual, como preconiza o nosso Regimento, estamos acompanhando também a reunião da Comissão de Saúde sobre algumas questões que foram marcadas por conta da Covid, obviamente. Só para justificar porque não estou no ambiente de Casa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Ok, cumprimento também os técnicos da Sefaz (Secretaria da Fazenda): Fábio Duarte, o Fabrício Gomes Santos que é o Secretário Executivo do Tesouro Estadual e o Márcio Cardeal. Vejo aqui, não está identificado, mas acredito que é o nosso ex-secretário de Fortaleza, prazer, e também os assessores: Garcês, Ana Rosa e Bia Tavares, Isabela, está também conosco Takeshi Koshima da Sefaz, Gabriel da Cofit (Coordenadoria de Fiscalização de Mercadoria em Trânsito), assim como também o João Renato. Boa tarde a todos. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará Deputado Evandro Leitão juntamente conosco, Sérgio Aguiar Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação em cumprimento ao Artigo 9º, Parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101 de 4 de Maio de 2000 realizamos esta audiência pública para o Poder Executivo demonstrar o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2021 no Estado do Ceará.

Dispensando a composição da Mesa tendo em vista a plataforma digital, mas já passo aos senhores técnicos da Sefaz. Eu não sei qual dos senhores irá fazer a exposição, mas para que fiquem à vontade para a partir de agora pelo tempo desejado fazer a explanação, e em seguida passaremos aos senhores deputados que queiram também comentar ou fazer alguma solicitação de algum esclarecimento pertinente à apresentação. Quem vai apresentar?

SR. FABRIZIO GOMES SANTOS (Secretário Executivo do Tesouro Estadual e Metas Fiscais): Boa tarde Deputado Sérgio. Eu souo Fabrízio, que vai apresentar, vou compartilhar aqui. Boa tarde a todos. Posso começar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Pois não, fique à vontade Fabrízio.



SR. FABRIZIO GOMES SANTOS (Secretário Executivo do Tesouro Estadual e Metas Fiscais):

Obrigado. Boa tarde a todos os deputados e deputados e a todos os participantes. É um prazer estar aqui todo quadrimestre apresentando os resultados, porque é um instrumento importante de transparência, de educação fiscal para a sociedade trazer os números e tentar dirimir as dúvidas para a população em geral também que nos assistem pela TV Assembleia. Então é importantíssimo esse momento com os nobres deputados.

Vou compartilhar aqui a apresentação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Cito a técnica que libere para que o Dr. Fabrício possa fazer a exposição dos slides.

SR. FABRIZIO GOMES SANTOS (Secretário Executivo do Tesouro Estadual e Metas Fiscais):

Pronto, estão visualizando? Nós fizemos uma apresentação para facilitar o entendimento e vamos falar um pouquinho dos resultados fiscais do primeiro quadrimestre de 2021 do Estado do Ceará. Um breve roteiro, vamos falar um pouquinho dos principais indicadores fiscais do Estado, falar um pouquinho das receitas e das despesas públicas, como é que elas se comportaram ao longo desse primeiro quadrimestre de 2021.

Em relação aos indicadores fiscais como é de costume, o Estado do Ceará vem cumprindo sempre esses indicadores ao longo dos anos. Falar um pouquinho agora da despesa com pessoal, conforme foi publicado nos demonstrativos da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que é um indicador importante em que temos que acompanhar com bastante cuidado para mantermos a saúde fiscal do Estado.

No que diz respeito aos resultados fiscais desse quadrimestre vamos perceber ao longo da apresentação, uma coisa importante antes de começar a falar é que o ano de 2020 e 2021 eles são anos atípicos no sentido de comparabilidade entre receita e despesa por conta da Pandemia em que estamos inseridos. Então, vamos ter algumas elevações e decréscimos acentuados em alguns momentos até se equilibrar quando olhamos para anos como 2018, 2019. Então, é importante ter essa noção quando vamos analisar os números desse primeiro quadrimestre.

Falando do primeiro indicador que é despesa de pessoal do Poder Executivo e o consolidado percebemos que no primeiro quadrimestre de 2021 o Poder Executivo realizou 39,37% em relação a sua receita corrente líquida ajustada. Como eu falei, esse valor caiu em relação ao que vinha acontecendo, mas isso também é decorrente justamente dessa questão que eu falei de você ter uma pequena distorção, por quê? Quando analisamos a despesa de pessoal pegamos o resultado daquele mês e os 11 meses anteriores, na despesa de pessoal. Quando vou fazer isso com a receita vamos perceber que tiramos Março e Abril do ano passado para colocar Março e Abril desse ano já



SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Fabrizio, realmente não está passando ainda os slides?

SR. FABRIZIO GOMES SANTOS (S Secretário Executivo do Tesouro Estadual e Metas Fiscais): Já estou passando, desculpe. Acho que não dá para passar em tela cheia, vou passar assim mesmo. Qualquer dúvida com o valor eu vou falando aqui para ficar mais claro. É porque estava em tela cheia acho que não estava visualizando.

Quando olhamos a despesa com pessoal o realizado foi de 39,37% em relação a receita corrente líquida ajustada. Como eu estava falando por que aconteceu isso? Quando vamos atualizando, já que é considerado o mês e referência e os 11 anteriores pegamos de Maio de 2020 a Abril de 2021. Tiramos os meses de Março, o primeiro quadrimestre teve uma queda e colocou o primeiro quadrimestre de 2021 que teve receitas mais elevadas até porque a base de comparação era muito baixa. Então, você tem uma redução nesse percentual da despesa com pessoal. Isso vai acontecer com outros indicadores como eu falei, vamos ver ao longo da apresentação.

Quando olhamos para a despesa com pessoal consolidada aconteceu a mesma questão. Nós estamos em 48% em relação à receita corrente líquida ajustada sendo que esse máximo é de 60%. Mais para frente, eu vou mostrar mais detalhado esses percentuais dos Poderes.

Olhando Poder por Poder nós vemos que existe uma diferença metodológica ainda entre a apuração do Tesouro Nacional e a apuração da LRF que está sendo corrigida agora a partir desse quadrimestre com a Lei Complementar 178 que foi feita pelo Governo Federal incluindo pensionistas na base de despesa pessoal, isso ao longo do ano vai se aproximar bastante as duas metodologias.

Tivemos o Poder Executivo com 39.37%; a Assembleia com 1.50%; o Tribunal de Contas 0.76%; o Poder Judiciário com 4,77% e o Ministério Público com 1.6%, totalizando o consolidado da despesa com pessoal do Estado do Ceará 48%, sendo que os limites de alerta prudencial e o máximo são respectivamente 54%, 57% e 60%.

Olhando outro indicador importante da dívida pública percebemos a mesma repetição, você tem uma queda um pouco acentuada justamente por a receita corrente líquida ter tido uma elevação decorrente de estar comparada com uma base muito baixa do ano passado. Então, hoje, no primeiro quadrimestre a dívida consolidada em relação a RCL (Receita Corrente Líquida) está 77,30% e a dívida consolidada líquida está 43,24%. Lembrando que os limites definidos pelo Senado Federal são de 200% e temos também o limite do Tesouro Nacional na nota da Capag (Capacidade de Pagamento) que é referente a dívida consolidada bruta variando de 60% a 150% você tem a nota B. Então o Estado do Ceará está dentro de todos os limites estabelecidos na legislação.



Isso aqui estava oculto, vou passar, é porque quando você coloca a apresentação em tela cheia não aparece. Em relação ao mínimo constitucional da saúde e educação esse resultado na verdade é anual, verificamos ao final do ano, mas estamos trazendo aqui já a evolução. Percebemos o mesmo problema que eu tinha relatado. A Pandemia começou em Março, então em Março e Abril do ano passado você teve gastos mais elevados até para ter o primeiro combate a Pandemia e teve o problema também da receita líquida de impostos e transferências que ela está muito mais elevada esse ano do que em relação a ano passado porque a base era muito baixa.

Se compararmos o percentual do segundo bimestre do ano passado com o percentual do segundo bimestre desse ano, vemos que ainda não passou dos 12%, mas isso ao longo do ano precisa regularizar. Como é costume do Estado do Ceará essa receita sempre fica bem acima dos 12%, não tenho dúvida que esse ano continuará acima dos 12% até porque a receita vai acabar se estabilizando num percentual de crescimento um pouco mais baixo do que estamos vendo nesse primeiro quadrimestre, e você ultrapassa os 12% até porque também ainda continuamos numa Pandemia, então os gastos com saúde provavelmente serão elevados, e mesmo passando a Pandemia ainda teremos todas aquelas despesas represadas que provavelmente vão elevar um pouco o gasto com saúde do Estado do Ceará e de todos os entes federados.

Gasto com educação também é a mesma sistemática, até o final do ano com certeza vamos chegar aos 25% que é o mínimo constitucional, como também é de costume do Estado do Ceará normalmente estar na média de 27% ao longo dos anos. Outro indicador importante também que temos nos demonstrativos do relatório de gestão fiscal é o resultado primário nominal. Aqui me permitam fazer só alguns conceitos para ficar claro também para a população que nos assiste ou alguém que tem alguma dúvida. O resultado nominal basicamente ele é receita menos despesa, o resultado primário você tira aquelas receitas financeiras e despesas financeiras. O que é isso? Aqueles juros da dívida pública, na questão dos juros passivo e você tira também aquelas receitas de remuneração bancária, juros de remuneração bancária que o Estado tenha, você também retira do cálculo, porque o resultado primário o objetivo dele é que você se financie basicamente com suas receitas mais receitas correntes das receitas que não são financeiras. Então, é importante também lembrar disso.

Outro conceito importante que é bom dirimir um pouquinho a dúvida, fala-se muito em resultado primário acima da linha e abaixo da linha, que são os resultados que tem no próprio demonstrativo. Se vocês abrirem o demonstrativo da LRF vocês vão ver que ele tem o resultado acima e abaixo da linha tanto no primário como nominal. Fazendo uma analogia para ficar mais simples, resultado acima da linha vamos supor o seu acompanhamento mensal do seu salário com o que você



gasta, você tem a receita, vai colocando as suas despesas, traça uma linha e tem o resultado. O acima da linha é esse acompanhamento minucioso de suas receitas e despesas, e o abaixo da linha é quando você compara um mês com o outro o seu resultado abaixo da linha comparado com o mês anterior. Então, é importante entender essas duas diferenças, sabendo que o Tesouro Nacional exige que apresentemos e acompanhe as metas de acordo com o resultado tanto primário como nominal acima da linha.

Em relação ao primeiro quadrimestre de 2021 o Estado do Ceará segundo a metodologia do Tesouro Nacional tivemos um resultado de 2 bi, 267 e segundo a metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal um resultado de 2 bi, 393 onde a meta era 492, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias. O resultado também nominal está bem acima da meta, com resultados tanto na metodologia como na outra acima de 2 milhões de reais, enquanto a meta é 144 milhões.

Partindo para uma análise mais específica da receita vamos olhar primeiro a execução orçamentária analisando o balanço orçamentário que também é outro demonstrativo da LRF, analisando o comparativo do que estava previsto que aconteceu no primeiro quadrimestre. Na primeira coluna temos o que foi realizado no quadrimestre, na segunda coluna temos o que era previsto orçamentariamente para ser realizado no quadrimestre, na terceira coluna o realizado menos o previsto em termos absolutos e na última coluna o realizado pelo previsto em relação o que foi previsto no quadrimestre.

Vale a pena destacar, não vou falar de todos os números, mas é importante destacar que nós tivemos um crescimento, uma elevação além do que estava previsto na receita total de 9,98%, ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) que é o principal imposto de arrecadação própria, principal tributo de arrecadação própria do Estado ele está 13,82% acima do que foi previsto orçamentariamente; IPVA (Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores), ele teve uma pequena queda; o Imposto de Renda retido na fonte também, uma pequena queda, e o ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação), uma elevação de 7.69%.

Olhando as receitas de transferência percebemos um movimento também do FPE (Fundo de Participação dos Estados) com um realizado acima do que estava previsto no quadrimestre de 14.25%. Por que está acontecendo isso nesse quadrimestre? É aquela situação que eu tenho falado desde o começo, você tem uma base muito baixa de comparabilidade tanto orçamentariamente como vamos ver também na execução orçamentária essa diferença quando a gente comparar realizado desse ano com realizado do ano passado. Lembrando que eu estou comparando realizado com previsto no orçamento.



As receitas de capitais tem uma estabilidade muito grande na sua dinâmica de realização, então, tivemos realizado menor do que o previsto em menos 71%. Aqui são as receitas intraorçamentárias, quando olhamos para a receita corrente líquida que é um importante demonstrativo também da LRF, porque a maioria dos indicadores são comparados com a receita corrente líquida. Percebemos que ela teve um comportamento de queda em 2020, agora começamos a comparar quadrimestre de 21 com quadrimestre de 20 percebemos uma elevação de 10.7%, justamente por ter uma base mais baixa no ano passado. Aqui eu já estou analisando, comparando o que foi realizado no ano passado com o que foi realizado nesse ano.

Olhando as receitas pela ótica da execução orçamentária, eu estava olhando pela ótica só do orçamento, agora pela execução e realização, temos que no primeiro quadrimestre de 2021 em relação de 2020 tivemos um crescimento geral de 13,59%, distribuído, por exemplo, impostos e taxas com crescimento de 18.12%; a transferência corrente, mais ou menos o mesmo crescimento de 18%, e outras receitas correntes uma queda de 8.11%. Aqui estamos olhando o resumo mensal comparando os meses da receita total de 2021 em relação a 2020, Janeiro, Fevereiro, Março e Abril, nós percebemos que Abril a elevação foi de 20%. Aqui mais discriminados os impostos, o ICMS cresceu em relação ao mesmo quadrimestre do ano passado 20.41%; IPVA 12.45%. Lembrando novamente, aquela primeira comparação que eu fiz, não é igual a essa, porque aquela, eu estou comparando realizado com o que estava previsto orçamentariamente. Aqui eu estou comparando o realizado de um período com o realizado do período do ano anterior. Aqui mensal também, impostos e taxas, nós tivemos um crescimento expressivo em Abril já que a base era muito baixa, pois se vocês analisarem o ano passado, os meses de Abril e Maio foram os que tiveram a maior queda de arrecadação por isso o resultado também tão expressivo em relação 2021.

No que diz respeito às transferências corrente aconteceu também o movimento muito parecido, o FPE cresceu 19.09% no primeiro quadrimestre de 2021 em relação ao ano passado, um valor absoluto de 489 milhões de reais. Olhando as transferências correntes mês a mês vemos um movimento parecido também, crescimentos mais altos em Março e Abril já que boa parte da transferência corrente decorre do Fundo de Participação do Estado e também o movimento de subida na arrecadação no Governo Federal está acontecendo usando a mesma sistemática de uma base muito baixa em 2020.

Olhando agora o âmbito da despesa, voltando primeiro para a comparação entre o que foi executado, o que estava programado orçamentariamente, aqui as despesas são empenhadas todas as fontes e considerando também as despesas intraorçamentárias. Olhando o Poder Legislativo ele executou a menos do que o previsto no quadrimestre, 2.09%; o Poder Judiciário também caiu em



relação ao que estava programado no quadrimestre; o Ministério Público da mesma forma; a Defensoria também e Poder Executivo. Então, tivemos no global, única coisa que subiu foi a despesa intraorçamentária, isso é decorrente principalmente do valor que foi transferido do superávit do Detran para o Tesouro do Estado, mas quando olhamos a despesa total ela foi executada em menos 0.12% em relação ao que está previsto no orçamento do quadrimestre.

Aqui é um consolidado, ela está por Poder, aqui estamos olhando a categoria econômica, os mesmos 0.12%. Percebemos que você teve pessoal caindo, juros caindo, investimento teve uma queda, vou explicar mais lá na frente por que, até porque foi feito um investimento grande no começo de Março e Abril por conta da Pandemia e esse ano já estamos andando mais com os investimentos que já foram feitos lá atrás. E o custeio teve um leve aumento de 9,43% no que diz respeito ao que estava programado. E agora eu vou mostrar as despesas comparadas com o período imediatamente anterior do ano passado.

Quando olhamos agora, a despesa, eu estou tirando despesa intraorçamentária para não confundir a minha análise já que eu estou olhando a execução financeira, e também estou tirando transferências aos municípios que estava na questão orçamentária, então aqui ela está pura. Tivemos uma redução do total geral de despesa quando olhamos para o ano passado de 1.99%, ou seja, 130 milhões a menos do que o ano passado nesse quadrimestre. A Defensoria e o Legislativo tiveram aumento em relação ao que foi executado no ano passado, lembrando que todos os Poderes, Defensoria e Ministério Público quando olhamos para o orçamento tiveram redução, mas quando chegamos na execução teve esse pequeno aumento em torno de 3.9%, da Defensoria e no Legislativo enquanto o Judiciário, o Ministério Público e o Executivo tiveram redução em relação às despesas executadas no ano passado, quando olhamos a despesa geral.

Trazendo essa despesa e separando por categoria econômica a despesa corrente ela cresceu e a despesa de capital teve um decréscimo, como eu falei é muito instável ao longo do ano. Se você paga uma amortização extraordinária, se você faz algum investimento específico em determinado quadrimestre isso de um ano para o outro varia muito no que diz respeito à despesa de capital.

Aqui é mostrando o comportamento da despesa corrente ao longo dos primeiros quadrimestres desde 2017. Por que eu trouxe esse gráfico? Para mostrar que mesmo a gente tendo aumentado um pouquinho a despesa corrente, quando comparamos com anos anteriores você vê é um crescimento decrescente, então o Estado do Ceará tem controlado a questão da despesa corrente para chegar num nível de um equilíbrio maior, cada vez maior com sua receita corrente para manter a saúde e a sustentabilidade fiscal do Estado.



Aqui abrimos a categoria econômica nos grupos: pessoal teve um leve aumento de 1.32%, juros caíram e outras despesas correntes com aumento de 13.78%. Esse gráfico mostrando agora mais detalhado o custeio e pessoal, comparando de 17 a 21. Nós percebemos que a despesa com pessoal, se vocês estiverem vendo a setinha, ela está se reduzindo ao longo dos anos no primeiro quadrimestre, enquanto o custeio tem elevado um pouquinho ao longo dos anos no primeiro quadrimestre.

Ou seja, nós temos no Estado do Ceará controlado bem a despesa corrente e a principal base de controle, é você manter a despesa com pessoal controlado, como temos visto nos outros indicadores. Quando comparamos despesa de pessoal com a RCL, tirando esse primeiro quadrimestre de 21, quando olhávamos os outros anos percebíamos que estava em torno de 40, 41, então estava numa certa estabilidade o que demonstra uma gestão fiscal equilibrada do Estado do Ceará.

Olhando a despesa com capital, como eu falei, um investimento, quando comparamos o primeiro quadrimestre de 2021 com o primeiro quadrimestre de 2020 temos uma queda, decorrente principalmente de você ter tido altos investimentos em Março e Abril porque era o começo da Pandemia. Foi preciso comprar respiradores, abrir hospitais de campanha, todo um artefato que foi criado naquele momento para dar conta da Pandemia. Esse ano a gente já vem de uma estabilidade não precisamos fazer esses investimentos que já tinham sido feitos no período passado.

Amortização da dívida, ela tem uma queda um pouco elevada justamente porque você teve em abril de 2020 uma amortização extraordinária, então minha base estava muito elevada. Quando eu pego uma base de 2021 e não tenho a mesma amortização por isso que ela cai num valor de 33,45% no percentual. Olhando esse histórico da despesa de capital, esse gráfico é só para mostrar mais como existe uma estabilidade no que diz respeito a despesa de capital. Em um ano você faz um investimento extraordinário, uma amortização extraordinária, então existe uma certa instabilidade, não existe uma estabilidade nesses números ao longo dos anos, nem num quadrimestre específico.

Olhando a questão dos investimentos no Estado do Ceará estamos acompanhando nos primeiros quadrimestres, todo primeiro quadrimestre desde 2017 e percebemos essa queda de 2021 para 2020 que boa parte, por isso que eu expliquei em relação aos investimentos foram feitos no começo da Pandemia, mas normalmente o investimento do Estado do Ceará tem um comportamento que ele acontece mais no terceiro quadrimestre, no segundo semestre do ano, é quando realmente os investimentos se elevam e com certeza esse ano também será um ano de grandes investimentos para o Estado do Ceará.

É bom lembrar que há seis anos o Estado do Ceará é o maior investidor do país em relação a sua receita corrente líquida, mesmo tendo a segunda pior receita corrente líquida per capita do Brasil, ou seja, o Estado do Ceará tem conseguido fazer mais com menos. Claro que temos que olhar



a qualidade dos investimentos. Quando olhamos para a qualidade dos investimentos também percebemos diversos estudos, inclusive um que eu tenho feito no doutorado já demonstram que os investimentos feitos no Estado do Ceará desde 2010 para cá que é a base do estudo, já mostra, por exemplo, que o nível de desemprego no Estado é muito menor por conta dos investimentos públicos que tem sido feito.

Se vocês forem olhar a base de dados do desemprego no Brasil vocês vão perceber que o Estado está em torno de 12% enquanto a maior parte dos Estados está com percentual de 14% de desempregados. É claro que houve uma variabilidade muito grande agora por conta da Pandemia, mas o Estado do Ceará já mostra os resultados dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, inclusive em estudos.

Esse último gráfico mostra a questão percentual, está em número índice mas o que aconteceu em relação desde 2017 comparando o quadrimestre. Em 2020 em relação a 2019 houve um crescimento de 53%, e em 2021 houve uma queda de 38% em relação ao mesmo período. Esse gráfico é só mais para mostrar que também existe uma variabilidade ao longo dos quadrimestres na questão do investimento do Estado, na questão da periodicidade, mas quando olhamos uma coisa de médio e longo prazo mais intertemporal, nós percebemos que os investimentos feitos pelo Estado do Ceará são pujantes ao longo dos últimos anos.

Finalizamos por aqui, gostaria de agradecer e fico à disposição para qualquer questionamento dos excelentíssimos deputados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Quero agradecer ao Fabrício Gomes Santos, Secretário Executivo do Tesouro Estadual de Metas Fiscais. A TV Assembleia pode voltar a câmera para os participantes.

SR. DEPUTADO WALTER CAVALCANTE (MDB): Deputado Sérgio Vossa Excelência quando for dar a palavra queria....

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Pois não, Deputado Walter, logo em seguida. Quero agradecer ao Dr. Fabrício Gomes Santos que é o nosso Secretário Executivo do Tesouro Estadual. Aproveitar para dizer que o Deputado Evandro Leitão terminou de me comunicar que a Secretária Fernanda Pacobahyba não poderia comparecer em virtude, graças a Deus alguns problemas pessoais estarem sendo muito bem conduzidos e ocorrendo no momento, mas está bem representada pelo Dr. Fabrício e pelos demais técnicos da Secretaria da Fazenda.

Eu já me dou por satisfeito com a apresentação, mas quero abrir para que os demais parlamentares ou os técnicos que sejam da Sefaz ou quem quer que seja possam pedir na plataforma,



levantar a mãozinha para que possamos fazer a inscrição e liberar os microfones para que as pessoas possam utilizar.

O primeiro deles que fez a utilização foi o Deputado Walter Cavalcante, é isso mesmo Deputado Walter Cavalcante?

SR. DEPUTADO WALTER CAVALCANTE (MDB): Isso presidente. Primeiro quero parabenizar Vossa Excelência mais uma vez a frente da Comissão de Orçamento, ao Deputado Elmano que é o Vice-Presidente, ao Fabrizio que fez uma explanação de acordo com o processo que nós estamos vivendo, remoto, mas por mais que a explanação do Dr. Fabrizio fosse bem convincente, porque é isso que está no relatório eu gostaria de pedir à Vossa Excelência que encaminhasse para o gabinete, pelo menos dos membros da Comissão de Orçamento, o relatório da gestão fiscal para que possamos também, Deputado Sérgio, melhorar a forma com que nós, deputados, tenhamos esses números para responder, até porque nossos colegas de Oposição, eles têm um cálculo com relação às receitas correntes liquidas do Estado onde eles disponibilizam que foi usado o maior recurso que veio do Governo Federal e eles não tem esses números.

Queria pedir ao Dr. Fabrizio que encaminhasse para a Comissão, para o Líder do Governo também, os membros da Comissão terem esses números para podermos rebater, porque na maioria das vezes quando nós estamos em discussão, Deputado Sérgio, Vossa Excelência sabe que os nossos colegas com a base de Oposição ao governador eles trazem números que ficamos impressionados com relação a quantidade de recurso que eles criam, não sei se tem fundamento, mas eu queria que o Fabrízio pudesse disponibilizar para nós todos da Comissão, para que com certeza pudéssemos ter, não só a cópia do relatório desse quadrimestre, mas também os recursos que vieram em nível federal para que possamos realmente ter em mão.

Era só isso senhor presidente e parabenizar a equipe capitaneada pela Secretária Fernanda que não pode comparecer, mas muito bem representada pelo Fabrízio e toda a equipe da secretaria. Muito obrigado presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Obrigado Deputado Walter. Queria só, Fabrízio que aguardasse um instante porque o Deputado Júlio César filho também deseja se manifestar. E queria aqui fazer essa crítica positiva de que realmente sabemos, tanto é que votamos agora na Assembleia recentemente que o balanço fosse para o mês de julho em virtude da atuação remota que está havendo na Sefaz como está na maioria dos órgãos estaduais. Sabendo da dificuldade que temos para fechar o balanço a Assembleia votou e tal qual o balanço imagino eu, que deve ter sido até um pouco mais complicado o fechamento desse balancete do quadrimestre por ser mais recente e desde sexta-feira o Deputado Walter Cavalcante me solicitava esse relatório, não tinha tido



a oportunidade de receber para tornar público para todos os membros da Comissão e aos demais parlamentares, mas pedimos, Dr. Fabrízio que remeta-nos, já que essa peça que hoje nós estamos ouvindo a explanação ela não é deliberativa, ela é sim, uma prestação de contas baseado no princípio da transparência do Poder Público. Sabemos que tudo isso fará parte do balanço que deverá ser fechado pós dia 31 de dezembro que é quando se encerra o exercício de 2021. Mas é muito importante que tenhamos esse conhecimento e distribua aos demais parlamentares para esclarecer essas dúvidas que o Deputado Walter Cavalcante na qualidade de Vice-Líder do Governo tem sempre sido colocado a toda prova por parte de alguns colegas que fazem parte da Bancada de Oposição e que muitas vezes questionam os recursos que são arrecadados, despendidos pelo Estado do Ceará.

Deputado Júlio César filho me passou aqui a mensagem no bate papo dizendo que não pode entrar agora tendo em vista a outra audiência pública que está sendo realizada também nesse mesmo horário com a Comissão de Saúde e eu passo a palavra ao Dr. Fabrízio para ele fazer os esclarecimentos pertinentes ao que o Deputado Walter falou e sobre essa nossa observação.

SR. FABRIZIO GOMES SANTOS (Secretário Executivo do Tesouro Estadual e Metas Fiscais):

Obrigado Deputado Sérgio. Como o senhor bem falou, realmente foi uma dificuldade, esse balanço que fizemos agora de 2020, até porque a Pandemia começou em Março, e para fazer o balanço de 19 já estávamos praticamente terminando o balanço quando 18 de Março, 19 de Março começou a Pandemia. Esse ano foi um pouquinho diferente porque estávamos no meio da Pandemia da segunda onda, inclusive muitas pessoas adoecendo na própria Secretaria da Fazenda, então, nós tivemos uma dificuldade, e os nobres deputados aprovaram, essa justa, ampliação para qualquer momento de calamidade pública exacerbada, ela vale.

Em relação a esses relatórios, com certeza não temos problema nenhum de compartilhar. Eu vou enviar assim que possível para a Comissão. E também foi uma dificuldade porque o primeiro quadrimestre, além dos relatórios, tem a questão do Programa de Ajuste Fiscal que é outro relatório para o Tesouro Nacional e tem o prazo até 31 de Maio. Então, fechamos os relatórios na sexta, e final de semana e hoje foi só para consolidar o relatório, até encaminhamos já um relatório para a Assembleia e a apresentação. Mas encaminharemos para o e-mail da Comissão, e entraremos em contato com o pessoal para fazer os encaminhamentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Quero facultar a palavra aos presentes. Alguém deseja se manifestar? Já que ninguém deseja se manifestar eu quero agradecer ao Dr. Fabrízio pela gentileza e o cumprimento do dever de ter apresentado a audiência pública que discute essas metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2021 compreendendo evidentemente a



ausência da secretária, mas bastante elucidativa a palestra apresentada. Aos demais presentes Fábio Duarte, Márcio Cardeal e Deputado Walter Cavalcante.

Meu querido ex-secretário como não está na barra o seu nome, eu estou começando a incoerência de não chamá-lo pelo nome, me perdoe porque eu estou em Camocim, mas só para poder identificá-lo.

SR. JURANDIR GURGEL (Ex-Secretário e Assessor da Secretaria Executiva do Tesouro Estadual e de Metas Fiscais da Sefaz): Jurandir Gurgel, deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Doutor Jurandir Gurgel que foi o mentor de vários orçamentos públicos, principalmente entre o ano de 2012 a 2016, enquanto militava nessa área como funcionário de carreira da Sefaz. Ao Talvane Rabelo, ao João Vitor, Deputado Elamano Freitas, Érika Amorim, também os representantes da Comissão de Orçamento João Renato, Garcês Neto, Isabela, Takeshi Koshima da Sefaz, a Ana Rosa, a Bia Tavares e o Fábio do Departamento Legislativo da Assembleia.

Agradecendo a todos os senhores e senhoras damos por encerrada e cumprida as determinações da LRF com relação a apresentação do primeiro quadrimestre de 2021. Muito obrigado, boa tarde a todos.



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, PARA DISCUTIR A APRESENTAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE/2021, REALIZADA PELA PLATAFORMA ZOOM, EM 06 DE OUTUBRO DE 2021.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Boa tarde senhoras e senhores. Estamos aqui para participar de audiência pública que tem como pauta a apresentação das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2021.

Renovo os votos de boa tarde aos senhores deputados e senhoras deputadas. E já faço questão de registrar aqui na nossa plataforma os Deputados: Queiroz Filho, membro titular da Comissão e o Deputado Guilherme Sampaio. Cumprimento ainda os senhores telespectadores da TV Assembleia e ouvintes da Rádio FM Assembleia.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará Deputado Evandro Leitão conjuntamente conosco o Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, Sérgio Aguiar em cumprimento ao art. 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal realizamos esta audiência pública para que o Poder Executivo possa demonstrar o cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2021 no Estado do Ceará.

Está em nossa plataforma a Secretária da Fazenda do Estado do Ceará, Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba. Seja muito bem-vinda, Dra. Fernanda; o Secretário Executivo do Tesouro Estadual de Metas Fiscais Fabrício Gomes Santos, também está conosco; o Orientador da Célula de Administração Fazendária Takeshi Cardoso Koshima, também está aqui participando conosco; o Coordenador de Administração Fazendária Márcio Cardial Queiroz da Silva, também se encontra na plataforma e o coordenador também de Administração Fazendária Talvani Rabelo Aguiar. Meu parente, né, Talvani! Quero cumprimentar o nosso também fazendário e



ex-Secretário de Finanças de Fortaleza Jurandir Gurgel, além dos demais assessores e público em geral que nos assiste nesse momento.

Sem mais delongas nós já queremos passar a palavra para a Secretária Fernanda Pacobahyba para que possa demonstrar a sociedade cearense e ao conjunto dos parlamentares interessados em assistir a essa audiência pública, tendo em vista nós já termos aqui todos os relatórios enviados aos gabinetes dos senhores deputados estaduais para que eles pudessem fazer a devida apreciação, para se alguma dúvida restasse pudessem nesse momento de audiência pública dissipá-la ou até mesmo pedir alguma explicação ou esclarecimento por parte da secretária e de seu corpo de técnicos que a auxiliará durante essa audiência pública.

Mais uma vez Dra. Fernanda, eu renovo aqui os votos de boas vindas. Aplausos, tanto pelos 185 anos da SEFAZ recentemente, como diz lá no Interior: “*inteirados*”, completados os 185 anos. E principalmente o Estado do Ceará ter vencido, primeiro com a obstinação do Governador Camilo Santana tendo enfrentado realmente com muita garra todos os desafios da Pandemia. Infelizmente, choramos algumas mortes que foram inevitáveis. Mas sabemos que se não fosse a determinação do senhor governador nós teríamos tido um número muito maior, seja de vítimas fatais ou seja de pessoas acometidas pela doença. Assim como também de que passado toda essa problemática do Coronavírus, e agora chega a hora do reestabelecimento das atividades econômicas do nosso Estado do Ceará.

Hoje mesmo o Estado do Ceará sedia o Encontro da ABAVNacional que é a Associação Brasileira de Agentes de Viagens que vem ao Estado do Ceará e que já tem uma perspectiva de que aquilo que foi a procura em agosto por parte dos brasileiros com o Estado do Ceará sendo aquele que estava como o de maior interesse para se viajar dentro do nosso turismo brasileiro interno que a gente com isso também consiga produzir novas divisas para o nosso Estado do Ceará gerando por conseguinte o reestabelecimento das atividades econômicas em geral no nosso Estado.



Feito esse preâmbulo inicial passo a palavra para a Secretária de Fazenda do Estado do Ceará Fernanda Pacobahyba para que possa ficar a vontade e fazer a devida explanação.

SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO CARNEIRO PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ): Muito obrigada, presidente.

Eu o cumprimento. Agradeço pelos parabéns aos nossos 185 “*inteirados*” no domingo passado. Muito obrigada por esse apoio de sempre. Obrigada pela gentileza, pela condução dos trabalhos. Vossa Excelência tem sido excelente presidente na condução, e eu diria, tem sido para gente uma honra trazer a essa Casa a cada quadrimestre o resultado da gestão fiscal do Estado do Ceará. Compartilhar com o máximo de transparência e de engajamento de cada um dos senhores. Gostaria de cumprimentar o nosso Líder o Deputado Júlio César Filho que vejo que está aqui na sala; o Deputado Guilherme Sampaio, boa tarde; o Deputado Queiroz Filho, cumprimentar também. Cumprimentar todos os nossos servidores da Assembleia Legislativa que nos dão esse suporte. Cumprimentar os nossos gestores e servidores da Secretaria da Fazenda que aqui também estão conosco dando esse suporte, uma equipe extraordinária de escol que temos aqui no Estado do Ceará. E cumprimentar a todos os que nos assistem na TV Assembleia em mais uma apresentação desse relatório.

Um relatório presidente que na sua gestão a gente pôde com muito diálogo também trazer um conteúdo que eu diria que é mais apropriável pela população. Tradicionalmente os nossos relatórios, as nossas apresentações ficavam muito no âmbito técnico e hoje a gente conseguiu trazer uma apresentação, que é essa que a gente vem fazendo, acho que essa é a terceira reunião que traz um conteúdo, que eu diria para que o cidadão compreenda. Não tem sentido algum, nós realizarmos uma gestão fiscal e financeira se a nossa população não sabe do que agente está falando.

Lidar com gestão financeira não é fácil é um tema muito técnico, mas estamos cada dia mais tentando melhorar esse diálogo com a população também. E a



Assembleia tem sido esse canal da gente fazer com que esses números cheguem a todas as pessoas.

Esse material já foi compartilhado, e vai estar disponível nas nossas redes sociais, na Assembleia Legislativa e nas páginas da SEFAZ.

Iniciamos com a questão dos indicadores fiscais com diversos pontuamentos que são acompanhados especialmente por órgãos de controle, Secretaria de Tesouro Nacional e Tribunais de Contas. Nós temos nesse encerramento do segundo relatório de gestão fiscal, 100% das metas e limite cumpridos e alguns não finalizados. A gente sabe que está no meio do exercício ainda, e esse relatório vai espelhar até o mês de agosto, fechado. Então, ainda está em transição a construção de alguns desses indicadores que a gente vai ver aqui. No tocante aos que já podem ser finalizados 100%.

Tocante a gastos com o pessoal. É uma grande, eu diria, preocupação de qualquer governo no nosso país hoje porque é a despesa que mais onera o caixa sem sombra de dúvida por um motivo muito simples, são pessoas que acabam impactando a vida dos nossos cidadãos especialmente na prestação dos serviços públicos mais acessados como educação, saúde, segurança pública.

A gente tem visto em especial, presidente, a importância dos profissionais de saúde, do enfermeiro, do médico e do fisioterapeuta, a gente conseguiu ver mais de perto a realidade dessas pessoas. E de fato o Estado do Ceará tem feito muito bem a tarefa de casa no controle dos gastos com o pessoal. Muitas unidades da federação que se encontram em situação bem complicada estão nessa situação bem difícil justamente por não conseguirem controlar essa que é a principal despesa de qualquer ente subnacional.

No Ceará nós encerramos o segundo quadrimestre com a despesa consolidada do Poder Executivo em 39.2%; a despesa com pessoal, todos os poderes consolidados fechando em 47,61%; limite prudencial é 57%; o limite máximo 60%. No caso do Poder Executivo fechamos em 39.2%; o limite prudencial seria 46,55% e o limite máximo



49%. O que a gente vai ver nos relatórios de despesas lá atrás é que tivemos decréscimo de gasto com pessoal.

Nós temos outro motivo que nós não podemos esquecer, que nós ainda estamos sobre a égide da lei complementar nacional nº 173 que previu para que fossem recebidos os valores, a ajuda financeira dada pelo Governo Federal ano passado, uma das contraprestações era não aumentar salários, criar funções, cargos, enfim. E isso vem sendo cumprido rigorosamente pelo Estado do Ceará para evitar qualquer tipo de sanção do ente nacional. Então, estamos muito bem no tocante às despesas com pessoal.

E a gente consegue, ter um mapa, consolidado por Poder, todos os Poderes, dentro dos seus limites, tanto na metodologia da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) que é uma metodologia, eu diria, mais enxuta, quanto na metodologia da STN (Secretaria do Tesouro Nacional). Existem padrões diferentes, mas em ambas o Estado do Ceará está dentro dos seus limites e abaixo do limite de alerta que é o que qualquer secretário de fazenda quer noticiar numa reunião como essa.

No tocantenossa dívida. Qual é a configuração da nossa dívida, Deputado Guilherme? Basicamente, o Estado do Ceará tem uma dívida que é metade dolarizada e metade em moeda nacional. Nós estamos acompanhando um dos efeitos maléficos da atual gestão do Governo Federal é exatamente não controlar adequadamente o câmbio ou não criar um padrão de confiabilidade no nosso País que faça com que esse câmbio ele possa estar no patamar mais aceitável. Então, nós temos um câmbio alto, mas mesmo assim, mesmo com metade da nossa dívida dolarizada, nós tivemos uma queda do percentual de dívida consolidada e de dívida consolidada líquida.

Atualmente a dívida consolidada está em torno de 75,55% da sua receita corrente líquida ajustada, e a dívida consolidada líquida 38.15%. Comparada ao mesmo segundo quadrimestre de 2020, dá para ver aqui no gráfico cai de 85% para 75%, e de 56% pra 38%.



No tocante ao cumprimento dos mínimos constitucionais. Esses aqui são indicadores que ainda estão em transição. Nós ainda temos os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro para completar, por quê? Porque precisamos gastar o mínimo em saúde de 12% da receita líquida de impostos/taxas. Hoje até este quarto bimestre nós colocamos na saúde 13.89% da nossa RLIT (Receita Líquida de Impostos e Transferências) superando os 12%. E no tocante a educação estamos em 22,54%, precisamos atingir os 25%. E o Governador Camilo Santana sempre muito previdente e muito atuante especialmente, um foco muito sério na educação tem liberado diversos projetos para que cheguemos ao final do ano com pleno êxito no cumprimento desse gasto com educação. Isso é algo que para gente nós estamos nesse caminho, é um indicador que a gente tem acompanhado mensalmente com a Secretaria da Educação, mas é algo que nós precisamos chegar ao final do ano tendo alcançado esses 25%.

Outros dois indicadores que são superimportantes são o resultado primário e o resultado nominal. Para o resultado primário, a nossa meta está prevista na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 492 milhões. Nós estamos no padrão da STN, alcançamos dois bilhões e quatrocentos, é o padrão que a gente tem muito forte aqui. Então estamos cumprindo, estamos com o resultado primário que é essa diferença entre receita e despesa realmente superavitária. Isso tem um propósito também, eu diria, nós estamos observando um aquecimento.

Isso que o Deputado Sérgio Aguiar falou é muito apropriado, o Estado do Ceará tem buscado voltar especialmente nessa indústria poderosíssima que é a indústria do turismo, que é muito marcante em todo o planeta. É uma indústria que vai trazer uma revitalização muito grande para a nossa economia. Não podemos nos esquecer que ainda estamos enfrentando uma onda pandêmica, e ainda estamos enfrentando algumas restrições como falei da lei complementar 173 que nos inibe, por exemplo, a gastos de servidores, mas precisamos nos preparar também para o exercício de 2022, deputado, porque algumas medidas já foram acertadas com o governo, o Poder Executivo, devidamente referendado por esta Assembleia Legislativa que causarão impacto na



nossa folha. Então, esse resultado está dentro do controle daquilo que nós temos numa perspectiva de futuro.

O resultado nominal acima da linha, essa diferença é basicamente juros. A meta é 1.44, padrão da STN dois bilhões, trezentos e quarenta.

Nós temos realmente boas notícias, até agora, no tocante às nossas receitas, lembrando que o Estado do Ceará, o padrão de receita, Deputado Guilherme Landim, ele é sempre um padrão comparativo. Nós olhamos a receita de hoje, observando, comparando com a receita de 2020. Segundo dados da Folha de São Paulo e estudos realizados pelo IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o Estado do Ceará foi o Estado que mais teve queda de arrecadação no ICMS no ano de 2020. Por isso que eu sou muito contra uma linguagem que tem sido veiculada, especialmente na Imprensa sudestina de que o Governo Federal distribuiu dinheiro atoa para as unidades da federação. Ele não distribuiu dinheiro atoa, ele foi injusto.

Algumas unidades da federação tiveram quedas muito grandes na arrecadação e entraram nos mesmos critérios das outras unidades, algumas unidades da federação que não tiveram queda. Então, isso gera uma injustiça muito grande para o Estado do Ceará. E lembrando para todos que estão nos escutando nesse momento que o Estado do Ceará na ajuda do Governo Federal da lei complementar 173 recebeu o menor valor per capita do País. Vou repetir, o menor valor per capita do País. Eu digo que o cearense, vale três vezes menos que um cidadão do Distrito Federal. Nessa ajuda federal, isso ficou muito claro, do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. Além disso, não se levou em conta que esses Estados não tiveram uma queda tão grande. Então, a ajuda federal foi bem-vinda, óbvio, mas ela foi extremamente injusta.

Quando a gente olha essas receitas aqui, obviamente que a gente está olhando para uma receita que ano passado teve uma dificuldade muito grande de se sustentar. Lógico que a gente vê índices maiores. A gente tinha previsto para esse quadrimestre de receita total a arrecadação de nove bilhões, quinhentos e noventa e um, tivemos um



quadrimestre com onze bilhões, setecentos e sete. Quer dizer, uma previsão acima de 20% do que estava previsto. Então, é uma boa performance para o Estado do Ceará.

E lembrando também, Deputado Júlio Cesar, nosso líder, que o Estado do Ceará, dentro dessa lógica de fazer as coisas no tempo certo e de dialogar com o setor produtivo, praticamente todas as unidades da federação, até a presente data fizeram vários REFIS (Recuperação Fiscal), aprovaram o CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária). Eu estava agora a pouco na reunião do CONFAZ, praticamente toda a reunião do CONFAZ é REFIS, é postergação de REFIS, é aumento de prazo é tudo que você possa imaginar. O Estado do Ceará foi cirúrgico colocou o REFIS ano passado com o foco nos meses apenas de janeiro a maio de 2020. E agora sim, Deputado Sérgio Aguiar deve ser encaminhado até o início da próxima semana o Projeto de Lei que vai trazer o REFIS mais completo do estado do Ceará, mas no momento certo. Não tinha sentido algum fazer o refiz no meio da pandemia com as empresas ainda com dificuldade, com o mercado que não tinha voltado, com a economia ainda em baixa. Então, nós precisamos fazer, mas somos cirúrgicos e acredito que assertivos no tempo.

Então a Assembleia certamente vai consagrar essa tomada de decisão administrativa do Governador Camilo Santana de trazer uma política de apoio às empresas no momento em que elas podem honrar porque existe uma perspectiva de retomada.

No tocante as nossas receitas de capital. Basicamente o grosso dela se dá com operações de créditos, com empréstimos. Nós tivemos uma grande operação de crédito que foi celebrada junto com o Banco do Brasil na ordem de novecentos milhões para manter o nível de investimento do Estado do Ceará que foi realizado nesse quadrimestre, mês de maio. Superamos também, além, agora lógico, que esse dado aqui fica 68%, parece uma coisa extraordinária, mas quando a gente coloca no orçamento se sabe que vai fazer a operação de crédito, mas o tempo, o “time”, a gente nunca controla. Aconteceu de ser nesse quadrimestre, então, muito bem-vinda também essa receita.



No tocante a nossa receita corrente líquida. A gente encerra o quarto bimestre, oito meses com uma receita corrente líquida da ordem de 24.1 bilhões que representa um aumento de 12,4% da nossa RCE, tá gente.

A gente tem alguns dados, basicamente de receita total, que alguns a gente já viu lá atrás, receitas correntes, especialmente acho que o nosso foco impostos e taxas subindo 25%, as operações de crédito. Aqui no caso, no tocante, quando a gente vê aqui até o quarto quadrimestre receitas de capital tem uma ligeira queda.

As receitas correntes são basicamente o quê? Impostos e taxas, as transferências da união e outras receitas correntes no incremento até o segundo quadrimestre, não apenas no segundo quadrimestre de 17.27%. A receita total também isso é um gráfico que desdobra isso mês a mês.

No tocante ao ICMS que é o nosso carro-chefe, uma performance muito boa do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) até esse segundo quadrimestre, um aumento de 28% nominal. Lembrando que outro mal que assola a nossa economia hoje, que é uma verdadeira praga especialmente quando ela se alastra custa muito caro pra a sociedade se chama inflação. Nós estamos vivendo uma inflação já de dois dígitos. Já superou, não é Fabrício, 10%! Então, é algo que traz muita preocupação para a gente que o número parece grande, mas nós estamos numa inflação alta. Tanto que a gente vai já ver na questão do custeio aqui do Poder Executivo o quanto está refletindo também no custeio porque afinal, o Estado também consume e contrata. Então, está aqui, eu diria só um gráfico mais detalhado, é que traz esse condensado para gente.

No tocante as transferências correntes, são basicamente o quê? O grosso, aquilo que nós recebemos de cota-parte, do Fundo de Participação dos Estados. Está aí uma dinâmica, uma grande celeuma, uma grande discussão no nosso País relativa a mudança no imposto sobre a renda liderada pelo Governo Federal que para todos os Estados é desastrosa, mas em especial para os Estados de Norte e Nordeste, por quê? Porque essa mudança, o Governo Federal acaba desonerando um grupo de forma, eu



diria tímida e tira dezenove bilhões de reais de Estados e Municípios. Esse é valor que está previsto, especialmente nessa linha do FPE (Fundo de Participação dos Estados) que teve uma boa performance porque nós tivemos uma boa performance dos tributos federais, assim como do ICMS.

Mas nos preocupa, não posso deixar aqui de registrar o andamento do Projeto de Lei encaminhado pelo Governo Federal que é uma verdadeira tragédia para Estados e Municípios da forma como hoje ainda está disposto.

Aqui, a gente consegue ver por mês, Deputado Júlio César e Deputado Queiroz Filho, só para facilitar a visualização de vocês. E, algo que é muito importante para todos nós, é superimportante ter aumento de receitas, superimportante, mas nós precisamos, e o Estado do Ceará especialmente, por meio do COGEF (Comissão de Gestão Fazendária) na liderança do nosso Governador Camilo Santana, tem primado muito pelo controle dos gastos, das nossas despesas. Nós estamos tendo, logicamente uma dificuldade maior por conta da inflação, especialmente dos itens consumidos, nas prestações de serviços. Todos nós como cidadãos brasileiros estamos amargando com essa inflação, e o Estado não poderia ser diferente.

Então, nós temos a despesa programada para o quarto quadrimestre que seria de dez bilhões, setenta e nove, e foi executado um pouquinho a mais, 5% a mais, dez bilhões, seiscentos e treze. A gente consegue enxergar aqui, Deputado Queiroz Filho, por Poder. Então, o Poder Legislativo para o que estava programado, para o que ele executou houve um aumento de 11.1%; o Poder Judiciário teve uma queda de 4.7%; o Ministério Público teve um aumento nas suas despesas neste quadrimestre de 1,5%; a Defensoria Pública teve uma queda de 5.6%, e o Poder Executivo, logicamente, o Poder líder das políticas públicas o grande engajado nas grandes políticas, saúde, educação e segurança, principalmente teve um aumento de 6.1%.

Mas um dado que eu gostaria de destacar com vossas excelências e com os nossos ouvintes da TV Assembleia é o relativo ao pessoal, encargos sociais. No tocante o Poder Executivo nós tivemos uma diminuição dos gastos com o pessoal na ordem de



3.2%.E aí veja, hoje eu diria “o nosso calo” é realmente controlar o custeio, as chamadas despesas correntes que aumentaram 23,5%. Então, é algo que a gente tem feito um trabalho, tentando ser o máximo detalhista e primoroso no nosso COGEF para controlar especialmente no ano que se seguirá, em 2022.

Aqui as despesas vêm por categoria econômica, despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes aumentando 8.1%;despesa de capital basicamente os investimentos, que é algo que também o Estado do Ceará já está na liderança dos investimentos públicos do Brasil há seis anos. O governador deu essa missão este ano do Estado do Ceará continuar liderando investimentos. Lógico, é Brasil, e eu diria até que é mundo,existe uma dificuldade muito grande, eu tenho acompanhado muito de perto essa questão dos investimentos públicos, especialmente com a Secretaria de Obras Públicas.

O Deputado Queiroz Filho, Deputado Guilherme, Deputado Júlio César, quem vai ao Interior, o nosso Presidente Deputado Sérgio Aguiar, percebe a dificuldade às vezes de insumo para que a construção civil consiga realizar as obras.A gente está tendo essa dificuldade porque não tem aço, não tem o cimento, não tem o cano, está faltando cabo. Está sendo desafiador, mas isso não é um desafio só para o Estado do Ceará. É um desafio para qualquer unidade da federação. Tenho conversado com os outros secretários. Mas estamos num gás, num “sprint”, eu diria consistente para conseguirmos excelentes resultados de investimentos no Ceará ainda neste ano de 2021. Lembrando que aqui nós só temos a marcação até o mês de agosto. Setembro já foi realizado. Já melhoramos muito em valor de investimentos realizados. E outubro, novembro e dezembro realmente serão bem mais firmes.

E aqui alguns dados, é só uma forma de visualização também. Aqui nós temos, não é só o segundo quadrimestre, é até o segundo quadrimestre o que significa que essas barrinhas aqui elas vão destacar o período completo de janeiro a agosto. Então, o total geral da despesa do Estadosobe 9,91%, e a gente consegue identificar o aumento no Poder Legislativo 10,93%;o Executivo 10,56%; aDefensoria 5,81%;o Ministério



Público 3,98% e o Judiciário 1,40%. Fortemente impactada como a gente já viu pelas outras despesas correntes.

No tocante a despesa corrente, despesa de capital é só uma outra forma de visualização. E o histórico de despesas correntes. Agente consegue visualizar comparado ao mesmo quadrimestre de 2020 para 2021, nós tivemos um aumento das nossas despesas correntes da ordem de 10.41%. Curiosamente a nossa inflação está nessa ordem. E em 2009 com 2021 aumento de 11.8%.

Outro histórico também aqui em valores não mais em percentual empenhadas as despesas correntes de janeiro a agosto.

Esse quadro é por categoria econômica, basicamente desdobra o que são essas outras despesas correntes, como é que a gente chega nesses 10.41%. Basicamente o que eu falei para vocês, essas outras despesas correntes, e aí vem material, esse custeio, essa parte grossa do custeio, tudo aquilo que não é pessoal dentro de um órgão, o pessoal, toda a categoria econômica e todos os grupos de janeiro a agosto crescem 3.12%, apesar de ter tido queda do quadrimestre, chegando ao aumento de 10.41%.

E aqui despesas de capital, ele também separado. Quando você pega de janeiro a agosto, comparativamente a janeiro e agosto de 2020, incremento dos investimentos de 9.09%. E aqui os mesmos gráficos para ver como que foi esse incremento de despesa de capital especialmente investimentos subindo 6.6% comparativamente a 2020, 26% comparado a 2019.

Aqui um gráfico específico que os meninos providenciaram, no tocante ao histórico de investimento que é o carro-chefe do Estado do Ceará. De janeiro até agosto, nós tivemos investimentos que somam novecentos e noventa e um milhões de reais. Um incremento no mesmo período de oitenta e três milhões comparativamente a 2020, percentualmente comparado a 2019, 21%, e comparado a 2020, 9.1%. Era isso que eu tinha para apresentar a vossas excelências, aos nossos ouvintes.

Agradecer mais uma vez. Nos colocando, presidente, inteiramente à disposição para eventuais esclarecimentos a vossas excelências e a toda a sociedade.



SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRIO AGUIAR (PDT): Muito obrigado, Dra. Fernanda. Agradecemos a sua explanação.

Faço o registro mais uma vez do Deputado Queiroz Filho, Deputado Guilherme Sampaio, assim como também o Deputado Júlio César Filho.

Como a senhora estava acompanhando a reunião do CONFAZ a gente aqui também tem reuniões em paralelo aqui. Eu estou aqui com o Prefeito de Palhano Chico do Joazeiro, está aqui conosco no gabinete conversando, despachando. E ficou assistindo atentamente também a explanação mostrando que vai se inspirar nesses dados para fazer isso também no próprio Município como forma de gestão.

Na plataforma já tem o atento Deputado Guilherme Sampaio com a mão levantada. Peço que liberem o microfone para que o Deputado Guilherme Sampaio faça uso da palavra.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO(PT): Obrigado, presidente.

Boa tarde secretária e toda a sua equipe. Boa tarde Deputado Queiroz Filho, os demais deputados que porventura estejam acompanhando. O Prefeito Chico de Palhano.

Parabéns secretária e a equipe por toda a diligência na manutenção da austeridade necessária para a condução do Estado durante esse período da Pandemia, e sobretudo, para a preservação de algo que é um patrimônio político do povo cearense que é uma gestão fiscal responsável que não se restringe aos esforços da atual gestão, mas perpetua algo que vai se colocando como um valor na condução dos negócios públicos do Estado, aqui no âmbito do nosso querido Ceará. Isso precisa ser ressaltado porque testemunhamos um momento em que em âmbito nacional uma série de conquistas nesse sentido têm sido ameaçadas.

Vossa senhoria citava agora a pouco, por exemplo, o descontrole inflacionário que ameaça a estabilidade da economia, prejudica especialmente a parcela mais pobre da população.



Então, eu queria também parabenizar pela exposição, e fazer aqui três questões, aproveitando a sua disponibilidade. A primeira, a senhora mencionou que o Ceará recebeu o menor valor percapita do Governo Federal em consequência daquela legislação de auxílio financeiro aos entes da federação. Então eu queria solicitar que esclarecesse melhor, brevemente os critérios que levaram a essa conta desfavorável ao Estado do Ceará e ao povo cearense. Essa era a primeira questão.

A segunda, o estado da arte em relação a tramitação da Reforma Tributária. Também de forma muito sintética para não tomar muito tempo da audiência. Quais as principais ameaças do ponto de vista da gestão fiscal do Estado do Ceará em relação ao que se propõe, que está em curso no Congresso Nacional. E se a senhora tiver informes sobre o clima do processo, da tramitação, uma vez que ele é influenciado por vários fatores externos, ao próprio Congresso Nacional, a dificuldade de tramitação de outras Matérias que também constroem o Parlamento, o Congresso, se a senhora tiver informações sobre isso seria interessante.

E por último uma questão que me chama atenção. Em função da Pandemia, nós tivemos a necessidade de um esforço do Estado no sentido de viabilizar os investimentos necessários para o atendimento da saúde da população e também para mitigar os efeitos socioeconômicos da Pandemia. O Estado do Ceará, se não foi o Estado que mais criou iniciativas para compensar os efeitos socioeconômicos da Pandemia deve estar entre os que mais criou: Vale-Gás, isenção de água, de luz, Cartão Mais Infância, créditos, o socorro aos trabalhadores dos pequenos estabelecimentos, enfim, uma infinidade de medidas que somam três bilhões de reais de investimentos de políticas do Estado no sentido de mitigar esses efeitos.

Ao mesmo tempo a Pandemia teve reflexos sobre o custeio da máquina em vários âmbitos da política pública, reflexos, ao contrário do que eu falava agora há pouco. Se do lado do ponto de vista da saúde e das políticas sociais foi necessário investir bastante para mitigar esses efeitos, por outro lado outras despesas foram restringidas até no âmbito da saúde mesmo foi preciso criar mais leitos para UTI, criar suprimentos para



atender as pessoas com Covid,mas se foi necessário suspender cirurgias eletivas, e uma série de tratamento.

Vamos pegar a educação que é a minha praia. Ao mesmo tempo em que foi preciso manter o atendimento remoto, compramos tablets, notebooks, ao mesmo tempo diminuímos os custos de manutenção das escolas abertas com água, luz, manutenção e tudo mais. Então, tem esse outro lado da Pandemia que tem efeitos fiscais também reduzindo os custos de manutenção da máquina pública.

Eu queria lhe pedir para falar um pouco dessa conta.O que é que em termos de saldo do ponto de vista fiscal, representou finalmente para o desempenho do Estado do Ceará considerando os aportes de recursos com auxílios da União, considerando os investimentos que foram necessários, quando comparados com esse impacto no âmbito da redução de custeio em função da restrição do funcionamento da máquina pública. Secretarias passaram a funcionar remotamente, isso reduz custo de ar-condicionado, de energia, de manutenção e por aí vai.

Eu tenho essa curiosidade no sentido de mensurar, não no sentido de calcular mérito, que essa Pandemia, óbvio não tem mérito nenhum. Apenas para dimensionar mais corretamente o impacto fiscal desse processo traumático que todos nós vivemos, e que em relação aos demais Estados da federação, eu penso que sob da liderança do Governador Camilo Santana, com o auxílio da senhora e da sua equipe nós colaboramos muito, inclusive a Assembleia Legislativa para mitigar o máximo possível os efeitos negativos dessa Pandemia. Muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SERGIO AGUIAR (PDT): Doutora Fernanda, na mesma atuada do Deputado Guilherme Sampaio, eu fiquei muito atento ao anexo I da RGF (Relatório de Gestão Fiscal) no que trata de uma coisa que era pouco discutida, mas que agora já se começa a sentir um grande papel que é sobre os consórcios públicos de saúde. Vi que o Estado cumpriu literalmente aquilo que está previsto na Lei do Rateio dos Consórcios. Foram desembolsados de setembro de 2020 a agosto de 2021, ou seja, não apenas nesse bimestre a qual nós estamos conversando, mas cento e cinco



milhões foram disponibilizados aos consórcios, entretanto, nas despesas liquidadas apenas sessenta e três milhões, quinhentos e trinta mil foram liquidadas. Estranhamente, eu não sei se é alguma fórmula relativamente aos consórcios por ter toda uma administração orçamentária diferenciada, não houve inscrição em restos a pagar.

Mas todos nós, eu ouço prefeitos, ouço cidadãos comuns, sabemos que durante o período da Pandemia as policlínicas, os centros de especialidades odontológicos ficaram praticamente fechados. Eu falei na mesma atuada porque o deputado falou sobre as cirurgias eletivas, e muitas delas ocorrem a partir de exames e consultas especializadas que acontecem nesses consórcios. E vejo que de certa forma houve, de certa forma não, o Estado realizou o seu repasse, mas o serviço não foi feito a sociedade de uma forma em geral. Então, também saber como é que deve se comportar porque as prefeituras estão lá. Eu dou um exemplo aqui muito claro, a Prefeitura de Camocim, esse ano já está com um déficit de aproximadamente 500 ultrassonografias que não estão sendo feitas por parte do consórcio público de saúde de Camocim em virtude, como pano de fundo da Pandemia. Então, como é que fica esse procedimento também.

Claro que isso é parte de gestão de saúde, mas que houvesse um diálogo da SEFAZ com a saúde para que a população não saísse prejudicada dessa falta de serviços oferecidos, tendo em vista que o Estado está cumprindo com aquilo que está previsto na legislação. Então, só para gente fazer essa observação aqui.

SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO CARNEIRO PACOBAHYBA (Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ): Perfeito presidente.

Vamos lá, vou começar tentando lembrar, Deputado Guilherme Sampaio, e deixar claro o quanto foi o movimento da nossa Bancada de deputados federais e dos nossos senadores no Congresso Nacional para ultimarem o texto da lei complementar 173, que traz esse desenho de cinquenta bilhões do Governo Federal a ser rateado entre Estados e Municípios. O que aconteceu? Esse projeto começa com a repartição que ia



ser metade e metade, Estados e Municípios. Mas veja, ele começou bem injusto porque quando você pega a arrecadação do ICMS ela supera em muitas vezes a arrecadação do ISS (Imposto Sobre Serviços) dos Municípios, e o primeiro movimento, especialmente, eu me lembro à época, o Senador Cid Gomes, com o Senador Tasso Jereissati foi justamente para tentarmos melhorar a performance dos Estados para os Estados ficarem com 60%, e de fato isso acabou acontecendo mesmo. Porque não tinha sentido dividir esse dinheiro igual porque afinal não existem arrecadações iguais. No Estado a pujança de arrecadação de ICMS é muito maior do que a do ISS, apesar de que a base do ISS hoje é a base mais extraordinária que gente tem no País, é a base sobre serviço. Mas ainda a gente sabe que muitos Municípios não exploram. Fechado, que 60% desse bolo iria para a União e 40% para os Municípios, quais eram os critérios para dividir entre os Estados? Então, deputado, ficou uma composição de alguns critérios à época. Que era o quê? O tamanho da arrecadação dele, valor de FPE e se ele recebe algum valor relativo a Lei Kandir que é dos Estados exportadores. Nisso começou a briga entre os Estados.

Mesmo com todo o esforço das nossas Bancadas, dos nossos deputados, dos nossos senadores, o Estado do Ceará com base em vários índices, ele ficou na época percapita, eu não sei se a minha memória vai falhar, se alguns dos meninos tem essa tabela, mas eu ainda vou procurar para passar para vossa excelência. O Estado do Ceará, o cearense por percapita ficaria com R\$ 100,10 (cem reais e dez centavos), se não me engano. O cidadão do Mato Grosso do Sul, Distrito Federal ficava com R\$ 300,00 (trezentos reais). É por isso que eu disse que o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul, Distrito Federal vale três vezes mais do que um cearense. E isso, deputado, a maior insensibilidade desse governo foi fazer essa divisão que para mim ela já me parece injusta de cara. Afinal estávamos todos numa Pandemia, todos numa dificuldade muito grande.

O Estado do Ceará no começo da Pandemia estava entre os primeiros ali em mortes. Fizemos algumas opções de HUB que acabou atraindo mais gente aqui para o



Ceará, isso nos causou um custo e isso não foi visto no detalhe pelo Governo Federal. E pior, quando foi feita essa distribuição, o Governo Federal, não olhou a queda. O Estado do Ceará ano passado, Deputado Guilherme Sampaio, no mês de maio, ele teve uma queda de arrecadação que é para matar qualquer secretário de fazenda do coração foi uma queda de quase 40% na sua arrecadação de ICMS. Isso é um dado gravíssimo, nenhuma unidade da federação caiu como o Ceará caiu. E na hora de receber o dinheiro nós recebemos o menor valor percapita do País, então foi injusto. Para o Estado do Ceará não representou, Deputado Guilherme Sampaio, benesse, a gente empatou na conta, quando muito.

Como é que o Estado do Ceará com tudo isso não atrasou folha, não deixou de pagar nenhum fornecedor seu, manteve todas as contas em dias, pagando os profissionais de saúde, comprando respirador da China, trazendo avião lotado com máscara, com tudo que não tinha aqui. Como é que ele fez isso? Porque nós tínhamos colchão, a verdade é essa. Foi mérito do Estado, passar bem por essa Pandemia. E lembrando um Estado, vou pular para a sua terceira pergunta e depois eu volto para a outra, e a questão das contas, especialmente o custeio da máquina, uma prioridade, uma determinação clara do Governador Camilo Santana foi preservar vidas e manter emprego. Muitas unidades da federação, Deputado Guilherme Sampaio, eu assisti demitindo terceirizados em massa para reduzir custeio, fazendo tudo que podia para obstaculizar qualquer recebimento de valores para o servidor, mandando cortar gente em outros contratos, e o Estado do Ceará preservou empregos. Logicamente esse custeio da máquina a gente vem tentando absorver. Agora lógico, estamos numa inflação muito alta, realmente é uma praga especialmente quando a inflação ela se alastra, e é isso que a gente está vendo. Ela vai custar muito caro para a nossa população, para todos nós sairmos do engodo em que a gente se meteu, isso vai ter um custo realmente muito elevado.

O custeio, a parte de pessoal, pega basicamente servidores, é onde a gente tem terceirização e contrato de gestão que são bem intensivos de mão-de-obra. E isso daí



foi uma sinalização também de preservar o emprego dessas pessoas. Tanto que mesmo fazendo todas as interferências que foram necessárias para manter a saúde das pessoas, preservar a vida das pessoas estamos realmente dando show, por exemplo, em geração de emprego no Estado do Ceará.

O Estado do Ceará até o mês de agosto gerou sessenta e dois mil empregos. O ano passado todinho gerou sessenta e quatro mil, então estamos na liderança. O PIB (Produto Interno Bruto), segundo semestre agora, o PIB nacional fechou em 6,40%. O PIB do Estado do Ceará cresceu 8.65%. Então, estamos acima da média nacional cuidando de pessoas, preservando emprego, mantendo o Estado numa nova conformação virtual para que essas pessoas não precisassem ser demitidas, e trazendo os números que a gente pode ter motivo de orgulho de apresentará Assembleia Legislativa, fruto desse trabalho conjunto Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. O Estado do Ceará também nos honra com o Conselho de Governança Fiscal instituído em que os Poderes dialogam.

Esse esforço do Estado em viabilizar investimentos em saúde, realmente, eu desconheço outra unidade da federação, não conheço esses dados, mas foi extraordinária a quantidade de leitos novos que foram abertos e liderados pelo Governador Camilo Santana. Nós tomamos medidas de contenção desse custeio especialmente 2020, deputado. O que é que a gente viu? Em 2021, inclusive, estamos ainda sobre a égide de uma resolução do COGEF para reduzir esse custeio, ainda estamos sob ela, essa atividade, mas muitos órgãos precisaram também retomar.

A Secretaria da Fazenda já está plenamente presencial. Nós já voltamos, assim como outros órgãos. Mas em 2021, eu diria, o “acocho” ele foi mais evidente, da ordem de uns quatrocentos, quinhentos milhões nós conseguimos reduzir em custeio para manter, facilitar essa sustentabilidade e todo esse arcabouço que nós preservamos, que é de honrar os nossos contratos, preservar empregos, preservar os nossos servidores, enfim todas as nossas obrigações.



No tocante a Reforma Tributária, eu precisava só fazer um alerta para as pessoas que nos acompanham na Assembleia Legislativa, pela TV Assembleia. Isso aí que está, que é uma alteração de imposto sobre a renda, qualquer cidadão que não queira ser enganado não pode chamar isso de Reforma Tributária. Isso é uma alteração que está acontecendo em um imposto. Reforma Tributária, é algo mais amplo. É uma reforma no imposto sobre a renda justamente porque nós não conseguimos avançar numa reforma ampla como era uma pretensão desse governo, não se conseguiu ultimar esse texto, não se chegou a um consenso. A União não quer fazer parte de um IVA (Imposto Sobre o Valor Agregado) amplo com os Estados e Municípios, isso já está muito claro. Eu tenho participado ativamente do grupo de secretários da fazenda liderando a Reforma Tributária do COMSEFAZ (Comitê Nacional de Secretários da Fazenda), a União já verbalizou, mas o que aí está é uma reforma do imposto sobre a renda. Uma reforma que o COMSEFAZ já se manifestou em diversas cartas contra. A CNM (Confederação Nacional dos Municípios) já se manifestou contra, porque retira de uma parcela mais abastada da população, tira tributos deles e tira dinheiro dos mais pobres.

Não tem sentido algum fazer Reforma Tributária nesse País hoje para levar prejuízo de dezenove bilhões de reais para Estados e Municípios. Sendo que os estados e municípios precisam realizar política pública que vai afetar a vida das pessoas mais pobres. Então, não tem sentido nenhum desonerar rico para gerar maior ônus ou tirar benefício de pobre.

Então, é uma reforma que mais uma vez o COMSEFAZ tem se manifestado contra. Nós somos favoráveis a uma reforma ampla. Deputado Guilherme Sampaio, o ICMS, e eu falo como jurista, sou doutora em Direito Tributário, não tem a menor condição de nós continuarmos com o ICMS da forma como ele está, não tem mais. Qualquer unidade da federação quando a gente olha as mudanças que a gente está enfrentando no mundo, essa questão da alta geração, toda essa confusão no tocante a combustíveis fósseis, essa pujança nos serviços, essa dificuldade de tributar o virtual, o Facebook, a gente está vendo, absorvendo. As grandes nações do planeta estão



passando por essa dificuldade. Não tem sentido algum a gente insistir no desenho de ICMS. É um desenho retrógrado, ultrapassado e não representa o País que precisa crescer.

Contudo, tentamos uma reforma ampla com a União, Estados e Municípios. A União não quis saber de se acoplar com os Estados e Municípios. Os Municípios na verdade também não querem muito essa aproximação com os Estados que afinal eles têm uma base boa, isso deve ser considerado. Mas se nós pensarmos na Federação Brasileira, alguém precisa pensar, pouca gente tem pensado, especialmente na nossa liderança no governo nacional. Tem pensado no conagraçamento de forças para atacar os problemas federativos. Não há outra saída se não fazermos uma reforma ampla. O ICMS está num estado de penúria. A guerra fiscal trouxe um esvaziamento de base muito sério, apesar de ter atraído grandes investimentos, mas é algo que para o futuro nos preocupa.

Deputado, o Senador Roberto Rocha protocolizou um projeto recente, ontem, da PEC 110. É uma PEC que vem sendo construída junto com o COMSEFAZ. Tem alguns apriorios, mas eu diria que aquilo ali seria hoje a reforma possível. O ideal mesmo, eu acredito, seria um outro presidente com uma outra cabeça liderar uma reforma ampla. Não tem sentido nenhum, como o Brasil fez pegar um IVA e sair dividindo o IVA, gera todos esses problemas e deformidades que a gente tem acompanhado.

Então eu acho que para o País dar um outro salto nós precisaremos de uma liderança que abrace uma Reforma Tributária ampla no nosso País. Não dá mais para ficar nos nossos feudos.

No tocante, Deputado Sérgio Aguiar, para finalizar consórcios públicos. Existe sim, o compromisso dado pelo Governador Camilo Santana de apoiar, tem sido destinado muitos recursos para esses consórcios. Eu compreendo que a demanda administrativa, é uma demanda que pode gerar algum tipo de, eu diria, às vezes dificuldade para operacionalizar. Normalmente esses consórcios eles precisam ter alguns requisitos que estão previsto na legislação no tocante a regularidade para que



isso se efetive. Acho que a gestão liderada pelo Secretário Marcos é uma gestão de muito diálogo, e a Secretaria da Fazenda. Caso vossa excelência me incuba, eu estou plenamente à disposição para atuar junto com o Secretário Marcos, SEFAZ, SESA e os interessados nos consórcios públicos para a gente aparar o que houver de pendências. Porque saúde realmente é uma prioridade. O governador tem sinalizado muito isso. E a gente está à disposição para construir isso coletivamente.

SR. FABRÍCIO GOMES SANTOS (Secretário Executivo do Tesouro Estadual e Metas Fiscais): Secretária Fernanda, só um complemento também em relação aos consórcios.

É porque o relatório dos consórcios públicos tem uma dinâmica específica do manual de demonstrativos fiscais, e o que está no relatório, o empenhado é o que foi repassado para aqueles Municípios e o liquidado é pessoal. Provavelmente, o restante é porque foi gasto com custeio. Esse relatório do consórcio é justamente para complementar o relatório da despesa com saúde do Estado. Mas tem uma dinâmica própria, de certa forma está sendo executado esse recurso que está sendo repassado.

Me permita completar só uma pergunta do Deputado Guilherme também. É justamente isso deputado é porque o custeio que a gente ver aumentando é porque ele está começando voltar o normal comparado com o ano passado. Ano passado a gente teve um aumento de custeio por conta da Covid, mas as cirurgias eletivas não foram feitas que vão voltar, essa dificuldade do gasto na educação é justamente por isso porque agora que está tendo uma aceleração maior dos projetos da educação para a gente atingir no final do ano os 25%. E até uma coisa que deve ficar sempre em mente dos parlamentares, até uma questão que a Secretária Fernanda está falando que está no COMFAZ, discutindo a questão da gasolina do ICMS porque existe um discurso nacional, inclusive do Presidente do Senado, o Lira é que os Estados estão cheios de recursos. Alguns Estados estão realmente com recursos em caixa, mas quando chegar em 2022 a gente vai ter uma máquina pública voltando ao normal, então é preciso ter cuidado.



Como você mesmo falou existem as demandas das cirurgias eletivas, existem as demandas que voltarão do funcionamento presencial das escolas. Então, você tem uma pressão para gastar mais na educação, mas por outro lado você tem uma lei complementar 173 que não pode dar aumento, não pode criar cargos na própria educação. Então, você tem todo um travamento que vai destravar em 2022, e é preciso cuidado. E o Estado do Ceará verifica seu equilíbrio intertemporalmente não em anos específicos porque o ano de 2020 e o de 2021 não são anos bons para você fazer comparabilidade nenhuma. É necessário cuidado em todas essas análises fiscais que estão sendo feitas ao longo desses dois anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIRA (PDT): Pois não, eu queria mais uma vez deixar à disposição alguns dos senhores que quiserem complementar ou alguma nova manifestação. Pela plataforma nós não temos nenhum pedido de fala.

Deputado Queiroz Filho!

SR. DEPUTADO QUEIROZ FILHO (PDT): Não. Não presidente. Estava ouvindo aqui. Eu tinha desligado o áudio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Mas vossa excelência que será o relator do orçamento para o ano de 2022, assim como já foi relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve se familiarizar e conversar com a secretária e com os nossos técnicos também para que a gente possa ter esse auxílio na hora da análise da lei orçamentária aqui na Assembleia.

Com a palavra o Deputado Queiroz Filho.

SR. DEPUTADO QUEIROZ FILHO (PDT): Obrigado.

Queria parabenizar a todos que fazem a Secretaria da Fazenda tanto pelo aniversário da SEFAZ como já foi dito no início, a bela explanação da Secretária Fernanda Pacobahyba. Foram muito ricas essas informações. Eu não vou nem polemizar, Fernanda, você tem sido uma grande guerreira para explicar para a população essa questão do ICMS também dos combustíveis. Eu tenho acompanhado, mas aqui não é esse momento.



Aproveitando a oportunidade também para mandar um abraço para um amigo muito querido que a gente trabalhou junto durante seis anos e três meses o Jurandir Gurgel, que está aqui também. Um abraço Jurandir!

E a condução. Fiquei muito para além da apresentação com os questionamentos, principalmente essa questão do que está valendo para o Governo Federal o cearense em comparação com outros Estados. E eu acho que nós, deputados, Deputado Guilherme Sampaio, Deputado Júlio César, principalmente o Presidente desta Comissão deputado Sérgio Aguiar, a gente tem um papel muito importante para além da TV Assembleia que está transmitindo esta audiência pública agora a questão também de explicar para a população para que ela tenha conhecimento.

No mais, parabenizar não só pela apresentação, pelo trabalho de todos vocês que tem feito o Ceará liderar nesse volume de investimento. Eu acho que isso vai ser uma marca muito importante para esse governo do Governador Camilo Santana.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Pois não, Deputado Queiroz Filho.

Doutora Fernanda, vossa senhoria deseja ainda se manifestar!

SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO CARNEIRO PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ): Não. Muito obrigada. Tranquilo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Damos então, por cumprida que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal tendo ocorrido nesta tarde de 6 de outubro apresentação das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2021 pela Secretária de Fazenda do Ceará Fernanda Pacobahyba e por sua equipe de técnicos que a auxiliaram.

O agradecimento nosso da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação a todos os servidores públicos estaduais da fazenda, e também aos senhores parlamentares que participaram conosco nesta tarde. Muito obrigado. Boa tarde, boa noite.



Está encerrada a presente audiência pública.



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PARA A APRESENTAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DAS MESTAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2021, REALIZADA DIA 8 DE MARÇO DE 2022.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Muito boa-tarde, senhoras e senhores. Estamos reunidos em audiência pública na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, que tem como pauta a Apresentação do Demonstrativo do Cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2021 por parte do Poder Executivo.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Evandro Leitão e o Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, Sérgio Aguiar, em cumprimento ao art. 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101 de Maio de 2000, realizamos neste momento a audiência pública, para que o Poder Executivo possa demonstrar o cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2021 no nosso Estado do Ceará.

Faz parte desta audiência pública a estimada Secretária da Fazenda do Estado do Ceará, Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba; o Sr. Talvani Rabelo Aguiar, Coordenador de Gestão da Execução Orçamentária Patrimonial e Contábil; o Fabrício Gomes Santos, Secretário Executivo do Tesouro Estadual e Metas Fiscais; o Coordenador de Gestão Fiscal da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), Márcio Cardeal Queiroz da Silva; o Saulo Braga, da Célula de Contabilidade Geral do Estado, além do Fábio Silva Duarte, Orientador da Célula da Dívida Pública e o Takeshi Cardoso Koshima, Orientador da Célula de Planejamento.



Demais componentes que fazem parte também dessa audiência pública, sejam todos muito bem-vindos, senhores deputados, senhoras deputadas.

Sem mais delongas, quero saudar a Secretária Fernanda Pacobahyba, e deixá-la à vontade para que possa fazer a sua exposição.

Nós estamos sendo transmitidos pela TV Assembleia, pelas redes sociais que acompanham o Poder Legislativo, nesta tarde. E, a Comissão de Orçamento Finanças e Tributação já faz também a saudação ao Deputado Júlio César Filho, Líder do Governo, que está presente conosco.

Então, com a palavra, pelo tempo que achar necessário. A Secretária da Fazenda do Ceará, Fernanda Pacobahyba.

SRA. DRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Estado do Ceará): Boa tarde a todas e a todos. Eu queria iniciar agradecendo mais uma vez ao nosso Presidente Deputado Sérgio Aguiar, pela gentileza de sempre nos receber a cada quatro meses, no nosso dever de ofício de prestar contas relacionadas aos dados fiscais do Estado do Ceará. Agradecer a presença do nosso Líder do Governo, Deputado Júlio César, sempre um parceiro do Estado em todas as nossas causas.

Eu iniciaria a minha fala, deputados, também agradecendo a minha equipe pela presença. Essa equipe extraordinária da Secretaria da Fazenda, do mais alto nível e lembrando, parabenizando a todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher. Sei que o tema é árido, mas essa data merece também o nosso registro, da importância e esse reconhecimento também.

Vou pedir autorização a vossa excelência para projetar os nossos slides.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Fique à vontade.

SRA. DRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Estado do Ceará): A cada quadrimestre nós estamos aqui. O ano se divide em três grandes



quadrimestres. E esse 3º quadrimestre, na verdade, é um resumo de todo o exercício de 2021 com relação tanto a despesas quanto as receitas.

A nossa audiência de hoje é diferenciada porque a gente vai fazer uma passagem por todo o exercício e trazer os nossos dados, basicamente o roteiro de receitas, despesas e dos indicadores fiscais.

Com relação às receitas, a gente vai fazer a comparação nesse 3º quadrimestre, especialmente o que estava previsto no nosso orçamento e o que foi realizado e também o dado acumulado. Como eu disse nesta oportunidade do 3º quadrimestre, a gente tem a oportunidade de passar por todo o exercício.

As nossas receitas para o 3º quadrimestre, a previsão era que nós tivéssemos receitas totais na ordem de 11 bilhões, 260 milhões, e tem toda essa divisão abaixo. Esse dado, é público também, está no nosso balanço. Nós também estamos disponibilizando tanto para Assembleia Legislativa, para os nossos deputados, como para a própria Imprensa, para qualquer cidadão que queira acompanhar.

O dado realizado de receita total nesse 3º quadrimestre girou em torno de 12. 047 bilhões, o que significa um aumento de receita no último quadrimestre na ordem de 7%.

Nós temos uma outra importante receita, que são as transferências correntes. Basicamente, são recursos que nós recebemos do Governo Federal. A previsão para o 3º quadrimestre era de receitas da ordem de 3 bilhões, 074 milhões, e nós conseguimos realizar 3 bilhões, 834 milhões, o que representa o incremento da ordem de 25%.

SR. MÁRCIO CARDEAL QUEIROZ (Coordenador de Gestão Social do COFINS): Secretária me perdoe à interrupção. Eu estou vendo o primeiro slide ainda, e a senhora está falando os números já.



SRA. DRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Estado do Ceará): Então deixa voltar aqui. Às vezes é da internet. Obrigada, Márcio. Eles conseguem ver aí?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Estava no primeiro mesmo.

SR. MÁRCIO CARDEAL QUEIROZ (Coordenador de Gestão Social do COFINS): Perfeito.

SRA. DRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Estado do Ceará): Pronto. Querem ver a movimentação?

SR. MÁRCIO CARDEAL QUEIROZ (Coordenador de Gestão Social do COFINS): Pronto, isso. Agora estamos vendo. Se quiser começar.

SRA. DRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Estado do Ceará): Pronto, vai começar. No tocante a receita total do Estado. Essa receita é uma composição de arrecadação própria e de transferências correntes, basicamente valores recebidos pela União.

No tocante a receita como um todo, a nossa previsão para o 3º quadrimestre era uma receita de 11 bilhões, 260 milhões e nós realizamos, quer dizer, efetivamente tivemos de receita 12 bilhões, 047 milhões, o que representa um acréscimo da ordem de 7%.

A nossa principal receita, a gente sabe que é o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). A previsão para o 3º quadrimestre do ICMS era da ordem de 4 bilhões, 306 milhões, e foi realizado 5 bi e 200. O ICMS teve um acréscimo, no último quadrimestre na ordem de 21% e as transferências correntes para o 3º quadrimestre era uma receita da ordem de 3 bilhões, 074 milhões e na verdade conseguimos, auferimos, realizamos, 3 bilhões, 834 milhões, o que representa um acréscimo de 25%.



As receitas de capital, basicamente se resumem as operações de crédito, quer dizer, quando o Estado contrata empréstimos ou quando ele aliena os seus bens. No tocante ao que estava previsto para o 3º quadrimestre, nós tivemos uma previsão de 1 bilhão, 445 milhões e realizamos apenas 189 milhões porque tivemos uma queda, comparada ao que estava previsto na ordem de 87%, realizamos menos receita de capital, mas porque concentramos as nossas receitas de capital, notadamente as nossas operações de crédito nos quadrimestres antecedentes. Isso não significa nenhum tipo de prejuízo para o Estado do Ceará.

No tocante às receitas correntes, a nossa receita no dado bruto, só para vocês terem ideia, finalizando esse ano de 2021, nós conseguimos realizar uma receita total da ordem de 35 bilhões, 222 milhões de reais. Comparando com o mesmo período em 2020, que foi um ano muito difícil também para o Estado do Ceará, a nossa receita corrente em 2020 foi da ordem de 30 bilhões, 124 milhões, o que significa que neste ano de 2021 nós tivemos um incremento de 16,92% da nossa receita comparado ao exercício anterior, o que fez um acréscimo da ordem de 5 bilhões de reais, 5 bilhões, 097 milhões. Só que essa receita, esse dado que nós estávamos, é o dado bruto. O dado que é interessante de análise, é a chamada receita corrente líquida, é como se fosse aquilo que vai sobrar efetivamente para o Estado do Ceará, porque quando você pega a receita bruta, uma parte do que a gente arrecada, a gente precisa transferir para o município, transferir para o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), e a receita corrente líquida é o dinheiro que efetivamente vai ser gerenciado pelo nosso caixa para o atendimento das políticas públicas do Estado. Nossa receita corrente líquida de 2022 fechou em 25,2 bilhões de reais, um acréscimo em relação a 2020, da ordem de 3,2 bilhões, positivo, em termos de receita, o que significa um incremento de 14,3%.



No tocante as operações de crédito, repetindo, são os empréstimos que nós fazemos. Esses empréstimos, nós podemos fazer tanto com os bancos, como com as instituições financeiras nacionais, quanto podemos contratar os chamados organismos multilaterais, por meio de operações externas, o Banco Mundial, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), KfW, enfim, a gente tem alguns deles que costumam contratar com o Estado do Ceará. Nós realizamos em operações de crédito no ano de 2021, 1 bilhão, 407 milhões de reais. Um pouco menor de 3,95% a menos do que em 2020, mas sem prejuízo algum.

Daqui a pouco a gente chega à lâmina relacionada ao investimento e a gente verá que o Estado do Ceará se superou mais uma vez em investimento público em 2021.

A gente viu o dado da nossa receita corrente líquida, nós conseguimos visualizar como que estão as nossas despesas. A despesa total do Estado ficou na ordem de 26 bilhões, 694 milhões, sendo 5 bilhões em despesas de capital e 21 bilhões em despesa corrente. A gente vai estar entrando em cada uma dessas caixinhas aqui.

No tocante ao total empenhado de despesas. Desses 26 bi, nós temos um forte investimento. O Estado do Ceará, encerrou o ano de 2021 com investimentos na casa de 3,5 bilhões de reais, o que representou um incremento 994 milhões, quase um bi, comparado a 2020, quer dizer, um aumento de 40,05% e mais ainda esse aumento, ele se deu massivamente pelo emprego de recursos próprios, de recursos arrecadados pelo próprio Tesouro. Essas despesas comparadas às anteriores, você tem um acréscimo de quinze por cento. Então esses são os investimentos. Esse marco forte do Estado do Ceará.

Se a gente somar o investimento do primeiro ano do Governo Camilo Santana, agora, do primeiro ano do segundo mandato do Governo Camilo Santana, já houve um incremento da ordem de 57%, é um incremento forte. Lembrando que em 2020



nós tivemos o começo da Pandemia, 2021 ainda vitimados pela Pandemia e mantendo esse nível de investimento alto.

Então, tem esses dados que os meninos fazem no Tesouro, do liquidado, do empenhado, que é um dado mais técnico, mas um dado geral, para o público que está nos assistindo, é importante saber que o investimento no Estado do Ceará em 2021 ficou na ordem de 3,5 bilhões, valor empenhado. Liquidado significa aquele que foi reconhecido em alguma medida com relação à nota de reconhecimento da obra executada, ficou em 2,3 bilhões de reais.

A gente sempre traz esse gráfico. Se você comparar o Ceará, nacionalmente, se você tomar o governo de Camilo Santana, que se inicia em 2015, o Estado do Ceará se sagrou, nesses 7 anos, como grande investidor público do Brasil. E a média nacional, essa linha laranja, a média nacional de investimento público, percentual, investimento liquidado é da ordem de 6,06%, enquanto o Estado do Ceará, na sua receita corrente líquida, chegou a nove, virgula um por cento).

Está aqui um ranking nacional também, que os meninos providenciaram que pega o dado dos investimentos liquidados por Estado, acumulado também de 2015 a 2021. O Estado do Ceará no topo do ranking, primeiro lugar, média nacional. O Estado do Ceará, praticamente o dobro da média nacional. O dobro de 5,5 daria 11%, Ceará com 10,87, e, abstraindo porcentagem, vamos para dinheiro mesmo, para valor, a média do investimento público nacional em cada um desses anos, está aqui essa linha laranja, e a barra azul é a situação do Estado do Ceará.

Então veja o limite, a média nacional é sempre inferior. No ano de 2021 a gente viu um crescimento do investimento público em algumas unidades da federação que estão recebendo em algum tipo de, eu poderia dizer assim, de benesses do Governo Federal, com uma possibilidade de firmar contratos para deixar de pagar dívidas, e mesmo assim, o Ceará manteve a liderança sem qualquer tipo, eu diria de benesse ou



de forma gratuita, de deixar de pagar empréstimo, enfim, sempre em dia com todas as suas dívidas mantendo essa liderança.

Aqui, em números, a gente vê que, nesses sete anos, para você ter uma noção, São Paulo investiu 55 bi, Bahia, 18 bi, Rio de Janeiro e Ceará ambos na casa de 15 bilhões de reais. O Ceará investiu, nesses 7 anos, mais do que o Estado de Minas Gerais que é um estado que tem mais de 800 municípios. Então, a gente fica a imaginar o gigantismo desse projeto de investimento, que é o Estado do Ceará, lembrando que a média nacional de R\$ 8.700,00, o Ceará quase o dobro da média nacional.

No tocante aos nossos indicadores fiscais, todas as metas e os limites previstos em qualquer normativo nacional da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), da Secretaria do Tesouro Nacional, de qualquer entidade, em todos, nós tivemos metas e limites cumpridos.

Compartilhando o orgulho do Ceará, que é a nossa performance em educação, nós temos, por determinação constitucional, investir o mínimo na educação, o mínimo de 25% da nossa receita líquida, e investimos 26,07%, lembrando que esses 26,07% no ano em que o ICMS cresce 21% representa muito dinheiro, então foi muito dinheiro investido na educação em 2021, fazendo nessa crença firme de que a educação é transformadora no Estado de Ceará.

E na saúde também temos por determinação normativa, gastar o mínimo de 12% da RLIT (Receita Líquida de Impostos e Transferências) em saúde. Chegamos a 15.68%, lembrando que a Pandemia não se encerrou. Vamos ver que horizonte nós terminaremos esse ano de 2022, para ver os próximos dados, mas ainda estamos impactados fortemente no nosso orçamento pela saúde.

No tocante a despesas com o pessoal, que é um dado que eu diria extremamente relevante para qualquer unidade da federação, que é um dado que quando o impacto,



ele ultrapassa determinados limites, ele inviabiliza o próprio investimento público. Nós finalizamos o exercício de 2021 com um gasto no Poder Executivo de 39,0%. Essa barra azul é a barra do limite de gastos de pessoal ao longo do tempo. Então, a gente teve nos três quadrimestres de 2020 e nos três quadrimestres de 2021.

Nós não podemos nos esquecer que tivemos nesse interregno a vigência da Lei Complementar 173, que foi varada pelo Congresso Nacional e que condicionou o recebimento de verbas federais a não haver qualquer tipo de aumento de despesa com pessoal, o que certamente colabora para a manutenção desses índices. E hoje, o Estado do Ceará realmente, nós estamos numa situação, eu diria, tranquila com relação a gastos com pessoal. Sabemos que no final do ano de 2021 tivemos algumas medidas de reajuste de servidores da ordem de 10.74%, como foi anunciado pelo nosso governador e isso vai impactar esse primeiro quadrimestre de 2022.

Com relação ao resultado primário do Estado do Ceará, nós tivemos um superávit da ordem de 2,2 bilhões de reais, que é um dado que deve ser comemorado por todos nós.

Outro dado que é superimportante para o Estado do Ceará é o nível de endividamento. Nós sabemos que dívidas que crescem e que passam a ficar descontroladas pelas unidades da federação, também geram muito transtorno. Ao longo do tempo, nós temos também muita prudência com essa dívida. Acreditamos na dívida pública para gerar investimentos que tragam retorno, e é esse o segredo do Ceará a alguns anos. Então, não é aquela dívida pública que você faz para gastar com coisas que não vai impactar positivamente na economia e que não vai acabar gerando novas receitas. A gente tem esse cuidado de estar sempre se endividando com coisas que gerem resultados positivos, que melhorem a vida do nosso empresário, que ele se sinta mais apto, mais motivado a investir mais no Ceará, gerar mais emprego, mais



renda, que gera mais arrecadação, enfim, é todo esse cenário positivo que a gente há alguns anos conhece.

Então, encerramos o 3º quadrimestre de 2021 com a dívida consolidada em 75,10% e a dívida consolidada líquida em 44,34%, lembrando que o limite na Lei de Responsabilidade Fiscal fica na ordem de 200%. Então estamos muito abaixo do limite previsto na legislação.

Essa era a apresentação inicial Deputado Sérgio, Deputado Júlio, demais deputados, pessoal que nos assiste. Estamos à disposição e a nossa equipe também para quaisquer esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Secretária Fernanda, agradecemos a sua participação, a transparência com que fez a apresentação para uma demonstração, tanto aos senhores parlamentares como a sociedade de uma forma geral sobre os dados referentes ao relatório do 3º quadrimestre do ano de 2021.

Quero reforçar suas palavras iniciais, uma demonstração do apreço dessa Casa ao Dia Internacional da Mulher, inclusive às 19 horas haverá uma Sessão Solene em homenagem as mulheres cearenses por parte das deputadas mulheres que têm assento nesta Casa.

Ressalto que ainda no ano de 2021, já voltando ao tema, nós tivemos esse aumento de receita que realmente destacou-se mostrando que o Estado do Ceará respira uma saúde financeira invejável, em relação às outras unidades da federação.

Uma curiosidade, eu ouvi também, embora fugindo um pouco do tema, mas o seu pensamento com relação a essa diminuição do IPI (Imposto Sobre Produto Industrializado) de 25% foi o primeiro grito de Carnaval que a administração federal deu em resposta a tudo aquilo que passam os Estados e os municípios, as outras unidades da federação para que possamos ter uma noção daquilo que será um impacto para o nosso Estado do Ceará.



Eu advogo muito, em todos os meus posicionamentos de que deve haver uma reforma tributária, que deve haver um reajuste, diminuição da carga tributária para incentivarmos a produção, mas não é fazendo cortesia com “chapéu alheio”, retirando de recursos que vão impactar sensivelmente tanto no estado como nas prefeituras municipais, que em nome de se financiar setor A, B ou C da indústria que nós teremos a resposta para isso. Os governos tanto municipais, como o próprio Governo Estadual, tiveram políticas que incentivaram a que se pudesse normalizar, estendendo os prazos, fazendo com que houvesse um melhoramento das condições de pagamento por parte dos contribuintes, principalmente pessoas jurídicas, ou seja, produtores de bens e serviços do Estado do Ceará, e discordo por completo, de que a decisão tomada pelo governo federal foi a mais adequada neste momento.

Momento em que se tem taxa de juros com mais de dois dígitos, Taxa Selic, fazendo com que haja uma inibição por completo da compra a longo prazo, porque a taxa de juros ela é preocupante para todos, de se mostrar que esses recursos da produção, que eu tenho quase que convicção, que não chegará o consumidor final. Ou seja, não haverá diminuição de preços para a população de uma forma em geral. Eu também queria ouvir o seu posicionamento nesse sentido.

O Deputado Júlio César Filho, já deseja se manifestar? Com a palavra o Deputado Júlio César Filho.

SR. DEPUTADO JÚLIO CÉSAR FILHO (Cidadania - Líder do Governo): Pois não, presidente, eu já levantei a mão para que a gente possa objetivar, e a secretária conforme os demais secretários executivos e assessores da Sefaz já possam seguidamente, fazer seus comentários partindo para os finalmente da reunião.

Na verdade, não é nem uma pergunta. Eu queria só fazer alguns comentários. E, dando sequência aos comentários de Vossa Excelência, Presidente Sérgio Aguiar, parabenizar a apresentação da Secretária Fernanda Pacobahyba. Hoje, em especial, no



Dia Internacional da Mulher, parabéns Secretária. Vossa Excelência, que dá um exemplo de competência. Primeira Secretária da Fazenda no nosso Estado. Dá um show na Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, nas contas públicas do nosso Estado. Demonstrou uma política continuada na sua luta diária de saúde financeira e, obviamente, seguindo a liderança do nosso Governador Camilo Santana, o Estado do Ceará no seu alto índice, na sua alta capacidade de endividamento, e muito longe do seu limite, como foi demonstrado, a gente poder captar várias operações de crédito, tanto de instituições nacionais, como internacionais, onde tanto, eu, como o Deputado Sérgio Aguiar, Presidente da Comissão de Orçamento, deliberamos com os demais membros da Comissão de Orçamento, nos debruçamos sobre essas Matérias e comprovamos nesse fechamento do primeiro quadrimestre do ano de 2022, último ano desse período, já sétimo ano do Governo Camilo Santana, esse alto nível de investimento.

Foram muito interessantes esses slides. Eu vou pegá-los, me debruçar e fazer um pronunciamento. Tenho certeza que o Deputado Sérgio Aguiar, também fará alguma coisa nesse sentido, mostrando o alto nível de investimento comparando com Estados ricos da nossa Federação Brasileira, com números absolutos, inclusive, como foi tratado aqui. Então, esses recortes são para que a gente possa mostrar, inclusive, para parlamentares que teimam em todas às vezes que chegam Matéria nessa Casa onde a gente delibera, a gente demonstra realmente a necessidade e a viabilidade de pagamento, e inclusive, e eu queria que Vossa Excelência pudesse falar um pouco disso, de algumas Matérias sobre o rolamento de dívida. O que é isso?

Alguns parlamentares chegam a dar exemplos de orçamento doméstico, que é uma coisa que realmente não tem nada a ver com o orçamento público. Por que a gente está rolando dívida? E o que isso demonstra? Isso é muita vantagem para o Poder Público, para gente pegar juros mais baratos, jogar para frente, para que a gente



tenha mais capacidade, principalmente, nesse cenário onde a gente fez muito isso porque os bancos baixaram muito os juros para facilitar, para fomentar.

Então, graças a isso, a gente pode pegar muito crédito que foi oferecido. Temos ainda o projeto de pegar mais e demonstramos a nossa capacidade, a nossa saúde financeira e fomos exemplo para todo o Brasil. Infelizmente não fomos reconhecidos pelo Governo Federal, quanto a isso, que muitas vezes passou a mão na cabeça de Estados muito mais ricos do que o Ceará, e nós que fizemos o dever de casa, não tivemos o mesmo tratamento, não é secretária, Secretário Fabrício, Talvani, o Márcio também está nos acompanhando aqui, o Takeshi, quadros competentíssimos da Secretaria da Fazenda, que sempre estão à disposição quando as Matérias chegam à Casa, para tirar dúvidas dos parlamentares e contribuir, sobremaneira, com o aprimoramento das Matérias que sempre tramitam e chegam a esta Casa.

Agradecendo a participação de todos, e nos colocando sempre à disposição de vocês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Pois não, Deputado Júlio César. Devolvo a palavra para a Dra. Fernanda Pacobahyba, assim como também para se algum dos demais integrantes da equipe quiser utilizar para fazer as devidas ponderações.

SRA. DRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Estado do Ceará): Obrigada Deputado Júlio, sempre uma liderança, um apoio incondicional a todos os projetos, projetos exitosos. Eu começar do fim, deputado, das suas palavras. Daqui a pouco eu toco no assunto que eu adoro e que o Deputado Sérgio Aguiar tocou aqui, que é do IPI. O Estado do Ceará, deputado, tem uma frase do Joelson Beting que eu gosto demais, que ela diz assim: “quem não deve, não tem”.

Essa questão da dívida pública, o desavisado, uma pessoa que não conhece de finanças públicas, ela tende a tratar o ente público como se fosse qualquer um de nós.



E o que é algo que é extremamente temerário e que demonstra a falta de conhecimento. Quando você vê hoje grandes nações do planeta, elas têm níveis de endividamento altíssimo. Você pegar um País como o Japão, os Estados Unidos, o nível de endividamento é alto. Agora é um endividamento que ele gera, eu diria uma sinergia positiva para aquele povo, e é o que o Estado do Ceará tem feito.

Se o senhor acompanhar junto às instituições financeiras, as taxas contratadas pelo Estado do Ceará, nos últimos anos, se não for a mais baixa do País, é das mais baixas. Eu desafio. Isso também porque me lembro quando a gente fazendo uma operação de crédito com o Banco do Brasil, os meninos lembram, Márcio, Fabrício, com certeza lembram também, e o banco dizia, “Fernanda, essa taxa ninguém do País tem”. E por que o Ceará tem uma taxa mais baixa, comparada a outras unidades da federação? Porque nós temos, eu diria, já uma receptividade, nós já estabelecemos um modelo de confiança de confiabilidade na nossa sociedade e o banqueiro leva tudo isso em conta. Nós jamais judicializamos qualquer questão relacionada a operações de crédito no Estado do Ceará, jamais. Pagamos todos. Jamais atrasamos um único dia o pagamento de uma operação de crédito.

De fato, o Deputado Júlio, tem muita razão quando fala, a gente viu alguns Estados que cresceram o nível de investimento ano passado, deputado, como Goiás, como Minas Gerais, como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, mas também são Estados que estão sem pagar absolutamente nada para União. Então, se a gente parar de pagar para União, o céu é o limite para o Ceará. Nós não contamos com essa benesse, e ainda ganhamos, estamos na liderança dos investimentos nos últimos 7 anos no Brasil, o que é motivo de orgulho.

O Deputado Sérgio Aguiar me instiga com um tema, que eu adoro, essa questão do IPI. Eu acho que é mais uma dessas atitudes completamente descabida, Sérgio Aguiar. Eu vou lembrar de uma outra que aconteceu em 2021, acho que foi o ano



passado, quando o Presidente Bolsonaro anunciou a retirada dos tributos sobre o gás de cozinha. Aquela desoneração, àquela época, representava três bilhões de reais, e eu faço acompanhamento, todos nós fazemos na Secretaria da Fazenda, nós temos sistemas potentes para acompanhar preço e, deputado, não baixou um único centavo com a desoneração do Governo Federal, da ordem de três bilhões. Então, ele deixou de arrecadar três bilhões, e não chegou para o consumidor final.

Quando a gente fala do IPI, que é um imposto de competência federal. Isso é um fato, mas o produto da arrecadação dele é dividido basicamente em três caixinhas que são muito importantes para Estados e municípios. A primeira caixinha é do FPE (Fundo de Participação dos Estados). Aqui no Estado do Ceará essa desoneração de 25%no IPI vai representar menos FPE na ordem de 360milhões de reais.

A outra parcela da arrecadação do IPI vai para o FPM (Fundo de Participação dos Municípios), para os municípios. O dado que eu tenho dos nossos municípios, é que todos eles, porque todos perdem, todos perdem, nós teremos uma perda para os municípios da ordem de 777 milhões de reais. Então, se você somar Estados e municípios já têm uma perda que ultrapassa um bilhão de reais. E as pessoas esquecem. Eu não tenho escutado a imprensa falar também do produto da arrecadação do IPI, que vai para o Fundeb. Então, numa mesma medida, deputado, o Governo Federal de forma é, eu diria, sem embasamento, uma forma irresponsável, até porque também estamos num ano eleitoral. Isso é uma medida que nos chama atenção, porque hoje a gente está impedido de conceder benefício, e ele faz isso num sentido muito forte concedendo essa medida, prejudicando Estados e municípios e toda a educação básica do País. Imagine num Estado como o nosso, que teve um profundo, o maior prejuízo que essa Nação enfrentou na Pandemia se chama educação básica. Não foi em prejuízo de emprego, não foi prejuízo de renda, foi de



educação. Realmente a gente tem um desafio enorme nos próximos anos com relação às nossas crianças e adolescentes para tirar esse prejuízo, para suplantar esse prejuízo. E o senhor toca num ponto que eu acho fundamental. Uma coisa que caracteriza a nossa cultura, deputado, e eu já passei por isso na Sefaz várias vezes, quando a gente aumenta tributo o Diário Oficial nem sai, o preço já aumenta no supermercado. Nós passamos em 2015, a Assembleia, eu acho que foi início de 2015, nós aumentamos a modal do ICMS de 17 para 18. Estávamos enfrentando uma crise, foi aumentado 1%. A lei não estava nem vigente, e os preços já tinham aumentado na gôndola dos supermercados. Nós já passamos por diversas medidas, dentre todas, eu vou lembrar quando a gente colocou bicicleta, deu uma medida de desoneração para a bicicleta. Na época, eu estava comprando a minha bike, e fui atrás, a gente deu a desoneração e não impactou no consumidor final. Nós já sabemos. Quem é do ramo sabe que muito dificilmente uma desoneração ela chega para o consumidor final.

Eu já me manifestei publicamente, eu vou estar acompanhando na Sefaz, eu desafio também o Ministério Público relacionado à consumidor, a todas as entidades sérias desse País a ficarem acompanhando esses preços. Por quê? Porque o tamanho da desoneração não vai chegar para o consumidor final. E vou dizer Deputado Sérgio Aguiar, não é porque o empresário não quer dar. Veja, o senhor traz um cenário que é muito esclarecedor. Os juros estão altíssimos, dólar altíssimo, e tudo que a gente consome nesse País é transportado pelo modal rodoviário, praticamente. O combustível, chegando a 140 USD, o *Break* de petróleo.

Você tem custos que o empresário estava, eu diria, retendo, ele não podia colocar no preço porque a nossa população está numa dificuldade enorme. Nós tivemos uma geração de emprego, mas o salário médio das pessoas diminuiu. Então, as pessoas estão sem dinheiro. Não adianta medida desoneratória se você não tem dinheiro para comprar.



Você quer falar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Só um dado, secretária. O aumento do veículo novo, por exemplo, que terá o maior impacto na produção, foi de 18% durante o ano de 2021, a valorização

SRA. DRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Estado do Ceará): Perfeitamente. O senhor matou o que eu acho que seria o carro-chefe dessa desoneração, que são os veículos. O carro que eu diria mais simples, 1.0, hoje, custa 60 mil reais. Como é que pode uma situação dessa? Então, nós estaremos acompanhando de perto, mas eu acho que é uma medida, para a atual circunstância, totalmente sem sentido porque vai frustrar gravemente as nossas receitas; vai frustrar o nosso Fundeb, a educação que nós precisamos, tanto de recursos e não vai chegar para cada um de nós não vai chegar para quando a gente tiver fazendo a compra, quando a pessoa estiver indo para o supermercado, quando ela tiver que satisfazer a necessidade dela de aquisição de bens.

SR. FABRÍZIO GOMES (Secretário Executivo do Tesouro Estadual e Metas Fiscais): Secretária Fernanda, Deputado Sérgio, me permita só uns complementos.

Justamente como a secretária, falou, você não tem mais carro popular. Então eu vou fazer só uma análise de economista mesmo em relação a essa medida. Você está beneficiando a classe mais alta, que a maior parte realmente tem carro, e você está usando, eu não sei se vocês vão lembrar, mas essa medida já foi tomada com a crise financeira que ocorreu em 2008. Você está usando o mesmo remédio para doenças diferentes. Em 2008, 2009, 2010, você tinha uma taxa de juros decrescente. Você tinha uma taxa de desemprego em torno de 7.8%, 7.9%, e agora é justamente o contrário, você tem uma taxa de juros crescente, uma população desempregada, poder aquisitivo baixo, em torno de 11,6%, de desempregados. É o mesmo remédio para um diagnóstico diferente.



Eu concordo com a secretária, isso vai prejudicar muito os Estados e os municípios. Se o Governo Federal queria tomar uma medida dessas, podia tomar através de contribuições, reduzindo a contribuição social sobre o lucro líquido, porque é como o Deputado Sérgio falou, é dar esmola com o “chapéu alheio”. Então é uma medida, na nossa visão de economistas, não vai ter uma representatividade tão grande nesse momento.

Só um comentário também em relação ao endividamento que a secretária também comentou. O Estado do Ceará tem um rigor muito grande nessa sustentabilidade dos investimentos e também tem um rigor muito grande no acompanhamento do endividamento público. Em diversos artigos científicos, eu sou um estudioso da área também, junto com o Márcio, tanto que minha tese, provavelmente eu vou defender dia 18 agora, são três ensaios sobre o endividamento público. Em nenhum dos três a gente consegue perceber alguma irregularidade, alguma desmedida em relação ao endividamento público do Estado do Ceará. Ele está controlado. É claro que precisa de um monitoramento constante.

O endividamento é necessário, seja para pessoa física, desde que ela não se endivide para pagar restaurante, jóia, ela se endivide para fazer um curso, uma faculdade, por exemplo. Numa empresa privada da mesma forma o endividamento é necessário, o capital de terceiros para você aumentar a sua planta. E no setor público, se você usa o endividamento para fazer um investimento bem feito, isso traz retorno para a sociedade como um todo.

Só para complementar. Obrigado.

SRA. DRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Estado do Ceará): Deputado, o senhor me permite. O Fabrício falando, me inspirou uma outra coisa que eu tinha esquecido.



Olha que medida grotesca num cenário de tanta desigual. Essa desoneração, ela impactou também o IPI de aeronaves. Meu marido é piloto, ele recebeu num grupo de WhatsApp, o pessoal do ramo dizendo: “Gente, eu não acredito, avião vai ficar mais barato”! Que País é esse, o mais desigual do planeta e que desonera a aeronave? Quem é que tem dinheiro nesse País hoje para comprar um avião, deputado, e a gente está falando de um País com uma parte considerável da sua população abaixo da linha da pobreza, e você desonerar aeronaves? Já não pagam IPVA. Quer dizer, o cara que tem um carrinho ponto zero paga IPVA, aeronave não. O Supremo decidiu que não. Deitado em berço esplêndido a chamada PEC dos Jatinhos, no Congresso Nacional, jamais avançou. E agora você tem desoneração para aeronaves também. Olha que coisa injusta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Deputado Júlio deseja se manifestar novamente? Eu vejo Vossa Excelência pegando no queixo, muito inquieto.

SR. DEPUTADO JÚLIO CÉSAR FILHO (Cidadania - Líder do Governo): Não, eu achei um absurdo esse comentário da secretária. Realmente secretária, concordando com Vossa Excelência, absurdo, essa não cobrança das aeronaves e de um carro 1000, de uma motocicleta de um agricultor, a gente cobrar. Você vê a inversão de prioridades do Governo Federal.

Só esse comentário. Estou contempladíssimo com as explicações atendendo mais uma vez a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Pois não, quero deixar então, à disposição da secretária e dos demais membros da equipe para que possam fazer suas considerações finais para nos aproximarmos da conclusão dessa audiência pública.



SRA. DRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Estado do Ceará): Alguém quer fazer alguma observação? Fabrício, Márcio, os meninos? Então, Presidente Sérgio Aguiar, o nosso líder, Deputado Júlio César, agradecer a vocês e agradecer as pessoas que estão nos acompanhando.

Falar da nossa alegria de estarmos aqui, o nosso dever de ofício de estarmos cumprindo com muita transparência, com muita integridade, tendo a possibilidade de expor os dados do Estado do Ceará. Tudo isso está virtualizado, disponível amplamente na nossa página da Sefaz que tem um compromisso muito grande de transparência com a nossa sociedade. Colocamos-nos inteiramente à disposição. Temos uma ouvidoria também. Quaisquer outras dúvidas, nós estamos aqui.

Agradecer mais uma vez, presidente, pela sua interlocução, pelo apoio do nosso líder, pelo seu apoio, presidente. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Então, eu faço o registro que todos os parlamentares da Assembleia receberam os balancetes, tanto do 6º bimestre, como também do 3º quadrimestre. Está à disposição de todos os parlamentares nas suas caixas de correio eletrônico. Uma demonstração de que a Assembleia está fazendo a sua parte também, como Poder independente, mas que faz a sua devida missão constitucional de fiscalizar o Poder Executivo e a Lei de Responsabilidade Fiscal traz isso, e a sociedade de uma forma em geral, essa oportunidade dessas audiências públicas para que possa haver efetivamente a transparência, a publicização desses dados que muitas vezes o cidadão mais desinformado não consegue ter acesso a ele com tanta facilidade, mas que estamos aqui para cumprir aquilo que é determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu quero agradecer a Secretária Fernanda Pacobahyba, ao Márcio Cardeal, ao Fabrício Gomes, ao Talvani Rabelo que participaram conosco como equipe de apoio, ao Deputado Júlio César Filho, que é membro dessa Comissão.



Na qualidade de Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, nós damos como recebida e discutida, posso dizer aprovada, quem faz essa devida aprovação é o Tribunal de Contas do Estado, mas dar ciência a essa Casa e cumprindo todos os ritos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, agradeço a todos. Muito obrigado. Dou por encerrada a audiência pública, e boa tarde.

Relação de Projetos Art. 45 – LRF

Relação de Projetos Concluídos e em Conclusão



RELAÇÃO DOS PROJETOS CONCLUÍDOS

Órgão	Nº do Mapp	Mapp	Estágio de Execução	Programado	Empenhado	Pago
DETRAN	140	REPASSE DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO DETRAN - EXERCÍCIO DE 2020	EXECUÇÃO	177.299.985,13	177.299.985,13	177.299.985,13
SETUR	287	Rodovia CE 040 no trecho de Guajiru/Aracati e Acesso ao Jardim de Baixo.	EXECUÇÃO	52.099.794,40	49.545.558,68	49.545.558,68
CAGECE	7	PAC FGTS/SANEAR II - Implantação do SES da Bacia CD-3 em Fortaleza	EXECUÇÃO	43.320.527,13	42.681.775,35	42.681.775,35
FUNDES	4417	AQUISIÇÃO DO HOSPITAL LEONARDO DA VINCI (SESA 1784)	EXECUÇÃO	40.054.244,02	40.054.244,02	40.054.244,02
SEINFRA	450	Pagamento das Contas de Energia dos Consumidores Residenciais de Baixa Renda do Estado do Ceará - Pandemia do COVID - 19	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	39.035.628,12	39.035.628,12	39.035.628,12
FUNDES	1694	Aquisição de Equipamentos para o Hospital do Sertão Central - HSC em Quixeramobim	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	37.804.414,20	36.114.020,06	36.114.020,06
CAGECE	30	PAC FGTS/SANEAR II - Implantação do SES da Bacia CD-1 em Fortaleza	EXECUÇÃO	36.088.131,69	35.782.097,38	35.782.097,38
CAGECE	31	PAC FGTS/SANEAR II - Implantação do SES da Bacia CD-2 em Fortaleza	EXECUÇÃO	35.017.300,69	33.907.732,41	33.907.732,41
SETUR	332	RODOVIA CE-187 TIANGUÁ - UBAJARA	EXECUÇÃO	31.762.854,77	31.737.556,63	31.737.556,63
SOHIDRA	322	AQUISIÇÃO DE 19 COMBOIOS, PARA PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS EM TODO O ESTADO DO CEARÁ	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	31.223.892,43	31.178.000,00	31.178.000,00
SAP	564	Recuperação das Unidades do Sistema prisional em decorrência dos motins e para criação de vagas para atendimento de ocorrências emergenciais	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	15.504.835,72	15.504.835,63	15.504.835,63
SOHIDRA	233	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REABILITAÇÃO DE BARRAGENS - ASSENTAMENTOS RURAIS	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	14.697.765,43	14.697.765,43	14.697.765,43
SOHIDRA	496	LOCAÇÃO, PERFURAÇÃO, BOMBEAMENTO COM ANÁLISE FÍSIO-QUÍMICA E INSTALAÇÃO DE 300 SISTEMAS SIMPLIFICADOS COM CHAFARIZ EM POÇOS TUBULARES PROFUNDOS EM TODO O ESTADO DO CEARÁ - Convênio COGERH / SOHIDRA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	12.699.357,39	12.699.245,19	12.699.245,19
SETUR	288	REQUALIFICAÇÃO DA VILA CUMBUÇO	EXECUÇÃO	11.432.397,43	10.771.725,85	10.771.725,85
SCIDADES	5046	APOIO AOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO NA RMF COM VISTAS AO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	10.373.841,60	10.373.841,60	10.373.841,60
PC	4	Reforma e Estruturação do Núcleo de Delegacias Especializadas: Divisão Antissequestro (DAS), Delegacia de Roubos e Furtos (DRF), Delegacia de Defraudações e Falsificações (DDF), Delegacia de Crimes Contra a Administração e Finanças Públicas (DCCAFP), Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito (DADT) e Divisão de Proteção ao Estudante (DIPRE).	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	10.105.702,83	10.099.371,69	10.099.371,69
ADECE	33	Implantação de uma unidade industrial no município de Brejo Santo (2ª etapa)	EXECUÇÃO	8.614.738,61	8.614.738,61	8.614.738,61
FUNDES	4418	IMPLANTAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE CRATEÚS (SESA 1785)	EXECUÇÃO	8.092.622,97	8.092.622,97	8.092.622,97
FUNDES	1813	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes - HM	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	6.910.928,59	6.541.395,56	6.534.595,56

SOP	579	REFORMA DO MERCADO MUNICIPAL WALTER PEIXOTO - CRATO	EXECUÇÃO	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00
FUNDES	2602	Qualificação em doação e transplantes - HM	EXECUÇÃO	5.906.703,04	5.477.756,29	5.477.756,29
SOP	573	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL (PREVENTIVA E CORRETIVA) EM EQUIPAMENTOS VINCULADOS AO ENSINO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ (DAE 179)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	5.657.016,49	5.657.016,49	5.657.016,49
SOHIDRA	494	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS NO ESTADO DO CEARÁ - Convênio 001/2017 COGERH / SOHIDRA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	5.335.287,20	5.335.287,20	5.335.287,20
SOP	730	Pavimentação Asfáltica de diversas ruas do Município de Crato/CE.	EXECUÇÃO	5.150.000,00	5.150.000,00	5.150.000,00
SOP	723	Pavimentação asfáltica em diversas ruas do município de Icapuí	EXECUÇÃO	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
SAP	519	REFORMA RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CADEIAS PÚBLICAS DO ESTADO DO CEARÁ	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	4.764.693,58	4.764.693,58	4.764.693,58
COGERH	205	Serviços para manutenção das Adutoras de Montagem Rapida - AMRs	EXECUÇÃO	4.635.193,53	4.635.193,53	4.635.193,53
CAGECE	213	EXECUÇÃO DE OBRA EMERGENCIAL DE ADUTORA DE ÁGUA TRATADA PARA O MUNICÍPIO DE AQUIRAZ - CE	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	4.328.546,16	4.328.456,16	4.328.456,16
FUNDES	2637	Projeto de Tutoria - Qualificação em Doação e Transplante (SICONV 799601/2013) - HGF.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	4.177.687,42	3.544.591,50	3.544.591,50
URCA	174	MAPP Aquisição do SESI e transferência do Centro de Artes Reitora Maria Violeta Arraes da URCA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00
FUNDES	2636	Projeto de Tutoria - Qualificação em Doação em Transplantes (SICONV Nº 799652/2013) - HGF	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	3.931.857,20	3.516.781,85	3.516.781,85
SOP	304	Obras de Pavimentação da Via de Acesso, no Trecho: Entr. CE 187 (São João) - Entr. CE 327 (Guarani), no Município de IPU-CE, com Extensão de 11,02 KM. (DER 1133)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	3.889.452,06	3.532.288,78	3.532.288,78
CAGECE	168	PMCMV - SES - Residencial José Lino da Silveira no município de Caucaia - 2.816 UH	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	3.833.413,84	3.833.413,84	3.833.413,84
SAP	518	REFORMA E RECUPERAÇÃO DAS UNIDADES PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DO CEARÁ	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	3.814.138,49	3.814.138,49	3.814.138,49
FUNDES	2242	Aquisição de veículos e equipamentos para controle de Doenças Transmissíveis por Vetores - DTV - COPROM	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	3.583.437,76	2.597.676,26	2.597.676,26
FEAS	14	NOVOS CAMINHOS PARA PROTEÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO PARA MULHERES VITIMAS DE VIOLÊNCIA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	3.534.078,94	3.531.009,53	3.531.009,53
ADECE	57	Construção de um galpão industrial no município de Solonópole	EXECUÇÃO	3.484.055,64	3.484.055,64	3.484.055,64
FSPDS	27	Aquisição de Viaturas de Combate a Incêndio para o CBMCE.	EXECUÇÃO	3.280.000,00	3.280.000,00	3.280.000,00

SAP	657	RECUPERAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE PRISIONAL DESEMBARGADOR FRANCISCO ADALBERTO DE OLIVEIRA BARROS LEAL (CPPL DE CAUCAIA)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	3.128.476,21	3.128.476,21	3.128.476,21
SCIDADES	3839	Desenvolvimento de Plano Urbanístico específicos de projeto Multisetorial de Implementação 01 do Fortaleza 2040	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	3.000.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
SOP	748	Pavimentação Asfáltica no Município de Itarema - CE.	EXECUÇÃO	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00
NUTEC	96	PROJETO APEX (PA) -PROJETO DE EXTENSÃO INDUSTRIAL EXPORTADORA (PEIEX) - NÚCLEO OPERACIONAL DA FUNDAÇÃO NÚCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL-NUTEC	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	2.938.319,68	2.932.113,99	2.932.113,99
SCIDADES	3011	CIDADES II - Comp. 3: Planos Municipais de Saneamento Ambiental	EXECUÇÃO	2.870.918,07	2.310.908,11	2.310.908,11
SOP	724	Construção de Muro de Arrimo para Proteção Costeira da Praia de Arpoeiras, no Município de Acaraú - CE.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	2.845.073,42	2.845.073,41	2.845.073,41
IDACE	183	Aquisição de imóvel rural Fazenda Croatá I, em Quixeramobim Ceará	EXECUÇÃO	2.683.671,43	753.671,43	753.671,43
FUNECE	123	Instalar equipamentos de informática, de multimeios e de laboratórios bioclínicos para qualificar grupos de pesquisadores vinculados a Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu não consolidados e permitir um incremento na pesquisa e na produção científica.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	2.682.196,78	2.677.746,78	2.677.746,78
CAGECE	209	COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE CARIRÉ -CE	EXECUÇÃO	2.633.541,32	2.633.541,32	2.633.541,32
SAP	543	Recuperação da muralha pré-moldada e construção de uma E.T.E Compacta no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II - PPOII, localizado no Município de Itaitinga-Ce	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	2.603.704,37	2.603.704,37	2.603.704,37
SOHIDRA	460	CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR PARA O DISTRITO DE CAMPOS BELO, NO MUNICÍPIO DE CARIDADE	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	2.487.714,05	2.470.728,12	2.470.728,12
SOP	606	Aquisição de 20 (vinte) veículos automotores.	EXECUÇÃO	2.485.000,00	2.485.000,00	2.485.000,00
FUNCEME	12	Projeção de vazão natural afluyente com base em previsão climática - VNA	EXECUÇÃO	2.385.429,58	2.298.505,22	2.298.505,22
FUNDES	1719	Aquisição de Equipamentos para as Ações de Vigilância em Saúde desenvolvidas pelos Núcleos da COPROM	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	2.308.841,57	1.543.084,31	1.543.084,31
SPS	433	PROARES III - ARENINHA ARACATI (Canoa Quebrada) - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha em Canoa Quebrada, distrito do município de Aracati.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	2.036.276,18	1.674.901,27	1.674.901,27
SPS	439	PROARES III - ARENINHA MOMBAÇA - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de MOMBAÇA.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	2.036.276,18	1.778.778,43	1.778.778,43
PC	49	Construção e Estruturação da Delegacia Municipal de Campos Sales/CE.	EXECUÇÃO	2.025.995,29	2.025.971,81	2.025.971,81
SOP	752	Construção de passagens molhadas no Município de Crateús	EXECUÇÃO	2.009.096,60	2.009.096,60	2.009.096,60
SOP	767	Pavimentação Asfáltica no Município de Crato	EXECUÇÃO	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
SEMACE	29	Projeto de Monitoramento da Qualidade do Ar nas Unidades de Conservação. (CONPAM/SEMACE 86)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.966.603,34	1.966.603,34	1.966.603,34

FEAS	233	Fortalecimento das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.862.522,27	1.793.685,89	1.793.685,89
SOHIDRA	484	Construção de Barragem no Distrito de Lacerda, Município de Quixeramobim/CE	EXECUÇÃO	1.800.000,00	1.531.769,62	1.531.769,62
PC	180	Aquisição de Escopetas calibre .12 para a Polícia Civil do Estado do Ceará	EXECUÇÃO	1.798.601,20	1.798.601,20	1.798.601,20
SOP	408	REFORMA DA PRAÇA CRISTO REDENTOR EM FORTALEZA-CE. (DAE 163)	EXECUÇÃO	1.798.098,53	1.762.535,29	1.762.535,29
COGERH	181	Projeto Executivo de Recuperação do Vertedouro do Aç Jaburu I	EXECUÇÃO	1.748.428,94	1.748.428,94	1.748.428,94
SPS	390	PROARES III - ARENINHA BARBALHA - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Barbalha.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.721.115,63	1.721.115,63	1.721.115,63
ADECE	74	Reforma e Instalação do sistema SEDET	EXECUÇÃO	1.717.846,38	1.717.846,38	1.717.846,38
PC	37	Construção e Estruturação da Delegacia Metropolitana de Polícia Civil no Município de Maracanaú/CE	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.685.946,44	1.685.946,44	1.685.946,44
CAGECE	165	REMOÇÃO DAS INTERFERÊNCIAS DECORRENTES DO ALARGAMENTO DA AV. ALBERTO CRAVEIRO	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.650.000,00	1.089.292,56	1.089.292,56
SPS	388	PROARES III - ARENINHA ARACATI (SEDE) - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Aracati (SEDE).	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.630.192,23	1.630.192,23	1.630.192,23
SPS	437	PROARES III - ARENINHA SÃO BENEDITO - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de São Benedito.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.606.081,59	1.470.145,61	1.470.145,61
URCA	142	Apoio e assistência estudantil: recursos para atender demandas dos cursos de graduação-departamentos com vistas a otimização das condições para formação, com sucesso ESTUDANTES , dos estudantes dos cursos graduação da URCA.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.602.310,14	1.574.278,82	1.574.278,82
FUNDES	4097	Desapropriação do terreno para finalização da obra da POLICLÍNICA TIPO II DE MARACANAÚ - UGP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.550.307,27	1.523.536,44	1.523.536,44
ADECE	50	Construção de um galpão industrial no município de Boa Viagem	EXECUÇÃO	1.500.669,49	1.500.669,49	1.500.669,49
PC	114	Aquisição de Munições para a Polícia Civil do Estado do Ceará.	EXECUÇÃO	1.497.542,50	1.497.542,50	1.497.542,50
SECITECE	248	CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL DO CARIRI	EXECUÇÃO	1.494.399,31	1.494.399,31	1.494.399,31
SOP	48	Pavimentação Asfáltica em Diversas Ruas no Município de Itarema - CE. (DER 1248)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.378.831,85	1.378.831,85	1.378.831,85
SEMA	77	Areninha Curio	EXECUÇÃO	1.365.901,25	1.365.901,25	1.365.901,25
PC	14	Construção e Estruturação da Delegacia Regional de Polícia Civil do Município de Quixadá	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.321.665,01	1.321.316,73	1.321.316,73
SAP	658	RECUPERAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE PRISIONAL AGENTE LUCIANO ANDRADE LIMA CPPL I DE ITAITINGA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.307.854,96	1.307.854,96	1.307.854,96
URCA	113	Aquisição de equipamentos, acervo e material didático para o Campus Multiinstitucional de Iguatu (URCA)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.280.973,19	1.156.805,16	1.156.805,16
SPS	364	PROARES III - MAIS INFÂNCIA AQUIRAZ - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Aquiraz.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.280.230,71	885.645,95	885.645,95

SPS	373	PROARES III - MAIS INFÂNCIA ITAPIPOCA - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Itapipoca.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.279.087,09	1.018.056,98	1.018.056,98
SPS	369	PROARES III - MAIS INFÂNCIA CRATO - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município do Crato.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.279.087,09	969.911,43	969.911,43
SOP	110	Recuperação de Estradas Vicinais, no Município de Aracoiaba - CE. (DER 1352)	EXECUÇÃO	1.251.661,48	1.251.661,48	1.251.661,48
SCIDADES	3675	Estruturação do modelo de Governança do Plano Fortaleza 2040	EXECUÇÃO	1.250.550,00	1.165.413,33	1.165.413,33
SPS	358	PROARES III - MAIS INFÂNCIA BOA VIAGEM - Construção de 01 (uma) praça adequada ao desenvolvimento infantil no município de Boa Viagem.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.223.526,82	1.056.955,09	1.056.955,09
SOP	802	Aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação - SOP	EXECUÇÃO	1.210.000,00	1.209.640,00	1.209.640,00
SSPDS	1087	Contratação de Empresa Especializada para realização de Pesquisas na Área da Segurança Pública.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.162.592,32	1.162.592,32	1.162.592,32
PC	40	Construção e Estruturação da Delegacia Municipal de Horizonte/CE.	EXECUÇÃO	1.115.783,03	1.115.783,03	1.115.006,88
FUNECE	150	CONSTRUÇÃO DO MURO VISANDO A SEGURANÇA NO CAMPUS DO ITAPERI	EXECUÇÃO	1.109.053,40	1.106.281,39	1.106.281,39
IDACE	186	Aquisição do imóvel rural Fazenda Besouro em Crateús, ceará	EXECUÇÃO	1.101.587,69	1.101.587,69	1.101.587,69
SOHIDRA	528	LOCAÇÃO, PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS PROFUNDOS NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.099.999,94	1.099.999,94	1.099.999,94
SEDET	76	REVITALIZAÇÃO DA CULTURA DO ALGODÃO NO ESTADO DO CEARÁ. (SEAPA 132)	EXECUÇÃO	1.092.700,00	1.092.700,00	1.092.700,00
PC	36	Aquisição de 1.922 coletes balísticos para o efetivo da Polícia Civil do Estado do Ceará	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.070.652,00	1.070.652,00	1.070.652,00
FUNECE	147	UECENet 2.1 Reestruturação e melhoria de serviços computacionais da rede UECENet.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.056.416,03	1.042.306,03	1.042.306,03
SPS	462	PROARES III - MAIS INFÂNCIA ICAPUÍ - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Icapuí.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.054.441,53	912.687,09	912.687,09
SOP	76	Construção de Passagens Molhadas em várias Localidades de Denominadas Queimadas da Onça (João Favela), Queimada da Onça (Possinhos), Queimada da Onça (Campo dos Nonatos), Jatobá I, Jatobá II, Queimadas da Onça II (Benevaldo), Lagoa do Mato e São José dos Guerra I, no Município de Itatira - Ceará. (DER 1287)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.049.425,44	1.049.425,44	1.049.425,44
SEMACE	60	ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DO CEARÁ (SEMA - 8)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.000.366,67	1.000.366,67	1.000.366,67
SOHIDRA	476	PCF - Abastecimento de água para o consumo humano, através de perfuração de poços profundos e instalação de sistemas simplificados de abastecimento - CAMOCIM (491) (SRH/SRH 448)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
SOP	613	Aquisição de Insumo Asfáltico para o município - VIÇOSA DO CEARÁ (2893)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00

FSPDS	291	Construção de Quadra Poliesportiva Coberta e Estacionamento Coberto para os Ônibus do Colégio Militar do Corpo de Bombeiros	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	995.486,04	995.371,05	995.371,05
SOP	775	Conclusão e Obras Complementares da Escola Estadual de Educação Profissionalizante, no Município de Canindé - Ce.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	994.943,08	994.943,06	994.943,06
PC	137	Modernização dos Equipamentos de TI da Polícia Civil.	EXECUÇÃO	994.105,62	994.105,62	994.105,62
FUNDES	2178	Implantação do Serviço de Verificação de Óbitos Móvel - SVO.	EXECUÇÃO	987.858,16	487.979,56	487.979,56
SCIDADES	3118	Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas da sede e no distrito de Amarelas, no município de Camocim	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	984.000,00	983.525,40	983.525,40
FSPDS	309	Aquisição de Equipamentos de Proteção respiratória para o Corpo de Bombeiros Militar do Ceará	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	927.400,00	927.400,00	927.400,00
SCIDADES	3782	Construção da Praça da Várzea Redonda no município de São Gonçalo do Amarante	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	901.745,94	483.517,16	483.517,16
FUNDES	4178	Pagamento da desapropriação de terreno no município do Eusébio - Ce para a construção / implantação do Pólo industrial e tecnológico da Saúde - FIOCRUZ	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	876.445,54	876.445,53	876.445,53
SAP	627	Aquisição do Grupo Gerador para o Sistema Penitenciário do Estado do Ceará	EXECUÇÃO	834.710,42	834.710,42	834.710,42
SCIDADES	4049	CIDADES II - Comp. 4: Organização e Formalização de Associação e/ou Cooperativa dos Catadores - Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	806.995,03	783.410,98	783.410,98
SOP	120	PCF - Recuperação da Estrada Vicinal que liga o Distrito de Palestina - Brejinho - ORÓS (1855) (DER 1382)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	800.000,00	800.000,00	800.000,00
SOP	112	Construção de Passagem Molhada no Município de Pacujá - CE. (DER 1358)	EXECUÇÃO	800.000,00	800.000,00	800.000,00
SOP	410	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO PREDIAL NAS UNIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS NA CAPITAL E INTERIOR E CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO POLIESPORTIVO NA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS DE QUIXADÁ (DAE 165)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	800.000,00	800.000,00	800.000,00
CBMCE	42	Aquisição de Uniforme e Equipamentos para o Corpo de Bombeiros Militar do Ceará - Convênio Infraero nº 0111-CI/2012/0010	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	795.722,26	710.269,46	710.269,46
FUNTELC	37	Acessibilidade a Programação da TVC para portadores de deficiências	EXECUÇÃO	706.399,46	673.581,31	673.581,31
CBMCE	120	Aquisição de itens essenciais para o atendimento às vítimas do desastre natural decorrente da intensa quadra chuvosa.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	696.880,00	696.289,45	696.289,45
SSPDS	1101	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS REBOCADORES ELÉTRICO/HIDRÁULICOS COMPATÍVEIS COM AS AERONAVES DA LINHA AIRBUS HELICOPTERS MODELOS H125, H130, H135 E H145 PARA A CIOPAER/SSPDS	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	692.928,87	637.359,90	637.359,90
CGD	49	MANUTENÇÃO PREDIAL E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REFORMA DA CGD	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	611.239,92	611.239,92	611.239,92
SOP	35	Piçarramento para Estrada de São Joaquim, no Município de Senador Pompeu - CE. (DER 1183)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	600.000,00	600.000,00	600.000,00

URCA	131	Ampliação da capacidade da rede elétrica do Campus Pimenta II.	EXECUÇÃO	576.558,87	576.383,31	576.383,31
SCIDADES	3220	Pavimentação em pedra tosca no município de Horizonte	EXECUÇÃO	560.002,97	410.121,89	410.121,89
PC	126	Reforma da Delegacia do 14º Distrito Policial - Conjunto Industrial - Maracanaú.	EXECUÇÃO	555.268,63	268.099,36	268.099,36
SEDET	73	Implantação de Módulos produtivos de Palmas Forrageiras. (SEAPA 111)	EXECUÇÃO	538.541,93	538.541,93	538.541,93
FUNTELC	44	Manutenção do Parque Técnico Digital da Emissora	EXECUÇÃO	528.000,00	501.676,67	501.676,67
SEDET	75	Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Lagosta Viva no estado Litoral do Ceará (SEAPA 122)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	502.623,03	502.623,03	502.623,03
IDACE	187	Aquisição do imóvel rural Fazenda Várzea da Serra em Aracoiaba, Ceará.	EXECUÇÃO	500.339,14	500.339,14	500.339,14
SEMACE	16	Ampliação do parque tecnológico da Semace a partir de aquisição de equipamentos e serviços de Tecnologia da Informação - TI. (CONPAM/SEMACE 108)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	500.000,00	480.124,00	480.124,00
SOP	641	Pavimentação Asfáltica no Bairro Ararinha - VARJOTA (2932)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	500.000,00	500.000,00	500.000,00
SOP	676	Pavimentação Asfáltica em diversas ruas da Sede do município - ORÓS (3108)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	500.000,00	500.000,00	500.000,00
FUNDES	3942	Aquisição de 6 (seis) ambulâncias para o município de Iguatu	EXECUÇÃO	484.500,00	484.500,00	484.500,00
SCIDADES	3925	Reforma da Praça do Coreto no município de Camocim	EXECUÇÃO	483.045,32	420.296,18	420.296,18
SPS	563	Gestão, operacionalização e manutenção das Unidades Móveis de Acolhimento às Mulheres em Situação de Violência do Campo e da Floresta. (GABGOV 96)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	480.059,34	474.175,88	474.175,88
SEMACE	4	Revisão e Atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) para as Unidades de Conservação do Estado do Ceará. (CONPAM/SEMACE 79)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	457.819,24	457.819,24	457.819,24
SOHIDRA	449	INSTALAÇÃO DO POÇO PIONEIRO PP-04 NO MUNICÍPIO DE ARARIPE	EXECUÇÃO	451.017,50	450.910,23	450.910,23
SAP	629	Aquisição de Caminhão Pipa para o Sistema Penitenciário do Estado do Ceará	EXECUÇÃO	444.000,00	444.000,00	444.000,00
FSPDS	326	Modernização do Serviço de Salvamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	443.285,13	442.292,17	442.292,17
FUNECE	204	REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA FAEC E DO INSTITUTO CENTEC/CVT PARA USO COMPARTILHADO DAS DEPENDÊNCIAS	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	431.201,29	404.183,19	404.183,19
URCA	146	Apoio e assistência estudantil: Construção de sala e aquisição de equipamentos para a editora (gráfica rápida) da URCA e aquisição de equipamentos para a Rádio ESTUDANTES Universitária da URCA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	430.736,73	430.736,73	422.756,73
SOHIDRA	512	Perfuração e Instalação de Poços Profundos no Estado do Ceará (1704)	EXECUÇÃO	404.924,67	404.924,67	404.924,67
SOP	627	Pavimentação em Pedra Tosca no Distrito de Cedro - CHOROZINHO (2941)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	400.000,00	400.000,00	400.000,00
SOP	332	Construção de Passagem Molhada na Localidade de Marizeiras - PENTECOSTE (980) (DER 1269)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	400.000,00	400.000,00	400.000,00
SOHIDRA	501	Perfuração e Instalação de Poço Artesiano (1545)	EXECUÇÃO	394.074,16	394.074,16	394.074,16

CBMCE	31	Aquisição de Uniformes e Equipamentos para os Participantes do Programa Saúde, Bombeiros e Sociedade	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	393.983,56	393.983,56	393.983,56
SCIDADES	3666	Fortalecimento Institucional e Apoio Técnico à Gestão Fiscal Municipal (SCIDADES/IDECI 39)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	391.735,00	389.120,00	389.120,00
SOHIDRA	444	Instalação de 10 (dez) Poços Profundos nas localidades de Croatá, Cágado, Serrote e Sede (Direto p/ Secretaria), município de São Gonçalo do Amarante (671)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	383.000,00	368.928,27	368.928,27
SAP	631	Aquisição de Caminhão Basculante para o Sistema Penitenciário.	EXECUÇÃO	375.027,00	375.027,00	375.027,00
FUNDES	2821	PCF 2015 - Aquisição de 05 (cinco) Ambulâncias equipada - Lavras da Mangabeira (123)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	360.476,19	325.000,00	325.000,00
SAP	545	Projeto de Ampliação da Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	350.614,42	350.614,40	350.614,40
SAP	406	Aparelhamento de 03 (três) Unidades de Referência à Saúde Materno-Infantil no Sistema Prisional do Estado do Ceará. Convênio MJ - 125/2012.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	348.321,92	322.898,54	322.898,54
SOHIDRA	547	Perfuração e Instalação de Poços Profundos no Estado do Ceará (1950)	EXECUÇÃO	324.851,47	324.851,47	324.851,47
SOHIDRA	471	INSTALAÇÃO DE 20 POÇOS NO MUNICÍPIO DE QUITERIANÓPOLIS	EXECUÇÃO	320.000,00	230.785,20	230.785,20
FUNTELC	9	Projeto MAPP - Aquisição de Material Permanente e Equipamentos Variados	EXECUÇÃO	311.380,13	245.753,97	245.753,97
SAP	614	Aquisição com instalação de equipamentos, materiais hospitalares e odontológicos para a UPR no Município de Tianguá e Unidade Prisional de Segurança Máxima.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	302.535,27	302.535,27	302.535,27
SOHIDRA	428	Instalação de 10 (dez) Poços Profundos nas localidades de Croatá, Cágado, Serrote e Sede (Direto p/ Secretaria), município de São Gonçalo do Amarante (424) (SRH/SRH 436)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	302.000,00	299.481,49	299.481,49
SOP	626	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca no Distrito de Campestre - CHOROZINHO (2940)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	300.000,00	300.000,00	300.000,00
SOHIDRA	314	CONVÊNIO COM A PREFEITURA DE TAUÁ PARA LOCAÇÃO, PERFURAÇÃO, TESTE DE VAZÃO, ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADO DE 50 POÇOS PROFUNDOS.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	300.000,00	300.000,00	300.000,00
SOP	625	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca nas localidades de Salgado, Campestre II e Sede - CHOROZINHO (2939)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	300.000,00	300.000,00	300.000,00
SOHIDRA	421	PCF 2015 - Perfuração e Instalação de Poços Profundos nas localidades de Curralinho, Alto Alegre, Espinho dos Lopes, Intans, Bom Princípio, Bela Vista, Pilões, Guaribas e Bom Jardim - Morrinhos (192)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	300.000,00	260.000,00	260.000,00
SSPDS	1042	Implantação de uma Célula da CIOPAER no Sertão Central	EXECUÇÃO	300.000,00	299.401,40	299.401,40
SOHIDRA	482	Aquisição de material de construção de poços no Estado do Ceará (754)	EXECUÇÃO	296.950,08	296.950,08	296.950,08
IDACE	184	Aquisição de imóvel rural Fazenda Croatá II, em Quixeramobim Ceará	EXECUÇÃO	295.716,68	295.716,68	295.716,68

SAP	630	Aquisição de trator para o Sistema Penitenciário do Estado do Ceará.	EXECUÇÃO	285.000,00	285.000,00	285.000,00
SEDET	71	Promoção dos setores da pesca e aquicultura do Estado do Ceará. (SEAPA 12)	EXECUÇÃO	280.720,00	280.720,00	267.611,95
FUNTELC	56	Ampliação, Reforma e Modernização de Infraestrutura Física - FUNTELC	EXECUÇÃO	273.206,00	273.205,74	273.205,74
SEMACE	27	Inventário Florestal Nacional do Estado do Ceará (CONPAM/SEMACE 78)	EXECUÇÃO	266.689,07	266.689,07	266.689,07
ADECE	68	Reforma e ampliação de um galpão no município de Icó	EXECUÇÃO	258.480,62	258.480,62	258.480,62
SOP	50	Construção de Ponte Sobre o Rio Figueiredo na CE-138, para Duplicação da Avenida Augusta Clementino de Medeiros - Acesso a Sede do Município de Iracema-CE. (DER 1251)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	257.152,92	257.152,92	257.152,92
FUNCAP	137	Programa de melhoria da infraestrutura tecnológica	EXECUÇÃO	256.800,00	256.800,00	256.800,00
SCIDADES	3179	PCF 2015 - Pavimentação em pedra tosca nas ruas Hermenegilda Veríssimo de Oliveira - Bailarina; Doutor Francisco Odeon Silva - Bailarina; José Aniceto Sales - Bailarina; Manoel de Oliveira Magalhães - Bailarina na sede do município de Acaraú(30)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	250.537,58	236.137,45	236.137,45
SETUR	413	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA E DE LOCALIZAÇÃO/DIRECIONAL NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTUÁRIO DO RIO MUNDAÚ.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	250.000,00	250.000,00	250.000,00
CBMCE	82	Aquisição de equipamentos para localização de vítimas soterradas em estruturas colapsadas.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	250.000,00	249.933,33	249.933,33
SETUR	415	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA E DE LOCALIZAÇÃO/DIRECIONAL NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA LAGOA DA JIJOCA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	250.000,00	250.000,00	250.000,00
SETUR	414	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA E DE LOCALIZAÇÃO/DIRECIONAL NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS DUNAS DE PARACURU	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	250.000,00	250.000,00	250.000,00
SETUR	412	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA E DE LOCALIZAÇÃO/DIRECIONAL NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTUÁRIO DO RIO CURU.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	250.000,00	250.000,00	250.000,00
SCIDADES	4079	Pavimentação em pedra tosca na Rua SDO - Sitio Ventura, no município de Marco	EXECUÇÃO	246.987,21	206.204,31	206.204,31
SAP	475	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares para equipar módulo de saúde do Hospital Otávio Lobo	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	244.545,00	244.545,00	244.545,00
FUNDES	3526	Aquisição de veículos para apoio para a Secretaria de Saúde do município de Ibicuitinga	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	240.000,00	240.000,00	240.000,00
FUNDES	4043	PCF - Aquisição de 01 (um) Veículo com capacidade para 16 lugares e 02 (dois) Veículos para o PSF - ABAIARA (1437)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	228.000,00	228.000,00	228.000,00
PC	140	Estruturação da Delegacia Municipal de Limoeiro do Norte	EXECUÇÃO	210.984,93	210.984,93	210.984,93

FUNDES	3367	PCF - Aquisição de Ambulâncias e 01 (um) Veículo de apoio - MARTINÓPOLE (768)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	210.000,00	199.500,00	199.500,00
SOHIDRA	517	Perfuração e Instalação de Poços Profundos no Estado do Ceará (1817)	EXECUÇÃO	210.000,00	210.000,00	210.000,00
FUNTELC	58	Recuperação da Torre de Transmissão da TV CEARÁ/FUNTELC.	EXECUÇÃO	210.000,00	209.000,00	209.000,00
FUNDES	3850	AQUISIÇÃO DE UMA VAN PARA PARA ATENDER O PSF DO MUNICÍPIO DE ERERÉ	EXECUÇÃO	205.000,00	160.000,00	160.000,00
FUNDES	3380	Aquisição de 3(três) Ambulância para o Município de Limoeiro do Norte	EXECUÇÃO	203.775,00	196.650,00	196.650,00
SOP	126	Recuperação de Estradas Vicinais com Adição de Material em revestimento primário de sub-base, no trecho ligando as localidades de Cupim, Tapulo dos Crespos e Cacimbão no Município de Camocim-CE. (DER 1409)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	203.056,67	203.056,67	203.056,67
FUNDES	3474	PCF - Aquisição de 01 (um) Veículo tipo UTI Móvel - GRANJA (766)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	200.000,00	200.000,00	200.000,00
FUNDES	4018	PCF - Aquisição de Veículo e Ambulância de simples remoção - IRAUÇUBA (2295)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	200.000,00	200.000,00	200.000,00
SOHIDRA	502	Aquisição de Material para Perfuração e Instalação de Poço Artesiano - NOVO ORIENTE (1425)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	200.000,00	199.999,89	199.999,89
FUNDES	3146	PCF 2016 - Aquisição de 03 (três) Ambulâncias - IPUEIRAS(850)	EXECUÇÃO	197.700,00	197.700,00	197.700,00
SOHIDRA	488	Perfuração e Instalação de Poços Profundos nas diversas localidades (1436)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	183.192,36	183.192,36	183.192,36
URCA	128	Reforma do salão de atos e salas de aula e setores administrativos no campus do Pimenta	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	180.780,72	175.803,50	175.803,50
SEINFRA	444	REMOÇÃO E EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA PARA VIABILIZAÇÃO DA LINHA LESTE DO METRÔ DE FORTALEZA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	180.206,26	180.206,26	180.206,26
FUNDES	3726	Aquisição de uma UTI móvel para o município de Ocara	EXECUÇÃO	180.000,00	180.000,00	180.000,00
SOHIDRA	438	PCF 2015 - Perfuração e Instalação de poços e Construção de Chafariz no municipio de Barroquinha (332) (SRH/SRH 440)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	180.000,00	45.000,00	45.000,00
FUNDES	3839	Aquisição de 02 (duas) Ambulâncias - SANTANA DO ACARAÚ (2155)	EXECUÇÃO	180.000,00	140.000,00	140.000,00
SOP	53	Piçarramento da Estrada Moraújo - Distrito de Goiânia - MORAÚJO (1083) (DER 1258)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	175.000,00	175.000,00	175.000,00
SAP	448	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares e odontológicos, mobiliários, eletrodomésticos e equipamentos de informática para a Cadeia Feminina.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	173.500,68	173.500,68	173.500,68
SOP	125	PCF - Piçarramento da BR-020 até o Distrito de Bandeira Novo (Complemento do MAPP 1392) - ITATIRA (2448) (DER 1400)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	162.000,00	162.000,00	162.000,00
URCA	93	Aquisição de Acervo de Livros para a Ampliação Da Biblioteca do Curso de Direito	EXECUÇÃO	161.246,00	152.446,80	152.446,80
FUNDES	3365	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância Semi-UTI - JARDIM (1043)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	160.000,00	160.000,00	160.000,00
FUNDES	3772	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - IGUATU (2111)	EXECUÇÃO	160.000,00	160.000,00	160.000,00

FUNDES	4031	Aquisição de 01 (uma) Ambulância - GROAÍRAS (2307)	EXECUÇÃO	160.000,00	160.000,00	160.000,00
SEDET	61	Ações de fomento e apoio aos arranjos produtivos locais, empreendedorismo e trabalho	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	156.000,00	156.000,00	156.000,00
SOP	115	PCF - Construção de Passagem Molhada na localidade de Salgado do Massapê - APUIARÉS (2163) (DER 1365)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	152.000,00	152.000,00	152.000,00
FUNDES	3156	PCF - Aquisição de 02 (duas) Ambulâncias - URUBURETAMA (731)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	150.000,00	150.000,00	150.000,00
SOHIDRA	420	PCF 2015 - Perfuração e Instalação de Poços Profundos nas localidades de Lagoa das Pedras, Riacho Fresco, Boqueirão, Vila São João, Riacho do Meio e Caetano - Apuiarés (371)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	150.000,00	93.585,00	93.585,00
PC	127	Estruturação da Delegacia do 14º Distrito Policial - Conjunto Industrial - Maracanaú.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	148.253,05	148.253,05	148.253,05
FUNDES	3768	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância UTI - SÃO BENEDITO (1980)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	148.000,00	148.000,00	148.000,00
FUNDES	2996	Aquisição de 01 (um) Veículo tipo VAN pra transporte de pacientes do município de Massapê - PCF	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	146.900,00	138.000,00	138.000,00
SAP	454	Aquisição com instalação de Equipamentos e Materiais Hospitalares e Odontológicos, Mobiliários, Eletrodomésticos e equipamentos de Informática para a Cadeia Pública Masculina.	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	142.363,80	142.363,80	142.363,80
FUNDES	3387	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - TRAIRI (1345)	EXECUÇÃO	142.000,00	142.000,00	142.000,00
SOHIDRA	612	Perfuração e Instalação de Poços Profundos - ESTADO DO CEARÁ (3512)	EXECUÇÃO	140.000,00	139.999,95	139.999,95
SCIDADES	3620	Pavimentação em pedra tosca na Fazenda Comunitária no município de São Luis do Curu	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	140.000,00	126.000,00	126.000,00
SCIDADES	3497	CIDADES II - Comp. 1: Desapropriações de Terrenos para Implantação da Central de Tratamento de Resíduos (CTR)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	134.511,78	134.511,78	134.511,78
FUNDES	2971	Aquisição de 2 (duas) ambulâncias para o município de Senador Sá.	EXECUÇÃO	132.488,00	132.488,00	132.488,00
FUNDES	3423	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - PARACURU (1094)	EXECUÇÃO	130.000,00	130.000,00	130.000,00
SOHIDRA	505	Aquisição de material de construção de poços no Estado do Ceará (1612)	EXECUÇÃO	130.000,00	127.092,90	127.092,90
SOHIDRA	461	Perfuração e Instalação de Poços Profundos no município de Quixadá (692).	EXECUÇÃO	130.000,00	45.833,88	45.833,88
FUNDES	4012	PCF - Aquisição de Veículo para a Secretaria de Saúde - POTIRETAMA (1056)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	120.000,00	120.000,00	120.000,00
FUNDES	3585	PCF - Aquisição de 02 (duas) Ambulâncias - IBIAPINA (1827)	EXECUÇÃO	120.000,00	120.000,00	120.000,00
FUNDES	3413	PCF - Aquisição de 02 (duas) Ambulâncias - GENERAL SAMPAIO (1392)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	120.000,00	120.000,00	120.000,00
FUNDES	3518	PCF - Aquisição de 02 (duas) Ambulâncias - MILHÃ (854)	EXECUÇÃO	120.000,00	120.000,00	120.000,00
FUNDES	3415	PCF - Aquisição de 02 (duas) Ambulâncias - EUSÉBIO (1441)	EXECUÇÃO	120.000,00	120.000,00	120.000,00

FUNDES	3994	Aquisição de duas ambulâncias para o município de Ipueiras	EXECUÇÃO	120.000,00	120.000,00	120.000,00
FUNDES	3483	PCF - Aquisição de 02 (duas) Ambulâncias - TAUÁ (1338)	EXECUÇÃO	120.000,00	120.000,00	120.000,00
SOP	45	Construção de Passagem Molhada no Riacho Canabrava em Lagoa Seca, Distrito de Calabaça, no Município de Várzea Alegre - CE. (DER 1238)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	116.623,68	116.623,68	116.623,68
SOHIDRA	510	Material de Construção de Poços Tubulares Profundos para atender o Estado do Ceará no Período Emergencial de Seca - FORTALEZA (1329)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	114.000,00	110.072,77	110.072,77
CBMCE	33	Aquisição de Equipamentos de Salvamento para as Unidades Operacionais do Corpo de Bombeiros Militar	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	109.999,45	67.999,66	67.999,66
FUNDES	3998	Aquisição de Aparelho Ultrassom para o Hospital Distrito Gonzaga Mota - Barra do Ceará - Fortaleza - Ce	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	100.000,00	82.488,00	82.488,00
SDA	733	Apoio ao projeto de peixmento no Estado do Ceará	EXECUÇÃO	100.000,00	100.000,00	100.000,00
FUNDES	4048	Aquisição de Aparelho Ultrassom do Hospital Distrital Gonzaga Mota - José Walter	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	100.000,00	82.488,00	82.488,00
FUNDES	3765	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - CRATO (1586)	EXECUÇÃO	100.000,00	100.000,00	100.000,00
FUNDES	3561	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância e 01 (um) Veículo de Apoio - FARIAS BRITO (1825)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	100.000,00	100.000,00	100.000,00
SOHIDRA	520	Perfuração e Instalação de 04 (quatro) Poços nas comunidades Sítio Oiticica, Sítio Mufumbo, Várzea de Pedra e CE 286 Distrito de Tipí - AURORA (1745)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	100.000,00	99.707,28	99.707,28
FUNDES	3484	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - IPU (996)	EXECUÇÃO	100.000,00	100.000,00	100.000,00
FUNDES	3752	PCF - Aquisição de 02 (duas) Ambulâncias - QUITERIANÓPOLIS (1337)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	100.000,00	100.000,00	100.000,00
SOHIDRA	499	Perfuração de 50 (cinquenta) Poços Tubulares - IGUATU (1659)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	100.000,00	99.821,53	99.821,53
SOHIDRA	477	Perfuração de Poços nas localidades de Barro Preto, Canafístula, Morro dos Rocha Mulungu, Pajeú e Sapó de Baixo - SANTANA DO ACARAÚ (433)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	100.000,00	91.135,20	91.135,20
SOHIDRA	511	Material de Construção de Poços Tubulares Profundos para atender o Estado do Ceará no Período Emergencial de Seca (1134)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	100.000,00	98.013,60	98.013,60
FUNDES	3580	PCF - Aquisição de 02 (duas) Ambulâncias - EUSÉBIO (1549)	EXECUÇÃO	100.000,00	100.000,00	100.000,00
SOHIDRA	509	Perfuração e Instalação de Poço Artesiano - QUIXERAMOBIM (1406)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	100.000,00	72.606,30	72.606,30
FUNDES	3781	Aquisição de Aparelho de Ultrassom para o Hospital Nossa Senhora da Conceição - FORTALEZA (2133)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	100.000,00	100.000,00	100.000,00
FUNDES	3780	Aquisição de Aparelho de Ultrassom para o Hospital Infantil de Fortaleza Dra Lúcia de Fátima - FORTALEZA (2132)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	100.000,00	100.000,00	100.000,00

SECITECE	342	Aquisição de Equipamentos de TI para o laboratório de Informática da UFC Crateús (1616)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	100.000,00	99.444,00	99.444,00
ISSEC	119	MANUTENÇÃO PREDIAL	EXECUÇÃO	90.000,00	0,00	0,00
FUNDES	3778	Aquisição de Ambulância - ITAPIÚNA (2154)	EXECUÇÃO	90.000,00	78.900,00	78.900,00
SOHIDRA	609	Perfuração e Limpeza de Poços Profundos - RERIUTABA (3293)	EXECUÇÃO	85.000,00	85.000,00	85.000,00
FUNDES	3948	Aquisição de 1 (uma) ambulância para o município de Quixeramobim	EXECUÇÃO	80.750,00	70.000,00	70.000,00
FUNDES	3943	Aquisição de 1 (uma) ambulância para o município de Iracema	EXECUÇÃO	80.750,00	80.750,00	80.750,00
SOHIDRA	487	Aquisição de material de construção de poços no Estado do Ceará (1284)	EXECUÇÃO	75.000,00	70.409,21	70.409,21
SOHIDRA	540	Locação de Poços Tubulares (1875)	EXECUÇÃO	75.000,00	29.000,00	29.000,00
FUNDES	3232	Aquisição de Ambulância para o Município de Ibicuitinga	EXECUÇÃO	74.000,00	74.000,00	74.000,00
FUNDES	2807	PCF 2015 - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - Ererê (189)	EXECUÇÃO	72.900,00	63.000,00	63.000,00
FUNDES	3159	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - QUITERIANÓPOLIS (864)	EXECUÇÃO	72.000,00	72.000,00	72.000,00
FUNDES	3036	PCF 2015 - Aquisição de 01 (uma) Ambulância Equipada no município de Pacajús (89)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	72.000,00	72.000,00	72.000,00
SOP	673	Construção de Passagem Molhada na Localidade Vila Rica - QUIXADÁ (3101)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	72.000,00	72.000,00	72.000,00
FUNDES	3570	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - QUITERIANÓPOLIS (1799)	EXECUÇÃO	70.000,00	70.000,00	70.000,00
FUNDES	3410	PCF - Aquisição de Ambulância - MASSAPÊ (729)	EXECUÇÃO	70.000,00	70.000,00	70.000,00
FUNDES	3680	Aquisição de 01(uma) Ambulância para o Município de Santana do Cariri	EXECUÇÃO	70.000,00	70.000,00	70.000,00
FUNDES	3819	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - FARIAS BRITO (2109)	EXECUÇÃO	70.000,00	70.000,00	70.000,00
FUNDES	3419	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - TAUÁ (1079)	EXECUÇÃO	70.000,00	70.000,00	70.000,00
FUNDES	3675	Aquisição de 01(uma) Ambulância para o Município de Crato	EXECUÇÃO	70.000,00	70.000,00	70.000,00
FUNDES	3167	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - MORAÚJO (763)	EXECUÇÃO	70.000,00	70.000,00	70.000,00
FUNDES	3352	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - ERERÊ (904)	EXECUÇÃO	70.000,00	70.000,00	70.000,00
FUNDES	2946	PCF 2015 - Aquisição de 01 (uma) Ambulância, em Madalena (84)	EXECUÇÃO	69.800,00	69.800,00	69.800,00
SOHIDRA	550	Instalação de 01 (um) dessalinizador - CARIDADE (2036)	EXECUÇÃO	65.000,00	64.986,81	64.986,81
FUNDES	3631	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - TABULEIRO DO NORTE (1898)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	65.000,00	65.000,00	65.000,00
FUNDES	3967	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - SANTA QUITÉRIA (2250)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	65.000,00	65.000,00	65.000,00
FUNDES	3455	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - GENERAL SAMPAIO (1130) (SESA/SESA 1776)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	65.000,00	65.000,00	65.000,00
FUNDES	3505	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - PARAIPABA (1380)	EXECUÇÃO	60.000,00	60.000,00	60.000,00
SOHIDRA	567	Perfuração e Instalação de 03 (três) Poços Profundos nas localidades de Lagoa da Pimenta, Vila São Vicente e Lagoa do Palhano - MORADA NOVA (2170)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	60.000,00	59.935,87	59.935,87

SOHIDRA	530	Instalação de 01 (um) Dessanilizador em Poço Perfurado na comunidade de Ilha dos Coqueiros - ACARAÚ (1928)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	60.000,00	59.986,16	59.986,16
FUNDES	3338	PCF - Aquisição de Ambulância - NOVA RUSSAS (1101)	EXECUÇÃO	60.000,00	60.000,00	60.000,00
FUNDES	3354	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - FARIAS BRITO (995)	EXECUÇÃO	60.000,00	60.000,00	60.000,00
FUNDES	3553	PCF - Aquisição de 01 (um) veículo para apoio junto a Secretaria de Saúde - PACUJÁ (1698)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	60.000,00	60.000,00	60.000,00
SOP	36	Construção de Passagem Molhada na Localidade de Fazenda Oficina - Campo Novo, no Município de Forquilha - CE. (DER 1184)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	60.000,00	60.000,00	60.000,00
FUNDES	3577	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - TARRAFAS (1828)	EXECUÇÃO	60.000,00	60.000,00	60.000,00
FUNDES	3624	Aquisição de 01(uma) Ambulância para o Município de Ipueiras	EXECUÇÃO	60.000,00	60.000,00	60.000,00
FUNDES	3896	PCF - Aquisição de 01 (uma) Unidade Móvel de Saúde - ERERÊ (2249)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	60.000,00	60.000,00	60.000,00
FUNDES	3623	Aquisição de 01(uma) Ambulância para o Município de São Benedito.	EXECUÇÃO	60.000,00	60.000,00	60.000,00
FUNDES	3508	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - ITAPIÚNA (1473)	EXECUÇÃO	60.000,00	60.000,00	60.000,00
FUNDES	3412	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - IBIAPINA (1369)	EXECUÇÃO	60.000,00	60.000,00	60.000,00
FUNDES	3332	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - QUIXELÔ (1035)	EXECUÇÃO	60.000,00	60.000,00	60.000,00
FUNDES	3407	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - IPU (1433)	EXECUÇÃO	60.000,00	60.000,00	60.000,00
ESP	242	Projeto de enfrentamento ao CORONAVÍRUS - Serviços de Qualificação (ESP)	EXECUÇÃO	55.142,93	53.772,00	53.772,00
FUNDES	3476	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - QUIXELÔ (1520)	EXECUÇÃO	55.000,00	55.000,00	55.000,00
SOP	551	Construção de 01 (uma) Passagem Molhada na localidade de Monte Alegre Distrito de São João dos Queiroz - QUIXADÁ (1812) (DER 1384)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	52.000,00	52.000,00	52.000,00
FUNDES	3245	PCF - Aquisição de Ambulância - IBICUITINGA (447)	EXECUÇÃO	50.000,00	50.000,00	50.000,00
FUNDES	3480	PCF - Aquisição de Equipamentos para o Posto de Saúde na localidade denominada Cumbe - JAGUARETAMA (1462)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	50.000,00	50.000,00	50.000,00
FUNDES	3311	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - IGUATU (712)	EXECUÇÃO	50.000,00	50.000,00	50.000,00
FUNDES	3353	PCF - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes destinados para a clínica de Fisioterapia do município - PEREIRO (1108)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	50.000,00	50.000,00	50.000,00
FUNDES	3259	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - GROAÍRAS (541)	EXECUÇÃO	50.000,00	50.000,00	50.000,00
SOHIDRA	507	Aquisição de material de construção de poços no Estado do Ceará (1355)	EXECUÇÃO	50.000,00	49.427,50	49.427,50
SOHIDRA	506	Perfuração e Instalação de 02 (dois) Poços Profundos nas localidades de Vila Passo Feliz e Sítio Boeiras - LAVRAS DA MANGABEIRA (1683)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	50.000,00	19.142,64	19.142,64
SOHIDRA	481	Aquisição de material de construção de poços no Estado do Ceará (917)	EXECUÇÃO	50.000,00	43.000,00	43.000,00
SOHIDRA	480	Aquisição de material de construção de poços no Estado do Ceará (77)	EXECUÇÃO	50.000,00	48.680,43	48.680,43
FUNDES	3939	PCF - Aquisição de 01 (um) Veículo de Apoio para PSF Distrito de São Raimundo - NOVO ORIENTE (2261)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	40.000,00	40.000,00	40.000,00

SOHIDRA	434	PCF 2015 - Perfuração de Poços com Construção de Chafarizes na localidade de Alegre - Distrito de Patriarca, no município de Sobral (414)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	40.000,00	40.000,00	40.000,00
FEAS	327	Custeio para climatização e Aquisição de mobília para a sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - IGUATU (2741)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	40.000,00	40.000,00	40.000,00
SOHIDRA	483	Aquisição de material de construção de poços no Estado do Ceará (1422)	EXECUÇÃO	40.000,00	38.090,25	38.090,25
SEINFRA	453	Remoção, Ampliação e Internalização de Rede de Energia Elétrica em Fortaleza	EXECUÇÃO	36.431,97	36.431,97	36.431,97
SEINFRA	471	Mudança de fase, de monofásico para trifásico, para atender localidade de Sítio Bastiões, no município de Mulungu	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	35.946,04	35.946,04	35.946,04
SEINFRA	470	Remoção de Rede Elétrica na BR 402, Trecho Ponte do Rio Acaraú, no Município de Marco/CE	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	35.239,06	35.239,06	35.239,06
SOHIDRA	532	Instalação de Poço profundo nas localidades de Várzea do Carro, Diamante, Oitica e Pitombeira - INDEPENDÊNCIA (1881)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	35.200,00	34.317,75	34.317,75
FUNDES	3492	PCF - Aquisição de 01 (um) Veículo de Apoio ao PSF - FARIAS BRITO (1524)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	30.000,00	30.000,00	30.000,00
FUNDES	3047	PCF 2016 - Aquisição de 01 (um) veículo para o Programa Saúde da Família da localidade de São Bento no Distrito de Icozinho no município de Icó (685)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	30.000,00	30.000,00	30.000,00
SOHIDRA	504	Aquisição de material de construção de poços no Estado do Ceará (1599)	EXECUÇÃO	30.000,00	27.952,70	27.952,70
SOHIDRA	541	Locação de Poços Tubulares - QUITERIANÓPOLIS (1906)	EXECUÇÃO	25.000,00	25.000,00	25.000,00
SOHIDRA	544	Perfuração e Instalação de 02 (dois) Poços Profundos nas Comunidades de Boqueirão - CAPISTRANO (1970)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	25.000,00	10.800,00	10.800,00
SEMACE	6	Imageamento e Monitoramento Aéreo Suborbital para Auxílio às Atividades de Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização da Semace, nas Unidades de Conservação e áreas de entorno. (CONPAM/SEMACE 105)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	24.473,94	24.473,94	24.473,94
SOHIDRA	435	Perfuração e Instalação de Poço Profundo na localidade de Itacima, no município de Guaiúba (495)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	23.000,00	23.000,00	23.000,00
SEDET	66	Promoção de eventos e participação em feiras e eventos nacionais e internacionais para divulgação dos produtos cearenses	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	17.500,00	17.500,00	8.750,00
SEINFRA	446	Transformador de 45 kVA para atender infraestrutura de iluminação pública na BR 020, no município de Caucaia	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	16.591,75	16.591,75	16.591,75
SOHIDRA	565	Instalação de Poço Profundo e Rede de Distribuição em diversas Localidades - BREJO SANTO (2240)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	14.574,64	14.574,64	14.574,64
SOHIDRA	563	Instalação de Poço Profundo na Localidade de Barro Branco - UMIRIM (2058)	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	12.000,00	9.505,20	9.505,20

RELAÇÃO DOS PROJETOS EM CONCLUSÃO

Órgão	Nº	Mapp	Estágio de Execução	Programado	Empenhado	Pago
SRH	17	PAC MI EIXÃO DAS ÁGUAS Construção e Supervisão do Trecho 4 do Eixão	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	205.209.433,47	204.631.859,92	204.626.701,69
DETRAN	9	SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA DE TRÂNSITO(Sinalização vertical) (SEINFRA/DETRAN 52)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	137.054.344,47	97.039.588,24	96.215.833,45
DETRAN	53	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO(Sinalização horizontal) (SEINFRA/DETRAN 55)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	77.729.147,73	52.729.147,73	52.729.147,73
SCIDADES	1378	Projeto Pró-Moradia 2 - Regularização de Assentamento Precários na Favela do Dendê com Construção de 1080 UH	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	66.442.945,73	65.109.112,42	65.109.112,42
SEINFRA	321	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DAS UTILIDADES DO TERMINAL DE MULTIPLO USO - TMUT NO TERMINAL PORTUÁRIO DO PECÉM	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	58.756.470,8	50.173.076,97	50.142.151,56
SEDUC	1805	APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO AS AÇÕES DO PROGRAMA APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA - MAIS PAIC.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	56.013.146,13	47.997.555,74	47.957.837,64
SOP	41	Duplicação da Rodovia CE-060, no Trecho: Pacatuba - Redenção (33,94 km). (DER 1229)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	53.040.638,48	52.606.202,86	52.606.202,86
SCIDADES	2790	CIDADES II - Comp. 1: Implantação da Central de Tratamento de Resíduos (CTR) e Estações de Transbordo de Resíduos (ETR) - Regional Norte	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	45.516.963,23	41.487.850,50	41.487.850,50
SRH	297	MI / PAC PREVENÇÃO SECA - CONSTRUÇÃO, DESAPROPRIAÇÃO E SUPERVISÃO DA BARRAGEM MELANCIA - SÃO LUIS DO CURU	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	43.999.243,89	26.856.516,50	26.856.447,88
SOP	640	Restauração da Rodovia CE-257, Trecho: Entr. BR-020 (Canindé) - Salitre (55,44 km).	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	43.416.414,93	39.457.056,16	39.457.056,16
SETUR	333	RODOVIA CE-187 UBAJARA - SÃO BENEDITO	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	35.611.830,99	29.681.376,96	29.681.376,96
SOP	66	IMPLANTAÇÃO DA 4ª ETAPA DO ANEL VIÁRIO CARIRI - CONTORNO DO JUAZEIRO DO NORTE - ENTR. CE-292 (ACESSO A CRATO) ENTR. CE-060 (ACESSO A BARBALHA) (DER 1274)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	35.510.630,74	33.943.068,27	33.775.160,06
SRH	359	PAC Prevenção Seca - Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Amarelas - Municipio de Beberibe	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	27.910.878,08	25.008.129,42	25.008.129,42

FUNPEN/CE	1	Construção de uma Penitenciária de Segurança Máxima em Aquiraz/ Ce	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	27.901.578,74	27.866.188,17	27.866.188,17
SPS	574	VALE GÁS - Concessão de Vale Gás às famílias cearenses vulnerabilizadas	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	27.536.928,00	27.536.928,00	27.536.928,00
SOP	563	Pavimentação da Rodovia CE-263, Trecho: Entr. BR-304 - Jaguaruana (35,14 km) (DER 1422)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	27.122.094,01	26.978.736,29	26.860.873,21
SOP	73	Duplicação da Rodovia CE-025, no Trecho: Rótula Cofeco - Entr. Av. Oceano Atlântico (5,50 km) (DER 1281)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	26.469.761,00	24.020.489,80	24.020.489,80
SETUR	129	Saneamento de Flecheiras - CAF - PRODETUR Litoral Oeste	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	24.788.972,60	16.932.557,57	16.932.557,57
SOP	562	Pavimentação da Rodovia CE-354, Trecho: Contorno de Itapipoca (9,05 km) (DER 1421)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	24.086.670,02	22.513.815,40	22.513.815,40
SOP	79	Pavimentação da Rodovia CE-351, no Trecho: Parambu - Quiterianópolis (51,00 km). (DER 1291)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	23.523.946,74	22.896.166,79	22.828.734,62
SOP	556	Restauração da Rodovia CE-397, Trecho: Entr. CE-384 (Mauriti) - São Miguel - Divisa CE/PB (33,12 km) (DER 1415)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	22.427.449,15	21.789.740,31	20.358.195,37
SOP	38	Duplicação da Rodovia CE-293, no Trecho: Entr. CE-060 (Barbalha) - Missão Velha (22,44 Km) (DER 1208)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	21.481.723,69	19.443.364,25	19.326.883,10
SEMACE	62	AUXILIO CATADOR - Programa Estadual de Reforço à Renda	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	20.902.673,25	10.406.668,25	10.110.094,25
SECULT	876	CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO AOS PROFISSIONAIS DO SETOR DE EVENTOS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	20.000.000,00	19.857.500,00	19.857.500,00
CAGECE	133	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza - Conj. Habitacional São Cristóvão	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	19.441.526,71	16.106.037,72	16.106.037,72
SOP	82	Pavimentação da Rodovia CE-497, no trecho: Itapeim - Boqueirão Cesário/ BR-116 (32,17 km) (DER 1295)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	19.365.472,51	19.229.710,45	19.229.710,45
SETUR	404	Pavimentação da CE - 201 Aranaú - Preá e acesso a Barrinha, com total de 21,64 Km de extensão	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	18.773.781,65	14.539.475,49	11.323.322,48
SRH	286	PAC ESTIAGEM/ MI - Desapropriação e Construção da Barragem Germinal - Palmácia	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	17.389.886,13	17.340.177,22	17.340.177,22
SEDUC	1560	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - BATURITÉ - PAR Nº 38146/2014	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	15.705.200,90	15.670.553,95	15.670.553,95
CAGECE	142	PAC 2 / G2 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE VIÇOSA DO CEARÁ	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	15.680.354,22	11.539.111,05	11.539.111,05

SEDUC	1574	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - TABULEIRO DO NORTE - Nº 38146/2014	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	15.174.965,53	14.159.936,40	14.159.936,40
SEDUC	1465	CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE ALTO SANTO	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	14.789.887,44	14.347.586,67	14.347.586,67
SOP	558	Restauração da Rodovia CE-397, Trecho: Entr. BR-116/CE-496 (Brejo Santo) - Poço do Pau (22,30 km) (DER 1417)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	14.669.373,80	12.736.459,51	12.736.459,51
SOP	557	Restauração da Rodovia CE-265, Trecho: Quixadá - Dom Maurício (Serra do Estevão) (19,18 km) (DER 1416)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	14.532.798,86	13.148.643,72	13.136.216,89
SCIDADES	3790	CIDADES II - Comp. 1: Implantação do Polo Metal Mecânico do Vale do Jaguaribe em Tabuleiro do Norte	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	13.500.000,00	13.284.970,09	13.284.970,09
SEDUC	1554	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - RERIUTABA - PAR Nº 38146/2014	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	13.225.563,52	13.225.563,52	13.225.563,52
SRH	269	PAC ESTIAGEM - Desapropriação, Construção e Supervisão das Obras da Aduara de Palmácia	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	13.048.165,79	9.967.941,69	9.967.941,69
SEDUC	1463	CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE FORQUILHA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	12.654.330,28	11.944.382,75	11.944.382,75
SEDUC	1564	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - HORIZONTE - PAR 38146/2014	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	12.490.117,12	10.742.025,62	10.641.249,92
SEDUC	553	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CARIRIAÇU	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	12.398.902,87	11.854.776,74	11.021.082,22
SEDUC	1692	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA , PROJETO VERTICAL PARA ATENDER A EEFM GENERAL EUDORO CORREIRA - PAR Nº 32561/2014	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	12.157.896,12	9.553.276,53	9.553.276,53
SOP	634	Pavimentação da Rodovia CE-580, no Trecho: Quixadá - Distrito de Custódio (18,00 km)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	12.133.514,78	11.927.303,81	11.900.044,36
SEDUC	1570	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - COREAÚ - PAR Nº 38146/2014	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	11.602.940,47	11.056.920,91	10.648.537,88
SOP	67	Pavimentação da Rodovia CE-388, no Trecho: Entr. CE-375 (Assaré) - Entr. CE-489 (Altaneira) (20,16 km). (DER 1275)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	11.283.459,58	9.294.656,70	9.294.656,70
SEDUC	1466	CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	10.868.636,08	9.378.126,25	9.378.126,25
SEDUC	1464	CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE CARIDADE.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	10.748.606,48	10.690.699,97	10.690.699,97
SOHIDRA	264	INSTALAÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS COM CHAFARIZ PARA POÇOS PERFURADOS PELA SOHIDRA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	10.694.340,10	10.694.340,10	10.694.340,10

SEDUC	802	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - Conv. 702425/10 - BARRO	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	10.381.970,29	10.370.055,76	10.370.055,76
SDA	434	Projetos Produtivos Para Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	10.363.717,40	9.635.933,71	9.635.933,71
SCIDADES	512	Apoio aos APL 2009	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	9.725.921,02	9.080.435,74	8.947.597,19
SOP	638	Restauração da Rodovia CE-358, Trecho: Flores - Limoeiro do Norte (8,74 km).	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	9.143.158,57	8.911.021,42	8.911.021,42
SETUR	388	Projeto de Urbanização do trecho principal da orla da Praia de Bitupitá no município de Barroquinha	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	9.047.279,62	6.489.223,53	4.417.100,67
SOP	391	CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS VINCULADOS AS UNISEG"S (DAE 125)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	8.940.634,94	8.940.544,94	8.940.544,94
SEDUC	740	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - Conv. 702425/10 - MARCO	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	8.924.215,28	8.893.375,50	8.893.375,50
SEDUC	1693	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA PROJETO VERTICAL , PARA ATENDER A EEFM PARQUE PRESIDENTE PRESIDENTE VARGAS - FORTALEZA - PAR N º 32561/2014	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	8.774.617,78	6.201.829,33	5.840.589,72
SEDUC	1698	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA , PROJETO VERTICAL PARA ATENDER A EEFM DONA HILZA DIOGO DE OLIVEIRA - FORTALEZA - PAR Nº 32651/2014	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	8.542.584,80	8.303.112,66	8.303.112,66
SEDUC	733	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - Conv. 702425/10 - CARIRÉ	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	8.449.616,00	8.441.462,46	8.441.462,46
SEDUC	2125	MAIS INFÂNCIA - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES COM FOCO NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE COM EQUIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	8.197.675,86	3.697.675,86	3.659.338,49
CAGECE	189	PAC 2 - ESTIAGEM ı MCIDADES - SAA AEROPORTO, TRIÂNGULO E SÃO JOSÉ EM JUAZEIRO DO NORTE ı AMPLIAÇÃO	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	8.194.790,53	4.907.515,15	4.907.515,15
CAGECE	17	PAC FUNASA - Implantação de SES em Marco	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	8.131.559,50	4.894.141,41	4.894.141,41
SEDUC	1422	CONSTRUÇÃO DA EEEP SÃO JOSÉ - SOBRAL	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	8.095.924,83	7.544.667,39	7.544.667,39
SEDUC	589	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - VIÇOSA DO CEARÁ	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	7.865.396,70	7.801.207,60	7.801.207,60
CAGECE	123	PAC 2 / G1 - Abastecimento de Água - Adutora de Cascavel	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	7.574.985,35	7.574.985,28	7.574.985,28

SOP	69	Restauração da Rodovia CE-187, no Trecho: Entr. BR-230 (B)/CE-292(B) (Campos Sales) - Salitre (25,13 km). (DER 1277)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	7.565.365,01	7.565.364,91	7.565.364,91
SRH	400	Construção da Barragem Quinqueleré, município de Potengi	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	7.469.303,49	7.384.520,99	7.213.564,69
SOP	28	Pavimentação da Rodovia CE-371, no Trecho: Aracati - Itaíçaba (Boca do Forno) (12,39 km). (DER 1113)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	7.247.228,94	6.391.149,10	6.391.149,10
SOP	537	Restauração da Rodovia CE-333, Trecho: Entr. CE-402 (Tururu) - Cemoaba (17,00 km).	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	7.176.624,51	7.132.276,81	7.132.276,81
SEDUC	1227	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE TAUÁ . MARRUÁS . CONVÊNIO 701.576/2011.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	7.159.149,69	7.085.179,68	7.085.179,68
SCIDADES	4311	Urbanização da Lagoa da Parangaba, no município de Fortaleza	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	7.128.937,43	3.487.234,73	3.487.234,73
SEDUC	1690	Construção de escola, projeto vertical, para atender a EEFM Deputado Manoel Rodrigues - Fortaleza.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	7.127.560,70	6.072.000,47	6.072.000,47
SEDUC	1224	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO (EFA), EM ÁREA RURAL, NO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA. BARRA VELHA. SANTA RITA . CONVÊNIO 701.576/2011.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	7.002.238,98	4.861.286,12	4.861.286,12
CAGECE	186	PAC 2 - ESTIAGEM � MCIDADES - SAA JAIBARAS EM SOBRAL - AMPLIAÇÃO E MELHORIAS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	6.463.551,85	5.886.528,73	5.886.528,73
SOP	635	Pavimentação da Rodovia de Acesso, no Trecho: Entr. CE-187 - Realejo, no Município de Crateús (12,63 km).	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	6.320.295,00	6.138.916,12	6.138.916,12
SEDUC	1694	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA , PROJETO VERTICAL PARA ATENDER A EEFM ESTADO DE ALAGOAS - FORTALEZA - PAR Nº 32651/2014	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	6.304.641,71	5.682.474,58	5.656.806,54
SEDUC	1226	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE TAUÁ. MARRECAS . CONVÊNIO 701.576/2011.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	6.145.790,90	5.602.411,15	5.602.411,15
SOP	684	Obras de Restauração da Rodovia CE-065, em Pista Dupla no Trecho: SIQUEIRA (AVENIDA PERIMETRAL) - ANEL VIÁRIO, COM EXTENSÃO DE 11,2 KM.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	6.055.721,97	5.811.996,24	5.811.996,24
SEDUC	1225	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA . TRAPIÁ . CONVÊNIO 701.576/2011.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	5.998.911,02	4.053.498,37	4.053.498,37
CAGECE	182	SAA TAPERA, MACHUCA E JACUNDÁ, EM AQUIRAZ - AMPLIAÇÃO	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	5.910.727,05	0,00	0,00

SEDUC	1203	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE. FORQUILHA . CONVÊNIO 701.576/2011.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	5.763.638,98	4.569.519,51	4.569.519,51
PEFOCE	19	Construção e Estruturação do Núcleo de Perícia Forense da Região do Vale do Jaguaribe, em Russas - PEFOCE	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	5.482.647,82	5.467.387,24	5.467.387,24
SEDUC	1219	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE MOMBAÇA. ASSENTAMENTO SALÃO . CONVÊNIO 701.576/2011.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	5.445.372,17	5.173.133,18	5.173.133,18
SCIDADES	3719	Urbanização do Parque da Cidade (Trecho I) no município de Sobral	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	5.400.000,00	4.859.381,93	4.859.381,93
SEDUC	1580	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA, PROJETO PADRÃO , PARA ATENDER A EEEM TAMBORIL - SUCESSO - PAR Nº 40456/2014	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	5.343.935,87	4.576.073,08	4.511.052,57
UVA	54	Formação Inicial de Professores no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica em Convênio com o FNDE - UVA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	5.286.793,68	5.110.796,21	5.110.796,21
SOP	49	Estrada que Enterliga a Sede do Município de São Gonçalo do Amarante, na Margem da Rodovia Entr. CE - 085 (São Gonçalo do Amarante) - Entr. CE - 348 (Siupé). (DER 1249)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	5.057.372,14	1.912.089,41	1.912.089,41
SEMA	73	Construção de areninhas no parque do Cocó	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	5.038.351,53	5.038.351,53	5.038.351,53
SCIDADES	3722	Urbanização do Boulevard do Arco (2a. Etapa) no município de Sobral	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	5.000.000,00	2.866.428,68	2.866.428,68
SEDUC	1471	CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CANINDÉ, LOCALIDADE ASSENTAMENTO LOGRADOURO.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4.916.307,99	2.619.731,52	2.619.731,52
CAGECE	190	PAC 2 - ESTIAGEM MCIDADES - SAA - RODRIGUES, PONTAL, MAJORLÂNDIA E QUIXABA EM ARACATI AMPLIAÇÃO	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4.698.839,47	3.603.019,16	3.603.019,16
SEDUC	1473	CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE ACOPIARA, DISTRITO SÃO PAULINO.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4.658.277,27	4.534.863,66	4.523.730,13
SEDUC	1578	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE ENSINO MÉDIO ESCOLA PADRÃO NO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO - TRIÂNGULO - PAR Nº 40456/2014	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4.636.625,24	4.369.543,00	4.369.543,00
SEDUC	1326	Construção da escola estadual de ensino médio, em área rural, com 8 salas de aula, no município Pacajus . Convênio 700222/2008.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4.500.918,97	3.769.165,59	3.769.165,59
ESP	180	PROJETO DE CAPACITAÇÃO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PARA PROFISSIONAIS QUE ATUAM NOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE DA REDE SUS DO ESTADO DO CEARÁ.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4.477.357,58	4.298.576,05	4.298.576,05

SCIDADES	3693	Reforma da Praça Padre Cícero e Reestruturação das Ruas adjacentes localizado no bairro Centro do município de Juazeiro do Norte	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4.421.487,27	3.313.444,49	3.313.444,49
CAGECE	162	PAC 2 / G3 - AMPLIAÇÃO DO SAA DA SEDE DE CARIDADE	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4.212.153,56	1.346.451,23	1.346.451,23
SSPDS	1084	MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE VIATURAS DIVERSAS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, DE INFORMÁTICA E DRONES - SICONV nº 880876/2018	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4.158.421,60	2.968.706,33	1.847.340,09
SEDUC	1221	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM. ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ . CONVÊNIO 701.576/2011.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4.147.433,07	3.776.247,29	3.776.247,29
SOP	605	Execução das Obras de Estabilização e Recuperação da Encosta do Morro do Seminário, no Município do Crato.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3.962.082,27	3.476.969,61	3.472.614,65
SEDUC	1216	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 12 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA . DISTRITO CRUXATI / BETÂNIA . CONVÊNIO 701.576/2011.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3.886.241,11	3.871.819,24	3.871.819,24
SEDUC	1201	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 10 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE AMONTADA. DISTRITO DE GARÇAS . CONVÊNIO 701.576/2011.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3.774.668,69	3.751.157,35	3.751.157,35
SEDUC	1205	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM . DISTRITO GURIÚ , LOCAL TUCUNS . CONVÊNIO 701.576/2011.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3.663.605,14	3.627.574,88	3.627.574,88
SEDUC	21120	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SOBRAL e CAMPO DOS VELHOS.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3.607.508,20	1.849.169,04	1.778.263,99
DETRAN	132	OBRAS DE INSTALAÇÃO DE GRADIL COM MURETA E MURO DE CONTORNO PARA AS UNIDADES OPERACIONAIS DE RESPONSABILIDADE DO DETRAN/CE.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3.576.676,08	354.052,74	353.439,35
SEDUC	1207	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE CARIDADE . INHUPORANGA/CAMPO BELO. CONVÊNIO 701.576/2011.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3.391.116,16	3.014.462,66	3.014.462,66
SEDUC	1223	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ACARAÚ. ASSENTAMENTO CONCEIÇÃO. BONFIM . CONVÊNIO 701.576/2011.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3.391.035,62	3.370.204,69	3.370.204,69
SCIDADES	4689	Pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas do município de Ibicuitinga	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3.264.000,00	3.149.350,93	3.149.350,93

SOP	39	Pavimentação da Rodovia CE-153, Trecho: Iborepi - Lavras da Mangabeira (9,60 km) (DER 1210)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3.254.553,25	3.254.517,25	3.254.517,25
SEDUC	1851	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARAS.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3.208.511,88	1.830.883,19	1.760.897,92
SSPDS	1082	MODERNIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DA PERÍCIA FORENSE POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS FUNERÁRIOS TIPO RABECÃO - SICONV nº 880028/2018	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3.178.672,00	1.603.589,87	1.390.669,00
SEDUC	1728	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE TAMBORIL.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3.164.514,98	1.440.154,01	1.350.754,61
SEDUC	1766	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3.079.692,92	1.427.235,23	1.378.757,30
SEDUC	21121	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE TRAIRI.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3.074.451,48	1.981.200,38	1.914.221,73
SOP	698	Reforma da Loja CEART da Praça Luiza Távora, no Município de Fortaleza - Ce.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3.033.010,92	3.032.038,38	3.032.038,38
SEDUC	1769	CONSTRUIR E EQUIPAR CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SOBRAL - DOM EXPEDITO.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.860.239,76	1.612.599,81	1.524.091,76
SEDUC	1505	CONSTRUÇÃO DE DUAS QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO (25,80X38) NA EEM PRESIDENTE VARGAS; EEFM JUVÊNCIO BARRETO E CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA (20X30) NA EEP GOVERNADOR VIRGÍLIO TÁVORA, TODAS NO MUNICÍPIO DO CRATO, NO ESTADO DO CEARÁ	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.772.738,64	1.998.631,67	1.998.631,67
SEDUC	1855	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SOBRAL.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.751.592,17	1.297.525,61	1.216.801,31
SCIDADES	4952	Implantação da Estrada da Natureza e Urbanização do São Chico no Município de Aracati	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.716.922,21	1.600.000,00	1.600.000,00
SEDUC	1753	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE IBIAPINA.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.640.323,60	1.501.463,32	1.445.645,86
SEDUC	1771	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO NA LOCALIDADE SANTOS DUMONT - MARANGUAPE	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.619.336,73	1.525.946,66	1.465.397,59
SCIDADES	4332	REFORMA DO MERCADO PUBLICO DE MESSEJANA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.615.755,64	1.472.603,30	1.472.603,30
SEDUC	1733	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.604.866,52	1.550.305,37	1.475.302,63

SEDUC	1738	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE ORÓS.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.570.932,89	1.505.690,08	1.428.944,05
SEDUC	1853	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE URUOCA.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.557.732,08	1.515.508,46	1.450.272,26
SEDUC	1734	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE EUSÉBIO.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.487.235,28	1.442.909,76	1.362.141,83
SEDUC	1718	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE CEDRO.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.422.715,48	1.707.149,87	1.637.488,57
ESP	167	Projeto de Expansão e Interiorização da Residência Médica	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.419.753,15	2.377.033,81	2.377.033,81
SEDUC	21119	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.419.224,85	1.271.835,49	1.201.973,63
SETUR	390	Projeto de Reforma e ampliação da área principal de acesso a Praia do Pecém	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.339.630,97	1.327.334,52	1.276.299,63
SEDUC	1749	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE COREAÚ.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.308.684,07	1.385.065,35	1.310.742,94
SSPDS	1081	REESTRUTURAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ, POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA E CONJUNTOS DE DESENCARCERADORES HIDRÁULICOS - SICONV Nº 061268/2018	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.266.466,20	1.638.635,63	1.620.505,84
SPS	452	PROARES III - ARENINHA BARBALHA II - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Barbalha (Areninha II).	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.233.895,03	2.190.864,84	2.190.864,84
SCIDADES	2655	PCF - Urbanização de vias de Acesso ao Parque de Eventos - Trecho 02 no município de Brejo Santo	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.176.534,89	2.055.898,07	1.939.283,10
ESP	217	REFORMA DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.142.553,87	2.096.772,10	2.096.772,10
SCIDADES	4329	Pavimentação no município de Trairi	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.140.000,00	1.961.516,25	1.961.516,25
SEDUC	2088	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA - MESSEJANA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.111.583,12	1.849.574,33	1.849.574,33
SCIDADES	2581	Pavimentação Asfáltica em Ruas do Município de Pedra Branca	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2.040.291,26	2.014.911,02	2.014.911,02
SEDUC	1752	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO GUARACIABA DO NORTE.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.964.753,77	1.453.451,35	1.440.219,93

SPS	454	PROARES III - ARENINHA BOA VIAGEM - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Boa Viagem.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.964.019,56	1.961.845,97	1.961.845,97
SCIDADES	2853	Reforma do Mercado Público e feira de Redenção	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.950.000,00	1.705.469,21	1.705.469,21
SPS	455	PROARES III - ARENINHA BEBERIBE - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Beberibe.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.940.700,32	1.859.024,58	1.859.024,58
SEDUC	1758	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.939.106,79	1.903.422,50	1.836.270,99
SPS	509	PROARES III - ARENINHA CAUCAIA II - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Caucaia (Areninha II).	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.812.341,24	1.600.869,42	1.600.869,42
SPS	392	PROARES III - ARENINHA BREJO SANTO - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Brejo Santo.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.811.899,47	1.790.271,47	1.790.271,47
SECULT	734	REFORMA DO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM - MIS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.763.410,81	1.471.275,71	1.471.275,71
SEDUC	1739	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE PENTECOSTE.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.753.868,39	1.717.130,41	1.652.084,43
SSPDS	1080	MODERNIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR, POR MEIO DE AQUISIÇÃO DE VIATURAS OPERACIONAIS - SICONV nº 880244/2018	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.723.500,00	1.331.369,30	1.331.369,30
SEDUC	1762	CONSTRUIR E EQUIPAR CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE CROATA.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.720.843,71	1.556.757,79	1.539.164,92
SPS	417	PROARES III - ARENINHA SÃO GONÇALO DO AMARANTE - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de São Gonçalo do Amarante.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.699.866,45	1.699.866,43	1.699.866,43
SPS	412	PROARES III - ARENINHA PACATUBA- Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Pacatuba.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.673.885,31	1.657.654,19	1.657.654,19
SCIDADES	2787	Pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas do Bairro Ilha no município de Quixeré	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.653.197,20	616.379,82	616.379,82
SPS	420	PROARES III - ARENINHA TIANGUÁ- Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Tianguá.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.649.285,92	1.614.677,05	1.614.677,05
SEDUC	1754	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.620.915,54	1.321.238,10	1.321.238,10
SEDUC	1856	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.620.773,85	1.468.710,22	1.464.016,91

SEDUC	1722	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.618.831,93	1.417.267,39	1.355.640,33
SEDUC	1727	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE NOVA RUSSAS.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.616.192,91	1.522.218,67	1.515.696,47
SEDUC	1732	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE ARARIPE.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.610.346,02	1.466.977,07	1.460.224,53
SEDUC	1740	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SABOEIRO.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.608.171,53	1.539.872,86	1.532.852,30
SPS	387	PROARES III - ARENINHA AQUIRAZ - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Aquiraz.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.590.827,63	1.579.174,14	1.579.174,14
SEDUC	1748	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE CARNAUBAL.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.580.154,49	1.488.592,55	1.486.782,49
SPS	398	PROARES III - ARENINHA CRATO - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Crato.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.564.429,88	1.564.029,89	1.564.029,89
SEDUC	1760	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SOBRAL - JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.564.095,07	1.362.862,22	1.351.389,07
SEDUC	1725	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.554.877,80	1.398.909,54	1.398.909,54
SAP	546	Projeto de Aparentamento de 10 Unidades Básicas de Saúde no Estado do Ceará.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.550.748,23	1.199.442,31	1.199.442,31
SPS	394	PROARES III - ARENINHA CANINDÉ - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Canindé.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.549.540,96	1.367.555,67	1.367.555,67
SEDUC	1720	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.540.850,68	1.398.637,80	1.386.514,58
SEDUC	1765	CONSTRUIR E EQUIPAR CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE IRAUÇUBA.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.537.204,79	1.493.182,83	1.493.182,83
SEDUC	1741	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SALITRE.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.510.634,17	1.381.226,53	1.374.580,90
SEDUC	1770	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.510.264,17	1.324.396,51	1.309.867,40
SCIDADES	3221	Pavimentação asfáltica no município de Horizonte	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.500.000,00	786.942,55	786.942,55
SCIDADES	4352	Aquisição de terreno e construção de casas populares, no município de Irauçuba	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.500.000,00	1.405.940,59	1.405.940,59

SEMA	94	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA CRIAÇÃO DA UC CÂNION DO POTY E ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO E ZONEAMENTO DA APA MACIÇO DO BATURITÉ	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.500.000,00	500.000,00	500.000,00
SEDUC	1751	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE GRANJA.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.496.375,62	1.434.079,68	1.434.079,68
SEDUC	1743	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DIFERENCIADA INDÍGINA NO MUNICÍPIO DE MONSENHOR TABOSA - ALDEIA RAJADO DE CIMA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.479.964,46	1.292.464,70	1.292.464,70
SOP	52	Pavimentação Asfáltica em Estradas, no Município de Solonópole - Ce (DER 1256)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.450.000,00	1.450.000,00	1.450.000,00
SPS	440	PROARES III - ARENINHA GUARACIABA DO NORTE - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Guaraciaba do Norte.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.443.901,68	1.443.901,68	1.443.901,68
SEDUC	1764	CONSTRUIR E EQUIPAR CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICIPIO DE HORIZONTE .	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.418.455,21	1.375.277,09	1.375.277,09
SOP	379	PCF - Piçarramento na Estrada que Liga Paqueta na CE-168 à Linda, Morro Branco, Lagoa Seca e Lagoa de Dentro - ITATIRA (2693) (DER 1414)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00
SEDUC	1868	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.399.083,78	1.304.270,00	1.303.792,71
SEDUC	1737	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE MOMBAÇA.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.392.370,48	1.299.323,13	1.299.323,13
SEDUC	1774	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DIFERENCIADA INDIGENA PARA ATENDER OS ALUNOS DO MUNICIPIO DE SÃO BENEDITO ALDEIA TAPUYA KARIRI	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.381.541,03	1.381.541,03	1.381.541,03
SEDUC	1750	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DO CAMOCIM.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.351.726,50	1.294.539,73	1.294.539,73
SOP	745	Construção de Areninhas no Município de Acaraú - CE	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.346.015,75	1.346.015,75	1.346.015,75
SEDUC	1736	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.344.311,62	1.247.052,65	1.246.871,47
SEAS	19	Aquisição e body scanner para Unidades Socioeducativas de Fortaleza e do Interior	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.315.000,00	1.314.060,00	1.314.060,00
SCIDADES	3634	Reforma do estádio municipal na sede do município de Redenção	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.300.000,00	1.232.225,25	1.232.225,25
IDACE	127	Aquisição do Imóvel Fazenda Viana-Macaco no município de Itarema-CE.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.294.901,56	1.294.901,56	1.294.901,56

SDA	550	Construção de Abatedouro Público no Município de Pereiro/CE.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.292.992,70	1.177.973,16	1.177.973,16
SEDUC	1510	CONSTRUÇÃO DE 03 QUADRAS COBERTAS NA EDEFM DO TRILHO, EDEFM DIREITO DE APRENDER DO POVO ANACE E EDEFM ÍNDIOS TAPEBA NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA, NO ESTADO DO CEARÁ.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.284.562,02	1.073.853,46	1.073.853,46
SCIDADES	2144	Reforma do Centro Comercial em Coreaú	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.281.199,89	1.265.234,69	1.065.234,69
SPS	374	PROARES III - MAIS INFÂNCIA ITAREMA - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Itarema.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.279.087,09	968.790,15	968.790,15
SPS	371	PROARES III - MAIS INFÂNCIA ICÓ - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Icó.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.279.087,09	942.458,42	942.458,42
SPS	381	PROARES III - MAIS INFÂNCIA QUIXADÁ - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Quixadá.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.279.087,09	973.859,75	973.859,75
SOP	795	RECUPERAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE PRISIONAL DESEMBARGADOR FRANCISCO ADALBERTO DE OLIVEIRA BARROS LEAL (CPPL DE CAUCAIA) (SAP 657)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.274.145,04	742.194,13	742.194,13
SCIDADES	469	PAC FUNASA - Elaboração de projetos executivos de engenharia para implantação de aterro sanitário, centro de triagem e estações de transferência, incluindo os estudos ambientais, análise econômico-financeira e revisão de plano de gestão, planos de operação, manutenção e monitoramento das unidades projetadas e projeto de encerramento de lixões existentes, relativo ao grupo de municípios da região de ICÓ no Estado do Ceará.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.251.958,66	1.247.239,24	1.247.239,24
PEFOCE	15	Aparelhamento do Núcleo de Perícias Forenses da Região dos Inhamuns - PEFOCE	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.239.833,15	1.213.428,47	1.213.428,47
SPS	442	PROARES III - MAIS INFÂNCIA CRATEÚS - Construção de 01 (uma) praça adequada ao desenvolvimento infantil no município de Crateús.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.223.740,28	968.290,44	968.290,44
SOP	395	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS COBERTAS, NO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA E ALTO SANTO (DAE 139)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.198.639,94	248.639,94	248.639,94
SPS	384	PROARES III - MAIS INFÂNCIA TIANGUÁ - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Tianguá.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.196.743,65	1.093.832,16	1.093.832,16
SPS	367	PROARES III - MAIS INFÂNCIA CASCAVEL - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Cascavel.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.176.441,99	938.131,65	938.131,65

SPS	375	PROARES III - MAIS INFÂNCIA JUAZEIRO DO NORTE - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Juazeiro do Norte.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.151.178,38	802.224,91	802.224,91
SCIDADES	4245	Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas do município de Itatira	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.130.286,30	1.024.059,48	1.024.059,48
ESP	184	Especialização para profissionais de nível superior das áreas de Enfermagem e Fisioterapia, em Terapia Intensiva.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.127.460,69	1.120.529,65	1.120.529,65
SCIDADES	1525	Pavimentação em ruas e construção de bueiro tipo D no município de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.099.101,77	743.592,43	743.592,43
SEDUC	1535	CONSTRUÇÃO DE TRÊS QUADRAS COBERTAS NA EDEFM JENIPAPO KANINDÉ, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ; EDEFM EUDES VERAS E EDEFM INDÍGENA DE CHUI, NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ, ESTADO DO CEARÁ - TERMO DE COMPROMISSO: PAC 203698/2012.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.084.317,74	1.056.160,41	1.056.160,41
FUNDES	3297	Reforma e Ampliação do Hospital Municipal de Banabuiú-CE	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.065.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
SCIDADES	2639	Pavimentação em Pedra Tosca em diversas ruas na sede do município de Varzea Alegre	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.052.631,58	975.327,47	945.509,85
SCIDADES	2486	Pavimentação em diversas ruas no município de Ipú	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.050.000,00	767.479,30	767.479,30
SAP	2	Elaboração de Projetos e Construção de 1 Cadeia Pública com 153 vagas no Município de Crateús	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.048.941,07	967.509,32	849.867,37
SOP	888	Conclusão dos Serviços dos Leitos do Hospital Dr. Waldemar de Alcântara.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.041.658,99	910.454,87	910.454,87
SPS	333	Recuperação das Instalações Físicas da Casa do Estudante - Fortaleza-CE	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.037.578,98	1.037.578,98	1.037.578,98
SCIDADES	4130	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca nas localidades de Extrema de Santa Luzia e Pirituba de Cima - GRAÇA (1992)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.025.798,49	944.738,16	944.738,16
SCIDADES	4135	Pavimentação em Pedra Tosca em diversas ruas do Município de Chorozinho	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.020.000,00	987.523,25	987.523,25
SCIDADES	4672	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca no município de ITATIRA (2695)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1.000.000,00	928.920,62	928.920,62
SRH	365	CONSTRUÇÃO DO AÇUDE PÚBLICO PONTA DO SERROTE, DISTRITO DE AIUÁ - MASSAPÊ	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	998.841,87	998.841,87	998.841,87
SETUR	391	Projeto de Reforma do Mirante da Taíba	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	980.263,36	515.299,42	381.679,55

ESP	182	Qualificação de profissionais da Atenção Básica do Estado do Ceará	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	955.849,96	933.010,14	933.010,14
SRH	332	Projeto de Abastecimento d'água do Distrito Dom Quintino - no Município de Crato Projeto de Abastecimento d'água do Distrito Dom Quintino - no Município de Crato Projeto de Abastecimento d'água do Distrito Dom Quintino - no Município de Crato	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	945.896,82	607.591,25	607.591,25
AESP-CE	34	Realização de Concurso Público para preenchimento de 250 vagas do cargo de 1º Tenente da Polícia Militar do Ceará.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	936.058,52	936.058,52	936.058,52
SCIDADES	4544	Pavimentação em pedra tosca, no município de Marco	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	918.000,00	872.385,49	872.385,49
ESP	183	Formação de Profissionais para Atenção Integral a usuários de Crack, Álcool e outras Drogas- Ampliação dos Centros Regionais de Referência.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	909.953,12	907.807,29	907.807,29
SCIDADES	4165	Urbanização da entrada do município de Aratuba	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	820.000,00	717.698,16	717.698,16
SCIDADES	3189	Reconstrução da Praça da Matriz de São João Batista no município de Pacujá	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	764.121,96	721.134,29	721.134,29
SEDUC	1241	CONSTRUÇÃO DE QUADRA , COM VESTIÁRIO (PADRÃO FNDE) , NO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ. EEFM GOVERNADOR LUIZ GONZAGA MOTA . PAC TC Nº 202430/2011.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	748.950,91	715.758,45	714.059,91
SCIDADES	3495	Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas do município de Croatá	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	735.000,00	713.650,81	686.801,23
SECULT	861	Promoção das Ações da Lei Aldir Blanc	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	718.000,00	610.969,14	610.969,14
SRH	438	Construção da Barragem Sítio Bom no município de Dep. Irapuan Pinheiro	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	715.329,74	714.635,76	714.635,76
SCIDADES	4148	Pavimentação em paralelepípedo da comunidade rural do Cabeça Preta no município de Limoeiro do Norte	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	712.562,20	469.113,43	469.113,43
SCIDADES	2248	PCF - Pavimentação de trechos das ruas: acesso a Vila São Francisco, acesso Vila da Conceição, SDO 1 na Vila São Sebastião, SDO1 na ST São Bento, SDO 1 no Baixo do Boi e SDO Vila Cabaceira, Trecho da Av Tonheiro Tavares -São Francisco e rua Projetada-SDO São Francisco - Sede e Zona Rural no município de Brejo Santo	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	687.000,00	642.696,99	642.696,99
SCIDADES	4047	CIDADES II - Comp. 4: Elaboração de Modelos de Gestão das Centrais Municipais de Reciclagem (CMR) - Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	650.000,00	630.000,00	630.000,00

SCIDADES	3268	Pavimentação em pedra tosca de diversas ruas nos distritos de Vista Alegre, Santa Tereza e na sede do município de Croatá (590)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	638.062,50	616.226,77	616.226,77
SCIDADES	4069	Pavimentação em pedra tosca no município de Chorozinho	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	628.571,43	600.000,00	600.000,00
SCIDADES	2684	PCF - Pavimentação e Urbanização da Avenida Francisco de Castro no município de Amontada	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	600.000,00	150.000,00	150.000,00
SCIDADES	3136	Pavimentação em Pedra Tosca na sede do município de Arneiroz	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	577.500,00	532.548,81	532.548,81
SOHIDRA	514	Perfuração e Instalação de Poços Profundos no Estado do Ceará (1710)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	569.450,03	569.450,03	569.450,03
SCIDADES	4386	Pavimentação em pedra tosca no município de Chorozinho	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	550.000,00	489.575,14	489.575,14
SRH	481	PCF - Construção do Açude Salgadinho no Distrito de Bandeira Novo - ITATIRA (2930)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	545.625,34	545.625,34	545.625,34
SCIDADES	3926	Construção de uma Praça no Bairro Rodagem do Lago no município de Camocim	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	538.744,82	469.914,66	469.914,66
SCIDADES	4131	Pavimentação em Pedra Tosca nas Localidades de Barro Vermelho - GRAÇA (1993)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	534.333,68	494.924,31	494.924,31
SCIDADES	4408	Pavimentação em paralelepípedo de ruas do Bairro José Mendes Sobrinho, no município de Tabuleiro do Norte	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	512.539,09	250.000,00	250.000,00
SCIDADES	4126	Pavimentação em Pedra Tosca na Rua José Coelho, Rua Vinte e nove de Junho, Rua Padre Angelim, Rua Principal (Localidade de Espraiado), Rua Santa Maria (Pedrinhas), Ruas 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 (São Félix) - IPU (1973)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	500.000,00	480.702,00	480.702,00
SCIDADES	4744	Pavimentação em ruas do município - JAGUARIBE (2775)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	500.000,00	485.008,55	485.008,55
SCIDADES	4129	Pavimentação em Pedra Tosca das ruas da sede, Distrito de Betânia e nas localidades Repartição, Barrocas e Baixo - CROATÁ (1878)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	500.000,00	493.012,34	493.012,34
SEDUC	1897	RECUPERAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE HIDROLÂNDIA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	500.000,00	475.000,00	475.000,00
SCIDADES	3624	Pavimentação em pedra tosca na rua Mariano Pereiro da Costa, Distrito de Aningas, no município de Horizonte	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	500.000,00	298.482,66	298.482,66

SCIDADES	3161	PCF 2015 - Pavimentação em Pedra Tosca com rejuntamento de cimento em ruas do Bairro Vila Nova (sede), Rua B e Vila dos Robertos na Vila São Sebastião /Distrito de São Sebastião - Cariús (188)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	500.000,00	497.866,85	497.866,85
SCIDADES	3747	Pavimentação em Pedra Tosca na Estrada para o Sítio Canto Alegre - IBIAPINA (1258)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	500.000,00	477.675,39	477.675,39
SCIDADES	4184	Pavimentação em Pedra Tosca na Rua José Coelho, Rua Vinte e nove de Junho, Rua Padre Angelim, Rua Principal (Localidade de Espraiado), Rua Santa Maria (Pedrinhas), Ruas 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 (São Félix) - IPU (1974)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	500.000,00	490.807,55	490.807,55
FUNDES	4054	PCF - Construção de Unidade Básica de Saúde no Bairro Muriti - CRATO (834)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	500.000,00	500.000,00	500.000,00
SCIDADES	4138	Pavimentação em Pedra Tosca nas localidades de Caetano e Volta - GRAÇA (1991)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	500.000,00	479.501,82	479.501,82
SCIDADES	3572	Pavimentação em Pedra Tosca nas diversas ruas do município de Guaraciaba do Norte - CE.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	473.643,58	366.829,86	366.829,86
SOP	594	Aquisição de 25 (vinte e cinco) motocicletas.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	464.766,75	449.999,00	449.999,00
SOP	696	CONCLUSÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 21º DP CONJUNTO TIMBÓ EM MARACANAÚ.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	457.529,53	346.832,86	346.832,86
SCIDADES	4464	Pavimentação nas ruas Quinco Fernandes, Vereador Joaquim Carolino da Silva, São Luiz Gonzaga no Bairro Baixo dos Lopes, Trecho da Rua projetada 01, Trecho da Rua Manoel Acelino Januário no Bairro Morno Dourado e Rua Raimundo Zabulon no Bairro Capilé no município de Brejo Santo	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	456.207,99	449.630,02	449.630,02
ESP	193	Qualificação de Profissionais de Saúde para atuação em Saúde Mental e na atenção a usuários de crack, álcool e outras drogas	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	441.258,88	436.558,89	436.558,89
SCIDADES	3263	Pavimentação de ruas do município de Ubajara	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	434.935,12	389.923,80	389.923,80
SCIDADES	4166	Pavimentação em pedra tosca em comunidades situadas ao longo da estrada Pacujá (sede) na localidade denominada Bom Gosto no município de Pacujá	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	426.671,48	269.322,33	269.322,33
FUNDES	3657	PCF - Aquisição de 06 (seis) Ambulâncias - PARACURU (1846)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	420.000,00	420.000,00	420.000,00
SCIDADES	4390	Obras de pavimentação em pedra tosca no trecho da estrada compreendido entre a ladeira do Herculano (serrote) até a ponte do Riacho Machado, na zona rural do município de Várzea Alegre	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	413.672,14	385.402,69	385.402,69

SCIDADES	4016	Pavimentação em pedra tosca dos Trechos I e II de ruas do Distrito de Cajás dos Jorge no município de Ipaporanga	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	406.961,55	383.118,44	383.118,44
SCIDADES	3746	Pavimentação em Pedra Tosca na localidade de Pedreiras no Distrito de Uruquê - QUIXERAMOBIM (890)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	400.000,00	392.052,62	392.052,62
SCIDADES	3615	Reforma do Estádio Municipal no município de Pires Ferreira	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	400.000,00	360.000,00	360.000,00
SCIDADES	4693	Pavimentação em pedra tosca no Sistema Viário nas localidades de Camará dos Timóteos e Várzea da Arara, no município de Boa Viagem	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	398.904,85	372.482,04	372.482,04
SEDUC	21156	AMPLIAÇÃO DE DUAS SALAS DE AULA NA ESCOLA RAIMUNDA CAMELO GOMES, LOCALIDADE PASSAGEM E CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA NA LOCALIDADE DE VIDEO - CATUNDA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	386.069,87	366.766,00	366.766,00
SEJUV	470	Reforma dos Ginásios Esportivos da Sede, Patriús e Capim da Roça no município de Pindoretama.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	381.990,00	366.996,00	366.996,00
SCIDADES	3226	PCF 2015 - Pavimentação em Pedra Tosca sem rejuntamento nas Ruas MariaMoura, Antonio Minelvino, Manoel Barbosa, Manoel Cesário, Odésio, no município de Crateús (42)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	377.221,83	321.221,20	321.221,20
SCIDADES	2955	Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas do município de Ipaporanga	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	365.000,00	354.717,94	354.717,94
PC	117	Reforma da 21ª Delegacia de Polícia Civil - Conjunto Timbó - Maracanaú.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	346.174,33	130.245,22	130.245,22
SCIDADES	2157	PCF - Construção da Praça do CVT em Ipú	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	340.000,00	320.000,00	320.000,00
SCIDADES	2502	Construção de Praças nos distritos lagoa dos cabocos e aroeira, no município de Cruz	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	330.000,00	273.138,50	273.138,50
SCIDADES	3410	Pavimentação nas ruas Lindolfo Gomes e SDO no município de Carnaubal	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	329.768,07	326.393,30	326.393,30
SCIDADES	2847	Pavimentação em paralelo rejuntado nas ruas da sede do municipio de Quixelô	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	307.852,25	221.200,56	221.200,56
SCIDADES	3269	Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas nos distritos de Bom Jardim e Espinho dos Lopes, no município de Morrinhos	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	307.500,00	285.766,46	285.766,46
SCIDADES	4238	Reforma de praças no município de Moraújo	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	304.153,44	292.311,94	292.311,94
CIPP S.A	13	Recuperação da proteção catódica dos berços 5 e 6 do TMUT (CEARÁPORTOS 37)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	300.000,00	300.000,00	300.000,00

SCIDADES	3903	Pavimentação em pedra tosca na estrada que liga a Sede aos Sítios Frei Jorge e Logradouro (Trecho 01, Trecho 02 e Trecho 03) no município - PORTEIRAS (1597)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	300.000,00	289.617,18	289.617,18
SCIDADES	4863	PCF - Pavimentação asfáltica nas Avenidas Cel João Felipe e Simão Lopes sede de Ocara - OCARA (3105)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	300.000,00	265.137,29	265.137,29
SCIDADES	3656	Pavimentação em pedra tosca na Rua Francisco Concílio da Silva, Rua Nossa Senhora de Fátima, Rua Raimundo Monteiro Maia e Rua Francisco Jacó de Freitas no município de Tabuleiro do Norte	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	300.000,00	278.347,73	278.347,73
SCIDADES	4720	Revitalização da praça localizada no distrito de Barra Nova no município de Redenção	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	297.001,00	285.170,74	285.170,74
SCIDADES	2590	PCF - Pavimentação em pedra tosca nas localidades de Sítio Macaco ao Sítio Silva; Sítio Livramento ao Sítio Lanchinha e ao Sítio Penha ao Sítio Prata no município de Alcântaras	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	285.122,51	272.084,77	272.084,77
FUNDES	2934	PCF 2015 - Construção de Posto de Saúde na comunidade Garapa I, em Acarape (553)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	281.026,70	281.026,70	281.026,70
SECULT	758	Instalação de elevadores para pessoa com deficiência e outros equipamentos no Theatro José de Alencar	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	264.835,00	170.864,86	170.864,86
SCIDADES	4249	Reforma de canal de águas pluviais na sede do município de Hidrolândia (2149)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	262.500,00	207.339,50	207.339,50
SCIDADES	4582	Pavimentação em pedra tosca na Estrada que liga a CE 397 ao Sítio Besouro - PORTEIRAS (2120)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	260.000,00	250.349,46	250.349,46
SCIDADES	3954	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca na localidade de Pirituba - GRAÇA (1368)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	240.000,00	235.579,78	235.579,78
SCIDADES	3677	Pavimentação de Vias no Distrito de Assunção no Município de Solonópole	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	223.532,40	205.049,82	205.049,82
SCIDADES	4024	Pavimentação em pedra tosca na localidade de Jatobá no município de Barreira	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	205.379,24	100.000,00	100.000,00
SCIDADES	3270	Reforma de duas praças na sede do município de Morrinhos	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	205.000,00	190.278,58	190.278,58
SCIDADES	3048	PCF- Construção de Praça no Distrito de Amanaiara no município Reriutaba.	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	200.137,77	129.228,39	129.228,39
SCIDADES	3622	Pavimentação em pedra tosca na comunidade Fazenda Velha no município de Moraújo	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	200.000,00	169.163,52	169.163,52
SCIDADES	2685	PCF - Construção de duas Praças nas Comunidades de Venâncio e Bambus no município de Barroquinha	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	200.000,00	146.375,59	146.375,59

SCIDADES	4956	PCF - Construção de coberta metálica na quadra municipal de esportes - MORAUJO (3205)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	200.000,00	200.000,00	200.000,00
SCIDADES	3889	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca no Distrito de Barbada - CHORÓ (1538)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	200.000,00	199.995,56	199.995,56
FUNDES	2984	Construção de um posto de Saúde da Família na comunidade de Pereiro, no município de Caridade	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	194.679,96	194.679,96	194.679,96
FUNDES	2803	PCF 2015 - Aquisição de Equipamentos para as Unidades Básicas de Saúde: São José, Assentamento São João da Conquista, Assentamento Ouro Branco, Serra da Palha, Assentamento Croatá e Assentamento Caiçarina - Choró (344)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	184.052,10	184.052,10	184.052,10
FUNDES	3976	PCF - Reforma do Posto de Saúde Fábio Pinheiro Esmeraldo - CRATO (1449)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	180.000,00	180.000,00	180.000,00
SCIDADES	3445	Construção de 01 (uma) praça na localidade de Santa Tereza no município de Pires Ferreira (620)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	175.350,00	162.824,47	162.824,47
SOP	308	Implantação de Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo - EPTA, para os Aeroportos de Aracati/CE e Jijoca de Jericoacoara/CE. (DER 1146)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	172.753,08	170.613,08	170.613,08
SEINFRA	445	Reforço de Redes Elétricas em Estruturas Hospitalares	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	168.323,13	168.323,13	168.323,13
FUNDES	3158	PCF - Aquisição de Aparelho de Raio X - ITAREMA (866)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	166.000,00	166.000,00	166.000,00
SCIDADES	4908	Pavimentação em pedra tosca sem rejuntamento das ruas Ronaldo Bandeira e São José do bairro São José no município de Iracema	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	153.160,70	144.936,11	144.936,11
SEDUC	2083	PCF - Reforma e Adaptação da Escola de Ensino Infantil e Fundamental São Francisco - CRATO (1720)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	150.000,00	150.000,00	150.000,00
SOHIDRA	431	PCF 2015 - Construção e Instalação de Poço tubular com rede de energia echafariz nas localidades de Açude dos Servolos, Rosário, Filomena, no município de Crateús (43)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	150.000,00	146.819,98	146.819,98
SCIDADES	4496	Pavimentação no Distrito de Olho D'água da Bica - TABULEIRO DO NORTE (1777)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	150.000,00	146.998,13	146.998,13
SCIDADES	4000	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca na Travessa José Rodrigues Galvão e na Rua Raimundo Rafael da Fonseca - PALHANO (1716)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	150.000,00	146.138,82	146.138,82
FUNDES	3286	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - Modelo UTI - FREICHEIRINHA (1064)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	150.000,00	150.000,00	150.000,00

SCIDADES	4220	Pavimentação em Pedra Tosca no município de Itatira	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	147.000,00	145.452,21	145.452,21
SCIDADES	2906	PCF - Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas na localidade de Caiçara I no município de Tejuçuoca	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	125.637,22	33.333,33	33.333,33
FUNDES	2805	PCF 2015 - Ampliação e Reforma do Hospital Municipal São Bernardo (complemento do MAPP 2726) - Dep.Irapuan Pinheiro (191)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	106.007,88	106.007,88	106.007,88
SCIDADES	4214	Pavimentação em paralelepípedo da estrada no Sítio Patos no município de Tabuleiro do Norte	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	105.000,00	96.612,06	96.612,06
SCIDADES	3381	Pavimentação em Pedra Tosca em diversas ruas no município de Reriutaba	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	105.000,00	68.014,00	25.000,00
SCIDADES	4279	PCF - Construção da Praça do Jabuti - ITAITINGA (1760)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	100.000,00	96.332,35	96.332,35
SCIDADES	3891	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca no Sítio Boa Vista - MERUOCA (1147)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	65.000,00	49.290,05	49.290,05
SSPDS	1074	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Autarquia do município - TRAIRI (2351)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	62.404,00	62.404,00	62.404,00
FUNDES	3355	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - GRAÇA (1325)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	60.000,00	60.000,00	60.000,00
FUNDES	3489	PCF - Aquisição de 01 (uma) Ambulância - INDEPENDÊNCIA (1136)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	60.000,00	60.000,00	60.000,00
SOHIDRA	446	PCF 2015 - Perfuração e instalação de 02 (dois) Poços Profundos nas localidades de Mata Quiri e Boa Vista no município de Cascavel (415)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	40.000,00	40.000,00	40.000,00
FUNDES	3467	PCF - Aquisição de 01 (um) Veículo para atender as localidades de Pinda, Currupião e São João - GENERAL SAMPAIO (1522)	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	38.000,00	38.000,00	38.000,00



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DA FAZENDA